XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES

DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

e-Book

GEDE
GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

PÓS GRADUAÇÃO

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

DESAFIOS EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

Silvio Carvalho Neto
Bárbara Fadel
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

ISBN 978-85-5453-005-1

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2017

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA OBRA É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

DESAFIOS EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES. Silvio Carvalho Neto, Bárbara Fadel, Paulo de Tarso Oliveira (Org.). – Franca: Uni-FACEF, 2017.
E46e 1176 p.

ISBN 978-85-5453-005-1

1.Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desenvolvimento Humano/Social. 4. Politicas Publicas. 5. Educação. 6. Tecnologia. 7. Pesquisa. II.T.

CDD
050

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

DESAFIOS EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

Silvio Carvalho Neto
Bárbara Fadel
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

ISBN978-85-5453-005-1

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2017

© 2017 dos autores
Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
www.unifacef.com.br
Capa: Silvio Carvalho Neto / Alba Valéria Penteado Orsolini

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2017

Corpo Diretivo

REITOR
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

VICE-REITOR
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTOCOMUNITÁRIO
Profa. Dnd.Thalisa Maria Jati Gilberto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU*
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

COORDENADOR JURÍDICO
Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING
Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL
Profa. Ms. Alba Valéria Penteado Orsolini

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Eng. Guilherme Bertelli

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2017

Chefes de Departamentos

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Ms. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Prof Ms. June Tabah

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL
Prof Dr. João B. Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS
Profa. Dra. Ana Lúcia F. Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
Profa. Dra. Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Profa.Dra. Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO
Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA
Prof. Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

Apresentação

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca e o Grupo de Estudos em Desenvolvimento - GEDE buscam promover e ampliar as oportunidades de disseminação como forma de tornar transparentes as atividades de pesquisas e de estudos avançados do seu corpo docente e discente, e dos pesquisadores provenientes de outras instituições e programas de pós-graduação.

Deste modo, o livro "Desenvolvimento em Tempos de Oportunidades" é fruto dos trabalhos apresentados no XVIII Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, evento tradicional e aberto a toda a comunidade científica regional e nacional com apresentação de comunicações e projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, como: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Comunicação Social, Psicologia, Matemática, Letras, Turismo, Sistemas de Informação, Medicina e Engenharias - Civil e de Produção.

Neste evento são apresentados trabalhos voltados para o desenvolvimento econômico, humano e social, em suas múltiplas facetas e complexidades, envolvendo as seguintes áreas: educacional e pedagógica, letras, políticas públicas, direito, psicologia, cultura, informação, indústria, empresas, serviço social, sustentabilidade, terceiro setor, tecnologias entre outras. O objetivo do evento é a reflexão e a interação de pesquisadores por meio de apresentações de trabalhos, palestras e mesas redondas, promovendo o pensar e o interagir, conectando o conhecimento com a realidade, por meio de diálogos e debates, atendendo, assim, à demanda do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Desenvolvimento Regional. O

Boa leitura,

Silvio Carvalho Neto
Bárbara Fadel
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

Comissão Científica

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)

ProfªDrª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)

Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)

ProfªDrª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)

ProfªDrª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

ProfªDrª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)

ProfªDrª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF/ GEDE)

ProfªDrª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)

Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)

ProfªDrª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)

ProfªDrªPatricia do Espirito Santo (Uni-FACEF)

ProfªDrª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)

Sumário

A complexidade humana sob o olhar da teoria sistêmica	13
A construção de um cenário favorável a investimentos estrangeiros em sustentabilidade no Brasil	23
A construção e Gestão do Conhecimento no contexto da Gestão da Cadeia de Suprimentos: Uma análise preliminar	33
A economia circular como ferramenta de apoio ao desenvolvimento sustentável	44
A Escola na Prisão	56
A família socialmente construída do adolescente em ato infracional	67
A Função do Mandado de Injunção no Estado Democrático de Direito Brasileiro	80
A Gestão escolar e um ambiente de aprendizagem significativo	90
A guinada à esquerda na América Latina: governo Evo Morales, a perspectiva de desenvolvimento e a ampliação cidadã	103
A importância da informação na moda: Uma análise preliminar no contexto das tendências de moda	117
A importância da memória organizacional para a construção do conhecimento em organizações jurídicas	129
A importância da negociação de sentidos em um grupo de crianças institucionalizadas; um relato de experiência	141
A importância da teoria e da prática no ensino superior: um olhar para o curso de Licenciatura em Educação Física	151
A indústria calçadista de Franca-SP frente à gestão ambiental: uma abordagem econômica-financeira	162
A informação como componente estratégico no processo de tomada de decisão no setor do agronegócio	174
A mediação e o direito: caminhos para uma cultura negocial nos processos decisórios brasileiros	186
A morte simbólica: um não viver em vida	198
A participação da sociedade nas políticas de segurança pública como fortalecimento da cidadania e democracia no Brasil	212
A permanência do trabalho infantil no Brasil: uma análise acerca dos entraves à sua erradicação	224
A pesquisa com egressos: relato de experiência com licenciados em pedagogia	235
A Política Nacional de Crimes Ambientais	244
A valorização do comportamento assertivo em situação de conflito por discriminação étnica	256
A Psicologia Jurídica como curso de extensão em um curso de Psicologia do Uni-FACEF	267
A violência contra mulher na mídia: o caso Núbia Ribeiro Duarte	279
Ajuste Fiscal Expansionista: Reflexões Teóricas sobre a Experiência Brasileira	286
Alterações da consolidação das leis trabalhistas (CLT): aspectos prejudiciais da terceirização	300
Análise comparativa da produção científica em gestão do conhecimento no setor público nos âmbitos nacional e internacional	310

Análise infométrica para o campo empresarial: um estudo no site Reclame Aqui na categoria e-commerce de eletroeletrônicos	322
Análise da Criminalidade Juvenil, no Município de Passos/MG	334
Aplicação das Ferramentas da Qualidade no Setor de Envase de uma Empresa de Cosméticos: Um Estudo de Caso	342
Arquivos Jurídicos: A Gestão Documental em foco	351
As Fontes de Informação Jurídica e a Produção Documental em Escritórios de Advocacia	363
As possibilidades da Psicomotricidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental	374
Aspectos da moralidade na sociedade brasileira: A corrupção intrínseca ao “jeitinho brasileiro”	386
Ação e informação: o Conselho Nacional de Justiça e o desenvolvimento da cidadania no Brasil	398
Benefício de prestação continuada às crianças diagnosticadas com microcefalia: um paralelo com a assistência prestada nos casos de doença falciforme e síndrome da talidomida	410
Cadastro ambiental rural: uma estratégia brasileira diante do acordo de Paris	423
Cenários Micro e Pequenas Empresas no setor varejista da cidade de Passos MG	434
Compreendendo a adolescência - Atuação: vida ou morte?	447
Confluências entre a prevalência de transtornos mentais comuns na atenção primária e as políticas públicas	456
Contribuições da psicopatologia psicanalítica para a psiquiatria tradicional	466
Criminalidade juvenil: Aspectos atenuantes e agravantes	478
Cultura organizacional: reflexos na qualidade de vida no trabalho	490
“Curteendedorismo”: uma forma de empreendedorismo aliada a uma nova estratégia de ensino e aprendizagem para o curso técnico em curtimento da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior	500
De Vítimas a Militantes: A Condição Política das Mulheres Iraquianas na Guerra do Iraque (2003-2008)	512
Desenvolvimento Ambiental e Sustentável: Aproveitamento de Águas Pluviais em Habitações Sociais para uma Residência Modelo no Município de Franca (SP)	524
Desenvolvimento Regional e Politicas Públicas: Aportes Teóricos sobre o Plano Diretor Municipal	536
Docência no ensino superior: formação ou vocação?	545
Educação Científica: Kit de Experimentos com Materiais Alternativos para o Ensino de Química	553
Educação Popular em Paulo Freire: Perspectiva crítica e libertadora	565
Ensino Médio: o que é, para que e para quem	571
Evolução histórica da situação da criança e do adolescente	583
Filiação homoafetiva	592
Gestão do Conhecimento: Uma Abordagem Preliminar para Construção de Modelo em uma Instituição de Ensino Superior Privada	604
Governança da água no Brasil: uma análise do papel do Banco Mundial e pro Projeto Interáguas	617

Humanização e cultura digital	627
Igualdade ou ideologia? Análise discursiva sobre gênero na escola	636
Implicações Históricas, Econômicas e Logísticas no Desenvolvimento Tecnológico da Cidade de Franca/SP	646
Importância da atuação do bibliotecário para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde	653
Indústria e demografia: mudanças que ocorrem na indústria calçadista e na demografia de Franca - SP	664
Jovens Fora da Escola: Um desafio para o Ensino Médio	682
Medo, massa e exceção: possibilidades para a busca democrática e a realização da justiça	693
Morte e vida na contemporaneidade: contribuições psicanalíticas sobre a anorexia	705
Morte: Condição humana vivenciada na contemporaneidade	712
O acirramento da inefetividade do direito à desconexão do trabalho diante das mudanças trabalhistas da lei n° 13.467/17	718
O Ativismo Judicial, a Judicialização de Políticas Públicas e o Direito à Saúde	730
O Caso 11.289 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Cumprimento pelo Brasil das Exigências Assumidas em Sede de Solução Amigável	739
O contexto neoliberal e seus rebatimentos na política de saúde brasileira	751
O direito à saúde pública das crianças e dos adolescentes: judicialização e efetivação de direitos	758
O impacto social na família após a destituição do poder familiar: A necessidade de se cuidar de quem cuida	767
O livro na era digital: hipertextualidades e tecnologias de automação	779
O Orçamento Base Zero como uma ferramenta de planejamento na gestão de custos: um estudo de caso na empresa ALFA	791
O suicídio sob a ótica psicanalítica: revisão literária	803
O sujeito que acessa a informação/documentação em diferentes contextos da Arquivologia	810
O Trabalho Infantil no Brasil Através de Sua Principal Ótica Normativa	822
O uso dos Recursos Educacionais Abertos nas aulas de Inglês	834
Os benefícios da efetivação da política pública de saneamento no Brasil	846
Os benefícios da utilização da borracha do pneu radial inservível na confecção de artefatos renováveis	855
Os direitos à privacidade e à intimidade do empregado como limites ao poder diretivo do empregador	865
Os entraves da corrupção ao desenvolvimento nacional: uma análise a partir da legislação brasileira	877
Os movimentos sociais no Brasil a partir de 1980	890
Os TCLEs assinados por pacientes, de forma genérica, suprem ou não futuras pesquisas feitas a partir de prontuários-eletrônicos ou biobancos?	897
Parcerias público-privadas: ausência de moralidade administrativa na concessão das penitenciárias privatizadas e capital lucrativo exacerbado	905

Pausa para pensar: um estudo de caso de atendimento em psicologia hospitalar	917
Pedagogo escolar: Um velho desafio frente a recuperação de aprendizagem	929
Perspectivas da metodologia da disciplina: análise das abordagens na Educação Física escolar	934
Perspectivas do método qualitativo na pesquisa em desenvolvimento social: Revisão narrativa	946
Planejamento Estratégicos para pequenas e médias empresas com foco no mercado externo: um estudo de caso	952
Política pública de drogas direcionada ao ensino	964
Política pública de recursos hídricos no CBH-SMG	973
Política Pública de Saúde no Brasil: Os desafios para a Construção do Sistema Único de Saúde – SUS	983
Princípios éticos no exercício profissional do assistente social na área da saúde: uma reflexão necessária	996
Processo de inovação em pequenos empreendimentos familiares como forma de estratégia competitiva: um estudo de caso na empresa J. Camar Uvas Finas de Mesa de Santa Rita D'Oeste/SP	1006
Reflexões Acerca do Papel dos Sistemas de Inovação e da Cultura Organizacional Para a Geração de Inovação Enfocando o Desenvolvimento Global, Nacional e Regional	1019
Responsabilidade civil médica e o termo de consentimento livre e esclarecido	1031
Responsabilidade civil do empregador por acidentes do trabalho e danosidade sistêmica	1043
Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes econômicos	1057
Responsabilidade Social Universitária no incremento, implantação e execução de políticas públicas	1070
Responsabilidade e reparação civil em face do abandono afetivo filial e a problemática do quantum indenizatório	1078
Sincronicidade e custo de capital próprio: um modelo multifatorial para o setor de calçados na B3	1090
Terceiro Setor na Indústria Calçadista de Franca - Um estudo sobre o Instituto Democrata	1102
Um estudo acerca da mediação mandatória com o advento do (novo)código de processo civil de 2015	1112
Um Estudo dos Alunos da Educação a Distância e do Presencial: uma análise para a área de Administração	1122
Um olhar sobre o impacto subjetivo da organização do trabalho em profissionais da enfermagem	1134
Uma análise da politica pública educacional: Família na escola na visão do discente	1145
Uma análise do artigo 73 do código de defesa do consumidor à luz da teoria da imputação objetiva	1152
Violência Doméstica Vista sob o Enfoque do Direito e suas Consequências Psicológicas	1166

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A COMPLEXIDADE HUMANA SOB O OLHAR DA TEORIA SISTÊMICA

HUMAN COMPLEXITY UNDER THE SYSTEMIC THEORY

Sessão temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

NASCIMENTO, Aline Pimenta
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Mestranda em Desenvolvimento Regional
napialine@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Ciência da Informação
marinessmith@facef.br

Resumo

É fato que o Homem está em constante evolução e que hoje detém enorme conhecimento sobre seu mundo exterior. Porém, ao analisar seu mundo interior pode-se dizer que seu conhecimento é bem pequeno se comparado ao do conhecimento exterior e que, ainda há muito por se descobrir. Isso se deve, principalmente, ao fato de que só recentemente a ciência passou a estudar sobre a complexidade Humana. Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é proporcionar uma discussão teórica sobre a complexidade Humana considerando o ponto de vista da teoria sistêmica, provocando reflexões e promovendo o autoconhecimento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual o desenvolvimento é embasado, principalmente, nas obras dos teóricos Capra, Hodgkinson e Morin. A partir da revisão bibliográfica, foi possível levantar discussões das dimensões que constituem a personalidade Humana: aspectos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Foi demonstrado que tais fatores possuem uma inter-relação e interdependência e, por isso, só é possível se autoconhecer quando se considera a integralidade do Homem e não apenas uma de suas dimensões.

Palavras-chave: Complexidade humana e teoria sistêmica. Cultura. Valores.

Abstract

It is a fact that man is in constant evolution and that today he has enormous knowledge about his outer world. However, in analyzing your inner world you can say that your knowledge is very small compared to that of external knowledge and that there is still much to be discovered. This is mainly due to the fact that only recently

has science started to study about human complexity. In this context, the goal of this article is to provide a theoretical discussion about Human complexity considering the point of view of systemic theory, inciting reflections and promoting self - knowledge. It is a bibliographical research, in which the development is based, mainly, on the studies of the theorists Capra, Hodgkinson and Morin. From the bibliographical review, it was possible to raise discussions about the dimensions that constitute the Human personality: physical, biological, psychological, social and cultural aspects. It has been shown that such factors have an interrelationship and interdependence and, therefore, it is only possible to self-know when considering the integrality of Man and not only one of its dimensions

Keywords: Human complexity and systemic theory. Culture. Values.

1 INTRODUÇÃO

Durante bilhões de anos, a Humanidade realizou inúmeras descobertas sobre o mundo em que vivemos. Passou a dominar os elementos da natureza e utilizá-los a seu favor, construiu pontes em lugares inacessíveis, ergueu obras faraônicas de incrível beleza e criatividade e com o avanço tecnológico encurtou as distâncias e revolucionou as comunicações. Percebe-se que o Homem evolui bastante e que hoje detém enorme conhecimento sobre seu mundo exterior.

Porém, ao analisar seu mundo interior pode-se dizer que seu conhecimento é bem pequeno se comparado ao do conhecimento exterior e que ainda há muito por se descobrir. Isso se deve, principalmente, ao fato de que só recentemente a ciência passou a estudar sobre a complexidade Humana.

Diante deste contexto, é percebida a lacuna da compreensão da complexidade das várias dimensões que constituem o Ser Humano e as relações existentes entre elas tendo como base a teoria sistêmica.

Portanto, o objetivo deste artigo é proporcionar uma discussão teórica sobre a complexidade Humana considerando o ponto de vista da teoria sistêmica, provocando reflexões e promovendo o autoconhecimento.

A escolha do tema é motivada pela vontade de buscar conhecimentos mais sólidos sobre os aspectos da personalidade Humana.

Dada sua relevância em dias atuais, o autoconhecimento atua como aliado à preservação da integridade física e mental e ainda ajuda no desenvolvimento de potencialidades.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico de investigação científica escolhido para o desenvolvimento deste artigo foi a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar contribuições científicas a cerca de determinado tema, procurando explica-lo e discuti-lo com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, entre outros (MARTINS A. e PINTO, 2001).

Fonseca (2002, p. 32) orienta que “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do

levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites".

Na perspectiva de Gil (2002, p. 45), "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente".

Dessa forma para atender o objetivo deste artigo de proporcionar uma discussão teórica sobre a complexidade Humana considerando o ponto de vista da teoria sistêmica, provocando reflexões e promovendo o autoconhecimento, decidiu-se pelo desenvolvimento deste trabalho com embasamento, principalmente, nas obras dos teóricos Capra (1996), Hodgkinson (1996) e Morin (2007, 2008), concretizando-se assim em uma pesquisa bibliográfica.

3 TEORIA SISTÊMICA PARA COMPREENSÃO DA COMPLEXIDADE HUMANA

Ao longo de sua existência a Humanidade tem produzido, questionado e reformulado uma imensidade de ideias e conceitos sobre sua criação, desenvolvimento e evolução. Recentemente, após a conquista de vasta gama de saber referente ao mundo exterior, o Homem começou a voltar-se para dentro de si e querer compreender os mistérios mais íntimos de seu ser.

Com o avanço das ciências sociais e da tecnologia muito se descobriu, porém, a complexidade Humana e seu eterno "vir a ser" possibilita novas proposições a cada momento.

Atualmente, a teoria sistêmica ocupa papel de destaque na tentativa de esclarecer a integralidade do Ser Humano. Neste sentido, Capra (1996, p. 25) orienta que é preciso ter "uma visão de mundo holística, que concebe o mundo todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas", mais adiante complementa que "na ciência do século XX, a perspectiva holística tornou-se conhecida como 'sistêmica', e a maneira de pensar que ela implica passou a ser conhecida como pensamento sistêmico" (CAPRA, 1996, p. 33).

Sobre seu surgimento, o autor argumenta:

> A principal característica do pensamento sistêmico emergiu simultaneamente em várias disciplinas na primeira metade do século, especialmente na década de 20. Os pioneiros do pensamento sistêmico foram os biólogos, que enfatizavam a concepção dos organismos vivos como totalidades integradas. Foi posteriormente enriquecido pela psicologia da Gestalt e pela nova ciência da ecologia [...] (CAPRA, 1996, p. 33).

Por isso, o entendimento e aplicação desta teoria, após ser enriquecida por diversas áreas, facilita a compreensão do Homem em uma visão mais ampla e mais aprofundada, analisando todas as dimensões que o constituem de maneira integralizada e inter-relacionada.

Além disso, em obra posterior, Capra (2006, p. 259) considera o pensamento holístico como "a nova visão da realidade [...] [que] baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais", ou seja, o Ser Humano é constituído por um conjunto de fatores interligados que compõem o Ser Integral. Ademais, através da relação entre corpo e mente existe a possibilidade de

interações com outros indivíduos e com o meio ambiente.

A criação de disciplinas fragmentou o estudo da ciência em ramificações e limitou o acesso ao conhecimento, restringindo-o a cada área específica. Assim, um biólogo acaba, na maioria das vezes, tendo acesso apenas aos aspectos físicos e biológicos da Humanidade. Esta especialização dificulta o entendimento sobre os aspectos psicológicos, sociais e culturais por este profissional, impedindo-lhe uma compreensão mais assertiva e completa de si mesmo e dos outros.

Esta situação estende-se aos demais profissionais especialistas em suas áreas. Porém, como mencionou Capra (1996) o pensamento sistêmico tencionou abalar o rigor que separam todas as áreas do conhecimento. A ideia holística despontar simultaneamente em várias disciplinas na primeira metade do século XX e a junção da biologia e da psicologia em seu desenvolvimento são provas de um novo olhar e que uma nova concepção está sendo construída.

A noção de inter-relação e interdependência dos fenômenos anteriormente destacados por Capra (2006) nos revela a natureza de um ser ao simultaneamente biológico em suas necessidades fisiológicas, psicológico na construção de seu pensar e agir e social e cultural ao mesmo tempo em que se relaciona com os outros, influencia e é influenciado na/pela transformação de sua história e a dos que estão a sua volta.

Extrapolando o pensamento de Capra (2006), podemos destacar ainda o aspecto espiritual do Ser Humano. A crença religiosa tem o poder de interferir nas escolhas do indivíduo, afetando diretamente todos os outros aspectos como a formação de hábitos alimentares, a construção de pensamentos restritivos e o relacionamento com os demais indivíduos da família, do trabalho e da sociedade em geral.

Considerando a estrita relação entre a Humanidade e cultura, Geertz (1989, p. 36) afirma que “sem os homens não haveria cultura, mas de forma semelhante e muito significadamente, sem cultura não haveria homens”. Justamente desta relação de interpendência temos a construção da história individual de cada um e paralelamente a de toda a sociedade, em um processo mútuo de interferências e reestruturações.

Morin (2008, p. 19) corrobora a opinião de Geertz (1989), acrescentando que “as sociedades só existem e as culturas só se formam, conservam, transmitem e desenvolvem através das interações cerebrais/espirituais entre os indivíduos”. Além disso, o autor contribui para embasar a visão sistêmica e integral do Homem, ao enfatizar que

> há, em todo comportamento humano, em toda atividade mental, em toda parcela de práxis, um componente genético, um componente cerebral, um componente mental, um componente subjetivo, um componente cultural, um componente social. [...] Nossas atividades biológicas mais elementares, comer, beber, dormir, defecar, acasalar-se estão estreitamente ligadas a normas, interdições, valores, símbolos, mitos, ritos, prescrições, tabus, ou seja, ao que há de mais estritamente cultural. Nossas atividades mais espirituais (refletir, meditar) estão ligadas ao cérebro, e as mais estéticas (cantar, dançar) estão ligadas ao corpo. O cérebro, pelo qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, culturais (Morin, 2007, p. 54).

Pela explanação de Morin (2007), fica bem clara a inter-relação entre os

fenômenos que compõem o Homem e a maneira que um aspecto influencia nos demais. Sobre isto, o autor cita como exemplo a questão das doenças, afirmando que "as doenças corporais não são apenas corporais. As doenças psíquicas não são apenas psíquicas" (MORIN, 2007, p. 53). Além disso, "o enfraquecimento imunológico pode vir de uma perda ou de uma mágoa. Uma vontade selvagem ou uma intervenção aparentemente mágica podem levar à cura de um câncer" (MORIN, 2007, p. 54).

Para que o Ser Humano consiga se tratar e se recuperar de uma doença e até mesmo na resolução de qualquer problema diário é imprescindível o olhar sistêmico. Somente uma visão holística pode garantir a assertividade e a efetividade na recuperação do paciente e na solução de problemas. Considerar apenas um dos aspectos do Homem significa resolver apenas a metade do problema ou conseguir a cura pela metade.

Outro ponto a ser considerado na colocação de Morin (2007) é o entendimento de que todas as nossas ações - sejam fisiológicas, sejam sociais - são influenciadas, conduzidas e até mesmo condicionas por conceitos interiorizados em nosso psiquismo. Para complementar, o autor trata da interiorização de conceitos utilizando a definição de "*imprinting*".

> O *imprinting* é a marca indelével imposta, pela cultura familiar, e depois, pela cultura social, que se mantém na vida adulta. O *imprinting* inscreve-se cerebralmente na primeira infância pela estabilização seletiva das sinapses, inscrições primeiras que vão marcar irreversivelmente o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir. A isso se acrescenta e combina a aprendizagem, que elimina *ipso facto* outros modos possíveis de conhecer e de pensar (MORIN, 2007, p. 302).

Todo o comportamento humano traz marcas impostas pela cultura familiar e posteriormente pela cultura social. Desde o berço até o fim da vida, o homem recebe influências e executa ações construídas a partir de crenças, ideias e valores que se propagam de geração em geração, gerando e regenerando a complexidade individual e a complexidade social (MORIN, 2007).

Ao mencionar a palavra valores entende-se que são "como estruturas abstratas que envolvem crenças que as pessoas mantêm sobre os modos desejáveis de se comportar ou desejados estados de existência" (FEATHER, 1995, p.1135).

Na perspectiva de Schwartz (2006, p. 56), a definição de valores é construída a partir de uma crença "que pertence a fins desejáveis ou a formas de comportamento; que guia a seleção ou avaliação de comportamento, pessoas e acontecimentos;" havendo uma hierarquização por ordem de prioridades onde "se organiza por sua importância relativa a outros valores para formar um sistema de prioridades de valor".

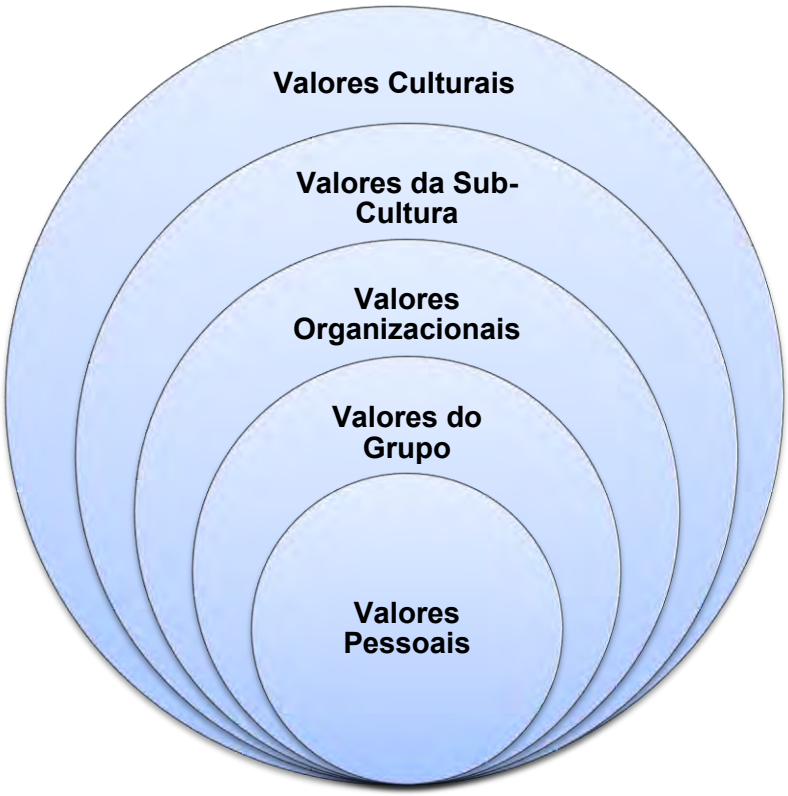
> Resumindo, os valores podem ser vistos como modelos cognitivos e pessoais, representando necessidades intrínsecas e utilizados para atingir aquilo que o indivíduo deseja ser, a importância que dá a determinadas coisas e aquilo que deseja obter, tendo por base as normas socialmente aceites bem como as suas normas pessoais de conduta (GOULÃO, 2013).

Hodgkinson (1996) analisou as influências exteriores que impactam a escolha

do indivíduo em adotar um valor em detrimento de outro. A estas influências denominou fonte de valores. Para a análise criou um diagrama demonstrando as diferentes fontes de valores e suas relações.

A Figura 1 é a representação desse diagrama:

Figura 1 – Fontes de valores



Fonte: Adaptado de Hodgkinson (1996)

Para melhor compreensão destas fontes de valores e suas interações com o indivíduo, o Quadro 1 foi elaborado considerando a concepção de Hodgkinson (1996).

O autor menciona a existência de valores intrínsecos e extrínsecos. Os valores extrínsecos estão relacionados com a vivência de mundo e a convivência com os outros indivíduos e interferem na formação de valores intrínsecos. Estes valores intrínsecos ao serem internalizados servem como indutores e seletores de pensamentos e ações, ou seja, interferem no modo com o qual o indivíduo escolhe a forma de comportar-se em cada situação.

Ao se relacionar com os demais indivíduos o Ser Humano parte da noção de sujeito necessitado de interações sociais e de afirmação (SOARES, 2007). Por isso, o processo de socialização a que se submete permite uma crescente percepção de pertencimento ao gênero humano e o suprimento de suas necessidades psicossociais, o que ratifica a ideia de Freitas (1988) de que todo comportamento é gerado pela tentativa de suprir uma necessidade.

Quadro 1 – Características das fontes de valores

Valores Intrínsecos ao indivíduo	**Valores Pessoais**	Já foram incutidos no indivíduo, formam-se através de observações feitas, experiências vivenciadas e influências sofridas levando a que o indivíduo organize e determine as suas preferências daquilo que será melhor para si.
Valores Extrínsecos relacionados com o dia-a-dia do indivíduo e no trabalho	**Valores do Grupo**	São fomentados por pessoas com quem o indivíduo tem uma ligação, estando relacionados com os grupos de trabalho e grupos sociais onde o indivíduo se insere.
	Valores Organizacionais	Manifestam-se em objetivos formais e informais, em políticas, procedimentos e intentos da organização.
Valores Extrínsecos relacionados com o ambiente em que o indivíduo vive e trabalha	**Valores da Sub-Cultura**	Modificam e moldam a cultura geral do indivíduo e englobam os componentes utilizados pelo indivíduo nos contatos sociais.
	Valores Culturais Externos	Estão relacionados com o ambiente mais geral e com valores implícitos e explícitos da cultura global, nomeadamente aqueles que são apresentados e promovidos pelos sistemas políticos e sociais.

Fonte: Adaptado de Hodgkinson (1996)

No processo de socialização,

> o individuo adquire do grupo um extenso repertório de usos e costumes. [...] Tudo depende em parte dos procedimentos do grupo de que é membro. [...] O comportamento vem se confirmar com os padrões de uma dada comunidade quando certas respostas são reforçadas e outras deixadas passar sem reforço ou punidas (SKINNER, 2003, p. 451).

Em busca de aceitação social, o Ser Humano incorpora para si um conjunto de ideias, valores, hábitos, usos e costumes impostos pelo grupo ao qual se pretende ser aceito. As regras são definidas pelo grupo e a reprodução dos comportamentos pré-estabelecidos confirmam a interiorização destas normas.

Porém,

> em função de aspectos motivacionais próprios, o indivíduo pode se opor de forma mais ou menos intensa às orientações apontadas pelas sugestões sociais, dando origem à singularidade de sua constituição subjetiva e, em consequência, permitindo-lhe introduzir novos aspectos na cultura coletiva (MARTINS C. e BRANCO, 2001, p. 172)

Todavia, Morin (2008) esclarece que “a cultura contém um saber coletivo acumulado em memória social”, construído “a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade” (MORIN, 2008, p. 19).

Esta cultura coletiva é passível de interferência por todos os indivíduos que

compõem a sociedade. Ao rejeitar as normas pré-estabelecidas o Homem reafirma sua constituição subjetiva e seu poder de decisão frente às influências recebidas do meio externo. É fato, porém, que a recusa às normas e aos padrões do grupo pode gerar sanções e até mesmo a exclusão do indivíduo do grupo. É preciso estar preparado e consciente de que atitude tomar.

Por outro lado, no ato de se rebelar, pode-se introduzir, no decorrer do tempo, novos elementos na cultura coletiva. Dessa forma é que, as ideias e conceitos se atualizam e o mundo se transforma constantemente, passando a aceitar comportamentos que antes eram repelidos. A aceitação dos relacionamentos homoafetivos através da regularização jurídica desta união é um exemplo de transformação e agregação de novos componentes na cultura coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica, foi possível arrolar discussões acerca das dimensões que constituem a personalidade Humana: aspectos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Foi demonstrado que tais fatores possuem uma inter-relação e interdependência. Por isso, só é possível se autoconhecer quando se considera a integralidade do Homem e não apenas uma de suas dimensões.

E com isso, foi possível atender o objetivo do estudo quanto a proporcionar uma discussão teórica sobre a complexidade Humana considerando o ponto de vista da teoria sistêmica, provocando reflexões e promovendo o autoconhecimento.

Ao analisar os aspectos psicossociais foi possível constatar a interferência dos fatores culturais, como valores e crenças, impregnados nas decisões e atitudes de cada Ser. Cada indivíduo é único, porém é comum a todos, indistintamente, que a atuação conjunta desses elementos que os constituem é decisiva na forma como irão se comportar e se relacionar com o grupo familiar, do trabalho e com toda a sociedade.

Neste contexto, ficou evidente a necessidade que o Homem tem de se relacionar, de interagir e principalmente de ser aceito pelos seus pares. Para isso, através do processo de socialização incorpora para si um conjunto de ideias, valores, hábitos, usos e costumes impostos pelo grupo ao qual se pretende ser aceito e passa a reproduzi-los.

Por outro lado, existe a opção de agir de forma diferente. Negar tais princípios é reafirmar a individualidade de cada sujeito e é preciso estar preparado para lidar com as consequências desse ato que pode levar à exclusão pelo grupo. Entretanto, através dessa atitude é possível modificar a cultura dominante e introduzir novos elementos, transformações acontecem quando a ideia da minoria torna-se a da maioria.

Esse movimento de novos elementos sendo inseridos na cultura coletiva acompanha a dinâmica do mundo, atualizando a história e regenerando a complexidade individual e a complexidade social.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida:* uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.

_____. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 2006. 429 p.

FEATHER, Norman T.. Values, valences, and choice: the influence of values on the perceived attractiveness and choice of alternatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 68, n. 6, p. 1135-1151, jun. 1995.

FONSECA, João J. Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UECE, 2002.

FREITAS, Agostinho Borges de. *A psicologia, o homem e a empresa.* São Paulo: Atlas, 1988. 144 p.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOULÃO, Sara I. dos Santos. *Os valores de vida e o conflito trabalho-familia/familia-trabalho:* um estudo com trabalhadores. 2013, 87 f. (Dissertação em Gestão do Potencial Humano). Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2013. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7107/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sara_Goul%C3%A3o.pdf Acesso em 14 jul. 2016.

HODGKINSON, Christopher. *Administrative philosophy:* values and motivations in administrative life. New York: Pergamon, 1996. 320 p.

MARTINS, Lincoln Coimbra; BRANCO, Angela Uchôa. Desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 169-176, mai-ago 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7877.pdf Acesso em 04 jul. 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. *Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.* São Paulo: Atlas, 2001. 92 p.

MORIN, Edgar. *O método 4:* as ideias. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 319 p.

_____. *O método 5:* a humanidade da humanidade. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 309 p.

SCHWARTZ, Shalom H.. Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In ROS, Maria; GOUVEIA, Valdiney V. (Orgs.). *Psicologia social dos valores humanos:* desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. São Paulo: Senac, 2006. p 55-85.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano.* 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 489 p.

SOARES, Cássia Baldini. *Consumo contemporâneo de drogas:* a construção do objeto na perspectiva da saúde coletiva. 2007, 195 f. (Tese de Livre Docência em Saúde Coletiva). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/06/2007_Tese_Consumo_de_drogas_e_Juventude.pdf Acesso em 14 jul. 2016.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO FAVORÁVEL A INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

BUILDING A FAVOURABLE SCENARIO FOR FOREIGN INVESTMENTS IN SUSTAINABILITY IN BRAZIL

Sessão temática: 2.2. Desenvolvimento Sustentável/Ambiental

AGUIAR, Gabriel Moura
Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura.
Bacharel em Direito Pela Unesp/Franca, turma de 2014. Advogado.
E-mail: gabrielmoura.aguiar@yahoo.com.br

Resumo

Busca-se, com o trabalho, analisar como a estabilidade jurídica interna de um país e sua participação no sistema internacional de proteção a investimentos estrangeiros influem diretamente no desenvolvimento nacional, notadamente quando se trata de investimentos estrangeiros em meio ambiente e práticas sustentáveis, tomando como base o Brasil. Como esta estabilidade dificilmente é verificada constantemente e em todos os países da economia mundial, foi criado este sistema internacional de proteção a investimentos estrangeiros que, no cenário atual de globalização dos mercados, assume papel de grande importância. Esse sistema possui mecanismos para atenuar riscos decorrentes de eventuais instabilidades nos países e um órgão de solução internacional de controvérsias. Todavia, a aplicabilidade deste sistema internacional de proteção depende da anuência de cada Estado, e o Brasil, apesar de figurar como um ator importante no cenário econômico internacional, apresenta resistência a envolver-se neste sistema normativo transnacional. Ainda, o Brasil apresenta elementos geradores de insegurança jurídica em seu ordenamento, como as Medidas Provisórias e a legislação ambiental. Os investimentos estrangeiros em meio ambiente e sustentabilidade, apesar de benéficos e até necessários para o desenvolvimento econômico sustentável, possuem um alto risco, sendo notadamente beneficiados por este sistema internacional de proteção aos riscos. No caso do Brasil, vislumbra-se com o trabalho que estes riscos poderão ser atenuados com uma maior participação do país nos sistemas internacionais de proteção e uma maior estabilização do sistema normativo nacional. Os principais referenciais teóricos serão o ordenamento jurídico nacional e estudos sobre o tema; o método utilizado é o dogmático jurídico.

Palavras-chave: Brasil, desenvolvimento sustentável, investimentos estrangeiros.

Abstract

It is intended, through this paper, an analysis of how a country's internal stability and its role in the international system of foreign investment protection influence directly in the national development, specially in environment and

sustainable practices, taking as basis Brazilian case. Because this internal stability is rarely verified in a constant way and in every coutry that takes part in the global economy, an international legal system for foreignt investment protection was created, which in a globalized market is notably importante. This system has mechanisms that aims attenuation of risks resulting from eventual instabilities in the countries, specially Agreements on the Promotion and Reciprocal Protection of Investments, and an international court for solution of legal disputes. However, the applicability of this international investment protection system relies on the acceptance of the coutries, and Brazil, although being a significant player in the global economic scene, is reluctant in envolving itself in this transnational legal system. Also, Brazil has elements of instability in its own legal system, like the "Provisional Measures" and its environmental laws. Foreign investment in environment and sustainability has a high risk, being quite benefited from the international investment risk protection system. In Brazil's case, it is noticeable by the work that those risks could be reduced by a bigger role taken by the country in the risk protection systems and a better stabilization of the national legal system. As theorical reference Brazil judiciary system and studies about the subject; the scientific method employed is the dogmatic-legal.

Keywords: Brazil, sustainable development, foreign investments.

1 INTRODUÇÃO

A globalização foi desencadeada a partir da Revolução Industrial, com a mecanização e massificação dos meios de produção, e intensificada a partir do final do século XX e início do século XXI. Pode ser caracterizada como um processo de circulação de tecnologias e capitais privados, cujos titulares são "grandes corporações empresariais e financeiras transnacionais" por todo o mundo, de forma independente das fronteiras nacionais (ANDRIETTA; FIORATI, 2013, p. 157).

Este processo, por sua vez, tem como objetivo produzir um maior número de produtos com o menor preço e com a melhor qualidade possível, a fim de disputar com concorrentes no mercado mundial e, também, obter os maiores lucros que se possa conseguir nos mercados financeiros, nos quais foram realizados investimentos (ANDRIETTA; FIORATI, 2013, p. 157).

É, portanto, facilmente perceptível a relação direta entre a globalização e os investimentos em âmbito internacional, ou, mais precisamente, a busca pelo resultado mais favorável desses investimentos. Por este motivo, ganham importância e destaque os marcos regulatórios do comércio internacional e do trânsito global de investimentos, traçados por Estados atuando unidos na busca por soluções comuns. Contudo, as regras internacionais ainda dependem sobremaneira dos ordenamentos jurídicos de cada Estado participante do fluxo econômico global.

Tanto o comércio internacional quanto as finanças e a economia internacional necessitam de alguns denominadores comuns que são, em boa parte, responsabilidade de diferentes Estados: moedas estáveis que expressam o preço dos produtos, regras razoáveis para a livre circulação de mercadorias, bens, serviços e capitais e meios e técnicas jus-econômicas aceitas e reconhecidas como justas e razoáveis para a avaliação de mercadorias, bens, serviços, negócios, valores e riscos. A circulação de bens, produtos, serviços, capitais e de tecnologia

somente se concretiza se, ao lado das regras internacionais existentes também as regras e as políticas domésticas contribuírem para tal fim, estabelecendo parâmetros jus-econômicos adequados (ANDRIETTA; FIORATI, 2013, p. 158).

Estes parâmetros jus-econômicos, de responsabilidade de cada Estado, cuja importância para o comércio internacional e para os investimentos estrangeiros encontra-se nítida, dependem da construção de um sistema normativo e, notadamente, de um processo legislativo que permitam o desenvolvimento dos acima denominados "meios e técnicas jus-econômicas aceitas, justas e razoáveis". Faz parte também da razoabilidade e maior aceitação dos sistemas normativos estatais, e do próprio Estado no cenário internacional, a sua boa vontade em acatar os mecanismos internacionais de avaliação e de minimização dos riscos inerentes aos investimentos estrangeiros.

Dentre estes mecanismos, destacam-se os APPRIs (Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos). Para a doutrina, os APPRIs são de fato os principais instrumentos jurídicos internacionais de incentivo e proteção de investimentos estrangeiros. Dentre estes Acordos, destacam-se os TBIs (Tratados Bilaterais de Investimentos), ou no original em língua inglesa, BITs (*Bilateral Investment Treaties*) (COSTA, 2006, p. 68). Estes últimos, por sua vez, podem ser definidos como acordos internacionais firmados entre Estados, um receptor e um exportador de capitais. Curioso observar, também, a existência de uma terceira parte que, apesar de não participar da assinatura, é a mais beneficiada pelo acordo: o investidor estrangeiro. (FONSECA, 2008, p. 57).

A análise dos APPRIs e dos demais mecanismos de atenuação do risco dos investimentos estrangeiros em sustentabilidade, bem como de sua aceitação pelos ordenamentos jurídicos nacionais, é um problema desencadeador de pesquisa. O caso brasileiro é emblemático para esta análise, pois apesar de constar como um integrante assíduo do mercado internacional e da dinâmica de investimentos estrangeiros, o Brasil resiste em compor os sistemas internacionais de proteção aos riscos desses investimentos.

O país mantém distância deste cenário, por exemplo, pela recusa em ratificar a Convenção de Washington de 1965. Do mesmo modo, o Brasil não ratificou os Tratados Bilaterais de Investimentos que firmou durante os anos 90, sob a alegação de ser desnecessário em razão da existência de um sistema interno de proteção. Apesar deste posicionamento, o Brasil é um dos países latino-americanos que mais recebe capital estrangeiro, fato contribuinte para a manutenção de sua postura. Porém, mais que o próprio país, as empresas brasileiras que atuam como investidoras estrangeiras acabam prejudicadas com a falta dos acordos, pois estas, nos países receptores, não contam com o sistema brasileiro interno de proteção (FERNANDES, 2015, p. 134-135).

Esta postura das empresas brasileiras faz parte de uma mudança da posição do país no quadro dos investimentos estrangeiros. O Brasil vem deixando de ser somente um Estado receptor de capitais para se tornar igualmente um exportador de capitais, sendo, a princípio, imperiosa uma revisão deste posicionamento (FERNANDES, 2015, p. 136).

Além da participação insuficiente nos sistemas de proteção internacional de investimentos, o Brasil ainda mantém em seu ordenamento jurídico elementos que geram instabilidade e insegurança, entre eles as Medidas Provisórias (MP) e a complexidade da legislação ambiental. Conforme lição de Manoel Gonçalves

Ferreira Filho (2012, p. 259-260), a Medida Provisória, pelo texto original da Constituição de 1988, virou fonte de abusos por parte do Poder Executivo, como um poder pouco restrito de legislar. Apesar de reformas promovidas pelo Congresso a fim de restringir seu âmbito, a Medida Provisória segue como fator de instabilidade, pois Ferreira Filho (2012, p. 264), ainda vê uma tolerância do STF em relação à prática do Poder Executivo de editar Medidas Provisórias "que não sejam tão flagrantemente urgentes".

Acerca da legislação ambiental, nota-se que o Brasil, por ser um Estado Federal, possui uma repartição de competências legislativas e administrativas entre os entes federativos. Na atual configuração do federalismo brasileiro, definida pela Constituição de 1988, esta repartição, notadamente nos temas que envolvem meio ambiente, é deveras complexa, com a diluição entre todos os integrantes da federação e um sistema que deveria, ao menos a princípio, integrar e equilibrar o exercício das competências por cada ente. A esta divisão complexa soma-se o fato de o Brasil considerar os municípios como entes federativos, diferentemente de outros Estados Federais, como os Estados Unidos. A questão será melhor analisada no espaço *infra* dedicado aos resultados e à discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O principal referencial teórico é o ordenamento jurídico brasileiro, notadamente a Constituição Federal de 1988 e as legislações pertinentes à matéria, o que se justifica pela metodologia dogmática-jurídica escolhida para o trabalho. Contudo, para a problematização do tema, não bastam apenas as normas, razão pela qual também foram utilizados como base artigos, estudos e demais textos científicos, bem como apontamentos doutrinários, especialmente nas questões conceituais.

Neste sentido, o trabalho se baseou no cenário nacional para os investimentos estrangeiros em meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com a análise da situação interna do país, diante do ordenamento jurídico e dos seus elementos de instabilidade, bem como da situação externa do Brasil frente aos elementos de mercado internacional e das normas e regras internacionais sobre a matéria. Este cenário, pois, foi avaliado com base nos fundamentos teóricos obtidos no estudo da bibliografia para se chegar ao desenvolvimento teórico e às conclusões aqui expostas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A vertente teórico-metodológica da pesquisa é a jurídico-dogmática, caracterizada por "desenvolver investigações com vistas à compreensão das relações normativas nos vários campos do Direito e com a avaliação das estruturas interiores ao ordenamento jurídico. Acentua a noção de eficiência das relações entre e nos institutos jurídicos(...)" (GUSTIN, 2006, p. 21). Com efeito, pretende-se analisar justamente a relação entre o direito interno e o direito internacional do comércio e de proteção dos investimentos estrangeiros, tomando como base o Brasil.

Acerca do raciocínio a ser desenvolvido, dentro da vertente teórico-

metodológica escolhida, o que melhor se amolda à realização dos objetivos propostos, especialmente à busca de respostas às perguntas formuladas, é o dedutivo. O raciocínio dedutivo pode ser definido como o processo que diz respeito aos dados de experiência ou "às normas e regras em relação a leis e princípios gerais e ao maior número de casos que a eles possam ser referidos" (GUSTIN, 2006, p. 23). O raciocínio dedutivo caracteriza-se pela presunção de veracidade da conclusão se as premissas forem verdadeiras e ainda que, implicitamente, as informações da conclusão já se encontram nas premissas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em retomada dos assuntos apresentados na introdução, serão problematizadas as questões sobre a Medida Provisória e os problemas na legislação ambiental brasileira, como fatores de instabilidade e insegurança jurídicas. Também, será analisada a questão da pouca participação do Brasil nos sistemas internacionais de proteção ao risco de investimentos estrangeiros, com vistas a avaliar se estes fatores realmente contribuem de forma negativa para a atratividade do país de investimentos estrangeiros em meio ambiente e sustentabilidade.

Quanto à Medida Provisória, um exemplo de que esta pode ser de fato geradora de insegurança jurídica, afetando negativamente os investimentos em sustentabilidade no Brasil é o trâmite das MPs 756/16 e 758/16, que previam a transformação de parte de uma área de preservação total na Amazônia em uma modalidade mais flexível. Em sua tramitação no Congresso, as Medidas ainda sofreram aumento na flexibilização da proteção ambiental, o que provocou manifestação contrária do Ministério do Meio Ambiente, somada a pressões internacionais pela preservação ambiental no país.

Diante do cenário, o Presidente da República voltou atrás em sua intenção ao vetar totalmente a MP 756 e parcialmente a MP 758. Para ilustrar uma pressão internacional pela preservação, diretamente relacionada à investimentos estrangeiros na área, o Presidente, em viagem à Noruega, ouviu da Primeira-Ministra do país que, diante do aumento no desmatamento, os investimentos noruegueses no Fundo de Preservação da Amazônia seriam reduzidos pela metade.

Assim, diante do exemplo aqui apresentado, somado aos apontamentos introdutórios, levam à conclusão de que a insegurança jurídica provocada, no Brasil, pela Medida Provisória é um fato que aumenta o risco de um eventual investimento estrangeiro em meio ambiente e sustentabilidade, investimentos estes de alto risco. Dentre outros elementos de instabilidade e insegurança, pode ser citada a fragmentação da legislação ambiental brasileira e a falta de um instrumento regulatório adequado de cooperação entre os entes federativos.

Com efeito, o Brasil possui um desenho federativo peculiar, com três entes: a União, os Estados da Federação e os Municípios, sendo este último o que torna diferente o federalismo brasileiro, conforme o art. 1º, caput, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, Constituição, 1988). O texto constitucional também dispõe que União, estados, Distrito Federal e municípios terão competência comum para a proteção das florestas, do meio ambiente e do combate à poluição (art. 23, VI e VII) e que, também, legislarão de forma concorrente sobre "florestas, caça, pesca, fauna,

conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição" (art. 24, VI). A Constituição, também, alçou a proteção do meio ambiente à categoria de direito fundamental, garantido a todos, em seu art. 225 (BRASIL, Constituição, 1988).

Esta competência concorrente possui apenas particularidades em relação à União, que estaria limitada a editar normas gerais sobre as matérias previstas no art. 24, aberta a possibilidade aos estados e municípios de suplementar estas normas e, no caso de omissão federal, competiria aos estados a edição de normas gerais até a superveniência da lei federal, conforme os §§ 1º e 2º do referido dispositivo constitucional. Ainda, o texto constitucional conferiu competência privativa à União, aqui excluindo estados, DF e municípios, para legislar sobre aguas, energia, jazidas minerais e atividades nucleares, conforme o art. 22, incisos IV, XII e XXVI (BRASIL, Constituição, 1988).

A extensão à totalidade dos entes federativos da possibilidade de legislar sobre meio ambiente e de protege-lo, respeitadas as regras do art. 24 da Constituição, buscava garantir uma proteção plena ao meio ambiente, pois caso um ente federativo fosse omisso, outro poderia assumir seu papel. Ocorre que este complexo sistema de repartição de competências abriu margem para conflitos normativos, políticas públicas descoordenadas e, também, atos de polícia sobrepostos (de fiscalização, licenças, entre outros), prejudicando assim a tutela ambiental (MESQUITA, 2010b, 179-180). A fim de evitar a ocorrência destes conflitos, a própria Constituição passou a prever, no parágrafo único do art. 23, a fixação de normas para regulamentar a cooperação entre os entes nas matérias de competência comum (BRASIL, Constituição, 1988), norma esta que, em matéria ambiental, somente foi editada em 2011.

A norma em questão é a Lei Complementar nº 140/2011. O dispositivo traz, em seu art. 2º, definições de licenciamento ambiental, atuação supletiva e atuação subsidiária, buscando definir o papel de cada ente, bem como instrumentos e ações de cooperação dos quais os entes federativos podem lançar mão, almejando a concretização da Política Nacional do Meio Ambiente, prevista na lei 6.938/1981. Também, o diploma legal busca, conforme seu art. 6º, garantir o desenvolvimento sustentável pela harmonização e integração das políticas governamentais sobre meio ambiente (BRASIL, 2011a).

Não há aqui espaço para uma análise mais detida dos artigos, porém é possível concluir que a edição da Lei Complementar foi, de fato, um avanço na estabilização da legislação ambiental no Brasil e na melhora da atuação do Poder Público na proteção do meio ambiente e promoção da sustentabilidade. Contudo, mesmo com a edição da norma, persistem os problemas. A Lei, apesar de servir como diretriz para a consumação de um quadro que viabilize a cooperação entre as esferas de governo federais, não resolve o problema da cooperação, pois depende de efetiva aplicação pelos órgãos governamentais e, ao prescrever obrigações a estes, levanta dúvidas sobre a constitucionalidade de seus dispositivos (GURGEL, 2013). Diante deste cenário é possível concluir que, também, a legislação ambiental, ou mais precisamente a falta de uma maior integração entre os competentes para legislar sobre a matéria, é um fator de repulsa a investimentos estrangeiros na área.

Paralelamente aos problemas internos de insegurança jurídica no ordenamento brasileiro, observa-se como um fator negativo para o ingresso investimentos estrangeiros no país na área de meio ambiente e sustentabilidade a

falta de um maior envolvimento do Brasil nos sistemas internacionais de proteção e atenuação dos riscos destes investimentos.

Com efeito, esse sistema de proteção possui como um dos principais elementos os Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPRIs ou também APPIs), definidos em item anterior. Conforme a doutrina, os APPRIs assumem majoritariamente a forma de Tratados Bilaterais sobre Investimentos (TBI, ou BITs – *Bilateral Investment Treaties*) (COSTA, 2006, p.68). Estes acordos variam conforme os países signatários, mas possuem, essencialmente, cláusulas sobre definições de investimento estrangeiro e de investidor estrangeiro, a finalidade de proteção e promoção de investimentos estrangeiros, da cobertura de pós ou de pré entrada de investimentos, bem como clausulas com regras pertinentes à transferência de capitais, de pessoal estrangeiro, de seguros e de solução de controvérsias e a padrões ambientais e laborais mínimos (COSTA, 2006, p.69).

Como se denota da caracterização dos APPRIs, estes buscam justamente a criação de regras particulares entre os Estados, não vinculadas aos ordenamentos jurídicos internos. Isto ocorre porque uma das intenções principais do sistema dos acordos, em sua origem na segunda metade do século XX até os dias de hoje, é a minimização dos chamados “riscos não comerciais”, ou seja, dos riscos políticos, marcantes em países em desenvolvimento (AZEVEDO, 2001, p.4). A instabilidade jurídica pode ser enquadrada como um risco não comercial, não coberto, no Brasil, pela assinatura de nenhum Tratado Bilateral de Investimentos.

Há que se ressaltar, por outro lado, que o Brasil, apesar dos recentes eventos envolvendo a troca de governo, se encontra em um cenário de estabilidade política sensivelmente maior que o observado em décadas passadas, e possuidor de um sistema interno de proteção aos investimentos, tornando o país atraente em termos de investimentos estrangeiros. Porém, a estabilidade política e econômica do país, apesar de contribuírem de forma decisiva, não bastam para uma atratividade plena de investimentos, é necessária, mais que a própria assinatura dos acordos de proteção, uma integração ao sistema internacional de arbitragem e, consequentemente, à Convenção de Washington de 1965 (CAETANO, 2010a, p. 10).

A Convenção de Washington e a criação do Centro Internacional de Resolução de Disputas sobre Investimento (CIRDI), em seu âmbito, ocorreram por conta da percepção internacional de que o modelo até então adotado, o da solução diplomática da controvérsia entre Estados estrangeiros e entre estes e particulares era inconveniente, pois dependia da chancela, principalmente no caso do particular, de seu país de origem, sujeitando-se a questão, também, a riscos de “politização da demanda”, a discriminações de cunho fiscal e financeiro, nacionalizações, entre outras medidas (CAETANO, 2010a, p. 6).

O CIRDI é um órgão central do sistema da Convenção, criado para, de forma isenta, célere e imparcial, solucionar as controvérsias do comércio internacional por meio da arbitragem. Cumpre ressaltar que o CIRDI não realiza a arbitragem em si, apenas administra os procedimentos arbitrais estabelecidos sobre os ditames da Convenção de Washington. O Brasil resiste a adentrar neste sistema, sob a alegação de que já possui um sistema interno de proteção, e, também, vê o procedimento arbitral do CIRDI com receio diante do ocorrido com a Argentina, país signatário da Convenção e que, em plena crise econômica do início dos anos 2000,

se viu obrigado a arcar com compromissos internacionais diversos por conta de condenações do CIRDI (CAETANO, 2010a, p. 10).

Contudo, o procedimento de sujeição ao CIRDI possui um duplo consentimento, ou seja, a ratificação da Convenção de Washington e a concordância com a solução da controvérsia pelo Centro, por parte dos dois Estados envolvidos. Assim, ao menos para a assinatura da Convenção as justificativas do Estado brasileiro não são plausíveis, pois este poderia sujeitar-se ao CIRDI apenas quando lhe for conveniente. Segundo Caetano (2010a, p. 10), solução diversa ocorreria com os APPRIs, sendo que estes sim sujeitariam o país automaticamente ao CIRDI. Todavia, novamente o Estado, no caso o Brasil, terá a opção de firmar ou não o Acordo, levando à conclusão de que a resistência do país em fazer parte deste sistema possui frágil sustentação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, o Brasil seria beneficiado com a ratificação da Convenção de Washington e sua participação no CIRDI, com a ressalva de que essa participação se daria, conforme acima exposto, quando lhe conviesse. A mesma lógica pode ser aplicada à assinatura dos Tratados Bilaterais de Investimentos, ou qualquer outra modalidade de Acordo de Proteção. A questão assume patamares mais relevantes ainda quando analisada sob o prisma de controvérsias entre particulares e Estados estrangeiros, incluído no âmbito dos “particulares” as empresas privadas.

Neste sentido, e diante da constatação de que o Brasil cada vez mais se torna exportador de capital, a falta de ratificação da Convenção de Washington dificulta sobremaneira a solução de controvérsias envolvendo empresas brasileiras investidoras no exterior com Estados estrangeiros. Caso nosso país fosse signatário da Convenção, a empresa nacional e o Estado estrangeiro eventualmente em litígio poderiam acionar o CIRDI, resolvendo a controvérsia de forma imparcial e com maior justiça e celeridade, nos termos da Convenção.

Novamente em um caso hipotético, se o Brasil e um Estado estrangeiro fossem signatários de um Tratado Bilateral de Investimentos, ambos os países e eventualmente empresas de ambas as nacionalidades poderiam beneficiar-se diretamente dos termos do Tratado, uma vez que o investidor estrangeiro, apesar de não signatário, é diretamente beneficiado pelo Tratado.

Todavia, ainda que o Brasil de fato se envolva de forma mais satisfatória no sistema internacional de proteção dos investimentos estrangeiros, contribuindo decisivamente para a melhora do cenário para investimentos estrangeiros, os problemas de instabilidade jurídica internos também devem ser resolvidos ou ao menos atenuados para tornar o cenário o mais favorável possível. Acerca da Medida Provisória, cujo principal problema é o abuso em sua utilização, uma maior conscientização do Poder Executivo, bem como maior controle por parte dos demais Poderes poderiam limita-la, sendo esta limitação também possível de forma mais direta, com uma efetiva restrição de seu âmbito por meio de Emenda Constitucional.

Quanto à legislação ambiental, nota-se que o sistema normativo brasileiro possui grandes virtudes, promovendo de fato uma proteção adequada ao meio ambiente e, também, uma preocupação com um desenvolvimento de forma sustentável. Falta ao país, conforme apontado pela doutrina, uma maior integração

entre as esferas de governo responsáveis pela edição e fiscalização do cumprimento de normas e de planejamento, implementação e execução de políticas públicas ambientais. Esta maior integração, por meio de ações cooperativas já delineadas na Lei Complementar 140/2011, promoverá o equilíbrio entre a atuação dos entes evitando excessos e sobreposições notadamente em áreas economicamente sensíveis, e, portanto, sensíveis aos investimentos estrangeiros, como o licenciamento e fiscalização ambientais.

Assim, com um aperfeiçoamento do ordenamento jurídico interno e de uma maior participação no sistema internacional de proteção de investimentos e solução de controvérsias no âmbito internacional, somadas a uma manutenção e melhoria da estabilidade política e econômica, o Brasil poderá aumentar sobremaneira os investimentos estrangeiros em sustentabilidade, promovendo assim um desenvolvimento econômico consciente e engajado com o futuro do país e do planeta.

REFERÊNCIAS

ANDRIETTA, Maria Amabile; FIORATI, J.J. A Avaliação de Riscos e a *Due Dilligence* nos Direitos Brasileiro e Norte-Americano. In: **Temas de direito público III.** José Duarte Neto (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, Departamento de Direito Público, 2013, p. 157-175.

AZEVEDO, Débora Bithiah. **Acordos para a promoção e a proteção Recíproca de investimentos assinados pelo Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2001. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/102080.pdf>. Acesso em: 16 out 2017.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 out 2017.

BRASIL. **Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011** - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do **caput** e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal. Brasília, DF: 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm>. Acesso em: 10 out 2017.

CAETANO, Fernanda Araújo Kallás e. Direito internacional dos investimentos na atualidade: uma análise da posição brasileira. **E-Civitas**. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2010, p. 1-16.

COSTA, Jose Augusto Fontoura. Proteção e promoção do investimento estrangeiro no Mercosul – uma ferramenta para a implementação de um bom clima de investimentos? In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** Nº 49. Brasília: 2006, p. 60-77.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2. Ed. Belo Horizonte: DelRey, 2006.

FERNANDES, Erika Capella. Arbitragem de investimentos no ICSID: apontamentos e reflexões para uma (re)avaliação da tradicional posição brasileira, in: **Avaliação de Riscos e solução de conflitos no Direito do Comércio Internacional.** Jete Jane Fiorati (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015, p. 111-142.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do Processo Legislativo**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, Karla Closs. **Investimentos estrangeiros: regulamentação internacional e Acordos Bilaterais**. Curitiba: Juruá, 2008.

GRECO, Leonardo. A Execução e a Efetividade do Processo. **Revista de Processo**. Vol. 94. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1999. Disponível em <http://www.rtonline.com.br/index.shtml>. Acesso em: 14 out 2017.

GURGEL, Carlos Sergio. **Federalismo cooperativo ambiental no Brasil. Notas sobre a Lei Complementar nº 140/2011**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/23965/federalismo-cooperativo-ambiental-no-brasil/2>. Acesso em 16 out 2017.

MESQUITA, Marcel Brugnera. O federalismo brasileiro e a repartição de competências em matéria ambiental. **Boletim Científico ESMPU**. n. 32/33Brasília: 2010, p. 177-197.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A CONSTRUÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

CONSTRUCTION AND KNOWLEDGE MANAGEMENT IN THE CONTEXT OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT: A PRELIMINARY ANALYSIS

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Faculdade Católica Paulista (FACAP) / Unesp
Doutorando em Ciência da Informação
bitencourt@gmail.com

CAZANE, Ana Lívia
Faculdade Católica Paulista (FACAP) / UNESP
Mestre em Engenharia de Produção
alcazane@yahoo.com.br

Resumo

A proposta deste trabalho é abordar a Construção e Gestão do Conhecimento sob a perspectiva da Gestão da Cadeia de Suprimentos (GCS), destacando a GCS como gerador de conhecimento estratégico no contexto das organizações. O método escolhido para o trabalho é a pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento de informações e conceitos sobre Gestão do Conhecimento e Gestão da Cadeia de Suprimentos, na sequência os temas foram analisados e relacionados, gerando reflexões. Como principais resultados, observou-se que a GCS proporciona um grande número de informações tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo para a organização. Essa por sua vez, ao possuir competência pode ser capaz de construir novos conhecimentos, tornando-sepossível proporcionar diferencial competitivo. Tal diferencial ocorre devido a aquisição das informações do ambiente interno e externo que, quando alinhadas aos processos da organização, são capazes de alterar processos, proporcionando assim mais agilidade e assertividade aos processos e decisões.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento, Gestão da Cadeia de Suprimentos, Estratégia.

Abstract

The focus of this research is to approach the Construction and Knowledge Management from the perspective of Supply Chain Management (SCM), highlighting the SCM as a generator of strategic knowledge in the context of organizations. The method chosen for the research is the bibliographical research, a survey was carried out on information and concepts on Knowledge Management and Supply Chain Management, following which the themes were analyzed and related, generating

reflections. As main results, it was observed that Supply Chain Management provides a large number of information from both the internal environment and the external environment to the organization. This in turn by owning competence may be able to build new knowledge, making it possible to provide competitive differential. Such a differential occurs due to the acquisition of information from the internal and external environment that when aligned with the processes of the organization are able to change processes, thus providing more agility and assertiveness to processes and decisions.
Keywords: Knowledge Management, Supply Chain Management, Strategy.

1 INTRODUÇÃO

Tanto no meio acadêmico quanto no meio empresarial, cada vez mais se percebe que o tema cadeia de suprimento, assim como sua gestão, não constitui apenas uma tendência terminológica passageira, mas encerra conceitos inovadores de integração de funções e interligação entre empresas.

A globalização, que se intensificou nas últimas décadas do século XX, força as empresas a aceitar a ideia de que estão inseridas numa cadeia de suprimentos, de extensão geográfica considerável (MACHLINE, 2011). Este cenário organizacional é resultado das novas necessidades dos consumidores. Atualmente, para obter vantagem no mercado competitivo, os produtos devem atender essas novas necessidades definidas por expectativas de elevado padrão de qualidade, entrega rápida, serviços excelentes e preços justos.

Portanto, diante deste cenário, destacam-se as organizações que, trabalhando em parceria, desenvolvem ações para a obtenção de uma cadeia de suprimentos consistente para atingir objetivos conjuntos com maior eficácia, forçando constantemente pesquisadores e gerentes a pensar em termos de gestão das operações e processos através das fronteiras organizacionais (MELNYK et al., 2007).

Neste contexto a construção e gestão do conhecimento ganha destaque passando a ser fundamental no ambiente empresarial. Valentim e Gelinski (2007) destacam que, o processo de construção de conhecimento no contexto organizacional pode ser explicado como uma atividade inerente ao ser humano.

Todos os indivíduos, no âmbito organizacional, têm diferentes necessidades informacionais para desenvolverem suas atividades cotidianas, assim como para a tomada de decisão.

Na mesma linha de raciocínio, Davenport; Prusak (1998) afirmam que conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

Observando-se a importância isolada destes conceitos e entendendo que há similaridades e intersecções, o objetivo deste estudo é abordar a construção e gestão do conhecimento sob a perspectiva da gestão da cadeia de suprimentos, destacando a gestão da cadeia de suprimentos como gerador de conhecimento estratégico no contexto das organizações, buscando colaborar com o crescimento

do conhecimento acadêmico na área.

Sobre a metodologia utilizada para a realização deste trabalho, ela consiste em pesquisa bibliográfica. Foi realizado o levantamento sobre informações e conceitos sobre Gestão do Conhecimento e Gestão da Cadeia de Suprimentos, na sequência, os temas foram analisados e relacionados, gerando reflexões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão da Cadeia de Suprimento como suporte no processo organizacional

Uma das mudanças mais significantes ocorridas na gestão de negócios foi a transição da competição entre organizações individuais para a competição entre cadeias de suprimentos (LAMBERT et al, 1998).

A Gestão da Cadeia de Suprimentos (GCS) trata basicamente da integração holística dos processos de negócios (*business process*) por intermédio da cadeia produtiva, com objetivo de atender o consumidor final mais efetivamente, isto é, sendo eficiente e eficaz simultaneamente (PIRES et al., 2001). De maneira geral, a GCS busca intensificar, somar e amplificar os benefícios de uma gestão integrada da cadeia de suprimentos. Assim, as estratégias e as decisões deixam de ser formuladas e firmadas sob a perspectiva de uma única empresa e passam a fazer parte da cadeia produtiva como um todo (PARRA; PIRES, 2003).

A visão sistêmica permite que as organizações compreendam os efeitos de suas ações para todas as outras organizações na cadeia até o cliente final, permitindo-se, assim, valerem-se estrategicamente de sua posição (TAN, 2001).

Para Chopra e Meindl (2003), uma cadeia de suprimentos (CS) engloba todos os estágios (clientes, varejistas, distribuidores, fabricantes e fornecedores) envolvidos, direta ou indiretamente, no atendimento de um pedido ao cliente. Assim, a CS passa a ser vista, segundo Lummus et al. (1998), como uma rede de entidades que abrange todo o fluxo de materiais e informações.

A definição de GCS adotada nesta pesquisa é a definição desenvolvida em 1994 e modificada em 1998 pelos membros do Global Supply Chain Fórum (GSCF) (PIRES, 2009): “GCS é a integração dos processos de negócios desde o usuário final até os fornecedores originais (primários) que providenciam produtos, serviços e informações que adicionam valor para os clientes e stakeholders”.

Pode-se observar que as definições sobre o tema são convergentes, demonstrando a importância da integração dos agentes envolvidos durante todo o processo. Também é importante destacar que a maioria dos conceitos focaliza o consumidor, pois todo processo deve partir dele, buscando equacionar a cadeia de suprimento de forma a atendê-lo na forma por ele desejada.

Este cenário organizacional é resultado das novas necessidades dos consumidores. Atualmente, para obter vantagem no mercado competitivo, os produtos devem atender essas novas necessidades definidas por expectativas de elevado padrão de qualidade, entrega rápida, serviços excelentes e preços justos.

Objetivando alcançar essas expectativas, os produtores querem reduzir o lead-time de desenvolvimento de novos produtos, o tempo de entrega e o de atendimento aos clientes e ainda aumentar/melhorar o relacionamento entre clientes, fornecedores e empresa.

Portanto, cada vez mais, existe nas empresas a necessidade de planejar a

produção, comprar, gerenciar fornecedores e realizar entregas em todo o mundo com qualidade e custos reduzidos (VIEIRA, 2005).

Neste contexto de forte competitividade, destacam-se as organizações que, trabalhando em parceria, desenvolvem ações para a obtenção de uma cadeia de suprimentos consistente para atingir objetivos conjuntos com maior eficácia.

Assim, o tema gestão da cadeia de suprimentos tem forçado constantemente pesquisadores e gerentes a pensar em termos de gestão das operações e processos através das fronteiras organizacionais (MELNYK et al., 2007).

Quanto à importância da integração na cadeia de suprimentos, Wilkinson e Young (2002) comentam que as empresas não sobrevivem e prosperam apenas por seus esforços individuais, uma vez que o desempenho de cada empresa depende das atividades e desempenho de outras e, assim, da natureza e qualidade das relações diretas e indiretas que a empresa desenvolve com seus parceiros na cadeia.

A ideia de integração no contexto intra e inter-empresarial é reforçada por Tan (2002), na medida em que o autor afirma que a filosofia subjacente à GCS focaliza a maneira pela qual as organizações implementam os seus processos de fornecimento, a tecnologia, a capacidade de aumentar a vantagem competitiva e a coordenação das funções de produção, logística e materiais, tanto dentro de cada organização como entre as organizações.

Os principais obstáculos para a GCS observados por Cazane (2012) em um estudo de múltiplos casos são referentes à cultura organizacional, à resistência das pessoas envolvidas nos processos, empresas que não estão preparadas para compartilhar informações e dificuldades para adequação a tecnologia no curto prazo.

2.2 A construção do conhecimento e a sua gestão como estratégia para as organizações

O conhecimento cada vez mais vêm ganhando importante *status* de componente estratégico no contexto das organizações. JORGE et al (2016, p. 164) apontam que as organizações por meio da

> [...] globalização e as mudanças tecnológicas, as empresas se deparam com um ambiente altamente competitivo, onde o conhecimento se tornou o principal ativo das organizações, desta forma, a gestão correta desta ferramenta se torna um valioso recurso estratégico.

Ao encontro desse apontamento, Chiavenato (1999, p. 30), destaca a importância do conhecimento frente aos recursos financeiros das organizações, para o autor, “o capital financeiro deixou de ser o recurso mais importante, cedendo lugar ao conhecimento”. Nesse sentido, torna-se importante compreender a sua construção, bem como o processo de gestão desse importante recurso.

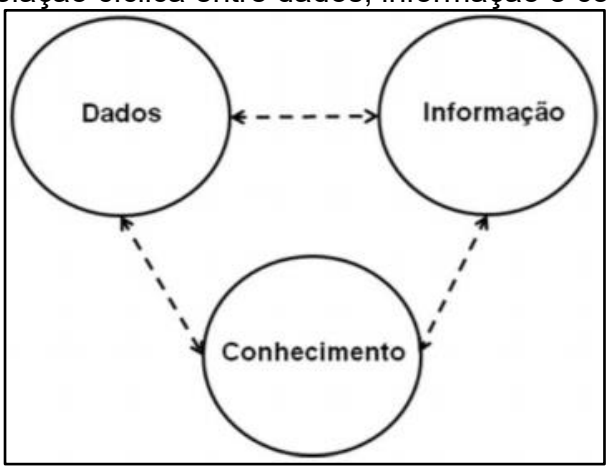
Assim, torna-se necessário compreender outros dois outros elementos responsáveis pela construção de conhecimentos, “dado” e “informação”. Santiago Junior (2004) apontam que,

> [...] Os dados podem ser considerados como sendo uma sequência de números e palavras, sob nenhum contexto específico. Quando os dados são organizados com a devida contextualização, há a

> informação. Já o conhecimento é a informação organizada, com o entendimento de seu significado (SANTIAGO JR, 2004, p. 27).

Compreender que as transformações de dados em informações e as informações em conhecimento é um ciclo que ocorre o tempo todo é fundamental para que se possa compreender a diferença, limites e propriedade de cada um desses componentes. Jorge (2013) sistematiza a relação cíclica entre dados, informação e conhecimento por meio da figura 1 e menciona que esses limites muitas vezes são muito complexos de serem identificados.

Figura 1: Relação cíclica entre dados, informação e conhecimento.



Fonte: Jorge (2013, p.29).

Os dados são considerados objetos que retratam de maneira simplificada o estado do mundo e as informações são os dados dotados de contexto, propósito e relevância para o sujeito ou grupo de sujeito que adquiriram os dados. Enquanto isso o conhecimento são o conjunto de dados, informações na mente humana, para Davenport e Prusak (1998, p. 6) o conhecimento é a

> [...] mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores [...].

Segundo Nonaka e Takeuchi (1998, p. 19), “o conhecimento em si, é formado por dois componentes dicotômicos e aparentemente opostos – isto é, o conhecimento explícito e o conhecimento tácito”. Para os autores, o conhecimento explícito é o conhecimento disponível sob algum suporte, enquanto que o tácito, é a soma de informações, dados e experiência na mente dos sujeitos.

Assim, o conhecimento explícito é um conhecimento que pode facilmente ser compartilhado, enquanto que o conhecimento tácito necessita de estratégias que auxiliem torná-lo explícito e compartilhável dentro de uma organização. Dessa maneira, o grande desafio da Administração ou Gestão do Conhecimento consiste em elaborar estratégias e ferramentas para que seja possível adquirir todos os recursos necessários como os dados e informações e capacitar os sujeitos para transformar tais recursos em conhecimentos. Terra (2000) contextualiza a Gestão do Conhecimento (GC) para as organizações, e menciona que a GC

> [...] está ligada à capacidade das empresas em utilizarem e combinarem as várias fontes e tipos de conhecimento organizacional para desenvolverem competências específicas e capacidade inovadora, que se traduzem, permanentemente, em novos produtos, processos, sistemas gerenciais e liderança de mercado (TERRA, 2000, p. 70).

Indo ao encontro da ideia de Terra (2000), Pérez-Montoro (2008, p.63-64), define a GC como,

> [...] como a disciplina que se encarrega de estudar o projeto e a implementação de sistemas cujo principal objetivo é que todo conhecimento tácito, explícito, individual, interno e externo envolvido na organização possa transformar-se e converter-se, sistematicamente, em conhecimento organizacional ou corporativo de forma que esse conhecimento corporativo, ao tornar-se acessível e pode ser compartilhado, permite que aumente o conhecimento individual de todos os seus membros e que isso redunde diretamente em uma melhora da contribuição desses sujeitos no alcance dos objetivos que busca a própria organização.

É possível compreender que, antes que a organização comece a trabalhar com o conhecimento enquanto recurso é necessário compreender seus limites, diferença e complexidade, pois somente assim torna-se possível construir novos conhecimentos. Esse processo está totalmente relacionado com a gestão desse recurso, afinal, o desenvolvimento de ferramentas e estratégias para gerir o conhecimento perpassa pela compreensão de seus insumos e processo de construção.

2.2 A gestão dos processos da cadeia de suprimentos como gerador de conhecimento estratégico no contexto das organizações

Partindo do pressuposto que a cadeia de suprimentos enquanto processo trabalha diretamente com dados e informações, alinhada a experiência dos sujeitos que atuam em suas atividades, Choo (2003, p.27) ressalta o uso da informação sob três aspectos:

- Uso da informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo (criação de significado);
- Uso estratégico da informação (construção de conhecimento);
- A informação como subsídio para a tomada de decisão.

Quadro 1: Modos de uso da informação – Choo.

Modo	Ideia Central	Resultados	Principais Conceitos
Criação de significado	Organização interpretativa: Mudança ambiental èDar sentido aos dados ambíguos por meio de interpretações. A informação é interpretada.	Ambientes interpretados e interpretações partilhadas para criar significado.	Interpretação, seleção, retenção.
Construção de conhecimento	Organização aprendiz: Conhecimento existente è Criar novos conhecimentos por meio da conversão e da partilha dos conhecimentos. A informação é convertida.	Novos conhecimentos explícitos e tácitos para a inovação.	Conhecimento tácito. Conhecimento explícito. Conversão do conhecimento.
Tomada de decisões	Organização racional: Problema è Buscar e selecionar alternativas de acordo com os objetivos e preferências. A informação é analisada.	Decisões levam a um comportamento racional e orientado para os objetivos.	Racionalidade limitada. Premissas decisórias. Regras e rotinas.

Fonte: Choo – 2003 – p.46.

Observa-se que os três modos destacados por Choo (2003) estão inter-relacionados, existindo certa dependência entre eles. No primeiro modo, quanto ao uso da informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo, cria-se significado em relação ao contexto organizacional, auxiliando assim os processos de mudança.

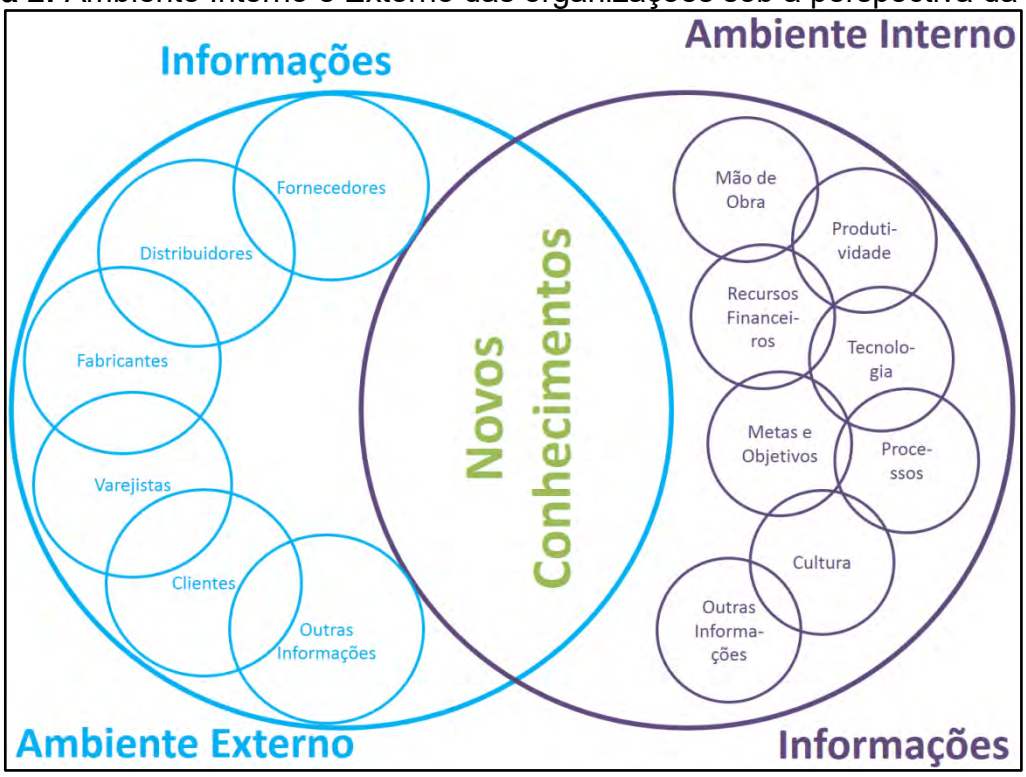
Destaca-se a dinamicidade que as organizações necessitam ter no ambiente incerto em que estão inseridas, assim, precisam garantir suprimentos, recursos e energia de maneira confiável que, por sua vez, possibilitam à organização se adaptar de maneira rápida e precisa aos movimentos do mercado; ressalta-se que esse processo só é possível com o uso de informações.

Nesse sentido, a Gestão de Cadeia de Suprimentos (GCS) enquanto processo organizacional proporciona um grande número de informações tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo para a organização. Essa por sua vez ao possuir competência pode ser capaz de construir novos conhecimentos, afinal, por meio do GCS a organização passa a ter acesso a informações do ambiente externo, como informações de clientes, varejistas, distribuidores, fabricantes e fornecedores, e também informações do seu ambiente interno, informações sobre processos e atividades do ambiente interno da organização.

Em posse dessas informações torna-se possível a geração de conhecimento, esse por sua vez pode proporcionar diferencial competitivo a organização. Tal

diferencial ocorre devido a aquisição das informações do ambiente interno e externo que quando alinhadas aos processos da organização são capazes de alterar processos internos, proporcionando assim mais agilidade assertividade aos processos e decisões dos processos.

Figura 2: Ambiente Interno e Externo das organizações sob a perspectiva da GCS.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Além disso, por meio de um melhor aproveitamento dessas informações, é possível construir uma cultura positiva quanto a construção de novos conhecimentos, estimulando assim os colaboradores a contribuírem cada vez mais com a organização. Como consequência desse processo, os sujeitos organizacionais tornam-se mais autônomos o que os possibilitam a tomarem decisões mais rápidas e assertivas, tornando assim a organização cada vez mais competitiva por meio dos conhecimentos do ambiente interno, externos e aos novos conhecimentos construídos na organização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Sendo assim, foi realizado o levantamento de informações e conceitos sobre Gestão do Conhecimento e Gestão da Cadeia de Suprimentos, caracterizando a pesquisa como exploratória. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é:

> [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há

pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Posteriormente o levantamento das informações sobre os temas mencionados, os mesmos foram analisados e relacionados. Ao relacionar os conceitos, foram realizadas reflexões e intersecções sobre os temas, construindo assim importantes direcionamentos para a junção dos temas.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Compreender a informação como recurso organizacional responsável por construir novos conhecimentos é ponto de partida para um melhor aproveitamento desse recurso na organização. Corroborando com essa afirmação, Choo (2003, p.28) destaca que o processo de construção de conhecimento é realizado quando a organização "[...] cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado".

Nesse sentido, a Gestão da Cadeia de Suprimentos (GCS) pode ser responsável por conectar-se a várias fontes de informações no ambiente interno e externo, sendo essas informações utilizadas como componentes estratégicos na construção de novos conhecimentos. Tal afirmação ocorre pois conforme observado, o processo de Gestão de Cadeia de Suprimento atua diretamente de maneira holística com vários *stakeholders* e alinhada as informações do ambiente externo, passa ser possível construir novos conhecimentos organizacionais.

Observa-se a necessidade da organização trabalhar de maneira mais consistente com as informações dos processos e atividades de GCS, sendo assim, recomenda-se o aprofundamento em pesquisas relacionando a informação a Gestão de Cadeia de Suprimentos, bem com estratégias e modelos voltados para um melhor uso da informação, para que seja possível a construção de novos conhecimentos organizacionais. Dessa maneira, torna-se necessário a adoção de um modelo e estratégias voltadas para a Gestão da Informação e o processo de Inteligência Competitiva, sendo estas capazes de proporcionar importantes informações para que seja possível a construção de conhecimento.

Outros elementos também são fundamentais para implementação da gestão da informação, gestão do conhecimento e o processo de inteligência competitiva, como, por exemplo, desenvolver uma cultura organizacional/cultura informacional positiva, a comunicação organizacional/comunicação informacional, a estrutura (formal e informal), a racionalização (fluxos e processos), as redes de relacionamentos, o desenvolvimento de competência informacional, entre outros. Com isso recomenda-se a realização de outras pesquisas com esses enfoques voltados para a GCS.

REFERÊNCIAS

CAZANE, Ana Livia. **Identificação de práticas de gestão da cadeia de suprimentos adotadas no setor alimentício:** estudo de múltiplos casos. 2012. 118 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93000>.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

CHOO, C. W. A. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003. Tradução de Eliana Rocha. 425p.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos** – Estratégia, Planejamento e Operação. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Campus,1998.

JORGE, et al. **AS MUDANÇAS DE GERAÇÕES E O IMPACTO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL**, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/278/141>. Acesso em: 09. Out. 2017.

JORGE, C. F. B. **Gestão da informação esportiva no contexto da inteligência competitiva em clubes de futebol:** um estudo de caso no Marília Atlético Clube. 2013. 322-f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/jorge_cfb_me_mar.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

LAMBERT, D.M.; COOPER, M.C.; PAGH, J.D. Supply chain management: implementation issues and research opportunities. **International Journal of Logistics Management***,* v.9, n.2, p. 1-19, 1998.

LUMUS, R. R.; VOKURKA, R. J.; ALBER, K. L. Strategic supply chain planning. **Production and Inventory Management Journal**, v. 39, n. 3, p. 49-58, 1998.

MACHLINE, C. Cinco décadas de logística empresarial e administração da cadeia de suprimentos no Brasil. **RAE**,v. 51, n.3, p. 227-231, 2011.

MELNYK, S.A.; LUMMUS, R.; VOKURKA, R.J.; SANDOR, J. Supply chain management 2010 and beyond: mapping the future of strategic supply chain. **APICS Executive Summay Report.** Jun. 2007.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa:** como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PARRA, P.H. & PIRES, S.R.I. Análise da gestão da cadeia de suprimentos na indústria de computadores. **Revista Gestão e Produção***,* v.10, n.1, p.1-15, 2003.

PÉREZ-MONTORO G. M. **El fenómeno de la información:** una aproximación conceptual al flujo informativo. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

PIRES, S.R.I. **Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management):** conceitos, estratégias, práticas e casos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PIRES, S.; BREMER, C.; SANTA EULÁLIA, L.; GOULART, C. Supply chain and virtual enterprises: comparisons, migration and a case study. **International Journal of Logistics: Research and Applications**, v. 4, n. 3, 2001.

SANTIAGO JR, J. R. S. **Gestão do Conhecimento:** a chave para o sucesso empresarial. São Paulo: Novatec, 2004.

TAN, K.C. A framerwork of Supply Chain Management Literature. **European Journal of Purchasing & Supply Management**, v. 7, p. 39 – 48, 2001.

TAN, K. C. Supply Chain Management: Practices, concerns, and performance issues. **The Journal of Supply Chain Management** – A Global Review of Purchasing and Supply. p. 42-53, Winter, 2002.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento:** especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004. 3p. Disponível em:<http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em 18. mai. 2016.

VALENTIM, M. L. P.; GELINSKI, J. V. V. **Gestão do conhecimento corporativo**. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Informação, conhecimento e inteligência organizacional. 2.ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007.

VEIGA, G. M. O; BIANCHINI, V. K.; ASSUMPSSÃO, M. R. P; ONOYAMA, M. M., Importância dos fornecedores na indústria de alimentos: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12., Bauru, 2005. **Anais...** Bauru, 2005. Bauru: SIMPEP, 2005.

WILKINSON, A.; YOUNG, L. On cooperating firms, relations and networks. **Journal of Business Research**, v. 55, p. 123-132, 2002.

A ECONOMIA CIRCULAR COMO FERRAMENTA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sessão temática: 2.2 Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

TIOSSI, Fabiano Martin
UNIMEP/FUNEC/FAMA
Docente de cursos de graduação e pós graduação
fmartintiossi@yahoo.com.br

SIMON, Alexandre Tadeu
UNIMEP
Docente de curso de pós graduação stricto sensu
atsimon@unimep.br

TERNERO, Ederson Mela
FUNEC
Docente de cursos de graduação e pós graduação
administração@funecsantafe.edu.br

Resumo

Com o advento da Revolução Industrial, as empresas iniciaram um novo processo de fabricação que se desenvolvia cada vez mais conforme o consumo também crescia. Atrelado a este desenfreado aumento de produção, problemas começaram a surgir como resultado de operações que visavam somente benefícios econômicos, impactando de forma negativa, tanto no meio ambiental como no social. Devido a isso, a sustentabilidade começa a receber maior atenção de ambientalistas e diversas autoridades governamentais visando minimizar os impactos negativos que já começavam a aparecer. Resultados positivos começaram a se despontar, mas, mesmo com estratégias de combate e prevenção aos problemas ambientais, as práticas de sustentabilidade mostraram-se insuficientes para solucionar os problemas da contemporaneidade. Nesse sentido, surgem novas discussões com o desafio de incluir ações inovadoras que levem ao desenvolvimento sustentável. A economia circular desponta-se como a melhor alternativa de contribuição à resolutividade desses diversos problemas. Logo, este estudo tem como objetivo identificar as diferenças e similaridades entre sustentabilidade e economia circular buscando compreender em quais quesitos a economia circular complementa a sustentabilidade. Sua realização se dá por meio de pesquisa exploratória classificada como bibliográfica. Pelos resultados, identifica-se que a economia circular apresenta novas ações de forma a implementar o proposto pela sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Economia Circular, Diferenças e Similaridades.

THE CIRCULAR ECONOMY AS A TOOL TO SUPPORT SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Abstract

With the advent of the Industrial Revolution, the companies began a new manufacturing process that was developing more and more as consumption also grew. Coupled with this unbridled increase in production, problems began to emerge as a result of operations that aimed only at economic benefits, impacting negatively on both the environmental and social environments. Because of this, sustainability is getting more attention from environmentalists and government officials in order to minimize the negative impacts that were already starting to appear. Positive results began to emerge, but even with strategies to combat and prevent environmental problems, sustainability practices proved insufficient to solve contemporary problems. In this sense, new discussions arise with the challenge of including innovative actions that lead to sustainable development. Circular economics emerges as the best alternative to contribute to the resolution of these various problems. Therefore, this study aims to identify the differences and similarities between sustainability and circular economy in order to understand in which issues circular economy complements sustainability. Its accomplishment occurs through exploratory research classified as bibliographical. From the results, it is identified that the circular economy presents new actions in order to implement the one proposed by the sustainability.

Keywords: Sustainability, Circular Economy, Differences and Similarities.

1 INTRODUÇÃO

A cada dia tem-se dado maior importância ao tema sustentabilidade, estando o mesmo em destaque nos variados meios empresariais, acadêmicos e na sociedade. No entanto, as atenções voltam-se à área de forma cada vez mais intensa, com o propósito de trazer à tona discussões a respeito do assunto visando minimizar os impactos ambientais negativos provocados pela produção industrial e aquecimento global, dentre outros (AMATO NETO, 2011). Considera-se que há uma grande incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e a forma como as sociedades produzem e consomem, meios pelos quais não se alcança a sustentabilidade.

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento de problemas ambientais, dentre outros, autoridades governamentais têm se preocupado com a implantação de novas estratégias de negócios que promovam a conservação ambiental. A economia circular surge como um modelo de crescimento econômico que visa a proteção ambiental, a prevenção da poluição e o desenvolvimento sustentável (LI, 2012). De acordo com EMF (2013), a economia circular é, por princípio, regenerativa e restaurativa, buscando explorar ao máximo a capacidade de utilização dos componentes e materiais existentes em um produto.

No contexto atual existe um grande desafio à manutenção do processo de criação de riqueza global. O modelo linear de produção tem ocasionado um conjunto de consequências ambientais negativas, tal qual o esgotamento de reservas e a degradação do capital natural que afeta a produtividade das economias. Há que se

considerar inicialmente que a utilização do modelo linear para a produção de bens é representativo da realidade da grande maioria das empresas mundiais. O estudo de um modelo de economia circular de produção emerge como uma alternativa, já que o modelo linear tem gerado, em âmbito global, retração da quantidade e variedade de recursos naturais disponíveis, visto ainda que a qualidade ambiental não pode ser mantida ou melhorada por meio do crescimento econômico atual (GEORGE *et al,* 2015).

Segundo a EMF (2013), a economia circular pode criar enormes oportunidades de renovação, regeneração e inovação na indústria. Dessa forma, é necessário construir um sistema que combine a economia circular com estratégias de desenvolvimento sustentável para as empresas. Por ser um objeto de estudo relativamente novo, pesquisas apontam para avanços, ainda pequenos, da economia circular em âmbito global. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo identificar as diferenças e similaridades entre sustentabilidade e economia circular buscando compreender em quais quesitos a economia circular complementa a sustentabilidade. Metodologicamente o estudo é desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica em produção intelectual relativa ao tema proposto. A princípio, são apresentadas considerações teóricas sobre o assunto e, na sequência, um estudo comparativo atendendo ao proposto no objetivo primário.

2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo do tempo o homem desenvolveu formas variadas de satisfazer suas necessidades apropriando-se de recursos naturais e posteriormente convertendo-os em bens e serviços (RIBEIRO, 2002). No entanto, o modo como as sociedades detém os recursos naturais para atender suas necessidades tem se tornado continuamente menos sustentável. Mesmo com os diversos avanços nos processos de produção, a economia sempre manteve-se em um processo permanente de produção, ou seja, o linear, aquele em que ocorre a extração, fabricação, uso e posterior descarte do produto (EMF,2012).

É comum que em uma economia capitalista de mercado o foco esteja centrado para o valor financeiro, mas deve-se voltar a atenção para a finitabilidade destes recursos (GEORGE *et al*, 2015) que, quando utilizados de maneira incorreta, podem causar graves prejuízos ao meio ambiente. E este uso indevido de recursos começou a agravar com o desenvolvimento das empresas após a Revolução Industrial.

A discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento existe há longas datas. Encontros e conferências mundiais aconteceram com o intuito de trazer à tona os principais motivos que estavam causando tal degradação ambiental.

Dessa forma, somente a partir da década de 1970 a sustentabilidade, em seu conceito, passa a ganhar importância e notoriedade mundial, resultado da preocupação de uma possível crise ecológica (PISANI, 2006). Ainda no início desta década, um grupo de economistas e cientistas, do Clube de Roma, publicam um relatório intitulado “Limites do Crescimento” onde destacam os limites de recursos físicos do planeta evidenciando que, se esses limites de exploração forem excedidos, poderá ser gerada uma catástrofe (ELKINGTON, 2001).

Ao longo das últimas décadas, o que deve ser uma correta gestão ambiental passou por inúmeras transformações. Reconhecido internacionalmente em 1972, na

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia, o conceito de sustentabilidade teve como objetivo discutir assuntos referentes ao meio ambiente e soluções para a preservação da humanidade (POMBO; MAGRINI, 2008).

Porém, Satolo (2012) apresenta que o termo sustentabilidade tem sido altamente mencionado, obtendo uma percepção ambígua, com associações contraditórias e obscuras. Isto ocorre das inúmeras denominações ao qual o termo é tratado, como: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade organizacional, responsabilidade empresarial e corporativa (...) Em meio a essa ambiguidade, Elkington (2001, p. 21), define sustentabilidade como "princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para futuras gerações".

Amato Neto (2011, p. 2) apresenta que "O termo sustentabilidade deve ser compreendido como um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana." No entanto, é importante ressaltar que só se alcança a sustentabilidade por meio do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, há que se considerar diferenças entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Pensando no ambiente empresarial, a sustentabilidade é vista como o pensamento voltado ao equilíbrio entre o crescimento econômico, ambiental e social de forma a garantir a existência de condições ecológicas suficientes para suportar a vida humana futura em um nível adequado de bem estar (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Já o conceito de desenvolvimento sustentável, criado em 1987 pelo Relatório das Nações Unidas, surge com o propósito de promover uma conciliação entre os atores em conflito; parte da relação entre a preservação do planeta e a satisfação das necessidades humanas de forma equilibrada, suprindo as necessidades da geração atual de maneira a não esgotar os recursos para o futuro; a construção da economia e da sociedade sem o comprometimento do meio ambiente (POMBO; MAGRINI 2008).

Nikolaou, Evangelinos e Allan (2013) consideram que as práticas de responsabilidade social corporativa (as atitudes empresariais voltadas ao desenvolvimento sustentável) são consideradas muito importantes e fatores necessários para os negócios, fornecendo soluções eficientes para uma maior sustentabilidade futura.

Estudo realizado por Klewitz e Hansen (2014) aponta que a sustentabilidade sofre influências diretas por meio da mudança de padrões de consumo e por meio de novas estruturas de mercado que ofereçam produtos que levem a uma redução do impacto ambiental. Os autores apontam ainda que, para as empresas alcançarem o sucesso em suas operações e se despontarem na competitividade é importante que aprimorem suas práticas de inovação voltadas à sustentabilidade.

Frente às constantes cobranças e crescentes preocupações ambientais e sociais, as organizações estão incorporando em seus modelos de negócios ações voltadas à sustentabilidade. Essa tem sido uma forma de renovar seu negócio, atendendo a legislações específicas e ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (RAJALA; WESTERLUND; LAMPIKOSKI, 2016).

No entanto, Maletic, Maletic e Gomiscek (2016) apresentam que a sustentabilidade corporativa desafia as empresas para o desenvolvimento de ações que equiparem seus objetivos ambientais, sociais e econômicos. Na atual conjuntura

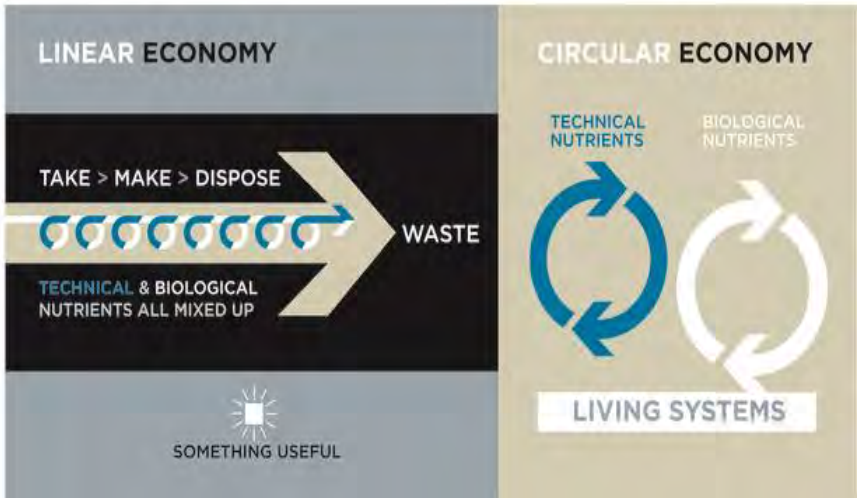
de negócios, as organizações, de forma cada vez mais crescente, têm identificado a necessidade de voltar suas ações para além das preocupações tradicionais de gestão com foco apenas no lucro. Uma nova visão tem surgido levando-as a praticar ações que contribuam ao desenvolvimento sustentável com resultados de crescimento a longo prazo. Os autores ainda afirmam que sem o apoio das organizações em geral, a sociedade não alcançará o desenvolvimento sustentável, visto serem as empresas as principais responsáveis pela proliferação favorável da economia.

A implantação dessas ações sustentáveis devem estar atreladas a uma gestão estratégica que ofereça decisões e ações que melhorem suas práticas e prolonguem sua sobrevivência organizacional. Uma adaptação estrutural de forma resiliente faz-se necessária alinhada com um pensamento estratégico que coordene e direcione as necessidades empresariais a resultados também sustentáveis (MAAS; SCHALTEGGER; CRUTZEN, 2016).

3 ECONOMIA CIRCULAR: TRAJETÓRIA E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao longo do tempo o homem desenvolveu formas variadas de satisfazer suas necessidades apropriando-se de recursos naturais e posteriormente convertendo-os em bens e serviços (RIBEIRO, 2002). No entanto, o modo como as sociedades detém os recursos naturais para atender suas necessidades tem se tornado continuamente menos sustentável. Mesmo com os diversos avanços nos processos de produção, a economia sempre se manteve em um processo estável de produção: o linear, aquele em que ocorre a extração – fabricação – uso – descarte (EMF,2012).

Figura 1: Economia linear e economia circular



Fonte: Ellen MacArthur Foundation, 2013

É comum que em uma economia capitalista de mercado o foco esteja centrado para o valor financeiro, mas deve-se voltar a atenção para a finitabilidade destes recursos (GEORGE *et al*, 2015). Outra grave consequência provocada pelo sistema linear é a forma como degrada a capacidade ecossistêmica de oferecer seus recursos ao planeta, tanto pelo fato do homem consumir acima da capacidade

que o meio ambiente oferece quanto pela contaminação causada pelo mau uso desses recursos (EMF, 2012).

A partir da década de 1970, começaram a surgir escolas de pensamento voltadas à economia circular, mas que passaram a ganhar destaque a partir de 1990. Essas escolas de pensamento impulsionaram o seu desenvolvimento. Dentre elas, podemos citar a economia de serviços (ou economia do desempenho), a filosofia *cradle to cradle*, a biomimética, a ecologia industrial, o capitalismo natural, e a abordagem dos sistemas de *Blue Economy* (EMF, 2015). Geng e*t al* (2013) relatam que a economia circular é considerada um sistema industrial restaurador focado em um ciclo de produção fechado, contribuindo para o desenvolvimento da sustentabilidade a longo prazo.

A qualidade ambiental não pode ser mantida ou melhorada por meio do crescimento econômico. Este só pode ser alcançado se, dentre diversas ações, ocorrer a elevação da taxa de auto-renovação ambiental e um melhor aproveitamento dos recursos naturais (GEORGE *et al*, 2015).

> Uma economia circular é restaurativa e regenerativa por princípio. Seu objetivo é manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo, distinguindo entre ciclos técnicos e biológicos. Esse novo modelo econômico busca, em última instância, dissociar o desenvolvimento econômico global do consumo de recursos finitos (EMF, 2015,s.p).

Li (2012) define que a economia circular pode ser considerada como um modelo de crescimento econômico que busca a proteção do meio ambiente, seguida da prevenção da poluição e do desenvolvimento sustentável. Nessa ótica, complementa que os recursos, sejam eles técnicos ou biológicos, são utilizados com maior grau de eficiência, reutilizados e reciclados, quando possível, de forma a minimizar os impactos de poluição ambiental.

Ainda nessa linha de raciocínio, Zhou (2013) descreve que o indicador circular destaca a relação do rendimento do valor acrescentado com a proporção de reciclagem ou reutilização do produto, incorporando os princípios de reciclagem com a utilização dos resíduos. Lacy e Rutqvist (2015) complementam a ideia afirmando que o desenvolvimento da economia circular gera vantagem competitiva para as organizações que adotam os princípios da economia circular como um elemento central de suas estratégias de crescimento.

A economia circular é considerada um sistema industrial com direcionamento a um fluxo fechado de materiais, visando contribuir para a sustentabilidade a longo prazo. A literatura aponta que Alemanha e Japão foram pioneiros no desenvolvimento de políticas voltadas à economia circular, visto que, em 1996, Alemanha sanciona uma lei específica buscando reduzir os impactos negativos causados pelo mau uso dos recursos naturais (GENG e*t al,* 2013).

Levando em consideração que não se pode mais aceitar uma exploração ilimitada dos recursos naturais, é necessário o desenvolvimento de diferentes e variadas ações que estimulem novas formas de fazer negócios. Porém, apesar da proliferação da responsabilidade social corporativa, ainda prevalece de maneira dominante a forma linear de economia, o que, de acordo com tal situação, não será nada fácil realizar a transição para o modelo circular de fazer negócios, sendo que perspectivas futuras indicam incompatibilidade do atual modelo linear entre os níveis

de produção e o consumo atual em comparação com a finitabilidade de recursos naturais (LEITÃO, 2015).

Lacy e Rutqvist (2015) descrevem que a maioria das empresas não é construída para receber as oportunidades que a economia circular oferece. Suas estratégias de operações estão ainda enraizadas em uma abordagem linear, o que dificulta a implantação de um modelo revolucionário.

Tida como uma estratégia de desenvolvimento que se apoia no pensamento restaurador, a economia circular busca maximizar a eficiência de utilização dos recursos existentes e minimizar a produção de resíduos (GHUNMI *et al* 2016). Dessa forma, as empresas passaram a se envolver não somente na concepção e produção de seus produtos, mas também no processo de utilização e posterior eliminação e retirada do mercado (GHUNMI *et al,* 2016).

Li (2012) descreve que, com o aquecimento global e os crescentes problemas oriundos da poluição ambiental, a importância para o desenvolvimento sustentável tem sido em grande escala reconhecido pelo mundo todo e conquistado maior atenção por parte das empresas. Na China, por exemplo, o rápido crescimento do consumo de materiais apresenta inúmeros desafios para o desenvolvimento sustentável no país e, consequentemente, em todo o mundo. A transformação de sua produção e consumo de acordo com os princípios da economia circular acarretaria grandes aumentos no nível de eficiência do uso de materiais, levando, em termos absolutos, a uma redução dos índices de poluição. Porém, Ghisellini, Cialani e Ulgiati, (2016) apresentam que a economia circular, na sua implementação ao redor do mundo, ainda se mostra nos estágios iniciais voltada para a reciclagem e não para a reutilização. Em resumo, a transição para a economia circular acaba de começar.

Zhou, Chen e Xiao (2013) mencionam que a economia circular é considerada um modelo de economia inovadora no século XXI e tem crescido rapidamente no mundo. Com a implantação da economia circular, EMF (2015, p. 14) descreve que "o conjunto de novos e maiores lucros, maior segurança da oferta e nova demanda por serviços empresariais, com o consequente aumento da resiliência" será a maior oportunidade para as empresas. Merece destaque ainda o fato de empresas inseridas na economia circular buscarem a criação de valor com base na gestão de recursos nos mercados, em oposição à economia linear, que busca a gestão dos recursos unicamente na produção (LACY; RUTQVIST, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Gerhardt e Silveira (2009) descrevem que o conhecimento científico só se produz pela investigação científica e obedecendo aos métodos específicos. É objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. Surge a partir da determinação de um objeto de investigação e da definição de um método para essa investigação.

Este estudo tem como objetivo identificar as diferenças e similaridades entre sustentabilidade e economia circular buscando compreender qual a contribuição da economia circular junto à sustentabilidade.

Para sua realização, será utilizada a pesquisa exploratória que, segundo Gil (2007), tem como foco proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando

deixá-lo mais explícito ou construir hipóteses. Conforme o autor, esse tipo de pesquisa pode ser classificado como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Especificamente neste estudo, será utilizada a pesquisa bibliográfica, onde, primeiramente, apresentar-se-á uma revisão de literatura sobre sustentabilidade, seguida de um referencial sobre economia circular. Na sequência, é feito um estudo visando comparar os termos, de forma a identificar suas diferenças e similaridades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1Diferenças e Similaridades entre Sustentabilidade e Economia Circular

Diversos autores que abordam a sustentabilidade (PISANI, 2006; ROGERS *et al.,* 2008; JAMALI, 2006; ELKINGTON, 2001) relatam, de maneira unânime, a contemplação e integração das três dimensões: econômica, ambiental e social. A redução dos custos operacionais, a preservação dos recursos naturais e o bem estar da equipe e do ambiente de trabalho são alguns dos principais fatores que garantem a prática de ações sustentáveis pelas empresas.

Por outro lado, mesmo apresentando similaridades em seus conceitos, observa-se que a sustentabilidade não contempla diversos aspectos abordados pela economia circular.

Em uma análise literária comparativa dos principais autores dos temas (entre eles SACHS, 2002; PISANI, 2006; ROGERS *et al.,* 2008; JAMALI, 2006; ELKINGTON, 2001; GEORGE *et al* 2015; EMF, 2012, 2013; GENG, 2013), percebe-se que a sustentabilidade não se preocupa com o reuso dos materiais ao final da vida útil tão pouco em ser um sistema industrial restaurativo e regenerativo, de forma que os produtos sejam passíveis de reforma, conserto e remanufatura. Também, não há em seus processos a preocupação com aspectos biológicos onde os produtos, após a exploração máxima de uso, possam ser reincorporados nos ciclos bio-geo-químicos constituindo um novo capital natural, tais quais praticados pela economia circular.

Apoiado na literatura, nota-se que, enquanto um dos propósitos da sustentabilidade é produzir sem agredir o meio ambiente, a economia circular também incentiva o mesmo processo, mas de forma que os produtos sejam duráveis e, ao final de sua vida útil, reutilizados, defendendo e apoiando a criação de produtos com múltiplas funcionalidades minimizando a produção de resíduos.

Por outro lado, apesar de existirem diferenças conceituais, economia circular e sustentabilidade apresentam praticamente os mesmos princípios, visto que a economia circular se apoia e fundamenta na sustentabilidade. Ambas buscam soluções para intensificar a potencialidade de recursos disponíveis no planeta e diminuir os impactos negativos causados pelo mau uso desses recursos (AWUAH E BOOTH, 2014).

O quadro 1 apresenta, resumidamente, as principais diferenças e similaridades existentes entre sustentabilidade e economia circular.

Apoiado na literatura científica sobre o assunto, como EMF (2012, 2013, 2015); Geng (2013); Pisani (2006); e Sachs (2002), dentre outros, sua elaboração se divide em 3 (três) partes: características, objetivos e princípios, evidenciando o que cada quesito apresenta em comum com o outro e em que a economia circular complementa a sustentabilidade.

Quadro 1: Diferenças e similaridades entre sustentabilidade e economia circular

Características	***Sustentabilidade***	***Economia Circular***	***Diferentes ou similares?***
Eficiência na utilização de materiais e energia, assegurando um crescimento econômico menos dependente dos recursos naturais e a diminuição e/ou eliminação da geração de resíduos.	N	S	Diferentes
Transitar para o uso de energia proveniente de fontes renováveis, reduzindo a dependência de novos recursos.	S	S	Similares
O poder do uso em cascatas, diversificando o reuso de um produto em toda a cadeia de valor, de forma que um mesmo produto possa ser reutilizado várias vezes por vários usuários até explorar seu valor máximo. Após isso, é devolvido com segurança para a biosfera.	N	S	Diferentes
Pensamento sistêmico, de forma que diferentes partes deverão estar fortemente ligadas a cada uma das outras.	N	S	Diferentes
Economia restauradora, com a utilização de energia renovável e a eliminação do uso de produtos químicos tóxicos.	N	S	Diferentes
Eliminação do desperdício em todos os processos de produção, de forma que todos os materiais possam ser reaproveitados acarretando redução dos custos com matéria prima	N	S	Diferentes
Design sem resíduos, criando produtos que sejam projetados para a remanufatura, renovação e reciclagem	N	S	Diferentes
Geração de vantagem competitiva para as organizações por meio de novas possibilidades de mercados e da criação de novos negócios	S	S	Similares
Geração de novos empregos, resultado do aumento dos gastos estimulado por preços mais baixos em todos os setores e ao uso intensivo de mão de obra para as atividades de reciclagem e remanufatura	N	S	Diferentes
Desenvolvimento por meio de um ciclo técnico, de forma que o consumo seja substituído pelo uso e os materiais sejam recuperados e restaurados, onde o que antes era tido como resíduo, torna-se matéria prima de outro processo.	N	S	Diferentes
Desenvolvimento por meio de um ciclo biológico, onde, após o uso ou consumo, parte do material seja reconduzido à natureza como fonte de nutrientes, de modo a transformá-los em nutrientes biológicos.	N	S	Diferentes
Sistema regenerativo e restaurativo por natureza possibilitando que as operações industriais se desenvolvam conforme o ciclo biológico da natureza, tido como um fluxo cíclico.	N	S	Diferentes
Abordagem das 3 dimensões: ambiental, econômica e social de maneira que todas trabalhem de forma simultânea	S	S	Similares
Sofre influências diretas por meio da mudança de padrões de consumo	S	S	Similares
Apoia-se nos conceitos de ecologia industrial, no sentido em que a produção industrial aconteça de forma a preservar o meio ambiente.	S	S	Similares
Integração de atividades de redução, reutilização e reciclagem durante a produção, troca e consumo explorando ao máximo as potencialidades de cada produto substituindo o conceito do fim de vida útil	N	S	Diferentes
Desenvolvimento da resiliência por meio da diversidade.	N	S	Diferentes
Substituição do conceito de consumidor para usuário de forma a repensar a propriedade, seguindo um modelo onde os produtos passem a ser alugados aos consumidores que, por sua vez, se tornarão utilizadores de um serviço.	N	S	Diferentes

Objetivos	***Sustentabilidade***	***Economia Circular***	
Estimular o crescimento econômico inteligente, sustentável e integrador.	S	S	Similares
Eliminar o uso de produtos químicos tóxicos.	S	S	Similares
Restaurar a riqueza da natureza, reutilizando e reciclando recursos o máximo possível evitando a extração de materiais virgens	S	S	Similares
Melhorar a qualidade do produto	N	S	Diferentes
Reduzir os custos com matéria prima, de forma a explorar os recursos em seu nível máximo de capacidade.	N	S	Diferentes
Manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo, fazendo distinção entre os ciclos técnicos e biológicos.	N	S	Diferentes
Princípios	***Sustentabilidade***	***Economia Circular***	
Preservar e aprimorar o capital natural controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis, desmaterializando produtos e serviços com entrega virtual sempre que possível. Quando não for possível, os recursos devem ser selecionados de forma a apresentar maior renovabilidade.	N	S	Diferentes
Otimizar o rendimento de recursos fazendo circular produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade, tanto no ciclo técnico quanto biológico, de forma a projetar a remanufatura, a renovação e a reciclagem amentando ao máximo a circulação dos produtos	N	S	Diferentes
Estimular a efetividade do sistema revelando e excluindo as externalidades negativas desde o princípio, o que inclui a redução de danos a sistemas e áreas como alimentos, habitação, educação, saúde	N	S	Diferentes
Eficácia econômica, onde as decisões que envolvem valores econômico-financeiros devem levar em consideração as dimensões ambientais e sociais também, com vista a uma relação que envolva o tripé da sustentabilidade.	S	S	Similares
Equidade social, buscando promover a garantia a todos de terem seus direitos preservados, atendendo suas necessidades, visando ainda a defesa dos interesses comuns, respeitando os valores culturais de cada grupo social.	S	S	Similares

S= sim N= não

Fonte: Os Autores

Com o estudo, evidencia-se que a economia circular apresenta diversos novos quesitos não contemplados pela sustentabilidade. Com isso, fica claro que a economia circular apresenta-se como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, ou ainda, uma ferramenta que fortalecerá as práticas sustentáveis e auxiliará as empresas a alcançarem o proposto pelo *triple bottom line.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar as diferenças e similaridades entre sustentabilidade e economia circular buscando compreender em quais quesitos a economia circular complementa a sustentabilidade. Mesmo com os avanços provocados pela Revolução Industrial e suas posteriores atualizações, a sociedade empresarial ainda não foi capaz de desenvolver estratégias suficientes de preservação do meio ambiente. Ações de sustentabilidade foram aprimoradas com o

intuito de minimizar tais impactos, mas estas não foram suficientes para a solução dos problemas. Com isso, a economia circular emerge como uma ferramenta de apoio ao aprimoramento da sustentabilidade, tendo como enfoque a inserção de novos modelos e estratégias de negócios de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Pelo estudo, foi possível identificar que sustentabilidade e economia circular apresentam inúmeras diferenças e similaridades, ficando bastante evidente que a economia circular traz diversos novos quesitos em relação à sustentabilidade.

Ao comparar as características, princípios e objetivos de cada uma identifica-se que a economia circular apresenta novas ações de forma a complementar o proposto pela sustentabilidade. Pode-se mencionar como exemplo a prática de ações por meio dos ciclos técnicos e biológicos, além da substituição do conceito de vida útil. Pelos resultados, é possível uma melhor compreensão do tema, contribuindo para a proliferação deste novo conceito de economia, denominado de economia circular. Não é intuito esgotar a teoria sobre o assunto, mas trazer à tona os principais conceitos de forma a estimular pesquisadores ao aprofundamento por meio de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. (organizador). Sustentabilidade e produção: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

AWUAH, K.G.B.; BOOTH,C.A. Integrated management framework for sustainable cities: insights into multiple concepts and principles. WIT Transactions on Ecology and The Environment, Vol 191, www.witpress.com, ISSN 1743-3541 (on-line) 2014.

ELKINGTON, J. Canibais com garfo e faca: seria um sinal de progresso se um canibal utilizasse garfo e faca para comer? São Paulo: Makron Books, 2001.

EMF - ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy. Vol. 1:Economic and business rationale for an accelerated transition, 2012.

_____. Towards the circular economy. Vol.2: Opportunities for the consumer goods sector, 2013.

_____. Rumo à economia circular: o racional de negócio para acelerar a transição. 2015.

GENG, Y.; SARKIS, J.; ULGATI, S.; ZHANG, P.. Measuring China's Circular Economy. Policy Forum. Environment and Development, 2013.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEORGE, Donald A.R.; LIN, Brian Chi-ang; CHEN, Yunmin. A circular economy model of economic growth. *Environmental Modelling & Software*, 2015.

GHISELLINI, P.; CIALANI, C.; ULGIATI, S.. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner Production,* 2016.

GHUNMI, D. A.; ABU-GHUNMI, L.; KAYAL, B. ; BINO, A. Circular economy and the opportunity cost of not 'closing the loop' of water industry: the case of Jordan. *Journal of Cleaner Production*, 2016.

GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JAMALI, D. Insights into triple bottom line integration from a learning organization

perspective. *Business Process Management Journal*. v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.
KLEWITZ, J.; HANSEN, E. G. Sustainability-oriented innovation of SMEs: a systematic review. *Journal of Cleaner Production*, 2014.
LACY, P.; RUTQVIST, J. Waste to wealth: the circular economy advantage. Accenture strategy. E-book, 2015.
LEITÃO, A. Circular economy: a new management philosophy for the XXIst century. *Portuguese Journal of Finance,Management and Accounting*. Vol 1, Nº 2, September 2015.
LI, S. The research on quantitative evaluation of circular economy based on waste input-output analysis. International Conference on Environmental Science and Engineering. Procedia Environmental Sciences, 2012.
MALETIC, M.; MALETIC, D.; GOMISCEK, B. The impact of sustainability exploration and sustainability exploitation practices on the organisational performance: a cross-country comparison. *Journal of Cleaner Production* ,2016.
MAAS, K.; SCHALTEGGER, S.; CRUTZEN, N. Advancing the integration of corporate sustainability measurement, management and reporting. *Journal of Cleaner Production*, 2016.
NIKOLAOU, I. E.; EVANGELINOS, K. I.; ALLAN, S. A reverse logistics social responsibility evaluation framework based on the triple bottom line approach. *Journal of Cleaner Production*, 2013.
PISANI, J. A. DU. Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*. v. 3, n. 2, p. 83–96, 2006.
POMBO, F. R.; MAGRINI, A. Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 1-10, jan.-abr. 2008.
RAJALA, R.; WESTERLUND, M.; LAMPIKOSKI, T. Environmental sustainability in industrial manufacturing: reexamining the greening of Interface's business model. *Journal of Cleaner Production*, 2016.
RIBEIRO, F. M.; SILVA, G. A.. Enfoque sobre produto: uma necessária mudança de paradigma para busca do desenvolvimento sustentável. In: Global Conference: Building a Sustainable World, São Paulo. Global Conference: Building a Sustainable World, 2002.
ROGERS, P.; JALAL, K.; BOYD, J. An introduction to sustainable development. Londres: Earthscan, 2008.
SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M.S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Revista Ambiente & Sociedade.* São Paulo v. XVII, n. 1 ,p. 1-22 .,jan.-mar. 2014.
SATOLO, E. G. Modelo para avaliação do nível de sustentabilidade organizacional. Tese (doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Engenharia de Produção, 2012.
ZHOU, Z.; CHEN, X.; XIAO, X. On evaluation model of circular economy for iron and steel enterprise based on support vector machines with heuristic algorithm for tuning hyper-parameters. *Applied Mathematics & Information Sciences – An International Journal,* 2013.

A ESCOLA NA PRISÃO

PRISON EDUCATION

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MENDES[1],Célia Maria Lopes
Unesp-Franca-SP
cmlopesmendes@uol.com.br

DAVID[2], Célia Maria
Unesp-Franca-SP
cmdavid48@gmail.com

Resumo

Este estudo buscou identificar as dificuldades dos docentes e alunos internos no Processo de Ensino Aprendizagem na Escola do Sistema Penitenciário da Penitenciária de Franca-SP, com o intuito de investigar, como os docentes que atuam neste centro de Ensino utilizam suas metodologias em sala de aula e quais suas formações enquanto professor de alunos internos no Sistema Penitenciário. Este estudo foi elaborado com base na metodologia de pesquisa qualitativa com o objetivo de coleta de dados com entrevistas individuais com professores e alunos internos e observações durante as aulas. Os dados obtidos levaram à conclusão que a educação para o preso é muito importante para eles que encontram fora do convívio social, mas a escola na prisão caminha diante de algumas dificuldades, como: a falta de alunos em sala de aula, em algumas ocasiões, tendo em vista que o sistema de segurança é rigoroso. Os professores também têm suas dificuldades, como: a falta de material didático para utilizar durante as aulas, a falta de equipamentos para utilizar metodologias diferenciadas durante as aulas, nem todo material pedagógico tem autorização para adentrar as salas de aula, dificuldades esta sentida dos dois lados, tanto de alunos quanto de professores. Consideramos

.

[1] Graduada do Curso de Pedagogia- Centro Moura Lacerda-Ribeirão Preto-SP, Mestre em Educação- Centro Moura Lacerda- Ribeirão Preto-SP, Doutoranda em Políticas Públicas de Educação nas Prisões- Unesp-Franca-SP. Email: cmlopesmendes@uol.com.br

[2] Profa. Livre -docente do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da FCHS/–Unesp/Franca-.Docente e orientadora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da mesma Faculdade. E-mail: cmdavid48@gmail.com.

que esses fato só poderá ser revertido com o incentivo dos órgãos responsáveis por essa Educação que são o Governo do Estado São Paulo e a Secretaria Estadual de Educação. A educação na prisão, se considerada de forma adequada, mudaria a vida de muitos internos que não tem nenhuma perspectiva de vida social.

Palavras-chave: educação carcerária, currículo, reinserção social.

Abstract

This study aimed to identify the difficulties of teachers and internal students in the Teaching Learning Process in the School of Penitentiary System of the CDP/Penitentiary of Franca-SP, in order to investigate how teachers who, work in this teaching center use their methodologies in the classroom and what is their formations as teachers of internal students in the Penitentiary System. This study was elaborated based on qualitative research methodology, aiming to collect data using individual interviews with teachers and internal students and observations during classes. The data obtained led me to the following conclusion: education for the inmate is very important for them who are outside social life, but the school, on prison, is facing some difficulties, such as: the lack of students in the classroom, on some occasions, given that the security system is very strict. Teachers also have their difficulties, such as: the lack of teaching materials to use during classes, the lack of equipment to use differentiated methodologies during classes, not all pedagogical material is authorized to enter the classroom, the difficulties are felt from both sides, by the teachers and students. We believe that this fact can only be reversed with the encouragement of the organs responsible for this education, the São Paulo's Government and the State's Education Department. Prison education, if properly considered, could change the lives of many inmates who have no prospect of social life.

Keywords: prison, education, curriculum, social reinsertion.

1 INTRODUÇÃO

A oferta da educação escolar nos estabelecimentos penais tem sido importante para criar condições e possibilidades aos presos dado que se encontram fora do convívio familiar e da sociedade, fazendo com que sintam cidadãos capazes de mudar a sua própria história, por meio do diálogo e reflexões que são trazidas para as salas de aula.

O ambiente escolar no cárcere atualmente tem sido muito debatido por muitos estudiosos que se dedicam em tentar mudar a concepção de muitas pessoas que não aceitam a educação no sistema penitenciário. Para esses estudiosos a melhor forma de diminuir o índice de criminalidade é por meio da educação . O argumento

é que para as pessoas privadas de liberdade, essa modalidade educativa vem sendo bastante estudada em alguns seminários nacionais, considerando-se que o aumento do número de pessoas presas, cujo perfil escolar é na grande maioria de pessoas analfabetas ou que não terminaram o ensino fundamental ou Médio.

A sociedade ainda é um pouco leiga em relação a esse assunto, tanto que muitas pessoas nem sequer sabem da existência de escolas nas penitenciárias, não conhecem o tipo de modalidade educacional ali oferecida.Faz-se necessário criar formas de incentivar a sociedade a tomar conhecimento da oferta escolar nesse ambiente, que é essa educação que está além dos muros escolares , diria, regulares, que a sociedade não sabe, não vê, mas que faz parte dela.

É responsabilidade do estado, da sociedade civil, do ministério da educação e da justiça a implantação de políticas publicas nestes estabelecimentos para atender aos diferentes níveis de ensino, seja o interno provisório ou condenado, todos tem direito a à educação. A educação carcerária é tema ainda pouco discutido em escolas, faculdades ou qualquer outro estabelecimento de ensino. Este desconhecimento por parte da sociedade, despertou meu interesse em estudar esse tema, que é muito interessante, e nos faz refletir acerca de como é realmente na pratica esse ensino. A finalidade da pesquisa é investigar como se dá a formação desses reeducandos, para que eles possam garantir seus direitos e mudar sua realidade de vida.

A educação na prisão tem como função educar como um direito humano fundamental a todos os que são privados de liberdade, pois essa educação tem como papel principal desenvolver habilidades de escrita, de leitura, e interpretação de textos, pois muitos desses estudantes internos apresentam um histórico de abandono que se dá pelas trajetórias pessoais interrompidas pelas violências e pelas drogas, uma vez que, muito deles não tem nenhum tipo de escolaridade.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecida na prisão deve ir além do desenvolvimento da leitura e da escrita, uma vez que a escola tem como meta possibilitar o desenvolvimento da sociabilidade e da reconstrução da autoimagem do educando. Conforme a Proposta Curricular (MEC) dessa modalidade de ensino, a EJA não é um nível de ensino, mas uma modalidade da educação básica e, por princípio, pode oferecer aquilo de que precisam os jovens e os adultos desescolarizados e/ou não alfabetizados: currículos mais flexíveis, adequados quanto às experiências de vida desse público, quanto aos saberes produzidos no mundo do trabalho e às necessidades da sociedade contemporânea, dentro de uma dinâmica social.

Para a efetiva concretização dessas diretrizes e parâmetros é preciso compreender e contemplar as singularidades da condição da pessoa presa, procurando conhecer quem são, como vivem, o que pensam, sentem e fazem. Ou seja, cumpre refletirmos sobre as especificidades desse espaço e da experiência que nele se desenvolve, levando em conta algumas questões, entre elas: Como tornar-se sujeito de sua própria história e processo de aprendizagem em um ambiente em que se perdeu o direito de ir e vir? Nessa condição, como o indivíduo lida com a relação presente-passado e futuro? Como propor a emancipação de pessoas, no sentido crítico, solidário e justo diante de uma vivência que as despersonaliza e as desenraiza de sua sociedade de origem? Como prepará-lo para o mundo do trabalho, levando em conta sua experiência e perspectivas profissionais após o cumprimento da pena? Como um indivíduo em privação de liberdade lida

com as contingências de melhorar sua qualidade de vida?

Esses desafios a serem considerados implicam na procura de referenciais que instrumentalizem uma prática pedagógica transformadora. Para tanto, toma-se como referência as concepções de Paulo Freire, de indubitável coerência com os processos de humanização e emancipação de homens e mulheres em situação de privação de liberdade.

Nesse sentido, a ideia de que a educação deve levar em conta tanto a vocação ontológica do ser humano (vocação de ser gente) quanto às condições nas quais ele vive (contexto). As pessoas criam cultura na medida em que, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, refletem sobre ela e fornecem respostas aos desafios que encontram.

Para realizar a humanização que supõe a eliminação da opressão desumanizadora, é absolutamente necessário transcender as 'situações limite' nas quais os seres são reduzidos ao estado de coisas. Assim o desenvolvimento do conhecimento está ligado ao processo de conscientização que é sempre inacabado, contínuo e progressivo desvelamento da realidade.

Toda ação educativa, para ser válida, deve, necessariamente, ser precedida tanto de uma reflexão sobre o homem como de uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se quer ajudar para que se eduque.

O ser humano deve se tornar sujeito em seu processo educativo; ele não participará da história, da sociedade, da transformação da realidade, se não tiver condições de tomar consciência desta realidade e, mais ainda, da sua própria capacidade de transformá-la, por isso o objetivo primeiro de toda educação é provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação. O diálogo é a essência desta educação – educador e educando são, portanto, sujeitos de um processo em que crescem juntos; a relação professor-aluno é horizontal; o professor deve procurar desmitificar e questionar, com o aluno, a cultura dominante, valorizando a linguagem e cultura que lhe é peculiar, criando condições para que cada um deles analise seu contexto e produza cultura, concretizando um projeto de vida.

O grande desafio que se coloca, é o de realizar uma ação educativa em espaços prisionais que se caracterize como um instrumento de emancipação humana, capaz de contribuir com o processo cognitivo, ético e crítico dos indivíduos presos, ressignificando, assim, uma experiência ancorada no exercício autoritário do poder que, segundo Adorrno, 1991) tornam os tutelados pelas prisões seres inabilitados para a retomada de seus direitos civis em liberdade.

Importante pontuar que São Paulo é estado com maior número de unidades prisionais do Brasil. Dados do SAP (Secretaria de Administração Penitenciária), órgão criado em 1995, para administrar o Sistema Prisional Paulista, apontam que até 2016, existem 168 unidades prisionais, assim divididas:

- 41 Centros de Detenção Provisória (CDPs) masculinos e 01 feminino, para pessoas que aguardam julgamentos;
- 85 penitenciárias masculinas e 10 femininas, para presos em regime fechado;
- 16 Centros de Ressocialização masculinos e 06 femininos, para presos de baixa periculosidade em regimes fechado e semiaberto;
- 13 Centros de Progressão Penitenciária (CPPs) masculinos e 02 femininos,

para sentenciados em regime semiaberto;

- 01 Centro de Readaptação Penitenciária (CRP), para sentenciados em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD);
- 03 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs).\
- A Secretaria de segurança pública conta ainda 67 Unidades de Reintegração Social, utilizadas para o cumprimento de penas alternativas e o atendimento a ex-prisioneiros e família.

Houve um aumento da população carcerária no Estado de São Paulo de 2011 a 2016, de 36%, de 170.829 para 231.986 presos. No estado de São Paulo a média de alunos presos estudantes é em torno de 11%, não destoando dos dados da estatística brasileira, apresentada pela Infopen-2014- (informações Penitenciárias).

Um dos grandes desafios da Secretaria de Administração Penitenciária-SP (SAP) tem sido lidar com a grande população carcerária na questão da superlotação desses estabelecimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para aprofundar as questões abordadas anteriormente tomaremos como referencial teórico: Azevedo (2001), Barros (1977), Calado (2000), Di Pierro (2001), Frade (2008), Fedozzi (2000), Foucault (1986, 2008), Freire (1994), Gramsci (1994), Lemos-Nélson (2002), Maia (2002), Maria (1996), Minhoto (2000), Paixão (1994), Onofre (2007), Rolim (2000), Rudnick (1999), Salla (2001), Santos (1999), Santos (2001), Teixeira (2001), Zafaronni (1991), Wacquant (2004), Bourdieu (1970), e a legislação brasileira que trata sobre o assunto.

Estes autores demonstram preocupações quanto às condições de educação oferecidas aos presos, sobre o ambiente em que vivem, sobre suas condições de saúde, os efeitos da globalização no sistema prisional, sobre a implementação de políticas públicas para esse segmento.

Mediante a especificidade do ambiente prisional, ao pensar a educação, achamos mais apropriado tratar de educação política, no sentido de uma educação que vise a emancipação das pessoas, implementada pelo Estado e pela sociedade civil.

É olhar para a educação como a chave que abre as portas da liberdade.

De acordo com Foucault (1987), a prisão também se fundamenta pelo papel de “aparelho para transformar os indivíduos”. Quando leio esta citação de Foucault, percebo a grande distância entre ela e a realidade. Minha experiência de trabalho nas prisões só ratifica este abismo.

Uma das coisas que me chamou atenção ao visitar as salas de aula, é que todas as atividades educacionais eram praticadas como obrigações ou como forma de obter algum benefício jurídico; como a redução da pena, notamos que não há prazer na sua execução, tanto por parte dos alunos como por parte dos gestores.

Ao voltar o nosso olhar para as prisões, vemos o resultado de vários anos de desmando, autoritarismo, desigualdades sociais, corrupção, impunidade, descaso com a educação e com problemas e políticas de saúde tratadas, por meio de políticas de segurança pública.

Mas talvez devamos inverter o problema e nos perguntar para que serve o fracasso da prisão; qual é a utilidade

> desses diversos fenômenos que a crítica, continuadamente, denuncia: manutenção da delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinquência. Talvez devamos procurar o que se esconde sobre o cinismo da instituição penal que, depois de ter feito os condenados a pagar sua pena, continua a segui-los através de toda uma série de marcações (...). (Foucault, 2008,p. 226).

Para minimizar essa situação é preciso mostrar às pessoas envolvidas a importância da educação como ferramenta de mudanças profundas, a partir das quais possamos olhar e achar caminhos por meio da reflexão e do diálogo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte espacial é a Escola existente na Penitenciária de Franca, região de Franca, São Paulo.

O Centro de Detenção Provisório de Franca, foi construído em 2005, inaugurado em 23/04/2010, com capacidade para abrigar 750 detentos. Hoje conta com aproximadamente, 1600 presos e a partir de agosto de 2017, foi transformado também em Penitenciária.

Conta com 05 salas de aulas, oferecendo EJA – o Ensino Fundamental ciclo I – 1º ao 5º ano, Ensino Fundamental Ciclo II – 6º ao 9º ano e Ensino Médio. A quantidade de alunos é de aproximadamente 100 alunos, que estudam no período da manhã. Sendo que no período da tarde nesse mesmo espaço são oferecidos cursos profissionalizantes com instituições parceiras.

A escola possui uma biblioteca, onde os alunos tem acesso aos livros, inclusive podem levar para as celas após as aulas.

Na escola os alunos internos têm a possibilidade e a oportunidade de ver coisas novas ,conversarem com professores, é o lugar onde eles ocupam a cabeça com coisas boas e esquecer um pouco aquele ambiente tão hostil a qual o destino às colocou.

A pesquisa é de caráter qualitativo, do tipo Estudo de Caso, que pode ser definida como uma metodologia que produz dados a partir de observações extraída abertamente do estudo dos processos que a análise procura constituir na interação direta para compreender os fenômenos estudados.

PONTE (1991), diz que o estudo de caso se usa para compreender melhor a particularidade de uma determinada situação ou um fenômeno a ser estudado. Esse estudo permite -nos concentrar em um determinado aspecto ou situação especifica, para tentar identificar os vários processos que interagem no contexto estudado.Suas principais características são: visar à descoberta para coleta de dados por diversos meios, obter uma variedade de informações pra poder observar os determinados fenômenos no ambiente, utilizar sempre uma linguagem acessível para que os leitores possam entender o que esta sendo relatado.

Esse trabalho está sendo desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica, leis, decretos, livros e registros que abordam importâncias referentes à educação nas prisões, para que a pesquisadora pudesse organizar o referencial teórico, além da pesquisa de campo, na Penitenciária de Franca-SP, no turno da manhã, no

horário de funcionamento das salas de aula, por meio do questionário semi-estruturado, respondido pelos professores, por 22 alunos presos, do Ensino Médio, modalidade EJA , pelo Diretor da Penitenciária e Diretor de Educação da penitenciária. Como Supervisora de Ensino acompanho com frequência, os estudantes internos, os professores, para saber sobre as metodologias e praticas pedagógicas utilizadas em sala de aula.Os instrumentos utilizados durante a fase de coleta de dados foram: um questionário semi-estruturado, tendo como fundamento um roteiro de questões previamente elaborado a fim de que os entrevistados pudessem expressar sua opinião livremente, atividades desenvolvidas pelos professores com os alunos, vários registros existentes durante as aulas .

Essa pesquisa está em andamento. O objetivo central deste trabalho é conhecer e analisar a implementação das políticas públicas existentes nesse ambiente prisional. Importa, ademais, entender qual a importância da educação nas prisões, para as pessoas privadas de liberdade dentro de uma escola no cárcere.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como afirma Graciano (2010), O maior desafio colocado à sociedade civil, talvez seja o de sensibilizar a própria sociedade sobre os direitos educativos das pessoas encarceradas, e a necessária ação de Estado para garanti-las. Essas ações educativas precisam cumprir uma influencia estimulante na vida de um interno criando condições para que aceitem construir seu projeto de vida em sociedade. Para Gadotti (2007), ao estabelecer como prioridade de atendimento do direito á educação, uns dos grupos sociais mais vulneráveis, que devemos incluir são os privados de liberdade, no Brasil temos meio milhão de presos e apenas 11% deles tem acesso a alguma atividade educacional, em países mais pobres tem sido assim, a educação nas prisões raramente é reconhecida como um direito depende muitas vezes, da boa vontade da direção de cada estabelecimento e dos meios humanos e financeiros para garantir esse direito.

A educação escolar no presídio significa, nesse sentido, refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados e da sociedade em geral, por meio da aprendizagem participativa e da convivência fundamentada na valorização e no desenvolvimento do outro e de si mesmo (ONOFRE pag.23).

O preso na escola sente-se amparado em sala de aula por seus professores porque ao chegar a uma cadeia ele é obrigado a desfazer de todos os seus objetos pessoais e passam a seguir as regras daquele local, como colocar uniformes, raspar o cabelo, começam a perder sua identidade. A sala de aula é o micro espaço dentro da escola, onde acontecem às atividades educativas, os alunos são reunidos nesse espaço para que a eles possam adquirir conhecimentos, e o professor reforça a necessidade da disciplina e a seriedade com que devem ser trabalhados (SANTOS, 2002, p. 96).

A educação escolar na prisão garantida pela Lei de Execuções Penais, afirma que é dever do Estado promover a educação fundamental nos estabelecimentos penitenciários, para integrar ao sistema escolar da unidade federativa, pois esse direito a educação aos presos não terá limite de idade ou qualidade de vida diferenciada. Para Santos (2005) Se o aprendizado da leitura e da escrita propicia uma relativa independência para os detentos enquanto cumprem pena na prisão, traz beneficio quando alcançam a liberdade, de posse da leitura e da escrita, vão

lutar para ter seus próprios direitos respeitados (SANTOS, 2005, p. 102).

No entanto a educação na prisão para a reinserção dos encarcerados ainda precisa ser alvo de políticas públicas e de formação continuada aos profissionais que atuam com esse tipo de educação, dentro do cárcere e também na sociedade civil que, muitas vezes, desconhece a importância dessa educação. Há a necessidade da participação de todos os envolvidos na área educacional com o objetivo de mostrar aos presos de que a melhor forma de melhorarem suas vidas é por meio da educação, pois ela colaborará com o processo de reintegração aos espaços de vida e de trabalho, necessários a vida em sociedade, para que quando estes alunos internos saírem do sistema penitenciário possam ter oportunidades de reintegração na sociedade.

Apesar dos esforços de alguns educadores e coordenadores, o desenvolvimento do trabalho ainda encontra sérias barreiras, pois é necessário qualificar professores para desenvolver trabalhos diferenciados com os alunos internos, no sentido da humanização, falta de material didático diferenciado para estes alunos. A educação de alunos internos do sistema penitenciário tem como principal função ensinar, humanizar e se propor a formar cidadãos que ali estão confinados sem expectativa de vida e respeito, “é possível concluir, então, que a escola no presídio guarda especificidade que a diferencie de outros espaços e que a sociedade dos cativos mantém expectativas de ter acesso aos conhecimentos e ao preparo para o convívio social.” (Onofre, 2007).

Esperamos que confirme a nossa hipótese de pesquisa sobre a perda das políticas públicas na sua implementação, nas unidades prisionais. E que o trabalho desenvolvido sirva como fonte de pesquisa para que outros pesquisadores continuem se aprofundando e refletindo sobre o assunto, para que as mudanças necessárias no sistema prisional paulista ocorram, dando ao detento o acesso a uma educação de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como problema de pesquisa estamos analisando as dificuldades que os alunos e professores tem em seu dia a dia na sala de aula, as dificuldades se encontram de varias formas os alunos acham que precisa um incentivo dos coordenadores para que eles possam permanecer estudando já que eles vêm por livre estudar por livre e espontânea vontade, não por que alguém da escola foi buscá-lo em sua cela. Já os professores sentem dificuldades de alguns alunos terem dificuldade da leitura e escrita, a falta de recursos ou materiais é muito grande, os docentes precisam se esforçar bastante, para que as aulas sejam produtivas, estimulando os alunos aos estudos com tão poucos recursos financeiros, didáticos e pedagógicos. Mesmo assim percebe-se que há um trabalho interdisciplinar entre as disciplinas nessa escola pesquisada, mais pelos esforços dos alunos e professores do que o próprio poder público.

A aprendizagem é a porta de entrada para o mundo, pois é por meio da aprendizagem que esses alunos apenados irão desenvolver suas capacidades de aprenderem ou de relembrarem o que já haviam visto há muito tempo, mas não tiveram chances e nem motivação para concluir seus estudos. Proporcionar uma

educação diferenciada a alunos em privação de liberdade é recuperar cidadãos capazes de mudar sua historia de vida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, J. S. (Coord.) O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 181-209.

AZEVEDO, Guilherme F. e BARROS, Ana Maria de. Quem Estamos Prendendo? O Perfil do Detento da PJPS — Secretaria de Justiça e Cidadania — Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru: Caruaru, 2001.

BARROS, Ana Maria. Clientelismo e Educação: Os Educadores e a Educação Municipal no Nordeste.

Ideia: João Pessoa, 2002. BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. SP: Martins Fontes, 1977;

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984ª Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984b

BRASIL, Lei de Execuções Penais. Lei 7210, de 11 de julho de 1984, Brasília: Imprensa Oficial, 1984.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Parecer CEB 11/2000 – Diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP & A, 2002c.

CALADO,Alder J. (org). Movimentos Sociais e Cidadania: Um Enfoque Multifacetado. João Pessoa: Ideia, 2000.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 2000. CELIS, J.B;

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

FRADE, Laura. Quem mandamos para a prisão? : visões do Parlamento brasileiro sobre a criminalidade. Brasília: Liber Livro, 2008.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento Participativo (org). FISHER, Nílton B. e MOLL, Jacqueline. Por Uma Nova Esfera Pública. SP: Cortez, 2000, p. 49

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* Petrópolis, RJ. Vozes,1987
_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis,/RJ: Vozes, 2008
FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.
_____. Educação como prática da liberdade. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 34.
_____. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1995.
_
_____.Educação como pratica de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
_____ .Extensão ou comunicação? 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

HULSMAN, Louke. As Penas Perdidas. Paris: Luam, 1986.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Sobre A Situação dos Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: http // www.oas.org/cidh/countryrep/brazil-port/Cap%203.htm — acesso em: 03/09/2002.Ana Maria de Barros & Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão VEREDAS FAVIP, Caruaru, Vol. 1, n. 01, p. 8–17, jan./jun. 2004

Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Diretrizes Nacionais para a Educ. De Jovens e Adultos/Parecer CEB/CNE nº 11/2000 http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf

LEMOS-NÉLSON, Ana Teresa. Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito. Eleições, Criminalidade, Recursos Ambientais e Religião Popular. Caderno CEAS: Jan / Fev, 2002.

MAIA, Luciano Mariz. Tortura no Brasil: A Banalidade do Mal. In. Direitos Humanos: Os Desafios do Século XXI. Uma Abordagem Interdisciplinar (org). Rubens Pinto Lyra, Brasília: Jurídica, 2002.

MARIA, Joaquim Parron. Novos Paradigmas pedagógicos para uma filosofia da educação. 2. ed.São Paulo/SP: Paulus, 1996.

MINHOTO, Laurindo Dias. Privatização de Presídios e Criminalidade. SP: Max Limonad, 2000.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
ONOFRE, Elenice Maria Camorosano. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. IN: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.38, n.1, p.51-69

_____. Educação escolar entre as grades. São Carlos: 2007. Educação escolar para além das grades, a essência da escola e a possibilidade do homem aprisionado. São Carlos, UNESP, 2002. Tese (Doutorado em Educação).

OTIOBONI, M. Educação escolar entre as grades. São Carlos: 2007.
PEREIRA, Eder F; PEREIRA, Talita F. Ressocialização: educação no sistema carcerário. Disponível em http://www.fap.com.br/fapciencia/002ediçao_2008/009.pdf.acesso em:17 out.2017.

PAIXÃO. Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o Criminoso. São Paulo: Cortez, 1994.

ROLIM, Marcos. O Labirinto, O Minotauro e o Fio de Ariadne. Os Encarcerados e a Cidadania, Além do Mito. Disponível em: http//www.rolim.com.Br/ dhnovo992.htm. Acesso em 20-05-2000.

RUDNICK, Dani. Prisão, Direito Penal e Respeito aos Direitos Humanos, In. Violência em Tempo de Globalização. (org). José Vicente Tavares dos Santos. SP: Hucitec, 1999.

SALLA, Fernando. Rebeliões nas Prisões Brasileiras. In. Serviço Social e Sociedade. Nº67, ano XXII, SP: Cortez, 2001, p. 20.

SANTOS, Boaventura S. (org). Globalização e Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2001

SANTOS, José. V. T. dos. Violência em Tempo de Globalização. SP: Hucitec, 1999.

SHERER–WARREN, Ilse. Cidadania Sem Fronteiras. Ações coletivas na era da Globalização. SP: Hucitec, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAFARONNI, Eugênio R. Em Busca das Penas Perdidas. A Perda de Legitimidade do Sistema Penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

WACQUANT, Louic. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. A cidadania e o sistema penitenciário brasileiro VEREDAS FAVIP, Caruaru, Vol. 1, n. 01, p. 8–17, jan./jun. 2004.

http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm <acesso em 29/10/2017>

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A FAMÍLIA SOCIALMENTE CONSTRUÍDA DO ADOLESCENTE EM ATO INFRACIONAL

THE SOCIALLY CONSTRUCTED FAMILY OF THE ADOLESCENT IN AN INFRINGEMENT ACT

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

GAZETA, Bruna Alves
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) campus Franca
Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social
brunagazeta@hotmail.com

NASCIMENTO, Daiana Cristina do
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) campus Franca
Assistente Social mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social
daiananascimentto@hotmail.com

VIEIRA, Camila Barbosa
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) campus Franca
Assistente Social mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social
camila-b-v@hotmail,com

PIANA, Maria Cristina
Doutora em Serviço Social pela Unesp-Franca
Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca
crispiana@uol.com.br

LIMA, Maria José de Oliveira
Doutora em Serviço Social pela UNESP-Franca, Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca
mj.oliveiralima@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa se propõe a compreender as diversas configurações familiares de adolescentes autores de ato infracional e que estão em cumprindo da medida socioeducativa liberdade assistida no município de Franca/SP. A escolha do tema se deu pela atual conjuntura em que se discutem maioridade penal e pela necessidade em desmistificar e compreender

a realidade do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, bem como seu grupo familiar. Buscou-se levantar dados da organização familiar do adolescente em conflito com a lei, por meio de análise de prontuários de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa liberdade assistida, compreendendo e objetivando uma análise em uma perspectiva de totalidade, analisando estes dados e considerando o contexto societário bem como: histórico, social, econômico e político. Rompendo com estereótipos, imediatismo e o senso comum.

Palavra-chave: Família. Ato Infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abstract

The present research proposes to understand the different family configurations of adolescents who are the authors of an infraction and who are fulfilling the socioeducative measure of assisted freedom in the city of Franca / SP. The choice of topic was due to the current situation in which criminal age is discussed and the need to demystify and understand the reality of the adolescent in compliance with socio-educational measure, as well as his family group. It was sought to collect data on the family organization of adolescents in conflict with the law, through the analysis of medical records of adolescents in compliance with the socioeducative measure assisted freedom, understanding and objectifying an analysis from a perspective of totality, analyzing these data and considering the context as well as: historical, social, economic and political. Breaking with stereotypes, immediacy and common sense.

Keywords: Family. Infringement Act. Child and Adolescent Statute.

1 INTRODUÇÃO

A Família é uma instituição que ocorre pela formação espontânea do meio social, onde “não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, e que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder as necessidades sociais”. (TOZINI, 1992). Ou seja, uma instituição socialmente construída, com finalidades, propósitos e formas variadas.

A família é uma construção social e uma instituição que conduz a sociedade a fim de manter a “ordem da sociedade”, seguindo a ordem do capital, pois, a manutenção da família tradicional é a manutenção dos papeis

socialmente construídos e assim a manutenção da ordem da sociedade, que na verdade é a ordem do sistema vigente, o capital. Assim a manutenção desta instituição é preservação da ordem religiosa e a ordem capitalista, ou seja, a família nuclear com pai, mãe e filhos vai além de uma necessidade.

A sua gênese mostra que os valores mudaram ao longo dos séculos e as famílias se transformaram, e vivem em constante transformações por intercorrências sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas. Assim estas se modificam e se renovam a cada período histórico, levando a uma nova forma de ver, pensar e ser família.

Assim, a família tradicional deixa de ser a única forma de configuração familiar, e muitas outras configurações passam a se evidenciar mais. “Todo amor é bonito. Feio é não amar” (GABRIEL, Pedro, 2013).

Ao pensar em família e adolescentes em ato de infração a imagem que perpassa na sociedade é da família “desestruturada”, família essa não nuclear

Muitos determinantes influenciaram o processo de transformação das famílias como a industrialização, a entrada da mulher no mundo do trabalho, o aumento dos divórcios e etc. Para compreender esses determinantes é precisoconsiderar o contexto histórico, social, político, econômico e cultural da sociedade. ‘’ O mesmo acontece, em geral, com os sistemas políticos, jurídicos, religiosos e filosóficos”, assim como a família que mudou ao longo dos séculos.’’ (RIAZANOV, 1975, p.38).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o advento da revolução industrial é possível notar a “crise” das famílias colocado por Prado, pois foi neste período que o trabalho passou de um modelo de servidão com objetivo de autoconsumo e trocas para um trabalho livre, assalariado e junto a inserção de máquinas, objetivando o comércio e o lucro. O trabalho é fator fundante do homem, assim a mudança da estrutura do trabalho acarreta na forma de vida das famílias, de suas funções e de suas estruturas. Outra alternância é à saída das famílias dos

campos para as cidades, criando assim as cidades e grandes polos e metrópoles industriais, além do surgimento de favelas. (PRADO,1985, p.61)

Fala-se muito em “crise” da família, mas esquecemos que toda e qualquer mudança ou estado de evolução permanente de qualquer fenômeno social implica transformação constante. Isso leva a diminuir o significado do passado, e passarmos então a tudo observar, analisar e julgar exclusivamente sob a visão e compreensão atual ou contemporânea.

Prado destaca dois fatos que resultaram na chamada “crise” da família brasileira, bem como, a revolução industrial e países que alcançaram um estágio de desenvolvimento econômico e técnico. (Id.1985, p.63)

O Brasil é marcado por uma industrialização tardia, diferente de outros países, pois, este não teve uma burguesia nacional que defendesse os direitos e interesses de todos, ao contrário reproduzia o interesse da classe dominante.

A revolução industrial é um marco de transferência do modelo feudal para o modelo capitalista, ou seja, de um modelo servil para um modelo de trabalho livre e assalariado, junto a introdução de maquinarias na produção. Uma das grandes mudanças que ocorreu devido a este processo é a transferência das pessoas que viviam no campo para as cidades.

A revolução industrial permitiu um desenvolvimento tanto econômico quanto tecnológico, mas este desenvolvimento foi baseado no interesse da burguesia e de países capitalista desenvolvimentistas, trazendo desenvolvimento somente para esta camada da sociedade.

O processo de modernização, urbanização e industrialização foram fatores importantes para as transformações sociais, e assim fortalecimento de algumas configurações familiares. Seguindo esta afirmação,

Os impactos do avanço do processo de modernização das estruturas econômicas e sociais sobre a população brasileira, ao longo das últimas décadas, pode ser analisado a partir das transformações nas características das famílias, dado seu importante papel na dinâmica de reprodução das condições materiais e subjetivas de vida da população. Novas formas de organização das famílias estão surgindo no bojo destas mudanças estruturais,

passando a coexistir de forma mais significativa com formações familiares de tipo ‘’tradicional’’. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000)

Estas transformações foram responsáveis na afirmação e fortalecimento de algumas configurações familiares, transformando assim a estrutura, o papel, a função e a atuação de seus membros.

A nova estrutura societária, junto a diversas configurações familiares, preconizou a uma reorganização dos atuantes dentro das famílias e a entrada da mulher no mercado de trabalho é um grande exemplo da nova complexidade do trabalho e de suas condições, além da independência das mulheres junto a uma grande luta desde os primórdios.

Outro fator importante já descrito é a industrialização e a modernização que acarretou na vinda das famílias do campo para as cidades, a modernização também foi responsável pela diminuição da fecundidade levando a um maior controle das taxas de natalidade. O aumento dos divórcios, aumento de novos arranjos e reconstruções amorosas, crescimento das famílias monoparentais tendo a mulher como referência

Com o desenvolvimento da sociedade, a família foi se reconfigurando, o que acarretou no surgimento de diferentes tipos de famílias além do modelo tradicional socialmente aceito e tido como modelo ideal. Hoje não existe um único modelo, mas vários tipos de organizações e conceitos de unidades domésticas que configuram uma família.” Assim, os argumento acerca da família ideal é uma construção histórica, “na medida em que determinados contextos definem sua função social. (MORAES; PEREIRA;SCHIMANSKI, 2013, p.164)

Tendo em vista alguns exemplos de condicionantes para modificações das famílias, temos diversas configurações familiares além da família tida como tradicional, segue alguns exemplos:

 Família monoparental: Apenas o pai ou a mãe residem no mesmo domicilio da criança ou adolescente.

 Famílias extensas: “Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada

por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantem vínculos de afinidade e afetividade".(Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

 Família natural: ''Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes." (Estatuto da Criança e do Adolescente,1990).

 Família convivente: "Famílias que moram juntas no mesmo domicilio, sendo ou não parente entre si. Cada família pode ser constituída por pai-mãe-filhos, por pai-filhos ou por mãe-filhos. Outros adultos sem filhos, parentes ou não, podem viver no domicilio". (LIMA, 2006; p.45)

 Família de genitores ausentes: "Família em que nem o pai nem a mãe estão presentes, mas na qual existem outros adultos (tais como avós, tios) que são responsáveis pelos menores de 18 anos". (Estatuto da Criança e do Adolescente,1990).

 Famílias reconstituídas: "Família em que o pai ou a mãe estão vivendo uma nova união, legal ou consensualmente, podendo também a companheira ou o companheiro ter filhos com idade de 18 anos, vivendo ou não no domicilio. Outros adultos podem viver no domicilio". (Estatuto da Criança e do Adolescente,1990).

 Família Homoafetiva: Família compostas pela união de duas pessoas do mesmo sexo.

 Família Adotiva: Família adotiva pode conter pai, mãe ou ambos, ela se dá pela adoção de uma criança e o que os uni não é a laço consanguíneo e sim o amor. (Estatuto da Criança e do Adolescente,1990).

> Temos ciência que os rumores da História não são estáveis e pré-determinados e por isso tanto poderemos alcançar e vivenciar um momento histórico em que as relações sociais estejam destituídas de valores patriarcais como também um em o patriarcalismo mais do que nunca governe a forma de viver dos indivíduos e da família. E também continuar vivenciando momentos como o de agora em que os valores tradicionais convivem lado a lado com novas formas de pensar as relações familiares, novas relações entre gêneros e concomitante novas relações sociais. (LIMA, 2006, p.54).

Tendo em vista as configurações familiares, devemos refletir que muitos são os conceitos destas "novas famílias", muitos foram os fatores que

ocasionaram estas transformações, mas o que nenhum autor e nenhuma teoria poderá explicar é o que cada ser humano entende por família, sua vivência e convivência reflete esse sentimento, família pode ser simplesmente amigos, pai, mãe, avos, irmãos, o vizinho, o passarinho, o cachorro ou qualquer outra coisa que eu entendo por minha família, o que importa não é o que a sociedade. “Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”. (BEAUVOIR,1949, p.55)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,

> **Art. 4º.** É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) vem para normatizar e assegurar a proteção de criança e adolescentes no Brasil. Este se deu somente em 1990, devido as reivindicações dos movimentos e da sociedade cível na busca de assegurar direitos a quem nunca foi visto como cidadão de direito. A criança e o adolescente que nunca teve voz, passa a ser pessoas em desenvolvimento.

O estatuto rompe com o Código de Menores, na qual estes sujeitos não eram tidos como sujeitos de direitos para um direitos em que o Estado junto com a família e a comunidade devem assegurar a proteção a estes. Quando seus direitos são violados tanto a família quanto o Estado são responsáveis pela integridade deste adolescente, mas pensando em um Estado neoliberal em que suas estratégias e artimanhas são para defender e afirmar seus interesses, assim este transfere a sua responsabilidade para as famílias.

> [...] as crianças e os adolescentes do Brasil representam a parcela mais exposta às violações de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade- exatamente ao contrário do que define a nossa Constituição Federal e suas leis complementares. Os maus-tratos; o abuso e a exploração sexual; a exploração do trabalho infantil; as adoções irregulares, o tráfico internacional e os desaparecimentos; a fome o extermínio, a tortura e as prisões arbitrarias infelizmente ainda compõem o cenário por onde desfilam nossas crianças e adolescentes. (VOLPI, 1997,p.8).

Pensar no adolescente em pratica infracional é pensar em sujeitos de direitos e em desenvolvimentos. Segundo o artigo 103° do Estatuto da Criança e do Adolescente o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Toda conduta cometida por uma criança ou adolescente é denominado ato infracional.

A sociedade penaliza, julga e criminaliza estes adolescentes e seus familiares, culpabilizando-os sem compreender o contexto societário, suas realidades e historias não são consideradas dentro de uma sociedade em que a desigualdade sempre se fez sempre e se fará nestes sistema que visa a exploração do homem pelo homem.

Quando se pensa na família e nos adolescentes que cometem ato infracional, a imagem que perpassa é a imagem do bandido, do delinquente e da família vista como problemática ou até mesmo “destruturada”. O senso comum é a forma mais fácil de culpabilizar tanto estes jovens como seu grupo familiar. A violação dos direitos não são compreendidas neste contexto, porque é mais fácil culpar estes indivíduos e dar respostas com mais violação de direitos como a discussão da maioridade penal. Para compreender estes sujeitos, tem-se um levantamento da configuração familiar de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa liberdade assistida no município de Franca-SP.

Em um grupo de 46 adolescentes, tem-se a família ampliada representando 10 famílias do total, complementando 26% das famílias analisadas, caracterizando como a segunda configuração mais apresentada pelos adolescentes, na qual, se caracteriza famílias que convivem com os pais ou algum deles, e também algum familiar próximo que em sua maioria eram tios, tias, avós e avôs.

Família monoparental feminina é composta apenas pela mãe, e esta representa a maior configuração familiar entres os adolescentes. A mulher como genitora de suas famílias representa 38% do total analisando, contabilizando em 15 famílias dentre as 46 analisadas.

Este grande número representa as transformações da sociedade brasileira, e o crescimento das famílias monoparentais femininas tendo a

mulher como genitora demonstra fatores determinantes para estas novas formas de famílias. A mulher no mundo do trabalho é um exemplo, esta foi inserida do campo do trabalho e se tornou independente, o divórcio também é responsável por essas transformações.

A família monoparental masculina representa 3% do total, em números representa uma família em que o homem é o genitor da família. Se comparados, a diferença entre monoparentais feminino e masculino é enorme, o que traz uma grande discussão a respeito do compromisso com a paternidade. Em entrevistas com os adolescentes muitos não tem nenhum contato e também nenhuma ajuda financeira, e os relatos é de sentimento de abandono pois sentem necessidade do contato e do afeto com o pai.

A família nuclear é a terceira maior representada dentre as configurações dos adolescentes em ato de infração. Com 17% a família nuclear é composta por pai e mãe e pode ter ou não irmãos. O estatuto da criança e do adolescente utiliza a nomenclatura de família natural, o que coloca a família como natural, e como já foi discutido a família não é algo natural e sim construído socialmente.

> A maioria da população associa os problemas sócias que afetam as crianças e os adolescentes, sobretudo a determinados comportamentos atribuídos a camadas populares e as suas famílias, a alta fecundidade e a promiscuidade das mães, os diversos parceiros, os filhos de pais diferentes, o abandono e a negligencia dos filhos, mesmo que em alguns momentos se coloquem como pano de fundo desse quadro a pauperização. (VENDRUSCULO, 1998, p.28)

Quando pensamos no contexto da sociedade em que as famílias e estes jovens estão inseridos, é fundamental uma análise da totalidade, para uma apreensão da realidade e assim, compreender a problemática em questão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na pesquisa se compreende na pesquisa bibliográfica, como já apresentada nos temas discutidos e pesquisa documental que se deu na Instituição junto com entrevistas na Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca–ESAC. Tal pesquisa, analisou os prontuários dos

adolescentes atendidos na Instituição, levando em consideração as informações da configuração familiar dos adolescentes e suas particularidades.

A pesquisa documental foi realizada por meio dos prontuários dos adolescentes, que são atendidos na Instituição, a escolha dos prontuários destes adolescentes foram adolescentes que estão sendo atendidos ainda na Instituição, por uma amostragem não-probabilista (escolha não-aleatória). A Instituição atende em média 70 adolescentes, e para a obtenção do perfil dos objetos de estudo foi determinado analisar cerca de 60% dos prontuários, o que resultou em 46 prontuários analisados.

Os sujeitos participantes da pesquisa são os adolescentes de 12 a 18 anos completos que estão em cumprimento da medida socioeducativa liberdade assistida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa é relevante diante do atual contexto brasileiro, no qual se discute a redução da maioridade penal, visto como um retrocesso na conquista dos direitos e proteção à criança e ao adolescente e um rompimento com o Estatuto da Criança e do Adolescente, preconizado como doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente. Além deste contexto de discussão da maioridade penal, a pesquisa se faz necessária para desmistificar e romper com paradigmas estabelecidos socialmente, tanto das famílias dos adolescentes em ato de infração, como os próprios adolescentes. Compreendê-los dentro de um contexto, é essencial para apreender em sua totalidade o contexto no qual essas famílias estão inseridas, entendendo o sistema vigente como reflexo de complexidades que refletem diretamente nestas famílias

Assim, em um contexto de retrocessos e uma sociedade que julga e culpabiliza de acordo com que vê na mídia conservadora e com o que vive em sua vida particular, assim se faz necessário refletir e discutir o tema Configuração Familiar de Adolescentes em Ato de Infração e seus permeantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias como uma Instituição de grande representatividade na sociedade, são tidas como organizadoras da ordem social, “ordem e progresso”, pois, a família em sua organicidade tem papeis sociais construídos historicamente, assim cada membro familiar tem seu papel e função na sociedade. Essa é uma estratégia a fim de manter a ordem da sociedade e assim manter a ordem vigente.

Ao longo dos anos, as famílias vêm sofrendo com os impactos acarretados pelo contexto histórico, econômico, social e cultural, levando ao agravamento das suas condições de vida e seu espaço na sociedade do lucro e da perda de direitos fundamentais ao humano.

Assim, o modelo de família nuclear tradicional, representado como organização de sociedade, foi se desconstruindo, dando lugar ao crescimento de outras configurações familiares, como consequência de transformações societárias, em favor de um fortalecimento do mercado e na tentativa de sobrevivência humana.

As diversas configurações presentes na sociedade significam um rompimento com muitos “dogmas” e com o conservadorismo, e afirmação da livre escolha, mas ainda hoje muito destas famílias sofrem preconceitos por ainda estar enraizado na sociedade aspectos conservadores a respeito das famílias.

Consideradas famílias “destruturadas’’, por serem obrigadas a criar novas formas de vida, as famílias destes adolescentes refletem a imagem que a sociedade tem destas pessoas, vistas como problemáticas, por muitas vezes não representar o modelo de uma família nuclear.

Não só as famílias dos adolescentes que sofrem com uma imagem deturpada da realidade, os adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa também fazem parte desta parcela estereotipada. São classificados como ‘’marginais’’, um problema para a sociedade.

O adolescente em cumprimento da medida socioeducativa liberdade assistida, por muito tempo carregou consigo a denominação “menor”, na qual já

estabelecia um perfil destes adolescentes, de bandidos e marginais. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, tornou-se inapropriado e a denominação correta passou a ser adolescentes em ato de infração, mas ainda hoje mesmo com as mudanças na legislação e até mesmo na denominação, o adolescente sofre muito preconceito e julgamentos da sociedade, tornando-o culpado pelas mazelas do capitalismo.

O perfil destes adolescentes e suas famílias é um retrato de uma pequena parcela da realidade de famílias e adolescentes em ato de infração, e foi esse o grande objetivo desta pesquisa, de ultrapassar o que está imposto na sociedade, desmistificar a realidade dos sujeitos pesquisados, compreender em sua totalidade e em seu contexto social e econômico, a história e as particularidades destes sujeitos, a fim de uma apreensão do real que se expressa na vida destes adolescentes e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

BEAVOIR**, S.O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BRESSER, P; Luiz, C. **Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo**. SN, 1981.

BRASIL. (1936). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico. 2000. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/ > Acesso em: 27/06/2015

BRASIL. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7 ed. São Paulo: Saraiva 2010.

BRESSER, P; Luiz, C. **Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo**. SN, 1981.

LIMA, C. M. **Famílias: Concepções no início do século XXI.** 2006. . Tese (Bacharelado em Serviço Social)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e SociaisFranca/SP.

MORAES, C; PEREIRA, S; SCHIMANSKI. E. **Família, gênero e novas configurações familiares.** Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index. php/magistro/article/viewFile/2242/1011> Acesso em: 11/11/2015

RIAZANOV, D. **Socialismo, casamento e família.** Doutrina socialista do casamento. Textos marginais porto/1975

VOLPI, M. **Os adolescentes e o ato infracional**: São Paulo: Cortez, 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/morgan_lewis.htm> Acesso em: 11/11/2015

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A FUNÇÃO DO MANDADO DE INJUNÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

THE FUNCTION OF THE WRIT OF INJUNCTION IN A DEMOCRATIC STATE OF BRAZILIAN LAW

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

LOPES, Carlos Eduardo Pama
Mestrando em Direito pela UNESP de Franca. Docente da UNIFAFIBE. Docente do Centro Paula Souza do Curso Técnico em Serviços Jurídicos. E-mail: carpalopes@gmail.com.

CAMPOS, Marcelo Roberto
Mestrando em Direito pela UNESP de Franca. Coordenador e Docente do Centro Paula Souza do Curso Técnico em Serviços Jurídicos. E-mail: marcelocampos_adv@hotmail.com.

Resumo

O Estado passou por profundas mudanças políticas e econômicas no decorrer dos anos, sendo que cada um evoluiu ou regrediu de acordo com suas peculiaridades, contudo sempre houve uma característica comum em todos os modelos consistente na prevalência dos interesses das elites dominantes, mesmo na democracia, o que contraria a própria razão da existência do Estado; entretanto, na contramão de tudo isso, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, denominada de Constituição cidadã, por trazer um rol extenso de direitos e garantias individuais, que, por serem contrários ao neoliberalismo, na maioria, não passam de um rol de necessidades, postos que inefetivos na prática, razão pela qual os remédios constitucionais, entre eles o mandado de injunção, passaram a ter um papel de destaque na efetivação dos referidos direitos. Portanto, o presente artigo tem por escopo abordar a função do mandado de injunção na efetivação de direitos previstos em normas constitucionais de eficácia limitada. Para a realização deste trabalho, a metodologia utilizada é de revisão bibliográfica com trabalhos relacionados ao assunto, de autores fidedignos publicados entre os anos de 1988 e 2017.

Palavras-chave: Democracia, Neoliberalismo, Mandado de Injunção

Abstract

The state underwent profound political and economic changes over the years, each of which evolved or regressed according to its peculiarities, yet there was always a common feature in all models of the prevalence of the interests of dominant elites, even in democracy, which is contrary to the very reason for the existence of the State; However, contrary to all of this, the Federal Constitution of 1988, known as the Citizen Constitution, was promulgated because it brought an extensive role of individual rights and guarantees, which, because they are contrary to neoliberalism, are mostly a list of needs, which were ineffective in practice, which is why the constitutional remedies, including the writ of injunction, began to play a prominent role in the enforcement of these rights. Therefore, the purpose of this article is to address the role of the writ of injunction in enforcing rights provided in constitutional rules of limited effectiveness. For the accomplishment of this work, the methodology used is a bibliographical review with works related to the subject, from reliable authors published between the years of 1988 and 2017.

Keywords: Democracy, Neoliberalism, Writ of Injunction.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo apresentar a evolução política e econômica do Estado, evidenciando que, mesmo diante da democracia, sempre prevaleceu o interesse das elites detentoras do poder, contrariando o próprio fundamento da existência do Estado.

Mister ressaltar que, no período absolutista quem detinha o poder era a nobreza e, após a Revolução Francesa, em 1789, onde com um discurso sedutor deu-se início à era “democrática”, onde quem deveria ser o titular do poder era o povo, contudo quem passou a deter, realmente, o poder foi a burguesia que estabeleceu a ideia hegemônica do capitalismo, portanto o poder estatal sempre foi dominado por pequenas elites em detrimento dos interesses do seu povo.

Não obstante, surgiram modelos onde prevalecia a intervenção estatal keynesiana, portanto um modelo de Estado do bem estar social, porém não perduraram, ante as crises do capitalismo, sendo que, com o neoliberalismo, o modelo de democracia liberal se tornou hegemônico no mundo no final do século XX.

O Brasil, na contramão de tudo isso, por sua vez, promulgou em 1988 a sua Constituição Federal, denominada popularmente de “Constituição Cidadã”, estabelecendo um Estado Democrático de Direito, com um vasto rol de direitos e garantais fundamentais, tendo em vista que rompia com um Estado ditatorial, contudo, ante a hegemonia da economia neoliberal, esses direitos, em sua maioria, não se tornaram práticas políticas, razão pela qual os remédios constitucionais, dentre os quais, o mandado de injunção, se tornaram ferramentas essenciais para efetivação dos direitos previstos na Carta Magna brasileira, no caso a caso.

2 O HOMEM COMO SER SOCIAL E POLÍTICO E AS NORMAS JURÍDICAS

O ser humano é o único animal racional existente, portanto é capaz de racionalizar e pensar sobre tudo o que envolve os seus interesses, sejam primários (egoísticos ou privados) ou secundários (sociais ou públicos).

Assim, não é absurda a afirmação de Thomas Hobbes (1983, p. 74-75) de que a natureza fez os homens iguais e, que, portanto, com a antecipação de força e astúcia um homem tenta subjugar o outro, dominando a maioria dos homens, vivendo, portanto, em constante guerra, "em que todo homem é inimigo de todo homem" (HOBBES, 1983, p. 76), justamente quando levamos em conta o seu interesse primário, egoístico, onde o homem tudo pode contra o próprio homem, até porque "só pertence a cada homem aquilo que ele é capaz de conseguir, e apenas enquanto for capaz de conservá-lo" (HOBBES, 1983, p. 76), portanto "as paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte" (HOBBES, 1983, p. 77).

Desta maneira, para Hobbes (1983, p. 78), "o direito de natureza [...] é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida". Portanto, em estado de guerra ou igualdade entre os homens não há que se falar em justo ou injusto, porém havendo poder comum, os homens criam as leis tendo em vista os seus interesses, segundo decisão fruto de uma escolha, na maioria das vezes levando em consideração interesses pessoais e não a própria razão inerente ao bem comum.

Portanto, para Hobbes os homens se juntam em sociedade por pura conveniência e não por sua natureza, como ressalta Aristóteles, justamente para preservar, sobretudo, o principal interesse primário do indivíduo, que é a própria vida.

Não obstante, como se deixou patente, para Aristóteles (1995, p. 14) "o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade", portanto, levando-se em conta as relações humanas, o homem prospera, se humaniza e, sobretudo, se beneficia dessa comutação, satisfazendo seus interesses primários e secundários, bem como estabelece princípios e valores éticos de convívio social. Aristóteles (1995, p. 14-15) ressalta, ainda, que:

> A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado.

Assim, independentemente da forma pela qual os homens se juntam em sociedade, seja por conveniência (Hobbes) ou por natureza (Aristóteles), o importante é que por necessidade, nas suas vertentes, o homem se sociabiliza, porém nunca perdendo de vista o seu duplo interesse (privado e público).

Mister ressaltar que, com base nessa dicotomia de interesses inerentes ao

homem, surgiu as normas jurídicas com a finalidade de limitar e estabelecer regras de convívio social, pois só as normas éticas e morais não são suficientes para barrar a ação humana, pois embora tenha um caráter sancionador, como ressalta Hans Kelsen (2015, p. 29-30), que consiste na reprovação social, não possui um efetivo caráter punitivo.

Portanto, as normas jurídicas têm por escopo organizar juridicamente o Estado estabelecendo regras de conduta às pessoas que nele convivem tornando suportável e harmoniosa as relações sociais, impondo sanções punitivas às condutas adversas.

Porém, independentemente da forma pela qual a sociedade se reveste sempre houve e haverá uma minoria de grupos dominantes, que ditarão as normas jurídicas de conduta, e a maioria de grupos dominados, que deverão respeitar tais normas, em nome da ordem e, por conseguinte, da liberdade e da garantia do direito à vida, exceto se pensarmos nos ideais do socialismo, idealizado por Marx, que nunca se tornou hegemônico no mundo, portanto somos incapazes de prever como seria o seu desenvolvimento e eficácia.

Insta que, o que pretendemos deixar claro é que a sociedade deve ser constituída tendo em vista os interesses comuns dos indivíduos que a compõe e que, em dado momento, um grupo de elites acaba dominando o poder político e econômico e ditando a regras de acordo com os seus interesses primários, em detrimento aos interesses secundários da maioria. Sempre foi assim e é assim que devemos analisar o Estado e os direitos fixados pelas normas jurídicas.

3 O ESTADO E A SUA FUNÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 A Evolução da Sociedade até o Estado Juridicamente Organizado

A origem do convívio social nos remonta às primeiras famílias e tribos, durante à antiguidade (4.000 a.C. até 476 d.C.), onde já era possível verificar uma hierarquia de poder e regras de conduta.

Com a evolução da sociedade, ainda na antiguidade (séculos III e II a.C.), houve o surgimento do Império, onde a monarquia foi a forma hegemônica de governo, sendo que o rei ditava as normas jurídicas a serem seguidas pelo povo, portanto o Estado de Direito era algo desconhecido. Nesse período a nobreza dominava os interesses econômicos, contudo esse modelo teve um intuito maior que era o de sobrevivência, portanto não se preocupava com os direitos individuais e sociais das pessoas.

Ulteriormente, na Idade Média (476 até 1.453 d.C.), com a queda do Império Romano, mas ainda sob a égide da monarquia, emergiu um novo modelo econômico, em detrimento ao nomadismo, denominado de Feudalismo, que era baseado na produção rural de subsistência em que os senhores feudais, possuidores das terras por concessão do rei, exploravam o trabalho dos servos em troca de alimentação e proteção. Nessa época, portanto, ainda, não haviam Estados nacionais centralizados.

Com o surgimento do capitalismo e a crise do feudalismo, por volta do século XVIII (Idade Moderna), como ressalta Norberto Bobbio (BOBBIO, 1998), sobretudo

com a Revolução Industrial (entre 1.760 e 1840), surgiu um novo modelo institucional, rompendo-se definitivamente com o Império, que foi o Estado Absolutista, ainda, sob a forma de governo monárquico e sem a ideia de um Estado de Direito.

Portanto, a primeira forma de Estado, como concebemos na atualidade, baseado em uma unidade territorial, surgiu para romper com o feudalismo, na Idade Moderna, porém manteve a forma de governo vivenciada no Império, que era a monarquia absolutista. Entretanto, a expressão Estado pode ser utilizada em seu sentido amplo de sociedade política, o que nos reportaria ao surgimento do Império, ainda na antiguidade.

Note-se que, como ressalta Jean Jacques Rousseau (1999, p. 69), o Estado se constituiu sob fundamento da preservação humana, quando o estado de natureza, por meio da liberdade humana natural, não é mais capaz de garantir o bem maior, qual seja, a vida; portanto, para Rousseau (1999, p. 70) o Estado surge do pacto social, ou seja, do contrato social, onde os homens abrem mão de parte da sua liberdade natural, mantendo-se a liberdade convencional, para que o Estado lhe garanta o bem maior do ser humano, que é a manutenção da vida, como ressalta Hobbes (1983, p. 78).

3.2 Os Elementos Constitutivos do Estado e a Sua Função Institucional

O termo Estado, como ressalta Dalmo de Abreu Dallari (DALLARI, 1998), está ligado à sociedade política e pode ter vários significados, porém deve conter alguns elementos, que sem os quais o descaracterizaria. Assim, o Estado é a forma contemporânea de como a sociedade se constitui.

Para Dalmo de Abreu Dallari (DALLARI, 1998) são quatro os elementos constitutivos do Estado, senão vejamos: I) a *soberania* (poder subdivido em três funções: executiva, legislativa e judiciária); II) o *território* (área territorial onde exerce o seu poder soberano); III) o *povo* (composto pelos cidadãos, dotados de poder político); e, IV) a *finalidade social* (que é o elo de princípios, valores e ideais que une o seu povo). Há quem coloque um quinto elemento, qual seja, o *governo*; contudo, *data máxima vênia*, não somos adeptos dessa corrente doutrinária, uma vez que entendemos que o governo é uma atribuição do poder soberano, portanto está adstrito ao primeiro elemento *soberania*.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a função institucional do Estado é garantir, por meio da sua Carta Magna, a prevalência do seu povo, mantendo ativa a sua finalidade social, dentro do seu território, em outras palavras, a função precípua do Estado é satisfazer as necessidades públicas do seu povo, sendo que essas necessidades públicas são fixadas na Constituição e em leis infraconstitucionais.

Insta, que é a finalidade social que une o povo de determinado Estado mantendo a sua unidade, contudo sabemos que, em última análise, sempre os interesses dos grupos dominantes é que acabaram e acabam preponderando, o que gera uma instabilidade social, podendo, em dado momento, acarretar a segregação do Estado.

4 O ESTADO DEMOCRÁTICO

4.1 Origem do Estado Democrático

A democracia já havia sido vivenciada na Grécia antiga, embora se discuta, ainda hoje, se, de fato, era uma democracia participativa ou uma aristocracia, onde a participação no poder se restringe à determinadas pessoas. Não obstante, a origem do Estado Democrático, como nova forma de concepção do Estado, ocorreu com a expansão do capitalismo, onde uma nova classe social da mercancia (os burgueses), que já estava dominando a economia, passou a lutar pelo poder político, até que em 1789 com a Revolução Francesa, marco da Idade Contemporânea, eis que, com um discurso sedutor de democracia, que estabeleceria os princípios da liberdade e da igualdade, os burgueses acabaram por dominar o poder político.

Note-se que, essa nova forma de Estado, de fato, era e é a mais justa, pois entrega, ao menos na teoria e nas urnas, o poder político ao seu legítimo possuidor, que é o povo, fazendo com que o terceiro e o quarto elemento constitutivo do Estado, isto é, o povo e a finalidade social, passassem a ser privilegiados, o que, em tese, fortaleceria a manutenção da unidade do Estado. Contudo, outra problemática se instalou, qual seja, a de quem exerceria esse poder político, o que poderia enfraquecer, como enfraqueceu, novamente, esses mencionados elementos constitutivos do Estado.

4.2 A Forma Hegemônica de Democracia

O século XX, como ressaltam Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002, p. 39-40), foi marcado por uma intensa disputa em torno da questão democrática, tais como se a democracia era desejada realmente, se poderia haver compatibilidade entre a democracia e o capitalismo, sobre quem deveria exercer o poder político e a intervenção do Estado em questões sociais.

Todas essas discussões perderam sentido no final do século XX, pois a democracia representativa e o capitalismo se tornaram hegemônicos no mundo e, com isso, por razões óbvias, o Estado passou a legitimar a prevalência dos interesses das elites econômicas burguesas.

Entretanto, até a crise econômica de 1930, o Estado Social keynesiano estava em evidência, com alta intervenção estatal em questões de relevante interesse social. Essa situação de “liberalismo embutido” perdurou até o final dos anos 1960, como destaca David Harvey (HARVEY, 2008), quando, a partir da metade da década de 1970, com a “estagflação” (altos índices de desemprego e inflação), as elites econômicas capitalistas ameaçadas propuseram como única solução à crise, um caminho radical inverso ao que pretendia o socialismo, que, ao invés do curso de aproximação entre o capital e o trabalho, foi o de distanciá-los ainda mais, promovendo a desregulação do mercado e do trabalho, enfraquecendo os sindicatos e diminuindo a intervenção do Estado em questões sociais, com as privatizações, que se deu por meio do *neoliberalismo*.

O neoliberalismo, como ressalta David Harvey (HARVEY, 2008), é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-

estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, defendendo a propriedade privada e se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado à saúde, a segurança social ou a poluição ambiental) caberá ao Estado cuidar desses interesses.

Note-se, que o crescimento do neoliberalismo ocorreu de forma desigual variando de Estado para Estado, por não haver regras rígidas nem características próprias desse modelo, entretanto os seus objetivos foram a restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas.

Com isso, no final do século XX, como ressalta Boaventura de Sousa Santos, a democracia liberal, tendo em vista o neoliberalismo, se tornou hegemônica no mundo.

5 A DEMOCRACIA NO BRASIL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O NEOLIBERALISMO E A FUNÇÃO DO MANDADO DE INJUNÇÃO

5.1 A Constituição Democrática Brasileira de 1988, o Neoliberalismo, a Inefetividade dos Direitos Fundamentais e os Remédios Constitucionais

A Constituição Federal brasileira de 1988, que rompeu com um Estado ditatorial então vigente, veio na contramão do neoliberalismo e estabeleceu um vasto rol de direitos fundamentais, que não passaram de letra morta, ante a ausência de intervenção estatal de políticas públicas que garantissem tais direitos.

Não obstante a previsão de inúmeros direitos humanos fundamentais, que, diga-se de passagem, são indispensáveis aos indivíduos, a Carta Magna de 1988 previu uma série de remédios constitucionais garantidores de tais direitos, como o *"habeas corpus"* (garantidor da liberdade dos indivíduos), o *"habeas data"* (garantidor de acesso e correção de registros dos indivíduos em órgãos públicos), o mandado de segurança (garantidor dos direitos líquidos e certos dos indivíduos) e o mandado de injunção (garantidor de direitos constitucionais ante a ausência de normas regulamentadoras que tornem inviáveis o exercício de tais direitos, regulamentado recentemente pela Lei n.º 13.300/16).

Mister ressaltar que, tendo em vista que os Poderes Executivo e Legislativo estão imbuídos em seus interesses particulares e desprovidos do seu compromisso social, respaldados pelos ideais do neoliberalismo, cabe ao Poder Judiciário esse papel de garantir, no caso a caso, a prevalência dos anseios constitucionais.

5.2 O Mandado de Injunção como Forma de Efetivação da Democracia no Brasil

Insta que, o mando de injunção tem um dos principais e relevantes papéis na efetivação dos direitos individuais previstos em normas constitucionais que

dependem para sua aplicação da edição de normas infraconstitucionais regulamentadoras, pois caso não sejam editadas se tornariam verdadeiro rol de necessidades.

Como ressalta o ilustre doutrinador José Afonso da Silva (SILVA, 1999) , há três tipos de normas constitucionais, senão vejamos: as normas constitucionais de eficácia plena (que são as que têm aplicabilidade total, imediata e sem restrição por norma infraconstitucional), as normas constitucionais de eficácia contida (que são as que têm aplicabilidade total, imediata, mas que podem sofrer restrição nos seus efeitos por norma infraconstitucional) e as normas constitucionais de eficácia limitada, que podem ser programáticas ou de princípio institutivo (que são as que não têm aplicabilidade total e imediata, pois dependem da edição de normas infraconstitucionais que as regulamentem e as tornem efetivas).

As normas constitucionais de eficácia limitada programáticas, segundo Luiz Roberto Barroso (2014, p. 55-56) não podem, em regra, ser objeto de controle de constitucionalidade, logo de mandado de injunção, pois o referido doutrinador e ministro do Supremo Tribunal Federal entende que a demora na implementação de norma programática é incapaz de caracterizar omissão inconstitucional, salvo se inviabilizar situações inerentes ao mínimo existencial; contudo, João Francisco Naves da Fonseca (2016, p. 34) assevera que é possível, sim, com o qual concordamos controlar-se a constitucionalidade de normas constitucionais de eficácia limitada de conteúdo programático, mas, tão somente, por meio da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, que produzirá efeitos *"erga omnes"*, vinculante e, em regra, *"ex tunc"*. Portanto, as normas constitucionais que estão sob a égide do mando de injunção são as de eficácia limitada de princípio institutivo, ou seja, aquelas normas que preveem direitos individuais ou coletivos dependentes de regulamentação para serem efetivados.

Portanto, não obstante a ausência de políticas públicas estatais que garantam os direitos individuais previstos nas normas constitucionais de eficácia limitada, que estão na contramão dos interesses neoliberais, necessário se faz a participação efetiva do Poder Judiciário, por meio dos remédios constitucionais, em especial do mandado de injunção, ao menos no caso a caso, tendo em vista a sua função de aplicador e garantidor das normas constitucionais e da justiça social.

6 CONCLUSÃO

No contexto mundial de prevalência do Estado democrático neoliberal, onde o interesse das elites capitalistas é sempre de exploração estatal em detrimento dos interesses sociais e que, portanto, os direitos individuais e sociais previstos na Constituição Federal de 1988 não passam, em sua maioria, de letra morta, os remédios constitucionais passam a ter fundamental importância na efetivação, ainda que no caso a caso, de direitos humanos fundamentais.

Em particular, o mandado de injunção, regulamentado, após duas décadas da edição da Carta Magna brasileira em vigor, pela Lei n.º 13.300/2016, tem um papel fundamental na efetivação de diversos direitos espalhados em normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo, pois, não fosse esse remédio constitucional, pessoas aguardariam até a morte a edição, pelo Poder Legislativo, de leis que regulamentassem tais direitos, por conta de uma economia

de mercado opressora dos anseios individuais e sociais do povo.

Por essas razões, o Poder Judiciário vem tendo um papel de vanguarda na garantia dos direitos humanos fundamentais, tendo em vista a ausência de políticas públicas efetivas e assim deve permanecer, sem qualquer receio de repúdio pelos demais poderes ou, até mesmo, por pressão do mercado.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Edipro, 1995.

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 6ª ed., 3ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade** – *Para uma Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Dicionário de Política**. 11ª ed., Brasília: UNB, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. **As políticas sociais e o neoliberalismo. Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas**. Revista USP, Março/Abril/Maio, 1993.

FONSECA, João Francisco Naves da Fonseca. **O Processo do Mandado de Injunção**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GANEN, Ângela. **Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica**. Revista de Economia contemporânea, Rio de Janeiro, 4(2): 9-36, jul./dez. 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Trad. Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 3ª ed., São Paulo: Abril, 1983.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 8ª ed., 5ª tiragem, São Paulo: WMF, 2015.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o

cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 39-78.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 3ª ed. (3ª tiragem), São Paulo: Malheiros, 1999.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A GESTÃO ESCOLAR E UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVO

Célia Maria David.FCHS/UNESP/Franca.cmdavid48@gmail.com
Sebastião Donizeti da Silva.doutorando do Programa de Pós Graduacão em Serviço Social.FCHS/UNESP/Franca.tiaozinhoedu2009@hotmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão a respeito do papel e das formas que a gestão escolar pode organizar o trabalho escolar nos dias de hoje, considerando a necessidade de atender à obrigatoriedade da política educacional implementada pelo governo. Discutindo sobre sobre a gestão escolar e o ambiente de aprendizagem significativo que ela, como líder e coordenadora da ação do coletivo escolar, tem de levar o processo ensino-aprendizagem numa perspectiva democrático-participativa, considerando a importância das tecnologias no processo. A partir de uma fundamentação que tem trazido estímulo para a discussão do assunto nos meios acadêmicos, salientamos a importância de colocar em pauta um rol de competências e habilidades que a gestão escolar deve desenvolver para alcançar resultado significativo na criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, denotanto acesso, permanência e continuidade nos estudos a todos os sujeitos escolares. Fundamentamos, principalmente, em Libâneo (2012), Paro (2014), Andrade (2004) que nos trazem questões de relevância para uma discussão na perspectiva da gestão democrático-participativa. Visualizamos resultados importantes e que esclarecem quanto ao aspecto da gestão escolar que busca a promoção da aprendizagem por meio do uso das tecnologias da informação e da comunicação, bem como para uma formação continuada dentro do ambiente onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Concluimos que é possível organizar o trabalho escolar de maneira que privilegie uma aprendizagem integral, numa relação da relação com o seu entorno, bem como com as demais agências formadoras da sociedade.

Palavras-chave: Gestão escolar democrático-participativa. Ambiente de aprendizagem significativa. Tecnologias educacionais.

Abstract

This article proposes a reflection on the role and forms that the school management can organize the scholastic work in the present day, considering the necessity of attending to the obligatoriness of the education policy implemented by the government. Discussing about the school management and the significant learning environment that she, as leader and coordinator of the action of the school collective, has to take the teaching-learning process in a democratic-participatory perspective, considering

the importance of the technologies in the process. Based on a rationale that has stimulated the discussion of the subject in the academic circles, we emphasize the importance of putting in charge a list of competences and abilities that the school management must develop to achieve significant result in the creation of an environment of inclusive learning, denoting access, permanence and continuity in studies to all school subjects. We base mainly on Libane (2012), Paro (2014), Andrade (2004) that bring us issues of relevance to a discussion from the perspective of democratic-participative management. We visualize important results that clarify the aspect of school management that seeks the promotion of learning through the use of information and communication technologies, as well as for a continuous formation within the environment where the teaching-learning process occurs. We conclude that it is possible to organize school work in a way that favors integral learning, in a relation of the relationship with its surroundings, as well as with the other agencies that form the society.

Key words: Democratic-participative school management. Meaningful learning environment. Educational technologies.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a gestão escolar, seu papel e as formas de organizar o trabalho escolar na sociedade contemporânea visando ao atendimento e à implementação das políticas educacionais com padrão de eficiência, eficácia e efetividade. A intencionalidade é destacar o papel da gestão escolar como responsável pela construção de um ambiente para a realização do trabalho escolar onde se desenvolve um processo de ensino-aprendizagem que vise à disponibilização de recursos pedagógicos dando suporte ao professor a fim de realizar um trabalho significativo para todos os estudantes utilizando os ambientes da escola como extensão da sala de aula, bem como aqueles que a comunidade pode disponibilizar.

LIBÂNEO et al (2012, p. 62) afirmam que a educação escolar é contextualizada num conjunto de relações institucionais que se inserem no bojo de transformações denominadas de globalização. Sem a pretensão de definir o termo, trazemos as indicações dos autores sobre como os acontecimentos atuais afetam a educação escolar de várias maneiras:

> [...] a) exigem novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais;
> b) levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
> c) modificam os objetivos e as prioridades da escola;
> d) produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares;
> e) forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática;
> f) induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores. [...]

Diante desse contexto de rápidas e constantes mudanças em todas as dimensões sociais, a gestão escolar adquire novo aspecto que é definido pelas políticas educacionais impostas pelos governos neoliberais. O que se destaca é que as exigências da sociedade são induzidas pelo sistema econômico criando postos de trabalho que exigem novas formas de organização da escola. Novas competências e habilidades gestoras são definidas,;elencamos algumas delas com base em dois aspectos:

– deve ter conhecimento de:

- gestão democrática e participativa.
- princípios legais de direitos humanos.
- composição e atribuições de instituições colegiadas e auxiliares da escola.
- estratégias para caracterizar o perfil socioeconômico e cultural de comunidades.
- identidade, cultura e clima escolar e práticas cotidianas da escola.
- representações sociais sobre diversidade, gênero e etnia.
- estratégias de mobilização e participação.
- rede protetiva e justiça restaurativa.
- parceria escola-comunidade.
- estratégias de mobilização da comunidade para a participação da comunidade nas ações da escola.

- deve ter capacidade de:

- promover a participação de toda a comunidade escolar na discussão, socialização, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da proposta pedagógica.
- liderar a criação de rede de comunicação interna e externa de interação e colaboração para o fortalecimento do clima escolar e das ações educacionais.
- compreender representações sociais sobre diversidade, gênero e etnia na comunidade escolar e considerá-las nas ações da escola.
- organizar, articular e consolidar o funcionamento dos órgãos colegiados e das instituições auxiliares.
- mobilizar, organizar e gerenciar na escola a rede protetiva e de justiça restaurativa para a garantia de direitos e deveres de todos.
- compreender as possibilidades e estimular o uso pedagógico de espaços da comunidade e do entorno.
- estabelecer parcerias dentro e fora da comunidade escolar, com base em valores e responsabilidades compartilhadas, para apoiar as ações da escola.

Ao definir tais competências e habilidades visualiza-se um cenário em que a gestão escolar não pode mais continuar com as práticas tradicionais que vimos serem realizadas desde a organização da escola no começo do século XX, ou seja, uma escola excludente, direcionada para as elites. O atendimento escolar, hoje, se pauta em princípios constitucionais conforme a LDB 9394/96 – acesso para todos, permanência e continuidade dos estudos em todos os níveis e modalidades de ensino.

QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO OU QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Na direção do que expusemos na primeira parte apontamos dois pontos importantes que devem ser considerados: levar em conta que a escola trabalha com conteúdos curriculares que devem ter qualidade social tanto no ensino como na educação. Primeiramente, apresentamos uma relação entre ensino e educação como dois parâmetros a serem considerados pela gestão ao organizar o trabalho escolar.

Corroboramos com PARO (2014, p.20) ao afirmar que há uma interpretação do senso comum a respeito de educação e ensino

> [...] Na linguagem comum, educação é normalmente associada a ensino, quer para servir-lhe de sinônimo, quer para dele diferenciar-se. O uso diferenciado se dá, em geral, no senso comum, quando se associa a educação ao campo dos valores e das condutas, aquela por meio da qual se propicia ao educando formação moral e disposição à prática dos bons costumes, e se associa o ensino à "passagem" de conhecimentos e informações, contidos nas disciplinas teóricas ou nas ciências de um modo geral e que são úteis para a vida em geral ou para o exercício de uma ocupação.[...]

Os dois conceitos às vezes são usados como sinônimos ou para expressar a mesma coisa – a função social da escola – que deve ensinar ciência e educar para a formação de uma consciência social do sujeito escolar, como ser social que é. A escola ensina na medida em que propõe um currículo que possibilita o trabalho pedagógico nas diversas áreas do conhecimento, sempre dividido em disciplinas agrupadas nessas áreas.

Assim, o ensino é traduzido pelas maneiras como a escola trabalha, transmitindo as informações necessárias para que o estudante aprenda e apreenda de cada área do conhecimento científico. Nesse caso, deve dispor de recursos, de uma didática, de estratégias ou procedimentos que possam mediar a aprendizagem, facilitando o acesso e a consecução dos objetivos definidos pela gestão do processo de ensino-aprendizagem.

A educação, por sua vez se refere à construção de valores humanos e sociais ditados pela sociedade que busca a definição da identidade do sujeito que atua nos diversos grupos sociais, aprendendo-os, transformando-os, refazendo seu modo de ser e também dos outros sujeitos com quem convive.

Na dinâmica, tanto o ensino como a educação não acontecem isoladamente, há uma interrelação entre eles, o que proporciona a constituição do ser social. O papel da gestão é, basicamente, organizar o trabalho escolar visando a uma constante melhoria do processo que se desencadeia cotidianamente com suas nuances e diversidade cultural.

A qualidade da escola refere-se tanto aos atributos ou características da sua organização e funcionamento, quanto ao grau de excelência baseado numa escala valorativa criada pela sociedade em geral – a qualidade desta escola é ruim, medíocre, boa, excelente – na medida em que manifestam as formas sistematizadas do trabalho escolar. A diversidade de opiniões sobre o assunto

Conforme LIBÂNEO (2012, p.312) a qualidade social diz respeito à qualidade cognitiva e operativa dos processos de aprendizagem numa escola que inclua a todos. Isso corresponde a satisfazer as demandas dos sujeitos escolares de acordo com as reivindicações sociais e educacionais, nos dias atuais, denotando que se deve tomar

o devido cuidado com os aspectos cognitivos, que autor discute a partir da ideia de aprendizagem para todos num ambiente de aprendizagem propício.

Segundo ANDRADE (2004, p.26) a escola tem uma responsabilidade social que, ao assumi-la demonstra a qualidade que imprima em sua organização.

> [...] Uma escola realiza as suas atividades dentro de uma sociedade composta por seres humanos. Ela interage com pessoas, quer sejam alunos, pais, funcionários, fornecedores, vizinhos, acionistas, outras escolas, a comunidade. Não há como não ter responsabilidade social. Assumir consciente e competentemente essa responsabilidade é que é a maior necessidade de nossos dias.

Colocamos em pauta, neste momento, o trabalho da escola como um elemento criado por uma política social – educacional – o que nos conduz a pensar que a escola ensina a construção de conhecimentos científicos e educa o sujeito para o ser social. Nossa conclusão é a de que a escola é uma instituição social complexa que tem uma finalidade educativa.

Citando Bernardo Toro, educador colombiano, ANDRADE (2004, p.26) enumera sete aprendizagens básicas para a convivência social:

> 1. Aprender a não agredir o semelhante – Fundamento de todo modelo de convivência social.
> 2. Aprender a comunicar-se – Base da auto-afirmação pessoal e grupal.
> 3. Aprender a interagir – Base dos modelos de relação social.
> 4. Aprender a decidir em grupo – Base da política e da economia.
> 5. Aprender a cuidar-se – Base dos modelos de saúde e de seguridade social.
> 6. Aprender a cuidar do ambiente – Fundamento da sobrevivência.
> 7. Aprender a valorizar o saber social – Base da evolução social e cultural.

Pelo exposto, até então, pode-se afirmar que a escola é o processo desencadeado a partir de uma política educacional originada pelo sistema sócio-político dos governos para a consecução dos objetivos de atendimento das necessidades de formação integral do sujeito que busca sua sobrevivência e melhoria das relações socioculturais. Os sete pontos indicados acima trazem os contextos de atuação da gestão escolar que se quer de excelência na definição da qualidade da educação que tem por fundamento ensinar a construção de conhecimento, bem como transmitir saberes já introjetados na sociedade.

Percebemos que há uma realidade social que constrói uma escola conduzida por uma gestão que considere os aspectos tratados aqui e que busque recursos de ordem física utilizados para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, mas também organize um currículo que seja convergente com os aspectos necessários para a formação do sujeito escolar como transformador da sua realidade numa intencionalidade de alcançar a felicidade. Os recurso de que lança mão estão postos na sociedade onde se insere, são de toda ordem: tecnológicos, comunicacionais, culturais, financeiros, religiosos e políticos.

Muito mais do que aquilo que planeja, o que é praticado na escola é ensinado a todos, ou seja o que é praticado no seu dia-a-dia, uma vez que os sujeitos escolares interagem e ensinam e aprender ao mesmo tempo.

Finalizo este tópico com uma citação de BORGES (2012, p.27) que nos traz uma afirmação a ser refletida no coletivo escolar.

> [...] Educar é muito mais que instruir, transmitir conhecimentos, dar competência. Educar é dar um sentido ao conhecimento, é inspirar projetos de vida, é despertar o projeto de viver em fraternidade, é humanizar, é formar cidadãos, e, para isso, é preciso direcionar esforços, ter lucidez em relação ao que se quer e ao melhor caminho para chegar lá.

Assim, o que parece ser um antagonismo denotado no título deste tópico nada mais é que uma confrontação de um e de outro contexto que se realizam de forma vivencial na escola e o que é qualidade social do ensino pode ser compreendido como o resultado que se percebe na aplicação dos recursos disponibilizados pela gestão escolar que visa a qualidade social da educação que será percebida pelos resultados verificados na evolução dos fenômenos sociais: nas tecnologias em geral, novas formas terapêuticas da medicina, melhores estratégias de organização urbana e rural, melhores políticas sociais.

UMA PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA OS DIAS ATUAIS

A gestão escolar tem um papel político no sentido de atender as intencionalidades da gestão da política educacional e tem um papel cultural – organizar-se de maneira apropriada para que se mantenha padrões culturais arraigados e propor tentativas de mudanças ou transformações.

As práticas pedagógicas se constituem do conjunto de ações planejadas e realizadas pela escola de maneira processual, sistematizada, numa estrutura composta por elementos físicos e teóricos, são recursos que a gestão tem à sua disposição para escolher a forma mais significativa de organizar seu trabalho, num ambiente de aprendizagem e num clima inter-relacional onde a convivência entre os sujeitos escolares possibilita também aprendizagem.

Nessa direção, temos o ambiente e o clima organizacional. Onde o clima se refere à percepção dos sujeitos escolares, da comunidade escolar em geral, interna e externa, sobre o ambiente de trabalho da escola, tem a ver também com os sentimento demonstrados pelos sujeitos e como eles interagem e que possam traduzir-se em satisfação ou insatisfação, repercutindo na produtividade e na idéia de que possam ter a escola como um todo orgânico. O ambiente organizacional se compõe, como já nos referimos anteriormente, a todos os recursos colocados à disposição dos coletivo escolar para o alcance dos objetivos e das metas definidas.

Para contextualizarmos essa questão da organização do ambiente escolar e do clima organizacional é necessário situarmos o momento em que se dá tal necessidade e, para isso, trazemos reflexões de LIBÂNEO et al (2012, p.69)que nos levam a perceber que as transformações são em todas as dimensões: técnico-científicas, econômicas e políticas.

> Inicialmente, buscaremos compreender em que consistem as transformações técnico-científicas. Os estudiosos do assunto mencionam essas transformações com diferentes denominações, tais como terceira Revolução Industrial, revolução científica e técnica, revolução informacional, revolução

> informática, era digital, sociedade técnico-informacional, sociedade do conhecimento ou, simplesmente, revolução tecnológica.

Além, disso, convém indicarmos algumas ideias a respeito da fase histórica do modernismo e do pós-modernismo para buscar uma tentativa de visualizar uma compreensão desse contexto. Para Saviani (2009), a modernidade é ligada à revolução centrada na máquina e, a pós-modernidade, seria a revolução centrada na comunicação, na produção da informática. O mundo pós-moderno estaria impregnado pela cibernética, pela robótica industrial, pelos circuitos eletrônicos. Para Silva (2010), pós-modernismo seria a negação do modernismo, das narrativas históricas, das crenças na razão, no progresso e no poder emancipatório das ciências. A condição pós-moderna rejeita as universalidades, as totalidades.

Nesse sentido, podemos compreender que a verdade é historicamente situada, os discursos são gerados e governados por regras de poder, por isso não se pode mais falar como os modernos em totalidades, universalidades. Para os americanos, pós-modernidade é a evolução da máquina para a cibernética, para a evolução da modernidade. Pós-modernidade tem preocupação com a complexidade, com as diferenças, com as várias nuances de interesses, a cultura, o pluralismo cultural, as metanarrativas e metateoria, o pós-moderno ainda pode ser entendido como a exaustão do modernismo, o esgotamento da razão, a crise da razão. Finalmente crê-se que a razão não é mais possível como explicação única do mundo.

A problemática para a educação é justamente como educar em um mundo em constante transformação. Buscar soluções para resolver isso compreende formas de organização do trabalho escolar com a participação de todo o coletivo, envolvendo os sujeitos diretamente interessados no processo de ensino-aprendizagem. A despeito dessa visão de que a escola é uma organização socialmente construída, denota-se que ela, por ser um empreendimento humano, configura-se como uma organização histórica, política e culturalmente marcada.

Segundo LIBÂNEO (2012, p.234) “uma compreensão verdadeira da escola depende da referência a determinado período histórico e das lentes usadas para olhá-la”. O processo de ensino-aprendizagem que se desenvolve na escola, nos dias atuais, tem sua marca no processo histórico de longa duração que trouxe sua identidade para uma realidade em que os sujeitos escolares devem participar da sua organização de maneira atuante, pois são eles que ditam as formas da práxis pedagógica a ser realizada.

ORGANIZANDO O TRABALHO ESCOLAR COM A COLETIVIDADE

A partir da concepção de que o país precisa reformar seu sistema educativo para atender aos novos tempos que requerem nova qualidade educativa, o que implica em mudanças nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores, corroboramos com LIBANEO et al (2012, p.43,44) que apresenta argumentação situando a organização escolar no contexto político-educacional passível de uma necessária mudança estrutural.

> [...]os sistemas e as políticas educacionais de cada país precisam introduzir estratégias como descentralização, reorganização curricular, autonomia das

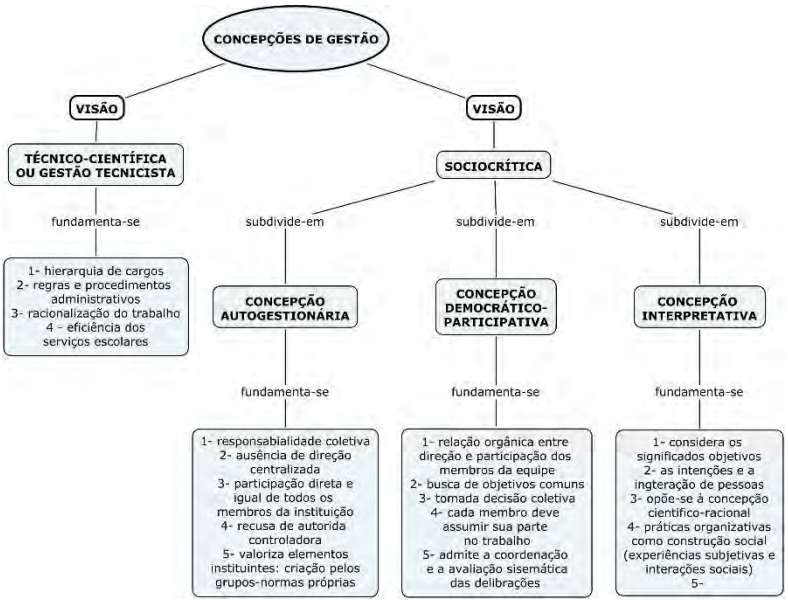
escolas, novas formas de gestão e direção das escolas, novas tarefas e responsabilidades dos professores.

Na compreensão do contexto de gestão escolar e seu papel de gerir uma instituição social, faz-se necessário esclarecer que toda forma de organização do trabalho escolar passa pelo trabalho do professor e seu planejamento. Ressalta-se, portanto, a importância das ligações do espaço escolar com o sistema de ensino e com o sistema social, para articular as práticas pedagógico-didáticas com as demais práticas sociais concorrentes.

Adentrando pelo contexto da organização desse trabalho, percebem-se diversas formas ou modalidades conforme a visão que se tem das funções sociais da educação escolar em relação à sociedade onde está inserida. Duas concepções fundamentais se destacam – 1) a *técnico-científica ou a científico-racional* e de outro ponto a 2) *sociocrítica*. Na primeira forma se consolida uma visão burocrática e tecnicista da escola, ou seja, a gestão é centralizada em uma pessoa, os planos vêm de cima para baixo, é necessário o cumprimento de um plano previamente elaborado, não há a participação de especialistas, professores, alunos e funcionários ou pais. Na segunda forma a organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que existem entre si e com o contexto sociopolítico, nas formas democráticas de tomada de decisões.

Organizar o trabalho escolar não é uma atitude objetiva e definitiva, deve, antes de tudo, ser uma conformidade com as necessidades dos sujeitos escolares que convivem no ambiente.

Conforme LIBANEO et al (2012) que desmembra a forma de gestão sóciocrítica, ainda temos outras formas de gestão como representamos no mapa conceitual a seguir:



Autor: SILVA, 2015, in LIBANEO et ali (2012)

A partir desse mapa conceitual demonstramos, neste estudo, a forma que consideramos mais condizente como contexto sócio-cultural em que as escolas são organizadas. Os sujeitos necessitam de interação, expor suas ideias de forma dialogada, tomar iniciativa sobre seu destino, enfim, conquistar sua autonomia por meio de uma educação escolar que possa contemplar tais anseios. Assim considerado que temos objetivos sociopolíticos na nossa ação educativa, numa busca incessante por transformações sociais e também da própria ação da escola que é dinâmica e complexa.

A gestão participativa

A gestão escolar que propomos é aquela em que o coletivo dos sujeitos escolares atua, dá sua opinião, apresenta e propõe alternativas de solução para os problemas que se demonstram no dia a dia da escola. A diversidade cultural é respeitada e, conforme LIBÂNEO (2012, p. 450,451) é possível a criação de um contexto de formação cidadã mais crítica e em busca de transformações sociais e não da repetição de fenômenos sociológicos.

> A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. Nas empresas, a participação nas decisões é quase sempre estratégia que visa ao aumento de produtividade.

Continuando sobre a organização do trabalho escolar de forma coletiva, podemos questionar –como formar ambiente de participação coletiva na diversidade cultural da escola. O que temos visto como pratica dessa necessidade é a formação dos grupos focais que representam cada setor da escola e cada um deles tem a sua forma de atuar na organização do trabalho escolar.

A concepção de gestão democrático participativa recebe as influências de cada grupo que, por sua vez, é conduzido a atuar dentro dos seus interesses, ou seja, são grupos formados pelos sujeitos que compõem cada setor da escola: professores, alunos, pais, agentes de organização, agentes de serviços gerais, comunidades e gestores.

Temos ainda os órgãos cogestores que contribuem para a gestão participativa se efetivar. A APM - que reúne todos os sujeitos escolares por meio de representativa e que tem estatuto próprio, o Conselho de Escola – que também é composto por representativa e tem suas funções específicas como órgão analítico e deliberador de decisões coletivas, o Grêmio Estudantil que atua na organização dos interesses dos estudantes.

Mas o que significa a participação? Toda a influência dos profissionais da educação e dos sujeitos (estudantes e pais) na gestão da escola. Pode parecer uma resposta simplista, entretanto podemos dar conotação mais ampla quando se propõe que cada grupo seja inserido no contexto, aí a escola se torna uma instituição educativa por excelência.

A escola não é uma ilha, não vive isolada dos contextos onde está inserida, no seu entorno próximo existe uma comunidade que influencia na sua organização e no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Por meio de um planejamento estratégico podemos fazer uma auto avaliação que nos mostra os meios e entremeios peculiares da relação que a escola tem com os sujeitos que demandam seus recursos educativos.

Conforme MAIA (2013, p.74, 75) a organização administrativa proporciona recursos físicos, humanos, prédios, materiais didáticos, equipamentos, financeiros tão necessários para a consecução dos objetivos e metas definidos para a gestão atender as demandas dos sujeitos escolares.

> [...] Diferentemente da visão empresarial que, na busca pelo lucro, reforça a arbitrariedade do poder e, muitas vezes, nega as relações intersubjetivas no interior da empresa, a escola busca através do trabalho pedagógico e administrativo, a democratização e a emancipação do ser humano através do diálogo, do questionamento e do entendimento, pois trabalha com a formação, e não com a geração de produtos prontos e acabados.
>
> [...] Na escola há uma preocupação com o relacionamento entre os atores educacionais (educadores docentes e não docentes, educandos e comunidade), sendo o diretor o responsável por administrar essas relações.

O processo educativo escolar será coletivo e participativo na medida em que haja mudança de posturas no entendimento de que a participação é o princípio básico da democracia. Para tanto é necessária a participação dos segmentos que constituem o coletivo escolar e que se torna um colegiado que se organiza em torno de uma ação gestora com objetivo de ensino e aprender.

De acordo com SANTOS (2002) a sociedade mudou e tem outro caráter, “passamos de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, o que exige nova parceria entre a educação e os negócios”.

Nesse sentido acrescentamos que a escola mudará mais ainda, a gestão escolar deve ficar alerta para o fato de que ela não poderá ficar limitada apenas ao trabalho escolar de forma pura e simples, entretanto deve expandir e buscar parcerias, reunir suas potencialidades para conseguir ampliar seus recursos didáticos e pedagógicos.

Na continuidade da nossa reflexão, tomemos por critério as mudanças ocorridas no século XX e que fizeram essa sociedade da informação que temos hoje. As transformações ocorrem em todas as dimensões e lugares, hoje, o conhecimento é o grande recurso, bem como a característica dominante nessa sociedade, ou seja, uma sociedade de organizações.

Ainda, conforme SANTOS (2002, p.16) a tradicionalidade da gestão escolar que deve promover e aceitar mudanças.

> As mudanças levam a uma nova dicotomia de valores, não literária e científica, mas entre “intelectuais” e “gerentes”. Enquanto os primeiros se preocupam com palavras e ideias, os segundos importam-se com pessoas e trabalho. O grande desfio filosófico e educacional é transcender essa dicotomia.

Finalmente, a gestão escolar é mais globalizante e dinâmica, envolve a dimensão política e social, a ação para transformações, globalizações, participação,

práxis, cidadania, etc. A expressão gestão educacional, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes que simplesmente administram e não alteraram seu padrão de atuação, as que hoje deve mudar para que a escola seja de fato transformadora e não reprodutora numa sociedade que se modifica cultural, social, tecnologicamente a todo o momento em rápidos movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos nossos estudos com a compreensão de que que há uma capacidade gestora que pode conduzir o processo de educação escolar para uma educação transformadora que, ao influir nessa atual, "sociedade do conhecimento", tem buscado mudar seu interior, de velhas práticas pedagógicas para o uso de recursos tecnológicos, entretanto ainda resta lutar contra seus mitos e tabus, explicitando-os a partir de uma auto avaliação que demonstre de forma clara os indicadores das dimensões que devem sofrer intervenção, quer seja, de ordem física ou filosófica.

Algumas questões para finalizar nossas conclusões: Como enfrentar as mudanças da sociedade e inserir a escolar no novo contexto da sociedade do conhecimento? Exige-se, aqui, uma resposta mais complexa e talvez mais abrangente a partir de uma análise sócio-crítica global das relações que a educação escolar tece com a sociedade capitalista que exige resultados cada vez mais eficazes, eficientes e efetivos. Neste trabalho esboçamos argumentações que, desejamos, possam estimular outros estudos, em outros contextos. Ressaltamos ainda que o princípio participativo que o coletivo escolar concebe não esgota as ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino. Tanto quanto o processo organizacional, e como um de seus elementos, a participação é apenas um meio melhor e mais democrático de alcançar os objetivos da escola, que se localizam na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

A gestão democrático-participativa é a base para que o coletivo escolar atue de forma efetiva e de onde se obtém a tomada de decisão original que é própria de cada contexto. Apesar de termos fundamentos tecnicistas em nossa gestão escolar ainda é possível observar que não há estratégias definitivas, concretizadas que possam facilitar e tornar mais eficaz o trabalho escolar, para tanto é necessário o debate interno visando uma conformidade entre os sujeitos escolares em geral.

A gestão que se quer "coletiva" busca a inserção de todos os sujeitos que devem ter definidos os papéis que protagonizam a construção de uma identidade escolar segundo as necessidades e intencionalidades sociais, políticas, econômicas da sociedade. Tal contexto, gera uma pretensa situação emancipadora onde todos podem atuar e contribuir, desenvolvendo linguagem que todos possam entender e incorporar, interagindo, compartilhando, colaborando na aprendizagem dos seus pares. Podemos dizer também que o modelo de gestão escolar ou educacional baseado na concepção de um processo de participação coletiva busca a implementação de ações descentralizadas dentro das dimensões: financeiras, administrativas e pedagógicas.

Esperamos que a compreensão exposta neste trabalho denote que a gestão democrático-participativa na organização do trabalho escolar possa sugerir uma busca de outros estudos onde esta discussão suscite novas ideias que possam clarear

formas diferenciadas e que reconheça a necessidade de uma discussão interna, na escola, entre os sujeitos escolares, de forma profícua nos momentos de reunião pedagógica, lugar excelente para tal reflexão e busca de propostas de solução para as diversas situações de conflitos durante o desenvolvimento das práticas pedagógicas planejadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática de Liberdade**. 13ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Paulo Freire.SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(2) 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf. Acesso em 10.10.2016.
LIBÂNEO, J.C. OLIVEIRA, João F. de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 10ª ed. rev. ampl., 2012, São Paulo, Cortez Editora, 2012.

MAIA, B.P.; COSTA, M.T. de A. **Os desafios e as superações na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SAVIANI, **Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil**.2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____ **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____ **Escola e Democracia: teorias da educação**. 36 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

SANTOS, C. R. dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa: educação, comunicação**, mídia clássica. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SILVA. Sebastião D. **Concepções de professores e alunos sobre a introdução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) numa escola pública do ensino básico.** Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto: 2011.

VIEIRA, A.T., ALMEIDA, M.E.B de. ALONSO, M. Org. **Gestão educacional e tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003.**

A GUINADA À ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA: GOVERNO EVO MORALES, A PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO CIDADÃ

THE LEFT TURNING IN LATIN AMERICA: EVO MORALES GOVERNMENT, DEVELOPMENT PERSPECTIVES AND CITIZEN IMPLEMENTATION

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas

FERNANDES, Liniker
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
licenciado e bacharel em Ciências Sociais e mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF
linikerfernandes3@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

Com este artigo se pretende compreender a efetivação ou não de mecanismo de incorporação cidadão na Bolívia a partir do governo de Evo Morales e do MAS (Movimento ao Socialismo), iniciado em 2006, após graves crises de natureza política, econômica e social. Em outras palavras, temos como objetivo analisar um conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo Morales ao longo dos últimos dez anos e a sua capacidade em promover um efetivo processo de inclusão cidadão. Se utilizará sobretudo dados publicados por organismos internacionais a fim de executar tal intento, principalmente aqueles provenientes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial.

Palavras-chave: Governo Evo Morales, Desenvolvimento social, América Latina.

Abstract

This article intends to understand whether or not the mechanism of citizen incorporation in Bolivia has been implemented since the government of Evo Morales and the MAS (Movement for Socialism), started in 2006, after serious political, economic and social crises. In other words, we aim to analyze a set of economic and social policies implemented by the Morales government over the last ten years and its capacity to promote an effective process of citizen inclusion. In particular, data published by international organizations will be used in order to execute such an attempt, especially those from the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and the World Bank.

Keywords: 3 palavras-chave, separadas por vírgula.

1 INTRODUÇÃO

Pareceu se instaurar um novo ciclo político no continente no início do século, devido, sobretudo, a ascensão de governantes com trajetórias marcantemente de esquerda, ainda que pertencentes à tradições e origens consideravelmente distintas (AYERBE, 2008; CARLOS, 2008). Apesar da categorização e a discriminação desses governos de maneira contumaz em dois grandes grupos, o primeiro representante de uma esquerda moderna, aberta e responsável, e o segundo dotado de caráter conflitivo, fechado e populista, distinção esta, vale ressaltar, nem sempre fundamentada com amplo rigor científico (AYERBE 2008; CARLOS, 2008), o fato é que parecem concatenados à crítica e representam uma negação popular aos modelos liberalizantes implementados nas últimas décadas; modelos estes que de uma forma ou de outra, não foram capazes de engendrar os necessários êxitos econômico, industrial e social que prometiam gerar (AYERBE, 2008; SAAVEDRA; ÁLVAREZ; CLAURE, 2014). De forma geral, as crises financeiras que recaíram sobre os três maiores países da América Latina: Brasil, Argentina e México, aliadas ao fracasso das políticas neoliberais implementadas desde os anos 80 parecem ter aberto espaço para novos atores e movimentos preocupados com a revalorização do protagonismo do Estado frente ao mercado, interessados na maior promoção de equidade social e representantes de um processo de afirmação e autonomia regionais frente à influência norte-americana. Além disso, a crescente demanda por *commodities,* alavancada pelo crescimento dos mercados chineses e indianos, que entre outros efeitos fez elevar substancialmente os preços das matérias primas no mercado mundial, beneficiando as economias latino-americanas, pôde, inclusive, ter propiciado maior liberdade às opções políticas e econômicas da região, diferentemente de outros momentos históricos, cuja ortodoxia e modelo único de livre mercado representados pelos países centrais se erigiram como as únicas alternativas e modelos possíveis (SAAVEDRA; ÁLVAREZ; CLAURE, 2014).

Desta maneira, as ascensões de governos de esquerda, com trajetórias de esquerda ou neonacionalistas, na conceitualização de Saavedra, Álvarez e Claure (2014), ainda que deva-se dizer, representantes de tradições e matizes da esquerda consideravelmente distintos, durante os anos finais da década de 1990 e durante os anos 2000 em vários países da América do Sul: Hugo Chávez na Venezuela (1999), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Michelle Bachelet (2006) no Chile, Evo Morales na Bolívia (2006), Rafael Corrêa no Equador (2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2005) e Néstor Kirchner na Argentina (2003) parecem estar vinculadas ao fracassos das políticas econômicas e sociais neoliberais, e a negação popular ao paradigma representado pelo Consenso de Washington, implementadas desde a metade da década de 80 e durante os anos 90 nestes países (AYERBE, 2008; SAAVEDRA; ÁLVAREZ; CLAURE, 2014). Aumento dos problemas sociais em algumas nações, crescimento do desemprego, crescimento econômico instável, volatilidade de investimentos externos e queda nos níveis industriais parecem estar no esteio desta nova ordem.

Mais de uma década depois do início deste processo, o que se pode apreender deste novo ciclo político na América do Sul? É evidente a impossibilidade de se percorrer na totalidade o caminho trilhado por este conjunto de países, com histórias, perspectivas, práticas e governanças completamente distintas. O que nos resta, desta

forma, é a seleção de alguns aspectos desta realidade social complexa, além de um Estado-nação que possa nos servir de esteio, levando-se em conta, com toda a ciência, a impossibilidade de qualquer ramificação das conclusões obtidas aqui para o conjunto de países que compõe a região. Qualquer expansão impertinente de resultados iniciais fere de morte qualquer pretensa ação científica. Objetivamos um trabalho monográfico. Assim, o intento do presente artigo é discutir o potencial ou a capacidade do governo de Evo Morales e do MAS (Movimento ao Socialismo), partido político do qual é signatário e obteve expressivas vitórias eleitorais na Bolívia desde 2005 em ampliar ou não o conceito de cidadania naquele país. Em outras palavras, temos *como objetivo principal analisar um conjunto de políticas públicas, econômicas e sociais e as suas capacidades em sacramentar ou ampliar os níveis de cidadania naquele país.*

Muito se discute acerca da ideia de cidadania, seja em círculos acadêmicos ou não, mas são raríssimas as vezes em que esse conceito é de fato decomposto e sua acepção é efetivamente delimitada. Ora se nos afigura enquanto um conjunto de direitos políticos e o potencial em participar consistentemente do governo de determinada sociedade, ora é visto como o usufruto de distintas modalidades de bens, serviços e direitos essenciais à vida humana, tais como direito à moradia, à educação, à saúde etc. Assim, para alguns e em determinados momentos, bastaria desfrutar de liberdades políticas, votar livremente e quem sabe até mesmo se candidatar a algum cargo em instâncias legislativas ou executivas que, como num passe de mágica, lhe seria oferecida a partícula cidadania. Ou, quem sabe, bastaria usufruir de algumas benesses sociais, tais como programas de complemento de renda, políticas educacionais, de saúde ou de moradia que estaríamos novamente frente a um empedernido cidadão. Ainda que não se possa e também não se deseje prescindir dos elementos já elencados, partimos de um conceito um pouco distinto, e ao nosso ver mais holístico, fortemente difundido e aceito nas Ciências Sociais. Pensamos a cidadania enquanto a junção de três modalidades distintas de direitos, ou cidadão pleno aquele indivíduo capaz de fruir dessas três formas, quais sejam: 1) direitos civis; 2) direitos políticos e 3) direitos sociais. Ainda que não seja o espaço ideal para tecer essa discussão teórica, vale frisar que tomamos como referencial a formulação do sociólogo inglês Thomas Marshall (1967), primeiro a sistematizar esta tipologia trina ao analisar o processo histórico de constituição e construção da cidadania em seu país e sequenciada por um grande número de pesquisadores, inclusive no Brasil. Discussão que será melhor de efetivada nos próximos campos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como definir a cidadania e o que é um cidadão? É o sociólogo inglês Thomas Marshall (1967) que modernamente nos oferece a resposta que julgamos mais satisfatória e que será utilizada no presente trabalho. Definição que não se restringe ao uso neste artigo, mas que foi utilizada sistematicamente nas Ciências Sociais, em trabalhos clássicos e de grande importância teórico-metodológica, seja no Brasil ou em contextos internacionais, como a *Cidadania no Brasil: O longo caminho, do historiador* José Murilo de Carvalho (2001) e *História da Cidadania*, de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2006), apenas a título de exemplo.

Afinal, o que entendemos por cidadania? Para Marshall, o cidadão moderno seria o indivíduo imbuído e capaz de usufruir de três modalidades distintas de direitos:

1) direitos civis; 2) direitos políticos e 3) direitos sociais. A tipologia estabelecida por Marshall possui uma cronologia histórica, de tal sorte que assim se estabeleceu na Inglaterra, país analisado pelo sociólogo e berço do moderno processo de obtenção de direitos pelos indivíduos, ou cidadania. Ainda que em outros países, inclusive no caso brasileiro, esta linearidade não possa ser apreciada de maneira rigorosa, com inversões nas lógicas de surgimento das distintas modalidades de direitos, julgamos de bastante relevância tal tipologia e seu potencial de análise, como será melhor avaliado posteriormente.

Se cidadania vem a ser o usufruto destas três modalidades de direitos, o que de fato significam? De forma objetiva, direitos civis se referem ao usufruto de distintas modalidades de liberdades, e estão relacionados aos direitos dos indivíduos, tais como a possibilidade de ser julgado somente conforme as legislações vigentes e pelas autoridades competentes; de não ter a casa e a correspondência violada, a não ser em casos excepcionais e mediante autorização judicial; direito à inviolabilidade e usufruto do próprio corpo; possibilidade de livre locomoção no território nacional, liberdade de expressão e a existência de uma imprensa livre etc. Os direitos políticos se referem a possibilidade de participação, dissensão e contestação no governo da sociedade na qual se vivencia, direito este representado principalmente pelo voto, ainda que não se resuma exclusivamente a esta modalidade de expressão. E por fim, se entende direitos sociais como a possibilidade de participação e usufruto nas riquezas coletivas, assim como o potencial de desfrutar de bem-estar social. Os direitos que se relacionam a esta modalidade são aqueles que fazem referência ao acesso à saúde, à educação, à moradia, à aposentadoria, à renda adequada, ao emprego etc. Julgamos ser esse o principal referencial teórico e a base sobre o qual se assentará nossa análise posterior, ainda que, pela limitação do presente trabalho, se enfocará sobretudo na partícula social do conceito de cidadania. Muito menos por uma negação da relevância das outras partículas, aos nosso olhos essenciais ao bom desenvolvimento e desfrutar da vida humana (Sen, 2010), mas por uma questão meramente procedimental e de delimitação do foco de análise aqui praticado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizando a distinção estabelecida por Lakatos e Marconi (1992, 2003) entre método e métodos, ou métodos de abordagem e métodos de procedimento, os primeiros itens representando as operações lógicas e mentais mais abstratas e sua relação com a realidade e os segundos os procedimentos mais próximos das “etapas concretas da investigação”, propõe-se: 1)No que se refere a ideia de método ou metodologia de abordagem, seguiremos as propostas estabelecidas por Karl Popper, numa relação hipotético-dedutiva, pois, estas estabelecem a presença constante de lacunas e problemas no conhecimento e nas expectativas humanas; problemas e lacunas que poderiam ser superadas através da construção de explicações, hipóteses, teorias, soluções e conjecturas e na eliminação de erros, mediante um processo de verificação e “testagem”. As teorias e hipóteses poderiam ser somente “corroboradas”, mas nunca validadas, pois esse nível de conhecimento dependeria de todos os casos positivos de verificação, seja do presente, passado e futuro, constituindo, portanto, uma utopia. 2)Do ponto de vista da metodologia procedimental, intentar-se-á desenvolver algo mais próximo de um estudo de caso boliviano, analisando as relações, a possibilidade e a responsabilidade que as políticas do

governo MAS iniciado em 2006 possuíram sobre os prováveis bons índices econômicos e sociais verificados no período e se de fato houve uma incorporação cidadã de massas antes alijadas deste processo. No que se refere ao uso das fontes sobre o conjunto de ações governamentais, políticas públicas e as dimensões da realidade social boliviana, se fará uso sempre que possível de artigos recentes, uma vez que podem nos proporcionar uma perspectiva a longo prazo mais justa e coerente à análise científica e à própria lógica. Dificilmente pode-se elucidar os reais intentos de um governo ou sua possível capacidade transformadora à curtíssimo prazo; por isso escolhemos trabalhos mais recentes, obviamente levando-se em conta a qualidade e a capacidade explicativa dos mesmo. Se empregará aqui tanto trabalhos de cunho interpretativo e qualitativo quanto de pesquisas de caráter quantitativo e índices propalados por organismos internacionais e nacionais bolivianos, sempre que possível e que se julgar pertinente. Faremos uso, principalmente, de índices publicados pelo Banco Mundial e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Qualquer pretensão de estudar a cidadania em um país com as características da Bolívia esbarra em algumas questões contundentes, distintas de qualquer país da América do Sul ou mesmo Latina. Estamos nos referindo a um Estado-nação multiétnico, definido como Plurinacional pela constituição de 2009, complexo do ponto de vista cultural e no qual a maior parte da população se identifica como membro ou descente direta de alguma etnia indígena, sobretudo Aymara e Quéchua. Como pensar a cidadania conceitualizada e definida a partir de uma lógica eurocêntrica, carregada de uma lógica histórico-social própria, em um país cujo conjunto de práticas socioculturais possam ser consistentemente diversas? Em outras palavras, como pensar a tipologia de Marshall, cuja definição se estabelece mediante a análise da realidade histórica inglesa, com suas revoluções sociais de caráter burguês e industrial, com todos seus caracteres idiossincráticos, em um estado cujos saberes, práticas, religiosidades, simbolismos, lógicas educacionais e até mesmo práticas médicas possam ser completamente distintas para parcela significativa da população? Não nos resta dúvida sobre a limitação patente da conceitualização europeia para a compreensão plena da cidadania em país com lógicas culturais distintas, especialmente no caso boliviano, no entanto, não poderíamos, neste trabalho, oferecer novos paradigmas e padrões de análise específicos. Se faria necessário o uso de trabalhos antropológicos e/ou pesquisas de campo capazes de nos proporcionar dimensões valorativas e lógicas simbólicas de uma miríade de povos que compõe o Estado plurinacional, ou, pelo menos, dos principais grupos étnicos deste país. Por questões de limitação temporal e mesmo de recursos financeiros e humanos, uma compreensão desta natureza está fora da nossa capacidade de pesquisa. No entanto, mesmo cônscios da nossa limitação teórica, julgamos relevante a análise nos moldes tradicionais, uma vez que, mesmo se tratando de um Estado-nação com lógicas distintas, não se pode relegar ao segundo plano necessidades essenciais, tais como o acesso à educação, à renda, à habitação, à saúde, à aposentadoria, às várias formas de participação democracia e aos tipos diversos de liberdades individuais (Sen, 2010) (ainda que em todos esses campos, muitas vezes

se estabelece uma lógica própria). Como dito acima, nosso enfoque principal será a apreensão da partícula social do conceito de cidadania.

4.1Direitos Sociais

4.1.1 Crescimento econômico, redução da desigualdade e políticas de redistribuição de renda.

Sem romper com os marcos da sociedade capitalista, mantendo o respeito à propriedade privada e dos meios de produção (ainda que definido agora como um "capitalismo andino-amazônico"), seja pela inviabilidade de implementação do socialismo devido às condições econômicas e históricas do país, mas não negando seu potencial em um futuro não distante, de acordo com o intelectual e vice-presidente Álvaro Linera; ou devido à própria natureza da governança, definida como um nacionalismo burguês, uma espécie de capitalismo de Estado, tal qual o intentado pelo movimento MNR (1952), porém sob nova roupagem democratizante e indigenista (GIL, 2008), o certo é que não se pode negar as substanciais transformações operadas pelo MAS: seja na reorientação da atuação estatal, nas políticas econômicas e sociais, ou nas inovações implementadas pela constituição de 2009.

Segundo Orellana (2006) citado por Monasterios (2010), tal como os governos anteriores, permanece o respeito e a defesa da propriedade privada e das instituições de um Estado capitalista. No que se refere ao desenvolvimento nacional, há inclusive o incentivo à inversão estrangeira direta, e se busca promover a seguridade jurídica das empresas que tenham tal objetivo, além de se estabelecerem diretrizes para o trabalho destas com o setor público. Reis (2013) chega as mesmas conclusões: além da manutenção de políticas macroeconômicas executadas pelos demais países, com o objetivo de evitar a alta inflação, o discurso marcantemente indígena reproduzido até os ano 2002, com referências à valorização de um "sistema comunitário" e com um tom "antimodernista" se transforma em um discurso modernizante, ainda que fazendo referências à ideologia de esquerda, não assume um tom anticapitalista e advoga inclusive o investimento em infraestrutura pelo empresariado nacional e internacional. O Plano Nacional de Desenvolvimento (2007) ainda ressalta a necessidade de se agregar valor aos produtos exportados, visando romper uma lógica exclusiva de exportação de matérias primas, se valendo inclusive de investimentos internacionais a fim de executar tal intento. A distinção em relação aos governos anteriores no que se refere aos investimentos estrangeiros não se refere à natureza da ação, mas ao grau de dependência. Segundo declarações do governo boliviano, os investidores externos são bem-vindos e podem auferir lucros razoáveis, mas devem ser "sócios" dos bolivianos e não seus patrões (REIS, 2013, p.78).

Em conformidade às novas diretrizes operadas pelo MAS, o próprio modelo de nacionalização não visou a expropriação dos ativos das empresas, como o desenvolvido em outros momentos da história boliviana, mas em um processo de reorganização do controle estatal sobre os recursos e da remodelagem dos antigos contratos. Em primeiro de maio de 2006 é expedido o Decreto Supremo 28701 que estabelece a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, com o envio de tropas e funcionários da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) a fim de ocupar as instalações petrolíferas e os postos de gasolina. Como dito acima, diferente do que ocorreu no passado boliviano, quando houve a nacionalização dos

ativos das empresas, neste momento a YPFB assume a participação majoritária nas companhias produtoras de petróleo e gás, nas refinarias e dutos (SAAVEDRA; ÁLVAREZ; CLAURE, 2014). As empresas deveriam torna-se sócias da YPFB, que passa a deter 51% dos capitais (AYERBE, 2011; CEPPI, 2017) e a controlar o processo de exploração, produção, refino, transporte e distribuição dos hidrocarbonetos. A Propriedade, a posse e controle dos hidrocarbonetos recaem sobre o Estado que através da YPFB assumem a comercialização para os mercados domésticos e os destinos de exportação (CEPPI, 2017). Há a renegociação dos contratos sobre a distribuição dos lucros, aumentando significativamente o ingresso de recursos ao Estado. As empresas que desejassem continuar operando na Bolívia deveriam se enquadrar no novo marco jurídico estabelecido pela lei 3058 de 2005 (implementada anteriormente ao governo Morales), que criava um imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH), no valor de 32% da produção que se somaria aos já 18% da legislação de 1996 (que havia reclassificado alguns campos e reduzido o valor das tributações de 50% para 18% em alguns deles). Desta maneira, de acordo com as novas diretrizes, fica acordado o pagamento de 50% do valor da produção, que resulta de 18% de regalias e participações e 32% do IDH; ainda segundo o novo marco jurídico, uma tarifa adicional de 32% é requerida no biênio de transição 2006-2007 (CEPPI, 2017). Ainda segundo a autora, ainda que existam particularidades nos contratos de cada transnacional com o Estado boliviano e a YPFB, em linhas gerais pode-se delinear alguns pontos: a) as empresas que executam a exploração não detém mais as jazidas nem os hidrocarbonetos produzidos; b)os meios e os riscos de exploração ficam a cargo da empresa contratante e c) o pagamento recebido pelos serviços realizados pode se efetivar por meio de porcentagens da produção ou em dinheiro, de acordo com o contrato subscrito (CEPPI, 2017). A evolução da renda petroleira do Estado boliviano é profundamente significativa, de 673 milhões de dólares em 2005, para 1,47 bilhões em 2006, 2,23 em 2010 e 4,29 bilhões em 2012, último ano analisado pela autora. No que se refere ao gás, os ingressos nos dois principais campos se eleva significativamente, de 50% para 82%. Os valores auferidos pelo Estado boliviano com a exportação de gás nestes campos vão mais que duplicar, de 320 milhões de dólares anuais para 780 milhões imediatamente após a aplicação dos novos contratos (SAAVEDRA; ÁLVAREZ; CLAURE, 2014).

Já em 2006, após sucessivos déficits fiscais, o Estado alcança um superávit de 6% (AYERBE, 2008; AYERBE, 2011). Para Carlos Eduardo Carvalho (2008) a nacionalização do gás e do petróleo permitiu a obtenção de superávits fiscais da ordem de 4% do PIB, o que veio a comportar a expansão nos gastos sociais. Os níveis de inversões públicas aumentam substancialmente após 2006: se a média entre 1999 e 2005 havia se situado em torno de 581 milhões de dólares, entre 2006 e 2012 alcançam mais de 2 bilhões de dólares, o que representa uma elevação de 252% nos valores investidos pelo setor público (CUNHA FILHO, 2015). O que se coaduna aos principais aspectos da política econômica defendida pelo MAS desde o início de sua gestão, pois de acordo o vice-presidente Álvaro García Linera, em entrevista concedida a Svampa e Stefanoni (2007) (citado por AYERBE, 2011), a participação do Estado na economia, de um total de 7% do PIB no momento da posse, elevou-se a 19% em meados de 2007 e deveria alcançar um patamar próximo dos 30% em um momento ideal.

Uma parte dos recursos obtidos pela refundação dos contratos com as empresas exploradoras de recursos naturais passa a ser investido em programas de

transferência condicional de renda e redução da pobreza. Apenas o programa "Renta Dignidad" é financiado através do custeio de 30% das rendas petroleiras dos departamentos produtores. Este programa, que foi implementado em 2008, promove distribuição de renda aos idosos maiores de 60 anos, substituindo e ampliando o antigo "Bono solidário". São concedidos bônus no valor de 2400 BS, cerca de 310 US$ anuais, pagos mensalmente àqueles que não recebem pensão, e ¾ desse valor para os que já obtém tal renda (MORALES, 2009; AYERBE, 2011). Outro benefício outorgado é o "*Bono Juancito Pinto*", que promove o auxílio das famílias de 1,8 milhões de alunos matriculados no primeiro grau da rede pública, com valores ao redor de 30 US$ anuais, cerca de 200 BS por criança (MORALES, 2009). Em 2009 mais um programa é fomentado, denominado *Bono Familia*, contempla cerca de 400 mil famílias com um filho menor no valor de 14 US$ e 25 BS para cada filho adicional, até o limite de quatro, com a única condição que os valores sejam utilizados com alimentação. Mais recentemente foi o desenvolvido o "*Bono*" Juana Azurduy para mães gestantes e para as crianças de até dois anos, cujo objetivo seria reduzir a mortalidade materno/infantil e a desnutrição crônica nas crianças desta faixa etária; em contrapartida as mães precisariam seguir o cronograma pré-natal (MORALES, 2009; "http://bolivia.unfpa.org/content/bono-juana-azurduy"). Ainda no plano das políticas que visaram a melhoria da qualidade de vida da população se verifica o aumento do salário mínimo, que teve sua capacidade aquisitiva elevada em 41% entre 2006 e 20012, contra 17% de aumento entre os 7 anos anteriores (1999-2005) (CUNHA FILHO, 2015).

Os resultados das medidas implementadas nos últimos anos parecem ter sido positivos para parcela significativa da população (CUNHA FILHO, 2015; MONASTERIOS, 2010), pois se notou uma queda expressiva nos índices de desigualdade, expressos pelo coeficiente de Gini, durante a última década. De 0,581 em 1999 sofreu leve aumento em 2005, alcançando 0,585 e depois de variações nesse interregno diminuiu progressivamente após a escalada ao poder de Morales: de 0,514 em 2008, à 0,497 em 2009, 0,481 em 2013 e finalmente, 0,458 em 2015, último ano catalogado, conforme tabela 1. Os níveis de pobreza e pobreza extrema também diminuíram significativamente, apesar da quantidade ainda elevadíssima de cidadãos situados em tais condições. A pobreza moderada que acometia 60% dos bolivianos em 2005 passou a uma taxa de incidência de 45% em 2011; a pobreza extrema que recaia sobre 38,2% da população se reduziu quase pela metade no mesmo período observado, passando a incorrer sobre 20,9% dos bolivianos. A diferença entre os níveis de renda dos 10% mais ricos e 10% mais pobres também sofreu reduções consideráveis; se em 1997 os níveis de renda dos 10% mais ricos era 96 vezes maior que os 10% mais pobres, em 2005 essa distinção será reduzida em quase 1/3 e passará a 36 vezes (CUNHA FILHO, 2015). Dados que também são confirmados pelas pesquisas apresentadas pelo Banco Mundial. De acordo com a entidade, a taxa de pobreza para a população urbana em 2000 que chegava à 54,5%, declina substancialmente durante toda essa década e na primeira metade da seguinte, atingindo 29% da população em 2013 e 30,6% em 2014, último no catalogado, conforme apresentado no gráfico 1. Também de acordo com a organização, as taxas de pobreza representadas por aqueles que vivem com menos de 1,90 dólares diários declina de 23,7% em 2001 para 7,1% em 2015, redução de mais de 2/3 nesse interregno
("https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.DDAY?locations=BO&view=chart"

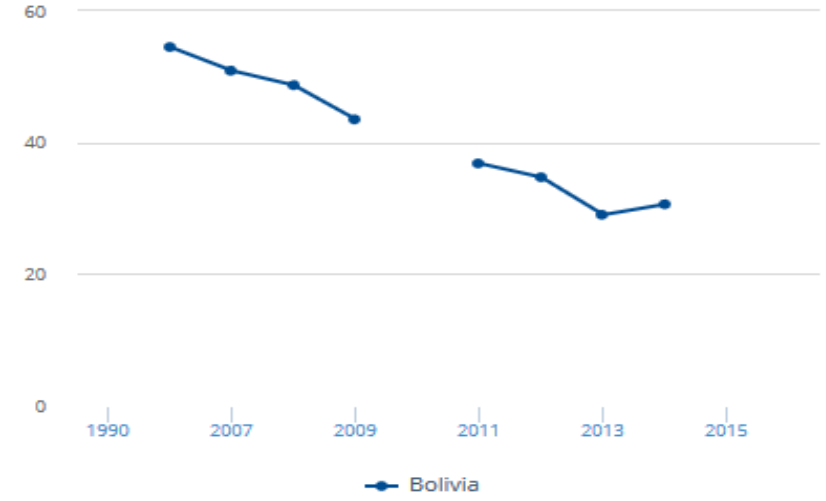
). As considerações a respeito da redução da desigualdade socioeconômica pelo incremento da renda disponível dos 20% mais pobres e pelo declínio do percentual de rendimento dos 20% mais ricos também são consistentes, ainda que muito aquém de um processo de justiça social mais efetivo. Segundo dados da instituição financeira, a participação na renda nacional dos 20% pior remunerados salta de 0,8% em 2000 e 1,6% em 2001 para 3,3% em 2013 e 3,8% em 2015, enquanto a remuneração dos 20% mais abastados se reduz de assombrosos 65,5% em 2000 para 50% em 2015, como pode-se apreciar pelo gráfico 2. O que chama a atenção aqui é o correspondente declínio observado sobretudo a partir de 2007 e quase constante, exceto pelo biênio de 2013 e 2014, quando ainda que muito abaixo dos anos anteriores não parece sofrer quedas significas. Se se compara com o Brasil, evidencia-se o engessamento na capacidade de alterar as profundas disparidade de renda durante toda a década dos anos 2000 e 2010, pese algumas políticas redistributivas, de cunho social e inclusivas aqui praticadas. Caso se compare com países desenvolvidos, a diferença se torna ainda mais patente, como é perceptível pela correlação com a Alemanha, cuja fatia de renda dos 20% mais ricos não ultrapassa 40% da renda nacional (Gráfico 2).

Tabela 1 - Índice de Gini – Bolívia e Brasil evolução histórica (2002-2015)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bolivia	60.2	..	55.0	58.5	56.9	55.4	51.4	49.7	..	46.3	46.7	48.1	48.4	45.8	..
Brasil	58.6	58.0	56.9	56.6	55.9	55.2	54.4	53.9	..	53.1	52.7	52.9	51.5	51.3	..

Creado a partir de Indicadores del desarrollo mundial
Series : GINI index (World Bank estimate)
Fonte:https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BO-BR&view=chart

Gráfico 1 - Taxa de incidência da pobreza, sobre a base da linha da pobreza urbana (% da população urbana)



Fuente: Indicadores del desarrollo mundial

Fonte:
https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.URHC?locations=BO&view=chart

Gráfico 2 - Participação na renda dos 20% melhor remunerados da população

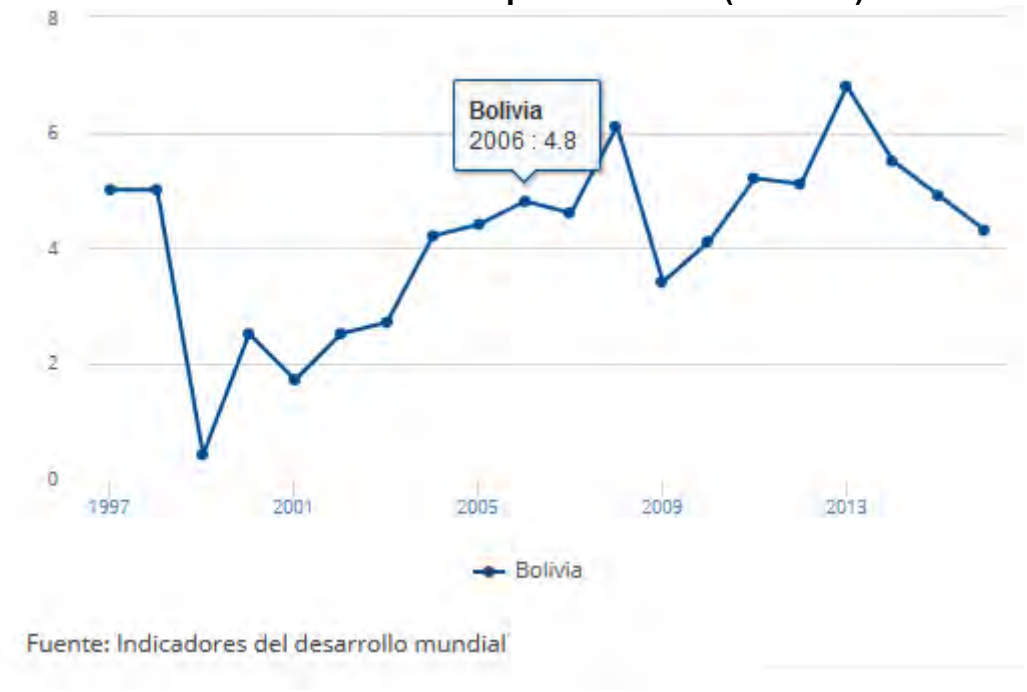
Fonte: https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.DST.05TH.20?locations=BO-DE-BR-AR&view=chart

Não só a distribuição de renda mais justa e equitativa se faz necessário num país com as características econômicas e sociais bolivianas; ainda que essa necessidade seja imprescindível e premente, o baixo nível de renda e o exíguo PIB per capita, um dos menores da América Latina, coloca no cerne do debate a questão da dinamização e crescimento econômicos. No que se refere à capacidade de incremento de um modelo econômico mais dinâmico, volvido à produção industrial e relacionado ao progresso técnico-científico, que rompa com um longo histórico de dependência e lógica de exploração e exportação de produtos primários de baixo valor agregado, tais como o petróleo e o gás natural (últimos de uma longa série de ciclos, tais como a prata e o estanho (SAAVEDRA; ÁLVAREZ; CLAURE, 2014)) as perspectivas não parecem muito animadoras para um conjunto de especialista. Pese a criação de industriais públicas, algumas exitosas, há um longo caminho na expansão de uma cadeia produtiva mais dinâmica, sobretudo no que se refere à cadeia de transformação dos hidrocarbonetos (CEPPI, 2017). Ainda que esse conjunto de questões seja fundamental, particularmente a longo prazo, escapa-nos do objetivo principal elencado. No que se refere ao crescimento econômico, os êxitos do governo Morales parecem substancialmente concretos.

Apesar da manutenção de algumas políticas macroeconômicas anteriores, principalmente no que se refere a estabilização e ao controle inflacionário, e de uma condução econômica bastante cautelosa em alguns momentos, não obstante a nacionalização dos hidrocarbonetos, o crescimento médio do PIB boliviano quase dobrou nos anos posteriores à 2006. O crescimento que havia sido de 2,6% entre os anos de 1999 e 2005, quase duplicou nos sete anos seguintes. Entre 2006 e 2012 a média de crescimento do país atinge cerca de 4,8% do PIB ao ano (CUNHA FILHO, 2015). Dados mais recentes do Banco Mundial também confirmam os excelentes índices propalados por Cunha Filho (2015) para a década posterior à 2006, conforme evidenciado pelo gráfico 3, cujo menor ano de crescimento é 2009, com 3,35% de incremento do PIB e com ápice de 6,79% em 2013 e continua a manter bons índices, mesmo frente às gravíssimas crises que acometem seus dois principais parceiros

comerciais, Brasil e Argentina, fechando em 2016 com um crescimento de 4,26% do PIB (gráfico 3). De acordo com a mesma instituição, o incremento médio do PIB per capita observado a partir de 2007 até 2016 é de *3,33% ano*, frente aos 1,42% dos dez anos anteriores (1997-2006), ou seja, os resultados obtidos no crescimento do produto individual vão mais que duplicar no governo Morales frente à década anterior (média obtida a partir dos dados de crescimento do PIB per capita disponibilizados pelo Banco Mundial em https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?locations=BO&view=chart e expostos na tabela 2).

Gráfico 3 - Crescimento do PIB a partir de 1997 (% anual)



Fonte: https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BO&view=chart

Tabela 2 - Crescimento do PIB per capita a partir de 1997

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bolivia	2.9	3.0	-1.5	0.6	-0.2	0.6	0.9	2.3	2.6	3.0	2.8	4.4	1.7	2.5	3.5	3.5	5.1	3.8	3.3	2.7

Creado a partir de Indicadores del desarrollo mundial

Series : GDP per capita growth (annual %)

Fonte: https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?locations=BO&view=chart

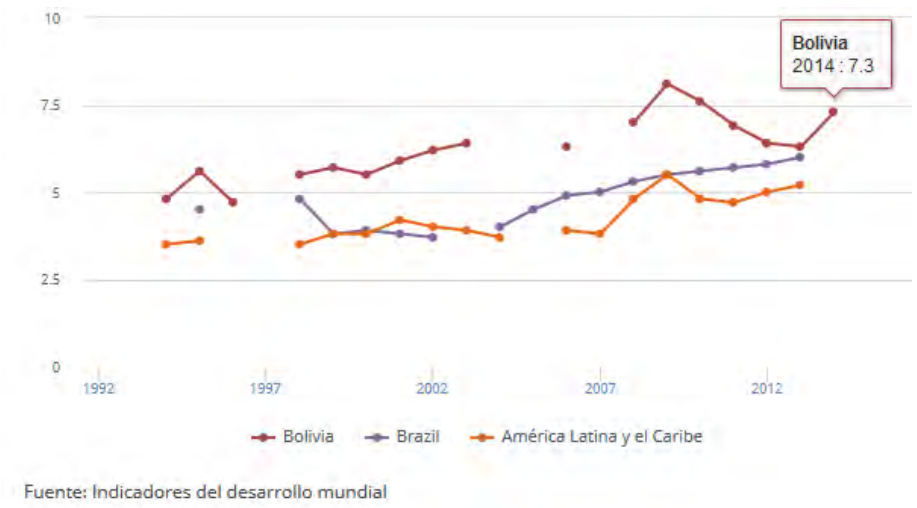
4.1.2 Incrementos educacionais

Ainda que o crescimento e distribuição mais equitativa da riqueza coletiva se patenteia como ponto nodal da ampliação cidadã (CARVALHO, 2010), já que estamos nos referindo ao potencial de usufruto de bens e serviços por parte de indivíduos, famílias, povos, grupos sociais e instituições, é imprescindível, se se busca a compreensão mais plena do conceito (de cidadania) e sua possível ampliação em determinado contexto histórico, a discussão acerca da questão educacional. Ainda que de maneira limitada, sobretudo pela análise quantitativa em um campo cujas necessidades se impõe também no campo qualitativo, intentaremos discutir alguns índices e o potencial ou não de gestão neste campo das necessidades e liberdades elementares humanas (Sen, 2010). O primeiro conjunto de dados utilizados é o da *média de anos de estudos* da população economicamente ativa do Estado boliviano, publicado pela CEPAL em (http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=1221&idioma=e). De acordo com a Comissão, houve o incremento dos anos médios de estudo nas décadas de 1990, 2000 e 2010. Em 1997, para ambos sexos a média nacional que era de 6,6 anos, em 1999, passará à 7,2 anos. Em 2000, 7,4, anos, terminando a década, mais especificamente em 2009, com 8,7 anos médios de estudos. No alvorecer da nova década, em 2011, o valor se eleva 0,3 anos, alcançando 9 anos de estudo e finaliza 2013 com 9,9 anos médios, último ano catalogado. Destarte, entre 2000, cujo resultado foi de 7,4 anos e 2013 representado por 9,9 anos, tem-se um incremento da média de anos estudados de 2,5 anos. Aparentemente não pouco apreciável, posto que entre 1999 e 2013 no Brasil o progresso foi de 2,3 anos (mesmo levando-se em conta um maior espaço de tempo), no Chile de 0,9 entre 2000 e 2013 e na Colômbia, em espaço de tempo semelhante, a evolução foi de 1,6 anos.

No que se refere a porcentagem de alfabetização da população, ainda que com dados mais esparsos, pode-se projetar uma pequena análise. Em 2001 a taxa de alfabetização era de 86,7%, seguido 90,7% em 2007, 94,7% em 2012 e 92,5% em 2015, último ano de análise. Taxa bastante semelhante à brasileira (91,7% para 2014) ainda que sejamos superados ligeiramente pelos bolivianos.

Por fim, gostaríamos de trabalhar com mais um índice, o gasto público em educação como porcentagem do PIB, cujo aumento é bastante significativo, sobretudo a longo prazo, como se percebe pelo gráfico 4. Em 1994, ainda que com um PIB consistentemente menor, o gasto como porcentagem do PIB não alcançava o valor de 5% do conjunto de bens e serviços produzidos pelo conjunto da população. Em 2003 o gasto chega à 6,3 e a partir daí aumentará significativamente em alguns anos seguido de relativo declínio em outros, mesmo que em nenhum momento seja inferior a este ano (exceto 2013 com 6,2%). Há picos de gastos em 2009 e 2010, com 8% e 7,59% respectivamente, terminando o ano de 2014 com 7,2% do gasto público como porcentagem do PIB, aumento apreciável, como se percebe, ainda mais se se compara com o conjunto de países da América Latina e Brasil.

Gráfico 4 - Gasto público em educação (% do PIB)



Fonte: https://datos.bancomundial.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?locations=DE-BO-AR-BR&view=chart

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo conjunto de índices analisados, seja em âmbito do aumento do PIB, do PIB per capita, da redução da desigualdade ou pelas melhorias no campos educacionais, verifica-se um incremento na ampliação cidadã. Sabemos da limitação dos dados quantitativos para a compreensão integral de um processo de melhorias humanas e na expansão de liberdades substantivas, sobretudo em um país com as características sociais bolivianas, no entanto, nos parece indubitável e clarividente as melhorias em termos de ampliação da riqueza coletiva para grande parte da população. Não verificou-se somente a expansão das rendas globais ou individuais, mas a redução considerável das desigualdades, principalmente quando a comparação é feita com países como o Brasil, que ainda que tenha levado à cabo programas de redistribuição e inclusão na última década, se manteve muito aquém em termos relativos ao país vizinho.

Parte desta redução de desigualdades seculares e vale frisar, dos índices alarmantes (que ainda acometem o país analisado) de pobreza e pobreza extrema, puderam ser mitigados com programas que redistribuição de renda, que dificilmente poderiam ser implementados sem um processo de expansão das receitas estatais, o que aparentemente só foi possível pelo novo modelo de exploração e nacionalização dos hidrocarbonetos. O aumento das rendas provenientes do gás natural e petróleo foram notáveis com a nova matriz. A expansão econômica continua apesar da crise dos países vizinhos. Resta-nos esperar o desenlace dessa história, que aparentemente tem sido bem sucedida e levada à cabo por forças sociais progressistas.

REFERÊNCIAS

AYERBE, L. F. 2011. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. *Lua Nova*, São Paulo, n.83, p.179-216.

AYERBE, L. F. 2008. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In_____. *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.* São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP.

CARLOS, E.C. 2008. "Esquerda Conflitiva" e política econômica: notas sobre Argentina, Bolívia e Venezuela. In: AYERBE, L.F. *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.* São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil***:** O longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Ceppi, N. 2016. Los hidrocarburos en el Gobierno de Evo Morales: extractivismo nacionalista con presencia extranjera. *Revista Civilizar Ciencias Sociales y Humanas,* 16(30), 175-190.

CUNHA FILHO, C. M. 2014. El 'proceso de cambio' em Bolivia: un balance de ocho años. *Tinkazos,* La Paz, n. 35, p. 137 – 153.

GARCIA LINERA, A. 2006b. El Evismo: lo nacional-popular en acción. *Observatorio Social de America Latina*, Buenos Aires, n.19, jan-abr., p.25-32.

GIL, A. D. 2008. Bolívia e Equador no contexto atual. In: AYERBE, L.F. *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.* São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAYORGA, FERNANDO. 2017. Estado Plurinacional y Democracia Intercultural en Bolívia. *Revista brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, vol.32, n.94, apr.

MONASTERIOS, R. J. M. 2010. Modelo Político y Económico de Evo Morales y la Nueva Constituición Política del Estado Plurinascional de Bolivia. *Revista de Estudios Jurídicos*, Espanha, n.10/2010. Disponível em: http://rej.ujaen.es. Acesso em: 5.jul.2015.

MORALES, A. J. 2009. La economia politica del populismo boliviano del siglo 21. *Revista Latino Americana de Desarrollo Económico*, La Paz, n.12, oct.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org**.**)**.** *História da Cidadania***.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, G. S. 2013. A social-democracia do MAS boliviano. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 67 – 83, dez.

SAAVEDRA, G. F.; ÁLVAREZ, G. C.; CLAURE, M.T.Z. 2014. *La Bolivia del siglo XXI, nación y globalización.* Enfoque Internacional y estudios de caso. Laz Paz: Fundación PIEB.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WORLDBANK. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?end=2013&locations=BO&start=1990&view=chart&year_low_desc=false>. Acesso em: 01 set. 2016.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NA MODA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR NO CONTEXTO DAS TENDÊNCIAS DE MODA

THE IMPORTANCE OF FASHIONABLE INFORMATION: A PRELIMINARY ANALYSIS IN THE CONTEXT OF FASHION TRENDS

Sessão temática: Cadeias Produtivas e Desenvolvimento.

FERREIRA, Tamires
Faculdade Católica Paulista (FACAP-SP)
tamiguedesf@gmail.com

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Faculdade Católica Paulista (FACAP-SP) / UNESP - SP
bitencourt@gmail.com

Resumo

A informação está presente em todos os tipos de segmentos de mercados, sendo uma das principais chaves de acesso para a diferenciação das empresas e aumentando seu poder de concorrência. Para o mundo da moda, a informação principal pode ser considerada as tendências. Sendo assim, o mercado de moda funciona com o giro de tendências, onde informações devem ser pesquisadas, selecionadas e repassadas por determinados pontos da cadeia de produção, para serem aceitas pelos consumidores, onde nesse processo acabam por configurar um fluxo de informação, gerando as tendências de moda. Dessa forma, foram levantados dados, com base bibliográfica, com a intenção de formular e ordenar, para o melhor entendimento, esse caminho que as informações percorrem. Podendo ao final, perceber a importância de cada nível dessa cadeia de informação, em relação fornecedor/consumidor, chegando até o último nível, onde nele se tem a confirmação final de que as informações repassadas viraram uma tendência de moda ou não.

Palavras-chave: Informação, moda, tendências.

Abstract

The Information is present in all types of market segments, being one of the main keys of access for the differentiation of companies and increasing their competitive power. For the fashion world, the main information can be considered trends. Thus, the fashion market works with trends, where information must be researched, selected and passed through certain points of the production chain, to be accepted

by consumers, where in the process they eventually configure a flow of information, generating the fashion trends. In this way, data were collected, with a bibliographic basis, with the intention of formulating and ordering, for the best understanding, that path that information travels. In the end, it is possible to perceive the importance of each level of this chain of information, in relation supplier / consumer, reaching the last level, where it has the final confirmation that the information passed on has become a trend of fashion or not.

Keywords: Information, fashion, trends.

1 INTRODUÇÃO

O uso da informação é essencial para a sociedade nos dias atuais. São com informações que tomadas de decisões são feitas e os rumos da sociedade vão se transformando. No mundo dos negócios, ela se torna primordial para que empresas se tornem mais competitivas e se sobressaíam em seus nichos de mercados.

Um desses mercados que mais usa as informações ao seu favor é o de moda, que tem grande poder sobre a sociedade, onde influência, modifica e desenvolve novos pensamentos e desejos em seus consumidores. Levando em consideração que as roupas são só uma parte dos artigos de moda, e que vários segmentos de mercado entraram para os ditames da moda, Pollini (2007) diz que, a moda é um sistema de funcionamento social que está relacionada a um conjunto de fatores.

Nesse contexto, a informação se torna primordial para o funcionamento desse sistema, sendo a característica necessária para a criação de tendências, essas por sua vez, fazem todo o processo da moda acontecer.

Contudo, para que uma tendência se torne realmente efetiva são necessárias pesquisas, onde as informações selecionadas servirão para a escolha de componentes que criará uma tendência, e ainda percorrerá um caminho entre vários setores produtivos até o consumidor final. E é esse ponto que este artigo pretende abordar, em como são criadas as tendências e todo o seu caminho até chegar no público em si.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Breve história da informação

A informação sempre esteve presente na história da humanidade, mas no início das sociedades, por volta dos anos 900 e 1300 (Séc. X e Séc. XIII), ela “era privilegio dos eruditos e estava retida pelos muros dos mosteiros cuidada e vigiada pelos monges”. (BARRETO, 2007, p. 13). Percebe-se que só uma parcela da sociedade podia utilizar a informação enquanto o resto era mantido sob a ignorância.

Um pouco mais a frente, em meados do século XVI, Pinheiro (2002) explica que com o surgimento da ciência moderna, com o iluminismo e o domínio da razão, começaram a surgir sociedades cientificas, onde seus estudos e descobertas eram comunicados por cartas, dessa forma mantendo seus direitos sobre a autoria intelectual das pesquisas; sendo essas cartas prenúncios dos periódicos criados na

segunda metade do século XVII, como o *Philosophical Transactions,* criado pela *Royal Academy* de Londres*,* que existe até os dias atuais.

Passado um tempo, depois da Segunda Guerra Mundial, ouve um fenômeno conhecido como "explosão da informação", que foi quando os países desenvolvidos começaram a se interessar mais pelas atividades científicas e tecnológicas, gerando um aumento considerável de conhecimentos. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005). Com esse acontecimento histórico, notou-se uma necessidade da documentação e da recuperação das informações, Queiroz & Moura (2015, p.28) citam um artigo de *Vannevar Bush* de 1945 onde o autor falava sobre, "a importância da preservação e armazenamento de documentos notáveis para a ciência, a fim de que fossem disponibilizados para consulta". A partir desse momento, Nascimento & Freire (2014) dizem que foi o auge para o conhecimento científico se renovar, pois o homem sentia que podia fazer uso ilimitado da ciência, e isso aconteceu pela era eletrônica, com o surgimento de computadores, aviões de espionagem, fotocopiadoras, etc.

A partir da era pós-industrial, ocorreram mudanças na estrutura social, transformações na vida econômica, na estrutura profissional, e na relação ente a ciência e a tecnologia, onde a sociedade passou a ser chamada de "sociedade da informação".

> [...] refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na atividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais (MISSÃO,2007 p. 5).

Sendo assim, ao analisar a trajetória do uso da informação, podemos observar que ela passou por algumas transformações e passou a ter outra conotação, "da ideia inicial de 'orientação para o usuário' como objeto na década de sessenta, passou-se a 'uso da informação' e, mais tarde, a 'satisfação das necessidades individuais de informação'. (QUEIROZ; MOURA. 2015, p. 35 Apud. DIAS. 2002). Pode-se entender que a informação se tornou multidisciplinar e pode ser o objeto de qualquer estudo em qualquer assunto, dessa forma é capaz de atender as necessidades individuas de variadas pessoas, empresas, organizações e sociedades.

2.1.1. Informação como recurso

Como já visto, a informação ajudou no progresso da sociedade, mas o que realmente é a informação? De acordo com Miranda, "são dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão" (1999, p. 287), onde dados podem ser definidos como "o conjunto e registros qualitativos ou quantitativos conhecido que organizado, agrupado, categorizado e padronizado adequadamente transforma-se em informação" (IBID, 1999, p. 286). Sendo assim, entende-se que para se obter uma informação, vários detalhes devem ser observados, reunidos e organizados de modo que se possa tirar algum entendimento de determinado assunto.

Castro (2011) complementa esse pensamento dizendo ainda que a

informação pode carregar a ideia de estímulo, onde “Pode ser qualquer tipo de padrão que influencia a formação ou transformação de outros padrões. Nesse sentido, não há necessidade de que sua mente perceba ou reconheça tal padrão” . Sendo assim, entende-se que uma informação pode transformar uma ideia que já estava formada em sua mente, e, além disso, mesmo que sua mente não entenda direito essa informação, ela poderá alterar e tendenciar a pensar de determinada forma. Como é o caso do uso da mídia em relação com as informações, Araújo (1999) diz que, quanto menor for o acervo social de receptor da informação, ele será mais propício a ser induzido a algo, dessa forma a mídia aproveita disso e cria uma necessidade geralmente relacionada com sua realidade, e ele passa a procurar informações que tem a ver com essa necessidade.

Para as empresas e organizações existe o termo informação estratégica, que tem como o objetivo “melhorar o retorno dos investimentos a partir dos dados gerenciados e manipulados” (CALAZANS, 2006, p. 67). Esses dados transformados em informações, segundo Siqueira (2005), podem ser internos ou externos, e exercem influências no planejamento estratégico da empresa, e assim, criam uma cultura informacional na organização.

> [...]conhecer profundamente as pessoas chave da organização independentemente de cargos, assim como as pessoas estratégicas fora da organização, saber quais setores/instituições participam dos fluxos informacionais, formais e informais, tanto no ambiente interno quanto externo à organização, estar sensíveis as necessidades informacionais dos clientes internos e externos, visando elaborar produtos e serviços informacionais de qualidade e direcioná-los de forma adequada e, finalmente diminuir o stress informacional da organização. Todas essas ações visam, portanto, criar uma cultura informacional/intelectual na organização (VALENTIM. 2002, p.6).

Portanto, pode-se observar que a informação é um conjunto de dados organizados que podem ser transferidos para outras pessoas, podendo transformar pensamentos e induzir ações, também é um instrumento de grande auxílio nas organizações, onde se deve levar em conta o tempo dessa informação, para que ela não se torne obsoleta.

2.2. A moda como mercado

Apesar da atual crise que o Brasil vem passando, é previsto que o mercado da moda e confecção no Brasil voltará a crescer, com perspectiva de faturamento de R$ 135 bilhões (US$ 40,2 bilhões), o que significa um aumento de 4,6% em relação a 2016. Além disso, é esperado um aumento de 10% de importações e 5% e exportações, e a geração de 10 mil postos de emprego. (ABIT, 2017). Mas para que tudo isso funcione, as empresas de moda dependem da escolha certa das informações, tanto do seu ambiente interno como do seu ambiente externo, para conseguirem agradar seu público-alvo, onde correm grandes riscos de erro por conta de terem que se anteciparem as tendências anos antes do lançamento de suas coleções. Para que todo o processo de certo é necessário buscar informações concretas e confiáveis para que esse risco diminua e a empresa consiga ter êxito em suas escolhas.

Para que se entenda mais sobre o objeto de estudo é necessário conceituar

moda, que de acordo com Palomino (2012), a palavra moda vem do latim "*modus*", assim como em inglês "*fashion*" que tem origem da palavra francesa "*façon*", ambas com o mesmo significado, de modo e maneira.

Seu surgimento é datado por volta de 1350 d. C., no final da Idade Média e início da Renascença, onde nessa época começaram a surgir os questionamentos sobre o domínio de Deus e a divisão da sociedade, que era formada pelo clero, nobres e plebeus, que começou a se desfazer, sendo essas transformações sociais o que futuramente iria acarretar na Revolução Francesa. Com todo esse movimento social e o desenvolvimento tecnológico, surgiu o desejo de individualidade, e a partir daí as roupas e as escolhas estéticas passaram a refletir o modo de ser e de pensar de cada cidadão, gerando assim, a valorização das mudanças e novidades. (POLLINI, 2007). Por isso, ao falar de moda se pensa no vestuário, pois a indumentária era a forma mais fácil que as pessoas dessa época tinham para conseguir se diferenciar uma das outras, onde nessa busca por diferenciação acabaram criando um ciclo de mudanças, fazendo assim a moda carregar essa característica.

Essas mudanças eram impulsionadas pela sociedade, onde os nobres para se diferenciarem dos plebeus, criavam roupas cada vez mais elaboradas, e os plebeus por sua vez, tentavam copiar essas roupas para se sentirem parte da alta sociedade, fazendo assim esse ciclo funcionar e gerando um símbolo de status para quem está na moda, como explica Grave (2010),

> Conta-nos a história que a expansão comercial e o emergir da burguesia favoreceram a criação de um grupo que possuía condições financeiras para comprar roupas que antes eram usadas apenas pelos nobres. Diante dessa crescente igualdade entre as classes sociais, os nobres - irritados - começaram a produzir mudanças rápidas na vestimenta, pois a roupa era (a ainda é) um espelho que refletia o status social. Assim, o sistema da moda surge no final da Idade Média (GRAVE, M. F. 2010, p.32).

Dessa forma, a moda acabou sendo taxada de fútil por muitos, onde muitas vezes é um campo que não recebe tanta atenção como outras áreas de pesquisas, Similli (2013) rebate que, apesar da indumentária com todos seus adornos possa parecer uma nuvem de futilidade, na verdade, são muito úteis para se entender questões mais complexas, pois comunicam algo a respeito de quem a veste e do momento em que foi produzida, como explica Braudel (1992, p. 311), "A história do traje é menos anedótica do que parece. Ele toca em todas as questões - matérias-primas, processos de produção, custos de fabricação, estabilidade cultural, moda e hierarquia social". Dessa forma, percebe-se que o uso das roupas em todos os seus ciclos da moda pode ser um instrumento muito importante para o estudo da sociedade, onde todo o seu ciclo de criação e produção, até o seu uso, que pode ter conotações diferentes dependendo do lugar e da época em que está sendo usada, pode traduzir um determinado momento da história e gerar reflexões sobre os pensamentos e o que está ocorrendo nessa sociedade.

Sendo assim, os produtos que entram para a área de moda, acabam em um ciclo para que este produto continue em alta, Cobra (2007) diz que, os produtos que seguem a moda acabam por seguir seus ditames e entram em um ciclo de vida, que a cada dia está mais curto, onde a moda não quebra paradigmas, mas impõe uma

seqüência de transformações.

As fases desse ciclo da moda são configuradas por seis etapas,

> 1 Inovação: Os líderes da moda pagam preços altos pelos novos looks.
> 2 Ascensão: Mais pessoas começam a adotar os principais looks.
> 3 Aceleração: O look é copiado por diversos varejistas e adotado por seguidores de moda.
> 4 Aceitação geral: O look alcança o ápice do seu potencial de vendas e é visto em todos os lugares.
> 5 Declínio: As vendas caem à medida que surgem novas tendências; os varejistas reduzem os preços e começam a substituir o look por uma nova tendência.
> 6 Obsolescência: O look deixa de ser visto. (MEADOWS, 2013, p.92)

É importante ressaltar que no momento de declínio de uma tendência uma nova já está sendo introduzida, o que faz esse ciclo se renovar constantemente.

2.3. Moda e informação: a origem tendências

Esse ciclo da moda é gerado pelas novas tendências que vão surgindo pelo mundo, mas quem define quais realmente são essas tendências e quais são as informações que são confiáveis? Frings (2012, p.88) esclarece que o que muitas vezes parece que é intuição, “na verdade são assimilações e análises inteligentes de pesquisas cuidadosas” Essas análises são feitas geralmente com anos de antecedência do lançamento da tendência, onde os pesquisadores precisam aprender a antecipar os desejos e necessidades dos clientes, para desenvolver as previsões das tendências.

Em 1966, foi proposto pela primeira vez uma organização para o calendário da moda, por Françoise Vicente-Ricard, onde diz em seu livro, As espirais da moda (1989), que para cada estação o calendário da moda deve seguir alguns passos: Com dois anos de antecedência devem ser pensadas e determinadas as cores, com um ano e meio é necessário decidir quais tecidos, com um ano de antecedência é preciso considerar as formas.

Entretanto, com a globalização e o avanço da internet, este calendário não funciona exatamente assim, seus prazos se tornaram mais curtos, pois a divulgação e informação chegam mais rápido aos clientes, dessa forma as empresas tendem a se adaptar da melhor forma para suprir os desejos dos seus consumidores, Jobim e Neves reforçam dizendo que, “O estudo sobre o comportamento dos consumidores é essencial para um sistema como o da moda, pois parte da sua estrutura é baseada na aceitação do público, dos compradores.” (2008, p. 240, 241).

Dessa forma, Caldas (2006) afirma que uma tendência só poderá existir se houver uma predisposição das pessoas à acreditar naquilo que a tendência representa. Então, percebe-se que para a criação de uma tendência e torna-se necessário uma pesquisa sobre os consumidores, onde seja possível desenvolver tendências que mexam com os desejos e necessidades deles.

De acordo com Jobim e Neves (2008, p. 231), as tendências de moda são desenvolvidas por “um conjunto de protagonistas, que têm, além de interesses econômicos, a afirmação dos criadores reconhecidos e de sinais captados sobre os desejos e as necessidades dos clientes e consumidores” Alguns desses

protagonistas podem ser citados como os que estão na cadeia de produção de um produto, onde percebe-se uma dependência da aprovação do seu cliente para saber se a escolha da tendência deu certo ou não.

Para melhor entender o processo de produção de tendências de moda, poderíamos separar por 4 etapas: Pesquisas de tendências, Empresas produtoras de matéria-prima, Fabricantes de vestuário, Mídia e Clientes (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma do processo de construção de tendências.

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

A primeira etapa é constituída pelas empresas que fazem as pesquisas e análises de tendências sociológicas. Algumas dessas empresas são citadas por Moore (2013), como a WSGN ou a *Trendstop*, que fazem pesquisas de escala global com serviços terceirizados, desenvolvendo relatórios e previsões. Empresas como WSGN, de acordo com seu site[1], conseguem trabalhar com até dois anos de antecedência das tendências, o que é de extrema importância para o mercado de moda.

Os pesquisadores de tendências devem estar envolvidos com várias áreas da sociedade, onde devem procurar padrões que poderão ser as próximas tendências,

> As informações coletadas por pesquisadores de tendências incluem detalhes da evolução econômica e cultural, influências políticas e previsões climáticas e ambientais, juntamente com os desenvolvimentos mais recentes no design de interiores e arquitetônico, bem como na arte, na moda de rua, etc. A atividade deles basicamente concentra-se na coleta de informações sobre vários níveis de interação humana e ambiental, em paralelo com indicadores culturais, orientações das estações, tendências e referências históricas e muito mais, para prever o que pode acontecer futuramente em termos de tendências globais e locais (MOORE, G. 2013, pág. 40).

Dessa forma, essas empresas estão no topo da lista para a criação da informação de moda, toda empresa que vir nos outros níveis devem estar atentas ao que estas dizem a respeito da sociedade e suas mudanças, como explica Jobim e Neves (2008, p.232), “O resultado será ou não a aprovação do público-alvo. Esta atividade é feita em todos os níveis da cadeia têxtil e de moda, o que acaba por configurar um sistema de controles em diferentes níveis”.

Sendo assim, os primeiros clientes das empresas de pesquisas podem ser considerados as empresas de matéria-prima, constituindo o segundo nível dessa cadeia de produção das tendências. Elas produzem os insumos para a fabricação dos produtos dos outros níveis. Jobim e Neves (2008), dizem que essas empresas se juntam com as poderosas instituições de pesquisas para desenvolverem seus produtos, sendo alguns deles as fibras, peles, metais e tecidos. Caldas (2006)

reforça que esses produtores trocam informações para conseguirem definir quais tendências irão usar, a fim de diminuir os riscos dessas decisões, fazendo com que as tendências possibilitem um fluxo de orientação que determinará a moda.

Já na terceira etapa, formada pelas as empresas produtoras de vestuário junto com os designers de moda, que são os consumidores das empresas de matéria-prima, devem estar atentos a todas as pesquisas de tendências, seu público-alvo e o ambiente interno e externo da empresa, onde é necessário que essas empresas tenham uma boa gestão de informação, dado que normalmente elas apresentam duas coleções ou mais ao ano, o que segundo Jobim e Neves (2008, p. 233) isso "impõe um sistema complexo de gestão de informações e das intervenções dos diversos agentes que deverá ser coordenado".

Sendo assim, Fings (2012) diz que os executivos e designers devem estar envolvidos no processo de pesquisa e análise, onde devem estudar o estilo de vida de seus consumidores para entender o que eles querem comprar. Dessa forma, a empresa escolherá melhor as tendências que deve seguir de acordo com o seu público, desenvolvendo produtos que irão agradá-los.

Com as coleções prontas começam as divulgações dos produtos que carregam todas as informações para que sejam aceitos da melhor maneira, e para isso entram as mídias, que farão a ponte entre formadores de opiniões com os consumidores, ficando na quarta etapa desse ciclo.

Moore (2013) diz que, a velocidade que as informações viajam aumentou muito e hoje podemos ver notícias sobre nossos assuntos de interesses em nossos próprios canais de comunicação, e a moda usou essa nova era como forma de se envolver emocionalmente com seus clientes, onde as empresas compartilham imagens e ideias antes de serem publicadas oficialmente. Dessa forma, as empresas de moda conseguem, no momento de construção de suas coleções, criar um relacionamento com seus clientes criando o interesse neles sobre a coleção que será lançada, tornando mais fácil sua aceitação pelo público.

Ainda no meio da internet é importante pontuar os blogueiros e comentaristas de moda de rua e influenciadores de estilos, que segundo Moore (2013), eles têm uma forte influência sobre o que os consumidores vão querer vestir. Sendo assim, fazem uma via de mão dupla, onde as empresas podem usar esses influenciadores para divulgar suas coleções, como também devem ficar atentos ao que eles usam e indicam para se sintonizarem mais com as preferências seus clientes.

Nos desfiles, de acordo com Palomino (2012), são mostradas as tendências que já foram confirmadas, como as cores e tecidos e itens que possam dar certo em sua coleção, assim depois de todos os desfiles são analisados o que mais se teve em comum em várias marcas, e essas serão as tendências a ser seguidas pelos consumidores e varejistas.

Outra fonte de informação para os consumidores de moda, ainda são as revistas, onde de acordo com Jobim e Neves (2008), elas conseguem promover e divulgar o mundo da moda, com dados que servem para formar as novas vontades do grande público.

Dessa forma, chegamos a ponta final dessa rede de informação, os clientes. É para eles que tudo é pesquisado e criado e é eles que farão a tendência vingar ou não, Frings (2012) justifica isso ao dizer que os designers e varejistas podem tentar a entrada de um estilo no mercado, mas se os consumidores não aceitarem ele não vira tendência.

Por isso, é tão importante o levantamento das informações certas para a confecção dos produtos de moda, pois seu processo de criação e produção passa por várias etapas e se as informações que foram coletadas não estiverem certas, ou se o trabalho de divulgação feito para influenciar o público não funcionar, todo o planejamento feito pelas empresas de nada servirá e essa tendência não irá virar uma tendência de moda.

Essa etapa é o ponto final das tendências nesse processo, que ao chegar nesse nível, passará pelo ciclo de moda como já mencionado anteriormente, gerando assim, um novo ciclo que necessita da criação de novas tendências, fazendo com que todo esse processo se repita.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Observa-se que foi utilizada como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e nesse sentido foi realizado o levantamento de informações sobre os Informações e Modas. Tal método foi utilizado como pesquisa do tipo exploratória e segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é:

> [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Após o levantamento das informações sobre os temas já mencionados, informações sobre conceitos, os mesmos foram analisados e relacionados. Ao relacionar os conceitos e reflexões encontradas na pesquisa bibliográfica foi possível construir reflexões sobre a informação e a modas e suas intersecções, relações e sua importância.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Partindo do pressuposto que a informação é recurso implícito em todos os fazeres das organizações, torna-se importante compreender a informação como recursos nas atividades voltadas para moda. Corroborando com o pressuposto mencionado, Choo (2003, p.27) destaca que a informação é

> [...] um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma compreensão dos processos organizacionais pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação.

Sendo assim, a informação atua dentro de todos os processos internos e externos da organização. O mundo da moda não é diferente, afinal, o seu principal processo consiste em trabalhar a informação do ambiente externo alinhada as informações do ambiente interno, para então a organização construir seus conceitos e estratégias na moda. Segundo Moraes e Fadel (2007, p.103), as informações “[...] apoiam o processo decisório, exercem influencias sobre o comportamento das pessoas e passa a ser um vetor importantíssimo, pois podem multiplicar a sinergia

dos esforços ou anular o resultado obtido pelo conjunto".

Com isso, cabe as organizações que atuam no segmento da moda adquirirem uma melhor percepção da importância da informação, para então se dotarem de estratégias e modelos que atuem diretamente com a informação. Dentro dos modelos destaca-se a gestão da informação enquanto processo, bem como a inteligência competitiva. Sendo assim, acredita-se que com um melhor aproveitamento da informação torna-se possível potencializar o processo de construção de tendências (figura 2).

Figura 2: Fluxograma do processo de construção de tendências.

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

É importante ressalvar que, muitos outros elementos são fundamentais para implementar a gestão da informação e o processo de inteligência competitiva, como, por exemplo, a cultura organizacional/cultura informacional, a comunicação organizacional/comunicação informacional, a estrutura (formal e informal), a racionalização (fluxos e processos), as redes de relacionamentos, o desenvolvimento de competência informacional, entre outros. Recomenda-se o aprofundamento em pesquisas relacionado a informação com a moda, bem com a aplicação dos processos de Gestão da Informação e o processo de Inteligência Competitiva atuando de maneira integradas, e com isso identificar como a informação sendo considerada recurso pode potencializar os processos de moda, mais especificamente a análise e construção de tendências.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. Alvarenga. **Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras.** Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999.

ARAÚJO, E. Alvarenga; OLIVEIRA, M. **Ciência da informação e biblioteconomia. Novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARRETO, A. de Albuquerque. et al. **Para entender a ciência da informação.** Salvador: EDUFBA, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism, 15th-18th Century: The structure of everyday life.** Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1992.

CALAZANS, A. Toffano Seidel. **Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica.** TransInformação, Campinas, 18(1):63-70, jan./abr., 2006.

CALDAS, Dario. **Observatório de sinais : teoria e prática de pesquisa de tendências.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Senac, 2006.

CASTRO, G. Ramos. **Discussão conceitual sobre dado, informação e conhecimento: Perspectiva dos alunos concluintes do curso de biblioteconomia da UFBP.** João Pessoa: UFBP, 2011.

CHOO, C. W. **A Organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC Editora, 2003. 426p.

COBRA, Marcos. **Marketing e Moda.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

FRINGS, G. Stephens. **Moda: Do conceito ao consumidor.** 9ª Edição. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2012.

GRAVE, Maria de F. **A moda-vestuário e a ergonomia do hemiplégico.** São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

JOBIM, Gabriela. NEVES, Manuela. **Design de moda: Olhares diversos.** In: PIRES, Dorotéia, B. Barueri-SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2008.

MEADOWS, T. **Como montar e gerenciar uma marca de moda.** Tradução de Mariana Belloli. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MISSÃO, S.I. **Livro verde para a sociedade da informação em portugal.** Lisboa, 2007. Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf> Acesso em: 29. Jul. 2017.

MIRANDA, R. Campos da Rocha. **O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas.** Ci. Inf., Brasília, v. 28, n. 3, set./dez. 1999.

MOORE, Gwyneth. **Promoção de moda.** tradução de Edson Furmankiewicz. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

MORAES, C. R. B. de; FADEL, B. Triangulação metodológica para o estudo da gestão da informação e do conhecimento em organizações. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 272p.; p.27-40
NASCIMENTO, D. Santos; FREIRE, H. de Araújo. **Os caminhos da ciência da Informação.** João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 29-38, 2014.

PALOMINO, Erika. **A moda.** 4ª edição. São Paulo: Publifolha, 2012.

PINHEIRO, L. Vania Ribeiro. **Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área.** In: O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. p. 61-86**.**

POLLINI, Denise. **Breve história da moda. São Paulo: Editora Claridade, 2007.**

QUEIROZ, D. Gralha de Caneda; MOURA, A. Maria Mielniczuk. **Ciência da informação: história, conceitos e características.** Em Questão, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, set/dez. 2015.

Setor têxtil e de confecção aponta sinais positivos para 2017. ABIT. Disponível em: <http://www.abit.org.br/noticias/setor-textil-e-de-confeccao-aponta-sinais-positivos-para-2017> Acesso em: 29. Jul. 2017.

SIMILLI, I, Guilherme. (Org.). VASQUES, R. Salvador. **Indumentária e moda: caminhos investigativos.** Maringá: Eduem, 2013.

SIQUEIRA, M. Costa. **Gestão estratégica da informação.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

VALENTIM, M. Lígia Pomim. **Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento.** DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v.3, n.4, ago/02.

VICENT-RICARD, Françoise. **Aspirais da moda.** Tradução: Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WSGN**, Fashion – Líder mundial em previsão de tendências de moda**. Disponível em: <https://www.wgsn.com/pt/> Acesso em: 25. Set. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ORGANIZAÇÕES JURÍDICAS

THE IMPORTANCE OF ORGANIZATIONAL MEMORY FOR THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE IN LEGAL ORGANIZATIONS

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

SANTARÉM, Vinícius
Universidade Estadual Paulista - Unesp
Mestre em Ciência da Informação
viniciussantarem1@hotmail.com

PAZIN VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Doutora em História Social
marciapazin@marilia.unesp.br

Resumo
Diante da globalização, onde as informações circulam numa velocidade muito grande e num volume muito intenso, a atuação do profissional do Direito tornou-se cada vez mais importante, pois precisa da informação exata no momento oportuno, tendo em vista que os prazos processuais são curtos para que seja feito todo um levantamento dessas informações. O presente artigo justifica-se pela importância da informação para a atuação do profissional do Direito e pelo volume reduzido de pesquisas que integram essas duas grandes áreas (Ciência da Informação e Direito). Encontrar a informação desejada na área jurídica é uma tarefa árdua, seja para o cidadão comum, para o profissional da área do Direito ou da Ciência da Informação. A Memória Organizacional apresenta-se como um instrumento capaz de gerir a organização da informação e tornar eficiente a apresentação, categorização, a navegação e a busca, facilitando o acesso às informações, de modo a atender de forma satisfatória as necessidades dos diferentes grupos de usuários. A memória organizacional é uma das soluções para os problemas da degeneração do conhecimento dentro da organização. O objetivo desse artigo é justamente facilitar a atuação do profissional do Direito, indicando mecanismos para que se faça a gestão da informação jurídica, utilizando para isso a memória organizacional. O trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica para coleta de dados sobre os temas abordados: informação jurídica, memória organizacional, gestão da Informação e do conhecimento.
.

Palavras-chave: informação jurídica, gestão do conhecimento e memória organizacional.

Abstract
In the face of globalization, where information circulates at a very high speed and in a very intense volume, the work of the legal professional has become increasingly important, because it needs the exact information in due time, given that procedural deadlines are short to make a complete survey of this information. The present article is justified by the importance of information for the legal profession and the small volume of research that integrates these two major areas (Information Science and Law). Finding the desired information in the legal area is an arduous task, be it for the ordinary citizen, for the professional in the area of Law or Information Science. Organizational Memory presents itself as an instrument capable of managing the organization of information and rendering presentation, categorization, navigation and search efficient, facilitating access to information, in order to satisfactorily meet the needs of different groups of users . Organizational memory is one of the solutions to the problems of knowledge degeneration within the organization. The purpose of this article is precisely to facilitate the work of the legal professional, indicating mechanisms for the management of legal information, using the organizational memory. The work consists of a qualitative research, of an exploratory nature, using as a methodological procedure the bibliographic research to collect data on the topics covered: legal information, organizational memory, information and knowledge management.
.

Keywords:*. legal information, knowledge management and organizational memory*.

1 INTRODUÇÃO

A mudança socioeconômica para a sociedade globalizada, pós-capitalista, onde o conhecimento passa a ser considerado o principal insumo das atividades, traz a administração do conhecimento organizacional como uma das principais ferramentas de gestão e, ao mesmo tempo, o apresenta como um desafio tendo em vista o grande volume de informações que hoje se encontram disponíveis (Big Data). Hoje essas sociedades já recebem o nome de sociedade da informação e/ou sociedade do conhecimento.

A informação está presente em todos os atos da vida civil, portanto, inserida também em todos os processos organizacionais. Através dessas informações que teremos a construção de conhecimento. Choo (2003) destaca essa relação e comenta a falta de percepção da importância destes componentes para as organizações:

> A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma compreensão dos processos organizacionais pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias da informação (CHOO, 2003, p.27).

Dentro desses escritórios de advocacia, e no mercado que atuam, existe um componente que pode fazer a diferença em vários âmbitos, porém muitas vezes não percebidas ou não dado o devido valor por quem realiza essas ações dentro dos mesmos, este componente é a informação, aonde a mesma e seus fenômenos são amplamente responsáveis pelo sucesso da aplicação da informação jurídica ao caso

concreto, mudança na cultura dos profissionais do direito atuantes dentro desses escritórios entre outros processos e consequências. A informação é o principal artefato de qualquer profissional do direito no exercício de suas funções, desde que disponíveis no momento oportuno. “Elas apóiam o processo decisório, exercem influência sobre o comportamento das pessoas e passam a ser um vetor importantíssimo, pois podem multiplicar a sinergia dos esforços ou anular o resultado obtido pelo conjunto” (MORAES; FADEL, 2007, p.103).

Imbricado no universo quase infinito onde o conhecimento e informação são recursos de trabalho, consideramos que os escritórios de advocacia, são exemplos de organizações que possuem características que refletem a atual realidade da sociedade do conhecimento. No ambiente dos escritórios de advocacia, para que seja desenvolvida a melhor tese de defesa pelo profissional do Direito, vários fatores influenciam, dentre eles a precisão da informação no momento oportuno, pois está influenciará na tomada de decisão dessa organização.

Considerando essas características, a memória organizacional, a gestão da informação e a gestão do conhecimento são de grande importância. Rezende (2006) aponta que nem sempre basta que a informação esteja disponível. É necessário ir além. As informações e conhecimentos devem estar organizados e acessíveis no momento oportuno para que a concorrência e prazo sejam vencidos. Isso é entendido como estratégia informacional.

Para que os escritórios de advocacia fizessem frente a grande competitividade, os mesmos vem passando por um grande movimento de profissionalização. As associações de advogados passaram a ser consideradas organizações empresariais na prestação de serviços jurídicos. Como os escritórios de advocacia trabalham essencialmente com a informação e com a construção de conhecimento, a atuação desse profissional passou a ser cada vez mais importante na escolha da melhor informação para o caso concreto.

Conforme Rezende (2006, p. 38):

> Nas organizações jurídicas, vistas como indústrias que processam e transferem conhecimento, a essência do trabalho é a manipulação, reelaboração e transferência de informações. Essas são externas ou internas, integrando objetividade e subjetividade, já que as pessoas são repositórios do conhecimento. O conhecimento acumulado e transferido no ambiente de organizações jurídicas envolve tecnologia, conteúdo informacional e, principalmente, interação entre pessoas.

Aplicar a gestão do conhecimento em ambientes jurídicos pode gerar grandes benefícios, usando para isso a memória organizacional como suporte.

Advogados costumam valorizar a informação, tendo em vista, ser sua principal fonte de trabalho para a elaboração das peças processuais. No entanto, não investem o necessário para que suas bancas tenham sistemas de gestão eficientes e profissionais totalmente dedicados a esse trabalho. A gestão da informação e do conhecimento fica, portanto, prejudicada devido à falta de cultura da gestão e da informação. Outros problemas decorrem da dificuldade de compartilhamento de informações.

A informação jurídica é uma informação de grande utilidade para toda a sociedade, pois é através desse grande volume de informação jurídica existente no ordenamento jurídico brasileiro, os profissionais do direito produzem grandes conhecimentos e promovem cidadania. Passos (1994, p.363) afirma que

> [...] a ciência do direito abrange, praticamente, todas as facetas da vida

> humana, mesmo antes do seu nascimento até depois da sua morte. Na verdade, o direito rege a vida em sociedade, deliberando sobre as complexas relações humanas, procurando estabelecer a disciplina social.

O volume de informação jurídica produzida no Brasil cresce numa proporção muito rápida. A quantidade de medidas provisórias, novas legislações e emendas à legislações antigas têm alterado grande parte do sistema jurídico do país, dificultando cada vez mais a atuação do profissional do direito a utilizar as informações a que tem acesso da melhor forma possível, dentro do lapso temporal que possui para a solução do caso concreto.

Diante da quantidade de informações disponíveis, Tomaél, Alcará e Silva (2008) explicam que é necessário estabelecer padrões ou critérios para a recuperação de informações eficiente, cabendo aos profissionais do Direito desenvolverem competência informacional para que diante desse grande arcabouço de informações possam selecionar a que melhor apoia seu processo de tomada de decisão.

Sob este aspecto, a memória organizacional é uma das soluções para os problemas da degeneração do conhecimento dentro da organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão da Informação e do Conhecimento

A gestão da informação e do conhecimento são de grande importância para que os escritórios de advocacia se mantenham competitivo num mercado, que cada vez mais, exige uma atuação impecável do profissional do direito. Portanto a utilização da melhor informação para a aplicação ao caso concreto poderá ser adquirida através desses mecanismos de gestão.

Entendendo essa necessidade, os escritórios de advocacia estão se adaptando cada vez mais ao ambiente econômico, e percebendo que uma gestão ativa da informação e do conhecimento adquire um papel central para a competitividade, está levando essas organizações a repensarem suas formas de gestão de pessoas, recursos e capital. Partindo dessa premissa temos que, necessariamente, compreender o que é conhecimento sob a ótica de sua concepção.

Como afirma Silva (2002, p. 142):

> Nos dias atuais, o impacto causado pela acentuada evolução da tecnologia da informação na sociedade, bem como as modificações resultantes de um modelo econômico que prega uma competitividade intensa, tem causado significativas mudanças na forma como as organizações devem se estruturar e trabalhar com o conhecimento para desenvolver novos produtos, novos processos e novas formas organizacionais.

Podemos afirmar, que o conhecimento na atuação do profissional do Direito assume um papel de destaque em um mercado competitivo.

Seria impossível entender a Gestão da Informação dentro dos escritórios de advocacia sem uma compreensão de quais são seus principais componentes. O termo gestão é o processo que tem como função gerenciar os demais componentes. Entender a natureza da informação, bem como as suas relações com demais componentes, torna-se imprescindível para que se entenda de forma clara a relação e diferença entre dado, informação.

Dado: É informação bruta, descrição exata de algo ou de algum evento. Os dados

em si não são dotados de relevância, propósito e significado, mas são importantes porque compõem a matéria-prima essencial para a criação da informação.

Nos escritórios de advocacia, dados são todos os elementos que o profissional do direito tem acesso antes de sua destinação específica para a elaboração de uma peça processual. Quando esses dados passam a compor uma defesa jurídica e aplicados a um caso concreto eles ganham significados e são considerados informação.

Informação: "São dados interpretados, dotados de relevância e propósito" (DRUCKER, 1999, p.32). É um meio ou material necessário para extrair e construir o conhecimento.

Conhecimento: deriva da informação assim como esta, dos dados. O conhecimento não é puro nem simples, mas é uma mistura de elementos; é fluido e formalmente estruturado; é intuitivo e, portanto, difícil de ser colocado em palavras ou de ser plenamente entendido em termos lógicos. Ele existe dentro das pessoas e por isso é complexo e imprevisível. Segundo Davenport e Prusak (1998, p.6), "o conhecimento pode ser comparado a um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente". Os valores e as crenças integram o conhecimento, pois determinam, em grande parte, o que o conhecedor vê, absorve e conclui a partir das suas observações. Nonaka e Takeuchi (1997, p.63) observam que "o conhecimento, diferente da informação, refere-se a crenças e compromisso".

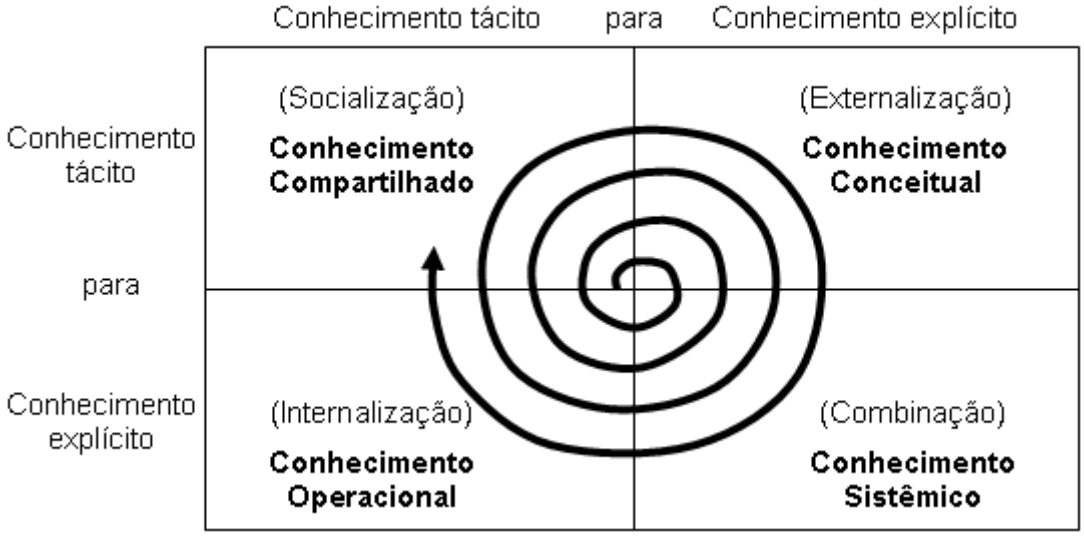
Estes autores classificaram o conhecimento humano em dois tipos: conhecimento tácito e conhecimento explícito.

Conhecimento tácito é difícil de ser articulado na linguagem formal, é um tipo de conhecimento mais importante. É o conhecimento pessoal incorporado à experiência individual e envolve fatores intangíveis como, por exemplo, crenças pessoais, perspectivas, sistema de valor, insights, intuições, emoções, habilidades. Só pode ser avaliado por meio da ação.

Conhecimento explícito é o que pode ser articulado na linguagem formal. Ele pode ser transmitido formal e facilmente entre os indivíduos. Esse foi o modo dominante de conhecimento na tradição filosófica ocidental.

Os conhecimentos tácito e explícito são unidades estruturais básicas que se complementam e a interação entre eles é a principal dinâmica da criação do conhecimento na organização. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997, p.79), para se tornar uma "empresa que gera conhecimento" a organização deve completar uma "espiral do conhecimento", espiral esta que vai de tácito para tácito, de explícito a explícito, de tácito a explícito, e finalmente, de explícito a tácito. Logo, o conhecimento deve ser articulado e então internalizado para tornar-se parte da base de conhecimento de cada pessoa. A espiral começa novamente depois de ter sido completada, porém em patamares cada vez mais elevados, ampliando assim a aplicação do conhecimento em outras áreas da organização.

Figura 1: Processo SECI



Fonte: Nonaka; Takeuchi (2008, p. 24)

Informação sempre foi tema recorrente de estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Porém, poucas são as pesquisas que relacionam a informação à atuação do profissional do Direito, mesmo sendo fato que é necessária à utilização desta para a atuação do mesmo.

A gestão do conhecimento tem que ser um processo dinâmico, cíclico e em constante atualização, para que todos dentro do escritório de advocacia tenham acesso, fazendo assim, com que o escritório tenha um repositório de todo o conhecimento construído dentro do mesmo. É um conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento, bem como estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados, a fim de auxiliar na geração de ideias, solução de problema e tomada de decisão (VALENTIM, 2003).

Com o volume de informações sempre aumentando e a competitividade entre as organizações cada vez mais acirrada, o trabalho torna-se cada vez mais baseado no conhecimento. “Somente a organização pode oferecer a continuidade básica de que os trabalhadores do conhecimento precisam para serem eficazes. Apenas a organização pode transformar o conhecimento especializado do trabalhador em desempenho” (DRUCKER, 1999). Porém, avançou-se muito pouco sobre como se deveria gerenciar o conhecimento, até porque o mesmo é individual e difícil de ser exteriorizado.

A gestão do conhecimento pode/deve ser aplicada em organizações de todos os tamanhos, pois auxiliará na tomada de decisão dos seus gestores. No caso específico dos escritórios de advocacia, a gestão do conhecimento trará muitos benefícios, pois colocará a disposição do profissional do Direito a melhor informação, no menor lapso temporal, para que o profissional possa com mais exatidão elaborar sua tese/defesa jurídica. Para isso, requer que seja criado um modelo organizacional para fazer a recuperação e disponibilização dessas informações, utilizando para a criação desse modelo a memória organizacional.

A memória organizacional está no centro da gestão do conhecimento, estruturando o repositório do escritório de advocacia e identifica, adquire, desenvolve, dissemina o uso e a preservação do conhecimento disponível na

organização, além de promover o compartilhamento das lições apreendidas, e o reuso do conhecimento, permitindo assim que um escritório de advocacia baseado em conhecimento seja mais adaptável às mudanças no ambiente externo (MENEZES, 2006).

2.2 Memória Organizacional

Entende-se por memória, o resgate de coisas do passado que são lembradas no futuro. A memória não é o passado, e sim uma representação do passado.

"A memória organizacional pode ser entendida como a habilidade das organizações para salvar, reter e fazer uso de informações do passado nas atividades atuais. É um elemento chave que permite que as organizações aprendam com os erros e acertos do passado. Mas fazer uso deste tipo de informação é uma atividade complexa, pois se encontra dispersa dentro da organização em diversos lugares" (SASIETA; BEPLER; PACHECO, 2011).

Os modelos de memória organizacional devem preocupar-se por fazer a integração de todas as informações constantes dentro da organização/ escritórios de advocacia e disponibilizar ferramentas que permitam o acesso dos membros da organização para que essas informações sejam recuperadas e o conhecimento construído dentro do escritório possa ser reutilizado e disseminado.

Dentre as diversas definições possíveis, utilizaremos neste trabalhoa definição de memória organizacional como o

> acervo de informação, conhecimento e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação de seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento (MENEZES, 2006, p. 31).

Este conceito traz embutido duas grandes ideias. Primeiro a referência à capacidade da organização de criar mecanismos para preservar o estoque de conhecimento naturalmente produzido ao longo do desenvolvimento das atividades da organização e utilizar essa informação em atividades futuras. Em segundo lugar refere-se também à capacidade da organização de reutilizar esse capital intelectual para outras utilizações futuras.

As análises mais recentes demonstram que a memória organizacional vai além do repositório, ela se configura numa estrutura de rede, tanto de pessoas, quanto de artefatos, experiências e processos interligados, de modo a configurar uma estrutura de conteúdos e conhecimentos preservados ao longo do tempo e que se articulam de acordo com as necessidades organizacionais em diferentes situações (FREIRE *et al*, 2012, p.44).

Para compreender a diferença entre o simples repositório e a rede de relações estabelecidas pela memória organizacional, é importante retomar um conceito clássico no âmbito das ciências socias, que apresenta a memória como "a propriedade de conservar certas informações, que remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 1992, p.423).

Ao definir a memória como uma representação do passado, o autor demonstra o caráter de construção, revisão e análise da informação e do conhecimento que compõe a memória de um indivíduo ou de um grupo social.

No caso dos escritórios de advocacia, a capacidade de estocar informações e

conhecimento (tanto conhecimento tácito como o conhecimento explicito que foi utilizado na elaboração das peças processuais), possibilita criar um repositório passível de análise e avaliação sobre a experiência pregressa da organização em determinado tema, fazendo com que a tomada de decisão seja mais assertiva.

O núcleo de um sistema de informação de memória organizacional é o repertório, que deve nascer da integração dos diversos sistemas ligados por novas informações e metadados que permita a recuperação de conhecimentos úteis e/ou documentos em uma situação determinada. Este repertório está caracterizado pela heterogeneidade de conhecimento (projetos, competências, processos, entre outros) e formas de representação (texto, hipertexto, documentos, emails, gráficos, imagens, entre outros) (SASIETA; BEPLER; PACHECO, 2011).

Uma das características mais importantes da memória organizacional é a capacidade em recuperar o conhecimento construído dentro do escritório de advocacia. A partir da memória organizacional, poderemos encontrar a informação exata sobre o que estamos pesquisando. O objetivo, então, é diminuir o esforço envolvido na recuperação da informação ou eliminar a busca da mesma informação que já foi realizada por outro membro da organização.

O mesmo ocorre nos escritórios de advocacia, a memória organizacional ajudará no processo de encontrar as informações mais adequadas para a elaboração da peça processual de forma mais coerente e fundamentada juridicamente, recuperando situações semelhantes que já foram feitas no escritório.

Cláudio de Souza Pereira (2013, p. 11) sistematiza algumas premissas gerais a respeito da memória organizacional.

> • Memória organizacional é uma metáfora para explicar as possibilidades de adquirir, representar, armazenar e recuperar conhecimento nas organizações.
> • Memória organizacional contribui para viabilizar o aprendizado e a produção de conhecimento da organização, armazenando experiências relevantes e objetivando maior efetividade na gestão da organização.
> • Memória organizacional deve facilitar a apreensão do contexto, gerar uma linguagem comum e dar suporte a aspectos dinâmicos do conhecimento a ser armazenado.
> • Memória organizacional é operacionalizada por meio de um sistema de informação que busca estender coletivamente a memória individual, facilitando a aquisição, armazenamento, recuperação e acesso ao conhecimento disperso na organização.
> • Memória organizacional consiste de um sistema híbrido que combina um conjunto de tecnologias e metodologias de construção tradicionais ou não.

A memória organizacional, quando bem estruturada, é um mecanismo de fortalecimento de poder, pois trará no momento oportuno a melhor informação/conhecimento para o caso concreto dos escritórios de advocacia.

2.3 Informação Jurídica

O setor de informação jurídica, talvez, seja o maior produtor de documentos no Brasil (Cunha, 2010). Por isso é muito importante que o advogado compreenda seu papel como gestor dessas informações, seja na organização do acervo documental e informacional, seja na utilização.

De acordo com Passos (2009), o universo da informação jurídica surpreende os pesquisadores devido ao grande número de documentos, dados e informações gerados nessa área. O profissional do Direito precisa de um modelo organizacional

para recuperar essas informações, e como o setor judiciário passou a ser um dos maiores produtores de informação do Brasil, torna-se ainda mais difícil a recuperação da informação desejada. Na opinião de López-Muñiz (1984, p. 14-15):

> No mundo onde se produz um documento jurídico a cada minuto, nunca se pode estar seguro de ter encontrado a totalidade de informação relativa ao problema que se estuda [...]. O jurista, para chegar a uma resolução, deve dedicar um bom número de horas de trabalho a documentar a decisão, buscando a lei pertinente, a jurisprudência que interpreta e a bibliografia que oferece soluções; com tudo isso nas mãos, é fácil obter uma decisão e sobretudo saber que ela está de acordo com legislação vigente e a interpretação dos tribunais.

Tabela: Conceitos de Informação Jurídica

AUTOR	CONCEITO
PASSOS, 1994, p. 363	Toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.
ALONSO, 1998 apud REZENDE, A., 2004, p. 175	Informação jurídica, sob o aspecto de documentação organizada, é o produto da análise dos dados existentes em toda e qualquer forma de conhecimentos obtidos na área jurídica, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisões de forma otimizada. A disponibilidade desses dados, devidamente trabalhados, é feita através de meios manuais/mecânicos/magnéticos aos interessados.

AUTOR	CONCEITO
OLIVEIRA, 2006, p. 6-7	Trata de conteúdos especializados e sob a ótica do seu gerenciamento, esta tem a responsabilidade de nortear as decisões dos magistrados e demais serventuários, nos processos e atividades jurisdicionais, a fim de prestar serviços de informação com a maior especificidade e eficiência possível
SARMENTO et al, 2005 apud OLIVEIRA, 2006, p. 6	A informação jurídica sob o ponto de vista do valor agregado, enfatiza aspectos novos sobre a relevância da informação. Uma unidade de documentação de um tribunal gerencia o recurso informação documental para dar suporte à tomada de decisão dos magistrados, na elaboração de votos e decisões

Fonte: Elaborado por Perillo (2012, p.30)

Devido a esse grande volume de informação jurídica produzida, fica muito difícil à atuação do profissional do direito. Para isso a memória organizacional passa a ser um acervo de informações, e uma ferramenta da organização para o gerenciamento de seus ativos intelectuais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica para coleta de dados sobre os temas abordados: informação jurídica, memória organizacional, gestão da Informação e do conhecimento.

Conforme defende Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para a revisão de conceitos, um dos objetivos deste trabalho, constituindo-se como base de qualquer pesquisa científica. Foram utilizados livros e artigos científicos sobre os temas abordados, de modo a reunir dados dispersos, visando à apropriação de informações sobre os conceitos estudados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão do conhecimento tem na memória organizacional sua principal referência para colocar em movimento a espiral do conhecimento preconizada por Nonaka e Takeuchi (1997). Inúmeras iniciativas são possíveis, contemplando instrumentos e técnicas, com maior ou menor contribuição de tecnologia da informação, mas sempre contemplando a integração de questões técnicas, humanas e organizacionais.

A memória organizacional por sua vez constitui-se em um dos principais pilares dessa emergente preocupação com a gestão do conhecimento.

Observa-se que a construção da memória organizacional poderá evitar a

perda de capital intelectual quando um especialista deixa a organização. Poderá permitir a exploração e reutilização de experiências adquiridas nos projetos passados, para evitar a repetição de erros, facilitará a melhoria da circulação e comunicação da informação no escritório de advocacia, facilitará inclusive a integração do saber fazer de diferentes partes da organização e por via de consequência, melhorará o processo de aprendizagem individual e organizacional.

A gestão da informação e do conhecimento, com a utilização de ferramentas adequadas à captação e registro da informação produzida; e o adequado mapeamento podem ampliar a qualidade da produção de informação e de conhecimento e a construção da memória organizacional, como ferramenta de organização agregando-se o fator tempo.

A memória organizacional é um aporte para a gestão do conhecimento, pois cria um fluxo de conteúdo constante, e torna dinâmico o grande volume de informações jurídicas produzidas facilitando a atuação do profissional do direito quando da elaboração das peças processuais.

A memória organizacional passa a ser um acervo de informações, e uma ferramenta do escritório de advocacia para o gerenciamento de seus ativos intelectuais. A memória organizacional propicia um maior compartilhamento do conhecimento corporativo, do conhecimento individual e das lições aprendidas na execução das tarefas realizadas dentro do escritório.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. **Fontes de Informação jurídica**. In: PASSOS, Edilenice (Org). Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. 237p. p. 201- 225.

CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

DAVENPORT, T. **Ecologia da Informação**. São Paulo: Ed. Futura, 1998.

FREIRE, P.S.; TOSTA, K.C.B.T; HELOU Fº, E.A; SILVA, G.G. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de Ciência da Administração**. V.14, n.33, p. 41-51, ago.2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/25324.Acesso em 10/07/2015.

LE GOFF, Jacques. Memória.In: _____. **História e Memória**.Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 423-483.

LÓPEZ-MUÑIZ, M. **Informática jurídica documental.**Madrid: Díaz de Santos, 1984.

MENEZES, E.M.de. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição naiminência de evasão de especialistas:** um estudo de caso na Cohab. Brasília:PPGGCTI/Universidade Católica de Brasília, 2006. Disponível em http://www.bdtd.ucb.br/tede/tde_arquivos/3/TDE-2006-12-19T145234Z-362/Publico/Texto%20Completo.pdf. Acesso em:10jul, 2017.

MORAES, C. R. B. de; FADEL, B. **Ambiência organizacional, gestão da informação etecnologia**. In: Informação, conhecimento e inteligência organizacional. Marta Lígia Pomim Valentim [org.]. 2. ed. Marília: Fundepe, 2007.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 16. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 358 p.

PASSOS, E. J.L.; BARROS, L.V.F**ontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

PASSOS, E.J. L..O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1158/803 . Acesso em: 03 jan. 2016.

PERILLO, A. C.; GARBELINI, M. F. Avaliação de fontes de informação jurídica na internet. **Anais do CBBD**, 2013. Disponível em: http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1386 Acesso em 18 mai 2017.

PERILLO, A. C., **Fontes de informação jurídica: avaliação do portal da Câmara** dos Deputados, 2012. Disponível em http://repositorio.bc.ufg.br. Acesso em 01 ago 2017.

REZENDE, A. P. **Centro de informação jurídica eletrônico e virtual.** Ciência da Informação, v. 29, n. 1, Brasília, p. 51-60, jan./abr. 2000.

REZENDE, M. I. de S. D. **Gerenciamento da informação e do conhecimento jurídico**. 2006.

SASIETA, H.A., **A memória organizacional no contexto da Engenharia doConhecimento**. DataGramaZero, v. 12, n. 3, ago/11. Disponível em: www.dgz.org.br/ago11/art_6.htm. Acesso em: 07/jan/2016.

SILVA, S. L. **Informação e competitividade:** a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais. Ciência da informação, Brasília, v. 31, n. 2, maio/Ago. 2002.

TOMAÉL, M. I; ALCARÁ, A..R.; SILVA, T. E. Fontes de Informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês. (Org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: Ed. UEL, 2008. p. 3-28.

VALENTIM, M. L. P. (Org). **Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional.**2.ed. Marília: Fundepe Editora, 2006.

_____., M. L. P. **Inteligência competitiva em organizações**: dado, informação e conhecimento, DataGramaZero, Rio de Janeiro , vol.3., n°.4, 2002. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm >. Acesso em: 22 mai. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO DE SENTIDOS EM UM GRUPO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS; UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

THE IMPORTANCE OF THE NEGOTIATION OF MEANINGS IN A GROUP OF INSTITUTIONALIZED CHILDREN; AN ACCOUNT OF EXPERIENCE

Sessão temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

GOMES, Mariana Silva
Universidade de Franca
Graduanda do curso de Psicologia
m.hopian@gmail.com

CINTRA, Thais Silva
Docente na Universidade de Franca
Ms. Psicologia pela Universidade de São Paulo – FFCLRP-USP
thais_cintra@hotmail.com

Resumo

Desde a colônia, a institucionalização de crianças e adolescentes tem estado presente no Brasil, sendo que uma das formas em que se delineou foi através das rodas dos expostos ou enjeitados, onde os recém-nascidos eram abandonados na porta de santas casas e conventos, estendendo-se como orfanatos, caracterizando assim o cuidado delegado a instituições filantrópicas assistencialistas. Atualmente, com as políticas de proteção e cuidado previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, essa prática passou a ser dever do Estado e o mesmo executa esses serviços através das instituições de acolhimento no modelo de casas lares, ou aldeias. O presente trabalho foi realizado, à partir do estágio em promoção de saúde na comunidade, por alunos do quinto ano de psicologia de uma cidade do interior de São Paulo, junto a crianças em contexto institucional, casa-lar, tendo como recurso teórico-prático o construcionismo social, que tem as relações como lócus de construção do mundo, com o intuito de promover saúde às crianças, contribuindo de maneira integral para seu desenvolvimento psicossocial; investiu-se trabalhar com o foco nas relações dialógicas, a fim de negociar e construir sentidos, que favoreçam novas possibilidades de se relacionar e compreender o mundo. Através da construção grupal colaborativa, o resultado demonstrou a importância da ação conjunta e o quanto a postura de curiosidade e não-saber dos estagiários possibilitaram um processo de diálogo entre todos, estabelecendo com a negociação de sentidos a construção de novos recursos e abertura para novas possibilidades.
Palavras-chave: Estatuto da criança e do adolescente, Serviço de acolhimento, Construcionismo Social.

Abstract

Since the colony, the institutionalization of children and adolescents has been present in Brazil, and one of the ways in which it was outlined was through the wheels of the exposed or cast, where the newborns were abandoned at the door of holy houses and convents, extending as orphanages, thus characterizing the care delegated to welfare philanthropic institutions. Nowadays, with the protection and care policies foreseen by the Statute of the Child and the Adolescent, it has become the duty of the State and the same executes these services through the host institutions in the model of houses, homes or villages. The present work was carried out, from the stage in health promotion in the community, by students of the fifth year of psychology of a city in the interior of São Paulo, together with children in institutional context, home-home, having as theoretical-practical resource social constructionism, which has relations as the locus of construction of the world, with the intention of promoting health to the children, contributing in an integral way to their psychosocial development, it was invested to work with the focus in the dialogical relations, in order to negotiate and construct senses, which favor new possibilities of relating and understanding the world. Through collaborative group construction, the result showed the importance of joint action and how the trainees' curiosity and non-knowledge posture enabled a process of dialogue among all, establishing the negotiation of meanings the construction of new resources and openness to new possibilities.
Keywords: Statute of the child and adolescent, Reception service, Social Constructionism.

1. INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças e adolescentes tem estado presente durante toda historia da humanidade. No Brasil, desde a colônia, estão presentes as instituições como uma prática em que se delineou o atendimento voltado para crianças em situação de pobreza, abandono, dentre outras vulnerabilidades sociais, como por exemplo, as rodas dos expostos ou enjeitados, onde os recém-nascidos eram abandonados na porta de santas casas e conventos, estendendo-se como orfanatos, caracterizando assim o cuidado delegado a instituições filantrópicas e assistencialistas. Portanto, durante o percurso histórico, o atendimento de crianças e adolescentes esteve sob uma prática higienista e autoritária com poucas iniciativas que visavam a resolutividade do problema, uma vez que diante de condições que eram julgadas como inadequadas às crianças, essas eram retiradas do poderio familiar e mandadas para instituições, muitas vezes não retornando para o convívio familiar. Segundo Rizinni, Irene e Rizzini, Irma, (2004, p.14) “houve avanços no que se refere às práticas de atendimento a crianças em situação de pobreza, porém persistiram resquícios da intervenção assistencialista e autoritária no âmbito da família”

Assim, as mudanças quanto á destituição de crianças e adolescentes do

convívio familiar começou a se delinear com as políticas de proteção e cuidado orientados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que deu corpo a proteção integral de crianças e adolescentes prevista na Constituição Federal de 1988, e passou a ser dever do Estado executar esses serviços através das instituições de acolhimento no modelo de casas lares, ou aldeias.

> Hoje vivemos uma espécie de retórica que guarda relação com o passado, quando se repetia que as crianças só deveriam ser institucionalizadas como um último recurso. Não se fala mais de *internação de menores abandonados e delinqüentes*, mas sim do *abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco*, também em último caso, respeitando seu *direito à convivência familiar e comunitária*.(RIZINNI, IRENE; RIZZINI, IRMA, 2004, p.14, grifo do autor);

No entanto, com essa medida do ECA, foi estabelecido que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos por estarem em peculiar condição de desenvolvimento, logo a situação de acolhimento institucional torna-se uma medida de proteção rompendo com a prática do afastamento arbitrário das crianças de suas famílias, dispondo que a princípio deve-se oferecer recursos e suporte para que essa família possa fortalecer seus vínculos, sendo o afastamento visto como medida excepcional e provisória, assegurando ainda o convívio com a família de origem e excepcionalmente em família substituta (BRASIL, 2009).

A título de maior compreensão da complexidade acerca dos critérios utilizados diante da necessidade do afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar, torna-se fundamental entender os princípios norteadores, inspirados a partir, do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, como também o direito a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2012); e executados através das orientações técnicas dos serviços de acolhimentos, dessa prática.

Afinal, o afastamento do indivíduo do convívio familiar demanda muita sensibilidade e cuidado, pois o rompimento de vínculos familiares e comunitários, embora por proteção e preservação dessa criança, não deixam de serem dolorosos e difíceis. Assim, os princípios são essenciais para evitar as consequências e desdobramentos prejudiciais ao desenvolvimento dessa criança e como uma forma de se promover saúde e qualidade de vida, no contexto institucional.

O primeiro princípio se baseia na excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e prevê que todos os esforços devem ser empregados a fim de que essa família possa fortalecer seus vínculos, onde o afastamento passa a ser uma opção somente se aquele ambiente oferece grave risco a integridade física e ou psíquica do indivíduo.

> Como este afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança e o adolescente, quanto para família, deve-se recorrer a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2009, p.18).

Contudo, para que esse princípio seja aplicado, deve ser levado em consideração as vulnerabilidades sociais que cerceiam essas famílias e proporcionar a garantia de direitos através da inclusão social por meio das politicas publicas e ações comunitárias. Assegurando, também, o acesso à rede de serviços públicos para potencializar as condições dessa família de oferecer à criança ou adolescente o ambiente seguro para seu desenvolvimento.

Não obstante, o segundo princípio da provisoriedade do afastamento do convívio familiar é indicado quando não é possível realizar as tentativas de fortalecimento de vínculos com a criança ou adolescente em seu convívio familiar,

ou “quando o afastamento do convívio familiar for à medida mais adequada para se garantir a proteção da criança e do adolescente em determinado momento” (BRASIL, 2009, p.19). Os esforços não devem ser poupados para que eles possam retornar ao convívio da família, sendo prioritariamente na família de origem e excepcionalmente em família substituta, através de adoção, guarda ou tutela.

Conquanto para compreender os impactos da institucionalização na vida dessas crianças e adolescentes partiremos da perspectiva teórico-prática, do construcionismo social, que entende as relações como sendo o lócus de construção do mundo (GERGEN, K; GERGEN, C, 2010); e para Guanaes (2006, p.23) é “[...] a investigação do como as pessoas, por meio de sua participação em práticas discursivas, constroem sentidos sobre o mundo, sobre si mesmas e sobre seus relacionamentos [...]”. Depreender a importância do estabelecimento de novos vínculos relacionais torna-se uma ferramenta de empoderamento e enfrentamento para crianças e adolescentes nessas condições.

Aliada a compreensão da importância do estabelecimento de vínculos relacionais saudáveis, juntamente com a negociação de novos sentidos, foi associado á pratica, o desenvolvimento das habilidades de vida que consistem em competências sociais, que auxiliam no enfrentamento de situações cotidianas, com o intuito de promover saúde e qualidade de vida. Sobre as Habilidades de Vida WHO - Organização Mundial de Saúde, (1997, apud MINTO, 2005, p. 23) nos trás:

> As Habilidades de Vida são: Pensamento Crítico e Criativo, Tomada de Decisão, Resolução de Problemas, Relacionamento Interpessoal, Empatia, Lidar com os Sentimentos, e com o Estresse, Comunicação Eficaz e Autoconhecimento.

Contudo, embora esteja previsto no estatuto a excepcionalidade e o caráter provisório da medida protetiva, ainda hoje vemos muitas crianças em situação de acolhimento institucional, sendo necessário avaliar o impacto do afastamento do convívio familiar e o rompimento desses vínculos na vida dessas crianças e adolescentes, garantindo que os possíveis desdobramentos negativos possam ser evitados através do acolhimento e construção de novas relações que atribuam novos significados, negociando os sentidos e auxiliando no desenvolvimento de suportes, autonomia e protagonismo de sua história.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido à partir da experiência de alunos do quinto ano de psicologia, que realizam o estágio de Psicologia da Saúde na Comunidade com o objetivo de ampliar a visão sobre a importância das relações afetivas e dialógicas, constituídas no convívio entre educadoras sociais, equipe técnica, estagiários de psicologia e crianças na casa lar e, como estas relações podem contribuir para a promoção de saúde e desenvolvimento psicossocial das crianças acolhidas. Os encontros foram realizados semanalmente com as crianças entre oito e onze anos de idade na própria casa lar onde residem, realizando intervenções grupais, visando construir, a princípio, o vínculo entre os estagiários e as crianças. À partir da construção do vínculo, foram trabalhadas temáticas disparadoras de diálogos e atividades relacionadas às habilidades de vida.

Por prezarmos as relações como o lócus da construção do mundo, ou seja, tudo que conhecemos parte de uma construção social, sendo esta contextualizada, ampliar as relações significa também ampliar o modo como vemos o mundo e como

estabelecemos nossos vínculos. Por esta razão, os aspectos mais valorizados na construção das relações do grupo foram a postura colaborativa, apreciativa e a ação conjunta, que auxiliaram a estabelecer relações dialógicas e democráticas e a negociação de sentidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção foi realizada em um contexto grupal sob a perspectiva teórico-prática do construcionismo social e segundo esse paradigma pós-moderno o ser humano é um constructo de suas relações, sendo à partir destas que sentidos e significados são produzidos, assim, as formas de compreender o mundo são estabelecidos na ação conjunta. Para Shotter, (2010, apud Cintra, 2013, p.23) "os enunciados só ganham significado a partir de alguma forma de ação suplementar, sendo essa linguística ou não. Dessa forma percebe-se que o significado se origina na interação entre as pessoas, na ação conjunta.". É na ação conjunta, entre as relações, que se viabiliza a negociação de novos sentidos; e pensando em como isso foi constituído trazemos a ideia da construção social, ou seja, a criação de sentido através de nossas atividades colaborativas. (GERGEN, K; GERGEN, C, 2010)

A importância de se estabelecer vínculos afetivos para um bom desenvolvimento do grupo foi percebida assim que os estagiários tiveram contato com as crianças, pois elas os recebiam sempre calorosamente, no entanto demonstravam muita resistência e desconfiança quanto a participar das atividades propostas. Foi através da construção das relações, na ação conjunta, que os estagiários tiveram abertura para irem de encontro às necessidades das crianças, em estabelecer primeiramente confiança nos mesmos. Contudo, tratando-se de um universo infantil, consideramos que um dos aspectos fundamentais para a construção dos vínculos com as crianças, foi a disposição para brincar.

Sabendo que a linguagem é entendida em suas funções pragmáticas nas relações, através da capacidade performativa, incluindo ações verbais, não-verbais, objetos e o ambiente (GERGEN, 2010), o brincar, como ação não verbal, também se caracteriza como um aspecto para a construção das relações e, consequentemente, para a negociação de sentidos, pois a criatividade e espontaneidade presentes nas crianças são valiosos instrumentos que potencializam a abertura para novas possibilidades.

Assim, quando as crianças sentiram que poderiam confiar nos estagiários, estabeleceu-se a relação dialógica onde foi compreendida a resistência dos mesmos em participarem das atividades propostas pelos estagiários, assinalando a ausência de uma postura colaborativa que contribuiu para a reprodução de antigas narrativas, já legitimadas. Não dizemos que este modo repetitivo, de agir está certo ou errado, no entanto, se sabe também que este não favorece a promoção de saúde por tolher a construção de novos sentidos e perpetuar o discurso da verdade absoluta e restringir que se conheça o mundo em outras perspectivas.

Iniciou-se, então um movimento do grupo que solicitava que eles também participassem da construção dos encontros. Porém, as crianças embora morassem juntas não se relacionavam bem e não formavam um grupo e sim compartilhavam apenas do mesmo espaço. Com isso respeitando a importância de fortalecer os vínculos entre as crianças, foram estabelecidas posturas colaborativas, sendo esta

uma abordagem que se baseia em práticas relacionais e dialógicas, trazendo a conversação como recurso terapêutico para o desenvolvimento de novos significados onde o terapeuta é participante ativo, dentro das relações e consequente negociação de novos sentidos. (GRANDESSO, 2008).

Para efetivar a postura colaborativa e a construção dos encontros por todos os membros do grupo, foi criada uma nova forma de atuar dentro das relações estabelecidas com as crianças, propondo que cada uma escrevesse em um pedaço de papel do que gostaria de brincar e, estes eram colocados em uma caixa e se fazia um sorteio, combinando que todos participariam da brincadeira que fosse sorteada, realizando assim a construção do encontro a partir do desejo das crianças, instaurando, não apenas a postura colaborativa, mais também a responsabilidade relacional que "[...] enfatiza o papel da dialogia na construção de tudo que participamos fortalecendo a sensibilidade relacional no processo de construção social das relações chamando atenção para a realidade circunscrita e situada" (CAMARGO-BORGES, MISHIMA E MCNAMEE, 2008, p.14).

A partir do momento em que as crianças também eram responsáveis pelas brincadeiras, começaram a estabelecer acordos entre eles, iniciando uma negociação de sentidos, na tentativa de valorizar a opinião de cada um, no entanto a fragilidade de vínculos entre elas ainda estava presente e era marcada por ações de hostilidade e falta de respeito, de maneira que todas se sentiam afetadas.

Essa postura enrijecida termina por desfavorecer as relações, já que reforça comportamentos individualistas, e reproduz a postura cristalizada de outras vozes e relações, pois são as construções discursivas, que organizam as práticas sociais e legitimam determinadas formas de vida. (GUANAES, 2006).

Considerando essa perspectiva relacional, da importância da negociação dos sentidos, visando reconstruir os vínculos entre as crianças, de modo que o respeito ao outro fosse considerado importante, foram constituídas de maneira dialógica as regras de boa convivência, de acordo com aquilo que elas acreditavam ser importante, para um melhor funcionamento do grupo, como por exemplo, "não xingarem, não brigarem, não se baterem, não ficarem emburrados durante as atividades, todos participarem das atividades que forem combinadas para o encontro, ajudarem a organizar o espaço ao final das atividades, conversarem sempre, respeitar o outro, demonstrar carinho"; ademais de acordo com a vontade das crianças foi estipulada que o não cumprimento das regras acarretaria em uma punição, pois quem levasse três advertências por descumprimento das regras, ficaria de fora da brincadeira por algum tempo. Todos consideraram isso como importante para manter o bom funcionamento do grupo.

Com o passar dos encontros às próprias crianças começaram a apontar quem estava quebrando as regras, e se questionavam se tal palavra era um xingamento, ou se sentiam ofendidas com o jeito que estavam sendo tradas umas pelas outras, sendo marcante a produção de sentidos, que se dá por meio das conversas, narrativas, que são trocas sociais (SOUZA et al, 2010)..

Ainda, segundo McNamee (1998, apud GUANAES; MATTOS, 2011, p.22) "a perspectiva pós-moderna caracteriza-se pela ênfase dada á linguagem e a interação entre as pessoas na compreensão dos processos de construção de sentido". Assim, a negociação e produção de sentidos, passam a ser um processo fundamental dentro de um contexto dialógico conversacional, pois ela visa ampliar as possibilidades de atuação, aumentando os recursos de enfrentamento originando-se

uma nova forma de se colocar dentro das relações. Já que, ao dialogarem sobre as regras e como poderiam se relacionar foi despertada nas crianças uma autopercepção, e passaram a pensar na forma que gostariam de serem tradas e como deveriam também tratar uma as outras. Para Cintra (2013, p. 25) "Dessa forma a verdade não se encontra em uma ou outra polaridade, e sim nos processos interativos estabelecidos nas relações [...]". Entendemos que cada relação tem sua dinâmica, favorecendo o acolhimento e os afetos inerentes a esta, de forma colaborativa e democrática, onde ambos os sujeitos contribuem para estabelecer a negociação de seus sentidos e significados.

Esses encontros, onde as regras foram pensadas, conversadas, questionadas e resignificadas, marcaram o ápice da construção das relações do grupo e da negociação de sentidos, pois ao se questionarem como gostam de serem tradas e verem isso acontecendo dentro daquelas relações, houve a ampliação de praticas e posicionamentos, levando em consideração as narrativas como recurso que faz emergir os significados anteriormente produzidos, para que assim se possa contribuir para o surgimento de novas possibilidades de se relacionarem.

Gergen (1997, apud SOUZA et al, 2010, p.598), define o conceito de narrativa como;

> Um recurso conversacional, um dispositivo linguístico, que permite que as pessoas em interação construam e alterem suas construções sobre o mundo. Para esse autor, as narrativas podem ser entendidas como descrições que conferem sentido e organização à experiência, sendo construídas a partir do contexto cultural, político, econômico e social de sua produção. Elas ganham sua utilidade por meio das trocas sociais, nas diferentes conversas entre pessoas – conversas sendo entendidas como *locus* de produção de sentidos. Assim, uma narrativa é uma ação social, que age para criar, sustentar ou alterar diferentes relações sociais.

Então, através do dialogo e da ampliação dos sentidos e significados, compreendemos que não existe apenas o que é certo e errado para todos da mesma forma, ou as verdades absolutas já que "[...] a compreensão da Verdade ou Realidade é substituída pelo entendimento de verdades e realidades plurais, que são localmente produzidas" (SOUZA et al, 2010, p.598). Assim, as diferentes verdades das crianças passaram a ser legitimadas no grupo, favorecendo a crença em si mesmos. Com isso, estabeleceu-se um novo jeito de se posicionar dentro das relações, uma vez que após as conversas sobre a importância das regras e de respeitar o espaço e lugar de fala do outro, a negociação de sentidos levou a ampliação de novos significados advindos da possibilidade de colocarem a forma como se sentem dentro de suas relações, criando novos recursos e empoderando, essas crianças para relacionamentos futuros, uma vez que despertou a autopercepção, que leva a promoção de saúde que eleva a qualidade de vida.

Contudo, dentro de um contexto relacional, dialógico e conversacional, construir o conceito de regras pode ser bem desafiador, pois regras aparentam ser um discurso impositivo sobre os comportamentos e atitudes. No entanto, McNamee (2006, apud SOUZA et al, 2010, p.598) salienta que o movimento construcionista não propõe uma filosofia em que tudo é possível, pois "[...] qualquer construção sobre o mundo pode ser feita, tendo em vista que as pessoas estão limitadas (bem como potencializadas) pelos aspectos históricos, contextuais e relacionais de suas interações". Nesse sentido é importante que o conceito de regras, limites e respeito seja construído nas relações, de forma dialógica pautada na negociação de

sentidos, dada a importância da postura ética que deve ser empregada em qualquer contexto.

Após o estabelecimento das relações de maneira que todos se sentiam pertencentes e importantes ao grupo demonstrando o grau de comprometimento e responsabilidade, foi possível dialogar sobre os temas relacionados às habilidades de vida, sendo estes disparadores das atividades e, à partir das verdades das crianças, dos seus valores e sentidos atribuídos ao mundo, buscou-se continuar com a negociação de sentidos de maneira conversacional, pois "[...]se queremos abrir espaço para diferentes possibilidades emergirem, podemos apresentar diferentes recursos conversacionais como forma de convidar as pessoas para construção de padrões de relação alternativos" (SOUZA et al, 2010, p.599).

Desse modo, nós somos a construção de nossas relações, da multiplicidade de narrativas em que estamos inseridos, assim, torna-se inviável estabelecer posicionamentos rígidos e verdades absolutas, pois cada relação exige uma maneira de se relacionar, de estabelecer e negociar novos sentidos e significados.

Sobre esse movimento ressaltamos a importância das diversas narrativas que criam diversos tipos de relações através dos quais se possam construir o futuro de maneira colaborativa (Gergen, K e Gergen, C, 2010)

> Assim, uma narrativa é uma ação social, que age para criar, sustentar ou alterar diferentes relações sociais. Não estamos sugerindo que indivíduos constroem realidades de maneira isolada, em uma orientação individualista sobre a origem do conhecimento. Nenhuma ação tem sentido sozinha. (SOUZA et al, 2010, p.599)

E diante do contexto de institucionalização, é irrefutável considerarmos a fragilidade causada pelo afastamento e até rompimento dos vínculos familiares, ficando evidente a dificuldade de ampliar os sentidos devido aos posicionamentos estacionários advindos de processos dolorosos, marcando uma postura de resistência, desconfiança e agressividade. Porém, como nos trás Souza et al. (2010, p.598) "com a atenção centralizada nas práticas linguísticas das pessoas em relação, é possível desconstruir e reconstruir as narrativas por meio das quais as pessoas vivem e descrevem a si mesmas e ao mundo". Então, foi possível sentir e reconhecer que ao estabelecer vínculos afetivos saudáveis entre os participantes do grupo, munidos também de uma postura apreciativa que visa valorizar os pontos positivos das crianças, percebidos durante as negociações de sentidos, e proporcionar dentro das relações dialógicas um lugar onde se pode existir sem temeridade, iniciam-se novas produções de sentidos e a ampliação das possibilidades relacionais, pois é através de novos posicionamentos e significados, que nós aprendemos e construímos novos conhecimentos e visões de mundo, criando novos recursos e empoderando ás crianças, como também despertando a autopercepção, caminhando para a promoção de saúde e qualidade de vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao alicerçar as vozes e sentidos atribuídos pelas crianças e o significado que essa prática em grupo tinha para elas, aliados ao vinculo afetivo e a forma como todos se relacionavam, possibilitou a ampliação de novas posturas sendo estas embasadas na negociação de sentidos e importância de todas as verdades, assim, naquele contexto específico, as crianças se respeitavam, ouviam umas às outras e acordavam o que fariam nos encontros.

A negociação de sentidos mostrou-se imprescindível, para alcançar objetivo de se promover saúde as crianças em um contexto institucional onde a fragilidade de vínculos é marcante, pois foi através dela, aliada as relações dialógicas que foi despertada nas crianças a autopercepção, juntamente com a ampliação de significados e maneiras de se posicionar em suas relações, possibilitando a criação de novos recursos, trazendo autonomia e empoderando essas crianças a serem protagonistas de suas historias.

Concluímos então, que relacionar-se também passa pelo crivo do autoconhecimento, assim como a promoção de saúde passa pelo crivo da autopercepção, que possibilita a busca pela própria qualidade de vida, uma vez que é apenas reconhecendo comportamentos, padrões e significados, que já foram constituídos em outros momentos e relações, que se pode questionar e, à partir daí descongelar esses posicionamentos e ampliar sentidos para novas possibilidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 2012. Disponível em: < http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>

BRASIL**. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília, DF. 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf >.

CAMARGO-BORGES, C; MISHIMA, S; MCNAMEE, S. **Da autonomia à responsabilidade relacional: explorando novas inteligibilidades para as práticas de saúde.** Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora. 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202008000100003&lng=pt&nrm=iso >.

CINTRA, T. S. **Sentidos construídos com profissionais de saúde da família sobre trabalho em equipe**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2013.

GERGEN, K, GERGEN, C**. O discurso construcionista social**. Construcionismo social: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto NOOS. 2010.

GRANDESSO, M. A. **Desenvolvimentos em terapia familiar: Das teorias às práticas e das práticas às teorias**. In L. C. Osorio & M. E. Pascual Do Valle, (Orgs.). *Manual de terapia familiar* (pp. 104-118). Porto Alegre: Artmed. 2009.

GUANAES, C. **A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social**. São Paulo: Vetor. 2006.

GUANAES, C; MATTOS, A. T. R. de.. **Contribuições do Movimento**

Construcionista Social para o Trabalho com Famílias na Estratégia Saúde da Família. Saude soc., São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902011000400017&lng=en&nrm=iso >.

MINTO, E. C. Et al. **Ensino de habilidades de vida na escola: uma experiência com adolescentes**. Psicologia em estudo. Maringá, p. 561-568. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a11.pdf >

RIZZINI, I., & RIZZINI. I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola. 2011. Disponível em: < http://www.editora.vrc.pucrio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_criancas_no_brasil.pdf>

SOUZA, L. V., Et al. **Avaliação como construção social: investigação apreciativa.** Psicologia & Sociedade, 22(3), 598-607. 2010. Disponível em: < http://ww.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a20.pdf>

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA E DA PRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

THE IMPORTANCE OF THEORY AND PRACTICE IN HIGHER EDUCATION: A LOOK AT THE LICENSEE COURSE IN PHYSICAL EDUCATION

Sessão temática: Área 1 Desenvolvimento Social e Políticas públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Faculdade Campos Elíseos
Mestre em Saúde e Educação
gustavonatacao@yahoo.com.br

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes
Uni-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

Resumo

Efetivamente, nas últimas décadas têm tido, para o contexto educacional brasileiro, um olhar atencioso no sentido de redimensionar o olhar dos educadores e pesquisadores para o seguinte aspecto: o pensamento do educador na questão da teoria e da prática. O objetivo do trabalho é analisar a importância tanto da teoria como da prática no Ensino Superior, enfatizando a questão do curso de Licenciatura em Educação Física. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as condições necessárias na formação de educadores que atuam no Ensino Superior, tendo informações teóricas e práticas durante o curso de Licenciatura em Educação Física. Assim, foi abordada no estudo a essência da teoria e da prática, em seguida refletiu sobre a formação e trilhará caminhos para a Educação Superior e finalizando com a discussão sobre o Ensino Superior, inclusive no curso de Licenciatura em Educação Física. Porém, a questão dos saberes docentes e da prática pedagógica do Ensino Superior perpassa qualquer concepção de ensino ou processo de formação profissional. Entretanto, nem sempre o foco das reflexões contempla estas categorias, levando a enfrentar este desafio como um exercício, na área da Educação Física, em que teoria, prática, ensino, profissão e docência formam um todo. Dessa forma, é importante ressaltar que os educandos do Ensino Superior precisam compreender tanto a teoria quanto a prática durante o curso de Licenciatura em Educação Física, porque a atuação após a graduação prevalece com ênfase à prática, na qual ainda é pouco desenvolvida na graduação, na maioria das vezes.

Palavras-chave: Ensino Superior, Teoria e Prática, Educação Física.

Abstract

Indeed, in the last decades they have had, for the Brazilian educational context, an attentive look in the sense of resizing the educators 'and researchers' look at the following aspect: the educator's thinking on the question of theory and practice. The objective of this work is to analyze the importance of both theory and practice in Higher Education, emphasizing the issue of the Licenciatura course in Physical Education. For this, a bibliographical survey was carried out on the necessary conditions in the formation of educators who work in Higher Education, having theoretical and practical information during the course of Degree in Physical Education. Thus, the essence of theory and practice was approached in the study, then reflected on the formation and will guide paths to Higher Education and ending with the discussion about Higher Education, including in the Degree in Physical Education. However, the question of teaching knowledge and pedagogical practice of Higher Education permeates any conception of teaching or vocational training process. However, not always the focus of the reflections contemplates these categories, leading to face this challenge as an exercise, in the area of Physical Education, in which theory, practice, teaching, profession and teaching form a whole. Thus, it is important to emphasize that students of Higher Education need to understand both theory and practice during the undergraduate course in Physical Education, because the performance after graduation prevails with emphasis on practice, in which it is still poorly developed in undergraduate, mostly.

Keywords: Higher Education, Theory and Practice, Physical Education.

1 INTRODUÇÃO

Efetivamente, nas últimas décadas têm tido, para o contexto educacional brasileiro, um olhar atencioso no sentido de redimensionar o olhar dos educadores e pesquisadores para o seguinte aspecto: o pensamento do educador na questão da teoria e da prática.

Com isso, respira-se em quase todos os setores da sociedade, inclusive na educação, um desejo de inovações. Seus agentes motivadores se fazem representar defendendo as novidades da era tecnológica da informação e comunicação, as novas condições para o conhecimento, o interesse em superar a fragmentação nos diversos campos do conhecimento, a busca de um saber interdisciplinar, as recentes revisões das carreiras e perfis profissionais até as demandas que o século XXI faz para a educação nos seus diferentes ângulos (MASETTO, 2011).

Sendo assim, justifica-se que trabalhos dessa natureza são de suma importância para o aumento das discussões a respeito do assunto, oferecendo indicativos que levem de fato a uma melhora da forma de abordagem desses elementos na prática pedagógica dos educadores do Ensino Superior.

Ao passo que, os educadores de Educação Física que atuam no Ensino Superior têm sobre as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal dos conteúdos, uma complexidade de conhecimentos e, estes devem ser utilizados nas aulas dos cursos de graduação em Educação Física, tanto na teoria quanto na prática.

Partindo de uma perspectiva da educação e da Educação Física, nota-se a necessidade de se compreender o quão preparado deve estar o egresso do curso superior para atuar no ensino básico. Ainda que, delimita-se o tema do presente trabalho na formação dos educadores e, a teoria e a prática que tiveram no Ensino Superior no curso de Licenciatura em Educação Física.

Assim, abordará a essência da teoria e da prática, em seguida refletirá sobre a formação e trilhará caminhos para a Educação Superior e finalizando com a discussão sobre o Ensino Superior, inclusive no curso de Licenciatura em Educação Física.

O objetivo do trabalho é analisar a importância tanto da teoria como da prática no Ensino Superior, enfatizando a questão do curso de Licenciatura em Educação Física.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A essência da teoria e prática

Efetivamente, é possível compreender, por meio histórico, que a relação teoria e prática se apresenta como um problema ainda não resolvido em nossa tradição filosófica, epistemológica e pedagógica (FERNANDES; CUNHA, 2012).

Fernandes e Cunha (2012) relatam que a teoria na ótica da racionalidade técnica, traz como representação a ideia de que ela se comprovará na prática. Coloca-se em suspeição a perspectiva de que a teoria pode anteceder à prática. Assumem-se as soluções trazidas pela teoria em movimentos de padrões universais, descontextualizados com modelos que reduzem a complexidade do mundo da vida e do trabalho.

Assim, essa visão polarizada da teoria e da prática não dá conta dessa complexidade e da compreensão da instância epistêmica em que se produzem as teorias, que são recortes de realidade desse mundo. Realidade experimentada em uma relação impermutável de tempo e de espaço e, produzida nas condições e possibilidades dos processos histórico-culturais de cada tempo e de cada espaço, ou melhor, dizendo de cada espaço-tempo (FERNANDES; CUNHA, 2012).

Fernandes e Cunha (2012) ainda mencionam que há uma urgência de uma postura tencionada entre elas, entendendo que a teoria, dialeticamente, está imbricada com a prática. Caso contrário, a teoria tende a se tornar um acúmulo de informações sem uma sistematização que fundamente as evidências colhidas em uma prática refletida que a projete e recrie. Essa relação – dialetizada nas contradições e imprevisibilidades que a realidade complexa, mutante e ambivalente possibilita – faz com que “na prática a teoria seja outra”, exigindo que se mude a teoria para se transformar em prática. O desafio é tomá-las como totalidade, como faces indissociáveis do ato de conhecer.

Visto que, a cisão entre sujeito e objeto, que tem nos coisificado, se reproduz na cisão teoria e prática, como se fora possível construir uma teoria sem que ela tenha passado pelo filtro da prática refletida em seu *locus* sociocultural, ou de uma prática sem reflexão, sem ter um cerne teórico, mesmo que não claramente explicitado (FERNANDES; CUNHA, 2012).

Os autores acima ainda descrevem que o risco de uma teoria geral sem embate com a prática, e esta reduzida a uma ação repetida sem questionamentos,

não só dicotomiza o ato de conhecer, como aliena os sujeitos de seus objetos de estudo para compreensões mais elaboradas e transformadoras. Não se está a defender o praticismo, mas, sim, uma epistemologia da prática que traga a reflexão como um processo dialético e contextualizado nas condições objetivas do mundo da vida e do trabalho.

Entretanto, há que se ter um cuidado epistemológico, como alerta Zeichner (1995), pois há o perigo de tratar a reflexão como um fim em si, sem ter nada a ver com objetivos mais amplos. A reflexão pode, em certos casos, solidificar e justificar práticas de ensino-aprendizagem prejudiciais para os educandos e minar ligações importantes entre a escola e a comunidade.

2.2 Refletindo sobre a formação e trilhando caminhos para a educação superior

Por sua vez, são dilemas que se configuram para a formação inicial, anunciando alguns avanços e constantes desafios. Ao mesmo tempo em que, pode haver um aligeiramento da formação pelo encurtamento do tempo de formação, pode, também, haver avanços no sentido de superação do distanciamento das práticas sociais em que são produzidos os saberes docentes, incluindo maior conhecimento da realidade da escola (MENEZES, 1986).

Ademais, Menezes (1986) diz que são possibilidades concretas que ocorrem através da inserção do educador em formação no campo profissional, já no início do percurso curricular, superando características do modelo da racionalidade técnica. Em adição, cabe à universidade assumir a complexidade dessa formação e a consequente responsabilidade, enquanto campo da formação e da atuação desse profissional como um projeto institucional e não como uma espécie de tarifa que ela paga para poder fazer ciência em paz.

Vale ressaltar que, a universidade é uma instituição social e a intervenção profissional do educador também assume caráter social. Para que este aspecto se efetive na prática, é importante que o processo de formação do educador universitário propicie a compreensão do papel docente, que implica na capacitação pedagógica, reflexão e crítica do mesmo (VEIGA, 2006).

Moreira e Tojal (2009) relatam que na formação do docente de Ensino Superior, especificamente na área da Educação Física, o ambiente de formação do formador (educador que atuará no Ensino Superior, a partir de cursos de Mestrado e Doutorado) é organizado em função da pesquisa e elementos essenciais da formação de um educador como os saberes pedagógicos e didáticos são deixados de lado,inclusive a vivência prática.

Sobre isso, Pimenta e Anastasiou (2002) destacam que além dos conhecimentos específicos, os saberes pedagógicos e didáticos devem ser pré-requisitos para inserir-se no Ensino Superior, pois estes contribuirão para uma ação docente voltada para a necessidade pedagógica dos educandos, respeitando os limites e tempo de ensino-aprendizagem de cada um.

Para Abreu e Masetto (1990) a prática docente deve pautar-se na visão de educação, de homem e de mundo, bem como, nas suas habilidades e conhecimentos, permitindo uma ação docente efetiva que vá além do simples “repasse” de informações do educador para o educando, proporcionando um diálogo entre eles.

Considerando que a atividade docente no Ensino Superior tem como objetivo

a formação humana a partir de procedimentos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes, as concepções de Pimenta e Anastasiou (2002) corroboram com tais inquietações, pois destacam a necessidade de um ensino-aprendizagem que contemple as dimensões conceitual (saber), procedimental (saber fazer) e valorativa (saber ser) de cada conteúdo e não apenas uma delas.

Partindo deste pensamento, a concepção de currículo no Ensino Superior é como um conjunto de conhecimentos, saberes, competências, habilidades, experiências, vivências e valores organizados de forma integrada visando a formação de profissionais competentes e cidadãos, para uma sociedade contextualizada num determinado tempo e espaço histórico, político, econômico e social (MASETTO, 2011).

Lembrando que, Masetto (2011) mostra que as instituições precisam assumir uma gestão diferenciada, com valorização da mudança favorecendo o ensino-aprendizagem dos participantes e do compromisso dos docentes com esse novo projeto, reorganizando o tempo e espaço, revisando a infra estrutura para apoio do projeto, com formação continuada dos educadores, investindo em condições favoráveis aos trabalhos dos docentes do Ensino Superior.

Todavia, o processo de instrução e transmissão de conhecimentos para o processo de ensino-aprendizagem precisa estimular significados para as informações pesquisadas, reconstruindo de modo crítico e chegando a produzir conhecimento; onde não quer dizer só desenvolvimento intelectual, mas desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores (MASETTO, 2011).

Masetto (2011) esclarece ainda que, é fundamental uma nova postura do educador, pois ele também é um aprendiz, requalificado como profissional da educação e com um papel no processo de ensino-aprendizagem de intelectual transformador, crítico e emancipador; planejador de situações de aprendizagens; mediador e incentivador dos educandos em suas aprendizagens; trabalhando em equipe e em parceria com os educandos e com seus colegas educadores, superando o individualismo e a solidão reinantes na docência do Ensino Superior.

No entanto, este perfil profissional é transformado em objetivos educacionais a serem desenvolvidos. Tais objetivos se constituem em parâmetros para a organização de um curso como um todo, inclusive nos cursos de Licenciatura em Educação Física e de todas as atividades programadas, bem como balizamento para as ações dos educadores e dos educandos. Explicita-se assim a intencionalidade do novo processo pedagógico que ganha consideração especial num projeto inovador (MASETTO, 2011).

Como argumenta Masetto (2011), estes objetivos educacionais no Ensino Superior se explicitam numa abrangência mais ampla e mais profunda que possa incluir o desenvolvimento cognitivo dos educandos como também seu desenvolvimento afetivo-emocional, desenvolvimento de habilidades e desenvolvimento de atitudes e valores, ou seja, aproximando o máximo possível a teoria da prática.

Nessa perspectiva, construindo um processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior que se orienta pelos princípios da auto-aprendizagem e da inter-aprendizagem, da aprendizagem colaborativa, da aprendizagem por descoberta com pesquisa, da aprendizagem significativa, da aprendizagem que efetivamente integra a prática profissional com as teorias e princípios que a fundamentam em todo o

tempo de formação (MASETTO, 2011).

No atual contexto, em que as políticas globalizadoras e economicistas pressionam para uma formação rápida e de massas, essa é uma ameaça significativa. Entretanto esse argumento não tem servido para anular a importância de teorias que tomam a epistemologia da prática como eixo articulador da formação. De forma especial, porque foram constantes as denúncias da fragilidade do modelo de formação em que se propunha uma teorização desconectada da prática e do cotidiano dos docentes e educandos (FERNANDES; CUNHA, 2012).

A formação do educador de Educação Física, assim como qualquer outro tipo de formação profissional, é um processo amplo, complexo, e que envolve diversos elementos que influenciam o processo de construção dos saberes docentes. Há elementos do âmbito legal e que condicionam uma boa parte deste processo, como a questão curricular, as disciplinas e os conteúdos. Há também os elementos que fazem parte do cotidiano dos educandos, como a convivência com os colegas e com os educadores, os estágios extracurriculares e a participação em grupos de iniciação científica, que, apesar de não serem quantificados, colaboram para a futura atuação do educador de Educação Física, seja em qual for o âmbito de trabalho, visando uma aproximidade da teoria com a prática (GÜNTHER; MOLINA NETO, 2000).

Como colocam Günther e Molina Neto (2000), o processo de formação do educador do Ensino Superior é um "*continum*", que não se inicia apenas no momento em que este ingressa no curso e também não se encerra ao término deste, mas se estende por toda a sua vida profissional. Desta forma, as experiências vividas no período anterior ao ingresso na graduação podem ser consideradas como o início do processo de formação do educador, visto que estas experiências além de terem relação direta com a escolha pela educação física, também podem influenciar a prática dos futuros educadores.

Bracht (2007) afirma que a Educação Física adentrou, historicamente, no universo acadêmico-científico a partir de dois movimentos: a produção do conhecimento teorizado, que partia das disciplinas científicas (fisiologia, biomecânica, cineantropometria, dentre outras) e a produção do conhecimento como elemento próprio do pesquisador, gerando um cientificismo a partir da intervenção. Contudo, essa condição era fruto de preocupações relacionadas à necessidade de fundamentar a prática pedagógica, mesmo com um caráter biológico.

Assim, uma estratégia da formação é a disciplina de prática de ensino como elemento metodológico, através de observações, para então teorizar sobre a formação como um todo. Entretanto, a experiência da prática docente surge como um elemento importantíssimo do processo de formação inicial dos estudantes de educação física, na qual eles têm a oportunidade de pôr em prática (ou ao menos tentar) toda a gama de conhecimentos adquiridos durante seu processo de graduação (BRACHT, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tanto, de acordo com Gil (2006) foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as condições necessárias na formação de educadores que atuam no Ensino Superior, tendo informações teóricas e práticas durante o curso de Licenciatura em Educação Física.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Discutindo e resultando sobre o ensino superior, inclusive no curso de licenciatura em educação física

Efetivamente, Pimenta, Anastasiou e Cavallet (2001) escrevem que um dos maiores problemas do Ensino Superior é a sua expansão quantitativa, visto que os cursos superiores têm avançado, numericamente, muito mais rápido do que os Programas de Pós-Graduação, que não habilitam pessoal suficiente para atender a demanda.

De fato, observando o crescimento relativo dos cursos de formação de educadores, entre 2001 e 2006, verifica-se que a oferta de cursos de Pedagogia, destinados à formação de educadores polivalentes, praticamente dobrou (94%). As demais licenciaturas tiveram um aumento menor nessa oferta, cerca de 52%. Porém, o crescimento proporcional de matrículas ficou bem aquém: aumento de 37% nos cursos de Pedagogia e 40% nas demais licenciaturas. As universidades respondem por 63% desses cursos e, quanto ao número de matriculados, a maior parte está nas instituições privadas: 64% das matrículas em Pedagogia e 54% das matrículas nas demais licenciaturas (GATTI; BARRETO, 2009).

Na questão que refere à formação de educadores do Ensino Superior é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípuo. A formação de educadores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil (GATTI, 2010).

Conforme Pimenta e Anastasiou (2002), ser educador universitário pressupõe domínio de campos específicos, mas esse domínio deve transcender a ideia de que ensinar, necessariamente, tem como consequência o aprendizado e a vivência prática. Esse domínio requer o estabelecimento de relações com seus significados, e como estes podem ser utilizados no contexto e na vida atual, não bastando o conhecimento aprofundado de um determinado campo, pois o que facilita o ensino-aprendizagem é o saber pedagógico e didático, que conduz o docente a atender às necessidades pedagógicas dos educandos, inclusive nos cursos de Licenciatura em Educação Física.

Outro ponto exponencial no campo da formação de educadores físicos refere-se à incorporação das chamadas epistemologias da prática, que inseriram termos como educador reflexivo e educador investigador e, que estimularam estudos sobre o “educador aprendente”, em uma clara intenção de pesquisar o educador como sujeito epistêmico que vai reconfigurando seus saberes em função dos desafios profissionais que a prática lhe impõe (FERNANDES; CUNHA, 2012).

Os autores acima mencionam que é possível discutir a ideia de uma epistemologia da prática que não se identifique com um praticismo inconsequente, facilmente criticado pela possibilidade de constituir-se afastado da teoria. Nessa perspectiva, os processos de formação docente estariam se fragilizando através do aligeiramento das propostas curriculares.

Fernandes e Cunha (2012) demonstram que a construção de uma profissão e os diferentes componentes envolvidos nela são fatores extremamentes importantes para se compreender o que de fato ocorre dentro de um determinado campo de trabalho. No caso da Educação Física não é muito diferente, pois embora tenha suas particularidades, caminha de maneira similar às demais áreas da docência. Esta questão demanda uma contextualização a respeito dos seus fundamentos, saberes, concepções e prática pedagógica, que lhe dão legitimidade.

A respeito da profissão docente, parece que quando o docente é um "educador universitário", isto socialmente denota um maior *status*. No entanto, muitos destes docentes se definem como biólogos, fisiologistas, matemáticos e não como "educadores", depositando a identidade no conhecimento sobre a sua especialidade (ZABALZA, 2004).

Zabalza (2004) diz que a ideia de que para ser um bom educador universitário é necessário ser um bom pesquisador é verdadeira. Entretanto, não se exclui de ser um bom educador e de se adequar às novas demandas que tem como pressupostos: a reflexão sobre a própria prática, trabalho em equipe, orientação para o mercado de trabalho, ensino planejado a partir do ensino-aprendizagem e da didática e, a recuperação da dimensão ética da profissão.

Direcionando este olhar para a Educação Física, pode-se colocar que é uma área que vem construindo o seu próprio campo de conhecimento e *status* de profissão. Todavia, estes preâmbulos da docência não deixam de ser, também, características da Educação Física, compondo um quadro bastante caótico em que se busca legitimação.

Porém, a questão dos saberes docentes e da prática pedagógica do Ensino Superior perpassa qualquer concepção de ensino ou processo de formação profissional. Entretanto, nem sempre o foco das reflexões contempla estas categorias, levando a enfrentar este desafio como um exercício, na área da Educação Física, em que teoria, prática, ensino, profissão e docência formam um todo (BRACHT, 2007).

Nesse sentido, uma sugestão na tentativa de se buscar subsídios para dar suporte aos educadores de Ensino Superior é embasar em práticas pedagógicas emaranhadas nas tendências de ensino-aprendizagem, porque para Rios (2002) a docência deve mesclar técnica e sensibilidade orientada por princípios éticos e políticos para construção dos "saberes a ensinar" e dos "saberes para ensinar".

A ênfase então para o docente do Ensino Superior nos cursos de Licenciatura em Educação Física seria pensar nos saberes práticos e nos saberes teóricos, que estão presentes nas manifestações curriculares, na estrutura dos cursos, de uma forma ou de outra e rearranjá-los em função de uma formação qualitativa na graduação. No entanto, existem diferentes concepções de saberes que estão expostos nas rotinas (RIOS, 2002).

Sinceramente, de modo geral, o que se pressupõe é um conjunto de saberes que dariam uma sustentação teórico-prático à identidade docente, devendo os mesmos serem contemplados nas propostas curriculares e atendendo as expectativas dos educandos do curso de graduação em Licenciatura em Educação Física (GÜNTHER; MOLINA NETO, 2000).

Outro ponto que deveria ser tomado como relevante é a evidência de que foi garantido um núcleo básico de conteúdos propostos para a graduação de Licenciatura em Educação Física que também foram contemplados, em quase sua

totalidade, na formação do educador de Educação Física, procurando garantir um conhecimento nuclear interdependente, na qual o contexto atual apresenta uma prevalência da teoria ou da prática (GÜNTHER; MOLINA NETO, 2000).

Ademais, o docente do curso em Licenciatura em Educação Física está relacionado a um saber específico do trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio (teoria), que trás subjacente a ele a vivência individual e coletiva de um saber fazer e de um saber ser (prática), incorporando a cultura com seus significados e valores, que é o seu universo simbólico, suas representações de mundo, de educando, de perfil, entre outros (BRACHT, 2007).

No âmbito da Educação Superior é permitido discutir a prática pedagógica e as suas diferentes visões, abarcando-os como algo que teve maior nitidez, no fato de ser uma prática que não se restringe ao fazer, mas que se constitui numa atividade de reflexão que lhe enriquece, estabelecendo uma mediação, principalmente, com a experiência, e podendo envolver afetividade, alegria, sociabilidade, moralidade, etc (BRACHT, 2007).

A relação educandor-educando no Ensino Superior, em alguns momentos, se baseia no direcionamento dos conteúdos, no ensino-aprendizagem, porém muitas vezes é descartada a prática, ou seja, o saber advindo das atitudes e na problematização da aula, mostrando como uma estratégia didática se direciona para a transformação e ora para intencionalidade do ato de ensinar.

Vale ressaltar aqui, um cuidado com os cursos de Licenciatura em Educação Física que estão sendo realizados em Educação a Distância (EaD), pois a sua especificidade necessita que uma formação didática-prática.

O docente do Ensino Superior nos cursos de graduação em Licenciatura em Educação Física deve transmitir conhecimento, mas que não se ignora a importância de uma boa comunicação, de mudanças de estratégias, de possibilidades de aulas diferenciadas, ficando a compreensão da docência como algo que é marcado com fundamentação da teoria e da prática e, entendendo que ambas trabalham como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a formação do educador deve oferecer a possibilidade de olhar para o trabalho que será desenvolvido no Ensino Superior e entender que ele precisa ser significativo para aquele que irá aprender. Assim, precisa de contexto e vinculação com a realidade, desenvolvendo um trabalho profissional competente e comprometido com a formação dos educandos no curso de Licenciatura em Educação Física, possibilitando informações e na construção de conhecimentos teóricos e práticos.

Apontados tais desafios da formação entre teoria e prática, é necessário pensar no todo, visando a promoção da melhoria da qualidade de ensino nos cursos de Licenciatura em Educação Física. Certamente este é um assunto complexo e seria difícil delimitar caminhos definitivos, mas alguns aspectos parecem ser prementes na pesquisa exposta. Visto que, seria de grande valia uma diretriz mais clara sobre a formação (teórica e prática) dos educandos no Ensino Superior.

Dessa forma, é importante ressaltar que os educandos do Ensino Superior precisam compreender tanto a teoria quanto a prática durante o curso de Licenciatura em Educação Física, porque a atuação após a graduação prevalece

com ênfase à prática, na qual ainda é pouco desenvolvida na graduação, na maioria das vezes.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; MASETTO, M. **O professor universitário em aula.** 8 ed. São Paulo: MG. Associados, 1990.

BRACHT, V. O CBCE e a pós-graduação stricto sensu da Educação Física brasileira. In: CARVALHO, Y. M.; LINHALES, M. A. **Política científica e produção do conhecimento em Educação Física.** Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

FERNANDES, C.; CUNHA, M. Formação de professores: tensão entre discursos, políticas, teorias e práticas. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** UFRGS, v. 38, n. 1, jan. 2012.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

GATTI, B.; BARRETO, E. **Professores:** aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GÜNTHER, M.; MOLINA NETO, V. Formação permanente de professores de educação física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: uma abordagem etnográfica. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 72-84, jan-jul, 2000.

MASETTO, M. Inovação curricular no Ensino Superior. **E-curriculum,** São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso: 10 jan. 2017.

MENEZES, L. Formar professores: tarefa da universidade. In: CATANI, D. *et al.* (Org.). **Universidade, escola e formação de professores,** São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 115-125.

MOREIRA, E.; TOJAL, J.; A formação em programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação física: preparação docente versus preparação para pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 127-145, out./dez, 2009.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência no ensino superior:** volume I. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L.; CAVALLET, V. Docência no ensino superior: construindo caminhos. **Educação e Linguagem,** São Bernardo do Campo, v. 4, n. 5, p. 33-49, jan./dez., 2001.

RIOS, T. Competência ou competências – o novo e original na formação de professores. In: ROSA, D.; SOUZA, V. (Org.). **Didática e práticas de ensino:** interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, p.154-172, 2002.

VEIGA, I. Docência universitária na educação superior. In: RISTOFF, F; SEVEGNANI, P. **Docência na educação superior.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p. 85-96.

ZABALZA, M. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Artmed: Porto Alegre, 2004.

ZEICHNER, K. Los profesores como profesionales reflexivos y La democratizacion de la reforma escolar. Congreso Internacional de Didáctica. **Volver pensar La educación.** v. 1, Madri: Ediciones Morata, 1995.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA-SP FRENTE À GESTÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM ECONÔMICA-FINANCEIRA

THE FOOTWARE INDUSTRY FROM FRANCA-SP FACING ENVIRONMENTAL MANAGEMENT: AN ECONOMIC AND FINANCIAL APPROACH

Sessão temática: Área 2: Desenvolvimento e integração regional 2.2
Desenvolvimento ambiental/sustentável

BARBOSA, Vanessa Cintra Alves
Unifran
Mestre em Engenharia de Produção pela UNESP, Especialista em Gestão de cursos EAD pela UFF, Graduada em Administração de empresas pela Uni-FACEF, Graduada em Pedagogia pela UFSJ
vanessinhalves_fr@yahoo.com.br

Resumo

Atualmente, a responsabilidade social e a gestão ambiental são fatores fundamentais a serem considerados na gestão de uma empresa. Com a inserção do desenvolvimento sustentável na agenda dos diversos países e empresas, a comunidade passou a exigir de seus fornecedores uma postura de responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, visto que é urgente a necessidade de racionalizar o uso dos recursos naturais, que são matéria-prima das empresas e que a cada dia estão mais escassos. Dentro deste contexto, este trabalho justifica-se pois traz uma reflexão sobre decisões econômico-financeiras de uma determinada indústria calçadista e que contribuem para a sua gestão sócio-ambiental. A indústria calçadista, pólo industrial bem estruturado e desenvolvido na cidade de Franca, é gerador de resíduos potencialmente perigosos, necessitando descarte específico. Neste contexto, como um dos pilares da sustentabilidade encontra-se o fator econômico, visto que sem ele, os outros (social e ambiental) não se sustentam. Diante desse novo paradigma, definiu-se como objetivo para esta pesquisa abordar juntamente com uma indústria calçadista de Franca quais aspectos econômico-financeiros são empregados para manter a sustentabilidade empresarial. Sendo assim, desenvolveu-se por meio de um questionário pesquisa de campo em uma indústria calçadista de Franca. A metodologia escolhida é o estudo de caso, pois investigou-se uma empresa do ramo calçadista para conhecer suas particularidades com relação às decisões econômico-financeiras tomadas.

Palavras-chave: gestão ambiental e responsabilidade social, gestão financeira, indústria calçadista.

Abstract

Currently, social responsibility and environmental management are key factors

to be considered in the management of a company.With the inclusion of sustainable development on the agenda of several countries and companies, the community began to require their suppliers to a position of responsibility to society and the environment, since it is urgent the need to rationalize the use of natural resources, which are companies raw materials that are scarcer each day. This work is extremely important as it brings a reflection on economical and financial decisions inside an industry footwear and contributes to social-environmental management. The footwear industry, the industrial pole well structured and developed in the city of Franca, is potentially hazardous waste generator, requiring specific disposal. Considering this as one of the pillars of sustainability we find an economic factor, and without the other ones (social and environmental) don't sustain themselves. According to the new paradigm, it was defined as objective to research a footwear industry from Franca which economical-financial aspects are employed to maintain business sustainability. Thus, it was developed a questionnaire inside a footwear industry of Franca. We chose the case study as methodology, as a footwear company was invesgated to know its peculiarities regarding to the economic and financial decisions taken.

Keywords: environmental management and social responsability, business management, footwear industry.

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência dos crescentes problemas ambientais que incidiram mais intensamente no século passado, é crescente a preocupação da sociedade com temas relacionados ao desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, ética, cidadania, inclusão social e direitos humanos. Vários são os estudos que apontam que o meio ambiente não pode mais ser tratado como um sistema isolado, mas sim, em constante interação com os demais onde todos influenciam-se mutuamente.

Segundo Seiffert (2011, p. 54) “no estudo das questões relacionadas ao meio ambiente [...], a visão holística caracteriza o ambiente natural como um sistema que integra diversos elementos ligados e que possuem fluxos de matéria e energia.”

Com essa nova visão do meio ambiente, na qual o pensamento sistêmico é utilizado como forma de compreender o todo, cada parte possui propriedades e princípios comuns de organização e a ação praticada por qualquer indivíduo ou organização, afeta a qualidade de vida de todos à sua volta. Nesse contexto, as empresas se sentiram pressionadas a adotar uma postura que proporcionasse respeito ao meio ambiente, visto que, para elas, o enfoque sistêmico representa uma maneira de analisar o meio ambiente, definir prováveis panoramas no cenário de longo prazo, com base nos objetivos organizacionais, estabelecendo-se estratégias para alcançá-los.

Sendo assim, definiu-se a pergunta que guiará a elaboração deste trabalho: “quais são os investimentos realizados em gestão ambiental e responsabilidade social da empresa pesquisada?”.

Diante desse novo paradigma, definiu-se como objetivo para esta pesquisa abordar juntamente com uma indústria calçadista de Franca quais aspectos

econômico-financeiros são empregados para manter a sustentabilidade empresarial, no que tange a ações e recursos financeiros destinados à responsabilidade social e ambiental. Sendo assim, pretende-se por meio de um questionário com perguntas fechadas realizar uma pesquisa de campo em uma indústria calçadista de Franca. A metodologia escolhida é o estudo de caso, pois pretende-se investigar a empresa para conhecer suas particularidades com relação às decisões econômico-financeiras tomadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sob o prisma do Instituto Ethos[1] (apudRAMALHO, 2006) a responsabilidade social pode ser definida como uma forma de conduzir os negócios da empresa, de maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Uma organização socialmente responsável possui a habilidade de ouvir os interesses das diversas partes (prestadores de serviços, colaboradores, acionistas, comunidade, governo, consumidores, meio-ambiente) e incorporá-los no planejamento de suas atividades, na busca de atender aos interesses de todos, e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Sendo assim, para Ashley et al (2003, p. 7) a organização "assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos". Neste sentido, o conceito de responsabilidade social empresarial é freqüentemente associado ao desenvolvimento sustentável, pois as atividades associadas a ele refletem as três dimensões da sustentabilidade; também conhecido como *triple bottomline*: a econômica, a ambiental e a social.

Por muito tempo, a responsabilidade social empresarial foi entendida como a adoção de ações isoladas e de engajamento comunitário e ambiental como: doação de alimentos a grupos carentes, financiamento de reformas em uma instituição escolar, plantação de mudas de árvores, dentre outros. No entanto, as empresas vêm mudando sua postura e as ações de RSE estão se tornando cada dia mais institucionalizadas, substituindo medidas emergenciais e práticas avulsas de sensibilidade sócio-ambiental.

Para Chiavenato (2013, p. 2) atualmente o mundo "é uma sociedade institucionalizada e composta por organizações". Todas as atividades relacionadas com a produção de bens e prestação de serviços necessitam ser "planejadas, coordenadas, dirigidas, executadas e controladas pelas organizações." O autor ainda salienta que administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa (empresas em geral) ou não lucrativa (entidades filantrópicas, Organizações não Governamentais, serviços públicos, etc).

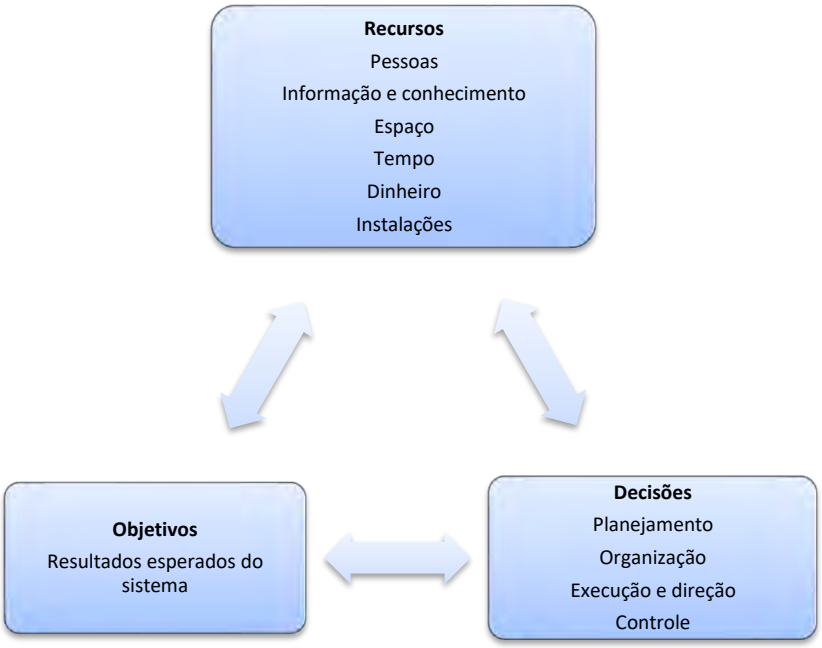
Complementando, Maximiano (2015, p. 25) define a administração como "um processo ou atividade dinâmica, que consiste em tomar decisões sobre objetivos e

[1] O Instituto Ethos é uma organização não governamental que visa mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais sustentável, justa e ética. Informações disponíveis na homepage do Instituto ETHOS: <http://www.ethos.org.br>.

recursos. O processo de administrar (ou processo administrativo) é inerente a qualquer situação em que haja pessoas utilizando recursos para atingir algum tipo de objetivo". Diante deste paradigma, a finalidade da administração é "garantir a realização de objetivos por meio da aplicação de recursos".

Dentro deste processo de administração, o administrador deve tomar decisões sobre objetivos e recursos, conforme mostra a figura 1.

Figura 1 – Administração como processo de tomar decisões sobre objetivos e recursos



Fonte: Maximiano (2015, p. 25)

Como se pode observar na figura 1, o processo de administração envolve a tomada de decisões sobre a utilização de recursos na busca pelo atendimento dos objetivos definidos pelas empresas. Sendo assim, o administrador de empresas, para viabilizar a criação e manutenção de um empreendimento, necessita tomar constantes decisões com relação aos recursos financeiros (dinheiro) da empresa.

Para tanto, é necessário conhecer e utilizar ferramentas de planejamento financeiro, com vistas a melhor empregar estes recursos dentro da organização, bem como utilizar-se de métodos de análise financeira, visto que estes são imprescindíveis para entender a conjuntura hodierna do negócio, bem como para avaliar o mercado e a alternativa de expansão, manutenção da estrutura atual ou criação de um novo empreendimento.

Neste contexto Assaf Neto (2015, p. 28) salienta que o administrador financeiro trabalha em um campo de estudo teórico e prático com vistas a garantir o "melhor e mais eficiente processo empresarial de captação e alocação de recursos de capital". Assaf Neto ainda afirma que o administrador financeiro "deve identificar as melhores oportunidades de aplicação disponíveis e formar uma equilibrada posição de risco nas diversas decisões financeiras tomadas pela empresa" (2003, p. 65).

Segundo Brigham e Houston (1999) a administração financeira (que é um campo das finanças[2]) é importante para todos os segmentos de negócios e abrange decisões tanto de ampliações de empreendimentos quanto da forma de captação de recursos para financiar esta ampliação.

Sendo assim, é fundamental ao administrador financeiro entender o funcionamento dos mercados, dos rendimentos, dos instrumentos financeiros, do comportamento esperado das políticas econômicas. É necessário ter uma "visão crítica mais acurada e global da empresa" (ASSAF NETO, 2015, p. 28).

Seguindo os novos paradigmas, a responsabilidade social também vem adquirindo força frente aos consumidores, que passam a exigir essa postura por parte das empresas. Esta visa o fortalecimento da imagem institucional por meio de um relacionamento ético com seus stakeholders (fornecedores, investidores, colaboradores, consumidores, governo e comunidade). Ashley (2003) define a responsabilidade social como um compromisso da organização para com a comunidade, que pode ser expressa por meio de atitudes que a afetem de forma positiva, agindo assim proativamente, desempenhando coerentemente o seu papel e na prestação de contas para com ela. Tachizawa (2015) salienta a necessidade de um contínuo aperfeiçoamento dos processos organizacionais, de forma que eles resultem numa melhoria da qualidade de vida da comunidade, nos aspectos ético, social e ambiental.

Para Seiffert (2011) a abordagem sistêmica deve ser utilizada não só para compreender o conjunto dos elementos envolvidos em uma determinada situação, mas também para fornecer alternativas de atuação junto aos mesmos. A complexidade do entendimento dos sistemas não está associada somente à compreensão de cada sistema isoladamente, mas em compreender as dinâmicas e inter-relações entre os mesmos, tanto os naturais quanto aqueles criados pelo homem.

> Sendo uma forma de análise da realidade, a abordagem sistêmica, enquanto concepção holística, revela-se adequada para a análise dos sistemas ambientais físicos, pois seus conceitos e noções possibilitam uma visão de mundo integradora e a compreensão da estrutura, da organização, do funcionamento e do desenvolvimento dos sistemas (SEIFFERT, 2011).

Todas as inovações tecnológicas surgem para acompanhar o novo ambiente competitivo global que está sendo implementado, no qual o cliente adquire um posicionamento exigindo das empresas não apenas preço e qualidade dos produtos, mas principalmente, o comportamento sócio-ambiental responsável. Para as organizações um desafio é lançado: fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num quadro harmonioso de regulamentação, na busca de satisfazer os clientes que desejam "interagir com organizações que sejam éticas e tenham boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma ecologicamente responsável."(TACHIZAWA, 2015, p. 23).

A postura dos clientes, em particular, e da sociedade, em geral, evoluiu de uma completa indiferença para com o meio ambiente, uma vez que utilizava

[2] De acordo com Brigham e Houston (1999, p. 3), o campo das finanças está segmentado em três áreas inter-relacionadas: (1) mercados monetários e de capital, que trata dos mercados de títulos e das instituições financeiras; (2) investimentos, que focaliza as decisões dos investidores – tanto indivíduos como instituições – quanto aos títulos para suas carteiras de investimentos; e (3) administração financeira, que envolve a efetiva administração de uma empresa.

recursos sem visualizar o seu esgotamento futuro, para assumir uma atitude ecologicamente responsável, exigindo cada dia mais das organizações a atuação ambientalmente correta. Essa tendência de preservação ambiental e ecológica por parte das organizações deve continuar de forma permanente e definitiva de acordo com Tachizawa (2015). E as empresas que não se adequarem a esse novo paradigma certamente terão dificuldades para entrar ou se manter de forma competitiva no mercado.

A necessidade da gestão ambiental nas indústrias apóia-se em um dos conceitos abordados por Kinlaw (apud SEIFFERT, 2011), que menciona, as definições do desenvolvimento sustentável:

a) igualdade: todos devem ter oportunidade de melhorar seu bem-estar econômico, tanto das gerações presente quanto das gerações futuras;

b) administração responsável: os processos produtivos e financeiros devem ser elaborados de forma a causar o menor impacto no meio ambiente, sendo responsáveis com o objeto de suas ações;

c) limites: devem ser observados os limites dos recursos naturais renováveis e não renováveis e a intervenção do ser humano sobre os ecossistemas;

d) comunidade global: os prejuízos ambientais atingem a todos, portanto é preciso uma cooperação internacional com o intuito de reparar danos e evitar que mais prejuízos sejam causados, a fim de assegurar o desenvolvimento seguro no futuro;

e) natureza sistêmica: deve-se considerar para o desenvolvimento, os relacionamentos entre ecossistemas naturais e a atividade humana. (KINLAW apud SEIFERT, 2011, p. 22).

Quando surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, passou-se a analisar o desenvolvimento aliado à conservação do meio ambiente, pois se concluiu que não há conflito entre esses dois fatores, e “no conceito de conservação está implícito o uso racional de um recurso qualquer, o que pressupõe um manejo de forma a obter rendimentos economicamente viáveis, garantindo, todavia, sua renovação e auto-sustentação.”, ou seja, garantir o princípio da equidade. De acordo com a autora, é importante compreender dois conceitos empregados na discussão da relação meio ambiente e desenvolvimento. O conceito de conservação, que foi abordado acima e o conceito de preservação que é mais restrito, significando a ação de proteger contra a degradação um ecossistema ou área geográfica ou espécies de animais. (KINLAW apud SEIFERT, 2006, p. 20).

Para Donaire (1999) cada vez mais a questão ambiental é assunto de destaque, pois com a globalização, a internacionalização do conceito de qualidade ambiental através da NBR ISO 14001:1996 e a conscientização dos consumidores, é possível concluir que será ainda maior a exigência de uma postura de conservação do meio ambiente por parte das empresas. E com esse novo paradigma, a questão ambiental deve ser tratada nas organizações de maneira séria e objetiva, de acordo com Martinelli (2003), passando a apresentar uma visão de longo prazo, evidenciando estratégias consistentes dos negócios, deixando de lado visões de curto prazo. De acordo com Martinelli e Cotrin,

> É fundamental que as empresas considerem a importância da internacionalização da variável ecológica de forma efetiva no dia a dia das suas atividades e não apenas de forma isolada, somente em momentos, ou numa visão parcial de alguns dos setores envolvidos na sua gestão. (MARTINELLI e COTRIN, 2003, p. 5)

A variável ambiental deve ser inserida nas empresas como uma forma de atuar efetivamente na questão do meio ambiente, integrando-a na estratégia de negócios através de uma política ambiental[3], tornando a organização e todo o seu processo produtivo viável e sustentável. De acordo com Martinelli, as diretrizes da ISO 14004 afirmam ser a política ambiental uma declaração da empresa que expõe suas intenções e princípios com relação à questão ambiental e provê uma estrutura de ação e definição de objetivos e metas ambientais. (MARTINELLI e COTRIN, 2003, p. 6). Neste contexto, apresenta-se no próximo tópico as considerações da pesquisa de campo.

Os resíduos gerados pelos setor coureiro-calçadista são ricos em cromo trivalente e em cromo hexavalente (SOUSA, 2006) e a sua destinação é vista como nociva pela legislação ambiental. Analisando-se sob o ponto de vista nutricional, o cromo trivalente é importante para o organismo quando absorvido em pequenas quantidades. Já o cromo hexavalente é altamente tóxico, tendo "efeito acumulativo no organismo especialmente nos tecidos moles do corpo, como fígado, rins, seios, próstata, útero, sistema respiratório, coração, dentre outros" (ALVES, CULTRI e BARBOSA, 2008). No entanto, mesmo enquanto matéria-prima para calçados e afins o uso de couro que contém cromo ainda é muito frequente no atual mercado brasileiro.

> Os resíduos que contêm cromo causam significativos impactos ao meio ambiente, pois possuem alto poder de contaminação através, por exemplo, da contaminação dos lençóis freáticos, rios e reservatórios que abastecem as cidades. Enquanto resíduo no estado sólido, se disposto inadequadamente no solo favorece a permanência do cromo ao longo de cadeias alimentares, que se iniciam na absorção pelas plantas que servirão de alimento ao homem. (ALVES, CULTRI e BARBOSA, 2008).

Segundo a norma NBR 10.004, que dispõe sobre a classificação de Resíduos Sólidos, o cromo da indústria coureiro-calçadista está classificado na lista de materiais perigosos devido a sua periculosidade tóxica, conforme tabela 1.

[3] De acordo com Martinelli, as diretrizes da ISO 14004 afirmam ser a política ambiental uma declaração da empresa que expõe suas intenções e princípios com relação à questão ambiental e provê uma estrutura de ação e definição de objetivos e metas ambientais. Op. Cit. p. 6.

Tabela 1 – Classificação de Resíduos Perigosos, codificados a partir de suas características e de fontes geradoras específicas; e Limite máximo de Concentração no extrato obtido no ensaio de lixiviação, segundo a NBR 10.004.

Fonte geradora	Código de identificação	Resíduo perigoso	Constituintes perigosos	Características de periculosidade
Indústria coureira calçadista	K193	Aparas de couro provenientes de couros curtidos ao cromo	Cromo hexavalente	Tóxico
	K194	Serragem e pós de couro provenientes de couros curtidos ao cromo	Cromo hexavalente	Tóxico
	K195	Lodos provenientes do tratamento de efluentes líquidos originados no processo de curtimento de couros ao cromo	Cromo hexavalente	Tóxico
Inorgânico	**Parâmetro**	**Código de identificação**	**Limite máximo no lixiviado 8G/L**	**CAS – *ChemicalAbstratSubstance***
	Cromo total	D009	5,0	7440-47-3

Fonte: Cultri (2008, p. 44).

A periculosidade de um resíduo se dá em função de suas propriedades físicas, químicas ou infecto-contagiosas que apresentam risco à saúde pública quando manuseados ou destinados no meio ambiente de forma inadequada provocando ou acentuando a incidência de doenças e riscos. A caracterização de toxicidade, segundo a ABNT NBR 10007, apresenta as seguintes propriedades:

> a) quando o extrato obtido desta amostra, segundo a ABNT NBR 10005, contiver qualquer um dos contaminantes em concentrações superiores aos valores constantes no anexo F. Neste caso, o resíduo deve ser caracterizado como tóxico com base no ensaio de lixiviação, com código de identificação constante no anexo F;
> b) possuir uma ou mais substâncias constantes no anexo C e apresentar toxicidade. Para avaliação dessa toxicidade, devem ser considerados os seguintes fatores:
> — natureza da toxicidade apresentada pelo resíduo;
> — concentração do constituinte no resíduo;
> — potencial que o constituinte, ou qualquer produto tóxico de sua degradação, tem para migrar do resíduo para o ambiente, sob condições impróprias de manuseio;
> — persistência do constituinte ou qualquer produto tóxico de sua degradação;
> — potencial que o constituinte, ou qualquer produto tóxico de sua degradação, tem para degradar-se em constituintes não perigosos, considerando a velocidade em que ocorre a degradação;
> — extensão em que o constituinte, ou qualquer produto tóxico de sua degradação, é capaz de bioacumulação nos ecossistemas;
> — efeito nocivo pela presença de agente teratogênico, mutagênico, carcinogênco ou ecotóxico, associados a substâncias isoladamente ou decorrente do sinergismo entre as substâncias constituintes do resíduo;
> c) ser constituída por restos de embalagens contaminadas com substâncias constantes nos anexos D ou E;
> d) resultar de derramamentos ou de produtos fora de especificação ou do prazo de validade que contenham quaisquer substâncias constantes nos anexos D ou E;

> e) ser comprovadamente letal ao homem;
> f) possuir substância em concentração comprovadamente letal ao homem ou estudos do resíduo que demonstrem uma DL50 oral para ratos menor que 50 mg/kg ou CL50 inalação para ratos menor que 2 mg/L ou uma DL50 dérmica para coelhos menor que 200 mg/kg.
> Os códigos destes resíduos são os identificados pelas letras P, U e D, e encontram-se nos anexos D, E e F (NBR 10004)

Segundo Alves, Cultri e Barbosa (2008)

> Um exemplo do problema de disposição inadequada de resíduos contendo cromo foi comentada por Palermo (2001, p. 40), segundo o autor, um curtume (denominado Curtume A), distante cerca de 400 Km de Franca-SP, "transformou áreas de terras agricultáveis em um quase inútil solo salino-sódico, devido à deposição por anos seguidos de efluentes sem qualquer controle ou preocupação ambiental". Uma observação feita pelo autor refere-se à dificuldade de recuperação da área, visto que demanda altos investimentos, e possui dificuldades tecnológicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Silva e Menezes (2005), a "pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo".

Sendo assim, este trabalho utiliza a pesquisa aplicada para "gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidas à solução de problemas específicos" (SILVA; MENEZES, 2005), envolvendo verdades e interesses locais. Para essa pesquisa, isso se refere à indústria de calçados visando identificar os principais investimentos em aspectos sociais e ambientais.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e visa entender a relação dinâmica entre a empresa e os investimentos em aspectos sócio-ambientais. Neste contexto, há um problema que necessita ser entendido em suas particularidades e interpretado na perspectiva dos envolvidos e no contexto em que ocorrem, uma vez que o problema não pode ser traduzido em números (SILVA; MENEZES, 2005).

Esta pesquisa é exploratória, de acordo com Gil *et al.* (1999), visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito e construir hipóteses. Para tanto, utilizou-se como procedimento técnico o estudo de caso, que envolve o estudo profundo da indústria pesquisada para que se possa conhecer como a empresa investe nos aspectos sócio-ambientais.

Segundo Scharamm *el al.* (1971), a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas, com quais resultados.

Neste contexto, como método, escolheu-se o estudo de caso, que segundo Yin *et al.* (2013), contribui para a compreensão de fenômenos organizacionais, permitindo assim identificar na empresa pesquisada e em seus empreendedores os principais investimentos em fatores sociais e ambientais. Desta maneira, utilizou-se o estudo de caso descritivo.

Os estudos de natureza descritiva propõem investigar o "que é", ou seja, a

descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo (RICHARDSON, 1999).

Dessa maneira, tomou-se como instrumento de pesquisa para alcançar os objetivos propostos, um questionário com perguntas fechadas e que visam identificar os principais investimentos que a empresa realiza nas áreas social e ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada foi feita em uma indústria calçadista de Franca, importante pólo de produção de calçados no Brasil. Franca em 1820 possuía 14 sapateiros (SINDIFRANCA, 2017), remontando a esta época o nascimento deste pólo calçadista. Em 1960 houve a industrialização da indústria e na década de 1970 a cidade passou a realizar exportações. Dados de 2016 apontam que as indústrias francanas produzem 33 milhões de pares, distribuídos em 467 fábricas e 265 prestadores de serviços relacionados. Desta maneira, Franca torna-se um dos principais pólos calçadistas do país, respondendo por 64% das exportações de calçados e 41% dos empregados no setor no Estado de São Paulo (TIENGO, 2016).

A empresa pesquisada possui entre 50 e 249 funcionários, sendo enquadrada de acordo com o SEBRAE como de médio porte. A empresa está há 26 anos no mercado, tem uma produção diária de 501 a 1.000 pares de calçados, dos quais 10 % são destinados à exportação. O entrevistado faz parte da diretoria da empresa, e está na empresa desde sua fundação.

Quando questionado sobre a divulgação dos resultados financeiros aos colaboradores e o custeio de cursos para os funcionários, o entrevistado informou que estes itens são feitos com certa regularidade. A empresa também possui participação nos lucros.

Com relação aos EPI's, a empresa faz sua adoção e frequentemente realiza a conscientização sobre a importância do seu uso, já que este é um setor que apresenta riscos à saúde dos colaboradores.

A empresa também adota equipamentos ergonômicos e oferece aos colaboradores vale transporte, refeitório, auxílio financeiro quando os colaboradores precisam saldar despesas por problemas de saúde familiar. A empresa não paga plano de saúde, não faz checkups periódicos e não oferece ajuda a dependentes químicos.

Quando questionado sobre o primeiro fator a ser analisado quando é necessário diminuir custos, o entrevistado informou que são os custos operacionais ligados à produção, já que a área produtiva é aquela que mais apresenta custos e podem ser fatores de desperdícios.

Na contratação de fornecedores, a empresa analisa apenas fatores como qualidade, preço e prazo, não possuindo assim uma política de avaliação destes fornecedores com relação ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal.

Com relação à certificação, a empresa pretende buscar a ISO 9.000, o selo de Empresa Amiga da Criança, e os selos da Fundação Abrinq.

Apesar da periculosidade gerada pelos resíduos das indústrias calçadistas, o gestor acredita que raramente são gerados impactos ambientais negativos, já que a empresa possui uma política de destinação adequada dos resíduos por meio da

parceria com empresas que fazem o descarte.

No gerenciamento dos aspectos ambientais, a empresa investe 0,8% do seu faturamento na minimização da geração de resíduos, 1% na redução de desperdícios de matéria-prima, 3% para evitar emissão de ruídos ou vibrações, 2% para evitar a emissão de odores e poeira, 2% na geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos. A empresa pretende investir ainda na manutenção da qualidade das águas subterrâneas e mananciais e no consumo de água e energia no processo produtivo.

Na disponibilização de recursos e setores para o gerenciamento ambiental, a empresa possui pessoas que cuidam dos aspectos ambientais mas estes funcionários desempenham outras funções, sendo assim, a empresa não possui um departamento específico de gestão ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico permitiu verificar a importância do tripé das responsabilidade social, que contempla aspectos sociais, ambientais e financeiros.

Também verificou-se que a indústria calçadista de Franca, embora tenha uma expressividade na geração de empregos no setor no Estado de São Paulo possui ainda uma geração de resíduos que são altamente perigosos e prejudiciais à saúde quando dispostos de maneira inadequada.

Neste contexto, pesquisou-se a indústria escolhida para este estudo e verificou-se que a empresa investe em aspectos sociais, principalmente aqueles ligados à segurança do colaborador no ambiente de trabalho.

Com relação aos aspectos ambientais, ainda é insipiente a disponibilização de recursos, embora a empresa invista em aspectos como a minimização do uso de matéria-prima, emissão de resíduos e poeira e na geração dos resíduos. Do seu faturamento, o item que mais se destaca com relação ao investimento é na emissão de ruídos e vibrações, já que a fábrica precisa de tratamentos específicos com relação à acústica principalmente no setor de corte que gera muitas vibrações e ruídos, e também no pesponto necessitando do uso de EPI´s.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10004**. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.abnt.org.br/m5.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.

_____. **NBR 10007**. Amostragem de resíduos. Rio de Janeiro, 2004.

ALVES, Vanessa Cintra. **Análise das práticas de gestão ambiental e de responsabilidade social aplicada à indústria do couro em Franca-SP.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2009.

ALVES, Vanessa Cintra; CULTRI, Camila; BARBOSA, Agnaldo Sousa. Resíduos industriais perigosos: prospecções qualitativas para o uso do free cromo na cadeia produtiva coureiro-calçadista. In: Simpósio de Engenharia de Produção, 2008, Bauru. **Anais...** Bauru, 2008. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/>. Acesso em dez. 2008.

ASHLEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**.

São Paulo: Saraiva, 2003.
ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Tradução de Maria Imilda da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
MARTINELLI, Dante P.; COTRIN, Valéria Belluomini. **A busca da competitividade através da integração da variável ambiental à estratégia de negócios.** Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Texto para discussão, Ribeirão Preto, 2003.
MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena (organizadores). **Visão sistêmica e administração:** conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
RAMALHO, Luciano da Silva. **Práticas de gestão com contribuição para a responsabilidade social corporativa:** estudo de caso em uma empresa de energia. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A., 1999.
SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. *ISO 14001 sistemas de gestão ambiental:* implantação objetiva e econômica. 4. ed São Paulo: Atlas, 2011. p. 54.
SILVA, E. L. DA; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.
SINDIFRANCA. Disponível em: http://www.sindifranca.org.br/setor-calcadista.html. Acesso em: 19 mar. 2017.
SOUSA, Joana D´arc Félix de. **Reaproveitamento de resíduos sólidos classe 1 de curtumes, fábricas de calçados e artefatos**. Projeto de Pesquisa. Franca, 2006.
TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed São Paulo: Atlas, 2015.
TIENGO, Rodolfo. Indústrias de Franca atingem menor produção de calçados em 5 anos. **G1 Ribeirão e Franca.** 25 jan. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/01/industrias-de-franca-atingem-menor-producao-de-calcados-em-5-anos.html. Acesso em 19 mar. 2017.
YIN, R. K. **Case Study Research: Design and Methods**. 5. ed. [s.l.] SAGE Publications, 2013, 2013.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A INFORMAÇÃO COMO COMPONENTE ESTRATÉGICO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NO SETOR DO AGRONEGÓCIO

THE INFORMATION AS STRATEGIC COMPONENT IN THE DECISION-MAKING PROCESS IN THE AGRIBUSINESS SECTOR

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

JACOBINO, Francielle
Faculdade Católica de Marília (FACAP)
Pós-Graduada em Gestão Estratégica de Pessoa
E-mail: francielle.jacobino@hotmail.com

MORENO, Carlos Eduardo
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento
E-mail: dudubr_99@hotmail.com

MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutor em Engenharia de Produção
Doutor em
E-mail: joao@tupa.unesp.br

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Universidade Estadual Paulista (UNESP)/ Faculdade Católica de Marília (FACAP)
Doutorando em Ciência da Informação
E-mail: bitencourt@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é discutir a importância da informação como componente estratégico no processo de tomada de decisão no agronegócio de maneira a proporcionar maior competitividade às empresas que a utilizam. Para isso, essa pesquisa tem uma abordagem exploratória e utilizou a pesquisa bibliográfica para o levantamento do conteúdo em diversas fontes, incluindo periódicos, teses e dissertações, livros e anais de congressos nacionais e internacionais. A informação está presente em todas as atividades organizacionais e entendê-la é fundamental para as empresas, pois possibilita decisões mais assertivas e competentes. A informação muda o estado da organização, a partir da utilização de avaliação e do seu processamento, proporcionando a competência para resolução de problemas. O setor do agronegócio reúne características como clima da natureza, políticas públicas e exigência dos consumidores que o torna mais complexo que a maioria das organizações, quando se trata de estratégias. Desse modo, os empresários/gestores rurais não podem tomar decisões baseados apenas em suposições ou crenças passadas, mas sim utilizar a informação a seu favor, conseguindo agir com maior competência em todas as suas atividades, tornando-se mais competitivos.

Palavras-chave: Informação, Tomada de decisão, Agronegócio.

Abstract

The objective of the present article is to discuss the importance of information as a strategic component in the decision making process in agribusiness in order to provide greater competitiveness to the companies that use it. To do so, this research has an exploratory approach and has used bibliographical research to collect content from several sources, including periodicals, theses and dissertations, books and annals of national and international congresses. Information is present in all organizational activities and understanding it is fundamental for companies, as it enables more assertive and competent decisions. The information changes the state of the organization, from the use of evaluation and its processing, providing the competence to solve problems. The agribusiness sector brings together characteristics such as nature's climate, public policies and consumer demand that make it more complex than most organizations when it comes to strategies. In this way, rural entrepreneurs / managers can't make decisions based only on past assumptions or beliefs, but rather use the information in their favor, being able to act more competently in all their activities, becoming more competitive.
Keywords: Information, Decision-making, Agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

No agronegócio, os desafios para as empresas e os empresários rurais são muitos, e o sucesso ou fracasso das atividades está ligado diretamente aos fatores climáticos, às políticas públicas e aos desejos dos consumidores (KAY; EDWARDS; DUFFY, 2014).

Por isso, tomar decisões é fundamental para que as organizações rurais se tornem competitivas no mercado em que atuam. Segundo Valentim (2008), a tomada de decisão, seja ela individual ou coletiva, necessita de dados, de informação e de conhecimento ligado à prática, o que significa que cada decisão pode alterar sobremaneira o futuro da organização.

Segundo Jorge e Valentim (2015), é papel das organizações possuir habilidades e competências com as informações disponíveis tanto no ambiente interno, por meio dos colaboradores em suas atividades cotidianas, e dos procedimentos e atividades, quanto no ambiente externo, por meio das ações de clientes, fornecedores, governo, concorrentes, entre outros.

O uso da informação para o sucesso do empreendimento rural é fundamental, pois o resultado da sua incorporação no dia-a-dia da organização pode modificar do o conhecimento das pessoas ou suas habilidades em realizar atividades, escolhas e o próprio processamento da informação, com objetivo de encontrar respostas, solucionar problemas, tomar decisões, negociar um posicionamento ou compreender circunstâncias (CHOO, 2003).

Neste sentido, para tomar decisões assertivas o empresário rural precisa utilizar informações de cunho estratégico, não só em relação à produção, mas também da área comercial (de marketing), financeira, pessoal (recursos humanos) e estoque, que, devido algumas características que o setor apresenta, como clima, meio ambiente, perecibilidade da produção e demandas dos consumidores, o uso da informação pode minimizar as incertezas e proporcionar decisões mais concretas e competentes.

A partir disso, o objetivo do presente artigo é discutir a importância da informação como componente estratégico no processo de tomada de decisão no setor do agronegócio, de maneira a proporcionar maior competitividade.

Este artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. A próxima seção apresenta o referencial teórico utilizado para embasar a discussão, discutindo temas sobre gestão da informação, o processo de tomada de decisão e a importância do agronegócio, além de abordar o uso das informações nas tomadas de decisão para este setor. A terceira seção apresenta a metodologia adotada nesta pesquisa. Em seguida são apresentados os resultados e a discussão acerca do tema proposto e, por fim, a última seção trata das considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gestão Estratégica da Informação

Direta ou indiretamente, a informação está presente nos processos organizacionais e sua importância é crescente, tornando-se um dos principais ativos das organizações. A informação tem papel fundamental nas atividades tática, operacional e estratégica, independentemente da área ou do processo organizacional. Por isso, processá-la e disseminá-la de forma ágil e eficaz, garante tomadas de decisões mais rápidas e assertivas, e consequentemente, mais competitividade no mercado.

Por se tratar de um componente intrínseco a quase toda a organização, para Choo (2003), as empresas não são capazes de perceber a importância das fontes e tecnologias de informação, se não houver a compreensão dos processos organizacionais pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação.

Criar um fluxo de informações eficaz é desafiador, partindo do pressuposto de que a organização é composta por diferentes sujeitos organizacionais com acesso à informação, e que são responsáveis por difundi-las, considerando que “dentro de uma organização, a comunicação para o fluxo de informações pode envolver diferentes grupos, processos, pessoas, canais de comunicação e assim por diante” (DURUGBO; TIWARI; ALCOCK, 2013, p.598).

Os fluxos informacionais processados de forma inadequada, a falta ou excesso de informação, resultam em tomadas de decisões imprecisas, fato que torna a gestão estratégica da informação fundamental para que as organizações se destaquem no mercado. Segundo Rezende (2001), a formulação estratégica de qualquer negócio inicia-se com as informações disponíveis, e a depender da qualidade da informação processada, a estratégia pode ser comprometida. Nesse sentido, Santos (2000, p.1) destacou que “o tomador de decisões necessita de informações relevantes, mas, antes de tudo, precisa de dispositivos de filtros, pois está exposto a uma massa infinita de informações irrelevantes, muitas delas, que ele mesmo solicitará”.

A informação pode ser conceituada como “o conjunto de dados que, se fornecido sob forma e tempo adequados, melhora o conhecimento da pessoa que recebe, e a habilita a desenvolver melhor determinada atividade, ou a tomar decisões melhores” (CARVALHO, 2000, p.37).

Assim, é fundamental que a informação acompanhe os diferentes níveis gerenciais, pois os sistemas de informação (SI) podem ser classificados de acordo com o nível hierárquico (LAUDON; LAUDON, 2004). Os autores destacaram, ainda, que além dos níveis estratégico, tático e operacional, há um quarto nível, chamado de nível de conhecimento, que se situa entre os níveis tático e operacional, conforme

ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Categorias do Sistema de Informação

Fonte: Adaptado Laudon e Laudon (2004, p.40).

A tomada de decisão é considerada a função que caracteriza o desempenho dos gestores, e independentemente da decisão tomada, ela deve resultar de um processo formalizado e sistematizado, que buscará resolver um problema a partir de um levantamento de dados, da produção de informação, do estabelecimento de propostas de soluções, da escolha da decisão e implementação da mesma, seguido da análise dos resultados obtidos (GUIMARÃES; ÉVORA, 2004). Neste sentido, os sistemas de informação fornecem suporte à tomada de decisão.

2.2. Tomada de decisão

Nas organizações a tomada de decisão é um processo que deve ser entendido pelos gestores e partes interessadas antes de ser adotado, que ultrapassa julgamentos baseados em decisões não racionais, e é incremental, isto é, envolve fatores de eventos passados, circunstâncias atuais e perspectivas futuras, apoiado, muitas vezes por Sistemas de Informação (NOORAIE, 2012, apud TENÓRIO; SILVA; DACORSO, 2014).

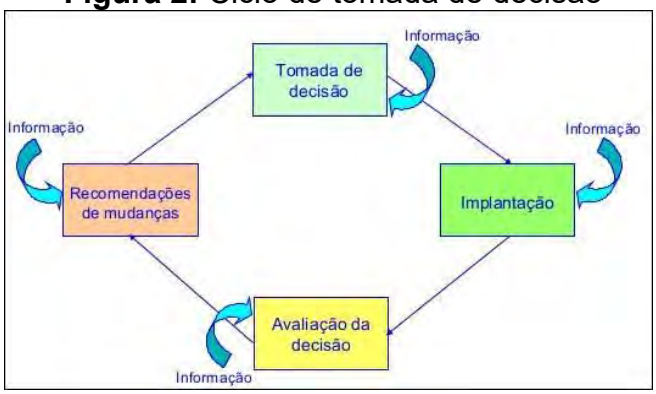
Maximiano (2009, p.58), defende que as decisões são tomadas para resolver problemas ou aproveitar oportunidades.

> [...] O processo de tomar decisão começa com uma situação de frustração, interesse, desafio, curiosidade ou irritação. Há um objetivo a ser atingido e apresenta-se um obstáculo, ou acontece uma condição que se deve corrigir, ou está ocorrendo um fato que exige algum tipo de ação, ou apresenta-se uma oportunidade que pode ser aproveitada.

De acordo com Abramczuk (2009, p. 27), a decisão trata-se:

> [...] Ato ou efeito de decidir. Decidir significa escolher uma dentre várias alternativas de ação que se oferecem para alcançar determinado propósito e renunciar a todas as outras. Toda decisão é, portanto, um processo que envolve simultaneamente escolha e renúncia (ABRAMCZUK, 2009, p. 27).

Figura 2: Ciclo de tomada de decisão



Fonte: Cassaro (1995, p. 45).

De acordo com modelo proposto por Cassaro (1995), representado na figura 2, a informação é insumo básico no processo de tomada de decisão, sendo indispensável dispor de informações confiáveis em todo processo de tomada de decisão de forma adequada e em tempo certo, para que as decisões sejam tomadas de forma eficiente e eficaz.

A informação está presente em todos os processos organizacionais, inclusive no processo decisório e é fundamental para alcançar os resultados que a empresa busca. Para Moresi (2000, p.24), “o valor da informação é uma função do contexto da organização, da finalidade de utilização, do processo decisório e dos resultados das decisões”.

2.3. Agronegócio

No Brasil, o agronegócio esta relacionado com as atividades agroquímicas, industriais, comerciais e as operações econômicas da agricultura. No Brasil o setor do agronegócio busca resolver os interesses da sociedade e com isso, cada vez mais o seu desenvolvimento ocorre, sendo este altamente ligado a sustentabilidade e a mercados dinâmicos e competitivos. A administração contempla mais que a indústria de produção ou várias empresas agrícolas, na qual é uma das forças do pensamento do agronegócio (PALMEIRA; LEITE 2010; MENDONÇA, 2015; LOPES, 2017).

Antes o setor rural estava restrito em agropecuária, porém, com o passar dos anos adotou-se um conceito mais amplo para toda cadeia de produção, começando com insumos, agropecuária, indústria de transformação, chegando na distribuição e serviços (GUILHOTO et al., 2005). No quadro 1 está relacionado os segmentos existentes no agronegócio.

Quadro 1: Segmentos do Agronegócio.

Antes da porteira	Dentro da porteira	Depois da porteira	
Indústria de insumos, máquinas e equipamentos.	**Produtores de**	**Compradores e processadores**	**Distribuição**

• Fertilizantes • Sementes • Calcário • Produtos veterinários • Inseminação artificial • Ordenha mecânica • Rações • Tanque de resfriamento • Utensílios • Tratores, máquinas e implementos • Serviços técnicos	• Leite • Carne • Ovos • Frutas • Hortaliças • Café • Cana • Outros serviços técnicos	• Feirantes • Pequenos varejos • Cooperativas • Mini usinas • Agroindústrias nacionais e multinacionais • Exportadores • Serviços técnicos	• Padarias • Mercearias • Supermercado • Feiras livres • Varejos • Sacolões • Outros: bares, restaurantes, atacadistas • Serviços técnicos

Fonte: SENAR, 2009, p.14.

Os integrantes do agronegócio necessitam aderir novas formas de administrar seu negócio, neste sentido Kay, Edwards e Duffy (2014) apontam que os pecuaristas escolheram 4 formas estratégicas para atuar. A figura 3 mostra essas formas de atuação para os administradores rurais do século XXI.

Figura 3: Estratégia alternativas para negócios agropecuários.

Fonte: Adaptado de Kay, Edwards e Duffy (2014).

Kay, Edwards e Duffy (2014) explicam que os produtores de volume baixo e valor alto, procuram a produção de *commodities* mais valiosas ou mais tradicionais. Já os produtores de volume alto e margem baixa, buscam por empreendimentos tradicionais com produção alta e custo baixo. No caso dos fornecedores de produtos e serviços especializados, se especializam no máximo em duas habilidades com intuito de ser diferenciado nessa atividade. E por fim, os operadores rurais em tempo parcial, que além de sua atividade rural possuem outras atividades que não estão relacionadas ao agronegócio.

Observa-se que, o setor do agronegócio é complexo, exigindo estratégias de gestão eficientes. Existe um grande número de fluxos informacionais atuando de maneira constante nesse cenário, tornando a informação um elemento essencial para atividade rural, pois por meio dela é possível realizar tomadas de decisões, elaborar estratégias e como conseqüência aumentar a competitividade organizacional. Portanto, para as empresas do agronegócio atingirem uma boa

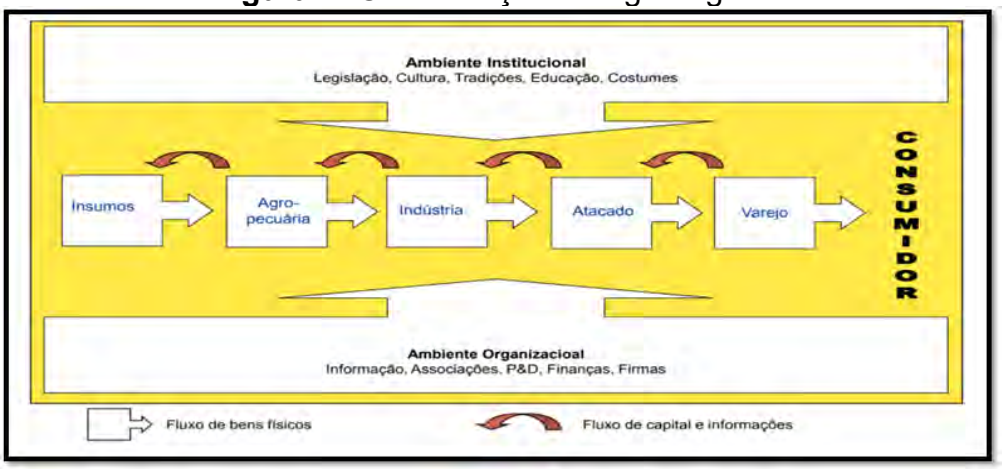
competitividade no setor, é indispensável o uso da informação para tomada decisão, seja no nível estratégico, tático ou operacional.

2.4. O uso das informações no processo de tomadas de decisão no setor do Agronegócio

Destaca-se que na gestão rural existem várias atividades que necessitam de inúmeros processos decisórios. O desempenho da empresa rural dependerá das decisões do empresário rural, e o fruto dessas ações recairá sobre todas suas atividades (NAGAOKA et al.,2011).

Partindo do pressuposto que a informação é um elemento essencial para qualquer tipo de organização, a identificação da importância da informação, bem como a sua coletar torna-se fundamental para aumentar o nível de competitividade e crescimento da organização em sua atividade organizacional (SILVA de SOUZA et al., 2014).

Figura 4: Coordenação do Agronegócio.



Fonte: Zylbersztajn (2005, p. 405).

As organizações do agronegócio carregam em suas atividades grande complexidade, Kay, Edwards e Duffy (2014) afirmam que esse setor tem peculiaridades que diferenciam das demais organizações. Dentro peculiaridades, encontramos dificuldades como as leis biológicas e físicas da natureza, dificultando as decisões dos gestores. Outros aspectos do setor rural é apontado por Zylbersztajn e Farina (1999), as especificidades como as exigências dos consumidores, leis que fiscalizam essas atividades e aspectos ambientais, são importantes fatores para tomada de decisão. Na Figura 4 é possível identificar a complexidade e fluxos de informação no setor do agronegócio.

Araujo (2009) e Silva (2017) mencionam a necessidade de reconhecer que os gestores rurais em detrimento dos desafios necessitam possuir competência administrativa. Neste sentido, o uso da informação torna-se fundamental, pois de acordo com Calazans (2006) e Dalfoto e Luiz (2017) a informação reduz a incerteza para a tomada de decisão e aumenta as habilidades e competências das atividades empresariais.

A propósito Pimenta (2009), Nagaoka et al., (2011) e KAY, EDWARDS e DUFFY, (2014) argumentam que possuir um processo decisório competente é fundamental para a manutenção de um empreendimento rural no ambiente competitivo. Alguns administradores do agronegócio tomam decisão por costume, ou

seja, partem da idéia de que, 'se deu certo antes vai sempre dar certo', mas para conseguir competitividade é necessário repensar as decisões conforme as modificações econômicas, tecnológicas e ambientais se alteram.

É possível perceber que as decisões no ambiente rural precisam ser amparadas e repensadas pelas informações de forma estratégica. Segundo Amaral e Souza (2011) e Santos e Valentim (2015) a informação é matéria prima para as atividades das organizações, e com isso cabe a organizações proporciona meios para superar os desafios da enorme quantidade de informação, bem como realizar de maneira mais assertiva a sua gestão.

Neste sentido, é destaca a importância do uso da informação pelos empresários rurais, afinal, os mesmos estão em ambientes complexos, fazendo com que esses produtores rurais não tomem decisões baseadas em suposições, mas sim por meio de informações de qualidade, possibilitando a eles compreender o ambiente em que estão inseridos e conseqüentemente decidir com mais precisão possibilitando antever situações de mercado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi utilizada como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, sendo levantadas informações sobre conceitos sobre o contexto do agronegócio, processo de tomada de decisão e as informações enquanto recurso estratégico as organizações. Com esse método a pesquisa pode ser classificada como exploratória. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é:

> [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Os temas já mencionados foram analisados e relacionados. No processo de relacionar os conceitos da pesquisa bibliográfica foi possível construir importantes reflexões acerca dos temas.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

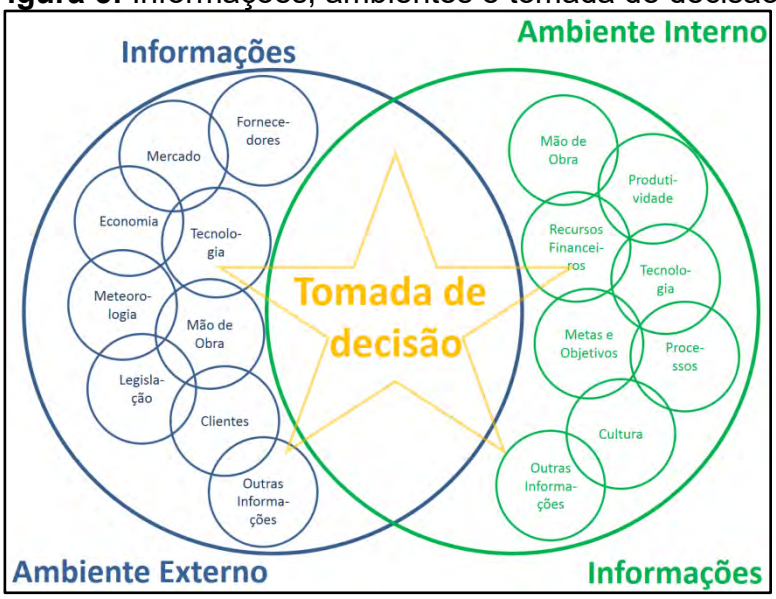
Considerar as informações como importantes recursos no contexto das organizações, torna-se fundamental para compreender a sua importância em processos e atividades organizacionais. Dentro dessas atividades e processos, encontramos a tomada de decisões, sendo este um importante processo responsável por direcionar as ações das organizações.

Na percepção de muitos gestores que estão inseridos nas organizações, a implantação de uma tecnologia ou um conjunto de tecnologias com a finalidade dinamizar os processos, atividades e tarefas organizacionais é suficiente para se realizar um melhor uso da informação. No ambiente do agronegócio essa percepção não é diferente, afinal, muitas vezes os gestores atribuem para as tecnologias o uso da informação, inclusive nas tomadas de decisões.

Destaca-se que, o processo de tomada de decisões no agronegócio torna-se fundamental para o êxito do negócio, afinal, as tomadas de decisões devem ser realizadas considerando as inúmeras informações do ambiente externo e interno,

conforme pode ser observado na figura 5. Nesse sentido, o ambiente externo possui questões que muitas situações não podem ser controladas. Diferente dos outros segmentos, afinal, outros segmentos possuem um maior controle de seus ambientes internos, enquanto que o agronegócio é dotado da imprevisibilidade, afinal, o ambiente interno e o ambiente externo possuem relações com fenômenos de ordem da física, biológica e da natureza, com isso, as organizações rurais não possuem estratégias de controle.

Figura 5: Informações, ambientes e tomada de decisão.



Fonte: Adaptado de Machado, Jorge e Santos (2017, p.15).

Em função dessa imprevisibilidade, as tomadas de decisão ganham um peso muito maior para estas organizações, e automaticamente as informações figuram como importantes recursos estratégicos nas tomadas de decisões, possibilitando assim a minimização das incertezas. Choo (2003, p.29) complementa e afirma que,

> [...] toda decisão deve ser tomada racionalmente, com base em informações completas sobre o objetivo da empresa, alternativas plausíveis, prováveis resultados dessas alternativas e importância desses resultados para a organização.

Com isso, a informação ganha *status* de importante recurso no contexto das organizações do agronegócio e conseqüentemente torna-se necessário desenvolver estratégias e modelos para um melhor. Recomenda-se o aprofundamento em pesquisas relacionando a informação e o agronegócio, bem com nas principais atividades que realizam importantes de tomadas de decisão nesse universo. Também é recomendada a realização de pesquisas que abordem a Gestão da Informação e o processo de Inteligência Competitiva como ferramentas estratégicas capazes de proporcionar importantes informações para as tomadas de decisões no contexto do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ABRAMCZUK, A. A. A prática da tomada de decisão. São Paulo: Atlas, 2009.

AMARAL, S. A. do; SOUSA, A. J. F. P. de. Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.133-146, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a08v16n1.pdf>. Acesso em 09 de agosto de 2017.

ARAUJO, M. A. de. **Administração de produção e operações: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

CARVALHO, M. S. Conceitos Básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia Aplicados à Saúde. Brasília-DF: Organização Panamericana de Saúde, Ministério da Saúde, 2000. OFICINA Internacional del Trabajo/Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional (OIT/Cinterfor). Género y TIC. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/serie_geoproc_vol_1.pdf> Acesso em: 04 out. 2017.

CHOO, C. W. **A Organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003. 426p.

DALFOVO, O.; LUIZ, J. R. Business Intelligence na gestão de negócio como diferencial competitivo: um estudo de caso na área de serviço de atendimento ao cliente. In: DALFOVO, O.; TAMBORLIN, N. (Coord). **Business Intelligence**: estudos de casos práticos no uso em gestão de tecnologia da informação como inteligência nos negócios. Blumenau: Clube de autores, p. 19-62, 2017.

DURUGBO, C.; TIWARI, A.; ALCOCK, J. R. Modelling information flow for organisations: a review of approaches and future challenges. **International Journal of Information Management**, Guildford, v. 33, n. 3, p. 597-610, 2013.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S.M. **A agricultura familiar na Economia:** Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

GUIMARÃES, E. M. P.; ÉVORA, Y. D. M. **Sistema de informação:** instrumento para tomada de decisão no exercício da gerência. UFMG / USP, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a09>. Acesso em: 05 out. 2017.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. v.25, n.74, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2017.

JORGE. C. F. B.; VALENTIM. M. L. P. Informação e esporte: a informação esportiva e sua relação com clubes de futebol. **Informação & Informação**. Londrina, v.20, n.1,

p.183-208, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19712/pdf_50>. Acesso em: 05 abr. 2017.

KAY, R. D.; EDWARDS W. M.; DUFFY, P. A. **Gestão de propriedades rurais**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informações Gerenciais.** 5ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LOPES, M. A. Escolhas estratégicas para o agronegócio brasileiro. **Política Agrícola**. n.1, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1074699/escolhas-estrategicas-para-o-agronegocio-brasileiro>. Acesso em: 22 set. 2017.

MACHADO, J.G.C.F; JORGE C.F.B.; SANTOS C.E.M. **A gestão da informação e o processo de inteligência competitiva na produção rural:** uma discussão preliminar. Disponível em:<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/8390.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2009. 294p.

MENDONÇA, M. L. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional.** v.37, n.2, p.375-402, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000200002>. Acesso em: 22 set. 2017.

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**. Brasília, v.29, n.1, p.14-24, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000100002>. Acesso em: 16 out. 2017.

NAGAOKA, M. da P. T. et al. Gestão de propriedades rurais: processo estruturado de revisão de literatura e análise sistêmica. **Revista Brasileira de Agrociência**, v.17, n.4, p.410-419, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAST/article/view/2076/1914>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PIMENTA, S. G. Assimetria da informação e a gestão do conhecimento estratégico em processos regulatório. **TransInformação**, v.22, n.2, p. 99-116, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n2/01.pdf> Acesso em 08 de agosto de 2017.

REZENDE, D. A.; ABREU A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais:** o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. São Paulo: Atlas, 2001. 311p.

SANTOS, R. N. M. dos. Métodos e ferramentas para gestão de inteligência e do

conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.5, n.2, p.2015-215. 2000.Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/125>. Acesso em: 03 out 2017.

SANTOS, J. C.; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. **Informações e Profissões**. Londrina, v.4, n.1, p.56-81, 2015. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23542>. Acesso em: 01 mai. 2017.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Administração da Empresa Rural: ambiente externo. **Coleção SENAR**, n.139. Brasília: SENAR, 2009. 46 p. Disponível em: <http://www.caprilvirtual.com.br/Artigos/senar_empresa_rural.pdf>. Acesso em: 07 de out. 2017.

SILVA, S. A. D. A importância da gestão nas pequenas propriedades rurais. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 1, n.2, p.272-285, 2017. Disponível em: <http://revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/view/65>. Acesso em: 08 out. 2017.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.43, n. 3, p.385-420, 2005.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000300001&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 08 out. 2017.

ZYLBERSTAJN, D.; FARINA, E. M.M.Q. Strictly Coordinated Food-Systems: Exploring the Limits of the Coasian Firm. I**nternational Food and Agribusiness Management Review**, v.2, n.2, p.249–265, 2011. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1096750800000148>. Acesso em: 08 out. 2017.

VALENTIM. M. L. P. et al. Gestão da informação utilizando o método *informapping*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.184-198, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a12>. Acesso em: 08 out. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A MEDIAÇÃO E O DIREITO: CAMINHOS PARA UMA CULTURA NEGOCIAL NOS PROCESSOS DECISÓRIOS BRASILEIROS

MEDIATION AND LAW: WAYS FOR A NEGOTIATING CULTURE IN BRAZILIAN DECISION-MAKING PROCESSES

Sessão temática: 1.6 Outras áreas temáticas

BONATO, Patrícia de Paula Queiroz
Bacharela em Direito pela UNESP. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela FDRP/USP. Advogada e professora do curso de Direito da Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal- FESL
patricia.bonato@usp.br

Resumo

A complexificação das sociedades atuais, somada à estagnação do modelo formal de solução de conflitos sociais pautado na última palavra dos juízes, demanda novos processos decisórios ao equacionamento de controvérsias que se mostrem mais céleres e, em igual medida, também mais eficazes. A análise da realidade social brasileira sinaliza para uma forte conveniência em atribuir aos conflitos um tratamento de gestão e não de solução: identificá-los, compreendê-los, interpretá-los e utilizar tais percepções para auxiliar as partes conflitantes a chegarem a uma solução parece ser um caminho mais eficaz de superá-los. A mediação, nesse contexto, é uma técnica alternativa de solução de conflitos recentemente regulamentada no ordenamento jurídico brasileiro. Sua aplicação é incentivada no novo Código de Processo Civil, que confere prioridade à mediação em detrimento do trâmite processual convencional. Devido a sua importância, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o instituto da mediação sob o enfoque da negociação e de seus princípios norteadores. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo- bibliográfico, com aporte teórico de livros e artigos de negociação e de direito.

Palavras-chave: Negociação, Mediação, Processo decisório.

Abstract

The complexity of the present societies, added to the stagnation of the formal model of solution of social conflicts based on the last word of the judges, demands new decision-making processes to the equation of controversies that are faster and, in equal measure, also effective. The analysis of the Brazilian social reality signals to a strong convenience in assigning to conflicts a treatment of management and not of solution: to identify them, to understand them, to interpret them and to use such

perceptions to help the conflicting parties to arrive at a solution seems be a more effective way of overcoming them. Mediation, in this context, is an alternative technique of conflict resolution recently regulated in the Brazilian legal system. Its application is encouraged in the new Code of Civil Procedure, which gives priority to mediation to the detriment of the conventional procedural process. Due to its importance, the present work aims to present the institute of mediation under the focus of negotiation and its guiding principles. For that, the deductive-bibliographic method was used, with the theoretical contribution of books and articles of negotiation and of law.

Keywords Negotiation, Mediation, Decision making processes.

1 INTRODUÇÃO

A complexidade das relações humanas na contemporaneidade é explicada, em grande medida, como resultado do modelo econômico capitalista e das inúmeras exigências dele advindas. O avanço tecnológico, se por um lado garante uma evolução diária em diversas áreas, por outro impõe um ritmo de vida acelerado, que demanda soluções rápidas e definitivas no momento em que os interesses dos indivíduos se antagonizam.

A globalização provocou mudanças significativas nas relações familiares, empresariais, na política e no mundo dos negócios, e essa sorte de transformações operou modificações também nos processos decisórios.

O fenômeno da horizontalização na tomada de decisões (FERREIRA, 2008, p. 9), situação em que todos desejam os benefícios decorrentes da globalização, mas rejeitam veementemente seus prejuízos, faz surgir a necessidade de solução/gestão desses impasses por intermédio da negociação, e não mais através do formalismo de decisões imperativas.

Independentemente da seara das controvérsias, sejam estas relacionadas ao direito de família, de vizinhança ou empresarial, o aumento das demandas judiciais sinaliza para a incapacidade dos indivíduos de solucionar, eficaz e eficientemente, os seus conflitos na sociedade pós- moderna.

De acordo com uma pesquisa, realizada em 2014, pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ (*Justiça em números)*, identificou-se uma relação direta entre a litigiosidade e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos estados brasileiros[1]. A conclusão foi no sentido de que, quanto maior o IDH (exemplo de São Paulo e Rio Grande do Sul), maior o número de novos processos.

Como se percebe, o acesso à justiça no Brasil ainda é precário, pois as grandes empresas, e também a administração pública e suas instituições burocráticas, tomam a frente no processamento de seus interesses, enquanto o restante da população não representa de forma tão significativa o volume de processos em andamento no país.

[1] FARIELLO, L.C. **Justiça em Números permite gestão estratégica da Justiça há 10 anos**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79579-justica-em-numeros-permite-gestao-estrategica-da-justica-ha-10-anos. Acesso em 13 out 2017.

É certo que as reformas operadas a partir da década de 70 inauguraram uma nova era de direitos na justiça brasileira, em especial após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que conta com um extenso rol de direitos fundamentais do cidadão, com destaque ao direito de ação, previsto no art. 5º, XXXV.

No entanto, a despeito de sua importância, uma vez que o acesso à justiça promoveu uma maior conscientização das pessoas em relação a seus direitos e a satisfação de suas demandas, o Poder Judiciário conta com aproximadamente noventa e três milhões de processos pendentes (BRASIL, 2016, p. 9), o que contribui para a morosidade de nosso sistema de apaziguamento social.

Ainda é perceptível o predomínio de uma cultura arraigada de judicialização dos conflitos no Brasil, que demanda uma verdadeira mudança de mentalidade e de racionalidade, e que paulatinamente é superada por campanhas de desburocratização da prática jurídica, em especial pelo CNJ.

No contexto de resolução alternativa de conflitos, com a inclusão de técnicas negociais ao direito, um grande avanço foi promovido pelo próprio CNJ com a edição da Resolução n. 125/ 2010, que trata da Política Nacional de Conciliação.

Nesse sentido, a promulgação do Novo Código de Processo Civil- CPC, Lei n. 13.105/ 2015, inaugurou uma nova postura dos profissionais do Direito diante dos litígios que são postos à apreciação do Judiciário. Prestigiando a cooperação entre os sujeitos do processo, a nova sistemática do processo civil impõe que o Estado adote, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

No entanto, a despeito dos incentivos, a prática revela que a operatividade das técnicas de negociação ainda é muito baixa, pois as pesquisas demonstram que os meios consensuais foram responsáveis por apenas 11% da solução dos conflitos desafiados ao Judiciário (BRASIL, 2016, p. 382).

Nesse contexto, a presente pesquisa analisou o grau de aproximação entre os princípios mais modernos da negociação e os processos decisórios a partir das técnicas utilizadas na mediação, recentemente regulamentada em nosso país pela Lei n.13.140/2015.

A escolha pelo estudo da técnica da mediação se deu não por acaso. Como nessa via de resolução de conflitos o objetivo é obter o máximo da capacidade negocial das partes, por intermédio de um terceiro agente que atuará apenas para tornar o ambiente negocial mais cooperativo, acredita-se que tal mecanismo seja mais permeável às técnicas de negociação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo desenvolveu-se por uma metodologia essencialmente dedutivo-bibliográfica, com aporte teórico de livros e artigos na temática da negociação e do direito. Para o aproveitamento da análise proposta, utilizou-se o método dedutivo, uma vez que se partiu de descrições científicas conhecidas para obter conclusão sobre fenômeno particularizado e predefinido.

Ademais, a fundamentação teórica teve como ponto de partida os dados coletados da consulta à pesquisa do Conselho Nacional de Justiça, *Justiça em números*, publicada em 2016 sobre o Poder Judiciário, que foram analisados criticamente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A negociação

Diante da complexidade das relações humanas, que guardam consigo interesses comuns e conflitantes, a negociação apresenta-se como o modo mais eficiente de se conseguir o que se deseja, tendo em vista a possibilidade de se construir um entendimento entre duas pessoas através de, única e exclusivamente, um acordo de vontades.

No entanto, na maioria dos casos, as partes na negociação apresentam suas propostas iniciais e esperam que a outra parte aceite-as; caso isso não aconteça, parte-se à fase de argumentação, que por vezes se resume a críticas à proposta do outro negociador e réplica do lado oposto que, ao sugerir mudanças, faz surgir concessões pela outra parte. Estas restringem as opções para um acordo, porque estreitam a variação de barganha (LEWICKI; SAUNDERS; BARRY, 2014, p. 15).

A negociação nada mais é senão um processo deliberativo entre dois ou mais atores que buscam uma solução em uma demanda em comum, ou que estão trocando valores entre si[2].

Trata-se de uma temática que se apresenta como uma eficiente ferramenta não somente da área da administração de empresas e negócios, mas também como um instrumento voltando à resolução de disputas pessoais e de relacionamento, ou seja, de pacificação social.

Por essa razão, são inúmeras as técnicas disponíveis para os mais diversos processos negociais que, ao lado do planejamento, do autoconhecimento, da ética e dos princípios de negociação, são fundamentais para um direcionamento da resolução dos conflitos judiciais.

Robert Fisher[3], um dos maiores nomes da negociação no mundo, delineia o que seriam os sete princípios de negociação, os quais servem à formulação de quaisquer espécies de acordo, que são: a comunicação, o relacionamento entre as partes (o núcleo de uma negociação deve ser a preocupação comum), interesse (desvendar o interesse da outra parte e buscar alcançá-lo sem, contudo, renunciar ao próprio interesse), criatividade (para adequar ambas as pretensões envolvidas), persuasão (convencer a parte de que está sendo tratada com justiça), possibilidades (quais as opções caso se chegue ou não a um acordo) e compromisso (estabelecer promessas práticas e realistas de cada parte).

Willian Ury, antropólogo, mediador e professor de Harvard, de reconhecimento internacional, leciona que o principal adversário nas negociações somos nós mesmos, pois isso traz em suas lições o que seriam seis desafios (pessoais) para chegar a um acordo (ao “sim) em um processo desses (URY, 2015, p.12).

O primeiro passo desafiador seria prestar atenção, com empatia, às próprias necessidades básicas, sem julgar-se, tal como o fizéssemos com um cliente ou parceiro.

---

[2] PROGRAM ON NEGOTIATION. *Negotiation skills*, tradução livre. Disponível em: http://www.pon.harvard.edu/category/daily/negotiation-skills-daily/?cid=13.Acesso em 14 out 2017.

[3] Robert Fisher é fundador e diretor do *Harvard Negotiation Project*, organização dedicada ao estudo e ao ensino da resolução de conflitos.

O segundo passo seria desenvolver o que os manuais de negociação denominam de BATNA (*best alternative to a negotiated agreement*, ou melhor alternativa a um acordo negociado), que significa assumir compromissos que estejam diretamente ligados aos nossos próprios interesses, em uma atitude de responsabilização pessoal frente aos desafios e possíveis conflitos.

O terceiro passo indica a adoção de uma nova visão de mundo. Ao sugerir que os negociadores reenquadrem seu panorama, o autor pretende que as partes se tornem autossuficientes nas suas fontes de satisfação, encarando os acontecimentos da vida de forma mais positiva e resiliente.

O quarto passo desafia os negociadores a se concentrarem no presente, esquecendo os dissídios do passado e também afastando excessivas preocupações com o futuro.

O quinto e sexto passos talvez sejam os mais significativos, pois mencionam o respeito aos outros negociadores e o desafio final de conduzir uma negociação com base no ganho mútuo de valores, ainda que seja quase instintivo agir em defesa apenas dos próprios interesses.

3.2 A teoria dos jogos e o novo paradigma em negociação

A teoria dos jogos é uma teoria de base matemática, muito utilizada na economia, que estuda indivíduos envolvidos em situações estratégicas, por vezes conflituosas, a fim de, a partir delas, desenvolver padrões de comportamento que consigam maximizar ganhos em uma disputa.

Quando a teoria surgiu, podia ser sintetizada, essencialmente, como sendo uma jogada baseada no pensamento que o jogador tinha da jogada de seu adversário, que por sua vez também utilizava a mesma lógica.

Após a sistematização teórica formulada por Neumann, seu aluno em Princeton, John Nash, inaugurou um novo paradigma que em muito se aproxima da postura atual das negociações: o de ganhos mútuos.

Por intermédio do que viria a ser conhecido como Equilíbrio de Nash, introduziu-se o elemento cooperativo na Teoria dos jogos, de modo que os negociadores, estejam envolvidos em conflitos ou não, devem considerar não somente os seus interesses individuais, mas também os da outra parte envolvida na disputa.

A adoção da teoria dos jogos permite antever matematicamente quando a mediação, ou outro meio de resolução de conflito que envolva negociação, trará prejuízos ou vantagens nas inúmeras situações em que se aplica. O equilíbrio de Nash baseado na cooperação é observado em relações continuadas.

O grande desafio da aplicação dessa teoria às técnicas de negociação possui, de fato, natureza cultural, porque os indivíduos, especialmente nas sociedades capitalistas, desde cedo são condicionados a competir e a desejar intensamente vencer as disputas que se lhes apresentam.

3.3 A negociação enquanto processo de racionalização

Hodiernamente, à ineficácia das negociações entre as pessoas, sejam em

relações continuadas ou esporádicas, pode se atribuir o senso comum presente na maioria dos indivíduos, que acreditam que sabem e podem negociar sempre (FERREIRA, 2008, p. 10), bem como da estratégia pouco segura adotada pela maioria das pessoas, qual seja a de beligerância, fortemente marcada pelo emocional.

Assim, nos antigos modelos de negociação de soma zero, em que um indivíduo sairia ganhando em detrimento total do adversário, o modelo mental era primal (FERREIRA, 2008, p. 12), de natureza unidimensional e baseado somente em experiências de competição errôneas.

Atualmente, contudo, os processos negociais têm sido reformulados sob um modelo mental cognitivo, baseado na racionalidade, com tendências a agregar valor aos resultados obtidos em cooperação.

É por essa razão que, em um processo de gestão de conflitos, a cooperação não deve ser tratada como um aspecto ético na negociação (BRASIL, 2016, p. 69), mas sim como uma racionalidade voltada à otimização dos resultados, abandonando-se as *posições* em busca dos *interesses em comum* entre as partes no conflito.

O convencimento, essencialmente buscado pelo juiz nos processos judiciais, torna-se objeto de construção pelos próprios indivíduos nos processos de negociação, que dependem de uma comunicação eficaz baseada na empatia, para além da busca de informações da outra parte, ou seja, voltada à compreensão da motivação das partes para um processo persuasivo cujo conteúdo sejam os interesses de ambos os lados.

3.4 Os conflitos e a função jurisdicional do Estado

Os conflitos são fatos sociais inerentes à vida em sociedade. Conceituar o que seja o conflito é tarefa hercúlea, uma vez que essa palavra apresenta diversos significados e sentidos a depender da linguagem à qual é emprestada, seja no ramo da psicologia, na sociologia ou no direito.

Intuitiva e etimologicamente, o termo conflito provém do latim (ANDRADE; ALYRIO; MACEDO, 2007, p. 22) *conflictus* e significa chocar-se; apresenta ainda uma derivação, também do latim, *conflictatio*, que concentra duplo sentido: o primeiro relativo ao choque em seu sentido físico, e o segundo remetendo à disputa, à guerra, à luta contra algo.

Assim, a ideia de contradição é latente na maioria das conceituações de conflito. Nesse sentido caminhou Lalande, que resumiu conflito como sendo “uma relação de dois poderes ou de dois princípios, cujas aplicações exigem de um mesmo objeto determinações contraditórias” (LALANDE apud ANDRADE, 2007, p. 23).

Alguns estudiosos dos processos de negociação, por outro lado, apontam a mudança como origem do conflito, ainda que esta seja apenas uma suspeita ou uma perspectiva do que venha a acontecer. Encarado como um processo intrínseco às relações sociais e oposto à estagnação, os conflitos desempenham papel de mola propulsora de mudanças naturais na sociedade, sejam estas identificadas no âmbito privado ou público.

Sob esse modelo de visão dialética da sociedade, os conflitos passam a ser o

amálgama que garante a coesão social, que provoca o Estado a regulamentar as situações conflitantes que inovam o ordenamento jurídico e as formas de coerção.

Nesse contexto, o direito é concebido, ao menos do ponto de vista sociológico, como a forma mais importante e eficaz de controle social, uma vez que concentra instrumentos de superação de antinomias e dos conflitos ínsitos à sociedade, que na concepção mais clássica do processo representam uma lide, ou seja, "um conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida" (CARNELUTTI, 1999, p. 78).

A função jurisdicional do Estado está atrelada a sua capacidade de dirimir conflitos entre as pessoas, e por vezes entre estas e o próprio ente estatal, por meio de decisões imperativas. Pela jurisdição, o Estado promove seu escopo social máximo, que é o de pacificação com justiça (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 1997, p. 25).

No entanto, alguns fatores têm contribuído para a dificuldade no alcance da dita pacificação social. O primeiro deles é, sem dúvida, a duração do processo brasileiro. O último relatório do Conselho Nacional de Justiça revelou que a taxa de congestionamento do Judiciário brasileiro é de 72,2% (BRASIL, 2016, p. 67).

A demora no processamento das demandas judiciais faz com que os conflitos perdurem no tempo e, assim, provoquem angústia e insatisfação pessoal naqueles que pleitearam uma solução ao Estado- juiz.

Outro óbice à concretização da pacificação social via acesso à justiça são os custos de um processo formal, que contabilizam a antecipação das custas ao Estado (preparo), honorários advocatícios convencionados e eventualmente sucumbenciais, perícias, quando for o caso.

Diante dos dados, parece ser mais conveniente atribuir aos conflitos um tratamento de *gestão*, e não de *solução*: identificá-los, compreendê-los, interpretá-los e utilizar tais percepções para auxiliar as partes conflitantes a chegarem a uma solução parece ser um caminho mais eficaz de superá-los.

Por essa razão abriu-se caminho, no direito brasileiro, a modalidades de solução não- jurisdicionais dos conflitos, conhecidas como formas alternativas de pacificação social, nas quais predomina o pensamento negocial. Nesse sentido, o novo CPC estipula que os Tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição entre as partes.

3.5 Formas alternativas de solução de controvérsias no direito brasileiro

Os métodos de gestão de conflitos são classificados em autocompositivos e heterocompositivos. Nos primeiros, as partes atuam sem a determinação de um terceiro e decidem a controvérsia por si mesmas. São exemplos de gestão cooperativa de conflitos a negociação, a conciliação e a mediação.

Na heterocomposição, por outro lado, há a eleição de um terceiro que decidirá o caso, normalmente mais complexo, substituindo o juiz em sua atuação, como é o caso da arbitragem.

O paradigma de ruptura com o formalismo processual recai, assim, nos três meios mais conhecidos de solução de controvérsias: conciliação, arbitragem e

mediação. A despeito de serem conhecidas como técnicas de solução extrajudicial de conflitos, seu uso é incentivado nos processos judiciais, com oferecimento de cursos de formação e credenciamento de advogados nos quadros de mediação do Poder Judiciário.

A escolha do método mais indicado para resolver um conflito concreto depende de inúmeros aspectos, tais como: custo financeiro, celeridade, sigilo, manutenção de relacionamentos, exequibilidade da solução, custos emocionais na composição da disputa, entre outros (BRASIL, 2016, p. 17).

Nesse contexto, a negociação é, por excelência, o meio de resolução de conflitos no qual prepondera a liberdade. As partes são protagonistas do processo decisório, controlando os resultados e o processo em si, de modo que organizam todos os elementos da negociação: local e momento, o modo como se procederá a argumentação, podendo, ao final, optar por resolver ou não o conflito.

A conciliação é um método de resolução de conflitos mais simples e breve, no qual há um terceiro facilitador do acordo entre as partes, normalmente um voluntário neutro e imparcial que, após receber um treinamento específico para atuar, harmoniza a relação entre os indivíduos momentaneamente, uma vez que o foco é o acordo em si, e não necessariamente a restauração da relação social (BRASIL, 2016, p.22).

Com o lançamento do Movimento pela Conciliação, pelo Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário passou a se preocupar com a necessidade de um tratamento mais técnico da conciliação, o que fez com essa modalidade de técnica alternativa passasse a ser tratada com mais seriedade, com aplicação, inclusive, dos princípios norteadores da mediação (Código de Ética da Resolução 125 do CNJ).

A arbitragem é o meio alternativo que mais se aproxima da tradicional função jurisdicional de dirimir conflitos, uma vez que as partes podem ser acompanhadas por advogado, os fatos e o direito são examinados tal como no processo e há um forte caráter coercitivo em todo o procedimento, pois conta com uma sentença arbitral, irrecorrível, proferida somente pelo árbitro e sem a participação das partes.

3.5.1 A mediação no direito brasileiro

O surgimento da mediação no ordenamento jurídico brasileiro pode ser contextualizado por volta da década de 70, em meio ao movimento de acesso à justiça, no qual se percebeu a relevância de incorporar técnicas autocompositivas aos processos judiciais.

A despeito de sua proximidade com a técnica da conciliação, a mediação é um processo mais longo, que envolve um maior número de sessões para alcançar o seu objetivo precípuo de restaurar a relação entre as partes por meio da solução ao conflito.

Apresentando cunho preponderantemente subjetivo, uma vez que se volta às pessoas envolvidas na controvérsia, e não apenas aos fatos e direitos (enfoque próprio da conciliação), a mediação é um processo marcado pela interdisciplinaridade, pois conta com conhecimentos de diversas áreas como a comunicação, a psicologia, a administração.

A mediação pode ser aceita como a técnica primacial de gestão de conflitos porque busca trabalhar com as diferenças, entendê-las como necessárias e manejar

sua aceitação de forma saudável entre as partes.

Em geral, a área que demanda maior composição das partes pela técnica da mediação é a das relações interpessoais, de longa duração, tais como familiares, trabalhistas, societárias, religiosas.

Aqui, é importante mencionar os fatores emocionais que, em grande medida, interferem nos processos decisórios das partes mediandas, reconhecidos como "capital emocional" (FIORELLI; MALHADAS, 2008, p. 58).

O mediador deverá identificar a presença desse valor subjetivo em cada uma das partes e desenvolver a melhor forma de preservar esse investimento na negociação, fazendo com que ambas as partes o compreendam e se capacitem, se empoderem, para decidirem da melhor forma.

O direito brasileiro, recentemente, recepcionou o que talvez seja o reflexo mais significativo da Resolução n. 125 do CNJ: a lei da mediação, n. 13.140/2015, que trouxe princípios, procedimentos da mediação extrajudicial e judicial, bem como regulamentação da autocomposição de pessoa jurídica de direito público.

Segundo a lei, a mediação pode servir à resolução do conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação, podendo referir-se a todo o conflito ou parte dele. Quando o consenso das partes envolver direitos indisponíveis, no entanto, tal acordo deverá ser homologado em juízo com a oitiva obrigatória do Ministério Público.

3.5.2 O procedimento da mediação

O processo de mediação costuma observar uma sequência básica de seis etapas, ainda que se reserve ao mediador a liberdade de flexibilizar cada uma delas conforme o caso concreto.

Em síntese, conta-se com uma fase inaugural da mediação, de abertura, na qual o mediador informa às partes as características fundamentais e os objetivos da mediação, ao mesmo tempo em que lhes confere a oportunidade de exporem suas versões do conflito. Nessa fase também são fixados os primeiros ajustes concernentes à frequência, ao horário e à duração das reuniões, à forma e proporção de rateio dos custos, à extensão do sigilo, dentre outros aspectos.

A fase seguinte é a de reunião de informações, na qual haverá a compreensão do caso a partir da formulação de perguntas por parte do mediador. Na sequência, ocorre a fase de identificação de questões, interesses e sentimentos; o mediador procederá a um resumo do caso, utilizando sempre uma linguagem positiva e neutra (BRASIL, 2016, p. 144).

Na quarta fase ocorre o esclarecimento das controvérsias propriamente ditas, na qual o mediador fará novas perguntas às partes para elucidar questões que tenham permanecido controvertidas.

A penúltima etapa consistente na resolução de questões é o momento em que o mediador fará uso de técnicas de mediação, em que ele age propriamente como um facilitador da negociação por meio da exploração de várias alternativas para solucionar o litígio.

Por fim, a fase de registro das soluções visa ao acordo final, que pode não acontecer, mas que contará com o protagonismo das partes da mediação.

Importante registrar que essas fases podem se desenvolver ao longo de uma

ou mais sessões de mediação. O mediador tem a possibilidade de realizar sessões privadas, em que apenas um dos interessados participe, acompanhado ou não de seu advogado.

Tais reuniões têm uma pluralidade de objetivos: possibilitar a expressão de sentimentos sem fomentar a polarização entre as pessoas; conferir oportunidade para o esclarecimento de questões que não seriam expostas em sessão conjunta; estimular a livre conjectura de alternativas pelas partes.

As sessões privadas devem ser realizadas com ambos os *mediandos*, em momentos sucessivos, garantindo-lhes igual tempo de duração e, portanto, igualdade de participação.

As etapas procedimentais aqui explicitadas são adotadas pelo manual do Conselho Nacional de Justiça e, importa esclarecer, podem variar conforme o programa de mediação adotado.

Alguns estudos já apontaram que a mediação mostrou-se menos eficaz que a solução heterocompositiva judicial em razão do desenvolvimento insuficiente de alguns programas de mediação, de possível falta de incorporação correta de técnicas apropriadas ao caso concreto pelo mediador (HENSLER, 1997, p. 9).

3.6 O desenho institucional do Judiciário e os novos desafios

Como visto, a demasiada burocratização do Judiciário pode ser considerada um entrave ao acesso à Justiça. No contexto do capitalismo, a burocracia pautada na especialização, na hierarquia e na impessoalidade é serviente ao formalismo na medida em que torna se torna desumanizada (WEBER, 1982, p. 251).

Os ideais liberais do século XIX contribuíram para a conformação atual do sistema judiciário brasileiro. Normas complexas, ritos processuais excessivamente formais e até mesmo a linguagem rebuscada são características de um desenho institucional burocrático e distante dos jurisdicionados

Por sorte ou maturidade dos operadores do Direito, essa realidade encontra-se em vias de mudança. O ano de 2015 foi emblemático sob muitos aspectos, não somente pela regulamentação específica da mediação, mas também pela inclusão de novos indicadores no relatório de pesquisa anual do CNJ, *Justiça em número*s, a fim de aperfeiçoá-la a partir de consulta pública e ampla participação de nossos Tribunais.

No novo Código de Processo Civil, ademais, os mediadores são tratados como auxiliares da justiça no novo Código de Processo Civil, podendo, inclusive, integrar quadro próprio, a ser preenchido por concurso público de provas e títulos, nos Tribunais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Judiciário sempre foi o local por excelência de solucionamento dos conflitos sociais. A última palavra dos juízes, que decidem segundo a lei, reflete a segurança da imutabilidade (após o trânsito em julgado) que é esperada pelas pessoas envolvidas nos litígios. No entanto, na maioria dos casos, o conflito sociológico não

se resolve por completo no ambiente judicial, fazendo prevalecer uma litigiosidade residual mesmo após o pronunciamento decisório judicial.

Dada a complexidade a que chegaram as sociedades da atualidade - e nelas se encontra a realidade brasileira- é necessário que as próprias partes envolvidas nos conflitos construam a sua própria realidade, modificando-a com sabedoria e responsabilidade.

Assim, quando o assunto é a desburocratização do Judiciário para o alcance de mecanismos de pacificação social mais eficazes, as formas alternativas de solução de controvérsias merecem atenção redobrada.

Apesar do contexto de complexificação social e de congestionamento do Judiciário, não se deve pensar que as vias conciliativas de resolução de conflitos só servem em épocas de crise da Justiça.

Trata-se, na verdade, de um novo paradigma social, que exige a participação dos indivíduos nos processos decisórios, e que vem sendo paulatinamente incorporado à legislação brasileira, como se percebe pela promulgação da Lei de Mediação e do novo Código de Processo Civil, que nitidamente adotam medidas alternativas à judicial.

Por trás da maioria dessas técnicas, o instituto da negociação é a racionalidade comum que as sedimenta.

Enquanto instrumento utilizado nos cursos de Administração, a negociação também deve perpassar o ensino jurídico, garantindo uma postura diferente da nova geração formada nos cursos de Direito. Diante desse novo panorama, os cursos jurídicos devem reformar seus planos de ensino e oferecer em suas grades curriculares algumas disciplinas informadoras desse e de outros procedimentos alternativos à judicialização.

A efetividade das técnicas de mediação ou de outras alternativas dependerá, em grande medida, da imersão na cultura negocial também das partes que elegem o Judiciário como pacificador de suas relações em sociedade. Assim, os jurisdicionados devem buscar, em suas vidas pessoais, se tornar flexíveis o suficiente para se compatibilizar com as diferentes formas de personalidade, de ação e de pensamento existentes hoje, pois as soluções propiciadas também pelo sistema de justiça dependerá, em grande medida, deles próprios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.O.B; ALYRIO, R. D; MACEDO, M. A. **Princípios de negociação: ferramentas e gestão.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, A. G. (Org.). **Manual de Mediação Judicial**, 6ª Edição, Brasília/DF:CNJ, 2016.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2016: ano-base 2015**. Brasília: CNJ, 2016.

BUSH, R. B; FOLGER, J. **The Promise of Mediation: Responding to Conflict Through Empowerment and Recognition.** São Francisco: Ed. Jossey-Bass, 1994.

CARNELUTTI, F. ***Instituições do processo civil***. Vol. I. Tradução de Adrián Sotero De Witt Batista. Campinas : Servanda, 1999.

CINTRA, A. C. A; GRINOVER, A.P.; DINAMARCO, C. P. **Teoria Geral do Processo**. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

FARIELLO, L.C**. Justiça em Números permite gestão estratégica da Justiça há 10 anos.** Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79579-justica-em-numeros-permite-gestao-estrategica-da-justica-ha-10-anos. Acesso em 13 out 2017.

FERREIRA, G. **Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

FIORELLI, J. O; FIORELLI, M. R; MALHADAS JUNIOR, M. **Mediação e solução de conflitos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

HENSLER, Deborah R. Puzzling over ADR: Drawing Meaning from the RAND Report, **Dispute Resolution Magazine**. n. 8, 1997.

HORNICKEL, J. **Negotiating sucess: tips and tools for building rapport and dissolving conflict while still getting what you want.** New Jersey: Wiley, 2014.

LEWICKI, R.J; SAUNDERS, D.M; BARRY, B. **Fundamentos de negociação.** 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LUCHIARI, V. F. L. **Mediação Judicial: Análise da realidade brasileira - origem e evolução até a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

PROGRAM ON NEGOTIATION. **Negotiation skills.** Disponível em: http://www.pon.harvard.edu/category/daily/negotiation-skills-daily/?cid=13.Acesso em 14 out 2017.

PUGLIESI. M. **Conflito, estratégia, negociação: O direito e sua teoria.** São Paulo: WVC, 2001.

SHELL, G. R. **Negociar é preciso: estratégias de negociação para pessoas de bom senso**. Tradução de Márcia Tadeu. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

URY, W. **Como chegar ao sim com você mesmo**. Tradução de Afonso Celso da Cunha. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. trad. por Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A MORTE SIMBÓLICA: UM NÃO VIVER EM VIDA

Sessão temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

TARDELI , Marina Loureiro
Uni-Facef
Psicóloga. Pós graduanda do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni- Facef
marinatardeli@bol.com.br

PERES, Kenia
Uni-Facef
Professora orientadora da pós graduação do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni-Facef. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP
keniaperes@uol.combr

Resumo

Com o presente estudo, objetiva-se investigar dentro de uma abordagem qualitativa, a representação simbólica da morte vivenciada pelo humano ao longo da vida. A morte real, concreta, e, principalmente simbólica presente em todas as etapas vividas, oferece um ressignificado para a trajetória de cada sujeito. Trata-se da morte no desenvolvimento psíquico humano, como ela é representada e quais aspectos influenciam na constituição social do mesmo. A morte simbólica que é experimentada ao fim e início de cada estágio da vida. Na elaboração bem sucedida do luto, real ou simbólico, o indivíduo desenvolve uma intensa atividade psíquica para se desligar daquele objeto que foi perdido e pode, assim, vincular sua libido a outro objeto numa próxima fase que se iniciará posteriormente. Observaremos desde o momento do nascimento até o último estágio de vida, a maneira como cada idade tende a lidar com a elaboração das diversas mortes que ocorrem em vida. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica, com base em obras literárias psicanalíticas.

Palavras-chave: luto, morte simbólica, psicanálise.

Abstract

With the present study, it aims to investigate, within a qualitative approach, the symbolic representation of death experienced by the human throughout life. The real, concrete, and, mainly, symbolic death present in all the stages lived, offering a re-signification for the trajectory of each subject. It is death in human psychic development, how it is represented and what aspects influence the social constitution of the same. The symbolic death that is experienced at the end and beginning of every stage of life. In the successful elaboration of mourning, real or symbolic, the individual develops an intense psychic activity to detach himself from that object that has been lost and can thus bind his libido to another object in a next phase that will begin later. We will observe from the moment of birth to the last stage of life, the way each age tends to deal with the elaboration of the various deaths that occur in life. For that, the methodological procedures used were the bibliographical review, based on psychoanalytic literary works.

Keywords: mourning, symbolic death, psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

A natureza humana sofre transformações com os fenômenos humanos/sociais que se dão ao longo do tempo. Na teoria winnicottiana, o amadurecimento pessoal é algo inerente à vida, podendo-se dizer também que é uma explicitação temporal de estágios ou etapas impostas ao sujeito ao longo de sua existência. Tais etapas sofrem transformações diante da evolução de cada sujeito desde seu o nascimento em um processo de desenvolvimento e em um período de tempo. Segundo Dias (2014), o amadurecimento humano (físico e mental) segue sempre um movimento em busca da integração em uma unidade

Em relação ao mundo psicológico, existe uma tendência ao desenvolvimento que corresponde ao crescimento do corpo e de certas funções progressivamente falando, há um processo evolutivo no desenvolvimento psíquico que se dá de forma gradual ao longo da vida, com o auxílio de condições suficientemente boas e favoráveis, caso contrário, o desenvolvimento natural não é constatado, podendo gerar uma tendência que caminhe para distúrbios psicóticos. (Winnicott, 2005). No desenvolvimento natural e evolutivo do sujeito, ele precisa estar apto para encarar cada etapa de vida, cada aspecto de frustração e cada traço individual interno e externo que vai surgindo ao longo de sua continuidade de ser, inclusive aprender a lidar com as mortes derivadas das perdas que vão acontecendo no processo interno em cada psique.

Surge assim um desejo de pesquisar sobre a morte simbólica, sobre como defini-la. Existem outras formas de morte, mesmo em vida? E como o ser humano encara essa morte em vida, como ele lida com isso nos diversos estágios que vive, e como isso repercute psiquicamente. E quando esse processo é negado no âmbito emocional, o que acarreta no indivíduo? Até que ponto é pertinente para a

construção de uma psique mais reforçada e saudável? É importante refletir em como as pessoas lidam com a morte, especialmente a morte simbólica, as diversas mortes que ocorrem no processo da vida, e como elas lidam com o enlutamento dessa morte simbólica.

Freud (*apud* Altmann, 2011) trata o luto como uma reação natural pela perda de uma pessoa amada, como parte de um processo psíquico no qual a pessoa vai se desligando devagar de um objeto amado que foi perdido. É um processo doloroso, lento e que cada pessoa vai lidar com o luto de maneira única. Não existe uma maneira de morrer que seja universal, cada indivíduo lidará do seu jeito com essa questão. Este objeto amado pode ser remetido ao processo de amadurecimento e envelhecimento que se dá desde o momento do nascimento do ser humano, no qual basta nascer e a partir de então, o ser humano caminha para a sua morte, mas até chegar à morte concreta, é necessário antes, lidar com as diversas mortes simbólicas inerentes ao processo de amadurecimento que o viver proporciona.

E para este movimento ser dado por completo, é preciso que o indivíduo lide com a morte simbólica causada pelo término de uma fase vivida, e o início de uma outra nova fase, um estágio termina/''morre'' o outro se inicia/''nasce''. Assim, o amadurecimento, como um processo inerente à vida, tem a possibilidade de continuar a existir, de preferência da maneira mais natural e saudável possível. Na elaboração bem sucedida do luto, o sujeito desenvolve uma intensa atividade psíquica para se desligar daquele objeto que foi perdido e poder, enfim, conectá-lo a outro. (Ligia Py, *apud* Altman, 2011)

Para a psicanálise, em Campos (2013), o luto patológico pode ser compreendido como um reflexo da estruturação mais básica da personalidade, formadas através das identificações narcísicas e edípicas vivenciadas na infância. A simbolização dará um novo significado aos acontecimentos traumáticos de cada fase vivida do indivíduo. A perda pode gerar um novo significado para as fantasias e afetos inconscientes do mesmo, pois aciona as suas defesas e os seus impulsos, alterando a estrutura da personalidade. Cada pessoa apresentará um significado para essas fantasias em sua estruturação simbólica.

Neste aspecto, importante se faz apontar a diferença entre a angústia originária e a angústia depressiva pela perda do objeto. A primeira remete à angústia que é gerada no aparelho psíquico devido a sua impossibilidade de gerar representações simbólicas. Trata-se da pulsão em seu estado mais puro, procurando a descarga a todo custo, acabando com as associações das representações psíquicas, gerando um momento traumático e contra ele, a tentativa de defesa constante do aparelho psíquico. A pura pulsão de morte é um sinal da morte psíquica e não morte do corpo ou do organismo. Quando a capacidade de gerar representações simbólicas está comprometida, o indivíduo se mostra próximo à desintegração do Eu, alcançando à psicose e não apenas as patologias de fundo depressivo ou melancólico. (CAMPOS, 2013)

Klein, em Campos (2013), levou a uma melhor compreensão das angústias primitivas em relação ao objeto, lançando a reflexão das duas posições: a equizo-paranóide e a depressiva. Na posição depressiva o bebê chega a total integração do Eu, diferenciando-se do seio bom e do seio mau, tido como um objeto total e não mais como parcial. O bebê se angustia por ter feito mal ao objeto, percebendo que a mãe que gratifica é a mesma que frustra. Surge então o afeto depressivo,

mobilizando novas defesas, dando um novo significado para as fantasias anteriores. Na posição depressiva a criança é capaz de promover a internalização satisfatória do bom objeto, garantindo sua integração, dando ao bebê a chance de reparar em sua fantasia o objeto destruído. Isso o capacita para elaborar o luto primordial pelo objeto, vivendo o afeto depressivo.

Já em Freud, a atenção era dada à angústia causada pela perda do objeto associada à fantasia primitiva de destruição do mesmo. O indivíduo se culpa pela destruição do objeto, bem assim como a falta dele, perdendo totalmente seu investimento egóico. Outra maneira patológica de vivenciar isso é por meio da defesa maníaca contra a perda do objeto. Existe a negação radical da perda e do luto a fim de não entrar em contato com a angústia da perda. Isso leva ao esvaziamento do ego, comprometendo totalmente a internalização do objeto. (CAMPOS, 2013)

A morte simbólica será encarada aqui como um processo de formação social da humanidade em todos os estágios vividos. Em nossa sociedade contemporânea, podemos refletir que os assuntos relacionados à morte são tratados como tabu, no sentido de que a morte, em si, gera conflitos, já que numa sociedade capitalista, existe uma espécie de negação da morte, como se a morte simbolizasse fracasso, derrota, inferioridade. A morte simbólica também, de certa maneira, é encarada com certa dificuldade, em muitas circunstâncias ela tende a ser negada devido ao grau de complexidade e maturidade e/ou imaturidade emocional que o indivíduo está vivenciando no estágio de vida que se encontra. Vivenciar perdas é mesmo tão importante na formação do ser humano? Em que influenciam as perdas simbólicas ou reais nesta formação?

É importante ressaltar o processo que é dado e quais fatores precisam ser encarados quando o assunto em questão é a morte simbólica que precisa ser elaborada em cada etapa da vida humana, desde o período de nascimento até a morte. Para amadurecer cada qual encara um processo de maturação, no qual muitas vivências são elaboradas e vividas. O crescimento e, junto dele, o amadurecimento físico e psíquico, gera angústias e dores, assim como prazeres e descobertas positivas e intrigantes. Porém, é preciso olhar para cada passo e cada idade com os cuidados necessários que precisam existir em cada um dos momentos representados no ciclo de vida do humano.

Nesse sentido, seria importante lançar uma reflexão sobre cada etapa da vida ao longo da existência humana, com as perdas e os ganhos próprios de cada idade, com as características próprias inerentes a todos os estágios dados no processo evolutivo normal. Em cada momento que se vive, o indivíduo está propenso a vivenciar perdas de toda natureza e a se deprimir. Desde o corpo que muda, até as características internas que vão também se alterando, simbolizando um momento de necessidade de elaboração das perdas e do luto para uma perda real, concreta ou simbólica, reinventando novos padrões de vida que possibilitem crescimento, integração, elaboração madura e manutenção do sentido da vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Criança e a elaboração simbólica do luto

A integração da criança é manifestada de forma gradual a partir de um estágio ainda não integrado. Ela é dotada, inicialmente, de uma porção de percepções sensoriais através do vínculo materno. A mãe exerce cuidados que vão criar uma sensação de proteção ao bebê. O ambiente conserva o lactante como unidade de si próprio. A integração está vinculada à experiência emocional e afetiva como a excitação ou raiva pelo oferecimento de comida. A desintegração é dolorosa e o ambiente e a mãe terão papéis fundamentais para que isso ocorra de forma satisfatória para a integração do sujeito. Para tanto, o ambiente e a mãe devem oferecer gratificações e doses aceitáveis de frustrações para seus bebês, fazendo-os elaborar uma nova etapa que está para surgir, o da integração de si próprio como unidade e não mais como extensão do seio materno, no qual a psique e o soma aprenderam a conviver um com o outro. (WINNICOTT, 2005)

De acordo com Kóvacs (1992), a morte participa do desenvolvimento humano, é algo natural e está presente desde a mais tenra idade. Ela também aponta para a criança, que nos primeiros meses de existência, vivencia a ausência do colo materno como morte, devido o imenso desamparo e o sentimento de solidão. Obviamente são momentos rápidos, pois logo alguém aparece, geralmente a mãe. Mas aqui fica simbolizada a morte como forma de um não estar presente, uma separação, um não estar ou se sentir amparado. A criança vai se desenvolvendo afetivamente e emocionalmente e, ao mesmo tempo, vai processando as mortes simbólicas que a circulam na busca da compreensão do que acontece. A criança vai lidando com a elaboração da morte também quando perde, por exemplo, algum bichinho de estimação, apesar de ser uma tarefa complicada para a criança definir a morte e a vida. Quando a percepção de morte para ela é simbolizada pelo ‘’não-movimento’’, a ‘’não-respiração’’.

Durante o ciclo vital, o ser humano passa por vários processos de lutos e perdas, podendo ser simbólicas, reais ou imaginárias. No nascimento, a criança passa pelo primeiro momento em que ela se depara com o luto para simbolizar a ausência da mãe, como citado anteriormente, e se faz necessária para o amadurecimento da criança. O desenvolvimento emocional do bebê vai acontecendo, de forma especial, a partir do instante em que ele abandona a vivência intrauterina.

Lembrando que a experiência do nascimento em si, de acordo com Winnicott (2005), pode ser bastante significativa. Existe uma relação entre a díade mãe-bebê que qualifica a mãe para cumprir o papel materno, detectando as necessidades do seu filho, servindo de alicerce para esta fase de dependência absoluta do nenê em direção ao desenvolvimento gradual. Um papel que só será executado se a mãe sentir-se segura para desempenha-lo. Há uma necessidade advinda do recém-nascido de tornar-se real, do vir a ser através dos cuidados maternos iniciais e de um ambiente que oferece sustentação e serve de facilitador aos processos de amadurecimento.

Winnicott, em Dias (2014), diz ser possível ao bebê uma tranquilidade em

caminhar direcionado ao próximo estágio de sua vida, quando este possui uma mãe suficientemente boa. Aquela mãe que frustra e gratifica seu bebê na medida correta, para que e mesmo possa lançar-se ao movimento do processo evolutivo normal. A mãe exerce um papel fundamental determinante sobre a maneira como o filho será capaz de elaborar intrinsecamente as questões inerentes a seu desenvolvimento psíquico. As falhas advindas dos cuidados maternos precisam existir de acordo com o que o seu filho consegue suportar. E a mãe precisa também aguentar e compreender os ataques do seu bebê quando acontecem. Com a preocupação materna primária, ela oferece ao lactante condições dele se desenvolver emocionalmente de maneira satisfatória, permitindo a construção de um self verdadeiro, integrado. Assim o bebê alcança um patamar, a nível psíquico, no qual se mostra capaz de suportar algumas falhas maternas, que surgirão justamente para provocar este amadurecimento da criança e seu processo na evolução de sua espécie.

Winnicott (2005) trabalha com a crença de que a partir do primeiro ano de vida, dá-se a busca pela independência. Esta é realizada a partir de um estado de dependência, e que é feita a partir de uma dupla dependência. No início de tudo, existe uma dependência absoluta do bebê em relação ao ambiente físico e emocional. Devagar, a criança nota esta dependência e vai adquirindo a capacidade de ir se desenvolvendo em direção a uma independência, podendo oscilar esses estágios e a criança retornando aos processos de dependência ou de dependência dupla. A mãe da criança deve estar pronta para desempenhar essa tarefa constante e importante. A existência da mãe, com sua simples presença, estimula as respostas no seu filho, até mesmo sua menor atitude gera uma resposta no bebê, por menor que seja. (SPITZ, 2004)

Ao comentar sobre saúde psíquica e a conquista de uma dependência relativa, refere-se, basicamente, ao fato de uma criança poder ter resolvido as tarefas iniciais de forma satisfatória e ter alcançado a posição de unidade, a integração. A partir disso, com os alicerces bem constituídos, o indivíduo poderá sofrer de distúrbios psíquicos, porém sem correr o risco de vir a ser psicótico. A conquista da unidade num eu integrado acontece aproximadamente quando o lactante tem de um ano a um ano e meio, no estágio de Eu Sou, separando-se agora da mãe, lembrando que não é um eu sem conflitos, mas a noção de que contém um eu, um si mesmo, uma condição da qual a vida pode ser vivida e elaborada. (DIAS, 2014)

É dessa capacidade elaborativa a que me refiro, a criança para aumentar sua capacidade de frustração e assim poder elaborar os processos simbólicos ligados ao término e passagem de cada fase inicial, precisa de tranquilidade, passar por esses estágios acima citados da maneira mais favorável possível. Apenas assim ele é capaz de fortalecer sua capacidade interna de elaborar futuramente a morte simbólica e até real. Caso o bebê possua uma mãe psiquicamente instável, o mesmo sofrerá graves consequências em sua psique, dificultando seu desenvolvimento interno, podendo ocasionar graves distúrbios psicóticos e, especialmente, a dificuldade gigantesca na capacidade em elaborar emocionalmente falando os processos em que se está vivendo na fase em que a criança se encontra.

Em relação à função materna, é possível categorizar a função da mãe suficientemente boa nos primeiros estágios, que são: holding, manipular e apresentar objetos. A primeira tem a ver com a capacidade da mãe identificar-se

com o seu bebê, na qual é oferecida uma porção básica de cuidados. Quando o holding não é eficiente, a criança desenvolve sensação de ansiedade, podendo levar à psicose, ou seja, a capacidade de elaborar o luto, a morte (mesmo que simbólica) estaria comprometida se isso acontecesse. A segunda função citada facilita a formação de uma parceria psicossomática no bebê, ajudando-o a discernir o que é real e o que é irreal. A manipulação quando deficiente causa uma descontinuidade no processo de ‘’ser’’. E a terceira representa pela apresentação de objetos ou ‘’realização’’, que é dar a criança o impulso criativo, dá a mesma o começo à capacidade dela se relacionar com objetos. Quando há falha nesta função, dificuldades maiores vão surgindo na capacidade da criança se sentir real ao se relacionar com o um mundo dos objetos. (WINNICOTT, 2005)

O amadurecimento, segundo Dias (2014) afinal de contas, não é a mesma coisa que progresso, amadurecer pode incluir, inclusive, a possibilidade de regressão a cada vez que a vida exigir descanso por alguma sobrecarga e tensão que aconteça, ou para retomar algo perdido anteriormente, cada conquista de cada estágio da vida e passo que se dá no desenvolvimento humano, podem ser perdidos e logo retomados e vice-versa. Isso explica o fato de encontrarmos nas pessoas, todos os tipos de necessidades, das mais primitivas às mais complexas e tardias. As tarefas em direção ao amadurecimento continuam a existir como condição básica do indivíduo pela vida afora. Apesar de algumas conquistas apenas serem realizadas apenas a partir de outras já, anteriormente, cumpridas.

Enfim, para a criança alcançar e assumir responsabilidade com sua impulsividade instintual, de acordo com Dias (2014) é preciso que ela seja um Eu integrado, apenas este Eu integrado é capaz de lidar com as consequências da instintualidade e exigências que a ordem natural do desenvolvimento inerente à vida provoca na criança. Quando isso não acontece, a criança não conquista a capacidade para a culpa. Ela segue com a personalidade distorcida. As pessoas esquizoides não adquirem nenhuma conquista significativa com relação ao concernimento, pois tiveram falhas nos estágios mais primitivos de formação do indivíduo. Pois quando acontece um fracasso em alguma etapa ou estágio do amadurecimento, é estabelecido um distúrbio psíquico. Logo isso representará, concomitantemente, a dificuldade e uma falha no processo de elaboração simbólica e/ou real da morte e de qualquer outro princípio vivenciado a nível afetivo.

A partir de determinada idade, então, a criança está capacitada de lidar com determinadas características da mãe e do ambiente no qual está inserida, desbravando alguma independência relacionada à impossibilidade materna adaptar-se às necessidades do filho. Com o auxílio de um ambiente facilitador, no qual uma mãe suficientemente boa acolha seu filho de forma adequada, é que a criança poderá encarar as falhas e gratificações desta etapa pela busca da integração, lidando com os lutos simbólicos de uma mente e um corpo que até então antes da integração, o bebê pensava ser uma extensão de sua mãe. (Winnicott, 2005)

2.2 Adolescente e capacidade de elaborar o luto simbólico

Para Outeiral (2003) a palavra adolescente tem dupla origem etimológica. Ela vem do latim ad ‘’para frente’’ e olescer ‘’crescer com dores’’, ou então da palavra

adolescer, originária do termo adoecer. O adolescente está em pleno movimento, apto para crescer a nível físico e psíquico, sempre em trânsito no que diz respeito às questões internas e externas, tendo que optar por diversos caminhos em vários âmbitos (profissional, espiritual, emocional, moral, entre outros). Bem como para adoecer no que diz respeito ao sofrimento emocional, advindas das várias transformações corpóreas e mentais intrínsecas a esta faixa etária.

Até o final da Primeira Guerra Mundial, não existia essa terminologia de adolescência, passava-se direto da infância para a idade adulta. Atualmente é vista como um marco determinante para o final da infância rumo a vida adulta que se iniciará mais adiante. É uma idade marcada por crescimento interno e externo, um estágio marcado por transformações comportamentais, rebeldia, apatia, isolamento, necessidade de inserção em grupos sociais nos quais há um apego aos semelhantes, formas únicas de se vestir e diversos questionamentos sobre si mesmo e o mundo. (Outeris 2002)

O adolescente, de acordo com Kóvacs (1992), é capaz de viver mortes concretas, vivencia um momento em que é comum a perda de amigos por diversos motivos, tais como acidentes, uso de drogas, entre outros. Mas tem a sensação de que ele em si não irá morrer, é invencível. E ainda assim surge o questionamento interno se, no fundo, ele terá o mesmo destino do outro que partiu morrendo. É um período marcado pelo processo de ambivalência. É um sentir-se todo poderoso e, ao mesmo tempo, oscilar e se sentir fraco demais. E uma época também marcada pela descoberta da sedução, do amor.

De acordo com Levy (2012) o adolescer é marcado pelo enfrentamento de diversos dilemas nesta fase vivida. No processo evolutivo normal ele vivencia ansiedades características de uma fase marcada de muitas alterações psíquicas e corpóreas que vão ocorrendo, basicamente por ter que encarar um momento em que um novo processo de subjetivação vai aparecendo aos poucos, devido a uma nova ordem que deve vir à tona e, então passar a existir como novas representações do self e dos objetos, que até então na infância, eram totalmente diferentes. Tudo que antes era vivido e acreditado na infância, já não cabe mais na nova perspectiva e concepção da fase adolecencial. Um conflito então é instalado, o que antes cabia e era conveniente na infância, na fase da adolescência já não encaixa mais.

Pode-se observar que em adolescentes perturbados de forma severa, nos casos limites, sua capacidade de elaboração psíquica passa a ser ainda mais dificultosa, pois surgem profundas cisões no self, a fim de suportar ansiedades que são impossibilitadas de serem pensadas e elaboradas a nível consciente.

É um período marcado de muitos desequilíbrios, instabilidades emocionais e até físicas, conforme todas as mudanças que vão surgindo repentinamente. Este estágio é importantíssimo no amadurecimento do indivíduo e que, possibilitará a ele, em condições favoráveis, a formação de uma estrutura de caráter. Até o adolescente alcançar sua constituição mais estável, ele passa por inúmeras transformações e elaborações.

Winnicott (Outeiral, 1994) afirma que o adolescente encontra-se na fase em que tem que enfrentar mudanças ligadas a puberdade, que demonstra o fator biológico ligado às transformações corporais, marcado pela menstruação na menina e a ejaculação no menino. A adolescência, apesar de se relacionar com a puberdade, vai além e considera também componentes psicológicos influenciados

por fatores sociais e de maturidade psicossexual. Tendo assim, no olhar psicanalítico, a necessidade de enfatizar o desenvolvimento das pulsões e o aprofundamento dos conflitos intrapsíquicos.

O adolescente, querendo ou não, é conduzido a habitar um novo corpo e uma nova mente. Por um lado, torna-se fonte de novas experiências e pode ser excitante, por outro, é uma invasão e, sendo assim, ele se refugia regredindo em seu interior. Nesta idade do adolescer, a pessoa se vê obrigada a encarar um sentimento de impotência em relação a realidade a sua volta e, muitas vezes, vivida de forma persecutória, maníaca ou fóbica, vivenciando a perda do corpo infantil com uma mente ainda infantil, no qual as mudanças que ocorrem não são controladas e muito menos controláveis pelo adolescente, o que gera mais angústia ainda. (Outeiral, 1994)

Diante de tanta mudança, o adolescente tem que tentar buscar equilibrar o fato de ter que elaborar todas as vivências e experiências afetivas, tem que elaborar o luto pela perda do corpo infantil e lidar com a mente que ainda é infantilizada, porém precisa ceder espaço para uma mais madura emocionalmente falando. É um choque de realidade enorme para os indivíduos que passam por este estágio conturbado, visto as tamanhas oscilações geradas de um período marcado por tantas transformações. Em meio a tudo isso se o adolescente não conseguir elaborar de maneira satisfatória o luto simbólico de já não ser quem se era quando criança, e ainda não possuir a mínima ideia do que se quer ou necessita ser, terá dificuldades em todos os âmbitos de sua vida, podendo ocasionar, inclusive, algum transtorno psicótico.

2.3 O adulto lidando com o processo simbólico do luto

Em Dias (2014) é retratado que o indivíduo tendo feito a passagem da vida de adolescente para o estágio da vida adulta, de certa forma ileso, dará espaço, neste momento, ao início da fase adulta, na qual é possível discriminar pelo menos quatro tarefas que estão interligadas umas às outras. A primeira tarefa é de continuar o processo de amadurecimento e manter-se vivo, e permanecer assim até a morte, visto que o ser humano nunca está pronto, mas sim está sempre evoluindo, mas neste estágio da vida mais maduro psiquicamente falando. Aqui o adulto adquire uma posição de mais conforto diante da vida, sendo capacitado o adulto maduro de manter e cultivar uma certa objetividade sem se perder do seu mundo subjetivo, fazer concessões sem que perca sua espontaneidade.

A segunda tarefa importante é a da construção e conscientização da promoção e valorização do modo de vida democrático, uma vez que a maturidade pessoal fora alcançada, isso inclui a ideia valor e de que há pessoas e coisas a serem preservadas, uma espécie de maturidade social emerge. Isso inclui os cuidados e zelo pela instituição família, já que a democracia é originada, primeiramente do convívio familiar.

A terceira tarefa também importante nesse período da vida, consiste em aceitar que o indivíduo adulto não é perfeito, a aceitação da impotência em determinados momentos. A aceitação das imperfeições do ambiente no qual está inserido e de si próprio como indivíduo integrado, gera, muitas vezes, um estado de

depressão. Tem a chance de ser ligada a distúrbios psicóticos, elas entram num estado de angústia porque constatam sua precariedade vinda das limitações de ser humano, conscientizando-se que sua capacidade de construir e destruir, amar e odiar são condições que coexistem eu seu ser.

Ainda em Dias (2014), a quarta fase que está ligada às outras três anteriores, é a mais difícil e relevante do estágio de vida adulta, aquela na qual o adulto maduro se depara com o envelhecimento e a morte. Fica aqui o fato de que a integração não pode ser alcançada por completo. E o adulto maduro precisa encarar o fato de que vai morrer e a vida está chegando a sua finitude, aqui o processo de elaboração de que a vida está por um fio gera angústia, questionamento e até uma regressão em termos de saúde emocional. É preciso aprender a morrer, para tanto essa tarefa só é possível de ser completada para aquele indivíduo que viver e teve experiências. O indivíduo integrado de si próprio, possui saúde psíquica forte o suficiente para encarar este processo doloroso. Já quando o adulto maduro não possui sua saúde emocional fortalecida e encontra-se com sua psique um tanto quanto primitiva a nível afetivo, acaba sendo um terror indescritível para quem se encontra desta forma, alguns casos gerando até distúrbios psicóticos.

Horrível mesmo é aquilo que simboliza a morte interna, mesmo quando o indivíduo está saudável a nível físico, não se livre de perder aquilo que o liga à vida e àquilo que dá sentido a ela. Dias (2014) questiona sobre o motivo pelo qual o viver criativo e espontâneo pode desaparecer e qual será o motivo pelo qual o sentimento que a pessoa possui de que a vida é real e significativa? Winnicott aponta para o uso que uma de suas pacientes fez e utilizou o termo ‘’morte fenomênica’’, a qual várias pessoas ao redor do mundo passam a vida se questionando se o suicídio seria, por si só, a solução, a única saída, uma vez que, internamente, já tinha ocorrido a morte psíquica.

Para o estágio da vida adulta, responsabilidade e colaboração em relação à comunidade em que o adulto encontra-se inserido, são tarefas comuns que surgem. Aqui constitui-se a própria família, uma carreira profissional, a criação de filhos e de projetos mais concretos e maduros, a capacidade de estabelecer relações interpessoais, entre outras características. Muita energia é gasta e dedicada a este momento em que se iniciou a vida madura. O espaço da simbolização da morte a nível consciente pode apresentar-se bastante distante do adulto. Porém os impulsos são menores, deixados mais na fase anterior da adolescência, tornando-se em um sujeito, geralmente, mais tranquilo e calmo. É um momento em que é permeado pelo equilíbrio da soma de todas as perdas e vitórias vivenciadas até aqui.

É como se o ser humano alcançasse o topo, mas como tudo que sobe, um dia há de descer, fazendo o adulto caminhar em direção a segunda metade da vida, que é marcada por um período não tão criativo e espontâneo como a primeira metade da vida. Aqui, fazendo uma espécie de levantamento geral do que se viveu, uma transformação a nível psíquico ocorre, aquilo que antes era apenas enxergado nos outros, passa a ser visto em si, a possibilidade da morte em si mesmo. Aparece, então, uma chance de um ressignificado para a vida, por causa da conscientização da possibilidade de morte do indivíduo. Esta fase é perpetuada pela velhice, a fase do desenvolvimento humano que transborda associações negativas. Isso porque acontecem diversas perdas: mortes de colegas e familiares, diminuição da produtividade, aposentadoria, mudanças corporais, marcadas pela perda daquela energia intensa que se tinha quando mais jovem, etc. Porém, depende muito a

importância e a ênfase que será dada para cada pessoa que vive esse estágio da velhice: na vida ou na morte, vai variar de pessoa para pessoa. (Kóvacs, 1992)

Para cada fase e estágio vivido é preciso a elaboração e construção do luto simbólico sobre as várias mortes simbólicas que o viver provoca. Para tanto, vivenciar cada estágio não é nada simples ou fácil e dependemos totalmente de vários fatores que influenciam neste processo direta ou indiretamente.

De acordo com Kóvacs (1992), a maneira como encaramos a morte influencia todo nosso viver. Encontra-se totalmente enganado quem crê que a morte é apenas um problema para o final da vida. A morte está sempre presente em nossas vidas das mais diversas formas. Ele também diz que a morte física é a última a ser encarada, e que ao longo do processo que interpõem a vida, teremos que lidar com as mortes parciais ou totais em todas as áreas humanas, sendo elas a somática, a mental e a social, lembrando que todas estas estão interligadas.

Como a contribuição de Freud em relação às pulsões de vida e de morte, Cassorla (1991) dizia sobre a pulsão de morte, banhada pela vida causa a agressividade normal, aquela que impulsiona o sujeito a viver. A ausência dessa agressividade normal impede o desenvolvimento saudável do ser humano. Nesta linha de raciocínio, pode-se pensar na pulsão de morte que luta contra a pulsão de vida, mas que ao mesmo tempo, se mistura a ela. Freud apontava justamente para esse conflito existente entre as pulsões entre si. É importante que as duas existam no indivíduo, porém uma não deve se sobrepor sobre a outra. As pulsões de vida fazem o sujeito crescer psiquicamente falando, desenvolvendo-se, integrando-se de si próprio e fazendo-o trabalhar na manutenção da vida. Já as pulsões de morte fazem o movimento contrário, desintegrando a pessoa, tentando leva-la à morte. Esses dois estados de pulsão devem existir completando-se e opondo-se ao longo da caminhada.

E como isso é difícil, pois ao longo do desenvolvimento humano, é exigido da pessoa que ela se desenvolva e nem sempre é possível cumprir cada estágio de maneira simples ou favorável, sem medos ou ansiedades, estresses, visto que mudar ocasiona insegurança e depende da condição interna e ambiental que cada indivíduo possui para determinar a qualidade da mudança que cada fase da vida exige que aconteça. Muitas pessoas não possuem condições psíquicas adequadas para aceitarem as mudanças condizentes à condição de viver e suas diversas etapas inclusas nela. Algumas pessoas, comprometidas emocionalmente falando, negam a mudança como condição primordial à vida afetiva, negando assim seu desenvolvimento saudável, aproximando-se de uma morte psíquica.

Porém, antes é importante relembrar que tudo começa no momento em que surge uma vida, no momento da concepção de um bebê. Muitas coisas e muitos movimentos para uma vida inteira se iniciam e acontecem a partir desta fase. Aqui irá determinar como o indivíduo lidará com cada estágio futuro ao longo de seu desenvolvimento. Já dizia Winnicott (2005) que o desenvolvimento afetivo acontece desde o princípio da vida. Aqui o lactante é totalmente dependente de cuidados maternos ou, na falta da mãe, alguém que represente este papel, servindo de continente para o bebê, ou, de acordo com o mesmo autor, alguém que represente uma ‘’mãe satisfatoriamente boa’’, para que o desenvolvimento físico e psíquico saudável do indivíduo ocorra.

Winnicott (2005) já dizia que o ser humano possui uma tendência inata ao desenvolvimento. Isto diz respeito ao desenvolvimento psíquico e físico do indivíduo.

E surge no bebê uma necessidade de tornar-se independente, antes passando por uma dependência absoluta provindas do seu cuidador. Este estágio é marcado por experiências incríveis entre a dupla mãe-bebê, mostrando os diversos estágios em que para tornar-se independente, o bebê e a mãe precisam passar juntos pela dependência, a mãe sendo satisfatoriamente boa, agradando e frustrando na medida certa o seu bebê, a ponto de permitir que ele se desenvolva sem grandes invasões, deixando que ele desenvolva junto disso tudo o sentido de continuidade do ser, que ele continue a existir de modo saudável.

Para cada fase conquistada e vivenciada entre a díade mãe- bebê é preciso que ambos aprendam a deixar algo morrer simbolicamente dentro de si mesmo, com uma morte simbólica representada pela passagem de um estágio da vida para outro, no qual é preciso deixar certas coisas para trás, é preciso suportar o fardo e as dificuldades que ao longo do desenvolvimento humano, a vida foi exigindo de cada pessoa. E esta passagem e morte simbólica de algo que precisa ser deixado para trás, para que algo novo perpetue e surja, não é nada fácil, gerando angústia no indivíduo, visto que mudar pode gerar medos e causar ansiedade, estresse, insegurança. É uma batalha que nós humanos precisamos enfrentar ao longo da caminhada da vida. Em cada estágio da vida existe um desafio novo a ser cumprido e muitas vezes a morte simbólica é algo existente até mesmo preciso para que o ser humano se desenvolva de maneira saudável, passando pelas diversas transformações que a vida em si oferece com seus desafios, mudanças e exigências que surgem através do viver a vida humana e terráquea.

Importante lembrar que para cumprir cada estágio da vida de forma saudável, é necessário que o indivíduo tenha passado pelas fases e estágios anteriores de forma integrada, especialmente a maneira como a pessoa vivenciou seu nascimento e primeiros anos de vida, será crucial para determinar a maneira como cada um enxerga as mudanças que a vida proporcionará, para enfrentar cada desafio que surge. Quanto mais a pessoa lida bem com cada etapa incluída em cada mudança que aparece, porém não sem dificuldades, mais ainda ela demonstra que cumpriu bem seus estágios mais primitivos da vida humana. Visto que de acordo com Dias (2014), a integração determina uma tendência inata ao desenvolvimento humano, como foi citado anteriormente, e também diz respeito as diversas integrações que vão acontecendo gradualmente ao longo da vida a partir do estado de não-integração.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a composição deste artigo utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica sobre a temática da morte simbólica, sob luz da teoria psicanalítica de diferentes autores.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostra que a elaboração da morte simbólica se faz presente em todos os estágios e etapas da vida humana, fazendo-se necessária para a continuidade do amadurecimento do sujeito que vive. Mostrando-se como um

fenômeno complexo com diversas implicações profundas presentes do início do nascimento até o último momento de vida do sujeito. Partindo de um pressuposto de que o luto é tido como parte de um processo psíquico de uma reação natural da perda de um objeto amado, que por algum motivo, não mais vai existir na vida do indivíduo. É constatada a relevância de encarar as diversas mortes simbólicas inerentes ao longo do processo de amadurecimento que o viver proporciona como parte de um movimento natural da existência humana.

Apesar das perdas e dos lutos significativos que o sujeito sofre em sua vida pessoal, nada o impede de elaborar essas vivências a nível psíquico, encarando as mudanças corpóreas que o tempo acarreta, e também as mudanças que são ocasionadas na menção emocional ao longo da evolução do ser humano. Visto que uma mente criativa e rica é facilmente demonstrada pela capacidade do dinamismo individual ao lidar com os aspectos de maturação que ocorrem ao longo do desenvolvimento da psique e do soma. Isso determinará o quanto a mente será saudável e encara, não sem dificuldades, todos os questionamentos inerentes a todas as fases vividas desde o nascimento.

Simbolizar e elaborar a perda e reencontrar caminhos novos para um novo desejo, leva tempo e pesa, sendo que é através desse caminhar que os objetos de amor serão desinvestidos, fazendo o indivíduo buscar por novos objetos a serem priorizados. Para que isto aconteça envolve um processo nada simples, por se tratar da necessidade de elaboração das mais diversas fantasias inconscientes e conscientes que surgem na passagem de cada etapa da vida do sujeito. Com o processo de luto é lançado um redirecionamento dessas fantasias e também das defesas da psique, na procura de um reequilíbrio interno.

Importante se faz buscar, cada ser humano, um sentido para a morte, sendo ela simbólica ou não. Vivendo intensamente, de acordo com Kóvacs (1992), pode-se preparar para a morte, pois assim há a morte como representação da sabedoria que gera em nós profundas transformações. Não é possível a sobrevivência de determinadas partes do corpo se outras não morrerem, assim como não é possível a sobrevivência de determinadas funções internas se outras não forem deixadas para trás, afim de que novas percepções psíquicas surjam. Para tanto, o ser humano precisa experienciar a vida em sua totalidade, envolvendo os processos mais complexos relacionados a evolução humana corpórea e psíquica.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, M. O envelhecimento à luz da psicanálise. **Jornal de Psicanálise** 44 (80), 193-206. São Paulo/SP – 2011.

CAMPOS, *E. B. V.* Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. **Revista de Psicologia da UNESP** 12 (1). Bauru/SP 2013.

CASSORLA, R. M. S. (*et al)*. **Da Morte: estudos brasileiros.** Campinas/SP: Papirus, 1991.

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott.** São Paulo: DWW Editorial, 2014.

KÓVACS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

OUTEIRAL, J. O. A adolescência e a identidade. In: OUTEIRAL, J. O. **Adolescer: Estudos sobre adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

WINNICOTT, D. W. 1896-1971. **A família e o desenvolvimento individual.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA E DEMOCRACIA NO BRASIL

THE PARTICIPATION OF SOCIETY IN PUBLIC SAFETY POLICIES AS A STRENGTHENING OF CITIZENSHIP AND DEMOCRACY IN BRAZIL

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.4. Direito, Trabalho e Serviço Social

SANCHES, Caio Afonso Laforga
Aluno do Programa de Pós Graduação em Direito PPGDIREITO/UNESP/FRANCA, curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damásio.
Especialista em Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil pela Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo.
professorlaforga@gmail.com

SILVA, Carlos Eduardo da
Mestrando no PPGPE/UFSCAR
Bacharel em Direito, Biólogo e Pedagogo
adv.ces@hotmail.com

VALENTIM, Carlos Roberto
Aluno do Programa de Pós Graduação em Direito PPGDIREITO/UNESP/FRANCA, curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP.
Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos - FADISC.
cvalentim10@yahoo.com.br

Resumo

Quando tratamos de segurança pública, a primeira coisa que vem à mente de qualquer cidadão é a atuação do Estado por meio de sua polícia. Independentemente das estruturas existentes no mundo, imaginamos sempre o profissional que atua na segurança pública combatendo a criminalidade de forma intensa e heroica, na busca de garantir a segurança pública, dever do Estado e direito fundamental consagrados pela nossa Constituição. A responsabilidade com a segurança pública não cabe somente ao Estado, mas também aos cidadãos e à sociedade como um todo, responsabilidade esta que já definida em nossa

Constituição Federal de 1988. Neste contexto, surge a filosofia de policiamento comunitário, baseada na interação entre a polícia e a sociedade, já implantada em diversos países e obtendo resultados efetivos, apresentando-se como uma ótima alternativa para a pacificação social. Justifica-se a presente pesquisa em razão da criminalidade que vem aumentando de forma progressiva e os meios de atuação e combate aos crimes instituídos pelo Estado, já não se mostram totalmente eficientes. Objetiva-se, ainda, por meio da pesquisa, analisar os efeitos do policiamento comunitário e seus reflexos na segurança pública e como fator propulsor dos direitos humanos. Ainda, comparar os aspectos controvertidos mencionados pela doutrina e pela jurisprudência. Utilizar-se-á o método de pesquisa bibliográfica como procedimento de investigação, visando demonstrar como a participação da sociedade na segurança pública é um mecanismo de fortalecimento da cidadania e da democracia no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Pública, Policiamento Comunitário, Participação Popular.

Abstract

When it comes to public safety, the first thing that comes to the mind of any citizen is the state acting through its police. Regardless of the existing structures in the world, we always imagine the professional who acts in public security, fighting crime intensely and heroically, in the quest to guarantee public safety, the duty of the State and fundamental right enshrined in our Constitution. The responsibility for public security is not only the responsibility of the State, but also of the citizens and society as a whole, a responsibility that has already been defined in our Federal Constitution of 1988. In this context, the philosophy of community policing arises, based on the interaction between police and society, already established in several countries and obtaining effective results, presenting itself as a great alternative for social pacification. The present research is justified because of the crime that has been increasing progressively and the means of action and fight against crimes instituted by the State, are no longer fully efficient. The objective of this study is to analyze the effects of community policing and its impact on public safety and as a driving force for human rights. Also, compare the controversial aspects mentioned by doctrine and jurisprudence. The method of bibliographic research will be used as a research procedure, aiming to demonstrate how the participation of society in public security is a mechanism for strengthening citizenship and democracy in Brazil.

Keywords: Public Security, Community Policing, Popular Participation.

1 INTRODUÇÃO

Nos primórdios o ser humano dependia exclusivamente de sua força física para se defender dos inimigos naturais, sendo a autodefesa essencial para preservação da vida e da espécie. Posteriormente, criaram-se instrumentos agressivos de defesa, que chamamos de armas e em épocas remotas eram utilizadas por qualquer cidadão comum.

Com o passar do tempo, os homens deixaram de depender exclusivamente de si para se defenderem, sendo esta função então dirigida ao Estado a que percente. Nesse sentido, nossa Constituição coloca a segurança pública como dever do Estado, destacando o posicionamento patriarcal na proteção de seus cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 pôs fim a mais de vinte anos de regime autoritário e consagrou as liberdades civis e públicas, bem como estendeu o leque de direitos sociais, passando a ser uma Constituição altamente protetora dos direitos dos cidadãos, Adorno Sérgio (2008, p.10).

É demasiadamente claro que sem abandonar a preocupação com o estado de direito e os direitos humanos, e a reforma das instituições, hoje tão necessária, há um reconhecimento crescente da possibilidade de obter avanços na área da prevenção e do controle da violência dentro do quadro institucional existente, através de reformas nas instituições policiais, judiciais e prisionais, e do reconhecimento da importância de iniciativas como, por exemplo, ouvidoria da polícia, penas alternativas, do sistema de justiça criminal, (MESQUITA e MATTOS, 2003, p. 80-81).

Não obstante, não devemos nos esquecer de que vivemos em uma Nação democrática e que possuímos nossos deveres, e por essa razão a responsabilidade quanto à segurança pública não deve ficar restrita a instituições representadas pelo Estado, mas a toda sociedade, assim antes que possamos atribuir essa responsabilidade única e exclusivamente ao Estado, faremos uma análise daqueles que também a possuem, iniciando pela própria sociedade.

Cumpre trazer a baila que a participação do povo nas políticas públicas, como por exemplo, na área de segurança pública, é decorrente de nossa Constituição Cidadã e um estímulo a democracia participativa, democracia esta que há certo tempo vem se enfraquecendo, talvez pela sua generalização ou até mesmo pela falta de conteúdo e concretude, o que é conhecido por alguns de inefetividade constitucional.

Nesse sentido dispõe (AVRITZER; SANTOS, 2002, p. 39):

> Quando recentemente perguntaram a Amartya Sen qual tinha sido o acontecimento mais importante do século XIX, ele respondeu sem hesitação: a emergência da democracia (1999: 3). Com uma visão mais pessimista do século XIX, também Immanuel Wallerstein se perguntava recentemente como a democracia tinha passado de aspiração revolucionária no século XIX a um slogan adotado universalmente, mas vazio de conteúdo no século XX (2001:1). Estas duas posições, apesar de muito divergentes, convergem na constatação de que a democracia assumiu um lugar central no campo político durante o século XX. Se continuará a ocupar esse lugar no século em que agora entramos, é uma questão em aberto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As fontes consultadas tratam de assuntos ligados ao policiamento comunitário e a segurança pública. Os textos se fundamentarão essencialmente nos seguintes autores: Marcos Rolim, Robert Trojanowicz, Bonnie Bucqueroux, cujas referências encontram-se nas referências bibliográficas.

Norteando o trabalho de pesquisa a ser realizado, referencia-se o pensamento de Marcos Rolim (2009, p.73), do qual colhemos que:

> De qualquer maneira, a preocupação com a desordem não precisa necessariamente se traduzir em políticas de tolerância zero, razão pelo qual sustento que é possível utilizar a "Teoria das janelas quebradas" na perspectiva do policiamento comunitário. [...] De fato, em um Estado democrático de direito, a polícia não pode se furtar a desempenhar um papel mediador entre vários interesses muitas vezes conflitantes. A sensibilidade necessária para esse tipo de abordagem pode ser decisiva para a afirmação de um novo equilíbrio social, mesmo que provisório, como convém a uma democracia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utiliza da análise da legislação nacional pertinente, estudos jurídicos e projetos existentes. O material foi obtido por meio de livros, artigos publicados em revistas especializadas, acórdãos de tribunais superiores, textos publicados na Internet, canais de congressos e dos debates legislativos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a letra de nossa Constituição, esta declara ser a Segurança um direito e responsabilidade de todos, tendo como objetivo fundamental a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art.144 da CF/88). Incumbe também a nós, cidadãos comuns, a responsabilidade de mantermos a paz pública.

Vivemos em uma sociedade democrática e nela a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade não é exclusivamente da polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los. (MURPHY,1993, p.3).

Após a sociedade assumir também a responsabilidade quanto a segurança pública, não deixando apenas aos órgãos representantes do Estado este encargo, entendemos que a efetividade do trabalho, principalmente policial, se torna mais forte, o que leva também de certa forma a aumentar a responsabilidade da polícia, pois não poderá alegar desconhecimento dos problemas levados a ela pela comunidade.

Sobre o assunto, Jerome H. Skolnick e David H. Bayley (2002, p.35) esclarecem:

> Uma razão para mobilizar o público para a prevenção do crime é o fornecimento de uma quantidade maior de informação para a polícia.

> É pouco provável que o público queira ser passivo nesse relacionamento, especialmente nas reuniões em grupo com a polícia. A responsabilização - no sentido de ampliar o conhecimento das atividades da polícia, sejam elas coercitivas ou individuais – e o aumento das possibilidades de ouvir críticas é o preço que a polícia paga por uma cooperação mais sincera com a comunidade.

É importante de se destacar que a participação popular e de setores sociais nas políticas públicas fortalece a cidadania e acaba de certa forma forçando governos a atuar nos setores reivindicados.

Nesse sentido, (SADER, SANTOS, 2002, p. 659):

> As iniciativas de democracia participativa buscam romper com esse círculo vicioso, resgatando a dimensão pública e cidadã da política. Essas iniciativas tendem a ocorrer em alguns sentidos diferentes: um deles é o da mobilização de setores sociais interessados na realização de políticas públicas – saúde, saneamento básico, educação, segurança pública -, levando governos e aos parlamentos reivindicações e buscando formas de concretizá-las pressionando, controlando, buscando manter um grau de mobilização que possa estabelecer uma nova relação entre um setor da cidadania e política.

Complementa o raciocínio Glauber da Silva Carvalho (1998, p.49):

> Ao tentar implantar esse modelo, governo e líderes da sociedade acreditam que esta poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela Segurança Pública, isto é, a medida que se abre para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quantos puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que, estando aberta às sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações.

Diversos são os órgãos e instituições sociais que também possuem responsabilidade quando falamos em segurança pública, dentre eles, podemos citar as organizações religiosas, educacionais, a mídia entre outros, todos que de certa forma possuem seu dever em não só participar das políticas públicas de segurança, mas cobrar para que elas sejam instrumentos democráticos que busquem o bom convívio social e não métodos de violações aos direitos humanos.

Nesse diapasão, Silvia Ramos e Anabela Paiva (2008, p.31), dispõem com clareza:

> Durante muito tempo, a sociedade, as universidades e as instituições brasileiras assistiram a estas mortes praticamente em silêncio. A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar esta situação, mas também para desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas. Os jornais também responderam a esta percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento. Pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram na pauta.

Importante frisar que a mídia também pode muitas vezes gerar menos ou mais sensação de segurança fruto da força influenciadora na formação de opinião que possui.

Neste Sentido frisa Marcos Rolim (2009, p.206):

> A sensação de insegurança, como já vimos, constitui, ela mesma, um problema de segurança pública que agrega efeitos criminogênicos. Esses efeitos podem ser a diminuição da circulação pública, a decorrente diminuição da vigilância natural e a menor confiança na polícia e na justiça levando a menor disposição de colaborar nas investigações e de prestar informações, o que diminui a eficácia do sistema como um todo.

A polícia por muito tempo viu a imprensa como inimiga. O governo e a imprensa têm tido um relacionamento espinhoso e litigioso, mas talvez nenhuma repartição pública fuja mais da imprensa do que a polícia segundo TROJANOWICZ e BUCQUEROUXS (1994, p.63).

Nas últimas décadas vemos uma grande mudança, quando a polícia passa a utilizar também da mídia como instrumento de combate aos crimes, mostrando que o binômio polícia e mídia não são antagônicos e que podem trazer bons frutos.

As instituições de ensino, como já dito anteriormente, possuem também um papel essencial para diminuição da criminalidade, através de estudos feitos sobre o tema, na criação de novas ideias de políticas públicas, dentre outras.

Instituições de ensino, tanto as públicas como as particulares, são famosas por terem contribuído de maneira fundamental para solução de problemas relacionados à comunidade. Além delas, também podemos citar como exemplo ONGs, Institutos e demais órgãos que realizam pesquisa sobre o tema. Um exemplo prático é o Projeto “Fica Vivo” criado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade de Minas Gerais (UFMG) e coordenado pela Secretaria Estadual de Defesa Social de Minas Gerais, que é voltado para a elaboração, acompanhamento de implementação e avaliação crítica de políticas públicas na área de justiça criminal e é composta por pesquisadores da UFMG e de órgãos públicos envolvidos no combate à criminalidade.

Podemos citar ainda as instituições religiosas, como setor social que também possui certa responsabilidade quanto à segurança. É comum vermos algumas religiões lançarem campanhas contra a violência, o que demonstra que esta também participa e está inclusa no que podemos chamar de união de forças no combate à criminalidade e todo e qualquer tipo de violência. Exemplo corriqueiro são as campanhas lançadas pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que possuem como temas o combate à violência contra jovens, mulheres entre outros.

É importante que se tenha noção que ainda há um extenso caminho até uma atuação massiva de entidades e setores sociais nas políticas de segurança pública, mas que a pequenos passos o objetivo começa a ser alcançado. Diferentemente da percepção de que a única solução possível de participação seja a representatividade, o que traz uma concepção hegemônica da democracia, na realidade, são pequenos modelos de participação popular que fortalecem a cidadania participativa e as políticas de segurança pública.

Aliado a esse pensamento, Robert Dahl (1998, p.110) defende essa posição com vigor:

> Quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade

> para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes

Um modelo de policiamento com modelo participativo como apresentado é o policiamento comunitário. Quanto a este tema, cabe inicialmente, analisar o conceito de polícia e de comunidade, para só então definirmos o instituto polícia comunitária.

O termo "polícia" provém do vocábulo de origem grega "politéia", que após algum tempo derivou para o latim "politia". Ambos possuem significado comum, sendo o governo de uma cidade, administração, forma de governo.

O dicionário Michaelis relaciona vários conceitos de comunidade, entre eles "participação em comum; sociedade", "*Sociol.* Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc".

Quando tratamos do conceito de polícia comunitária, a palavra cooperação entre a comunidade e a polícia talvez seja o ponto principal. Nela a figura do povo aliada à instituição policial, busca solucionar os problemas de segurança pública e o combate à criminalidade.

Como vimos anteriormente, isso pode demonstrado em nossa Constituição, quando aduz em seu art. 144, a saber: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos...".

Norma que é reafirmada pelo nosso Código de Processo Penal, quando em seu art. 301 declara: "qualquer do povo poderá, e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito".

É com salutar conhecimento que Trojanowicz e Bucquerouxs conceituam em seu livro *"Comumunity Policing: How to get Started"* (1994, p.4-5) polícia comunitária como sendo:

> [...] uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo de crime, e desordens físicas e morais e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Segundo Michael Tonry e Norval Morris (orgs.) (2003, p.115), "O policiamento comunitário enfatiza o estabelecimento de parcerias de trabalho entre a polícia e as comunidades, para reduzir o crime e aumentar a segurança. "

A ideia de policiamento comunitário, já em diversos casos alterou o discurso social e vem ganhando força entre os países, levando a uma importante modificação em curso entre as polícias (ROLIM, 2009, p.67-68).

Podemos utilizar, como conceito de policiamento comunitário, a terminologia de filosofia de policiamento, utilizando os nove P's: policiamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial patrulha, trabalha em uma base permanente, a partir de um local não centralizado, trabalhando numa parceria preventiva com os cidadãos para identificar e resolver os problemas. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUXS, 1999, p.6).

Nos dias de hoje, podemos considerar que, dentre as formas dos serviços prestados pelas polícias, aquele baseado na filosofia de policiamento comunitário é

o que mais oferece garantias dos princípios que norteiam a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito.

No Brasil, podemos citar como início de participação popular na segurança, ou pensamento nos moldes de policiamento comunitário, a Revolução de 1930, conhecida como "Tenentismo", quando iniciou diversas mudanças sociais, como por exemplo, a criação da Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo em 1930, pioneira das diversas existentes nos dias de hoje.

A participação comunitária sofre grande impacto em 1937 com a implantação da ditadura militar, vindo a se proliferar novamente através de organizações não governamentais (ONGs).

A transição no Brasil do autoritarismo para a democracia, na década de 1980, e a sua consolidação na década de 1990, obrigou a institucionalização do estado de direito e dos direitos da cidadania (civis, políticos e sociais), o que resultou na exigência de reformas no Judiciário e nas Polícias para torná-las mais eficazes, eficientes, equânimes e também mais comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos (CARNEIRO, 2006).

No dia 10 de maio de 1985, em São Paulo, o Governo do Estado criou os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, e em 1984 a 1987 no Rio de Janeiro, o Governo Estadual investe na integração da Polícia com a comunidade, como forma de resolução dos problemas de segurança pública, baseando-se em um modelo de colaboração na referida integração.

Apesar de na segunda década de 1990 um grande número de Estados brasileiros já terem implantado métodos de policiamento comunitário, este ainda sofria abalo diante do conservadorismo da Assembleia Constituinte e do Congresso Nacional que aprovaram o modelo de segurança cujas vertentes eram o endurecimento de políticas de segurança pública baseado em ideologia militarista, ou seja, tendo como base a existência de um inimigo. (ACADEMIA DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.23).

Nesse momento, nasce a filosofia de polícia comunitária, baseada em reconhecendo o cidadão e buscando integração, tendo um ápice de 1985 a 1995, quando surgem diversas propostas de mudança na forma do policiamento brasileiro, e impulsionado pela Constituição de 1988, conhecida por Constituição Cidadã. É nesse contexto histórico que projetos de policiamento comunitário ou policiamento interativo é implantado em diversas cidades e estados do Brasil, tendo inclusive em 1995 em Curitiba, sediado uma das etapas do I Congresso Internacional de Polícia Comunitária que contou com a participação de especialistas na filosofia de policiamento comunitário dos Estados Unidos, Japão, Canadá e Brasil. (ACADEMIA DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.25).

A partir dessa data, podemos citar diversos os programas e projetos implantados relacionados à filosofia de policiamento comunitário, como Movimento Viva Rio no Rio de Janeiro, inclusão do projeto Polícia Interativa no Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, criação do Núcleo de Estudos da Violência – NEV na Universidade de São Paulo-USP, em parceria com o *Human Rights Research and Education Center* da Universidade de Otawa, para troca de experiências sobre o policiamento comunitário com o Canadá, dentre outros.

Sobre o tema, SKOLNICK; BAYLEY, 2002:

> No Brasil, a implantação do policiamento comunitário, espelhado em alguns projetos de sucesso no combate ao crime, foi realizada por

> meio do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), adotado no Rio de Janeiro na comunidade de morros da Zona Sul, e do Fica Vivo, no Morro das Pedras, em Belo Horizonte. Estes projetos causam alento de que é possível uma reordenação na situação ora existente, tanto no aspecto do enfrentamento como na resposta do meio à nova abordagem. A característica deste novo enfoque está no novo modo de atuação policial, com uma participação ativa e coordenada da população, e no estudo profundo da origem do problema - a sociedade.

Temos a definitiva consolidação do policiamento comunitário no Brasil com a inclusão da matéria como disciplina na Matriz Curricular Nacional na Formação e Qualificação de Profissionais da Segurança Pública e no Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, que foi instituído pela Medida Provisória nº 2.029/00 e posterior Lei nº 10.201, de 14/02/01, onde consta que: "Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública, destinados, dentre outros, a: [...] IV – programas de Polícia Comunitária."

No Estado de São Paulo o policiamento comunitário no âmbito da Polícia Civil, tem seus primórdios no Regulamento Policial do Estado de São Paulo (Decreto nº 4.405—A, de 17/04/1928), o qual contemplava o exercício de polícia preventiva em muitos de seus aspectos.

Em 2001 criou-se através da Portaria DGP 22, de 15/08/01 (alterada pela Portaria DGP 49, de 14/08/2007), a Comissão de Assessoramento de Assuntos de Polícia Comunitária, no âmbito da mesma, composta por oito Delegados de Polícia, objetivando discutir e apresentar propostas ao Excelentíssimo Delegado Geral de Polícia, com vistas à divulgação, implementação e fortalecimento da atuação da Polícia Civil nas atividades de Polícia Comunitária. (ACADEMIA DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.35).

A partir daí, inúmeras ações dentro da Polícia Civil de São Paulo são implantadas, como as Delegacias de Polícia Participativas, os CONSEGs, o NECRIM, além de outros projetos como "Espaço Criança Esperança", as palestras do DENARC nas comunidades visando à conscientização do combate ao uso de entorpecentes e principalmente a participação ativa da Academia de Polícia Civil de São Paulo na criação de grupos e fóruns de discussão. Ainda nela se destaca a implantação de duas pós-graduações, nível *lato senso*, que possuem como ênfase em suas grades curriculares a matéria de polícia comunitária.

Por outro lado, o policiamento comunitário no âmbito da Polícia Militar que exerce o papel de polícia ostensiva, foi implantado também na década de 90, e em São Paulo, mais precisamente em 1997, iniciando pelo modelo Canadense e alterando para o modelo Japonês que se mostrou mais efetivo. Dentre as medidas tomadas pela Polícia Militar paulista, destaca-se a aquisição pelo Governo do Estado de bases comunitárias móveis assemelhando-se aos *Kobans* japoneses e a troca de experiências com a agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla em inglês).

Atuação de sucesso desenvolvida pela Polícia Militar de São Paulo foram as ações integradas com a sociedade nos Jardins Angela e Jardim Ranieri, ambos bairros com sérios problemas de segurança, situados na zona sul da capital.

Sobre o exposto assunto, o site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2012, p.1):

> Há 12 anos, o Jardim Ranieri era um lugar muito, mas muito perigoso. Com o desafio de transformar esta realidade, a polícia passou a atuar em conjunto com a comunidade local. Assim, a PM se viu obrigada a mudar sua forma de atuação. Além da responsabilidade de reprimir crimes, a polícia começou a transformar o cenário por meio da instalação da Base Comunitária de Segurança. Os policiais passaram a visitar os moradores. Foi por meio de ações como essas que a comunidade começou a confiar na PM e a denunciar crimes que antes permaneciam obscuros.
> Outro exemplo de sucesso é o distrito do Jardim Ângela. Também localizado na zona sul de São de São Paulo, foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1996, o local mais violento do planeta. Mas graças a uma série de políticas de segurança pública os índices criminais estão controlados.
> Durante esses mais de 16 anos, através de ações sociais como o projeto "Jovem Cidadão" e o projeto "Canteiros", a polícia conseguiu se aproximar dos moradores. Os índices de criminalidade da região do Jardim Ângela despencaram no período.
> Para se aproximar ainda mais da comunidade e promover a cultura e o conhecimento, a Polícia Militar teve a iniciativa, com o apoio da população, de instalar uma biblioteca na Base Comunitária do Jardim Ranieri, em abril de 2008.
> A biblioteca conquistou reconhecimento internacional em uma conferência sobre o tema, realizada em Londres, na Inglaterra. O encontro contou com a presença de policiais da França, Polônia, Eslováquia, Suíça e Brasil.
> Também foram conquistados prêmios de grande importância nacional, como o IV Polícia Cidadã, pelo Instituto Sou da Paz; Viva Leitura, promovido pela Fundação Santilla e Ministério da Educação; e o prêmio Pontos de Leitura, do Ministério da Cultura.

Outra grande atuação de policiamento comunitário no Brasil foi a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na capital, que nada mais é do que a instalação de bases de polícia comunitária em regiões de favela, que muitas vezes se encontram sem acesso à polícia e ao Estado.

Importante se destacar que os policiais que atuam nas UPPs possuem um treinamento baseado na filosofia de policiamento comunitário e direitos humanos para que possa melhor desempenhar seu papel junto à população local, inclusive utilizando de fardamento diferenciado dos demais policiais militares.

Hoje as UPPs já possuem mais de 40 unidades e se tornaram uma realidade crescente no Estado do Rio de Janeiro, apesar do estado ainda sofrer muito com a violência, mas o que já é considerado um grande avanço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das instituições que promovem a proteção da sociedade é de suma importância, haja vista serem na maioria das vezes as primeiras a terem contato direto com a população e estarem à disposição em prazo ininterrupto.

A Constituição Federal trouxe em seu bojo que a segurança pública é responsabilidade de todos e não somente do Estado. Com base nisso, a filosofia de

policiamento comunitário se enquadra perfeitamente na sistemática apresentada pela nossa Carta Magna e mostra-se a cada dia ser um dos métodos mais eficazes de combate à violência, além de política criminal moderna.

O Estado deve implementar políticas de aproximação aos diversos organismos sociais, seja a mídia, organizações educacionais, religiosas, dentre outros, pois somente com uma atuação conjunta entre organismos de segurança pública e a sociedade como um todo é que conseguiremos trazer resultados significativos em prol da segurança pública.

O fato de que a busca pela paz se inicia nas ruas não pelas forças de segurança, mas pelas próprias pessoas que atuam de forma integrada ao Estado é comprovado, pois diferentes métodos de policiamento comunitário, principalmente ostensivo, mostraram-se eficientes no mundo todo, e como vimos, também no Brasil.

É necessário romper paradigmas da segurança pública no Brasil, investir mais nas políticas de participação popular e de policiamento comunitário, trazer a sociedade para acompanhar de perto o que ocorre em seu bairro ou região e assim unir forças para combater a criminalidade. Tais ações fortalecem a democracia e o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Curso de Capacitação de Policiais Civis em Polícia Comunitária.** São Paulo: ACADEPOL, 2008.

ADORNO, Sérgio, **Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal.** In: Fundação Konrad Adenauer. (Org.). Segurança Pública - Cadernos Adenauer, v.IX (2008). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **A Moralidade da Democracia.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

AVRITZER, Leonardo. ***Democracy and the Public Space in Latin America***. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Institui o Código de Processo Penal. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

CARNEIRO, J.G.V. **Os Discursos Jurídicos Brasileiros do Poder: Uma Reflexão Frankfurtiana da Segurança Pública Brasileira.** Piracicaba: UNIMEP, 2006.

CARVALHO, Glauber da Silva**. Policiamento Comunitário: Origens**. SP: POLICIALESP, Apostila, 1998.

DAHL, Robert. ***On Democracy*.** New Haven: Yale University Press, 1998.

MESQUITA NETO, Paulo; RICARDO, Carolina de Mattos. **Segurança cidadã e a polícia na democracia.** O Fórum Metropolitano de Segurança Pública e a Ampliação do debate sobre a Violência em São Paulo. In: Fundação Konrad Adenauer. (Org.). Segurança Pública - Cadernos Adenauer, Ano IV, (2003). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

MURPHY, Patrick V. in: **Grupo de Trabalho para Implantação da Polícia Comunitária**. SP: POLICIALESP/ Conselho Geral da Comunidade, 1993.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública.** In: Fundação Konrad Adenauer. (Org.). Segurança Pública - Cadernos Adenauer. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da. Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SADER, Emir,; SANTOS, Boaventura de. Souza **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Polícia Comunitária.** Disponível em< http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/acoes_comunitario.aspx>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David. H. **Policiamento Comunitário, Questões e Práticas através do Mundo**. tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. (Série Polícia e Sociedade;n.6/ Organização: Nancy Cardia). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Orgs.). **Policiamento Moderno.** São Paulo: Edusp, 2003.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUXS, Bonnie. **Comumunity Policing: How to get Started Paperback**.Elsevier, 1994.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUXS, Bonnie. **Policiamento Comunitário – Como Começar.** São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A PERMANÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DOS ENTRAVES À SUA ERRADICAÇÃO

THE PERMANENCE OF CHILD LABOR IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE OBSTACLES TO ITS ERADICATION

Sessão temática: 1.4 – Direito, Trabalho e Serviço Social.

PIRES, Adriano Roque.
Mestrando em Direito pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS/UNESP. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (FESL). Pós-Graduado em Direito Constitucional Aplicado (FDDJ). Graduado em Direito pela FCHS/UNESP. Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa (CNPQ) "Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito, Estado e Modernidade" da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/ Campus de Frutal). E-mail: adriannopires@hotmail.com.

ALMEIDA, Victor Hugo de.
Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP). Mestre pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Docente de Direito do Trabalho (Graduação e Pós-Graduação); Vice-Chefe do Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho; e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa (CNPQ) "A transformação do Direito do Trabalho na sociedade pós-moderna e seus reflexos no mundo do trabalho" da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). E-mail: victorhugo@franca.unesp.br.

Resumo

A infância e a adolescência, fases da vida humana de desenvolvimento psicofísico, descobertas e entendimentos, são incompatíveis com o trabalho, pois o caráter antidemocrático deste ambiente, visto ser um meio caracterizado pela hierarquia e subordinação, traz consequências ao desenvolvimento sadio dos jovens. O Brasil, junto à Organização Internacional do Trabalho, comprometeu-se a erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016, objetivo não alcançado e postergado para 2020; e a erradicar todas as espécies deste trabalho até 2020, prazo também prorrogado para 2025, o que evidencia a importância e relevância de se estudar e debater esta temática. Assim, por meio do método de abordagem dedutivo, com aporte na técnica de pesquisa bibliográfica, e a partir da premissa do direito à proteção integral à criança e ao adolescente e do direito ao trabalho decente, este estudo analisa alguns dos motivos centrais de permanência do

trabalho infantil, traçando um panorama das dificuldades à sua erradicação. Nesse sentido, discute-se a adoção de ideias políticas e econômicas capitalistas da doutrina neoliberal, que geram concentração de renda e desigualdade social, levando crianças ao trabalho precoce para complementação da renda familiar e/ou para satisfação de necessidades materiais próprias que a família não pode atender; e, também, as autorizações judiciais para o trabalho no âmbito da Justiça Comum, antes da idade permitida pela legislação vigente, ressaltando-se a importância de se deslocar a competência para apreciar esses pedidos à Justiça do Trabalho, que tem como objetivo estratégico institucional a erradicação do trabalho infantil.

Palavras-chave: Trabalho Infantil, Proteção Integral, Criança e Adolescente.

Abstract

Childhood and adolescence, phases of human life of psychophysical development, discoveries and understandings, are incompatible with work, because the antidemocratic character of this environment, since it is a place characterized by hierarchy and subordination, brings consequences for the healthy development of the young people. Brazil, with the International Labor Organization, has committed itself to eradicating the worst forms of child labor by 2016, an objective that has not been reached and is postponed to 2020; and to eradicate all species of this work by 2020, also extended to 2025, which highlights the importance and relevance of studying and discussing this issue. Thus, through the method of deductive approach, with data collection through the technique of literature research, and based on the premise of the right to the integral protection of children and adolescents and the right to decent work, this study analyzes some of the central motives of permanence of the child labor, outlining the difficulties of it eradication. In this sense, it is discussed the adoption of capitalist political and economic ideas of neoliberal doctrine, which generate concentration of income and social inequality, leading children to early work to complement family income and/ or to satisfy their own material needs that the family cannot provide; and also the judicial authorizations for work in the scope of the Common Justice, before the age allowed by the current legislation, emphasizing the importance of moving the competence to assess these requests to the Labor Court, whose institutional objective is to eradicate child labor.

Keywords: Child Labor, Integral Protection, Child and Adolescent.

1 INTRODUÇÃO

Embora haja fixação na legislação pátria e internacional de idade mínima para se começar a trabalhar, existe, ainda, desrespeito a estes regramentos em todo território nacional, razão pela qual o trabalho infantil é expressivo na sociedade brasileira. O desenvolvimento físico, psíquico, cultural e educacional das crianças e dos adolescentes que trabalham resta prejudicado, o que os faz perder a oportunidade de viver a infância, comprometendo uma vida adulta saudável e capaz de assegurar a competitividade no mercado de trabalho.

No contexto laboral, por vezes, trata-se a criança e o adolescente como se

fossem adultos, sujeitando-os a altas cargas físicas; jornadas excessivas de trabalho; baixos salários; informalidade; falta de conhecimento dos riscos aos quais estão expostos; danos psíquicos, advindos do dever de cumprimento das tarefas, culminando em insatisfação profissional e pessoal; cujos fatores reduzem suas chances de um futuro de bem-estar pessoal e profissional. Trata-se de uma realidade inadequada, sobretudo para a infância e a adolescência, por serem fases da vida humana de amadurecimento psicofísico, de descobertas e entendimentos, e o caráter antidemocrático do local de trabalho, visto ser um meio caracterizado pela hierarquia e subordinação, traz consequências aos seus desenvolvimentos sadios.

Nesse sentido, o presente artigo busca analisar, partindo das premissas do direito à proteção integral à criança e ao adolescente e do direito ao trabalho decente, alguns dos motivos centrais de permanência do trabalho infantil no Brasil, a fim de que se possa esboçar o atual cenário das dificuldades à sua erradicação.

Desse modo, este trabalho estuda a adoção das ideias políticas e econômicas capitalistas da doutrina neoliberal, que geram concentração de renda e desigualdade social, levando crianças e adolescentes ao trabalho precoce para complementarem a renda familiar e/ou para satisfazerem necessidades materiais próprias que a família não é capaz de atender; e, também, analisa as autorizações judiciais para o trabalho no âmbito da Justiça Comum, antes da idade permitida pela legislação, trazendo-se, como exemplo de prática desenvolvida no combate ao trabalho infantil, a atuação no âmbito dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência da Justiça do Trabalho do Estado de São Paulo (TRT da 15ª Região), ressaltando-se a importância de se conferir a este ramo do Judiciário a competência material para analise de tais pedidos de autorização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento fundamentado dos objetivos propostos neste artigo, atrelados à existência do trabalho infantil no contexto brasileiro e às dificuldades para a sua erradicação, faz-se uso de alguns autores que há muito se debruçam reflexivamente sobre o tema, dentre os quais se destacam Oris de Oliveira (1996), Haim Grunspun (2000), Luciano Alves Rossato e Paulo Eduardo Lépore (2011), José Roberto Dantas Oliva (2006), Márcia Silva, Naira Silva e Rosane Souza (2014) e Zygmunt Bauman (1999; 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, adota-se, como método de procedimento, o levantamento de dados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais publicados (como, por exemplo, livros, legislação, artigos científicos, matérias publicadas em sítios eletrônicos, entre outros) e, como método de abordagem, adota-se o método dedutivo (LAMY, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito brasileiro, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 no artigo 7º, inciso XXXIII, entende-se por trabalho infantil toda a atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade lucrativa, remuneradas ou não, realizadas por crianças e adolescentes em idade inferior a dezesseis anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos quatorze, independentemente da condição ocupacional[1]. A partir desta delimitação conceitual, pode-se proceder à análise de pontos importantes na manutenção do trabalho infantil na sociedade brasileira, a fim de se entender as razões de sua existência e dificuldades à sua erradicação.

De início, importa frisar que, quando posta em prática a "cartilha neoliberal", constata-se uma expressiva acentuação dos níveis de desigualdade econômica e, por conseguinte, um aumento relevante da pobreza. Entretanto, tais consequências não são vistas de forma negativa, já que o agravamento da questão social ganha outra interpretação sob o paradigma neoliberal.

Na realidade, em tempos de neoliberalismo, segundo Atílio Borón (1995, p. 104), "[...] a multiplicação dos pobres e o aumento do sofrimento humano não são mais do que dolorosas mensagens situadas no começo da estrada, indicando que estamos no bom caminho". Isso porque, ao operar com o dogma do mercado livre e autorregulado, afastando as formas de intervenção do Estado para amenizar suas distorções mais perversas, o neoliberalismo resgata de forma radicalizada os paradigmas do liberalismo clássico.

Neste cenário, observa-se, primeiramente, que o trabalho infantil está diretamente ligado ao modelo econômico capitalista, que visa sempre menores custos para produção e, em razão disso, utiliza-se da mão de obra infantil, por ser desqualificada e, consequentemente, mais barata, somado ao fato de que este sistema econômico gera desigualdades sociais e concentração de riqueza, fazendo com que crianças e adolescentes busquem o trabalho pela necessidade de custearem os próprios sustentos e/ou o de suas famílias (GRUNSPUN, 2000).

Assim, no Brasil, sob influência de um conjunto de ideias políticas e econômicas da doutrina neoliberal, esta realidade se faz viva nas atividades desempenhadas por crianças e adolescentes em carvoarias, na agricultura, na indústria têxtil, no comércio ambulante, nos estacionamentos de veículos, nos guias turísticos, no trabalho doméstico, dentre inúmeras outras que não exigem do trabalhador qualificação ou preparação educacional específica, possibilitando que crianças e adolescentes sejam arrebanhadas para estes trabalhos por inúmeros empregadores[2].

Ainda como consequência da adoção do modelo neoliberal, verifica-se que o trabalho infantil está ligado à globalização e à massificação do consumo, que faz com que crianças e adolescentes, para que consigam se sentir parte do grupo que

---

[1] Definição utilizada pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador para elucidar os contornos trazidos pela Constituição Federal acerca da idade de início para o trabalho (CONAETI, s.d.).

[2] A Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP – Decreto nº. 6.481, de 12 de junho de 2008), de acordo com o disposto nos artigos 3º, "d", e 4º da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, tem por finalidade elencar as formas de trabalho infantil que devem ser urgentemente erradicadas pelo Brasil e ainda não o foram, tendo seu prazo sido prorrogado para o ano de 2020.

as rodeia, consumam os produtos que o grupo consome e, para isso, busquem no trabalho precoce a satisfação deste desejo de pertencimento e identidade social. Para Zygmunt Bauman (1999), esta é uma característica marcante do mundo capitalista, que faz sucumbir os direitos fundamentais da criança trabalhadora, que vê no trabalho a forma de satisfação de suas necessidades e obtenção de bens de consumo.

Em modelos de sociedades pré-capitalistas, poucos trabalhadores eram propriamente "mercadoria" no sentido de que sua sobrevivência estava atrelada à venda de sua força de trabalho. Todavia, no momento em que os mercados se tornaram universais e hegemônicos, o bem-estar dos indivíduos passou a depender de relações monetárias. Privar a "sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a mercadorização das pessoas" (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 102) e, no cenário objeto de análise do presente artigo, é o que se tem feito com as crianças e adolescentes trabalhadores, entremeando-os em ideias nocivas de que o trabalho é a única alternativa que lhes resta para que tenham satisfação numa sociedade que as enxerga como "mercadorias" e motivo de lucro.

"A legitimação do mundo moderno como mundo 'justo' está fundamentada na 'meritocracia', ou seja, na crença de que superamos as barreias de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas" e que, por isso, hoje, só se considera o "desempenho diferencial dos indivíduos". E, assim, "[...] as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna. O mercado 'diz', ainda que não tenha boca: eu sou 'justo' porque dou a remuneração 'justa', verdadeiramente equivalente ao desempenho". E o Estado acaba por dizer "o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, o melhor deve vencer. Nada mais 'justo' do que isso" (SOUZA, 2009, p. 22).

Contudo, dentro desta lógica, onde entrariam as crianças e os adolescentes que muito cedo precisam se comprometer com o trabalho? Caso muito se esforcem, poderão atingir esses patamares de produção impostos pelo mercado e pelo Estado, a fim de terem em contrapartida um emprego de qualidade e um salário que seja digno e à altura das expectativas de uma vida de bem-estar? Por certo que não, haja vista não ser suficiente o sacrifício próprio para se alcançar tais conquistas, justamente por conta de problemas que são estruturais da sociedade contemporânea, em especial, a brasileira.

Portanto, justificar, numa perspectiva neoliberal, as diferenças econômicas entre as pessoas, atribuindo às suas próprias singularidades o sucesso ou fracasso e não à lógica centralizadora e excludente que comanda as diretrizes do mercado, tem por consequência o fenômeno da naturalização das injustiças sociais, pois elas, nesse contexto, não são consideradas como "injustas" de fato, mas, sim, como infortúnios decorrentes de acontecimentos econômicos estruturados racionalmente, em relação aos quais não se consegue exercer nenhuma influência (DEJOURS, 2007, p. 20).

Nesse sentido, Christophe Dejours (2007, p. 97-98) examina o prazer no trabalho e o próprio trabalho como ferramenta da reapropriação e da emancipação, aduzindo que "[...] o trabalho se revela essencialmente ambivalente. Pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde". E é nesse ponto que se pode refletir sobre o trabalho infantil, já que ele está totalmente inserido no lado negativo dessa

ambivalência apresentada por Dejours.

Por meio do trabalho precoce, o momento de preparação para a vida adulta é deixado de lado, tendo como possíveis consequências evasão escolar e total despreparo e desqualificação das crianças e dos adolescentes para a vida profissional futura, acarretando a frustração de nunca conseguirem empregos com melhores condições e salários, tendo de passar pela vida adulta percebendo rendimentos de valores baixos e pouco suficientes para que consigam estruturar uma família. É aí que o ciclo vicioso da pobreza se perpetua, fazendo com que a mão de obra infantil se torne uma constante e o trabalho já não traga mais dignidade ao ser humano por não conseguir emancipá-lo.

Somado a todo esse contexto descrito até o momento, há, na realidade brasileira, a concessão de autorizações judiciais para o trabalho antes da idade estipulada pela legislação vigente. Buscando combater o trabalho infantil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) elaborou as Convenções n° 138 e nº 182, sendo que a primeira visa à fixação de uma idade mínima para o trabalho, enquanto a segunda à proibição das piores formas de trabalho infantil, dispondo, em seu artigo 1º, que os países que venham a ratificá-la deverão adotar medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, em caráter de urgência[3]. Ambas foram ratificadas pelo Brasil e promulgadas pelos Decretos n° 4.134/2002 e nº 3.597/2000, respectivamente.

Ainda, como já explanado anteriormente, sabe-se que a Constituição Federal proíbe, em absoluto, o trabalho de pessoa menor de dezesseis anos de idade, trazendo como única ressalva o trabalho na condição de aprendizagem a partir dos quatorze anos. E, a ratificada Convenção nº 138 da OIT, em seu artigo 8º, só excepciona autorização para o trabalho artístico de crianças e adolescentes, sendo, portanto, as duas únicas exceções, específicas e restritas, não permitindo interpretações além dos seus limites.

Também, em seu artigo 227, a Constituição Federal fixa a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo absoluta prioridade na concretização de seus direitos, para se evitar toda forma de exploração ou opressão que ela possa vir a sofrer. Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduziu o Princípio da Proteção Integral em seu artigo 3°, afirmando que as crianças e os adolescentes também são sujeitos dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Assim, logo de início, persiste o questionamento de como o Poder Judiciário, mais especificamente os juízes das Varas da Infância e Juventude, concede determinadas autorizações.

Resta evidente o desrespeito por parte daqueles magistrados que ainda insistem em sustentar suas autorizações com base em dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), artigos 405 e 406, esquecendo-se que tais dispositivos não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, que disciplinou a matéria de forma diversa e, ainda, diante da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, já citada neste estudo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2012).

[3] Segundo Lepore e Rossato, a Convenção 182 complementa a Convenção 132 sobre a Idade Mínima para Admissão, e somadas constituem instrumentos fundamentais de combate ao trabalho infantil. Parte-se da necessidade de adoção de ações imediatas e globais, de reconhecimento da importância da educação fundamental e gratuita, retirando a criança de todos esses trabalhos, sem se esquecer das necessidades das famílias. (ROSSATO; LÉPORE, 2011).

Autorizando o trabalho precoce, o Poder Judiciário referenda que inúmeras crianças e adolescentes sejam submetidos a condições degradantes de vida e de trabalho, em prejuízo de um desenvolvimento sadio, perdendo a oportunidade de viver uma fase deveras importante que é a infância, comprometendo uma vida adulta saudável e capaz de assegurar a competitividade do exigente mercado de trabalho, além de estar caminhando completamente na contramão dos compromissos internacionais[4] firmados pelo Estado brasileiro para a erradicação do trabalho infantil.

Em relação aos argumentos elencados nessas autorizações judiciais para a concessão dos pedidos para trabalhar, verifica-se que, em regra, eles estão embasados na premissa de que o trabalho infantil mostra-se necessário, por supostamente ser elemento formador de caráter e de combate à criminalidade, marginalização e pobreza (OLIVA, 2006).

Este discurso, preconceituoso, portanto, só serve aos filhos das classes sociais mais pobres, já que os das mais abastadas podem preocupar-se exclusivamente com os estudos até a conclusão do ensino superior ou, ao menos, quando concluído o ensino médio, com o intuito de, melhores qualificados, poderem buscar por empregos de melhor qualidade e rentabilidade no mercado de trabalho. Na realidade, nem a rua, nem o trabalho devem ser opção, por negarem e impedirem o direito de ser criança, cujo verdadeiro lugar deve ser a escola (OLIVEIRA, 1996).

Fortemente enraizado na cultura brasileira, esse discurso naturaliza o trabalho infantil como “necessário”, a fim de ser o elemento de solução dos problemas das classes mais baixas, quando os dados das estatísticas de pesquisa[5] do IBGE informam o contrário (BRASIL, 2016), ou seja, o trabalho infantil não foi, não é e não será a solução, justamente porque ele reproduz a pobreza, a exclusão social e a evasão escolar. As autorizações para o trabalho, portanto, permanecem voltadas aos fundamentos ideológicos de outrora, esquecendo-se do momento político-jurídico-social de uma sociedade diversa como a do presente.

Desse modo, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, não há como atribuir à criança e ao adolescente a responsabilidade por proverem as suas próprias subsistências e as de suas famílias mediante o trabalho precoce, em detrimento do seu pleno desenvolvimento. Tais autorizações judiciais mostram-se em descompasso com o trabalho desenvolvido por alguns órgãos públicos e entidades não-governamentais para prevenção e erradicação do trabalho infantil e promoção e efetivação da proteção integral da criança e do adolescente. Não conseguindo a família dar o suporte para atender às necessidades de seus filhos,

[4] O Brasil assumiu compromisso, junto à OIT, de erradicar as piores formas de trabalho infantil até o ano de 2016, objetivo que não foi alcançado e, por isso, postergado para o ano de 2020; e de erradicar todas as espécies deste trabalho até o ano de 2020, prazo também já prorrogado para o ano de 2025, em uma ação conjunta com toda a América Latina e Caribe (A INICIATIVA, s.d.).

[5] Os últimos dados, que datam do ano de 2015, apontam que 2,672 milhões de crianças de 5 a 17 anos trabalham em todo o território nacional. Entre a idade de 14 e 17 anos, registrou-se um número de 2,260 milhões de trabalhadores e entre 10 e 13 anos, um número de 333 mil. No recorte de 5 a 9 anos, o trabalho infantil aumentou pelo segundo ano consecutivo: em 2015, foram registrados 79 mil casos (12,3% a mais que em 2014, quando havia 70 mil crianças nesta faixa etária trabalhando – em 2013, eram 61 mil), dos quais cerca de 60% se dá na área rural das regiões Norte e Nordeste. A PNAD registrou ainda elevação do percentual de 62% para 64,7% das crianças de 5 a 13 anos ocupadas em atividades agrícolas (BRASIL, 2016).

ela deverá ser integrada a programas ou políticas públicas que possam suprir tais necessidades, pois o trabalho do menor não é suficiente para esse fim.

Assegurar uma vida digna às crianças é preciso e, nesse sentido, deve-se reconhecer-lhes o direito à liberdade, mas não a que lhes faça escolher entre o trabalho e o estudo, já que o que precisam, de fato, é de educação, para que quando adultas possam ter a verdadeira liberdade de aspirarem ao trabalho que lhes possa trazer dignidade.

Nesse sentido, no ano de 2014, com base no artigo 114 da Constituição Federal, que trata da competência material da Justiça do Trabalho, e com o fim de chamar para si a competência para apreciar os pedidos de autorização para trabalhar, já que estes são analisados pela Justiça Comum, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) editou a Resolução Administrativa nº 14 (BRASIL, 2014), dispondo sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA), cuja competência material, conforme artigo 2º da Resolução, é analisar, conciliar e julgar processos que envolvam trabalhador com idade inferior a dezoito anos, incluindo-se os pedidos de autorização para o trabalho de crianças e adolescentes menores de dezesseis.

A Justiça do Trabalho, especializada materialmente na ampla proteção do valor constitucional “trabalho”, reconhece o trabalho infantil como grave forma de violação de direitos humanos, por ferir os direitos mais básicos da criança e do adolescente, norteados pelo princípio da proteção integral, tendo como objetivo estratégico institucional a sua erradicação. E, no âmbito desses Juizados Especiais, tem-se desenvolvido trabalhos, em diálogo com o poder público local e a sociedade civil e empresária, exitosos na retirada das crianças e dos adolescentes de condições de trabalho infantil.

Assim, os JEIAs vêm promovendo ações de conscientização, por meio de audiências públicas, de pais, empregadores e das crianças e dos adolescentes acerca dos inúmeros prejuízos advindos do trabalho prematuro, direcionando as maiores de quatorze anos a cursos de capacitação e vagas de aprendizagem, além de tomar outras atitudes que possam fazer romper o ciclo nefasto do trabalho precoce (BRASIL, s.d.), como o direcionamento, quando possível, do jovem e/ou da família a programas ou políticas públicas que façam suprir suas necessidades materiais, evitando o trabalho a fim de mantê-las na escola.

Nessa perspectiva, tal atuação desenvolvida pelo Judiciário Trabalhista está em consonância com o cumprimento de seu dever institucional de tornar concretos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil no exercício de suas atividades, a fim de que se construa uma sociedade livre, justa e solidária, por meio da erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo, sempre que possível, as desigualdades sociais e regionais, conforme regra estipulada pelo artigo 3º, incisos I, III e IV, da Constituição Federal.

E justamente por não ser essa ainda a perspectiva adotada pela Justiça Comum, que, ao autorizar o trabalho precoce, desrespeita o prescrito na Constituição de 1988 e nas normativas internacionais, que o reconhecimento da competência material da Justiça do Trabalho para apreciar os pedidos de autorização para trabalhar faz-se necessária como alternativa possível à construção de outra realidade. Isso porque, como já visto, a Justiça do Trabalho mostra-se mais comprometida com esse critério de justiça, atuando na produção, reprodução e desenvolvimento das condições materiais da vida das crianças e dos adolescentes,

que têm o direito constitucionalmente garantido à proteção integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho precoce não garante um importante rol de direitos às crianças e aos adolescentes, pois lhes retira oportunidades de viver as experiências da infância, tornando-as adultos incompletos, com responsabilidades de arcar, desde muito cedo, com necessidades pessoais e familiares, o que os motiva sempre mais para o consumo, fazendo com que o sacrifício pessoal seja o meio de alcançá-lo, por meio do trabalho.

Os pontos, abordados neste artigo, de permanência do trabalho infantil na sociedade brasileira merecem estudo e debates, na tentativa de que se possa compatibilizar o "progresso" com a não utilização do trabalho de crianças e adolescentes, mesmo porque o desenvolvimento não compreende tão somente o econômico, como também o desenvolvimento social. Quando verdadeiro, o desenvolvimento é capaz de emancipar de toda forma de servidão, garantindo, assim, o trabalho decente.

Nesse sentido, como analisado no presente artigo, aspectos estruturais do contexto brasileiro e valores culturais que naturalizam o trabalho desde a infância condicionam a existência do trabalho precoce, dificultando a sua erradicação. Ideias da ideologia neoliberal geram o mínimo de identificação solidária, por meio da assimilação (in)voluntária da concepção de responsabilidade individual exclusiva pelas histórias de vida de cada pessoa humana. E as autorizações judiciais para o trabalho, no âmbito da Justiça Comum, antes da idade permitida pela legislação, estão em total desconformidade com a Constituição Federal e as normativas internacionais.

A construção de uma sociedade realmente justa passa obrigatoriamente pela inclusão de todos, o que só será possível com a proteção integral e prioritária desde a infância no intuito de formar adultos completos. Medidas que estejam preocupadas com a vida humana em concreto fazem-se necessárias, a fim de se possibilitar a produção, reprodução e desenvolvimento desta vida na perspectiva da construção de um mundo em que todos caibam. Por isso, como uma das possíveis medidas de auxílio no combate ao trabalho infantil discutida neste artigo, deslocar, em definitivo, a competência material para apreciar os pedidos de autorização para o trabalho da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho faz-se preciso.

REFERÊNCIAS

A INICIATIVA regional América Latina e Caribe livre de trabalho infantil. Brasília, s. d. Disponível em: <http://www.iniciativa2025alc.org/pt-br>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir;

GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63.118.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Decreto nº. 3.597, de 12 de setembro de 2000. Promulga a Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. **Planalto**, Brasília, DF, 12 set. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Decreto nº. 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. **Planalto**, Brasília, DF, 15 fev. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Decreto-Lei nº. 5452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Planalto**, Brasília, DF, 1º maio 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Decreto nº. 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, DF, 12 jun. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. População: PNAD 2015. **IBGE**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Resolução Administrativa nº 14, de 31 de outubro de 2014. **Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, 31 out. 2014. Disponível em: <http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/resolucoes-administrativas-2014/-/asset_publisher/2zlYYIHmA53n/content/resolucao-administrativa-n-14-2014?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fresol

ucoes-administrativas-2014%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_2zlYYIHmA53n%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D1>. Acesso em: 11 out. 2017.

CONAETI. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.** Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/plan-prevencao-trabalhoinfantil-web_758.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2017.

GRUNSPUN, Haim. **O Trabalho das Crianças e dos Adolescentes.** São Paulo: LTr, 2000.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica:** técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Nota Técnica sobre autorizações judiciais para o trabalho antes da idade mínima legal.** Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente – COORDINFÂNCIA, Brasília, 13 dez. 2012. Disponível em: <http://portalantigo.mpba.mp.br/atuacao/infancia/trabalho/artigos/nota_tecnica_sobre_autorizacoes_judiciais_trabalho_antes_idade_minima_legal.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

OLIVA, José Roberto Dantas. **O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil.** São Paulo: LTr, 2006.

OLIVEIRA, Oris de. Erradicação do Trabalho Infantil: normas internacionais e brasileiras. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 96, p. 7-21, out. 1996.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo. **Direitos trabalhistas das crianças, adolescentes e jovens**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, Márcia Iara Costa da; SILVA, Naira Rodrigues Alves da; SOUZA, Rosane Izidório dos Santos. Trabalho Infantil: entre o enfrentamento e a persistência. **Revista de Direito da Infância e da Juventude**, São Paulo, v. 3, p. 253-273, jan. 2014.

SOUZA, Jessé. Introdução. In: _____. (Org.). **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 15-26.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A PESQUISA COM EGRESSOS: RELATO DE EXPERIENCIA COM LICENCIADOS EM PEDAGOGIA

RESEARCH WITH FORMER STUDENTS - EXPERIENCE REPORT WITH PEDAGOGY GRADUATES.

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea: Educação e Desenvolvimento

LOURINHO, Anamélia Cardoso Guasti
Uni- FACEF
Licenciada em Pedagogia, Coordenadora Pedagógica da Universidade de Uberaba
anameliacgl@gmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Uni-FACEF
Docente do programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional.

Resumo

O ensino superior evoluiu de forma relevante em aspectos quantitativos no decorrer dos últimos trinta anos, a pesquisa com egressos do ensino superior vem se destacando como importante instrumento de indicadores para melhorias de cursos, instituições de ensino e mercado de trabalho, com reflexões pertinentes ao contexto local e global. Frente a dificuldade em coletar informações junto ao aluno egresso no curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, busca-se nesta pesquisa conhecer novas realidades e mecanismos que minimizem as dificuldades encontradas. A pesquisa é qualitativa, de caráter bibliográfico e investigativo, faz um breve panorama sobre o cenário atual no Brasil e no mundo, tendo como referencial teórico o estudo de Jean –Jacques Paul, 2015, sobre o acompanhamento de egressos do ensino superior, que apresenta experiências brasileiras e internacionais. Como resultado faz conhecer mudanças inovadoras e incentivar a pesquisa com egressos do ensino superior relacionando seu impacto no desenvolvimento social.

Palavras–chave: Egresso; Desenvolvimento Social, Licenciatura em Pedagogia.

Abstract

Higher education has evolved significantly in quantitative aspects over the last thirty years. Research with higher education graduates has been an important indicator instrument for improvements in courses, teaching institutions and the labor market,

with reflections pertinent to the local and global contexts. Regardless the difficulties of collecting information from the undergraduate student in the course of Pedagogy, in the distance modality, this research seeks to know new realities and mechanisms that minimize the difficulties encountered. The research is qualitative, of bibliographical and investigative character, and it gives a brief overview about the current scenario in Brazil and in the world, having as theoretical reference the study of Jean-Jacques Paul, 2015, on the monitoring of graduates of higher education, presenting experiences both Brazilian and international students. As a result, innovative changes are needed and it encourages research with graduates of higher education, relating their impact on social development.

Keywords: Former students; Social Development, Degree in Pedagogy

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior vem evoluindo de forma significativa em aspectos quantitativos no decorrer das últimas décadas. As matrículas do ensino superior tiveram aumentos significativos desde os anos 1960-70, no Brasil os números foram multiplicados por quinze, na América Latina, os números de matrículas foram multiplicados por onze e em especial na França triplicaram entre os anos de 1970 e 2010, estes números são resultados de cálculos realizados por Jean (2015), a partir dos dados do Instituto Estatístico da Unesco. Pensando em conhecer as mudanças deste fenômeno também nos aspectos qualitativos, a pesquisa com egressos do ensino superior pode trazer contribuições neste sentido, pois vem se destacando como importante instrumento de indicadores para melhorias de cursos, instituições de ensino e mercado de trabalho, com reflexões pertinentes ao contexto local e global.

Enquanto pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca- Uni-FACEF, com Linha de Pesquisa em Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, e frente a motivação vinda da dificuldade encontrada em coletar informações junto aos alunos egressos no curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, buscou-se do estudo deste artigo conhecer novas realidades e mecanismos que minimizem as dificuldades encontradas.

As discussões aqui apresentadas são reflexões qualitativas de pesquisa bibliográfica, explorando os dados teóricos de experiências com egressos no contexto nacional e internacional, analisa estudos históricos e atuais, tem como referência os estudos de Jean (2015), traz dados da pesquisa em andamento da autora e procura conhecer melhor os “portais de egressos” no Brasil, visto a representação que possui no sentido de alavancar tais pesquisas e manter vínculo com os ex-alunos.

A relevância deste artigo vem contribuir com experiências e inovações na busca de dados atualizados junto aos cadastros de alunos titulados das IES e incentivar a pesquisa com egressos do ensino superior de forma mais sistemática, relacionando o processo avaliativo da IES e seu impacto no desenvolvimento social.

2 MÉTODOS

O presente artigo é fruto de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e investigativo, faz um breve panorama sobre as pesquisas com egressos no Brasil e no mundo, tendo como referencial teórico o estudo de Jean –Jacques Paul (2015), sobre o acompanhamento de egressos do ensino superior, aborda experiências brasileiras e internacionais. Apresenta também dados das pesquisas realizadas junto aos egressos do curso de Licenciatura de Pedagogia, na modalidade a distância, em um polo de apoio presencial na cidade de Franca/SP, traz contribuições da experiência exploratório realizada junto ao cadastro fornecido de alunos titulados de uma IES do Estado de Minas Gerais. Foi também objeto de estudos os "Portais de Egressos" de algumas instituições de ensino superior, a pesquisa foi realizada de forma online na plataforma Google.

3 DISCUSSÕES

As discussões deste artigo perpassam de forma rápida e objetiva pelas pesquisas com egressos: experiências nacionais; experiências internacionais; experiência da autora em pesquisa e coleta de dados com egressos do curso de Licenciatura em Pedagogia; e um breve olhar no Portal do Egresso da USP.

Experiências Nacionais

Objeto de estudos deste artigo é a pesquisa com egressos do ensino superior, em especial conhecer melhor a realidade desta no Brasil. Sobre o acompanhamento de egressos do ensino superior o estudo de Jean (2015) contribui com relatos de experiências brasileiras e internacionais, comenta que no Brasil, "os estudos de egressos continuam esporádicos, pouco utilizados e com insuficiências metodológicas que podem estar associadas à falta de observação das experiências internacionais".

Observa-se, na tabela a seguir, uma síntese dos registros de algumas pesquisas realizadas com egressos no Brasil, referenciada em Jean (2015) que datam início nos anos 80 até a recente iniciativa dos últimos anos de IES que implantaram o "Portal do Egresso".

Tabela1- Pesquisas com Egresso no Brasil

Ano	Data / Período	Entidade	Graduação/Cursos
1982 (SIMÕES, 1985)	1972-1975-1978-1980	CAPES COM 48 IES	Administração, Biologia, Educação, Medicina e Química
1986	1978-1980-1983	Universidade Federal do Ceará - UFC	17 Cursos

1989	1958 - 1976	Faculdade de Direito Vale do Paraíba/SP	Direito 122 graduados
2003 (MACHADO, 2010)	1970 a 72 – 1973 a 75 – 1976 a 78 – 1979 a 81	UFRGS	Junto aos graduados
2006 MACHADO, 2010)	1994-2002	Universidade de Brasília	614 formados
2006	1998 a 2003	UEL	12000 estudantes sendo que 2253 registraram. Inaugurou o Portal do Egresso.

Fonte: A autora (2017).

Jean (2015) comenta que as pesquisas em geral aconteciam via postal, as vezes com amostra de não-respondentes entrevistados por telefone, afim de garantir a confiabilidade das inferências e generalizações. Contribuições destas amostras trouxeram aprendizagens significativas, mostrou que tanto do ponto de vista da procura dos cursos no momento do vestibular quanto da origem social dos alunos e do desempenho dos egressos no mercado de trabalho, não existe uma polarização "universidade pública" *versus* "universidade privada". Ficou clara a irrelevância de se compararem as universidades globalmente, sem levar em conta as dimensões "curso" e "turno", principais responsáveis pelas diferenças observadas, assim como do perfil socioeconômico das instituições e dos egressos pesquisados.

Comenta também Jean (2015) que o "Portal de Egressos" teve início e 2006 pela então Universidade Estadual de Londrina, evidenciando uma multiplicação dos "postais do egresso" em inúmeras instituições, no seu estudo identificou 32 IES, sendo quatro universidades federais, três universidades estaduais, uma universidade municipal, dois institutos federais, onze universidades particulares e doze faculdades privadas. Tais portais expressam ponto de vista tais como "aproximação com os ex-alunos, intenção que foi reforçada pelas exigências do programa de autoavaliação institucional determinado pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior" (Portal da UEL) reforçam que "A Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) é considerada pelo Ministério da Educação (MEC) como de fundamental importância para o desenvolvimento das políticas de educação e evolução das Instituições de Ensino no país" (Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte).

Experiências internacionais

Para Jean (2015) esse panorama histórico e internacional de pesquisas realizadas junto aos egressos do ensino superior revela uma evolução efetiva nos

métodos de investigação, traz o exemplo do sistema italiano como reflexão por oferecer inigualáveis taxas de respostas, além de rapidez e comparabilidade dos resultados. Observa-se também uma relação mais efetiva com os empregadores, devendo-se avaliar a utilização efetiva do sistema pelos diferentes atores. Lembra que a Itália tem a vantagem de possuir um ensino superior de dimensão relativamente modesta, sobretudo se comparada à do Brasil.

Tabela 2 - Pesquisas Internacionais com Egresso

Ano	**País**	**Data / Período**	**Entidade**	**Graduação/Cursos**
1930	Estados Unidos USA	1930	*National Longitudinal Surveys*	Graduados do ensino secundário do Minnesota
1957	Estados Unidos USA	1957	*National Longitudinal Surveys*	5.000 graduados (homens) do ensino secundário do Wisconsin
1960	Estados Unidos USA	1960	Projeto TALENT	400.000 alunos secundarista
1975	Estados Unidos USA	1975	*National Longitudinal Surveys*	4.400 graduados (homens) do ensino secundário do Wisconsin
1970 1990	França	1993	*Céreq* (Centro de estudos e pesquisas sobre as qualificações)	1970 Governo/ 1990 as universidades criaram seus próprios *Observatoires de la Vie Etudiante,* oficializados em 2006.
1993	Grã-Bretanha	1993 2011 - 2012 2012 - 2013	HESA	Todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Reino Unido
1990	Alemanha	2012 – 2013 2015 - 2016	KAOB	Instituições de Ensino Superior (IES)
1994	Itália	2012 - 2013	*Observatorio Statistico dell'Università di Bologna (AlmaLaurea)*	Base de dados de *currículo vitae* (CVs), 1.800.000 de egressos, 64 universidades.

1987	Columbus	1987	Associação Europeia das Universidades e pela Associação das Universidades Latino-americanas	Desse projeto participaram universidades e instituições das duas regiões (10 da América Latina e 11 da Europa)
1998	Cheers	1998 - 2000	*Carrer after Higher Education: a European Research Study* (*CHEERS*)	Cerca de 3.000 graduados de nove países da União Europeia, após 5 anos de formados.
2005	Reflex	2005	*Research into Employment and professional Flexibility* (*REFLEX*)	30.000 graduados de 16 países, com equipe de pesquisadores de 11 países.

Fonte: A autora (2017).

Experiência em Pesquisa de Coleta de Dados com Egressos

A experiência em busca de dados junto a egressos teve motivação pessoal em pesquisa para dissertação de mestrado (em andamento) para o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca- Uni-FACEF, com Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. A pesquisa em andamento é de abordagem qualitativa, exploratória, apoiada em estudos bibliográficos e investigativos. A população pesquisada é de alunos egressos do curso de Licenciatura em pedagogia, na modalidade a distância, com polo presencial na cidade de Franca, estado de São Paulo, alunos estes que colaram grau entre os anos de 2009 a 2017. Os dados dos egressos foram coletados mediante apoio da IES, que possui sede no Estado de Minas Gerais.

A estrutura da amostra foi de alunos com e-mails no cadastro da instituição, os dados foram coletados mediante questionário enviado de forma online, pela ferramenta Google Forms, a todos os alunos egressos que possuíam e-mail no cadastro institucional. Observou-se que muitos alunos das turmas mais antigas não possuíam e-mails no cadastro e que muitos e-mails da relação existente não eram válidos. Constatou-se retorno de e-mails por motivo de “endereço não encontrado” e “entrega incompleta”. O primeiro envio do questionário foi realizado em agosto de 2017, obteve-se apenas 22 respostas, dos 573 envios.

Com o objetivo de aumentar o número da amostra, começou-se outro trabalho usando a técnica bola de neve, foi realizado alguns contatos telefônicos, Messenger e WhatsApp. Nestes constatou-se outros problemas além dos mencionados acima: vários questionários estavam sendo direcionados diretamente para a lixeira; alguns endereços de e-mails não eram do próprio aluno, eram de familiares próximos como marido, filhos, entre outros. Com o efeito bola de neve conseguiu-se alunos que avisavam outros alunos sobre a pesquisa para que colaborassem com as respostas, além de alguns endereços de e-mails novos, atualizados. Realizou-se o reenvio do

questionário em setembro de 2017 com atualização de alguns e-mails, neste momento da pesquisa temos como resultado de 60 questionários respondidos.

A relação da instituição possui um total de 792 alunos egressos do público alvo da pesquisa, destes 145 formados não possuíam e-mails, 74 não chegaram a receber o questionário por problema no envio, foram devolvidos como endereço não encontrado, chegando a um total de 219 egressos sem e-mail e/ou e-mail inválido. Dos 511 enviados que não se obteve respostas, além dos motivos mencionados anteriormente, observamos dois casos de óbito e vários endereços eletrônicos errados e ou muito antigos, de operadoras que já não estão mais em uso, entre outros.

Tabela 3 – Dados dos Egressos do Curso de Pedagogia - 1ª Licenciatura

Turma	Formados	Óbito	Sem e-mail	Devolvidos	Respostas
1	6		5	0	1
2	13		4	2	1
3	17		3	2	6
4	18		0	4	2
5	13		1	1	2
6	10		0	1	1
7	13		0	1	3
8	8		0	1	0
9	11		1	0	0
10	24		1	2	3
11	0		0	0	0
12	17		0	1	0
SOMA	**150**	**0**	**15**	**15**	**19**

Fonte: A autora (2017).

Tabela 4 - Dados dos Egressos do Curso de Pedagogia - 2ª Licenciatura

Turma	Formados	Óbito	Sem e-mail	Devolvidos	Respostas
1	16		8	3	4
2	25		14	1	3
3	26		16	0	1
4	24		17	1	0
5	25		13	2	0
6	27		17	0	1
7	24		8	2	1
8	27		11	6	1
9	26		3	2	2
10	26		6	2	1
11	26		5	1	2
12	20		2	2	1
13	21		0	1	0

14	29	1	4	6	1
15	32		0	4	5
16	19		0	5	0
17	21		0	2	2
18	28		0	3	3
19	42	1	2	3	1
20	24		2	3	1
21	26		1	6	0
22	31		0	2	3
23	23		1	2	0
24	15		0	0	2
1A	26		0	0	2
3A	13		0	0	4
	642	**2**	**130**	**59**	**41**

Fonte: A autora (2017).

Portal do Egresso da USP – *ALUMNI* USP

A escolha por exemplificar uma breve estrutura do portal de egresso foi resultado de busca nos sites dos portais do egresso disponíveis no Google. Optou-se pelo site da USP, visto ser o único que apresentava dados mais consistentes e abertos. O “portal do egresso” da USP implantou no final de 2016 o aplicativo *Alumni* USP, a “plataforma foi desenvolvida a partir da parceria da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da USP com dois alunos da Pós-Graduação da Escola Politécnica (Poli), sob a coordenação do Escritório *Alumni* USP”. A missão do portal é criar uma rede de antigos alunos de graduação e pós-graduação para proporcionar contato entre os colegas, *networking,* mostrar e oferecer oportunidades de trabalho, educação continuada e demais vantagens que são constantemente oferecidas.

A equipe *Alumni* USP é composta por 19 pessoas sendo: Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Graduação; Pró-Reitor de Pós-Graduação; Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária; Pró-Reitor de Pesquisa. 4 pessoas compõem o Escritório *Alumni* USP sendo uma Coodenadora, uma estagiária, uma secretária e uma pessoa de criação. E mais 9 representantes: IME, Poli, Vice Reitoria, Pro Reitoria de Pós-Graduação, FO, Vice Reitoria e mais 3 membros da STI. Comenta no site a coordenadora e professora da Faculdade de Odontologia (FO), Marina Helena Cury Gallottini que “Esse é um projeto inovador, uma vez que o portal não quer apenas gerar estatísticas sobre os antigos alunos, mas quer acolhê-lo por meio de ferramentas atrativas, melhorar o relacionamento da USP com esse público e mostrar para a sociedade a contribuição da Universidade na formação de seus alunos”.

A partir de 1986 todos os alunos titulados estão registrados nas bases de dados da USP PÓS GRADUAÇÃO e a partir de 1974 todos os alunos titulados estão

registrados nas bases de dados da USP GRADUAÇÃO. Os dados anteriores a esses anos ainda não estão digitalizados. Dos 282977 alunos titulados 19397 são usuários no aplicativo *Alumni* (6,85%), dos 207596 titulados na graduação 14698 são usuários (7,08%) e dos 109830 da Pós-Graduação 9335 são usuários (8,5%).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir o "portal dos egressos" junto a IES traz grandes contribuições a IES, é importante instrumento de avaliação e contato com os ex-alunos. Pode-se inferir também que traz contribuições significativas aos pesquisadores de egressos, que buscam dados mais consistentes e seguros sobre o público de alunos titulados.

Quanto ao bom funcionamento do sistema para a pesquisa com os egressos uma condição essencial é a atualização constante dos endereços, sendo o endereço eletrônico o mais importante, seguido de um número de telefone que também pode ajudar no contato com os egressos para verificação ou aprofundamento de certas informações.

O questionário online é o mais utilizado por ser um recurso rápido e pouco oneroso. Devido a necessidade de incentivo constante junto aos egressos para participarem e se manterem conectados com a IES. A utilização de diversas redes sociais como Messenger, WhatsApp, Facebook, Tweeter entre outras, podem e devem ser utilizadas neste sentido.

Para alavancar as pesquisas junto aos egressos e as contribuições destas nas mudanças e inovações dos cursos, das IES e das políticas educacionais e de desenvolvimento social sugere-se que os dados coletados sejam acessíveis à comunidade científica, possibilitando integração das informações e aprendizagem entre os pares, além de pesquisas mais robustas e de maior abrangência nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

JEAN, Jacques Paul. **ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR: experiência brasileira e internacional.** *Cad. CRH* [online]. 2015, vol.28, n.74, pp.309-326. ISSN 0103-4979. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005. Acesso em: 22/09/2017

Portal do Egresso USP. http://www.alumni.usp.br. Acesso em: 15/10/2017

Portal do Egresso UFRN. http://www.portaldoegresso.ufrn.br. Acesso em: 15/10/2017

Portal do Egresso UEL. http://www.uel.br/proplan/egresso/portal. Acesso em: 15/10/2017

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A POLÍTICA NACIONAL DE CRIMES AMBIENTAIS

THE NATIONAL POLICY OF ENVIRONMENTAL CRIMES

Sessão temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas – 1.2: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

FELÍCIO, Geisa Mariah Bomfim
UNESP Campus de Franca
mariahbomfim@hotmail.com

FERNANDES, Fernando Andrade
Unesp Campus de Franca
feranfer@uol.com

Resumo

O meio ambiente é essencial para a vida humana, e a manutenção de seu equilíbrio é fundamental para a sadia qualidade de vida. Não há como compreender a existência humana sem a existência de florestas, animais, oceanos e lagos. Inicialmente, veremos como o homem alterou profundamente o meio em que vive, causando danos irreversíveis ao bioma local. Não há como reparar o meio ambiente, pois uma vez que o dano é causado o local nunca mais será o mesmo. Assim veremos não somente a importância do meio ambiente para os seres humanos, mas também a importância da sua manutenção como está, pois as alterações causadas muitas vezes são perpétuas. Após veremos o que é protegido pela Lei Ambiental, e como ela não protege somente o animalzinho de estimação, e sim todo o conjunto de coisas que formam o meio ambiente, lançando sua proteção à toda a flora e fauna, bem como ao ar, águas e solos entre outros. A proteção recai sobre todos os bens que em conjunto são necessários a uma vida humana digna. Com o surgimento da Política Nacional do Meio Ambiente vemos, através de seus princípios, como é importante a prevenção ambiental. Serão apontados exemplos de institutos criados pela política nacional que visem evitar o acontecimento de qualquer dano ambiental, analisando o crime de poluição, que expressa melhor o caráter preventivo da política brasileira do Meio Ambiente, em sintonia com a tendência mundial.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Política Nacional do Meio Ambiente, Prevenção.

Abstract

The environment is essential for human life, and maintaining its balance is fundamental to a healthy life. There is no way to understand human life without the existence of forests, animals, oceans and lakes. Initially, we will see how man has deeply changed the environment that he lives in, causing irreversible damage to the

local biome. There is no way to repair the environment because once the damage is done the location will never be the same again. Thus we will see not only the importance of the environment for human beings but also the importance of its maintenance as it is, because the changes caused are usually forever. After we will see what is protected by the Environmental Law, and how it does not only protect the pet, but all the set of things that form the environment, throwing its protection to all flora and fauna, as well as to the air, water and soils among others. With the emergence of the National Environmental Policy we see, through its principles, how important environmental prevention is. Examples of institutes created by the national policy that seek to avoid the occurrence of any environmental damage will be mentioned, analyzing the crime of pollution, that better expresses the preventive character of the Brazilian policy of the Environment, in tune with the world trend.

Keywords: Environment, National Environment Policy, Prevention.

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente é essencial para a vida humana, e a manutenção de seu equilíbrio é fundamental para a sadia qualidade de vida. Não há como compreender a existência humana sem a existência de florestas, animais, oceanos e lagos.

Inicialmente, veremos como o homem alterou profundamente o meio em que vive, causando danos irreversíveis ao bioma local. Casos como o do Mar de Aral serão apresentados demonstrando como o meio ambiente é delicado e como a intervenção humana pode lhes causar desastres irreversíveis, extinguindo toda a possibilidade de formas de vida.

Não há como reparar o meio ambiente, pois uma vez que o dano é causado o local nunca mais será o mesmo. Assim veremos não somente a importância do meio ambiente para os seres humanos mas também a importância da sua manutenção como está, pois as alterações causadas muitas vezes são perpétuas, e estas alterações causadas pela exploração econômica não são visando a manutenção do meio ambiente.

Após veremos o que é protegido pela Lei Ambiental, ou seja, a unidade formada por inter-relações entre a natureza, tanto natural como artificial, a humanidade, e os bens culturais, de forma interdependente. A lei ambiental não protege somente o animalzinho de estimação, e sim todo o conjunto de coisas que formam o meio ambiente, lançando sua proteção à toda a flora e fauna, bem como ao ar, águas e solos entre outros. A proteção recai sobre todos os bens que em conjunto são necessários a uma vida humana digna.

Com o surgimento da Política Nacional do Meio Ambiente vemos, através de seus princípios, como é importante a prevenção ambiental. Serão apontados exemplos de institutos criados pela política nacional que visem evitar o acontecimento de qualquer dano ambiental.

Como exemplo máximo da intenção de preservar o meio ambiente e evitar alterações que piorem a sua qualidade, veremos o crime de poluição, que expressa melhor o caráter preventivo da política brasileira do Meio Ambiente, em sintonia com a tendência mundial.

2 A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE

O meio ambiente é indispensável para a vida humana, e tanto a sua manutenção como sua proteção são temas atuais e recorrentes, que atraem olhares de diversas pessoas e entidades com diferentes interesses. O homem depende da natureza desde o seu surgimento e além de explorá-la deve cuidar e manter não somente para si, mas para toda a coletividade e também para as futuras gerações.

Atualmente, muito se discute acerca da importância do meio ambiente, porém poucas pessoas realmente se importam com isso.

Entende-se por meio ambiente o local onde os seres vivos são capazes de viver, apresentando seus ciclos de vida de forma ordenada. Neste local onde vivem é que estes seres acharão as condições necessárias para sua sobrevivência, tal como água, ar, alimentos entre outros.

Não é possível conceber a existência de vida sem um meio ambiente, pois não somente a humanidade, como todos os seres vivos dependem dele para subsistência. Não há vida sem ar puro, água potável, solo fértil e clima ameno. Não há também economia sem um ambiente saudável.

Desde os primórdios o homem explora a natureza, e após a Revolução Industrial esta exploração se deu de forma desordenada e imprudente, trazendo várias conseqüências negativas para todos, chegando a alterar completamente o bioma, sendo impossível a existência de qualquer forma de vida nestes locais.

Tomamos por exemplo o Mar de Aral, que era um grande lago de água salgada na Ásia Central.

> O desaparecimento do Mar de Aral, na Ásia Central, é uma das maiores catástrofes provocadas pelo homem do mundo. Para estimular o cultivo de algodão, políticas de irrigação agressivas implementadas pelos soviéticos transformaram 90% do que costumava ser o quarto maior lago do mundo em um deserto. (QOBILOV, 2017)

Tal alteração no bioma trouxe conseqüências devastadoras para os povos locais. Com diminuição da água do mar, a concentração de inseticidas e pesticidas jogados ao longo do rio por anos tornou-o um local inóspito. Com a morte dos peixes muitas pessoas perderam sua fonte única de subsistência, e as empresas pesqueiras abandonaram o local.

Houve também a mudança no clima, pois as chuvas cessaram, a grama secou, os pequenos lagos de água doce que existiam perto também secaram, e os rebanhos de antílope desapareceram. A vida se tornou muito difícil para as pessoas da região. Muitos tiveram que mudar de local, e os poucos que ficaram se viram na posição de necessitar de ajuda do governo para sobreviver, pois não havia mais condições de uma vida sustentável no local.

O que era antes um povoado próspero tornou-se uma vila pobre e miserável, e mesmo nos dias atuais não mais se consegue falar em recuperação do local.

Este é somente um dos exemplos de como a alteração do meio ambiente pode impactar negativamente a vida de um local. Devido à interferência do homem, em cerca de 40 anos a vida praticamente cessou na região.

Ainda assim, a exploração da natureza continua, como se não houvesse o

dia de amanhã para se preocupar, empresas lançam seus dejetos na água e no ar, pessoas colocam fogo em plantações de cana, florestas são derrubadas para a criação de gado e plantio.

O homem age como dono do planeta Terra, tentando dominá-lo acreditando que os recursos naturais são infinitos, sem perceber que a humanidade e a vida dependem da natureza, e não o contrário.

Cada vez mais a tecnologia traz avanços para a sociedade, criando inseticidas capazes de matar pequenos predadores e não causar danos às plantas, sementes transgênicas são desenvolvidas para que as plantas sejam mais resistentes a determinadas doenças, animais são criados em cativeiro em espaços cada vez menores e em situação de estresse.

Quanto mais se pede da natureza, mais o seu preço é cobrado. Este preço pode não ser cobrado hoje, ou nesta geração, mas será cobrado. Recursos são finitos e sua manutenção é extremamente importante para o prosseguimento da vida. A água potável pode acabar, o ar pode tornar-se tóxico e o solo impróprio para o cultivo.

Sem a natureza, não existe vida.

3 O BEM JURÍDICO TUTELADO

Devido a preocupação com a preservação e manutenção da natureza, é necessário criar mecanismos de proteção eficazes, que consigam tutelar o bem jurídico ambiental, ou seja, proteger os valores essenciais à sadia qualidade de vida[1] e à manutenção da convivência harmônica e pacifica da sociedade.

> A expressão “sadia qualidade de vida” faz com que o intérprete, com segurança, associe o direito à vida ao direito à saúde, dentro de uma visão da legislação brasileira destinada a impedir que o meio ambiente viesse a ser apenas uma questão de sobrevivência, mas, efetivamente “algo mais”, dentro de um parâmetro, vinculando o direito à vida em face de uma tutela à saúde com padrões de qualidade e dignidade. (FIORILLO, 2013)

Porém é necessário verificar o que é considerado como bem jurídico ambiental. Em 1981 foi promulgada a Política Nacional de Meio Ambiente que define como meio ambiente *“o conjunto de condições, leis, influencias e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”* (BRASIL, 1981)[2].

Este conceito é sistêmico, pois demonstra que o meio ambiente é uma unidade formada por inter-relações entre a natureza, tanto natural como artificial, a humanidade, e os bens culturais, de forma interdependente. A humanidade depende da natureza e é atingida por qualquer dano causado a ela.

O conceito legal é tido como antropocentrismo alargado, no qual o Homem é parte central da natureza, o mais importante, porém possui deveres morais para com ela, deveres estes que decorrem dos deveres morais que temos uns com os outros.

[1] Artigo 225, caput da Constituição Federal do Brasil de 1988.
[2] Artigo 3º, inciso I da Lei n. 6.938 – Política Nacional do Meio Ambiente.

Ou seja, o Homem é tido como a parte central, porém também é reconhecida a sua interdependência da natureza, motivo pelo qual é necessária a sua proteção.

Vale ressaltar que a Constituição Federal confirma o prescrito na Lei n. 6.938/81 ao dar ao meio ambiente ecologicamente equilibrado o status de direito humano fundamental. Porém

> Ao estabelecer a existência de um bem que tem duas características específicas, a saber, ser essencial à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo, a Constituição de 1988 formulou inovação verdadeiramente revolucionária, no sentido de criar um terceiro gênero de bem que, em face de sua natureza jurídica, não se confunde com os bens públicos e muito menos os bens privados. (FIORILLO, 2013)

Por isso o meio ambiente configura-se como um macrobem jurídico, inconfundível com os bens corpóreos que o compõem, sendo, portanto, inapropriável, indisponível, indivisível, incorpóreo, imaterial e de titularidade difusa. O que se pode apropriar são somente os recursos naturais em sentido estrito, ou microbens. Tal apropriação não significa que se pode explorá-los até a exaustão ou destruição, uma vez que atingiria o ambiente como um todo.

O meio ambiente é composto de elementos que também são considerados bens jurídicos, tais como a água, florestas, bosques, construções históricas, dentre outros. Os elementos corpóreos e incorpóreos que o integram possuem conceitos e regimes jurídicos próprios, tendo legislações específicas, como ocorre, por exemplo, com as florestas. A proteção destes bens não é individualizada, o que se busca é sua defesa como elemento indispensável à proteção ambiental como bem imaterial.

Todos os elementos que compõem o meio ambiente são parte de um todo que rege a vida em geral. Quando se fala em proteção, o que se tem em mente é a preservação de todo o conjunto de relações, que permitem, abrigam e definem todas as formas de vida. É a proteção de interesses fundamentais da coletividade.

Nossa Magna Carta define o meio ambiente como um bem de uso comum do povo, ou seja, de interesse público, que pertence a todas as pessoas e são úteis a elas, servindo-as, desde que respeitadas as leis e regulamentos. Por isso ele é indisponível e deve ser preservado não somente para a atualidade, mas também para as futuras gerações.

Por pertencer a todos, não pode ser apropriado por nenhuma pessoa, muito menos pelo Estado, que atua como mero administrador do meio ambiente, só podendo ser apropriados, eventualmente, os elementos corpóreos que o compõem, sempre em conformidade com as prescrições legais.

Em síntese, o meio ambiente é um macrobem autônomo, unitário, integrado, incorpóreo e imaterial - formado por microbens - de uso comum do povo e de interesse público, revestido de fundamental importância para o Homem.

4 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL E A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO

A Política Nacional do Meio Ambiente foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e é a referência mais importante na proteção ambiental, dando efetividade ao artigo n. 225 da nossa Magna Carta. O Direito que está preceituado neste artigo é referente ao meio ambiente equilibrado simultaneamente ao dever de responsabilidade, quando uma atividade gerar dano ambiental. Portanto, tal dispositivo regulador do meio ambiente, determina que não se use indiscriminadamente determinado bem quando esta utilização colocar em riso o equilíbrio ambiental.

Observamos que o objetivo da tutela ambiental mundial é a de estabelecer a interpretação de normas ambientais vinculadas à erradicação da pobreza, reduzindo as desigualdades com o uso racional e equilibrado dos bens tutelado pelo direito ambiental dentro de uma economia de desenvolvimento sustentável. Para tanto a proteção ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente. Assim deve ser feita uma ponderação entre o direito fundamental ao desenvolvimento econômico e o direito à preservação ambiental que garantirá uma sadia qualidade de vida.

O que se visa é o estabelecimento de um dever jurídico de evitar a consumação de danos ambientais, mantendo o meio ambiente equilibrado, pois uma vez que causado um dano, o meio ambiente nunca mais voltará a ser o mesmo. Após a ocorrência de um dano, animais e plantas extintas não serão recuperados, a riqueza em nutrientes do solo não será reposta, assim como a fauna e a flora nunca mais serão as mesmas.

> O direito ao meio ambiente equilibrado, do ponto de vista ecológico, consubstancia-se na conservação das propriedades e das funções naturais desse meio, de forma a permitir a existência, a evolução e o desenvolvimento dos seres vivos. Ter direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado equivale a afirmar que há um direito a que não se desequilibre significativamente o meio ambiente. (MACHADO, 2014)

Normas foram criadas para atingir tal situação de equilíbrio ecológico, sendo que o Direito Ambiental possui os seus próprios princípios diretores, presentes na Carta Magna. Tais princípios fundamentam o sistema jurídico e devem ser utilizados em conjunto com outros princípios em cada caso concreto, ou seja, inexiste princípio absoluto.

> No que concerne os princípios ambientais, digna de nota é a previsão expressa de inúmeros deles na *Lei 11.428/2006,* que regula o *Bioma Mata Atlântica*: função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.(AMADO, 2014)

É imprescindível prever, prevenir e combater as causas que gerem o desequilíbrio ambiental. Tendo em mente tal necessidade, alguns princípios ambientais surgem para dar efetividade a tal determinação, com destaque para os princípios da prevenção e da precaução.

O princípio da prevenção tem uma base científica para prever os danos ambientais decorrentes de determinadas atividades exploratórias que podem lesar o meio ambiente, impondo ao explorador determinadas condições para obtenção do licenciamento ambiental, visando mitigar ou suprimir possíveis prejuízos. Ele se volta para atividades nas quais já se definiram a extensão e a natureza dos danos ambientais, e trabalha com boa margem de segurança, ou seja, ele tem uma certeza científica da degradação do ambiente mediante determinada exploração.

A prevenção sempre é buscada pelo Direito Ambiental, uma vez que remediar normalmente não é possível, tendo em vista a natureza irreversível dos danos ambientais. Exemplo do uso deste princípio é a necessidade de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de atividade que possa causar degradação ambiental.

Diferentemente, o princípio da precaução não tem a certeza científica, e é previsto na Declaração do Rio (ECO/1992)[3].

> De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para precaver a degradação ambiental. (ONU, 1992)

Assim, se determinado empreendimento puder causar sérios danos ambientais ou irreversíveis, porém não existe a certeza científica em relação a quais danos podem ser causados e a suas extensões, mas há probabilidade razoável fundada em base cientifica da probabilidade da ocorrência do dano, o empreendedor deverá ser compelido a adotar medidas de precaução para eliminar ou reduzir os riscos ambientais para a população.

Já em casos extremos de perigo ambiental, é recomendável que o Poder Público não libere a exploração da atividade supostamente impactante até que se tenha uma evolução científica que possa melhor analisar a extensão dos potenciais males ambientais, pois é melhor prevenir do que remediar.

Podemos verificar então que a incerteza científica milita em favor do meio ambiente, e a precaução é caracterizada pela ação antecipada diante do risco desconhecido. Enquanto a prevenção trabalha com o risco certo em relação ao perigo concreto, a precaução trabalha com o risco incerto, envolvendo perigo abstrato ou potencial.

É notável a importância de tais princípios, uma vez que os danos ambientais são, na maioria das vezes, irreversíveis e irreparáveis. Para tanto basta pensar: como erradicar os efeitos de Chernobyl? Como recuperar uma espécie extinta?

[3] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 10 out. 2017.

Como reavivar o rio Tietê? Como reverter os estragos causados pela seca do Mar de Aral?

No mesmo sentido destes princípios há também o princípio da informação ambiental. Tal preceito pretende promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino

A ação governamental objetiva a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo certo que o meio ambiente é um patrimônio publico de uso coletivo e deve ser necessariamente protegido. Por isso é que a preservação, a recuperação e a revitalização do meio ambiente há de constituir uma preocupação do Poder Publico, e conseqüentemente, do Direito, porque ele forma a ambiência na qual se move, desenvolve, atua e expande a vida humana.

O objetivo do Programa Nacional do Meio Ambiente é de regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, tornando favorável a vida, assegurando à população condições propícias para seu desenvolvimento social e econômico, fundamentais na busca da proteção ambiental. De acordo com a

> Lei Federal de 9.795/99, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o individuo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atividades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à saudável qualidade de vida. (LANFREDI, 2002)

Clara é a intenção da legislação brasileira quanto ao seu objetivo. A lei da Política Nacional do Meio Ambiente segue a tendência mundial de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, fundamental para a vida. Para tanto o legislador também instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA[4]

Talvez a educação ambiental seja mesmo a melhor maneira de resolver os problemas que temos com o meio ambiente, pois a PNEA objetiva a construção de valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conservação ambiental, incumbindo ao Poder Público promovê-la em todos os níveis de ensino, juntamente com a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

5 A POLÍTICA BRASILEIRA E SUA EFICÁCIA

Determinadas atividades econômicas podem gerar impacto ambiental, em grande ou pequena escala, por isso a Política Nacional do Meio Ambiente tenta identificar estas atividades que podem ameaçar um sistema ambiental e com medidas preventivas e proibitivas reduzir ou anular este impacto, utilizando-se de normas de comando e controle.

Os instrumentos que a Política Nacional utiliza estão elencados no artigo 9º da lei[5], e são mecanismos que devem ser utilizados pela Administração Publica para

[4] A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída através da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

[5] Lei 6.938/81 que institui o Programa Nacional do Meio Ambiente

que seus objetivos sejam alcançados. Tais instrumentos foram estabelecidos por meio de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Dentre estes instrumentos há os Padrões de Qualidade Ambiental que envolve a gestão dos componentes do meio ambiente, que são a qualidade das águas, do ar e dos padrões de ruídos.

> Os padrões de qualidade previstos para o meio receptor – água, ar e solo – devem ser amplamente confrontados com o sistema de produção e efluentes que pretende obter autorização. Tome-se por exemplo, a Resolução 20-CONAMA, de18.6.1986, em que são classificadas as águas doces, salobras e salinas no território brasileiro. [...] Não importa que a atividade – por si só – não ultrapasse algum dos limites previstos: se o lançamento da nova carga poluidora fizer passar os padrões de qualidade em qualquer das alíneas (...) a atividade deverá ser indeferida, isto é, o órgão publico ambiental não poderá conceder a autorização ou a licença ambiental. (MACHADO, 2014)

Já o Zoneamento Ambiental deve ser a conseqüência de um planejamento bem elaborado, pois ele visa, mediante intervenção estatal, organizar a relação espaço-produção, regulando recursos, indeferindo atividades, incentivando condutas, possibilitando assim o uso ordenado do território. Nele também deve conter a previsão de conservação e recuperação dos recursos naturais.

Semelhante a este instrumento há o Zoneamento Industrial, que destina áreas para instalação de indústrias cujos resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos), ruídos, vibrações, emanações e radiações possam causar qualquer tipo de risco à saúde humana, mesmo que amenizados pelo controle e tratamento.

O Estudo ou Avaliação prévio de Impacto Ambiental reforça o caráter preventivo das políticas ambientais, pois se trata de um documento técnico que avalia as conseqüências para o meio ambiente decorrentes da exploração de determinada atividade, apontando de forma técnica e imparcial quais danos esta atividade poderá causar e apresentando medidas para minimizá-los. Nele deverá conter a identificação, analise e previsão dos impactos ambientais, sejam eles positivos ou negativos. Tal estudo dá à Administração Pública informações suficientes para liberar a instalação ou não de determinada atividade em determinado local.

O Licenciamento Ambiental é um procedimento administrativo que visa licenciar atividades ou empreendimentos que utilizem recursos ambientais (tais como águas interiores, superficiais e subterrâneas,estuários, mar territorial, solo, subsolo e elementos da biosfera) e sejam efetiva ou potencialmente capazes de causar degradação ambiental[6]. A ausência de operação sem este licenciamento é crime previsto na no artigo 29, *caput* da Lei 9.605/98.

A Auditoria Ambiental é o procedimento de exame e avaliação ocasional ou periódica do comportamento de determinada empresa em relação ao meio ambiente, é a avaliação de sua gestão ambiental. Tais auditorias tentam avaliar o desempenho dos sistemas de gestão, para adequá-los à política e regulamentos ambientais.

[6] Artigo 2º , inciso I da Política Nacional do Meio Ambiente.

Clara é a intenção da lei ambiental em promover a manutenção do meio ambiente como está, evitando ao máximo a ocorrência de distúrbios que possam alterá-lo. Assim vemos que a prevenção é o pilar principal do Direito Ambiental, consubstanciando-se como seu objetivo fundamental.

Vemos claramente este caráter preventivo da Política Nacional do Meio Ambiente nos crimes de poluição. O artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais determina que será considerado poluição todo e qualquer ato que "*resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora"* (BRASIL,1998). O § 3º deste mesmo artigo reforça esta intenção ao prever as mesmas penas do crime de poluição para quem deixar de adotar as medidas de precaução, quando exigidas pela autoridade, em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

> Os dispositivos da lei ambiental que tratam dos delitos relacionados à poluição configuram crimes de perigo bastando, portanto, a mera possibilidade de ocorrência do dano. No caso do art. 54 essa característica se traduz na expressão "...*possam resultar* dano à saúde humana, mortandade de animais ou destruição significativa da flora".
> O art. 54 da Lei n.9+605/98 tem por *objetividade jurídica* o equilíbrio do ecossistema. Tem como *sujeito ativo* qualquer pessoa (crime comum) e, como *sujeito passivo*, a coletividade. (FIORILLO, 2014)

Como a maioria dos crimes de poluição tem efeitos irreversíveis, há a necessidade de atuação prévia do Direito, criando tutelas inibitórias dos atos de degradação tentando evitar o seu início. Portanto, basta a mera conduta independentemente da produção do resultado criminoso.

Em face das características do Direito Ambiental e da necessidade da legislação criminal se adequar aos seus princípios, entre eles o princípio da prevenção, é justificada a existência de dispositivos em que a punição independe do dano efetivo, como nos crimes de poluição, bastando a simples constatação do perigo para a sua consumação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio ambiente é essencial para a vida humana, e a manutenção de seu equilíbrio é fundamental para a sadia qualidade de vida. Não há como compreender a existência humana sem a existência de florestas, animais, oceanos e lagos.

A história nos mostra como o homem alterou profundamente o meio em que vive, causando danos irreversíveis ao bioma local. Casos como o do Mar de Aral é um exemplo de como a exploração desordenada do meio ambiente causou a extinção de praticamente todas as formas de vida do local.

Não há como reparar o meio ambiente, uma vez que o dano causado naquele local não o permitirá a ser como era antes. Como podemos falar em recuperação de Chernobyl? Como se recupera uma floresta queimada? Em função desta degradação espécies desaparecem, e uma vez extinta não há o que se recuperar.

A proteção ambiental passa a ser um tópico de extrema importância para a sociedade em razão do caráter, muitas vezes, irreversível dos danos ambientais.

Por isso o meio ambiente foi elevado a direito fundamental, sendo prevista a sua proteção na Constituição Federal de 1988, no art. 225.

Quando se fala em proteção ambiental, o que se visa proteger é o conjunto de condições que permite a vida em todas as suas formas. Fazemos parte de uma legislação antropocêntrica alargada, que vê o ser humano como centro de tudo, porém não vê o meio ambiente somente como algo à disposição do homem. A lei entende a sua necessidade e percebe a interdependência do homem.

Assim o meio ambiente se torna um bem de uso comum do povo, servindo às pessoas desde que respeitadas as leis e normas que regulam seu uso, e se transforma em um bem indisponível de interesse coletivo.

Interessante notar a imposição que se deu ao Poder Público de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Neste escopo nasceu a Política Nacional do Meio Ambiente por meio da Lei n.6.938 de 1981, que, nos termos do artigo 2ºcaput, tem como objetivo principal *"a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida"* (BRASIL, 1981). Note-se que não é objetivo desta lei a repressão de crimes ambientais após o seu acontecimento, e sim evitar que eles ocorram.

Esta Política Nacional é permeada de princípios e regras que devem ser seguidos para a manutenção do meio ambiente, e um olhar atento sobre ela nos demonstra seu caráter preventivo. Alguns dos instrumentos instituídos por ela são claramente preventivos como o Zoneamento Ambiental e a Avaliação de Impactos Ambientais.

Tais instrumentos somente permitirão a instalação de uma atividade que esteja em conformidade com as leis ambientais, e que eventuais riscos de poluição sejam reduzidos ao mínimo.

Reforçando estes instrumentos há os princípios da prevenção e da precaução. Com base no principio da prevenção uma atividade econômica lesiva ao meio ambiente somente terá licença ambiental para operar se forem adotadas todas as medidas necessárias para que não ocorram prejuízos ambientais cientificamente previstos. Já o principio da prevenção não trabalha com esta certeza científica, porém o empreendedor será compelido a adotar medidas de precaução para que não ocorra o prejuízo quando houver a ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente.

Seguindo esta linha adotada pela Política Nacional do Meio Ambiente a Lei de Crimes Ambientais define quais são os crimes ambientais e a punição para cada um deles. Esta lei estabelece que são crimes a mera possibilidade de ocorrência do dano ambiental, determinando que os crimes ambientais são crimes de perigo abstrato, pois eles envolvem perigo potencial.

Observando os crimes de poluição verifica-se que é crime a poluição que *resulte ou possa resultar* em danos à saúde humana. A lei ao estabelecer que não há necessidade de comprovar o dano à saúde humana está protegendo o bioma como está, pois uma vez ocorrido o dano não há como o meio ambiente voltar a ser como era.

Desta forma, tanto a Política Nacional do Meio Ambiente como a Lei de Crimes Ambientais estão perfeitamente em sincronia com a tendência mundial de proteger o meio ambiente antes que ocorra qualquer tipo de degradação, pois os danos causados na maioria das vezes são irreversíveis e o seu retorno ao *status quo* é impossível.

7 REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 9 out. 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOSQUÊ, Alessandra Figueiredo dos Santos. **Biopirataria e Biotecnologia: a tutela penal da biodiversidade amazônica.** Curitiba: Juruá, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, volume 1, parte geral.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREITAS, Vladimir Passos de. FREITAS, Gilberto passos de. **Crimes contra a natureza**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MACHADO,Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 22. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais comentadas.** 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 10 out. 2017.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro.** Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A VALORIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO ASSERTIVO EM SITUAÇÃO DE CONFLITO POR DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA

THE APPRECIATION OF ASSERTIVE BEHAVIOR IN SITUATION OF ETHNIC DISCRIMINATION

Sessão temática: Educação e Desenvolvimento.

ALVES, José Lourenço
Universidade de Franca
Especialista em Inteligência do Estado e de Segurança Pública. Mestre em Desenvolvimento Regional. Doutor em Promoção da Saúde
zelourencoalves@gmail.com

Resumo

A Valorização do Comportamento Assertivo (VCA) é um modelo de intervenção de sessão única, baixo custo e nenhuma exposição da intimidade dos participantes. Embasa-se na Teoria Social Cognitiva e se alinha à estratégia do empoderamento, buscando promover a valorização da assertividade em situação de conflito. Desenvolvida pelo autor em sua tese de doutoramento, mostrou-se viável no contexto dos conflitos conjugais. Para atender demanda do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca, foi aplicada no contexto dos conflitos por discriminação étnica, de modo a observar sua viabilidade neste contexto. A sessão foi coordenada pelo autor e contou com 10 participantes de diferentes idades e níveis de escolaridade, todos maiores de 18 anos e engajados nas políticas contra a discriminação, sendo 06 mulheres e 04 homens. Com base no que foi observado e nas declarações dos participantes, foram atendidos os parâmetros preestabelecidos para inferir a viabilidade da VCA no contexto desses conflitos, seja no que se refere à sua operacionalidade, seja no que se refere ao seu potencial para promover a valorização da assertividade.

Palavras-chave: conflito, intervenção, empoderamento.

Abstract

The Appreciation of Assertive Behavior (AAB) is a model of single session, low cost intervention, with no exposure of the participants´ intimacy. It is based on the Cognitive Social Theory and is aligned with the strategy of empowerment, seeking to promote the appreciation of assertiveness in situations of conflict. Developed by the author in his doctoral thesis, it proved to be feasible in the context of marital conflicts. In order to meet the demand of the Municipal Council for Participation and Development of the Black Community of Franca, it was applied in the context of

ethnic discrimination conflicts. The session was coordinated by the author and had 10 participants of different age and level of education, all over 18 years of age and engaged in anti-discrimination policies, being 06 women and 04 men. Based on what was observed and on the statements of the participants, the established parameters were taken to infer the viability of the AAB in the context of these conflicts, either in terms of its operability or in relation to its potential to promote assertiveness.

Keywords: conflict, intervention, empowerment.

1 INTRODUÇÃO

A Valorização do Comportamento Assertivo (VCA) é um modelo de intervenção de sessão única, baixo custo e nenhuma exposição da intimidade dos participantes. Embasando-se na Teoria Social Cognitiva e alinhando-se à estratégia do empoderamento, busca promover o comportamento assertivo em situações de conflito. Desenvolvida pelo autor em sua tese de doutoramento, mostrou-se viável no contexto dos conflitos conjugais, considerando dois parâmetros: sua operacionalidade e o seu potencial para promover o comportamento pretendido. No que se refere à sua operacionalidade, o aspecto considerado foi a realização dentro do tempo e do roteiro preestabelecidos; no que se refere ao seu potencial, o aspecto considerado foram as observações durante a aplicação e as declarações feitas pelos participantes, em especial no que se referia à valorização do comportamento assertivo em situação de conflito conjugal.

Trata-se de um modelo de intervenção cuja dinâmica exige constante aprimoramento, mas que se estima aplicável no contexto de um vasto rol de conflitos. As adaptações que se têm como necessárias são de conteúdo, não estruturais, de modo que pela aplicação contínua, em um mesmo contexto e em contextos os mais diversos possíveis, o modelo e a coordenação de sua aplicação formarão a base de dados que lastreará o seu contínuo desenvolvimento.

Deste modo, a demanda do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca, no sentido de que a intervenção fosse aplicada no contexto dos conflitos por discriminação étnica, foi recebida como uma oportunidade para verificar a viabilidade do modelo em outro contexto. No caso o público-alvo seria constituído de pessoas engajadas nas políticas contra a discriminação étnica, interessadas em conhecer o modelo.

A intervenção teria que ser aplicada tal como fora estruturada e as adaptações aventadas se restringiriam aos argumentos da etapa de conceituação (onde são apresentados conceitos centrais da intervenção) e, em especial, aos casos da etapa de atividade e conexão (casos reais que possibilitam o uso destes conceitos). Esses casos, aliás, mantido o número de quatro, precisariam ser reais e estarem relacionados entre si, além de, ao mesmo tempo, permitir que a cada rodada houvesse acréscimo no grau de desafio aos participantes, em proveito do maior aprofundamento possível no tema.

No que se refere à metodologia e às técnicas da pesquisa quanto a analise dos resultados da intervenção, também não haveria sentido em trazer inovações. A aplicação da intervenção nos moldes especificados é, em si, o método da presente pesquisa; a observação do coordenador e as declarações dos participantes são as técnicas a serem utilizadas; tal qual no modelo original.

O problema, portanto, é assim formulado: a aplicação da VCA se mostra viável no contexto dos conflitos por discriminação étnica?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria social cognitiva demonstra o aprendizado por observação e por experiência, nesse sentido tendo sido encontrados estudos e pesquisas que fundamentam a aplicação de métodos e técnicas decorrentes dessa teoria. Entre tantos, foi dedicada especial atenção ao treinamento de habilidades sociais (THS).

Habilidades sociais são classes de comportamentos que só podem ser classificados como tais na medida em que contribuem para a competência social, que, por sua vez, é "um atributo avaliativo de um comportamento ou episódio de comportamentos bem-sucedidos no ambiente social", que propiciem, por exemplo, melhora da autoestima, melhora da qualidade da relação, respeito aos direitos humanos básicos (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2011, p. 20). O treinamento dessas habilidades se dá por meio de atividades planejadas, seja no aspecto terapêutico, seja no pedagógico.

Ainda que o termo "treinamento" possa desagradar alguns, o conceito a que se prende é o de considerar que o aprimoramento individual decorre da vontade aliada à técnica e ao método. Tal como o condicionamento físico e mental para – digamos – correr longa distância, pedalar em terrenos acidentados, também o condicionamento de habilidades sociais requer treinamento.

Em Del Prette e Del Prette (2011) consta um rol de intervenções para o Treinamento de Habilidades Sociais (THS), na perspectiva de Práticas Psicológicas Baseadas em Evidências (PPBE). Trata-se de um conjunto de estudos cuja análise considera as "evidências de efetividade nos resultados" e as "características de processo" que se associem a essa efetividade (Ibid., p. 65).

Alguns princípios e constatações empíricas dão suporte às intervenções de THS, tais como (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2011, p. 43-44):

> - as *habilidades sociais são aprendidas* e, portanto, podem ser *ensinadas*;
> - a aprendizagem de habilidades sociais pode ocorrer de maneira *incidental* ou pode ser *planejada* por meio de condições estruturadas (de ensino ou de terapia);
> - como o contexto social é permeado por diferentes *subculturas*, cujas práticas se alteram ao longo do tempo, certas habilidades sociais podem ser valorizadas em determinados contextos, em detrimento de outras (*caráter situacional cultural das habilidades sociais*);
> - ao longo do tempo, as diferentes experiências do cotidiano podem alternar as condições de estimulação social do indivíduo: se favoráveis, as habilidades sociais entram em um *círculo virtuoso* de *aprender-fortalecer-aperfeiçoar*; se desfavoráveis, em um *círculo vicioso* de *enfraquecer-extinguir-desaprender*, com alta probabilidade de serem substituídas por comportamentos problemáticos.

Estes princípios e constatações se referem a um universo que tem como alvo pessoas predominantemente em idade adulta. Nos adultos, aprendizagem e desenvolvimento pessoal são indissociáveis, interagem e evoluem de modo bidirecional (DANIS, 1998, p. 81), conjugando a experiência de vida, acontecimentos marcantes, e o significado atribuído a essa experiência. Trata-se do campo de estudo da Andragogia, que se interessa pela aprendizagem e pela educação geral ou formação particular de adultos (DANIS, 1995, p. 22). Muito embora, determinada experiência possa produzir significados diferentes em pessoas diferentes, inclusive significados antagônicos, opostos, é sob essa perspectiva que qualquer intervenção

vai operar, tendo em conta que qualquer proposta precisa considerar “o papel activo da pessoa” (Ibid., p. 289). Na literatura dedicada à aprendizagem e desenvolvimento pessoal de adultos, entre as abordagens encontradas que mais se ajustam ao escopo da pesquisa, está aquela que é denominada “educação de laboratório”, que recebe denominações decorrentes, tais como “laboratório de sensibilidade” (MOSCOVICI, 2011, p. 50) ou “oficina de sensibilização” (BRUM e SOUZA, 2002), que considera as mudanças pessoais uma aquisição que abrange os seguintes níveis de aprendizagem:

> Nível cognitivo (informações, conhecimentos, compreensão intelectual); nível emocional (emoções e sentimentos, gostos, preferências); nível atitudinal (percepções, conhecimentos, emoções e predisposição para ação integrados); nível comportamental (atuação e competência). (MOSCOVICI, 2011, p. 33)

Referido modelo, empregado em pequenos grupos de pessoas e que enfatiza as experiências de vida de cada participante, compreende um ciclo de quatro etapas sequenciais e interdependentes: 1) atividade, que consiste na vivência de uma situação em que o participante é convidado a interagir, seja revolvendo um problema, seja simulando um comportamento, entre outros tipos de atividade; 2) análise, que consiste no exame e discussão das atividades realizadas; 3) conceituação, que consiste em fornecer informações, conceitos esclarecedores e fundamentos teóricos que facilitem a sistematização da experiência e a elaboração de seu significado; 4) conexão, que consiste em estabelecer correlações entre os aspectos teóricos e as situações práticas (MOSCOVICI, 2011, p. 41-42).

Outro aspecto que merece consideração aqui é o papel do aprendiz nesse processo: “toda aprendizagem é, finalmente, autoaprendizagem, para a qual o facilitador contribui através de estimulação (insumos), recursos e estruturação ambiental (*setting*)” (MOSCOVICI, 2011, p. 63).

A violência decorre da prevalência do sentimento ou interesse pessoal sobre o direito do outro e indica a carência de habilidades que, se estivessem presentes, poderiam neutralizar ou ao menos a minimizar. Desculpar-se ou pedir mudanças de comportamento, ouvir com espírito desarmado, estabelecer empatia são exemplos de habilidades. Ingressa-se, assim, um pouco mais fundo na seara do Treinamento em Habilidades Sociais (THS), pois pessoas que conseguem aplicar suas habilidades na situação real tendem a apresentar relações pessoais mais satisfatórias, assim como defasagem nessas habilidades está associada a conflitos nas relações pessoais e pior qualidade de vida (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2011, p. 30-31).

Em Del Prette e Del Prette (2013), ainda no contexto do THS, consta um elenco de vivências para o trabalho em grupo. Entre elas, tem ampla aplicação aos fins deste estudo aquela denominada “Nem passivo nem agressivo: assertivo!”, que tem como objetivos, entre outros, motivar o exercício da assertividade nas relações interpessoais (Ibid., p. 156).

Vinculada ao treinamento de habilidades fundamentais às situações de conflito, referida vivência apresenta situações e desempenhos classificados em A, B e C que são, respectivamente, passivos, assertivos e agressivos. Nela, em apertada síntese, após apresentação do conceito de assertividade e em que se difere da passividade e da agressividade, os participantes são expostos à situação e respectivos desempenhos, e convidados a levantar um cartão colorido para indicar que tipo de desempenho está sendo referido, sendo amarelo para passivo, verde para assertivo e vermelho para agressivo. O participante é convidado a explicitar o

critério utilizado na avaliação. Na última etapa é solicitado que os participantes relatem exemplos de desempenhos passivos, assertivos e agressivos. Há variações à vivência e duas observações: 1) que "reações passivas são, eventualmente, consideradas adequadas por alguns participantes"; e 2) que essa vivência deve ser empregada, preferencialmente, após aquela denominada "Direitos humanos e interpessoais" (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2011, p. 159).

A vivência "Direitos humanos e interpessoais" tem como objetivo, entre outros, "reconhecer que o respeito ou desrespeito aos direitos interpessoais envolve o pensar, o sentir e o agir", além de "compreender a reciprocidade entre os próprios direitos e os direitos das outras pessoas" (Ibid., p. 141). Em síntese, um cartão com a Lista de Direitos Interpessoais, como, por exemplo, "o direito de ser tratado com respeito e dignidade", é entregue a cada participante, que é então convidado a assinalar aquele que julga ser o mais importante. Cada participante é instruído a fechar os olhos e imaginar vivamente uma sociedade em que o direito assinalado é respeitado. Em seguida, os participantes são instruídos a escreveram numa folha, resumidamente, os sentimentos, pensamentos e possíveis ações evocadas nas situações imaginadas. Na segunda fase, deve ser assinalado outro direito considerado importante, porém, a instrução é para que cada participante imagine uma sociedade em que o direito não é respeitado. A última fase é de avaliação dos sentimentos, pensamentos e ações, comparando-os em ambas as situações dadas (Ibid., p. 144).

No caso destas vivências, os conceitos de agressividade, assertividade e passividade se restringem ao modo de expressar sentimentos, necessidades, desejos. Constituem comportamentos que indicam como determinado indivíduo expressa seus pensamentos.

O aspecto da agressividade que interessa aqui é a sua exteriorização – a violência, que é um fenômeno da cultura, decorrente de um aprendizado ou de uma assimilação no contexto social. Desse modo, a violência precisa ser desaprendida.

A passividade é oposta à agressividade.

> Caracteriza-se por uma ausência ou reduzida vontade de agir e também por uma fraca capacidade de reação. O sujeito que sofre de passividade tem igualmente uma falta de iniciativa e de poder de decisão. Habitua-se a não tomar muitas iniciativas, a ser alguém comandado pela vontade dos outros, que se define pela existência de uma obediência quase imediata aos outros, já que não expressa a sua própria vontade. Define-se igualmente por ser um sujeito que imita os atos dos outros e também as mímicas do outro, já que o seu carácter é fraco e por isso influenciável. A passividade pode estar presente em alguns tipos de esquizofrenia, bem como nas organizações-limite, sob a forma da existência de uma relação de objeto anaclítica, ou seja, uma relação dual em que a separação é sentida como algo insuportável e em que não se distingue os traços próprios de cada sujeito, como se fossem um só, o que significa a completa dependência face ao objeto e a necessidade vital da sua presença (INFOPÉDIA).

A assertividade se amolda às habilidades sociais. Trata-se de um vasto campo de comportamentos que, sob a égide do respeitar e se fazer respeitado, favorecem o convívio social. Nestes termos Ferreira (2012) traz explicação esclarecedora, que merece ser transcrita:

> De uma forma simples, assertividade é a capacidade social de afirmar os próprios direitos não violando, ao mesmo tempo, os direitos dos outros. Tenho contudo a sensação que uma amostra significativa de pessoas apreendeu bem a parte da afirmação dos direitos do próprio, mas como que apagou o lado que contempla o respeito pelos direitos dos outros, e portanto associa assertividade a uma postura

> egoísta e arrogante, chegando a comentar "sou demasiado assertivo e isso causa-me problemas".
> O que é afinal a assertividade?
> Eu gosto de a colocar num contínuo entre os polos da passividade e da agressividade. Se delinearmos uma linha com a passividade num extremo e a agressividade no outro, o comportamento assertivo passeia-se por esta linha, por vezes aproxima-se mais de um extremo, por vezes mais do outro, mas nunca chega a atingir nenhum dos polos, nem fica indefinidamente na mesma posição.

Assim, tendo como referência teórico-metodológica a teoria social cognitiva e, em especial, o treinamento de habilidades sociais, baseado na sensibilização e difusão da assertividade, é que foi construída a base de fundamentação da Valorização do Comportamento Assertivo (VCA). Este foi o modelo desenvolvido originalmente, dentro da já referida tese de doutoramento sobre conflito conjugal e que, a seguir, já adaptado para o novo contexto das relações inter-étnicas, será apresentado a partir de sua estrutura e formato de aplicação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A aplicação da VCA segue um roteiro preestabelecido, cuja estrutura e formato de aplicação não se alteram, apenas o conteúdo, para atender o contexto de conflito de que se trata. No que se refere à aplicação no contexto dos conflitos por discriminação étnica, o roteiro da VCA é o que segue.

1ª Etapa. Conceituação. Tópico 1: Fazer os esclarecimentos necessários sobre o roteiro e as regras do encontro (A. Celulares desligados, importância da participação, não exposição da privacidade, somente apresentação de opinião, respeitabilidade à regra de falar um de cada vez; B. Apresentação do coordenador e dos participantes, e divisão dos participantes em dois grupos – A e B). Tópico 2: Entregar para cada participante o quadro das três alternativas básicas de comportamento em situação de conflito (uma folha com três colunas impressas: uma amarela, que se refere ao passivo e se relaciona à fraqueza; outra vermelha, referente ao agressivo e relacionada à violência; entre as duas, a verde, que se refere ao assertivo e se relaciona ao poder), explicando em que consiste cada um desses comportamentos e o impacto que causam, enfatizando que o assertivo é sinônimo de equilíbrio e se harmoniza com o poder.

Intervalo de 15 minutos.

2ª Etapa. Atividade e conexão. Informar que os casos foram tirados da realidade e serão apresentados em ordem crescente, em termos de complexidade. Apresentar um por vez, por rodada, os casos de conflito e convidar os participantes a proporem, um por vez, um comportamento para a situação, tentando assumir a posição do personagem indicado. Informar novamente que o objetivo é construir, em grupo (mas cada um dos participantes individualmente) um modelo de comportamento (se modelo, logo assertivo) para aquelas situações de conflito apresentadas.

Na 1ª rodada, apresentar o caso: "Nas proximidades de um conhecido ponto turístico, uma mulher e dois homens conversavam em pé, na calçada. Assim que viu um homem negro se aproximar, a mulher se agarrou à sua bolsa, colocando-a debaixo do braço. O homem negro, um turista, percebeu essa reação da mulher". Começando pelo Grupo A, cada participante proporá um modelo de comportamento para o homem negro e na sequência cada participante do Grupo B, um modelo de

comportamento para a mulher. Por último, informar o desfecho do caso e usar a oportunidade para reforçar a diferença entre passividade e pacificidade, entre outros aspectos que parecerem importantes no momento.

Na 2ª rodada, apresentar o caso: "Num restaurante, uma cliente disse à garçonete negra que veio atendê-la: 'Você, não. Prefiro que a loirinha me atenda'."). Começando pelo Grupo B, cada participante proporá um modelo de comportamento à garçonete negra e cada um do Grupo B, um modelo à cliente. Por último, informar o desfecho do caso e usar a oportunidade para demonstrar a amplitude do campo da assertividade (o campo verde), entre outros aspectos que parecerem importantes no momento.

Na 3ª rodada, apresentar o caso: "Durante *check-in* no aeroporto, um cliente que se apresentou como advogado se indispôs com a atendente, negra. Irritado, tirou da bolsa uma banana e entregou a ela". Agora começando pelo Grupo A, cada participante proporá um modelo de comportamento para a atendente negra e os do Grupo B, um modelo para o advogado. Por último, informar o desfecho do caso e usar a oportunidade para reforçar a ideia de empoderamento (considerando o *status* social do ofensor e da ofendida), entre outros aspectos que parecerem importantes no momento.

Na 4ª rodada, apresentar o caso: "Numa apresentação de circo, o palhaço cantou música que trazia ofensas a uma mulher negra. No dia seguinte, pessoas que se sentiram ofendidas com a música reclamaram com o dono do circo. Ficou combinado que o palhaço não mais cantaria a música. Mas, durante a apresentação, atendendo ao insistente pedido de parte da plateia e com o aval do delegado da cidade, presente ao espetáculo e que posicionou dois policiais próximo ao palco, o palhaço começou a cantar a música". Começando pelo Grupo B, cada participante proporá um modelo de comportamento para o palhaço e cada participante do Grupo B, um modelo de comportamento para a plateia. Por último, informar o desfecho do caso e usar a oportunidade para explorar a ideia de atuação em grupo, além de reforçar a diferença entre assertividade e violência, entre outros aspectos que parecerem importantes no momento.

Outro intervalo de 15 minutos.

3ª etapa. Análise e avaliação. Tópico 1: Solicitar que cada participante faça, em no máximo 05 minutos, uma avaliação do curso, fazendo uma síntese do que considera mais importante (alterado o formato original). Tópico 2: Não realizar, considerando as particularidades relativas ao público-alvo. Quando realizar, entregar a cada participante duas vias da Declaração de Comprometimento e, após ler e explicar o significado, solicitar que cada um livremente decida, reservadamente, se as assina ou não. Assinadas ou não, uma via ficará com o participante e a outra deverá ser depositada por ele na urna, de modo que cada um se sinta à vontade para decidir.

O coordenador anotará em folha específica as observações relevantes e a síntese das declarações dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção foi aplicada em Franca, em uma sala de aula, a partir de 9h45 de um sábado de outubro de 2017. Havia água, café, chá e bolachas à disposição. Foi coordenada pelo autor e contou com 10 participantes de diferentes idades e

níveis de escolaridade, todos maiores de 18 anos e engajados no ativismo contra a discriminação, sendo 06 mulheres e 04 homens. Sobre nível de escolaridade, 03 tinham nível superior completo e 03, incompleto. Os participantes se sentaram à mesa de reunião, de formato retangular, em lugar de sua livre escolha.

O coordenador enfatizou, na 1ª etapa, a diferenciação entre os comportamentos em situações de conflito. O poder foi vinculado à assertividade e, por conseguinte, à escolha de não usar de violência em situação de conflito. O quadro, entregue aos participantes, facilitou o entendimento de cada comportamento e da ênfase na assertividade. Os participantes disseram que estavam preparados para a próxima etapa e opinaram que houvesse o prosseguimento da sessão, sem o intervalo previsto.

Nas rodadas da 2ª etapa, cada participante apresentou um modelo de comportamento. Na 1ª rodada os participantes do Grupo A propuseram desde que o homem negro ignorasse a mulher até a majoritária proposição de que ele expressasse o sentimento a ela e a questionasse no sentido de fazê-la perceber a discriminação. Notou-se a dificuldade do Grupo B em estabelecer empatia com a mulher, de se colocar em seu lugar. As proposições variaram entre buscar vencer o preconceito, se desculpar, aprender a lição, mudar a postura, até um nada a mudar, considerando ter sido reflexo do medo que se explica pelo que se vê nos meios de comunicação. O coordenador revelou que, na realidade, o homem negro ignorou a mulher, mas não o que sentiu por ter sido vítima de um preconceito. Depois de ter vivido essa experiência, o homem passou a comentar a situação em bate-papos e palestras, inclusive dizendo que ele mesmo, antes dessa situação, tinha se comportado de modo semelhante, sem a noção de que poderia magoar o outro. Foi reforçada aos participantes a distinção entre passividade e pacificidade (não reação).

Na 2ª rodada, as proposições dos participantes do Grupo B para a garçonete negra foram no sentido de ignorar o comportamento da cliente, com a exceção de um participante, que propôs indagar à cliente o motivo daquele seu comportamento. A preservação do emprego pesou nas proposições. As proposições dos participantes do Grupo A para a cliente variaram entre sugerir que ela procurasse outro restaurante, nada a mudar em seu comportamento, conscientizá-la de que seu comportamento foi ofensivo, pedir desculpas e fazê-la saber que tinha praticado um crime. O coordenador informou que na situação real a garçonete obedeceu à cliente, mas contou o ocorrido à gerente. Os participantes declararam, em sua maioria, uma dificuldade maior em elaborar a proposição, tendo o coordenador mencionado que isso era positivo e acrescentado que a garçonete teria a seu favor um amplo campo de comportamentos assertivos, como o direito de procurar a polícia após o expediente e reportar o fato. A ênfase, no entanto, foi no sentido de que era preciso “abrir o leque”, avaliar as opções e sempre se pautar pela assertividade.

Na 3ª rodada, nas proposições dos participantes do Grupo A para a atendente negra prevaleceu a imediata tomada de providências, no sentido de acionar os seus superiores e a polícia, além de acionar outros órgãos como a Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nas proposições dos participantes do Grupo B prevaleceu a admissão do erro e ausência de qualquer justificativa, inclusive aceitação de punição. O coordenador informou que na situação a atendente acionou a polícia e o advogado foi retirado do avião e levado à delegacia. Foi notada a dificuldade dos participantes em estabelecer empatia com o advogado. Quando foi

sugerido que ele poderia ser negro (como, aliás, os ofensores dos casos anteriores), e estar atravessando uma fase difícil de sua vida, se notou um abrandamento no ânimo de alguns participantes e uma dissonância em outros, que imaginavam um ofensor branco. Mas, todos os participantes foram unânimes em indicar que não havia justificativas ao comportamento agressivo do advogado, pouco importando a cor da sua pele.

Na 4ª rodada, as proposições dos participantes do Grupo B para a plateia foram: ir ao palco manifestar sua reprovação, incentivar a plateia a se retirar do recinto, incentivar a plateia a fazer barulho, incentivar a plateia a se retirar e procurar a polícia, além de filmar a cena e procurar a polícia. Nas proposições dos participantes do Grupo A para o palhaço a alternativa de parar de cantar foi unânime, variando com o acréscimo do pedido de desculpas e chamar o dono do circo ou alguém da plateia para explicar porque a canção o ofendia. O coordenador informou que na situação real, a plateia ofendida vaiou com eloquência, forçando o fim do espetáculo. Fora do circo, a plateia ofendida agrediu o palhaço, com palavras e ovos. Foi notado que, a essa altura da intervenção, os participantes tinham bem clara a diferença entre os comportamentos básicos em situação de conflito, assim como as vantagens do assertivo sobre os demais. Notaram o comportamento agressivo e o rejeitaram; notaram, ainda, a força do sentimento de grupo e da união em torno de um objetivo específico.

Por decisão dos participantes, houve um intervalo de apenas 10 minutos e não uma pausa para almoço.

A etapa final da intervenção, a 3ª etapa, marca a avaliação dos participantes. Teve início às 13h20. A cada participante foi solicitada uma síntese do que aquele curso tinha acrescentado de relevante em seu repertório de conhecimento. A necessidade de ser mais racional que emotivo em uma situação de conflito (autocontrole), de se colocar no lugar do outro para melhor compreender o tema do preconceito (empatia) e de ser a assertividade fundamental para enfrentar os conflitos compõe a síntese do que todos disseram. Alguns ressalvaram que estavam cientes da dificuldade de ser assertivo diante de algumas situações, mas todos eles declararam que a dinâmica tinha acrescentado de modo inequívoco conhecimento e alternativas dentro do campo da assertividade (repertório), bem como reforçado a convicção de que só notaram vantagens nesse campo de comportamento, que se identifica com o poder.

O coordenador deu por encerrada a sessão, tendo sido cumprido na íntegra o roteiro, com exceção do que se refere aos intervalos. Não houve comentário nem observação sobre descontentamento no modo como a intervenção foi aplicada. Ao inverso, todos os participantes enalteceram o modelo e o seu conteúdo, se harmonizando nesse sentido ao que foi observado pelo coordenador.

O tempo de duração da intervenção foi de 3 horas e 50 minutos. Considerando que o tópico de comprometimento tem a duração estimada em 15 minutos, nota-se que a intervenção foi realizada dentro do limite de tempo previsto (4h30). Nesse sentido, a flexibilidade da aplicação mostrou que o tempo de duração pode ser remanejado ou rearranjado na sessão, conforme a necessidade, em favor do proveito dos participantes e do bom andamento da própria intervenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito a ser feito no sentido de aprimorar cada vez mais a Valorização do Comportamento Assertivo (VCA), enquanto modelo de intervenção. O aprofundamento teórico e a realização de outras intervenções, em contextos novos ou já enfrentados, certamente vão trazer maiores contribuições. Há, nesse aspecto, um longo caminho e muito trabalho pela frente.

No entanto, trata-se já de uma intervenção que atende à finalidade a que se dispõe, sendo inclusiva, de simples aplicação e curta duração. Essas são características que favorecem a replicação, considerando, ainda, que a intervenção tira vantagem da diversidade de opiniões, modo de enriquecer a experiência dos participantes, e da interação grupal, sem exposição da intimidade dos participantes.

Os resultados alcançados sustentam a viabilidade da intervenção no contexto referido. Foi aplicada dentro do tempo previsto e nos moldes do roteiro estabelecido, com as ressalvas já especificadas e que não a alteraram em sua essência. Também, as declarações dos participantes indicam ter sido alcançada a pretendida promoção do comportamento assertivo em situação de conflito. Em sintonia com essas declarações está o que foi observado pelo coordenador durante a intervenção, essencialmente no que se refere ao modo como os participantes expressaram suas declarações, com ênfase e clareza.

Sobre a declaração de comprometimento, previsto no modelo original e indicado nos procedimentos metodológicos aqui apresentados (tópico 2 da 3ª etapa), não pode pairar dúvida de que é parte integrante da intervenção. Não ter sido realizado na ocasião foi alternativa exigida pelas circunstâncias, como esclarecido, e importante nessa fase de aprimoramento da VCA. Aliás, em termos de aprimoramento, um aspecto positivo a ser considerado é que o modo como foi realizada a avaliação (tópico 1 da 3ª etapa) foi uma adaptação que aprimorou o formato original, onde era indagado se o participante tinha aprendido algo e, em caso afirmativo, o que tinha aprendido de mais relevante. A solicitação de uma síntese aos participantes se mostrou mais dinâmica e efetiva para atender à sua finalidade.

Tudo isso considerado, entende-se que está indicado o potencial da intervenção para prevenir a violência ao nível individual, encontrando sustentação na teoria que respalda o argumento de que proporcionar a interação com modelos de comportamentos assertivos em situação de conflito mobiliza as pessoas à aquisição e valorização de um repertório de comportamentos nesse sentido.

A Valorização do Comportamento Assertivo não é a solução do grave problema da violência. Apenas é, entre outras vertentes de intervenção, uma proposta inclusiva e de baixo custo que se mostrou eficaz para sensibilizar os participantes no sentido de uma concepção de poder comprometida com a qualidade de vida, individual e coletiva e quiçá estimular-lhes mudança de comportamento para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Lourenço. **Enfrentamento da violência conjugal pela valorização do comportamento assertivo: um modelo de intervenção**. 2017. 124p. Tese (Doutorado em Promoção de Saúde) – Universidade de Franca, Franca, 2017.

BRUM, Ana Karine Ramos e SOUZA, Sônia Regina de. Oficina de sensibilização para o envelhecimento: uma ação de enfermagem. ***Textos Envelhecimento*** [online]. 2002, vol.4, n.8 [citado 2016-01-31], pp. 29-38 . Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan. 2016. ISSN 1517-5928.

DANIS, Claudia; SOLAR, Claudie (coord.). **Aprendizagem e desenvolvimento dos adultos**. Colecção Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget. Portugal, 1998. 301p.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A.P. (organizadores). **Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo**. São Paulo: Casa do Psicológo, 2011.

_____. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FERREIRA, Joana Fojo. **Sobre a assertividade**. 23 fev. 2012. Disponível em: <http://oficinadepsicologia.blogs.sapo.pt/131064.html>. Acesso em: 14 mai. 2016.

INFOPÉDIA – **Dicionários Porto Editora**. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/$passividade,2>. Acesso em: 31 jan. 2017.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

A PSICOLOGIA JURÍDICA: COMO CURSO DE EXTENSÃO EM UM CURSO DE PSICOLOGIA DO UNI-FACEF

Sofia Muniz Alves Gracioli

RESUMO
A psicologia jurídica apresenta várias áreas e ramificações, com o intuito de se associar ao direito. Atualmente está disciplina não é mais vista como mera forma de diagnosticar ou avaliar, mas também em atividades como seleção e treinamento pessoal, avaliação de desenvolvimento, acompanhamento psicológico na magistratura, entre outros. O tema abordado é algo muito relevante nos dias atuais, à associação de direito e psicologia é algo novo e atual. Importante destacar o quanto se faz necessário refletir, estudar e que essa associação seja cada vez mais efetiva. O objetivo do presente trabalho é em um primeiro momento revisar as ramificações da psicologia jurídica, além de verificar o impacto da psicologia jurídica como disciplina no ensino superior em psicologia como curso de extensão no Uni-FACEF, os 60 estudantes que estão cursando o curso de extensão de psicologia jurídica de psicologia do Uni-FACEF responderam um questionário aberto com 4 questões com relação a psicologia jurídica e o curso oferecido quais os pontos positivos e negativos. Observa-se que os alunos são curiosos, sempre buscando algo a mais, tanto que pediram um curso de extensão com o tema psicologia jurídica por observarem que é um tema na atualidade e que tem ampla discussão nos dias atuais. Os alunos tiveram grande adesão a esta disciplina e a partir do questionário respondido podemos perceber que estão tendo comentários positivos, de grande aprendizagem e que estão aproveitando a oportunidade. Falam de negativo que o tempo do curso é pouco e que poderiam ter mais conteúdo com relação a este tema.

1.INTRODUÇÃO

A psicologia jurídica apresenta várias áreas e ramificações, com o intuito de se associar ao direito. Atualmente esta disciplina não é mais vista como mera forma de diagnosticar ou avaliar, mas também em atividades como seleção e treinamento pessoal, avaliação de desenvolvimento, acompanhamento psicológico na magistratura, entre outros.

O psicólogo jurídico tem como ferramenta de trabalho a avaliação psicológica e técnicas como testes psicológicos, entrevistas, psicodiagnóstico e investigação psicológica. O conhecimento, manipulação e interpretação dessas ferramentas demanda de grande responsabilidade e torna necessário o amplo conhecimento do campo, bem como dos psicodiagnósticos. É importante ainda uma boa formação em psicopatologia, conhecimento sobre a dinâmica judicial, saber reconhecer e considerar para além dos componentes intrapsíquico a dinâmica social e dominar a elaboração de documentos periciais. È de fundamental importância que esses conteúdos sejam bem explorados nos cursos de graduação.

O tema abordado é algo muito relevante nos dias atuais, à associação de direito e psicologia é algo novo e atual. Importante destacar o quanto se faz necessário refletir, estudar e que essa associação seja cada vez mais efetiva.

O objetivo do presente trabalho é em um primeiro momento revisar as ramificações da psicologia jurídica, além de verificar o impacto da psicologia jurídica como disciplina no

ensino superior em psicologia como curso de extensão no Uni-FACEF.

A metodologia do presente estudo foi em um primeiro momento de pesquisa bibliográfica crítica, com busca em base de dados como google acadêmico, scielo e busca em livros da área. Depois foi realizada uma pesquisa de campo com os 60 estudantes que estão cursando o curso de extensão de psicologia jurídica de psicologia do uni-facef que responderam um questionário aberto com 4 questões com relação a psicologia jurídica e o curso oferecido quais os pontos positivos e negativos.

2.A PSICOLOGIA JURÍDICA

Psicologia Jurídica é o segmento da Psicologia voltada para uso no mundo jurídico como auxílio aos tribunais, juízes, promotores entre outros por meio de avaliações, pesquisas e conclusões as quais serão remetidos aos mesmos para que a decisão final seja satisfatória e proporcional ao caso em estudo.

Segundo Mira y López (2005), a psicologia jurídica é a Psicologia aplicada ao melhor exercício do Direito. Trata-se, portanto, de um ramo da Psicologia que pretende auxiliar o direito, tendo em vista o objeto de estudo em comum, que é o homem em sua complexidade e seus conflitos.

Desse modo, a Psicologia Jurídica é considerada uma subárea da Psicologia, que utiliza de conceitos e métodos da Psicologia como respaldo para decisões judiciais, e o entendimento da conduta humana, no que diz respeito ao comportamento do indivíduo.

Este ramo caracteriza-se como um ponto de junção entre a psicologia e o direito, objetivando aplicar as diretrizes vindas da Psicologia no campo jurídico para que assim se chegue bem próximo de compreender o comportamento humano e as relações pessoais.

Para que possamos visualizar a importância da Psicologia Jurídica no Direito ressalta-se a colocação de Jorge Trindade:

> [..] a psicologia jurídica em particular pode auxiliar a compreender o hommojuridicus, e a melhorá-lo, mas também pode ajudar a compreender leis e as sua conflitualidades, principalmente as instituições jurídicas, e melhora-las. (TRINDADE, S.A, p.12).

Portanto, a Psicologia Jurídica tornou-se essencial nos processos judiciais, sendo que além de analisar e compreender o indivíduo cometidor do crime, auxiliará na interpretação e compreensão de mais exata de dúvidas que possam surgir.

Há vários casos em que os serviços especializados na área da Psicologia Jurídica foram desenvolvidos e pensados por profissionais estrangeiros ou por aqueles habilitados por cursos de pós-graduação. Portanto, a inclusão de tais profissionais da área da Psicologia foi de forma gradual e muitas vezes informal por meio de estágios e serviços de voluntários. (ROVINSKI; CRUZ, 2009)

Na Psicologia Jurídica há uma predominância das atividades de elaboração de laudos, pareceres e relatórios, pressupondo-se que compete à Psicologia uma atividade de cunho avaliativo e, consequentemente, como já falado, de subsídio aos magistrados. Contudo, é importante frisar que o Psicólogo não tem competência de determinar atos depois de concluída sua avaliação, e sim recomendar ou sugerir a partir de dados e pesquisas levantados nesta avaliação uma solução para o conflito em análise, o qual será decidido por fim pelo magistrado.

2.1 Psicologia Jurídica: do histórico aos dias atuais

O primeiro encontro entre psicologia e Direito que se tem notícia veio da necessidade em avaliar a validade dos testemunhos através de instrumentos de análise psicológica.

Esclarece Mira Y López, (2005):

> O testemunho de uma pessoa sobre um acontecimento qualquer depende essencialmente de cinco fatores: do modo como percebeu esse acontecimento; do modo como sua memória o conservou; do modo como é capaz de evocá-lo; do modo como quer expressá-lo; do modo como pode expressá-lo.

Assim, o psicólogo foi inserido nesta área para tentar identificar esses pontos e mostrar o caminho a ser seguido com uma melhor interpretação do testemunho e consequente melhor conclusão para futura decisão judicial.

Já no século XIX desencadeou-se um enorme interesse na área da perícia psiquiátrica, esta que no início era voltada a investigação da responsabilidade penal de adultos e realizada por meio de solicitação de avaliação psicológica e testes psicométricos, objetivando um psicodiagnóstico para o caso em análise, pois os mesmo forneciam dados corretos para o Judiciário.

Porém, os primeiros registros de atuação de psicólogos em serviços jurídicos são das décadas de 1970 e 1980, período este marcado pela abundância no mercado da Psicologia Clínica e também pela busca de novos campos de destaque para efetiva atuação do psicólogo (PEREIRA, 2003).

Entretanto, foi no ano de 2000 que o Conselho Federal de Psicologia instituiu a Psicologia Jurídica como uma ramificação da Psicologia, a qual passava a ter o objetivo de solucionar e clarear as situações trazidas pelo Poder Judiciário em suas diversas áreas.

Atualmente, o trabalho do psicólogo no âmbito jurídico se estende principalmente na investigação em distintos graus de complexidade, dos fenômenos psicológicos na vertente da Justiça e dos exercícios do Direito, prestando assessoramento direto e indireto às instituições de Justiça e também aquelas que são responsáveis por direitos dos cidadãos (CRUZ, 2005).

Portanto, há uma variável de ramificações da relação Psicologia-Direito que são necessárias serem observadas. Tais modalidades auxiliaram ao longo do tempo, com suas evoluções e descobertas, para que o Direito atingisse o mais próximo da Justiça.

A psicologia jurídica apresenta várias áreas e ramificações, ou seja, áreas em que a psicologia auxilia o direito. Atualmente esta disciplina não é mais vista como mera forma de diagnosticar ou avaliar, mas também em atividades como seleção e treinamento pessoal, avaliação de desenvolvimento, acompanhamento psicológico na magistratura, entre outros. (TARTARI, 2011).

As atribuições conferidas ao psicólogo jurídico no Poder Judiciário são fixadas pela própria instituição judiciária com diferentes sistemáticas de acordo com cada cidade, sempre pautadas em Lei que regulamenta o trabalho de cada Psicólogo e de acordo com a necessidade do local em que ele atua. (TARTARI, 2011)

A atuação da Psicologia Jurídica é muito vasta, sendo destacadas algumas

áreas de maior relevância na atualidade:

- Psicologia na Vara Cível e Direito de Família;
- Psicologia no Direito Penal;
- Psicologia Forense;
- Psicologia do Testemunho;
- Vitimologia;
- Psicologia Trabalhista;
- Psicologia do Criminal;

Analisando o que foi estudado, conclui-se que a Psicologia Jurídica evoluiu conforme as mutações do Direito. Seus desdobramentos ao longo do tempo fizeram com que o mundo jurídico valorizasse essa área como imprescindível, em seus resultados relevantes e ramificações que atingem boa parte das questões que podem ser tratadas nos tribunais.

2.1.1 **Psicologia na Vara Cível e Direito de Família**

A associação da Psicologia e Direito Civil será mais estreita no tocante a assuntos relacionados a Adoção, Interdição sendo também encontrado nas distinções de capacidade e incapacidade do indivíduo.

Pontua Pádua (2014) que no Direito Civil, a capacidade ou incapacidade de um indivíduo apresenta estreita relação com a saúde mental e, consequentemente, com a perícia psicológica no tocante à avaliação neuropsicológica, dada a análise do psicólogo com relação a função cognitiva, emoção e comportamento.

Já nos casos de interdição, onde houver incapacidade do indivíduo em questão, pede-se a interdição do mesmo, para lhe assegurar sua vida civil, nesse caso necessita de uma avaliação psicológica do mesmo para saber se realmente há incapacidade. Conforme dispõe o artigo 1.771 do Código Civil:

> Art. 1.771. Antes de pronunciar-se acerca da interdição, o juiz, assistidos por especialistas, examinará pessoalmente o arguido de incapacidade. (BRASIL, 2002).

Acerca da Adoção, área de maior utilização da psicologia jurídica, por ser fundamental na adoção e na intermediação da criança com os novos pais, tanto para a adaptação dessa criança no meio familiar como dos pais com essa nova criança que muitas vezes pode estar retraída ou até mesmo com algum trauma da família anterior, vem o psicólogo ser fundamental como dispõe o artigo 19,§1º do ECA:

> Art. 19 §1º. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatórios elaborados por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em qualquer da modalidades previstas no art. 28 desta

Lei.(BRASIL, 1990).

O papel do psicólogo na Adoção será de fornecer subsídios por escrito ou verbalmente quando houver atuado como perito judicial do caso em estudo, diagnosticando as situações e problemas que envolvem a criança ou adolescente e sua nova família. Fará os encaminhamentos e recomendações pertinentes ao caso, objetivando propiciar mudanças sempre favoráveis. (PÁDUA, 2014)

2.1.2 **Psicologia no Direito Penal**

A necessidade da utilização de pareceres de psicólogos na área do Direito Penal surgiu com a criação da Lei de Execuções Penais, neste momento surgiu a maior necessidade de identificar com maior precisão se o indivíduo teria praticado um crime em função de doença menta, por culpa da vítima, por motivo fútil ou outras questões, sendo o meio para se chegar a correta aplicação de sanção cabível.

Na atualidade a incessante busca em diagnosticar os atos criminosos é o que dá ensejo para o Psicólogo Jurídico atuar no Direito Penal, sendo assim, quando houver uma lacuna sobre o comportamento humano, haverá a necessidade e a busca cessante por respostas, as quais serão proferidas pelo psicólogo. (ZAUPA, 2012)

Neste ponto, a relevância do psicólogo jurídico no direito penal está reforçada a partir do artigo 8º da lei 7.210/84 que diz:

> Art. 8º § único- O condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido, a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vista à individualização da execução (BRASIL, 1984).

2.1.3 **Psicologia Forense**

A Psicologia Forense vai tratar dos entes de uma instituição judiciária e suas diversas interações. Tendo a lide como ponto de partida, o psicólogo será o intermediador dos indivíduos envolvidos em tal lide para com o magistrado e o órgão do Ministério Público quando houver necessidade. Resumidamente, o psicólogo será o intermediador para questões não explícitas no processo, aquelas que precisam ser clareados por ele.

2.1.4 **Psicologia do Testemunho**

Este ramo surge como forma de buscar a veracidade dos depoimentos das testemunhas, as quais são de grande relevância no litígio ou investigação criminal pois muitas vezes são as únicas pessoas que presenciaram ocularmente o ocorrido e sendo assim, tem mais indícios que possam levar a resolução correta do caso. O psicólogo deverá, diante de seus conhecimentos, identificar se houve alguma declaração errônea que pode consequentemente levar algum inocente a prisão, ou ao contrário se há erros que podem não responsabilizar criminalmente aquele que praticou tal crime.

2.1.5 **Vitimologia**

A Vitimologia interpreta o comportamento da vítima no momento do ato criminoso, se ela causou algo no autor que fez com que ele desejasse praticar tal ato mesmo sendo ele ilegal, ou seja, se foi dele o ato de inteira responsabilidade, bem como apontar se houveram abalos psicológicos naquela vítima.

O artigo 59 do Código Penal brasileiro apresenta essa visão jurídica sobre a vitimologia, que diz:

> Art. 59- O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstancias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vitima, estabelecera, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime [...] (BRASIL, 1940).

2.2.6 **Psicologia Trabalhista**

Ainda sem grande espaço na área trabalhista, é usado no momento de admissão de um trabalhador em uma empresa. Caso o empregador ache necessário, poderão ser requeridos exames complementar de aptidão para aquele trabalhador, sendo o psicólogo o instrumento para tal identificação.

Depreende-se que a Psicologia Jurídica entre suas ramificações e variáveis premissas, auxiliou de maneira fundamental desde seus primórdios até na contemporaneidade.

2.2.7 **Psicologia Criminal**

A Psicologia inicialmente era vista como uma prática voltada para a realização de exames e avaliações buscando por fim o diagnóstico exato. A época marcada pelo uso dos testes psicológicos fez com que o psicólogo fosse visto como testólogo, como foi na primeira metade do século XX (Gromth-Marnat, 1999).

Psicologia conceitua-se como sendo a ciência que estuda os sentimentos e comportamentos humanos. Juridicamente, teve sua inserção na década de 1960, gradualmente, os quais primeiros trabalhos que se tem conhecimento eram da área criminal e com destaque a crimes cometidos por adultos ou de adolescentes infratores (ROVINSKI, 2002).

Na forma criminal, a psicologia busca estudar, analisar e compreender o comportamento do criminoso tanto no momento do cometimento da infração, quanto em seus atos preparatórios e também o crime que foi cometido em sua forma pura. Procura expandir e explorar variáveis premissas do comportamento do criminoso, traçando um perfil comum entre eles para analisar os motivos que levaram o indivíduo a cometer tal fato, bem como encontrar meios de prevenção por intermédio de tais estudos. Almeja reconstruir o percurso de vida do indivíduo delinquente e compreender os processos mentais que o levaram à criminalidade. Tenta assim descobrir a raiz do problema, pois só desta forma se poderá encontrar uma solução e determinar uma pena justa.

É importante frisar que a Psicologia Criminal por vezes é tratada como Psicologia Jurídica ou Psicologia Forense, entretanto, são áreas distintas desta ciência. A Psicologia Criminal não se interessa em somente solucionar o crime em

questão, mas também e principalmente compreender sua origem, o liame entre o crime cometido e a percepção do criminoso. Já a Psicologia Jurídica procura analisar a validade dos testemunhos, produzir diagnósticos que trazem respaldos para decisões acerca de guardas, visitações, tutelas ou interdições e por fim informar as sanções, progressões ou regressões de penas e medias sócio-educativas (BRANDÃO; GONGALVES, 2011).

Há também que se relacionar, por exemplo, este estudo do comportamento e da mente do criminoso com as características da vítima. Portanto, a vitimologia complementa a Psicologia Criminal, cabe ao psicólogo atuante nessa área traçar o perfil e compreender as reações das vítimas perante a infração penal, identificar se a prática do crime foi estimulada pela vítima. (FILHO, 2004)

Dessa forma fica bem evidente o papel da Psicologia Criminal, que é identificar o perfil psicológico do criminoso em questão, avaliação do testemunho, e até mesmo observar as circunstâncias de cenas de crimes. Portanto, a Psicologia Criminal é essencial do começo ao fim dos processos judiciais, como para o entendimento dos Delegados de Polícia, Promotores e Juízes, nas resoluções de crimes, punição dos criminosos, entre outras funções.

Pontua BONGER, (1943):

> A Psicologia Criminal é importante para todos os profissionais de Direito Penal. Para a policia é útil saber quais são os tipos psicológicos mais suscetíveis ao cometimento de determinado tipo de delito. Também é importante que os promotores e juízes conheçam o grau de perigo para a segurança publica que e inerente a certos tipos de delinquente, a fim de fixarem as penas e demais medidas corretivas. Por ultimo, o conhecimento da Psicologia Criminal é de utilidade especial para todas aquelas pessoas que trabalham em presídios e manicômios.

Desta forma, depreende-se que a Psicologia Criminal é de suma importância em todas as fases do processo criminal. Para o Delegado, o Juiz e Promotor de Justiça a avaliação de costumasses cometidores e seu perfil psicológico para futura fixação de sanção penal se faz imprescindível para busca de ordem social e melhor decisão judicial. Porém, é importante frisar que os profissionais do judiciário que lidam diariamente com o tema devem ser respaldados com o preparo necessário, ou seja, programas de incentivo ao conhecimento dos aspectos psicológicos necessários para realização de seu trabalho.

Atualmente, a psicologia criminal tem como objeto de estudo os crimes e o comportamento que estes envolvem. Baseando-se neste objetivo, são feitos testes de personalidade, estrutura mental e outras características patológicas buscando a criação de um perfil comum para o criminoso. O psicólogo utiliza estratégias, entre elas avaliação psicológica com parâmetros e objetivos bem definidos para que possa encontrar a solução dos problemas e para que possa também analisar o comportamento do criminoso.

3. A PSICOLOGIA JURIDICA COMO DISCIPLINA DO ENSINO SUPERIOR EM PSICOLOGIA

No Brasil de hoje, bem como no âmbito internacional, a Psicologia Jurídica não somente é uma área de aplicação psicológica, mas também uma disciplina

acadêmica. Neste sentido começa a ser solicitada pelos estudantes, que se aproximam dela, inquietos e curiosos, ansiando descobrir algumas facetas da psicologia distintas das tradicionais. Porem, esta disciplina, mais especializada, exige dos estudantes conhecimentos básicos sobre os processos cognitivos, de diagnóstico, patologia, técnicas de entrevista de psicodiagnóstico, sendo imperiosa a presença da disciplina nos planos de estudos universitários.

A Psicologia Jurídica quando oferecida aos estudantes da graduação, o que lhes permite ampliar seu campo de conhecimento a respeito das distintas áreas de atuação do psicólogo e de sua futura especialização profissional. Este fato é considerado pelos especialistas no campo da Psicologia Jurídica, um grande avanço para a formação do estudante de psicologia, pois, na atualidade, são poucas as Graduações de Psicologia que oferecem esse diferencial.

A disciplina compreende 60 horas aulas distribuída em 2 horas aulas para cada semana em um encontro semanal. Organizaram-se os conteúdos de aulas de acordo com o proposto pela ementa da disciplina. Nesse sentido, os conteúdos foram divididos em seis unidades que compreendem desde a contextualização e definição da Psicologia Jurídica no contexto brasileiro até as áreas de atuação processos de trabalho e noções de psicopatologia e transtornos mentais. Por ser uma disciplina de conhecimento mais profundo de uma área da psicologia, espera-se que os alunos já tenham conhecimento prévio sobre assuntos que remetam a conceitos de natureza histórica da psicologia, visto que as disciplinas anteriores da grade curricular do curso já abordam temas relacionados.

Essa disciplina se caracteriza então como uma disciplina preparatória de iniciação à especialização em um campo da Psicologia. A disciplina foi ministrada por aulas expositivas com apresentação de slides, leitura de textos pertinentes e discussão de temas específicos para cada aula. O processo avaliativo se deu por meio de analise de estudos de casos.

No que diz respeito à disciplina, observa-se que a Psicologia Jurídica tem papel importante na formação acadêmica dos futuros psicólogos e que não seria aconselhável deixar de estar presente na grade curricular da graduação de psicologia. Contudo, observam-se avanços na área ao perceber o número de trabalhos e estudos científicos que vem sendo desenvolvidos nesse campo de estudo, dando ênfase e qualificando esses profissionais.

Importante destacar que não são todas as faculdades que oferecem no curso de Psicologia a Psicologia Jurídica, no presente estudo está disciplina foi ofertada como extensão, mas com as mesmas horas e rigor de uma disciplina obrigatória e constante na grade curricular.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: a disciplina de psicologia juridica no uni-facef

A disciplina de psicologia jurídica foi oferecida para os alunos do 3°, 4° e 5° ano do curso de Psicologia do Uni-FACEF, temos o total de 66 alunos que estão cursando a disciplina, no dia que questionário foi respondido tinha 60 alunos presentes em aula. O questionário era aberto com 4 perguntas, sem identificação.

Os alunos começaram respondendo porque escolheram a psicologia jurídica como atividade de extensão, as respostas foram de encontro pelo interesse de conhecer algo novo, um assunto que é tão discutido nos dias atuais. Os alunos em sua maioria se demonstraram curiosos e atraídos por algo que é tão discutido na

sociedade sobre a associação entre direito e psicologia e como esse universo é amplo.

Percebe-se que os estudantes são muito curiosos e querem sempre algo a mais, eles pediram a coordenação o curso e a adesão ao curso foi grande e satisfatória.

Em um segundo momento foi perguntado sobre qual foi o primeiro contato com a psicologia jurídica, os estudantes responderam que foi através de reportagens de jornal, analise de criminosos por reportagens, por palestras que falavam de laudo psicológico e perícia e por estágios na faculdade que tinham contato com a área como no CREAS e CRAS.

Em um terceiro momento foi perguntado sobre como tem sido a experiência de cursar a disciplina de extensão de Psicologia jurídica, a fala dos alunos foram muito parecidas ao falar que estão achando valido, muito interessante, rico, que a partir dos estudos estão ampliando o campo de visão, interessando-se para um estudo mais aprimorado, que estão vendo como positivo a metodologia de estudo unindo a teoria com prática, que estão gostando de analisar estudos de casos relevantes como o de Chico Picadinho.

A quarta pergunta era bem ampla, onde o aluno poderia colocar os pontos positivos e negativos que acharia importante destacar com relação ao curso. Os alunos falaram sobre a importância da didática das aulas, do pratico unido ao teórico. E alguns queriam mais tempo de curso, que fosse uma disciplina regular e que queriam poder aprofundar mais na área.

Observando as respostas podemos observar que os estudantes são cada vez mais curiosos e querem sempre estar conectados com o que é relevante discutido nos dias atuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Psicologia Jurídica evoluiu conforme as mutações do Direito. Seus desdobramentos ao longo do tempo fizeram com que o mundo jurídico valorizasse essa área como imprescindível, em seus resultados relevantes e ramificações que atingem boa parte das questões que podem ser tratadas nos tribunais.

A psicologia jurídica tem suas ramificações e sua ampla gama dentro do direito, se inserindo em várias áreas. O psicólogo jurídico tem como ferramenta de trabalho a avaliação psicológica e técnicas como testes psicológicos, entrevistas, psicodiagnóstico e investigação psicológica. O conhecimento, manipulação e interpretação dessas ferramentas demanda de grande responsabilidade e torna necessário o amplo conhecimento do campo, bem como dos psicodiagnósticos. É importante ainda uma boa formação em psicopatologia, conhecimento sobre a dinâmica judicial, saber reconhecer e considerar para além dos componentes intrapsíquico a dinâmica social e dominar a elaboração de documentos periciais. È de fundamental importância que esses conteúdos sejam bem explorados nos cursos de graduação.

Com relação ao questionário pode-se observar que os estudantes pediram a Psicologia Jurídica e foi algo que aderiram e estão interessados e praticantes na disciplina. São estudantes curiosos e que estão vendo e aproveitando essa oportunidade. Os estudantes relatam o grande aprendizado e o quanto o curso está ajudando na ampliação da visão como também abrindo esse campo de visão para conhecimento em outras áreas.

REFERENCIAS

A Diferença entre Psicologia Jurídica e Psicologia Forense. 2011. Disponível em: https://psicologiainvestigativa.wordpress.com/category/psicologia-forense/ Acesso em: 22 abr. 2015.

AMBROSIO, G. PSICOLOGIA DO JUIZ. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental,** Curitiba, v. 3, n. 2, p.491-503, 2012. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/direitoeconomico?dd1=7554&dd99=view&dd98=pb Acesso em: 03 jun. 2015.

BANHA, N. C. S.. **A resposta do Estado aos crimes cometidos por psicopatas.** 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5321# Acesso em: 27 jun. 2015

D'ASSUMPÇÃO, E. F. V. **Psicopatia:** A Psicologia na Esfera Criminal. 2011. 26 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.emerj.rj.gov.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2011/trabalhos_22011/EduardoFarsetteVieiraDAssumpcao.pdf Acesso em: 20 jun. 2015

DAYNES, K.; FELLOWES, J. **Como Identificar um Psicopata**. São Paulo: Cultrix, 2014.

EMILIO, C. S. **PSICOPATAS HOMICIDAS E AS SANÇÕES PENAIS A ELES APLICADAS NA ATUAL JUSTIÇA BRASILEIRA.** 2013. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/caroline_emilio.pdf Acesso em: 26 mai. 2015.

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. **Criminologia Integrada**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos tribunais, 2010.

FIORELLI, J. O. MANGINI, R. C. R.. **Psicologia Jurídica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática,** São Paulo, v. 6, n. 1, p.73-80, 2004. Disponível em: http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1200/896 Acesso em: 30 mai. 2015.

GOMES, C. C.; ALMEIDA, R. M. M.. **Psicopatia em homens e mulheres.** 2009. Disponível em: http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/582/383 Acesso em: 22 ago. 2015.

GRACIOLI, S. M. A.; OLIVEIRA, P. T. **A psicologia Jurídica sob a percepção dos discentes de direito: em uma instituição do interior de São Paulo**, 2013

HENSEL, L. M.. **Mentes perigosas:** o perfil psicológico do psicopata. 2009. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009. Disponível em: http://pt.slideshare.net/alexandrelvto/340255-1-1 Acesso em: 30 jul. 2015.

HOMRICH, M. T.; LUCAS, D. C. Psicologia Jurídica: Considerações Introdutórias. **Debate em Direito: Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí,** Espirito Santo, v. 36, n. 35, p.237-250, 2011. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/607 Acesso em: 20 jul. 2015.

JUNIOR, C. M. G. A importância da psicologia criminal na investigação policial. Cogito, Salvador, v. 13, nov. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151994792012000100005&lng=pt&nrm=iso Acesso em 28 mai. 2015.

LAGO, V. M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Scielo,** Campinas, v. 26, n. 4, p.483-491, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n4/09.pdf Acesso em: 6 jul. 2015.

LEAL, L. M. Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Diversa,** Minas Gerais, v. 2, n. 1, p.171-185, 2008. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo11_Liene_Leal.PDF Acesso em: 25 jun. 2015.

MATTOS, A. E. **A Atuação do Psicólogo Jurídico no Sistema Prisional.** 2013. Disponível em: https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-atuacao-do-psicologo-juridico-no-sistema-prisional Acesso em: 10 ago. 2015.

MIRA Y LÓPEZ, E. **Manual de Psicologia Jurídica**. 2. ed. Campinas: LZN, 2005.

PENIDO, F. Á. Exame criminológico: A Impossibilidade de exigi-lo como requisito à concessão da progressão de regime e do livramento condicional. **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Uni-bh,** Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.1-35, 2014. Disponível em: http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/viewFile/1176/692 Acesso em: 08 jul. 2015.

Psicologia criminal. s.d. Disponível em: http://mapadocrime.com.sapo.pt/psicologia criminal.html Acesso em: 10 ago. 2015.

RIGONATTI, S. P. **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. Cubatão: Vetor, 2003.

SILVA, A. B. B.. **Mentes Perigosas***:* O psicopata mora ao lado. 2. ed. São Paulo: Principium, 2014.

TARTARI, L.; SACRAMENTO. **A PSICOLOGIA JURIDICA:** SUAS

INTERLIGAÇOES COM O DIREITO E ALGUMAS ESPECIFICIDADES. 2011. Disponível em: https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-psicologia-juridica-suas-interligacoes-com-o-direito-e-algumas-especificidades Acesso em: 09 abr. 2015.

TRINDADE, J. **Curso de Introdução à Psicologia Jurídica.** 2011. Disponível em: http://www.sinttelmt.com.br/convencoes/41/222.pdf Acesso em: 22 jun. 2015

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

TRINDADE, J. **PSICOLOGIA JURÍDICA:** UMA DISCIPLINA AINDA POR FAZER. 2014. Disponível em: http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Psicologia-Juridica/69678061.html Acesso em: 09 mai. 2015.

ZAUPA, M. L. S.. **A necessidade da psicologia jurídica no brasil e suas consequências no direito de família.** 2012. 87 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/3121/2883 Acesso em: 22 mai. 2015.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA: O CASO NÚBIA RIBEIRO DUARTE

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE MEDIA: THE CASE OF NÚBIA RIBEIRO DUARTE

Sessão temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas / 1.6 Outras áreas temáticas

CINTRA, Soraia Veloso
Universidade Federal de Uberlândia
Doutora em Serviço Social
soraia.veloso@ufu.br

Resumo

Neste artigo, nossa intenção é falar sobre a violência que se encontra estampada na mídia escrita a partir do estudo do caso Núbia Ribeiro Duarte, jovem francana de 21 anos que foi assassinada na última semana de setembro de 2017. Durante a semana de 24 de setembro a 1º de outubro, o desaparecimento da jovem, e todos os desdobramentos do caso foram acompanhados com grande interesse pela mídia. Pode-se ouvir e assistir programas de rádio com entradas ao vivo no *facebook*, convidados especiais para falar do caso, e opiniões diversificadas nos comentários. Para este artigo selecionamos o jornal escrito *Comércio da Franca*, da cidade de Franca (SP), que deu ao caso as manchetes diárias no período de 26 de setembro a 1º de outubro de 2017.

Palavras-chave: mulher, violência, mídia

Abstract:

In this article, our intention is to talk about the violence that is stamped in the written media from the study of the case of Núbia Ribeiro Duarte, a 21-year-old French girl who was murdered in the last week of September 2017. During the week of September 24 on October 1, the disappearance of the young woman, and all the developments of the case were followed with great interest by the media. You can

listen to and watch radio programs with live tickets on facebook, special guests to talk about the case, and diverse opinions in the comments. For this article we selected the newspaper *Jornal Comércio da Franca*, from the city of Franca (SP), which gave the case the daily headlines from September 26 to October 1, 2017.

Keywords: woman, violence, media

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Datafolha, uma em cada três mulheres brasileira sofre algum tipo de violência. Os principais agressores são aqueles próximos – maridos, namorados, companheiros – em relacionamentos atuais ou na condição de ex. Em 2016, 503 mulheres foram agredidas por hora no Brasil. Os dados mostram todos os tipos de agressões: verbal, física, psicológica, patrimonial, social. Ameaças com armas (fogo e branca) são mais comuns do que se pode imaginar. A pesquisa realizada entre janeiro e dezembro de 2016, com mulheres acima de 16 anos, mostra ainda que mulheres negras têm sofrido mais violência do que as brancas. O primeiro grupo chegou a 32% das entrevistadas, enquanto o segundo 25%. Se considerarmos o acréscimo às negras das que se declararam pardas teremos que 63% das mulheres não brancas sofreram algum tipo de violência. As jovens entre 16 e 24 anos também estão no grupo de mulheres que relataram ter sofrido alguma violência.

A violência não deveria ser corriqueira e a punição para qualquer tipo de agressão deveria seguir o que determina a lei. No caso do Brasil, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) que foi promulgada justamente para garantir punição mais rigorosa para homens agressores. Mas a violência como expressão da questão social é um fenômeno que ainda precisa ser compreendido para que seu combate realmente possa surtir o efeito esperado: garantir que os casos de violência sejam a exceção e não a regra.

Neste artigo, nossa intenção é falar sobre a violência que se encontra estampada na mídia escrita a partir do estudo do caso Núbia Ribeiro Duarte, jovem francana de 21 anos que foi assassinada na última semana de setembro de 2017. Durante a semana de 24 de setembro a 1º de outubro, o desaparecimento da jovem, e todos os desdobramentos do caso foram acompanhados com grande interesse pela mídia local. Mas, para além do que está escrito, as redes sociais também tiveram um papel fundamental na divulgação do caso. Pode-se ouvir e assistir programas de rádio com entradas ao vivo no *facebook*, convidados especiais para falar do caso, e opiniões diversificadas nos comentários.

Para este artigo, porém, selecionamos o jornal escrito *Comércio da Franca*, da cidade de Franca (SP), que deu ao caso as manchetes diárias no período de 26 de setembro a 1º de outubro de 2017.

O caso de Núbia não é o único registrado em Franca neste ano, mas foi o que mais atenção ganhou dado o desenrolar da história: começa com as primeiras notícias de seu desaparecimento; segue com o encontro do seu carro abandonado e, posteriormente, seu corpo carbonizado; passando pela identificação de um ex-namorado que também estava desparecido, a prisão de um primeiro suspeito e por fim, a prisão do ex-namorado com a atual namorada.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM NÚMEROS

De janeiro a julho de 2017, 882 boletins foram registrados na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em Franca, na perspectiva da Lei Maria da Penha (Murari, 2017). Os cálculos da autora mostram que quatro mulheres são agredidas por dia em Franca e elas refletem a situação nacional, sendo vítimas das mais diversas formas de violência: moral (calúnia e injúria), lesão corporal, sexual, patrimonial. Em julho, o jornal já estampava a seguinte manchete de uma mulher espancada pelo ex-marido e que teve traumatismo craniano: “Mulher espancada pelo ex é internada em estado grave”.

> Dados da DDM apontam que, antes da doméstica, outros 250 boletins de ocorrência de lesão corporal - na lei Maria da Penha - foram lavrados de janeiro a junho deste ano. Isso representa uma média de uma mulher espancada por dia em Franca”. (MURARI, 2017, *online*)

O caso desta mulher não foi o único do ano e em diversos outros momentos a violência foi noticiada. No dia 06 de fevereiro, espancamento: “Mulher é espancada pelo marido e fica na Santa Casa”. O casal tem três filhos de 18, 16 e 14 anos. Ela com 38 anos; ele com 45 chegou a ser preso, mas foi liberado. Em março, o caso foi de estupro e cárcere privado: “Mulher acusa funileiro de cárcere privado e estupro”. A mulher afirmou que não conhecia o agressor, mas o mesmo não ficou preso. Em abril, o uso de arma de fogo: “Mulher leva seis tiros do marido em Delfinópolis”. A vítima de 54 anos sobreviveu ao ataque e o agressor foi preso.

Em julho dois casos chamaram a atenção: “Homem de 70 anos mata mulher no Jardim Aeroporto”, registrado no dia 02 de julho. A mulher tinha 66 anos e o homem fugiu. O outro caso foi registrado no dia 15 de julho: “Mulher espancada pelo ex é internada em estado grave”. Neste caso o homem de 31 anos foi preso em flagrante. Mas nem sempre fica claro se os homens presos foram enquadrados ou não na Lei Maria da Penha.

> A Lei Maria da Penha (11.340), promulgada em 07 de agosto de 2006, representou uma grande conquista dos movimentos feministas que durante anos lutaram pela erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher. As relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados gerando uma alta impunidade dos agentes de violência perpetrada no ambiente familiar. A naturalidade com que, socialmente, tem sido tratada a violência contra a mulher nas relações privadas ofusca a visibilidade do problema, banaliza a sua ocorrência. Acrescenta-se a isso o fato da violência doméstica fornecer também as bases para que se estruturem outras formas de violência o que acaba por produzir experiências de brutalidades na infância e na adolescência, geradoras de condutas violentas e desvios psíquicos graves também para esse público. (BRASIL, 2010).

O Brasil está atuando no combate à violência por meio dos instrumentos internacionais que foram criados e ratificados pelo Estado como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995/Pequim); Convenção de Belém do Pará (1994), entre outros instrumentos. Mesmo assim, a farmacêutica Maria da Penha Fernandes foi à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) apresentar denúncia relativa à impunidade do seu agressor, seu ex-marido, que, tentou matá-la em duas ocasiões, deixando-a paraplégica. A OEA reconheceu a omissão do Estado brasileiro e determinou o julgamento do agressor, elaboração de lei específica no combate à violência contra a mulher, além de pagamento de indenização à Maria da Penha.

A lei que recebeu o seu nome foi elaborada por organizações feministas como Advocacy, Agende, Themis, Cladem/Ipê, Cepia e Cfemea e apresentada como anteprojeto em março de 2004. Após, vários debates na Câmara dos Deputados, alterações no projeto original, além de consultas à sociedade civil, a lei foi aprovada sob o nº 11.340, publicada no dia 7 de agosto de 2006, após sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na prática, a Lei Maria da Penha reconheceu a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres, definindo as linhas de políticas preventivas e de atenção ao enfrentando da violência doméstica e familiar contra a mulher. No II Plano de Políticas para as Mulheres, os objetivos do capítulo 4 eram reduzir os índices de violência contra mulheres por meio da consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha; implementação do pacto nacional de enfrentamento da violência contra mulheres; e implementação do plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas.

Mas, nem sempre os recursos das políticas públicas chegam onde devem. Com isso, as mulheres têm enfrentando uma violência cada vez maior, traduzida em números – mais de 500 mulheres foram agredidas por dia no Brasil em 2016.

> A violência de gênero ignora fronteiras entre as classes sociais, entre países desenvolvidos, entre contingentes étnico-raciais distintos, entre a cultura ocidental e a cultural oriental, etc. Embora a violência de gênero encontre-se sob a tutela do Estado, ela é de responsabilidade social e deve ser denunciada por todos os cidadãos. (BIJOS, 2004, p. 3)

São violências que ganham as páginas dos veículos de comunicação e alcançam grande repercussão principalmente nos dias atuais em que as redes sociais também servem para disseminar boas e más informações.

O CASO NÚBIA

A edição número 23.059 do *Jornal Comércio da Franca*, publicada no dia 26 de setembro de 2017, estampou o desaparecimento de Núbia Ribeiro Duarte, 21.

Seu caso teve grande repercussão na mídia, local e nacional, e ganhou as páginas policiais durante uma semana. Naquele momento, as primeiras informações davam conta do desaparecimento da jovem como *mistério*, tendo em vista que ela havia saído com uma amiga, a deixado em casa e, posteriormente seguido para comprar um lanche em uma rede de *fastfood*. As câmeras de segurança do local mostravam Núbia e essas foram as últimas imagens da jovem viva.

A polícia logo foi acionada e as primeiras informações apareceram nas páginas das redes sociais da mídia francana. Na segunda-feira, 25, o caso já havia tomado grandes proporções, pois o carro de Núbia havia sido encontrado, e um ex-namorado da jovem também estava desaparecido. A amiga de Núbia informou que ela iria se encontrar com o rapaz, pois foi ele quem a convidou para o lanche.

Na edição de terça-feira, portanto, a primeira manchete "Comerciante do Jardim Portinari desaparece após comprar lanche". Na chamada linha fina a informação complementar "Mistério: Núbia Ribeiro Duarte, 21, sumiu na noite de domingo, após deixar uma amiga em casa e comprar lanche no McDonald's. Polícia investiga um suposto amigo da jovem, que não foi localizado".

As investigações andaram rápido e a polícia conseguiu encontrar o carro de Núbia. No dia seguinte, um homem foi preso, e na quarta-feira, o jornal trazia como manchete:

> UM CRIME CRUEL. Barbárie. Corpo da comerciante Núbia Ribeiro Duarte, 21, desaparecida desde a noite de domingo, foi encontrado esfaqueado e queimado. Casal é o principal suspeito do assassinato; 3º acusado foi preso. (Jornal Comércio da Franca, 27/09/2017, p.1)

O casal citado é Leonardo Cantieri, 20, e Lauany Viodres Prado, 20. As fotos da vítima e dos acusados foram estampadas pelo jornal e a notícia foi retratada em duas páginas. Todo caso foi bem detalhado pela equipe de jornalistas, tendo em vista que o corpo de Núbia havia sido encontrado – esfaqueado e queimado – perto de Patrocínio Paulista (SP). As informações apontavam pedidos de justiça, a revolta nas redes sociais e um perfil dos acusados do crime: dois jovens de 20 anos. Neste caso, é interessante destacar que Lauany recebeu mais destaque do que Leonardo. Ela foi apresentada como sendo de 'família tradicional', que teria estudado em escola particular e que faria direito na Unifran. Uma coluna em destaque também afirmava que o casal havia sido preso pelo furto de um trator.

Na edição de quinta-feira, 28 de setembro, a manchete trazia informações sobre a prisão do casal: "Justiça decreta a prisão de casal acusado de matar Núbia Ribeiro". As informações complementares seguiam na linha fina "Crime cruel: A universitária Lauany Viodres e o auxiliar de mecânico Leonardo Cantieri, ambos de 20 anos, tiveram a prisão temporária expedida pela Justiça. Advogado diz que eles se entregam hoje". O jornal também trazia uma foto do enterro de Núbia. A reportagem continuava na página 9A com mais informações do casal e também do enterro. Os acusados foram presos neste dia e viraram manchete no dia seguinte.

Na sexta-feira, 29 de setembro, o jornal trouxe a manchete em letras maiúsculas e uma das palavras em vermelho.

> ATRÁS DAS GRADES. Crime cruel. O auxiliar de mecânico Leonardo Cantieri e a universitária Lauany Viodres, ambos de 20 anos, foram presos ontem. Em depoimento na DIG, o rapaz disse que foi a namorada quem deu a facada em Núbia Ribeiro, 21; já Lauany culpou Leonardo e um terceiro acusado. Delegado classificou a estudante como 'fria e calculista'. Após 10 horas de depoimentos, casal foi para a cadeia, sob protestos de populares. (COMÉRCIO DA FRANCA, 29/09/2017, p.1).

A edição de sábado apresenta a manchete "Casal acusado de matar Núbia fica no Guanabara por 30 dias". A reportagem dava conta que Lauany e Leonardo ficariam em prisão temporária por 30 dias. "Ela divide o espaço (cela) com outras cinco detentas [...] Leonardo está acompanhado de outros 12 homens [...]" (Murari, 2017, p.9A).

A edição de domingo apresentou um retrospecto do caso e o assunto ainda foi manchete:

> Paixão, ciúmes e drogas unem os acusados de matar Núbia". Crime cruel: Leonardo Cantieri, Lauany Viodres e Ítalo Neves são apontados pela Polícia Civil como responsáveis pelo assassinato da comerciante Núbia Ribeiro, de 21 anos, na semana passada. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1º/10/2017, p. 1).

Murari (2017) apresentou um retrospecto do crime, com destaque para os três acusados do crime. Leonardo foi classificado como o pivô; Lauany, a namorada; e Italo Neves, o amigo. Este último seria o responsável por levar o carro de Núbia de um lugar a outro, mas a polícia ainda investiga se ele também teria participado da cena do crime. Ainda na mesma edição, uma foto retratava a homenagem feita para a jovem Núbia no sábado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de Núbia ainda "ganhou" mais duas manchetes do jornal Comércio da Franca. No dia 12 de outubro, "IML aponta pancada na cabeça como causa da morte de Núbia" e no dia 17, "Estudante tramou, e homem matou Núbia, diz delegado". A afirmação foi feita após a acareação entre os três acusados. Para o delegado do caso, Lauany teria planejado o crime e um dos homens teria executado. (Murari, 17/10/2017).

O trabalho de investigação da polícia civil de Franca está na fase final e caberá ao judiciário condenar ou não os acusados. O acompanhamento deste caso em particular é interessante, pois mostra as várias faces da violência contra a mulher. Enquanto isso, outros casos continuam sem solução ou os agressores soltos sob as mais diversas alegações de seus advogados nas chamadas brechas da lei.

A violência precisa ser tratada com mais vigor para que casos como o de Núbia sejam punidos. Também serão necessários investimentos contínuos em políticas públicas visando reduzir a violência. Entendemos que esta é uma questão

pontual, mas que precisa ser tratada e discutida. E mais que ser discutida, é preciso que a Lei Maria da Penha seja cumprida e que todo homem acusado de violência seja punido.

REFERÊNCIAS

BLAY, E.A. Violência contra a mulher e políticas públicas. Disponível http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf

BIJOS, Leila. Violência de gênero: crimes contra a mulher. Disponível em file:///C:/Users/solve/Downloads/1136-4668-1-PB.pdf

BRASIL, 2008. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Disponível em http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/2008

BRASIL, 2009. Secretaria de Políticas para Mulheres. Disponível em http://www.sepm.gov.br/sobre

BRASIL, 2010. Lei Maria da Penha. Disponível em http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-deenfrentamentoa-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha

MURARI, Marcela. Quatro mulheres sofrem agressão por dia em Franca. Disponível em http://gcn.net.br/noticias/358343/franca/2017/08/a-cada-6-horas-uma-mulher-sofre-algum-tipo-de-violancia-em-franca

___. Mulher espancada pelo ex é internada em estado grave. Disponível em http://gcn.net.br/noticias/356212/franca/2017/07/mulher-espancada-pelo-ex-a-internada-em-estado-grave

___. Jovem de 21 anos desaparece depois de comprar lanche. Jornal Comércio da Franca, página 10, 26 de setembro de 2017.

___. Jovem francana desparecida é encontrada morta e queimada. Jornal Comércio da Franca, página 08, 27 de setembro de 2017.

___. Justiça decreta prisão de casal por morte de jovem. Jornal Comércio da Franca, página 9, 28 de setembro de 2017.

___. Casal acusado de matar Núbia se apresenta a polícia e é preso. Jornal Comércio da Franca, página 10, 29 de setembro de 2017.

___. Casal acusado de matar Núbia fica no Guanabara por 30 dias. Jornal Comércio da Franca, página 10, 30 de setembro de 2017.

___. Paixão, ciúme, drogas: os elos entre os acusados de matar Núbia Ribeiro. Jornal Comércio da Franca, página 6, 01 de outubro de 2017.

SAFFIOITI, H.I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

AJUSTE FISCAL EXPANSIONISTA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Pedro Henrique NASCIMENTO
Doutorando, IE/Unicamp

Resumo

O presente estudo se propõe a analisar a literatura que cerca a ideia – contrária aos pressupostos keynesianos – de que ajustes fiscais contracionistas possam de alguma maneira permitir que economias se recuperem e possam até sair de crises, como a Grande Recessão de 2008-09. O ponto de partida será, portanto, um contraponto entre as duas visões, em um primeiro momento, no campo teórico e posteriormente com uma análise de trabalhos relevantes tanto a favor como contrários a essa hipótese. Atesta-se, por essa exposição, que as circunstâncias para que consolidações fiscais se tornem benéficas para a atividade econômica são extremamente raras e dependem de um *mix* complexo de outras alterações na taxa de juros e no câmbio. Com base nessas evidências, o trabalho sustenta que políticas de austeridade nas contas públicas não apenas são incapazes de auxiliar o país a superar a crise como também estão no centro de como a economia brasileira chegou até a crítica situação atual.

Introdução

De uma perspectiva histórica seria impossível não associar a ascensão da ideologia neoliberal (ou ortodoxa) de controle nos gastos públicos como a melhor estratégia para restabelecer o crescimento da economia com os efeitos advindos da Grande Recessão de 2008-09. Nessa grave crise, o desemprego norte americano havia sido alçado a uma de suas maiores tacas no pós guerra (9,6%), com ao menos 4,6% acima do que o *Congressional Budget Office* (CBO) estimara como sendo a taxa de desemprego a prevalecer caso a economia estivesse trabalhando a pleno emprego e 5,1% acima do nível mínimo atingido um ano antes da recessão se instaurar em 2007 (Baker, 2010).

Além desse resultado, o *gap* existente entre o PIB atual e o seu potencial ultrapassava os 730 bilhões de dólares em 2010, ou algo em torno de US$2.400 de renda perdida na média para cada trabalhador norte americano. Diante desse cenário, era evidente que ações agressivas tanto na área fiscal (quanto na monetária) fossem requeridas para estancar o dano causado na atividade econômica. E foi essa a estratégia adotada por diversos países com diversos aumentos de gastos públicos ou reduções de tarifas com vias de estímulos ao consumo. No entanto, como consequência dessas políticas vieram a preocupação com a elevação nos déficits dos governos e também no incremento da relação dívida pública/PIB, as quais passaram a despertar preocupações nos teóricos quanto a sua sustentabilidade no futuro. Defensores da austeridade, munidos do exemplo vivenciado pela Grécia e de trabalhos como o de Reinhart & Rogoff (2010) – que alertava para as terríveis repercussões para a economia caso a sua dívida ultrapassasse os 90% do PIB –,

começam a clamar junto às autoridades por controle de gastos do governo alegando ser esse o único caminho para a recuperação econômica.

Estava lançado o dilema: qual a melhor estratégia para os países superarem a grave crise econômica? Será que as ideias de Keynes que auxiliaram os países na Grande Depressão de 1929 e em outras crises estavam superadas e teriam que ceder espaço a uma nova teoria que apelava para o controle de gastos públicos, os quais já estariam no seu limite? Esse será o ponto de partida para a discussão proposta no estudo, a qual tomará forma, logo na primeira seção, através de uma comparação entre a ideologia neoliberal e keynesiana quanto à forma de atuação do governo na economia. Nas duas próximas seções, as hipóteses elencadas serão analisadas a partir de trabalhos clássicos sobre o tema que por meio de estudos empíricos buscaram comprovar o teor de suas argumentações. Na última seção, por sua vez, o trabalho transporta essa discussão para a crise econômica brasileira atual e tece alguns comentários sobre como a implantação de políticas de ajuste fiscal possa ter contribuído para a difícil situação corrente da economia ou se serão essas as políticas responsáveis por recolocar o país nos trilhos do crescimento econômico.

1 – O Debate Teórico

Desde a Grande Depressão de 1929, a recuperação das maiores crises econômicas da história vem contando com uma boa dose de estímulos por conta do governo. Políticas de elevação dos gastos públicos e redução de impostos confiavam na existência de um multiplicador fiscal positivo (Keynes, 1933) que dilataria os efeitos dessas medidas iniciais por toda a economia.

A lógica por trás desses estímulos encontra-se nos efeitos diretos que estes teriam para estimular o crescimento. Maiores gastos públicos empregando trabalhadores colocaria mais dinheiro em seus bolsos, assim como um corte de tarifas ou transferências do governo, como o seguro desemprego. Desse dinheiro “adicional”, boa parte é transformada em novos gastos elevando a demanda e estimulando novas contratações.

Para os seguidores pós keynesianos, as decisões econômicas, em particular as decisões de investimento são tomadas em ambientes que não permitem a realização de previsões de forma precisa o que, em outras palavras, significa dizer que se trata de um cenário dominado pela incerteza. Uma vez ser impossível calcular de forma acurada a rentabilidade esperada de um investimento, as decisões de investir passam a estar ancoradas em fatores subjetivos como o pessimismo ou otimismo dos agentes ou do maior ou menor grau de confiança que os agentes possuem diante de suas estimativas.

Basear tais decisões em fatores subjetivos confere aos investimentos um caráter extremamente volátil que acaba se propagando também ao emprego e a renda. Essa é uma importante “brecha” para que os governos entrem e intervenham na economia por duas maneiras: (1) realizando políticas monetárias que reduzam a taxa de juros – as quais servem para a comparação com a rentabilidade esperada do investimento e (2) investindo por conta própria para dar o suporte necessário ao investimento privado, aumentando, assim, a renda e o emprego da economia e, por consequência, o otimismo e a confiança dos empresários.

Uma questão importante surge da participação do governo: tais medidas não levariam a grandes e perigosos déficits orçamentários? Para responder a essa

questão deve se considerar que, dependendo do estágio da economia em que o governo intervenha, é possível que os próprios gastos acima do "permitido" pelo orçamento sejam reposta na forma de maiores impostos quando a atividade econômica se expandir. Sobre a mesma questão, Krugman (2010) alega que, ainda que os orçamentos se tornem deficitários, isso não seria motivo de preocupação pois o que estava sendo gerado por meio desses déficits seria uma possibilidade para que poupadores insatisfeitos com as ínfimas taxas de juros recebidas tenham um novo aporte para empregar as suas reservas financeiras. Percebe-se, portanto, que em ambos os casos, não haverá competição com o investimento privado – ou o efeito *crowding out* – mas sim um suporte do setor público para os investimentos privados, para que estes possam se materializar e eventualmente auxiliar na recuperação da atividade econômica.

Pensar em uma política de austeridade dos gastos públicos, em especial diante de contextos de crise seria extremamente perigoso para os economistas que acreditam nos pressupostos keynesianos, pois tais medidas contracionistas reduziriam a demanda agregada, abortando boa parte dos efeitos diretos da participação do governo na economia, gerando, com isso, quedas no consumo e no investimento, além de novas rodadas de desemprego e declínios na renda, o que deixaria a recuperação econômica cada vez mais distante.

Entretanto, a ideia de que déficits no setor público pudessem ser um instrumento estabilizador da renda e do emprego tem sido amplamente questionado por economistas neoliberais (ortodoxos). Para esses teóricos, nada substituiria o livre mercado como a melhor maneira de se conduzir a economia. Essa visão relegaria ao governo um papel bem menos brilhante do que aquele atribuído na visão de Keynes e seus seguidores. Para os neoliberais, não só a participação do governo seria incapaz de melhorar o funcionamento da economia, como também ele é muitas vezes visto como desnecessário e até mesmo prejudicial.

Mollo (2015) destaca que nessa visão o Estado é entendido como possuindo um viés inflacionário, uma vez que, para elevar os seus gastos acima da arrecadação, este deveria imprimir moeda, o que passa uma pressão altista sobre os preços. O dinheiro e o crédito injetado na economia, para os adeptos dessa visão ortodoxa, não traria o benefício de estimular a atividade econômica com novas expansões na renda e no emprego, ou seja, a moeda é neutra e qualquer impacto positivo seria de curta duração na comparação com seus efeitos a longo prazo que tenderiam a perpetuar o processo inflacionário.

Já no âmbito fiscal, o problema se apresenta de duas maneiras. A primeira é o já mencionado viés inflacionário dos gastos do governo, o que demandaria uma redução dos seus dispêndios, ou em outras palavras, políticas de austeridade. Já a segunda via aponta para a dificuldade inerente ao seu endividamento. Se este for muito elevado e houver obstáculos quanto a levantar financiamentos, as taxas de juros terão que ser elevadas, o que geraria um efeito perverso sobre o investimento privado (*crowding out)*. Desse modo, independente de qual via se escolher a recomendação política que pavimenta as estradas neoliberais é a da redução da participação do governo na economia, para que este deixe o espaço livre para que gastos privados – mais eficientes – assumam o seu lugar.

Com isso, conclui-se a breve exposição dos argumentos por trás das teorias neoliberais e keynesianas. Um consenso entre tais visões, em particular no que tange as recomendações políticas, parece impossível, uma vez que elas se

apresentam em lados diametralmente opostos. Na seção seguinte, a ideia é deixar o campo teórico e adentrar o lado prático (ou empírico) dessa discussão tendo como base a análise de como medidas de austeridade fiscal se comportaram em relação aos indicadores macroeconômicos nos principais casos destacados nessa literatura.

2. O Ajuste Fiscal Expansionista na Prática

A ideia de que um déficit criado pelo governo poderia ser uma arma poderosa para sustentar a economia em momentos de recessão sempre foi cercada de inúmeros questionamentos. Grande parte dessas críticas seguiam a análise teórica contida na *Treasury View* e ganharam novo fôlego com o modelo monetarista friedmaniano e a sua taxa natural de desemprego. Essa oposição a visão keynesiana conseguiria novos instrumentos com os modelos de expectativas racionais e as teorias cujo norte repousava no conceito da equivalência ricardiana. Essa junção de "forças" seria responsável pela manutenção de argumentos como o do *crowding out* destacado na seção anterior.

Para Foresti & Marani (2014) vale a ressalva de que todas essas críticas enfatizavam um multiplicador fiscal zero ou negligenciável. No entanto, com a chegada dos anos 1990, uma nova geração de críticos[1] tem advogado a existência de multiplicadores fiscais negativos, o que em outras palavras, significa dizer que está em pauta a possibilidade de que consolidações fiscais possam, de fato, contribuir para o crescimento do produto.

Essa possibilidade deixaria o campo teórico e ganharia o prático quando um número relevante de estudos passou a esclarecer que maneira políticas fiscais restritivas poderiam gerar impactos positivos sobre consumo, investimento e renda. Para os propósitos dessas seção, o estudo destaca – entre outros tópicos – dois dos casos empíricos mais relevantes para os adeptos dessa visão não keynesiana (Dinamarca e Irlanda) contidas no trabalho de Giavazzi & Pagano (1990). O objetivo nesse momento é apresentar como a economia desses países se comportaram diante desses ajustes. A ideia seria conseguir identificar algumas das condições necessárias para a ocorrência desse fenômeno do multiplicador fiscal positivo.

Antes de discutir em maiores detalhes os casos elencados acima, é importante destacar que a saúde econômica da Europa em gral inspirava cuidados. Elevadas taxas de juros no início dos anos 1980 combinados a um estoque crescente das dívidas públicas eram a combinação trágica para o problema da sustentabilidade desses débitos. A despeito das objeções dos teóricos keynesianos, o combate a esse quadro passou pela adoção de ajustes fiscais contracionistas com o intuito de estancar essa sangria nas contas públicas.

Feis & Froehlich (1986 *apud* Giavazzi & Pagani, 1990, p. 76) relatam com precisão o clima anti keynesiano:

> Fiscal consolidation had a benign impact on expectations... [An] important explanation is the way fiscal consolidation was actually brought about. Rather than raising taxes, the deficit was reduced by keeping a lid on expenditure

[1] Giavazzi & Pagano (1990, 1995); Alesina & Perotti (1995a).

> growth… By absorbing a smaller share of GNP, the public sector made room for the private sector to expand.

Investigar essa possibilidade analisando casos empíricos foi o objetivo traçado em Giavazzi & Pagano (1990). De fato, boa parte dos países europeus adotou medidas visando a consolidação de suas contas públicas, mas dois casos chamaram a atenção por se tornarem evidências empíricas de que ajustes fiscais poderiam ser expansionistas. No primeiro deles, a necessidade de correção de rota na Dinamarca ocorreu quando este país viu sua dívida pública saltar de 29% do PIB no início de 1980 para mais do que dobrar de valor em 1982, chegando ao patamar de 65% do PIB.

Essa expressiva elevação foi resultado de uma frustrada tentativa de estimular a demanda no início da década que, ainda que tenha criado um largo déficit primário de 3,1%, foi incapaz de impedir que a taxa de desemprego do país se situasse 4,2% acima do registrado em 1979.

Diante dessa situação, uma coalizão conservadora que havia acabado de ascender ao poder adota um severo programa de reequilíbrio fiscal. Dentro de quatro anos, a reversão no orçamento primário de pleno emprego (*full-employment primary budget)* foi da ordem de 10% do PIB[2]. Como resultado a relação dívida pública/PIB finalmente começou a declinar.

Em paralelo ao ajuste fiscal, no lado monetário, a paridade fixa da moeda local com o marco alemão foi adotada. A credibilidade dessa política, por sua vez, passou a ser trabalhada pelas autoridades econômicas dinamarquesas ao abster da realização de novas desvalorizações no kroner e também ao abolir os controles sobre os fluxos de capitais que adentravam ao país. O resultado foi uma queda na taxa de juros de longo prazo da ordem de 5,5% em dois meses.

No entanto, o ponto crucial a ser analisado aqui é o seu resultado em termos de crescimento do produto: 3,6% na média entre os anos de 1983-1986, “puxados” principalmente pelo consumo privado que, mesmo diante de reduções na sua renda disponível devido às maiores alíquotas de impostos, cresceu rapidamente, comportamento esse semelhante registrado pelo investimento.

A evidência econométrica encontrada em Christensen (1988) aponta para uma elevada correlação entre o consumo e riqueza. No âmago dessa relação estaria um incremento no calor dos ativos das famílias (preço das casas e das ações), o qual estaria relacionado com a nítida queda na taxa de juros no início de 1983. Pelo lado do setor público, Giavazzi & Pagani (1990, p. 87) apontam para um crescimento na riqueza das famílias por duas razões:

> [...] the fall in expected inflation raised the real value of the future interest payments on nominal debt, and the fall in the real interest rate decreased the discount rate applying to the real value of those interest payments.

[2] Dos quais 2,8% vieram de uma queda no consumo do governo e 0,4% de corte em seus investimentos (Giavazzi & Pagani, 1990, p. 83).

Em suma, com a elevação do preço dos ativos, o consume passou a crescer. A confiança dos consumidores havia sido restabelecida não apenas por seu efeito riqueza real, mas também em função do otimismo diante das rendas futuras esperadas.

Já no caso da Irlanda, o "sucesso" empírico do processo de estabilização começa na verdade com um fracasso. A primeira tentativa de conter o rombo nas contas públicas (8,4% no déficit primário de pleno emprego e 87% do PIB era o total da dívida) que teve início em 1982 não logrou alcançar os mesmos resultados obtidos pelos dinamarqueses. O consumo privado caiu 7,1% em 1982 e permaneceu estagnado pelos próximos dois anos. Acompanhando a trajetória do consumo, estaria o investimento, o qual caiu drasticamente ainda que confrontado com uma queda na taxa de juros da economia.

Apesar do insucesso inicial, uma nova tentativa de consolidação fiscal foi colocada à prova em 1987. Dessa vez, um governo diferente da coalizão responsável pela primeira tentativa de ajuste lança mão de um plano para cortar gastos do governo em consumo e investimento[3]. Concomitantemente a parte fiscal, estaria uma política de nítida desvalorização do câmbio, a qual auxiliaria na estabilização, não tanto pelos seus efeitos diretos sobre a demanda externa, mas pelos seus efeitos indiretos sobre a taxa de juros e a demanda doméstica (Giavazzi & Pagano, 1990, p. 92).

Desses casos descritos é possível apreender uma lição importante: os ajustes fiscais para serem bem sucedidos nos seus objetivos precisam contar com o auxílio de dois coadjuvantes de luxo, a destacar a política monetária e a política cambial. Uma vez crível, a taxa de câmbio desses países ancorada em moedas fortes e de baixa inflação trará reduções significativas para as taxas de juros, tanto as reais quanto as nominais. Reduções estas facilitadas pela remoção de obstáculos a livre movimentação de capitais, outra parte importante do *mix* de políticas implementadas com a estabilização fiscal.

Diante desse cenário é possível perceber que os agentes econômicos estariam defronte de dois efeitos concorrentes: de um lado, eles encaram uma queda na sua renda corrente disponível – resultado, por exemplo, de um aumento de impostos – e de outro, um efeito riqueza fruto da queda da taxa de juros real e nominal não antecipada. Esse é o ponto chave para os teóricos do ajuste fiscal expansionistas, já que caso os agentes acreditem que o efeito riqueza irá se sobrepor a perda de renda corrente, o aumento do consumo pode ser explicado diretamente como um resultado das políticas de estabilização fiscal e seus efeitos.

Nos casos descritos, foi exatamente essa a conclusão obtida pelos autores. Tanto a elevação do consumo da Dinamarca como na segunda tentativa de estabilização irlandesa só puderam ganhar forma em razão de um incremento na riqueza suficientemente grande para superar qualquer possível efeito contracionista vindo da renda corrente disponível.

Ainda que se possa recorrer as expectativas – tal como previsto na *German View* de política fiscal ou a outros efeitos como a substituição de serviços públicos não mais oferecidos pelo Estado por consumo privado[4], os teóricos do ajuste fiscal

[3] A primeira tentativa de consolidação se valeu mais do aumento da carga tributária.
[4] Outro ponto levantado por Giavazzi & Pagano (1990), mas sem se revelarem estatisticamente significativos.

expansionista haviam encontrado um mecanismo para que a economia respondesse de forma positiva a choques fiscais contracionistas.

Outro estudo de Alesina & Perotti (1995b) também conseguem atingir resultados semelhantes. Nele, foi possível concluir que na maioria dos casos em que o ajuste fiscal foi implementado por diversos anos, a taxa de desemprego efetivamente decresce quando comparada ao período pré-ajuste. No referido estudo, os autores afirmam que os bons resultados da economia em termos de produto e emprego são mais passíveis de ocorrer diante de ajustes fiscais bem sucedidos. Em Alesina & Perotti (1995a), por sua vez, é apontado que a contenção das contas tem mais chance de sucesso quando o problema é enfrentado via redução de gastos do que por meio da elevação de impostos. O ponto levantado aqui é que reduzir os empregos públicos e as transferências teriam efeitos bem mais duradouros tanto porque esses cortes são de difícil reversão como também por transmitirem uma mensagem mais forte quanto ao comprometimento do governo com as políticas de austeridade para a sociedade.

3 – As Críticas a Visão do Ajuste Fiscal Expansionista

Na seção anterior foram apresentados estudos que demonstraram não apenas um meio teórico para que as contrações fiscais pudessem ter efeitos expansionistas como também casos empíricos de países onde tal façanha teria de fato ocorrida. Esses estudos, no entanto, não vieram isentos de dúvidas e questionamentos. Analisar algumas delas será o objetivo da discussão a seguir.

Um dos mais relevantes trabalhos que examina o efeito das consolidações fiscais e o seu impacto sobre a atividade econômica foi o realizado pelo FMI em 2010. Nele, resultados completamente opostos são encontrados, como o de que as consolidações fiscais implementadas nas economias avançadas tipicamente produziriam resultados maléficos para a economia: queda de 0,5% no PIB dentro de dois anos e uma elevação de 0,3% na taxa de desemprego diante de uma contração fiscal da ordem de 1% do PIB.

A chave para compreender resultados tão divergentes segundo os autores do trabalho é metodológico. Em estudos como o de Alesina & Perotti (1995a, 1995b) e Giavazzi & Pagani (1990), o conceito estatístico utilizado para representar a consolidação fiscal foi o excedente orçamentário ajustado ciclicamente (*cyclically adjusted budget surplus*). Para FMI (2010) esta seria uma medida altamente imprecisa das ações do governo, o que acarretaria um viés de redução dos efeitos contracionistas ao mesmo tempo que supervalorizava os expansionistas das contrações fiscais.

Um dos problemas inerentes ao uso do método de ajuste cíclico é que este falha em remover mudanças nas receitas orçamentárias do governo associadas a alta dos preços de ativos e de *commodities*, por exemplo. Tais alterações nas condições da economia poderiam resultar em excedentes orçamentários cuja origem não estaria ligadas a ação política de controlar os seus gastos[5]. Uma outra dificuldade ligada ao uso desses modelo padrão seria ignorar as motivações por trás das ações fiscais.

[5] Como no caso da Irlanda em 2009, onde o colapso da bolsa e no preço das casas induziu a uma aguda redução no excedente orçamentário ainda que política de elevação de tarifas tivessem sido implementadas juntamente com reduções nos gastos que totalizaram 4,5% do PIB (FMI, 2010, p. 96).

Para ilustrar esses resultado, os teóricos do FMI comparam dois países diante de uma semelhante política de contenção de gastos públicos. Contudo, o primeiro deles é atingido por um choque adverso ao passo que o segundo experimenta um choque positivo. Nessas situações, o excedente de orçamento seria menor para o primeiro país do que para o segundo, ainda que ambos estivessem submetidos a medidas de ajustes fiscais similares (FMI, 2010, p. 96).

Para contornar esse problema FMI (2010) sugere uma abordagem diferente para a identificação de períodos de consolidação focadas mais nas ações políticas com o intuito de reduzir o déficit orçamentário. Ou seja, o que se procura são casos de corte de impostos e/ou elevação de impostos que busquem estancar a sangria das contas públicas. Nesse contexto, os autores analisaram 15 países entre 1980-2009, o que totalizou um universo de 173 anos em que medidas orçamentárias foram implementadas com o propósito estabilizador.

Diante desses dados, um resultado chave desponta: ajustes fiscais são tipicamente contracionistas[6]. Uma contenção nas contas públicas da ordem de 1% reduz a demanda agregada – consumo e investimento – em outros 1%, o PIB em 0,5% e eleva o desemprego em 0,3%. Todos esses resultados se revelaram estatisticamente significantes aos níveis convencionais e, portanto, refutam a ideia de que a política de austeridade poderia de fato estimular a atividade econômica.

O estudo do FMI, contudo, trás uma série de resultados importantes, em especial, acerca da participação “amortecedora” da taxa de juros e da taxa de câmbio para os efeitos recessivos do ajuste fiscal. Esse comportamento, por sua vez, será a base para mais duas críticas importantes a serem discutidas a respeito das condições para que ajustes fiscais se tornem expansionistas.

A queda na taxa de juros pode – provavelmente – aquecer o consumo e estimular o investimento, ao passo que o declínio no valor da moeda se traduzirá numa elevação das exportações reais e numa queda das importações, as quais refletiriam a, agora, menor renda corrente. Ambos os efeitos, portanto, seriam responsáveis por suavizar o efeito keynesiano da redução da demanda agregada, mas sem “inverter” o sinal do multiplicador.

Nessas discussões sobre o papel das variáveis juros e câmbio desponta uma importante constatação do estudo de Perotti (2012) de que os casos de retrações fiscais quando se mostraram expansionistas operaram através de um *boom* no setor externo e de uma queda acentuada na taxa de juros. Tal conclusão acaba fornecendo munição a importante crítica a qual aponta para a incapacidade da contração fiscal de, por si só, gerar impactos benéficos para a economia (Krugman, 2010).

Esse argumento se reforça quando retomamos uma das conclusões do estudo do FMI que aponta um menor efeito nocivo da política de ajuste para a economia quando esta é realizada por meio de corte de gastos ao invés de aumentos de impostos. A ideia aqui é que, uma vez que a elevação da carga tributária tem um efeito mais inflacionário do que a redução de gastos, sobraria mais espaço para a política monetária atuar no sentido de arrefecer o efeito deletério da contração fiscal.

Foresti & Marani (2014) seguem essa mesma linha de argumentação, e mesmo sem entrar em maiores detalhes metodológicos, procuram demonstrar as condições necessárias para que a consolidação fiscal possa eventualmente se tornar

[6] Em outro estudo, Blanchard & Leigh (2013) também atingem a mesma conclusão.

expansionista. Segundo esses autores, as condições para esse resultado ocorra seriam os seguintes:

(1) Quanto maior fosse a reação do Banco Central às mudanças na taxa de inflação esperada;
(2) Quanto maior for o impacto da consolidação na inflação esperada;
(3) Quanto mais a variação nas taxas de juros afetarem o investimento e a taxa de câmbio;
(4) Quanto mais a variação na taxa de câmbio afetar as exportações;
(5) Quanto menos a política fiscal afetar a renda permanente;
(6) Quanto menor for a reação dos consumidores a renda corrente e a renda permanente. (Foresti & Marani, 2014, p. 7).

Pelo exposto acima fica nítido o papel que o Banco Central desempenha no processo de ajuste, de tal modo que avaliar os feitos da política fiscal sem levar em consideração como as autoridades monetárias se comportariam diante dessa nova agenda fiscal seria negligenciar uma parte significativa desse *mix* de políticas necessária para que tal efeito expansionista ocorra. Em resumo, a conclusão geral é a de que seria preciso quase um realinhamento perfeito de uma série de variáveis, o que na prática, parece ser bastante complicado como apontou o estudo do FMI.

Em outro estudo, Serrano & Braga (2006) também investigam o quão complexo se torna o caminho a ser trilhado para que um ajuste fiscal produza efeitos positivos. Com esse objetivo, os autores analisam o suposto caso de sucesso dessas medida ocorrida na administração Clinton durante os anos 1990 nos EUA, o qual seria, na visão de Blinder (1997), o único caso[7] concreto dessa natureza registrado na economia.

Na avaliação dos autores, o elo necessário para que a ocorrência dos benefícios da contração fiscal passa, em um primeiro momento, pelo efeito direto que este deveria ter em reduzir a taxa de juros de longo prazo e, posteriormente, na elevação dos itens da demanda agregada (consumo e, principalmente, investimento) que tal redução pudesse produzir.

A refutação desse suporte benéfico viria da análise empírica dos próprios resultados obtidos. Ainda que os autores se deparem com conceitos subjetivos como credibilidade e reputação do governo, foi possível averiguar que não houve uma queda na taxa de juros vinculada à redução do déficit do governo, já que a trajetória descendente mesmo diante de uma elevação do déficit do governo. Isso representa que o primeiro elo para o “sucesso” da consolidação fiscal foi rompido. Já o segundo elo se perde perante a baixa sensibilidade do investimento diante de variações na taxa de juros (pessimismo das elasticidades). Sendo assim, ainda que a taxa de juros efetivamente se reduza após o anúncio crível de uma redução dos déficits do governo, seria bem pouco provável que o investimento pudesse ter uma resposta significativa para atenuar a queda na demanda fruto da ação do governo.

Desse modo, o trabalho encerra essa seção com um tom pessimista a respeito da real efetividade que o ajuste fiscal teria em sanar os problemas

[7] Vale salientar que embora esse seja o único caso observado pelo autor, este foi significativo o suficiente para que pudesse integrar sua seleta lista de princípios macroeconômicos gerais que todos deveriam concordar.

econômicos. Essa é uma notícia extremamente desagradável, em especial, para as economias que tentaram (ou tiveram) que recorrer a esse expediente para estimular o PIB. Esse foi o caso brasileiro a partir de 2015, com o segundo mandato da presidenta Dilma H., o qual será analisado a seguir.

4. Reflexões sobre o Ajuste Fiscal Brasileiro

A adoção do ajuste nas contas públicas do Brasil ocorre logo após o início do segundo pleito de Dilma Rousseff, a despeito de todo o seu discurso de campanha que condenava o uso do receituário neoliberal para sanar os problemas econômicos. Em seu discurso, a presidenta deixava claro que iria impedir que banqueiros capturassem o Banco Central e que a comida fosse retirada da mesa do trabalhador, no entanto, numa colossal mudança de direção, o cargo mais importante da hierarquia brasileira é entregue a um ex-banqueiro, Joaquim Levy.

Com a mudança de rumo da política econômica, veio também a mudança de discurso. O ajuste fiscal deveria ser implementado, pois sem ele a economia brasileira jamais retornaria aos trilhos do crescimento econômico. Nada mais conveniente para deixar claro para o mercado do real compromisso do governo com a austeridade, portanto, do que a presença de um integrante do mercado financeiro a frente do Ministério da Fazenda.

Enquanto o componente da credibilidade – que estava em baixa no mercado – ia sendo arquitetada com a presença de Levy, a parte real (ou visível) do ajuste viria por meio de uma forte retração dos gastos do governo que passaram de um ritmo de crescimento de 12,8% em 2014 para apenas 2,1% em 2015[8] (Orair e Siqueira, 2016). A área mais afetada, como não poderia deixar de ser, foi o investimento público que registrou uma queda de 29% ao longo de 2015, ou recuo de 0,3% do PIB.

A preocupação com a elevação dos gastos públicos viria em resposta a uma queda acentuada verificada no segundo semestre de 2014 quando a desaceleração na economia se torna nítida e o aumento dos gastos com juros nominal inevitável[9]. Nesse cenário, se o receituário do ajuste fiscal funcionasse a contento a credibilidade do mercado seria recuperado, as taxas de juros entrariam em trajetória descendente, abrindo espaço para que o consumo e, principalmente, o investimento resgatassem o país da crise.

O resultado na realidade, entretanto, se revelou completamente perverso. Ainda que defronte a uma forte contenção dos gastos públicos, este não logrou reverter a trajetória de deterioração das contas públicas. Na prática, as refeitas sofreram um novo “tombo”, recuando 6,3% em comparação a 2014, o que, somado aos 2,1% de crescimento dos gastos, reforça a inoperância de gerar ao menos um resultado primário positivo.

De uma perspectiva macroeconômica, os dados apontam que a estratégia de austeridade coincide com o agravamento da desaceleração do crescimento econômico (quedas de 1,6% no primeiro e 2,6% no segundo semestre de 2015) e na

[8] Nesse resultado, já estão incluídos os pagamentos das chamadas “pedaladas fiscais”. Ou seja, caso se retire o pagamento de R$55,6 bilhões referente a dívida dos anos anteriores, o resultado será um crescimento negativo da despesa pública, com uma contração fiscal apurada por Gobetti & Almeida (2016) de 3,9% do PIB (Mello & Rossi, 2017, p. 27).

[9] além, é claro, dos gastos com as “pedaladas ficais”.

elevação do desemprego de um patamar mínimo de 4,3 em dezembro de 2014 para 7,9% em outubro de 2015. Diante desses registros, Martins (2015, p. 29) afirma que ainda que não se possa culpar exclusivamente a política de ajustes pelos resultados macroeconômicos pífios, é difícil não associar a retração na demanda agregada à redução na importante rubrica do investimento público concomitante à elevação da carga tributária. A curto prazo, portanto, a hipótese de ajuste fiscal expansionista havia sido refutada com sucesso.

O resultado nominal, por seu turno, também deu sua contribuição para depreciar ainda mais o cenário: gasto com pagamento de juros nominais passaram de 5,09% do PIB em 2014 para 8,36% do PIB em 2015, transformando, com isso, o déficit nominal de 5,95% do PIB em 2014 em um de 10,22% do PIB em 2015. Como não poderia ser diferente, a dívida bruta saltaria de 56,3% do PIB ao final de 2014 para 65,5%, doze meses depois.

Que a política de austeridade falhou fragorosamente em trazer os resultados prometidos, isso estava evidente. Resta agora, debruçarmos sobre o que possa ter dado "errados" ao longo desse processo tendo como base a teoria e os casos aplicados discutidos até aqui. Para iniciar, é preciso considerar a importante hipótese do *timming* equivocado no qual o ajuste brasileiro foi implementado. Baker (2010), ao estudar a viabilidade de instaurar um ajuste fiscal nos EUA no pós crise de 2008-09, alertava para os perigos de se colocar em prática políticas contracionistas quando o PIB do pais já se encontrasse em uma trajetória de queda. Transportando esse raciocínio para o caso brasileiro, esse "problema" de *timming* ficou nítido: o país que já vinha de resultados medíocres de crescimento do PIB em 2014 – com queda nos últimos três trimestres (1,2%, -0,6% e – 0,2%, respectivamente) não teria (e não teve) forças para responder de forma positiva a novas medidas que deprimissem ainda a economia.

Sobre essa mesma questão, Bastos & Lara (2015) fazem uma comparação interessante quanto às condições econômicas prévias a implementação dos ajustes de 2003 e 2015. O primeiro ajuste – o qual foi colocado em prática não tanto para sanar os déficits das contas públicas, mas mais para acalmar o mercado diante da eleição de Lula – teve como pano de fundo um crescimento do PIB de 2,66% em 2002 e ainda assim teve um efeito deletério contribuindo para o modesto crescimento de 1,16% em 2003. Ou seja, seria utopia imaginar que condições mais adversas como as verificadas em 2014 pudessem trazer resultados diferentes daqueles verificados.

Outro importante tópico elencado ao longo do trabalho foi a fundamental participação que a política monetária teria no *mix* de políticas identificado para suavizar os efeitos da contração fiscal. No caso brasileiro, essas políticas, ao invés de auxiliar a economia, somente tornaram a situação ainda mais complicada. Medidas apoiadas na retração do crédito e na elevação da taxa de juros – defendidas como indispensáveis para trazer os preços de volta ao centro da meta – não só se tornaram inócuas diante da política de liberação dos preços administrados (lógica de *get prices right*), como também colaboraram para derrubar ainda mais o PIB, que fecharia o ano de 2015 registrando decrescimento de 3,8%.

Se a via monetária para relativizar os estragos causados pelo ajuste fiscal estava obstruída, o que dizer da via cambial? Mello e Rossi (2017) apontam para uma inflexão na condução dessa política logo após as eleições de 2014 quando a nova equipe econômica sinalizava para uma menor intervenção e maior flexibilidade na taxa de câmbio do país, a qual deveria seguir o rumo indicado pelo mercado.

Desse modo, ainda que se considere que a forte desvalorização cambial registrada (50%) possa ter produzido um resultado positivo de quase 20 bilhões na Balança Comercial (o melhor resultado desde 2011), esse efeito positivo jamais terá condições de atenuar por completo o comportamento impiedoso provenientes do lado fiscal e monetário. Para piorar, a forte alta do dólar contribuiu para elevar a inflação, o que suscitou novas rodadas de elevação nas taxas de juros – finalizadas apenas em agosto de 2015 quando SELIC atinge o patamar de 14,25%.

Por fim, é preciso que se analise o comportamento do choque de credibilidade que as medidas de ajuste fiscal poderiam gerar nos empresários e no mercado financeiro Esse benefício, infelizmente, não apareceu, o que acaba revelando o caráter inócuo de um dos importantes componentes do sucesso do ajuste fiscal. Martins (2015) especula que a forte redução do investimento público possa ter impactado a demanda efetiva, mas, de concreto, pode-se afirmar, tal como fazem Mello e Rossi (2017, p. 31) que o governo, ao escolher a estratégia do corte em seus investimentos, rompeu com uma das únicas fontes de demanda autônoma ainda existente no Brasil, contribuindo para a piora das expectativas, da demanda e dos investimentos na economia brasileira.

Considerações Finais

O presente estudo procurou analisar a hipótese levantada pelos teóricos neoliberais de que ajustes fiscais poderiam ter efeitos expansionistas capazes de, por exemplo, ajudarem os países a saírem das crises e ainda auxiliarem as economias a lidar com suas crescentes trajetórias da relação Dívida Pública/PIB em especial após a Grande Recessão de 2008-09. A estratégia adotada foi primeiramente situar o debate teórico existente entre os adeptos dessa visão e os economistas keynesianos que se encontravam em uma dimensão diametralmente oposta aos primeiros. Logo em seguida, procurou-se apresentar casos aplicados de países que adotaram essas medidas de ajuste, de modo a mapear os efeitos que delas surgiriam. Pelo exposto, foi possível observar que, para que o benefício expansionista das contrações fiscais aconteça, é preciso que uma combinação complexa, seria preciso que uma complexa combinação medida tanto da área fiscal quanto cambial se faça presente. Desse modo, pode-se afirmar que as evidências empíricas relatadas pelos defensores do ajuste fiscal expansionista – a destacar, os casos da Irlanda e Dinamarca – se mostram frágeis especialmente por estarem baseadas em procedimentos estatísticos que camuflam o viés contracionista de tais ajustes. Uma vez que essa metodologia é alterada, o que resta é tão somente o efeito deletério para a demanda agregada, como preconizava Keynes e seus seguidores.

Diante do exposto parece, no mínimo, intrigante que tais ideologias ainda se façam ouvidas pelos governantes e seus formuladores de políticas econômicas[10], mas essa foi a realidade vivenciada pelo Brasil após a reeleição da presidente Dilma. As evidências empíricas encontradas permitiram avaliar os tópicos elencados ao longo do estudo. Infelizmente para o país, ficou claro que os efeitos benéficos do ajuste fiscal não se fizeram presente, o que contraria novamente os pressupostos

[10] Krugman (2010) discute sobre essa incoerência, alegando que boa parte das medidas contracionistas podem ser facilmente compreendidas pela população, o que garante uma boa oportunidade para que sejam utilizadas com fins meramente eleitoreiros.

previstos pela teoria neoliberal. Ainda sobre o caso brasileiro, o trabalho elencou os possíveis problemas para a inoperância do ajuste: *timming* equivocado da implementação das medidas, política monetária que segue um padrão também contracionista, além de um efeito via câmbio insuficiente para arrefecer o impacto do ajuste fiscal. Somado a isso, o tão esperado choque positivo de credibilidade não apareceu e os resultados de 2014 que tão somente apontavam para uma desaceleração na economia se transformaram em uma grande depressão, da qual não se espera um desfecho rápido, uma vez que os formuladores de políticas econômicas ao invés de abortar o remédio contracionista dos gastos públicos, preferem dar novas doses do mesmo doloroso remédio, na esperança de que, dessa vez, seu efeito possa ser diferente.

Referências

ALESINA, A. & PEROTTI, R. The Political Economy of Budget Deficits. *IMF Staff Papers,* Março, 1995a.
ALESINA, A. & PEROTTI, R. Fiscal Expansions and Adjustments in OECD Countries. *Econ. Policy,* Nº 21, 1995b.
BASTOS, C. P. & LARA, F. M. 2015: o novo 2003? . In: *Austeridade para quem? Balanço e Perspectiva do Governo Dilma Rousseff* (Belluzo, L.G. & Bastos, P. P. Z. orgs), 2016.
BLANCHARD, O. & LEIGH, L. Growth forecast Errors and Fiscal Multipliers. *IMF Working Paper, WP 13/1.* Washington: International Monetary Fund, 2013.
BLINDER, A. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe? *American Economic Review,* Maio, 1997.
BAKER, D. The Myth of Expansionary Fiscal Austerity. *Center for Economic and Policy research.* Oct, 2015.
CHRISTENSEN, A. M. Policy Credibility and the Lucas Critique: some new tests with an application to Denmark. Universe of Aarhus, Institute of Economics Memo, 1988.
FORESTI, P. & MARANI, U. Expansionary fiscal Consolidations: theoretical underpinnings and their implications for the Eurozone. *Contributions to Political Economy Advance Acess.* Cambridge: Oxford University Press, 2014.
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL Will it Hurt? Macroeconomic Effects of Fiscal Consolidation. The World Economic Outlook, Chapter 3, out., 2010.
GIAVAZZI, F. & PAGGANO, M. Can Severe Fiscal Contractions be Expansionary? Tales of Two Small European Countries. *NBER Macroeconomics Annual 1990 Cambridge* (Blanchard, O. & Fischerm S. eds). Mass and London: MIT Press, 1990.
GIAVAZZI, F. & PAGGANO, M. Non-Keynesian effects of Fiscal Policy Changes: international evidence and the Swedish experience. *Swedish Economy Policy Review,* Nº 3, 1995.
GOBETTI, S. W.; ALMEIDA, V. L. *Uma radiografia do Gasto Público Federal entre 2001 e 2015*. Brasília: IPEA, 2016. p. 1-68. (Texto para Discussão, n. 2191).
KEYNES, J. M. *The Means to Prosperity.* London: Macmillan, 1933.
KRUGMAN, P. Myths of Austerity. *The New York Times,* 1 de Julho de 2010. Disponível em http://www.nytimes.com/2010/07/02/opinion/02krugman.html
MELLO, G. & ROSSI, P. Do Industrialismo à Austeridade: a política macro dos governos Dilma. Instituto de Economia UNICAMP (texto para discussão), jul, 2017.

MOLLO, M. L. R. A Questão da Austeridade na Política Econômica. In: *Austeridade para quem? Balanço e Perspectiva do Governo Dilma Rousseff* (Belluzo, L.G. & Bastos, P. P. Z. orgs), 2016.

MARTINS, M. M. Ensaio sobre a "nova" travessia (ou: O programa de ajuste econômico do segundo governo Dilma: uma nova investida neoliberal?). Instituto de Economia – UFRJ (texto para discussão 21), 2015.

ORAIR, R.; SIQUEIRA, F. F. *Investimento Público no Brasil*: trajetória recente e relações com ciclo econômico e regime fiscal. IX Prêmio SOF de Monografias. 2016. Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/premios/premios-1/ix-premio-sof-de-monografias/tema-i-1a-lugar-rodrigo-octavioorair.pdf/view.

PERROTI, R. The "Austerity Myth: gain without pain? *NBER Chapters, Fiscal Policy after the Financial Crisis.* Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Inc., 2012.

REINHART, C. M. & ROGOFF, K. S. (2010) Growth in a Time of Debt. *NBER, Working Paper Series.* Nº 15639, Jan, 2010.

SERRANO, F. & BRAGA, J. O Mito da Contração Fiscal Expansionista nos EUA durante o Governo Clinton. *Economia e Sociedade.* Campinas, vol. 15, nº 2, ago, 2006.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

ALTERAÇÕES DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT): aspectos prejudiciais da terceirização

ALTERATIONS OF THE CONSOLIDATION OF LABOR LAWS: damaging aspects of outsourcing

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

BORGES, Lívia Costa Candido
livia.candido@me.com

BORGES, Donaldo de Assis
donaldo.borges@gmail.com

TAVEIRA, Shaiene Lima
shaianelimataveira@hotmail.com

Resumo

O trabalho analisa as alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas no tocante à terceirização do trabalho pelas empresas. A terceirização foi ampliada pela Lei nº 13.467/2017 para contemplar também a atividade-fim da empresa. Antes da edição da lei somente permitia-se a terceirização de atividades-meio significando, dentro desses limites, relativa proteção ao trabalhador por se tratar de mecanismo hábil contra a degradação das condições de emprego. A nova lei estendeu perigosamente os limites da terceirização podendo levar à diminuição drástica do trabalho formal impactando, inclusive, a empregabilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas. O presente trabalho tem por objetivo o estudo e a análise da proteção constitucional do trabalhador, do conceito de terceirização, cotejando a lei anterior sobre terceirização com a nova legislação trabalhista, a fim de evidenciar os aspectos prejudiciais da nova legislação. A terceirização tem sido defendida por adeptos do mercado que a veem como estratégia de gestão, opção de modernização, competitividade e adequação às necessidades atuais dos mercados internacionais, todavia, os resultados apontam o trabalhador entregue a forças extremamente superiores às suas, que ele não domina e sequer sabe como enfrentá-las. O princípio da hipossuficiência do trabalhador parece tornar-se letra morta e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana algo distante e esquecido.

Palavras-chave: Terceirização, trabalho, emprego.

Abstract

The paper analyzes the changes in the Consolidation of Labor Laws regarding the outsourcing of work by companies. Outsourcing was extended by Law No. 13467/2017 to also contemplate the end-of-company activity. Prior to the enactment of the law, it was only possible to outsource activities-means, within these limits, relative protection to the worker because it is a skillful mechanism against the degradation of employment conditions. The new law has dangerously extended the limits of outsourcing and can lead to a drastic reduction of formal work, including the employability of people with physical disabilities. This paper aims to study and analyze the constitutional protection of the worker, the concept of outsourcing, comparing the previous law on outsourcing with the new labor legislation, in order to highlight the harmful aspects of the new legislation. Outsourcing has been defended by market adepts who see it as a management strategy, an option for modernization, competitiveness and adaptation to the current needs of international markets. However, the results point to the worker given to forces that are extremely superior to his own, which he does not dominate and does not even know how to face them. The worker's hyposufficiency principle seems to become a dead letter and the constitutional principle of the dignity of the human being something distant and forgotten.

Keywords: Outsourcing, work, job.

1 INTRODUÇÃO

O direito do trabalho tem por objetivo estabelecer o equilíbrio da relação de emprego, proporcionar ao trabalhador garantias e visa, sobretudo, obstar abusos por parte do empregador. Nesse âmbito, a proteção justrabalhista tem como principal aspecto proporcionar condições dignas ao trabalhador.

Dessa forma, o direito do trabalho evidencia a hipossuficiência do trabalhador, a fim de o cobrir com uma proteção maior para que não fique entregue aos interesses daquele que o emprega e desconsidere suas condições dignas.

Trabalho digno, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT – Lisboa) concerne em:

> Oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração equitativa; segurança no local de trabalho e protecção social para as famílias; melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afectam as suas vidas; e igualdade de oportunidade e de tratamento para todas as mulheres e homens. O trabalho digno deveria estar no centro das estratégias globais, nacionais e locais que

> visam o processo económico e social. Desemprenha um papel fundamental nos esforços de redução da pobreza e constitui um meio de alcançar um desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável (Trabalho digno – a chave para o progresso social, OIT, Internet)

Assim, trabalho decente se define como aquele desenvolvido em ocupação produtiva, justamente remunerada e que se exerce em condições de liberdade, equidade, seguridade e respeito à dignidade da pessoa humana.

De acordo com Ingo Sarlet:

> Temos por dignidade humana a "qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável, nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, Ingo Wolfgang, 2004, p. 59-60).

Por consequência, trabalho digno é aquele em que há a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana como trabalhadora. Do ponto de vista jurídico, o trabalhador é sujeito de direitos que o protegem na sua autonomia e nas exigências do bem-estar no ambiente laboral.

Previsto no ordenamento jurídico brasileiro em seus artigos 170 e 193 da Constituição Federal, é perceptível a essencialidade do direito ao trabalho para a garantia de uma existência digna. Parte então desse pressuposto a importância do trabalho e a dignidade do sujeito, em que é possível verificar que o ser humano não deve se sujeitar a condições degradantes ou indignas. Desse modo, a Constituição assegura ao trabalhador condições adequadas de saúde e segurança no ambiente laboral, além de lhe garantir meios adequados para sua subsistência, com remuneração compatível e jornada não degradante.

Dentre os princípios que norteiam as relações regidas pelo ramo justrabalhista estão elencados os princípios da proteção, da continuidade da relação de emprego e o da primazia da realidade.

O princípio protetor que se verifica no instituto jurídico trabalhista visa, sobretudo, a proteção ao trabalhador ao nivelar a relação entre empregado e empregador, em respeito ao princípio da equidade, devido à sua condição de

hipossuficiência, pela sua condição de parte vulnerável em relação ao empregador. Vale lembrar, que esse princípio protege o empregado e não qualquer trabalhador.

O princípio da proteção pode ser desmembrado da seguinte forma:

In dubio pro operario: estabelece que o interprete ao analisar um preceito trabalhista em que quando efetivamente haja dúvida sobre o alcance da norma legal, deve-se optar pela interpretação mais favorável ao empregado, ainda assim, sempre em consonância com a *mens legislatoris*.

Aplicação da norma mais favorável ao trabalhador: estabelece que havendo várias normas a observar, deve-se aplicar a regra mais benéfica ao trabalhador.

Aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador: entende-se como o fato de que vantagens já conquistadas, que são mais benéficas ao trabalhador, não podem ser modificadas para pior, no sentido de se outorgar uma condição desfavorável ao obreiro.

O princípio da continuidade da relação de emprego por sua vez, presume que o contrato de trabalho tenha validade por tempo indeterminado, ou seja, através de uma continuidade da relação de emprego. A noção geral é a de que se preserve o contrato de trabalho do trabalhador com a empresa, vedando, por exemplo, uma sucessão de contratos de trabalho por prazo determinado e preservando a relação de emprego.

Já o princípio da primazia da realidade, no direito do trabalho dispõe que os fatos prevalecem sobre a forma, ou seja, os fatos são mais importantes do que os documentos, oferece assim, uma possibilidade de serem feitas provas para contrariar documentos apresentados, que irão evidenciar ou não os fatos verdadeiramente ocorridos na relação entre as partes.

Diante desses princípios e os demais princípios que regem a relação de trabalho, toda relação que envolva o labor humano, deve ser observado à luz dos princípios justrabalhistas, com o intuito de garantia e proteção ao trabalhador na relação de emprego.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A terceirização, tradicionalmente e por lei, consiste em um modelo trilateral de contratação de mão de obra. É a contratação de serviços por meio de empresa intermediária (interposta) entre o tomador de serviços e a mão-de-obra, mediante contrato de prestação de serviços. A relação de emprego se faz entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços, e não diretamente com o contratante (tomador) destes.

Trata-se assim de um procedimento administrativo que possibilita estabelecer um processo gerenciado de transferência a terceiros, da atividade-meio da empresa, permitindo a esta concentrar-se na sua atividade principal, ou seja, um modelo de repasse de uma atividade não relacionada ao objetivo da empresa principal a uma outra empresa, para que esta tenha seus próprios funcionários e mantenha com eles o vínculo empregatício.

Nesse contexto, institui-se uma nova relação socioeconômica e jurídica a qual é composta por três sujeitos segundo Maurício Godinho Delgado:

> [...] o obreiro, prestador de serviços, que realiza suas atividades materiais e intelectuais junto à empresa tomadora de serviços; a empresa terceirizante, que contrata este obreiro, firmando com ele os vínculos jurídicos trabalhistas pertinentes; [e] a empresa tomadora de serviços, que recebe a prestação de labor, mas não assume a posição clássica de empregadora desse trabalhador envolvido. (DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 11 ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 435)

Dessa forma, essa relação trilateral contrapõe ao modelo de relação de trabalho, que diz respeito ao negócio jurídico celebrado entre a pessoa física (empregado) e uma pessoa jurídica (empregador) sobre condições de trabalho que há continuidade da prestação de serviços, remuneração e dirigido por aquele que atinge a referida prestação, essas características demonstram a presença de um acordo de vontades, caracterizando-se assim a autonomia privada das partes.

Nesse sentido, elaborou-se a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho:

> CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE
> I- A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando - se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
> II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera

> vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
> III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06 .1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade - meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
> IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
> V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
> VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes d a condenação referentes ao período da prestação laboral. (BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula 331).

Conhecidos os termos do enunciado da Súmula que atualmente regulamenta a terceirização no Brasil, passa-se então a uma análise pormenorizada dos contrapontos das previsões expostas na Lei nº. 13.467/2017.

Os artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determinam as cinco características do contrato de trabalho para que se possa apreciar uma relação de emprego, sendo elas: (i) continuidade, o trabalho deve ser prestado com continuidade; (ii) a subordinação, o obreiro exerce sua atividade com dependência do empregador; (iii) a onerosidade, o trabalhador recebe salário pelos serviços prestados ao empregador; (iv) a pessoalidade, o contrato de trabalho é *intuitu personae*, realizado com certa e determinada pessoa; (v) alteridade, o empregado presta serviço por conta alheia, ou seja o empregado pode participar dos lucros da empresa, mas não dos prejuízos.

Verifica-se que o elemento fático jurídico no tocante a pessoalidade demonstra que a exigência se refere à prestação de serviço por pessoa física, de maneira pessoal, não podendo o obreiro fazer-se substituir por terceiros quando lhe convier. Quanto a subordinação, remete a uma limitação da autonomia de vontade do empregado em decorrência do contrato de trabalho a que se submete. Na terceirização nota-se que o trabalhador se subordina a duas empresas: a empresa terceirizada e a empresa tomadora de serviços. Feitas essas considerações observa-se que o trabalhador terceirizado estará, de alguma forma, inserido na

estrutura de funcionamento da empresa tomadora de serviços, e a ela também subordinado, não sendo possível dizer em ausência de pessoalidade e subordinação do trabalhador terceirizado em relação ao tomador de serviços.

Sob outra perspectiva, há a contratação de pessoa jurídica, também conhecida como "PJ", é, basicamente, como uma terceirização de serviço. Por intermédio dela, a contratante repassa à contratada a responsabilidade de assumir e tocar determinada atividade, dessa forma, ao trabalhador passa a ser exigido constituir uma empresa por pessoa jurídica, em geral, na forma de microempreendedor individual (MEI) para garantir e firmar um contrato. Assim, a inexistência de trabalho por pessoa física implica na descaracterização da relação de emprego por ausência de um de seus elementos fático-jurídicos[1], afastando a proteção conferida pela legislação trabalhista.

Contudo, observa-se que a pejotização pode ocorrer de duas formas: a) impõe-se, no ato da contratação, a constituição de pessoa jurídica como condição *sine qua non* para admissão do trabalhador; b) exige-se do empregado antigo a criação de uma empresa para o contrato de prestação de serviço.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado é dedutivo bibliográfico, utilizando-se da pesquisa teórico-conceitual, bibliográfico-documental e comparativa da legislação, de forma que o conteúdo tratado neste artigo vai da teoria para os dados da realidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aprovação da Lei trouxe algumas discussões do assunto, com algumas divergências de opiniões, no que tange em vantagens e desvantagens tanto para o

[1] Os artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) conceituam as figuras do empregador e do empregado, sujeitos da relação de emprego. A partir desta conceituação legal, a doutrina extrai os seguintes requisitos (elementos fático-jurídicos) para configuração do vínculo empregatício: trabalho por pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação.

empregado quanto empregador. Para alguns a aprovação da lei é benéfica apenas ao empregador sob o argumento de que o empregado fica totalmente desamparado, ponderando que trará a diminuição de salários, benefícios e garantias. Além do mais, tem relação no fim nas contratações diretas, posto que a contratação do serviço terceirizado demonstra ser mais proveitoso e lucrativo para o empregador.

No que se refere aos benefícios para os empregadores, há possibilidade de terceirizar as atividades da empresa, sejam elas atividades-fim ou atividades-meio, maneira pela qual a responsabilidade passa ser subsidiária e não mais solidária, além disso não se aplicará aos terceirizados a Convenção ou o Acordo Coletivo diversos daqueles que tutelam seus empregados.

Considera-se ainda a flexibilização do direito do trabalho que possibilita uma maior autonomia de negociação direta entre capital e trabalho, coloca em segundo plano a proteção jurídico-social do trabalhador. Nesta perspectiva flexibilizatória, defende-se a pejotização sob argumento de que o trabalhador tem o direito de escolha de qual sistema normativo vai reger sua relação de trabalho.

Todavia, Claudio Pedrosa Nunes observa:

> Não pode a flexibilização, mais ainda, convergir para uma lógica de precarização das relações de trabalho, desprestigiando tudo o que se entenda por direitos tradicionais e históricos dos trabalhadores, ou seja, visando à redução de direitos trabalhistas como se tal lógica fosse a única a que se destina o processo flexibilizatório. (NUNES, Claudio Pedrosa. *Modificações do Contrato de Trabalho e sua Reestruturação Dogmática*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 88)

Portanto, é inadmissível distorcer a manifestação flexibilizatória a ponto de dizimar garantias trabalhistas básicas, que asseguram condições de trabalho minimamente dignas ao trabalhador, do mesmo modo, verifica-se, pois, a flexibilização das normas trabalhistas não tem a prerrogativa de dirimir os princípios trabalhistas, especialmente em razão da sua inequívoca força normativa reconhecida no direito contemporâneo por se tratar de normas fundamentais de observância obrigatória no mesmo contexto que a flexibilização.

Enfim, outro aspecto relevante, é que no Brasil até então havia regulamentação que versasse a respeito deste tema, visto que a falta de regulamentação fomentava insegurança jurídica. Sendo assim, com a regulamentação os empreendedores que se utilizam dessa prática passam a deter uma possível salvaguarda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a terceirização é utilizada como estratégia pelas empresas para reduzir custos e aumentar seus lucros. Para os defensores do mercado, a terceirização é vista como uma estratégia de gestão, opção de modernização, posicionamento competitivo no contexto atual, bem como adequação às necessidades do mercado de trabalho nacional e internacional. Do ponto de vista estratégico, a PJ tem seus próprios empregados ou trabalha individualmente, não cumpre horários, tampouco é subordinado a ninguém.

Outra questão a ser ponderada é que, a partir de uma análise casuística em que o empregado registrado, após sua baixa em CTPS, constituição da pessoa jurídica e celebração de um contrato de prestação de serviços, continua exercendo seu labor em idênticas condições àquelas prestadas com vínculo empregatício, pois executa as mesmas tarefas, no mesmo local de trabalho, com os mesmos colegas de trabalho e sob a direção do mesmo empregador.

Quando o trabalhador que constitui uma empresa e é contratado como prestador de serviços, na prática, ao optar por não ter carteira assinada, o prestador de serviço abre mão de diversos direitos trabalhistas previstos em lei, como FGTS, Previdência Social, 13º salário, férias, horas extras, seguro desemprego, entre outros.

Portanto, a terceirização, nesse aspecto, tem como efeito primordial a camuflagem do vínculo empregatício e o consequente afastamento dos direitos trabalhistas na relação jurídica estabelecida entre os contratantes.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 09 out. 2017.

ARAÚJO, Jorge Alberto. **Princípios especiais do Direito do Trabalho**. In: THOME, Candy Florencio; SCHARZ, Rodrigo Garcia (Org.). Direito individual do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula no 331. Contrato de prestação de serviços. Legalidade**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br>. Acesso em: 09 out. 2017.

Com falsa expectativa de vantagens, "pejotização" prejudica o trabalhador. Disponívelem: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/15229074>. Acesso em 16 out. 2017.

CREPALDI, Joaquim Donizeti. **O princípio da proteção e a flexibilização das normas do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2012.

DORNELES, Leandro do Amaral D. de. ***A transformação do direito do trabalho: da lógica da preservação à lógica da flexibilidade***. São Paulo: LTr, 2002.

DUARTE, Dirceu Galdino Barbosa. **O fenômeno da pejotização nas relações trabalhistas e o princípio da primazia da realidade**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br>. Acesso em: 13 out. 2017.

Magistrados alertam para prejuízos ao trabalhador terceirizado. Disponível em: <https://anamatra.jusbrasil.com.br/noticias/2929727/magistrados-alertam-para-prejuizos-ao-trabalhador-terceirizado>. Acesso em 16 out. 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A terceirização e o Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Flexibilização das condições de trabalho**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Direito do Trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NUNES, Claudio Pedrosa. **Modificações do Contrato de Trabalho e sua Reestruturação Dogmática**. Curitiba: Juruá, 2009.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Terceirização e trabalho**. Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/terceirizacao-trabalho.htm>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. Tradução de Wagner Giglio. 3. ed. atual. São Paulo: LTr, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado; 2004.

Trabalho digno – a chave do progresso social. OIT - Lisboa. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_02_pt.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO NOS ÂMBITOS NACIONAL E INTERNACIONAL

COMPARATIVE ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN KNOWLEDGE MANAGEMENT ON PUBLIC SECTOR IN THE NATIONAL AND INTERNATIONAL SCOPES

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

SOUZA, Leonardo Pereira Pinheiro de
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
leopinheirodesouza@gmail.com

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
beatrizp.gestaoemp@gmail.com

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
valentim@valentim.pro.br

DAMIAN, Ieda Pelogia Martins
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
ieda.martins@bol.com.br

Resumo

No contexto da denominada Sociedade da Informação e do Conhecimento, é essencial que as organizações se sensibilizem para implantarem programas ou projetos de gestão do conhecimento, uma vez que é um instrumento estratégico para gerar diferenciais competitivos. O setor público em especial, necessita implantar a gestão do conhecimento para tornar seus processos organizacionais mais eficientes, reduzindo custos e desperdícios e provendo serviços de qualidade à sociedade. Nesse contexto, apresenta-se o problema de pesquisa: quais são os índices de produção científica sobre gestão do conhecimento no setor público nos âmbitos nacional e internacional? Objetiva-se avaliar a produção científica relacionada à gestão do conhecimento em órgãos públicos entre os Anos de 2006 a 2016. A pesquisa se justifica por contribuir para os campos da Ciência da Informação e da Administração Pública, evidenciando lacunas que podem ser

atenuadas com base na exploração teórico-metodológica de ambos os campos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, de natureza quantitativa, utilizando-se a análise cientométrica. Destaca-se que mesmo havendo pesquisas sendo desenvolvidas sobre esta temática, cujo potencial de melhorar a vida de distintos cidadãos brasileiros, existe ainda uma significativa lacuna no que tange a produção científica neste âmbito.

Palavras-Chave: Gestão do Conhecimento, Setor Público, Cientometria.

Abstract

In the context of the so-called Information and Knowledge Society, it is essential that organizations become aware of the implementation of knowledge management programs or projects, since it is a strategic tool to generate competitive differentials. The public sector especially needs to deploy knowledge management to make its organizational processes more efficient, reducing costs and waste, providing quality services to society. In this context, the research problem is presented: what are the indexes of scientific production on knowledge management in the public sector at the national and international scopes? The objective of this paper is to evaluate the scientific production related to knowledge management in public organizations between the years 2006 and 2016. This work is justified by contributing to the fields of Information Science and Public Administration, highlighting gaps that can be mitigated based on the theoretical-methodological exploration of both fields. For that, an exploratory research, of quantitative nature, was carried out using the scientometric analysis. It is noteworthy that even though research has been developed on this subject, whose potential to improve the lives of Brazilian citizens, there is still a significant gap regarding scientific production in this area.

Keywords: Knowledge Management, Public Sector, Scientometrics.

1 INTRODUÇÃO

A Gestão do Conhecimento (GC), tema que vem sendo discutido desde os Anos 1990, como afirma Carvalho (2012), tornou-se imprescindível para o desenvolvimento das organizações privadas. No entanto, a GC tem sido também utilizada no setor público visando o provimento de serviços de boa qualidade à população. Embora gerir o conhecimento nas organizações privadas seja importante pelo impacto econômico gerado, essa atividade no setor público tem uma relevância social mais abrangente, sendo que pode afetar a vida dos cidadãos em geral.

O serviço público também tem a necessidade de utilizar conhecimento para tornar seus processos organizacionais mais eficientes, reduzindo custos e desperdícios e provendo serviços de qualidade à sociedade. Embora a questão da competitividade não esteja diretamente vinculada ao setor público, em um contexto econômico cujas verbas governamentais são limitadas, os serviços públicos necessitam demonstrar sua relevância, eficiência e eficácia, para que possam receber investimentos e continuar a existir. Nessa perspectiva, a adoção de medidas de privatização constantes, características de um viés neoliberal, aumentam a

necessidade de o setor público estar em constante vigilância, utilizando informações e conhecimentos para melhor atender à população. Em um país em que a desigualdade social, ainda, se constitui um problema para as instâncias governamentais, pois grande parte dos cidadãos dependem dos sistemas públicos de saúde, educação, entre outros, para viver de maneira digna.

Desse modo, o presente trabalho visa avaliar a produção científica produzida relacionada a aplicação da GC em órgãos públicos entre os Anos de 2006 a 2016. A análise cientométrica objetiva verificar o montante das publicações sobre a referida temática nos âmbitos nacional e internacional. Uma comparação é feita não apenas em relação aos países desenvolvidos, cuja realidade é distinta da brasileira, mas principalmente no que tange aos países emergentes do grupo constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) que, por sua vez, guardam maior semelhança entre si no aspecto socioeconômico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Mostra-se necessário compreender o que é o conhecimento e qual o seu papel no âmbito organizacional. Para Hessen (2012) o conhecimento é uma relação entre o sujeito e o objeto, real ou teórico, a partir da qual o sujeito medeia o mundo real com o seu conhecimento de mundo, pensamento e reflexão, cuja dinâmica altera seu estado cognoscente. Em relação ao raciocínio ora exposto, é importante evidenciar: o conhecimento altera o sujeito, ele tem um potencial transformador.

Bukowitz e Williams (2002) afirmam que o conhecimento existente nas organizações, ou capital intelectual, está contido, principalmente, na mente dos sujeitos organizacionais e, por isso, nem sempre está sob seu controle direto. O capital intelectual é um elemento construído na atividade cotidiana no trabalho, sendo derivado de distintos artefatos construídos pelos próprios sujeitos organizacionais, como *softwares*, segredos comerciais e afins, além da cultura organizacional e dos valores compartilhados. Como afirmam as autoras, o capital intelectual pode estar apenas nas mentes dos sujeitos organizacionais, e o papel da GC é transformar esse conhecimento em valor para a organização.

2.1 Fundamentos da gestão do conhecimento

A sociedade vem passando por grandes mudanças culturais, tecnológicas e científicas, que se refletem na construção e no desenvolvimento da atual Sociedade da Informação e do Conhecimento. Nessa conjuntura, Longo (2014) afirma que as organizações, inseridas nessa nova sociedade, necessitam gerir seus conhecimentos de maneira mais abrangente e estratégica.

Na Década de 1960, Peter Drucker já afirmava que o conhecimento seria o ativo base para os diversos setores de uma organização, e que essas organizações deveriam ter em mente que a criação de conhecimento seria mais uma tarefa gerencial para contribuir para o êxito organizacional (DRUCKER, 1994).

Em um primeiro momento, o conhecimento presente nas organizações enfrenta problemas com a própria ideia de conhecimento. De acordo com Jiménez (2002), os estudos voltados ao conhecimento partem de uma ideia confusa sobre o que seria realmente o conhecimento, visto que este é frequentemente confundido com informação, além do grau de dificuldade relacionado a compreensão de que

gestão do conhecimento se refere a gerir algo que se encontra na mente humana.

Nesse sentido, Longo (2014) explica que não é possível gerir o conhecimento que se encontra na mente de um indivíduo, mas sim o ambiente e as condições que propiciam a criação desse conhecimento. Para esta autora, a GC somente atua efetivamente em organizações que propiciam as condições adequadas para a geração e compartilhamento de conhecimento, ou seja, este é o principal objetivo da GC em contextos organizacionais. Esta autora, ainda, destaca que o conhecimento é um ativo flexível presente no contexto da experiência e valores humanos, sendo resultado de um processo que avalia, compreende e incorpora uma informação.

Nonaka e Takeuchi (1997) definem o conhecimento como uma criação individual, que por meio da socialização e de processos de compartilhamento, formam o portfólio de conhecimentos de uma organização. Estes autores defendem a valorização do conhecimento intangível presente na mente humana, ou seja, para eles o capital intelectual deve ser aproveitado dentro de um contexto organizacional, a fim de propiciar benefícios à organização. Esse contexto de valorização do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997) difere da concepção ocidental, que enfatiza as tecnologias de informação e comunicação como processos imprescindíveis para a criação do conhecimento organizacional, ou seja, se enfatiza o conhecimento explícito e formal. Todavia, de modo geral, estes autores favorecem a junção dessas duas concepções, visando a elaboração de um modelo universal de GC, denominado de Processo SECI [acrônimo das iniciais das palavras: socialização, externalização, combinação e internalização] (Figura 1), que contempla tanto a visão tácita, quanto a explícita.

Figura 1: Processo SECI.

Fonte: (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p.65).

Longo (2014) corrobora que é importante que as organizações alinhem o uso das tecnologias de informação e comunicação e do conhecimento humano, desenvolvendo processos apoiados em tecnologia que incentivem e possibilitem a construção, compartilhamento e uso do conhecimento existente no ambiente organizacional.

Alvarenga Neto (2008) compreende que a GC é a mesma coisa que gestão organizacional na Era da Informação e, atualmente, com a chegada da Era do Conhecimento, a GC surge para auxiliar os gestores e sujeitos organizacionais a atuarem nesse novo paradigma. Kebede (2010) entende a GC como uma

ferramenta intencional para a criação de conhecimento, porquanto aproveita todos os recursos organizacionais: humanos, econômicos, tecnológicos e operacionais. Para este autor, o objetivo da GC no longo prazo é subsidiar os funcionários na tomada de decisão, resolução de problemas e, em geral, na criação de diferenciais para a obtenção de vantagem competitiva.

Portanto, pode-se compreender que a GC é uma um instrumento de grande valia para as organizações contemporâneas. Sendo assim, não atuar nesse processo de valorização do capital intelectual se constitui em um atraso estratégico. Carbone *et al.* (2009) acreditam que a utilização do conhecimento humano no contexto organizacional propicia possíveis soluções para problemas que surgem no cotidiano das organizações, bem como potencializa a criatividade e a inovação, que são imprescindíveis para manter a vantagem competitiva ao longo do tempo. Ademais, um ponto crucial que pode ser visto como mais um benefício da gestão do conhecimento, encontra-se na visão de Davenport e Prusak (1999), que defendem que ideias e conhecimentos não se restringem em limites e recursos físicos, não existindo limites para a criação do conhecimento, pois este não se desgasta, se multiplica. Assim, a GC transcende essa limitação.

2.2 A gestão do conhecimento no setor público: reflexões

Para Mattera (2014) as práticas de GC possuem enorme diversidade, pois cada organização possui uma cultura organizacional, objetivos e estrutura distintos. Assim, pode-se afirmar que a GC também é adaptável ao contexto das organizações públicas, que possuem características distintas das privadas, mas cujo objetivo é o mesmo: satisfazer o usuário/cliente. Assim, cabe aos gestores dessas organizações implantarem a GC no setor público, conscientizar seus funcionários da importância desse modelo de gestão em suas práticas de trabalho e, assim, inserir essas organizações nos parâmetros da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Schlesinger *et al.* (2008) afirmam que, perante a sociedade contemporânea, exige-se do cenário público um novo perfil de serviço, voltado à satisfação dos usuários e à busca de resultados eficazes. Mas, para isso, o setor público precisa interagir com novas práticas de gestão, que muito se distancia do modelo burocrático. Ainda nos dias atuais, a impressão da sociedade sobre as organizações públicas perpassa a insatisfação e a desconfiança, por essa razão é que essas organizações necessitam propiciar as condições necessárias para a geração de conhecimento pelos funcionários. Nessa perspectiva, estes autores afirmam:

> A nova postura do setor público deve distanciar-se de um relacionamento clientelista que pode levar a uma forma de morosidade e corrupção, para aproximar-se de uma postura com características de imparcialidade, transparência, flexibilidade, valorização dos seus colaboradores e funcionamento adequado do seu sistema de informações (SCHLESINGER *et al.*, 2008, p.36-37).

Desse modo, evidencia-se que indiretamente os autores supracitados cobram ações internas das organizações públicas que se assemelham às organizações privadas, justamente no intuito de diminuir a distância gerencial que há entre ambas.

No entanto, há algumas características que diferem uma organização da outra como, por exemplo, a missão, que na organização privada é gerar lucros, e na organização pública é prestar atendimento de qualidade e ofertar serviços que satisfaçam o cidadão.

Segundo os autores supracitados, poucas são as práticas e pesquisas de GC no setor público, justamente porque este setor ainda possui uma barreira que propicia apenas a execução de novos modelos de gestão ou novas metodologias de trabalho, caso estas estiverem previstas em lei, assim, ou seja, se constitui em um forte argumento para a não inserção de mudanças no contexto organizacional.

Para que ocorra a mudança de um paradigma tradicional para um paradigma mais contemporâneo, vale ressaltar como a GC pode auxiliar no desenvolvimento eficaz do setor público, pois uma vez aplicada poderá: encontrar a maneira mais adequada para responder os desafios atuais e futuros; possibilitar que atores sociais (cidadãos, organizações não governamentais, entre outros) atuem como parceiros do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas; contribuir para que a população seja inserida socialmente, reduzindo as desigualdades e melhorando a qualidade de vida, por meio da construção, manutenção e ampliação do capital social e intelectual das organizações; e possibilitar a educação dos cidadãos para que possam se tornar trabalhadores competentes do conhecimento, mediante o desenvolvimento das organizações em todas as áreas do conhecimento (SCHLESINGER *et al.*, 2008, p.39).

Assim, Batista (2012) corrobora que a efetiva gestão do conhecimento no contexto organizacional pode auxiliar as organizações a enfrentarem desafios, implementar novas práticas de gestão e melhorar a qualidade de processos e serviços oferecidos à população. De acordo com o autor, toda ação de eficiência que se apresenta no setor público é, *a priori*, estruturada pela detenção e mobilização do conhecimento, assim, considera que a GC pode ser definida como fundamental na administração pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, utilizando a abordagem quantitativa. Esta se define como exploratória, pois pretende efetuar o reconhecimento sobre seu objeto de pesquisa, aprimorando ideias e lançando desafios sobre os quais poderão se seguir estudos mais aprofundados, como afirma Gil (2012).

A pesquisa utiliza a cientometria para avaliar a produção brasileira sobre GC no setor público em bases de dados nacionais e internacionais, comparando essa produção com a dos demais países emergentes que compõem o BRICS, conforme mencionado anteriormente e, também, de dois países desenvolvidos. Callon, Courtial e Penan (1995) afirmam que o cômputo de publicações científicas é o tipo mais simples de indicador de atividade, podendo trazer informações sobre o vigor de um campo, a maneira como cresce ou decresce, e a produtividade dos pesquisadores. Uma análise despretensiosa do termo cientometria, traz uma ideia do que a palavra significa: algo que visa ‘medir’ a Ciência. Os autores supracitados afirmam que a cientometria nasceu nos fins da Década de 1970 como uma ciência da Ciência: uma ciência que estuda as características da produção acadêmica, técnica, do desenvolvimento de patentes e afins.

No presente estudo, foram analisadas duas bases de dados internacionais, a *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e a *Scopus*, bem como duas bases de conteúdo nacional, a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e a *Scientific Electronic Library* Online (SciELO). Em todas as bases de dados pesquisadas delimitou-se o período de dez anos para a recuperação das produções científicas, ou seja, de 2006 a 2016. Nas duas bases internacionais, a busca se deu por termos em inglês, ao passo que nas nacionais, foram utilizados termos em português.

Sobre as bases internacionais, efetuou-se um filtro nas buscas para que retornassem dados de sete países, dois desenvolvidos e cinco emergentes: Reino Unido, Estados Unidos, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A seleção de Reino Unido e Estados Unidos se deu para evidenciar o contraste da produção científica desses países com os em desenvolvimento, quanto por uma razão específica, qual seja, na realização da busca inicial em ambas as bases LISA e Scopus, definindo-se apenas os termos de busca e o período, notou-se que os países referidos ficaram, respectivamente, em primeiro e segundo lugar com maior produção mundial sobre o tema GC no setor público. A análise das bases internacionais possibilitou verificar o nível de produção brasileira sobre o tema, comparativamente com as demais nações. Todavia, a análise das bases nacionais proporcionou verificar se o fato de os periódicos brasileiros serem mais acessíveis e a possibilidade de escrever no idioma nativo, pudesse ser um diferencial em relação ao nível de publicação de cientistas brasileiros em periódicos estrangeiros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta os dados obtidos através da pesquisa dos termos *"knowledge management" and "public sector"* ("gestão do conhecimento" e "setor público") na base de dados LISA, no período de 2006 a 2016. A utilização de aspas duplas possibilitou que o sistema da base de dados realizasse a busca pelos termos de exatamente como foram inseridos. Como mostra a referida Tabela, o Reino Unido lidera em número de publicações, sendo 49 (quarenta e nove), seguido pelos Estados Unidos, com 45 (quarenta e cinco) artigos. Os países constituintes dos BRICS tiveram um desempenho modesto, liderados pela Índia, com 19 (dezenove) publicações. A seguir, a África do Sul com 14 (quatorze) artigos, a China com 9 (nove), o Brasil com 3 (três) e a Rússia, que não apresentou nenhum artigo.

Tabela 1: Produção mundial sobre GC no setor público, base de dados LISA.

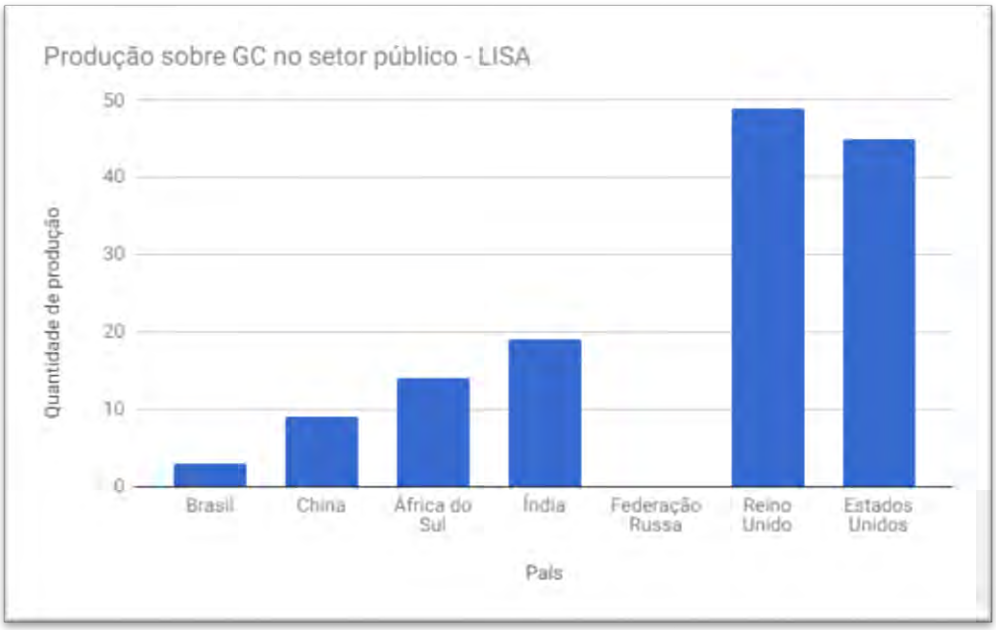
Base de Dados: LISA		
Termos pesquisados: *"knowledge management" and "public sector"*		
Período: 2006 – 2016		
Países	**Quantidades de Artigos**	**Porcentagem**
África do Sul	**14**	**2,1%**
Brasil	**03**	**0,5%**
China	**09**	**1,4%**

Estados Unidos	**45**	**6,9%**
Índia	**19**	**2,9%**
Reino Unido	**49**	**7,5%**
Rússia	**00**	**0,0%**
Demais países	**516**	**78,8%**
Total Mundial	**655**	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

O Gráfico 1 demonstra o montante de produção científica de cada país sobre a GC no setor público em relação ao total mundial.

Gráfico 1: Distribuição da produção científica mundial sobre GC no setor público, base LISA.



Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

Na pesquisa realizada na base *Scopus*, utilizando os mesmos termos e período de tempo anteriormente mencionados, Reino Unido e Estados Unidos também apresentam a maior quantidade de produção científica, ficando o Brasil com resultados bastante modestos. Pode-se verificar na Tabela 2 que o Brasil fica em penúltimo lugar em relação a produção entre os países que compõem o BRICS, com quatro publicações, seguido pela Rússia, com uma publicação apenas.

Tabela 2: Produção mundial sobre CG no setor público, base de dados Scopus.

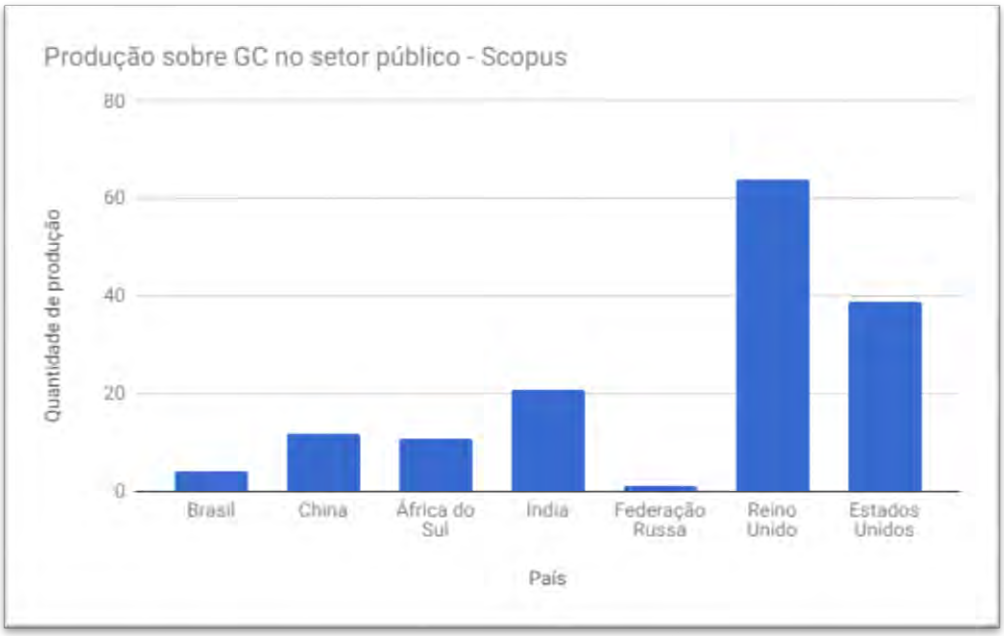
Base de dados: SCOPUS
Termos pesquisados: *"knowledge management" and "public sector"*

Período: 2006 – 2016		
Países	**Quantidades de Artigos**	**Porcentagem**
África do Sul	**11**	**2,8%**
Brasil	**04**	**1,0%**
China	**12**	**3,0%**
Estados Unidos	**39**	**9,8%**
Índia	**21**	**5,3%**
Reino Unido	**64**	**16,2%**
Rússia	**01**	**0,3%**
Demais países	**244**	**61,6%**
Total Mundial	**396**	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

Observando-se o Gráfico 2 verifica-se os totais de cada país considerado em relação à produção científica mundial sobre o tema.

Gráfico 1: Distribuição da produção científica mundial sobre GC no setor público, base Scopus.



Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

A alta produção do Reino Unido e Estados Unidos parece estar coerente com

o fato de que essas nações possuem um Produto Interno Bruto (PIB) elevado e, portanto, têm condições de investirem em gestão do conhecimento no setor público, sendo que este tipo de modelo de gestão requer recursos humanos e financeiros. Por outro lado, evidenciou-se que o desempenho brasileiro, mesmo comparado aos demais países emergentes, se mostrou muito baixo, denotando que o setor público brasileiro tem investido pouco em novos modelos de gestão para modernizar a máquina administrativa. Também é possível conjecturar que tanto a alta produção científica sobre a GC no setor público, pelos países desenvolvidos, denota que há interesse da academia em investigar objetos e fenômenos relacionados a esta temática, quanto a baixa produção científica brasileira sobre este tema denotando o oposto. Um fator que pode indicar a baixa produção brasileira nas bases de dados internacionais, se refere a barreira linguística, ou seja, quanto ao domínio dos brasileiros do idioma inglês. No entanto, no que tange as bases de dados nacionais (Tabela 3), verificou-se que tanto na BRAPCI quanto no SciELO, os resultados também foram pouco expressivos, sendo que no SciELO foram retornados apenas 3 (três) trabalhos e na BRAPCI não houve nenhuma recuperação.

Tabela 3: Produção sobre GC no setor público em bases de dados brasileiras.

Termos pesquisados: "Gestão do conhecimento" and "setor público"	
Período: 2006-2016	
Bases de dados	**Quantidades de artigos**
SciELO	**03**
BRAPCI	**00**
Total	**03**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

Nessa perspectiva, é relevante discorrer sobre os temas tratados pelos artigos de pesquisadores brasileiros que versam sobre GC no setor público. Para tanto, foi efetuada uma análise dos títulos e dos resumos das publicações brasileiras recuperadas das bases: SciELO, *Scopus* e LISA. Como a base BRAPCI não apresentou nenhum artigo sobre o assunto, ela não foi considerada (Tabela 4).

Tabela 4: Produção brasileira sobre GC no setor público analisada por temas.

Tema	**Quantidades de Publicações**
Avaliação de nível de maturidade de GC em instituições públicas	02
Utilização da GC no contexto do governo eletrônico	02
Aprendizagem organizacional e GC no setor público	02
Uso de softwares de *groupware* no âmbito da GC para desenvolvimento de projetos no setor público.	01

Uso da GC para fomentar o desenvolvimento sustentável em empresas públicas.	01
Elaboração de um paradigma gerencial para organizações públicas baseado no capital intelectual.	01
Total	**09**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2017.

É importante esclarecer que houve uma publicação excluída da Tabela 4, por esta não tratar especificamente do setor público, embora abordasse a GC. O artigo de Gonzalez e Martins (2014) versa sobre os fatores influenciadores da GC na indústria automotiva brasileira e foi recuperado da base de dados LISA. É possível que o artigo tenha sido recuperado pelo fato de constar o termo '*public sector*' na seção de referências, embora considere apenas empresas do setor privado.

Sendo a produção brasileira considerada relativamente baixa e heterogênea, acredita-se não ser possível fazer generalizações sobre a referida produção, embora as questões de avaliação de nível de maturidade da GC, aprendizagem organizacional e governo eletrônico tenham aparecido mais de uma vez, esses resultados não podem ser considerados expressivos. Assim, embora o desenvolvimento de pesquisas sobre GC no setor público tenha o potencial de melhorar a vida dos cidadãos brasileiros, existe uma neste respeito, fato que precisaria ser discutido no âmbito das universidades e no âmbito governamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em países em desenvolvimento, que possuem uma parte considerável de sua população vivendo em situação de pobreza, e, ainda, mais em períodos de fraco desempenho econômico e desemprego, os serviços públicos se tornam essenciais para garantir apoio às populações fragilizadas. Em tempos de crise, também, é que se torna imprescindível usar o conhecimento para aproveitar, da melhor maneira possível, os limitados recursos recebidos pelas instituições públicas. Acredita-se, portanto, que a GC no setor público tem importante papel para a promoção da qualidade do serviço público e da cidadania. Nessa perspectiva, é paradoxal que a produção científica brasileira sobre o tema seja baixa, até mesmo em comparação com os demais países emergentes. Assim, urge que as universidades e o governo incentivem o desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática. Possivelmente, o aumento da eficiência provocado pela GC poderá ser importante instrumento para evitar a privatização e extinção de serviços necessários à população.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, R. C. D. Gestão do conhecimento **em organizações:** proposta de mapeamento conceitual integrativo. 2008. 400f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.

BATISTA, F. F. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir

resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012. 132p.

BUKOWITZ, W. R.; WILLIAMS, R. L. **Manual de gestão conhecimento**: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CALLON, M.; COURTIAL, J.; PENAN H. **Cientometría**: la medición de la actividad científica de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón: Trea, 1995.

CARBONE, P. P. *et al.* **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARVALHO, F. C. A. **Gestão do conhecimento**. São Paulo: Pearson, 2012.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista.** São Paulo: Pioneira, 1994.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. Mapping the organizational factors that support knowledge management in the Brazilian automotive industry. **Journal of Knowledge Management**, v.18, n.1, p.152-176, 2014. Disponível em: <https://searchproquest.ez87.periodicos.capes.gov.br/lisa/docview/1508269194/fulltextPDF/E73E79E528B14595PQ/1?accountid=8112>. Acesso em: 29 set. 2017.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

JIMÉNEZ, A.G. **Organización y gestión del conocimiento en la comunicación.** Gijón: Trea, 2002.

KEBEDE, G. Knowledge management: an information science perspective. **International Journal of Information Management**, v.30, n.5, p.416-424, Oct. 2010.

LONGO, R. A importância do conhecimento e do profissional da informação para a estratégia corporativa num contexto de complexidade. In: SOUTO, L. F. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 293p.

MATTERA, T. C. Gestão do conhecimento na prática. In: SOUTO, L. F. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 293p.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SCHLESINGER, C. C. B. *et al.* **Gestão do conhecimento na administração pública**. Curitiba: IMAP, 2008. 120p.

SPINK, A.; CASE, D. O. **Looking for information**. 3.ed. Bingley: Emerald: 2012.

ANÁLISE INFOMÉTRICA PARA O CAMPO EMPRESARIAL: UM ESTUDO NO SITE RECLAME AQUI NA CATEGORIA E-COMMERCE DE ELETROELETRÔNICOS

INFOMETRIC ANALYSIS FOR THE BUSINESS FIELD: A STUDY ON THE SITE COMPLATIN HERE IN THE E-COMMERCE CATEGORY OF ELECTRO-ELECTRONICS

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP
Graduada em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP
beatriz.gestaoemp@gmail.com

SOUZA, Leonardo Pereira Pinheiro de
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP
Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade Estadual de Tecnologia de Garça
Mestrando em Ciência da Informação pela UNESP
leopinheirodesouza@gmail.com

TREVISAN, Luciana Calvo
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP
Graduada em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de Ourinhos
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP
trevisan_luciana@hotmail.com

RICARDO, Filipe
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP
Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista de Marília
Mestrando em Ciência da Informação pela UNESP
rcd.filip@gmail.com

DAMIAN, Ieda Pelogia Martins
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP
Doutora em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP
Docente da Universidade de São Paulo no curso de graduação em Ciência da Informação e Documentação
ieda.martins@bol.com.br

Resumo

O trabalho teve como problema motivador verificar se panoramas da bibliometria adaptados ao campo empresarial podem ser eficazes no processo de mapeamento quantitativo de informação. O objetivo foi mapear no site 'Reclame Aqui' quais os tipos de informações/reclamações mais recorrentes de empresas que comercializam eletroeletrônicos por meio de comércio eletrônico nos últimos dois anos. A pesquisa justifica-se por contribuir para o arcabouço teórico e metodológico dos campos científicos da Ciência da Informação e da Administração, além de contribuir para os gestores de tal segmento que podem utilizar o presente trabalho como suporte no planejamento estratégico das organizações. Trata-se de uma pesquisa exploratória, utilizando a abordagem qualiquantitativa. Para tanto, utilizou-se a infometria para realizar o mapeamento das informações/reclamações mais recorrentes no universo escolhido. Por meio de uma amostra de 15 empresas e 5 tipos de informações/reclamações principais e mais recorrentes no site no período de dois anos, foi realizada a análise quantitativa e qualitativa dos dados. Como resultados da análise se tem um crescimento exponencial do número de reclamações de um ano para o outro, possibilitando algumas inferências, principalmente no que diz respeito ao comportamento informacional dos clientes. Também foi possível identificar uma rede de interação entre os tipos de informações/reclamações observadas no site, possibilitando aos gestores reconhecer a influência de seus pontos fracos perante seus clientes e possíveis tomadas de decisão frente a momentos críticos. Por fim, a infometria se mostrou uma ferramenta eficiente e eficaz para alcançar a proposta da pesquisa.

Palavras-chave: Infometria, Comportamento Informacional, Gestão da Informação.

.

Abstract

The work had as motivating problem to verify if bibliometrics panoramas adapted to the business field can be effective in the process of quantitative information mapping. The goal was to map on the 'Reclame Here' website the most recurring types of information / complaints from companies that have been marketing electronics through e-commerce in the past two years. The research is justified by contributing to the theoretical and methodological framework of the scientific fields of Information Science and Administration, as well as contributing to the managers of such segment that can use the present work as support in the strategic planning of organizations. This is an exploratory research, using the qualitative approach. For this, the infometry was used to perform the mapping of the most recurrent information / complaints in the chosen universe. A quantitative and qualitative analysis of the data was performed through a sample of 15 companies and 5 types of main and most recurring information / complaints on the site in a two year period. As results of the analysis, there has been an exponential growth in the number of complaints from one year to the next, making possible some inferences, mainly regarding the informational behavior of the clients. It was also possible to identify a network of

interaction between the types of information / complaints observed on the site, allowing managers to recognize the influence of their weaknesses on their clients and possible decision-making in the face of critical moments. Finally, infometrics proved to be an efficient and effective tool to achieve the research proposal.

Keywords: Infometrics, Informational Behavior, Information Management.

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura da sociedade, onde informação e conhecimento são cada vez mais considerados fatores estratégicos para os ambientes organizacionais, as organizações passam a necessitar de auxílio de campos científicos que trabalham e estudam os objetos informação e conhecimento, como a Ciência da Informação.

A Ciência da Informação tem como objeto de estudo a informação, que por sua vez, é considerada insumo para o processo de construção do conhecimento. É o campo científico responsável por estudar o fenômeno informação e suas derivações em diversos contextos organizacionais ou não organizacionais, além de ser uma ciência extremamente necessária para o gerenciamento da atual e em transição sociedade da informação e do conhecimento.

As organizações contemporâneas lidam diariamente com um imenso volume de informação, bem como também são produtoras dessas informações, pois toda ação organizacional gera uma informação, que pode ser documentada, implícita cognitivamente ou apenas estabelecer-se adentro aos fluxos informacionais informais, nesse caso, por meio da comunicação. De maneira geral, nenhuma organização sobrevive sem aportes informacionais e de conhecimento, e é por isso que, no campo da administração, os pesquisadores passaram a quebrar paradigmas buscando aportes teóricos e metodológicos da Ciência da Informação, com o intuito de promover subsídios às organizações que necessitam do uso da informação e do conhecimento para a tomada de decisões e realização do planejamento estratégico.

Com base nessas reflexões, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: panoramas da bibliometria adaptados ao campo empresarial podem ser eficazes no processo de mapeamento quantitativo de informações? O objetivo do trabalho consiste em mapear no site 'Reclame Aqui' quais os tipos de informações/reclamações mais recorrentes de empresas que comercializam eletroeletrônicos em contexto eletrônico nos últimos dois anos.

A pesquisa se justifica, em primeiro plano, por contribuir para o arcabouço teórico e metodológico dos campos científicos da Ciência da Informação e da Administração, uma vez que inter-relaciona ambos os campos; e, em segundo plano, contribui para os gestores de e-commerce de eletroeletrônicos, que podem utilizar essa pesquisa como suporte no planejamento estratégico das organizações. Para isso, realizou-se uma análise infométrica, oriunda do método bibliométrico e de natureza qualiquantitativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos da bibliometria aplicado ao campo empresarial

Uma análise despretensiosa da palavra bibliometria traz a ideia de medir, quantificar ('metria') a produção escrita, livros ('biblio'). Como afirma Fonseca (1986), o termo bibliometria foi cunhado pelo belga Paul Otlet, um dos fundadores da documentação. Leta (2013) afirma que a bibliometria surgiu no século XX, quando havia um especial interesse em compreender as características da produção científica, principalmente em relação aos artigos de periódicos especializados. Neste aspecto, a autora afirma que existe uma sobreposição das áreas da bibliometria e da cientometria, sendo sua distinção bastante tênue.

Callon, Courtial e Penan (1995) traçam a consolidação da cientometria em fins da década de 1970, quando era encarada como a ciência da ciência, a ciência que estuda as características da produção científica, tendo recebido contribuições não só do Ocidente, mas também de pesquisadores da antiga União Soviética na sua gênese. Leta (2013) afirma que a bibliometria é a aplicação de técnicas quantitativas e estatísticas a livros e outras mídias, ao passo que a cientometria é a aplicação dos mesmos métodos considerando a ciência como um processo informacional.

Fonseca (1986) divide os estudos bibliométricos entre macrobibliométricos, ou nacionais, e microbibliométricos, focados na produção de uma determinada especialização ou campo de conhecimento. É importante frisar que a bibliometria pode elucidar as conexões interdisciplinares entre os diversos campos do saber, as conexões entre autores e até mesmo o ciclo de vida de uma ideia ou teoria. O autor supracitado discorre que o inglês S. C. Bradford elaborou uma lei que dita que dos artigos escritos sobre um assunto, apenas um terço é publicado em periódicos especializados, indo o restante para periódicos de outras áreas afins, configurando uma rede de relações interdisciplinares.

Outra questão importante é o modo como a análise de citações pode elucidar a existência de uma rede de relações entre autores e a popularidade ou não de certa ideia. É atribuído a Eugene Garfield o mérito pelo desenvolvimento desse método, que tomou grande impulso com o advento da Computação:

> Relacionando autores citados e autores citantes, em análises somente possíveis pela computação eletrônica, os índices de citações como que iluminam a história das ciências, das artes, das ideias, desmascarando falsas prioridades, apontando os verdadeiros precursores e até predizendo futuros recipiendários de prêmios internacionais (GARFIELD, 1976 apud FONSECA, 1986, p.12).

Já tendo sido sucintamente explicadas algumas características da bibliometria, é relevante discorrer também sobre suas outras 'filhas', além da cientometria. A bibliometria, desde que gerou a cientometria, continuou a se ramificar. Maricato e Noronha (2013) mencionam a webometria, voltada à informação na *web*, e a infometria, que considera a informação registrada independentemente do formato, seja essa informação proveniente ou não de atividades intelectuais. Segundo os autores, a infometria trabalha com questões não abrangidas pela bibliometria, a cientometria ou a webometria, englobando e indo além dos limites de todas essas abordagens. Turner (1994 apud BUFREM;

PRATES, 2005) afirma que o objeto de estudo da infometria é o impacto dos fluxos informacionais no âmbito das organizações sociais em geral, nas suas práticas de produção do conhecimento. A infometria:

> Refere-se também a qualquer grupo social e não especificamente aos cientistas. A infometria, nesse caso, é capaz de incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites tanto da bibliometria quanto da cienciometria (BUFREM; PRATES, 2005, p. 12).

É interessante notar o reconhecimento dos pesquisadores pela relevância de informações que não se restringem ao campo acadêmico, as informações cotidianas que podem ter grande relevância na vida das pessoas. De fato, Fonseca (1986) menciona que Karl Pearson dizia que o valor da ciência não se define pelo tipo de objeto que estuda, mas sim pelo rigor do método com que o estuda. Assim, argumenta o autor, até mesmo um programa de televisão, dito frívolo, pode ser um legítimo objeto da ciência, a depender da cientificidade com que o pesquisador o aborda.

A quantificação da informação não deve ser vista como uma artificialidade ou uma mera formalidade, um exercício intelectual sem aplicações concretas. Essa quantificação permite conhecer as características e os rumos da ciência e do conhecimento que é produzido. Por meio desta 'radiografia' da produção intelectual pode-se verificar suas forças e suas fraquezas, aquilo que já se sabe bem e o que ainda falta saber melhor. É como um espelho posto em frente à sociedade, é uma oportunidade de construir nela o autoconhecimento.

Nesse sentido, por meio da bibliometria, a infometria surge com fortes características interdisciplinares, o que possibilita que outras áreas do saber, que não apenas a biblioteconomia e as ciências da informação, também desfrutem dela.

Quando se pensa em bibliometria, a única certeza que vêm em mente é a sua utilização para quantificar a produção científica e suas ramificações, então, falar que ela pode ser adaptada para servir a outras áreas pode até mesmo ser considerado inviável; porém, quando se busca a fundo seus benefícios metodológicos, entende-se o quanto a bibliometria pode ser transgressora no contexto da atual sociedade.

Neste trabalho, o campo científico que será beneficiado pela bibliometria é o campo da administração, que pretende utilizar a 'infometria' como ferramenta metodológica quantitativa e altamente estratégica. Como pôde-se observar mais acima, a infometria tem o potencial de avaliar a informação não somente científica, mas que também está fora dos limites tanto da bibliometria quanto da cientometria (BUFREM; PRATES, 2005). Assim, ela é altamente capaz de se adentrar em um universo contemporâneo, carregado de informações, recuperar essas informações, e por meio de uma avaliação, disponibilizá-la aos gestores de distintas organizações.

Essa quantificação e esse paradigma fogem do olhar dos gestores e funcionários, que em verdade, se confundem com a quantidade de informação em massa que são produzidas diariamente, e a infometria pode ser capaz de sistematizar toda essa informação. Logo, com o intuito de expandir seus panoramas conceituais, pode-se afirmar que essa metodologia é gerencial e estratégica, capaz de quantificar, organizar e avaliar a informação informal em benefício das

organizações.

Aqui, o universo contemporâneo carregado de informações estratégicas a ser analisado é o portal 'Reclame Aqui', contextualizado a seguir.

2.2 Reclame Aqui: um universo contemporâneo e estratégico

A Internet é uma rede tecnológica de acesso mundial que imita o mundo prático e real e concomitantemente é parte e ferramenta dele. Nunca a internet teve tanta influência na vida das pessoas, como hoje, na atual sociedade da informação e do conhecimento, onde tudo se acomodou no ambiente virtual, e onde muita informação é produzida, organizada e acessada por milhões de pessoas a todo instante. Nesse sentido, fica evidente que as organizações necessitam se atentar para o fato de que a sociedade e seus consumidores possuem um acesso infinito de informações que estão, em grande quantidade, disponíveis na internet e que podem tanto influenciar positivamente quanto negativamente os seus resultados organizacionais.

Uma das muitas ferramentas e aportes produtores de informação dessa rede mundial atende pelo nome de 'Reclame Aqui', definido por Nascimento e Barbosa (2016, p.621) como "um espaço digital midiático, em rede, em que os consumidores insatisfeitos com produtos, serviços e atendimentos prestados pelas empresas dos mais diferentes segmentos, divulgam suas reclamações". É um site, que pode ser considerado também uma ferramenta de defesa do consumidor, perante seus sentimentos de satisfação ou insatisfação com os serviços, produtos e atendimento que lhe são ofertados. Além disso, busca desenvolver um espaço de comunicação muito próximo entre cliente e fornecedor.

Dentre as suas principais características, está o seu fluxo de funcionamento, que é considerado um meio de informação pública, oriunda de diferentes pessoas, com também distintas características, além de desempenhar função social na solução de conflitos de relacionamentos (NASCIMENTO; BARBOSA, 2016). Ademais, para os autores, o 'Reclame Aqui' é um ambiente que expõe o comportamento dos fornecedores. Assim, se esse também é um espaço quantitativo de informação pública, depositado pela sociedade, pode-se dizer que expõe o comportamento dos consumidores, e mais, o comportamento informacional, que é um aspecto que pode ser considerado como teor estratégico às organizações, assim, se expandindo também como um espaço qualitativo.

Para toda e qualquer organização, um planejamento estratégico não pode ser nem ao mesmo planejado, muito menos executado, se não houver informação efetiva e de qualidade para ser utilizada, pois a informação hoje é matéria-prima e recurso para qualquer função que uma empresa venha praticar, pois é o artefato e o elemento que rege o universo organizacional. Todavia, mesmo que essas organizações tenham consciência disso, não se sentem seguras e não conseguem enxergar que tipo de informação pode ser a mais estratégica para determinado momento, justamente, porque a quantidade delas é alta.

Nessa perspectiva, torna-se esse o motivo dessa pesquisa, evidenciar, quantitativamente o tipo de informação efetiva e estratégica para um ramo específico do mercado. Nascimento e Barbosa (2016, p.634) deixam bem claro, afirmando que o site 'Reclame Aqui' é "(...) uma vitrine transparente que fornece ao consumidor todas as informações a ele úteis no sentido de poder bem conhecer o fornecedor e

seu comportamento antes de com ele contratar". E, neste trabalho, o intuito foi fazer com que este mesmo fornecedor, além de se conhecer mais a fundo, conheça também o comportamento do seu consumidor, de acordo com as informações úteis que os mesmos depositam diariamente nesse universo.

2.3 Necessidade e comportamento informacionais do consumidor

Os seres humanos estão a todo o tempo buscando e utilizando informações para resolver problemas ou mesmo como forma de lazer (a leitura de um romance, por exemplo). Wilson (1997) afirma que os indivíduos buscam informação quando sentem alguma necessidade, que pode ser cognitiva, afetiva ou fisiológica. Cada situação demanda um tipo de informação distinta, como decidir sobre a compra de um produto, ou executar uma tarefa no trabalho. Igualmente distinta é a maneira de cada um perceber a relevância dessa necessidade e o modo de lidar com ela. Wilson afirma que, sendo a necessidade informacional subjetiva, o único modo de analisá-la é quando o indivíduo a declara, ou pela análise do comportamento informacional.

Conforme Spink e Case (2012) esse comportamento envolve os modos como os seres humanos se relacionam com a informação, como a obtém, utilizam, compartilham ou mesmo como a evitam. Wilson (1997) relaciona a necessidade informacional à teoria do stress e do enfrentamento, segundo a qual uma situação problemática, demanda uma ação de enfrentamento, que pode objetivar ou o alívio emocional do *stress* ou a resolução efetiva do problema. Pode-se considerar que a busca de informações por parte do consumidor, sobre problemas com produtos ou serviços, possa cumprir uma dupla função: tranquilizar-se de que a empresa cuidará do problema e que não haverá prejuízos, e adquirir informações de como proceder para a resolução efetiva de seu problema.

Savolainen (2005) desenvolveu um modelo de comportamento informacional baseado no 'modo de vida', proveniente do conceito de Bourdieu (1984 apud SAVOLAINEN, 2005) de *habitus*, que seria um modo de pensar e perceber o mundo social e culturalmente construído. De acordo com Savolainen (2005), o habitus determina o modo de vida e a percepção de como as coisas deveriam ser, necessitando o indivíduo buscar ativamente informação para manter a normalidade, já que essa normalidade não se auto reproduz, ou seja, não se mantém espontaneamente.

A busca pela manutenção da normalidade se dá porque, como já exposto, a normalidade é artificialmente construída pelos elementos constituintes desse modo de vida que tendem a se desestruturar naturalmente num processo de entropia. É interessante que Savolainen (2005) mencione que o modo de vida está relacionado à 'ordem das coisas', sendo essas 'coisas' relacionadas a vários aspectos do cotidiano, entre eles, a manutenção do lar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, utilizando a abordagem qualiquantitativa. Para isso, utiliza-se a infometria, oriunda da técnica bibliométrica, com o intuito de mapear os tipos de informações/reclamações mais recorrentes no universo de empresas que

comercializam eletroeletrônicos em contexto digital, considerado um nicho economicamente importante e em expansão no mercado

Esse levantamento foi feito no site 'Reclame Aqui', e estipulou-se um período de dois anos para a análise a ser realizada. A escolha do site foi feita, com base no entendimento de que o mesmo é uma plataforma que carrega consigo uma quantidade muito grande de informações pertinentes ao ambiente empresarial, e que essas informações podem ser utilizadas para auxilio no planejamento estratégico das organizações. Quanto a escolha do período, o próprio site possui em seu banco de dados aberto apenas reclamações dos últimos dois anos. Afirma-se que a técnica infométrica empregada neste estudo dividiu-se entre as seguintes etapas: (a) escolha dos tipos de informações/reclamações, (b) análise quantitativa dos tipos de informações/reclamações levantadas e (c) análise qualitativa dos tipos de informações/reclamações levantadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Escolha dos tipos de informações/reclamações

Para seleção dos tipos específicos de reclamações e a quantidade de empresas a serem analisadas, empregou-se o método de amostragem por conveniência. O site 'Reclame Aqui' apresenta rankings, onde todas as empresas encontram-se aglomeradas, porém separadas em: Ranking das melhores lojas, Ranking das piores lojas e Ranking das lojas mais reclamadas, totalizando uma população de 102 empresas que comercializam eletroeletrônicos em contexto digital. Dessas, por meio do método de amostragem por conveniência, optou por uma amostra de cinco empresas contidas em cada um dos rankings, totalizando uma amostra de 15 empresas a serem exploradas.

Para escolha da quantidade de tipos de informações/reclamações a ser quantificadas por um período de dois anos, também se optou por aplicar o tipo de amostragem não probabilística por conveniência, justamente porque o site já apresenta uma quantidade dos dez principais problemas (reclamações) que cada empresa carrega consigo, e que, de acordo com uma análise despretensiosa no site, pôde-se compreender que os principais problemas de uma empresa coincidem com os principais problemas das outras.

Dessa maneira, foram selecionados cinco tipos de informações/reclamações principais e em comuns entre as 15 empresas definidas, demonstrados no quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de informações/reclamações selecionadas para análise

I. Produto não recebido
II. Atraso na Entrega
III. Mau atendimento no SAC
IV. Produto com defeito
V. Troca-Devolução de Produto

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A partir daqui o intuito foi analisar a quantidade de vezes que cada tipo de reclamação foi exposto entre as 15 empresas selecionadas, de acordo com um período de 2 anos, que por sua vez, é o período máximo disponível na plataforma do site.

b) Análise quantitativa dos tipos de informações/reclamações levantadas

Foram analisadas 15 empresas que comercializam eletroeletrônicos em contexto digital e se buscou a quantidade de vezes que cada um dos cinco tipos de reclamações selecionados para análise foi exclamado pelos clientes em cada uma das empresas nos anos de 2015 e 2016. Com o intuito de preservar a imagem das empresas, neste trabalho não foram explicitados seus nomes, assim, os dados foram condensados. A tabela 1 exibe a quantificação recuperada no site 'Reclame Aqui' por ano e total.

Tabela 1- Quantidade de Reclamações nos anos de 2015 e 2016

Tipo de Informação/Reclamação	2015	2016	Total
I. Produto não recebido	1884	10623	12507
II. Atraso na entrega	13282	25266	38548
III. Mau atendimento no SAC	1328	2649	3977
IV. Produto com defeito	2998	4509	7507
V. Troca-devolução de produto	3832	6216	10048

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

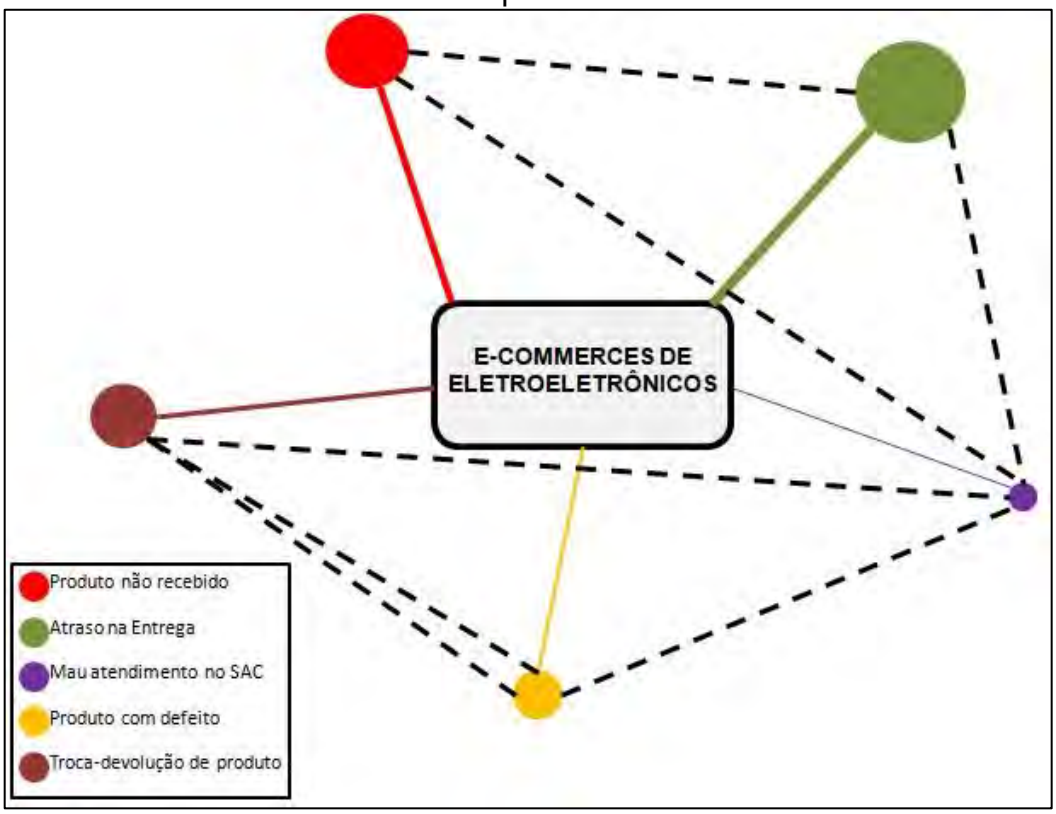
De acordo com o levantamento demonstrado na Tabela 1, torna-se evidente que de 2015 para 2016, o número de reclamações cresceu em demasia, visto que no ano de 2016 a quantidade de reclamações é explicitamente maior do que no ano de 2015 em todas as variáveis (I, II, III, IV e V), o que, para o setor, pode ser considerado um agravante ao seu desenvolvimento econômico, pois representa que o número de clientes insatisfeitos se encontra em expansão.

Com o intuito de fazer uma análise qualitativa desses resultados, o item a seguir traz uma rede infográfica que inter-relaciona os tipos de informações/reclamações presente neste estudo.

c) Análise qualitativa dos tipos de informações/reclamações levantadas

O intuito principal deste item é expressar, em forma de rede, como os tipos de reclamações e suas recorrências podem se interligar e até mesmo representar os principais pontos fracos que as empresas que constituem o comércio de eletroeletrônicos em contexto digital devem se atentar para alcançar melhorias organizacionais.

Quadro 2 – Rede de Interação entre os tipos de informações/reclamações recuperadas



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O quadro 2 demonstra a proporção, em grau aumentativo e diminutivo, dos círculos que representam os tipos de reclamações presentes nas empresas do ramo pesquisado.

De acordo com a rede de interação, é possível destacar que a reclamação referente ao 'atraso de entrega' pode implicar na produção de reclamações sobre 'produto não recebido', haja vista que o cliente ao esperar demais, por indignação, acaba buscando ao site para expor seu descontentamento com o atraso, alegando não ter recebido o produto. Além disso, tanto as variáveis 'atraso na entrega' quanto 'produto não recebido' indicam que a gestão da logística dessas empresas não está sendo eficiente e eficaz.

Atualmente o cliente possui muitas opções de compra, logo, erros na logística podem afastá-lo e prejudicar o processo estratégico de fidelização. Além disso, essas duas reclamações descritas acima, juntamente com 'produto com defeito' e 'troca-devolução de produto' incidem na sobrecarga do setor de atendimento ao cliente (SAC), que, por sua vez, muitas vezes por falta de capacitação e preparo psicológico, acabam realizando um mau atendimento.

A reclamação 'produto com defeito' causa, de forma clara, a 'troca-devolução do produto', que prejudica totalmente a imagem da empresa, sua logística, seu fluxo produtivo e seus resultados econômicos, no que condiz ao lucro. De maneira geral, as organizações devem tomar consciência que um problema pode acarretar outros problemas, assim como também um problema solucionado pode proporcionar a

solução de vários outros. Nesse sentido, cabe a essas empresas se atentarem para os problemas e suas quantidades trazidas por essa pesquisa, com o intuito de melhorar seus processos e buscar redução de reclamações, potencializando o sucesso do negócio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Infometria, ramificação da bibliometria, se apresenta como um conjunto de métodos e ferramentas que mensuram e analisam aspectos cognitivos e informacionais do que é produzido em organizações sociais. Esta é uma técnica que pode ser usada por diversas áreas, pelas suas características interdisiciplinares, apoiando-se no conteúdo teórico do que vem a ser a infometria e seus formatos de aplicações. Para as organizações ativas no mercado, a quantificação de informação proporciona benefícios, como conhecer características do segmento em que atuam e até mesmo reconhecer as necessidades de seus reais e potenciais clientes. Percebendo as forças e fraquezas de seu mercado, elas podem buscar melhorar e trabalhar a fidelização dos clientes. Dessa forma, a infometria pode oferecer às organizações relatórios repletos de informações estratégicas para sua atuação, sistematizando e reduzindo incertezas sobre tomadas de decisões.

Após o mapeamento no site 'Reclame Aqui' dos tipos de reclamações mais recorrentes nas empresas que comercializam eletroeletrônicos em contexto digital dos últimos dois anos, foi possível perceber que houve um crescimento significativo de reclamações por esse tipo de comércio, e, consequentemente, esse crescimento acarreta para as empresas maiores responsabilidades, dificuldades logísticas e possíveis perdas de espaço no mercado. O site 'Reclame Aqui' se apresenta como uma ferramenta importante para os clientes que buscam informações sobre empresas (produtos e serviços) e também para realizar a efetiva reclamação sobre tais. Para as empresas, o site é uma forma de conhecer seus clientes e melhorar seus produtos e serviços oferecidos, como também observar o que seus concorrentes estão praticando e se basear em sua forma de trabalhar, seja no aspecto positivo ou negativo, aperfeiçoando suas qualidades e fidelizando clientes.

As principais reclamações observadas no site apresentaram relações e influências umas sobre as outras, portanto, as empresas, se baseando em dados quantificados, podem verificar como tais reclamações provocam impactos em seu sucesso. Da mesma forma, organizações que se mostram preocupadas com os dados quantificados se encontram em uma posição estratégica melhor que o concorrente que não busca obter tal conhecimento.

Percebem-se algumas vantagens que a quantificação por meio da infometria, neste universo de pesquisa, pode apresentar aos gestores: o autoconhecimento da organização; explorar de forma mais profunda seu segmento de mercado; inteirar-se com seus reais e potenciais clientes; encontrar possíveis falhas, reconhecendo suas falhas, a organização pode buscar formas de corrigi-las, a impulsionando frente aos seus concorrentes e fidelizando clientes; melhorar a imagem da organização em seu setor de atuação; dentre outras vantagens.

Estudos dessa natureza se mostram necessários atualmente, por alguns aspectos: crescimento do comércio eletrônico; mudança de postura dos clientes; fonte de informação estratégica para gestores; a infometria possui características interdisciplinares, proporcionando um diálogo vantajoso entre áreas do

conhecimento diferentes, instigando novas pesquisas e fomentando informações tanto para a área cientifica como para a atuação de organizações no mercado.

REFERÊNCIAS

BUFREM, L; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28551.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

CALLON, M.; COURTIAL, J.; PENAN H. **Cientometría**: la medición de la actividad científica de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón: Ediciones Trea, 1995.

FONSECA, E. N. **Bibliometria**: teoría e prática. São Paulo: Cultrix, 1986.

LETA, J. Bibliometria e cientometria: reflexões teóricas. In: HAYASHI, M .C. P. I.; LETA, J. (Org.). **Bibliometria e cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

MARICATO, J. M.; NORONHA, D. P. Indicadores bibliométricos em CT&I: apontamentos históricos, metodológicos e tendências de aplicação. In: HAYASHI, M .C. P. I.; LETA, J. (Org.). **Bibliometria e cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

NASCIMENTO, M.T.; BARBOSA, M.A. O fenômeno “Reclame Aqui” à luz da antropologia jurídica: um exemplo de pluralismo jurídico. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 613-637, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/4808f>. Acesso em: 30 set. 2017.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking. In: FISHER, K. E.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L. (Org.). **Theories of information behavior**. New Jersey: American Society for Information Science and Technology, 2005.

SPINK, A.; CASE, D. O. **Looking for information**. 3 ed. Bingley: Emerald: 2012.

WILSON, T. D. Information behavior: an interdisciplinary perspective. **Information Processing & Management**. v. 33, n. 4, p.551-572, 1997. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com.ez87.periodicos.capes.gov.br/S0306457397000289/1-s2.0-S0306457397000289-main.pdf?_tid=95a8e586-aaa8-11e7-b18b-00000aacb362&acdnat=1507302850_ebc01fb5a82326bb32becbeb51215c9b>. Acesso em: 01 out. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

ANÁLISE DA CRIMINALIDADE JUVENIL, NO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG

ANALYSIS OF THE JUVENILE CRIMINALITY, IN THE MUNICIPALITY OF PASSOS / MG.

Sessão temática: Sessão temática: Direito, trabalho e serviço social.

OLIVEIRA, Elisa de.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Passos,
Discente do 10º período do curso de direito.
E-mail- elisa.oliveira.oliveira@hotmail.com.
OLIVEIRA, Zaira Garcia de.
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Passos.
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara, Mestra em Desenvolvimento Regional /UNIFACEF
E-mail- oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a criminalidade juvenil, mostrando que o aumento da criminalidade foi, e ainda é marcado por atos infracionais praticados por crianças e adolescentes, e para combater esse aumento faz-se necessário a criação de Políticas Públicas eficazes, mas principalmente a prevenção que sempre deve vir em primeiro lugar, investimentos constantes na segurança pública faz com que o controle da criminalidade se torne mais eficaz e eficiente. O município de Passos/MG tem sofrido com o aumento da criminalidade e em grande parte dos crimes temos crianças e adolescentes envolvidos, resta analisar se as Políticas Públicas vêm cumprido seu papel dentro da prevenção dessa criminalidade. A metodologia utilizada para consecução dos objetivos propostos foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Criminalidade; Políticas Públicas

Abstract

The objective of this article is to deal with the practices of coping with juvenile crime, the increase in crime was and is still marked by infractions committed by children and adolescents, and to combat this increase it is necessary to create effective Public Policies, but especially the prevention that must always come first, constant investments in public security makes crime control more effective and efficient. The municipality of Passos / MG has suffered from an increase in crime and in most of the

crimes we have children and adolescents involved, it remains to analyze whether Public Policies have fulfilled their role in preventing such crime. The methodology used to achieve the proposed objectives was the bibliographical research.

Keywords: Children and adolescents; Crime; Public policy

1 INTRODUÇÃO

O município de Passos/MG, vive um momento muito delicado, devido ao aumento da criminalidade, onde as crianças e adolescentes vem ganhando espaço nas estáticas.

O número de atos infracionais praticados por crianças e adolescente têm aumentado cada vez mais, e este fato vem ganhando cada vez mais destaque nas mídias, e a população pede cada vez mais medidas imediatistas de solução para esta criminalidade.

E devido a este aumento e este clamor da sociedade se faz necessário analisar onde está o problema, buscar onde se encontram as falhas nos sistemas de garantias, o que podemos fazer para que estas crianças e adolescentes não precisem, não sintam a necessidade de entrar para o mundo da criminalidade seja por qual motivo os fizeram procurar este caminho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Após tratarmos um pouco sobre contexto histórico da evolução dos direitos das crianças e adolescentes, as diferenças sociais e o momento em que o município de Passos tem vivido, passaremos a falar sobre as práticas de enfrentamentos da criminalidade juvenil, com enfoque no município de Passos.

2.1 ANÁLISE DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG

O município de Passos fica localizado próximo às margens do Rio Grande, tendo uma extensão territorial de 1.340,3 Km^2, sua população conforme estima o senso do IBGE realizado em 2015 é de 113.122 habitantes, o município é considerado a 4ª maior cidade do Sul / Sudoeste e a 26ª do Estado.

O município é referência na região, atendendo as cidades próximas no tocante aos atrativos turísticos da região, atividade comercial, eventos característicos da cidade e região, cursos da Faculdade de Ensino Superior de Passos, ofertas de emprego por ser uma cidade com mais recursos que as demais da região, a Santa Casa e o Hospital Regional do Câncer, a Avenida da Moda como referência nas vendas em atacado e varejo, área industrial, agronegócios, ou seja, a cidade é uma referência para as cidades vizinhas.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Estado e Defesa Social de Minas Gerais, a cidade de Passos é considerada a cidade mais violenta do estado com cerca de 1939 crimes violentos, sendo seguida por Alfenas, Pouso Alegre e Poços de Caldas.

A cada dia se nota que o número de crimes praticados no município de Passos vem aumentando de forma considerável e isso tem ganhado espaço nas discussões, sendo estas dadas pela mídia, pelos responsáveis pela segurança pública e pela sociedade.

Números divulgados pela SEDS a partir de janeiro de 2013 até o mês de junho de 2017, elencam números atualizados de crimes como: homicídios tentados; homicídios consumados; roubos consumados e furtos consumados.

Do mês de janeiro de 2013 até junho de 2017, ficou evidenciado uma queda vertiginosa nos números de homicídios consumados, no entanto é necessária atenção pois só nos primeiros 5 meses de 2017 já se igualou o número de homicídios de 2015.

A mesma queda incidiu nos números de tentativas de homicídio, enquanto em 2013 foram registradas 28 tentativas em 2015 este número caiu para surpreendes 5 tentativas, no entanto, em 2016 foram registrados 13 casos de tentativa de homicídio, e até junho de 2017 foi registrado apenas 1 tentativa de homicídio.

No entanto ao tratar sobre os roubos consumados os números vêm crescendo a cada dia, enquanto no ano de 2013 foram confirmados 251 casos de roubos consumados, tendo um aumento de 105 casos em 2013, no ano de 2015 foram 416, mostrando um aumento de 165 roubos consumados, em 2016 foram registrados 519 casos, e até junho de 2017 foram registrados 229 casos, pouco mais da metade do ano anterior.

Através dos dados fornecidos pela SEDS, chegamos aos números dos furtos consumados, estes vinham sofrendo um crescimento gradual com o passar dos anos, onde em 2013 foram registrados 2181 casos, no ano de 2015 foram 2444 furtos consumados, e em 2016 foram registrados 2888 furtos e até junho de 2017 foram registrados 1314 casos.

2.2 NÚMEROS DE ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS POR MENORES

No que versa sobre os crimes violentos que foram praticados no município de Passos, uma parte considerável é praticada por menores, e um fato que que acarreta preocupação é que a cada dia esta participação vem aumentando mais.

Se faz nítido que com o passar dos anos houve um crescimento expressivo no envolvimento de menores nos crimes violentos, enquanto em 2013 foram 213, até outubro de 2016 foram registrados 328, tendo-se assim um crescimento de quase 50%.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, UNICEF:

> Os atos infracionais cometidos por adolescentes preocupam toda a sociedade. Dos crimes e delitos registrados a cada ano no Brasil, 10% são cometidos por adolescentes, os outros, por adultos. Desses, mais de 70% praticam delitos contra o patrimônio. Muitas vezes os adolescentes são mais vítimas do que autores de violência. Entre Adolescentes de 15 a 19 anos, 68% das mortes são provocadas por causas externas – acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. O hiperdimensionamento do problema dos atos infracionais cometidos por adolescentes gera uma demanda na sociedade por medidas mais enérgicas. (UNICEF, 1989)

Estes números citados acima são datados do ano do ano de 1989 e desde então ocorreu um crescimento substancial, outro fato que se destaca é o fato que as

medidas e políticas públicas adotadas desde 1989 até o devido momento não vêm surtindo o efeito necessário e esperado.

2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PASSOS

O município de Passos conta com uma rede de serviços assistenciais para atender crianças e adolescentes e também as famílias que necessitam de ajuda, esta rede de apoio é cuidada e desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e conta com os seguintes serviço, sendo: 5 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS; 1 Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS; 1 Casa Lar e Programa Família Acolhedora; Programa Bolsa Família; Transporte de deficientes; Auxilio Natalidade; Auxílio Moradia; Auxílio Cesta Básica; Aluguel Social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social também trabalha fazendo repasses financeiros para diversas entidades, onde algumas dessas não são registradas como órgãos públicos.

2.4 PROJETOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PASSOS COM VISTAS A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Existe um Sistema de Garantias o qual é seguido pelo município de Passos, este sistema foi desenvolvido de forma conjunta pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e vem elencado na Resolução 113 de 19 de abril de 2006, esta resolução trata dos parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança, e esta diz:

> Promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, e garantindo a apuração e reparação dessas ameaças e violações. (BRASIL. 2006, Resolução 113)

No município este Sistema de Garantia é formado por alguns órgãos governamentais e também pela sociedade civil, sendo estes: Polícia Civil – Delegacia Regional e Municipal; Polícia Militar – 12º Batalhão de PMMG e mais duas companhias; Corpo de Bombeiros; Delegacia de Defesa da Mulher; Juizado da Infância e da Juventude; Promotoria de Justiça; Defensoria Pública; SAMU; Conselho Tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; Secretaria de Assistência Social e Educação municipal e estadual.

Os órgãos acima citados são governamentais, mas ainda podemos contar com as instituições não-governamentais as quais também cuidam de crianças e adolescentes, e são: Associação Espírita Santo Agostinho; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Cantina Dona Bernadete; Centro de Aprendizagem Pormenor de Passos – CAPP; Casa São José; Educandário Senhor Bom Jesus dos Passos; Serviço de Recuperação e Assistência Social – SERVIRAS; Associação Espírita Caritas; Associação Deus Proverá; Associação Espírita Monsenhor João

Pedro; Associação Artística, Cultural e Esportiva Regional – AACER; Associação de Desenvolvimento Cultural Regional – ADESC e Rede Cidadão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos propostos foi utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituíram de pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste contexto podemos ver que o Brasil com o decorrer dos anos passou por vários momentos significativos dentre estas leis que visavam de certa forma reger os direitos das crianças e adolescentes, nestes vinham elencadas, critérios e formas de como deveriam ser tratadas as crianças que eram abandonadas, idade para estes poderem trabalhar, como também limites para este trabalho, idade para serem responsabilizados pelos atos infracionais que estes viessem a praticar, dentre outras normas.

No entanto com o aumento das cidades, as dificuldades financeiras, famílias com grande número de filhos e desestruturadas a criminalidade juvenil começou a crescer assustadoramente, o que antes se tratava de pequenos delitos e utilizando de meios não violentos para se obter o “sustento” da família, hoje em dia passou a ser grandes delitos e com emprego de meios cruéis, violentos para se obter “vantagens” econômicas, status de criminoso e respeito entre os membros dos grupos que fazem parte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente artigo podemos perceber que a evolução histórica das crianças e adolescentes passou por muitos momentos, onde cada um tratava a estes de uma forma.

O município de Passos/MG enfrenta um problema com a criminalidade juvenil e concomitantemente com a reincidência dos menores infratores, consideramos que a falta de políticas públicas voltadas à prevenção contribui para este resultado, podemos ver após analisar que, faltam projetos destinados a tirar estas crianças e adolescentes da rua e assim oferecer a estes oportunidades de adquirir conhecimento e lazer, faz-se necessário também pontuar que a falta de apoio às famílias desestruturadas influenciam a criminalidade pois destas é que saem a grande maioria dos menores infratores, o evento de conviverem em um lar onde reina o caos, contribui significativamente para que esta criança ou adolescente busque por formas erradas de sobrevivência, em alguns casos estes entram para o crime para chamar atenção, ou conseguir o que não tiveram em casa, mas de forma errada, o que prejudica a sociedade como um todo.

Ficou-nos claro que o Município de Passos conta sim com uma rede de atendimento elencado no Sistema de Garantia de Direitos, este é completo e se encontra em pleno funcionamento, no entanto não há um protocolo instituído que integre a forma de atendimento e o papel de cada um dentro da rede.

É de suma importância a união de todos os sujeitos do sistema de garantia de direitos com base em um protocolo de atendimento é muito importante para a não duplicidade de atendimento, acarretando assim uma discrepância onde acontece atendimento maior em uma determinada região em detrimento de outra com necessidades iguais. Para que o protocolo de atendimento funcione bem, há que se organizar fluxogramas que identifiquem a atuação de cada projeto bem como, seu papel na sociedade.

Cumpre ressaltar que o presente artigo se trata de uma apresentação inicial a respeito das práticas de enfrentamento à criminalidade juvenil, sendo assim necessários constantes estudos acerca do tema, tendo em vista sua importância e seus reflexos tanto na área jurídica quanto na social.

REFERÊNCIAS

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz, et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã.** São Paulo em Perspectiva, n. 18. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 01 mar. 2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso 12 mar. 2017.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura, **A proteção à criança nas Constituições Brasileiras**. 3ª ed., Brasília: editora Revista dos Tribunais, 1998.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. **A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 20 de novembro de 1989. Disponível em: < http://unicef.org/brasil/dir_cri>. Acesso em 20 fevereiro de 2017

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)

MEDEIROS, Maria Luiza Bittencourt. et al. (Comissão do Diagnóstico e Planejamento). **Diagnóstico da situação da criança e do adolescente no município de Passos/MG.** Passos. 2016.

MINAS GERAIS. **Prevenção social à criminalidade**: a experiência de Minas Gerais. 2009. Disponível em:

http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/658ac7a521cdb2312bf50e94720138cc.pdf>. Acesso em: 03 outubro 2016.

Projeto de Lei e outras Proposições. **PEC 171/1993.** Disponível em: >http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493 < Acesso em dezembro de 2015.

REALE, Miguel. **Nova Fase do Direito Moderno**. São Paulo: Saraiva. 1990.

RODRIGUES, João Gaspar. **Segurança pública e comunidade: alternativas à crise.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2009.

REALE, Miguel. **Nova Fase do Direito Moderno**. São Paulo: Saraiva. 2001.

SARTÓRIO, A.T. e ROSA E. M. **Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set. 2010.

SEDESE. Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social. **Cartilha da Rede de Atendimento de Passos – MG.** Diretoria Regional de Passos. Governo de Minas Gerais, Passos 2014.

Secretaria do Estado de Minas Gerais - SEDS. **Territórios de Desenvolvimento: A situação Econômica e Social de Minas Gerais – Perfil Municipal.** Disponível em: <http://www.numeros.mg.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS%40vm13532&anonymous=true> Acesso em 17setembro de 2016

Secretaria do Estado de Minas Gerais - SEDS. **Prevenção em números**. Disponível em: < http://www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/prevencao-em-numeros > Acesso em 04 outubro de 2016

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da**. Comentário contextual à Constituição.** São Paulo: Malheiros, 2009

SOUZA, Jacir Cirqueira. **A Efetividade dos Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Editora Pillares, 2008.

Só História. **A infância em Roma**. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/roma/p7.php > Acesso em outubro de 2015

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 6ª ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: editora Forense, 2006.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Direitos da Família e do Menor: Inovações e tendências**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

VILAS BOAS, Renata Malta. **Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583> Acesso em outubro de 2015

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO SETOR DE ENVASE DE UMA EMPRESA DE COSMÉTICOS: UM ESTUDO DE CASO

APPLICATION OF QUALITY TOOLS IN THE PACKING SECTOR OF A COSMETICS COMPANY: A CASE STUDY

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional, Outras áreas temáticas

SANTOS, Bruno Borges dos
Centro Universitário Municipal de Franca - UNI FACEF
Graduando em Engenharia de Produção
b.borges04@gmail.com

HANNA, Gabriel Abrahão
Centro Universitário Municipal de Franca - UNI FACEF
Graduando em Engenharia de Produção
gabrielhannaa@gmail.com

BUCKER, Miguel Augusto Silva
Centro Universitário Municipal de Franca - UNI FACEF
Graduando em Engenharia de Produção
miguel.silvabk@gmail.com

COSTA, Flávio Henrique de Oliveira
Centro Universitário Municipal de Franca - UNI FACEF
Professor Mestre
flaviohenrique@facef.br

Resumo
Nos dias atuais, observa-se que as empresas estão aumentando seus investimentos em qualidade visando obter vantagem competitiva perante seus concorrentes. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi refletir sobre a importância da gestão da qualidade na administração industrial, por meio de um estudo no setor de envase de uma empresa de *amenities*. Na revisão de literatura, fez-se uma análise das ferramentas de qualidade propostas, o Gráfico de Pareto e o Diagrama de Causa e Efeito. A metodologia utilizada foi realizar um estudo de caso que incluiu entrevistas, análises de documentos e visitas para a coleta de dados. As ferramentas Gráfico de Pareto e Diagrama de Causa e Efeito foram utilizadas, para se avaliar as não conformidades e discutir sobre a ocorrência destas. Como resultados, conseguiu-se comprovar a eficiência das ferramentas escolhidas, apontar as principais não conformidades e suas causas, além de elaborar recomendações para a melhoria da gestão da qualidade da empresa.
Palavras-chave: Gestão da qualidade, Diagrama de Causa e Efeito, Gráfico de Pareto.

Abstract
In current days it is notable that companies are raising their investments in quality aiming to obtain competitive advantage over their competitors. In this way, the main purpose of this article is to reflect about quality management in industrial administration by a study in packaging sector of an amenities company. In literature an analysis of proposals quality tools was made, being them Pareto's Chart and Cause and Effect Diagram. The methodology used was a case study which includes interviews and visits for data gathering. Pareto's Chart and Cause and Effect Diagram were used respectively to measure quality's errors and discuss how often they occurred. As results, it was able to prove the efficiency of the chosen tools and to point the main non conformities and its causes, also to elaborate recommendations to quality management improvement for the company.

Keywords: Quality management, Cause and effect diagram, Pareto's chart.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar alguns conceitos, justificativas e objetivos para a realização desta pesquisa e mostrar a comunidade científica os resultados obtidos na aplicação das ferramentas. Primeiramente, será apresentado o tema e, em seguida, a problemática de pesquisa, depois os objetivos gerais e específicos e as justificativas utilizadas no trabalho.

O conceito de qualidade não apresenta apenas uma definição. Para Crosby, a qualidade é conformidade com os requisitos do produto/serviço enquanto que para Juran a palavra qualidade possui dois diferentes significados: como características que atendam às necessidades dos clientes ou como a ausência de deficiências (BARROS e BONAFINI, 2015).

A qualidade em geral pode vir a ser um problema para as empresas, pois ela está diretamente relacionada aos custos. Pesquisas conduzidas nos Estados Unidos e Alemanha salientam que os custos com não conformidades chegam a 20% das vendas e que a cada erro cometido no mercado atual diminui o volume de vendas em pelo menos 3%. As pesquisas ainda ressaltam que os custos para se atrair novos clientes chegam a ser de seis vezes mais do que manter os atuais (PALADINI e CARVALHO, 2012).

Segundo informações disponibilizadas pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, o Brasil possui mais de 25 mil meios de hospedagem, o que inclui hotéis 5 estrelas, resorts, hotéis fazenda, entre outros. Deste modo os *amenities* entram neste mercado para propor uma experiência sensorial positiva aos seus clientes, contribuindo para a fixação de divulgação da marca. Isto demonstra que o mercado de *amenities* está crescendo, pois os hotéis perceberam a necessidade de oferecer aos seus clientes a melhor experiência possível abrangendo desde o atendimento inicial até os *amenities* oferecidos em cada suíte (FREEDOM, 2013, online).

O objetivo geral do presente trabalho é propor a aplicação das ferramentas da qualidade, Diagrama de Causa e Efeito e Gráfico de Pareto, no setor de envase de

uma empresa de *amenities*. Para perfazer o objetivo geral de pesquisa, foram estipulados os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar os processos da empresa estudada e identificar os problemas com gestão da qualidade;
b) Aplicar a ferramenta Gráfico de Pareto para identificar as ocorrências que acontecem com maior frequência; e
c) Aplicar a ferramenta Diagrama de Causa e Efeito para analisar quais fatores geram as ocorrências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ishikawa (1993) cita que para que os objetivos da qualidade sejam atingidos, todos os membros da empresa devem participar e promover o controle de qualidade. Ele ainda aponta que o objetivo final destas empresas deve ser o de oferecer um produto útil e satisfatório para os consumidores. Nesse contexto, considera-se que a aplicação de ferramentas da qualidade seja relevante para as empresas que desejam fornecer produtos satisfatórios. Essa pesquisa propõe-se a utilização de duas dessas ferramentas da qualidade para a avaliação do processo em questão, são elas o gráfico de Pareto e o Diagrama de causa e efeito.

A ferramenta Gráfico de Pareto, é um gráfico de barras verticais que organiza, da maior para a menor, a frequência de ocorrências de uma determinada não conformidade. Este gráfico é muito utilizado para priorização de ações corretivas, pois ajuda a identificar e a informar a importância relativa de problemas e oportunidades das empresas (CONWAY, 1996).

Já a ferramenta Diagrama de Causa e Efeito foi desenvolvida e utilizada pela primeira vez pelo Professor Kaoru Ishikawa. Ele tentou explicar para alguns engenheiros japoneses como diversos fatores de um processo estão inter-relacionados entre si. De acordo com Berssaneti e Bouer (2013), inicialmente a aplicação desta ferramenta era empregada em soluções de problemas de manufatura, porém hoje já é utilizado em qualquer situação que apresente relacionamentos entre causas e efeitos entre variáveis. Werkema (1995) ainda diz que o Diagrama de Causa e Efeito sintetiza as possíveis causas de um problema, e age como um guia na identificação fundamental da causa do problema e da determinação das ações que precisarão ser adotadas.

O Gráfico de Pareto foi selecionado, pois consegue demonstrar de forma simples e clara quais as não conformidades que possuem maior frequência de ocorrência, e que, se resolvidas, vão trazer benefícios com um esforço menor. Já o Diagrama de Causa e Efeito foi selecionado para organizar o raciocínio em discussões de um problema prioritário que, no caso, será apresentado a partir da aplicação do Gráfico de Pareto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa utilizou-se o método de entrevistas semiestruturadas. Segundo Manzini (2003) a entrevista é uma forma de buscar informações com o entrevistado. Da mesma forma, é entendida como uma conversa com objetivo específico e o roteiro da entrevista desempenha a função de auxiliar o entrevistador a chegar ao objetivo. As entrevistas devem nos ajudar a entender o ponto de vista de cada um dos

indivíduos da organização, identificando os procedimentos e como as não conformidades de cada etapa impactam o processo geral.
Foram utilizadas mais de uma forma de coleta de dados para o levantamento das evidências dentro da empresa estudada. Foram consideradas as entrevistas e documentos do setor de qualidade juntamente com o setor de envase e observações realizadas durante as visitas. Os documentos mais amplamente considerados foram os RNCs (Registros de Não Conformidade)

As entrevistas tiveram um roteiro pré-estabelecido para auxiliar na sua condução e foram realizadas conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese das entrevistas.

CARGO	CLASSIFICAÇÃO	MODO	TEMPO DE ENTREVISTA
Gerente de Produção	GerProd	Presencial	28min e 33seg
Gerente de Qualidade	GerQuali	Presencial	21min e 44seg
Gerente de Suprimentos	GerSup	Email	-
Gerente de T.I.	GerTI	Email	-

Fonte: Autores.

Foram realizadas cinco visitas à planta as quais possibilitaram conhecer a fábrica, observar os processos, realizar as entrevistas e o acompanhamento da linha de produção. Por meio dessas visitas foi possível realizar uma observação direta do processo de produção e do controle de qualidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado um levantamento dos 166 últimos Registros de Não Conformidades realizados pelo setor de qualidade no envase. O período de registro dos RNC's foi entre setembro de 2016 e março de 2017, ou seja, um intervalo de seis meses. Foram encontrados diversos tipos de não conformidades e, analisando-se cada uma delas, criou-se 11 categorias. As categorias foram divididas e nomeadas, com o auxílio de GerQuali, e tiveram a seguinte codificação: "estrutura do frasco", "*silk* do filme", "estrutura da tampa", "sujeira no frasco", "*silk* da bisnaga", "delaminação", "*silk* da etiqueta", "estrutura da bisnaga", "*silk* do frasco", "sujeira no filme" e "filme amassado".

A listagem das categorias de não conformidades foi essencial para detectar qual delas teve maior ocorrência no intervalo de tempo estudado. Dessa forma, foi possível discernir e reconhecer o impacto relativo de cada categoria das não conformidades encontradas no sistema de envase atual da empresa.

Com o intuito de se construir o Gráfico de Pareto, foi calculada a frequência acumulada das ocorrências e, a partir desta frequência acumulada, conseguimos classificar cada categoria como A, B ou C, demonstrados na Tabela 1, e com base nestes dados, foi feito o Gráfico de Pareto que é representado pela Figura 1.

Tabela 1 - Frequência acumulada e classificação ABC.

Categoria	Ocorrências	Frequência Acum	Classificação
Estrutura do frasco	43	26%	A
Silk do filme	38	49%	A
Estrutura da tampa	27	65%	B

Sujeira no frasco	24	80%	B
Silk da bisnaga	9	85%	C
Delaminação	6	89%	C
Silk da etiqueta	6	92%	C
Estrutura da bisnaga	4	95%	C
Silk do frasco	4	97%	C
Sujeira no filme	4	99%	C
Filme amassado	1	100%	C

Fonte: Autores.

Figura 1 - Gráfico de Pareto do setor de envase da empresa "Amenities 1".

Fonte: Autores.

Após a elaboração do Gráfico de Pareto, ficou mais claro quais eram as categorias que apresentavam o maior número de não conformidades. Verificou-se, então, que a "estrutura do frasco" e o "*silk* do filme" totalizavam 49% dos RNC's analisados, conforme mostra a Figura 4. Sendo assim, estas duas categorias foram classificadas como "A". Percebeu-se, assim, a importância delas e, com base nas informações e auxílio dos entrevistados, realizou-se o Diagrama de Causa e Efeito, para descobrir mais sobre as causas e efeitos que podem estar ocasionando estas não conformidades. Para a elaboração do Diagrama de Causa e Efeito, é necessário ter uma visão global da organização, pois esta ferramenta faz um levantamento de todo o comportamento da empresa estudada. Como apresentado no decorrer deste trabalho, a ferramenta é composta por seis tópicos: método; máquina; medida; meio ambiente; material; e mão de obra. Em cada tópico são levados em consideração os fatores que podem ser causas dos problemas.

No Diagrama de Causa e Efeito da "estrutura do frasco" e do "*silk* do filme", foram detectados os fatores que podem estar relacionados com a má qualidade dos mesmos, baseando-se nas informações obtidas durante as visitas e entrevistas.

As informações obtidas durante as visitas e entrevistas usadas para a elaboração do Diagrama de Causa e Efeito da "estrutura do frasco" são apresentadas no Quadro 2. A Figura 2 apresenta a estrutura do diagrama com seus fatores alocados em seus respectivos tópicos.

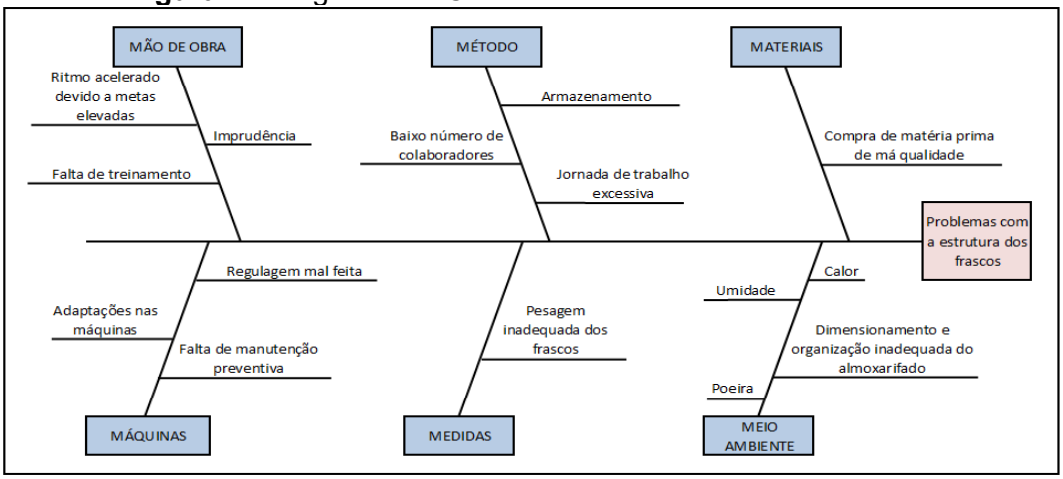
Quadro 2 – Informações do Diagrama de Causa e Efeito da "estrutura do frasco".

Classificação	Problema	Atividade	Fonte
MÃO DE OBRA	Ritmo acelerado devido a metas elevadas	"As metas são muito altas, e por esse motivo, muitas vezes cometemos alguns erros durante a produção."	GerSup
	Falta de treinamento	Nossos superiores não se preocupam em oferecer um treinamento para os funcionários.	GerProp
	Imprudência	A falta de treinamento e motivação dos colaboradores faz com que eles não tomem o devido cuidado no momento de manejar os frascos.	Observações verificadas durante as visitas.
MÁQUINAS	Falta de manutenção preventiva	Verificamos que o setor de manutenção não esta sempre disponível para realizar a manutenção adequada das máquinas.	Observações verificadas durante as visitas.
	Regulagem mal feita	São encontrados muitos defeitos nos frascos comprados. Isso faz com que tenhamos dificuldades na hora de regular as máquinas.	GerProd
	Adaptações nas máquinas	Quando as máquinas estragam e nós não conseguimos comprar a peça original, assim acabamos colocando peças paralelas.	GerProd
MEDIDAS	Pesagem inadequada dos frascos	Observou-se que na pesagem dos frascos os funcionários jogam o material de qualquer modo na balança, o que pode deformar os frascos.	Observações verificadas durante as visitas.
MATERIAIS	Compra de Matéria prima de má qualidade	O setor de compras busca sempre comprar matérias primas com menor preço possível, tornando comum a compra de matéria prima de má qualidade.	GerProd
MÉTODO	Armazenamento	As prateleiras do almoxarifado não são adequadas para o armazenamento dessa matéria prima (frascos).	Observações verificadas durante as visitas.
	Baixo número de colaboradores	Muitas vezes nosso setor de comercial registram pedidos com prazos curtos de entrega e nossa capacidade não consegue atender a demanda com uma jornada de trabalho normal, assim temos que recorrer a horas extras dos funcionários.	GerSup
	Jornada de trabalho excessiva		
MEIO AMBIENTE	Dimensionamento e organização inadequada do almoxarifado	O almoxarifado não possui espaço adequado para se realizar o transporte dos frascos.	GerSup

	Calor	A temperatura e a umidade do almoxarifado podem alterar a estrutura física dos frascos.	Observações verificadas durante as visitas.
	Umidade		
	Poeira	A poeira emitida pelas empresas vizinhas se acumula no almoxarifado.	

Fonte: Autores.

Figura 2 - Diagrama de Causa e Efeito da estrutura do frasco.



Fonte: Autores.

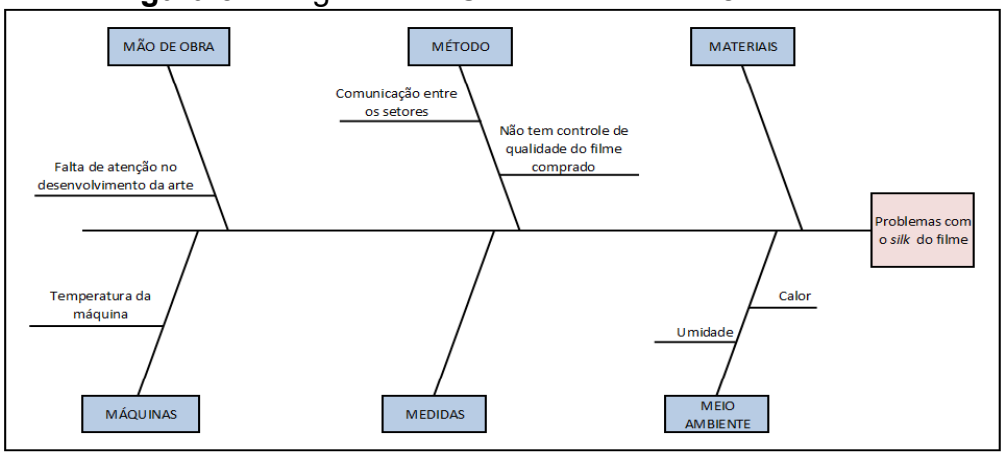
Do mesmo modo, foi feito um levantamento dos dados e informações obtidas com a coleta de dados e elaborado as possíveis causas que são responsáveis pelas RNC's que envolvem "*silk* do filme", conforme veremos no Quadro 3. Já o Diagrama de Causa e Efeito do "*silk* do filme" é apresentado na Figura 3.

Quadro 3 – Informações do Diagrama de Causa e Efeito do "*silk* do filme".

Classificação	Problema	Atividade	Fonte
MÃO DE OBRA	Problema na criação da arte	Pode ocorrer de nossos funcionários mandarem a arte do *silk* do filme incorreta.	GerTI
MÉTODO	Não tem controle de qualidade adquirido	As compras dos filmes são feitas baseadas no preço e não na qualidade.	GerSup
	Comunicação entre os setores	Às vezes nossos setores de compra e de desenvolvimento não se comunicam adequadamente, fazendo com que o desenvolvimento do *silk* do filme não saia de acordo com o que o cliente deseja.	GerQuali
MÁQUINAS	Temperatura da máquina	A temperatura da máquina pode danificar a tinta do filme.	GerProd
MEIO AMBIENTE	Calor e Umidade	A temperatura e a umidade do almoxarifado podem danificar a tinta do filme.	GerQuali i

Fonte: Autores.

Figura 3 - Diagrama de Causa e Efeito do *silk* do filme.



Fonte: Autores.

Durante as visitas realizadas na empresa "Amenities 1" observou-se o comportamento dos operadores no processo produtivo e percebeu-se algumas imprudências, tais como a pesagem dos frascos jogando os mesmos de qualquer modo e o arremesso dos sacos de frascos para a parte superior das prateleiras. Essas atitudes eventualmente podem comprometer a qualidade do material. Outro fator que pode influenciar no acontecimento destas não conformidades é o ritmo acelerado de trabalho.

Observou-se que os equipamentos apresentam muitas peças paralelas instaladas, não há manutenção preventiva e a regulagem geralmente não ocorre da forma correta, itens justificados com a alegação de que a produção deve ocorrer de acordo com os prazos estabelecidos pela empresa. A falta de treinamento faz com que erros de serigrafia passem despercebidos pelos colaboradores responsáveis pelo recebimento do material, fazendo com que essa matéria prima, fora do padrão, seja encaminhada à produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente monografia foram aplicados conceitos e ferramentas de análise e indicadores de problemas em uma linha de produção da empresa "Amenities 1", com a finalidade de identificar as causas das não conformidades e desse modo levantar possíveis soluções.

Foram aplicadas duas ferramentas de qualidade, com base nas RNC's, juntamente com os colaboradores da empresa e estabelecido o objetivo com a justificativa de identificar as causas das maiores incidências de não conformidades.

Após a aplicação da metodologia, foram produzidos resultados eficazes com as ferramentas de qualidade, no sentido de que as visitas, documentos e entrevistas realizadas na empresa forneceram dados relevantes que tornaram possível a realização do estudo proposto.

É importante ressaltar que o período de coleta de dados deste estudo foi de seis meses, e que os documentos analisados podem não ser suficientes para assegurar que são apenas essas as causas e efeitos detectados. É relevante salientar que seria de interesse para a empresa, futuramente, explorar outras ferramentas de qualidade com a finalidade de avaliar outras variáveis envolvidas no processo.

Contudo, a análise dos documentos se faz satisfatória para a presente aplicação e análise das ferramentas “Gráfico de Pareto” e “Diagrama de Causa e Efeito”. Foi possível observar que muitos fatores interferem na qualidade do produto final. Desde os movimentos realizados pelos funcionários para manusear a matéria prima, a jornada de trabalho e a forma de realizar processos com o fornecedor foram algumas das causas de encontrar produtos na produção que estão distantes do padrão de qualidade estipulado pela empresa.

Enfim, essas sugestões, além de ajudarem a identificar e abrir uma variedade de ideias de soluções para as causas das não conformidades servem como melhorias nos aspectos ergonômicos, de produtividade e de ganhos de qualidade. Embora estas observações não tenham feito parte dos objetivos propostos, sugere-se que a empresa estudada realize uma análise das informações apresentadas neste estudo e avalie os impactos nos processos diários do setor de envase.

REFERÊNCIAS

BARROS, Elsimar; BONAFINI, Fernanda. *Ferramentas da qualidade*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

BERSSANETI, Fernando Tobal; BOUER, Gregório. *Qualidade: conceitos e aplicações - em produtos, projetos e processos*. São Paulo: Blucher, 2013.

CONWAY, William E. *O segredo da qualidade*. São Paulo: Marcos Cobra, 1996

ISHIKAWA, Kaoru. *Controle de qualidade total: à maneira japonesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PALADINI, Edson Pacheco; CARVALHO, Marly M. de. *Gestão da qualidade: teoria e casos.* 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: APEBRO, 2012.

MANZINI, E. J. *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada*. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003.

WERKEMA, Maria Cristina C. *As ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos*. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1995.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

ARQUIVOS JURÍDICOS: A GESTÃO DOCUMENTAL EM FOCO

LEGAL ARCHIVES: DOCUMENTARY MANAGEMENT IN FOCUS

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

SANTARÈM, Vinícius
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Mestre em Ciência da Informação
viniciussantarem1@hotmail.com

PAZIN VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Doutora em História Social
marciapazin@marilia.unesp.br

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Mestranda em Ciência da Informação
izidio1985@yahoo.com.br

Resumo
A Sociedade do Conhecimento trouxe grandes mudanças para as organizações jurídicas. A conduta e a abordagem tradicionais na gestão dos escritórios de advocacia não mais garantem o sucesso e sobrevivência dos mesmos. O volume de informações jurídicas produzidas está cada vez maior. As constantes atualizações da legislação dificultam o trabalho do advogado, pois tornou-se uma árdua tarefa para o profissional do direito encontrar a informação mais adequada para a elaboração da peça processual. A Gestão Documental é a solução encontrada para os escritórios de advocacia, pois proporciona um controle sobre as informações que produzem e recebem. A grande dificuldade dos escritórios de advocacia é a recuperação das informações necessárias em tempo hábil, tendo em vista que em sua maioria não possuem um sistema estruturado de gestão documental. O presente artigo justifica-se pela importância da informação para a atuação do profissional do direito e pelo reduzido número de pesquisas que integram a gestão documental e os arquivos jurídicos. O objetivo deste artigo é justamente auxiliar os advogados sobre a importância do arquivo jurídico bem estruturado, utilizando para isso a gestão documental. O trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica sobre os temas abordados: arquivos jurídicos e gestão documental. A perspectiva com este estudo é melhorar a qualidade técnica na prestação de serviços advocatícios atendendo as demandas dos seus clientes num tempo relativamente menor.

Palavras-chave: arquivos jurídicos, gestão documental, recuperação da informação.

Abstract
The Knowledge Society has brought great changes to legal organizations. Traditional conduct and approach in the management of law firms no longer guarantee their success and survival. The volume of legal information produced is increasing. The constant updating of the legislation makes it difficult for the lawyer to work, since it has become an arduous task for the legal professional to find the most adequate information for the preparation of the procedural document. Document Management is the solution found for law firms because it provides control over the information they produce and receive. The great difficulty of law firms is the retrieval of the necessary information in a timely manner, since most of them do not have a structured document management system.This article is justified by the importance of the information for the professional of the law and by the small number of researches that integrate document management and legal archives. The purpose of this article is precisely to assist lawyers on the importance of a well-structured legal file, using document management. The work consists of a qualitative research, of an exploratory nature, using as methodological procedure the bibliographic research on the subjects approached: legal archives and documentary management. The perspective with this study is to improve the technical quality in the provision of legal services, meeting the demands of its clients in a relatively short time.

Keywords:*legal files, documentary management, information retrieval.*

1 INTRODUÇÃO

A informação é um componente intrínseco de todos os processos de uma organização jurídica. As mudanças globais, as novas tecnologias e o aumento das expectativas dos clientes geram uma necessidade, cada vez maior, de um planejamento estruturado e coerente.

No ambiente jurídico, a conduta e a abordagem tradicionais da gestão dos escritórios de advocacia não mais garantem o sucesso e a sobrevivência. Para essa finalidade, a gestão documental e o adequado uso da informação acumulada ao longo do tempo nessas organizações tornam-se uma importante ferramenta para garantir a competitividade e a qualidade na prestação dos serviços.

Nos escritórios de advocacia, existe um componente que pode fazer a diferença em vários âmbitos, que muitas vezes não é percebido ou valorizado por quem realiza essas ações dentro deles. Este componente é a informação, sendo ela amplamente responsável pelo sucesso da aplicação da informação jurídica ao caso concreto. A informação é o principal artefato de qualquer profissional do direito no exercício de suas funções, desde que esteja disponível no momento oportuno. “As informações apoiam o processo decisório, exercem influência sobre o comportamento das pessoas e passam a ser um vetor importantíssimo, pois podem multiplicar a sinergia dos esforços ou anular o resultado obtido pelo conjunto” (MORAES; FADEL, 2007, p. 103).

A percepção de muitos gestores de escritórios de advocacia é que a implantação de uma tecnologia ou de um conjunto de tecnologias, que tem como finalidade dinamizar os processos, atividades e tarefas organizacionais é suficiente para uma gestão documental.

Os escritórios de advocacia devem usufruir ao máximo os processos e etapas

que envolvem a gestão documental, fazendo o uso correto das informações provenientes do ambiente interno e externo, visando o desenvolvimento organizacional e a melhor qualidade da prestação dos serviços jurídicos a seus clientes.

O volume de informação jurídica produzida no Brasil cresce numa proporção muito rápida. A quantidade de medidas provisórias, novas legislações e emendas às legislações antigas têm alterado grande parte do sistema jurídico do país, dificultando cada vez mais a atuação do profissional do direito na utilização das informações a que tem acesso da melhor forma possível, dentro do lapso temporal que possui para a solução do caso concreto.

O processo de recuperação da informação consiste, portanto, em identificar, no conjunto de documentos disponíveis de um sistema, àquele que atende da melhor forma a necessidade informacional do advogado.

Diante da quantidade de informações disponíveis, Tomaél, Alcará e Silva (2008) explicam que é necessário estabelecer padrões ou critérios para a recuperação de informações, cabendo ao profissional da informação, através da gestão documental, auxiliar o advogado na elaboração da peça processual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Arquivos Jurídicos

O arquivo jurídico passou a ser um dos setores mais importantes nos escritórios de advocacia, pois desde que bem estruturado ele alicerça as fases de elaboração da peça processual.

No entanto, é fundamental a compreensão do conceito de arquivo adotada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 06). Apesar da definição trazer o termo “acumulados”, os documentos arquivísticos transcendem a atividade de acumulação, fornecendo inúmeras possibilidades, ao receber uma gestão eficaz.

Geralmente os escritórios de advocacia possuem um arquivo físico onde os advogados armazenam os documentos e as peças processuais que foram elaboradas. No entanto, é comum que estes documentos sejam armazenados em pastas com os nomes dos clientes, facilitando sua localização, porém, prejudicando a recuperação da informação.

A documentação jurídica é fundamental para os advogados, pois alguns processos judiciais podem ter prazos muito longos, e a qualquer momento pode ser solicitado um documento que foi inicialmente apresentado pelas partes. A gestão de documentos jurídicos é um processo que permite aos escritórios a gestão de toda a informação não estruturada (documentos).

O arquivo de escritório de advocacia armazena um vasto histórico de processos, com isso um arsenal de conhecimento, que recebendo a melhor organização, a partir das necessidades dos usuários, deixará de ser um simples depósito de documentos, e passará a ser utilizado frequentemente, facilitando e colaborando com a construção de outras peças processuais.

Atualmente, não basta apenas que os escritórios de advocacia possuam

sistemas de organização, preservação e armazenamento dos documentos, é necessário que se faça a gestão documental, atividade que perpassa desde a produção de documentos até a sua disseminação informacional, uma vez que para a elaboração da peça processual, o profissional do direito precisa estar atento a fidedignidade das informações que circulam no escritório, necessitando desenvolver atividades de prospecção e monitoramento do tripé constitucional (legislação, doutrina e jurisprudência).

2.2 Gestão Documental

A Arquivologia possui muitos ambientes de atuações, sejam esses no âmbito público e privado. No que refere-se aos âmbitos privados a diversidade de ramos de negócios é vasta, e toda essa diversidade reflete na atuação do arquivista. A atuação do arquivista está além da aplicação dos princípios, métodos e técnicas da Arquivologia, ao gerir um arquivo, o profissional precisará conhecer as funções, atividades ligadas ao seu ambiente de trabalho, dentre outras características.

> O mercado de trabalho em expansão está relacionado às organizações empresarias, visto que necessitam trabalhar eficientemente as informações geradas por seus colaboradores, portanto, o arquivista possui um espaço de trabalho significativo e que exige competências e habilidades especializadas, de forma a atender as novas demandas informacionais/ documentais (VALENTIM, 2012, p. 12).

O ramo de negócio, as funções e as atividades desenvolvidas pela empresa refletem diretamente nas espécies e tipos documentais produzidos e recebidos pela empresa. A espécie documental é a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações contidas” (BELLOTO, 2014, p. 52). Já o tipo documental é a ”configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTO, 2014, p. 52). A partir dessas definições nota-se que a espécie e o tipo documental, realmente, variam de acordo com a natureza e a atividade que o geraram.

Conhecer a natureza, as atividades e as funções que cercam o documento é fundamental para aplicar a Gestão Documental por meio das suas etapas. Os arquivos são peças substanciais dentro de uma empresa para o uso das informações e documentos, que podem ser desde uma simples consulta administrativa, até complexos processos trabalhistas, tributários, responsabilidade social, dentre outros usos que contemplam até mesmo a memória institucional e organizacional da empresa. “A função de um arquivo é guardar a documentação e principalmente fornecer aos interessados as informações contidas em seu acervo de maneira rápida e segura” (RONCAGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 2004, P. 03).

Para conquistar esses benefícios cada vez mais aumentam as buscas por profissionais capazes de transformarem as massas de documentos acumuladas em instrumentos que colaborem com a eficiência e eficácia das rotinas administrativas. Sabe-se que essas buscam, muitas vezes, ocorrem devido a situações que oneram as empresas, esses prejuízos vão desde perda de tempo, deslocamento de mão de obra, falta de espaço físico, até mesmo recursos financeiros.

Para Carvalho (2001):

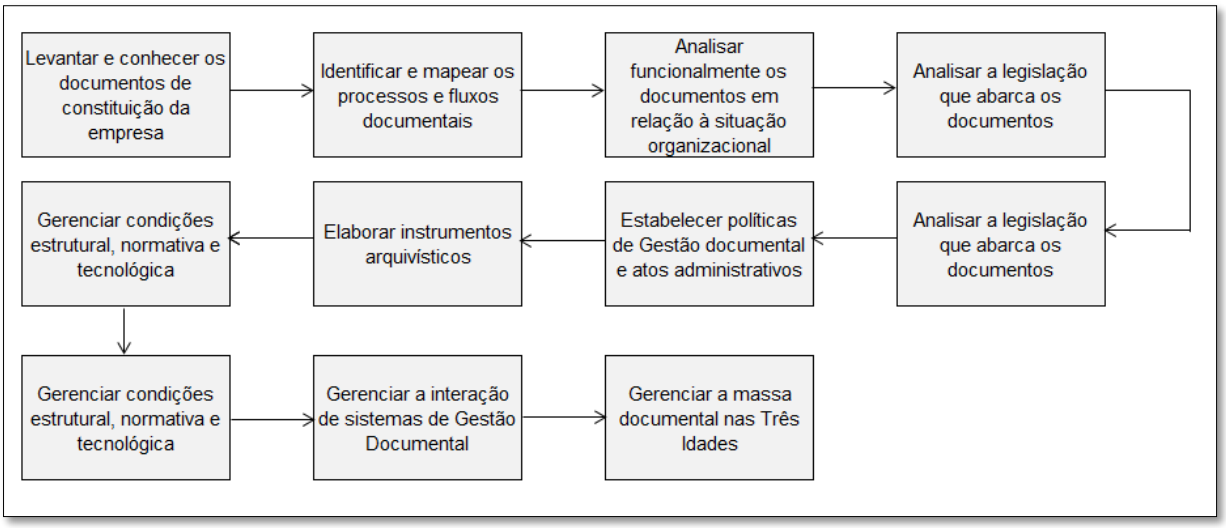
> A gestão de documentos dentro das organizações vem se tornando um desafio, uma vez que a produção documental cresce em uma progressão geométrica, fato acentuado pelo uso dos computadores.

> Muitas vezes os funcionários ao produzirem documentos arquivísticos, para definir o seu valor, duplicando-os ou descartando-os sem critérios, acarretando, assim problemas para a instituição (CARVALHO, 2001, p. 24-25).

Para muitos, o advento tecnológico reduziria a produção de documentos em suporte papel, porém a carência de gestão de documentos nesses meios, somente dobrou as dificuldades das empresas, pois, muitas, também não conseguem localizar seus documentos. Entende-se como suporte o "material no qual sãoregistradas as informações"(DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 159). O arquivista deverá conhecer todos os suportes existentes no acervo, uma vez que, para cada um é despendido um tratamento no que tange a preservação e conservação, porém a Gestão Documental em si, deverá abarcar todos esses suportes.

Valentim (2012, p. 18-19) propõe etapas da Gestão Documental de forma que abranja todos os fazeres e necessidades do arquivista. Com intuito, de demonstrar essas etapas elaborou-se o esquema abaixo.

Figura 1 – Etapas da Gestão Documental



Fonte: Elaborado pelos autores – Baseado em Valentim (2012)

Nota-se que essas onze etapas contemplam desde o estudo da documentação de constituição da empresa até o próprio gerenciamento da documentação. Percebe-se ainda que para executar essas etapas, o arquivista precisa ter um olhar holístico, compreendendo a organização como todo e relacionando-se com todos, isso fica evidente nas etapas de identificar e mapear os processos e fluxos documentais, assim como na etapa de estabelecer as políticas da Gestão Documental e atos administrativos.

Mapeando os fluxos de processos e documentais o arquivista conhecerá as espécies e tipos documentais pertencentes ao ramo de negócio em que está inserido, logo poderá dar andamento em outras etapas. Os escritórios de advocacias, recorte desta pesquisa, muitas vezes, tendem a classificar e arquivos os documentos sobre o assunto processo. Destaca-se que um processo é composto por diferentes tipos de documentais, apesar de caracterizar-se como uma série, deverá ser investigado todo seu conteúdo. Assim será possível obter um

mapeamento completo, propondo melhorias cabíveis. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 138) um processo é formado por um "conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento".

A etapa que contempla elaborar e aplicar os instrumentos arquivísticos garantirá controle e gerenciamento dos documentos da empresa, pois nesse momento o arquivista implantará o Plano de Classificação, que é "[...] é geralmente traduzida em esquema no qual a hierarquia entre as classes e subclasses aparece representada espacialmente. Esse esquema é chamado plano de classificação" (1998, p. 12). O Plano de Classificação direciona ainda o arquivamento correto dos documentos, evitando arquivamento errôneos e mudanças inconsistentes de arquivamento, o que dificultaria a localização dos documentos.

A Tabela de Temporalidade Documentos direcionará os prazos de guarda e destinação dos documentos, precisa ser discutida e construída por uma Comissão de Avaliação de Documentos, composta por diferentes profissionais dentre eles um responsável pelo setor Jurídico, um responsável pelo setor produtor e receptor dos documentos, o arquivista e recomenda-se um historiador

Esse instrumento contempla também o descarte de documentos, é um instrumento arquivístico muito aguardado pela direção da empresa, uma vez que os arquivos que iniciam uma gestão, estão, geralmente, abarrotados de documentos. Porém, a liberação de espaço físico não deve ser motivação para a elaboração da Tabela de Temporalidade Documental, e sim critérios administrativos, legais, sociais e históricos.

> A gestão de documentos aplicada nas empresas é uma atividade estratégica na constituição do acervo arquivístico, pois define o ciclo vital dos documentos, estabelecendo aqueles que após o uso administrativo pelos setores das empresas podem ser eliminados, os que serão transferidos ao arquivo, a temporalidade de guarda e sua destinação final: eliminação ou guarda permanente (RONCAGLIO;SZVARCA; BOJANOSKI. 2004 p.5).

Destaca-se ainda os Instrumentos de Busca (Guia, inventário e/ ou Catálogos), esses darão o endereço exato de onde a informação/ documentação está arquivada, podendo ser recuperada de forma ágil e a tempo para a tomada de decisão e outros usos. Essa atividade está diretamente ligada a outro fazer arquivístico que é a descrição arquivística.

Para Lopez (2002, p. 12) "Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram".

Há normas que regem a descrição arquivística, a General International Standard Archival Description ISAD (G),no âmbito internacional e a Norma Brasileira de Descrição (NOBRADE), são as mais utilizadas. Elas poderão ser aplicadas de acordo com o nível de descrição estabelecido. Lopez (2002, p. 22) apresenta no quadro Tipo de Instrumento de Pesquisa e o Nível de Descrição, a relação dos Instrumentos de Pesquisas e o nível de descrição arquivística.

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	conjuntos documentais amplos	guia
Fundos, grupos, coleções	séries	inventário
Séries	unidades documentais	catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto; recorte temático	catálogo seletivo; índice

A escolha do Instrumento de Pesquisa é um momento crucial para o arquivista, uma vez que precisa compreender como a informação é arquivada e principalmente solicitada. Nota-se que a os Instrumentos de Pesquisa podem ser mais geral, descrevendo o acervo da instituição, por meio da elaboração do Guia, ou atingir a unidade documental, por meio da elaboração do catálogo.

As atividades e etapas da Gestão Documental relacionam-se umas como as outras e ao executá-las a gestão de todo o acervo e arquivo começam a tomar forma. Assim ocorre com a elaboração de Vocabulário Controlado, que juntamente com os demais instrumentos facilitam a indexação, organização e o mais primordial a recuperação da informação.

> Os vocabulários controlados apresentam-se como instrumentos eficazes para aplicação no processo de representação da informação, assim como em relação ao processo de recuperação da informação, uma vez que proporcionam meios para controlar a parametrização das linguagens (do documento, do usuário e do sistema) que serão empregadas (DAVANZO; MOREIRA, 2014, p. 1141).

A Arquivologia possui uma gama de instrumentos facilitadores e organizadores dos seus fazeres, instrumentos próprios ou adaptados de outras ciências, por exemplo, os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) proveniente de setores de qualidade. Todos esses colaboram com a aplicação da Gestão Documental, que pode ser aplicada e adaptada a qualquer ramo de negócio.

Certamente ramos com maiores produções e recepções de documentos tendem a ter mais procura pela Gestão Documental, destacam-se os escritórios de advocacias, uma vez que possuem prazos efêmeros para apresentação e elaboração de documentos. Com isso, ter seus documentos organizados, gerenciados e acessíveis é imprescindível.

O profissional da informação necessita emergir nesse universo, a fim de aplicar a Gestão Documental nesse ramo de negócios, que por sua riqueza de espécies e tipos documentais contribuem significativamente com a Arquivologia e com seus profissionais. Pesquisas em torno de ramos de negócios específicos geram material de apoio a arquivistas que adentram esse universo.

A implementação de Gestão Documental em escritórios de advocacia suprime e apresenta as seguintes vantagens:

- Automatização e uniformização dos processos de trabalho;
- Gestão dos documentos do escritório de uma forma centralizada;
- Normalização dos documentos, critérios de arquivo e procedimentos;
- Rapidez na disponibilização, acesso e tratamento dos documentos;
- Controle e segurança da informação e dos fluxos de informação;
- Redução da necessidade de espaço físico para o arquivo.

As vantagens adquiridas com a implantação da Gestão Documental otimizam toda a rotina do escritório de advocacia, contribuindo efetivamente com os trabalhos ali desempenhados, haja vista que os documentos e processos estarão mapeados e padronizados, os documentos centralizados, recebendo tratamentos adequados, obtendo ainda controle e segurança das informações.

Ressalta-se ainda o fluxo de utilização do arquivo, ao organizá-lo e geri-lo o uso dos documentos de arquivo aumenta, uma vez que os usuários passam a confiar nessa importante fonte de informação. Buscar um documento não é mais um desafio e sim um grande apoio a todo o escritório de advocacia. Nesse momento, é importante que o profissional da informação inicie a elaboração de indicadores, sem dúvida, o número de solicitações evidenciará as melhorias conquistadas.

2.3 Recuperação da Informação

A recuperação da informação tem sido muito discutida, principalmente pelo volume informacional gerado e disponibilizado através da internet. Estamos sempre em uma incessante busca por informação de qualidade que atenda às necessidades dos usuários no menor tempo possível.

Sabemos que uma das grandes dificuldades com a qual o profissional do Direito se defronta é a falta de informações imediatas e precisas que eles necessitariam para tomar decisões mais assertivas. Importante mencionar que eles possuem acesso às informações, porém, nem sempre essas informações são recuperadas no momento oportuno. Esse cenário gera perda de tempo e até mesmo, pode vir a comprometer os prazos judiciais, consequentemente inúmeros prejuízos.

Para que o profissional do Direito tenha êxito na elaboração da sua peça processual e para que encontre a melhor tese jurídica alicerçada nas fontes de informação jurídica é importante que ele consiga recuperar o que foi produzido dentro do escritório de advocacia em situações similares anteriores. O objetivo é recuperar os casos mais semelhantes para a solução de um problema jurídico atual. Dessa forma, o profissional do Direito terá um ponto de partida, otimizando seu tempo.

Saracevic (1996, p. 44) apresenta o conceito de Recuperação da Informação cunhado por Calvin Mooers, destacando que ela “engloba os aspectos intelectuais de descrição da informação e suas especificações para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação”.

Segundo o autor,

> O trabalho com a recuperação da informação foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços). Mas, também, foi o responsável por duas outras coisas: primeiro, pelo desenvolvimento da CI como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais. Certamente, a recuperação da informação não foi a única responsável pelo desenvolvimento da CI, mas pode ser considerada como principal; ao longo do tempo, a CI ultrapassou a recuperação da informação, mas os problemas principais tiveram sua origem aí e ainda constituem seu núcleo. Segundo, a recuperação da informação influenciou a emergência, a forma e a evolução da indústria informacional. Novamente, a recuperação da informação não foi o único fator, mas o principal. Como a CI, a indústria da informação

> atualmente não é apenas recuperação da informação, mas esta é o seu componente mais importante (SARACEVIC, 1996, p. 45).

Considerando o problema da informação conforme definido até aqui, isto é, a explosão informacional que faz com que a informação jurídica sofra constantes desatualizações, a recuperação da informação tornou-se uma solução bem-sucedida encontrada pela Ciência da Informação e em processo de desenvolvimento até os dias atuais.

Chaves (1982, p.281), alerta para a problemática da avalanche de documentos jurídicos, afirmando que

> o excessivo acúmulo de dispositivos constitucionais, leis, decretos, decretos-leis, etc., por sua vez complementados, modificados ou renovados por outros, a profusão de decisões judiciais em todos os escalões e de dados fornecidos por livros e artigos doutrinários tornam impossível, hoje em dia, ao profissional do Direito inteirar-se com absoluta segurança e sem falhas a respeito de todos os elementos indispensáveis para o estudo dos problemas que deva solucionar, às vezes com urgência.

A importância da recuperação da informação é justamente fazer com que o advogado adquira uma informação útil, fidedigna, no menor lapso temporal para o desempenho de suas atividades cotidianas. Para tanto, esses profissionais precisam despender recursos para transformar a realidade dos seus arquivos, isso abrange desde contração de profissional qualificado, mobiliários, sistemas, dentre outros que possibilitarão uma gestão eficiente dos seus documentos.

Calderón; *et al* (2004) ao referirem-se à Gestão Documental e suas atividades de planejamento, visando a recuperação da informação em tempo hábil, argumentam:

> O termo gestão está relacionado à administração, ao ato de gerenciar. Isso significa que é preciso ir além do ato de registro da informação em um suporte, é preciso também que se tenha um planejamento de tal forma, que, mesmo com uma quantidade exacerbada de documentos gerados diante das ferramentas tecnológicas disponíveis nos dias atuais, seja possível localizar e utilizar a informação no tempo exato e necessário para uma tomada de decisão (CALDERÓN *ET AL,* 2004, p. 101).

Em suma, alguns benefícios são alcançados com maior eficácia quando a recuperação da informação é implementada no escritório de advocacia por meio de um sistema de gerenciamento de documentos, tais como: assegurar a qualidade e a segurança da informação; padronizar procedimentos, normas, contratos, orientações; treinamento dos advogados; preservar a cultura e a expertise do business do escritório (SELEM e BERTOZZI, 2005).

A recuperação da informação é parte da Gestão Documental, que por meio das suas etapas, atividades e instrumentos visa o acesso e o uso das informações, de forma que usuário possa tomar decisões pautadas em informações, diminuindo assim os erros desse processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica para a coleta de dados sobre os temas abordados: arquivos jurídicos e gestão documental.

Conforme defende Gil (2009), a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo a ser seguido para que a revisão de conceitos seja efetuada. Periódicos científicos e livros sobre os temas abordados neste artigo foram utilizados, de modo a reunir dados dispersos, visando à apropriação de informações sobre os conceitos estudados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais a informação parece algo fácil e rápido de se obter, quanto mais tecnologia maior o número de informações, esse cenário tem se mostrado cada dia menos eficiente. Muitas organizações continuam com seus arquivos abarrotados de documentos que não recebem nenhum tipo de tratamento, cenário estendido aos seus ambientes eletrônicos, ocasionando aumento na desorganização de documentos, de processos e procedimentos administrativos. Com isso, amplia-se o campo de atuação dos profissionais da informação, que atuam em diferentes ambientes organizacionais.

O arquivista tem transformando esses ambientes repletos de massa documental acumulada, isso por meio da implantação da Gestão Documental, dominando suas teorias, metodologias e práticas é possível disponibilizar muitos benefícios as organizações, no que tange o controle, planejamento, acesso e uso das informações.

O arquivo jurídico é um dos nichos investigados pelos arquivistas, com o desenvolvimento do seu trabalho em organizações jurídicas geram grandes benefícios, trazendo competitividade e qualidade ao trabalho prestado pelo profissional do direito no desenvolvimento das suas funções.

A atuação de um arquivista no escritório de advocacia passa a ser de grande importância, pois de acordo com Rezende (2006, p. 19):

> O apoio desse profissional será no sentido de, direcionado pelo advogado, que detém o conhecimento jurídico técnico, retirar dos ombros do mesmo o trabalho prévio de consulta para a composição de sua defesa, já que, na maioria das vezes, a complexidade de opções para o acesso à informação e, principalmente, o volume de resultados descobertos, torna impossível ao mesmo, envolvido com prazos rigorosos, a realização da tarefa de busca.

Além da Gestão Documental implantada, é preciso mostrar para os advogados que o papel do arquivista é de facilitador, intermediando a pesquisa que deverá ser levantada para a elaboração da peça processual e disponibilizando a informação, a fim de otimizar o tempo e as tarefas do advogado.

O profissional da informação será o mediador da informação no escritório de advocacia em duas circunstâncias, auxiliando o advogado na pesquisa prévia de toda a fundamentação teórica que irá embasar o caso concreto trazido pelo cliente; e na própria organização da informação, quando são estabelecidos os critérios de gestão dos documentos emitidos e recebidos no escritório de advocacia.

Importante destacarmos que o arquivista irá lidar com a informação, apenas. O advogado que irá se apropriar dessa informação e utilizando conhecimentos técnicos e específicos elaborará a tese processual.

Não basta que a informação esteja armazenada em algum lugar, é fundamental que ela seja recuperada no momento oportuno.

Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (1999, p. 1) indicam que

> A recuperação da informação está diretamente ligada à

representação, armazenamento, organização e acesso aos itens de informação. Dizem, também, que a representação e a organização dos itens de informação deveriam prover o uso e o fácil acesso a informação necessária ao usuário.

Nesse sentido, como a gestão documental é responsável pelo ciclo de vida dos documentos, pode garantir que a informação seja encontrada a qualquer época, sem prejuízos ou com a perda de informações relevantes às estratégias organizacionais ou ainda com o acúmulo de informações desnecessárias.

A gestão de documentos jurídicos, é uma atividade que reflete diretamente na rotina do escritório de advocacia, pois permite a ligação entre os documentos da organização. Sendo assim, a gestão de documentos em escritórios de advocacia consistirá na criação de uma vantagem competitiva sustentável utilizada para gerir e automatizar o processo de negócio de qualquer escritório.

Destaca-se ainda a relevância de pesquisas realizadas por profissionais de ramos distintos, porém de matérias repletas de semelhanças e contribuições umas com as outras. Pesquisar os documentos jurídicos juntamente com um profissional do Direito trouxe novos olhares ao profissional da informação. De forma equivalente, pesquisar a Gestão Documental com olhares do profissional da informação permitiu visualizar todas as possibilidades da Gestão Documental nessa atividade ímpar, que são as atividades do profissional do Direito.

REFERÊNCIAS

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Modern Information retrieval.**New York: ACM; Harlow: Addison-Wesley, 1999.

BELLOTTO, H. L.**Arquivo: estudos e reflexões. –** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CALDERÓN, W. R. *et al*. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Revista Ciência da Informação,** Brasília, v.33,n.3,p.97-104,set./dez.2004.

DAVANZO, L.; MOREIRA, W. L. O vocabulário controlado como ferramenta do processo de organização e recuperação da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 15, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt2>. Acesso em: 04 de dez. de 2016.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009, 175p.

GONÇALVES, J.**Como classificar documentos de arquivo.** Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1998.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de

instrumentos de pesquisa. Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo, 2002.

MORAES, C. R. B. de; FADEL, B. Ambiência organizacional, gestão da informação e tecnologia. In: VALENTIM, M. L. P. (org.) **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. Ed. Marília: Fundepe, 2007.

REZENDE, M. I. S. D. **Gerenciamento da informação e do conhecimento jurídico**, 2006.

RONCAGLIO, C.; SZVARÇA, D. R.; BOJANOSKI, S. de F.**Arquivos, gestão de documentos e informação** 10.5007/1518-2924.2004v9nesp2p1. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 1-13, jan. 2004. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486>. Acesso em: 16 set. 2016.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações.**Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
SELEM, L.; BERTOZZI, R. **A reinvenção da advocacia**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, M. I. (org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: Ed. UEL, 2008, p.3-28.

VALENTIM, M. L. P. Gestão Documental em Ambientes Empresarias. ***In*** **Estudo Avançados em Arquivologia**: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

AS FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA E A PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

SOURCES OF LEGAL INFORMATION AND DOCUMENTARY PRODUCTION IN ADVOCACY OFFICES

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

SANTARÉM, Vinícius
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Mestre em Ciência da Informação
viniciussantarem1@hotmail.com

PAZIN VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Doutora em História Social
marciapazin@marilia.unesp.br

Resumo
No ambiente jurídico, especialmente, os escritórios de advocacia, foco desta pesquisa, há um fluxo abundante de produção de informação que pode ser constatado pela grande proliferação de atos normativos. As fontes de informação, tais como a jurisprudência, doutrina, princípios gerais do direito, analogias, tratados internacionais, usos e costumes dentre outros são cada vez mais difíceis de serem acompanhados com plena convicção pelos profissionais do direito, tendo em vista sua constante atualização. Pode-se afirmar que o acúmulo de informações neste setor é muito elevado, pois o Direito relaciona-se com as mais variadas áreas da vida humana, o que leva a uma rápida expansão do universo do conhecimento nesta área. Além disso, os meios pelos quais a informação jurídica se manifesta são muito variados, tornando difícil a sua delimitação. O presente artigo justifica-se pela importância das fontes de informação jurídica para os profissionais do direito e pelo reduzido número de pesquisas com essa temática. O objetivo desse artigo é fazer um estudo sobre as fontes de informação jurídica e a produção documental dos escritórios de advocacia. O trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica para a coleta de dados sobre os temas abordados: informação jurídica, fontes de informação jurídica e produção documental dos escritórios de advocacia.

Palavras-chave: informação jurídica, fontes de informação jurídica, produção documental dos escritórios de advocacia.

Abstract
In the legal environment, especially, law firms, the focus of this study, there is an abundant flow of information production that can be verified by the great proliferation of normative acts. Sources of information, such as jurisprudence, doctrine, general principles of law, analogies, international treaties, customs and customs, among others, are increasingly difficult to follow with full conviction by legal professionals, with a view to their constant updating. It can be said that the accumulation of information in this sector is very high, because the law relates to the most varied areas of human life, which leads to a rapid expansion of the universe of knowledge in this area. In addition, the means by which legal information is manifested are very varied, making it difficult to delimit it. This article is justified by the importance of sources of legal information for legal professionals and by the small number of researches with this theme. The purpose of this article is to make a study on the sources of legal information and the procedural pieces elaborated by law professionals. The work consists of a qualitative exploratory research, using as a methodological procedure the bibliographic research for the collection of data on the topics addressed: legal information, sources of legal information and documentary production of law firms.

Keywords: *legal information, sources of legal information, documentary production of law firms.*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo consideramos o escritório de advocacia como uma organização, e sendo assim, dentre os vários conceitos de organização existentes adotaremos o conceito utilizado por Cury (2000) "[...] a organização é um sistema planejado de esforço cooperativo no qual cada participante tem um papel definido a desempenhar e deveres e tarefas a executar". (CURY, 2000, p. 116). Ou seja, ela resulta das interações e interdependência de suas partes. Valentim (2006) ressalta a importância de se compreender as organizações como núcleos da sociedade, no sentido que elas congregam pessoas, sustentam a economia, geram empregos, profissionalizam e especializam a atuação dos indivíduos, em suma, influenciam a cultura, a educação e a própria sociedade.

Os escritórios de advocacia são considerados verdadeiros repositórios de conhecimento, seja tácito ou explícito. Conforme corrobora Rezende:

> Nos escritórios de advocacia, vistos como indústrias que processam e transferem conhecimento, na busca de soluções para os problemas do cliente, a essência do trabalho é a manipulação, reelaboração e transferência de informações. O conhecimento acumulado e transferido no ambiente de um escritório de advocacia envolve tecnologia, conteúdo informacional e, principalmente, interação entre pessoas (REZENDE, 2000, p.52).

Vários são os tipos de informações que transitam nos escritórios de advocacia, porém, para esse estudo vamos focar na informação jurídica, suas fontes de informação e os documentos produzidos pelo próprio escritório na prestação do seu serviço.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fontes de Informação Jurídica

Encontrar a informação desejada na área jurídica é uma tarefa árdua, seja para o cidadão comum, seja para o profissional da área do Direito ou da Ciência da Informação. Para que se atinja o objetivo, é necessário que se tenha conhecimento das fontes de informação jurídica e das peculiaridades de cada uma dessas fontes. As fontes são os meios pelos quais se formam ou se estabelecem as normas jurídicas (MONTEIRO, 2003).

De acordo Miranda (2004, p. 138), a informação jurídica "[...] é originada fundamentalmente por um tripé informacional: Legislação, Doutrina e Jurisprudência". Passos (1994, p. 363), afirma que a "[...] informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: descritiva (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência)". Também são consideradas fontes de informação jurídica, os princípios gerais do direito, analogia, os tratados internacionais, os usos e costumes, entre outros.

2.1.1 Legislação

Entende-se por legislação o conjunto de leis que regulariza a vida em sociedade, ou seja, estabelece as condutas aceitáveis ou recusáveis de um indivíduo.

A lei é o preceito jurídico escrito, emanado do legislador e dotado de caráter geral e obrigatório. É o conjunto de leis de um Estado com regras sociais obrigatórias, impostas por uma autoridade pública, de forma permanente e que são sancionadas pela força. Segundo Del Vecchio (1972), lei "é o pensamento jurídico deliberado e consciente, formulado por órgãos especiais, que representam a vontade predominante numa sociedade."

Segundo Marques Junior (1997, p. 165), a legislação "é representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração". Isto é, o conjunto de diplomas legais ou disposições emanadas de autoridades em seus diversos níveis de atuação.

Mendes & Foster Júnior (2002, p.77-78) descrevem que a norma jurídica (legislação) possui a nobre função de concretizar a Constituição, assegurando um desenvolvimento social harmônico e desempenhando as seguintes funções:

- A de integração, "ao compensar as diferenças jurídico-políticas no quadro de formação da vontade do Estado";
- A de planificação, sendo o "instrumento básico de organização, definição e distribuição de competências;
- A de proteção "contra o arbítrio, ao vincular os próprios órgãos do Estado";
- A de regulação, "ao direcionar condutas mediante modelos";
- A de inovação "na ordem jurídica e no plano social".

A legislação é de caráter e aplicação geral, ou seja, todos os indivíduos são iguais perante a lei. Serve como protetora de medidas arbitrárias que favorecem apenas alguns indivíduos. Posiciona os indivíduos sobre a forma de condução de uma vida em sociedade.

Importante frisar que a elaboração de leis em sentido formal, é uma atividade

privativa do poder legislativo. Lembrando que é atividade privativa do legislativo e não atividade exclusiva do legislativo, pois em alguns casos o poder judiciário e o poder executivo também legislam. Para que se compreenda as diferenças entre os poderes torna-se necessário apresentarmos aqui uma breve explicação sobre as funções típicas e atípicas de cada poder, conforme definido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Poder	Funções Típicas	Funções atípicas
Legislativo	• Legislar (elaboração de leis); • Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Executivo.	• Natureza executiva: ao dispor sua organização, provendo cargo, concedendo férias, licenças aos servidores, etc. • Natureza jurisdicional: o Senado Federal julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade (art. 52, I, C.F.).
Executivo	• Prática de atos de Chefia de Estado, Chefia de Governo e atos de administração.	• Natureza legislativa: o Presidente da República, por exemplo, adota medida provisória, com força de lei (art. 62, C.F.). • Natureza jurisdicional: o Executivo julga, apreciando defesas e recursos administrativos.
Judiciário	• Julgar, dizendo o direito no caso concreto e dirimindo os conflitos que lhe são levados, quando da aplicação da lei.	• Natureza legislativa: regimento interno de seus tribunais (art. 96, I, “a”, C.F.). • Natureza executiva: administra, concede licenças e férias aos magistrados e serventuários (art. 96, I, “f”, C.F.).

2.1.2 Jurisprudência

De acordo com o autor denomina-se “jurisprudência a decisão constante e uniforme dos tribunais sobre determinado ponto de Direito” (MAXIMILIANO, 2006, p. 144).

Quando determinado assunto, com relevância jurídica passa a ter uma uniformidade nas decisões, esse assunto se torna jurisprudência. Ou seja, para contribuir com a celeridade do poder judiciário e evitar o acúmulo de diligências sobre um assunto pacífico nos tribunais, todas as causas, relativas a esse assunto, submetidas à apreciação do poder judiciário terão a mesma decisão.

A jurisprudência, como fonte de informação jurídica, fornece sustentação para as teses jurídicas, tendo em vista que ela é a repetida decisão de determinado assunto consolidado no Judiciário.

Maximiliano (2006, p.11), ao tratar da aplicação do Direito e da interpretação das normas jurídicas, considera que:

> Ante a impossibilidade de prever todos os casos particulares, o legislador prefere pairar nas alturas, fixar princípios, - estabelecer preceitos gerais de largo alcance, embora precisos e claros. Deixa ao

> aplicador do Direito (juiz, autoridade administrativa, ou homem particular) a tarefa de enquadrar o fato humano em uma norma jurídica, para o que é indispensável compreendê-la bem, determinar-lhe o conteúdo. Ao passar do terreno das abstrações para o das realidades, pulam os embaraços; por isso a necessidade da Interpretação é permanente, por mais bem formuladas que sejam as prescrições legais.

A jurisprudência tem três funções específicas: uma função de aplicar a lei; uma função de adaptação, consistente em por a lei em harmonia com as necessidades modernas; e uma função criadora, destinada a suprir os casos não abrangidos pela legislação (MAXIMILIANO, 2006).

Dificilmente o legislador consegue prever todas as situações possíveis na elaboração das leis, ficando assim, as chamadas lacunas. As funções da jurisprudência são exatamente essas: fazer com que todo caso submetido à apreciação do poder judiciário tenha uma solução, fazendo com que essa lacuna seja preenchida por uma norma jurídica que melhor se adapte com as ideias contemporâneas e necessidades modernas.

Passos e Barros (2009, p. 70) conceituam a jurisprudência como

> [...] a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetam a julgamento da justiça, ou seja, o conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando o mesmo entendimento, orientando-se pelo mesmo critério e concluindo do mesmo modo.

Importante salientar que uma decisão isolada não constitui jurisprudência. Para que uma jurisprudência seja constituída é necessário que a decisão seja repetida e sem variação. Necessário que essa decisão seja uniforme e constante. Conforme Reale (2001) a palavra 'jurisprudência' pode ser entendida como a revelação do direito que se processa por meio do exercício da jurisdição, em virtude de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais.

2.1.3 Doutrina

A doutrina é de extrema importância para o bom andamento e evolução do Direito, pois nela constam os estudos de grandes teóricos sobre determinado tema. Em regra os tribunais se fundamentam na doutrina para julgarem.

Pereira (2004) conceitua doutrina como:

> Conjunto de publicações teóricas sobre determinado assunto que interpretando os textos legais e analisando as situações concretas, tem força de verdade científica. Do ponto de vista jurídico, constitui uma das fontes do Direito, suprindo a lei e o costume, ajudando na formação das leis e na construção da jurisprudência. (PEREIRA, 2004, p. 155).

A doutrina jurídica possui como função os seguintes tópicos:

- O estudo aprofundado dos principais temas do Direito;
- Atualização dos conceitos e institutos para estar sempre em contato com a dinâmica realidade;
- Verificar maneiras para aperfeiçoar o Direito, de forma que cada vez mais esteja voltado para o seu fim maior: a justiça.

De acordo com Martinez e Guimarães (2008, p.71), "a doutrina é formada por uma estrutura 'temático documental' menos complexa se comparada com a legislação e a jurisprudência".

A doutrina, por ser o estudo de um jurista sobre determinado assunto do Direito não tem a complexidade pela qual se tem a elaboração de uma lei. O processo legislativo é muito rígido e complexo.

> A multiplicidade dos textos, a desordem de uma regulamentação detalhada e minuciosa, as contradições, as ambigüidades e as insuficiências que disso resultam impõem, no entanto, redescobrir os princípios embaixo da mixórdia da regulamentação, restaurar os métodos de interpretação da lei, reconstituir métodos de raciocínio, etc. Compete à doutrina desempenhar este papel eminente (BERGEL, 2001, p. 79).

Todos estes detalhes mostram que a doutrina jurídica possui uma importância fundamental para o direito, e influencia, ainda que de maneira indireta na produção das leis e nos julgamentos, pois fornece pontos de apoio tanto ao legislador quanto ao juiz.

2.1.4 Princípios Gerais do Direito

A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (BRASIL, 1942) define que quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito (art. 4º).

Os princípios gerais do direito são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para a sua aplicação e integração, quer para a elaboração de novas normas. Cobrem, desse modo, tanto o campo da pesquisa pura do Direito quanto o de sua atualização prática (REALE, 2001).

Alguns deles se revestem de tamanha importância que o legislador lhes confere força de lei, com a estrutura de modelos jurídicos, inclusive no plano constitucional, consoante dispõe a nossa Constituição sobre os princípios de isonomia (igualdade de todos perante a lei), de irretroatividade da lei para proteção dos direitos adquiridos etc.

Os princípios gerais de Direito não são preceitos de ordem moral ou econômica, mas sim esquemas que se inserem na experiência jurídica, convertendo-se, desse modo, em elementos componentes do Direito. A inserção dos princípios gerais no ordenamento até o ponto de adquirirem força coercitiva pode operar-se através das fontes de direito, a começar pelo processo legislativo, mas, mais freqüentemente, através da atividade jurisdicional e a formação dos precedentes judiciais, bem como através dos usos e costumes e da prática dos atos negociais (REALE, 2001).

2.1.5 Analogia

Reale (2001) menciona que a analogia atende ao princípio de que o Direito é um sistema de fins. Pelo processo analógico, estendemos a um caso não previsto aquilo que o legislador previu para outro semelhante, em igualdade de razões. Se o sistema do Direito é um todo que obedece a certas finalidades fundamentais, é de se pressupor que, havendo identidade de razão jurídica, haja identidade de disposição nos casos análogos, segundo um antigo e sempre novo ensinamento: *ubi eadem ratio, ibi eadem juris dispositio* (onde há a mesma razão deve haver a mesma disposição de direito).

Ao recorrermos à analogia, estaremos portanto, estendendo a um caso semelhante uma resposta que já foi apreciada pelo poder judiciário numa outra situação particular prevista, estamos, na realidade, obedecendo à ordem lógica

substancial ou à razão intrínseca do sistema.

2.1.6 Tratados Internacionais

Os tratados internacionais são, no mundo moderno, a fonte principal do direito internacional. Por essa razão sua formação dar-se-á sempre formalmente, de acordo com os princípios e preceitos específicos. São leis do plano internacional, consubstanciadas em textos formais e escritos, celebrados por pessoas jurídicas de direito público externo, que podem ser Estados soberanos ou, ainda, organizações internacionais. Essas 'leis internacionais' são seguidas pelos Estados que assinaram o tratado.

O processo de formação dos tratados internacionais passa por seis fases distintas: negociação, assinatura, ratificação, promulgação, registro e publicação.

A incorporação dos tratados internacionais ao direito dos Estados soberanos está correlacionada com as regras de direito interno do respectivo Estado, regras estas normalmente contidas e estabelecidas na Constituição de cada Estado.

2.1.7 Usos e costumes

Os usos e costumes representam importante fonte do direito, surgem através de comportamentos, atos ou condutas praticados reiteradamente que com o passar do tempo passam a integrar o cotidiano das pessoas.

O costume no direito é considerado uma norma de ordem obrigatória para a sociedade, sem que para isso o Estado a tenha estabelecido. São os próprios hábitos locais de cada região que o definem e acabam se tornando indispensáveis para aquele local. Segundo Rizzatto (2002, p.130) "o costume jurídico é norma jurídica obrigatória, imposta ao setor da realidade que regula, possível de imposição pela autoridade pública e em especial pelo poder judiciário". Nesse sentido, os usos e costumes de um determinado local são considerados fontes do direito, podendo ser aplicados pelo poder judiciário, uma vez que se constituem numa imposição da sociedade.

Podemos considerar, então, que a combinação das três fontes tradicionais de informação jurídica, a Legislação, a Jurisprudência e a Doutrina, aliadas aos demais elementos anteriormente citados constitui-se num conjunto complexo de informação, naturalmente cumulativo, uma vez que a cada nova abordagem ou novas interpretações do texto legal, o corpus informacional é agregado de novos conteúdos que devem ser recombinados com os anteriores.

Neste caso, a representação da informação deve contemplar a complexidade envolvida no processo de análise e uso da informação jurídica, de modo a fornecer o maior volume possível de resultados positivos às questões formuladas por seus usuários.

Ainda que se tenha apresentado conceitos individuais para cada uma das fontes do Direito, salienta-se que há uma relação de reciprocidade entre elas, visto que uma influencia na elaboração da outra.

2.2 Produção documental dos escritórios de advocacia

Podemos afirmar que na atual sociedade da informação boa parte das profissões dependem de informações para desempenharem o seu papel e a sua prestação de serviço. Na área jurídica essa concepção não é diferente, pois a informação embasa toda a produção jurídica realizada não apenas nos escritórios de advocacia, mais no Poder Judiciário de um modo geral.

Para Barreto (2002, p.4) a produção jurídica é a "documentação gerada internamente para atender os casos, operações e projetos dos clientes".

Os escritórios de advocacia produzem inúmeros documentos. Seu principal instrumento são as peças processuais (petição inicial, contestação, recurso, dentre outras) que são produzidas com base nos casos concretos trazidos pelos clientes. Para cada situação, um levantamento bibliográfico é feito na doutrina, jurisprudência e legislação para atender às necessidades do caso em questão. O problema está na forma com que essa peça processual é armazenada depois de pronta, ela deve estar num sistema dinâmico que possa ser acessada por todos os outros membros do escritório de advocacia, poupando tempo, quando da entrada de um caso concreto parecido. Porém, poucos escritórios têm esse mecanismo de guarda de tudo o que foi produzido, fazendo com que cada caso que chegue até o escritório, exija a necessidade de novo levantamento bibliográfico na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

O crescimento dos escritórios de advocacia, considerados organizações em toda a sua essência, tem mudado um pouco a visão desse mercado, pois estão aderindo um perfil empresarial como o de qualquer outra organização. Como mencionado por Valentim (2007), esse ambiente se caracteriza pelas receitas, recursos humanos, clientes, complexa estrutura informacional, prestação de serviço e outros elementos.

Antigamente, os advogados eram acostumados a trabalhar em um ambiente sem muita concorrência, e trabalhavam de forma intimista e resguardada, porém, com a nova realidade imposta pela sociedade, os escritórios de advocacia se tornaram grandes empresas.

Como afirmam Selem e Bertozzi, (2005, p. 9)

> Cada vez mais a advocacia passa por profundas e rápidas transformações que afetam a todos [...] a advocacia torna-se empresarial na concepção, na prestação de serviço, na busca pela qualidade total, concorrência, na complexidade e, certamente na administração do escritório, na banca.

Esses elementos, alinhados à prestação de serviço, que é o seu principal objeto, permitem que os escritórios atuem de forma que haja uma postura que o identifique como organização que precisa estabelecer vantagem competitiva. Para isso é muito importante que toda documentação jurídica que seja produzida no escritório de advocacia faça parte de um sistema interno que recupere essa informação no momento oportuno.

> O conhecimento é o bem maior num escritório de advocacia. A soma do capital intelectual de cada um dos seus membros é infinitamente mais valiosa que a soma de seus bens e ativos [...]. O compartilhamento do conhecimento individual dos membros agregará valor absoluto às atividades realizadas e as soluções oferecidas aos clientes (SELEM; BERTOZZI, 2005, p. 79-80)

É muito difícil medir o conhecimento de cada advogado dentro do escritório de advocacia, porém, toda vez que esse conhecimento for convertido em uma peça processual, a mesma deve ser compartilhada com todos os outros advogados que atuam no escritório, quanto maior a disseminação desse conhecimento melhor será a atuação do profissional do direito na prestação do seu serviço e na tomada de decisão.

A produção intelectual do escritório de advocacia é registrada nos mais

variados tipos de publicações e é disseminada à comunidade por meio das fontes de informação, porém, dificilmente são registradas em um sistema do próprio escritório que facilite a sua recuperação quando um caso semelhante seja colocado em pauta no escritório.

Os escritórios de advocacia abrigam um acervo considerável de informações jurídicas, porém, sua recuperação em tempo hábil tem se tornado um grande desafio para esses profissionais, pois ainda é muito difícil encontrar um escritório de advocacia com um sistema de GI altamente eficaz. Poucos conseguem recuperar o que foi produzido dentro do próprio escritório.

Segundo Rezende (2003, p. 19):

> O apoio do profissional da informação será no sentido de, direcionado pelo advogado, retirar dos ombros do mesmo o trabalho prévio de consulta para composição de sua defesa, já que, na maioria das vezes, a complexidade de opções para o acesso à informação e, principalmente, o volume de resultados descobertos, torna impossível ao mesmo, envolvido com prazos rigorosos, a realização da tarefa de busca.

O conjunto de todo o material produzido no escritório de advocacia forma a documentação jurídica, que tem como objeto reunir e organizar a informação jurídica, de tal forma que permita colocá-la ao alcance do advogado/usuário, no momento certo, tendo em vista todos os recursos disponíveis para isso.

Para Selem e Bertozzi (2005, p.1),

> [...] quando o êxito é baseado no aprendizado, as pessoas são fundamentais para a empresa, caso se trate de uma empresa de serviços jurídicos. Afinal, o conhecimento está armazenado na mente das pessoas, dos advogados. É preciso um novo modo de pensar sobre como medir o sucesso nos escritórios de advocacia, uma vez que esse depende da habilidade em gerir pessoas e fazê-las desenvolver uma consistente base de conhecimentos que faça do capital intelectual acumulado a maior riqueza construída num escritório jurídico.

Aglomerar essa informação jurídica de forma organizada tornou-se um ponto primordial para os escritórios de advocacia, pois recuperar essas informações com eficiência e rapidez traz grandes benefícios como qualidade na prestação de serviço, produtividade e competitividade. Como salienta Rezende (1999, p. 72)

> Não basta, portanto, ter disponíveis as informações, em alguns casos isto pode até dificultar ainda mais os resultados. É preciso que as informações disponibilizadas estejam organizadas e acessíveis a tempo de vencer os prazos e a concorrência.

Drucker (2001, p. 139) afirma que: “O escritório do futuro ainda é uma especulação. Mas a organização do futuro está se tornando uma realidade rapidamente – uma estrutura em que a informação serve como eixo e como suporte estrutural e central.” Porém, para que isso seja feito com eficiência, um sistema de recuperação das informações produzidas pelos advogados do escritório de advocacia deve ser implementado.

É muito importante que tudo que seja produzido no escritório de advocacia seja reutilizado pelos outros membros que compõem a organização e, para isso, é necessário que existam mecanismos específicos de recuperação da informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica para a coleta de dados sobre os temas abordados no referencial teórico: informação jurídica, fontes de informação jurídica e produção documental dos escritórios de advocacia.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para a revisão de conceitos, um dos objetivos deste trabalho, constituindo-se como base de qualquer pesquisa científica (GIL, 2009). Apesar de reduzido o número de pesquisas com essa temática, foram utilizados livros e artigos científicos sobre os temas abordados, de modo a reunir dados dispersos, visando à apropriação de informações sobre os conceitos estudados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritórios de advocacia cada vez mais estão se tornando grandes produtores de conhecimento. A informação é matéria-prima básica dos advogados para a elaboração das peças processuais.

A grande dificuldade dos profissionais do direito é justamente selecionar a melhor fonte de informação jurídica para embasar sua defesa técnica. As fontes de informação sofrem constantes atualizações e fica cada vez mais difícil para o advogado ter a plena convicção que está se utilizando da melhor fonte para embasar sua peça processual.

O volume de documentos jurídicos produzidos pelos escritórios de advocacia está cada vez maior, sendo que o Poder Judiciário é considerado o maior produtor de documentos do Brasil (CUNHA, 2010).

É fundamental que os escritórios de advocacia possuam um arquivo onde toda a produção documental elaborada seja arquivada. Para isso é interessante que seja criado um sistema dinâmico e de fácil recuperação por outro profissional do direito no escritório de advocacia, pois esse sistema apoiaria a celeridade das atividades do escritório com uma qualidade técnica muito elevada.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. R. Projeto de gestão do conhecimento e gestão eletrônica de documentos em jurídico de empresas. In: **Infoimagem**, 2002. Disponível em: <http//www.collecta.com.br/img/conteúdo/conteúdo_48_conteudo_37_infoimagem_depjuridico.pdf>. Acesso em: 23 mar., 2017.

BERGEL, J. L. **Teoria geral do direito.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, D.F.: Senado Federal, 1988.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. 7ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

DELVECCHIO, G. **Lições de Filosofia do Direito.**Trad. Antônio José Brandão. 4ed. Coimbra: Arménio Amado, 1972.

DRUCKER, P. **Fundamentos e benefícios para o terceiro setor.** Ed. Futura: São Paulo, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

175 p.

MARQUES, J. F. **Elementos de direito processual penal.** Campinas. Bookseller, 1997.

MARTINEZ, M. L. C.; GUIMARÂES, J. A. C. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.18, n.1, p.67-77, jan./abr., 2008.

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e Aplicação do Direito.** 19ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 342p.

MENDES, G.; FOSTER JÚNIOR, N.J. **Manual de Redação da Presidência da República**. Brasília: Presidência da República. 2002. 140p.

MIRANDA, A. C. C. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

MONTEIRO, W. B. **Curso de direito civil.** 37. Ed. Ver. E atual. por Carlos Alberto Dabus Maluf. São Paulo: Saraiva, 2003.

PASSOS, E. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v.23, n.3, p.363-368, set./dez. 1994.

PASSOS, E. **Fontes de informação para pesquisa em direito.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PEREIRA, C. M. S. **Instituições de direito civil:** Introdução ao direito civil. Teoria geral de direito civil. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. V.1.

REALE, M. **Lições preliminares de direito.** São Paulo: Saraiva, 25ªed., 2001.

REZENDE, A. P. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, Brasília, p. 51-60, jan./abr. 2000.

REZENDE, M. I. S. D. **Gerenciamento da informação e do conhecimento jurídico.** Disponível em: http://www.prgo.mpf.gov.br/prgonova/doutrina/MARTHA-13. Acesso em: 18 de set. 2017.

RIZZATO, N. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito.** São Paulo: Saraiva, 2002, p. 130-131.

SELEM, L.; BERTOZZI, R. **A reinvenção da advocacia**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

VALENTIM, M. L. P. et al. Gestão da informação utilizando o método infomapping. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, vol.13, n.1, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1413-99362008000100012&lng-eng&nrm=iso&tlng=eng>. Acesso em: 05 out, 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

AS POSSIBILIDADES DA PSICOMOTRICIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE POSSIBILITIES OF PSYCHOMOTRICITY IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL EDUCATION

Sessão temática: Área 1 Desenvolvimento Social e Políticas públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Faculdade Campos Elíseos
Mestre em Saúde e Educação
gustavonatacao@yahoo.com.br

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes
Uni-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

Resumo

O termo psicomotricidade se divide em duas partes: a motriz e o psiquimo, que constituem o processo de desenvolvimento integral da pessoa. A palavra motriz se refere o movimento, enquanto psico determina a atividade psíquica em duas fazes: a socio-afetiva e cognitiva. Com isso, a psicomotricidade se da através de movimentos espontâneos e atitudes corporais do indivíduo, passando certa imagem do ser humano, da qual se cria sua personalidade. O objetivo do trabalho é observar a importância da psicomotricidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A fonte de dados deste estudo foi obtida através da pesquisa bibliográfica, com a consulta em livros, revistas e artigos. De fato, visando organizar conhecimentos e contribuir para o processo de desenvolvimento integral do educando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entende-se que há necessidade de relacionar os conteúdos da Educação Física e da psicomotricidade, pois essas áreas de conhecimento estão intimamente ligadas com o desenvolvimento humano. Dessa forma, a Educação Física escolar, por meio da abordagem psicomotricista pode contribuir para que os educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde as habilidades mais importantes estão sendo consolidadas, na qual conheçam seu próprio corpo e descubram novas experiências motoras no ambiente onde elas convivem e a partir daí começar num processo de construção do desenvolvimento da percepção, representação mental e noção do seu corpo no espaço.

Palavras-chave: Psicomotricidade, Ensino Fundamental, Educação Física Escolar.

Abstract

The term psychomotricity is divided into two parts: the motive and the psyche, which constitute the process of integral development of the person. The word motive refers to the movement, while psycho determines the psychic activity in two stages: the

socio-affective and cognitive. With this, the psychomotricity occurs through spontaneous movements and body attitudes of the individual, passing a certain image of the human being, from which his personality is created. The objective of this work is to observe the importance of psychomotricity in the initial years of Elementary School. The data source of this study was obtained through bibliographical research, with consultation in books, journals and articles. In fact, in order to organize knowledge and contribute to the process of integral development of the learner in the initial years of Elementary School, it is understood that there is a need to relate the contents of Physical Education and psychomotricity, since these areas of knowledge are closely linked with the human development. In this way, the School Physical Education, through the psychomotricist approach can contribute to the students of the initial years of Elementary Education, where the most important skills are being consolidated, in which they know their own body and discover new motor experiences in the environment where they coexist and from there begin in a process of building the development of perception, mental representation and notion of your body in space.

Keywords: Psychomotricity, Elementary Education, School Physical Education.

1 INTRODUÇÃO

O termo psicomotricidade se divide em duas partes: a motriz e o psiquimo, que constituem o processo de desenvolvimento integral da pessoa. A palavra motriz se refere o movimento, enquanto psico determina a atividade psíquica em duas fazes: a socio-afetiva e cognitiva (LE BOULCH, 1992).

Com isso, a psicomotricidade se da através de movimentos espontâneos e atitudes corporais do indivíduo, passando certa imagem do ser humano, da qual se cria sua personalidade.

Partindo disto, é uma prática pedagógica que visa contribuir para o desenvolvimento integral do educandos no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo os aspectos físicos, mental, afetivo-emocional e sociocultural buscando estar sempre contextualizado com a realidade dos educandos (FONSECA, 2004).

Diante disso, os educadores devem e precisam analisar a importância da psicomotricidade na Educação Física escolar, inclusive nos anos iniciais do Ensino Fundamental, baseando se em protocolos e testes, na qual o estudo explica os elementos da psicomotricidade que avalia: a motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial, organização temporal e lateralidade; para que ambos direcionem à otimizar a consciência corporal dos educandos a partir das dimensões e práticas pedagógicas da psicomotricidade na Educação Física escolar.

Segundo Lomakine (2003), muitas vezes o educador de Educação Física recém formado sente certo constrangimento por não ter o domínio da psicomotricidade para utilizá-la como estratégia nas aulas que ministra. Isso mostra a importância de enfatizarmos novos olhares, através de novas pesquisas sobre a psicomotricidade, já que há constatações, segundo o próprio autor, de que graduandos e educadores de Educação Física, em sua maioria, por não compreenderem a psicomotricidade acabam não a incluindo nas aulas de Educação Física.

Pensando nisso, a ideia é mostrar que a psicomotricidade é um elemento de mediação no desenvolvimento dos educandos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, avaliando como, por exemplo: a motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial, organização temporal e lateralidade.

Portanto, a significância dessa pesquisa, está na produção de informações sobre a psicomotricidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas aulas de Educação Física, devido a sua importância para o desenvolvimento integral dos educandos e com reflexões para os educadores e consequente atuação nas escolas.

O objetivo do trabalho é observar a importância da psicomotricidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O entendimento da psicomotricidade

Ao abordar a questão da psicomotricidade logo vem à mente algo que está relacionado à capacidade que o indivíduo tem de realizar movimentos e também ao próprio desenvolvimento do corpo.

Nesse sentido, o termo psicomotricidade apareceu em um discurso médico, no século XIX, por uma necessidade de encontrar uma área que tivesse respostas para alguns fenômenos clínicos. Foi a partir dessa necessidade que o neurologista Dupré construiu a noção de psicomotricidade (FERRONATTO, 2006).

Atualmente existem várias definições para o termo psicomotricidade e cada autor coloca seu ponto de vista, com base em estudos específicos ao defini-lá.

Com isso, percebe-se a importância de favorecer possibilidades intencionais de movimentos diversos, pois estes influenciam diretamente o desenvolvimento motor e cognitivo do educando, contribuindo para um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz.

Fonseca (1995) menciona que a psicomotricidade é a ciência que se preocupa em estudar o processo de maturação e vê o corpo como a fonte das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas que estão relacionados com o movimento, intelecto e o afeto, que são conhecimentos básicos para essas aquisições.

O conceito de psicomotricidade tem evoluído com o tempo e os estudos na área. De acordo com as mudanças, no início do século XX a psicomotricidade buscou estudar o desenvolvimento psicomotor, em seguida foi relacionado ao atraso no desenvolvimento motor e intelectual. Em seguida, a ênfase foi em estudos sobre as habilidades manuais e de aptidões motoras em função da idade. Na atualidade a psicomotricidade busca ultrapassar os problemas motores e relacionar o gesto e a afetividade de forma a perceber o indivíduo de forma global (BUENO, 1998).

Todavia, a psicomotricidade é uma das tendências pedagógicas da Educação Física, mas a princípio, não correspondeu aos anseios da sociedade da época para uma educação transformadora da visão sobre o corpo e em 1966 foi substituída pela psicocinética (teoria do movimento), voltando a utilizar o termo psicomotricidade em 1967 a partir das abordagens de Le Boulch (FERRONATTO, 2006).

> O conceito de psicomotricidade ganhou assim uma expressão significativa, uma vez que traduz a solidariedade profunda e original entre a atividade psíquica e a atividade motora. O movimento é equacionado como parte integrante do comportamento. A psicomotricidade é hoje concebida como a integração superior da motricidade, produto inteligível entre a criança e o meio, instrumento privilegiado através do qual a consciência se forma e se materializa (FONSECA, 1995, p. 12).

Ao passo que, a psicomotricidade não é uma área específica da Educação Física, estando presente no currículo de outros cursos de graduação como: pedagogia, psicologia, psiquiatria, neurologia. Desta forma, a psicomotricidade se estabelece em várias e diferentes dimensões: preventiva, educativa, psicoterapêutica, sempre oferecendo estímulos que favoreçam a criança tomar consciência de seu corpo em relação aos outros e ao ambiente.

Henri Wallon também é um dos grandes pioneiros dessa área de estudo que é a psicomotricidade, destacando-se em suas obras estudos sobre a reeducação psicomotora. A partir de suas postulações essa ciência está em constantes atualizações, pois a visão dos pesquisadores dessa linha de pensamento sempre coloca a criança como um ser em sua totalidade refutando as ideias unidimensionais ou setoriais. Foi a partir dos estudos de Wallon que a psicomotricidade foi compreendida como de suma importância no ensino-aprendizagem, por isso se tornou referência nessa ciência (FONSECA, 1995).

Conforme Ferronatto (2006), a psicomotricidade percebe o indivíduo como um ser em transformação, sendo ele físico, social e afetivo que necessita interagir com o meio em que vive modificando-o. Um ser não separado do seu corpo, mas que o tem como ferramenta de comunicação imprescindível para o seu próprio desenvolvimento.

> A psicomotricidade precisa ser vista com bons olhos, pois ela auxilia o desenvolvimento motor e intelectual da criança, por isso, faz-se sempre estudar e conhecer os conceitos e pesquisas na área de psicomotricidade. É importante também identificar os pontos positivos e negativos do desenvolvimento e desempenho psicomotor de crianças saudáveis ou não (CASTILHO-WEINERT *et al.,* 2011, p. 78).

De fato, os pontos positivos e negativos do desenvolvimento e desempenho psicomotor da criança só é possível de ser verificado a partir de uma avaliação adequada indicada para esta finalidade. Neste sentido, a maior contribuição que a avaliação psicomotora, como ferramenta indispensável aos profissionais que trabalham com o corpo, segundo Oliveira (2005), é mostrar alguns caminhos para perceber crianças com dificuldades psicomotoras que podem trazer problemas à sua vida escolar devido às inabilidades corporais e aos conturbados relacionamentos afetivos e com o meio onde estão inseridas.

Para Fonseca (1995) a motricidade e a inteligência se desenvolvem a partir da interação de fatores genéticos, culturais, ambientais e psicossociais. A forma de avaliar a ação integrada desses fatores é identificar o perfil psicomotor da criança, que indica a qualidade de seu desenvolvimento, especificando as habilidades

motoras simples e complexas adquiridas pela criança até dado momento.

> Avaliar as realizações e habilidades psicomotoras da criança e não só as desadaptações que interferem na aprendizagem; verificar a possibilidade motora (habilidade motora), a maturidade neurológica, levando em conta o equipamento neurofisiológico de base; verificar o nível de reflexão cognitiva, uma vez que muitas funções da inteligência têm uma relação estreita com a psicomotricidade; detectar o estilo motor, ou seja, a maneira de estar e de executar de cada criança, levando em conta as diferentes modalidades de interação afetivo-emocional; traçar o perfil de dificuldade que servirá de base para estabelecer um plano de orientação terapêutica, isto é, estabelecer estratégias para uma educação e reeducação mais adequadas (OLIVEIRA, 2005, p. 28).

Baseando nestes objetivos, compreende-se que o exame psicomotor pode ser usado como estratégia para o reconhecimento precoce de uma dificuldade, para averiguar o grau de maturidade psicomotora da criança e verificar sinas de discrepância evolutiva de crianças em idade escolar. Também é possível, através dos testes, determinar o potencial psicomotor da criança em várias atividades relacionadas com sua idade cronológica e, com estes resultados, organizar estratégias para uma educação e reeducação mais apropriada para cada caso específico (OLIVEIRA, 2005).

Assim, a avaliação psicomotora deve acontecer com frequência dentro da rotina das escolas, possibilitando uma análise mais aprofundada do desenvolvimento dos educandos e das relações que este estabelecem com o mundo ao seu redor. Assim, é possível verificar as reais limitações e dificuldades dos educandos com o intuito de direcionar o processo de ensino-aprendizagem atendendo aos direitos e necessidades dos mesmos.

2.1.1 Elementos básicos da Psicomotricidade

2.1.1.1 Motricidade Fina

Efetivamente, a motricidade fina é uma habilidade necessária para a realização de movimentos pequenos, com emprego de pouca força, com grande precisão ou velocidade ou o conjunto das duas visando uma execução bem sucedida pelas mãos ou pés (ROSA NETO, 2002).

Rosa Neto (2002) ainda relata que no processo de aquisição desta habilidade, torna-se imprescindível a coordenação viso motora, que pode ser vista em algumas situações simples do cotidiano na qual o indivíduo interage com os objetos e o meio que o cerca, como em atividades escolares: escrever, desenhar, pintar, recortar, em que o educando tem que coordenar os componentes, objeto, olho, mão. Para a execução e coordenação dos atos motores há a necessidade de organização de vários centros nervosos motores que desencadeiam sensações de maneira que o encéfalo utilize as informações viso espaciais em prol do movimento.

2.1.1.2 Motricidade Global

Falando em motricidade global, entende-se que é a capacidade que a criança tem em executar seus gestos, suas atitudes, seus deslocamentos e saber de que forma irá fazer suas tarefas diárias. A individualidade, no desenvolvimento desta capacidade, deve ser respeitada para que o processo maturacional não se torne mais complexo do que já é (ROSA NETO, 2002).

Rosa Neto (2002) complementa que no desempenho de habilidades motoras globais não se leva em consideração a precisão o movimento, como nas habilidades motoras finas, mas é prioritário a habilidade de execução, pois esta servirá de base para a automação dos movimentos globais com a utilização de vários grupos musculares em ação simultânea.

A coordenação global é o resultado de ações de um conjunto de músculos trabalhando em conjunto. Ela depende do controle motor e do equilíbrio postural, estando este subordinado a várias sensações e ao controle do cerebelo. A criança, através de suas experiências, busca seu eixo corporal, centro gravitacional, levando-o ao melhor ponto de equilíbrio (OLIVEIRA, 1997).

2.1.1.3 Equilíbrio

Na abordagem do equilíbrio compreende-se que é o estado de um corpo quando várias forças estão atuando e este compensa anulando-as. O indivíduo em equilíbrio controla seu tônus postural, seus gestos, seu modo de respirar, sua atitude e para isso é necessário liberar os pontos de maior tensão muscular controlando suas respostas musculares e seus movimentos (ROSA NETO, 2002).

Por sua vez, o equilíbrio é o principal segmento da motricidade, tendo em vista que quando a criança não possui um bom equilíbrio, o movimento se torna mais lento, com maior consumo de energia que resulta em fadiga muscular e mental surgindo com maior rapidez o cansaço, aumentando o nível de estresse, ansiedade e angustia do individuo (ROSA NETO, 2002).

2.1.1.4 Esquema Corporal

Inicialmente, nos primeiros contatos com o mundo a criança se relaciona com o meio através de contatos corporais. A construção do seu esquema corporal se dá, portanto, pela organização das informações recebidas com os contatos e as transformações e associações com o seu próprio corpo, possibilitando um conjunto de ações que estruturam o desenvolvimento do indivíduo.

> A tomada de consciência total de seu próprio corpo a criança adquire à medida que processa o seu desenvolvimento, o qual é resultado da ação recíproca de seu corpo com os elementos de seu dia-a-dia, com as pessoas que estão presentes na sua vida e com o mundo, onde as ligações afetivas e emocionais são estabelecidas e vivenciadas, ou seja, as experiências que possuímos, provenientes do corpo, e as sensações por que passamos levam-nos a conceitua o esquema corporal (FERRONATTO, 2006, p. 53).

Nesse sentido, o esquema corporal representa para a criança uma resposta

ao equilíbrio adquirido no relacionamento do organismo com o meio, tornando o esquema corporal como um referencial para a manutenção da regulação postural, não de forma estática, mas em constante construção. No entanto, a observância do desenvolvimento do esquema corporal na área da educação é de extrema importância, pois é através desta habilidade que a criança verifica a organização de si mesmo como ponto de partida para a descoberta das diversas possibilidades de ação (ROSA NETO, 2002).

2.1.1.5 Organização Espacial

Nesta definição, todas as modalidades sensoriais são utilizadas no momento da percepção e organização espacial em graus diferentes pouco ou muito dependente da situação, dentre elas podemos destacar: a visão, a audição, o tato, a propriocepção e o olfato. A organização espacial é a destreza para analisar e avaliar com presteza a relação de espaço entre o corpo e o meio ambiente e trabalhar as modificações no percurso (OLIVEIRA, 2005).

> A organização espacial não nasce com o indivíduo, pois é uma elaboração e construção mental que se opera através dos movimentos em relação aos objetos do meio. Através de um trabalho mental, selecionamos, comparamos os objetos, agrupamos, extraímos e classificamos (FERRONATTO, 2006 p. 88).

2.1.1.6 Organização Temporal

Primeiramente, o ser humano usa várias unidades para medir o tempo, as mais comuns são: anos, meses, dias, horas, minutos e segundos. Portanto, a organização temporal envolve variáveis relacionadas à duração e espaço de tempo de algum acontecimento. A partir desse elemento psicomotor pode-se perceber a sequência de um determinado som e o tempo em que ele se prolongou. A duração é o tempo gasto na execução de uma ação sonora ou não (ROSA NETO, 2002).

> A organização temporal inclui uma dimensão lógica (conhecimento da ordem e da duração, acontecimentos se sucedem com intervalos), uma dimensão convencional (sistema cultural de referências, horas, dias, semanas, meses anos) e um aspecto de vivência que surge antes dos outros dois (percepção e memória da sucessão e da duração dos acontecimentos na ausência lógica de elementos lógicos convencionais (ROSA NETO, 2002, p. 23).

Os aspectos relacionados à percepção de tempo mudam de forma progressiva como a idade cronológica. No tempo psicológico organizamos as informações em ordem dos acontecimentos e estimamos um tempo para a ocorrência, diferenciando o simultâneo do sucessivo, sendo este representado pelo aspecto qualitativo e a duração pelo quantitativo (ROSA NETO, 2002).

2.1.1.7 Lateralidade

Diante da natureza podemos encontrar várias coisas com duas partes iguais,

como se uma parte fosse a imagem de outra refletida em um espelho. Com o nosso corpo também temos algumas partes da anatomia em pares e simétricas. Neste contexto, a função educativa da escola é propiciar atividades que permitam a compreensão da lateralidade através de seu próprio corpo, respeitando os fatores genéticos e do ambiente e permitindo uma organização de suas atividades motoras.

> A lateralidade é a dominância de um dos lados do corpo, ou seja, a criança escolhe um dos lados do corpo para realizar as atividades e ou tarefas. O outro lado, apesar de não ser o preferencial também colabora na execução das tarefas motoras, complementando-se e não agindo isoladamente (FERRONATTO, 2006, p. 57).

Portanto, a lateralidade é a preferência da utilização de uma das partes simétricas do corpo e está em função de uma predominância de um dos hemisférios do cérebro e da organização do ato motor, o que levará a aprendizagens que dará suporte a intencionalidade ao longo da vida da criança quando se deparar com o seu meio (ROSA NETO, 2002).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte de dados deste estudo foi obtida através da pesquisa bibliográfica (GIL, 2006), com a consulta em livros, revistas, sites (*Scielo, Medline* e outros) e artigos, que dizem respeito à importância da psicomotricidade nas aulas de Educação Física e que contribuem para os anos iniciais do Ensino Fundamental no âmbito educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A psicomotricidade na Educação Física escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental

O educando interage com o meio a partir da linguagem verbal e corporal. Assim, desde o início da sua vida, antes de dominar a linguagem verbal, se vale dos gestos para se comunicar, tornando o movimento um meio de expressão global de suas necessidades. Desta forma, o movimento coloca o educando em contato com o mundo e as características próprias do ser humano além do que está ligado ao desenvolvimento da criança, pois ocorre também um contato com as emoções, formando um suporte de transmissão do equilíbrio do estado interno do indivíduo (PEREIRA; CALSA, 2009).

Com isso, observa-se a importância da intencionalidade do movimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando o domínio dos tipos complexos de habilidades motoras que são pré-requisitos para o processo de ensino-aprendizagem escolar. A Educação Física deve primar por esses conhecimentos, não pode oferecer apenas o movimento pelo movimento, a criança tem que se desenvolver para sua inserção em diferentes ambientes e futuras atividades sociais (MELLO, 1996).

Por sua vez, o educador deve considerar também que a criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possui conhecimentos prévios e que ao planejar as

aulas de Educação Física deve levar em conta esse saber. O conhecimento específico de sua área é de extrema importância, mas deve procurar conhecer o processo de desenvolvimento em que o educando se encontra, para não distanciar o que se pretende daquilo que é importante para a criança e que faz sentido para ela e auxilie na interação com o mundo que o cerca (BRASIL, 2000).

Todavia, é importante que o profissional que ministra os conteúdos da Educação Física seja um licenciado nesta área, pois sua habilitação dará melhor embasamento aos conteúdos que podem tornar as crianças conscientes de seu corpo, desenvolvendo capacidades como noção de tempo espaço, lateralidade, através de jogos e brincadeiras dirigidas, que permitam a construção de hábitos saudáveis de vida.

Nesse sentido, Brasil (2000) fala que é através do movimento que a criança se comunica e transforma o mundo que está a sua volta. Nesta comunicação verifica-se a importância da psicomotricidade desde os primeiros dias de vida até o desenvolvimento de percepções mais complexas, em um processo onde corpo e mente, em um trabalho conjunto, constroem o eu e a ação, o pensamento e a percepção, o real e o imaginário.

> A psicomotricidade enfoca o movimento com o meio, tornando-se um suporte para auxiliar a criança a adquirir o conhecimento do mundo que a rodeia. Através de seu corpo, de suas percepções e sensações, da manipulação de objetos, dá à criança a oportunidade de descobrir, criar e aprimorar conhecimentos que muitas vezes ficam escondidos, e que não são desenvolvidos dentro da sala de aula (FERRONATTO, 2006, p. 95).

Por isso, a educação psicomotora deve ser empregada e desenvolvida de forma integral, ligando os potenciais intelectuais, afetivos, sociais e motores melhorando a relação do educando com o meio onde ela está inserida possibilitando prosseguir no seu aprendizado cultural social e educacional, em que o movimento é utilizado de forma consciente através de atividades psicomotoras, favorecendo o desenvolvimento integral, inclusive nos anos iniciais do Ensino Fundamental (FERRONATTO, 2006).

> A educação psicomotora concerne uma formação de base indispensável a toda criança que seja normal ou com problema. Responde a uma dupla finalidade: assegurar o desenvolvimento funcional tendo em conta possibilidade da criança e ajudar sua afetividade a expandir-se através do intercâmbio com ambiente humano (LE BOUCH, 1992, p. 15).

O educando é um ser em evolução, devendo ser valorizada a sua afetividade, assim como a consciência do próprio corpo, que se inicia com um trabalho sequenciado em que a interação com os objetos e pessoas de seu meio assume influência determinante. A psicomotricidade desenvolve, portanto, o papel de auxiliar a criança a se descobrir através de experiências corporais, motoras e afetivas (FURTADO, 1998). A autora ainda acrescenta que ao melhorar o potencial psicomotor do educando, aumentam as condições básicas para as aprendizagens escolares, essenciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

> A educação psicomotora deve ser considerada como uma educação de base na escola primária. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares; leva a criança a tomar consciências do seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos. A educação psicomotora deve ser praticada desde a mais tenra idade; conduzida com perseverança, permite prevenir inadaptações, difíceis de corrigir quando já estruturadas (LE BOUCH, 1992, p. 235).

Para Vilar (2010) a psicomotricidade influência o ensino-aprendizagem, pois ela ocorre primeiramente pela experimentação motora, principalmente pela motricidade intencional, visto que o educando desenvolve noções espaciais e temporais, movimentos coordenados e planificados, capacidade para resolver problemas e procura estratégias que são requisitos básicos para as aprendizagens escolares, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano).

Ademais, a educação psicomotora pode ser entendida como um método de ensino-aprendizagem que utiliza o movimento humano como instrumento pedagógico para melhorar o desenvolvimento do educando.

> A educação psicomotora é uma técnica, que através de exercícios e jogos adequados a cada faixa etária leva a criança ao desenvolvimento global de ser. Devendo estimar toda uma atitude relacionada ao corpo respeitando as diferenças individuais e levando a autonomia do indivíduo como lugar de percepção, expressão e criação em todo seu potencial (NEGRINE, 1995, p. 15).

Lembrando que, Negrine (1995) mostra que dificuldades motoras nos anos iniciais do Ensino Fundamental podem ter impacto negativo no ensino-aprendizagem, resultando em prejuízo no conceito pessoal, baixa auto-estima, problemas comportamentais e desigualdade social. Como as dificuldades motoras podem ser superadas, a identificação nos processos de correção das dificuldades motoras podem diminuírem os efeitos negativos desse transtorno motor.

Além disso, a Educação Física escolar tem a propriedade de desenvolver as habilidades básicas motoras, possibilitando condições para que os educandos desenvolvam sua autonomia, competências, habilidades de vivenciar e utilizar o movimento corporal para seu próprio desenvolvimento, através de atividades individuais ou coletivas, que auxiliam na compreensão do corpo em movimento, construindo representações mentais no espaço, onde se encontram através de atividades ricas e desafiadoras como são as atividades com psicomotricidade (NEGRINE, 1995).

Dessa forma, nota-se que a psicomotricidade sendo uma atividade tão completa, pelo fato de trabalhar as partes psico, físico e social, pode ser um elemento de mediação no desenvolvimento integral do educando, porque dentre os seus diversos benefícios, oportuniza uma consciência corporal mais rápida sobre seu corpo, compreendendo os mecanismos e processos nos níveis motores, perceptivos, sensoriais e expressivos; pois através da psicomotricidade, o educando amplia seu repertório de movimentos; sendo assim fundamental nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a psicomotricidade é a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Está relacionada ao processo de maturação em que o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas e é movimentada por três aspectos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto.

De fato, visando organizar conhecimentos e contribuir para o processo de desenvolvimento integral do educando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entende-se que há necessidade de relacionar os conteúdos da Educação Física e da psicomotricidade, pois essas áreas de conhecimento estão intimamente ligadas com o desenvolvimento humano. A primeira tem, nos últimos tempos, tomado para si grande responsabilidade na busca de criar possibilidades diferenciadas, a partir de atividades lúdicas com objetivos claros para superar a antiga visão mecanicista do movimento em prol do desenvolvimento integral do indivíduo. Em consonância com esta perspectiva, tem-se a contribuição da psicomotricidade em proporcionar à criança condições de autoconhecimento e desenvolvimento psicomotor.

A Educação Física escolar, por meio da abordagem psicomotricista pode contribuir para que os educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde as habilidades mais importantes estão sendo consolidadas, na qual conheçam seu próprio corpo e descubram novas experiências motoras no ambiente onde elas convivem e a partir daí começar num processo de construção do desenvolvimento da percepção, representação mental e noção do seu corpo no espaço, como foi exposto e explicado os elementos da psicomotricidade.

Ademais, é através deste estudo que notamos que o conhecimento é construído diariamente baseado em questionamentos e é onde sugerimos a psicomotricidade como uma proposta didático-pedagógica para profissionais da área, que façam a partir deste trabalho, uma ponte de ligação com outras temáticas ligadas ao desenvolvimento dos educandos no âmbito escolar.

Dessa forma, propõe-se a sugestão de que novas pesquisas a serem realizadas com o intuito de investigar e aprofundar a psicomotricidade no contexto da Educação Física escolar, seus conteúdos e objetivos, contribuindo para reflexões e discussões acerca das eventuais dificuldades que os profissionais da área, possam sentir para ensiná-la na área educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Educação Física/Secretária de Educação Fundamental.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BUENO, M. **Psicomotricidade, teoria & prática:** estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas. São Paulo: Lovise, 1998.

CASTILHO-WEINERT, L.; SANTOS, E.; BUENO, M. *et al.* Intervenção fisioterapêutica psicomotora em crianças com atraso no desenvolvimento. **Revista Brasileira de Terapia e Saúde**, v. 1, n. 2, p. 75-81, Matinhos (PR), 2011. Disponível em: <http://omnipax.com.br/ojs/index.php/RBTS/article/view/10/17>. Acesso em: 20

mar. 2017.

FERRONATTO, S. **Psicomotricidade e formação de professores:** uma proposta de atuação. Dissertação (Mestrado) PUC-Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2006.

FONSECA, V. **Manual de Observação Psicomotora:** significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Psicomotricidade:** perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FURTADO, V. **Relação entre desempenho psicomotor e a aprendizagem da leitura e escrita**. 1998. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, SP: 1998.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor:** do nascimento aos 6 anos. Trad. Por Ana Guardiola Brizolara. 7 ed. Porto alegre: Artes Médicas, 1992.

LOMAKINE, L. **Educação Física:** como planejar as aulas na Educação Básica. 2003.

MELLO, M. A intencionalidade do movimento no desenvolvimento da motricidade infantil. **Multiciência**, v. 1, n. 1, p. 124-128, nov. 1996.

NEGRINE, A**. Aprendizagem e desenvolvimento infantil:** psicomotricidade – alternativas pedagógicas. Porto alegre: Prodil, 1995.

OLIVEIRA, G. **Psicomotricidade:** educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Avaliação psicomotora à luz da psicologia e da psicopedagogia.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PEREIRA, L.; CALSA, G. O desenvolvimento psicomotor e sua contribuição no desempenho em escrita nas séries iniciais. In: **CELLI – Colóquio de estudos linguísticos e literários**. 3 ed. Anais: Maringá, 2009.

ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

VILAR, C. **Dificuldades de aprendizagem e psicomotricidade:** estudo comparativo e correlativo das competências de aprendizagem acadêmicas e de fatores psicomotores de alunos do 2º e 4º ano do ensino básico, com e sem dificuldades na aprendizagem. Dissertação elaborada com vista à obtenção do grau de mestre em reabilitação psicomotora – Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana, 2010.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

ASPECTOS DA MORALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA: A CORRUPÇÃO INTRÍNSECA AO "JEITINHO BRASILEIRO"

ASPECTS OF MORALITY IN BRAZILIAN SOCIETY: INTRINSIC CORRUPTION TO "BRAZILIAN WAY"

Sessão Temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Direito, Trabalho e Serviço Social

RODRIGUES, Giovana Moreira
Universidade do Estado de Minas Gerais/ Unidade Passos
Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/ Unidade Passos
Email: gi52m.r@gmail.com

HERINGER, Helimara Moreira Lamounier
Universidade do Estado de Minas Gerais/ Unidade Passos
Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Passos/MG. Mestranda em Direito Coletivo e Cidadania na Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Ribeirão Preto/SP. Docente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Passos/MG
Email: helimarah@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objeto a análise da corrupção presente dentro da sociedade, não se restringindo ao senso comum de que a corrupção está na política. A corrupção política é um fato, o qual é muito discutido hodiernamente por estarem expostas, em todas as mídias, operações como a Lava Jato, popularizada por investigar e julgar casos ocorridos nos cargos públicos de destaque, envolvendo diversas pessoas conhecidas no mundo político além de abranger vários partidos políticos. Apesar da inegável importância de se discutir a corrupção presente nesses grandes setores, é imprescindível também estudar a corrupção presente da sociedade, não se restringindo aos eleitos pela população. Este artigo busca, dessa forma, analisar a moralidade no âmbito social, especificamente o popular "jeitinho brasileiro", que, fundamentalmente, consiste na forma com que o brasileiro age em seu cotidiano, utilizando de artimanhas para conseguir privilégios em diferentes situações cotidianas. O objetivo desse artigo é, portanto, estudar a origem do jeitinho brasileiro, suas consequências e a influência deste na corrupção existente na sociedade. Para isso, foram utilizados os métodos histórico, comparativo e estatístico. O presente artigo é relevante para entender os grandes índices de corrupção observados na sociedade, tanto no que tange aos indivíduos que ocupam cargos públicos quanto à população em geral, visto que a corrupção nos órgãos

públicos é constantemente questionada, mas pouco se trata das pequenas atitudes corruptas da população. Pode-se concluir que o jeitinho brasileiro e a tolerância à corrupção são explicados pela origem histórica do Brasil.

Palavras-chave: jeitinho brasileiro; corrupção; moralidade brasileira.

Abstract

This article aims to analyze the corruption present in the society, not just restricted to the common sense of the corruption in politics. Political corruption is a fact. This is discussed nowadays because it is exposed in all media, such as the Lava Jato problem, popularized for investigate and prosecute prominent public offices. It had envolved several people from the political world as long as parties. Despite the undeniable importance of discussing corruption in these large sectors, it is also important to study corruption in the society, not restricted to those elected by the population. This article seeks to analyze a morality without social right, called the "brazilian way". It means the way that brazilians atc in their daily life and use articles to obtain preferences in different situations. The objective of this article is, therefore, to study the origin of the brazilian way, its consequences and influence in the corruption of the society. For this, historical, comparative and statistical methods were used. The present article is relevant to understand the high levels of corruption observed in society, both in terms of those in public office and in the population in general, since corruption in public agencies is constantly questioned, but little is the corrupt small attitudes of corruption population. It can be concluded that the brazilian way and a tolerance to corruption are explained by the historical origin of Brazil.

Keywords: brazilian way; corruption; brazilian morality.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo explorar o significado de corrupção, suas origens, desdobramentos na sociedade moderna e uma espécie de corrupção, o jeitinho brasileiro, tolerado entre as pessoas apesar de ser também uma forma de corrupção.

Primeiramente, faz-se uma análise histórica de como foi formada a moralidade brasileira, suas origens e desenvolvimento ao longo do tempo, desde a colonização por Portugal até os dias atuais. Mostra-se como ocorria a corrupção tanto na Metrópole quanto entre os guardas de Portugal. Trata-se também da formação da sociedade brasileira, a qual teve como integrantes pessoas expulsas da Metrópole por causa dos crimes que cometeram.

No segundo capítulo inicia-se a análise principal do presente artigo, tratando da corrupção. Explica-se a etimologia do termo, os diversos conceitos atribuídos a ele e as significações trazidas por diversos autores referentes ao tema. Trata-se, especialmente, da corrupção no que tange aos servidores públicos, visto que é um assunto reiteradamente citado por diversos autores, discorrendo, inclusive, a respeito de dois artigos do Código Penal Brasileiro, que apresentam dois tipos diversos de corrupção.

Finalmente, no último capítulo há o enfoque no jeitinho brasileiro, cuja significação e âmbito são explicados. Faz-se também uma análise de tabelas referentes à opinião dos brasileiros no que concerne ao jeitinho brasileiro, investigando tanto o que o brasileiro entende por corrupção quanto o modo que ele age diante de situações concretas em que são inseridos eles próprios ou familiares. A partir disso, é feita uma contraposição entre o que a maioria das pessoas entende por corrupção, e julgam dessa forma quando são espectadoras de uma situação, e de que forma elas pensam e agem quando estão na situação anteriormente questionada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo possui natureza descritiva, visto que busca esclarecer as origens da moralidade brasileira e a influência do jeitinho brasileiro no comportamento dos indivíduos. Para isso, utilizou-se tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise de dados de pesquisa qualitativa, a qual observou a relação entre a percepção da moral dos brasileiros e a capacidade dos mesmos de se comportarem de acordo com esse entendimento em situações concretas. Foram empregados os métodos histórico, comparativo e estatístico. O método histórico é observado na busca das raízes históricas do Brasil que auxiliaram na construção da moralidade brasileira e a gênese do jeitinho brasileiro. O segundo método foi utilizado tanto para contrapor comportamentos do passado e do presente quanto para contrastar os dados obtidos na pesquisa qualitativa em anexo. Por último, por meio do o método estatístico se comprovou a divergência entre a percepção da corrupção presente na sociedade e o comportamento das pessoas diante de situações concretas que envolvam atitudes corruptas.

3 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MORALIDADE BRASILEIRA

Primeiramente, é necessário lembrar o modo de colonização implantado no Brasil, comparando-o com os outros países. A forma de colonização revelou-se de extrema importância para a formação da cultura e da moralidade brasileira, como será demonstrado a seguir.

Quando a Inglaterra colonizou as terras que posteriormente tornaram-se os Estados Unidos, foi implantada a colônia de povoamento, cuja função era, essencialmente, enviar pessoas para povoar o território, com o fim de impedir que outros países o fizessem e assim desenvolver vilas e comércio. No Brasil, por outro lado, o modelo de colonização adotado foi a colônia de exploração. Sua função era gerar riquezas para Portugal. Enviavam-se pessoas para procurar ouro e minérios para enriquecer Portugal. Posteriormente, descobriram que o pau-brasil, árvore nativa da região, era útil tanto para extrair sua tinta avermelhada e com isso tingir tecidos quanto para confecção de móveis e instrumentos devido à resistência da madeira. A colônia brasileira, além disso, por possuir terra e clima propícios para o plantio, foi utilizada ainda para cultivo de alimentos para a Metrópole, Portugal, consumir e comercializar.

Dessa forma, comparando os dois tipos de colonização, pode-se perceber que a forma utilizada no Brasil desvalorizava o território, já que a colônia era considerada um mero produtor de riquezas, mas não era valorizada como território a

ser povoado e desenvolvido um comércio. Isso é uma das causa para o atraso observado no Brasil.

Outro ponto a ser destacado que influenciou na moralidade brasileira é o fato de que o Brasil foi utilizado como banimento para os indivíduos que cometiam determinados crimes em Portugal. Por ser um território distante da metrópole, o Brasil não era visto como um lugar atrativo para o qual as pessoas queriam se mudar e povoar tal espaço. Desse modo, devido à dificuldade em encontrar pessoas dispostas a povoar tal colônia, Portugal decidiu enviar alguns condenados e banidos da sociedade. O seguinte trecho de Geraldo Pieroni mostra a importância que a pena de degredo, isto é, o banimento, teve para Portugal naquela época:

> O degredo, portanto, apresentava-se [...] de um lado funcionava com mecanismo de harmonização social metropolitana e podia 'alimpar a terra' lusitana de seus elementos indesejáveis, enviando-os para as colônias e por outro lado, o degredo possibilitava a continuação e mesmo, em alguns casos, o aperfeiçoamento de seus pecados e vícios repudiados no reino disciplinador (PIERONI, 1998, p.124).

Luciano Raposo Figueiredo (2012), fazendo uma análise do Brasil Colônia, aponta como um início de corrupção na formação do Brasil a falta de divisão entre o público e o privado. Ilustrando essa afirmação está o fato de que a má remuneração dos servidores da metrópole possibilitava o ganho extra relacionado à atividades dos mesmos. Figueiredo destaca como exemplos disso quando tais servidores participavam das atividades comerciais e dividiam o lucro com o rei, "guardas facilitavam a soltura de condenados, juízes calibravam o rigor das sentenças, fiscais unhavam parte das mercadorias que deveriam tributar" (2012, p. 177).

Esses comportamentos eram aceitos como alternativa aos baixos salários providos pela administração da metrópole. Essa permissão de comportamentos imorais dificultava a diferenciação do que era socialmente aceito das condutas ilegais e proibidas. Charles Boxer () ao tratar da corrupção no período em questão, afirma "decerto ela não é tangível no vocabulário da época, no qual 'corrupção' aparece significando deteriorização material e moral, sem o emprego objetivo do termo para se referir às condutas ilícitas de oficiais régios" (BOXER, 1415-1825, p. 308, *apud* FIGUEIREDO, 2012, p. 178). Assim, pode-se entender como um fundamento para o problema da corrupção em Portugal e, por consequência, no Brasil o fato de que não se entendia que tal conceito englobava também as atitudes dos servidores para garantir "ganhos paralelos", como facilitar um serviço ao indivíduo que pagasse um valor para isso.

Manuel Bonfim traz uma compreensão mais abrangente sobre o assunto da origem da corrupção no Brasil. Para ele, é uma herança do mundo ibérico, presente em todas as classes sociais, como é perceptível no trecho a seguir.

> Nos grandes, a corrupção faustosa da vida da corte, onde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade,do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos (BONFIM, 2002, p. 694).

Sérgio Buarque de Holanda (1995) afirma a proximidade que os portugueses

tinham com os nativos, visto que os primeiros se habituaram a alguns costumes indígenas. Isso não exclui o fato de que os portugueses, ao chegarem ao território brasileiro, tentaram impor sua cultura e crenças aos nativos. Contudo, a relativa proximidade citada por Holanda se mostrou uma influência na cultura brasileira, que é a necessidade de possuir uma intimidade nas relações sociais, não apenas nas relações domésticas, como também nas profissionais.

Com essa análise, pode-se perceber que um ponto em comum trazido por diversos autores a respeito das influências na moralidade brasileira é a herança ibérica. É com base dessa análise histórica que se desenvolve o presente artigo, visto a importância da mesma para a construção da moralidade brasileira.

4 CONCEITO DE CORRUPÇÃO

O primeiro passo para estudar a corrupção no "jeitinho brasileiro" é entender o significado de corrupção, seu alcance e o âmbito de aplicação neste artigo. Para isso, começaremos com a etimologia da palavra.

Corrupção é oriundo do termo latim "rumpere", o qual significa romper, separar, dividir e resultou na palavra "corrumpere", a qual deve ser entendida como deterioração, depravação (GARCIA, 2003). Além disso, é importante comparar o sentido oriundo do latim com os sentidos apontados contemporaneamente. O dicionário Michaelis conceitua corrupção em seis diferentes concepções, das quais destacaremos três, que cabem no atual estudo:

> 4 Degradação de valores morais ou dos costumes. (...) 5 Ato ou efeito de subornar alguém para vantagens pessoais ou de terceiros. 6 Uso de meios ilícitos, por parte de pessoas do serviço público, para obtenção de informações sigilosas a fim de conseguir benefícios par si ou para terceiros. (MICHAELIS)

Jens Andvig (2002, p.05, apud RIBEIRO, 2010, p. 8413), reduz o ato corrupto ao terceiro acima apresentado pelo dicionário Michaelis. Ato corrupto ocorre quando "um membro de uma organização ou instituição utiliza-se de sua posição, seus direitos de tomar decisões e seu acesso a informações (...) para obter vantagem para si ou para uma terceira pessoa, recebendo em troca uma vantagem econômica ou pessoal" (2002). Garcia apresenta a corrupção na mesma concepção, referindo-se à esfera estatal, sendo, para ele, corrupção usar ou omitir por parte do servidor público do poder dado a ele pela lei a fim de obter vantagem para si ou terceiros (2003). Filgueiras, por outro lado, apresenta um conceito voltado para a moral: "corrupção é (...) um juízo moral com base no qual consideramos determinada ação política correta ou incorreta, de acordo com valores pressupostos que definem um conteúdo normativo da moralidade" (2008).

Comparando a etimologia do termo com os sentidos atuais do dicionário e dos autores acima citados, a corrupção pode ser vista, basicamente, como a deterioração das normas, sejam estas morais ou legais. Porém, como citado acima, existem diversas esferas em que a corrupção pode ser observada. Ela pode ocorrer nas relações entre particulares, ao subornar um funcionário de empresa privada para ser atendido antes, por exemplo, ou na esfera estatal, quando um funcionário público usa do conhecimento e poder atribuído ao seu cargo para se beneficiar ou

para lucrar ao dar vantagens a outrem.

O segundo caso, envolvendo servidor público, dada sua gravidade é disciplinado pelo Código Penal no Título VII, Capítulo I (Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral). Desse capítulo, destacaremos os artigos 312 e 317.

> Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:
> (...) § 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário (CÓDIGO PENAL, 1940).

O artigo reproduzido criminaliza o peculato, que se trata de "fraude ao erário do Estado já na sua origem" (BITENCOURT, 2007), tendo como pressuposto a existência de um funcionário público como sujeito ativo e o Estado como sujeito passivo da relação.

> Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem (CÓDIGO PENAL, 1940).

Já o artigo 317 trata da corrupção passiva, a qual consiste tanto em pedir quanto em receber vantagem indevida decorrente da função de funcionário público. Deve-se ressaltar que, nesse caso, não é necessária que a prática dessa corrupção seja uma violação do dever de ofício.

Referente à corrupção no sentido geral, esta pode ocorrer de duas formas. A primeira delas é o suborno, pelo qual aquele que pagar mais receberá o benefício almejado. A segunda forma, por outro lado, é a corrupção que é o objetivo principal desse artigo, isto é, aquela que envolve parentesco, amizade ou afeição (RIBEIRO, 2010): o jeitinho brasileiro, que é objeto de estudo do capítulo seguinte.

5 O JEITINHO BRASILEIRO

Após a análise histórica das influências que determinaram a moralidade brasileira no geral e o significado da corrupção, vamo-nos ater a uma espécie de corrupção relevante na cultura brasileira denominada, popularmente, de "jeitinho brasileiro". Antes de discutir os efeitos deste na sociedade, é imprescindível entender seu significado.

Um sentido simples para o jeitinho brasileiro é "processo brasileiro de uma pessoa atingir objetivos a despeito de determinações (leis, normas, regras, ordens etc.) contrárias" (MOTTA; ALCADIPANI, 1999). Tal frase sintetiza em poucas palavras um processo cultural brasileiro, que, apesar de parecer simples, tem origens históricas ibéricas, conforme explicado anteriormente a respeito da influência da colonização na formação da moralidade brasileira.

A explicação para a existência do jeitinho brasileiro está no patriarcalismo e patrimonialismo. Retomando à história do país, observa-se a presença de um

patriarca desde a época dos engenhos, quando cada fazenda era autossuficiente e tinha uma autoridade própria. Essa proximidade do senhor do engenho com os seus auxiliou no desenvolvimento de relações pessoais, dando início ao perfil afetivo do brasileiro, denominado por Holanda de "homem cordial" (1995), ainda hoje perceptível na sociedade e uma das causas que possibilita a manutenção do jeitinho brasileiro hodiernamente. Posteriormente, o patriarcalismo expandiu-se além das fazendas, e os parentes do senhor de engenho conseguiram cargos de prestígio no governo. É perceptível, nesse momento, a confusão do público e do privado, visto que estes não eram bem remunerados, acabando, dessa forma, por lucrar com atividades paralelas ao serviço que prestavam.

Esse comportamento de presentear parentes e conhecidos com cargos no governo, denominados nepotismo e apadrinhamento passou a ser comum, inclusive no judiciário. Assim, conforme afirma Zancanaro (*apud* SILVEIRA, 2006), "tornar-se funcionário público conferia certeza de que não faltariam oportunidades para a realização de interesses econômicos privados" , dificultando a separação das esferas público e privado. Dessa forma, houve a transformação do patriarcalismo em patrimonialismo, no qual há confusão dos governantes e funcionários com a administração e o uso dos cargos destes para ter benefícios.

Para entender, na prática, como pensa o brasileiro em situações práticas em que ele pode ou não utilizar do jeitinho brasileiro, analisaremos a tabela contida no Anexo A. Sua análise nos mostra que o brasileiro é capaz de perceber a corrupção, visto que apenas 0,3% dos entrevistados afirmaram não haver corrupção tanto quando o ato que prejudica o Estado é feito por funcionário público ou político quanto por qualquer pessoa.

Porém, a falha nessa percepção é o fato de que a maioria dos entrevistados (45,4%) entende como corrupção somente as situações que envolvem funcionário público, porquanto é sabido, conforme dito anteriormente, que esta não é restrita aos servidores públicos e ao Estado, sendo presente também na sociedade no geral.

Pelo estudo dos anexos B e C, pode-se fazer um contraponto entre as concepções de corrupção em situações abstratas (anexo B) e em situações concretas. O Anexo B mostra o parâmetro moral da sociedade, sendo atribuídas notas de zero a dez para cada situação, sendo zero nenhuma corrupção e dez equivalente a muita corrupção. Constatou-se, novamente, que a sociedade acredita serem mais corruptas as situações em que o agente é servidor público ou representante do povo – envolvendo policiais, políticos e promotores, por exemplo – do que as que envolvem interesses particulares, como pagar para retirar um documento mais rápido ou invadir terras governamentais para exploração econômica.

O Anexo C complementa o anterior, visto que mostra a relação de contrariedade entre a norma e o comportamento social. Observa-se que, ainda que o indivíduo concorde com a norma, há circunstâncias em que ele não considera errado burlá-la. Ilustração disso é a sonegação de imposto, a qual, segundo 36% dos entrevistados não é corrupção se o imposto for muito caro. Observa-se ainda essa oposição quando 48% afirma que a honestidade, um dos princípios basilares das relações domésticas no Brasil, é relativa.

Assim sendo, comparando os dados obtidos nos Anexos B e C, observa-se que o brasileiro é capaz de identificar a corrupção, isto é, ele possui domínio dos conteúdos morais e legais, contudo, a falha está no fato de que ele acredita ser

justificável agir em desacordo com a norma ou com a moral em situações específicas, nas circunstâncias que julga ser necessário fazê-lo. É isso que Filgueiras afirma ao tratar da dificuldade de seguir a norma no caso concreto, apesar de saber que aquela situação é corrupta: "a antinomia entre juízos de valor e juízos de necessidade permite compreender a antinomia existente entre moralidade e prática social, explicando a tolerância à corrupção nas sociedades contemporâneas" (FILGUEIRAS, 2015)

O fenômeno verificado acima pode ser explicado pela falta de identidade do brasileiro como destinatário das leis. DaMatta explica essa ausência pela contraposição entre "casa" e "rua", na qual casa é o ambiente familiar, confortável às pessoas, marcado pela honra, vergonha e respeito; enquanto rua são os outros espaços, onde a pessoa é desconhecida e não se sente confortável. No âmbito "casa", há a autoridade patriarcal, a qual se respeita devido à hierarquia. Na "rua", entretanto, não há o mesmo respeito, ocorre uma incapacidade da sociedade se reconhecer como destinatário das leis. Aquele que pertence à casa, é denominado "pessoa" – é aquele que tem sua individualidade reconhecida –, o que pertence a "rua", por outro lado, é "indivíduo" – é quem é preso à totalidade social e possui as escolhas limitadas pelas leis da "rua". Nessa oposição, DaMatta afirma que o brasileiro é "indivíduo" quando é espectador de algum acontecimento, pensando conforme as leis, mas se torna "pessoa" em situações práticas em que é envolvido, quando não se identifica com a lei e a desrespeita por meio do jeitinho brasileiro.

O jeitinho brasileiro ocorre quando há um processo a ser seguido, uma determinação, mas aquele que pede o favor acredita que sua situação particular é mais importante que a dos demais. Este relata por que acredita que deve ser privilegiado em detrimento dos demais a fim de que o responsável por "auxiliá-lo" ou não se sensibilize com a situação narrada e encontre uma forma de beneficiar aquele que pediu o favor. Assim, é uma forma de burlar regras que pressupõe a existência de uma relação pessoal entre aquele que pede o favor e o que o executa, seja de amizade ou parentesco, sendo que o indivíduo que concede o favor realiza uma reavaliação da norma que deveria ser seguida no caso e, se julgar necessário, escolhe descumpri-la para beneficiar um terceiro.

As técnicas utilizadas para se conseguir o favor são a persuasão e o apelo a sentimentos individuais, porém, pode-se dizer também que ele é mais comum entre conhecidos, já que tem como pressuposto a existência de relação pessoal entre os envolvidos. É sobre essa necessidade do brasileiro de trazer o caráter da pessoalidade para suas relações que fala Holanda, afirmando que no Brasil impera "(...) certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade" (HOLLANDA, 1995, p.137).

Assim sendo, o jeitinho brasileiro é uma forma de corrupção popularmente aceita na sociedade a qual pressupõe um caráter de informalidade e sentimentalismo, com o fim de obter vantagens pessoais. Ressalta-se que o brasileiro é capaz de compreender a corrupção presente na sociedade, porém, se for para auxiliar pessoas conhecidas, ele não entende tal ato como corrupto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir do presente estudo que a moralidade brasileira é uma construção histórica de herança ibérica, a qual definiu que o perfil do brasileiro como uma sociedade que necessita da pessoalidade nas relações tanto domésticas quanto profissionais. Além disso, as práticas de corrupção atualmente observadas têm origem também da colonização do Brasil por Portugal, quando, por exemplo, guardas valiam-se de seus cargos para obterem vantagens em atividades paralelas à sua profissão.

Após a análise histórica, constatou-se que a corrupção está presente não apenas na esfera pública, quando um servidor público aproveita de seu cargo para conseguir benefícios para si ou para terceiros, mas também nas relações que não envolvem o Estado. Quanto ao jeitinho brasileiro, pode-se inferir que é uma forma de corrupção também, apesar de ser popularizada e tolerada pela sociedade brasileira. Essa tolerância ao jeitinho foi demonstrada pela avaliação das tabelas em anexo, que partem da situação de corrupção no geral para circunstâncias específicas, a fim de comparar o que o brasileiro entende por corrupção em situações amplas com a forma com que ele age em situações específicas que envolvam ele próprio ou sua família. O objetivo de analisar tais informações foi atingido ao constatar-se que existem momentos em que o indivíduo percebe a corrupção, mas age em desacordo com a norma para proteger sua família. É nesse aspecto que se verifica os resquícios do patriarcalismo na sociedade brasileira, visto que as pessoas pensam de uma forma, mas podem agir de outro modo quando relaciona-se com os seus.

Filgueiras sintetiza de forma clara e concisa a conclusão obtida a respeito do jeitinho brasileiro: “a tolerância à corrupção não é um desvio de caráter do brasileiro, [...] mas uma disposição prática nascida de uma cultura em que as preferências estão circunscritas a um contexto de necessidades, representando uma estratégia de sobrevivência que ocorre pela questão material” (2015)

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo et al. (org.) **Corrupção**: ensaios e críticas. 2. ed. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **Ética e jeitinho brasileiro**: por que a gente é assim? Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal.** 5: parte especial: dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos (Lei n. 10.028/2000). São Paulo: Saraiva, 2007. p. 3.

BONFIM, Manuel. **A América Latina**. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

CORRUPÇÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/corrup%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 08 set. 2017.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil**: uma antinomia entre normas morais e prática social. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 386-421, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641336>. Acesso em: 31 ago. 2017.

GARCIA, Emerson. **A corrupção**. Uma visão jurídico-sociológica. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 233, p. 103-140, jul. 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45445>. Acesso em: 28 ago. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANZANTTI, Pedro Henrique Freire. **Jeitinho brasileiro**: corrupção. In: Concurso econoteen de ensaios, 7, 2013. Disponível em: <http://www.econoteen.fea.usp.br/sites/default/files/ensaios/5_pedro_henrique_freire_janzantii.pdf>. Acesso em 28 ago. 2017.

MOTTA, Fernando C. Prestes; ALCADIPANI, Rafael. **Jeitinho brasileiro, controle social e competição**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, n. 1, v. 39, p. 6-12, jan./mar. 1999. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/37871/36626>. Acesso em: 18 ago. 2017.

PIERONI, Geraldo. **No purgatório mas o olhar no Paraíso:** o degredo inquisitorial para o Brasil-colônia. Revista Textos de História, Brasília, vol. 6, n.º 1 e 2, 1998. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5879>. Acesso em: 08 set. 2017.

RIBEIRO, Isolda Lins. **Patrimonialismo e personalismo:** a gênese das práticas de corrupção no Brasil. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, p. 8411-8427, jun. 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Situações de Corrupção

Categorias	N	%	% Válido
Um ato que prejudica o Estado praticado por funcionários públicos ou políticos	1099	45,4	46,9
Um ato que prejudica o Estado praticado por qualquer pessoa	704	29,1	30,1
As duas situações são igualmente Corruptas	530	21,9	22,6
Nenhuma das situações é corrupta	8	0,3	0,3
Não sabe	77	3,2	
Não respondeu	3	0,1	
Total	2421	100	

Fonte: Centro de Referência do Interesse Público / Vox Populi, 2008.

ANEXO B – Médias da intensidade da corrupção em situações concretas

Fonte: Centro de Referência do Interesse Público / Vox Populi, 2008.

Casos	Média	Desvio padrão	Limite inferior	Limite superior	Casos Válidos
Um policial usar seu poder para tirar vantagem ou dinheiro de alguém	9,25	1,38	9,20	9,31	n=2413
Um empresário financiar a campanha de um político esperando receber algo em troca	9,12	1,47	9,06	9,18	n=2408
Um político receber dinheiro para favorecer uma empresa em uma licitação	9,08	1,61	9,01	9,14	n=2397
Um promotor de justiça fazer "vista grossa" aos erros cometidos por outro promotor	8,95	1,70	8,88	9,02	n= 2405
Um político financiar uma ONG, esperando apoio em eleições	8,75	1,82	8,68	8,83	n= 2383
Um funcionário público deixar de denunciar as fraudes cometidas por seu chefe	8,67	1,87	8,60	8,75	n= 2409
Pagar um funcionário público para tirar um documento que precisa mais rápido	8,43	2,05	8,35	8,51	n= 2394
Uma pessoa (ou família) invadir terras do governo e explorar essa terra economicamente	7,94	2,35	7,84	8,03	n= 2320
MÉDIA DAS MÉDIAS	8,76	1,31	8,70	8,81	n= 2418

ANEXO C – Concepções a respeito da corrupção no Brasil (%)

Concepções	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	NS/NR	Total
Em algumas situações, é bobagem a pessoa não entrar em um esquema de corrupção, pois se ela não entrar, outro entra.	30	7	60	3	100
Qualquer um pode ser corrompido, dependendo do preço que for pago ou da pressão que for feita.	39	7	51	3	100
Corrupção e honestidade vêm de berço: ou a pessoa é corrupta ou não é.	55	9	34	2	100
Se for para ajudar alguém muito pobre, muito necessitado, não faz mal um pouco de corrupção.	26	11	62	2	100
Se você ficar sabendo de algum esquema de corrupção, deve sempre denunciar às autoridades.	73	11	13	2	100
Algumas coisas podem ser um pouco erradas mas não corruptas, como por exemplo sonegar algum imposto, quando ele é caro demais.	36	12	49	4	100
Se as leis que existem fossem cumpridas e não existisse tanta impunidade, a corrupção diminuiria.	84	5	9	2	100
O conceito de honestidade é relativo, depende da situação.	48	11	38	3	100
Em qualquer situação, não interessa qual, existe sempre chance da pessoa ser honesta.	85	5	10	1	100

Não tem jeito de fazer política sem um pouco de corrupção.	31	8	59	2	100
Se for para proteger alguém de sua família, está certo fazer alguma coisa um pouco corrupta.	25	11	61	3	100
Se estiver necessitada e um político oferecer benefícios em troca do voto, não está errado a pessoa aceitar.	26	10	62	2	100
Dar um dinheiro para um guarda para escapar de uma multa não chega a ser um ato corrupto.	24	8	66	2	100
Para diminuir a corrupção, estão faltando novas leis, com penas maiores e mais duras.	82	6	11	1	100

Fonte: Centro de Referência do Interesse Público / Vox Populi, 2008.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

AÇÃO E INFORMAÇÃO: O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA NO BRASIL

ACTION AND INFORMATION: BRAZIL'S NATIONAL COUNCIL OF JUSTICE AND THE LOCAL DEVELOPMENT OF CITIZENSHIP

Sessão temática: 1.6 Outras áreas temáticas

AGUIAR, Gabriel Moura
Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura.
Bacharel em Direito Pela Unesp/Franca, turma de 2014. Advogado.
E-mail: gabrielmoura.aguiar@yahoo.com.br

Resumo

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, em 2004, no contexto político e jurídico do neoconstitucionalismo. O Conselho foi criado como uma tentativa de combate a uma grave crise institucional na qual se encontrava (e ainda se encontra) o Poder Judiciário brasileiro, uma crise que retira a sua credibilidade e distancia o cidadão de um efetivo acesso à justiça e do próprio Judiciário. O presente texto possui como referencial teórico a doutrina do neoconstitucionalismo e estudos sobre a crise judiciária, e busca mostrar um CNJ engajado e atuante, organizado sob a direção de um Plenário soberano, com uma Ouvidoria especialmente projetada para aproximar o jurisdicionado da administração judiciária e, de modo geral, contribuir para a melhoria estrutural do Poder. Assim, o CNJ detém programas, projetos e outras medidas voltadas não somente para a solução da crise e de incremento da aproximação do cidadão com a justiça, mas, também, para informar e instruir a população sobre seus direitos e a buscar formas alternativas ao processo tradicional para a solução de seus conflitos. A relevância do trabalho consiste em mostrar que, atuando da forma aqui mencionada, o Conselho aparece como um dos órgãos promotores da cidadania no país, o que também justifica o trabalho científico empreendido. Como metodologia foi utilizado o método jurídico-sociológico, que busca analisar o direito como dependente da sociedade, considerando as interações entre direito e sociedade na análise metodológica.

Palavras-chave: Conselho Nacional de Justiça, cidadania, Poder Judiciário.

Abstract

The National Council of Justice was created in Brazil through the 45th constitutional amendment, in the judicial-political context of a "new constitutionalism". The Council aims the solution of a severe crisis that hits Brazil's judiciary power, a crisis that takes away the popular credibility and citizens themselves from an effective access to the Judiciary. The article, which takes as theorical reference the "new constitutionalism" and the studies about the crisis, intends to show the Council as an

active and relevant judiciary organ, structured with a Plenary, being this the main internal division. The Council also has a hearing branch, specially designed to put the citizens closer to the judiciary administration and, in general, to add to the complete improvement of the Power's structure. Therefore, the Council is the head of programs, events, projects and other measures that aim not only the improvement of the citizen's contact with the judiciary, but also their enlightment about rights, and teaching alternative ways to conflict solution besides the traditional litigation. The relevance and importance of this article comes actually from the conclusion that, by working this way, the National Council of Justice becomes an important mean of citizenship promotion in Brazil, what also justifies the scientific work here made. As scientific method, it was used the legal-sociological method, which intends to analyse the Law as dependent from the society, taking into account in the methodology the interactions between the legal and the social.

Keywords: National Council of Justice, citizenship, Judiciary Power**.**

1. INTRODUÇÃO

Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, poucos anos após o fim do Regime Militar, o Brasil, com certo atraso em relação aos países europeus, provocado justamente pelo governo de exceção que aqui havia, entrou no momento histórico do neoconstitucionalismo. Este movimento é, ainda hoje, heterogêneo, composto por autores de diversas correntes jurídicas e políticas. Contudo, é possível conceituá-lo como a valorização do direito constitucional e sua superioridade no ordenamento jurídico.

Daniel Sarmento leciona que faz parte do conceito de neoconstitucionalismo a mudança de pensamento na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial, em meados e fim do século XX. A mudança caracteriza-se pelo questionamento ao positivismo estrito que imperava à época, e acabou por legitimar a ordem jurídica e política do nazi-fascismo e, consequentemente, os atos atrozes cometidos por estes regimes, bem como uma valorização da jurisdição constitucional (SARMENTO: 2009, p. 96).

Por sua vez, o hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso identificou, conforme já aqui indicado, que o triunfo do neoconstitucionalismo se deu no Brasil de forma tardia, ou seja, após os países da Europa Ocidental, tais como Alemanha e Itália (BARROSO: 2007, p.2). O Ministro ainda sistematizou o neoconstitucionalismo em 3 marcos: o histórico, o filosófico e o teórico (2007, p.2). O histórico caracteriza-se com a formação de um Estado constitucional de direito, consolidado a partir do pós Segunda Guerra Mundial até o final do século XX. O filosófico identifica-se com o pós-positivismo, baseado na reaproximação entre direito e ética e na primazia dos direitos fundamentais.

Como marco teórico, Barroso aponta o "conjunto de mudanças que incluem a força normativa da Constituição, a expansão da jurisdição constitucional e o desenvolvimento de uma nova dogmática da interpretação constitucional" (2007,p.2). Diante da constatação do novo direito constitucional e da sistematização de seus marcos, Barroso concluiu que este cenário originou um processo de grande constitucionalização do direito (2007, p.2).

A constitucionalização do direito e o reconhecimento da força normativa da

constituição são pontos fundamentais para a compreensão de como o CNJ, inserido na Constituição Federal brasileira de 1988 pela Reforma de 2004, conseguiu alterar sobremaneira a organização e atuação do Judiciário. Insere-se nesta atuação um canal de comunicação com a população, sendo, desta forma, um meio de transmitir suas demandas e reclamações e, principalmente, de educação e instrução. Por ora, volta-se à Reforma do Judiciário de 2004.

A intenção de reforma teve seu início em 1992, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 96, e visava à solução de uma grave crise que então assolava o Poder Judiciário brasileiro, a qual ainda é sentida até os dias de hoje. Kyoshi Harada (2003, p.1), descreveu o cenário da justiça brasileira como cercado de problemas de toda a ordem, entre eles elevado custo operacional e excessiva burocracia, despreparo de servidores e lentidão, sendo esta última um "fator multiplicador de lides temerárias", o que acaba por alimentar a crise, sendo um dos principais motivos desta o excesso de demandas judiciais. Tudo isto ainda culmina com um aumento do desprestígio do Judiciário entre a comunidade e a falta de confiança dos cidadãos na prestação jurisdicional.

A falta de agilidade e eficiência do Judiciário é um óbice ao efetivo acesso à justiça, bem como o grande número de processos, gerando os supracitados desprestígio e falta de confiança da comunidade. Uma justiça em crise e baseada exclusivamente no processo tradicional, conforme lição de Leonardo Greco (1999, p. 2), não atende às exigências da sociedade atual, de eficiência e celeridade e, principalmente, falha em interagir com esta sociedade:

Se o Estado e a Justiça estão em crise, consequentemente o processo, como instrumento de solução de conflitos e de administração estatal de interesses privados, também está em crise, pois o sistema jurídico e os ordenamentos positivos, engendrados pela sua teoria geral em mais de cem anos, tornaram-se incapazes de atender às exigências de rapidez e de eficiência na entrega da prestação jurisdicional e de instaurar um verdadeiro diálogo humano capaz de satisfazer às aspirações democráticas infundidas na consciência jurídica dos cidadãos do nosso tempo.

O processo tradicional não é, já há muito tempo, a única alternativa para a solução de litígios. Os chamados métodos alternativos de solução de conflitos, notadamente a mediação, a conciliação e a arbitragem, há muito já são estudados e colocados em prática. O Conselho Nacional de Justiça possui papel fundamental no incentivo ao uso destes métodos na justiça brasileira, sendo este tema de tópico *infra*, no qual será analisada a efetiva atuação do Conselho em ações de cunho social.

Após longa e intensa discussão legislativa, doze anos após sua propositura, a Reforma do Judiciário foi enfim promulgada como a Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004. Dentre diversas medidas voltadas à solução da crise do Judiciário, estão a elevação da razoável duração do processo à categoria de direito fundamental expresso (art. 5º, LXXVIII da Constituição) e a possibilidade de edição de Súmulas Vinculantes pelo STF (art. 103-A da CF/88). Também constava a criação de um órgão heterogêneo dentro do próprio Judiciário, composto não somente por seus membros, mas por órgãos e entidades indispensáveis para a justiça (Ministério Público e OAB) e também por cidadãos, buscando contribuir com a resolução da crise, por meio de uma maior organização e controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça.

Por sua vez, o CNJ possui, em sua organização, divisão administrativa chamada de Ouvidoria, que, como o próprio nome sugere, busca justamente promover um maior diálogo com a comunidade, por meio de campanhas informativas. Serve também a Ouvidoria como um espaço para receber reclamações e críticas sobre o serviço judiciário, na tentativa de aperfeiçoar o referido Poder a fim de concretizar as ditas "aspirações democráticas da sociedade".

O CNJ é composto, conforme o art. 103-B da Constituição Federal, incisos I a XIII, por quinze membros, oriundos de todas as esferas do Poder Judiciário: Tribunais Superiores (STF, STJ, TST), Desembargadores e juízes de primeira instância das três esferas (estadual, federal e trabalhista) e, também, de membros externos ao Judiciário. O CNJ, por força do §1º do art. 103-B da Constituição, será presidido pelo Presidente do STF ou, na sua ausência, pelo Vice-presidente da Corte Suprema. O Ministro do STJ indicado para o Conselho será o Corregedor Geral, conforme o §4º do referido art. 103-B do texto constitucional, sendo este afastado do sorteio da relatoria de processos.

Conforme o atual Regimento interno do Conselho Nacional de Justiça, publicado na forma da Resolução nº 69, de 2009, o Plenário é o órgão soberano dentro da estrutura interna do Conselho Nacional de Justiça. Os demais órgãos estão a ele subordinados (BRASIL: CNJ, 2009b). Compete ao Plenário a palavra final sobre os atos do CNJ, dentre eles, em especial, a decisão sobre a instauração ou não de procedimento disciplinar com base em reclamações e denúncias recebidas pela Ouvidoria, conforme o disposto no art.4º inciso III, do Regimento Interno (BRASIL: CNJ, 2009b).

A Ouvidoria, conforme já aqui indicado, possui um papel primordial na aproximação do CNJ (e do próprio Judiciário) com a sociedade. O atual Regimento Interno do CNJ criou a Ouvidoria, porém apenas faz menção, em seu art. 41, que ato do Plenário será responsável pela organização e fixação de suas atribuições (BRASIL: CNJ, 2009b). O ato do Plenário atualmente vigente para este fim é a Resolução 103, de 24 de fevereiro de 2010 que, conforme sua exposição de motivos "dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, determina a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais e dá outras providências" (BRASIL: CNJ, 2010a).

Trata-se de uma Resolução curta, de dez artigos, porém suficiente para seu propósito. Conforme seu art. 2º (BRASIL: CNJ, 2010a), a Ouvidoria tem a precisa missão de:

> Servir como canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação às demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.

A Ouvidoria é, pois, o elo mais claro entre o CNJ e o Poder Judiciário como um todo e a população. Para aprimorar esta ligação e considerando as dimensões continentais do país e a pluralidade de Tribunais, a Resolução/CNJ nº 103 também determinou a criação de Ouvidorias de justiça nos Tribunais, atendendo inclusive a mandamento constitucional, pois estes exercem propriamente a função jurisdicional e, consequentemente, se encontram mais próximos do cidadão, conforme seu art. 9º

(BRASIL: CNJ, 2010a). Contudo, conforme já relatado em item *supra*, a Constituição Federal, em seu art. 103-B, §7º, colocou as Ouvidorias dos Tribunais em posição de subordinação à Ouvidoria do CNJ, para a qual as Ouvidorias judiciais devem representar (BRASIL: Constituição, 1988).

Compete à Ouvidoria do CNJ, conforme o art. 4º da Resolução 103, entre outras atribuições, a de receber informações, reclamações e elogios sobre a atuação do Conselho (inciso II) e, também, de promover a integração entre os órgãos integrantes do CNJ e dos demais órgãos do Judiciário, a fim de atender as demandas recebidas (inciso III) e aperfeiçoar os serviços prestados. Pode inclusive sugerir medidas para aperfeiçoamento das atividades administrativas, tendo em vista as informações recebidas da população na forma de elogios, críticas, sugestões, denúncias e reclamações (inciso IV).

Esta atuação da Ouvidoria do CNJ e das Ouvidorias dos Tribunais pode ser verificada de forma clara por meio de Relatórios elaborados anualmente pelo Conselho, com destaque para o Relatório Anual e para o Relatório "Justiça em Números". No Relatório Anual de 2016, o mais recente disponível, o CNJ reafirma a importância das medidas de acesso à informação pela população como forma de desenvolvimento da cidadania, colocada como princípio do Estado Democrático de Direito fundado no Brasil pela Constituição de 1988 (BRASIL: CNJ, 2016b):

Desde a promulgação da Constituição cidadã foram criados, no Poder Público, mecanismos para permitir o acesso crítico da população às informações necessárias ao desenvolvimento da cidadania e a ampla participação social, como princípios do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, as ouvidorias surgem como instrumento de comunicação direta entre a sociedade e o Poder Público, com a finalidade de informar sobre as funções e os serviços prestados pelos órgãos, receber sugestões e reclamações, promover a defesa de direitos dos usuários e sugerir medidas para a elevação da qualidade na prestação dos serviços.

O Relatório Anual também traz dados estatísticos sistematizados e organizados sobre a atuação da Ouvidoria.

Segundo a publicação de 2016, o órgão recebeu, até o dia 25 de novembro do referido ano, 20.860 demandas, representando um aumento de 30% em relação ao ano anterior, 2015. Dentre estas demandas, a grande maioria, 89%, foi originada de forma eletrônica, por meio de formulário disponível na página do Conselho na Internet (BRASIL: CNJ, 2016b).

Acerca do tipo da demanda, a maioria era de reclamações (66,6%), e sobre a motivação, predominou a morosidade da justiça, ou seja, a demora na solução dos processos, representando 43% do total das demandas (BRASIL: CNJ, 2016b). Estes dados demonstram que, apesar dos esforços do Conselho Nacional de Justiça e dos demais órgãos do Poder Judiciário, um dos principais pilares da crise, a demora na resolução dos processos, continua a marcar a atuação judiciária.

O Relatório também aponta que "as manifestações sobre a morosidade do Judiciário são tratadas, em regra, em interação com as Ouvidorias do Sistema de Justiça, em especial as dos Tribunais" (BRASIL: CNJ, 2016b), o que demonstra a eficácia e integração da Ouvidoria do CNJ e daquelas instaladas nos Tribunais, bem como mostra que, de fato, são os Tribunais o canal de comunicação mais direto com a população.

Outro dado que chama a atenção é o da ocupação dos demandantes. Ainda

predominam, segundo o Relatório, reclamações provenientes de advogados (17,90%) e servidores públicos (14,53%), estes já habituados com os trâmites legais e com os sistemas de administração do Judiciário. Contudo, já é sensível também o número de profissionais liberais ou autônomos (10,45%) e de empregados de empresas privadas (9,61%), porém a maior parcela dos demandantes não informou a ocupação (21,19%) (BRASIL: CNJ, 2016b).

Apesar de a maioria dos demandantes não informar a ocupação, os dados disponíveis são suficientes para traçar um perfil dos setores da população que mais buscam este canal de comunicação. A presença de setores não diretamente relacionados ao Judiciário indica um engajamento, benéfico, da população em geral nas questões judiciárias e, ainda, um resultado positivo da divulgação de informações dos canais de comunicação por parte do CNJ, que levam estes mecanismos de acesso ao conhecimento do público.

Outra boa notícia é a porcentagem de 73% de reclamações solucionadas pelo Conselho, segundo o Relatório Anual (BRASIL: CNJ, 2016b), demonstrando que, efetivamente, há uma resposta às questões levadas ao órgão, o que, automaticamente, eleva o grau de satisfação da população.

A atuação do Conselho Nacional de Justiça em prol do desenvolvimento da democracia e da cidadania no Brasil não se limita à ponte entre o Judiciário e a população. O Conselho também realiza constantemente campanhas informativas, eventos, mutirões e fóruns sobre temas sensíveis à sociedade e de grande relevância. A análise desta atuação do CNJ, bem como seus resultados, será feita no tópico *infra* dedicado à discussão do tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos da pesquisa, como se pode depreender dos temas e posicionamentos citados na introdução, são a doutrina do neoconstitucionalismo, encabeçada no Brasil por Luis Roberto Barroso, e por estudiosos da crise do Judiciário, como Kyoshi Harada e Leonardo Greco. Pela teoria neoconstitucionalista, enxerga-se o direito de uma forma sistêmica, tendo a Constituição papel central no ordenamento jurídico, como fonte normativa e interpretativa de todo o sistema jurídico, fenômeno caracterizado pela doutrina como “constitucionalização do direito”.

Assim, o direito constitucional espraia-se por microssistemas nos quais tinha pouca influência, como no direito civil e no direito empresarial, por meio de institutos como a função social do contrato, a função social da empresa e a garantia da livre iniciativa. Um exemplo claro e concreto da constitucionalização do direito é o atual Código de Processo Civil que, já em seu art. 1º, declara de forma expressa que “O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição (...)” (BRASIL, CPC, 2015).

Outro exemplo da constitucionalização, da força normativa da Constituição e de uma nova hermenêutica, elementos do neoconstitucionalismo, é a própria criação do Conselho Nacional de Justiça, um órgão que, instituído pela Constituição, busca atender, no âmbito da justiça, aos ditames dos direitos e garantias fundamentais.

Estes referenciais teóricos foram também utilizados no Trabalho de Conclusão de Curso do autor, defendido para a obtenção de seu título de Bacharel em Direito no início de 2015. O tema do referido trabalho fora os fundamentos e

limites da atuação do CNJ, temática da qual se originou o recorte mais restrito aqui proposto. Outra diferença entre os dois trabalhos é a metodologia empregada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com efeito, no Trabalho de Conclusão de Curso, preponderou o raciocínio dedutivo e uma metodologia dogmática-jurídica, que pressupõe uma autossuficiência metodológica do direito e uma análise interna deste, buscando compreender as relações normativas nas diversas áreas jurídicas, com a avaliação das estruturas internas do ordenamento jurídico (DIAS;GUSTIN, 2006, p.21).

Contudo, no presente trabalho, apesar de visíveis elementos da metodologia dogmática-jurídica, prevaleceu a vertente metodológica jurídico-sociológica, caracterizada por considerar o direito como dependente da sociedade que o cerca, bem como com a eficiência, a eficácia e a efetividade das relações entre direito e sociedade (DIAS; GUSTIN, 2006, p.22).

Esta vertente metodológica, de forma diversa da dogmática, “a partir do sentido de eficácia, estuda a realização concreta de objetivos propostos pela lei, por regulamentos de todas as ordens e de políticas públicas ou sociais”, preocupando-se, também, com a análise das demandas e das necessidades sociais (DIAS; GUSTIN, 2006, p.22). A proposta de aqui analisar a atuação do CNJ como promotor da cidadania, por meio de políticas públicas voltadas para a melhoria da crise do Judiciário e do acesso à justiça, atendendo a demandas da sociedade e aos comandos legais e constitucionais de garantia de direitos fundamentais, demonstra a adequação da pesquisa à vertente jurídico-sociológica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme pode ser observado em sua página na Internet, o Conselho Nacional de Justiça possui diversas campanhas e programas sociais que visam melhorias na gestão do Poder Judiciário e também voltadas diretamente à população. Algumas das principais iniciativas do Conselho que envolvem temas complexos e relevantes para toda a coletividade são o Movimento pela Conciliação, o Fórum da Saúde e o projeto “Começar de Novo”, voltado diretamente à reinclusão social de egressos do sistema carcerário**.**

Conforme já analisado, um dos principais fatores que colocam o Poder Judiciário em crise é a lentidão na resposta jurisdicional e, também, o constante e elevado número de novos processos. Neste sentido, uma das alternativas ao excesso de litígios é o incentivo aos chamados meios alternativos de solução de conflitos, notadamente a mediação e a conciliação, questão também iniciada em tópico anterior, para ser aqui melhor analisada no âmbito da atuação prática do CNJ.

A ideia de métodos alternativos à jurisdição contenciosa não é nova. Mauro Cappeletti, ainda na década de 1990, ao analisá-la, já apontava que não se tratava de uma novidade (CAPPELETTI: 1994, p.4).

> Por "obstáculo processual" entendo o fato de que, em certas áreas ou espécies de litígios, a solução normal - o tradicional processo litigioso em Juízo - pode não ser o melhor caminho para ensejar a vindicação efetiva de direitos. Aqui, a busca há de visar reais

> alternativas (stricto sensu) aos juízos ordinários e aos procedimentos usuais. Essa ideia decerto não é nova: a conciliação, a arbitragem, a mediação foram sempre elementos importantes em matéria de solução de conflitos.

Atentos a estes fatos, o legislador e a justiça brasileira buscaram alterações legislativas com a finalidade de incentivar principalmente a conciliação nas causas de menor valor, por meio da atual Lei dos Juizados Especiais (9.099/95) e a arbitragem, por meio da lei 9.307/96. Em 2010 com a edição da Resolução nº 125 pelo CNJ, que instituiu uma política judiciária nacional visando um "tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Judiciário", tratamento este que prioriza a solução consensual dos conflitos, instituindo metas, diretrizes e criando órgãos voltados ao incentivo à conciliação e à mediação, inclusive com a formação de mediadores e conciliadores para atuarem em juízo ou fora dele (BRASIL, CNJ, 2010d).

Com efeito, a Resolução 125 de 2010 é um marco para a mediação e para a conciliação no Brasil. A referida Resolução impulsionou a utilização dos métodos alternativos de solução de conflitos no país, culminando com uma reforma da lei de Arbitragem e a criação de uma lei própria para a mediação (nº 13.140), ambas promulgadas em 2015, e, principalmente, com a importância dada à matéria pelo atual Código de Processo Civil.

A atuação em prol da mediação e da conciliação, mediante as ações acima descritas e o esclarecimento direto à população sobre estes métodos alternativos de solução de conflitos colocam o CNJ em posição de destaque não somente no combate à crise do Judiciário, mas também como veículo de esclarecimento e de instrução da comunidade sobre estes métodos, que, na prática, evitam litígios judiciais que não raramente se tornam, além de lentos, dispendiosos e danosos às relações sociais.

O Fórum da Saúde teve seu início baseado na Audiência Púbica nº 4 do STF, em 2009, cujos resultados culminaram na criação, pelo CNJ, de um grupo de trabalho em 2010. Em decorrência dos resultados obtidos pelo referido grupo de trabalho, foi editada, no mesmo ano de 2010, a Resolução nº 107 (BRASIL: CNJ, 2010c).

Conforme a Portaria nº 650, de 20 de novembro de 2009, o já referido grupo de trabalho foi criado para "elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas referentes às demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde" (BRASIL: CNJ, 2009a), tendo em vista a discussão tomada na Audiência Pública no Supremo, na qual foram ouvidos cinquenta especialistas na área e levando em consideração o elevado número de processos judiciais em curso envolvendo a assistência à saúde (BRASIL: CNJ, 2009a).

O grupo de trabalho resultou na elaboração da Recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, voltada para os Tribunais e recomendando "a adoção de medidas visando a melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde" (BRASIL: CNJ, 2010a), especialmente pela cooperação de profissionais da saúde (médicos e farmacêuticos), para fornecer apoio técnico aos magistrados nas tomadas de decisão envolvendo as causas relativas à saúde, respeitadas as peculiaridades regionais, conforme o art. 1º da Recomendação.

O Fórum da Saúde, por sua vez, foi criado pela Resolução nº 107, de 6 de abril de 2010. O Fórum possui atribuições semelhantes àquelas do grupo de trabalho que o originou, a de elaborar estudos e propor medidas para aperfeiçoamento de procedimentos judiciais voltados para a assistência à saúde, com o acréscimo dos objetivos de reforçar a efetividade dos processos judiciais e de evitar novos processos (BRASIL: CNJ, 2010b).

Nota-se que também no âmbito da Resolução nº 107 há a preocupação em aumentar a efetividade dos processos judiciais, atitude louvável no âmbito do direito à saúde, bem como de evitar novas demandas, a fim de reduzir o congestionamento de processos.

A Resolução 107 foi complementada pela Portaria nº 08, de 2 de fevereiro de 2016, que instituiu o Comitê Organizador do Fórum da Saúde, sendo este responsável pela instalação e coordenação dos trabalhos do Fórum, elaboração e fiscalização do cumprimento do programa de trabalho e a realização de eventos, bem como coordenar Comitês Estaduais sobre a matéria (BRASIL: CNJ, 2010b).

Por fim, é praticamente automática a conclusão acerca da grande importância e da relevância de uma adequada assistência à saúde, sendo este um direito estendido a todos e de forma igualitária, inclusive por mandamento constitucional, previsto no art. 196.

O CNJ possui também o projeto “Começar de Novo”, voltado para os ocupantes e egressos do sistema carcerário, cujo objetivo é a reinclusão social, notadamente no mercado de trabalho, seja do preso ou dos que já cumpriram pena, nos termos da Resolução 96, de 27 outubro de 2009, em seu art. 1º. O art. 2º do referido ato normativo, por sua vez, dispõe que o Projeto “compõe-se de um conjunto de ações educativas, de capacitação profissional e de reinserção no mercado de trabalho, a ser norteado pelo Plano do Projeto anexo a esta Resolução” (BRASIL: CNJ, 2009c).

Além da reinserção, o CNJ promove no âmbito do projeto orientação para homens e mulheres presidiários sobre seus direitos e, também, para a elaboração de peças de requerimento de benefícios e de *habeas corpus*, por meio de cartilhas disponibilizadas “online” e distribuídas nos estabelecimentos prisionais (BRASIL: CNJ, 2017b).

O Conselho criou, ainda no âmbito do Projeto, o “Portal de Oportunidades”, página da Internet que reúne vagas de trabalho e cursos de capacitação para o público-alvo do programa, conforme o art. 4º da Resolução 96/09 e, também, o “Selo Começar de Novo”, conferido às empresas que, na forma do art. 3º da Resolução, fornecem vagas de trabalho e cursos aos detentos e ex-detentos.

Trata-se, pois, o Projeto “Começar de Novo” de verdadeira Ação Afirmativa promovida pelo CNJ, a fim de iniciar a ressocialização dos presos e contribuir para a reinserção na sociedade dos egressos do sistema carcerário, grupo notadamente marginalizado e que enfrenta grande resistência no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início se tentou demonstrar que o Conselho Nacional de Justiça, criado para solucionar a grave crise do Judiciário brasileiro, buscou e ainda busca cumprir o seu propósito de forma a aproximar cada vez mais o cidadão da justiça, criando canais de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário, servindo

verdadeiramente como uma ponte entre eles.

Contudo, o CNJ, em sua missão, também aprofundou este contato atuando de forma pontual em diversos pontos falhos do sistema judiciário brasileiro. Aqui destacamos o incentivo aos métodos consensuais de solução de conflitos, a questão das demandas sobre assistência e acesso à saúde e, talvez um dos maiores problemas atuais do país, o sistema carcerário e a reinclusão dos presos na sociedade.

Contudo, em uma pesquisa rápida na página do CNJ na internet, o usuário poderá ter acesso a diversos programas, eventos e projetos aqui não mencionados, mas de igual relevância social, como o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o Pai Presente, que estimula o reconhecimento espontâneo da paternidade, dentre outros.

Diante deste cenário, é possível concluir que o Conselho Nacional de Justiça de fato cumpre um papel de grande relevância no incremento da cidadania no Brasil e no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito nacional, ainda em construção mesmo após quase trinta anos de promulgação da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito. O Triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil. **Revista de Direito Constitucional e Internacional.** Vol. 58. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, janeiro. Disponível em <http://www.rtonline.com.br/index.shtml>. Acesso em: 8 ago 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Começar de Novo**. Brasília: CNJ, 2017. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-comecar-de-novo>. Acesso em: 8 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Conciliação e Mediação – Portal da Conciliação**. Brasília: CNJ, 2017, disponível em <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao>. Acesso em: 8 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria nº 650, de 20 de novembro de 2009 (Cria grupo de trabalho para estudo e proposta de medidas concretas e normativas para as demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde).** Brasília: CNJ, 2009. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/portaria-n650-20-11-2009-presidncia.pdf>. Acesso em: 8 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria 8, de 2 de fevereiro de 2016 (Cria o Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde).** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/7416acb59c746525fd9f278a5d7719b9.pdf>. Acesso em: 9 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 31 de 30 de março de**

2010 (Recomenda aos Tribunais a adoção de medidas visando a melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde). Brasília: CNJ, 2010. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n31-30-03-2010-presidncia.pdf>. Acesso em: 9 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Anual 2016.** Brasília: CNJ, 2016. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/7d8fa9ae6f181c5625e73f8184f10509.pdf>. Acesso em: 9 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 69, de 03 de março de 2009 (Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências)**. Brasília: CNJ, 2009. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n67-03-03-2009-presidncia.pdf>. Acesso em: 9 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências)**. Brasília: CNJ, 2009. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_96_27102009_10102012194748.pdf>. Acesso em: 10 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010 (Dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, determina a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais e dá outras providências)**. Brasília: CNJ, 2010. Disponível em <http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_103_24022010_11102012190647.pdf>. Acesso em: 10 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 107 de 06 de abril de 2010 (Institui o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde).** Brasília: CNJ, 2010. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n107-06-04-2010-presidncia.pdf>. Acesso em: 10 ago 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010 (Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências).** Brasília: CNJ, 2010. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n125-29-11-2010-presidncia.pdf>. Acesso em: 10 ago 2017.

_____**. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 ago 2017.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015** - Código de Processo Civil. Brasília, DF: 2015. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 11 ago 2017.

CAPPELLETTI, Mauro. Os Métodos Alternativos de Solução de Conflitos no Quadro do Movimento Universal de Acesso à Justiça. **Revista de Processo.** Vol. 74. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, p. 82.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2. Ed. Belo Horizonte: DelRey, 2006.

GRECO, Leonardo. A Execução e a Efetividade do Processo. **Revista de Processo**. Vol. 94. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1999. Disponível em <http://www.rtonline.com.br/index.shtml>. Acesso em: 11 ago 2017.

HARADA, Kyoshi. Poder Judiciário em Crise. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**. Vol. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul. 2003. Disponível em <http://www.rtonline.com.br/index.shtml >. Acesso em: 11 ago 2017.

SARMENTO, Daniel. O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e Possibilidades, **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais.** Ano 3, n. 9, p. 95-133, Belo Horizonte: Fórum, jan. 2009.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ÀS CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM MICROCEFALIA: UM PARALELO COM A ASSISTÊNCIA PRESTADA NOS CASOS DE DOENÇA FALCIFORME E SÍNDROME DA TALIDOMIDA

BENEFIT OF CONTINUED PAYMENT FOR CHILDREN DIAGNOSED WITH MICROCEPHALY: A PARALLEL WITH THE ASSISTANCE IN CASES OF SICKLE CELL DISEASE AND THALIDOMIDE SYNDROME

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

ALVES DE PAULA, Ana Cristina
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestranda em Direito pelo Pós-graduação em Direito da Unesp – campus de Franca/SP
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

MARTINELLI SABONGI, Camila
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestranda em Direito pelo Pós-graduação em Direito da Unesp – campus de Franca/SP
E-mail: camilamartinellisabongi@gmail.com

Resumo

Introdução: a microcefalia (do grego mikrós (pequeno) + kephalé (cabeça)), também conhecida como nanocefalia, caracteriza-se pela deficiência do crescimento do cérebro, tanto pela dimensão da caixa craniana, como pelo pequeno desenvolvimento do cérebro em si. Ela foi utilizada como estudo de caso, dado o seu caráter incurável, irreversível e incapacitante. Objetivo: defender a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) às crianças diagnosticadas com microcefalia, diante da concessão do referido benefício às crianças e adolescentes com doença falciforme e da pensão especial garantida aos portadores da síndrome da talidomida. Metodologia: trata-se de pesquisa descritiva, do tipo estudo de caso, sobre a criança diagnosticada com microcefalia. A hipótese trabalhada no artigo reside na dificuldade de definição de quem é a pessoa com deficiência que faz jus ao Benefício de Prestação Continuada. Nesse contexto, deu-se destaque aos microcefálicos e a possibilidade de seu acesso ao benefício. O referencial teórico escolhido para análise dos dados foi o modelo social da deficiência. Os dados levantados para este artigo provêm de estudos relacionados ao tema da deficiência, da legislação relacionada ao BPC e das informações disponíveis sobre a microcefalia, por meio de revisão de literatura. Conclusões: concluiu-se que, se restarem preenchidos os requisitos do Decreto n° 6.214/07, a criança diagnosticada com microcefalia dispõe de razões suficientes para solicitar o BPC.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada, Microcefalia, Doença falciforme, Síndrome da talidomida.

Abstract

Introduction: the microcephaly (from the greek mikros (small) + kephale (head)), also known as nanocefalia, is characterized by the deficiency of brain growth, both the size of the skull, such as the small development of the brain itself. It was used as a case study, given its incurable, irreversible and disabling nature. Objective: defend the extension of the Benefit of Continued Payment (BPC) to children diagnosed with microcephaly, compared with the concession of that benefit to children and adolescents with sickle cell disease and the special pension guaranteed to holders of thalidomide syndrome. Methodology: this is a descriptive research, a case study on the child diagnosed with microcephaly. The hypothesis worked in the article is the difficulty of defining who is a disabled person that is eligible for the Benefit of Continued Payment. In this context, there has been emphasis on microcephalic and the possibility of access to the benefit. The theoretical framework chosen for analysis was the social model of disability. The data collected for this article come from studies related to the issue of disability, legislation related to the BPC and the information available on microcephaly, through literature review. Conclusion: it was concluded that if remain fulfilled the requirements of Decree n° 6.214/07, the child diagnosed with microcephaly have sufficient reasons to request the BPC.

Keywords: Benefit of Continued Payment, Microcephaly, Sickle cell disease, Thalidomide syndrome.

1 INTRODUÇÃO

Desde o começo, a atenção em saúde no Brasil foi marcada pela desigualdade: quando se tinha dinheiro, pagava-se por ela; quando não, o indivíduo se tornava dependente da benesse e da caridade por meio dos serviços prestados pelas Santas Casas de Misericórdia. Somente na década de 1930 se deu origem a um sistema de proteção social no Brasil, ainda que exclusiva dos trabalhadores.

A Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças significativas no padrão de proteção social brasileiro, marcando a história nacional ao positivar a saúde como um direito universal e dever do Estado, passando a sua fiscalização e controle à competência do poder público, mediante um Sistema Único de Saúde (SUS), que conta com a participação da comunidade e visa proporcionar atendimento integral à mesma.

Ao final de 2015, o Ministério da Saúde declarou estado de emergência em saúde pública no Brasil por causa do aumento de casos de microcefalia, condição rara em que o bebê nasce com o perímetro da cabeça igual ou menor do que 32 cm.

A criança assim diagnosticada será considerada uma pessoa com deficiência, ainda mais diante da diversidade de manifestações clínicas que a microcefalia pode apresentar, fazendo jus à concessão do BPC.

O Benefício de Prestação Continuada é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pago pelo Governo Federal no valor de um salário mínimo. O referido benefício assistencial foi instituído pela Constituição Federal de 1988, sendo pago às pessoas idosas e pessoas com deficiência cuja renda familiar mensal por pessoa seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo e que não possam garantir a sua sobrevivência por conta própria ou com o apoio da família. Preenchidos os requisitos, crianças diagnosticadas com microcefalia devem ter reconhecido o seu direito ao benefício, pois são consideradas pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei nº 8.213/91 (Lei de Benefícios Previdenciários).

2 DIREITOS DOS PORTADORES DE DOENÇA FALCIFORME E VÍTIMAS DE TALIDOMIDA

A anemia falciforme (AF) está entre as doenças genéticas de maior prevalência no Brasil e tem sido objeto de atenção destacada das equipes de profissionais de saúde. Ela se caracteriza por ser uma condição genética e hereditária, ocasionada por uma mutação na hemoglobina, fazendo com que parte das células vermelhas produzidas pelo corpo adquira um formato de foice, o que dificulta a oxigenação do sangue e pode entupir vasos sanguíneos, gerando crises de dor (principalmente nas articulações), síndrome mão-pé, comprometimento progressivo de diferentes órgãos, dentre outras complicações clínicas (PAIVA E SILVA; RAMALHO; CASSORLA, 1993).

O termo “anemia falciforme” foi trocado por “doença falciforme”, abrangendo de maneira mais ampla todas as formas desta doença. Segundo José Laguardia, citado por Aline Silva Gomes Xavier (LAGUARDIA, 2006), três aspectos relacionados a essa patologia caracterizam uma maior suscetibilidade da população negra e parda: origem geográfica, etiologia genética e as estatísticas de prevalência.

A doença teve origem na África e espalhou-se pelo mundo por causa do tráfico de escravos (ZAGO, 2011), e sua etiologia revelou que a mutação na hemoglobina se deu como uma forma de proteção contra a malária: o formato das hemácias permite que, mesmo em contato com o vetor da malária, a pessoa com anemia falciforme não seja contaminada pelo protozoário da doença. Portanto, a mutação das hemácias pode ser considerada uma evolução adaptativa.

Estima-se que 20 a 30 mil brasileiros portem doença falciforme e, segundo a coordenação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme do Ministério da Saúde, ela deve ser considerada um problema que requer medidas de saúde pública.

Devido à sua prevalência, morbidade e alto índice de mortalidade, o governo brasileiro vem criando programas que possibilitem o diagnóstico e tratamento precoce, como é o caso do Programa de Triagem Neonatal (PNTN), que representou um passo importante no reconhecimento da relevância da doença falciforme no campo da saúde pública e acima de tudo a garantia do princípio da igualdade, pois todos os recém-nascidos brasileiros, independente da origem geográfica, etnia e classe socioeconômica, terão acesso igual aos testes de triagem (RAMALHO; MAGNA; SILVA, 2003).

Este programa realiza não somente a testagem para doenças congênitas por meio do teste do pezinho, mas também presta atendimento contínuo e integral às

crianças triadas e seus familiares. Para consolidar este acompanhamento, realiza-se a orientação genética, que consiste em repassar informações genéticas sobre a doença, tratamentos e probabilidades reprodutivas, dando a pessoa com AF e seus familiares a possibilidade de escolher os cuidados adotados, a conveniência da reprodução e outros aspectos relativos à própria vida.

A variabilidade dos sintomas clínicos apresentados pode fazer com que as pessoas com doença falciforme experimentem situações de desigualdade e pouca receptividade pela sociedade. Elas tendem a ser duplamente estigmatizadas, por se tratar de uma doença de origem étnica e de natureza crônica, e também consideradas, muitas vezes, incapazes de responder às prerrogativas morais socialmente valoradas. Necessário, enfim, um conceito de deficiência que considere, em larga medida, as experiências de exclusão vividas pelas pessoas com deficiência.

Nesse sentido, importante destacar a afirmação de Barbosa, Diniz e Santos (BARBOSA; DINIZ; SANTOS, 2009), segundo a qual, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada, a maioria dos peritos tomam a doença falciforme como um tipo de deficiência, dado que a Lei n° 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelece que apenas as pessoas idosas e as pessoas com deficiência (que comprovem receber menos que um quarto do salário mínimo *per capita*), têm direito a esse benefício. Dessa forma, ao se considerar os aspectos da doença falciforme, constata-se que seu portador apresenta razões suficientes para solicitar o BPC.

Já a talidomida é um medicamento que foi desenvolvido na Alemanha, no ano de 1954, com a finalidade do controle da ansiedade, tensão e náuseas. A indústria farmacêutica que a desenvolveu acreditou que o medicamento era tão seguro que era propício para prescrever a mulheres grávidas, visando combater enjoos matinais. Mas em 1961 descobriu-se que a ingestão de um único comprimido nos três primeiros meses de gestação ocasiona a Focomelia, síndrome caracterizada pela aproximação ou encurtamento dos membros junto ao tronco do feto – tornando-os semelhantes aos de uma foca. Neste ano ela foi retirada de circulação em todos os países, à exceção do Brasil, que somente a retirou de circulação após quatro anos.

Apesar da proibição, em alguns casos especiais, médicos tem receitado a droga. Todavia, cabe observar que mesmo com a assinatura de Termo de Esclarecimento aos Pacientes e Termo de Responsabilidade Médica, ambos podem ser responsabilizados pelo mau uso da droga.

Atualmente a talidomida é proibida para mulheres em idade fértil em todo o território nacional, por força da Portaria nº 354/97. Ademais, foi publicada a Lei nº 7.070/82, que dispõe sobre a concessão de Pensão Especial Vitalícia da Síndrome da Talidomida (PEVST). Esta pensão varia de ½ a 4 salários mínimos, de acordo com o grau de deformação, levando-se em consideração quatro itens de dificuldade: alimentação, higiene, deambulação e incapacidade para o trabalho, malgrado o art. 13 da Orientação Interna INSS/DIRBEN nº 144/06, segundo o qual o valor do benefício não poderá ser inferior a um salário-mínimo.

A prova médico-pericial que deve ser realizada a fim de comprovar que a pessoa é portadora da Síndrome da Talidomida deverá ser feita, preferencialmente, por médico especialista em genética. Mas, dependendo da dificuldade encontrada ou mesmo diante da falta de perito especializado, o pleiteante poderá solicitar ajuda a algum profissional pertencente a universidade ou instituição de ensino de âmbito federal, credenciada pelo INSS.

Não resta dúvida de que a natureza jurídica da pensão às pessoas com deficiência física portadoras da síndrome da talidomida é indenizatória, podendo ser cumulada com todos os benefícios amparados pela Previdência Social, à exceção do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social e da extinta Renda Mensal Vitalícia. A pessoa também não pode requerer pensão especial se já recebeu algum rendimento pago pela União Federal.

A pessoa com deficiência física vítima da síndrome da talidomida deverá procurar pessoalmente ou, através de advogado, uma agência do INSS para dar entrada no pedido de concessão de pensão especial e pagamento de indenização dos danos morais (observando-se que o pagamento destes somente ocorrerá após o trânsito em julgado da ação judicial que determinou a concessão da pensão), devendo instruir o pedido com documentos que comprovem o uso do medicamento e a deficiência física, que será analisada pelo perito-médico especialista do INSS. No caso de não ser deferido o pedido de pensão especial e indenização por dano moral, o portador da síndrome de talidomida deve se socorrer ao Poder Judiciário, sempre orientado por um advogado, para garantir os seus direitos, expressamente previstos nas Leis nº 7.070/82 e nº 12.190/2010.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MICROCEFALIA

A microcefalia ocorre quando a cabeça de uma pessoa apresenta tamanho inferior ao esperado ou adequado para a faixa etária. Pode ser causada por fatores congênitos (sendo resultado do processo de formação intrauterino), por problemas na hora do nascimento ou por alguma adversidade que impeça o desenvolvimento normal do sistema nervoso nos dois primeiros anos de vida (EBC, *web*).

O termo é oriundo do grego *mikros* (pequeno) e *kephale* (cabeça), e também é conhecido como nanocefalia. A microcefalia, ao contrário do que o próprio nome pode induzir, não significa apenas o mau crescimento da cabeça, mas também prejudica o crescimento do cérebro em si e possui impacto nas dimensões da caixa craniana (SAUDEMEDICINA, *web*).

A microcefalia pode ser primária, quando os ossos do crânio se fecham durante a gestação e pode ocorrer nos primeiros 7 meses de gravidez, ou secundária, considerada quando o fechamento dos ossos cranianos ocorre na fase final da gravidez ou após o nascimento. O primeiro tipo redunda em hipertonia muscular generalizada, paralisia, convulsões e atraso mental, sendo consideradas consequências mais graves ao desenvolvimento da criança. Já no segundo nível, a maioria dos casos apresenta pouco desenvolvimento das funções cerebrais, ocasionando um atraso no desenvolvimento mental (BELTRAME, *web*).

A microcefalia congênita pode ocorrer por diversos fatores, dentre eles o genético, biológico, ambiental, químico ou físico. Assim, este tipo de microcefalia pode ser causado por doenças, transtornos genéticos, uso de substâncias tóxicas (cigarro, álcool, drogas ilícitas), exposição à radiação, uso de cosméticos inadequados para gestantes, automedicação, infecções, entre outros (EBC, *web*).

O rol de motivos que podem causar essa má formação é extenso ainda havendo considerável incerteza sobre o assunto no meio médico. Alguns casos ainda têm motivos não conhecidos (EBC, *web*).

A epidemia contemporânea demonstra indícios a relacioná-la com a infecção das gestantes por doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti* como Dengue, Chikungunya e principalmente com o Zika, devido ao relato de manchas vermelhas no corpo de algumas mães (EBC, *web*) e diante do surto dessas doenças no país. Todavia, não há ainda uma definição certa da relação entre as referidas doenças e o aumento dos casos de microcefalia.

Tal insegurança sobre a confirmação da relação entre Zika e Microcefalia se dá, entre outros fatores, pelo pouco conhecimento sobre o assunto. Segundo a Associação Médica Brasileira (AMB), apesar de ter existido casos de Zika vírus em países do continente africano na década de 40 e mais recentemente na Polinésia Francesa, o Brasil foi o primeiro país a analisar uma possível relação entre o surto de Zika e a microcefalia (AMB, *web*).

A situação levou o Ministério da Saúde, no dia 11/11/2015, a declarar estado de emergência em saúde pública em face do aumento de casos de microcefalia no Nordeste do Brasil, especialmente no Estado do Pernambuco (G1, *web*). A maior ocorrência de casos nessa região não significa que outras não devam estar em alerta ou promover políticas públicas de conscientização, prevenção e tratamento das doenças relacionadas com o mosquito *Aedes Aegypti*, principalmente com o Zika vírus. O fato do vetor da doença ser um mosquito, associada com o grande número de pessoas em circulação por todas as regiões do país, por motivo de trabalho ou de lazer, corroboram para a disseminação da infecção.

No caso de microcefalia causada por infecção adquirida pela mãe grávida (congênita), o maior impacto é sentido pelo feto nos primeiros quatro meses de gravidez, ou seja, o lapso temporal de formação dos órgãos do futuro bebê. Dessa forma, a proteção das grávidas contra mosquitos ou, quando já infectadas, um acompanhamento pré-natal nesse período, é crucial para a boa saúde do bebê (G1, *web*).

O diagnóstico varia dependendo do estágio no qual a microcefalia é constatada: caso haja a suspeita enquanto feto, a medição deve ser feita via ultrassom e depende de fatores como a posição do feto e a qualidade da imagem do exame; no caso do bebê já nascido, utiliza-se uma fita métrica para medir o perímetro cefálico. Nos casos de bebês nascidos com 37 semanas ou mais de gestação (BABYCENTER BRASIL, *web*), consideram-se suspeitos de microcefalia os bebês que possuem perímetro cefálico igual ou inferior a 31,9 cm para meninos, e 31,5 cm para meninas conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No entanto, não há como reverter a microcefalia com medicamentos ou tratamentos médicos. É possível apenas tentar melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida da criança com acompanhamento de profissionais especializados, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais (G1, *web*).

4 DA INACUMULATIVIDADE DO BPC COM OUTROS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A possiblidade do gozo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) encontra-se na Constituição Federal de 1988, a qual prevê, em seu art. 203 que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Dentre os objetivos previstos no supracitado artigo, encontra-se, no inc. V, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de

deficiência que comprove que não possui meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

A regulamentação das normas constitucionais encontra-se na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/1993) e no Decreto nº 6.214/07. Todavia, houve modificações na legislação em 2011 por meio das Leis nº 12.435 e nº 12.470 e pelo Decreto nº 7.617 (CASTRO; LAZZARI, 2014).

O BPC é uma transferência de renda incondicional (não depende de contribuição prévia), equivalente a um salário mínimo, destinada a pessoas pobres com deficiência ou idosas acima de 65 anos.

As condições para a concessão do BPC a uma pessoa com deficiência encontram-se previstas nos arts. 20 e 21 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): a) a existência de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual possa obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 20, §2º); b) ser a renda per capita da família inferior a ¼ do salário mínimo (art. 20, §3º); c) não possuir outro benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória (art. 20, §4º).

Cumpre destacar que este benefício não gera 13º salário, não é vitalício (podendo ser revogado caso sejam alteradas as condições que lhe deram origem) e é personalíssimo, não gerando direito de resíduo a qualquer eventual dependente, nem aos familiares do titular do benefício. Somente os valores não retirados em vida pelo beneficiário podem passar para outras pessoas da família.

Segundo os supracitados artigos, o BPC não pode ser acumulado com qualquer outro benefício, sendo este entendido como prestação de caráter pecuniário no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime. Nesses termos, entende-se que o seguro-desemprego estaria incluído entre as prestações que não podem ser acumuladas com o BPC (SANTOS, *web*).

Entretanto algumas prestações não seriam englobadas pela proibição normativa, como a assistência médica, a pensão especial de natureza indenizatória e remunerações advindas de contrato de aprendizagem de pessoas com deficiência. No último caso, a acumulação, todavia, não é plena, sendo limitada ao prazo máximo de dois anos, nos termos do Decreto n° 7.617/2011 (CASTRO; LAZZARI, 2014).

Segundo Castro e Lazzari (CASTRO; LAZZARI, 2014), a comprovação do terceiro requisito, ou seja, da ausência de gozo de outro benefício no ato do pleito do BPC, pode ser feita por meio de declaração do requerente do benefício ou, no caso de sua incapacidade para os atos da vida civil, de seu curador ou tutor.

5 REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ÀS CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM MICROCEFALIA

O BPC é a principal política de transferência de renda para a população de pessoas com deficiência, no Brasil, pois garante proteção às necessidades individuais básicas. Um dos principais desafios para a concessão do benefício, no entanto, é definir quem é a pessoa com deficiência elegível ao programa social.

Em 2009, com a adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), os critérios de definição da pessoa com deficiência foram alterados no Brasil e, consequentemente, os critérios de elegibilidade ao BPC. Deficiência é agora o resultado da relação entre um corpo com impedimentos e a

sociedade, ou seja, a deficiência é avaliada com base na participação de uma pessoa com impedimentos corporais na vida social, a exemplo da microcefalia, que pode ser incluída como deficiência.

No entanto, além dos dois requisitos já mencionados, o art. 20, § 3°, dispõe que será considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Nem todos são considerados família para o cálculo da renda per capita. O art. 20, § 1°, da Lei n° 12.435/11, elenca as seguintes pessoas como membros da família: o requerente; o cônjuge ou companheiro; os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto; os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

Conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal, na Reclamação 4.374/PE, bem como nos julgamentos dos Recursos Extraordinários (REs) 567985/MT e 580963/PR, foi considerada a inconstitucionalidade parcial do artigo 20, § 3º, da Lei Orgânica da Assistência Social, alterando o entendimento da ADIn nº. 1.232-1/DF, a qual considerava constitucional o critério da renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo para a concessão de benefícios assistenciais.

Ademais, a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou decisão que flexibilizou os requisitos para a concessão deste benefício a pessoas com deficiência ou idosos que não têm meios de prover a própria subsistência nem de tê-la provida por sua família. Nesse sentido, o INSS, ao verificar o requisito econômico para fins de concessão do BCP, deve deduzir do cálculo da renda familiar apenas as despesas que decorram diretamente da deficiência, incapacidade ou idade avançada, com medicamentos, alimentação especial, fraldas descartáveis e consultas na área da saúde, comprovadamente requeridos e negados pelo Estado.

O melhor entendimento é aquele segundo o qual este dispositivo legal traduz uma presunção relativa de miserabilidade, ou seja, não é taxativo, com base nos princípios constitucionais que devem nortear a atuação estatal. Esse requisito seria apenas um dos elementos possíveis para a aferição da miserabilidade, não excluindo outros elementos de prova que possam vir a ser colhidos pela Autarquia Federal ou pelo Poder Judiciário.

Em outras palavras, quando a renda familiar for inferior a ¼ de salário mínimo por cada membro da família, a miserabilidade é presumida. Nos demais casos, isto é, quando a renda familiar per capita for superior a ¼ do salário mínimo, a miserabilidade poderá ser comprovada por qualquer meio de prova em direito admitido. Assim, o parâmetro fixado no §3º do art. 20 da Lei n° 8.742/93 não vincula o julgador, sendo um sinal objetivo à sua atuação, podendo o magistrado fazer uso de outros meios de prova capazes de comprovar a miserabilidade do autor e de sua família.

Diante do exposto, verifica-se que utilizar unicamente o parâmetro objetivo de renda correspondente a ¼ do salário mínimo por cada pessoa do grupo familiar afigura-se insuficiente para aferir a miserabilidade do indivíduo. A fim de se garantir a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como da finalidade última da assistência social, qual seja, garantir o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, o melhor a se fazer é aferir a miserabilidade do sujeito ou do grupo familiar com base nos mais diversos elementos de prova: renda familiar per capita, laudo pericial socioeconômico, auto de constatação lavrado por oficial de justiça, depoimento testemunhal, etc.

Não é muito comum um recém-nascido se habilitar a receber benefício previdenciário, mas é possível. Embora não muito divulgado, o benefício assistencial é destinado às pessoas com deficiência de qualquer idade no valor de um salário mínimo, inclusive aos bebês que estão nascendo com microcefalia no país.

Famílias de crianças diagnosticadas com microcefalia que se enquadrem nos pré-requisitos do Benefício de Prestação Continuada (ou seja, ficar comprovado que a família não tem condições de sustentar a criança) poderão receber o valor de um salário mínimo ao mês para complementar a renda, desde que possuam renda *per capita* inferior a R$ 220,00 (valores atualizados do ano corrente), segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, visto que crianças com microcefalia apresentam dificuldades neurológicas, motoras e respiratórias, precisando, por estes motivos, de cuidados especiais que precisam de recursos para serem supridos.

Para a advogada Melissa Barufi, a concessão do benefício não é suficiente, haja vista que uma criança com microcefalia depende de cuidados especiais, bem como necessita de acompanhamento por profissionais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentistas e terapeutas ocupacionais, visando melhorar o desenvolvimento e a sua qualidade de vida (Instituto Brasileiro de Direito de Família, *web*).

Nesse sentido, destaque-se o Projeto de Lei nº 3974, de autoria da deputada federal Mara Gabrilli, que dispõe sobre direito a dano moral e concessão de pensão especial à pessoa com Microcefalia ou com Síndrome de Guillain-Barré, decorrentes do Zika Vírus. De acordo com a proposta, será concedida uma indenização por dano moral no valor único de 50 mil reais, além de uma pensão especial, mensal e vitalícia, em valor equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (GABRILLI, *web*). O Projeto de Lei se baseou em um ordenamento jurídico já praticado em outras situações semelhantes, como as indenizações e pensões especiais de responsabilidade da União pagas às vítimas da Síndrome da Talidomida (Lei nº 7.070/82), aos familiares das vítimas fatais da hemodiálise de Caruaru (Lei nº 9.422/96), às vítimas do acidente com Césio-137 em Goiânia (Lei nº 9.425/96) e aos atingidos pela hanseníase e submetidos à internação e tratamento compulsórios (Lei nº 11.520/07).

Além disso, o deputado federal João Daniel apresentou duas emendas à Medida Provisória n° 712/2016, editada pela Presidência da República, que intensifica o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*. Nas emendas, o parlamentar propõe que o valor do salário-maternidade seja aumentado em 40% para mães de bebês com microcefalia e que seja ampliado para seis meses o período de licença-maternidade nesses casos (EMMovimento, *web*).

E diante do atraso na confirmação de casos de microcefalia e da demora na concessão de benefício de um salário mínimo para crianças com a má-formação nascidas em famílias de baixa renda, o governo federal lançou no dia 15 de março de 2016 um plano para reduzir a espera que prevê repasses de R$ 10,9 milhões aos Estados. Os recursos extras serão usados num plano que prevê identificar e localizar bebês com suspeita da doença, levá-los a centros de diagnóstico e, se necessário, achar hospedagem até que todos os exames sejam feitos (Correio Braziliense, *web*).

A legitimidade ativa para a ação que vise à concessão do Benefício de Prestação pertence à criança diagnosticada com microcefalia, a qual será representada por pessoa capaz, desde que devidamente cadastrada no INSS. Nesse sentido, o art. 3º do Código Civil é expresso ao aduzir:

> Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
> I – os menores de dezesseis anos;
> II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
> III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Forçoso concluir que a parte, quando menor ou incapaz para os atos da vida civil, deverá ser representada em juízo por pessoa capaz que, consequentemente, outorgará o respectivo mandato ao advogado para ajuizar e acompanhar todos os atos processuais do interesse do(a) autor(a).

De outra banda, a titularidade passiva da ação deverá ser formada pelo INSS e pela União Federal, em litisconsórcio passivo necessário. Com efeito, quem arcará com o pagamento do benefício será a União Federal por meio do INSS, que é uma autarquia federal incumbida de administrar os pagamentos efetuados por aquela. Não é seguida à risca, entretanto, a determinação de citação da União e do INSS em conjunto. Coaduna-se, neste trabalho, com a opinião de Wagner de Oliveira Pierotti, para quem a propositura da ação contra o INSS, ou contra a União, ou contra ambos, mostra-se correta. De qualquer forma, se a ação for proposta em face da União ou em litisconsórcio desta com o INSS, deverá ser proposta na Justiça Federal e não na Justiça Estadual, o que afastaria em demasia a prestação da tutela jurisdicional, a não ser que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, conforme disposição do art. 109, § 3°, da Constituição Federal (PIEROTTI, *web*).

Reza o art. 37 da Lei n° 8.742 /93, com a nova redação da Lei n° 9.720/98, que "O benefício de prestação continuada será devido após o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, inclusive apresentação da documentação necessária, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências de que trata este artigo." Não havendo qualquer fato que demonstre ter o INSS exigido documentação complementar àquela colacionada quando da entrada do requerimento na via administrativa, tem-se como "cumprimento das exigências" a data da entrada desse requerimento.

A data de início do benefício (DIB), portanto, deve ser fixada na data de entrada do requerimento administrativo. Ainda que o benefício esteja sendo postulado perante o Poder Judiciário, o seu termo inicial deve ser fixado na data da entrada do requerimento na agência da Previdência Social. Por outro lado, caso não exista nos autos o pedido formulado administrativamente, a DIB deve ser fixada na data da juntada do laudo médico pericial aos autos ou a data da citação do INSS para contestar o pedido do autor, ficando, desse modo, a critério do juiz da causa qual deve ser a data de início do benefício. Entretanto, André Borges Uliano defende a extensão da inoponibilidade dos prazos ao civilmente incapaz, para o regramento do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência quando seu beneficiário for pessoa absolutamente incapaz. Nesse caso, a DIB deve ser fixada ao tempo em que o perito determinar que sobreveio a incapacidade absoluta, independentemente da data do requerimento, isto é, deve coincidir com a DII ou outro momento a partir do qual se puder aferir que o requerente já havia atendido a todos os pressupostos e encontrava-se civilmente incapaz (ULIANO, *web*).

De dois em dois anos acontecerá revisão do BPC, através de visita domiciliar realizada por assistente social, verificando se permanecem as condições que geraram o benefício.

O BPC será suspenso ou cessado em casos de superação das condições que lhe deram origem ou caso seja comprovada alguma irregularidade na concessão ou manutenção do benefício. A suspensão também é válida em casos de morte do usuário, não sendo possível a extensão/continuação a membros da família. Em hipótese alguma o benefício pode ser transferido para outra pessoa, mesmo que seja da família.

Em caso de constatação de qualquer irregularidade em relação ao BPC, cometida pelo beneficiário ou terceiros, o INSS adotará as medidas jurídicas necessárias para restituição dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo de outras penalidades legais.

Caso o benefício seja negado, o requerente poderá, no próprio INSS, junto ao balcão, fazer o Pedido de Reconsideração (PR), ou seja, o pedido de uma nova perícia, lançado diretamente no sistema de computadores, sem preenchimento de formulários. Ao indeferimento, poderá ser solicitado imediatamente ou após o PR, justificando a necessidade de perícia por médico especialista ou de junta médica. No caso de recurso, o retorno pode ser demorado. Ao indeferimento, o requerente ou responsável tem o prazo de 30 dias para dar andamento a estas prerrogativas. A Coordenadoria de Atenção aos Portadores de Necessidades Especiais presta apoio à elaboração do Recurso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos sociais no processo saúde-doença têm obtido atenção crescente nas análises sobre o fenômeno da saúde.

O final do ano de 2015 foi marcado pelo rápido aumento dos casos diagnosticados de microcefalia no país. De acordo com o Ministério da Saúde, o mosquito *Aedes aegypti* é o responsável pela transmissão da dengue, da febre amarela e da Chikungunya, podendo também transmitir o Zika vírus. Para grande parte das autoridades sanitárias, há uma possibilidade de relação causal entre o Zika e a microcefalia que tem acometido os bebês nascidos nas regiões de risco no Brasil.

A microcefalia, infelizmente, não tem cura. Mas, independentemente disso, é preciso que a criança assim diagnosticada seja tratada, de forma a evitar as complicações do acometimento cerebral, estimular o desenvolvimento de suas habilidades e lhe garantir uma melhor qualidade de vida.

Para além disso, o presente estudo buscou sustentar que caso sua família seja de baixa renda, a criança fará jus ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada, auxílio assistencial instituído pela Constituição de 1998 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que garante um salário mínimo mensal a idosos e a pessoas com deficiência que não tenham meios para se sustentar, nem podem ser sustentadas pela família, independentemente da idade. O responsável legal deverá comprovar a condição neurológica da criança e que a renda mensal da família é de menos de um quarto do salário mínimo por pessoa.

REFERÊNCIAS

AMB. *Zika virús e microcefalia: mitos e verdades*. Disponível em: http://amb.org.br/noticias/boatos-zika-microcefalia/

BABYCENTER BRASIL. *Microcefalia*. Disponível em: http://brasil.babycenter.com/a25015205/microcefalia

BARBOSA, L.; DINIZ, D.; SANTOS, W. Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 8 n.2 p. 377-390. jul./dez. 2009.Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 05 jun. 2016.

Beltrame, B. *Entenda o que é microcefalia e quais são as consequências para o bebê*. Disponível em: http://www.tuasaude.com/microcefalia/

CASTRO, A. P.; LAZZARI, J. B. *Manual de direito previdenciário.* Ed. 16. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Correio Braziliense. *Governo federal lança plano que beneficia crianças com microcefalia*. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2016/03/15/interna_ciencia_saude,522174/governo-federal-lanca-plano-que-beneficia-criancas-com-microcefalia.shtml

EBC. *O que é microcefalia?* Disponível em: http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/11/o-que-e-microcefalia

EMMovimento. *Deputado João Daniel propõe emendas à MP 712 para beneficiar mães de bebês com microcefalia*. Disponível em: http://www.emmovimentose.com.br/noticia/1195/deputado-joao-daniel-propoe-emendas-a-mp-712-para-beneficiar-maes-de-bebes-com-microcefalia#sthash.VByfNRzi.dpuf

G1. *Microcefalia:* saiba o que é, o que causa e como identificar. Disponível em: http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/11/microcefalia-saiba-o-que-e-o-que-causa-e-como-identificar.html 21 EBC. O que é microcefalia? Disponível em: http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/11/o-que-e-microcefalia

GABRILLI, M. *Indenização e pensão às famílias atingidas pela microcefalia.* Disponível em: http://maragabrilli.com.br/category/destaque/

Instituto Brasileiro de Direito de Família. *Crianças com microcefalia podem receber auxílio mensal de um salário mínimo do Governo.* Disponível em: http://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/305952867/criancas-com-microcefalia-podem-receber-auxilio-mensal-de-um-salario-minimo-do-governo

LAGUARDIA, J. No fio da navalha: anemia falciforme, raça e as implicações no cuidado à saúde. Estudos feministas, Florianópolis, jan./abr. 2006. Apud Xavier, A. G. S. Experiências reprodutivas de mulheres com anemia falciforme. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12741/1/DISSER__PGENF_278_ALINE%20SILVA%20GOMES.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

PAIVA E SILVA, R. B.; RAMALHO, A. S.; CASSORLA, R. M. S. A anemia falciforme como problema de saúde pública no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 27, pp. 54-58, 1993.

PIEROTTI, W. O. *Pensão especial aos portadores de deficiência física da síndrome da talidomida.* Disponível em: www.agu.gov.br/page/download/index/id/606348

RAMALHO, A. S.; MAGNA, L. A.; SILVA, R.B.P. A Portaria nº 822/01 do Ministério da Saúde e as peculiaridades das hemoglobinopatias em saúde pública no Brasil. *Caderno de saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n.4, p. 1195-9, 2003.

SANTOS, Wederson Rufino. *Deficiência e BPC:* o que muda na vida das pessoas atendidas? Instituto de bioética, direitos humanos e gênero (ANIS). Disponível em: www.anis.org.br/

SAUDEMEDICINA. *Microcefalia*. Disponível em: http://www.saudemedicina.com/microcefalia/

ULIANO, A. B. *A data de início do benefício assistencial de prestação continuada ao deficiente civilmente incapaz*. Disponível em: http://www.lex.com.br/doutrina_25978867_A_DATA_DE_INICIO_DO_BENEFICIO_ASSISTENCIAL_DE_PRESTACAO_CONTINUADA_AO_DEFICIENTE_CIVILMENTE_INCAPAZ.aspx

ZAGO, M. A. Considerações Gerais. Manual de diagnóstico e tratamento de doenças falciformes. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2002. Apud Xavier, A. G. S. Experiências reprodutivas de mulheres com anemia falciforme. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12741/1/DISSER__PGENF_278_ALINE%20SILVA%20GOMES.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL: UMA ESTRATÉGIA BRASILEIRA DIANTE DO ACORDO DE PARIS.

RURAL ENVIRONMENTAL REGISTRY: A BRAZILIAN STRATEGY BEFORE THE PARIS AGREEMENT.

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas ; Subárea – Desenvolvimento ambiental /Sustentável;

OLIVEIRA, Ana Paula BS. Professor de Administração da Produção no curso de Administração de empresas da Universidade Estadual de Minas Gerais- UEMG-Passos/MG. Administradora, especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela Unifran-Franca/SP. Email: brito.silveira@bol.com.br

SILVA, Hugo M. Professor de Economia e Administração Financeira nos cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Gestão Comercial da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG – Passos/MG. Administrador, especialista em Gerência Financeira pela UNIMEP-Piracicaba/SP. E-mail: hugo.uemg@gmail.com

SILVA JUNIOR, Inácio F da. Professor no curso de Administração de Empresas na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) –Passos-M.G. Administrador, especialista em psicologia organizacional pela Unifran/SP. E-mail: inaciofacef@hotmail.com

FARCHE, Renata. Professor de Psicologia aplicada a administração e recursos humanos, Universidade Estadual de Minas Gerais UEMG -Passos/MG. Psicóloga, mestre em ciências sociais pela USP Ribeirão Preto/SP. E-mail: renata.farche@hotmail.com

Resumo

A proteção ao uso da terra é uma preocupação mundial. Nesta dinâmica, o Brasil tem um papel fundamental, atuando como guardião das atividades envolvendo o meio ambiente e também como executor de políticas públicas efetivas, refletidas através de aplicação de instrumentos de controle direcionados à obtenção dessas metas. Este artigo tem como objetivo principal reunir informações disponíveis na literatura sobre o novo sistema de regularização ambiental, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e analisá-las criticamente diante das propostas firmadas através do Acordo de Paris. O CAR é uma ferramenta de apoio regulatório ambiental e auxilia no planejamento e recuperação de áreas degradadas além de incentivar a

regeneração de outros recursos ecológicos. O Acordo de Paris tem como pilar as principais mudanças climáticas e o desenvolvimento de baixo carbono, sem prejudicar a produção de alimentos. O Brasil conta com o CAR - projeto inovador e estratégico- para cumprir as ambiciosas metas deste acordo. Possui como procedimentos metodológicos: a) pesquisa, organização e sistematização das principais premissas relacionadas às metas brasileiras no Acordo de Paris e ao CAR, e; b) pesquisa, sistematização, correlação e análise das ações necessárias para compreender a relação entre os principais elementos norteadores da pesquisa (políticas públicas, desmatamento, aquecimento global, setor produtivo, uso da terra). Para tanto, utilizou-se uma pesquisa exploratória, baseada no método dedutivo-indutivo e apoiada em consultas bibliográficas impressas e eletrônicas de modo a elaborar um parecer crítico sobre o assunto.

Palavras-chave: CAR, Acordo de Paris, Políticas públicas.

Abstract
Land-use protection is a worldwide concern. In this dynamic, Brazil plays a fundamental role, acting as guardian of activities involving the environment and also as executor of effective public policies, reflected through the application of control instruments aimed at achieving these goals. This paper aims to gather information available in the literature on the new environmental regularization system, the Rural Environmental Registry (CAR) and critically analyze them in the light of the proposals signed through the Paris Agreement. The CAR is an environmental regulatory support tool and assists in the planning and recovery of degraded areas and encourages the regeneration of other ecological resources. The Paris Agreement has as its main pillar climate change and low carbon development, without undermining food production. Brazil has the CAR - an innovative and strategic project - to meet the ambitious goals of this agreement. This article still has the following methodologic procedures: a) research, organization and systematization of the main premises related to the Brazilian goals in the Paris Agreement and the CAR, and; b) research, systematization, correlation and analysis of the actions necessary to understand the relationship between the main elements (Public policies, deforestation, global warming, productive sector, land use). For that, an exploratory research was used, based on the deductive-inductive method and supported in bibliographical consultations printed and electronic in order to elaborate a critical opinion on the subject.

Keywords: CAR, Agreement of Paris, Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a proteção do ambiente enquanto uma perspectiva sistêmica de sustentabilidade, faz-se pertinente ampliar paradigmas de modo a obter uma visão macro, interligada e sem dúvida, humanizada no que se refere às interfaces do que se ocupa o presente artigo.Silva (2015) aponta que proteger o meio ambiente é o objetivo de toda e qualquer legislação ambiental, sempre em busca de instrumentos para tal, visando atingir o desenvolvimento sustentável.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 225,

veio consolidar a preservação ambiental, ao determinar o direito de todos a o meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as gerações futuras (Silva, 2015).

Em termos de proteção ambiental, segundo Laudares, Silva e Borges(2014), conservar florestas e outros tipos de vegetação nativa, por exemplo, é importantíssimo para a proteção da fauna e flora de cada região. Assim, um dos principais instrumentos para assegurar essa conservação, contidos na legislação brasileira, são as APPs (Área de Preservação Permanente) e a área de Reserva Legal (RL).

Essas áreas são de elevada importância para a manutenção dos processos ecológicos pois atenuam a erosão dos terrenos declivosos, evitam a colmatagem dos rios, servem para conectar áreas e proporcionam a diversidade gênica animal e vegetal. Ainda segundo Laudares, Silva e Borges(2014), estes espaços tem sido muito degradados pelas práticas agrícolas.

Apesar das leis que tratam do meio ambiente no Brasil estarem entre as mais completas e avançadas do mundo, existem muitas falhas no âmbito da fiscalização. Para tentar equacionar mais contemporaneamente estes problemas foi introduzido um mecanismo por intermédio da Lei n. 12.651/12: qual seja, o Cadastro Ambiental Rural. O CAR visa constituir uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e vegetação nativa no Brasil (LAUDARES, SILVA e BORGES, 2014).

Antoniazzi e Lima (2016) sinalizam que a regularização perante o Código Florestal baseada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) poderá, na prática, se tornar uma ferramenta efetiva de controle do desmatamento, permitindo separar a conversão legal da ilegal, fiscalizando e multando quem fizer essa prática sem autorização.

Note-se que estes preceitos, tais quais preconizados pelo CAR, vão de encontro ao Acordo de Paris.

Ainda de acordo com Antoniazzi e Lima (2016), a aprovação do Acordo de Paris trouxe novo fôlego para os esforços globais de combate às mudanças do clima e para a agenda de promoção do desenvolvimento sustentável. As contribuições brasileiras que compõem as ações nacionais no Acordo de Paris têm íntima relação com a agenda de uso da terra, agropecuária e energias renováveis, considerando que o nível de ambição das ações exige a criação de novas políticas e o envolvimento de diversos atores.

2- PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo está respaldado pelas seguintes etapas metodológicas: a) pesquisa, organização e sistematização das principais premissas gerais relacionadas às metas brasileiras no Acordo de Paris e ao CAR, e; b) pesquisa, sistematização, correlação e análise das ações necessárias para compreender a relação entre os principais elementos norteadores da pesquisa (políticas públicas, desmatamento, aquecimento global, setor produtivo, uso da terra), tratamento lógico dessas premissas e destas ações de forma a relacioná-las ao setor pesquisado.

Utilizou-se, de método dedutivo-indutivo ao analisara partir das principais

referências tanto do CAR quanto do Acordo de Paris (escopo geral / abordagem dedutiva), quais seriam os principais elementos destes documentos (escopo específico / abordagem dedutiva) que poderiam proporcionar a utilização do CAR (escopo específico / abordagem indutiva) como ferramenta estratégica para cumprimento das metas do Acordo de Paris (escopo geral / abordagem indutiva).

Secci (2016) afirma que os estudos podem ser descritivos ou prescritivos. Estudos descritivos têm o objetivo de construir teorias , por meio da descrição e explicação dos tipos de políticas públicas, do comportamento dos atores e da instituição nas diferentes fases do processo. Já os estudos prescritivos estão preocupados em melhorar as políticas públicas, enfim, orientar, recomendar, intervir; em vez de buscar a construção teórica, têm a finalidade de intervir na realidade social.

Conforme Secci (2016), os estudos descritivos podem se dedutivos ou indutivos. Métodos indutivos são aqueles que o pesquisador investiga baseado em dados empíricos qualitativos e quantitativos(estudos de casos, séries históricas) para elaborar sínteses, hipóteses, teorias. Enquanto nos métodos dedutivos o pesquisador parte de hipóteses e teorias para então testá-las na prática.

Assim utilizou-se a pesquisa exploratória descritiva dentro do referido enfoque dedutivo-indutivo, conforme fundamentado pelos autoresSilva E. L. Menezes(2005).

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta discussão apresentar-se-á os apontamentos desenvolvidos a partir dos objetivos pré-definidos segundo a metodologia adotada e descrita no item percurso metodológico. Assim, apresenta-se:

2.1 CAR e Acordo de Paris: abordagem dedutiva

Secci (2013) afirma que o estabelecimento de objetivos é importante para nortear a construção de alternativas e tomadas de decisão, implementação e avaliação das políticas públicas e que um mesmo objetivo pode ser alcançado de diversas formas, por diversos caminhos.

Secci (2013) entende, ainda, que o policymaker (aquele que faz a política pública) tem à disposição quatro mecanismos de indução de comportamento:

•Premiação: influenciar o comportamento com estímulos positivos;
•Coerção: influenciar o comportamento com estímulos negativos;
•Conscientização: influenciar o comportamento através do apelo e dever moral;
•Soluções técnicas: aplicar soluções práticas que venham influenciar o comportamento de formas diferentes.

Estes mecanismos de indução de comportamento são uma versão sintetizada dos instrumentos de políticas públicas, comumente utilizados na fase de implantação.

A fase da implementação é aquela que a administração pública reveste-se de sua principal função: executar as políticas públicas. Deste modo, o policymaker necessita dos instrumentos da política pública, enfim, os meios disponíveis para transformar as intenções em políticas (SECCI, 2013).

Dentre os instrumentos de política pública citados na literatura, conforme Secci (2013), um merece destaque por estar de acordo com a pesquisa; a regulamentação, ou seja o instrumento regulatório que cria regras ou restrições à liberdade econômica, social e política.

Conforme Brasil (2012), o art. 29 da Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012 dispõe, neste sentido, que:

"É criado o Cadastro Ambiental Rural- CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento".

Laudares, Silva e Borges (2014) afirmam que através do CAR todas as informações referentes à situação ambiental das áreas de preservação permanente, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, bem como das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas das propriedades rurais do país, irão compor uma base de dados com fotos de satélites disponíveis para toda a população, contribuindo assim para uma melhoria ambiental.
Lima e Nassar (2017) afirmam que o novo Código Florestal busca construir pontes entre o mundo da produção agropecuária - focado na produção de alimentos enquanto que e o mundo florestal é focado na conservação ambiental e na geração de serviços ecossistêmicos.
Silva (2015) ensina que o CAR objetiva gerar e fornecer informações acerca da tutela ambiental, ou seja, pode-se dizer que o mesmo possui um caráter informativo para o atendimento à participação coletiva em promoção ao desenvolvimento sustentável, atuando no controle ambiental, servindo também, para a formulação de políticas ambientais.

Silva (2015) também ensina que o CAR é um instrumento fundamental para auxiliar na regularização ambiental de posses e propriedades rurais, promovendo o levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das áreas de reserva legal (RL), das áreas de proteção permanente (APPs), bem como de remanescentes de vegetação nativa, dentre outras; com a finalidade de estabelecer um quadro onde serão fornecidas as informações para os cálculos dos valores das áreas que serão objetos de diagnóstico ambiental. O CAR vem sendo considerado uma importante ferramenta no auxílio do planejamento e, também, de recuperação de áreas degradadas[1], em que se busca a qualidade do meio ambiente, através das políticas públicas pelos Governos Federal e Estadual, e ainda, o Municipal.

Silva (2015) ressalta que o cenário ambiental da Amazônia Legal, com grandes ocorrências de desmatamento e a situações de grilagem de terra, tais informações do CAR são muito importantes para a adoção de medidas preventivas e repressivas aos que descumprem as leis ambientais[2]. Devido a isto, é fácil compreender a importância do livre acesso a informação ambiental para a regularização ambiental por meio do CAR, justamente por que este traz todas as informações necessárias para, de início, verificar as condições da propriedade rural, no que tange ao atendimento da legislação ambiental e, em um segundo momento, diante da presença de passivos ambientais, a possibilidade de aplicar penalidades e de responsabilizar civilmente pelo dano gerado.

Moreira (2016) afirma que quando o Ministério da Agricultura, por exemplo, exige que o produtor rural promova o cadastro, na realidade é um ato falho que tem

conduzido à política do CAR e que revela, segundo seu entendimento, uma incômoda realidade: para efeitos do CAR, proprietário, possuidor e grileiro tem recebido igual tratamento.

Neste sentido, Moreira (2016) ressalta que o CAR jamais fora concebido como mecanismo fundiário, mas sim como mecanismo de regularização ambiental.

Todavia, sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse nas quais incidiria o cadastro. Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa a servir-se de instrumento para grilagem.

Laudares, Silva e Borges (2014) acreditam que nos lugares em que o cadastro foi implantado é possível observar resultados positivos. Na Amazônia, em lugares do Estado onde o CAR foi implantado, houve um fortalecimento da gestão ambiental e planejamento municipal, além de garantir segurança jurídica ao produtor.

Lima e Nassar (2017) afirmam que com o CAR é possível constatar a existência de 166 milhões de hectares com vegetação nativa nas propriedades. Ainda, que há ao menos um passivo de 5,8 milhões de hectares de áreas de preservação permanente (APP) e de 14,9 milhões de hectares em áreas de reserva legal (RL). Todo o déficit tanto de APP quanto de RL precisa ser recuperado, considerando que uma parte virá por compensação em áreas que poderiam ser legalmente convertidas[3].

Lima e Nassar (2017) entendem que o mercado enxerga a adequação à Lei n. 12.651/2012[4] como um requisito essencial. Isto porque, os bancos, por exemplo, não poderão conceder crédito para quem não tiver o CAR a partir de 2018 ou, no máximo, 2019. Da mesma forma, empresas de insumos que financiam produtores estão atentas a este processo. Frigoríficos, traders de grãos, usinas e a indústria de alimentos também estão de olho nisso. Comprar produtos, produzir ou arrendar áreas que não estão em conformidade trará riscos para toda a cadeia de suprimento. Apenas áreas regularizadas terão livre acesso ao mercado e a programas de crédito.

Antoniazzi e Lima (2016) afirmam que reduzir o desmatamento, implementar o novo código florestal, dar escala às práticas de baixo carbono na economia, fomentar energias renováveis, criar políticas públicas que permitam aprofundar emissões e práticas de adaptação no setor de uso da terra são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Antoniazzi e Lima (2016) também afirmam que as contribuições brasileiras que compõem as ações nacionais no Acordo de Paris têm íntima relação com a agenda de uso da terra, agropecuária e energia renováveis, e diante desta perspectiva é importante considerar que o Acordo ajudará o Brasil a definir uma nova dinâmica de uso da terra nos próximos vinte anos.

1 A etapa subsequente à satisfatória implantação do CAR, no território nacional, passa a ser a implantação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA), tal como também previsto na Lei n. 12.651/2012, para promover a adequação ambiental das propriedades rurais do país e, com isto, atendendo também a diversos aspectos tais quais igualmente previstos no Acordo de Paris (aqui especificamente com respeito à mitigação dos efeitos ambientais decorrentes das mudanças climáticas originada pela emissão dos gases do Efeito Estufa).

2 O que também agregaria aos principais objetivos e metas do Acordo de Paris.

3 Elementos este que também vem de encontro ao Acordo de Paris, desde que adequadamente contemplados.

4 Também conhecida como “Nova Lei Florestal” ou “Novo Código Florestal”.

Antoniazzi e Lima (2016) enxergam, por fim, que o Acordo de Paris, aprovado na 21° Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima (COP21) é um marco histórico no processo de combate às mudanças no clima em nível global. Neste sentido, 195 países e a União Europeia assinaram o Acordo que define como a humanidade combaterá o aquecimento global nas próximas décadas, sendo o objetivo principal conter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C, visando alcançar o patamar de 1,5°C.

Brasil (2017) entende que, para o alcance do objetivo final do Acordo de Paris, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês). Por meio das iNDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa, seguindo o que cada governo considera viável a partir do cenário social e econômico local. No dia 21 de setembro de 2016, o instrumento foi entregue às Nações Unidas. Com isso, as metas brasileiras deixaram de ser pretendidas e tornaram-se compromissos oficiais. Agora, portanto, a sigla perdeu a letra “i” (do inglês, intended) e passou a ser chamada apenas de NDC.

Sendo assim, a NDC do Brasil compromete-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se compromete a aumentar a participação de bioenergia sustentável para 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, correspondendo a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de gases efeito de estufa por unidade do PIB (intensidade de emissões) em 2025 e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005.

O Brasil, portanto, conforme se vislumbra na figura 1, reduzirá emissões de gases de efeito estufa no contexto de um aumento contínuo da população e do PIB (Brasil, 2017).

Figura 1. NDC do Brasil

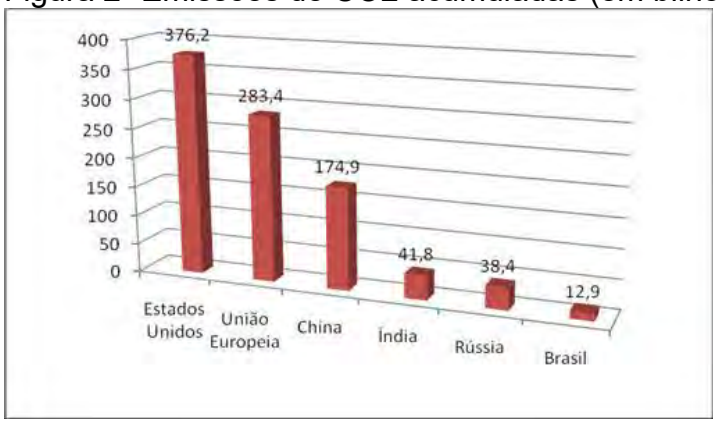
Fonte: Brasil, 2017.

2.2 CAR e PRA: abordagem Indutiva

A análise das perspectivas da 21° Conferência das Partes (COP 21) onde foi aprovado o Acordo de Paris é uma tarefa delicada e complexa. O Brasil, uma das partes deste Acordo, possui grande responsabilidade no sucesso ou insucesso das ações acordadas, pois representa um gigante na restauração florestal e agricultura de baixo carbono.

É possível observar, primeiramente, que os maiores emissores de CO2 são Estados Unidos, União Europeia e China. O Brasil parece pequeno diante desses "gigantes" poluidores, porém seu comprometimento inovador fará toda a diferença.

Figura 2- Emissões de CO2 acumuladas (em bilhões de toneladas)



Adaptado de O Globo (2017).

Conforme observado na figura 2, Estados Unidos, União Europeia e China somam juntas 834,5 bilhões de toneladas de CO2 acumuladas. O Brasil apresenta-se relativamente insignificante, com apenas 12,9 bilhões de toneladas, mas não o é. Isto porque, uma redução na poluição brasileira representa um grande feito. Essas disparidades entre países desenvolvidos e não desenvolvidos estão previstas no Acordo de Paris, de forma que todas essas diferenças serão respeitadas, levando-se em consideração o que cada parte poderá contribuir. Esse é um diferencial.

Comparando o Brasil e a China, dois países em desenvolvimento, percebe-se que, além de poluir significativamente em menor intensidade, o Brasil ainda conta com uma notável vantagem ambiental e territorial; florestas fartas e abundância de água, além de grande potencial de desenvolvimento econômico.

O Brasil, conforme se verifica no quadro 1 tem como meta reduzir em até 37% a emissão de CO2 até 2025 e 43% até 2030. Trata-se de um compromisso firmado pelo país dentro do Acordo de Paris que, apesar de ambicioso, é possível de ser implementado, desde que bem planejado.

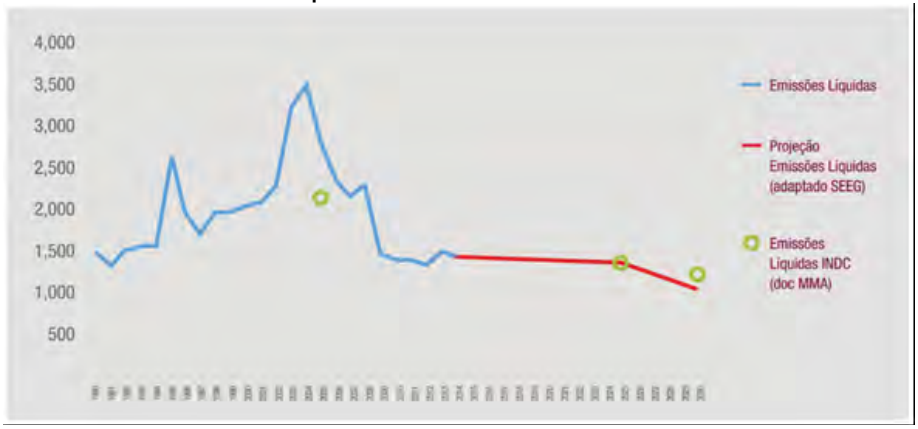
Quadro 1: emissão brasileira de gases de efeito estufa em 2005, e o quanto deverão ser para cumprir a meta de redução progressiva assumida no Acordo de Paris, em milhões de ton CO2 eq.

	2005	2025	2030
Total	2,133	1,346	1,208
Redução em relação a 2005	-	37%	43%

(Fonte SEEG)

Para atingir esse objetivo, em consonância com a situação vislumbrada na figura 3, o país precisa restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, recuperar 15 milhões de hectares de pastos degradados, atingir de 28% a 33% de energias renováveis não-hidrelétricas e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia. 9

Figura 3: histórico de emissões líquidas de GEE, e previsão das emissões até 2030, de acordo com o compromisso brasileiro no Acordo de Paris.



Fonte: SEEG.

O maior trunfo brasileiro para a consecução deste objetivo é justamente o instrumento criado há quatro anos, mas ainda em fase de implementação, qual seja, justamente o CAR. Até porque, após a conclusão definitiva do processo de registro de todas as propriedades rurais brasileiras no CAR ter-se-á, então, uma visão clara sobre as áreas a serem protegidas e/ou recuperadas, aplicando enfim as políticas públicas necessárias.

Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente tem empreendido atividades para promover a implementação total do CAR em todo o território brasileiro, principalmente para combater o desmatamento e incentivar o desenvolvimento sustentável.

Verifica-se, a partir deste panorama, que a perseguição do paradigma do desenvolvimento sustentável, em suma, não é uma tarefa fácil, principalmente em um país com uma grande extensão territorial, necessidades e realidades diversas. Zerar o desmatamento na Amazônia, por exemplo, é uma questão difícil, mas necessária.

Observe-se, a este propósito, que mesmo com o inovador instrumento - CAR-

muitos ainda conseguem fraudar, omitir e grilar terras. Isso ocorre porque este novo instrumento ainda possui muitas falhas, por possuir a característica de ser auto-declaratório, permitindo que o próprio produtor insira os dados da propriedade. Outro problema é a fiscalização. Como toda lei brasileira, existe uma carência de fiscalizadores, permitindo fraudes e falhas no processo.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países que assinaram o Acordo de Paris apresentam condições econômicas, sociais e ambientais bastante distintas.

Considerando que a 21ª Convenção entre as partes considera as disparidades existentes nos países membros como um diferencial inovador e um caminho de prosperidade.

A potencialidade do Brasil em termos de sustentabilidade é superior aos outros países do Acordo. Quando comparado a países em desenvolvimento como a China e a Índia essa questão se torna evidente.

Verifica-se, assim, considerando tais aspectos, bem como o fato de que despoluir e crescer ao mesmo tempo não é tarefa fácil, que o Brasil conta com uma ferramenta importante, tal como prevista no Novo Código Florestal: o CAR, notadamente no que diz respeito a sua contribuição para a adequação ambiental das propriedades rurais brasileiras.

Isto porque, o Cadastro Ambiental Rural, sob ótica da legislação ambiental interna, não é somente o ponto de partida para a adequação ambiental das propriedades rurais brasileiras, bem como para a regularização e monitoramento do uso da terra, de forma a moldar a dinâmica agrícola.

O CAR, sob o prisma dos acordos ambientais internacionais (Acordo de Paris, em especial), integra-se à estratégica brasileira de não somente proteger e recuperar as florestas, como também, produzir e valorizar, de forma sustentável, a agropecuária e demais atividades econômicas que representam papel central no esforço de desenvolvimento econômico do país, bem como na contribuição brasileira para a mitigação das mudanças climáticas às quais o Acordo de Paris está umbilicalmente vinculado.

No entanto, tanto no que diz respeito ao CAR quanto ao Acordo de Paris, é imprescindível atentar para a importância da participação não somente do governo, como também, de outros atores (sociedade civil, instituições financeiras, cidades, governos estaduais) na construção desse processo, de forma que todos possam atuar em conjunto em prol desse mesmo objetivo.

Por fim, para se atingir todas as metas propostas é necessário manter o foco, implementar à sério as políticas públicas e fiscalizar para que as fraudes e erros sejam evitados. Dessa forma, o Brasil terá condições de honrar o compromisso global firmado.

REFERÊNCIAS

SILVA, D.F. O cadastro ambiental rural(CAR) como instrumento de informação e monitoramento da reserva legal do Estado do Pará. CESUPA, Belém: 2015, (dissertação de Mestrado).

LAUDARES, S.S. de A.; SILVA, K.G. da, BORGES, L.A.C. Cadastro Ambiental Rural: uma análise da nova ferramenta para regularização ambiental no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente. v.31, p.111-122, ago 2014.

LIMA, Rodrigo, NASSAR, André. Revista Valor Econômico, 05/06/2017. Disponível em< http://www.agroicone.com.br/artigo.asp?id=1046> Acesso em 02/07/2017
ANTONIAZZI, Laura, LIMA, R.C.A. Agroicone, 2016. disponível em< http://www.inputbrasil.org/wpcontent/uploads/2016/05/Acordo_de_Paris_e_futuro_do_uso_da_terra_no_Brasil_Agroicone.pdf> Acesso em 02/07/2017.

SECCI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 1. ed. 2013.

Brasil. Lei nº12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as leis nº6.938, de 31 de dezembro de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nº4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754 de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº2.166-67, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.Brasília: DOU de 28/05/2012.

SECCI, L. Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage learning, 2016.

Brasil. Ministério do meio ambiente. Acordo de Paris.disponível em<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>acesso em 30/06/2017.

MOREIRA, E. O cadastro ambiental rural: a nova face da grilagem na Amazônia? Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente.07/07/2016.disponível em:<http://www.abrampa.org.br/site/?ct=noticia&id=230>acesso 03/07/2017

O Globo. China e União Europeia reafirmam compromisso com o Acordo de Paris.01/06/2017.disponívelem<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/china-uniao-europeia-reafirmam-compromisso-com-acordo-de-paris-21421587> acesso em 03/07/2017

SEEG BRASIL. Infográficos de Setores. disponível em<http://seeg.eco.br/2016/09/06/seeg-lanca-analise-das-metas-climaticas-do-brasil/>acesso em 04/07/2017.

SILVA, E.L. DA et MENEZES, E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação, - 4.ed.rev.atual. Florianópolis, UFSC, 2005, 138p. 12

CENÁRIOS PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NA AVENIDA DA MODA, NA CIDADE DE PASSOS MG

SCENARIOS FOR MICROS AND SMALL ENTERPRISES AT THE FASHION AVENUE, IN THE CITY OF PASSOS MG

SOUZA, Aline Cristina de
PIANTINO, Luiz Fernando Moura
MATOS, Marcelino Rodrigues de Assis

Resumo

O presente artigo visa abordar perspectiva futuras de cenários responsáveis em promover o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, focado no crescimento das empresas, através de uma pesquisa feita pelo sistema “Google Forms”. De maneira específica, é foco do artigo, apresentar e analisar o cenário das micro e pequenas empresas do setor varejista da cidade de Passos (MG). Para tanto, por meio de uma pesquisa exploratória, inicialmente baseada em dados secundários e dados primários, coletados junto aos responsáveis pelas organizações, buscou-se analisar criticamente as respostas dos empresários de acordo com os eventos propostos, apontando seus pontos otimistas, pessimistas, realistas e considerações. Utilizando a metodologia Delphi, verificou-se que a projeção futura dos cenários de cinco anos para as empresas, poderia ser uma ferramenta de auxílios aos empresários para se prepararem e criarem estratégias de negócios, de maneira específica às organizações que passa por necessidades de apoio e ações de negócios em prol do seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas, Cenários, Planejamento, Passos, Avenida da Moda.

Abstract

The present article aims to address future perspectives of responsible scenarios in promoting the development of micro and small companies, focused on the growth of companies, through a research done by the "Google Forms" system. Specifically, it is the focus of the article, presenting and analyzing the scenario of micro and small companies in the retail sector of the city of Passos (MG). Therefore, through an exploratory research, initially based on secondary data and primary data collected from the charge of organizations, it sought to critically analyze the responses of entrepreneurs according to the proposed events, pointing his optimistic, pessimistic, realistic points and considerations. Using the Delphi methodology, it was

found that the future projection of the five-year scenarios for businesses, could be an aid tool for entrepreneurs to prepare and create business strategies, specifically organizations that passes through support needs and business actions in favor of its development.

Keywords: Micro and Small Business, Scenarios, Planning, Steps, Avenue of Fashion.

1 INTRODUÇÃO

Analisar e projetar o futuro são um dos comportamentos humanos feito há muitos anos, sentem a necessidade de prospectar para se sentirem seguros em suas ações, e assim ter grandes possibilidades de sucesso.

Alguns autores na área de administração dizem que as organizações atualmente passam por muitas mudanças constantes devido ao avanço da tecnologia e o rápido conhecimento que o ser humano adquire com o uso, assim mudando seus desejos e consumos. Devido a essas mudanças, as organizações se encontram em alterações tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo, são elas: cultural, valores, processos administrativos e operacionais, responsabilidades sociais e ambientais, políticas, tecnológicas e econômicas. Por essa razão o gestor da organização deverá estar atento a todos estas variáveis descritas acima para sua tomada de decisão e suas estratégias, pois elas compõem o ambiente do mercado e estão cada vez mais instáveis.

Segundo Katz & Kahn (1987), diz em sua teoria de sistemas abertos, que as organizações modernas deverão ser sensíveis e estar preparadas para as mudanças que são regidas pelo ambiente externo, pois somente com as adaptações e transformações podem garantir seu espaço no mercado.

Através de uma análise de cenários as organizações conseguem criar estratégias, criar cenários futuros, mas não somente isso, mas conseguirá ao longo do trajeto, tomar decisões com mais precisão, e estar preparada com as mudanças de ambiente, pois as empresas que não se ajustarem e não prever possíveis cenários terão dificuldades de compreender algumas mudanças e adapta-las com rapidez dentro das organizações.

A elaboração de cenários é uma ferramenta que auxiliará no momento em que será feito as estratégias da organização, onde os ambientes são cercados de incertezas e incompreensíveis, e não tem como falar em estratégias e não pensar em longo prazo.

Considerando que o mercado é incerto e existem múltiplas alternativas para se tomar uma decisão, a prospecção de cenários futuros torna-se uma ferramenta consistente e de suma importância para a construção do planejamento estratégico, que podem ser usadas em organizações privadas, públicas e até mesmo no terceiro setor.

Este artigo tem a proposta de identificar e analisar os cenários das micro e pequenas empresas do setor varejista da cidade de Passos (MG), não somente descrever, porém analisar as relações existentes entre os cenários, as estratégias e o desempenho dessas organizações.

Para Porter (1985) as ferramentas são de suma importância para

compreender os cenários e busca-se por novas propensões e sugere em criar vários cenários para ter uma análise de forma estimável. Ringland (2002) explica que cenários são prováveis acontecimentos futuros, que possibilita uma tomada de decisão mais fundamentada perante aos investimentos, para as tendências do mercado, á desenvolver análises estratégicas, ter uma inteligência competitiva, a criar novos produtos, descobrir oportunidades e mapear riscos etc.

De forma abrangente, estas micro e pequenas empresas têm uma parcela de contribuição no desenvolvimento regional.

Cher (1990) nota que, apesar da proporção do desenvolvimento ou da industrialização, as micro e pequenas empresas têm uma participação importante no progresso da sociedade, contribuindo assim tanto para o econômico quanto para o social e também para o político.

De acordo com Cher (1990), pesquisadores estimam aproximadamente 80% das micro e pequenas empresas não chega a completar seu primeiro ano de atividade, e 92% encerra suas atividades até no final de cinco anos de vivência. Um dos motivos do alto índice de fechamento dessas micro e pequenas empresas está relacionado com a sua capacidade de planejamento estratégico e a sua percepção às influências ambientais.

A cidade de Passos tem uma população estimada de 106.290 habitantes, está situada no sudoeste mineiro e suas principais atividades divide-se basicamente em prestações de serviços, comércio, turismo e agropecuária. O setor de comércio destaca-se as indústrias de confecções e a Avenida da Moda, que foi o objeto de estudo deste artigo. A Avenida da Moda fica situada em Passos – MG na Avenida Comendador Francisco Avelino Maia e lá situam-se as maiores confecções locais. O setor de turismo também tem bastante força para o local, a cidade abriga grandes eventos como o “Passos Motorcycle”, que é um encontro nacional de motociclistas, o “Canastra Raide” que é uma competição de Mountain Bike na serra da Canastra, o Lago de Furnas e a Serra da Canastra. O presente artigo levantará os dados para o setor de comércio local, visando prospectar possíveis cenários para Passos.

Diante disso, certifica que o levantamento de cenários futuros é de grande importância para fins de planejamento estratégico, visa-se, através deste trabalho, elaborar cenários prospectivos para as micro e pequenas empresas varejistas da cidade de Passos MG para 2021.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o cenário que se encontra as organizações nos dias de hoje, pode-se certificar que a um aumento de debates a respeito da necessidade de utilizarem à prospecção futura, por consequência de intimidações que obrigam as organizações a se adequar com esse ambiente, com o intuito de assegurar a sua sobrevivência.

De acordo com Schwartz (2000) relata, para Pierre Wack os “cenários lidam com dois mundos: o mundo dos fatos e o mundo das percepções”. Para a construção e formação dos cenários, são compostos por histórias e contextos, mas são as forças motrizes que determinam este fechamento. No decorrer do processo, pode-se chegar à conclusão de que qualquer uma destas forças já são pré-determinadas, nos quais já se sabe antecipadamente o que irá ocorrer com as mesmas na sua perspectiva futura. Todavia, conclui-se que também existem outras

forças que se mostram insegurança, que poderão ser considerados como um componente de mudanças e assim agir no momento inesperado e intervir no futuro.

Os Cenários Prospectivos são prováveis, aceitáveis e tem a capacidade de romper antigos padrões. Para a criação de cenários os responsáveis em tomar decisões nas empresas deverão questionar e analisar suas ideias mais intrinsecamente sobre como o mercado funciona, para que possa enxergar algumas oportunidades na tomada de decisão em que de outra forma poderia não ser percebidas ou ignoradas.

Conforme Marcial & Grumbach (2002), o desejo do ser humano desde o início de sua existência era na busca de dados para desvendar o futuro, pois o objetivo dessas informações seria para minimizar o risco em tomar suas decisões.

Alguns autores mencionados por Boaventura, Costa & Fischmann (2004) esclarecem que cenário é um estudo do futuro, em que não se pode prever o futuro, e o objetivo não é adivinhar, pelo ao contrário, procura-se desenvolver cenários com diferentes alternativas e suas interligações com o futuro, as empresas utilizam os cenários para criar visões alternativas, vantajosos, sendo interno ou não, no ambiente de negócios.

Os responsáveis pela gestão das micro e pequenas empresas ainda estão com dificuldades de estarem preparados para tomar decisões, no modo geral e com praticidade nas percepções globais, entretanto essas decisões são fundamentadas ao curto prazo pelos empresários.

De acordo com Almeida (2001), o “Planejamento Estratégico é uma técnica administrativa que procura ordenar as ideias das pessoas, de forma que se possa criar uma visão do caminho que se deve seguir”.

Conforme Stoner e Freeman (1995),existem dois aspectos básicos no planejamento que são indispensáveis nas organizações: definição dos seus propósitos e definir quais serão os meios para alcançar estes propósitos. Ressalta que estes aspectos não podem ser usados como algo intuitivo, pois necessitam de técnicas, planos, raciocínio e métodos para sustentar seus propósitos.

A vantagem em se fazer um planejamento utilizando as ferramentas necessárias é a queda de várias consequências incertas dentro de um processo qualquer apontado.

De acordo com Lundvall (2001) e Lemos (2002), geralmente, as incertezas que a globalização traz da economia, faz com que as empresas se adaptam ao um ambiente flexível e apto para responder às crises contínuas.

Conforme Lemos (2002) e Custódio (2005) citam que existem outras formas de apresentar a importância das micro e pequenas empresas no cenário brasileiro. De acordo com os autores, a incorporação da tecnologia gerencial gerado em seu espaço transforma comportamentos em relação à gestão. Desta forma, proporciona e viabiliza a promoção da interiorização, faz com que desenvolva a economia local à proporção que consome mão de obra e matéria-prima seja favorável ao seu negócio.

Dada às informações verificamos a importância das micro e pequenas empresas, no contexto brasileiro, assim mostra que pessoas da área tem se dedicado no desenvolvimento de estudos, e buscando levantar várias informações prováveis sobre este setor para que se desenvolva ainda mais.

As micro e pequenas empresas possuem grande diversidade de padrões de reprodução econômica em meio ao desenvolvimento capitalista brasileiro e são responsáveis por grande parte dos empregos gerados. (IPEA, 2012), devido a esta

importância, muitas políticas públicas foram geradas para estimular este crescimento, como exemplo o MEI (Microempreendedor Individual).

> "O que se pode observar é que a evolução positiva do emprego e da renda, as políticas focalizadas e a expansão do crédito contribuíram para a expansão da demanda agregada no Brasil no período 2002-2009. Essa conjuntura possibilitou expectativas que estimularam o crescimento e a diversificação das MPEs.(IPEA, 2012)".

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo central de apresentar e analisar, o artigo foi escrito a partir de uma pesquisa exploratória, inicialmente baseada em dados secundários, e dados primários.

Os dados secundários foram obtidos em de livros, artigos científicos e sites da internet. Os dados primários, utilizamos o método de braimstorm ou tempestade de ideias, que foi desenvolvido nos Estados Unidos, utilizando este método, formulamos as 20 perguntas.

> A crescente propagação do conceito do Brainstorming (e outras ferramentas) pelas empresas que obtiveram êxito no alcance de suas metas, bem como pela recomendação por órgãos oficiais especializados em gestão e premiação da qualidade, têm levado inúmeras empresas a buscar este conceito para conhecer, analisar sua aplicabilidade e obter competitividade dentro do seu cenário de atuação (HIKAGE, 2000. p. 3).

Depois de formulada as 20 perguntas, elas foram coletados a partir de uma entrevista conduzida através do link https://goo.gl/forms/cLMZcxXeiCYakm6E2, utilizando a ferramenta de formulários da Google e enviado o formulário para empresários da cidade de Passos (MG), no mês de agosto de 2016. A entrevista foi semi-estruturada, a partir de um roteiro previamente realizado, norteando temas interessantes e questões a serem pesquisadas. Buscou-se analisar criticamente os cenários dos empresários locais apontando seus pontos otimistas, pessimistas, realistas e delineando considerações. Foram levantadas informações na ACIP (Associação Comercial e Industrial de Passos - http://www.acipassos.com.br/), sobre o endereço eletrônico dos micro e pequenos empresários da cidade de Passos, com estes dados em mãos fez-se um sorteio aleatório utilizando a ferramenta RANDOM (https://www.random.org/). Relacionando os endereços eletrônicos em uma planilha no Excel classificando na ordem em que foi recebido, e na ferramenta RANDOM colocou-se para sortear números aleatórios, com base nos números selecionados, foram enviados os questionários a estas pessoas e explicou-se sobre a intenção da pesquisa e sobre prospecção de cenários, para facilitar no entendimento e ter menos resistência entre os entrevistados.

Todas as perguntas foram obrigatórias a serem respondidas e sempre continham duas opções SIM ou NÃO, abaixo segue as perguntas e os resultados obtidos delas estão no anexo 1.

Para criarem-se as prospecções de cenários, utilizou-se como base a Metodologia Delphi, esta metodologia foi desenvolvida na década de 60 por Olaf Helmer e Norman Dalker que são pesquisadores da Rand Corporation. (ESTES e KUESPERT, 1976).

Ele busca várias informações de especialistas e com base nestas informações traçar várias possibilidades e com estas possibilidades criaram-se vários cenários possíveis.

As informações do trabalho relacionadas ao método Delphi utilizado neste artigo, estão na Figura 1 e Figura 2 no capítulo 4, onde estão os resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os dados levantados, utilizou-se o método Blanning e Reining para trabalhar as informações obtidas e tratadas. O método de Blanning e Reining (1998), consiste em que se tabule os dados levantados no brainstorm e os classifique de 0 a 10 de acordo com sua probabilidade de ocorrer e a sua favorabilidade. Com base nestas informações cria-se os cenários otimistas, eles são contidos de eventos de alta probabilidade e alta favorabilidade e também de eventos de média e alta favorabilidade, os cenários pessimistas são contidos de eventos com baixa probabilidade e baixa favorabilidade, de média probabilidade e baixa favorabilidade e os cenários realistas contemplam todos os eventos com alta probabilidade.

Com os dados de probabilidade e favorabilidade trabalhados, foi utilizado o método de Marcial e Grumbach (2008) que consiste em criar uma matriz de impactos cruzados e os classifica de 0 a 10, e o que um evento pode implicar no outro, com isso cria-se um plano cartesiano onde classifica os eventos em quatro quadrantes, conforme explicado abaixo na Figura 3.

Através de uma planilha eletrônica, fornecida pelo Professor Dr. Alfredo José Machado Neto, tabulou-se os dados, foram obtido os seguintes resultados.

No quadro 1, temos a matriz de Probabilidades e Favorabilidades, das questões levantadas ocorrerem.

Matriz de Probabilidade x Favorabilidade

nº	Eventos	Prob.	Favorab.
1	Queda nas vendas de 5%	9	2
2	Aumento na tributação	9	3
3	Promoções em moeda	7	6
4	Desemprego	9	1
5	Políticas públicas de incentivo ao pequeno e microempresário	4	3
6	Fim da Crise Política Nacional	6	8
7	Renegociação do valor do aluguel de imóveis	9	10
8	Diversificação	3	5
9	Relacionamento com fornecedores	10	10
10	Mão de obra	9	10
11	Profissionalização	6	9
12	Crescimento de vendas pela internet	6	8
13	Turismo	8	7
14	Salário Mínimo	6	5
15	Corte de gastos do governo	2	4
16	Inadimplência	10	3
17	Aumento da taxa de câmbio	6	2

18	Pós-venda	4	5
19	Qualidade dos produtos	3	5
20	Gestão de pessoas	6	8

Com essas informações chegou-se a uma planilha mostrando os possíveis cenários otimista, pessimista e realista conforme na Figura 1

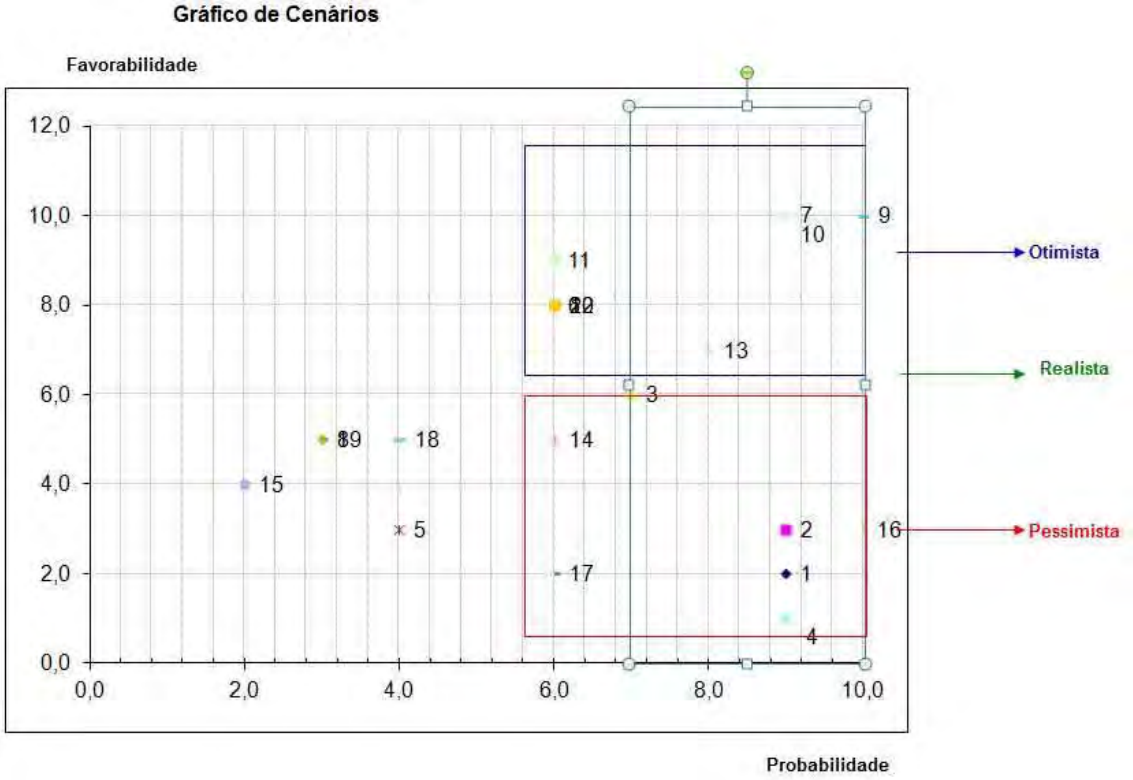


Figura 1

Tabela de Pontos

OTIMISTA	PESSIMISTA	REALISTA
9	17	7
7	14	9
10	4	10
13	1	13
11	2	2
20	3	1
12	16	4
6		16

Depois de levantar os possíveis cenários otimistas, realista e pessimista, foi feito uma matriz de impactos cruzados, para ver qual a influencia uma determinada ação tem na outra, conforme Figura 2

Cenários para o Setor Varejista de Passos

Matriz de Impactos Cruzados
(Motricidade x Dependência)

	Evento	Prob.%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Dep.
1	Queda nas vendas de 5%	7		9	4	6	0	2	5	8	10	0	0	0	0	5	0	10	0	0	0	0	3,1
8	Aumento na tributação	10	0		0	5	0	8	0	0	8	0	0	6	0	0	6	0	10	0	0	0	2,3
3	Promoções em moeda	4	9	5		5	5	5	0	8	5	0	0	0	5	0	0	4	0	2	5	2	3,2
4	Desemprego	6	8	7	5		0	5	0	5	0	5	5	5	0	9	0	2	0	5	0	8	3,6
5	Políticas públicas de incentivo ao pequeno e microempresário	9	5	8	0	7		10	0	2	4	6	4	0	10	4	0	0	5	0	0	4	3,6
6	Fim da Crise Política Nacional	3	0	0	0	8	0		0	0	0	0	0	0	0	5	10	0	8	0	0	0	1,6
7	Renegociação do valor do aluguel de imóveis	10	10	0	0	2	10	2		8	0	0	0	5	4	0	0	8	0	0	0	2	2,7
8	Diversificação	9	8	0	5	0	8	5	0		4	0	5	6	6	2	0	0	0	5	4	5	3,3
9	Relacionamento com fornecedores	5	7	4	5	0	0	6	0	9		0	0	5	5	0	0	8	0	6	5	4	3,4
10	Mão de obra	5	0	8	0	9	2	3	0	4	4		8	6	8	0	0	3	0	4	0	8	3,5
11	Profissionalização	8	0	5	0	8	4	4	0	2	0	6		6	8	10	0	0	0	5	0	9	3,5
12	Crescimento de vendas pela internet	6	7	3	0	0	5	0	10	10	8	4	0		0	3	0	5	0	8	8	5	4,0
13	Turismo	2	0	0	0	0	10	0	0	10	5	4	0	0		0	0	2	0	8	0	6	2,4
14	Salário Mínimo	9	6	8	0	4	0	10	0	0	0	5	8	0	0		0	0	0	0	0	4	2,4
15	Corte de gastos do governo	6	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0,5
16	Inadimplência	4	0	9	8	9	0	0	4	2	2	0	0	0	0	8	0		0	5	0	0	2,5
17	Aumento da taxa de câmbio	3	0	7	8	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0		0	0	0	1,4
18	Pós-venda	5	8	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	10	8	0	0	4	0		8	10	2,7
19	Qualidade dos produtos	3	5	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	8	5	0	0	0	0	4		2	1,5
20	Gestão de pessoas	5	0	0	0	9	5	0	0	0	0	0	0	0	4	7	0	0	0	8	0		1,7
	Motricidade (Média)		3,8	3,8	1,8	3,8	3,0	4,1	1,0	3,6	2,6	1,6	1,6	3,0	3,3	2,8	1,1	2,4	1,2	3,2	1,6	3,6	

Figura 2

Depois de tabulado os dados, ele gera um plano cartesiano com os cenários que têm maior probabilidade de ocorrer, estes pontos são divididos em quatro quadrantes conforme figura 4.

Seguindo da esquerda pra direita, pontos situados no primeiro quadrante têm uma motricidade elevada e uma baixa dependência, e alterações no seu comportamento influenciam drásticas mudanças no cenário futuro.

Os pontos no segundo quadrante possuem uma motricidade elevada e uma alta dependência

, e essas variáveis têm ligação entre as variáveis explicativas e as variáveis de resultado.

Os pontos no terceiro quadrante possuem uma baixa motricidade e uma baixa dependência, sendo assim não influenciam tanto e podem ser descartadas.

Os pontos no quarto quadrante possuem uma baixa motricidade e uma alta dependência, sendo assim o seu comportamento é explicado pelo das variáveis explicativas ou de ligação,

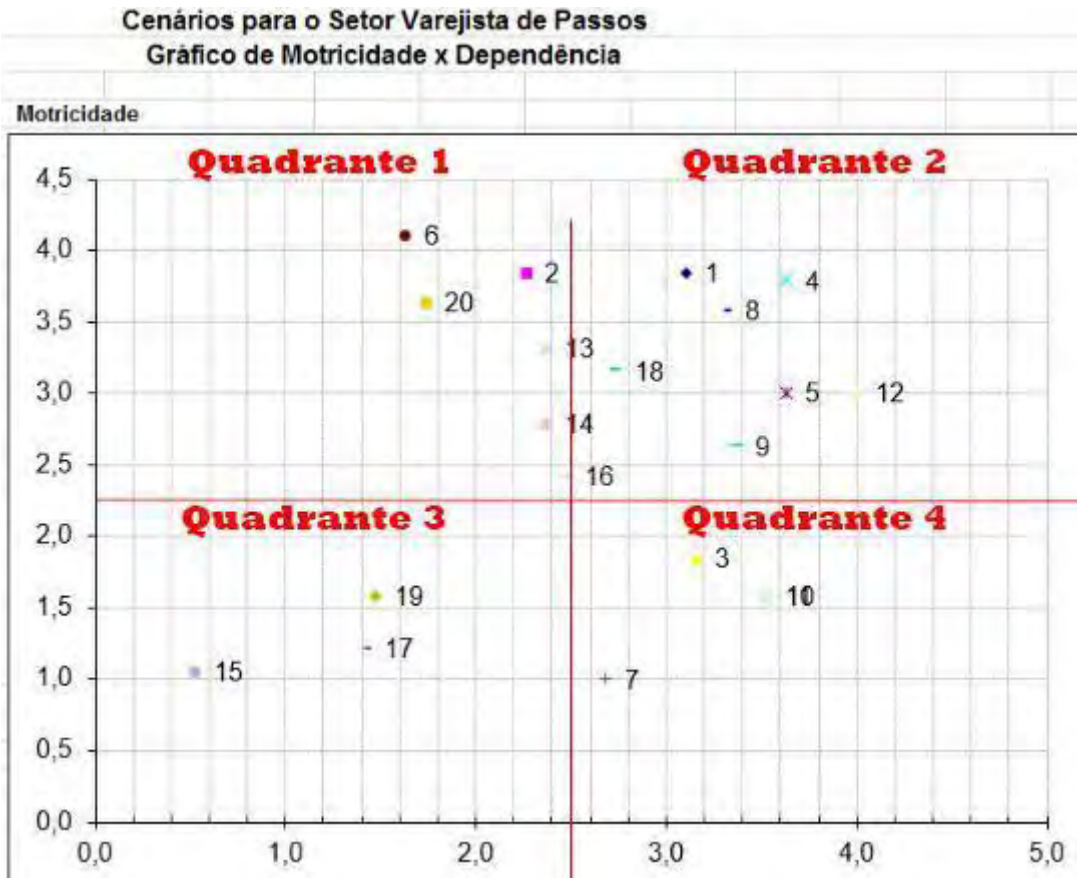


Figura 3

Verificou-se, após a coleta de dados os seguintes cenários, assim como a possibilidades dos mesmos acontecerem, vejamos abaixo:

Cenário 1 - Otimista. -> FALTA MUDAR ISSO

Fim da Crise (de acordo com o gráfico a probabilidade de acontecer é 6 e a favorabilidade para as empresas é de 8) – Com a perspectiva do fim da crise espera-se que o cenário econômico tenha uma certa "Estabilidade" o que proporciona um melhor planejamento estratégico por parte das empresas. Espera-se que mercado alavanque o seu crescimento, gerando aumento de empregos. Espera-se que o Governo volte a ter equilíbrio em suas contas públicas, com isso quem sabe uma redução de Carga Tributária para a população.

Aluguel (a probabilidade da queda dos valores dos imóveis alugado será de 9 e será favorável à negociação para os empresários uma pontuação de 10) – Com a crise financeira, houve queda constante das vendas. O que ocasiona redução faturamento. Muitas empresas no momento não conseguem gerar vendas nem mesmo para pagar suas despesas. Isso faz com que os empresários entrem num processo de renegociação tanto com seus fornecedores, funcionários e proprietários de imóveis. Neste último há uma necessidade de Renegociação dos Preços dos Aluguéis dos Imóveis.

Mão de Obra (conforme o coletado a probabilidade que ocorra será de 9 e a favorabilidade para as empresas em contratar funcionários com qualificação é de 10) – Ao contrário do que muitos podem imaginar, nos momentos de crise a "Especialização" costuma ter uma crescente demanda. São nesses períodos que aumentam a procura por cursos de especialização entre outros. Tendo essa visão

como base, espera-se que as organizações consigam captar recursos humanos com melhor qualificação e salário compatível com o mercado atual, não havendo necessidade de pagar um extra, por essa qualificação.

Profissional (A probabilidade que aconteça seja de 5 pois os empresários locais ainda não tiveram a percepção que seus aprimoramentos são importantes para se desenvolveram dentro de suas próprias empresas onde a favorabilidade será de 9) – No mundo de mudanças constantes, já não há mais espaços para empresários "Desatualizados". Importantíssimo que os empresários invistam em especialização "Profissionalização". É mais do que uma necessidade que o empresário se torne cada vez mais um profissional qualificado. Que o mesmo esteja preparado para enfrentar as mudanças do dia-a-dia.

Turismo (Probabilidade de acontecimento 5 e Favorabilidade 7) – Cidades com potencial voltadas para o Turismo tenderão a aumentar o investimento na atração do mesmo, na busca por melhoria do crescimento do comércio local e regional. Os governantes e os comerciantes tendem a trabalhar juntos nesse intuito, o de aumentar o crescimento do comércio em geral. Os governantes criando ferramentas para o aumento do Turismo local, enquanto que os comerciantes criando ferramentas para aquecer o comércio (Aumento das Vendas).

Gestão de Pessoas (Probabilidade de acontecimento 5 e Favorabilidade 8) – No atual cenário econômico uma das ferramentas essenciais para todo negócio sem dúvidas são as "Forças de Trabalho". As pessoas tornam-se um diferencial competitivo em todas as economias em crescimento. Pode-se citar como exemplo o Japão, o qual foi reconstruído após a segunda guerra mundial devido à motivação das pessoas. Pessoas motivadas fazem toda a diferença. Os empresários de sucesso precisam investir na constante motivação dos seus funcionários "colaboradores".

Crescimento das Vendas na Internet (Probabilidade de acontecimento 5 e Favorabilidade 8) – Com os constantes meios de comunicação, o comércio ganhou um grande concorrente "Todos os Demais". No sentido de que quase tudo pode ser adquirido via internet. Vendas pela internet possui uma maior amplitude de clientes, não há limites geográficos. Sem contar que vendas físicas exigem um maior valor aquisitivo (Capital Circulante), pois estoques tendem a gerar maior necessidade de capital de giro e com isso em alguns casos até "Aumento dos Produtos". Empresários precisam ficar atentos a essa "ferramenta de Vendas" a chamada "Internet". Analisar a compatibilidade entre as Vendas Físicas e as Vendas on-line.

Cenário 2 – Pessimista

Salário Mínimo (Probabilidade de acontecimento 6 e Favorabilidade 5) – Quando a renda das famílias aumentam, a tendência é que se aumenta o consumo, e com isso o crescimento. A perspectiva de aumento de salário mínimo gera uma perspectiva de crescimento na economia. Conforme aumenta as rendas das famílias, maior a probabilidade de aumento das vendas, e com isso um aquecimento na economia.

Quando o salário das famílias é baixo, elas perdem o poder de compra, e junto com essa perda, o comércio sofre, por não conseguir aumentar suas vendas.

Aumento da Taxa de Câmbio (Probabilidade de acontecimento 6 e Favorabilidade 2) – Esse aumento possui grande influência no mercado no sentido "Importação e Exportação". Quando se aumenta a taxa de câmbio, tende-se a aumentar o número de exportações e diminuir as importações. Produtos importados

tendem a ficarem mais caros. E o contrário também se faz verdadeiro, no sentido de que a Taxa de Câmbio baixa gera maior número de importação e menor de exportação. Os comerciantes tendem a preferir importar produtos a consumir os produzidos no mercado interno.

Inadimplência (Probabilidade de acontecimento 9 e Favorabilidade 2) – Conforme alastra-se a crise e com ela o aumento de pessoas desempregadas (famílias sem renda), a tendência é aumentar o número de inadimplentes. Quando há inadimplência o comércio sofre, pois, sem receber de seus clientes as empresas deixam também de honrar seus compromissos por falta de dinheiro e isso gera um efeito dominó na economia "Ninguém Paga Ninguém".

Aumento na Tributação (Probabilidade de acontecimento 9 e Favorabilidade 2) – O aumento da carga tributária gera aumento dos produtos. Esse aumento normalmente é repassado aos clientes. E isso gera em muitas das vezes redução do poder de compra das famílias. O aumento da tributação atrapalha o empresário em todos os sentidos, pois dificulta a comercialização dos produtos.

Cenário 3 – Realista

Promoções em Moeda (Probabilidade de acontecimento 7 e Favorabilidade 6). Num mercado instável e em crise como o que vivemos, é sempre necessário encontrar alternativas de barganha. Incentivar o consumidor a comprar à vista será uma estratégia num mercado como esse. É possível que para incentivar o consumidor acostumado a utilizar o cartão de crédito, o comerciante dê como incentivo um desconto o qual seria cobrado pela empresa de cartões, normalmente 5% sobre a venda, dependendo o tipo de produto, entre outros tipos de promoções.

Fim da Crise Política Nacional (Probabilidade de acontecimento 4 e Favorabilidade 5). Quando se olha os fatos históricos no Brasil, percebe-se que nenhuma crise durou tempo suficiente de não haver tempo de ser revertida. Uma possibilidade de que essa crise termine é uma aposta realista. Busca-se com o fim da crise que o mercado se aqueça novamente e dessa forma que o País volte a gerar "Emprego" e que os "Empresários" voltem a obter lucros suficientes para manterem seus negócios e colaborarem cada vez mais com a sociedade.

Turismo (Probabilidade de acontecimento 6 e Favorabilidade 7). Com o fim da crise, o mercado voltado ao Turismo tende a voltar a crescer. É preciso que o Brasil invista no incentivo do Turismo local. Fazer com que o dinheiro fique no Brasil é fator primordial para aquecimento da economia. É necessário que o Turismo no País se torne mais viável que o Turismo no Exterior. Necessário atrair Turistas estrangeiros e não perder de vista os turistas brasileiros.

Salário Mínimo (Probabilidade de acontecimento 6 e Favorabilidade 5). Quando o salário mínimo aumenta, ainda que haja um aumento nas despesas dos empresários, percebe-se que há um aumento no consumo por parte das famílias. É preciso criar políticas que satisfaçam tanto as necessidades das famílias quanto dos empresários "donos do capital". É preciso que haja um alinhamento "Empresa" e "Família" ou seja, um equilíbrio para que ambos consigam investir no crescimento.

Qualidade dos Produtos (Probabilidade de acontecimento 3 e Favorabilidade 5). A qualidade dos produtos é indispensável em qualquer tipo de mercado onde haja consumidores exigentes. Já não há espaço para produtos sem qualidade. O mercado necessita que haja preços compatíveis com o salário da população e que esses produtos tenham um mínimo de qualidade, capaz de atender as necessidades dos cidadãos. Investir em produtos de qualidade e com preços baixos será um

diferencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer o meio em que uma organização está inserida é parte essencial de um planejamento estratégico o qual nos dias atuais toda organização deveria realizar. Pois, é com base no planejamento estratégico que uma organização pode perceber todos os aspectos consideráveis ao desenvolvimento do seu negócio, através dele é possível levantar e verificar índices e projetar análises do ambiente, e com base nestas informações, trabalhar com prospecção de cenários futuros a fim de tentar identificar todas as possíveis situações que possam interferir de forma positiva ou negativa em seu negócio, antecipando-se sempre com a melhor estratégia a fim de que a sua empresa sobreviva e permaneça forte no mercado, cumprindo com a sua função social.

Gradativamente observa-se uma crescente no uso ferramentas que mostra informações sobre o ambiente interno e externo, capacita os empresários a planejar, liderar e controlar as operações, empregando-os dentro da organização como uma forma vantajosa, e assim aproveitando as ações positivas para contribuir e proporcionar a continuidade da organização no mercado (MÜLLER, 2003).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Desenvolvimento de um modelo de Planejamento Estratégico para grupos de pequenas empresas. Tese Doutorado. São Paulo. FEA-USP.

BOAVENTURA, J.M.G.; COSTA, B.K.; FISCHMANN, A.A. Métodos de construção de cenários: uma investigação do estado da arte. VII SEMEAD. FEA-USP. 2004.

CHER, R. A gerência das pequenas e médias empresas. São Paulo: Maltese, 1990.

CUSTÓDIO, A. V. Micro e Pequenas Empresas (MPE) Inseridas em Arranjo Produtivo Local – Um Estudo de Caso da Malacocultura no Estado de Santa Catarina. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ESTES, Gerald M e KUESPERT, Don. Delphi in industrial Forecasting. Chemical and Engineering News, EUA, p. 40-47, agosto 1976.

KATZ, D.; KAHN, R. L. Psicologia social das organizações. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LEMOS, C. Inovação para Arranjos e Sistemas Produtivas de MPME. In: VISLLASCHI, A. et al. Interagir para Competir: Promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos no Brasil. Brasília: SEBRAE: FINEP/CNPq. 2002. 345 p.

LUNDVALL, B. A. et al. National systems of production, innovation and competence building. Summer Conference, Denmark, 2001. 45 p.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. S. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MÜLLER, Cláudio J. Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos (MEIO – Modelo de Estratégia, Indicadores e Operações) 2003.246 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre.
PORTER, Michael E. A Nova Era da Estratégia . In: Estratégia e Planejamento: Autores e Conceitos Imprescindíveis – coletânea HSM Management. São Paulo: Publifolha, 2002.
RINGLAND, Gill. Scenarios in Business. West Sussex, UK: John Wiley & Sons, 2002.
SCHWARTZ, Peter. A Arte da Visão de Longo Prazo: Planejando o futuro em um mundo de incertezas. São Paulo: Best Seller, 2000.
STONER, J. A. F; FREEMAN, R. E. Administração. Rio de Janeiro. Prentice Hall do Brasil, 1995.
SANTOS, Anselmo Luís dos; CALIXTRE, André Bojikian; KREIN, José Dari. Micro e Pequenas Empresas Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf > Acesso dia 27 de setembro de 2016.
HIKAGE, Oswaldo Keiji. BSC - Praticando o processo de implementação de estratégia utilizando o Balanced Scorecard
BLANNING, R.W. e REINING, B.A. Building Scenarios for Hong Kong Using EMS, Long Rang Planning, vol. 31, n. 6, p. 900-910, 1998.
MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 228 p.

COMPREENDENDO A ADOLESCÊNCIA - ATUAÇÃO: VIDA OU MORTE?

UNDERSTANDING ADOLESCENCE - ACTING OUT: LIFE OR DEATH?

Sessão temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

ALVES, Lisiane
Uni-Facef
Psicóloga. Pós graduanda do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni- Facef
lisiane126@yahoo.com.br
PERES, Kenia
Uni-Facef
Professora orientadora da pós graduação do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni-Facef. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP
keniaperes@uol.combr

Resumo

Este artigo discute a adolescência na contemporaneidade trazendo elementos preciosos para a probletização do conceito de atuação (passagem ao ato) nesta fase do desenvolvimento humano, considerando os aspectos de vida e de morte, com embasamento teórico psicanalítico. Busca-se também a reflexão quanto à relevância da sustentação necessária dos adultos/sociedade ao adolescente.

Palavras-chave: atuação, adolescência, psicanálise.

Abstract

This article discusses adolescence in the contemporary world bringing precious elements to the problematization of the concept of acting out in this period of human development, considering aspects of life and death, based on psychoanalytic theoretical. It’s also tries to reflect on the relevance of the necessary support from adults / society to adolescents.

Keywords: acting out, adolescence, psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

O que é a adolescência? Segundo Mattos Filho (2009), trata-se de um conceito moderno consolidado no século XX sendo um significante privilegiado que representa um grupo de faixa etária específica. Com sua origem do latim *adolescentia* possui dois significados principais: primeiro crescer, desenvolver-se, tornar-se adulto; mas, também, comporta o sentido de arder, queimar. Calligaris (2000) ainda complementa a conceituação de adolescência com o termo de moratória, que seria a espera colocada aos indivíduos entre a saída da infância tendo como principal característica a maturação dos corpos, e a falta de maturidade para ingressar na vida adulta.

Estas breves caracterizações supramencionadas merecem ser aprofundadas no que se refere ao significado e sentimentos que o indivíduo que está passando por esta fase do desenvolvimento está sujeito. É um momento de transição importantíssimo em que o adolescente muda sua percepção de imagem corporal, precisa lidar com os impulsos sexuais, os processo de satisfação também estão em transformação, além do surgimento de novas estruturações intelectuais, afetivo-emocionais e sociais (Trassi e Malvassi, 2010). Sendo assim, é uma etapa do desenvolvimento em que se tem que escolher um lugar espiritual, afetivo, profissional e ideológico.

O entorno onde o adolescente está inserido influencia na forma como ele experencia todo este período. Pensando na cultura ocidental contemporânea de forma generalizada, percebemos uma desenfreada oferta consumista que privilegia a satisfação imediata frente à espera e a possibilidade de reflexão perde lugar, reduz-se os espaços de convivência e simbolização (Deretti, 2009). Ademais, os autores Trassi e Malvassi (2010) pontuam a variante da condição social como determinante, por exemplo, da duração e vivências do individuo em relação à adolescência.

Ainda através desses autores, sabe-se que jovens de classes mais precárias estão sujeitos ao fenômeno chamado adultização precoce, diz respeito a entrada prematura de adolescentes na vida adulta por meio do ingresso no mercado de trabalho e responsabilização na garantia da própria sobrevivência e de sua família. Enquanto em classes mais abastardas este período entre infância e ingresso na vida adulta tem se ampliado, tendo denominação de adolescência terminal (Trassi e Malvassi 2010).

No entanto, independentemente de classes sociais, é possível perceber a correlação entre violência e adolescência, muito divulgada pela mídia atual. Apesar de parecer uma concepção da contemporaneidade, Freud *apud* Marin (2002) em 1916, já pontuava quanto a esta questão:

> Ao terem me falado sobre a juventude, momentos antes da puberdade, pessoas que, mais tarde, frequentemente se tornaram muito respeitáveis, me informaram sobre ações proibidas que praticaram naquele período – tais como furto, fraudes e até mesmo incêndio voluntário. Eu tinha o hábito de me descartar dessas declarações com o comentário de que estamos familiarizados com a fraqueza das inibições morais daquele período de vida e não fazia qualquer tentativa para localiza-las em um contexto importante. (p. 347)

Demonstrando assim, que a delinquência nesta fase do desenvolvimento humano está presente na história da humanidade. Talvez o que a faz ser tão incômoda e demandar tanta preocupação da sociedade em geral é fato de o adolescente expor a violência negada pela sociedade, retomando dia a dia nosso conflito essencial: *a necessidade de conciliar a necessidade fundamental de identificação, e de se alimentar dos objetos investidos, com a necessidade de salvaguardar a autonomia narcísica* Jeammet (1995, p. 89) *apud* Miriam (2002). Falta ao mundo adulto a compreensão e o olhar que Freud dá as atuações da juventude.

Quando falta suporte e as palavras adequadas às manifestações pulsionais, desde as origens do sujeito, a violência em ato pode ser entendida como resposta defensiva à violência pulsional, ou seja, a sua projeção (Miriam, 2002). Na adolescência, a mente do jovem vai estar diante do fato de ter que elaborar vivências intensas sem ter, ainda, uma função de pensamento capaz de resolver, simbolicamente, as equações vitais. Postula-se assim, que para o adolescente, o saber e o conhecer vão estar necessariamente atrelados a experiência do fazer. O adolescente conhece enquanto faz e, dessa forma, fica implícito que a "atuação" do adolescente não pretende afastar-se do conhecimento, mas sim a busca real desse conhecimento, que, de outro modo, não poderia vir a ser incorporado como experiência mental (Favilli, 2005).

Neste sentido, o corrente texto pretende aprofundar sobre conceito de atuação na adolescência e os significados deste nessa fase do desenvolvimento, assim como os sentidos atribuídos e a linha tênue entre os aspectos de vida e morte presentes nas atuações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Atuação na adolescência: vida ou morte?

> (...) a violência surge aí onde se experimenta o insuportável indizível: aí onde o pensamento e as palavras faltam para dizer o sofrimento, ou simbolizá-lo. (...) Não há violência que não se origine de um terrível sofrimento, quando saem de cena as forças de ligação em beneficio da Pulsão de Morte. (Birraux, 1997, p. 138 *apud* Miriam 2002)

Este pequeno trecho supramencionado faz menção a *atuação.* Conceito apresentado primeiramente por Freud e que sofreu alterações até chegar ao sentido atual. Diversos autores passaram a se dedicar ao tema, especialmente a partir do olhar mais atento exercido sobre a adolescência. Atualmente, para alguns autores psicanalíticos, a atuação é entendida como processo de experimentação dentro das conquistas esperadas para o período de desenvolvimento (Derretti, 2009).

Ainda, segundo a mesma autora, precisamos compreender o lugar do *ato* na adolescência, a qual um alto nível de angústia que por si só caracteriza a fase e é acompanhado de uma capacidade simbólica ainda em evolução. Levisky (1998) *apud* Derretti (2009), traz que muitos adolescentes ainda necessitam do apoio lúdico, projetando conteúdos inconscientes, por meio de jogos, desenhos, sonhos,

dramatizações e atuações, não havendo atingido ainda de forma plena o elemento verbal e sua eficácia simbólica.

Podemos dizer que o adolescente é por si só violento de uma violência que lhe é inerente, constatado por tudo aquilo que traz de intensidade, de novidades insanas e ameaçadoras, capaz, muitas vezes, de provocar uma ruptura tão grande na estabilidade da organização da vida psíquica, que o individuo luta por sua sobrevivência e reage a isso com violência, com vida. Esta atuação com violência presente no adolescente é a externalização de uma resposta que visa proteger a integridade narcísica de um individuo que está se sentindo ameaçado, desamparado (Marty, 2006).

Neste turbilhão de acontecimentos, o jovem busca na *passagem ao ato*, traduzida por meio da violência, uma tentativa de solução e tranquilização para o seu desamparo e dificuldades no processo de subjetivação. Marin (2002) ainda complementa que nos fenômenos de violência, os adolescentes colocam em jogo uma destrutividade como que para constituir um objeto no ódio, argumentando a partir das carências objetais que pontuaram sua história. Cabe aos adultos ao redor do adolescente dar-lhe sustentação para sua agressividade. Segundo Marty (2006), é assim que conflitos com objetos externos podem nascer e progressivamente serem internalizados, retomando os caminhos das vias de elaboração de conflitos da infância.

Favilli (2005) nos lembra da angustia vivida pelo adolescente ocasionada pelo binômio potência-impotência nas suas atuações no mundo. Cada um precisará encontrar seus limites e capacidades potenciais lidando com suas frustrações e adequações ao seu viver possível. Esta busca dos limites é a tarefa da atuação do adolescente.

Os elementos acima trazem a violência presente na adolescência como um movimento de vida. A atuação do adolescente buscando no meio recursos para auxiliá-lo a dar conta de tamanha agressividade contida nessa nova etapa do desenvolvimento. Porém, existem os casos extremos, nos quais, de acordo com Faviolli (2005), a ilusão de onipotência será o elemento mortífero, os limites possíveis não poderão ser vividos como experiências adequadas e serão incorporadas como impotência total. Em que momento isto acontece, ou seja, quando a atuação violenta característica da adolescência se torna destruição/ morte?

Derretti (2009) nos lembra que a atuação, muitas vezes, é frequente na criança pequena, diminuindo com o passar dos anos. Na adolescência, conforme supracitado, a atuação reaparece. Com ela, núcleos primitivos ganham força durante o processo de identificação. Faz-se então necessário um alerta quando a atuação é repetitiva e intensa, podendo levar ao estabelecimento de uma personalidade com características psicopatológicas. Segundo Reyes *apud* Marin (2002):

> Pais de filhos, um para o outro, representam a morte. Quero matar meus pais porque eles querem me impedir de viver, e também porque os vejo velhos e mortais e não quero me tornar como eles. Quero matar meus filhos porque sou mais velho que eles, porque eles me tornaram velho e pretendem viver depois de mim, no meu lugar (p.57).

Da mesma maneira, Winnicott *apud* Marin (2002) vai dizer que na

adolescência sempre se trata de uma questão de morte, e a melhor forma que os adultos têm para auxiliar os jovens, é sobrevivendo. Na falta de adultos que sobrevivam a sua destrutividade e se mantenham presentes (Marin, 2002), estes jovens vão buscar na sociedade por meio de atuações violentas o seu reconhecimento, conferindo-lhes existência psíquica (Petracco, 2007).

A teoria winnicottina está embasada na importância dos cuidados/amparo do contexto familiar, do ambiente externo e nas consequências das faltas e privações nesta sustentação. Ressalta ainda, que a delinquência juvenil surge como esperança, um pedido de socorro para contenção de sua destrutividade. Ao se defrontar com o início da adolescência, o individuo que experenciou circunstâncias de privações na infância, novamente se deparará com a falta materna. O sentimento de desamparo da infância ressurgirá nestes casos, e os atos de violência se intensificarão, visto que o adolescente irá buscar por todos os meios aquilo que não recebeu de sua mãe (ou substituto) e acredita que lhe é de direito. (Winnicott *apud* Marty, 2006). Não havendo tempo para a elaboração de traumas, as carências do início da vida no nível dos processos de simbolização, não permitem conter as excitações deste período, e dão lugar a agonias primitivas, e um desamparo inominável e impensável, com reações de invasão ligadas à falta do ambiente materno (Winnicott, 1974).

Um outro caminho para pensar esses fenômenos é a partir da teoria lacaniana, lembrada por Petracco (2007). Podemos pensar que se o indivíduo somente passa a existir a partir do olhar e reconhecimento do outro, estes adolescentes que tiveram vivências de privações importantes na infância, isto é, não foram reconhecidos pelos olhares em seu entorno. Como agora na adolescência este mesmo indivíduo receberá olhares de reconhecimento e como se dará sua existência na sociedade?

Pensando sobre os adultos da sociedade contemporânea, é importante nossa reflexão quanto à função paterna. O conceito de função paterna apresentada por Lacan *apud* Petracco (2007), nos possibilita incluí-la naquilo que é da ordem do registro simbólico, ou seja, enquanto metáfora, o que nos permite falar de determinado objeto mesmo em sua falta. Para o autor, a metáfora fundamenta-se na possibilidade de um significante surgir em lugar de outro significante. A partir desta linha de raciocínio, podemos pensar que muitas pessoas e até mesmo instituições podem ocupar este lugar na vida de um individuo (Petracco, 2007).

Ao cometer uma infração, é possível ponderar que o adolescente estaria justamente legitimando a sua existência na tentativa de capturar, do ponto de vista social, o reconhecimento. Ademais, esta infração, conforme pontuado, pode ser um pedido por interdição, reafirmando a importância da função paterna, encarnada nas mais diversas pessoas e instituições constituídas legalmente e ilegalmente, como por exemplo, professor da escola, juiz, abrigos, chefes do tráfico (Petracco, 2007).

Marin (2002) nos convida a reflexão sobre as famílias destes jovens, aquelas as quais deveriam ter servido de referência e não “foram capazes”, ou melhor, não encontraram na sociedade espaço para garantir o sustento dos filhos, sua permanência na escola, o seu acesso ao lazer e cultura, sem falar na assistência a saúde. Os órgãos sociais que tinham que assistir a infância e as famílias falham e reproduzem a violência negada, ou seja, evocam que numa sociedade como a nossa, os indivíduos são livres e democráticos, tendo todos as mesmas condições de encontrar formas de se realizar. Diante disso, o adolescente está tentando

encontrar desesperadamente o lugar no social que lhe foi prometido, acenado, vendido, e que, em tantos casos, está tão inacessível.

Para além das situações de vulnerabilidades sociais de muitas famílias, Marty (2006) pontua também quanto ao desamparo dos pais, em determinados casos, ante a violência do adolescente. É a sua incapacidade de resistir à destrutividade e à ameaça que aquela violência faz pesar sobre os pais. Estão despreparados, como se esse tipo de situação lhes fosse desconhecida até então, como se não tivessem a mínima ideia da conduta que devam adotar, como se não tivessem nenhuma experiência no assunto, como se não tivessem experiência íntima disso, como se ainda estivessem numa espécie de experiência inacabada de sua própria adolescência.

Sendo assim, Marty (2006) ainda complementa que esses pais demonstram estar tanto mais despreparados quanto estão os filhos adolescentes, abandonados pelo corpo social, maltratados e marginalizados, sem outras referências senão o desespero que os impulsiona a encarnar, para seus próprios filhos, o símbolo de um fracasso da integração. Quando são atacados pelos adolescentes, se sentem ameaçados e impotentes, os pais induzem o sentimento de que esses ataques são irreparáveis, o que aumenta sensivelmente a culpabilidade inconsciente dos adolescentes e os motiva a atuar. Observa-se então, um fenômeno em que os pais não conseguindo conter a destrutividade de seus filhos e que, por seu desmoronamento, estimulam exatamente o processo de repetição da violência e destrutividade.

É neste momento que os pais se sentem totalmente desamparados, e isso, segundo Favilli (2005) compele ao adolescente a negação da experiência adolescente saudável, o que vai perturbar toda sua vivência adulta, visto que as formas eficientes e originais de resolução do viver não foram equacionadas pela dor da experiência. A vida adulta decorrente dessa negação nada terá a ver com a qualidade criativa da experiência que se poderia haver.

Portanto, aquilo que parece um comportamento masoquista nos pais, de fato, mascara a impossibilidade que esses adultos têm para identificar-se em uma função parental. A violência do adolescente exprime nesse caso a violência que os pais não puderam manifestar em relação aos seus próprios pais. Como se a violência pubertária dos pais não tivesse podido ser expressada nem elaborada. Atuando, tornando-a manifesta, a violência do adolescente memora a violência que os pais não conseguiram viver em relação aos seus próprios pais (Marty, 2006).

Neste contexto, as atuações características da adolescência vão ser tornando excessos violentos, enquanto não há adultos/instituições que consigam dar contorno saudável a agressividade (im)posta pelo jovem. Estudos vêm mostrando que as chances destes jovens apresentarem comportamentos de risco em relação à saúde e o exercício da sexualidade aumentam, quando há o envolvimento com drogas e práticas de atos infracionais.

Estes indivíduos encontram-se desamparados e desenraizados, ao tentarem atingir o ideal de autonomia, deparam- se, na verdade, com o vazio. Na sociedade atual, diante de tamanha liberdade e de tantas ofertas de ideais, se o jovem não encontra a realização deste ideal, sente-se pessoalmente responsável pelo seu fracasso. Sendo assim, compreendemos como muitas das patologias psíquicas atuais que estão em evidência, retomam a noção de narcisismo e apresentam sintomas relacionados com os limites e a ação do indivíduo, inibindo-os ou

estimulando-os: as depressões, as manias, as diversas compulsões, as adições, as hiperatividades, as impulsividades e as violências (Petracco, 2007).

Ainda na tentativa de compreensão do lugar que as atuações que esbarram na lei se encontram no funcionamento psíquico do adolescente, Freud *apud* Petracco (2007) nos faz perceber a ligação entre a infração e os modos de funcionamento do aparelho psíquico*:*

> O autor descreve o processo primário como aquele que rege os mais primitivos processos mentais e que tem como meta a busca incessante pelo prazer, sendo o processo secundário compreendido como aquele que permite-nos postergar este prazer, regido pelo princípio de realidade e tendo como funções características o pensamento, a atenção e a avaliação do juízo (p.14 e 15).

Mesmo que haja, na realidade a separação entre as pulsões de vida e de morte, segundo a colocação de Freud (1923), no que se refere ao fato de ser através de Eros que as pulsões de destrutividade são direcionadas ao mundo externo e, ainda, que a pulsão de morte é silenciosa, talvez possamos conceber o ato de infringir a lei como um movimento em prol da vida.

No entanto, Travassi e Malvasi (2010) pensando no envolvimento dos adolescentes com tráfico de drogas, comum hoje em dia e podendo ser considerado atuações de risco, nos chama a ponderar no que se refere à experiência limite do jovem traficante, o "fio da navalha" é viver as possibilidades de realização mais banais do cotidiano contemporâneo, de consumos e status intensos e fugazes que o dinheiro do tráfico pode proporcionar; verdadeiramente, sentir-se morto ou potencialmente morto pela violência social que o cerca.

Radmila Zygouris (1999) *apud* Marin (2002) ao se referir a pulsão, comenta que *"a pulsão em sua origem não é, portanto, nem boa e nem má, ela só procura satisfação: é apenas devido à inadequação do objeto e impotência do sujeito em encontrar o objeto adequado que ela se torna destruidora do objeto tanto quanto do sujeito, tentando manter um estado de menor tensão." (p. 97).*

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a composição deste artigo utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica da temática adolescência e atuações, sob luz da teoria psicanalítica. Tendo como objetivo discorrer sobre a função da atuação neste período do desenvolvimento e se este movimento de passagem ao ato, poderia ser considerado movimentos de vida e/ou de morte

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vida ou morte? Esta é o questionamento que fica quando falamos sobre as atuações na adolescência envolvendo atos infracionais. Winnicott pontua que na falta de contornos no ambiente familiar, o individuo irá busca-lo na sociedade como um pedido de socorro, caracterizando ainda como vida. No entanto, nesta procura

por reconhecimento e contenção da sociedade, o adolescente vai se colando em situações de risco. Situações estas imbricadas de componentes violentos, como se estivessem se destruindo aos poucos, tamanho os riscos aos quais estão suscetíveis.

No entanto, o que a literatura nos apresenta é a importância da vivência desta fase do desenvolvimento na vida de um individuo, não somente biologicamente, o que acontece naturalmente, mas também psiquicamente. Os jovens encontram-se em evolução, há autores que vão dar o nome de segundo nascimento para adolescência, tamanha a potencia e arrombamento psíquico presentes. Os adultos ao redor dos adolescentes vão precisar estar internamente disponíveis para estar com eles. Tendo a oportunidade de também terem experenciado com toda a veemência sua própria adolescência, os adultos poderão ser capazes de compreender mais facilmente as inconstâncias e turbulências que os jovens estarão passando.

Em nossa sociedade, os conflitos entre adolescentes e adultos, hoje tão presentes, podem estar relacionados ao desejo do adulto em transgredir e não poder, enquanto o jovem tem a coragem e a "permissão" social para fazê-lo. Além disso, cabe-nos lembrar do despreparo dos pais para lidarem com os adolescentes, em vista de seus próprios desamparos. Marin (2002) termina um dos capítulos de seu livro descrevendo brilhantemente esta fase da vida: *"Adolescência: violenta e apaixonante condição humana".* Quando discorremos sobre adolescentes, estamos falando de violência, visto as demasiadas angustias que os invadem e, se não recebem sustentação para elas, são tomados por um desespero terrível, aumentando as possibilidades para o surgimento de atuações cada vez mais agressivas.

Desde Freud já se sabe desta condição da adolescência, na busca por sentir-se real e os caminhos para se descobrir. Entretanto, o que se observa como característica da atualidade é o aumento e a intensidade das atuações presentes na adolescência: "até onde posso chegar?". Com isso, é possível perceber que a sociedade vem dando sinais de não estar conseguindo ser referência para estes jovens e conter a violência que externalizam.

Neste sentido, a literatura acrescenta a relação existente entre as privações sofridas na infância e o sentimento de desamparo vivido pelo adolescente. Winnicott vai nos dizer que a delinquência e as patologias relacionadas à conduta estão ligadas a privação em demasia vivenciada pelo indivíduo na sua tenra infância e que na adolescência é revivenciada como desamparo e procura por amparo. Se mais uma vez o ambiente em seu entorno não for capaz de dar a sustentação necessária, o adolescente irá buscar no meio social.

Diante deste panorama, compreende-se que as experimentações, até mesmo as mais violentas, condizem ao momento vivenciado pelos indivíduos na adolescência. Nas situações em que se colocam em risco extremo, por exemplo condutas envolvendo tráfico e uso de drogas, suicídio e sexo desprotegido, nas quais estão expostos a componentes mortíferos, podem ser entendidas como um apelo social em que estão dizendo de uma sociedade que não está conseguindo amparar seus jovens. Ao contrário, os levam a uma constante oferta para o consumo, a possibilidade de ascensão social como possível a todos e de reconhecimento perante a coletividade, inibindo a capacidade a reflexão e, desta forma, potencializando as angustias desta fase, já tão confusa por ser encontrar na

moratória, “nem lá e nem cá”.

Por fim, o que fica é a importância de estarmos atentos aos adolescentes. Considerado as perturbações de conduta ditas “normais”, avaliando as dificuldades, bem como as potencialidades de cada individuo. No caso especial da atuação, mesmo quando remetendo a uma forma de descarga mais patológica, não podemos abandonar a busca de qualquer indício simbólico, o qual possa ressurgir em meio às inúmeras marcas deixadas pelos terremotos já vivenciados individualmente e no meio externo (família e sociedade). Ponderando ainda, o quão hábeis os adultos necessitam ser para cuidar do adolescente, aquele que os coloca cara a cara com o mal estar.

REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, C. A adolescência como moratória. In: _____ **A adolescência**. São Paulo: Publifolha. 2000.

DERETTI, L**.** Atuação na Adolescência: prisão ou comunicação? In: **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n.08. Disponível em: <http://www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php>. Acesso em 8 de set. 2017.

FAVILLI, M. P. O agir criativo: o adolescente que se faz adulto.. In: **Simpósio Internacional do Adolescente**, 1, 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php? script = sci_arttext&pid=MSC00000 00082005000100012&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 13 de set. 2017.

MARIN, I. S. K. “Aborrecência”, um aspecto da negação da violência logo. In:_____ **Violências**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. Violência e transgressão: interrogando a adolescência. In: Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, n. 6. 2002. Recife. **Violência e transgressão**. Recife. 2003. p. 95 – 109.

MARTY, F. Adolescência, Violência e Sociedade. **Ágora,** Rio de Janeiro v. IX n. 1 jan/jun 2006 119-131. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S1516-14982006000100009>. Acesso em 8 de set. 2017.

MATTOS FILHO, CR. Entre o adolescente e a droga, o pai: tanto nos amores como nos chinelos. In: NERY FILHO, A., *et al*. orgs. **Toxicomanias:** incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009.

Drogas: clínica e cultura collection. ISBN 978-85- 232-0882-0. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em 8 de set. de 2017.

PETRACCO, M. M. **A Psicanálise e o adolescente em conflito com a lei: um diálogo possível?** 2007. 22f. Trabalho de Conclusão do terceiro ano de Formação pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre - CEP de PA, 2007.

TRAVASSI, M. L.; MALVASI, P. A. **Violentamente Pacíficos:** desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

WINNICOTT, D.W. A tendência anti-social. In: _____. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

CONFLUÊNCIAS ENTRE A PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

CONFLUENCES BETWEEN THE PREVALENCE OF COMMON MENTAL DISORDERS IN PRIMARY HEALTH CARE AND PUBLIC POLICIES

Área 1: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

FIGUEIREDO, Maria Paula Simões Lima
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Graduada em Medicina, Pós Graduada em Medicina do Trabalho e em Gestão Integrada de Qualidade, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social,
Médica Residente em Ginecologia e Obstetrícia e Mestranda em Desenvolvimento Regional.
mariapaulasimoes@hotmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Doutora em Promoção da Saúde, Mestre em Medicina e Saúde,
Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Uni-FACEF
Preceptora PIESF/Faculdade de Medicina/UNIFRAN
Preceptora IESC/Faculdade de Medicina/Uni-FACEF
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo

O presente estudo objetiva identificar a prevalência de transtornos mentais comuns em uma unidade de saúde, verificar a existência de tratamento oportuno e adequado, bem como discutir a aplicação oportuna das políticas públicas em saúde, com enfoque no desenvolvimento humano, por meio de um estudo transversal, quantitativo, descritivo. Foi aplicado um questionário de forma aleatória que incluía o *Self Report Questionnaire* (SRQ), em 41 usuários de uma unidade básica de saúde de um município do interior paulista, no ano de 2016. Encontrou-se predominância de mulheres de baixa renda, elevada prevalência de sintomas psicossomáticos, bem como 48,7% de triagem positiva para transtornos mentais comuns e 12% de pessoas com ideação suicida, entretanto o acompanhamento pela Atenção Primária à Saúde se mostrou incompleto e ineficiente, apontando uma lacuna na aplicação das políticas de saúde e uma dificuldade na garantia da saúde como direito fundamental e essencial ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: Transtorno Mental Comum, Políticas Públicas, Atenção Primária à Saúde.

Abstract

The present study aims to identify the prevalence of common mental disorders in a health service, to verify the existence of timely and appropriate treatment, as well as to discuss the timely application of public health policies, focusing on human development, through a cross-sectional study, quantitative, descriptive. A randomized questionnaire that included the Self Report Questionnaire (SRQ) was applied to 41 users of a basic health service in a city in the state of São Paulo in the year 2016. There was a predominance of low-income women, a high prevalence of psychosomatic symptoms, as well as 48.7% positive screening for common mental disorders and 12% of people with suicidal ideation. However, Primary Health Care follow-up was incomplete and inefficient, pointing to a gap in the application of health policies and a difficulty in ensuring health as a fundamental and essential right to social development.

Keywords: Common Mental Disorders, Public Policy, Primary Health Care.

1 INTRODUÇÃO

Preconiza-se que a Atenção Primária a Saúde (APS) seja a porta de entrada para o cuidado no sistema público de saúde e que seja exercida com longitudinalidade e integralidade, conhecendo e entendendo o indivíduos nos seus múltiplos aspectos (BRASIL, 2017), revestindo-se, com isso, de um potencial estratégico para consolidação desse modelo de atenção. Sendo assim, apesar da baixa densidade tecnológica, é intrínseco à APS uma alta complexidade (MENDES, 2010), ainda mais evidente ao se enfocar os transtornos mentais.

Por abrangerem as dimensões social, política, cultural, econômica e espiritual, os transtornos mentais requerem ainda mais um trabalho em equipe integrado e qualificado, também preconizado na APS, mas muitas vezes ainda pouco exercido. Ao se verificar que os transtornos mentais são mais prevalentes em classes sociais mais baixas, independente da mobilidade social, pontua-se também a necessidade de ações intersetoriais reais e políticas públicas efetivas para melhoria da condição socioeconômica na vida adulta, já que as evidências a apontam como importante fator de influência psicopatológica (QUADROS, 2016).

O Ministério da Saúde reforça o trabalho integrado ao indicar a necessidade de uma rede de cuidados compartilhados e a realização de projetos terapêuticos singulares (PTS), pelos quais a doença não é menos importante, mas apresenta-se apenas como um dos pilares de tratamento e acompanhamento. Além disso, necessariamente ele deve envolver o usuário e sua família, desenvolvendo protagonismo e autonomia (BRASIL, 2013).

No tocante à qualificação dos PTS, entra em cena o matriciamento, que caracteriza-se por um tipo de cuidado colaborativo entre saúde mental e atenção primária, com horizontalização entre as equipes, para construção compartilhada de intervenções. Ou seja, não é um encaminhamento ao especialista ou um atendimento pelo profissional de saúde mental, mas sim um suporte técnico-pedagógico à equipe da APS para esclarecimento diagnóstico, construção de PTS e abordagem familiar ou de casos mais complexos, por exemplo (CHIAVERINI, 2011).

Neste cenário, o cuidado com os pacientes com transtorno mental comum (TMC) é de competência da APS e, frequentemente, demanda acolhimento ou consultas não agendadas. É a forma mais comum de apresentação de sofrimento psíquico na APS e cerca de 50% dos usuários atendidos apresentam esse problema (CHIAVERINI, 2011). Caracterizam-se por serem transtornos menos estruturados e de menor gravidade, com queixas somáticas, com sintomas de ansiedade e depressão associados a problemas psicossociais (CHIAVERINI, 2011). Ao se entender sofrimento como vivência da ameaça de ruptura da unidade/identidade da pessoa (BRASIL, 2013), entende-se a necessidade de não se negligenciar tais casos.

Dessa forma, objetiva-se identificar a prevalência de transtornos mentais comuns em uma unidade de saúde, verificar a existência de tratamento oportuno e adequado, bem como discutir a aplicação oportuna das políticas públicas em saúde, com enfoque no desenvolvimento humano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se um estudo transversal, quantitativo e descritivo, por meio de aplicação de um questionário estruturado por seis estudantes do terceiro ano de medicina o qual é composto por questões sociodemográficas, tais como idade, sexo, renda, profissão, escolaridade, associadas ao *Self Report Questionnaire* (SRQ) – Questionário de Auto Relato (HARDING, 1980; MARI, 1986). Este é um questionário desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde, de identificação de distúrbios psiquiátricos em nível de atenção primária, composto por 20 questões elaboradas para detecção de transtornos mentais comuns. Para uma pessoa ser considerada como possível caso, se utiliza a pontuação de sete ou mais respostas afirmativas (sim), as quais valem um ponto cada uma (HARDING, 1980; MARI, 1986). O questionário também conta com perguntas sobre como o usuário considera sua saúde, variando de muito boa a péssima, em uma escala Likert; se o usuário fez ou faz acompanhamento psicológico, psiquiátrico; e se faz uso de medicação contínua, além de comorbidades comuns tais como diabetes, hipertensão, doença pulmonar obstrutiva crônica, etc.

A amostra foi composta por 41 usuários de uma unidade básica de saúde (UBS) da periferia do município de Franca/SP, os quais participaram de forma voluntária, respondendo ao questionário na sala de espera, durante o período em que aguardavam o atendimento na UBS. A escolha do usuário foi aleatória e nos casos de negativa em responder não houve nenhum prejuízo em seu atendimento na UBS. A coleta foi realizada em uma tarde, durante 2 horas, em setembro de 2016, sendo critério de inclusão estar nas dependências da UBS e se voluntariar, e os de exclusão não possuir capacidade cognitiva para entendimento do questionário ou se negar.

Após a coleta, os dados foram registrados em planilha no *Microsoft Excel* 2013, analisados por meio de estatística descritiva e apresentados com médias, medianas, porcentagens e números absolutos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se uma predominância em sala de espera de mulheres pardas

jovens, sem ensino médio completo, sem trabalho formal, com baixa renda. Ratifica-se, com isso, que os homens ainda postergam a busca pelo cuidado, inclusive por muitos trabalharem no horário convencional de atendimento das unidades de saúde (SCHRAIBER, 2010). Sendo assim, diminui-se ainda mais a possibilidade de identificação de transtornos mentais comuns nessa parcela da população e a possibilidade de implementação de medidas assistenciais ou mesmo preventivas.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico da sala de espera de uma UBS da periferia do Município de Franca/SP, Set/2016.

Idade (anos)	N (%)
<18	1 (2,4%)
18 a 40	25 (61%)
41 a 59	11 (27%)
> ou = 60	3 (7,3%)
Em branco	1 (2,4%)
Média ± DP	35,1± 14
Sexo	
Feminino	36 (87,8%)
Masculino	5 (12,2%)
Cor	
Branca	15 (36,6%)
Negra	8 (19,5%)
Parda	18 (43,9%)
Estado civil	
Casado (a)	19 (46,3%)
Solteiro (a)	14 (34,1%)
Viúvo (a)	1 (2,4%)
Divorciado (a)	4 (9,8%)
Outros	3 (7,3%)
Escolaridade	
Fundamental incompleto	7 (17,1%)
Fundamental completo	10 (24,4%)
Médio incompleto	3 (7,3%)
Médio completo	13 (31,7%)
Superior	4 (9,8%)
Curso técnico	3 (7,3%)
Em branco	1 (2,4%)
Ocupação	
Do lar	7 (17,1%)
Sapateiro (a)	8 (19,5%)
Outros	26 (63,4%)
Status ocupacional	
Aposentado	1 (2,4%)
Assalariado sem carteira de trabalho	5 (12,2%)
Assalariado com carteira de trabalho	10 (24,4%)
Autônomo	7 (17,1%)
Desempregado (a)	6 (14,6%)
Não trabalha	10 (24,4%)
Em branco	2 (4,8%)

Renda	
0 a 1 salário mínimo	14 (34,1%)
>1 a 2 salários mínimos	14 (34,1%)
> 2 salários mínimos	2 (4,8%)
Em branco	11 (26,8%)

Percebe-se, de alguma forma, o descumprimento do princípio da universalidade, já que o acesso é um dos pontos nevrálgicos para o distanciamento dessa parcela da população, além, obviamente, dos aspectos culturais envolvidos e das iniciativas isoladas e fragmentadas de valorização da saúde do homem.

Em relação à renda, o encontrado confirma os dados do IBGE, pelos quais se observa que o rendimento nominal mediano mensal *per capta* na cidade é de R$627,50 (IBGE, 2017). Em uma recente revisão sistemática, os transtornos mentais foram mais comuns em classes socioeconômicas mais baixas e a mobilidade social descendente esteve associada a piores condições de saúde mental, isso podendo ser entendido como causa ou consequência dos transtornos. De qualquer forma deve-se depreender que, ao se realizar o cuidado em saúde mental, assim como em outras áreas, o princípio da integralidade, de maneira alguma, pode ser posto em segundo plano, inclusive para que o sucesso terapêutico seja mais apropriado.

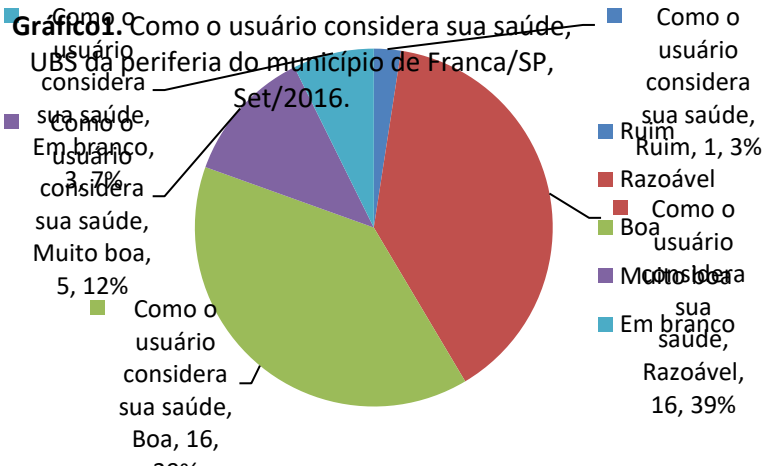


Gráfico1. Como o usuário considera sua saúde, UBS da periferia do município de Franca/SP, Set/2016.

Observa-se no Gráfico 1 que 51% dos usuários entendem sua saúde como boa ou muito boa. Sabe-se que esse entendimento perpassa os aspectos culturais e sociais, bem como o histórico de vida de cada indivíduo. Todavia, ao ser levado em consideração que para a OMS saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental, social e espiritual, encontramos uma possível lacuna na efetivação das políticas públicas de diversas áreas (OMS, 1946).

Dentre as diversas faces da saúde, a psíquica vem ganhando espaço importante no mundo pós-moderno, no qual a liquidez e a velocidade das relações estão desumanizando o humano e trazendo prejuízos psicossomáticos (Bauman, 2001). Na Tabela 2, por exemplo, percebe-se elevada prevalência de sintomas psicossomáticos nos indivíduos pesquisados.

Tabela 2. Respostas positivas mais frequentemente encontradas no questionário, Franca/SP, Set/2016.

Perguntas avaliadas	**N (%)**

Sente-se nervoso, tenso ou preocupado?	34 (82,9)
Tem se sentido triste ultimamente?	23 (56)
Assusta-se com facilidade?	22 (53,3)
Presença de cefaleia?	20 (48,7)
Tem dificuldade para pensar com clareza?	18 (43,9)
Sente-se cansado o tempo todo?	18 (43,9)
Cansa-se com facilidade?	18 (43,9)
Dorme mal?	16 (39)

Foram encontrados 48,7% de usuários com triagem positiva (pontuação maior ou igual a 7) para transtornos mentais comuns, todavia apenas 20% deles relataram algum diagnóstico específico, sendo este depressão.

Dos usuários da pesquisa, 7,3% referem tratamento psiquiátrico, todavia apenas 4,8% destes fazem uso de medicação específica.

Dessa forma, verifica-se que apesar da APS ser essencial para a adequada atenção à saúde mental (OMS, 1990) e grande parte da demanda médica neste contexto ser composta por pessoas com algum grau de sofrimento psíquico, ela ainda não cumpre o seu papel. A necessidade de uma equipe preparada para o acolhimento e acompanhamento desses casos é fundamental e de, qualquer forma, esse atendimento não foge totalmente das práticas já preconizadas (GUSSO, 2012). O que ocorre, muitas vezes, é um excesso de encaminhamentos e transferências de responsabilidades para outros níveis de atenção, como se a APS não tivesse o atributo de coordenar o cuidado na rede de atenção à saúde (BRASIL, 2017). Assim, deixar de tratar ou prevenir doenças com razões diversas que não as pessoais, configura-se afronta à justiça social, tendo em vista que a saúde é central nesse aspecto (SEN e KLIKSBERG, 2010).

Pela Política Nacional, a ferramenta de trabalho em saúde mental é estabelecida pela *relação* e, assim, a equipe de saúde deve deslocar o olhar da doença para o cuidado, para o alívio e ressignificação do sofrimento, cumprindo seu papel de articuladora do cuidado (BRASIL, 2013).

Em um estudo realizado na cidade de São Paulo, identificou-se que os pediatras tinham baixa sensibilidade para reconhecer os transtornos mentais em crianças de 5 a 11 anos nas UBS. Apesar desta faixa etária não ter sido o foco deste trabalho, se entendermos a vida como um *continuum*, tais crianças poderão ser adultos mal tratados e acompanhados, caso a APS não se empodere do seu papel, já que a maioria dos 48,7% dos pacientes triados para TMC estão sem qualquer acompanhamento (TANAKA e RIBEIRO, 2009).

Destaca-se que 30% dos TMC tem remissão espontânea e apresentam melhora quando apoiados pelas equipes de forma individual ou coletiva, todavia, esse fato não exime os profissionais de realizar acolhimento, escuta qualificada, apoio e tratamento oportuno. Assim, o que se aponta como adequado aqui não é medicalização excessiva, mas sim, práticas em saúde mental adequadas, tanto para transtornos de menor gravidade como para os de gravidade extrema como a tentativa de suicídio (BRASIL, 2013).

Em relação ao suicídio, a Figura 1 ilustra a prevalência do comportamento suicida.

Figura 1: Comportamento suicida ao longo da vida

Fonte: Botega *et al.* (2005).

Ao se investigar o comportamento suicida em nossa amostra, foram encontrados cinco usuários (12%) que referem que têm tido ideias de acabar com a vida, entretanto apenas uma fez ou faz acompanhamento psicológico e nenhum fez ou faz tratamento psiquiátrico. O mito de que os que ameaçam a se suicidar não o farão e de que falar sobre o assunto aumenta o risco, gera negligência de casos, como os identificados nessa pesquisa, os quais não estão sendo acompanhados.

A Tabela 3 representa a taxa de suicídio da cidade de Franca comparada com a média nacional, de 2005 a 2013.

Tabela 3 – Número de óbitos por suicídio na cidade de Franca/SP e no Brasil, a cada 100 mil pessoas, 2005 a 2013.

Ano	Franca/SP	Média Nacional
2013	5,05	5,01
2012	4,95	5,32
2011	6,85	5,12
2010	5,96	4,95
2009	3,32	4,90
2008	3,36	4,92
2007	5,98	4,68
2006	9,14	4,63
2005	4,04	4,64

Fonte: Deepask, 2017.

Sendo o Brasil o 8º país em número absoluto de suicídios, ocorrendo um a cada 40 segundos, é necessário que a APS esteja atenta para identificação precoce desses comportamentos, para condução adequada e minimização dessa situação extrema, inclusive porque a cidade de Franca/SP em vários anos esteve acima da média nacional em óbitos por suicídio. Não se atentar a esse fato e, de alguma forma não prover atendimento adequado a essa situação pode ser considerado uma privação de liberdade substantiva, influenciando negativamente a capacidade individual de autocuidado e o poder do indivíduo de influenciar, de forma ativa, o desenvolvimento (SEN, 2010). Além disso, os dados de mortalidade por suicídio tem relevância em si mesmo, pois estar vivo é condição *sine qua non* para o exercício das liberdades individuais e para levar o tipo de vida que o indivíduo valoriza (SEN e KLIKSBERG, 2010).

Dos usuários entrevistados, 31,7% referiram algum tipo de tratamento psicológico individual durante a vida, desses 61,5% apresentaram pontuação menor

que sete no questionário de triagem. O tratamento psicológico instituído na APS é, majoritariamente, pautado no atendimento individual e a demanda existente não é absorvida de forma adequada. Para ampliação da capacidade assistencial, o trabalho em grupos pequenos é essencial, sendo estes compostos por no mínimo quatro pessoas e no máximo o número de pessoas que sejam capazes de se verem e de se ouvirem. Nesse contexto, o matriciamento apresenta-se como importante aliado, com presença das equipes de saúde mental em conjunto com a da APS. Os atendimentos grupais devem ser pautados, portanto, não na mera transmissão de conhecimento, mas na reflexão e estabelecimento de mecanismos terapêuticos efetivos (CHIAVERINI, 2011).

Dos pacientes com triagem positiva para TMC (48,7% do total), apenas 40% fazem ou fizeram algum tipo de acompanhamento psicológico e 10% fazem ou fizeram acompanhamento psiquiátrico. Duas interpretações são possíveis, pois pode ser entendido que por serem casos menos complexos estão sendo geridos pelo clínico e pela equipe da APS ou então que estão sem o acolhimento necessário à situação.

Por fim, entendendo o desenvolvimento social como promoção dos direitos fundamentais, participação nos processos de decisões políticas e em todos processos que objetivem o desenvolvimento global visando alcançar justiça e bem estar de todos (FULGÊNCIO, 2007); entendendo saúde e, em especial, a saúde mental como um direito fundamental e uma liberdade substantiva, conclui-se sobre a indissociabilidade entre desenvolvimento social e saúde e, portanto, necessidade urgente de melhoria da APS para que a política de saúde mental e de atenção primária sejam bem aplicadas e o desenvolvimento social ganhe espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que a APS possui um papel fundamental no atendimento em Saúde Mental, entretanto, existe no município elevada prevalência de transtornos mentais comuns, os quais estão sendo negligenciados, por não terem acolhimento e acompanhamento adequados. Além disso, a Política Nacional de Saúde Mental não está sendo observada e cumprida adequadamente, pois além da não ocorrência efetiva do matriciamento, a detecção precoce de casos graves, como comportamentos suicidas, não está ocorrendo. Existe a necessidade de ampliação do olhar para saúde mental e para capacitação e educação dos profissionais da rede, para que a APS exerça o seu papel de centro da Rede de Atenção a Saúde conforme a política nacional de atenção básica e a política de saúde mental, garantindo vias para a justiça social e o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTEGA, Neury José et al . Suicidal behavior in the community: prevalence and factors associated with suicidal ideation. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, 27(1), p. 45-53, Mar. 2005. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-

44462005000100011&lng=en&nrm=iso>. Access on Oct. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462005000100011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2436, de 21 de setembro de 2017. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34)

_____.IBGE. Cidades@. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351620&idtema=16&search=sao-paulo|franca|sintese-das-informacoes> acesso em Out. 2017

CHIAVERINI, D.H et al. (Org). Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília. 2011.

DEEPASK. O mundo e as cidades através de gráficos e mapas. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=franca/SP-Confira-o-numero-de-suicidios-no-seu-municipio>. acessado em Out. 2017.

FULGÊNCIO, P. C. Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

GUSSO G.; LOPES J. M. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre, Artmed, 2012.

HARDING, T.W. et al. Mental Disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four development contries. Psychological Medicine, 10: 231-241, 1980.

MARI, J.J.; WILLIAMS, P. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. Br J Psychiatry 1986; 148:23-6.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 5, p. 2297-2305, Ago. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500005&lng=en&nrm=iso>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). 1946.

QUADROS, L. de C. M. de et al . Efeitos da mobilidade social na saúde mental de adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de

Janeiro , v. 21, n. 2, p. 443-448, Feb. 2016 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000200443&lng=en&nrm=iso acesso em 05 Out. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015212.17942014.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al . Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 26, n. 5, p. 961-970, May 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010000500018&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Oct. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000500018.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Mota. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A; KLIKSBERG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad. Bernardo Ajzemberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 477-486, Apr. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200016&lng=en&nrm=iso>. Access on Oct. 2017.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA PSICANALÍTICA PARA A PSIQUIATRIA TRADICIONAL.

CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALITICAL PSYCHOPATOLOGY TO TRADITIONAL PSYCHIATRY.

Sessão temática: Área 1- Desenvolvimento Social e Politicas Públicas. 1.3- Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

Karla Cristina Rocha Ribeiro – Doutoranda , Universidade Estadual Paulista Unesp-campus Assis. Programa de pós graduação em Psicologia.
karlacrribeiro@gmail.com

Jorge Luís Ferreira Abrão – Livre docente, orientador do programa de pós graduação em Psicologia Universidade Estadual Paulista Unesp-campus Assis.
jlfabrao@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir de que forma podemos ampliar as discussões sobre sofrimento psíquico infantil na psiquiatria tradicional a partir das contribuições da psicanalise, principalmente com o conceito de psicopatologia psicanalítica. Para tanto, partimos da psiquiatria tradicional, cujo maior objetivo é o diagnóstico e a prescrição medicamentosa para ampliar a discussão a partir da psicopatologia psicanalítica. A psicanálise ao discutir novas patologias não as cria, mas reconhece novas formas de sofrimento e as nomeia, tornando-as parte do campo da psicopatologia psicanalítica. Esta implica a singularidade do sujeito, pois por mais semelhantes que sejam os comportamentos de sujeitos distintos, a causa, o significado e a direção destas subjetividades sempre terão a marca da singularidade. Assim, o que busca a psicanálise é a escuta, possibilidade que nos situa entre as narrativas (da família, da criança, dos desenhos, dos comportamentos). A escuta é o único instrumento que possui o psicanalista para pensar a subjetividade do outro. Esperamos com isso contribuir para as discussões sobre adoecimento, medicação e tratamento psicológico infantil.

Palavras chave: Infância, psicanálise, psiquiatria.

Abstract

The present work has the goal to discuss how we can enlarge the discussions about child´s suffering in traditional psychiatry starting with the contributions of psychoanalysis, mainly with the concept of psychoanalytical psychopathology. Therefore, we start with the traditional psychiatry, which biggest goal is the diagnosis and the medical prescription to enlarge the discussion. Psychoanalysis when discuss new pathologies don´t create them, just give them a name, making it part of the psychoanalytical psychopathology. It implies the singularity of the subject because even when behaviors are likely, the meaning and direction of these subjectivities will

always be unique. So, what psychoanalysis searches is for the listening, the possibility to be between narratives (from family, child, draws, behaviors). The listening is the only instrument to think somebody´s subjectivity. We expect to contribute with the discussions about suffering, medication and child´s psychological treatments.

Key words: childhood, psychoanalysis, psychiatry.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Pessoti (1984), a infância que foge dos princípios da normalidade há muito é conhecida pela humanidade. Na Antiguidade, os ideais sociais e culturais de lugares como a Grécia e Esparta faziam com que crianças portadoras de deficiências físicas e mentais fossem abandonadas à própria sorte, uma vez que não eram tratadas como seres humanos. Foi somente durante a Idade Média, por causa das ideias cristãs, que os deficientes passaram a ser vistos como pessoas (e não mais subumanos) e também como filhos de Deus, "*les enfants du bon Dieu",*devendo ser tolerados e aceitos pela caridade.

Com a difusão do cristianismo na Europa, o deficiente ganhou "alma", não sendo mais eliminado ou abandonado. Passaram a ser acolhidos pela igreja e posteriormente foram titulados de idiotas ou imbecis. Surgem então, no século XIII, as primeiras instituições para abrigar deficientes mentais e as primeiras legislações sobre os cuidados com a sobrevivência destas pessoas.

> A ambivalência caridade-castigo é marca definitiva da atitude medieval diante da deficiência mental. Agora a ética cristã reprime a tendência a livrar-se do deficiente através do assassínio ou da exposição, como confortavelmente se procedia na Antiguidade: o deficiente tem que ser mantido e cuidado. (Pessoti, 1984, p.6-7).

A caridade, no entanto, não livrou alguns deficientes de serem mortos pela inquisição uma vez que eram tidos como castigados por Deus, seres impuros, imperfeitos, presas de entidades malignas e endemoniados. A identidade sobrenatural atribuída aos deficientes vigorou durante a Idade Média como forma de lidar com seres desconhecidos e fora dos padrões físicos, educativos e sociais vigentes.

Foi a partir do trabalho de uma autoridade médica de nome Paracelso (1493-1541), que pela primeira vez, a deficiência mental foi anunciada como problema médico, possivelmente resultante de traumatismos e doenças. A ele seguiu o trabalho de um filósofo chamado Jerônimo Cardano (1501-1576), que se preocupava com a instrução e educação do deficiente. O status de vitimas de Deus ou a visão da naturalidade inevitável da deficiência começaram então a ruir como verdade absoluta.

A mente, na visão lockiana, seria uma página em branco e sem letra. Logo, possível de ser formada para tudo. Aí está a base da didática para o ensino dos deficientes. A educação, segundo Locke, pressupõe uma

> Visão naturalista do educando, liberta de preconceitos morais ou religiosos, a ênfase na ordenação da experiência sensorial como fundamento da didática, a afirmação da individualidade do processo de aprender, a insistência sobre a experiência sensorial como condição preliminar dos processos complexos de pensamento, a importância dos objetos concretos na aquisição de noções. (Pessoti, 1984, p.22)

A deficiência mental chega ao século XX compreendida como sendo de origem orgânica, com sintomas variados e incluindo uma série de distúrbios que iriam desde funções digestivas até as genitais.

> A medicina moral era a designação genérica para as atividades da psicologia clinica e da psiquiatria. (...) deficiência é um problema médico, portanto passível de tratamento. (Pessoti, 1984, p.41)

De acordo com Marfinati e Abrão (2014), durante os 75 anos iniciais do século XIX a educação, principalmente de crianças retardadas, bem como os movimentos de higiene mental e orientação precoce, tiveram grande espaço no contexto da psiquiatria infantil. Esta noção de profilaxia, ou seja, de ensinar a criança a ser saudável, tinha como finalidade evitar a instalação da doença mental e garantir o funcionamento psíquico dito normal. Foi a partir da década de 1880, que a clinica psiquiátrica infantil teve inicio, mas ainda assim, o diagnóstico infantil só interessava ao psiquiatra se contivesse um diagnóstico de adulto, pois o interesse era encontrar na criança as síndromes mentais descritas nos adultos. Não havia ainda um campo autônomo para a prática e investigação dos transtornos mentais infantis.

Para Foucault (2006), a psiquiatrização da infância ocorreu por duas vias: a da descoberta da criança louca e a da concepção da infância como o lugar da origem da doença mental. O autor aponta que a psiquiatria do fim do século XIX, ao realizar a anamnese num adulto doente mental, buscava sinais da hereditariedade da doença. Assim, a psiquiatrização da infância tinha essa ideia de que a causa da doença mental estava na infância, ou seja, sua prática buscava sinais no desenvolvimento de uma infância hipoteticamente comprometida. A busca pela etiologia fez com que a psiquiatria se visse autorizada a intervir em qualquer mal-estar ou comportamento infantil considerado indesejado e nomeá-lo como patologia desembocando na prática atual de tratar os sinais de sofrimento psíquico a partir do diagnóstico médico e dos psicofármacos.

Éd intenso o modelo médico biologicista, fortemente calcado no diagnóstico e na medicalização quando o assunto é sofrimento psíquico, pois este é invariavelmente tratado como patologia, como desvio da norma. Por outro lado, há também a iniciativa de outras áreas do saber, que buscam, a partir de uma visão global do ser humano, traçar diálogos a partir do psíquico e do social.

Foi a partir da década de 1930, que as ideias psicanalíticas na clinica infantil, juntamente com o desenvolvimento do modelo psicossomático na psiquiatria infantil, fundou a chamada pedopsiquiatria. Ainda assim, existia pouco interesse dos médicos neste tema, pouca literatura sobre os transtornos mentais infantis e fatores como os emocionais, intelectuais e ambientais eram ignorados deste campo do

saber.

Jerusalinsky (1998) afirma que, ao contrário do diagnóstico, a escuta psicanalítica busca responder à questão: qual é a minha verdade?, e que a grande revolução freudiana esteve em admitir que não só adultos, mas também as crianças se perguntavam isso.

> Freud nos propõe que o infantil do sujeito é legível na sua infância, e que no adulto, essa infantilidade ou essas formações infantis persistem não sob a forma de acontecimentos inexoráveis, mas sob a forma de um tecido lógico que permite a esse sujeito ser ou não partícipe de certa posição e acontecimentos sociais. (p.155)

Para Abrão (2001), a condição básica da psicanálise é a descoberta da sobrevivência do infantil no universo mental do adulto. Ao formular e admitir a existência de uma sexualidade infantil, Freud a considera como polimorfa perversa, ou seja, sem objeto definido para sua satisfação, ou mais propriamente, tendo como alvo de sua satisfação diferentes zonas do corpo.

Freud compreendeu que a sexualidade humana não era algo simplesmente biológico ou instintivo (no sentido de ser fixo, pré-formado, com objeto e objetivo definidos). O sujeito busca o prazer e a satisfação por meio das marcas que vivencia em sua história de vida. Nas crianças, a sexualidade polimorfo perversa faz com que as fantasias sexuais sejam dirigidas a um objeto e a gratificação sexual obtida no próprio corpo.

Segundo Zornig (2008), Freud privilegia uma noção singular sobre a sexualidade infantil na medida em que se refere à construção da subjetividade a partir da representação psíquica da relação corpo a corpo e estruturante pelas marcas relacionais que determinariam as escolhas de objetos (amorosos/afetivos) posteriormente.

Zavaroni e cols (2007) afirmam que o infantil é um conceito metapsicológico que se faz presente no discurso e na maneira como o paciente se coloca em análise, tanto que para Freud nos primórdios de sua clínica, importava tanto o que o paciente recordava quanto a infância esquecida, o infantil recalcado. A noção de infantil que o psicanalista assume é a de buscar na fala de seus pacientes o modo como o psiquismo gravou acontecimentos a partir de sua realidade psíquica. Ele então admite que exista no infantil a fantasia, ou seja, a verdade psíquica do sujeito que foi introjetada nos primórdios de sua constituição psíquica. Enquanto a infância se refere a um tempo de realidade da vida do sujeito, o infantil é atemporal, imerso em pulsão, recalque e inconsciente.

> Pensar o infantil como um conceito psicanalítico passa pela compreensão de uma infância que desliza da simples cronologia e das experiências passíveis de narração à realidade psíquica e da fantasia como um elemento irrevogável da constituição do psiquismo. (Zavaroni e cols., 2007, p.66)

A noção de infantil extrapola a própria noção de infância para a Psicanálise. Lajonquière (2006) analisa que a infância aparece como um tempo de travessia

entre aquilo que era estrangeiro para o familiar, o campo da palavra e da linguagem, pois para a criança ela não possui infância, somente o adulto pode “ter uma infância” enquanto algo perdido.

Neste sentido, Zornig (2008) enfatiza que nós apagamos a infância quando olhamos para ela a partir da perspectiva do mundo adulto e que atualmente, para acatar o desejo dos pais que buscam cumprir seu ideal de felicidade para os filhos, as crianças frequentemente apaziguam sua angústia negando sua própria infância.

Em suma, pensar a subjetividade infantil contemporaneamente se torna um campo profícuo de análise, pois, da criança mítica e romantizada àquela que toma como referência o mundo adulto mercantilizado, a infância se mostra capaz de produzir saber sobre si mesma. Como afirma Zornig (2008)

> Mesmo sendo bombardeada por um excesso de tecnologia e informação, a criança desafia a razão lógica ao construir sua própria verdade em seu próprio tempo lógico e não cronológico. (p.77)

Muito frequentemente, a infância só se torna objeto de interesse quando está atrelada a psicopatologias, problemas de desenvolvimento ou novas síndromes. Não podemos perder o processo histórico que culmina na medicalização da infância contemporânea. Neste sentido, é necessário discutir as várias noções de psicopatologia, e o que elas acrescentam (ou prejudicam) a infância.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é a Psicanálise freudiana e autores contemporâneos que estudam a infância a partir desta abordagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, que é aquela que busca desenvolver uma reflexão aberta sobre o tema abordado, uma vez que compreendem de maneira diferente as perguntas que surgem no decorrer do processo histórico. Para Gonzalez-Rey (2007), é uma metodologia que abrange o subjetivo, o singular, a comunicação, o diálogo como forma de produção do conhecimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Psicopatologia e psicanálise infantil- da descrição geral à fundamental

Para Cecarelli (2005), a psicopatologia é um discurso sobre um saber da mente, o conhecimento sobre o padecer psíquico. É uma palavra composta por três raízes gregas: *psyche,* psiquismo, alma; *pathos*, excesso, sofrimento e *logos*, lógica, conhecimento. Assim, a gama de conhecimento que compõe a psicopatologia visa decompor o sofrimento para estudá-lo, entendê-lo, classificá-lo e neste sentido, cada contexto histórico-político teve suas particularidades nessa tentativa.

Segundo Dalgalarrondo (2008), a psicopatologia é um ramo da ciência que

trata da natureza essencial da doença mental, suas causas, mudanças estruturais e funcionais, bem como suas formas de manifestação. De maneira mais ampla, é o conjunto de conhecimentos acerca do adoecimento mental do ser humano. Uma área que tem se esforçado para ser sistemática, elucidativa e desmistificante.

Para o médico, existem limites que a psicopatologia enquanto área da ciência não deve transpor - tal qual já enunciado anteriormente por Karl Jaspers (1883-1969), que defendia a ideia de que nunca se deve reduzir o indivíduo a conceitos psicopatológicos, ou seja, o "homem em sua enfermidade". O que a psicopatologia deveria então fazer, seria enfocar dois aspectos principais na condução do diagnóstico para a doença mental: a forma do sintoma (como ele se apresenta, delírios, alucinações, somatizações) e o conteúdo dos mesmos (temas centrais da existência humana como sobrevivência, segurança, e que são organizados individualmente em cada psiquismo).

Sem dúvida, a postura atual de Dalgalarrondo nos parece interessante tanto por romper com algumas noções clássicas da psiquiatria tradicional, como também no sentido de buscar aquilo que foi relegado pela própria ciência psicopatológica nos seus primórdios, a saber, o não reducionismo e a concepção de humanidade que deve se estabelecer no cuidado à doença mental. Quando transportamos esta discussão para a psicopatologia infantil, nos defrontamos com dois fatores principais que se relacionam ao diagnóstico mental atualmente.

Para Gauy e Rocha (2014), são eles: a heterogeneidade das manifestações clínicas e a classificação diagnóstica baseada principalmente em manuais de psicopatologia. O primeiro fator se refere ao fato de que para um mesmo diagnóstico clínico existe uma diversidade de manifestações comportamentais por parte das crianças, bem como as comorbidades, que acrescentam diferentes respostas emocionais. Isso tudo abre a discussão para o fato de que, não é improvável que a psicopatologia precise enquadrar estas crianças na doença mais parecida com seus sintomas, o que, no entanto, faz com que este "encaixe" seja pouco acurado e preciso. Segundo pesquisas dos autores, desde 2014 as principais manifestações patológicas são a depressão infantil, o TDAH, o transtorno de conduta e o transtorno opositor desafiante.

O segundo fator, a classificação diagnóstica baseada em manuais, principalmente o CID 10 e o DSM 5, é feita a partir de sintomas e síndromes. A versão mais atual do DSM ampliou os critérios diagnósticos para o caso de algumas patologias infantis, o que pode gerar aumento nas taxas de prevalência de diferentes quadros clínicos. A nova versão propõe novos critérios diagnósticos para o transtorno de desregulação do humor e muda os critérios diagnósticos para os transtornos invasivos do desenvolvimento, agora agrupados sob o nome de TEA (transtornos de espectro autista).

> Entre as críticas possíveis ao DSM e ao CID está o fato de que eles não levam em conta a subjetividade, nem daquele que classifica, nem do que é classificado. "O olhar de quem olha não é imune à sua própria organização subjetiva". (Cecarelli, 2005, p.373)

O diagnóstico deveria ser usado como um recurso para orientar a escuta e não algo que define a estrutura na qual o sujeito está encaixado. No entanto, contemporaneamente, a busca pela eliminação do sofrimento mental a qualquer custo, e cada vez mais cedo, elimina também a possibilidade de que estas dores

existenciais possam colocar o sujeito em contato consigo mesmo. .

Para Travaglia (2014), uma das preocupações contemporâneas é a promoção da saúde mental. No entanto, muitas vezes esta ambição é ideológica e esconde o imperativo de ordem que visa silenciar o mal-estar de cada indivíduo e o que ele tem a dizer, tanto para si mesmo quanto para o social que o cerca.

> Se tratando de infância é necessário compreender como que um referencial de saúde mental parece conceber a "criança saudável" como aquela que poderá ser o adulto que o sistema pede, passivo e produtivo, concentrado. (p. 40)

Assim, faz-se uso do DSM como uma linguagem única, uma referência empírica e prática, porém "a forma como se consegue tal consenso e unificação é às custas de recortar o sujeito para ficar do tamanho que a nomenclatura permite." (Travaglia, 2014, p.44).

A utilidade do discurso diagnóstico dominante seria justamente a de ajudar o indivíduo a se apresentar, ser reconhecido pelo médico e falar de si. No entanto, aquilo que falta, porque ainda não tem nome, é justamente o que o diagnóstico não consegue alcançar.

Travaglia (2014) afirma que é neste momento que a escuta analítica pode operar, dando ouvidos ao inconsciente em sua singularidade e diferença, opondo-se à padronização provinda dos manuais diagnósticos.

Scivoletto (2010) aponta que os transtornos psiquiátricos da infância afligem 10 a 15% da população, sendo suas principais manifestações as alterações de comportamento (incluindo comportamentos suicidas) e depressão.

Neste sentido, para abarcar estas demandas, as classificações são utilizadas para esclarecer, facilitar e viabilizar uma comunicação clara, além de melhorar a predição e estimular a busca por explicações de causas das doenças psíquicas.

O DSM, como já mencionado, é um dos manuais mais importantes para a psiquiatria. Teve sua primeira publicação em 1952 e passou por cinco mudanças até a versão atual de 2013, o DSM-V. As atualizações têm como foco a maior especificidade dos atributos de cada síndrome, visando maior acerto no diagnóstico. A corrente versão traz algumas mudanças em relação a anterior, como por exemplo, o agrupamento por distúrbios com bases etiológicas comuns, uma abordagem desenvolvimentista (distúrbios que começam na infância e adolescência) e novos diagnósticos, tais como os transtornos de acumulação, de compulsão alimentar periódica e o transtorno disfórico pré-menstrual.

A perspectiva desenvolvimentista presente no DSM-V reconhece que um grande número de transtornos mentais tem raízes na infância e por isso a necessidade da mudança no diagnóstico para incorporar também esta fase. Assim, no eixo "transtornos do neurodesenvolvimento" estão as doenças caracterizadas por atraso ou desvio do cérebro que influenciam características fenotípicas como, por exemplo, o TDAH, aprendizagem, retardo mental e transtornos do espectro autista (TEA). Este último inclui também a síndrome de Asperger e o transtorno invasivo do desenvolvimento não especificado.

Atualmente, até o mais leve sinal de sofrimento psíquico é rotulado como uma patologia cujo tratamento se dá com psicofármacos e a psiquiatrização da vida social.

> Fundar uma prática de diagnóstico com base no consenso estatístico de termos relativos a transtornos – que, por conseguinte, devem ser eliminados com medicamentos- é abandonar a clínica feita de sinais e sintomas que se liguem a uma estrutura clínica, ou seja, a estrutura do próprio sujeito. (Quinet, 2001, p.75)

Vale ressaltar, segundo orienta Donzelot (1986) que

> O nascimento da psiquiatria infantil deve ser compreendido a partir da procura de uma convergência entre os apetites profiláticos dos psiquiatras e as exigências disciplinares dos aparelhos sociais. Assim, a psiquiatria infantil não estaria inicialmente ligada à descoberta de um objeto próprio, de uma patologia mental especificamente infantil, mas sim à necessidade da psiquiatria de designar um possível objeto de intervenção para uma prática que não pretende mais limitar-se a gerir os reclusos, mas sim presidir à inclusão social. (Donzelot, 1986, p.120-121)

De acordo com Guarido (2007), no caso da infância, a medicalização e utilização dos parâmetros da clinica adulta para a infantil tiveram três momentos principais. No primeiro, esteve presente a pedagogia do século XVIII e XIX (aquela da obediência e disciplina). Em seguida a Psicologia progride a partir das preocupações com o desenvolvimento e finalmente acontece a entrada da psicanálise para a clinica infantil.

A partir de 1930, o universo científico passa a conceber a infância com ordem própria de existência e racionalidade, de modo que “inverte-se a perspectiva: agora a criança é que esclarece o devir do adulto” (Cirino, 2015, p.23) e não mais os problemas mentais dos adultos são investigados nas crianças na tentativa de detê-los e garantir saúde mental posterior.

Esta mudança ocorre muito em parte pela influência das ideias psicanalíticas sobre a clínica psicopatológica infantil. Um destes exemplos é o conceito de transtornos de conduta, que com toda sua amplitude e imprecisão abriram a discussão entre os psiquiatras infantis que se dividem entre vincular estes transtornos a condutas amplas desde alimentação até o sono e outros que o limitam à área da sociabilidade, caracterizando pelo padrão repetitivo de conduta anti-social, agressiva e desafiadora.

> A grande ruptura epistemológica é feita pela psicologia profunda de Freud. A partir da dimensão do desejo, que submetido às leis da linguagem escapa a qualquer apreensão direta de sua finalidade, Freud postula que o sujeito- louco ou não- sempre que fala, fala do, e a partir, de seu *pathos* (...) como passividade, alienação. Na situação terapêutica, se transformará em percepção, experiência. (Cecarelli, 2005, p.373)

Para Cirino (2015)

> essa lógica de uma clínica da medicação concede espaço apenas paras as teorias comportamentais e cognitivas, excluindo-se a psicanálise como ultrapassada e eficaz. Na lógica dos seres falantes, nunca estará fora de

> moda a perspectiva ética de que o laço social é o principal remédio para o sofrimento psíquico e que não podemos recusar a busca pelo sentido subjetivo do sintoma. (p.37)

Dunker (2015) discute que a psicopatologia envolve uma racionalidade de interpretar e reinterpretar os modos de sofrimento humano que possuem uma marca contextual e temporal. A atual gestão do sofrimento no neoliberalismo recusa a psicopatologia e a procura eliminar nas vias mais agudas da mercantilização do mal-estar e da medicalização crescente. Eliminar o sintoma então seria garantir crianças saudáveis e adultos felizes, esquecendo-se, porém que é justamente o sintoma a primeira pista para investigarmos, a partir da Psicanálise, o sujeito desejante.

Assim, longe de buscar a compreensão nosológica ou o conjunto de sintomas que possam gerar um diagnóstico, a psicanálise entra em cena a fim de ampliar a escuta para a queixa e privilegiar a palavra como motor de ação e cura na vida do sujeito.

Para Bernardino (2015), a abordagem psicanalítica permitiu um particular enriquecimento da clínica em relação às psicopatologias, pois produziu um deslocamento do que é escutado.

> O diagnóstico que evidentemente não dispensa a apresentação e o modo de contato do sujeito funda-se essencialmente em suas queixas subjetivas, emoções, pulsões, comportamentos que ele descreve. (Kammerer, p.31 apud Bernardino, p.56, 2015)

A escuta que se interessa pela globalidade do sujeito, sua integralidade, ou como quer Dunker (2011), em se tratando de infância, a escuta que se refere a tempos gerúndios, considera este tempo em que as operações psíquicas da constituição do sujeito ainda não se efetivaram. Para o autor, merece então um re-batismo o conceito de diagnóstico. Para ele, “a diagnóstica é a leitura que se desdobra em diálogo entre o clinico e a doença.” (p.409, apud Bernardino, p.56, 2015)

Desse modo, o psicanalista infantil faz uma leitura a partir da sua escuta do andamento do processo de construção da subjetividade da criança e seu diagnóstico estrutural deve se posicionar quanto ao lugar que a criança ocupa.

Para Janin (2015), a criança é um ser cultural e isso se faz presente a partir da transmissão que os adultos realizam em sua vida cotidiana. A história de várias gerações se fará presente em cada criança e com isso, irá permitir a ela se localizar em determinado contexto. O que acontece é que, quando este contexto está em crise, a criança precisa compreender seu lugar e enfrentar seu desejo em meio a um terremoto.

Segundo a autora, a principal crise da contemporaneidade é uma crise ética, em que não existem ideais coletivos do que se considera justo ou injusto, correto ou incorreto, bom ou mau e, para ela, isso confunde tanto crianças quanto adultos. Quando os adultos estão em crise, não são capazes de conter a criança, ou seja, não é só a mãe que necessita de um outro que a sustente para que ela possa também sustentar, o contexto social também deve funcionar como sustentação para ambos os pais.

Janin (2015) afirma que os pais devem se sentir vivos, registrando seus

esforços para decodificar o mundo para a criança e projetá-lo num futuro em que a rede de relações na qual ele estará inserido possa ajudá-lo na construção de um espaço psíquico. Nas crianças, os estados desconexos, depressivos, a negativa em crescer, as dificuldades para se concentrar mostram o fracasso em sentir-se vivo e vinculado a outros, com história e projetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca da psicanálise infantil nos levam a pensar em quais contribuições esta abordagem oferece para a psiquiatria e para a ampliação da compreensão acerca do sofrimento psíquico que acomete as crianças em cada tempo histórico. Assim, é imprescindível analisar que na contemporaneidade, a configuração dos vínculos sociais aponta para um processo de subjetivação em meio a um terreno incerto. Ser criança atualmente é viver um paradoxo: de um lado, existe um social que superprotege a infância, tanto a partir de discursos legais e proteção de direitos quanto com a máxima preocupação sobre diagnósticos precoces e medicalização. Por outro lado, a infância está em transformação e os adultos parecem não saber lidar com a criança que se apresenta. Não sendo mais o ser inocente e frágil de outrora, os infantes sabidos necessitam de cuidados e limites, o que muitas vezes é relegado à terceirização da educação e à vida virtual.

O processo de subjetivação implica na criança internalizar os significados do mundo e assim ir criando novos símbolos para si e este processo é extremamente dinâmico. Inclusive advém daí o sofrimento psíquico: da forma como cada criança é capaz de efetuar a leitura de si e do mundo e se organizar (ou não) diante disso.

Assim, Janin (2015) sustenta que quando a criança percebe seu mundo sociocultural, cujas mensagens são contraditórias e sem princípios éticos, a sustentação da memória secundária, dos ideais e normas ficam muito dificultadas. A crise no contexto em que vivem as crianças atualmente leva a estados de confusão de pensamento e de desfalecimento, tanto no nível ideativo quanto corporal. Para as crianças, a contradição entre palavras e ações dificulta a constituição de um sistema normativo e de um universo protetor sustentado por regras claras. O mundo passa a ser perigoso, imprevisível e a solidão se instala.

Neste sentido, a psicanálise ao discutir novas patologias não as cria, mas reconhece novas formas de sofrimento e as nomeia, tornando-as parte do campo da psicopatologia psicanalítica (Minerbo, 2009).

A psicopatologia psicanalítica implica a singularidade do sujeito, pois por mais semelhantes que sejam os comportamentos de sujeitos distintos, a causa, o significado e a direção destas subjetividades sempre terão a marca da singularidade (Vorcaro, 2015). Assim, o que busca a psicanálise é a escuta, possibilidade que nos situa entre as narrativas (da família, da criança, dos desenhos, dos comportamentos).

Para Bernardino (2015)

> Seu primeiro passo é acolher e escutar o drama familiar que ali vai se desdobrar a partir da demanda, dos significantes que aí vão aparecer, dos significados fixados que se vai propor a abrir para associar, evocar, buscar a história, as origens. (p.65)

Para Mariotto (2015), a escuta é o único instrumento que possui o psicanalista para pensar a subjetividade do outro. O sintoma pouco pode dizer, a priori, da verdade do sujeito, ele é um artefato a ser colocado pelo inconsciente. A investigação diagnóstica precisa se prolongar para além do sintoma, num espaço em que a palavra possa se articular. Justamente esta é a tarefa da psicanálise em seu diálogo com a psiquiatria: realizar a escuta da singularidade de cada sujeito humano e a percepção do sintoma como apenas algo que se deva perseguir o sentido, a partir da escuta analítica e da palavra como motor de ação.

De acordo com Janin (2015), a clínica psicanalítica infantil não se trata de interpretação, de colocar ego onde antes havia id, mas na instauração de um espaço interno em que a fantasia seja possível. Para projetar-se no futuro, é necessário ter passado memória, representações, e é disso que a infância atual necessita.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. *A história da psicanalise de crianças no Brasil.* São Paulo. Escuta.

Bernardino, L. O psicanalista e as psicopatologias da infância. IN: *Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência.* Michele Kamers, Rosa Mariotto e Rinaldo Vitolini (orgs). São Paulo, Escuta. 2001.

CECARELLI, P. *O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental.* Psicologia em estudo, Maringá, vol. 10, n.3, 471-477.2005

CIRINO, O. Genealogia da psiquiatria da infância. IN: *Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência.* Michele Kamers, Rosa Mariotto e Rinaldo Vitolini (orgs). São Paulo, Escuta. 2015

DALGALARRONDO, P.. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.* Artmed, Porto Alegre, 2ª. Edição.2008

DUNKER, C. Aprentação. IN: *Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência.* Michele Kamers, Rosa Mariotto e Rinaldo Vitolini (orgs). São Paulo, Escuta. 2015

FERRAZA, D. Rocha, L. Rogone, H. *A prescrição banalizada de psicofármacos na infância.* Revista de psicologia da Unesp, vol 9, 36-44.2010

GUARIDO, R. *A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação.* Educação e pesquisa, São Paulo, v.33, no.1, 151-161, jan/abr.2007

GAUY, F. e Rocha, M. *Manifestação clinica, modelos de classificação e fatores de risco/proteção para as psicopatologias na infância e adolescência.* Temas em Psicologia, vol.22, n.4, 783-793.2014

JANIN, B. *La infancia, la constitución de la subjetividad y la crisis ética.* Disponível em: http://beatrizjanin.com.ar/la-infancia-la-constitucion-de-la-subjetividad-y-la-crisis-etica. Acesso em 02/03/2017.2015.

LAJONQUIÈRE, L. *A psicanálise e o* debate *sobre o desaparecimento da infância.* Educação e realidade, v ol.31, 89-106, jan/jun.2006

LEITE, L E GALVÃO, I.(Orgs) .*A educação de um selvagem. As experiências pedagógicas de Jean Itard.* Cortez Editora. São Paulo. 2000

MARIOTTO, R. Diagnóstico e tratamento de crianças em tempos de psicomedicalização. IN: *Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência.* Michele Kamers, Rosa Mariotto e Rinaldo Vitolini (orgs). São Paulo, Escuta. 2015

PESSOTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência.* São Paulo, Ed.da

Universidade de São Paulo. 1984
QUINET, A . (org) . Psicanálise e Psiquiatria: controvérsias e convergências. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos. 2001
SCIVOLETTO, S. *Emergências psiquiátricas na infância e adolescência.* Revista brasileira de psiquiatria. Vol.32. Supl. II. 2010
SINIBALDI, B. *Saúde mental infantil e atenção primária: relações possíveis.* Revista de Psicologia da Unesp, vol.12. 61-72. 2013
TENÓRIO, F. E ROCHA, E.A psicopatologia como elemento da atenção psicossocial. IN: *Psicanalise e saúde mental: uma aposta.* Orgs. Sonia Alberti e Ana Figueiredo. Rio de Janeiro, Companhia de Freud. 2006
TRAVAGLIA, A. *Psicanalise e saúde mental, uma visão critica sobre a psicopatologia contemporânea e a questão dos diagnósticos.* Psicologia em Revista. São Paulo, vol 23,n. 1, 31-49.2014
VORCARO, A. Paradoxos de uma psicopatologia psicanalítica de crianças. IN: *Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência.* Michele Kamers, Rosa Mariotto e Rinaldo Vitolini (orgs). São Paulo, Escuta. 2015
ZAVARONI, D. VIANA, T. CELES, LA . *A constituição do infantil na obra de Freud.* Estudos de Psicologia, vol.12, 65-70.2007

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

CRIMINALIDADE JUVENIL: ASPECTOS ATENUANTES E AGRAVANTES

JUVENILE CRIME: ASPECTS ATTENUATING AND AGGRAVATING FACTORS

Sessão temática: Sessão temática: Direito, trabalho e serviço social.

OLIVEIRA, Elisa de.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Passos,
Discente do 10º período do curso de direito.
E-mail- elisa.oliveira.oliveira@hotmail.com

OLIVEIRA, Zaira Garcia de.
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Passos.
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara, Mestra em Desenvolvimento Regional /UNIFACEF
E-mail- oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo visa tratar a respeito da delinquência juvenil, buscando entender prováveis elementos que acarretam esta delinquência, como também os fatores que contribuem para criminalidade, em sequência trazer sobre as políticas públicas como práticas preventivas e a segurança pública explicando quais são os órgãos encarregados pela segurança pública, e ao final a violência como problema social. Esse artigo tem por intenção contribuir para os estudos sociais e jurídicos a respeito do tema. Para a realização deste será utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituirão: pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais e será utilizado de Pesquisa Bibliográfica.

Palavras-chave: Delinquência juvenil; políticas públicas; criminalidade.

Abstract

This article aims to deal with juvenile delinquency, trying to understand probable elements that lead to this delinquency, as well as the factors that contribute to crime, in order to bring about public policies as preventive practices and public safety explaining which are the organs in charge of the crime. public safety, and finally violence as a social problem. This article intends to contribute to social and legal studies on the subject. For the realization of this will be used the deductive logical process, and the research techniques will constitute: documentary research, being them in constitutional and legal norms and will be used of Bibliographic Research.

Keywords: Juvenile delinquency; public policy; crime.

1 INTRODUÇÃO

Todos os jovens fazem parte de um grupo com o qual se identificam. Este grupo tem um papel fundamental na estruturação do adolescente enquanto indivíduo social.

Um grupo social é uma unidade social estruturada de indivíduos entre os quais se dá uma interação frequente. Os grupos organizam-se segundo valores e normas comuns, segundo uma cooperação com o intuito de alcançar objetivos comuns, e também segundo a diferenciação de papéis e funções a desempenhar num grupo.

Cada grupo tem um símbolo, uma referência, um contexto e uma forma de pensar própria. Uns destacam-se pelas roupas, outros pelos penteados, por atitudes radicais ou ainda por uma certa rebeldia.

A preocupação principal dos pais e educadores é quando o adolescente pertence a um grupo cujos valores e costumes ficam à margem das normas sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao abordar este tema com os adolescentes e transmitir-lhes às suas inquietações, os pais ou educadores poderão encontrar muitas dificuldades, haja visto não ser possível prever se o adolescente aceitará livremente a sua opinião ou se irá recusar. No caso de recusar a opinião pode eventualmente originar conflitos familiares.

2.1 PROVAVEIS ELEMENTOS QUE ACARRETAM DELINQUÊNCIA JUVENIL

Existem inúmeras causas que levam ao alto índice de criminalidade que temos enfrentado nos últimos anos, e para entender este aumento faz-se necessário uma análise profunda e detalhada de alguns fatores tanto familiares quanto da sociedade.

Os estudiosos do tema asseveram que uma das principais causas que levam à criminalidade juvenil é a degradação familiar.

Tal fato ocorre devido os jovens terem ganhado cada vez mais liberdade para fazerem o que quiserem, sem a necessidade de seguir regras estipuladas pelas famílias e conjuntamente obtém cada vez mais um maior acesso aos meios de comunicação eletrônicos que deixam esses jovens mais vulneráveis, com isso muitos aproveitadores se utilizam dessa vulnerabilidade para recruta-los para a criminalidade, seja na venda de drogas, roubos, furtos, golpes, entre muitos outros crimes e tudo isso porque estes se beneficiam da imputabilidade dos mesmos.

E com o aumento dessa criminalidade juvenil, a sociedade vive em constante insegurança, pois além de praticarem inúmeros crimes, esses jovens cada vez mais se tornam agressivos, dessa forma o clamor para que se reduza a maioridade penal é cada vez mais latente entre a população, pois acreditam ser o caminho para a resolução de todos os problemas.

No entanto é preciso analisar se esta redução traria benefícios ou malefícios, nesse contexto não se pode analisar apenas a responsabilidade familiar, mas também a responsabilidade do Estado.

Análises feitas tendo como base família e estado, mostram que no momento em que o Brasil se encontra, tal medida representaria um retrocesso, tendo por base o fato de que inserir estes menores no sistema prisional, levando em conta o estado precário dos presídios, poderia até configurar maus tratos, o que violaria os princípios de prioridade às crianças e adolescentes elencados pelo ECA.

2.2 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA CRIMINALIDADE JUVENIL

Quando paramos para analisar a criminalidade juvenil é necessário averiguar quais os fatores que estão ligados a ela, e esses podem ser: desigualdade social; desemprego; urbanização expansiva da sociedade; afastamento do adolescente da atividade escolar e desportiva; a falta de assistência familiar imprescindível na formação e identidade de cada indivíduo.

Quando a sociedade se depara com adolescentes em situação de vulnerabilidade, estando eles inseridos no mundo do crime ou prestes a entrar para a criminalidade, é preciso que providências sejam tomadas imediatamente para dar outro destino a vida destes adolescentes que serão parte da população futura do país.

No Brasil a crescente onda de violência tem se tornado um grande desafio, pois esta mostra a necessidade de se analisar as questões de ordem econômica, social, cultural, de saúde, acima de tudo as questões de ordem estrutural.

Alguns estudiosos afirmam que a criminalidade e a violência, de certa forma acabam afetando de forma negativa o desenvolvimento econômico e social, aumentando assim o grau de exclusão social e de pobreza, colocando em risco a cidadania e a segurança, além de reduzirem a capacidade de governar de forma eficiente e capaz.

Buscar conhecer e tratar os fatores que são a base de todo o crescimento da violência juvenil e discutir como a desigualdade e o empobrecimento, reforçados por políticas ineficazes aliadas à incapacidade nacional de tratar os problemas da pobreza e da exclusão na distribuição econômica, política e social dos recursos, são de fato as principais razões da multiplicação da delinquência e da violência juvenil.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PRÁTICAS PREVENTIVAS

Políticas públicas são conjuntos de programas compostos por ações e atividades desenvolvidas pelo Estado de forma direta ou indireta, tendo a participação de entes públicos ou privados, visando assegurar determinado direito de cidadania, de forma ampla ou para estipulado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

Conforme Américo Bedê Freire Junior afirma que:

> [...] as políticas públicas são os meios necessários para a efetivação dos direitos fundamentais, uma vez que pouco vale o mero reconhecimento formal de direitos se ele não vem acompanhado de instrumentos para efetivá-los. (FREIRE JUNIOR. 2005, p.48)

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã traz elencado em seus artigos 198, 204 e 2016 normas que colaboraram para a criação de conselhos, ondem seriam analisadas as necessidades de políticas públicas e também estas seriam projetadas.

Neste contexto Antônio Roberto Lambertucci assevera que:

> A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas (LAMBERTUCCI, 2009, p. 74).

Com isso pode ser visto a importância da união entre governo e sociedade para que assim juntos possam chegar a um mesmo ideal de necessidade e eficácia de uma Política Pública assim como a quem estas irão beneficiar.

Ao estudar a origem das Políticas Públicas, quatro nomes se fazem muito importantes e muitos doutrinadores os consideram como os “pais” da política pública, são eles: Harold Laswell; Herbert Simon; Charles Edward Lindblom e David Easton.

Como veremos a seguir, cada doutrinador citado acima trouxeram uma contribuição com um conceito ou até mesmo um questionamento.

Celina Souza trouxe em seu artigo cujo título é “Políticas públicas: uma revisão da literatura”, que:

> Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes "pais" fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.
> Laswell (1936) introduz a expressão policy analysis (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.
> Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.
> Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar

> outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.
> Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA. 2006, p.1)

A partir destes conceitos começaram a ser formuladas e testadas as políticas públicas, no entanto o que podemos ver é que com as mudanças que ocorrem na sociedade, sejam estas culturais, econômicas, religiosas, faz-se necessário que as políticas públicas passem sempre por renovação, sendo atualizadas conforme as necessidades do momento vivido.

Outro ato de extrema importância é o fato de que dentro das políticas públicas, busca-se atingir vários objetivos e cada um deles com suas respectivas particularidades, deixando claro a necessidade da existência dessas políticas públicas principalmente em áreas tomadas pela violência e esquecidas pelo Estado.

Existem variados tipos de políticas públicas, no entanto três destas ganham um maior destaque, são estas: Políticas Públicas Distributivas; Políticas Públicas Redistributivas e Políticas Públicas Regulatórias.

No Brasil utiliza-se muito as políticas públicas distributivas, são geralmente desenvolvidas pelo Poder Legislativo, elas têm por objetivo oferecimento de serviços ligados ao estado como também o oferecimento de equipamentos, este tipo de políticas pública tem como financiador o orçamento público, que tem por intuito beneficiar camadas sociais distintas como também pequenos grupos de pessoas e indivíduos diversos. Não sendo objetivo dessa política pública beneficiar a grande massa.

Pode-se citar como exemplo de políticas públicas distributivas as ofertas de serviço para pavimentação de ruas ou doação de cadeira de rodas para deficientes físicos.

As Políticas Públicas Redistributivas têm por intenção atingir grande parte da população sendo vista como direitos sociais, redistribuindo a renda de uma forma mais igualitária, onde os mais favorecidos ou como são chamados beneficiários financiam as pessoas com uma menor renda, no entanto isso não acontece apenas em forma de financiamento, mas também com a disponibilização de serviços.

A escritora Maria M. Assumpção Rodrigues aduz que:

> Jogar o jogo da política democrática, ética, e da justiça social é o desafio que os gestores de políticas públicas têm de enfrentar para planejar, administrar e extrair recursos e formatar políticas redistributivas que busquem promover sociedades mais iguais e mais livres, num contexto mundial de profundas mudanças econômicas, demográficas e ideológicas" (RODRIGUES, 2011, p. 78).

A forma mais conhecida deste tipo de política pública são os programas habitacionais desenvolvido e oferecido para a população de baixa renda.

O intuito e a função das Políticas Públicas Regulatórias é normatizar as políticas públicas distributivas e redistributivas, estando assim ligada a parte de

legislação, incidindo assim de forma diferente a cada classe social, esta política é pouco conhecida.

Após conhecermos cada tipo de política pública e quais são suas destinações, se faz de extrema importância conhecer o ciclo das políticas públicas, e assim entender de forma mais clara como se dá a criação completa das políticas públicas.

Para que se crie uma política pública é necessário que esta seja estruturada de forma coesa para que todos seus objetivos sejam alcançados, e alguns estágios nessa consecução devem ser respeitados.

Maria Coeli Simões Pires corrobora que:

> Planejamento sob a perspectiva democrática é, pois, o exercício árduo de combinar demanda social, determinação pública e conhecimento técnico de responsabilidade, o que poderá levar a decisões capazes de reverter situações insustentáveis de privação e desigualdade (SIMÕES PIRES. 2001. p 173).

Primeiramente é preciso definir uma agenda, para não se perder no tempo, os prazos são essenciais. Com um cronograma definido começa a segunda etapa, a da construção política da necessidade de se resolver o problema; e pelos participantes que podem ser vários e variados podendo ter políticos, mídia, grupos de interesse.

Agora para que tenhamos um maior entendimento de como é feita/desenvolvida uma política pública se faz necessário analisar cada uma das cinco fases que fazem parte deste ciclo, explicando assim sua importância.

A Primeira fase é conhecida como a formação da agenda: quando se inicia a elaboração de uma política, é de extrema importância que se chegue ao consenso de qual é a prioridade desta para o poder público. O planejamento é o que caracteriza a formação da agenda, pois é nela que se percebe e diagnostica os problemas existentes que naquele momento merecem maior atenção.

Fazer uma análise consistente com o cenário real em que a população se encontra é de essencial importância, o que se analisa nessa primeira fase é a existência de dados que mostram a condição de determinada situação, a emergência e os recursos disponíveis.

O reconhecimento dos problemas que precisam ser solucionados de imediato ganha espaço na agenda governamental.

O que se avalia nessa primeira fase: Avaliação do custo-benefício; Estudo do cenário local e suas necessidades; Recursos disponíveis; A urgência que o problema pode tomar por uma provável mobilização social e necessidade política.

Segunda fase, a formulação da política: nessa fase se apresenta quais são as soluções para os problemas, como também possíveis alternativas, e assim definir qual é objetivo dessa política, como também as linhas de ação e os programas que serão desenvolvidos. Após esse processo, se avaliam as causas e são avaliadas prováveis alternativas para minimizar ou eliminar o problema em questão.

Portanto, a segunda etapa é caracterizada pelo detalhamento das alternativas já definidas na agenda. Organizam-se as ideias, alocam-se os recursos e recorre-se à opinião de especialistas para estabelecer os objetivos e resultados que querem alcançar com as estratégias que são criadas. Nesse ponto, os autores criam suas próprias propostas e planos e as defendem individualmente.

Terceira fase, chamada processo de tomada de decisão: após avaliar as alternativas que foram propostas, é chegado o momento de definir qual será o curso

da ação que se adotará, também é nesta fase que será feita a definição dos recursos que serão utilizados, como e de onde estes recursos virão e qual o tempo que esta política irá durar.

A Quarta fase, implementação da política: na quarta fase da criação da política pública dá-se início aos atos, colocar em prática a política, nessa fase é o momento de colocar em ação tudo que foi estudado, pensado e planejado.

São direcionados recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para executar a política pública.

A última e quinta fase é a da avaliação, é a parte culminante para a política pública, a avaliação deve ser realizada em todos os ciclos, contribuindo para o sucesso da ação. Também é uma fonte de aprendizado para a produção de melhores resultados. Nela se controla e supervisiona a realização da política, o que possibilita a correção de possíveis falhas para maior efetivação. Inclui-se também a análise do desempenho e dos resultados do projeto.

Ao final da avaliação de todo este ciclo e dependendo do nível de sucesso da política, o poder público faz um levantamento e a partir desse delibera se é necessário reiniciar o ciclo das políticas públicas com as alterações cabíveis, ou se simplesmente o projeto é mantido e continua a ser executado.

Examinamos as políticas púbicas, trouxemos seu conceito, origem, tipos, como estas são desenvolvidas e cada ciclo a que estas precisam se submeter para poder alcançar eficiencia e eficacia, agora é preciso tratarmos sobre a segurança pública trazendo qual é o seu intuito, os órgãos que estão envolvidos e que são responsáveis pela segurança pública, e também mostrar que a violência é um problema social, apontando a importância das políticas públicas dentro da segurança pública, pois estas são desenvolvidas para ajudar a diminiur a criminalidade.

2.4 SEGURANÇA PÚBLICA

O intuíto da segurança pública é fazer com que os cidadãos que coexistam em sociedade tenham uma convivencia harmônica, cada um respeitando os direitos individuais do outro e também cumprindo com seus deveres.

Como o maior representante e cuidador da segurança pública temos o Estado, sem esquecer que a sociedade também é co-responsável neste sentido.

Para José Afonso da Silva:

> [...] segurança pública é manutenção da ordem pública interna.
> [...] ordem pública será uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes (SILVA. 2009, p. 635)

E ainda corrobora que:

> [...] a segurança pública consiste numa situação de preservação ou restabelecimento dessa convivência social que permite que todos gozem de seus direitos e exerçam atividades sem perturbação de outrem, salvo no gozo e reivindicação de seus próprios direitos e defesa de seus legítimos interesses (SILVA. 2009, P.635).

A segurança pública é um direito de todos e este deve estender a todas as pessoas, para que assim seja protegida a integridade física dos cidadãos e dos seus bens. Para isso, existem as forças de segurança como a Polícia Federal, que trabalham em conjunto com o Poder Judicial.

Jorge Luiz Paz Bengochea conceitua a segurança pública como:

> A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando a assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos em comum; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA. 2004, p. 120).

A Constituição Federal de 1988, no capítulo III do Livro V, intitulado "Da Segurança Pública", propriamente no artigo 144 assevera:

> **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> I - polícia federal;
> II - polícia rodoviária federal;
> III - polícia ferroviária federal;
> IV - polícias civis;
> V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
> **§ 1º** A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:
> I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
> II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
> III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;
> IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
> **§ 2º** A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
> **§ 3º** A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
> **§ 4º** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
> **§ 5º** Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
> **§ 6º** As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

> **§ 7º** A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.
> **§ 8º** Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. (BRASIL. 1988, CF)

A segurança pública não depende somente da eficácia da polícia, mas também do funcionamento do Poder Judiciário, bem como das políticas estatais e das condições sociais. O debate que liga relativamente à incidência da pobreza a insegurança é sempre polêmico, levando em conta que especialistas acreditam que exista uma relação entre a taxa de pobreza e a quantidade de delitos.

2.5 ÓRGÃOS ENCARREGADOS PELA SEGURANÇA PÚBLICA

Dentro da segurança pública temos órgãos responsáveis para que esta seja efetiva, dentre estes estão:

Defesa Social: a qual apresenta em seu contexto entre outras atividades, a prestação de serviços de segurança pública e de defesa civil.

Segurança Pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Defesa Civil: visa prevenir e limitar, seja qual for a situação, dos riscos e perdas aos quais a população estiver sujeita.

Polícias Militares: são os órgãos do sistema de segurança pública aos quais competem as atividades de policiamento ostensivo como também a preservação da ordem pública.

Polícias Civis: competem a estes, ressalvada competência específica da União, apuração das infrações penais com exceção as de natureza militar e as atividades de polícia judiciária.

Neste contexto os órgãos Ministério Público, Autoridade Penitenciária e a Polícia, o dever de agir zelando pela segurança pública.

Segundo João Gaspar Rodrigues assevera que:

> Da antiga mentalidade militar, a polícia moderna evolui para um perfil democrático, aberto e próximo ao cidadão e à comunidade, em defesa de sua dignidade e de seus direitos. (RODRIGUES. 2009, p. 96)

A prestação de serviços públicos de segurança, em sua expressão Polícia Geral, inclui o policiamento ostensivo, a apuração de infrações penais e a guarda e recolhimento de presos.

Os serviços de segurança pública de natureza policial e não-policial devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança.

2.6 A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA SOCIAL

Os problemas sociais sempre trazem mobilização por parte da sociedade, no entanto a criminalidade e a violência cada vez mais vêm ganhando espaço na mídia e medidas mais eficazes são cobradas pela sociedade.

A criminalidade e a violência são problemas que afetam toda a população, e estas não escolhem classe social, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. A sociedade que cada vez mais se sente refém e devido ao medo de serem vítimas de violência, acabam adotando precauções e comportamentos defensivos na forma de seguros.

É notório que a cada dia há uma maior procura por sistemas de segurança sendo estes, eletrônicos, cães de guarda, segurança privada, grades e muros altos, alarmes, entre outros.

O medo da violência hoje se espalha por todo o mundo, existem países nos quais foi possível controlar a criminalidade e a violência, sendo alguns destes a Suécia e a Holanda que devido a estes controle hoje estão fechando seus presídios e usando para dar abrigos a refugiados que chegam ao país, mas, para que isso se tornasse possível, muito precisou ser feito, como o trabalho para a redução da criminalidade, tendo maior atenção em relação aos temas relativos as drogas, aplicação de mais penas alternativas, inclusive para pequenos roubos, para os furtos e lesões não graves e a implementação de políticas públicas eficazes, fazendo com que assim a segurança pública se fizesse mais presente.

No Brasil, escolas estão sendo fechadas e novos presídios sendo construídos para dar lugar a mais encarcerados e mesmo assim o sistema penitenciário continua abarrotado, pois é crescente o número de crimes dos mais variados, consequentemente aumenta o número de pessoas encarceradas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos propostos foi utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituíram de pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A delinquência juvenil vem cercada por diversos questionamentos, muitos divergem sobre quais são os fatores que levam ao aumento da criminalidade, no entanto estudiosos garantem que esta advém da degradação familiar, mas muitos pontos podem contribuir, sendo estes, desigualdade social, falta de políticas públicas, desemprego entre outros.

O que não se pode esquecer é que, a sociedade vive em constante mudança, evoluindo a cada dia que se passa, por isso é necessário conhecer e tratar os fatores que estão por trás dessa criminalidade, unindo sempre políticas públicas e segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje podemos ver que um conjunto de fatores os quais contribuem para que, se veja cada vez mais o aumento da criminalidade, são, família, sociedade e Estado, a família por esta se encontra desestruturada e assim torna o convívio difícil fazendo com que se busque meios alternativos de chamar a atenção e de sobrevivência e o caminho que os leva a satisfazer estas vontades é o da criminalidade, então a partir do momento que esta criança ou adolescente se torna um delinquente a sociedade vira as costa para ele, o que faz ele se sentir excluído e não encontra um meio de sair desse mundo obscuro que se encontra e ao final vem o Estado que por muitas vezes não cumpre seu papel como garantidor e não investe na reestruturação familiar, o que poderia ajudar e contribuir para que este se mantivessem fora da criminalidade, também existe a falta das políticas públicas que visam incentivar o estudo, prática de esportes, aprendizado de uma profissão entre muitas outras coisas.

Como foi falado as políticas públicas se fazem muito importantes na prevenção e enfrentamento da criminalidade juvenil e estas precisam ser estudadas para se adequar a cada necessidade específica, analisando e reconhecendo os problemas.

A sociedade precisa tomar consciência que tem o poder de influir nas políticas públicas e após sua criação devem fiscalizar e assim garantir que estas estão sendo aplicadas de forma correta e se estão atingindo as pessoas para quem as mesmas foram criadas.

REFERÊNCIAS

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz, et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã.** São Paulo em Perspectiva, n. 18. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 01 mar. 2017.

FREIRE JUNIOR, Américo Bedê. **O controle judicial de políticas públicas.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)

RODRIGUES, João Gaspar. **Segurança pública e comunidade: alternativas à crise.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2009.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).

SILVA, José Afonso da**. Comentário contextual à Constituição.** São Paulo: Malheiros, 2009.
SIMÕES PIRES, Maria Coeli. **Concepção, Financiamento e Execução de Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito. Tribunal de Contas de Minas Gerais.** Belo Horizonte, v. 39, n. 2, p.141-192, abril-junho. 2001.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da** literatura. Scielo Brasil. Sociologias no.16 Porto Alegre Julho/Dezembro. 2006. ISSN 1807-0337. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003> Acesso em: 17/09/2016

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

CULTURA ORGANIZACIONAL: reflexos na qualidade de vida no trabalho

ORGANIZATIONAL CULTURE: reflections on the quality of life at work

Sessão temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

RODRIGUES, Débora Nassif Alves
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA - Uni-FACEF-
Psicóloga, mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
deboranassif@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo.
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA - Uni-FACEF-
Professora Doutora no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
marinessmith@unifacef.br

Resumo

Diante de tantas discussões em torno da reforma trabalhista e da reestruturação nas formas de organizar trabalho em busca de produtividade e redução de reclamações trabalhistas, não se pode negligenciar a abordagem da qualidade de vida dos trabalhadores nas organizações um tema de grande relevância na atualidade corporativa. Ainda que, as novas tecnologias podem não alavancar resultados se o potencial do capital humano não for maximizado. A produtividade, tão almejada pelas organizações, pode ter relação direta com a satisfação e motivação dos colaboradores, uma via de mão dupla. Diante deste contexto o objetivo deste estudo é analisar os aspectos da cultura organizacional em relação à humanização das relações de trabalho que podem interferir na qualidade de vida no ambiente de trabalho na percepção do colaborador. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos temas qualidade de vida no ambiente de trabalho, para pontuar as variáveis que assim a caracterizam ou não. Buscou-se levantar os elementos da cultura organizacional que de alguma forma estão atrelados ou influenciam as decisões pertinentes ao ambiente de trabalho e aos colaboradores. A partir dessa discussão conceitual foi possível levantar a importância dos valores organizacionais e como estão diretamente ligados ao bem estar e qualidade de vida dos colaboradores.

Palavras-chave: cultura organizacional, qualidade de vida, ambiente de trabalho.

Abstract

In the face of so many discussions about labor reform and restructuring in ways of organizing work in search of productivity and reduction of labor claims, one can not neglect to approach the quality of life of workers in organizations, a topic of great relevance in today's corporate life. However, new technologies may not leverage

results if the potential of human capital is not maximized. Productivity, so desired by organizations, can be directly related to employees' satisfaction and motivation, a two-way street. In this context, the objective of this study is to analyze the aspects of the organizational culture in relation to the humanization of labor relations that can interfere in the quality of life in the work environment in the employee's perception. For that, a bibliographical research was carried out on the themes of quality of life in the work environment, to punctuate the variables that characterize it or not. It was sought to raise the elements of the organizational culture that are in some way linked or influence the decisions pertinent to the work environment and to the collaborators. From this conceptual discussion it was possible to raise the importance of organizational values and how they are directly related to the well-being and quality of life of employees.

Keywords: organizational culture, quality of life, work environment.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação de trazer para o centro das discussões o conceito de cultura organizacional e como impactam na qualidade de vida do trabalhador não é algo recente, porém, a importância do tema e a forma como tem sido percebido cada vez mais presente e influente no contexto organizacional, permite que essa discussão seja recorrente, trazendo contribuições conforme o passar do tempo e as mudanças no meio organizacional acontecem.

As definições de cultura estão muito associadas, principalmente, às diferenças encontradas entre um país e outro, por exemplo, mas existe uma grande importância no conceito de cultura trazido para o âmbito das organizações, uma vez que afeta diretamente os indivíduos presente em cada uma delas.

É importante que a cultura influente seja discutida, uma vez que, é fruto de uma construção social, que, na maioria das vezes, passa para o nível do inconsciente coletivo, onde os procedimentos não são explicáveis. Ou seja, se não for colocada em discussão, a cultura se torna um movimento que acontece de forma imposta e despercebida.

Nas organizações, esse funcionamento não ocorre de maneira diferente da sociedade. Diante deste contexto o objetivo deste estudo é analisar os aspectos da cultura organizacional em relação à humanização das relações de trabalho que podem interferir na qualidade de vida no ambiente de trabalho na percepção do colaborador. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos temas qualidade de vida no ambiente de trabalho, para pontuar as variáveis que assim a caracterizam ou não. Buscou-se levantar os elementos da cultura organizacional que de alguma forma estão atrelados ou influenciam as decisões pertinentes ao ambiente de trabalho e aos colaboradores e que podem interferir na qualidade de vida no ambiente de trabalho, na percepção do colaborador e assim apresentar os reflexos da cultura organizacional na qualidade de vida do trabalhador e como se conectam.

2 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DO TRABALHO: DECIFRAR PARA ALCANÇAR

De acordo com Freire (2013), com o desenvolvimento do mundo e a sua globalização, as organizações perceberam que as tecnologias não são mais as que possuem os fatores dominantes para atingir o sucesso, mas, cada vez mais, o capital intelectual que possuem faz toda a diferença.

No desenvolvimento do seu trabalho, Búrigo (1997) diz que, a qualidade de vida no trabalho é importante para a humanização das relações entre os indivíduos da organização e ajudam a manter uma relação estreita com a produtividade e, principalmente, com o grau de satisfação do indivíduo no seu ambiente de trabalho. Além disto, compõem em condição de vida no trabalho, as questões associadas ao bem-estar, saúde e à segurança do trabalhador.

> Os impactos da baixa qualidade de vida do trabalhador nas atividades da empresa são conhecidos como baixa produtividade, elevado índices de rotatividade, elevados custos de assistência médica, entre muitos outros. De outro lado, as pessoas estão cada vez mais exigentes com as condições de trabalho, resgatando valores sobre a importância do trabalho em suas vidas. (Julião, 2001. p. 13).

A qualidade de vida no trabalho é um assunto que de extrema importância para a manutenção de bons resultados da empresa. Através de programas que estimulem a qualidade de vida do indivíduo no ambiente de trabalho em que está inserida, a empresa tem condições de buscar os melhores resultados. (Freire, 2013).

> As empresas veem em seus funcionários o fator que as diferem uma das outras, a partir daí surgiu uma maior preocupação não só com os funcionários que ali se encontra, mas as angústias e preocupações daquele indivíduo. (Silva; Marchi, *apud* Freire, 2013. p. 10).

Luna, Silva e Tolfo (2009) ressaltam a importância do modelo de dimensões e indicadores de qualidade de vida no trabalho, proposto por Richard Walton (1973) e que ajuda a compreender os aspectos da qualidade de vida no trabalho. São eles:

> - Compensação justa e adequada: equidade salarial interna e externa e benefícios;
> - Condições de trabalho: condições físicas seguras e saudáveis e jornada de trabalho;
> - Oportunidade de uso e desenvolvimento de capacidades: autonomia e autocontrole; aplicação de habilidades variadas e perspectivas sobre o processo total do trabalho;
> - Oportunidade de crescimento contínuo e segurança: oportunidade de desenvolver carreira e segurança no emprego;
> - Integração social no trabalho: apoio dos grupos primários, igualitarismo e ausência de preconceitos;
> - Constitucionalismo: normas e regras, respeito à privacidade pessoal e adesão a padrões de igualdade;
> - Trabalho e espaço total da vida: relação do papel do trabalho dentro dos outros níveis de vida do empregado; e
> - Relevância social da vida no trabalho: relevância social da organização frente ao ambiente. (LUNA, SILVA E TOLFO,2009. p. 5).

Para Luna, Silva e Tolfo (2009), a definição de qualidade de vida no trabalho ainda não tem um significado concreto, mas já é presente no meio organizacional há algumas décadas. Apesar disto, os autores afirmam que qualidade de vida no trabalho (QVT) engloba aspectos como saúde, motivação, satisfação, condições de trabalho, stress, estilos de liderança, atividade física, dentre outros.

> Admite-se que a QVT vista como processo de amadurecimento cultural é o alicerce primordial de qualquer organização que planeje implantar programas sobre o assunto. Afinal, implantar programas de qualidade sem QVT assemelha-se ao velho ditado "faça o que digo, mas não faça o que faço", uma vez que sugere parcialidade em detrimento da visão do todo. (BÚRIGO, 1997. p. 96).

Reforçando esta ideia, Búrigo (1997), acredita que no contexto de trabalho, o trabalhador deverá ser ouvido, percebido e respeitado como ser humano e como cidadão e, a partir daí, a concepção de trabalho terá um novo significado, separado da concepção de castigo, fardo, sacrifício e, poderá ser concebida como canal para a busca da própria felicidade, como conquista individual.

Julião (2001) afirma que a condição de trabalho inadequada ao trabalhador, somada à desmotivação ou até alguns comprometimentos da sua saúde, tornam as possibilidades de cometer erros muito grandes. Quando se trata de processos, é impossível desassocia-los da condição humana, como se pudessem ser tratados separadamente, sem interferências.

Para Carvalho *et al.* (2013), o maior objetivo que se busca alcançar ao implementar programas de aumento de qualidade de vida nas organizações é a reestruturação do setor produtivo. Através destas mudanças é possível traçar estratégias que atendam as necessidades humanas básicas dos trabalhadores, mas que também tragam aumento na eficácia e produtividade.

Portanto, entende-se que a qualidade de um produto/serviço oferecido depende diretamente da qualidade de vida das pessoas envolvidas para que aconteça, fazendo dos instrumentos para o acompanhamento e gerenciamento da qualidade de vida no trabalho importantes e determinantes para a organização como um todo.

3 CULTURA ORGANIZACIONAL E SUA RELAÇÃO COM GESTÃO DE PESSOAS

Segundo Schein (2009), o conceito de cultura tem uma longa história e definições diversificadas em divergentes áreas. Pode indicar, por exemplo, sofisticação ao definir um indivíduo intelectualizado como “culto” ou se referir aos costumes e rituais de diferentes sociedades.

Para Fleury e Sampaio (2002), o termo cultura pode ser ligado a diferentes níveis de manifestação, como de um povo ou país, por exemplo. Nos séculos XVII e XIX, o conceito de cultura foi empregado e relacionado aos costumes, língua, crença e mitos de diferentes povos para o estabelecimento de relações comerciais e de dominação.

O antropólogo inglês, Edward B. Tayor, em 1871, definiu cultura como sendo o “complexo total de conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e

quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade".

De acordo com Fleury e Sampaio (2002), o conceito de cultura foi inserido na administração no final da década de 1950, quando multinacionais se inseriram em diferentes países, em busca de vantagens comparativas como mão de obra barata, novos mercados, matéria prima, etc. Ainda que tentassem repetir suas estruturas e programas, tais empresas se deparavam com resultados e problemas inesperadamente diferentes nos países em que haviam se instalado.

Pesquisadores organizacionais e gerentes tem utilizado o termo "cultura organizacional" para se referir ao "clima e às práticas que as organizações desenvolvem ao lidar com pessoas, ou aos valores expostos e ao credo de uma organização" (Schein, 2009. p.7).

De forma a facilitar o conceito de cultura dentro da organização, Schein (2009) apresenta quatro elementos característicos na cultura organizacional. São eles:

- Estabilidade estrutural: diz respeito à cultura como elemento de estabilidade e estrutura de um grupo, pois não se trata apenas de algo compartilhado, mas estável, porque define o grupo. Por isso, mesmo quando alguns membros deixam de fazer parte da organização, a cultura sobrevive, pois o seu significado e estabilidade é valorizado pelos demais.

- Profundidade: é a cultura como a parte menos tangível e menos visível em relação às outras partes, porque é frequentemente inconsciente. É possível perceber que quando algo está profundamente inserido, proporcionalmente também ganha estabilidade.

- Extensão: uma vez desenvolvida, a cultura se estende em todo o funcionamento de um grupo, ou seja, se torna universal, influenciando a forma de como uma organização lida com sua tarefa principal, seus vários ambientes e suas operações internas.

- Padronização ou integração: parte da cultura é responsável por trazer ainda mais estabilidade ao vincular vários elementos que se situam em um nível mais profundo e integrar estes elementos em um paradigma maior (*gestalt* - compreensão da totalidade para que haja a percepção das partes).

> A cultura importa porque é um poderoso e muitas vezes ignorado conjunto de forças latentes que determinam o comportamento, a maneira como se percebem as coisas, o modo de pensar e os valores tanto individuais como coletivos. (Schein, 2007. p. 29).

Sabe-se que grande parte do tempo diário e das atividades dos indivíduos acontece dentro dos locais de trabalho, portanto, não se pode negar a importância que a cultura absorvida no trabalho tem na vida das pessoas. Apesar deste cenário, existem pontos extremos que se divergem a respeito do trabalho.

Muitas pessoas enxergam o trabalho como penoso, pesado e que só é executado pela necessidade financeira. Do outro lado, se encontram aqueles que entendem que o trabalho é oportunidade de crescimento pessoal, trazendo sentido para a vida e, inclusive, definindo a identidade pessoal e individual de cada um. (CARVALHO *et al.,* 2013).

Não importa se em empresas privadas ou públicas, a visão de trabalho é passível de mudanças e não só na prática, mas como filosofia de vida que decorre da internalização das novas concepções. (Búrigo, 1997).

Este é um desafio tanto para os gestores diretamente ligados aos recursos humanos quanto para a organização que requer líderes mais preparados, com uma visão mais generalista e humanista das relações de trabalho; gestores que percebam o trabalhador não como uma mera peça para alcançar o objetivo lucrativo da instituição, mas como um ser humano que tem no trabalho a prática de sobrevivência, crescimento e satisfação pessoal.

4 VALORES QUE CONSTROEM E DESCONSTROEM A QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Tamayo *et al.* (2000) afirma que a função dos valores dentro da organização é de guiar a vida da empresa e o comportamento dos seus integrantes. São os valores que determinam a rotina diária da organização, pois orientam também a forma de pensar, agir e sentir dos seus membros, além do julgamento que fazem a respeito do comportamento do outro perante o sistema organizacional.

> Todo empregado é capaz de identificar valores que predominam na sua organização e até detectar diferenças nos valores entre setores da empresa ou entre a sua empresa e outras que ele conhece. Uma organização pode ser descrita como sendo norteada por valores referentes aos aspectos técnico e administrativo, ao passo que outra pode ser percebida como colocando a ênfase no extremo oposto, centrando suas preocupações principalmente no bem estar dos indivíduos que a compõem. (TAMAYO *et al*., 2000. p. 293).

A relação do indivíduo com o trabalho em que está inserido é caracterizada principalmente por ser complexa e possuir múltiplos aspectos. É um vínculo que abrange não somente a relação com o trabalho propriamente dito, mas também com o emprego, equipe de trabalho, carreira, ocupação, sindicato e, principalmente, com a organização onde trabalha (TAMAYO, 2005).

> Considerando que a cultura organizacional traduz o pensamento de seus trabalhadores, ela torna-se referência para a promoção ou falta de saúde. A cultura é composta por um intrincado mundo complexo de fatores que a constituem, dentre eles, os valores organizacionais formam seu núcleo central, pois referem-se a fenômenos que orientam a vida da organização e guiam o comportamento dos empregados (CANOVA E PORTO, 2010 *apud* PAZ E TAMAYO, 2004 p. 27).

Canova e Porto (2010) afirmam que os valores organizacionais compartilhados têm como função de criar em seus membros uma forma comum de enxergar a empresa, além de influenciar na construção da identidade social da organização, ou seja, definindo como ela é a partir da percepção dos seus colaboradores.

Ainda que exista a busca por valores organizacionais compartilhados, não é possível que estes sejam a todo tempo idênticos aos valores pessoais de seus

membros, por isso, podem conflitar em determinado momento. (CANOVA E PORTO, 2010).

Tamayo (2005) aborda em seu trabalho três itens identificados e que compõem o comprometimento do indivíduo com a organização. São eles: normativo, instrumental e afetivo.

O comprometimento normativo diz respeito aos sentimentos do trabalhador em sentir-se obrigado em permanecer na organização, onde se sente pressionado pelas normas, missão e regulamentos para seguir um caminho onde encontre os objetivos e interesses da organização.

Por sua vez, o comprometimento instrumental está ligado ao interesse do trabalhador em permanecer na organização para cumprir com os investimentos pessoais que já realizou na mesma, seja pelo falta de alternativas no mercado, por exemplo, que faz com que o comprometimento do colaborador se torne consequência da sua necessidade de estar ligado à empresa. (Tamayo, 2005)

No que diz respeito ao comprometimento afetivo, Tamayo (2005) compreende que este engloba aceitar os valores, normas e objetivos da organização; a vontade de permanecer como membro e parte da organização, além da disposição de investir esforços em prol da empresa.

Tamayo (2005) ainda entende que as pessoas com comprometimento afetivo alto desejam estar dentro da organização, ultrapassando a barreira da simples lealdade passiva, mas o desejo de contribuir através de si mesmo para o bem estar da organização, contrário aqueles com forte comprometimento instrumental, que colocam a sua necessidade como fator determinante para permanecer na organização.

Segundo Tamayo e Oliveira (2004) *apud* Covacs (2006) através do inventário de perfis de valores organizacionais desenvolvido, foi possível realizar uma análise e apresentação de oito valores organizacionais, suas metas e a quais valores pessoais estão conectados.

A tabela abaixo apresente estes valores:

VALOR ORGANIZACIONAL	VALOR PESSOAL EQUIVALENTE	METAS
Autonomia	Autodeterminação, estimulação	Promover desafios e variedades no trabalho, estimular criatividade, curiosidade e inovação.
Bem estar	Hedonismo	Promover satisfação, e qualidade de vida no trabalho.
Realização	Realização	Valorizar e reconhecer a competência e sucesso dos trabalhadores.
Domínio	Poder	Obter lucro, ser competitiva e dominar o mercado.
Prestígio	Poder	Ser reconhecida e admirada, oferecer

		produtos e serviços satisfatórios.
Tradição	Tradição	Manter a tradição e respeito aos costumes da organização.
Conformidade	Conformidade	Promover a correção, cortesia e boas maneiras no trabalho, através do respeito às normas da organização.
Ética - Preocupação com o coletivo	Benevolência e universalismo	Promover justiça e igualdade na organização, assim como tolerância, sinceridade e honestidade.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Tamayo (2004) *apud* Covacs (2006. p. 38 e 39).

A aceitação e internalização dos valores da organização tem papel fundamental na ligação psicológica entre organização e colaborador. Ao existir envolvimento afetivo entre si mesmo e o papel que cumpre dentro da organização, o indivíduo se dedica com afinco em busca do êxito das metas e objetivos determinados (COVACS, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do levantamento bibliográfico realizado foi possível destacar a relevância dos valores organizacionais e como estão diretamente ligados ao bem estar e qualidade de vida dos colaboradores.

Ao promover valores como autonomia, equidade, ética, realização, dentre outros aqui citados, a organização possibilita a permanência de trabalhadores satisfeitos com o ambiente em que estão inseridos e, automaticamente, promove qualidade de vida a essas pessoas. Estes valores agenciam uma via de mão dupla inserindo satisfação nas duas partes envolvidas – colaborador e empresa.

Colaboradores envolvidos e comprometidos são tidos como essenciais ao sucesso das organizações que buscam superioridade operacional e liderança de mercado.

Portanto, fica evidente a dificuldade para uma organização ter sucesso e continuidade no mercado, se internamente seus colaboradores não compartilham os valores organizacionais como base de inserção de qualidade de vida no trabalho.

A busca por trabalhar e fortalecer os valores organizacionais por parte da própria empresa promove coerência, ao possibilitar o entendimento que os valores estabelecidos como fundamentais para a organização inserem boas condutas de valorização entre os membros que a compõe.

E ainda, deve-se atentar pela revaloração da cultura organizacional, diante de mudanças inseridas pelo ambiente competitivo e de inovação. Sendo assim, os valores organizacionais não devem ser apenas estabelecidos na fundação de uma organização e se manter imutáveis no decorrer do seu desenvolvimento. É preciso que a atenção seja constante na relação entre metas, objetivos e valores da

organização, assim como estes influenciam na vida daqueles que, dia a dia, estabelecem o vínculo, com os colaboradores, que determina a seu comprometimento naquela organização.

Portanto, pode-se afirmar que a cultura organizacional tem relação direta com a humanização das relações de trabalho e que esta relação pode interferir na qualidade de vida no ambiente de trabalho, visto que o comprometimento afetivo é o elo de identificação com a organização e promove a integração e sinergia de objetivos da organização com os dos colaboradores, condição que facilita a realização do planejamento estruturado pela empresa.

REFERÊNCIAS

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **Qualidade de Vida no Trabalho.** In: Revista De Ciências Humanas, V. 15, N. 22. Florianópolis: UFSC, 1997.

CANOVA, Karla Rejane; PORTO, Juliana Barreiros. **O Impacto dos Valores Organizacionais no Estresse Ocupacional: Um Estudo com Professores de Ensino Médio.** In: RAM. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, 2010.

CARVALHO *et al.* **Qualidade de Vida no Trabalho e Fatores Motivacionais dos Colaboradores nas Organizações.** In: Educação em Foco, N. 7. Pouso Alegre: UNISEPE, 2013.

COVACS, Jorge Miguel Luiz de Macedo. **Bem-Estar No Trabalho:**
O Impacto dos Valores Organizacionais, Percepção de Suporte Organizacional e Percepções de Justiça. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina *et al.* **Valores Organizacionais: Um Balanço da Produção Nacional Do Período De 2000 a 2008 nas Área de Administração e Psicologia.** In: RAM. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, 2009.

FLEURY, Maria Tereza Leme; SAMPAIO, Jáder dos Reis. **Uma discussão sobre cultura organizacional**. In: FLEURY, Maria Tereza Leme As pessoas na organização. São Paulo: GENTE, 2002.

FREIRE, Mateus Guedes. **Qualidade de Vida no Trabalho.** Brasília: UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, 2013.

JULIÃO, Patrícia. **Qualidade de Vida no Trabalho. Avaliação em Empresa do Setor Automobilístico a Partir do Clima Organizacional e do Sistema da Qualidade Baseado no Especificação Técnica ISSO/TS 16.949.** São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2001.

NEIVA, Elaine Rabelo; PAZ, Maria das Graças Torres da. **Percepção de mudança individual e organizacional: o papel das atitudes, dos valores, do poder e da capacidade organizacional .** In: R.Adm., São Paulo, 2012.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança.** São Paulo: ATLAS, 2009.

TOLFO, S. da R.; Silva, N. & LUNA. **Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações.** In: Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João Del Rey, 2009.

TAMAYO *et al.* **Inventário de Valores Organizacionais.** In: Estudos de Psicologia. Brasília, 2000.

TAMAYO, Álvaro. **Valores Organizacionais e Comprometimento Afetivo.** In: RAM. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, 2005.

"CURTEENDEDORISMO": UMA FORMA DE EMPREENDEDORISMO ALIADA A UMA NOVA ESTRATÉGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CURSO TÉCNICO EM CURTIMENTO DA ETEC PROF. CARMELINO CORRÊA JÚNIOR

"CURTEENDEDORISMO": A FORM OF ENTREPRENEURSHIP ALLIED TO A NEW STRATEGY OOF THE TEACHING AND LEARNING FOR THE TECHNICAL COURSE IN TANNING OF THE ETEC PROF. CARMELINO CORRÊA JÚNIOR

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

FÉLIX DE SOUSA, Joana D'Arc
Centro Paula Souza – ETEC Prof.Carmelino Corrêa Júnior
Natural da cidade de Franca/SP, possui Graduação, Mestrado e Doutorado pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). É coordenadora do Curso Técnico em Curtimento da Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior (Centro Paula Souza) e ministra aulas de TCC e Análise de Processos em Couros e Peles. Orienta vários trabalhos de iniciação científica, onde muitos deles foram premiados em Feiras Tecnológicas Nacionais e Internacionais. Representou o Brasil, na GENIUS OLYMPIAD 2017 e 2014 (Oswego/NY/USA), na I-SWEEEP 2015 (Houston/TX/USA) e na Intel ISEF 2014 (Los Angeles/CA/USA). Vencedora dos Prêmios do Conselho Regional de Química nos anos de 2017, 2015 e 2014. Eleita em Dezembro/2014, Pesquisadora do Ano pela ABIQUIM (Associação Brasileira das Indústrias Químicas) – Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia.
joana.felix@hotmail.com

Resumo

O curso Técnico em Curtimento destaca-se na ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior por ser um dos únicos dois cursos existentes no Brasil. É um curso noturno voltado para o beneficiamento de peles e couros, estratégico para a Cidade de Franca, mundialmente conhecida como a "Capital do Calçado". Preocupados com a evasão escolar, a homogeneização do ensino e aprendizagem em classes com ampla faixa etária, além de questões ambientais, econômicas e sociais, introduzimos nas aulas práticas do Curso Técnico em Curtimento, o projeto "CurtEENDEDORISMO": uma forma de empreendedorismo aliada a uma nova estratégia de ensino e aprendizagem para despertar nos alunos, o interesse pelo curso, aumentando a sua autoestima, estimulando a criatividade, a inovação e o empreendedorismo, com o objetivo de reduzir a evasão escolar. Aliado à refinada arte da produtividade, tem o objetivo de ensinar os alunos a utilizar a fauna e a flora brasileira no curtimento artesanal e sustentável de peles exóticas comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino, como fonte alternativa de renda para os estudantes recém-formados. As maiores contribuições do projeto estão

relacionadas à introdução e integração dos princípios de desenvolvimento sustentável na economia doméstica; uma vez que o projeto evitou a geração de passivos ambientais; promoveu o desenvolvimento socioeconômico e cultural, reduziu a evasão escolar, aumentou a autoestima dos alunos, apresentou novas oportunidades de emprego e geração de renda para os estudantes recém-formados, reverteu as perdas de recursos ambientais e, principalmente, consolidou-se como uma nova metodologia de ensino para o Curso Técnico em Curtimento.

Palavras-chave: educação e empreendedorismo, economia doméstica criativa, inclusão social.

Abstract

The Technical course in Tanning is highlighted in ETEC Prof. Carmelino Correa Junior for being one of the only two courses in Brazil. It is a night course dedicated to the processing of hides and skins, strategic for the City of Franca, known worldwide as the "Footwear Capital". Concerned with school dropout, with the homogenization of teaching and learning in classes with a wide age group, besides the environmental, economic and social issues, that is, with the large volume of water consumed by the hatchery industry, with the large amount of waste generated in the leather-footwear sector, unemployment and high rates of poverty and illiteracy in Brazil, we introduced the “CurtEEDEDORISMO” project in the practical classes of the Technical Course in Tanning: a form of entrepreneurship combined with a new strategy of teaching and learning to awaken in students , interest in the course, increasing their self-esteem, stimulating creativity, innovation and entrepreneurship, with the aim of reducing school dropout. This proposal, combined with the refined art of productivity, aims to teach students to use Brazilian fauna and flora in the artisanal and sustainable tanning of exotic edible skins (chicken, fish and pork), as well as the bovine meat as an alternative source of income for newly graduated students. The major contributions of the project are related to the introduction and integration of the principles of sustainable development into the domestic economy; since the project avoided the generation of environmental liabilities; promoted socioeconomic and cultural development, reduced school dropout, increased student self-esteem, introduced new job opportunities and income generation for newly graduated students, poor families and / or communities ; reversed the losses of environmental resources and, mainly, was consolidated with a new teaching methodology for the Technical Course in Tanning.

Keywords: education and entrepreneurship, creative domestic economy, social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A Escola Técnica Estadual Prof. Carmelino Corrêa Júnior, mais conhecida como Colégio Agrícola, foi criada em 1958 e situa-se na cidade de Franca (SP), conhecida mundialmente como a “Capital do calçado”. A cidade é um dos mais importantes polos coureiro-calçadista do Brasil, ou seja, o setor coureiro-calçadista

francano é altamente expressivo e significativo em relação à economia nacional. Infelizmente este setor é caracterizado pela elevada quantidade de resíduos classe I, devido ao fato de usarem matérias-primas não homogêneas no que concerne à morfologia e qualidade. Durante os processos de transformação de peles em couros (processos de ribeira, curtimento e acabamento), e de couros em calçados e artefatos, mais de 40 % das matérias primas postas em operações são descartadas como resíduos, tanto junto com as águas residuais como sob a forma de resíduos sólidos, Figura 1. Como o teor de sulfeto nos resíduos de ribeira varia na faixa de 0,5 a 2,0 %, e o teor de cromo nos resíduos de curtimento e acabamento molhado varia na faixa de 2,5 a 5,5 %, a destinação desses resíduos é vista como nociva pela legislação ambiental.

A ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior oferece hoje os cursos: Ensino Médio, Agropecuária integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agronegócios, Agropecuária, Cafeicultura, Curtimento, Meio Ambiente, Especialização em Gestão Ambiental, e conta com 580 alunos divididos em três períodos: manhã, tarde e noite. Entre os cursos oferecidos, destaca-se o Curso técnico em Curtimento por ser um dos únicos dois cursos existentes no Brasil. É um curso noturno voltado para o beneficiamento de peles e couros, estratégico para a Cidade de Franca/SP.

Figura 1. Quantidade de resíduos gerados durante os processos de transformação de peles em couros, e de couros em calçados e artefatos (FÉLIX DE SOUSA, 2009).

Infelizmente, esse curso ainda possui vários desafios a serem vencidos. Um deles é a evasão escolar ocasionada principalmente pelo fechamento ou mudança de vários curtumes e fábricas de calçados para outros estados brasileiros. O outro é a homogeneização do ensino e aprendizagem em classes com alunos de faixa etária entre 16 e 55 anos, além das questões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, com o grande volume de água consumido pela indústria coureira, com a grande

quantidade de resíduos gerados no setor coureiro-calçadista, o desemprego e os altos índices de pobreza e analfabetismo do Brasil.

A maioria dos alunos desse curso técnico trabalha no setor coureiro-calçadista da cidade e região. Quando o setor entra em crise, várias pessoas ficam desempregadas, o que desmotiva muitos alunos a prosseguirem no curso.

Para vencer esses desafios, introduzimos nas aulas práticas do Curso Técnico em Curtimento, o projeto "CurtEENDEDORISMO": uma forma de empreendedorismo aliada a uma nova estratégia de ensino e aprendizagem para despertar nos alunos, o interesse pelo curso, aumentando a sua autoestima, estimulando a criatividade, a inovação e o empreendedorismo, com o objetivo de reduzir a evasão escolar. Esta proposta, aliada à refinada arte da produtividade, tem o objetivo de ensinar os alunos a utilizar a fauna e a flora brasileira no curtimento artesanal e sustentável de peles exóticas comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino, como fonte alternativa de renda para os estudantes recém-formados, famílias e/ou comunidades carentes. Essa nova metodologia visualiza a necessidade de incentivar ações acerca do aproveitamento de produtos de origem animal que permitam o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias a custos menores e com maiores padrões de qualidade, garantindo a sustentabilidade das produções de pequena escala com o uso de recursos viáveis. Nesta prática, as peles exóticas comestíveis são beneficiadas, de forma artesanal e sustentável, com substâncias alternativas presentes na fauna e na flora brasileira, reforçando o conceito da produtividade ecologicamente correta e economicamente viável, além de valorizar o meio ambiente através do não desmatamento, decorrente da derrubada de arvores para a obtenção de taninos (substância tradicionalmente utilizada no beneficiamento de peles e couros), e através da não geração de efluentes e resíduos sólidos tóxicos, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Figura 2.

Figura 2. Substituição dos produtos químicos poluentes, utilizados nos curtumes, por restos de frutos e vegetais provenientes do refeitório da escola (abacaxi, abacate, açafrão, amora, banana, beterraba, café, cravo da índia, coco, espinafre, goiaba, mamão, mandioca e milho verde), presentes na fauna e na flora brasileira.

As peles exóticas produzidas podem ser comercializadas como tal ou então transformadas em diversos artigos (calçados, vestuários, bolsas, carteiras, cintos, etc.).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tem-se, verificado, em âmbito mundial uma crescente preocupação de diversos países nas questões que envolvem o estudo e a preservação do meio ambiente. Observa-se a multiplicação das iniciativas de rotulagem ecológica, através de selos de qualidade e da certificação ambiental de produtos. Estes mecanismos de educação e informação de consumidores passaram a ser adotados como novas oportunidades de negócios para as empresas, gerando profundas modificações no comércio internacional, suscitando ações como resposta às novas demandas que lhe são impostas pelo mercado. Com isto, os pesquisadores e as empresas tendem a buscar inovações de produtos e processos, buscando o desenvolvimento de tecnologias de produção mais limpa. Os sistemas de produção de emissões zero nas indústrias já são objetivos dos engenheiros de produção, uma vez que o processo de eliminação de todas as formas de resíduos não é mais que um direcionamento persistente para cortar custos (FÉLIX DE SOUSA, 2009), (SERRANO *et al.*, 1998).

A cidade de Franca/SP, considerada a “Capital do Calçado”, é um dos mais importantes polos coureiro-calçadista do Brasil, ou seja, o setor coureiro-calçadista francano é altamente expressivo e significativo em relação à economia nacional. O Arranjo Produtivo Local (APL) é composto por cerca de doze (12) indústrias processadoras de couros distribuídas entre curtumes e acabadoras, e mais de mil (1000) fábricas de calçados e de artefatos (SINDIFRANCA, 2017). Em 2016, os curtumes francanos exportaram cerca de 4 milhões de peles bovinas. Destas, cerca de 2,3 milhões foram exportadas em estado *wet-blue* e cerca de 1,1 milhões foram exportadas em estado semi-acabado e acabado. Neste mesmo ano, as fábricas de calçados exportaram cerca de 2,7 milhões de pares de calçados (ABICALÇADOS, 2017; SINDIFRANCA, 2017). Infelizmente o setor coureiro-calçadista é caracterizado pela elevada quantidade de resíduos, devido ao fato de usarem matérias-primas não homogêneas no que concerne à morfologia e qualidade. Durante os processos de transformação de peles em couros (processos de ribeira, curtimento e acabamento), e de couros em calçados e artefatos, mais de 40 % das matérias primas postas em operações são descartadas como resíduos, tanto junto com as águas residuais como sob a forma de resíduos sólidos, Figura 1 (FÉLIX DE SOUSA, 2009; FÉLIX DE SOUSA, 2009; IMHOFF *et al.*, 1998). Como na cidade de Franca todos os curtumes utilizam sulfeto de sódio em seus processos de ribeira, e sais de cromo em seus processos de curtimento e acabamento molhado, uma vez que este confere aos couros características únicas de resistência, flexibilidade e maciez (FÉLIX DE SOUSA, 2009); os resíduos resultantes dos processos de ribeira (lodo de caleiro ou lodo primário), de curtimento (lodo de cromo, serragens e aparas de *wet-blue*), de acabamento molhado (lodo de recurtimento, pó de lixadeira e retalhos de couros semi-acabados e acabados), e os resíduos resultantes da transformação de couros em calçados e artefatos (retalhos de couros semi-acabados e acabados), são classificados em resíduos sólidos classe I, por serem ricos, respectivamente, em sulfeto de sódio e em cromo (trivalente e hexavalente) (FÉLIX DE SOUSA, 2009). Como o teor de sulfeto nos resíduos de ribeira varia na faixa de 0,5 a 2,0 %, e o teor de cromo nos resíduos de curtimento e acabamento molhado varia na faixa de 2,5 a 5,5 %, a destinação desses resíduos é vista como nociva pela legislação ambiental (CETESB, 2017; FÉLIX DE SOUSA, 2009; MAPA, 2007; CLAAS *et al.*, 1994;

SCHOLZ, 1993).

Na cidade de Franca, o Arranjo Produtivo Local (APL) gera aproximadamente 220 toneladas/dia de resíduos sólidos classe I de curtumes, fábricas de calçados e artefatos; acrescentando a região da cidade de Franca, esse valor sobe para cerca de 170 toneladas/dia (CETESB, 2017, SINDIFRANCA, 2017). A maioria desses resíduos é depositada em aterros sanitários, uma prática inadequada, Figura 1.

O descarte dos resíduos sólidos classe I de curtumes, fábricas de calçados e artefatos resíduos pede cuidadosa atenção. As serragens e as aparas de *wet-blue*, o pó de lixadeira e os retalhos de couros semi-acabados e acabados devem ser depositadas em aterros industriais comuns; enquanto o lodo de caleiro, o lodo de cromo e o lodo de recurtimento devem ser armazenados ou depositados em aterros industriais especializados (CETESB, 2017; FÉLIX DE SOUSA, 2009; CLAAS *et al.*, 1994; SCHOLZ, 1993; LAKE, 1987). Os poucos aterros industriais licenciados, para receber esses resíduos, possuem tempo de vida limitado (cerca de 20 anos). A queima desses resíduos, em caldeira ou em incineradores, não é aconselhada, principalmente devido à possibilidade de conter em suas cinzas cromo-VI (potencialmente mais tóxico que o cromo-III), salvo se a condução da incineração garantir condições que não permitam a presença de cromo-VI em suas cinzas. Desta forma, a redução de volume proporcionada pela combustão perde efeito pelo fato de o resíduo final (a cinza) necessitar de um confinamento mais rigoroso (CETESB, 2017; FÉLIX DE SOUSA, 2009; CLAAS *et al.*, 1994; SCHOLZ, 1993; LAKE, 1987). Clandestinamente, muitas olarias utilizam as serragens de *wet-blue* na fabricação de tijolos e telhas, mas estes trabalhos não são aceitos pelos órgãos ambientais de cada estado, porque o cromo causa o enferrujamento das estruturas metálicas, além do que o cromo-III pode ser oxidado a cromo-VI (CETESB, 2017; FÉLIX DE SOUSA, 2009). Trata-se de um passivo ambiental em que o empresário deixa de herança para filhos, netos e assim por diante.

Os resíduos sólidos classe I de curtumes, fábricas de calçados e artefatos se não forem convenientemente destinados, e simplesmente abandonados em corpos d'água, aterros sanitários ou lixões, possuem alto poder de contaminação. Com facilidade, o cromo atinge o lençol freático ou mesmo reservatórios ou rios que são as fontes de abastecimento de água das cidades. Se os resíduos forem degradados no solo, o cromo permanece e pode ser absorvido por plantas, que posteriormente servirão de alimento diretamente ao homem ou a animais, podendo por este caminho também atingir o ser humano. Segundo alguns autores, o cromo trivalente (cromo-III) é essencial do ponto de vista nutricional. Não é tóxico, sendo pobremente absorvido no organismo. O cromo hexavalente (cromo-VI) é uma substância nociva com efeitos cancerígenos, mutagênicos e alérgicos comprovados. Ele tem efeito acumulativo, especialmente nos tecidos moles do corpo, como rins, fígado, seios, útero, próstata, coração, sistema respiratório e outros. As lesões provocadas nos órgãos, em que se instalam, produzem tumoração quase sempre cancerígenas. As manifestações iniciais são discretas e facilmente confundidas com doenças comuns, como enjoos, dores de cabeça, náuseas, indisposições. As de médio e longo prazo ocorrem devido ao acúmulo de cromo no organismo, caracterizado por tumores e por isso em estágios quase irreversíveis (CETESB, 2017; FÉLIX DE SOUSA, 2009; PEDRO, 1998; SERRANO *et al.*, 1998; CLAAS *et al.*, 1994; SCHOLZ, 1993; LAKE, 1987).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A transformação artesanal e sustentável de peles exóticas comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino, em couros exóticos sustentáveis, implicou em uma série de etapas denominadas de processos (mudanças ocorridas mediante reações químicas) e operações (etapas físico-mecânicas, realizadas manualmente). Os processos são realizados em meio aquoso, dentro de baldes ou tambores de plástico. As etapas através das quais passam as peles, podem ser agrupadas genericamente em três: ribeira, curtimento e acabamento.

3.1. Metodologias empregadas na etapa de ribeira: A etapa de ribeira tem por finalidade limpar as peles, eliminando as partes que não irão constituir o couro, bem como preparar a estrutura proteica (colágeno) da pele para reagir aos produtos químicos aplicados no curtimento e no acabamento molhado. A ribeira compreende: conservação/armazenamento, pesagem, lavagem, remolho, depilação/caleiro, descarne, desencalagem ou descalcinação e purga. Na etapa de ribeira artesanal e sustentável, os produtos químicos poluentes foram substituídos por extratos de abacaxi, banana, cravo, goiaba e mamão, Figura 3.

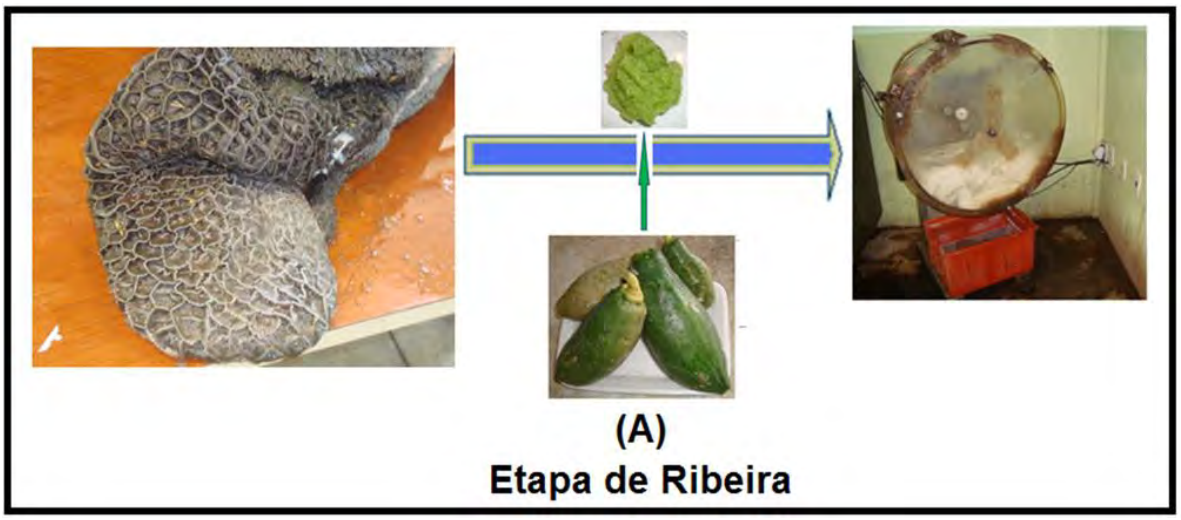


Figura 3. Etapa de ribeira para o beneficiamento sustentável de peles exóticas comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino.

3.2. Metodologias empregadas na etapa de curtimento: O curtimento é um processo que consiste na transformação das peles, pré-tratadas na ribeira, em materiais estáveis e imputrescíveis, ou seja, na transformação das peles em couros. Os couros se tornam resistentes a bactérias e putrefação, ou seja, eles possuem o efeito de não apodrecimento através da reação com o cromo. Também é aumentada a resistência dos couros, os quais são preparados para as operações de rebaixamento e para o acabamento molhado. O curtimento compreende: píquel, curtimento/basificação ou fixação; e pode ser classificado em dois tipos: mineral (metálico) e orgânico (metal *free*). Na etapa de curtimento artesanal e sustentável, os produtos químicos poluentes foram substituídos por extratos de café, cravo, goiaba, óleo de côco e vinagre, Figura 4.

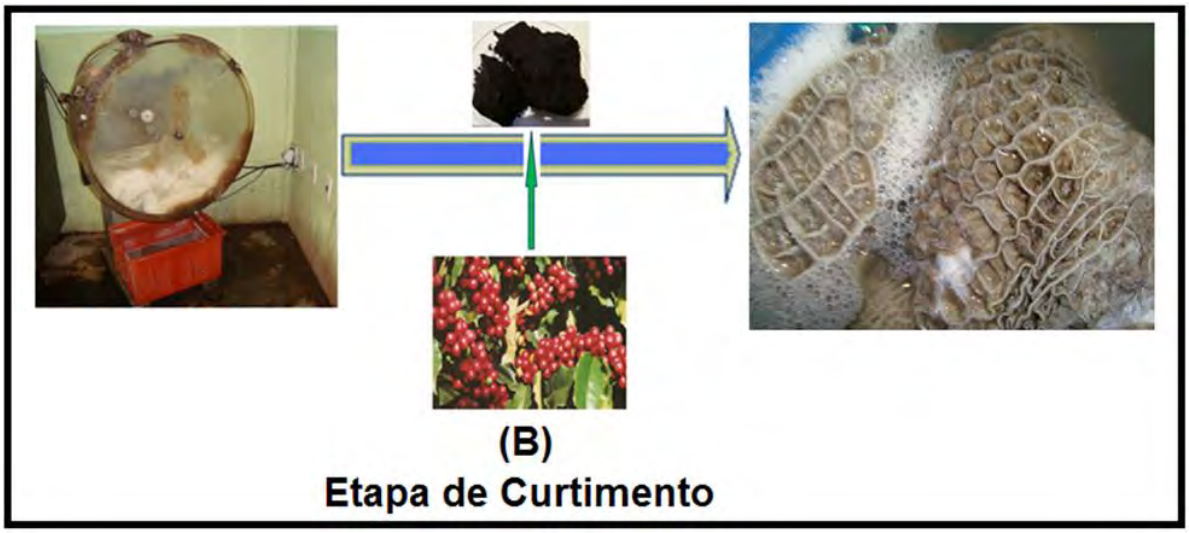


Figura 4. Etapa de curtimento para o beneficiamento sustentável de peles exóticas comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino.

3.3. Metodologias empregadas na etapa de acabamento molhado: As operações e os processos de acabamento conferem aos couros a sua apresentação e aspecto definitivo. O acabamento poderá melhorar o brilho, o toque e certas características físico-mecânicas, tais como: impermeabilidade à água, resistência à fricção, solidez à luz etc. O acabamento subdivide em três etapas: acabamento molhado (descanso ou repouso, enxugamento, divisão, classificação, rebaixamento, lavagem, recromagem, neutralização, recurtimento/tingimento/fixação, engraxe/fixação,); pré-acabamento (estiramento, secagem, condicionamento ou reumectação, amaciamento ou palecionamento, secagem final, recorte, lixamento, eliminação do pó e impregnação); e acabamento final (acabamento, secagem, prensagem, medição, e expedição) (FÉLIX DE SOUSA, 2009). Nesse Projeto realizaremos apenas o acabamento molhado que tem a finalidade de conferir aos couros as características desejadas nos artigos finais. O toque e a firmeza de flor não são apenas determinados pelos tipos de recurtentes utilizados. Essas características, por sua vez, são influenciadas pelas propriedades estruturais do couro e a pré-história do couro curtido (caleiro e curtimento). O acabamento molhado representa assim um sistema altamente complexo (FÉLIX DE SOUSA, 2009). Na etapa de acabamento molhado artesanal e sustentável, os produtos químicos poluentes foram substituídos por extratos de mandioca, milho, amora, goiaba e de cravo; colágeno (proteína animal); e óleos de côco, de peixe e de mocotó; e vinagre, Figura 5.

Figura 5. Etapa de curtimento para o beneficiamento sustentável de pele exóticas comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transformação artesanal e sustentável de peles exóticas comestíveis (coelho, galinha, peixe e porco), além do bucho bovino, em couros exóticos, implicou em uma série de etapas denominadas de processos (mudanças ocorridas mediante reações químicas dentro de baldes ou tambores) e operações (etapas físico-mecânicas, realizadas manualmente).

Essa nova metodologia de ensino e aprendizagem, apresentou tecnologias ecologicamente corretas para o beneficiamento de peles e couros sem a geração de impactos ambientais. Nesta nova metodologia, os produtos químicos poluentes foram substituídos por restos de frutos e vegetais provenientes do refeitório da escola.

As análises químicas dos couros exóticos sustentáveis, Tabela 1, mostraram que os couros exóticos comestíveis (galinha, peixe e porco), além do bucho bovino, obtidos de maneira artesanal e sustentável, apresentaram parâmetros de qualidade dentro da faixa exigida no mercado.

Tabela **1.** Análises químicas dos couros exóticos sustentáveis.

Parâmetros	Especificação	Valores Obtidos
pH (1:10)	Mínimo 3,5	3,7 a 3,9
Umidade	14 a 16 %	14 a 16 %
Mistura de Taninos	30 %	26 a 28 %
Teor de Graxa	4 a 10 %	5 a 7 %
Cifra Diferencial	Máximo 0,7	0,5 a 0,7
Resistência à Tração	Mínimo 150 N	227,48 N
Resistência ao Rasgamento Progressivo	Mínimo 80 N	134,62 N
Distenção da Flor (Lastômero)	7,5 mm	12,30 mm
pH (1:10)	Mínimo 3,5	3,7 a 3,9

(Fonte: FÉLIX DE SOUSA, 2009)

Os custos dos processos e operações apresentaram uma relação custo/benefício que contemplaram ótimas qualidades aliadas a baixos custos. Em comparação com os couros obtidos a partir de metodologias tradicionais, verificamos que os couros exóticos sustentáveis produzidos no projeto, têm alto padrão de qualidade e baixo custo. No mercado, o valor dos couros exóticos obtidos de maneira tradicional, está na faixa de R$ 75,00 a R$ 120,00/m^2, enquanto o valor os couros exóticos sustentáveis variou na faixa de R$ 25,00 a R$ 35,00/m^2.

As peles exóticas produzidas podem ser comercializadas como tal ou então transformadas em diversos artigos (calçados, vestuários, bolsas, carteiras, cintos, etc.), Figura 6.

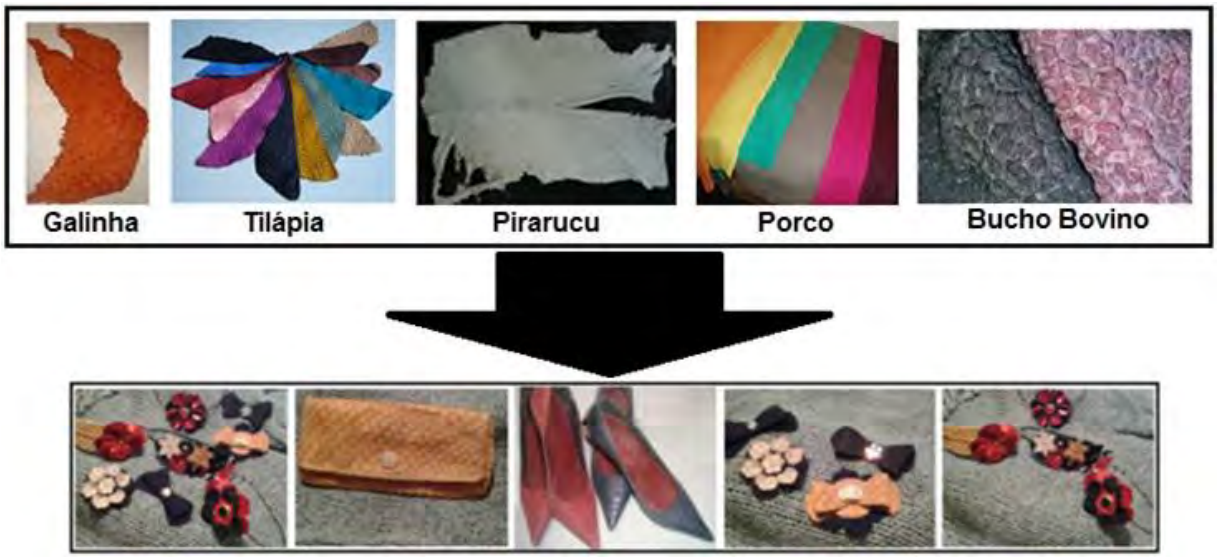


Figura 6. Couros exóticos sustentáveis e artigos ecologicamente corretos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que, no setor industrial, o setor coureiro-calçadista é um dos maiores geradores de resíduos sólidos e a indústria coureira é uma das maiores consumidoras de água, a experiência teve também o intuito de incentivar o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias, com custos menores e maior padrão de qualidade, para garantir a sustentabilidade da produção de pequena escala. Portanto, foram utilizados recursos viáveis, que reforçam o conceito da produtividade ecologicamente correta e economicamente viável, contemplando assim questões ambientais, econômicas, éticas e sociais.

A experiência inovadora e autossustentável de ensino e aprendizagem, ampliou e/ou consolidou o diálogo entre diferentes atores: direção, coordenação, professores, alunos, indivíduos e famílias de baixa renda da comunidade.

Apesar da necessidade de alguns conhecimentos técnicos, não são necessárias tecnologias sofisticadas, ou seja, a experiência pode ser facilmente executada e/ou repassada a indivíduos da comunidade, já que o mini curtume pode ser adaptado a qualquer ambiente e ser uma excelente fonte alternativa de renda.

O foco do projeto também teve o objetivo de educar e conscientizar o cidadão comum de que tudo o que ele faz gera um impacto no meio ambiente; somente com práticas e ações sustentáveis podemos garantir mais qualidade de vida para as gerações futuras.

A experiência inovadora de ensino e aprendizagem pode ser reproduzida em qualquer Unidade Escolar. Pode ocorrer por meio da capacitação de professores, para que os mesmos possam ensinar os conceitos e práticas do “CurtEENDEDORISMO” a seus alunos.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS – Associação Brasileira da Indústria de Calçados; dados obtidos em

CLAAS, Isabel Cristina; MAIA, Roberto A. M. Manual Básico de Resíduos Industriais de Curtume, 1° Edição, Porto Alegre/RS, Senai/RS, 1994, p. 67.

CETESB – Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo; dados obtidos em março de 2017 na Cidade de Franca/SP.

FÉLIX DE SOUSA, J.D. Apostila: Beneficiamento de Peles e Couros, 2º Edição, Franca/SP, 2009.

LAKE, D.J. Heavy Metals in Wastewater and Sludge Treatment Process, Treatment and Disposal; Vol. I, 1987, p. 63.

PEDRO, A.F.P. Revista Gerenciamento Ambiental, *4*, p. 30-32, 1998.

SCHOLZ, L.C. Coleta, Tratamento e Disposição Final: Problemas e Perspectivas. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Resíduos Sólidos e Meio Ambiente. São Paulo/SP, 1993, p. 58.

SERRANO, C.L.R; PIEROSAN, N.; REICHERT, I.K.; GRAMS METZ, L.E. II

Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental; Porto Alegre, p. 02-03, 1998.

SINDIFRANCA – Sindicato das Indústrias de Calçados da Cidade de Franca/SP; dados obtidos em janeiro de 2017.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Instrução Normativa N° 28. Manual de métodos analíticos oficiais para fertilizantes minerais, orgânicos, organominerais e corretivos. Brasília, julho de 2007.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

DE VÍTIMAS A MILITANTES: A CONDIÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES IRAQUIANAS NA GUERRA DO IRAQUE (2003-2008)

FROM VICTIMS TO MILITANTS: IRAQI WOMEN'S POLITICAL CONDITION IN THE IRAQ WAR (2003-2008)

Sessão temática: 1. Desenvolvimento Social e Políticas Públicas; 1.6 Outras áreas temáticas

SOUZA, Sophia Teixeira e
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduanda em Relações Internacionais
sophiatesouza@gmail.com

Resumo

O presente relatório propõe-se a examinar os efeitos causados pela intervenção militar estadunidense sobre a organização política das mulheres iraquianas durante a Guerra do Iraque (2003-2008). Nosso exame é guiado pela seguinte pergunta: o conflito, a despeito de suas mazelas, representou uma oportunidade para a independência política feminina? Com este fim, foram estudadas as políticas de gênero estadunidenses para o Iraque e os impactos da formação, em duas fases, de um governo democrático sob os auspícios do poder ocupante. Adotando-se a perspectiva feminista sobre as Relações Internacionais, de que o individual é internacional, buscou-se reconhecer os vínculos entre a intervenção militar estrangeira, a resultante reestruturação do aparelho estatal iraquiano e as condições de participação pública para as mulheres. O estudo foi baseado na revisão bibliográfica e análise de documentos, bem como em relatórios de agências e organizações não-governamentais. Dessa maneira, observando-se as mudanças nas condições de vida nas grandes cidades do país e seu impacto sobre a atuação política das mulheres durante a guerra, verificamos como a intervenção estrangeira modificou seus projetos de ação.

Palavras-chave: Guerra, Mulheres, Atuação política.

Abstract

This report aims to examine the effects of the US military intervention on the political organization of Iraqi women during the Iraq War (2003-2008). Our examination is guided by the following question: has the conflict, in spite of its ills, represented an opportunity for female political independence? To this end, US gender policies for Iraq

and the impacts of a two-stage formation of democratic government under the auspices of the occupying power have been studied. Adopting the feminist perspective of International Relations, in which the individual is international, we sought to identify the links between foreign military intervention, the resulting restructuring of the Iraqi state apparatus and the conditions of public participation for women. The study was based on bibliographic review and document analysis, as well as reports from agencies and non-governmental organizations. This way, observing the changes in the life conditions in the great cities of the country and their impact on the political performance of women during the war, we verified how the foreign intervention modified their action plans.

Keywords: War, Women, Political acting.

1 INTRODUÇÃO

Para compreender as consequências da Guerra do Iraque sobre a organização política mulheres iraquianas de diferentes credos, ideologias e etnias, destaca-se, primeiramente, que os organismos internacionais têm dispensado maior atenção à vulnerabilidade das mulheres durante e ao término da guerra, uma vez que conflitos como esse, que reduzem a funcionalidade do aparato estatal, fazem com que agressões a elas permaneçam impunes. Não obstante, tanto doméstica quanto internacionalmente, a violência e a desigualdade de gênero não são tratadas com urgência, o que trava a incorporação do subjetivo e da análise das realidades femininas à investigação dos sentidos da política internacional. Esta nos indica que, em 2003, sob o pretexto de que o Iraque estaria desenvolvendo armas de destruição em massa e abrigando terroristas[1], os Estados Unidos da América iniciaram o envio de tropas ao país. A guerra subsequente conjugou intervenção militar e discurso humanitário (SYLVESTER, 2005). As autoridades estadunidenses defenderam a necessidade de libertar o povo iraquiano de um governo sem alternância de poder que abrigaria terroristas, não colaboraria com as inspeções periódicas e obrigatórias da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) e da Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UNMOVIC) e violaria os direitos humanos.

A partir de então, agravaram-se as tensões sociais e sectárias no Iraque, oriundas das divergências sobre o regime anterior, da sublevação da oposição em exílio, e da destruição sistemática de aparelhos do Estado (como as forças armadas e policiais), fazendo ruir qualquer estabilidade restante nas estruturas públicas (AL-ALI, 2005). Os diversos grupos políticos em embate, tanto apoiadores quando opositores da ocupação, atacaram as mulheres por métodos variados, de legislações abusivas ao uso de violência física, como parte de um projeto de autoridade (SUSSKIND, 2013). Isso representa um revés na situação para qual tendiam as mulheres iraquianas.

De fato, entre as décadas de 1970 e 1980, uma grande parcela da população iraquiana dispunha de boas condições de vida, devido ao crescimento econômico e

[1] MCKEIL, A. C. The Iraq War in International Society. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2012/07/25/society-and-change-in-international-relations-the-iraq-war-in-international-society/>. Acesso em: 28 jun. 2017.

rápido desenvolvimento viabilizados pelas políticas estatais e a elevação dos preços do petróleo. A expansão da classe média gerou políticas para erradicar o analfabetismo e educar as mulheres de modo a incorporá-las à força de trabalho. As mulheres que trabalhavam fora de casa não apenas eram aceitas, mas prestigiadas (AL-ALI e PRATT, 2009).

No período que compreende e sucede a Guerra Irã-Iraque (1980-88), o aumento da participação feminina na esfera pública serviu para substituir os homens que lutavam na guerra. Apesar do contexto de repressão política do governo de Saddam Hussein (1979-2003), as mulheres iraquianas estavam entre as mais escolarizadas na região do Golfo, inseridas na força de trabalho, na burocracia e nas instituições estatais. O regime de sanções econômicas em voga a partir de 1990, no entanto, trouxe às mulheres a reclusão doméstica advinda da crescente violência urbana: os assaltos, o crime organizado, a violência sexual, a resistência militar à invasão externa e a presença de *snipers* estadunidenses (AL-ALI, 2005).

Desde a referida data, observam-se dois sinais de descontentamento do Iraque com a agenda internacional pela igualdade de gênero, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Uma delas, a resolução 1325[2] do Conselho de Segurança, sugere a adoção de cotas para elegibilidade feminina nos espaços formais de representação política, visando o *mainstreaming* de gênero, isto é, a integração sistemática das mulheres em todos os aspectos da reconstrução do aparelho de Estado. A resolução não logrou ser absorvida ao contexto iraquiano pois: (1) os conflitos internos constantes barram o desenvolvimento concreto de projetos pela igualdade de gênero; (2) houve no Iraque pós 1990 retração nesta agenda por sua associação à problemática da ocupação estrangeira, de configuração entendida como neocolonial (PUTTICK, 2015).

No que tange à assinatura da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)[3] – outro instrumento pela igualdade de gênero desenvolvido pela ONU − pelo Iraque em 1986, esta foi feita com reservas aos artigos 2[(f) e (g)], que impõe aos órgãos do governo a abolição de leis que discriminam mulheres; 9 (1 e 2), que exige a igualdade de condições na aquisição, mudança ou manutenção da nacionalidade iraquiana; 16, que exige dos órgãos governamentais as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres em assuntos relacionados ao casamento. As reservas foram justificadas pelas autoridades iraquianas por divergirem da Sharia (ARIANY, 2013; PUTTICK, 2015).

Subsequentemente, de acordo com Al-Ali, é possível delinear duas fases no sistema de poder de gênero da sociedade iraquiana no período que circunda a invasão dos Estados Unidos em 2003. A primeira, durante o governo de Saddam Hussein, em que a identidade feminina doutrinada pelo Estado é a de reprodutora biológica dos futuros soldados (símbolos da energia e da honra nacionais) e de reprodutora ideológica da nação. Em um segundo momento, após a queda do presidente, difundiu-se a imagem das mulheres como símbolos de honra coletiva, como símbolos de luta contra a cultura secular e ocidental.

---

[2] A Resolução 1325 (ONU/CS) está disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)>. Acesso em: 29 jun. 2017

[3] Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

O resultado da aversão à presença estrangeira no território iraquiano parece paradoxal:

> Em certos cenários pós-conflito, especialmente em respeito a sociedades islâmicas, a ênfase na resolução 1325 da ONU é percebida como parte de um plano ocidental para destruir a cultura e os valores tradicionais de uma sociedade. [...]Paradoxalmente, indivíduos que simpatizariam com as problemáticas dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero podem expressar forte oposição à inclusão feminina na reconstrução pós-conflito se esta é traçada como um dos objetivos do poder ocupante. [...] Mulheres dissidentes têm tentado deixar suas marcas nas organizações femininas emergentes no Iraque, mas frequentemente têm sido vistas como participantes de uma conspiração ocidental (AL-ALI, 2005, p. 743, tradução nossa).

Três anos após o início da ocupação estadunidense no Iraque, Nadje Al-Ali e Nicola Pratt relatam, em *Women in Iraq: Beyond the Rhetoric*, como a Autoridade Provisória da Coalizão, instituída pelo governo Bush, utilizava-se da retórica dos direitos das mulheres, novamente sob a desconfiança dos mais tradicionais, para legitimar um processo aclamado pelas potências ocidentais como de transição democrática. Nesta administração imaginada, as iraquianas estariam ajudando a dar à luz a liberdade [“helping give birth to freedom”]. O que foi observado à época, no entanto, foi a redução da mulher iraquiana a instrumento de agendas políticas estadunidenses e a símbolos de diferenciação entre Ocidente e Oriente. Isso foi possível pela assunção do poder ocupante de que as iraquianas constituíam um único bloco de interesses civis, que com unanimidade acolheriam a “liberação” propiciada pelos Estados Unidos e fariam dessa sua luta conjunta.

Após a queda de Saddam Hussein, de modo a demonstrar o comprometimento com novo aliado representado pela Autoridade Provisória da Coalizão, o Departamento de Estado estadunidense criou uma comissão especial, que periodicamente publicava relatórios sobre os esforços que visavam “financiar a reconstrução do aparato institucional iraquiano” (AL-ALI; PRATT, 2006, p. 19) de modo a envolver mais mulheres nos processos decisórios e a encorajar sua participação na sociedade civil, melhorando suas condições econômicas e sociais. Assim, além de terem seus movimentos auxiliados financeiramente, as mulheres foram educadas como eleitoras e como potenciais representantes locais e parlamentares. Neste sentido, 10 milhões de dólares das verbas para reconstrução institucional foram doadas pelo Departamento de Estado à Iniciativa Feminina Democrática.

Ressalta-se, porém, que as mulheres envolvidas nas organizações são predominantemente da classe média e vivem nas cidades, sendo, portanto de diferentes etnias e religiões. Além disso, os ramos de agrupamentos como Al-Shabaka percorrem todo o país e demonstram como conciliar as divergências políticas individuais entre seus membros, principalmente quanto à ocupação dos Estados Unidos e do Reino Unido no território iraquiano, em que advogavam posições ocasionalmente divergentes: (a) pela retirada imediata das tropas, tidas como responsáveis pela escalada da violência civil e a ineficiência do governo; (b) pela retirada gradual e planejada; (c) pela manutenção das tropas, para que impeçam o avanço das milícias e do terrorismo islâmico; (d) pela garantia dos direitos previstos pela CEDAW.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O argumento de Enloe (2014) é aplicável ao caso: as experiências de mulheres de classes sociais distintas − bem como de raça e etnia − podem frequentemente traduzir discrepâncias em concepções de termos-chave para qualquer análise feminista, como de feminilidade, economia conjugal, relacionamentos com homens em posições de prestígio social e suas relações com o Estado. Em alguns países, esses tipos de diferenças são exacerbados pelo racismo e pelo etnocentrismo, apresentando um desafio ainda maior a qualquer mulher que trabalha para criar e sustentar um movimento feminino vibrante nacional ou tansnacionalmente (Ibidem).

Em *Feminist International Relations*, Christine Sylvester atenta para a superestima da política externa em detrimento dos diversos aspectos nocivos e ainda pouco discutidos dos empreendimentos militares para o desenvolvimento humano dos países sob intervenção militar. Para feministas, "só podemos entender como o poder opera ao não simplesmente olhar para 'pessoas' aleatoriamente, mas perscrutando mais profundamente e examinando o gênero" (WHITWORTH, 2008, tradução nossa).

As teorias feministas das Relações Internacionais referentes aos estudos de Defesa e Segurança (FSS - Feminist Security Studies), de cunho emancipatório e crítico à intervenção militar, representam uma importante contribuição para o logro deste projeto. Considera-se que a realidade internacional e a realidade de gênero são construções sociais em mudança constante, sejam seus atores — as comunidades humanas, os Estados e as instituições — conscientes disso ou não. O gênero, ontologicamente, estabelece relações de desigualdade e poder, quais sejam dominação e coerção: a contraposição entre as estereotipadas belicosidade masculina e a docilidade feminina como constituidoras, por exemplo, de uma política externa pautada somente na autoridade diplomática e nos temas de Defesa e Segurança (TICKNER, 2014).

A subárea feminista dos Estudos de Segurança Internacional (International Security Studies - ISS) desenvolveu-se ao final da década de 1970 e ao longo da seguinte, junto às demais teorias dos ISS que conjugavam alta e a baixa política − o coletivo e o individual − na Defesa e Segurança Internacional (BUZAN e HANSEN, 2009). A ausência da categoria de análise gênero nos ISS construtivistas e neomarxistas fizeram com que os FSS derivassem, segundo Buzan e Hansen, principalmente dos Estudos de Paz. Dessa clivagem, os primeiros trabalhos publicados buscavam estabelecer como o papel social de cuidador atribuído às mulheres dar-lhes-ia visões diferentes das dominantes quanto à guerra, paz e segurança.

As abordagens feministas nas Relações Internacionais iniciam seu segundo estágio na década de 1990, que perdura até hoje, sendo representado exponencialmente por J. Ann Tickner, Christine Sylvester e Cynthia Enloe, cujas perspectivas são incorporadas ao presente trabalho. Tem-se o cuidado, apesar de ser normativamente impraticável desligarmo-nos integralmente de práticas e semânticas sociais que corroboram as desigualdades de gênero, de não se assumir um dogma em que o feminismo corresponderia ao pacifismo ou que meios não-violentos de resolução de conflitos sempre promovem fins igualitários.

Para satisfazer a análise do objeto de pesquisa, portanto, agregam-se alguns pressupostos que consideramos fundamentais. O primeiro deles é de que as relações internacionais não são o palco de *peopleless states*, e que as atividades domésticas

de diferentes indivíduos e coletividades se refletem na política externa do Estado do qual são formalmente cidadãos (SYLVESTER, 2004, p .3). O segundo é de que o modo como as narrativas são contadas na disciplina de Relações Internacionais tem impacto sobre o modo de construção do conhecimento, pois algumas histórias serão inevitavelmente silenciadas (TICKNER, 2014).

Há diversos trabalhos científicos publicados pelas comunidades acadêmicas anglo-saxônicas sobre o feminismo árabe, o feminismo islâmico e sobre a organização política das mulheres no Oriente Médio. Da mesma maneira, existem levantamentos sobre seu histórico em avanços e retrocessos no reconhecimento nacional de seus direitos. Avanços, porque assim consideramos a garantia constitucional e prática nacional (Iraque) e regional (Oriente Médio) de igualdade de direitos para as mulheres, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A ocupação estadunidense do Iraque e as transformações políticas dela decorrentes foram largamente estudadas por internacionalistas, historiadores e cientistas políticos e sociais. Esperamos contribuir, nesta seara, para a produção do conhecimento acerca da organização política entre mulheres iraquianas de diferentes credos, ideologias e etnias relativamente à presença militar e influência administrativa exercida pelos Estados Unidos da América de 2003 a 2008.

A partir do (des)conhecimento sobre as mulheres árabes no ambiente científico em que esta pesquisa é produzida, visa-se, de antemão, a possibilidade de negação da inferência de que são, segundo moldes ocidentais/anglo-saxônicos, oprimidas e devem, com a ajuda de ONGs financiadas por países liberais no Hemisfério Norte e de organizações intergovernamentais cujos desígnios foram formatados pelos mesmos, ser auxiliadas num processo de libertação que corresponderia à conquista de capacidades materiais e sociais semelhante à das mulheres em referidas sociedades. Como explicita Tickner (2014, p. 144, tradução nossa):

> Questões de cultura e religião são difíceis tanto para feministas ocidentais quanto não-ocidentais. As ocidentais têm caminhado numa linha tênue entre apoiar uma 'sororidade global', impondo definições ocidentais de emancipação feminina a outras culturas, ou tentando ser culturalmente sensíveis.

Diante do exposto, salienta-se a imprescindibilidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Atentando-se, contudo, para os efeitos que a apropriação desta por atores militar e ideologicamente mais influentes sobre as dinâmicas da política internacional pode causar a populações cujos Estados estão à margem do sistema e nos quais, elas mesmas, estão à margem do Estado. É neste sentido que o contraponto entre a biografia sobre a Guerra do Iraque difundida na Europa e nos Estados Unidos e a produção acadêmica sobre o tema por mulheres árabes será promovido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Propondo-se uma contribuição ao estudo da condição e atuação das mulheres na Guerra do Iraque, a perspectiva teórica adotada ampara-se no respeito às diferentes perspectivas disponíveis à análise. Isto é relevante, pois o levantamento bibliográfico inicial mostrou que o material científico contribuinte ao tema é majoritariamente produzido por mulheres de origem árabe em espaços acadêmicos ocidentais (Zahra Ali, Noga Efrati, Yasmine Jawad, entre outras). Concluiu-se, da revisão, que a autora de referência nos estudos da condição social e da atuação

política das mulheres iraquianas é a acadêmica Nadje Al-Ali, atualmente integrante do Centro de Estudos de Gênero da Universidade de Londres.

Serviram igualmente como fonte bibliográfica os relatórios de agências e missões da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ONU Mulheres, o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). As demais agências e organizações não-governamentais consultadas foram: Anistia Internacional, projeto Ceasefire do Minority Rights Group International, Organization for Women's Freedom in Iraq (OWFI), United States Institute for Peace (USIP). Bases de dados também estão disponíveis para levantamento, e deu-se primazia à UN Data, Insight On Conflict e The Woman Stats Project.

Atentando-nos para as datas de algumas publicações bibliográficas, que ultrapassam o referido corte em alguns anos, justificamos que estas consideram os efeitos ainda presentes do conflito estudado, tendo sido descartados os conteúdos referentes à recente ocupação de parte do território iraquiano e curdo pelo Daesh.
Presumindo-se que os conflitos entre Ocidente e Oriente disseminam a oposição a valores tidos como tipicamente ocidentais ou liberais – sendo um deles o próprio feminismo −, buscamos responder se a Guerra do Iraque representou uma oportunidade para o empoderamento feminino, a despeito das mazelas que as acometeram no período. Este empoderamento, outrossim, é de cunho liberal, secular ou de cunho islâmico? Não obstante, os dados, por si só, não serem normativamente neutros ou conclusivos (UNDP, 2012), julgamos que essa hipótese disjuntiva permitiu uma análise aberta e sem preconceitos dos dados, documentos e material bibliográfico.

Para satisfação dos objetivos delineados, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico em dois horizontes: (1) documentação e dados oficiais, artigos jornalísticos e acadêmicos que descrevam e se aprofundem quanto à realidade feminina na Guerra do Iraque; (2) relatórios quantificando os resultados gerais do conflito para a população civil. Posteriormente, expandiremos a bibliografia e adicionaremos relatos informais para descrição, material voltado aos FSS e às tendências da política externa dos Estados Unidos para o Iraque no período problematização de gênero acerca dos conceitos tradicionais das Relações Internacionais. Organizamos as informações coletadas, tendo em vista o tema central e os temas conexos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em abril de 2003, os movimentos feministas já demandavam a instituição de cotas em todos os níveis do governo e o ativismo se intensificou a partir da exclusão no governo interino (IGC), quando o mesmo estendia sua autoridade a questões que afetavam as relações de gênero: em dezembro, o IGC passou a Resolução interna 137, abolindo a Lei de Status Pessoal, uma lei familiar que incluía pautas favoráveis às mulheres, como o direito ao divórcio e à guarda dos filhos. A resolução representava risco significativo à segurança por tolerar a ascensão de cortes tribais que sancionavam práticas coercitivas de apropriação coletiva das mulheres. A inquietação mantinha-se durante os debates para a elaboração da constituição, tido a

pressão pelo reconhecimento da justiça tribal, escorada pelos Estados Unidos, que faziam uso massivo de paramilitares tribais para combater a Al Qaeda.

A articulação de resistência de políticas e ativistas culminou na anulação da Resolução dois meses após, não tendo impedido, contudo, medidas de combate à Lei de Status Pessoal por parte de clérigos e políticos religiosos do comitê constitucional. O resultado refletiu-se no artigo 41 da Constituição que, legitimando a liberdade individual de comprometimento ao status pessoal de acordo com religião, crenças ou escolhas, acabou por deixar o caminho aberto para legislações baseadas na Sharia, dada a predominância xiita.

Embora a Constituição, em seção sobre as tribos, proibisse costumes que contradissessem os direitos humanos, no início de 2010 houveram denúncias de que 800 mulheres haviam sido oferecidas como esposas para resolver contenciosos intertribais em Basra[4]. A inefetividade do alcance da lei sobre costumes como este é explicada pela preferência que oficiais sêniores estadunidenses e políticos iraquianos deram aos interesses étnicos e sectários conflitantes em detrimento da salvaguarda aos direitos humanos na iminência da construção do corpo administrativo transicional. Confirma-se tal assunção pela indicação de mulheres ao IGC com base em sua identidade étnica e associação a grupos de interesse religiosos e sectários, os quais deliberadamente fizeram uso de sua presença apenas para fins de legitimação.

Dahlerup e Freidenvall (2005) identificam dois discursos contrastantes tratando-se da sub-representação feminina. A incremental baseia-se na suposição de que a representação equitativa levará décadas e será alcançada gradativamente durante o desenvolvimento do país. As estratégias à primeira vista igualitárias do governo Baathista (participação na força de trabalho e acesso à educação) orientavam-se por esta premissa, o que levou, na conjuntura de instabilidade política, à perda dos direitos quando a garantia do engajamento público foi minada. Já a posição *fast track* pressupõe que arranjos sociais e institucionais de maioria masculina são auto preservados: a discriminação naturalizada nas normas e práticas da política condicionam a ausência feminina e, para desmantelar esta estrutura, apenas são eficientes medidas afirmativas.

As mulheres que advogavam pela sua imediata inclusão, como no segundo modelo descrito, exigiram inicialmente 40% de representação no governo, segundo a ex-ministra Barwari. Antecipando a recusa do IGC sob a observação de que não haveria número suficiente de mulheres qualificadas, Barwari (2005) argumenta:

> But I would say immediately back in their face: 'We are all building the new Iraq!' Why do you assume that even the men are qualified? This is a new experience and a new type of government for us all. We are all learning to do things the new way. Then their second argument would be to say, 'Well, women don't want [to be in government].' I would argue with them—I would say, 'Look! There are 10,000 women signing this [petition].6 They want it.' I would say, 'We can propose qualified women to you.' And we did.

Efrati (2012) afirma que as eleições foram marcadas por instabilidade, violência e um boicote sunita, além dos distanciamentos sectários. Segundo a autora, com a vitória do partido xiita, as mulheres que ascenderam ou eram conservadoras ou defenderam que os direitos das mulheres de suas próprias comunidades teriam mais chance de prevalecer sob estas mesmas lideranças. Diante de um cenário pouco animador para feministas, as cotas continuavam a ser a melhor opção: "Iraqi society

[4] Disponível em: <http://www.niqash.org/en/articles/society/2728/>. Acesso em 07 set. 2017.

[...] needs to see women, even those with different ideas, in politics and decision-making positions" (EFRATI, 2012). Logo, demonstra-se que o discurso coletivo é altamente decisivo para a mobilização das mulheres.

A missão que se supôs ser da alçada do corpo diplomático estadunidense, na forma da CPA e do IGC, de garantir a presença feminina assemelha-se à missão do homem branco descrita por Spivak[5] na exposição de Cooke (2002) sobre o feminismo islâmico após o 11 de setembro. Utilizando a colonização britânica da Índia como referencial, a acadêmica identifica quatro estágios da *gendered logic of empire*:

• Numa civilização universal –em que não se prescinde do regime internacional dos direitos humanos −, os direitos das mulheres são inalienáveis;
• Homens civilizados, portanto, conhecem e respeitam estes direitos;
• Homens não civilizados, por outro lado, revogam-nos;
• Estes últimos pertencem, logicamente, a um sistema sócio-religioso alienável.

Esta epistemologia impõe cisões de gênero e segrega indivíduos de modo que os homens se tornem "outros" e as mulheres, civilizáveis, por serem (no jugo do império), afáveis. Para defender a sociedade civilizada universal, as mulheres devem ser salvas, o que só é possível se os homens que revogam seus direitos forem eliminados. Uma vez que o sistema imperialista esteja operante, a população feminina é desprovida de ação.

No contexto árabe-islâmico, o estereótipo negativo da religião como inerentemente misógina provê combustível para o ataque contra a população masculina. É irreal, porém, que a população feminina em sua totalidade possa ser descrita como passiva e submissa; suas lutas, quaisquer que sejam as ideologias dirigentes, são apagadas pela mídia ocidental de forma a perpetrar a ingerência internacional e validar a classificação de "não civilizada" às sociedades em que se inserem. Cooke afirma que, no cenário pós-11 de setembro, ativistas e acadêmicos criticaram atores − instituições internacionais, regimes ou grupos políticos e religiosos extremistas − que usam as lutas femininas ou sua condição de vítimas para impulsionar seus interesses.

Para combater o avanço dessas agendas, as ativistas árabes, reconhecendo o obstáculo da divisão de classes e do patriarcado no sistema internacional, lançaram-se à desconstrução de textos históricos e religiosos para desvendar espaços de empoderamento. Sustenta:

> Some are joining Islamist groups and are working within their logic; others are resolutely rejecting implication within such movements. All, however, are learning how to situate themselves at the nexus of religion, place, and feminist practice. While challenging traditional interpretations of authoritative texts that have served to construct norms that discriminate against women, they continue to defend their communities against detractors. These women […] are not victims but rather strong individuals who are balancing national, transnational and feminist agendas in an attempt to construct a just society (COOKE, 2002).

Para a Organization for Women's Freedom in Iraq[6], a Constituição desejada pelos Estados Unidos foi aprovada mediante apoio de partidos islâmicos e descarte dos direitos femininos. Por conseguinte, é um retrocesso marcante para o Iraque em

[5] Sobre sobre a abolição britânica do *sati* na Índia, durante o século XIX: "Saving brown women thus became the *jus ad bellum* driving the civilizing mission in South Asia" (COOKE, 2002).
[6] A OWFI foi fundada em 1992 por uma ativista diaspórica explicitamente contrária à ingerência internacional no Iraque.

comparação à posição que já havia ocupado no Oriente Médio. Ademais, a guerra não teria sido finalizada em 2008, pois, mesmo com a retirada das tropas oficias, permaneceram empresas militares, que impedem o público de dispor atenção necessária à reconstrução. A insegurança teria persistido, porque assim o fez a ocupação.

Outra crítica da organização é interessante, porém controversa, pois pode sugerir argumentos para assistência internacional:

> After the so-called liberation, a girl can be married at 11 years. This is legal because the Iraqi Constitution has an article that says that Iraqis are free to choose what kind of law under which they lead their civil lives. Many American officials have called the Constitution the most democratic constitution in the Arab world, but how does an 11-year-old girl choose what kind of law protects her?[7]

A posição da organização feminista Women Under Muslim Laws (WUML), não difere da OWFI ao considerar que as formas de governo que sucederam a CPA são tanto órgãos de ocupação no Iraque quanto mecanismos de consolidação do sectarismo como princípios da vida coletiva, concedendo poder àqueles que monopolizam a interpretação religiosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendíamos compreender os impactos da Guerra do Iraque, iniciativa unilateral e sob acusações falaciosas dos Estados Unidos, sobre a condição social e política das mulheres iraquianas em sua totalidade generalidade.

Como argumentado, a bibliografia consultada compôs de relatórios de agências internacionais, estadunidenses e de produções acadêmicas de mulheres árabes, com o intuito de manter uma análise neutra e sem discriminação. A despeito das diferentes origens dos materiais, apontamos as concordâncias entre eles: (1) que os anos de 2003 e 2004 foram especialmente violentos e nocivos para a população feminina; (2) que as manobras estadunidenses para garantir um governo o qual pudesse influenciar acentuaram as disputas étnicas e religiosas pelo poder político iraquiano, não aplicando, assim, seu discurso de empoderamento feminino; (3) que a região do Curdistão iraquiano, apesar de ter passado por ondas de violência tribal desde então, foi a que mais formalizou a atuação política feminina e legislou em seu prol.

Em termos de ganhos políticos, atestamos a validade do método *fast track* de Dahlerup e Freidenvall no caso iraquiano: de que a cota de 25% de mulheres na Assembleia Nacional é imprescindível. Não encontramos, também, qualquer atestado de repressão aos protestos pelos direitos das mulheres em Baghdad. Quanto às perdas, salientamos que a presença feminina nas instituições não foi suficiente para superar as disparidades; sendo demandadas mudanças adicionais e flexibilização nas estruturas institucionais para garantir a natureza do *nation-building*. É seguro afirmar que o sectarismo geral acarreta um sectarismo feminino na esfera de exercício do poder. Posteriormente, será frutífero explorar esta problemática, acrescentando-se a análise cultural e paramilitar.

[7] Disponível em: <http://www.owfi.info/EN/article/owfi-refused-the-women-of-courage-award-from-the-department-of-foreign-affairs-of-the-us/>. Acesso em 23 abr. 2017.

Outro ponto que desejamos destacar é, retomando a *gendered logic of empire*, o empreendimento de programas ocidentais para "ensinar" às mulheres iraquianas como agir politicamente: sob a lógica do poder ocupante, o qual assume, ao fazê-lo, que quaisquer práticas da sua sociedade não são adequadas, sendo aceitável ou mesmo desejável utilizar o meio da força para salvá-las, às mulheres árabes, de seus compatriotas não civilizados.

A hipótese confirmou-se: a despeito do agravamento da violência de gênero e de duros embates travados desde 2003 até os dias atuais em torno da aceitação da mulher como ator independente pelos grupos que dominam a política e a sociedade iraquiana, os desdobramentos da Guerra ofereceram uma oportunidade de inclusão política, nos sentidos coletivo e individual. No âmbito coletivo, o protagonismo foi marcado pelas ativistas seculares e muçulmanas que, diante de um poder estrangeiro alienante que introduzia um regime político presumidamente mais inclusivo, utilizaram-se do revisionismo histórico-religioso e da legitimidade que manifestações populares teriam perante a comunidade internacional, para imporem seus anseios enquanto grupo de interesse indispensável ao funcionamento da nova estrutura administrativa. As ativistas diaspóricas que cooperaram com ONGs anglo-saxônicas tiveram sua participação ofuscada. No âmbito individual, a cada mulher que se sentia incapaz, pode ter acendido a esperança ao ver que outras retomaram uma luta política e se inseriram nos espaços de poder. Assim, a oportunidade do voto e da candidatura se tornaram estímulos emancipatórios.

Em suma, reiteramos o compromisso que as Relações Internacionais devem prestar em fazer as vozes não-hegemônicas serem ouvidas, pois são justamente estas as mais prejudicadas quando os grandes Estados colocam a anarquia internacional a seu favor.

REFERÊNCIAS

AL-ALI, Nadje (2005). Reconstructing Gender: Iraqi Women between Dictatorship, War, Sanctions and Occupation. Third World Quarterly, Reconstructing Post-Saddam Iraq: A Quixotic Beginning to the 'Global Democratic Revolution'. Taylor & Francis, v. 26, n. 4/5, p. 739-758, 2005.

_____ (2009). Women and War in the Middle East. Transnational Perspectives. Zed Books.

AL-ALI, Nadje; PRATT, Nicola (2006). Women in Iraq: Beyond the Rhetoric. Middle East Report, Dispatches from the War Zones: Iraq and Afghanistan. Middle East Research and Information Project, n. 23, p. 18-23.

_____ (2008). Women's Organizing and the Conflict in Iraq since 2003. Feminist Review, War. Palgrave Macmillan Journals, n. 88, p. 74-85.

BARWARI, Nesreen (2005). Entrevista para a revista Newsweek. Disponível em: <www.ekurd.net/mismas/articles/misc2005/11/government427.htm>. Acesso em 05 out. 2017.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (2009). The Evolution of International Security Studies. Cambridge University Press.

CEDAW (2014). Iraqi Women in Armed Conflict and Post Conflict Situation. Shadow Report submitted to the CEDAW committee at the 57th Session.

COOKE, Miriam (2002). Islamic Feminism Before and After September 11th. Duke Journal of Gender, Law & Policy, v. 9.

DAHLERUP, Drude; FREIDENVALL, Lenita (2005). Quotas as a 'fast track' to equal representation for women: why Scandinavia is no longer the model. International Feminist Journal of Politics, v. 7, p. 26 – 48.

EFRATI, Noga (2012). Women, Representation and Democracy in Post-Saddam Iraq, 2003-2010. Representation, v. 48, p. 253-265.

ENLOE, Cynthia (2014). Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics. University of California Press, 2ª edição.

KROOK, Mona Lena; O'BRIEN, Diana Z.; SWIP, Krista M (2010). Military Invasion and Women's Political Representation. International Feminist Journal of Politics, v. 12, p. 66 – 79.

PUTTICK, Miriam (2015). No place to turn: violence against women in the Iraq Conflict. Minority Rights Group International, Ceasefire Centre for Civilian Rights.

SUSSKIND, Yifat (2013). A Decade of Occupation for Iraqi Women. Organization of Women's Freedom in Iraq (OWFI). Disponível em: <http://www.owfi.info/EN/article/72/>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SYLVESTER, Christine (2004). Feminist International Relations. An Unfinished Journey. Cambridge University Press.
_____ (2005). The Art of War/The War Question in (Feminist) IR. Millennium: Journal of International Studies, v. 33, n. 3, p. 855-878.

TICKNER, J. Ann (2014). A Feminist Voyage Through International Relations. Nova York: Oxford University Press.

UNDP (2014). Iraq Human Development Report 2014 - Iraqi Youth Challenges and Opportunities.
_____ (2016). Country programme document for Iraq (2016-2020). Executive Board of the United Nations Development Programme, the United Nations Population Fund and the United Nations Office for Project Services' First 2016 Session.

WHITWORTH, Sandra (1997). Feminism and International Relations. Palgrave Macmillan UK.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL: APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM HABITAÇÕES SOCIAIS PARA UMA RESIDÊNCIA MODELO NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SP)

ENVIRONMENTAL AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: ADVANTAGE OF PLUVIAL WATERS IN SOCIAL HOUSES FOR A MODEL RESIDENCE IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA (SP)

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

ASEVEDO, Ana Gabriela Rosa de Andrade
Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
ana7gabriela@hotmail.com

SANTOS, Jéssica Cristiane Carrijo dos
Universidade de Franca - UNIFRAN
Aluna do curso de Engenharia Civil
jessicacarrijodossantos@hotmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF
Orientadora do Programa de Pós--Graduação em Desenvolvimento Regional
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

Tendo em vista que a água é um recurso natural limitado e imprescindível a vida, questões sobre a conservação e preservação dos recursos hídricos vêm sendo cada vez mais destacadas. As técnicas de aproveitamento de água de chuva são uma das soluções sustentáveis que contribuem para qualidade de vida, evitando enchentes e preservando os recursos hídricos. O presente trabalho tem por objetivo avaliar a possibilidade de utilização de um sistema de captação de água pluvial para fins não potáveis em habitações sociais no padrão do programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Franca (SP). Bem como, pretende verificar o potencial de aproveitamento da água de chuva obtido através da implantação do mesmo visando o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável. Para isto, foram realizados levantamentos de dados pluviométricos do município de Franca, calculada a área de contribuição de uma residência idealizada como estudo de caso e realizado o levantamento bibliográfico dos usos da água. Com estas análises foi possível

realizar o dimensionamento do reservatório para água de chuva através dos diversos métodos indicados na norma NBR 15527/2007. Os métodos considerados viáveis para o dimensionamento do reservatório, para o caso em estudo, foram o método Rippl, no cálculo da estimativa inicial dos volumes, combinado com o método de Simulação para a avaliação das demandas e déficit ao longo dos meses. Assim avaliou-se um volume de reservatório de 1000 litros. Todas essas etapas foram necessárias para avaliação do potencial da implantação do sistema de aproveitamento de água de chuva, que permite uma economia de 35,33% de água tratada.

Palavras-chave: Desenvolvimento Ambiental e Sustentável, aproveitamento de água de chuva, dimensionamento de reservatório.

Abstract

Considering that water is a limited natural resource, essential to life, issues concerning the conservation and preservation of water resources are being increasingly highlighted. The rain water utilization techniques are one of the sustainable solutions that contribute to quality of life, preventing flooding and preserving water resources. This study aims to evaluate the possibility of using a rainwater harvesting system for non-potable purposes in social housing with Standard program "Minha Casa Minha Vida" in the city of Franca (SP). Well, you want to check the exploitation potential of rainwater obtained through the implementation of the same aiming at Environmental and Sustainable Development. For this, it was performed rainfall data surveys in the city of Franca, calculated the contribution area of a house conceived as a case study and conducted the literature review of the uses of water. With these analyzes it was possible to carry out the design of the tank for rain water through various methods indicated in NBR 15527/2007. The methods that were considered for the design of the reservoir, for the case study were the Rippl method, in calculating the initial estimate of volumes, combined with the simulation method for the assessment of needs and deficit over the months. Thus we evaluated a volume of 1000 liter tank. All these steps were necessary for potential evaluation of the implementation of rainwater utilization system, which allows a saving of 35.33% of treated water.

Keywords: Environmental and Sustainable Development, rainwater utilization, sizing tank.

1 INTRODUÇÃO

A falta de consciência ambiental, o amplo contingente populacional, os grandes aglomerados urbanos e a industrialização, provocam a poluição de mananciais de captação superficial e fazem com que a água se torne um bem escasso. Deste modo, a insuficiência de recursos hídricos afeta praticamente todo o mundo tornando-se importante o seu racionamento e gerenciamento eficaz. Uma

das formas de tornar o uso da água mais consciente é justamente o aproveitamento da água de chuva para usos menos nobres como nas descargas sanitárias, na lavagem de pisos e irrigação de jardins.

Gonçalves (2006) afirma que para diminuir os impactos causados pelas ações antrópicas sobre os recursos hídricos, a busca de fontes alternativas de abastecimento de água é indispensável. E é neste contexto que se insere o aproveitamento da água da chuva, avaliado como uma opção interessante, necessitando, porém, de estudos mais abrangentes para definir procedimentos para o dimensionamento e sua correta utilização.

O aproveitamento da água de chuva no Brasil não acompanha o desenvolvimento do mesmo, diferentemente de outros países e culturas, e apenas nas últimas décadas esta prática tem ganhado destaque, principalmente na região do semiárido nordestino (GONÇALVES, 2006). Segundo o mesmo autor o primeiro relato de aproveitamento da água de chuva é provavelmente o da Ilha Fernando de Noronha, um sistema construído pelo exército norte-americano em 1943.

Para Silva (2014) apenas nas últimas décadas do século XX a utilização da água da chuva passou a fazer parte de programas governamentais e de organizações não governamentais, iniciando-se com a construção de cisternas, principalmente, no Nordeste. Alguns programas foram criados pelo governo no intuito de melhorar a qualidade de vida da população do semiárido brasileiro (SILVA, 2014). Um deles foi à criação do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semiárido (CPATSA) em 1975, com o objetivo de coleta da água da chuva e de construção de cisternas para armazenamento de água para consumo (SILVA, 2014). Atualmente contamos com o Programa “Água Para Todos” desenvolvido em 2012 (SILVA, 2014).

Para Gonçalves (2006) em muitas cidades brasileiras a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, tem sido adotadas legislações especificas sobre a coleta da água da chuva, visando à redução de enchentes. Nestas cidades, alguns novos empreendimentos passaram a ser obrigados a coletar água da chuva, não apenas para reduzir o consumo, mas também prevenir enchentes.

Atualmente, na maioria das edificações a água potável é utilizada para a realização de quase todas as atividades sem uma análise prévia da qualidade da água necessária. O conceito do uso racional para a conservação da água consiste na associação da gestão, não somente da demanda, mas também da oferta, de forma que usos menos nobres possam ser supridos, sempre que possível, por água de qualidade inferior (OLIVEIRA, 2007).

Os principais motivos que levam a decisão para utilizar água de chuva segundo Macedo (2007) são basicamente os seguintes:

- Conscientização e sensibilidade da necessidade da conservação da água;
- Região com disponibilidade hídrica menor que 1200 m³/habitantes x ano;
- Elevadas tarifas de águas das concessionárias públicas;
- Retorno dos investimentos (payback) muito rápido;
- Instabilidade do fornecimento de água pública;
- Exigência de lei especifica;
- Locais onde a estiagem é maior que cinco meses;
- Locais ou regiões onde o índice de aridez seja menor ou igual a 0,50.

É importante ressaltar que aspectos de ordem econômica, ambiental e social são tratados, algumas vezes, nos programas governamentais de forma pontual, desconsiderando-se, a integração dos elementos orientadores da sustentabilidade.

Este trabalho tem por objetivo avaliar a possibilidade de utilização de um sistema de captação de água de chuva para fins não potáveis em residências no padrão do programa "Minha Casa Minha Vida", utilizando dados de precipitação da cidade de Franca (SP). Para isso foi avaliada a disponibilidade hídrica através da quantificação dos índices pluviométricos da cidade de Franca (SP) e identificados e avaliados modelos de dimensionamento de reservatório de armazenamento de água de chuva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA

A utilização dos sistemas de aproveitamento de água de chuva, além de propiciar a conservação do recurso, possibilita a redução do escoamento superficial diminuindo a carga nos sistemas de coleta pluviais que, consequentemente, diminui o risco de inundações. Para isso, é necessário que estes sistemas sejam bem elaborados e executados de forma prática e simples para que seu funcionamento ocorra de forma eficiente (GONÇALVEZ, 2006).

Para Dornelles (2012) é necessário que exista o abastecimento de água potável, tanto para atender o consumo potável quanto para alimentar o sistema de aproveitamento de água de chuva quando este não é capaz de atender a demanda. É importante que as redes de água potável e de água proveniente de chuva não tenham ligações entre elas, a fim de evitar contaminações da água potável (DORNELLES, 2012).

De acordo com Gonçalvez (2006) a qualidade da água da chuva frequentemente supera a das águas superficiais e profundas; ela não entra em contato com solos e rochas, os quais dissolvem sais e minerais, e não está sujeita a tantos poluentes como as águas superficiais, os quais podem contaminar as águas subterrâneas. Entretanto o mesmo autor afirma que a qualidade da água da chuva pode ser influenciada pela qualidade do ar do local, seja esta área industrializada ou não. O tipo de telhado também vai influir na qualidade da água da chuva (GONÇALVEZ, 2006).

O sistema de aproveitamento é composto por: área de capitação/telhado; Tubulações para condução da água; Telas ou filtros para remoção de materiais grosseiros, como folhas e galhos; Reservatório de armazenamento/cisterna (GONÇALVEZ, 2006).

2.2 ÁREAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA

Segundo a NBR 15527 ("Água de Chuva- Aproveitamento de áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos") a definição para área de captação é de que ela consiste da projeção horizontal da superfície impermeável da cobertura onde a água é captada (ABNT, 2007).

Para Gonçalves (2006) as técnicas mais comuns e utilizadas de coleta de água de chuva são através da superfície dos telhados ou das superfícies no solo. O

sistema de coleta da chuva através dos telhados é mais simples e quase sempre produz uma água de melhor qualidade. Os telhados podem ser de diferentes materiais, como de telha cerâmica, de fibrocimento, de zinco, de aço galvanizado, de plástico, de vidro, de acrílico, ou ainda de concreto armado ou manta asfáltica.

O mesmo autor afirma que telhados podem ser inclinados, pouco inclinados ou planos O tipo de revestimento interfere no sistema de aproveitamento de água de chuva, devendo-se dar preferência, quando for o caso, para os de menos absorção de água, ou seja, as telhas que tem um coeficiente de escoamento maior, para minimizar as perdas, uma vez que nem toda a água precipitada é coletada, pois se deve considerar a limpeza do telhado, à perda por evaporação, as perdas na autolimpeza, entre outras causas.

A condução da água captada nas coberturas da edificação até o reservatório tradicionalmente é realizada por meio de calhas coletoras e condutores verticais que segundo a NBR 10844 são canais que recolhem a água de coberturas, terraços e similares e a conduz a um ponto de destino (ABNT, 1989).

Para Dornelles (2012) quando se pretende realizar o aproveitamento de água de chuva devem-se remover sedimentos e detritos que são carreados junto com o escoamento, uma vez que, estes poderão se decompor prejudicando a qualidade da água armazenada. Para tanto, existem dispositivos manuais ou automáticos, de filtragem ou descarte, e ainda dispositivos artesanais ou industrializados (DORNELLES 2012).

De acordo com Coscarelli (2010) caso a sedimentação no reservatório não seja suficiente para oferecer uma melhoria significativa na qualidade da água adota-se filtros de areia como alternativa para a redução de impurezas, especialmente cor e turbidez. Coscarelli (2010) ressalta que qualquer método de tratamento deve ser avaliado quanto à sua aplicabilidade em cada caso específico, através do planejamento, da execução e da operação, observando-se as técnicas correspondentes.

2.3 ARMAZENAMENTO

Após a realização do processo de tratamento da água da chuva, o qual pode ser simplificado como o processo de autolimpeza ou ainda um processo mais complexo de filtração dependendo do uso previsto para água, a mesma é direcionada para o reservatório de armazenamento final, também conhecido no Brasil como cisterna (GONÇALVES, 2006). Os reservatórios de água de chuva podem estar apoiados no solo, enterrados, semienterrados ou elevados. A fabricação do mesmo pode ser feita de diferentes materiais como: concreto armado, alvenaria, fibra de vidro, aço, polietileno, entre outros (GONÇALVES, 2006).

Segundo Gonçalves (2006) a escolha do local de instalação do reservatório, do modelo e do material a ser utilizado deve levar em consideração as condições do terreno e da disponibilidade da área. Os reservatórios superficiais devem ser instalados em locais que disponham de área livre, apresentando a vantagem de possibilitar alguns usos sem a necessidade de bombeamento, como para a lavagem de áreas impermeáveis e a rega de jardins (GONÇALVES, 2006). De acordo com Gonçalves (2006) os reservatórios semienterrados ou enterrados geralmente necessitam de bombeamento, seja ele manual ou mecânico.

Em situações onde o aproveitamento de água da chuva esta sendo previsto,

particularmente no caso de novas edificações é possível instalar o reservatório logo a baixo do telhado, de maneira a evitar os gastos com bombeamento da água (GONÇALVES, 2006). O armazenamento de água de chuva, de modo geral, requer volumes superiores aos necessários para o armazenamento de água potável fornecida pela de rede de abastecimento, devido à disponibilidade de chuva que é mal distribuída no tempo (DORNELLES, 2012).

May (2004) explana sobre uma série de recomendações relevantes sobre o correto funcionamento do reservatório de armazenamento de água de chuva:

- Evitar a incidência direta de luz solar no reservatório, para reduzir a proliferação de microrganismos;
- A tampa de inspeção deve ser hermética;
- A saída do extravasor deve possuir uma tela que impeça o ingresso de animais;
- Deve ser realizada a limpeza anualmente removendo os sedimentos decantado no fundo;
- O fundo do reservatório deve ter caimento mínimo em direção a saída auxiliar de limpeza;
- O reservatório e a tubulação que conduz água de chuva, devem ser identificados com placas e pintado com cor diferenciada, para alertar que a água ali contida não é potável;

O tubo de entrada deve ter um dispositivo de redução de turbulência (freio hidráulico), que evite o revolvimento do sedimento depositado no fundo do reservatório. Estes dispositivos são peças hidráulicas que direcionam o jato na direção vertical e oposta ao fundo do reservatório, fazendo com que a velocidade seja dissipada na zona superficial do reservatório.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho consistiu da elaboração de um projeto técnico sobre a instalação e implantação de um sistema de aproveitamento de águas pluviais para fins não potável em uma edificação nos padrões do “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Franca (SP). O estudo consistiu das seguintes etapas:

- Elaboração um projeto modelo nos padrões do programa “Minha Casa, Minha Vida”;
- Determinação da área disponível para a coleta de água pluvial;
- Cálculo da demanda de água não potável em uma residência unifamiliar;
- Determinação da área de estudo e dados pluviométricos;
- Dimensionamento do reservatório de aproveitamento de água pluvial; e,
- Análise dos custos com consumo de água.

3.1 PROJETO MODELO NOS PADRÕES DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

Seguindo as especificações mínimas estabelecidas pelo Ministério das Cidades (CAIXA, 2015) e pelo código de edificações do Município de Franca (1968) foi elaborado um modelo (projeto tipo) de uma residência com ambientes segundo o

mobiliário previsto, evitando conflitos com legislações estaduais ou municipais que versam sobre dimensões mínimas dos ambientes.

3.2 ÁREA DISPONÍVEL PARA A COLETA DE ÁGUA PLUVIAL

A área de captação da água da chuva consiste na projeção horizontal das águas que cobrem a residência. Para a cobertura da edificação foi adotado um coeficiente de escoamento de 0,80. Esse coeficiente será usado para o cálculo do dimensionamento do reservatório.

3.3 DEMANDA DE ÁGUA NÃO POTÁVEL EM UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR

Analisando as informações sobre o consumo individual de água de uma residência foram calculadas as estimativas para o consumo de água não potável para uma residência unifamiliar com quatro habitantes. Desta forma foram obtidas as demandas que serão usados para o cálculo do dimensionamento dos reservatórios.

3.4 ÁREA DE ESTUDO E DADOS PLUVIOMÉTRICOS

Para poder analisar a eficiência do aproveitamento de água de chuva, sua necessidade e seu dimensionamento, se faz necessário o levantamento da série histórica de chuvas da região de Franca, caracterizada na Tabela 1. Os dados de precipitação média correspondem ao período de 01/06/2006 até 14/08/2015 (Tabela 1).

Tabela 1 – Média dos dados pluviométricos de Franca/SP, em milímetros.

Ano	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Anual
Média	347,6	154,5	191,3	63,7	35,4	27,5	17,6	17,3	53,8	157,2	198,3	328,7	1.414,5

Fonte: CIIAGRO, 2015.

A análise destes dados é necessária para mensurar o sistema de aproveitamento de água de chuva.

3.5 DIMENSIONAMENTO DO RESERVATÓRIO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL

A eficiência e a confiabilidade dos sistemas de aproveitamento de água de chuva estão ligadas diretamente ao dimensionamento do reservatório de armazenamento, necessitando de um ponto ótimo na combinação do volume de reservação e da demanda a ser a atendida, que resulte na maior eficiência, com o menor gasto possível (PROSAB, 2006). Segundo a NBR 15527 (ABNT, 2007) os métodos para o dimensionamento do reservatório são Rippl, Método da simulação, Azevedo Neto, Prático alemão, Prático inglês, e Prático australiano. O cálculo do dimensionamento do reservatório para o projeto nos padrões do “Minha Casa Minha Vida” será feito para todos estes métodos, para fins de comparação.

3.6 ANALISE DOS CUSTOS COM CONSUMO DE ÁGUA

Para avaliação econômica a tarifa utilizada teve como base os valores adotados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (2015). Os valores do consumo foram considerados para o projeto sem e com o aproveitamento da água pluvial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o dimensionamento dos reservatórios de aproveitamento de água pluvial a área de captação da água da chuva considerada correspondeu aos seguintes valores: I = inclinação de telhado 30%; H= distância 1,30 m; D = distancia 4,26 m. Para a residência em estudo a área de uma das faces do telhado é de 39,72 m², tendo a cobertura duas águas, a área total do telhado é de 79,44 m². Já a demanda de água não-potável estimada para o projeto foi de 1590 litros/mês de acordo com os valores indicados por Coscarelli (2010).

A seguir apresentam-se os resultados dos dimensionamentos dos reservatórios de água de chuva calculados pelos diferentes métodos apresentados na NBR 15527 (ABNT, 2007):

O Método Rippl consiste no cálculo do volume de armazenamento necessário para garantir vazão moderada e constante durante o período mais crítico de estiagem, assim o volume de água que escoa pela superfície de captação é subtraído da demanda de água de chuva em um mesmo intervalo de tempo. A máxima diferença acumulada positiva é o volume do reservatório para 100% de confiança (SCHILLER; LATHAN, 1982). Neste método podem-se usar as séries históricas mensais ou diárias NBR 15527 (ABNT, 2007). Assim o volume do reservatório de aproveitamento de água de chuva equivale a 962,04 litros.

Segundo a NBR 15527 (ABNT, 2007), no Método da Simulação a evaporação da água não deve ser levada em conta. Neste método aplica-se a equação da continuidade a um reservatório finito. Para este método, duas hipóteses devem ser feitas, o reservatório está cheio no início da contagem do tempo “t”, e os dados históricos de precipitação são representativos para as condições futuras. Assim, o dimensionamento do reservatório referente a este método foi realizado com o auxílio de planilhas eletrônicas. O volume do reservatório de aproveitamento de água de chuva para a demanda mínima é de 1000 litros.

Pelo método Azevedo Neto como a NBR 15527 (ABNT, 2007) não estabelece parâmetros para a determinação do valor do número de meses de pouca chuva, este foi determinado a partir da avaliação do período em que o reservatório não atendeu à demanda. Portanto, constatamos que o valor numérico do número de meses de pouca chuva é igual a 5 meses. Assim foi possível calcular o volume do reservatório de aproveitamento de água de chuva, resultando em um volume de 26.573,39 litros que equivale a 26,57 m³.

O método Prático Alemão trata-se de um procedimento empírico onde se toma o menor valor do volume do reservatório: 6% do volume anual de consumo ou da precipitação aproveitável, obtido através da equação indicada na NBR 15527 (ABNT, 2007). Assim o volume do reservatório de aproveitamento de água de chuva para a demanda mínima é de 4.642,80 litros.

Pelo método Inglês o dimensionamento do reservatório indicou um volume de 6.326,99 litros.

No método Prático Australiano o cálculo do volume do reservatório é realizado por tentativas, até que sejam utilizados valores otimizados de confiança e volume do reservatório. Recomenda-se que os valores de confiança estejam entre 90% e 99%. Para o primeiro mês, considera-se o reservatório vazio. O volume do reservatório de aproveitamento de água de chuva será de 23.630 litros.

Os volumes de reservação, obtidos pelos diversos métodos, mostraram uma grande variabilidade entre si (Figura 1) .Através do método de Rippl, foi obtido o menor valor de reservatório, pois Franca apresenta uma grande amplitude da variação pluviométrica ao longo do ano, assim, a utilização deste método para regiões com esta característica é favorável. Porém, investigando o valor obtido pelo método Rippl através do método de simulação observou-se que o volume do reservatório seria insuficiente. Portanto concluiu-se que o melhor método para calcular o volume do reservatório neste caso foi obtido através do método de simulação, pois foi adotado outro volume para o reservatório e refeito esse procedimento, até obter um resultado satisfatório. No método Azevedo Neto, por ser levado em conta o tamanho do período de estiagem, apresentou um volume muito acima dos demais métodos. O método Prático Alemão, o método Prático Inglês e o método Prático Australiano variaram entre si, em média 2.000 litros de um para outro.

Analisando os diversos métodos de dimensionamento de reservatório, os métodos indicados para este estudo de caso são o método Rippl combinado com método de Simulação. O volume de reservação obtido pelo método Rippl foi utilizado como valor inicial do método da simulação e foi verificado pelo balanço hídrico que o mesmo estava subdimensionando o volume do reservatório. O valor do volume do reservatório é indicado como sendo de 1.000 litros.

Para ilustrar os efeitos obtidos através dos diferentes métodos, segue a Figura 1 com os volumes dos reservatórios calculados.

Figura 1 – Volumes dos reservatórios de aproveitamento de água da chuva, em litros.

A demanda de água potável sem aproveitamento de água pluvial é de 4.500 litros/mês e com o aproveitamento é de 1.590 litros/mês. O consumo de água potável sem o sistema de aproveitamento de água de chuva na residência nos padrões “Minha Casa Minha Vida” é de 18 m³/mês para 4 pessoas. Sendo assim sua classe de consumo na tabela de tarifas dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto é de R$ 2,88/m³ correspondendo um total de R$ 91,44 de tarifa de água e esgoto. Com a implantação do sistema estudado avaliou-se que a substituição de água potável por consumo de água pluvial na residência será de 35,33%. Assim, a classe tarifaria de consumo cai para um valor fixo de R$ 37,19 por mês. Logo a economia obtida pelo sistema de aproveitamento de água de chuva é de R$ 54,25 por mês, que equivale a 59,32% de redução no valor mensal.

Além das vantagens econômicas que a implantação deste sistema pode trazer, existem as vantagens ao meio ambiente, pois toda a água captada ajuda a minimizar a ocorrência de enchentes e reduz o uso de água potável para usos menos nobres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo do aproveitamento de água pluvial em uma residência nos padrões do programa “Minha Casa Minha Vida”, os valores obtidos sugerem que a instalação do sistema estudado pode ser eficiente, em termos qualitativos e quantitativos. Para o estudo levou-se em conta as precipitações da cidade de Franca (SP), área de contribuição do telhado e a demanda de água para uma residência de até 4 pessoas. Foi possível assim mensurar o volume ideal de reservatório desenvolvido de acordo com as metodologias estudas. Sendo neste caso, indicado o uso de um reservatório de 1000 litros. Valor estimado pelo método da Simulação,

com volume inicial dado pelo método de Rippl.

Para chegar em um modelo de dimensionamento ideal, é necessário fazer uma avaliação conjunta, utilizando vários modelos e analisando a capacidade de produção de chuva do sistema de aproveitamento, para então adotar um volume de reservação que atenda à demanda requerida de água não potável.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 15527: “Água de Chuva- Aproveitamento de Áreas Urbanas para Fins não Potáveis – Requisitos” – Rio de Janeiro, outubro de 2007.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 10844: “Instalações Prediais de Águas Pluviais”. Rio de Janeiro, dezembro de 1989.

BRASIL. MINISTÉRIO das Cidades. Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento / Ministério da Cidades. – Brasília: MCidades, 2006.

CAIXA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Minha Casa, Minha Vida - Especificações Mínimas – Empreendimento faixa 1. Brasília, 2011. Disponível em: <http://cbic.org.br/sites/default/files/Especificacoes_APTOS_transicao.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

CIIAGRO. CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS. CIIAGRO. Monitoramento Climatológico. Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas. Dados pluviométricos da plataforma online. Disponível em: <http://www.ciiagro.sp.gov.br/> Acesso em 25 abril 2015.

COSCARELLI, A. P. F. Aproveitamento da água de chuva para fins não potáveis em uma atividade industrial: estudo de caso de uma edificação a ser construída, Rio de Janeiro, RJ. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2010.

DORNELLES, F. Aproveitamento de Água de Chuva no Meio Urbano e seu Efeito na Drenagem Pluvial. UFRGS -Programa de Pós Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental: Tese de Doutorado. 219 p. Porto Alegre, RS, 2012.

GONÇALVES, Ricardo Franci. Uso Racional da Água em Edificações – Programa de Pesquisa em Saneamento Básico – PROSAB. 5. ed. Vitória-ES 2006.

MACEDO. Jorge Antônio Barros. Águas & Águas. 3. Ed. Belo Horizonte - MG: CRQ-MG, 2007.

NGIGI, S. N. Conferência Internacional Sobre Sistemas de Captação de Água de Chuva, 9, 1999. Anais… Petrolina, 1999.

OLIVEIRA, L. H. de, et al. Projeto Tecnologias para Construção Habitacional mais Sustentável -Levantamento do estado da arte: Água. São Paulo: USP, 2007. Disponível em:<http://www.habitacaosustentavel.pcc.usp.br>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Código de edificações. Franca, 1968.

PROSAB. Programa de Pesquisas em Saneamento em Básico. Rede cooperativa de pesquisas. Tecnologias segregação e Tratamento de esgotos domésticos na origem, visando a redução do consumo de água e da infra-estrutura de coleta, ‘especialmente nas periferias urbanas. UFES, UFSC, UNICAMP, IPT, 2006.

SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Deliberações ARSESP – 560 e 561. 04 de maio de 2015. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/clientes_servicos/comunicado_04_2015.pdf>. Acesso em: 5 de novembro de 2015.

SCHILLER E.; LATHAM, B. Computerized methods in optimizing rainwater catchment systems. In: INTERNATIONA In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON RAINWATER CISTERN SYSTEMS, 1st, 1982, Honolulu, United States. . Procedings... Honolulu: IRCSA, 1982.

SILVA, Daniel Freitas Reis. Aproveitamento de Água de Chuva através de um Sistema de Coleta com Cobertura Verde: Avaliação da Qualidade da Água Drenada e Potencial de Economia de Água Potável – Projeto de Graduação – Faculdade de Engenharia Civil, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, março de 2014. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10009251.pdf>. Acesso em: 9 de setembro de 2015.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLITICAS PÚBLICAS: APORTES TEÓRICOS SOBRE O PLANO DIRETOR MUNICIPAL

REGIONAL DEVELOPMENT AND PUBLIC POLICIES: THEORETICAL CONTRIBUTIONS ON THE MUNICIPAL DIRECTOR PLAN

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local

ASEVEDO, Ana Gabriela Rosa de Andrade
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
ana7gabriela@hotmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Doutora e docente do Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

BANDOS, Melissa Franchini C.
Doutora em Administração pela FEA-USP e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
melissafcb@gmail.com

RODRIGUES, Débora Nassif Alves
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
deboranassif@gmail.com

Resumo

O processo de urbanização do Brasil se intensificou na segunda metade do século XX, causando problemas sociais e ambientais, refletindo no bem-estar dos cidadãos. Frente aos problemas da desordenada urbanização, surge o Plano Diretor previsto constitucionalmente e regulamentado no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) como um dos principais instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento e expansão urbana. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, baseada exclusivamente em dados secundários, propõe-se nesse artigo apresentar uma reflexão teórica acerca do Plano Diretor Municipal e seu reflexo no desenvolvimento regional, bem como em políticas públicas. Verificou-se após pesquisa que o processo de planejamento urbano através do Plano Diretor possibilita o aprendizado, a percepção técnica da realidade regional, a participação democrática e a comunicação entre agentes com interesses diversos. E seus instrumentos quando bem aplicados podem proporcionar o desenvolvimento de projetos e captação de recursos externos, utilizados integralmente para os investimentos nos municípios.

Palavra-chave: planejamento urbano; sustentabilidade; Plano Diretor; Desenvolvimento Regional

Abstract

The process of urbanization in Brazil intensified in the second half of the twentieth century, causing social and environmental problems, reflecting the well-being of the citizens. Faced with the problems of disorderly urbanization, the Master Plan is constitutionally established and regulated in the City Statute (Law 10.257 / 2001) as one of the main instruments of public policies for urban development and expansion. Thus, through a bibliographical research, based exclusively on secondary data, it is proposed in this article to present a theoretical reflection about the Municipal Master Plan and its reflection on regional development, as well as on public policies. It was verified after research that the urban planning process through the Master Plan makes possible the learning, the technical perception of the regional reality, the democratic participation and the communication between agents with diverse interests. And their instruments, when well applied, can provide the development of projects and the capture of external resources, used integrally for the investments in the municipalities.

Keywords: urban planning; sustainability; Master plan; Regional developmen

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da Historia, as elites dominantes sempre estabeleceram a organização dos espaços. A porção legal, rica e com infraestrutura e a porção ilegal, pobre e precária, ocupando terras periféricas por serem mais baratas e sem infraestrutura, fato que se perpetua até os dias atuais, o que viola diretos fundamentais como moradia, dignidade e cidadania (RECH; RECH, 2010).

Esse processo de urbanização do Brasil que se intensificou na segunda metade do século XX não foi acompanhado de políticas públicas de desenvolvimento urbano, capazes de preparar os municípios para receber os novos contingentes populacionais no seu território. Os grandes projetos públicos e empresariais de desenvolvimento, de industrialização e de infraestrutura na construção e ampliação de rodovias, portos, aeroportos e hidrovias, geração de energia elétrica, produção de petróleo dentro outros, atraíram os trabalhadores em busca do sonho de viver melhor, mas não previram na sua programação o apoio aos municípios na construção de moradias, na ampliação das redes de serviço e de infraestrutura para receber os novos trabalhadores e os migrantes, ambos sem poder aquisitivo para comprar ou alugar uma moradia decente (PINHEIRO, 2012).

Essa situação foi agravada no final do século passado com a recessão econômica dos anos 1980 que, associada ao modelo de desenvolvimento privatista dos anos 1990, reduziu os investimentos em políticas sociais e aprofundou as

marcas da desigualdade, deteriorando qualidade de vida e sociabilidade nas cidades (PINHEIRO, 2012).

Desta forma, as cidades foram ocupadas por favelas e sub-habitações, sem planejamento urbano, o que tem causado uma serie de problemas sociais e ambientais, acerca dos mecanismos de proteção e defesa do bem-estar dos habitantes da cidade, em meio a um mundo voltado para os interesses do mercado, centrado na sociedade de consumo, no qual se prioriza o crescimento econômico como resolução dos problemas socioambientais.

Essa dinâmica da urbanização do Brasil é um dos fatores que acabam por estender a cidade indefinidamente, pois dificilmente ela crescerá para dentro, aproveitando locais que podem ser adensados, normalmente há uma expansão horizontal ilimitada, avançando sobre áreas impróprias ou de preservação ambiental, que se caracteriza em uma urbanização primitiva e de alto risco (BRASIL, 2001).

Esses processos geram efeitos nefastos para as cidades, um deles é a necessidade de transportar multidões, pois as oportunidades de emprego estão concentradas em um fragmento da cidade. Além disso, sob o ponto de vista ambiental a ocupação das áreas frágeis, podem provocar enchentes ou a erosão, atingindo a cidade como um todo. É também importante ressaltar que a especulação imobiliária é mantenedora desse tipo de urbanização já que a pequena parte com melhor infraestrutura e qualificada do tecido urbano passa a ser objeto de disputa imobiliária (BRASIL, 2001).

Pinheiro (2012, p.31) reitera que “a pequena parte do tecido urbano dotada de infraestrutura e serviços tem sido cada vez mais objeto de cobiças imobiliárias o que leva às alturas o preço das terras nessas áreas”.

Para Furtado (1972) as mudanças espaciais dependem, fundamentalmente, de quatro fatores, a saber: a) do ritmo de crescimento econômico, cujo aumento possibilita maior elasticidade espacial; b) do número de novas plantas, especialmente de plantas motrizes; c) das plantas de processamento secundário, não dependentes de insumos e matérias-primas primárias; d) das economias de escala, as quais se ampliam com o progresso técnico. Para tudo isso, a expansão da infraestrutura funciona como pré-condição ou pano de fundo. Embora reconheça que as decisões são de natureza política, Furtado enfatiza uma abordagem interdisciplinar para uma teoria da estrutura espacial, com ênfase nos estudos sobre os processos de urbanização, dos custos de comutação, das migrações.

Diante de tantos problemas advindos desta desordenada urbanização diferentes setores da sociedade passaram a lutar e reivindicar seus direitos, o que resultou na formulação de novos conceitos de desenvolvimento e da necessidade de planejar o crescimento das cidades como forma de garantir o fortalecimento econômico, a valorização das potencialidades locais, a cooperação social, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006).

Sem (2000) pressupõe um tipo ideal de desenvolvimento, entendido não como expansão econômica exclusivamente, mas também como expansão da educação, da liberdade política, do acesso a saúde, das condições de saneamento, da segurança, do trabalho, e da melhoria para a juventude, com esperança para os adultos de emprego.

Nessa perspectiva, surge um dos principais instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor previsto

constitucionalmente e regulamentado no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que estabeleceu as diretrizes gerais da política urbana, fundamentado nos artigos 182 e 183 da atual Constituição Federal.

Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, baseada exclusivamente em dados secundários, propõe-se nesse artigo apresentar uma reflexão teórica acerca do Plano Diretor Municipal e seu reflexo no desenvolvimento regional, bem como em políticas públicas.

Dias e Matos (2012) esclarecem que na política urbana[1], o Plano Diretor é importante para a gestão territorial urbana e também para a promoção da sustentabilidade do espaço urbano (DIAS; MATOS, 2012). Assim, diante da relevância temática proposta, o artigo, inicialmente, apresentará os principais conceitos em torno do Plano Diretor Municipal, na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos finalizando o artigo com as considerações teóricas finais acerca de sua importância do desenvolvimento regional e em política públicas.

2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Em razão da concepção adotada no texto constitucional, o Plano Diretor é o principal instrumento para os Municípios promoverem políticas urbanas com pleno respeito aos princípios das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, do desenvolvimento sustentável[2], da igualdade, da justiça social e da participação popular, garantindo o bem estar de seus habitantes (BRASIL, 2001).

A cidade cumpre sua função social quando se torna acessível para os seus cidadãos. Isto significa que os bens e equipamentos urbanos de saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, lazer, emprego e renda devem ser usufruídos por todos, independentemente de sua condição social. Já a função social da propriedade urbana está diretamente associada ao bem-estar geral da coletividade. A propriedade não deve atender exclusivamente aos interesses do indivíduo-proprietário, mas sim da sociedade que compartilha o espaço (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006).

Além disso, o Plano Diretor deve expressar ou significar um projeto de cidade e de município sustentável para as presentes e futuras gerações, vinculando todos os atos significativos da administração municipal, que dizem respeito à construção deste projeto (RECH; RECH, 2010).

Outra questão importante que vale ser explicada e que se apresenta como uma das principais diretrizes do Plano Diretor é a gestão democrática que segundo Silva Júnior e Passos (2006) é o modelo de gestão pública, baseado no diálogo permanente do governante com a sociedade civil, inclusive, nos processos de tomada de decisão. Fortalecendo os espaços de participação, através da mobilização da população e de suas instâncias de representação, devendo ser uma

[1] A política urbana é o conjunto de ações que devem ser promovidas pelo Poder Público, no sentido de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006).

.

[2] Desenvolvimento sustentável é o modelo de desenvolvimento que defende a harmonia entre a produtividade econômica, os seres humanos e o meio-ambiente, ou seja, a busca pelo equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental(SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006)..

premissa da administração municipal, para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

O Plano Diretor tem se constituído como instrumento definidor das diretrizes de planejamento e gestão territorial urbana, ou seja, do controle do uso, ocupação, parcelamento e expansão do solo urbano (CARVALHO; BRAGA, 2001).

Desta forma, o planejamento territorial, pode-se converter a cidade em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável. Portanto, deve interagir com as dinâmicas dos mercados econômicos. Nesse sentido é que se pode dizer que o Plano Diretor contribui para reduzir as desigualdades sociais já que redistribui os riscos e os benefícios da urbanização (BRASIL, 2005).

Para a efetivação do Plano Diretor é preciso antes de qualquer coisa planejar. Segundo Dias e Matos (2012) o planejamento tem como objetivo estruturar diversos elementos para que se alcance determinado cenário futuro. No âmbito do poder público, o planejamento é entendido como técnica de tomada de decisão que dá importância para a escolha de objetos bem determinados e determina os meios mais apropriados para atingi-los.

O diagnóstico e o prognóstico são etapas intrínsecas para a concepção de um plano urbanístico. Segundo Duarte (2012) o diagnóstico consiste na avaliação das condições e a dimensão atual do problema a ser enfrentado, ou seja, analisa a situação, compondo um cenário de realidade existente, assim procura entender quais são as condicionantes, as potencialidades e as deficiências de uma região. O mesmo autor (2012) define prognóstico como uma previsão ou projeção de tendências que visualiza as potencialidades ou possibilidades de um futuro previsível.

Assim, o planejamento se volta sempre para o futuro, no qual o presente e o passado devem ser considerados pontos de referência. O objetivo do planejamento é orientar a transformação da realidade presente em rumos predeterminados, onde as necessidades e os problemas são o fato gerador do plano, que implica impreterivelmente na existência de um sujeito ou agente do planejamento, nos quais se utiliza de informações, ou dados, que são fundamentais para sua elaboração (DIAS; MATOS, 2012).

Bernardy (2013) explica que o planejamento de um município por meio do Plano Diretor se caracteriza por três esferas: a técnica, a legal e a política. A técnica está relacionada às informações locais que servem de base para a prospecção territorial (diagnóstico); a jurídica diz respeito à análise de todas as condicionantes e características legais, em diferentes esferas; a política que está relacionada com a participação popular, à atuação dos gestores públicos, das entidades representativas e da sociedade, tanto no processo de elaboração quanto de fiscalização na aplicação do Plano Diretor. As dimensões técnica e política constituem os pilares do planejamento e da gestão do desenvolvimento.

Portanto o processo de planejamento é um trabalho permanente de reflexão, construção e adequação. É deste processo que se resulta a lei denominada Plano Diretor, vinculando e articulando, portanto ações e políticas públicas na construção do projeto de cidade e de município para todos (RECH e RECH, 2010).

O Estatuto da Cidade estabeleceu um prazo de cinco anos para elaboração

do plano diretor até outubro de 2006 e foi posteriormente prorrogado para 30 de junho de 2008 pela Lei n. 11.673/2008. E ficam obrigados a elaborar o plano diretor aqueles municípios com mais de vinte mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (BRASIL, 2001).

Mas mesmo não estando inserido em qualquer desses critérios, o município precisa ter seu plano diretor para que possa planejar seu futuro e melhorar as condições de vida de sua população.

É importante salientar que o plano diretor não deve ser visto como um plano de governo, no qual represente a visão do Prefeito. Pois ele deve traduzir os anseios de todos os cidadãos sobre o desenvolvimento municipal. Assim sendo, deve ser elaborado através de um processo com ampla participação dos diversos setores da sociedade civil e da iniciativa privada, onde as bases do planejamento possam ser pactuadas democraticamente (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006). `

Segundo Bernardy (2013) o Plano Diretor deve focar em temáticas que irão aportar para o desenvolvimento de projetos e captação de recursos externos, utilizados integralmente para os investimentos em diferentes áreas nos municípios. Portanto, o Plano Diretor torna-se a ferramenta principal, catalisadora de investimentos nos municípios. Desta forma, tem uma função primordial na equalização dos investimentos públicos, pois, na atualidade, as cidades possuem custos fixos elevados, principalmente pela baixa densidade demográfica e pela retenção fundiária urbana.

Para concretizar as diretrizes, o Estatuto da Cidade oferece aos municípios um leque de instrumentos urbanísticos que deverão ser utilizados para corrigir as distorções e induzir o desenvolvimento da cidade com mais equidade e sustentabilidade e caberá a cada município, em função da sua realidade, escolher as diretrizes e os instrumentos mais apropriados para solucionar de forma criativa seus problemas. Os instrumentos devem ser compatíveis com a realidade local e com os objetivos que se quer alcançar. Ou seja, procura estabelecer um modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos municípios, obedecidas as características de cada um. A maioria desses instrumentos para serem aplicados deverão constar do Plano Diretor e outros, como as Zonas Especiais de Interesse Social, podem ser aplicados por meio de lei específica (PINHEIRO, 2012).

Após todo o processo de elaboração de um Plano Diretor, existe a necessidade dos trâmites legais, para a aprovação na Câmara de Vereadores. Depois da sanção do Executivo municipal, deve-se instituir um Conselho Municipal do Plano Diretor, com entidades representativas, que possui a função de auxiliar na tomada de decisão por ocasião de sua aplicação em período de até dez anos, com as respectivas revisões periódicas BRASIL (2001).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio de uma abordagem qualitativa do método dedutivo-bibliográfico, utilizou-se de uma cadeia de raciocínio descendente.

Para Galvão (2010) realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; aperfeiçoar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos, que subsidiam a ciência.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na determinação dos conceitos básicos que estabeleceu a estratégia de busca bibliográfica, ou seja, foram definidos os conceitos principais com o intuito de explorar ao máximo as potencialidades dos bancos de dados bibliográficos existentes e disponíveis.

Em seguida foram escolhidas as palavras-chaves que foram utilizadas na busca que ocorreu de forma sucessiva e progressiva, com o intuito de permitir que a cada nova busca obtivesse artigos mais aplicáveis aos interesses e alinhando com o objetivo da pesquisa.

O artigo, portanto, foi escrito a partir de dados secundários exclusivamente retirados de livros, artigos, legislação, sites da internet, entre outros materiais bibliográficos.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) reiteram a importância de o pesquisador interpretar os fatos, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer a análise dos dados fornecendo uma interpretação coerente, tendo em conta à temática ou o questionamento inicial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o objetivo deste artigo foi apresentar uma reflexão teórica acerca do Plano Diretor Municipal e seu reflexo no desenvolvimento regional, bem como em políticas públicas, foi possível compreender os seus potenciais, limitações e variáveis, observando que esse desafio é inegável. Também é inquestionável que esse instrumento pode se tornar inexoráveis instrumentos de gestão das cidades.

Na realidade, o processo de urbanização no Brasil está fora de controle das autoridades e, mesmo com o advento do Estatuto da Cidade e os novos Planos Diretores, o direito subjetivo social de moradia dignidade e da cidade sustentável não está assegurado. Apesar de produção abundante de normas municipais, verifica-se que as mesmas carecem de efetividade, legitimidade, eficácia e bases cientificas, quer sob o aspecto epistêmico, que sob o aspecto hermenêutico da construção do ordenamento jurídico (DIAS; MATOS, 2012).

Segundo Rech e Rech (2010) para reverter à situação é necessário ter conhecimento e planejamento concreto e racional mediante normas de direito que vão muito além do tempo de seus mandatos, que respeitem o espaço, o tempo, as diferenças sociais e as diversidades, reforçando valores permanentes, mas também apontando caminhos cientificamente corretos e seguros. No entanto, a realidade das leis municipais são uma profusão de normas sem unidade, que não levam para lugar algum.

Para Rezende e Ultramari (2007) na política urbana nacional os instrumentos de planejamento são usados de forma descontinuada pelos planejadores e gestores municipais. Metodologias e instrumentos diversos têm sido utilizados como forma de planejamento urbano no Brasil de forma cíclica e, em alguns casos, com pequenas mudanças. De fato, ora valoriza-se a estrutura municipal pública, ora os interesses públicos majoritários, ora defendem-se os interesses do setor privado.

O mesmo autor (2007) afirma que o processo de planejamento urbano deve ser valorizado antes mesmo de se reconhecer o resultado, pois sua importância pode estar na sua simples realização, ou seja, o importante é o aprendizado da participação popular, da compreensão técnica da realidade e da comunicação entre agentes com interesses diversos. A consciência de que esses são fatos relevantes, num reconhecimento do valor do processo antes mesmo de se reconhecer o resultado, pode igualmente diminuir possíveis constatações de que a realidade, ironicamente, não respeita o planejado.

Dias e Matos (2012) reiteram que toda ação gera algum tipo de conhecimento sendo necessária a gestão de informação, visando a uma melhor compreensão dos processos de geração, identificação, validação, disseminação, compartilhamento, uso e proteção dos conhecimentos estratégicos para gerar resultados ao município e benefícios para os colaboradores internos e externos.

Logo, para qualquer tipo de planejamento que leve na elaboração de um Plano, há exigência de continuidade, de fiscalização e de reavaliação. (DIAS; MATOS, 2012).

Outra questão que valoriza a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, contemplados no Plano Diretor e vinculados ao desenvolvimento regional é a atuação de investimentos não apenas canalizados em funções básicas, mas em estratégias de desenvolvimento que contribuam para a fixação da população em seus locais de origem, com maior qualidade de vida. Além de modificar as tomadas de decisão pautadas essencialmente em critérios pessoais e personalistas que dificultam o desenvolvimento de pequenas cidades de forma integral.

Em relação às contribuições deste artigo, elas estão direcionadas para o meio acadêmico visando motivar outros estudos teóricos e para as cidades que desejam questionar sua gestão e seus planejamentos.

A discussão também pode facilitar pesquisas aplicadas em outras cidades para entender os seus desafios emergentes de planejamento e de gestão que envolvem seus munícipes, servidores municipais, gestores locais e demais interessados na cidade e nos municípios vizinhos.

REFERÊNCIAS

BERNARDY R. J. O **Plano Diretor Como Instrumento Essencial Para O Desenvolvimento Urbano De Pequenos Municípios**. Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2013. Disponível em: http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/14.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

Brasil. **Estatuto da cidade**. 2001. Disponível em: <http://planodiretor.saolourenco.sc.gov.br/leis/Estatuto%20das%20Cidades.pdf.>

Acesso em: 11 de outubro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo:** guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília : Ministério das Cidades, Confea, 2005. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano-Diretor-Participativo-1.pdf.> Acesso em: 16 de outubro de 2017.

CARVALHO, P. F. de; BRAGA, R. (orgs.). **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/pol%C3%ADtica%20urbana%20e%20gest%C3%A3o%20ambiental.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2017.

DIAS R.; MATOS F. **Políticas Públicas**: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GALVÃO, M. C. B.. **O Levantamento Bibliográfico e a Pesquisa Científica**. In L. J. Franco, & A. D. C. Passos (Orgs.), Fundamentos de epidemiologia (2rd ed.). São Paulo: Manole. 2010. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/ Nepien/ DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2015.

PINHEIRO. O. M . **Plano Diretor E Gestão Urbana**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2012. Disponível em: <http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/PLANO-DIRETOR-E-GEST%C3%83O-URBANA3.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

RECH A. U; RECH A. **Direito Urbanístico**: Fundamentos para a construção de um plano diretor sustentável na área urbana e rural. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

REZENDE D. A; ULTRAMARI C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v41n2/05.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR J. R. da.; PASSOS L. A. dos. **O negócio é participar**: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. – Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006. Disponível em: <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/ pages/download/55f9d04333fd5.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: FORMAÇÃO OU VOCAÇÃO?

Lucélia Cardoso de Souza[1]
Nanci Soares[2]

Resumo:
Este trabalho constitui-se em uma reflexão teórica, cuja finalidade perfaz a compreensão sobre a docência no ensino superior. O sujeito docente, como promotor do conhecimento, está apto para o exercício da docência? Para que ele lecione com excelência são necessárias à formação ou a vocação em sua trajetória profissional? Para estas e outras reflexões mergulharemos na realidade da universidade, composta por alunos, processos de ensinagem, precarização do ensino superior, ineficiência na didática, dentre outros. Estas reflexões nos auxiliarão a aprender e apreender os desafios do ensino superior no Brasil e lançar novos caminhos ao exercício da docência.
Palavras chave: docência; formação; vocação.

Abstract:
This work constitutes a theoretical reflection, the purpose of which is the understanding of teaching in higher education. Is the teaching subject, as promoter of knowledge, apt to practice teaching? For him to teach with excellence are necessary to the formation or the vocation in his professional trajectory? For these and other reflections we will immerse ourselves in the reality of the university, composed of students, teaching processes, precariousness of higher education, inefficiency in didactics, among others. These reflections will help us to learn and apprehend the challenges of higher education in Brazil and to launch new avenues for teaching.
Keywords: teaching; formation; vocation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se em uma reflexão teórica, fruto da disciplina “Didática do ensino superior”, ministrada pela Profa Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva, realizada em 2016 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca-SP. Com a intencionalidade de refletir aspectos pertinentes à didática do ensino superior, este

[1] Doutoranda em Serviço Social pela UNESP, campus de Franca-SP. Mestra (2015) e graduada (2010) em Serviço Social pela UNESP, campus de Franca-SP. Atua como coordenadora do Centro Dia do Idoso “Antônio Tessedor” e como perita judicial do Tribunal de Justiça de São Paulo, comarca de Patrocínio Paulista-SP. Membro do grupo de estudos e pesquisas sobre envelhecimento, políticas públicas e sociedade. Email: lucelia_cardoso@yahoo.com.br
[2]Professora Doutora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP, docente do Programa da Pós-graduação, coordenadora da Universidade Aberta a Terceira Idade do Campus de Franca e pesquisadora da temática do envelhecimento humano.

trabalho se propõe a tecer alguns debates sobre docência no ensino superior, sem a finalidade de esgotar a temática, mas de instigar contínuas reflexões sobre o mesmo.

Falar em docência requer resgate em sua principal ação básica - ensinar; até porque "docência" significa "ação", "qualidade" de ensinar. Ensinar pressupõe repassar ensinamentos, instruir, transmitir conhecimentos e informações. Significa troca de saberes e práticas na lapidação do saber profissional. Queremos enfatizar que não é a simples transferência de informações, mas a totalidade do transmitir conhecimentos. Segundo Anastasiou (2007, p. 2),

> A compreensão do que seja ensinar é um desses elementos: o verbo ensinar, do latim, insignare, significa marcar com um sinal, que deveria ser de vida, de busca e de despertar para o conhecimento. Na realidade da sala de aula, pode ocorrer a compreensão ou não do conteúdo pretendido, a adesão ou não a formas de pensamento mais evoluídas, a mobilização ou não para outras ações de estudo e de aprendizagem.

O Ensinar é composto de toda uma trajetória profissional e científica, além das experiências vivenciadas enquanto ex-aluno. Isso demonstra a importância de compreender a docência, o "ensinar", até porque a complexidade da docência é reflexo da configuração do ensino superior no país.

Ensinar pode ser compreendido e apreendido de diversas maneiras ao longo do processo histórico e sua configuração e materialização rebate intensivamente na formação (e sua qualidade) de novos profissionais do ensino superior, seja qual for à área do conhecimento: exatas, humanidades ou biológicas. Ensinar é reflexo de quem o faz: o docente. Cada docente possui uma bagagem individual para o exercício desta função, o que pressupõe dificuldade (ou não) de compreensão da complexidade do ser professor, além da visível ausência de preparação para a vida docente.

Debater a docência e sua complexidade nos possibilita compreender a historicidade do ensino superior no Brasil, sua essência, problemáticas e configuração atual, o que nos permite lançar novos direcionamentos para a constante qualificação do exercício da docência no país. Para tal reflexão, teremos por base alguns autores que favoreceram nosso debate.

FORMAÇÃO OU VOCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA? Alguns apontamentos

Para o exercício da docência, é necessário pensar inicialmente no profissional docente. Quem é esse docente? Como tem sido o exercício da docência? Como tem sido a preparação para a docência? O que o motiva a ser docente? O que ele compreende por sua atribuição? Qual sua trajetória histórica e profissional que compõe sua atuação? Qual preparação lhe foi direcionada? Dentre outros. Essas são perguntas que talvez nem venhamos a respondê-las, mas refletir sobre tais questionamentos são imprescindíveis para compreender a atual conjuntura da política educacional brasileira. Esses e outros questionamentos nos levam a refletir o processo histórico que configura o ensino superior no Brasil. Para tanto, torna-se

fundamental também resgatar alguns elementos que tem configurado o exercício da docência (e em alguns momentos o sujeito aluno), o que pressupõe desafios.

A docência sofreu intensas metamorfoses diante do processo histórico, rebatendo em sua qualidade, didática e outros. O ato de lecionar tanto pode ser bem executado, quanto ineficiente. A precarização do lecionar é reflexo de intensas e complexas transformações sociohistóricas. Com isso, vemos que a responsabilidade do processo de formação profissional não é exclusivamente do docente. Por trás deste profissional, existe uma conjuntura e um contexto que impulsionam a qualidade do lecionar, bem como a ausência deste. Vejamos um trecho da obra de Giannotti, que relata sobre essa realidade da sala de aula, onde alunos veem as aulas como "obrigação" e os docentes como, por exemplo, demonstração de "qualificação profissional".

> [...] É assistida por uma maioria de estudantes que a tomam como um mal necessário, no melhor dos casos, a consomem como produto disponível no mercado. Além dos chavões dourados que obscurecem a relação professor-aluno, se encontram, de um lado, a luta por prestígio, o professor procurando formar sua clientela, reforçar sua reputação de competente e democrático; de outro, a busca pelo patrocínio, o desenvolvimento das técnicas de malandragem, como ler um livro em diagonal, aprender a selecionar os trechos estratégicos para causar boa impressão, preparar uma pergunta de efeito para salientar num seminário e tantas outras práticas de pura embromação. (GIANNOTTI, 1987. p. 47)

Em alguns momentos na universidade, as aulas constituem-se simplórias falações de professores e audição de alunos. A sala de aula se torna tortura aos alunos frente a aulas cansativas e sem dinamicidade, como diz Giannotti, pairando sobre a pura "embromação" (GIANNOTTI, 1987, p. 47). Esses são fatos visíveis, que por sua vez todos os alunos sofrem com esse dilema. Alunos saindo da sala devido à aula estar desinteressante, conversas alheias, ausência de estudos e preparos para as atividades da vida acadêmica, dentre outras problemáticas. Segundo Anastasiou (2017, p.1)

> Nessa visão de ensino, a aula é o espaço onde o professor fala, diz, explica o conteúdo, cabendo ao aluno anotá-lo para depois memoriza-lo. Daí poder prescindir da presença do próprio aluno, pois se tem um colega que copia tudo, basta fotocopiar suas anotações e estuda-las, para dar conta dessa maneira de memorizar os conteúdos. [...] Toma-se, assim, a simples transmissão da informação como ensino, e o professor fica como fonte de saber, tornando-se o portador e a garantia da verdade.

Muitos docentes possuem a excelência no saber, mas a transmissão desse conhecimento perfaz frágil. Luckesi (1997) reflete sobre a qualidade do ensino, abrangendo a ineficiência e insuficiência do conteúdo transmitido na sala de aula, rebatendo diretamente no ensinar. Segundo o autor,

> [...] O Ensino repetitivo é, geralmente, verbalístico, livresco e desvinculado da realidade concreta em que estamos. As aulas são constituídas por falações do professor e audições dos alunos, normalmente desmotivados. O aprendizado é medido pelo volume de "conhecimentos", informações memorizadas e facilmente repetidas nas provas, nunca refletidas ou analisadas. [...] (LUCKESI, 1997, p. 39).

Muitas vezes a universidade é constituída de alunos formados "exclusivamente" pelo conteúdo transmitido em sala de aula. Reforçamos que os conteúdos apreendidos somente nas salas de aula não contribuem para uma completa e complexa formação profissional. A universidade possui acervos, grupos para a intensificação do tripé universitário, palestras, formações, encontros, oficinas, simpósios, congressos, etc. Esse conjunto contribuirá para o desenvolvimento do aluno e sua qualificação profissional. E através dessa qualificação profissional, o discente poderá contribuir para o desenvolvimento da sociedade utilizando como instrumento para transformação social, o seu conhecimento científico.

> Nesse processo, o envolvimento dos sujeitos, em sua totalidade é fundamental. Além do 'o quê' e do 'como', pela ensinagem deve-se possibilitar o pensar, situação onde cada aluno possa re-elaborar as relações dos conteúdos, através dos aspectos que se determinam e se condicionar mutuamente, numa ação conjunta do professor e alunos, com ações e nível de responsabilidades próprias e específicas, explicitadas com clareza nas estratégias selecionadas. Propõe-se uma unidade dialética processual, onde o papel condutor do professor e a auto-atividade do aluno se efetivem em dupla mão, nem ensino provocando a aprendizagem, através das tarefas contínuas dos sujeitos, de tal forma que o processo interligue o aluno ao objeto de estudo e os coloque frente a frente. (ANASTASIOU, 2017, p. 4).

Há de ressaltar que cresce consideravelmente o número de alunos que chegam as universidades repletos de falhas inerentes à educação. A universidade necessita realizar seu papel e formar profissionais de qualidade, o que pressupõe compreender esses desafios. Esse contexto influencia diretamente o exercício da docência. Lembramos que o debate centraliza-se no docente, porém, é imprescindível mencionar o aluno e seu papel na própria formação profissional. Queremos dar ênfase na importância do docente na formação profissional, sem responsabilizá-lo completamente por tal ação.

Diante do crescimento histórico de docentes desacompanhado de eficaz preparação para o ato de lecionar, alinhado as problemáticas pertinentes a sala de aula, vemos um campo de alta tensão formado: a docência. Mesmo diante de tantos questionamentos, gostaríamos de ampliar o leque de reflexões. Diante de tal conjuntura, quem é o profissional docente na atualidade? É um profissional de múltiplos empregos em que as aulas são mais uma forma de sustentar a própria

existência? Diante da intensa precarização do ensino superior no país, como o docente tem realizado sua ação básica em sala de aula? Tem lutado pela formação com qualidade ou se fez entregue aos ditames do mercado educacional? Questionar nos faz pensar intensamente sobre como é e como deveria ser essa ação básica. A docência no país é configurada pela vocação com tal atribuição ou configurada pela formação para o ato de lecionar?

Felizmente é grande o número de professores universitários que reconhecem a necessidade de capacitação continuada, no aperfeiçoamento do saber e do saber transmitir. Capacitação continuada não é ação direcionada apenas aqueles que necessitam apreender com mais detalhes determinado assunto. Segundo Pacca apud CUNHA, BRITO, CICILLINI, 2017, p. 13 "[...] todo profissional, qualquer que seja sua área de atuação, deve aperfeiçoar-se ou atualizar-se, não só para manter-se em dia com novas tendências que se apresentam continuamente, como também para satisfazer exigências próprias de realização pessoal.". O conhecimento - a ciência - está em constante evolução e transformação. Independente do nível de formação profissional, a capacitação continuada é instrumento para aproximação do sujeito do conhecimento ao próprio conhecimento, que é veloz e dinâmico.

Historicamente, segundo Cunha, Brito, Cicillini (2017), o ensino superior no Brasil foi apreendido como importante campo do mercado a ser explorado, devido sua lucratividade. O ensino superior além de ser ofertado pelo viés público, passa a ser campo de alto investimento do setor privado, o que não o materializa da mesma maneira. O tripé ensino, pesquisa e extensão não se deu (e não se dá) da mesma maneira nos dois setores.

> O investimento do setor privado no ensino superior trouxe, segundo Pimenta e Anastasiou (2002), um aumento do número de docentes, que no período de 1950 a 1992, passou de 25 mil para um milhão, numa ordem de 40 vezes mais o número de docentes que ora existiam. Essa explosão de professores acarreta, dentre outras coisas, a ausência de uma compreensão mais complexa sobre as origens desse professor universitário, o que pensa, como interage no seu espaço profissional consigo e com os seus pares. Isso porque, os professores em sua maioria são oriundos dos mais variados cursos, distantes, diga-se de passagem, de uma preparação para a vida acadêmica que a universidade exige. (CUNHA, BRITO, CICILLINI, 2017, p. 2).

O autor acima reflete a questão dos docentes serem ou não preparados para o exercício do lecionar. Aponta também para o fato da indissolubilidade entre ensino e pesquisa proposto pela reforma na educação em 1968 que "transformou" professores universitários em professores pesquisadores, contribuindo para a metamorfose da educação superior. Verifica-se um direcionamento maior a pesquisa na formação profissional ante ao ensino.

Os cursos de pós-graduação tem sido o principal canal de formação de docentes no país. Compostos por várias exigências para obtenção do título (produtividade, por exemplo), a formação de docentes deixa de ocupar papel de destaque e a pesquisa assume lugar nas pós-graduações. Não queremos diminuir o

valor da pesquisa, mas queremos pontuar que defasagens no processo de formação de docentes resulta intensamente na defasagem no exercício da docência.

Segundo CUNHA, BRITO, CICILLINI, 2017, p. 14 “[...] a formação inicial não dá conta da complexidade que envolve a atividade docente do professor do ensino superior, como também os cursos stricto sensu posteriores a essa formação não ajudam a resolver esse problema.”. Muitas vezes, munidos de frágil formação e capacitação para o exercício da docência, os docentes (recém titulados) acabam por contar com a experiência como ex-alunos para lhes auxiliarem no processo de aprendizagem. Ensinar pressupõe transformação do próprio saber e estimulação do saber de outrem. Pressupõe o enfrentamento de complexos desafios e o usufruto de imensas conquistas. Isso nos mostra sua importância e a necessidade de intensos direcionamentos e debates sobre sua qualidade.

Percebemos que a precarização da docência se formata no processo histórico, materializa-se na sala de aula e na própria pós-graduação, local este específico para o lapidar de sua qualidade. Pensar a realidade acadêmica nos dias atuais é resgatar a transformação universitária. Em termos gerais, é pensar no comprometimento do corpo docente no processo de qualificação e transformação desse ensino. E o que faz um bom docente, formação ou vocação?

Por formação tem-se “criação”, “ação de formar”. Significa um rico processo de metamorfose do sujeito do conhecimento. Estar formado adequadamente impulsiona o aperfeiçoamento de sua capacidade de formar outros sujeitos do conhecimento. A pós-graduação não é suficiente para o eficaz processo de aprendizagem, até porque a palavra processo identifica algo prolongado, ou seja, uma longa jornada a caminhar. Formar pressupõe constância nas leituras, aprendizado, troca e atualização de saberes, avaliação, dentre outros.

Por vocação tem-se uma “inclinação natural a algo”, “tendência”. Como falamos anteriormente, existem docentes e docentes. Ser o mais qualificado ou “diplomado” não significa simplesmente ter didática. Uma boa relação com a sala de aula é reflexo de todo um contexto que envolve formação, didática, processo de ensinagem, personalidade e vocação. Mas queremos dizer aqui que a formação por si só é fundamental para o bom exercício da docência? Claro que não! Como questionamos no início, o que nos impulsiona a determinadas escolhas? O que impulsiona o docente a querer estar na sala e ministrar aulas? Podemos afirmar que existem médicos e médicos, engenheiros e engenheiros. Existem médicos com eficaz habilidade para atendimento direto a pacientes, outros não. Da mesma maneira, a docência (quanto todas as profissões) é composta por profissionais habilidosos e não habilidosos, profissionais que sempre almejaram o processo educativo, outros chegam a sala de aula como consequência de carreira acadêmica e outro. Aí nos debruçamos em um mar de complexidades quando pensamos nessa temática. Mesmo sendo um profissional com habilidades ou não para tal função, a capacitação continuada é instrumento fundamental para a metamorfose do sujeito do conhecimento, afirmando o dito por CUNHA, BRITO, CICILLINI, 2017, p. 9 “[...] que a formação inicial não dá conta da complexidade da atividade docente, e que o desenvolvimento profissional carece de mecanismos de formação continuada”.

Compreendemos que todo debate realizado até o momento consiste em refletir formação e vocação. Compreendemos que não há como escolher simplesmente a formação ou a vocação para o ato de lecionar com qualidade, mas compreendemos serem as duas vertentes ricas e complementares. Querer estar em sala de aula e,

satisfazer-se instruindo outrem são fundamentais para a transformação social. Transformação não acontece onde não é possível.

Lembramos que a sala de aula é constituída por alunos. Estes são heterogêneos, singulares, complexos e multidimensionais. O ato de lecionar requer habilidades com tais complexidades. Nesse sentido, gostaríamos aqui também de citar alguns aspectos da didática que potencializa o ato de lecionar.

A autoconfiança e iniciativa são grandes passos para começar uma boa aula. Para ministrar determinada aula, é necessário que o docente conheça muito mais do transferir informações. Ele deve observar o desempenho dos alunos durante a ministração de sua aula. É bom o professor carregar em si a sólida experiência na aula, se esta se constitui prática. O profissional deve fazer uma auto-avaliação, investigar a si e investir em si mesmo. E sabemos que o que os professores esperam é que os alunos se interessem pelos assuntos relacionados à aula, e aprendam o que foi lecionado.

Os professores precisam compreender parte do universo vivido por cada educando (até porque é impossível compreender a totalidade desse universo), e em cima de tal fator, identificar potencialidades, apontar limites, se envolver na lapidação de novos profissionais. Os docentes também precisam compreender o percurso de aprendizagem de cada aluno. Há alunos mais retraídos, extrovertidos (contribuindo com suas opiniões em debates na sala de aula), outros participativos, observadores e militantes. O conjunto dessas singularidades, desses universos forma a totalidade de sala de aula.Nes se sentido, espera-se que essas reflexões contribuam para que os docentes trabalhem de forma criadora e inovadora com seus educandos, mesmo sabendo que são muitos os empecilhos que permeiam o desenvolvimento do ensino superior.

Frente às reflexões e ao conteúdo exposto, passaremos para as conclusões finais, que por sua vez retomará pontos importantes dos capítulos já estudados, fornecendo e fomentando futuros debates e reflexões em prol da efetivação da qualidade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho. Foram expostos os vários problemas que a universidade em seu todo enfrenta. Consideramos que mesmo que as complexidades da política educacional seja “resolvido” ao mover da história, não devemos parar a luta, mas investir na ampliação desses debates que permeiam a constante luta pela qualidade da política educacional, em especial do ensino superior. Antes de considerarmos sobre a docência, gostaríamos de lançar alguns pensamentos frente ao espaço onde a mesma é possível: a universidade.

Nosso anseio é que haja Universidade. Universidade que se faz Universidade. A Universidade deve ser um espaço que abra as portas culturais, onde se é construído a identidade que comporta a sociedade. Que seja incentivadas a pesquisa e extensão com qualidade, onde o governo abra os olhos para a realidade universitária investindo em sua estrutura, como instrumento de transformação social. Que a Universidade produza e transmita conhecimento como forma de fazer universidade. Que o corpo docente invista majoritariamente na sua auto qualificação e na qualificação de seus alunos, para que haja desenvolvimento em potencial de reflexões críticas e sábias. Que haja troca de conhecimentos e saberes, pois é essencial para que seja possível

uma ampliação do saber e com isso gere compromisso e formação de consciência. Que a Universidade seja uma instituição que abra suas portas para que a sociedade possa desfrutar de seu saber, de seu conteúdo, pois a universidade é ciência, é desenvolvimento psíquico-social. A Universidade é instituição que não deve estar ausente da realidade, onde viva entre "quatro paredes" e não seja vinculada a realidade social, tanto das pessoas fora de seu ensino, quanto a pessoas vinculadas a ele.

Vale também lembrar o papel dos estudantes dentro da universidade. É importante envolvê-los na construção do novo, na incessante busca pelo conhecimento, na incansável tarefa de ser a mudança, lutar pela mudança e obter a mudança. Que o aluno reveja seu papel como instrumento de mudança social, pois eles serão os futuros profissionais, os futuros docentes. Com efeito, é preciso que o aluno assuma papel de cidadão dentro da universidade, que assuma papel de sujeito do conhecimento. Conhecimento esse que cria, desaliena, liberta, transforma, faz ciência.

Mergulhando no campo da docência: consideramos a formação ou a vocação? A formação é imprescindível para a eficiência, eficácia e efetividade da educação superior. O ensino e a formação para o exercício da docência precisam assumir seu lugar na educação superior, pois os mesmos têm sido substituídos pela pesquisa. E a vocação? Entendemos a vocação aqui não como uma disposição natural desprendida de capacitação, mas a inclinação do profissional para a real execução da atribuição. Queremos docentes mais envolvidos no ensino, profissionais que façam a diferença no processo de ensinagem e traga novos rumos a educação superior.

Nesse sentido, consideramos a docência como campo de extrema relevância na política educacional. Consideramos também a importância da formação e da vocação para o real processo educativo. São dois elementos complementares, por isso não os isolaremos. Não queremos docentes frustrados ou cansados com a própria atribuição, mas almejamos profissionais que conheçam e reconheçam os limites, desafios e conquistas do processo educativo e lancem nesse universo o eficaz ensino. Assim, alcançaremos real transformação e desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos. **Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem.** Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Oficina-3-Desafios-do-trabalho-docente-na-avaliacao-processual-Conteudo-utilizado-1.pdf. Acesso em 03. Jan. 2017.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira. BRITO, Taita Talamira Rodrigues. CICILLINI, Graças Aparecida. **Dormi aluno (a)... Acordei professor (a):** interfaces da formação para o exercício do ensino superior. Disponível em: http://www.anped11.uerj.br/29/GT11-2544--Int.rtf. Acesso em: 03. Jan. 2017.

GIANNOTTI, José Arthur. **Universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUCKESI, Cipriano Carlos. et al (org) **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA: KIT DE EXPERIMENTOS COM MATERIAIS ALTERNATIVOS PARA O ENSINO DE QUÍMICA

SCIENTIFIC EDUCATION: KIT OF EXPERIMENTS WITH ALTERNATIVE MATERIALS FOR THE TEACHING CHEMISTRY

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Sessão temática: Outras áreas temáticas

SILVA, Alexandre Fernando da
Universidade de Franca
Doutorando e Mestre em Ciências
xnandosilva@gmail.com

VIEIRA, Carlos Alexandre
Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis
Doutor em Ciências
carlosalexvieira@yahoo.com.br

SOUZA, Flávia Danielle Vieira
Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis
Graduanda em Química
flavia.biomedicina@gmail.com

PÁDUA, Gabriel Silva
Universidade de Franca
Especialista em Gestão da Qualidade
gsilvapadua@gmail.com

Resumo:

Lecionar ciências, especialmente a disciplina de química é objeto de diversas pesquisas e teorias didáticas. Na literatura variados estudos relatam a experimentação como forma de contextualizar o ensino e torná-lo motivador, tanto para estudantes como para professores. Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos pelo projeto interdisciplinar realizados por discentes do curso de licenciatura em Química da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis e aplicado a escolas da rede pública de ensino da cidade. Foram realizadas intervenções e apresentação de experimentos simples, realizados com materiais alternativos, produtos de um kit elaborado pelos discentes. Os resultados demonstraram o interesse e motivação por parte dos estudantes das escolas na

apropriação de conceitos químicos. Em relação aos licenciandos ficou clara a motivação e satisfação em vivenciar a futura atividade de lecionar.

Palavras chave: ensino de química, experimentação, contextualização

Abstract:

Various research and didactic theories discuss teaching science, especially in chemistry. In the literature, several studies report the experimentation as a way to contextualize teaching and make it motivating for students and teachers. This article aims to present the results obtained by an interdisciplinary project carried out by Chemistry students of the University of the State of Minas Gerais – Divinópolis. This project was applied to city public schools. Interventions and presentations of simple experiments were carried out with alternative materials, products of a kit elaborated by the students. The results demonstrated the students' interest and motivation in the appropriation of chemical concepts. In relation to the graduates, it was clear the motivation and satisfaction in experiencing the future activity of teaching.

Keywords: chemistry teaching, experimentation, contextualization

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade que a sociedade lida com a química, seja de forma consciente ou intuitiva. Com o domínio do fogo, as transformações na matéria ficaram cada vez mais evidentes aos olhos humanos. Não entendiam como um material em chamas poderia produzir luz e calor e transformar uma coisa em outra. Para esses ancestrais, o processo de combustão parecia magia, mas hoje, sabemos que a química não é mágica ou sobrenatural, é ciência. A química, assim como as demais ciências naturais não restringe seu estudo a grandes mentes científicas, através equações complexas e códigos ininteligíveis, mas está acessível a todos através dos fenômenos naturais que permeiam nosso mundo, no entanto seu entendimento exige abstração. O estudo de ciências físicas se faz pela compreensão e descrição de fenômenos naturais. Os fenômenos químicos são descritos por equações, reações, cálculos e substâncias e talvez por isso os alunos tenham tanta dificuldade em relacionar a química com o cotidiano, visto da necessidade de abstrair (MATHEUS, 2010).

Estudos que descrevem a relação de estudantes de níveis fundamental e médio com a química e demais ciências naturais demonstram que, boa parte desses discentes são atraídos pelo estudo científico e que muitos conseguem compreender que o conhecimento da química é importante para a vida fora da sala de aula. Em contrassenso, aulas não contextualizadas e quase nunca experimentadas promovem o desinteresse por parte dos educandos, distanciando-os do foco da disciplina. Dentre as principais queixas dos estudantes, estão a desvalorização das experiências cotidianas, limitação ao material didático (livros e apostilas), conteúdos desinteressantes e ausência de atividades experimentais (LIMA e BARBOSA, 2015). Os estudantes são ávidos por metodologias de ensino que saiam do contexto

ortodoxo de “quadro, giz e teoria”, voltadas à aulas dinâmicas e experimentais. Dessa forma, o ensino-aprendizagem ocorrerá de forma efetiva, com o estudante em papel ativo e o professor sendo o mediador na construção do conhecimento (SANTOS, *et al,* 2011).

Reações, substâncias e conceitos químicos permeiam o cotidiano, ao contrário da visão popular que vê essa prática científica restrita aos químicos especializados com equipamentos elaborados com custos elevados. Um dos caminhos para tornar o ensino de química interessante é articular teoria e prática. O uso da experimentação no ensino de Química é ferramenta fundamental para “retirar” o aluno do abstrato e trazê-lo ao conhecimento que pode ser “tocado e sentido”, podendo proporcionar caminhos entre os conteúdos e cotidiano do estudante. Além disso, a experimentação no ensino de Química constitui um recurso pedagógico importante que pode auxiliar na construção e/ou apropriação de conceitos (FRANCISCO JUNIOR, *et al*, 2008). Entretanto sabe-se dos desafios da educação científica no país e muitas vezes da carência de estrutura escolar. Laboratório de ciências é uma estrutura escassa nas escolas brasileiras, presentes em apenas 8,19% das instituições da rede pública, segundo dados do Observatório do Plano Nacional de Educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017). No entanto, um dos papeis do educador científico é criar subsídios ao aprendizado dos estudantes, buscando em seu meio de convívio novos caminhos passíveis de segui-los ao encontro do conhecimento. Dessa forma faz-se necessário desenvolver alternativas didáticas a fim de estimular docentes e discentes a explorar os conteúdos químicos e científicos através da experimentação. Vieira, *et al* (2010) afirmam que, com um copo d`água é possível trabalhar em sala de aula e demonstrar diversas constantes físico – químicas, tais como densidade, ligações químicas, interações intermoleculares e outras propriedades.

No mundo contemporâneo, com o acelerado desenvolvimento tecnológico e o amplo acesso a tecnologias, a escola precisa adequar seu papel, se adaptar a mudanças sociais e confrontar os desafios que o mundo moderno impõe. A química é uma ciência que estuda um universo de partículas infinitamente pequenas e que podemos observar apenas em dimensões macroscópicas. Neste contexto, a utilização de experimentos em sala de aula é ferramenta para “trazer” aos olhos dos estudantes aquilo que está apenas no universo da abstração e imaginação. A experimentação além de simples, deve ser interessante e contextualizada com a vivência dos estudantes. Dessa forma, a elaboração de um kit experimental que pudesse ser utilizado por alunos e professores, envolve desafios como, custos, dificuldade de aquisição e transporte de materiais, periculosidade de reagentes e a elaboração de experimentos vinculados com os conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula. Na produção dos materiais, foi também pensado em propiciar o sentimento de que, para se entender Química, pensar e criar quimicamente, era preciso contato direto com os fenômenos e com os materiais (MATHEUS, 2010).

O presente trabalho teve por objetivo preparar e apresentar um kit de experimentos simples de Química aplicáveis a aulas de Química do ensino médio, utilizando materiais alternativos e de baixo custo.

A elaboração do kit de experimentos ocorreu durante o desenvolvido do PIQ – Projeto Interdisciplinar de Química, promovido pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Divinópolis e executado por estudantes do curso de licenciatura em Química, sob a orientação de um professor do curso que ministrava

a disciplina Prática de Ensino em Química II. O projeto consistiu na elaboração do kit e na realização de oficinas de práticas em escolas da rede Pública do município de Divinópolis - MG, com a intenção de viabilizar a contextualização e despertar o interesse dos discentes para o ensino de ciências e de Química. O projeto foi realizado em acordo com as etapas:

- Pesquisa bibliográfica, seleção dos experimentos e elaboração do kit.
- Contato com os diretores das escolas e apresentação da proposta pelos discentes do curso de química da UEMG.
- Intervenções nas salas de aulas das escolas da rede pública de Divinópolis – MG, com as práticas propostas e elaboradas para a composição do kit de experimentos.
- Realização das práticas em sala de aula pelos discentes da UEMG em conjunto com os professores e alunos das escolas visitadas.
- Discussão dos experimentos em termos de composição e importância da química e dos reagentes e produtos obtidos.
- Proposição de atividade pós aula com a elaboração de relatório de experimentação por parte dos estudantes das escolas.
- Apresentação e discussão dos resultados das intervenções com os docentes do curso de licenciatura em química da UEMG (Divinópolis) e os licenciandos através de um encontro realizado no fim do semestre letivo.

Os materiais e reagentes utilizados na confecção dos experimentos foram em geral, materiais alternativos de custo reduzido e fácil acesso. Muitos deles foram encontrados em farmácias e drogarias, supermercados, casas de essências, depósitos de materiais de construção e ainda substâncias comumente utilizadas em casa, como exemplo, o óleo de cozinha usado em frituras. Dentre os objetivos do projeto, que além de subsidiar a disseminação e contextualização do conhecimento químico, objetivou inserir os licenciandos no contexto da sala de aula e trabalhar a autonomia dos mesmos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Na elaboração do “kit” que pudesse ser utilizado por professores nas aulas de química e também manipulado pelos alunos, foi realizada uma seleção de 15 experimentos relacionados com o conteúdo ministrado nas aulas de química do ensino médio. A seleção ocorreu em acordo com as orientações descritas nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais e alguns fatores foram observados nesta seleção (BRASIL, 1997), como:

- Conteúdos abordados a partir das práticas presentes nos currículos escolares e que permitissem a contextualização.
- Viabilidade de aquisição dos materiais. Seringas e copos de plástico para xaropes substituíram as vidrarias para medição e colheres de plástico foram sugeridas como medidas de massa.
- Volume reduzido, de forma que o “kit” tivesse pequeno volume para facilitar o transporte
- Experimentos interessantes “aos olhos do educando” e que estivessem inseridos no contexto teórico trabalhado na sala de aula.

Os experimentos foram acondicionados em uma caixa de ferramentas

pequena com alça para facilitar o transporte. Todos materiais e reagentes são do cotidiano, tornando-o viável a realização do mesmo em sala de aula.

Dos 15 experimentos, os licenciandos, em conjunto com o orientador, definiram que somente 5 atenderiam as propostas iniciais:

Experimento 01: Elevador de naftalina (MATHEUS, 2010)

Materiais e reagentes: Vidro transparente (vidro de azeitona), água, comprimido de naftalina, bicarbonato de sódio e vinagre.

Esse experimento foi aplicado para alunos do 1º ano do ensino médio. O tema abordado foi a caracterização das substâncias, tendo como foco as propriedades físicas como densidade, solubilidade e evidências de reação.

Passo a passo: Preencha o vidro com água até dois terços do seu limite, adicione dois comprimidos de naftalina, observe que a naftalina fica no fundo do vidro pois possui maior densidade do que a água, ou seja, perceba que ela “afunda”. Adicione uma pequena quantidade de vinagre e bicarbonato no vidro, observe a efervescência e anote aquilo que ocorreu (evidências de reação). Após a efervescência, repare que os comprimidos de naftalina sobem até a superfície e logo em seguida retornam para o fundo do vidro, isso acontece devido o gás dióxido de carbono (CO_2) que é liberado pela reação do bicarbonato de sódio com água e vinagre (ácido acético). O gás, interage com a naftalina e as mesmas, depois de segregadas de bolhas de gás, sobem (chegando até a superfície), em contato com a atmosfera esse gás é desprendido e a naftalina retorna para o fundo. É importante discutir também a diferença de polaridade das substâncias: água e naftalina.

Experimento 02: Indicador ácido-base natural com repolho roxo (GEPEQ, 1995)

Materiais e reagentes: Suco de repolho roxo, vinagre, soda cáustica comercial (hidróxido de sódio, cerca de 95%), solução de bicarbonato de sódio, 3 copos descartáveis transparentes e garrada de plástico de 500mL.

Esse experimento foi aplicado para alunos do 2º ano do ensino médio. O tema abordado foi funções inorgânicas: ácido, base e sais. Foram discutidas propriedades dos compostos, como pH, reatividade, classificação em relação a força, ação dos ácidos e bases sobre os materiais, indicadores naturais e sintéticos.

Passo a passo: Adicione em cada copo um pouco dos materiais/soluções diferentes: uma pitada de bicarbonato de sódio, uma colher de sopa de vinagre de álcool, e uma pitada de soda cáustica, em seguida adicione cerca de 1/3 de água filtrada, misture para dissolver ou diluir aquilo que está no copo. Após esse procedimento, pingue gotas do suco de repolho roxo e observe a mudança de coloração. O copo contendo vinagre adquiriu coloração vermelha, indicando a acidez da solução. O copo contendo bicarbonato de sódio adquiriu coloração verde claro, indicando baixa basicidade. O copo contendo hidróxido de sódio (soda cáustica) adquiriu coloração Amarela, indicando alta basicidade.

A partir desse experimento, é possível que o professor apresente aos alunos do 2º ano do ensino médio o comportamento ácido ou básico de substâncias por meio de indicador, relação de pH, acidez e basicidade, identificar ácidos e bases fortes de ácidos e bases fracos com base em constantes de equilíbrio e escrever a equação de dissociação de ácidos e bases e a correspondente expressão da constante de equilíbrio. O indicador natural do suco de repolho roxo, adquiri três cores diferentes, vermelha, amarelo ou azul, dependendo da acidez ou basicidade da substância.

Experimento 03: Lâmpada de lava (ROCHA e DICKMAN, 2016)

Materiais e reagentes: Vidro transparente (vidro de azeitona), óleo de cozinha, água, corante alimentício verde (anilina), comprimido antiácido.

Esse experimento foi aplicado para alunos do 1º e 3º anos do ensino médio. O tema abordado foi densidade, solubilidade, miscibilidade, ligações químicas e interações intermoleculares. Para a turma do 3º ano do ensino médio, foi ainda discutida as propriedades dos compostos orgânicos (óleo de soja) e o corante alimentício.

Passa a passo: No vidro transparente, adicione uma pequena quantidade de água colorida com corante verde (cerca de 1/3 do volume), logo adicione no vidro mais 1/3 de óleo de cozinha, e observe que os mesmos são imiscíveis e que o óleo fica na superfície. O fato destas substâncias não se misturarem é explicado pela diferença de polaridade e o óleo ficar na superfície é devido a sua menor densidade em relação a água. No mesmo vidro adicione um comprimido de antiácido e observe que o mesmo “afundou” e que está reagindo com a água. Veja a liberação de bolhas verdes subindo pelo óleo até chegar a superfície, esse fato é explicado pelo gás (CO_2) que é liberado na reação do antiácido com a água ser menos denso que a água e o óleo. As bolhas tem coloração verde devido a interação do gás com água e levar consigo pequena porção do líquido verde.

Experimento 04: Produção de gás dióxido de carbono (ZAPP, *et al*, 2015)

Materiais e reagentes: comprimido antiácido, garrafa pet de 500 mL vazia sem tampa e bexiga.

Esse experimento foi aplicado para alunos do 1º e 2º anos do ensino médio. O tema abordado foi densidade do gás carbônico, reações químicas, evidências de reação, acidez estomacal.

Passo a passo: Na garrafa de plástico adicione água até o seu limite, logo em seguida adicione o comprimido antiácido e encaixe o balão ao gargalo da garrafa, observe que o balão irá encher de gás, esse gás é o CO_2, que foi produzido da reação química da água com o comprimido antiácido. É interessante lembrar aos alunos que este comprimido antiácido é usado no combate acidez estomacal.

Experimento 05: Reação do carbureto com água e indicador ácido-base natural com beterraba (VIEIRA, *et al*, 2012).

Materiais e reagentes: Suco de beterraba, vinagre, soda cáustica, carbureto e 2 copos descartáveis transparente.

Esse experimento foi aplicado para alunos do 2º ano do ensino médio. O tema abordado foi propriedades de compostos ácidos e básicos, indicadores naturais e reação do carbureto com a água.

Passo a passo: Nos dois copos (1 e 2) adicione cerca de 1 colher de sopa de suco de beterraba (indicador), em seguida adicione em um dos copos um pequeno pedaço de carbureto (copo 1), e observe a mudança da coloração, devido basicidade do meio provocado pela reação do carbureto com a água, que resulta na produção de hidróxido de cálcio. No outro copo, adicione uma pitada de soda cáustica (copo 2), e observe a mudança da coloração, que adquirirá a mesma coloração do copo 1, pois a soda cáustica tem caráter básico. Após adicionar a soda cáustica no copo 2, adicione o vinagre até que a coloração se torne vermelha novamente, devido a acidez do vinagre. Assim, pode-se concluir que o indicador do suco da beterraba permanece vermelho em meio ácido e adquire coloração amarela em meio básico. A partir desse experimento, é possível que o professor apresente

aos alunos do 2º ano do ensino médio o comportamento ácido ou básico de substâncias por meio de indicador, relação de pH, acidez e basicidade, identificar ácidos e bases fortes de ácidos e bases fracos com base em constantes de equilíbrio; escrever a equação de dissociação de ácidos e bases e a correspondente expressão da constante de equilíbrio e também equacionar a reação do carbureto com a água.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ambiente escolar, em especial a sala de aula, é um espaço de disseminação do conhecimento, através da interdisciplinaridade e abordagem de tópicos científicos que tornem o processo de ensino – aprendizagem muito mais atrativo aos olhos do estudante. Tal condição é enfatizada nos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais:

> O objetivo fundamental do ensino de Ciências passou a ser o de dar condições para o aluno identificar problemas a partir de observações sobre um fato, levantar hipóteses, testá-las, refutá-las e abandoná-las quando fosse o caso, trabalhando de forma a tirar conclusões sozinho. O aluno deveria ser capaz de "redescobrir" o já conhecido pela ciência, apropriando- se da sua forma de trabalho, compreendida então como "o método científico": uma sequência rígida de etapas preestabelecidas. É com essa perspectiva que se buscava, naquela ocasião, a democratização do conhecimento científico, reconhecendo-se a importância da vivência científica não apenas para eventuais futuros cientistas, mas também para o cidadão comum. (Brasil, 1997, p.18)

Após as intervenções realizadas nas salas de aulas (figura 01), o entendimento é que os resultados foram positivos, fato observado na atenção dispensada pelos estudantes e motivação em participar e discutir os experimentos realizados. Tal condição gerou debates interessantes e que possibilitaram construir conhecimentos relativos às questões científicas de composições e reatividade das substâncias utilizadas. Neste contexto e em acordo com Guimarães (2009), a experimentação pode ser uma estratégia eficiente para a criação de problemas reais que permitam a contextualização e o estímulo de questionamentos de investigação.

Figura 1: Fotos das oficinas realizadas. Fonte: Autores

Durante as intervenções e em momento anterior à realização dos experimentos foram propostos questionamentos que seriam respondidos após finalização da atividade. Dentre estes questionamentos estavam: *durante a realização da experiência foi possível visualizar a ocorrência de reações químicas? Os experimentos ilustraram os conhecimentos teóricos tornando a aula mais interessante?* Variadas respostas foram dadas pelos educandos, mas em forma geral mostraram o entusiasmo com que participaram das aulas e ainda a apropriação de conceitos químicos e científicos.

Além do despertar do interesse dos alunos do ensino médio, outro resultado valioso foi observado, a interatividade dos licenciandos e a vivência que obtiveram na execução das aulas, foram efetivamente professores e agentes da disseminação de conhecimentos científicos.

No momento pós prática houveram debates sobre as questões químicas abordadas e foi possível perceber o envolvimento dos estudantes das escolas públicas que fizeram observações e apontaram questionamentos. Para enfatizar o que foi relatado acima, a seguir são citadas algumas das respostas subjetivas dos estudantes.

> [.....]
>
> Adorei a aula prática. Foi muito bom por que foi fácil de entender como as reações podem acontecer. Hoje eu entendi por que a gente toma o antiácido e achei isso muito legal e interessante.
>
> [.....]
>
> Muito legal a aula. Muito legal os professores que vieram apresentar pra nós. É bom quando vêm gente de fora da escola, tira a gente das aulas comuns de todos os dias. Não que nossos professores sejam

> ruins, mas é diferente. Gostei bastante da mudança de cor repolho roxo.
>
> [.....]
>
> Muito interessante a aula, muito pelas experiências. Não gosto de beterraba para comer, mas nunca pensei que com fosse possível ela mudar a cor da "água", ou melhor, mudar a cor das soluções. Hoje consegui entender o que é pH.

Em acordo com as respostas apontadas acima é preciso, de fato, enfatizar a experimentação em sala de aula, mesmo distante da estruturação de laboratórios experimentais que muitas escolas não dispõem. Além disso é essencial acreditar no potencial criativo, que pode fazer uso de materiais cotidianos para o ensino de ciências de forma prática e atraente. Os relatos apresentados corroboram com observações descritas em estudos anteriores:

> Atividades que estimulem os estudantes a escrever sobre fenômenos químicos são de grande relevância, pois além de suscitar a reflexão e a explicação dos fenômenos, possibilita conhecer e analisar as ideias desenvolvidas a partir dos experimentos. Ainda que este saber resulte da pura experiência e da curiosidade ingênua, uma vez que ainda não foi problematizado e, portanto, é desprovido de análise e interpretação metodicamente rigorosas, é um saber que não deve ser desconsiderado (FRANCISCO JUNIOR, *et al*, 2008, p.36).

Em outra perspectiva, os licenciandos mostraram entusiasmo no contato direto com a futura atividade profissional. A satisfação provém do sucesso das atividades, a clara retenção da atenção dos estudantes, que atualmente é tarefa árdua, tendo em vista a "competição" com mecanismos tecnológicos. Outro fator que motivou os futuros professores foi a participação e questionamentos dos alunos que foram fator determinante para a quebra do "gelo" inicial que distanciam as teorias de ensino da prática pedagógica. O licenciandos tomaram a posição de decodificadores da linguagem científica e tornaram os alunos agentes construtores de conhecimento, concederam essa oportunidade aos estudantes e possibilitaram que construíssem suas visões dos experimentos, através do pensamento individual elaborar suas hipóteses e questionamentos como forma de construir a aprendizagem, assim como afirma George Kelly, psicólogo e filósofo americano:

> [...] o processo de aprendizagem (a construção da realidade) é um processo individual, cativo, criativo, emocional e racional. Cabe ao aprendiz a responsabilidade da sua aprendizagem. Cabe ao professor proporcionar oportunidades para que os alunos aprendam (KELLY, 1955 apud THOMAZ, 2010, p. 361).

Neste contexto, pesquisas e práticas pedagógicas e as práticas de ensino em ciências e / ou química são blocos construtivos da formação do professor. Quando aplicadas diretamente em sala de aula, no ambiente em o licenciando exercerá sua atividade tornam-se motivadoras e fundamentalmente processos reflexivos sobre o ato de lecionar. Os discentes tiveram a oportunidade de apresentar aos professos orientadores e demais discentes as experiências vividas nas escolas que visitaram e

muitos relataram de forma positiva o desenvolvimento do projeto. A seguir é apresentado um dos relatos:

> [.....]
>
> Estar na sala de aula, não como aluno, mas como professor foi uma experiência que me colocou diante daquilo que farei por muito tempo na minha vida. Provavelmente a profissão que exercerei até me aposentar. Mas isso foi muito positivo por que percebi que mais do que todo estigma que tem a docência eu poderei ser um agente transformador e contribuir para a mudança dessa visão. Para mim foi muito gratificante a atividade, especialmente pela receptividade dos alunos nas escolas.

4. CONCLUSÕES

O PIQ – Projeto Interdisciplinar de Química, trabalhado na disciplina Prática de Ensino em Química teve por objetivo contribuir para a formação de futuros professores através da agregação de conhecimentos e vivências na prática docente. Segundo os relatos dos licenciandos, a experiência adquirida foi vívida e ajudou a construir uma nova visão sobre a função social do “educador”, especialmente o educador científico.

Os desafios apresentados pelo mundo perante a educação tradicional demanda dos professores a proposição de alternativas didáticas que prendam a atenção dos estudantes. Intervenções como as realizadas são importantes para apresentar tanto aos novos professores como para os alunos formas diferentes de lecionar e apropriar conceitos científicos.

Neste contexto, foi possível determinar um agente motivador do conflito que a educação tradicional enfrenta perante a modernidade: distância da prática de experimentação e discussões de conteúdos que sejam efetivamente decodificadoras do conhecimento científico. Variadas propostas são baseadas em pesquisas e teorias pedagógicas, mas efetivamente cabe ao professor, como agente educador propor atividades diferenciadas com os recursos que dispões, para transmitir e construir conhecimentos.

As intervenções experimentais em sala de aula são comprovadamente agregadores de conhecimento, pois os relatos dos alunos do ensino médio evidenciaram a melhor condução de termos científicos e ainda sobre os reagentes e produtos das reações realizadas, além da motivação em ser agente participativa não apenas espectador em sala de aula.

Diante dos resultados apresentados, podemos afirmar que a crença em projetos como este que foi desenvolvido pelos docentes e estudantes do curso de licenciatura em química da UEMG – unidade Divinópolis, está ampliada e nos motiva conceder a continuidade às propostas da Universidade: Permitir, através da Extensão e da sua política de formação, amplo aprimoramento de conhecimentos, experiências e propostas pedagógicas que sejam verdadeiramente aplicados pela comunidade escolar.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF1 1997 p. 126.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo E., FERREIRA, Luiz Henrique, HARTWIG, Dácio Rodney. **Experimentação Problematizadora: Fundamentos Teóricos e Práticos para a Aplicação em Salas de Aula de Ciências**. Química Nov na Esc. 2008;30:34–41.

GEPEQ - Grupo de Pesquisa em Educação Química. Laboratório aberto, Instituto de Química – USP; **Estudando o equilíbrio ácido-base. Química Nova na Escola**; São Paulo, nº 1, p. 32- 33, 1995.

GUIMARÃES, Cleidson Carneiro. **Experimentação no ensino de química: caminhos e descaminhos rumo à aprendizagem significativa**. Química Nov na Esc. 2009;31(3):198–202.

LIMA, José Ossian Gadelha de; BARBOSA, Lídia Kênia Alves. **O ensino de química na concepção dos alunos do ensino fundamental : algumas reflexões**. Exatas Online. vol. 6 n.1 Abr. 2015

MATEUS, Alfredo Luiz. **Química na cabeça 2: mais experimentos spetaculares para fazer em casa ou na escola**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 119p.

ROCHA, Ricardo Florêncio Alves; DICKMAN, Adriana Gomes. **Ensinando Termodinâmica por meio de Experimentos de Baixo Custo**. Abakós. 2016;4:71–93.

SANTOS, Aline Coêlho dos; CANEVER, Cristini Feltrin; GIASSI, Maristela Gonçalves; FROTA, Paulo Rômulo de Oliveira. **A importância do ensino de ciências na percepção de alunos da rede pública municípal de Cricíuma - SC.** Rev Univap. 2011;17(2237-1753):68–80.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Menos de 5% das escolas tem infraestrutura adequada ao PNE.** http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/30192/menos-de-5-das-escolas-tem-infraestrutura-adequada-ao-pne/ - acesso em 08 mar 2017. 2017.

THOMAZ, Marília Fernandez. **A experimentação e a formação de professores de ciências: uma reflexão. Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v. 17, n. 3, p. 360-369, 2010.

VIEIRA, Carlos Alexandre; *et al*. **Produção de "kits"com materiais alternativos para experimentação no Ensino Médio**. Profr em Formação ISEC/ISED. 2010.

VIEIRA, Marlene B.; ANDRADE, Ariadne R. de; OLIVEIRA, Nathalia T. C. de. **Uso do carbureto : uma proposta de atividade experimental para a abordagem**

conjunta da ligação iônica e da ligação covalente. In: XVI Encontro Nacional de Ensino de Química (XVI ENEQ) e X Encontro de Educação Química da Bahia (X Eduqui). Salvador; 2012. p. 2012.

ZAPP, Eduardo. *et al* **Estudo de Ácidos e Bases e o Desenvolvimento de um Experimento sobre a "Força" dos Ácidos**. Química Nov na Esc. 2015;37:278–84.

EDUCAÇÃO POPULAR EM PAULO FREIRE: PERSPECTIVA CRÍTICA E LIBERTADORA

POPULAR EDUCATION IN PAULO FREIRE: CRITICAL AND LIBERATING PERSPECTIVE

Área 1Desenvolvimento Social: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

PERARO, Ana Joice da Silva
UNESP/Franca
Assistente Social, Pós-Graduada em Centralidade da família na execução das políticas públicas, Licenciatura em Ciências Sociais, Mestranda em Serviço Social Unesp/Franca
anajoice@terra.com.br

OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de
UNESP/Franca
josianiju@gmail.com
Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS-UNESP

Resumo

O objetivo deste trabalho é buscar, por meio da pesquisa bibliográfica, a reflexão sobre a Educação Popular frente às principais contribuições do educador Paulo Freire. Sua influência direta na Educação Popular no Brasil, pautando-se na cultura popular, onde, classes populares detentoras de um saber não valorizado são excluídas desse processo de construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo. As ideias partem de uma das exigências da ação educativa-crítica, fundada na ética, na autonomia do educando, no respeito a dignidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, a contribuição de Freire é significativa, por seu pensamento político, ético e educativo para que possamos construir “outro mundo possível”.

Palavras-chave: Educação Popular. Ética. Política.

Abstract

The objective of this work is to look through the literature, reflection on popular education front the main contributions of the educator Paulo Freire. His direct influence on popular education in Brazil, and are based on popular culture, where the popular classes holders of knowledge are not valued excluded from that process of building an education from the knowledge of the people and with the people. The ideas start from one of the requirements of the educational-critical action, founded on ethics, autonomy of the student, respecting the dignity in building a more just and equal society. Thus, Freire's contribution is significant for its political, ethical and educational thought for us to build "another possible world".

Keywords: Popular Education. Ethics. Policy.

1 INTRODUÇÃO

A educação, no atual contexto, é vista de forma bem complexa no que se refere ao modelo hegemônico, na formação de sujeitos produtivos para o mercado. Nesse sentido, é importante pensar em uma educação que não compartilhe dessa ideologia, onde somos educados para sermos passivos, excluídos de todos direitos em relação a existência humana e da formação de sujeitos críticos, conscientes e construtores de suas histórias.

A partir da pesquisa bibliográfica, buscaremos no histórico das experiências da Educação Popular em Paulo Freire, compreender e refletir a importância do pensamento Freiriano na construção de uma teoria pedagógica libertadora, onde, o pensamento se torna atual, pois o quadro de opressões permanece.

Pensamento este, dinâmico, libertador, por meio de diálogo numa perspectiva emancipadora em favor aos sujeitos excluídos e oprimidos, que sempre estiveram em segundo plano.

Sua contribuição se coloca no sentido de estabelecer uma relação inseparavelmente entre educação e política. Freire desenvolveu uma pedagogia crítica, em oposição a uma educação bancária, expôs que conhecer o mundo é um processo coletivo e prático, envolvendo diferentes formas de saber. Assim, o diálogo constitui não um meio, mas uma postura ética de reconhecimento do outro, uma necessidade para conhecer e transformar o mundo, ao mesmo tempo que, nós construímos como indivíduos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pode-se conceituar método, segundo Ferreira (2005, p. 552): “Procedimento organizado que conduz a um certo resultado; processo ou técnica de ensino[...], e ainda, metodologia, conjunto de métodos, regras e postulados em determinadas disciplinas, e sua aplicação”.

Sendo assim, em relação ao método, destacaremos Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 27):

Em seu sentido mais geral, método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade.

Em relação à pesquisa utilizada, a bibliográfica de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60): “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. [...] busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

Diante do exposto, a técnica de coletas de dados do presente trabalho, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Freire desenvolveu uma pedagogia crítica, em oposição a uma educação bancária, expôs que conhecer o mundo é um processo coletivo e prático, envolvendo diferentes formas de saber. Assim, Freire (2011, p. 27):”O necessário é que, subordinado, à prática “bancária”, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “bancarismo”. Assim, o diálogo constitui não um meio, mas uma postura ética de reconhecimento do outro, uma necessidade para conhecer e transformar o mundo, ao mesmo tempo que nós construímos como indivíduos. Sua contribuição se coloca no sentido de estabelecer uma relação inseparavelmente entre educação e política.

Neste contexto, a pedagogia libertadora de Paulo Freire propõe uma concepção emancipadora, frente a uma realidade de injustiça e desigualdade, uma educação ética, responsável contribuindo com a conscientização, colocar homens e mulheres em dialética permanente, comprometida com os interesses de toda a sociedade.

Freire, também destaca a importância da organização de classe, dos movimentos sociais para a contribuição com o processo de conscientização e participação popular. Assim, forjada com ele e não para ele.

Contudo, na perspectiva de uma educação popular, proposta freiriana, pedagogia libertadora, propõe por meio de diálogo, construir juntos, com o povo, todas as bases e decisões políticas e ação coletiva dos interesses dos grupos populares. Para além do capital, se faz necessário uma transformação nos próprios movimentos sociais, pois eles, em grande parte são os responsáveis pela apropriação conservadora da educação.

O aspecto fundamental, está no compromisso político de educadores e educadoras com as transformações históricas necessárias para a superação das contradições entre as classes, práticas educacionais que possibilitem o desvelamento da realidade marcada por uma ideologia dominante.

Em relação a essa transformação, existem desafios a serem analisados na conjuntura atual, que podemos pontuar como:

- Dominação ideológica do capital, individualismo, concorrência desleal;
- Educação Bancária - contraproposta ao modelo de educação hegemônico;
- Práticas educativas permanentes que visem a interpretação consciente do processo histórico e do modo da sociedade operar (análise de conjuntura);
- Práticas de articulação organizacional, formação permanente e coletiva de sujeitos (oprimidos);
- Leitura do mundo numa perspectiva dialética;
- Busca permanente à coerência ética e a metódica da prática teórica;
- Estar junto com o povo;
- Necessidade de enfrentamento da realidade opressora por meio da organização de movimentos sociais;
- Troca fecunda de saberes: do popular com o científico;
- A produção e reprodução do conhecimento deve ser pautada pela lógica da valorização do ser humano e não dos interesses do mercado, o capital;
- Educação gestada pelos oprimidos e embasada na cultura popular.

Por outro lado, não podemos esquecer que histórica e culturalmente, a realidade nega a humanização. Negação do ser, ter a ilusão que atua, não ter vez, proibição do ser... esse sim é o desafio maior, onde, se faz preciso a força da palavra transformadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do referencial teórico nos levaram a uma reflexão oportuna, uma vez que a pesquisa bibliográfica trouxe consigo uma aventura de conhecer e traçar novos caminhos no desvendamento da realidade que nos circunda em relação a Educação Popular proposta por Paulo Freire.

No momento que os estudos sobre a temática Educação Popular, as ideias retomadas nas obras referidas, fluindo de forma criativa e dialética. Conforme Oliveira (*apud* FREIRE, 2011, p. 12), “[...] pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”.

Desse modo, podemos verificar, o grau de importância que Paulo Freire teve com sua proposta de uma educação que vai além do contexto escolar, além de uma “educação bancária” onde só se deposita conhecimentos e sim uma aposta pela transformação, com o desafio de assumir nova concepção numa proposta que permitam repensar as relações sociais.

Outro aspecto de merecida atenção neste trabalho, é uma proposta de educação que não se cristalize ao contexto escolar, mas que se faça em constante movimento, dialogue na prática de escutar, refletir com a sociedade, com objetivo da emancipação de indivíduos e grupos.

A contribuição de Paulo Freire à Educação Popular, com sua pedagogia libertadora, emancipadora em favor dos oprimidos se faz atual diante do quadro de opressões que permanece. Nessa perspectiva há que se reconhecer que a existe um vínculo entre educação e política, na qual a sociedade seja representativa, participativa construindo juntos uma educação de interesse de todos para todos. Contribuindo assim, para a formação de cidadãos e cidadãs.

Contudo, em pleno século XXI nos exige maior atenção em relação ao pensar nos avanços da educação, educação essa pautada nos interesses do capital,

mantendo a população em estado de alienação.

Paulo Freire em sua proposta de construir com os sujeitos, elaborar coletivamente, promovendo a realização da práxis por meio da indissocialização entre conhecimento e intervenção na realidade, a partir de um processo de desconstrução e reconstrução, construindo juntos uma Educação Popular em favor da autonomia, da emancipação assumindo-nos como seres críticos, pensantes e reflexivos. Nesse sentido a "solução estaria em deixarem a condição de ser "sêres fora de" e assumirem a de "sêres dentro de" (FREIRE, 1982, p. 69).

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R. (Org.). **Educação popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. 6. ed. Revista e Atualizada. Curitiba: Positivo, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. **Pedagogia das práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Grafline, ano III, n. 3, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

ENSINO MÉDIO: O QUE É, PARA QUE E PARA QUEM.

MIDDLE SCHOOL: MIDDLE SCHOOL: WHAT IS, FOR WHAT AND WHOM.

Área Temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

DAVID, Célia Maria. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.UNESP/Franca. cmdavid48@gmail.com

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/Franca. hilda_gs@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho refere-se a um projeto de pesquisa que tem como objetivo primordial colaborar para com as discussões sobre a identidade do Ensino Médio no Brasil, notadamente sobre o embate entre acesso e permanência, evasão e repetência e o currículo, como chave do processo. Trata-se uma pesquisa de base documental e bibliográfica. Considere-se na vertente documental: legislação e publicações referentes às ações governamentais, emanadas do MEC e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A bibliográfica tem sentido definido, acrescentando-se teses e dissertações, pesquisas quantitativas e qualitativas de organizações responsáveis por dados estatísticos no Brasil, como a UNESCO, e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) conjugado ao IDEP. Considere-se ademais, os dados do ENEM. Tem-se como hipótese que a compreensão dos problemas ligados ao que se reclama como falta de qualidade do ensino médio, nas escolas públicas estaduais, demanda uma análise das persistências históricas que acabaram por consolidar o sistema dual de ensino na dicotomia pensar e fazer, resultando numa escola privilegiada para a elite e outra para o povo, situação esta sustentada de maneira especial pela base curricular, a prática didático-pedagógica e o sentido deste nível de ensino para o aluno, principalmente a partir do que reza a Constituição de 1988 em seu artigo 206, inciso I: "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".

Palavras-chave: Ensino Médio, evasão, currículo.

Abstract

This work refers to a research project that has as main objective collaborate with the discussions about the identity of the High School in Brazil, notably about the clash between access and permanence, evasion and repetition and the curriculum, as key to the process. This is a documentary and bibliographical research. Consider in the documentary section: legislation and publications regarding governmental

actions, emanating from the Ministry of Education and Education Department of the State of São Paulo. The bibliography has a definite meaning, adding theses and dissertations, quantitative and qualitative researches of organizations responsible for statistical data in Brazil, such as UNESCO, and by the National System of Evaluation of Basic Education (Saeb) in conjunction with IDEP. In addition, consider ENEM data. It is hypothesized that the understanding of the problems related to what is claimed as a lack of quality of secondary education, in the state public school, demands an analysis of the historical persistences that ended up consolidating the dual teaching system in the dichotomy think and do, resulting in a privileged school for the elite and another for the people, this situation is sustained in a special way by the curricular basis, the didactic-pedagogical practice and the meaning of this level of education for the student, mainly from what is stated in the 1988 Constitution in its article 206, item I: "equality of conditions for access and stay in school".

Keywords: High School, evasion, curriculum**.** .

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no Brasil, pode-se afirmar, é realmente, uma equação mal resolvida; trata-se de uma preocupação na pauta de pesquisadores, professores, pais , e alunos. Embora pela Lei de Diretrizes e Bases n 9394/96 ele seja considerado como etapa final da Educação Básica, com a missão de preparar o aluno para o mercado de trabalho, para a continuidade dos estudos e dar uma formação cidadã, sua própria história faz dele um rito de passagem entre a Escola Fundamental e a Universidade e mesmo assim, ainda não conseguiu se consolidar; não encontrou sua identidade. Pesquisas revelam que o índice de evasão e reprovação são muito elevados, mesmo frente à exigência da formação neste nível para o mercado de trabalho, para se conseguir emprego, conforme demonstramos no corpo deste trabalho.

O fato é que a educação brasileira sempre se pretendeu contextualizada, no entanto, uma pretensão que requer seja analisada à luz da conquista dos direitos, nos diversos tempos e contextos da história do Brasil, tendo-se como premissa que as questões sociais, políticas e econômicas brasileiras revelam-se alinhadas a uma estrutura mental de longa duração , que ,desde os princípios da colonização têm, de maneira persistente, privilegiado uma educação elitista e excludente, assente nas relações de poder (FOUCAULT,2004). Problema que se agrava de maneira especial com a chamada redemocratização do país, mais especificamente na década de 1980, que culminou com a Constituição Federal de 1988. No inciso I, do Art. 206 que trata dos princípios do ensino lê-se: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). O público , para quem a escola abriu as portas é justamente aquele que até então não tinha assento nos bancos escolares, e agora, o tem no limite do direito de entrada ao ensino fundamental que se universalizou, mas de maneira manca, dado que a qualidade não acompanhou o mesmo ritmo. A este público a legislação garantiu assento mas não pertencimento.

A partir da década de 1980 tem-se também a expansão do ensino Médio , de tal maneira que entre os anos de 1988-1997 o crescimento da demanda superou 90% das matrículas registradas até então. De 1996 a 1997, o

crescimento das matrículas neste nível cresceram 11,6%.No entanto o índice de escolarização liquida[1] considerada a população de 15 a 17 anos, não ultrapassa 25%, o que coloca o Brasil em situação de desigualdade em relação a muitos países, inclusive da América Latina.(BRASIL, 2000,p.6).A taxa de escolarização líquida, no Brasil em 2014, era de 56,3%, a bruta 83,7% No Estado de São Paulo esta taxa atinge 71,2%, maior índice do país, a bruta é de 91,8% contra, por exemplo 39,8% taxa líquida e bruta de 71,9% em Alagoas (Fundação Abrinq Observatório da criança e do adolescente disponível em http://observatoriocrianca.org.br/temas/ensino-medio/39-taxa-de-escolarizacao-bruta-e-liquida-ensino-medio?filters=1,135, acesso em outubro,2015).

Frente ao aumento da demanda , visando o aumento de vagas e atendimento de qualidade aos jovens deste nível o MEC, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica SEMTEC, criou o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem. Um programa que requer ser analisado dado que o aumento da demanda, frente às pesquisas, palestras e depoimentos de alunos, nos leva a inferir que esta se deu mais pela exigência deste nível para se conseguir emprego, do que por aspirações de continuidade dos estudos; não que esta dimensão fosse desconsiderada, mas, os índices de evasão e uma leitura atenta para o que está atrás dos dados, fala mais alto.

A proporção dos jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio é inferior a 51% (2011); Entre 1999 e 2011, mais que dobrou a proporção dos que abandonaram a escola no ensino médio (de 7,4% para 16,2%), são dados apresentados pelo Seade, 1ª análise (2013).

A falta de identidade do Ensino Médio, reflete de maneira brutal nas decisões dos jovens que terminam o ensino fundamental. Há, regra geral uma reação positiva frente ao reconhecimento do espaço que a educação conquistou no Brasil, ou seja a importância dos estudos em todos os aspectos, principalmente ligada à conquista de melhores trabalhos, tanto que é corriqueira entre pais que não estudaram ou não deram continuidade aos estudos , por qualquer razão, a fala de que gostariam que os filhos estudassem, como alternativa de aquisição do que não lograram. Na realidade as três dimensões que se colocam como finalidade do Ensino Médio: preparar o aluno para o mercado de trabalho, para a continuidade dos estudos e formação cidadã aparecem nas pesquisas, ainda que não de maneira a revelar, com clareza, as aspirações ou busca dos jovens, notadamente entre a camada socioeconômica e cultural que, à margem da história e dos direitos, resguardadas as raras exceções, não almejava os bancos escolares, nem mesmo como sonho.

Alunos de Escola pública entrevistados pelo programa Roda de Conversa, Programa exibido em 05 de novembro de 2012 pelo Canal Minas Saúde e Publicado em 27 de nov. de 2012, se manifestaram, na linha de raciocínio já comentada, reconhecendo a importância do ensino médio para o futuro, para se

[1]. A Taxa de Escolarização Bruta é a razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (15 a 17 anos) para o curso na etapa de ensino. A Taxa de Escolarização Líquida representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária. (http://observatoriocrianca.org.br/temas/ensino-medio/39-taxa-de-escolarizacao-bruta-e-liquida-ensino-medio?filters=1,134)

preparar para prestar o ENEM, para trabalhar, como capacitação para o exercício profissional. Se tem- se como reconhecida a importância, o que explicaria o alto índice de evasão? Esta é uma pergunta cujas tentativas de resposta ainda não acertaram de fato, o alvo. Dados do INEP mostram que a taxa de abandono escolar passa de 10%, enquanto o percentual de alunos que perdem o ano chega a 12,5%.;sendo que os índices de evasão e de repetência no primeiro ano são os maiores: 12,5% e 17,2%, respectivamente. De acordo com o depoimento de uma aluna evadida "o curso é puxado demais".(Eu Estudante, 2012, online) Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2012/10/02/ensino_educacaobasica_interna,325407/evasao-repetencia-custam-r-4-8-bilhoes.shtml Acesso em setembro 2015). Seria o problema do aluno que trabalha?

Acrescente-se, ademais, o escopo que há longuíssimo tempo tem, sem êxito, alimentado as plataformas eleitoreiras e mesmo o ânimo dos que ocupam as pastas governamentais ligadas à educação - secretarias e ministérios: a decantada qualidade do ensino. Maria Helena Guimarães de Castro em artigo publicado no site Planeta Educação afirma que "De cada 100 concluintes somente 10 estudantes têm desempenho adequado em matemática nas avaliações nacionais.

Em língua portuguesa, 30% dos concluintes apresentam desempenho satisfatório.(CASTRO,2014, online).Seria esta a tradução do " puxado demais" da aluna depoente? E o índice de 25% de escolarização liquida considerada a população de 15 a 17 anos. Este puxado poderia indicar uma desconexão entre conteúdo escolar e a vida dos jovens ? Seria este o embate entre o capital cultural e social do aluno e o da escola analisado por Bourdieu ? (BOURDIEU,2015). Ou trata-se de um problema de maior profundidade e abrangência que diz respeito diretamente à elaboração inconsistente das políticas voltadas para a educação, por supostamente, não reconhecerem a necessidade de se romper o ciclo vicioso, cristalizado, elitista, excludente, que alimenta a história da educação brasileira . Um arquitetura verticalizada, que se estremecida abalaria interesses, desarranjaria os arranjos?

Frente aos altos índices de evasão e repetência importa buscar conhecer os fatores condicionantes e as persistências que têm motivado o embate - acesso e permanência dos alunos no Ensino Médio – no período diurno e noturno para o que vale recuperar a trajetória deste nível de ensino, no Brasil, considerando suas anteriores denominações por intermédio das Constituições Federais , nas Leis de Diretrizes e Bases Nacionais nº 4024/61; 9394/96 e Lei Federal 5692/91 .

Ainda, analisar os Parâmetros, as Diretrizes Curriculares e o Currículo do Estado de São Paulo para o Ensino Médio assim como as propostas curriculares para este nível, nos diversos contextos e períodos históricos,.considerando-se a atual proposta de Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo-se em conta, s analise da avaliação do sistema de avaliações: internas e externas.

.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO

Importante destacar que a história de expansão do Ensino Médio, ainda que lentamente e de maneira, que diríamos grave e desalentadora, vem seguindo o mesmo percurso e visíveis desdobramentos, tal como ocorreu com a universalização do Ensino Fundamental. As políticas voltadas para este nível , só tardiamente, na metade da década de 1990, passaram a vigorar na agenda federal, com a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) além da Emenda Constitucional 59, que torna obrigatória a educação dos 4 aos 17 anos a partir de 2016. No entanto os índices de evasão e repetência , como já postos, são marcantes, preocupantes. Esta inquietação desdobra-se em duas variáveis que referendam o persistente sistema dual de ensino brasileiro: a escola para a elite e a escola para o "povão", destacando-se neste variável, a provável diferença entre o perfil do alunado do ensino diurno e noturno, cujo período atende principalmente aos alunos que trabalham.

A elite tem foro privilegiado porque além de não precisar submeter-se aos ditames do ensino público, considerado de baixa qualidade, vale-se do Ensino Médio e cursinhos preparatórios ou pré- vestibulares particulares, de altíssimo custo, o que regra geral lhes garante vaga nas melhores Universidades Públicas, e em cursos seletivos, cujas vagas são disputadas acirramente. O outro público, para quem a partir dos anos de 1980 a legislação abriu as portas da escola, acaba por vítima da falta de identidade e da baixa qualidade do Ensino Médio público, considerado sob três aspectos: formação para cidadania, para o mundo do trabalho e como preparação acadêmica para o Ensino Superior, que, em nome de uma dívida histórica, os órgãos governamentais têm num velado "calar bocas', buscando superficialmente tapar buracos por intermédio de cotas, do ENEM, do Prouni., recursos que não têm compromisso com a qualidade do ensino, mesmo porque o desempenho dos alunos, nestas provas, ainda que bom ou até satisfatório ,não consegue dizer se a escola é boa. Testes não medem nada que possa revelar a realidade e, no caso do ENEM só refletem o alinhamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula à matriz dele .Daí a pergunta: Ensino Médio: o que é , para que e para quem ?

Há que se considerar que as medidas tomadas pelos órgãos governamentais: secretarias e ministério da Educação têm em pauta os desafios deste nível de ensino; no entanto, a preocupação que perpassa todas as propostas se anima pelas respostas aos rankings internacionais. Em matéria publicada pelo Jornal Estado de São Paulo, no dia 13 de maio de 2015, (outros jornais também publicaram a mesma notícia) o Brasil figura entre os mais baixos em ranking internacional, ocupando a 60ª posição entre os 76 países onde foram avaliados o desempenho de alunos de 15 anos de idade em Ciências e Matemática conforme divulgou a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Frise-se que no ranking de 2012, que avaliou 65 países, o Brasil ocupou o 58º lugar, (Jornal Estado de São Paulo, 2015, online).

Como já dito, as políticas educacionais sempre se posicionaram contextualizadas. No momento da LDB9394/96 a chamada estava para a redemocratização do país frente às demandas do século XXI, conforme explicitam os Art.35 e 36 da LDB nº 9394/96. No primeiro, art. 35, consta sua definição como

etapa final do Ensino Básico, em cujos parâmetros busca sua identidade - o caráter da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam continuar aprendendo, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos; a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (Art.35, incisos I a IV)[2]

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) justificam-se na pauta do avanço tecnológico responsável pelo volume e velocidade de informações, cujo currículo coloca em presença " dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada 'revolução do conhecimento', alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade". A proposta, neste instrumento orienta-se pelos princípios de uma formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simple exercício de memorização (BRASIL, 2000,p.6). Sem dúvida uma nova concepção frente aos princípios que nortearam a habilitação profissional para o 2º grau, proposta pela Lei Federal nº 5692/71.

O Currículo do Estado de São Paulo, para o Ensino Médio: Ciências da Natureza e suas tecnologias deixa evidente a preocupação com a qualidade do Ensino, haja vista a apresentação da publicação pelo então Secretário de Educação do Estado Hermann Voorwald[3], na Carta do Secretário:

> Preparados por especialistas de cada área do conhecimento, com a valiosa participação crítica e propositiva dos profissionais do ensino, os Cadernos do Currículo constituem orientação básica para o trabalho do professor em sala de aula. Esperamos que sejam utilizados como instrumentos para alavancar o ensino de qualidade, objetivo primordial do programa "Educação – compromisso de São Paulo.(SÃO PAULO, 2011)

Trata-se de uma proposta de educação que se pretende inclusiva e contextualizada por meio de um currículo, com prontidão para os desafios postos pela contemporaneidade na pauta das demandas do sec.XXI:"[...] a complexidade da vida cultural em suas dimensões sociais, econômicas e políticas; a presença maciça de produtos científicos e tecnológicos; e a multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano"(SÃO PAULO, 2011, p.10).

O que se tem de fato é que a preocupação com este nível de Ensino público é uma constante entre os estudiosos da educação, dado a distância que prevalece

[2] O Art. 35 trata das diretrizes para o currículo do Ensino Médio, conteúdos, metodologias, avaliação, em consonância com o enunciado no art.34 .

[3] Prof. Dr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald foi Secretário da Educação de 2011 a 2015quando foi substituído pelo Prof. Dr. José Renato Nalini que tomou posse em janeiro de 2016.

entre o legal e o real, ratificada, entre outras considerações, pelos índices de acesso e permanência, pelo domínio dos cursinhos, que o desconsideram, ou substituem; pelo trampolim das cotas, pela deficiente infraestrutura. Um quadro cuja análise demanda uma leitura crítica da estrutura que solidificou a elitista educação brasileira, por um nascedouro de consciência tranquila e contextualizado sob os imperativos da colonização portuguesa na perspectiva de uma economia agrário exportadora e sociedade escravocrata.

Como bem afirma Goodson :

> O valor da teoria curricular precisa ser julgado em confronto com o currículo existente- definido, discutido e realizado nas escolas. Entretanto as teorias curriculares atuais geralmente não apresentam explicações ou hipóteses sobre o que é comprobatório, o que está diante dos olhos, As teorias atuais não são curriculares, são meros programas; são utópicas, não realistas. Preocupam-se com aquilo que deveria ou poderia ser, não com a arte do possível. Atuam, não para explicar, mas para exortar(2012, p. 47)

A Educação jesuítica foi semente que brotou com tamanha força que seus resquícios ainda hoje se fazem sentir, quer na forma, quer no conteúdo, com distinção bem clara entre o pensar e o fazer, e bem claro, também seu público alvo: quem deve pensar, quem deve fazer. Esta é a dicotomia, que norteou a forma e o conteúdo, nas Constituições Federais, de maneira especial na Era Vargas, com evidente ênfase no ensino técnico- profissional, face aos condicionantes históricos, notadamente o desenvolvimento industrial, e na Ditadura Militar ,Lei 5692/71, que instituiu a profissionalização compulsória do Ensino Médio, e seus desdobramentos., comprovadamente mal sucedidos.São modelos, considerados vencidos, mas que, no entanto, na essência, ainda dão cartas na formatação dos currículos, notadamente no currículo em ação, que mesmo com intenção e discurso contextualizado, não consegue se desvencilhar do processo mental que o fundamenta e provoca o olhar atento, do pesquisador da educação; falo da padronização tradicional na seleção dos conteúdos, na concepção de ensino, de aprendizagem, na prática didático- pedagógica, que acabam por colocar a escola e da sociedade em caminhos paralelos, que não se encontram, ou, se acidentam nos encontros. Elementos que hipoteticamente pintam as telas da falta de motivação, do desinteresse, da carência de sentido para o estudante; sob meu ponto de vista , chaves-mestra para se deslumbrar os desafios do Ensino Médio, por intermédio desta pesquisa. Não falo da busca de culpados, mas, se os há, certamente serão descobertos nas persistências históricas, que se reconhecem ainda, nas plataformas eleitoreiras, no olhar a meio-olho, camaleão, para as políticas sociais, no investimento insuficiente e também mal empregado para as políticas educacionais, nas quais a formação e valorização do professor, e reconhecida necessidade, já se tornou um “chavão”. Uma escola ideal para o aluno real é a cortina que precisa se abrir para o palco da educação brasileira.

Lembrando Moreira e Silva quando diz:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a

formas especificas e contigentes de organização da sociedade e da educação. (2011, p.14)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto está sendo desenvolvido sob dois vieses: documental e bibliográfico, sob a perspectiva da longa duração histórica. A análise documental tem como centro gerador a legislação que o fundamenta: Constituição Federal /1988; LDB 9394/96 Resoluções e Portarias Ministério da Educação, a saber: Resolução nº 2 de 30 de janeiro 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Portaria n.1.140, de 22 de novembro de 2013 que Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Considere-se ademais, as Constituições Brasileiras como referenciais do percurso histórico do nível de ensino, objeto deste estudo. Compõe a pauta de análise as orientações emanadas do Ministério da Educação, a saber: o documento Ensino Médio Inovador e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo: Reorganização do ensino fundamental e do ensino médio, o Currículo do Estado de São Paulo conjugado aos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Importante na perspectiva colocada, a necessária análise do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e os dados publicados pelo Instituto de Estatística da UNESCO que envolve, entre outros o IBGE, o INEP, o IPEA .O bibliográfico diz respeito aos trabalhos de estudiosos do assunto, incluindo-se teses e dissertações

A análise dos documentos legais sugere ao pesquisador caminhar pelas trilhas históricas deste nível de ensino, na pauta do tempo espaço orientado pelo aqui agora; aqui em outro tempo, já que o lugar, ainda que de perfil regional ou mesmo local, com força de certeza ,responde pelo macro brasileiro.Neste percurso espera-se desvelar as persistências que dão o tom da configuração do Ensino Médio atualmente, elementos que requerem uma análise comparativa com a proposta de Reforma do Ensino Médio ,editado por Medida Provisória e norteada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o que será de grande utilidade também o trabalho realizado pela mídia , notadamente entrevistas com especialistas e estudantes

4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os objetivos sejam alcançados e que este trabalho possa contribuir não só para a compreensão do quadro posto pelo Ensino Médio no Brasil, como sugerir novas pesquisas que permitam avançar os estudos e oxalá refletir na formatação das políticas educacionais, de maneira especial na organização do currículo para este nível de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida até aqui, demonstra que a a crise da qualidade de educação no Brasil está relacionada a uma concepção elitista do saber da sala de

aula. Nesse sentido, as questões referentes à baixa qualidade do ensino médio oferecido nas escolas públicas estaduais, reivindicam envidar esforços na busca pela superação, da persistência, de um sistema dual de ensino, pautado pela dicotomia entre pensar e fazer. Tal dicotomia tem resultado numa escola que privilegia a elite, apoiada principalmente na opção por uma base curricular fragmentada em conteúdos estanques e esvaziados de sentido e em uma prática didático-pedagógica homogênea e reprodutivista.

Cumpre buscar conferir sentido ao processo de ensino aprendizagem, para os estudantes deste nível de ensino, fazendo cumprir o preceito da Constituição de 1988 em seu artigo 206, inciso I: "igualdade de condições, para o acesso e permanência na escola".

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, MIRIAM; CASTRO, Mary Garcia.(Org). **Ensino Médio:** múltiplas vozes ..UNESCO 2003 Edição publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação.** 16.ed.Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRAZIL. **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março se 1824.** Coleção das Leis do Imperio do Brazil, Rio de Janeiro, 31 dez. 1824. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil, de 24 de fevereiro de 1891. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 25 de fev. 1891. p. 777. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 2010.

_____BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 2010.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União,** Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 2010.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 2010.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 14 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, 24 jan. 1967. p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 2010.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2010.

BRASIL. _____. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 de dez. 1942. p. 20. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3081>. Acesso em: 19 mar. 2010.

_____._____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial**,Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 2010.

BRASIL Resolução CFE n. 0008, de 01 de dezembro de 1971**.** Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1971. Disponível em <http://www.prolei.inep.gov.br/anexo.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FAnexo%2F-5997753723446129533r>. Acesso em: 23 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação .Câmara de Educação básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012** (*) define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192. Acesso em outubro/2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria No - 1.140, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013 (***) Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação.

BRASIL. Ministério da Educação. P**arâmetros Curriculares Nacionais** Ensino Médio,2000. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf. Acesso em outubro/2015.\

BRASIL. Ministério da Educação **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM,** 2006 .v.1,2,3.Disponível em http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13558-politicas-de-ensino-medio.Acesso em julho/2015.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Desafios do Ensino Médio,2014** .disponível em http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2485.ACesso em novembro de 2015.

CASTRO, Maria Helena Guimarães; TORRES, H. de Gama; FRANÇA, Danilo. Os jovens e o gargalo do ensino médio brasileiro.**Revista:1ª Seade**, nº5, agosto, 2013

Eu Estudante. **Correio Braziliense** , 2012. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2012/10/02/ensino_educacaobasica_interna,325407/evasao-e-repetencia-custam-r-4-8-bilhoes.shtml, acesso em setembro 2015).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramalhete. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRIGOTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, Ramos Marise (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005

GIMENO SACRISTAN, José. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. (Biblioteca artes médicas. Fundamentos da educação).

GOODSON, Ivor F. **Currículo:** teoria e história. Ed.10Petrópolis: Vozes, 2012.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Ensino Médio Noturno,2015**.Educação para o século XXI.Disponível em http://educacaosec21.org.br/biblioteca-3/publicacoes-institucionais/, acesso em nov.2015

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos.** São Paulo: Cortez, 2006. (Cultura, memória e currículo).

MACHADO, Nilson José. Sobre a ideia de competência. In: PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Tradução de Cláudia Schilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; Silva, Tomaz Tadeu. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU, Tomaz (org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da educação profissional de nível médio**: proposta de diretrizes curriculares. São Paulo: Fundação Santillana; Moderna, 2012.

PALHARES, Isabela. Brasil é o 60º colocado em ranking de educação.**Jornal Estado de São Paulo**.São Paulo, 13 de maio de 2015. Disponível http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-60-colocado-em-ranking-mundial-de-educacao,1686720. Acesso em maio de 2015

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo**: Ciências da Natureza e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luís Carlos de Menezes. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2011.152 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. **Reorganização do ensino fundamental e do ensino médio** / Secretaria da Educação, Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. - São Paulo : SE, 2012.disponível em http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/383.pdf.acesso em outubro/2015

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Ciências sociais da educação).

Roda de Conversa - Tema: **Ensino Médio e Juventude:** os desafios das novas propostas - Parte 1 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=lEoova73mm0, acesso em novembro de 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Org.). **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica.** Brasília: Plano Editora, 2002.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

HISTORICAL EVOLUTION OF CHILD AND ADOLESCENT SITUATION

Sessão temática: Sessão temática: Direito, trabalho e serviço social.

OLIVEIRA, Elisa de.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Passos,
Discente do 10º período do curso de direito.
E-mail- elisa.oliveira.oliveira@hotmail.com

OLIVEIRA, Zaira Garcia de.
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Passos.
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara, Mestra em Desenvolvimento Regional /UNIFACEF
E-mail- oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem como intuito trazer sobre a evolução histórica da situação da criança e do adolescente, mostrando como estes eram tratados em Roma, e após discorrer sobre estes dentro da legislação brasileira, mostrando a partir de que época começaram as políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes e com o passar dos anos como foi se transformando, como passaram a ser tratados, os direitos que foram dispensados a estes, até o momento atual. Esse artigo tem por intenção contribuir para os estudos sociais e jurídicos a respeito do tema. Para a realização deste será utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituirão: pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais e será utilizado de Pesquisa Bibliográfica.

Palavras-chave: Evolução histórica; criança e adolescente; políticas públicas.

Abstract

The purpose of this article is to show the historical evolution of the situation of the child and the adolescent, showing how they were treated in Rome, and after discussing them within the Brazilian legislation, showing the time from which began the public policies aimed at children and adolescents and with the passing of the years as they were being transformed, as they began to be treated, the rights that were dispensed to these until the present moment. This article intends to contribute to social and legal

studies on the subject. For the realization of this will be used the deductive logical process, and the research techniques will constitute: documentary research, being them in constitutional and legal norms and will be used of Bibliographic Research.

Keywords: Historic evolution; child and adolescent; public policy.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante ressaltar o contexto histórico da evolução dos direitos das crianças e adolescentes, sabe-se que na Roma antiga as crianças não eram seres dotados de direitos e os patriarcas das famílias decidiam o que fariam com seus filhos casos estes nascessem com alguma doença, deformidade ou se não tivessem condições de sustentar estas crianças.

No Brasil no início do século XX as crianças eram abandonadas, e estas, mesmo que sendo entregue em entidades que acolhiam no primeiro momento, com o passar do tempo estes acabavam ficando abandonados pelas ruas em situação de risco, e para buscar sua sobrevivência acabavam praticando crimes que hoje chamamos de atos infracionais.

Mas com o passar dos anos e o aumento das diferenças econômicas, as discrepâncias entre as classes sociais, ausência do controle de natalidade, os pais colocavam estes para buscarem o sustento para a casa, e a maneira que estas crianças e adolescentes encontravam era entrar para o mundo da criminalidade, não por vontade própria ou como forma de chamar atenção, mas sim para suprir as necessidades próprias e da família.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Durante a evolução histórica da humanidade a situação das crianças e adolescentes passou por grandes transformações, algumas de certa forma muito impactantes.

2.1 EVOLUÇÃO NO DECORRER DA HISTÓRIA

Na Roma a família era regida pelo poder familiar, onde o responsável por tudo e todas as decisões era o chefe da família, e no tocante da educação das crianças esta sofria mudanças que variavam de acordo com a classe social das famílias e o sexo. Sendo assim os meninos das classes mais privilegiadas aprendiam a ler e a escrever em latim e grego com seus professores particulares, na época eram chamados de preceptores. Estes também, recebiam conhecimentos de agricultura, astronomia, religião, geografia, matemática e arquitetura.

Enquanto os meninos das classes inferiores, eram tratados de forma desigual, estes não podiam dispor de tempo integral para os estudos, também tinham de se dedicar ao trabalho agrícola ou artesanal.

Nesse tempo as crianças e adolescentes não eram considerados como sujeitos de direito, mas sim objeto de relações jurídicas, com isso o chefe da família

tinha o poder de dono, proprietário sobre estes, podendo assim decidir seus futuros, se viveriam ou morreriam.

No tocante ao abandono de crianças que se tornou tão comum nos dias de hoje, este também existia na Roma Antiga.

Estes meninos e meninas quando abandonados estavam destinados à prostituição ou à vida de gladiadores, eles eram treinados para enfrentar leões, tigres e outros animais perigosos, e existiam ainda os que se tornavam servos.

Na Roma antiga independente da classe social estes podiam abandonar seus filhos, e esse abandono tinham causas variadas, como: enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas; os pobres, por não terem condições de criar os filhos, estes eram abandonados, e as famílias ficavam esperando que um benfeitor recolhesse o bebê e os ricos, ou porque tinham dúvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes.

Era comum tanto na Grécia quanto em Roma o infanticídio pois este era permitido. No entanto o Imperador Constantino não aprovava este tipo de conduta e a partir do ano de 318 passou a condenar que praticasse o infanticídio com pena de morte.

Após conhecermos um pouco de como eram tratadas as crianças na Roma antiga passaremos a mostrar como eram tratadas as crianças no Brasil e com a evolução o que mudou.

Até o início do século XX não há nenhum relato a respeito de políticas sociais feitas pelo Estado Brasileiro, nesse período as classes menos favorecidas eram deixadas sob a responsabilidade da Igreja Católica.

Destaca Bernardo Leôncio Moura Coelho:

> Estudar a proteção destinada às crianças, que procede da própria evolução dos direitos humanos, é uma obrigação social e, por que não dizer, uma obrigação jurídica. O ser criança já não é mais uma passagem provisória para se alcançar o *status* de adulto. Já não se concebe a criança sujeita ao poder exclusivo e ilimitado do pátrio poder. Hoje, a criança é um sujeito de direitos, não um mero objeto de ações governamentais (COELHO, 1998, p. 93).

As Santas Casas eram parceiras das igrejas e ajudavam a cuidar destes, No Brasil, estas instituições atuavam tanto com os doentes quanto com os órfãos e desprovidos.

Para amparar as famílias que não podiam cuidar de seus filhos, foi criado um sistema nas Santas Casas onde uma roda era instalada e nelas eram colocadas as crianças abandonadas ou órfãs e também as pessoas que tinham melhores condições financeira poderiam deixar donativos.

Essas rodas permitiam que as pessoas ou mães que entregavam seus filhos mantivessem o anonimato, pois nessa época seguia-se padrões de condutas muito rígidos e não se era admitido pela sociedade mães solteiras.

No ano de 1854 veio a regulamentação que tratava sobre o ensino, acontece que esta era parcial, visto que crianças escravas ou que tivessem algum tipo de doença contagiosa ou não vacinadas, não tinham o direito ao estudo.

No Brasil em 11 de outubro de 1890 com o Decreto Lei 847 criou se o Código Penal que trouxe elencado em seu texto uma proteção ao menor, este contemplava artigos com vedações.

Para que uma criança pudesse ser entregue nas Santas Casas, era necessário que ela se encontrasse em situação de abandono e possuísse no máximo sete anos de idade.

Porém o Decreto nº 1.313 de 1891 trouxe em seus artigos 2º e 4º regulamentações a respeito dos trabalhos infantis, onde ficava estipulada a idade mínima de 12 anos para poder trabalhar.

Nesta época devido ao crescimento da indústria a mão de obra infantil era muito utilizada, tanto pelo fato de ser mão de obra barata como também pelo fato destas precisarem trabalhar para ajudar no sustento das famílias.

Durante o período da República, severas discussões foram travadas em favor da proibição do trabalho infantil, reivindicando que menores de 14 anos não pudessem trabalhar de forma nenhuma e menores de 18 não pudessem trabalhar no período noturno.

Quase três décadas depois, surgiu o Código de Menores, datado de 12 de outubro de 1927, conhecido como ”Código Mello Mattos”, o qual trouxe elencado nos artigos 15 e 16 a proibição da utilização das rodas, passando a adotar um método mais pessoal, onde a mãe deveria entregar a criança a um responsável pelo local e fazer um registro, no entanto a mesma ainda seria mantida em anonimato.

> Art. 15. A admissão dos expostos á assistência se fará por consignação direta, excluído o sistema das rodas.
> Art. 16. As instituições destinadas a recolher e criar expostos terão um registro secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incógnito, em que se apresentem e desejem manter os portadores de crianças a serem asiladas. (BRASIL. 1927, Código de Menores)

Devido à crise econômica, social e epidêmica que o país enfrentava naquela época, tornou-se crescente a inquietação acerca da criminalidade juvenil, pois acreditava-se no fato de que o menor que praticava um pequeno delito poderia estar ocultando uma grande monstruosidade.

Após o surgimento desse pensamento, ficou claro que as crianças pobres viviam em condições precárias de higiene, o que dificultava a sobrevivência e acarretava grandes epidemias que se alastravam pelo país, vitimando milhares de crianças.

Este código não foi feito de forma a atender todas as crianças, apenas àquelas que se encontravam em situação irregular, conforme elencava seu artigo 1º, vejamos:

> Art. 1º. O menor, de um outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste código. (BRASIL. 1927, Código de Menores)

Com base no citado código de 1927, o Poder Judiciário criou e regulamentou o funcionamento do Juizado de Menores, bem como regulamentou as instituições auxiliares que cuidavam destes menores, tendo em vista que o Estado assume o papel como responsável e garantidor legal da tutela das crianças órfãs e abandonadas que estavam sob sua tutela, oferecendo orientações e oportunidades para elas trabalharem.

O citado código, ainda consignava três limites de idade, sendo 14, 16 e 18 anos, onde: menor era considerado irresponsável até os 14 anos, assim não podendo

ficar sujeito a medida alguma de natureza penal; dos 14 aos 16 anos, no caso de ter praticado ato infracional, este menor ainda era considerado irresponsável, no entanto instaurava-se um processo para apurar o ato, dependendo do resultado, designava-se quais medidas de assistências seriam impostas; dos 16 e 18 anos, o menor era considerado responsável, passando a sofrer as penas previstas no Código Penal, sendo estas com a redução de um terço na duração das penas privativas de liberdade cabíveis ao adulto.

O código de menores tinha como objetivo principal cuidar dos menores que se encontravam em situações irregulares e não dos que se encontravam em situação de menoridade.

No ano de 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, este órgão veio advindo do Ministério da Justiça, tinha o cunho de orientação correcional e também repressivo, com a intenção de funcionar de forma análoga ao Sistema Prisional.

> Art. 2º O S. A. M. terá por fim:
> a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
> b) proceder à investigação social e ao exame médico psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
> c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
> d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somato psíquico, até o seu desligamento;
> e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
> f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (BRASIL. 1942, SAM)

O SAM teve sua estruturação em reformatórios e casas de correção para adolescentes infratores, também em fazendas agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados.

Este Sistema de Assistência ao Menor, foi e ainda é considerado por muitos doutrinadores como a primeira política pública implantada e voltada para as crianças e adolescentes.

Enquanto o Código de Menores era voltado apenas às crianças e adolescentes em situação de abandono, o SAM atendia de forma diferente a criança ou o adolescente que praticava atos infracionais, estando ela em situação de abandono ou não.

A partir da criação do Sistema de Assistência ao Menor, entidades federais de atenção a criança e ao adolescente, as quais eram ligadas à figura da primeira dama também foram criadas com o intuito de visar o campo do trabalho, sendo todos eles atravessados pela prática assistencialista; Legião Brasileira de Assistência; Casa do Pequeno Jornaleiro; Casa do Pequeno Lavrador e Casa do Pequeno trabalhador.

Em 1979 surgiu um novo Código de Menores, o qual trouxe uma abertura ao Estado sobre a família, abrindo uma passagem para o aumento dos internatos, também conhecidos como prisão, pois ao se constatar o abando ou situação irregular das crianças e jovens, estes eram encaminhados pelo Estado aos Internatos onde ficavam até atingirem a maioridade.

O doutrinador Bruno Caldeira Marinho Queiroz assevera sobre o código de menores:

> O Código de Menores de 1979 firmou o menor como objeto de tutela do Estado, legitimando a intervenção estatal sobre os jovens que estivessem em uma circunstância que a lei estabelecia como situação irregular. Crianças consideradas expostas, abandonadas, mendigas ou vadias, saiam da tutela da família para a do juiz de menores, o qual tinha o poder de decidir como e onde ela ficaria, sem qualquer garantia contida na lei, à diferença do que temos hoje através do princípio do devido processo legal. (QUEIROZ. 2008, p.1)

Com isso, as instituições tinham maior importância, ficando os menores em segundo lugar, pois para o Estado só interessava que estes ficassem enclausurados dentro das instituições, com isso não precisavam se preocupar com o que os mesmos faziam e sim deixá-los longe das ruas e da criminalidade antes de completarem a maioridade.

Segundo Wilson Donizeti Liberati:

> Antes do Estatuto, as medidas aplicadas aos menores infratores visavam, sobretudo, sua proteção, tratamento e cura, como se eles fossem portadores de uma patologia social que tornava insustentável sua presença no convívio social. O pior disso é que esses menores não eram considerados sujeitos de direitos, mas objeto de atividades policiais e das políticas sociais. (LIBERATI. 2003, p. 113)

Apesar de se apresentar eficaz em um primeiro momento, com o decorrer dos anos o Código de Menores tornou-se insuficiente e até ineficaz perante à realidade que havia se modificado com a evolução dos anos.

Neste período, os meninos e meninas de rua passaram a serem vistos como símbolos da situação da infância e adolescência desamparada no Brasil, tanto pela sua importância em termos quantitativos como pela sua crescente organização e decorrente intervenção no panorama político nacional, com apoios internacionais.

Dessa forma novo Código de Menores visava estabelecer de forma clara qual o tratamento deveria ser dado às crianças e jovens excluídos, regulamentado questões acerca do trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada.

O código de menores em seu legado deixou alguns mecanismos que utilizamos até hoje, sendo eles: o juizado de menores, o juiz de menores, dentre outros termos que ainda permanecem.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, consolidou as garantias e direitos da infância e da juventude como prioridade, buscando a proteção aos interesses dos menores**.**

As garantias afirmadas pela Constituição em relação à menoridade penal estabelecem que os dispositivos previstos no Código Penal somente poderão ser aplicados aos maiores de 18 anos, enquanto que aos menores serão aplicadas normas previstas em legislação própria.

Em se tratando da idade penal, o artigo 228 estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas de legislação especial”.

Estas normas foram regulamentadas em 1990, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, a qual adotou a doutrina da proteção integral, além de regras específicas a respeito da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA derivado da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, foi e ainda é considerado um grande avanço e conquista para os direitos das crianças e dos adolescentes, este seguiu e ainda segue a doutrina da proteção integral, a qual se baseia no princípio do melhor interesse da criança.

O Estado brasileiro tem o dever de garantir as necessidades da pessoa em desenvolvimento, seu direito a vida, saúde, educação, convivência, lazer, liberdade, profissionalização e outros, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Estatuto da Criança e Adolescente tem sua aplicabilidade, nos menores de 18 anos de idade, a qual se encontra consagrada pela Constituição Federal como início da imputabilidade penal.

Conforme José Frederico Marques:

> Discrimina a lei dois períodos de menoridade penal: um dos 14 aos 18 anos, e outro até os 14 anos. Para os da primeira categoria, prevê três hipóteses: a) quando os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, pode, o juiz deixá-lo com o pai ou responsável, ou confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou finalmente, mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação profissional; b) quando tais motivos e circunstâncias evidenciam a periculosidade, é obrigação o internamento do menor em estabelecimento adequado; c) quando essa periculosidade tem caráter excepcional, pode o juiz determinar o internamento do menor em seção especial de estabelecimento destinado a adultos (MARQUES, 1997, p. 225).

Ainda segundo o mesmo autor:

> Se o menor não tiver atingido a idade de 14 anos, determina o art. 3º que o juiz adote as medidas de assistência e proteção indicadas pelos motivos e circunstâncias do fato e pelas condições do menor (MARQUES, 1997, p. 226).

Atualmente no Brasil, “Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (art.2º, Lei n. 8.069/90 - ECA)

Após estudarmos um pouco a respeito da evolução histórica das crianças e adolescentes, se faz necessário para a continuação do estudo pesquisarmos a respeito da história da criminalidade juvenil, bem como levantar *as* prováveis causas e consequências da delinquência juvenil, buscando um maior conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos propostos foi utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituíram de pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode ser visto que na antiguidade o que era preponderante era o poder patriarcal, onde este decidia o que seria feito com as crianças conforme o que acontecia.

Com o passar dos anos esta situação foi mudando, no começo ainda não se tinha as crianças e os adolescentes como bem maior, apenas se cuidava para que estes não ficassem nas ruas e assim cometessem pequenos delitos.

Hoje contamos com um sistema de garantias que veio proteger e garantir que as crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos e preservados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente artigo podemos perceber que a evolução histórica das crianças e adolescentes passou por muitos momentos, onde cada um tratava a estes de uma forma.

Neste contexto podemos ver que o Brasil com o decorrer dos anos passou por vários momentos significativos dentre estas leis que visavam de certa forma reger os direitos das crianças e adolescentes, nestes vinham elencadas, critérios e formas de como deveriam ser tratadas as crianças que eram abandonadas, idade para estes poderem trabalhar, como também limites para este trabalho, idade para serem responsabilizados pelos atos infracionais que estes viessem a praticar, dentre outras normas.

Cumpre ressaltar que o presente artigo se trata de uma apresentação inicial a respeito da evolução histórica da situação da criança e do adolescente, sendo assim necessários constantes estudos acerca do tema, tendo em vista sua importância e seus reflexos tanto na área jurídica quanto na social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 01 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm > Acesso 10 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 1313 de 17 de janeiro de 1981. Estabelece providencias para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal**. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html > Acesso em 15 de jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.** Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Senado, 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 03 Fev. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3799, de 05 de novembro de 1941**. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html > Acesso em 15 de fev. 2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso 12 mar. 2017.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura, **A proteção à criança nas Constituições Brasileiras**. 3ª ed., Brasília: editora Revista dos Tribunais, 1998.

Liberati, Wilson Donizeti. **Adolescente e o Ato infracional – medida socioeducativa é pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003

MARQUES, José Frederico. **Tratado de direito penal**. 2ª ed. Atual. Campinas: Bookseller, 1997.

QUEIROZ, Bruno Caldeira Marinho de. **Evolução Histórico-Normativa da Proteção e Responsabilização Penal Juvenil no Brasil**. 2008 .Disponível em: < http://www.webartigos.com/artigos/evolucao-historico-normativa-da-protecao-e-responsabilizacao-penal-juvenil-no-brasil/8610/> Acesso em 22 de março 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

FILIAÇÃO HOMOAFETIVA

HOMO-AFFECTIVE AFFILIATION

Sessão temática: 1.6 Outras áreas temáticas

MOTTA, Maiara
Mestranda em Direito Civil e Aperfeiçoamento em Licitações pela UNESP.
maiara.motta@live.com

CANELA, Kelly Cristina
Doutora pela USP, Mestra pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata,
Professora da Pós-Graduação e da Graduação da UNESP.
kellyccanela@gmail.com

Resumo

A família é a base da sociedade. Há diversas políticas públicas em sua defesa, tratando-se aqui da permissão da união civil entre pessoas do mesmo sexo, o que permitiu o avanço social para que esses casais pudessem ter filhos e reconhecer essa filiação. Afinal, apesar do reconhecimento de novas formas de composição familiar, o casamento ou a união estável em muitos momentos são necessários ou, ao menos, facilitadores, para o direito à parentalidade. Será estudada a evolução desses institutos, bem como algumas dificuldades enfrentadas para pessoas do mesmo sexo constituírem suas famílias. Por fim, será avaliada a importância da filiação socioafetiva, sua preponderância sobre a filiação biológica e em quais princípios se pauta. Para isso, o referencial teórico utilizado é da autora Maria Berenice Dias sobre os diferentes tipos de filiação e para compreender o motivo da omissão legislativa sobre o assunto. Será utilizada a metodologia de vertente jurídico-sociológica com raciocínio dedutivo para compreensão e interpretação das questões jurídicas elencadas.

Palavras-chave: direito civil, direito de família, filiação homoafetiva.

Abstract

Family is the society's base. There are many public policies in their defense, dealing this work with the permission of same sex civil union, which has allowed those couples to have children and recognize this affiliation. After all, despite the recognition of new forms of household compositions, marriage or stable union are required or, at least, make it easier to access the right to parenthood. It will be studied the evolution of these institutes, as well as some difficulties that same sex

couples must overcome in order to form their families. Finally, it will be assessed the importance of socio-affective affiliation and its preponderance over biological affiliation, along with which principals it is guided by. In order to do so, it will be used as theoretical frame of reference Maria Berenice Dias regarding different types of affiliation and to understand the legislative omission about the subject. It will also be applied a legal-sociological methodology combined with deductive reasoning to understand and interpret the juridical issues that were listed.

Keywords: civil law, family law, homo-affective affiliation.

1 INTRODUÇÃO

A família é base da sociedade, conforme o art. 226 da Constituição Federal, sendo objeto especial de proteção do Estado. As diversas formas de família foram sendo reconhecidas com o passar do tempo. Além disso, a constituição e o planejamento familiar, fundados no princípio da paternidade responsável, são de livre decisão do casal, cabendo ao Estado apenas "propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas" (art. 223, §7º, CF).

Tradicionalmente, a família era constituída pelos filhos oriundos do casamento entre um homem e uma mulher. A lei ainda a restringe nesse sentido, posto que as maiores inovações ocorreram no âmbito judicial. Apesar desse avanço social, há tentativas para impedir o progresso legislativo por motivos religiosos com a votação do Estatuto da Família, o qual visa reduzir o casamento à união civil entre homem e mulher. Nas lições de Maria Berenice Dias,

> o legislador, com medo de desagradar seu eleitorado, prefere não aprovar leis que concedam direitos às minorias alvo da discriminação. Não há outra justificativa para as uniões homossexuais serem marginalizadas e excluídas do sistema jurídico. No entanto, a ausência de lei não significa inexistência de direito (2016, p. 271).

Hoje já se reconhece como entidade familiar a união estável (art. 223, §3º, CF), bem como a presença de apenas um dos pais com seus descendentes (art. 223, §4º, CF), havendo um pluralismo das entidades familiares. Quando se tratar de casal, este pode ser hetero ou homossexual. O STF reconheceu a possibilidade da união estável para casais do mesmo sexo em 2011 a partir de dois julgados reconhecendo a repercussão geral e com efeitos *erga omnes*, aplicando o art. 1.723 do CC e concedendo, ainda, os mesmos direitos e deveres dos companheiros em união estável com pessoas de sexo diferentes.

> A ADI 4277 foi protocolada na Corte inicialmente como ADPF 178. A ação buscou a declaração de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Pediu, também, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo.
> Já na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, o governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) alegou que o não reconhecimento da união homoafetiva contraria preceitos fundamentais como igualdade, liberdade (da qual decorre a autonomia da vontade) e o princípio da dignidade da pessoa humana, todos da Constituição Federal. Com esse argumento, pediu que o STF aplicasse o regime jurídico das uniões estáveis, previsto no artigo 1.723 do Código Civil, às uniões

> homoafetivas de funcionários públicos civis do Rio de Janeiro (STF, 2011).

Com a possibilidade da união estável, a conversão em casamento foi facilitada. Após equiparação dos institutos e a aplicabilidade para todos os cidadãos, independente da orientação sexual, admitiu-se a habilitação direta para o casamento perante o Registro Civil. Diante de negativas arbitrárias em diversas comarcas, precisou o CNJ editar a Resolução nº 175/2013 para vedar "[...] às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo" (art. 1º).

Os direitos fundamentais elencados foram igualdade, liberdade (da qual decorre a autonomia da vontade) e o princípio da dignidade da pessoa humana, além do princípio constitucional implícito da felicidade. Conforme mencionado, atualmente reconhecem-se várias possibilidades de arranjos familiares.

> Como as uniões extramatrimoniais não eram consideradas de natureza familiar, encontravam abrigo somente no **direito obrigacional**, como **sociedades de fato** reconhecidas como família pela justiça. As uniões simultâneas e as poliafetivas – preconceituosamente nominadas de "concubinato adulterino" –, também são unidades afetivas que merecem ser abrigadas sob o manto do direito das famílias. Do mesmo modo as famílias parentais e as pluriparentais.
>
> Excluir do âmbito da juridicidade entidades familiares que se compõem a partir de um elo de afetividade e que geram comprometimento mútuo e envolvimento pessoal e patrimonial é simplesmente chancelar o **enriquecimento injustificado**, é afrontar a ética, é ser conivente com a injustiça (DIAS, 2016, p. 52, grifos da autora).

A consagração da igualdade entre homens e mulheres, do pluralismo das entidades familiares e o tratamento igualitário entre todos os filhos são garantias constitucionais de direito subjetivo e, consequentemente, não podem ser objeto de retrocessos sociais (DIAS, 2016, p. 52). A grande mudança consiste no fato de o princípio fundamentador das famílias ter se deslocado da consanguinidade para a afetividade. Logo,

> mesmo que a palavra **afeto** não esteja expressa na Constituição, a afetividade encontra-se enlaçada no âmbito de sua proteção. Calha um exemplo. A **união estável** é reconhecida como entidade familiar, merecedora da tutela jurídica. Como se constitui sem o selo do casamento, isso significa que a afetividade, que une e enlaça as pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico. Ocorreu a constitucionalização de um modelo de família eudemista e igualitário, com maior espaço para o afeto e a realização individual" (DIAS. 2016, p. 55, grifos da autora).

A afetividade está profundamente conectada ao direito fundamental da felicidade. Por exemplo, no Código Civil, ao se invocar

> a relação de afetividade e afinidade como elemento indicativo para definição de **guarda** em favor de terceira pessoa (CC art. 1.584 § 5º). A **posse de estado** nada mais é que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de garantir a felicidade, como um direito a ser alcançado.
>
> Belmiro Welter identifica algumas passagens em que há valoração do afeto no Código Civil: (a) ao estabelecer a comunhão plena de vida no casamento (CC 1.511); (b) quando admite outra origem à filiação além do parentesco natural e civil (CC 1.593); (c) na consagração da igualdade na filiação (CC 1.596); (d) ao fixar a irrevogabilidade da perfilhação (CC 1.604); e, (e) quando trata do casamento e de sua dissolução, fala antes em questões pessoais do que dos seus aspectos patrimoniais (DIAS, 2016, p. 56, grifos da autora).

Em linhas gerais, costumam-se elencar nove estruturas familiares:

nuclear (pai, mãe e filhos vivendo juntos); monoparental (filhos vivendo com apenas um dos pais); recomposta ou reconstituída (após o divórcio, a mãe ou o pai passa a viver com outra pessoa); alargada ou ampliada (dentro da mesma casa residem os pais, os filhos, os avós, os tios, os primos, etc.); homoparental (composta por dois sujeitos mesmo sexo, sejam homens ou mulheres, que residem juntos); binuclear (composta por dois lares que se formam após o divórcio. Ambos os pais permanecem responsáveis pelos cuidados dos filhos, atendendo às necessidades deles de forma integral); família poliafetiva (consiste na relação entre mais de duas pessoas. Na relação poliafetiva todos se relacionam entre si, embora o lavramento de escritura pública para documentar a relação ainda seja controvertido); família substituta (em hipótese, quando a família natural não está sendo capaz de garantir os direitos decorrentes do princípio da proteção integral, será promovida a colocação da criança e adolescente em uma família substituta, compreendendo três espécies: a guarda, a tutela e a adoção); família unipessoal (composta por apenas uma pessoa).

> A Constituição Federal de 1988 revolucionou o conceito de família, até então existente no Direito brasileiro. Entre as suas maiores inovações, no que respeita o Direito de Família, destacam-se os três eixos: o da igualdade de gênero, o da pluralidade das entidades familiares e o da igualdade de filiação. No que antes era uma legislação preconceituosa, com a extrema proteção da união matrimonial, renegando qualquer formação familiar diferente do casamento, a Carta Federal deu lugar à valorização do indivíduo, enquanto pessoa humana e detentor de dignidade. Nesse passo, o elo entre a família deixou de ser uma situação jurídica construída só pelo casamento, para tornar-se algo muito mais puro e concreto, sustentado no afeto (LOPES, 2015, p. 44).

Logo, famílias podem ser muito mais que pais e seus descendentes diretos. No contexto desse trabalho, será abordada a constituição da família homoparental e os principais problemas por ela enfrentados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O principal referencial utilizado é da autora Maria Berenice Dias, de cujas lições foram retirados dois parâmetros. O primeiro, sobre os três diferentes tipos de filiação (registra, biológica e jurídica) e, o segundo, para compreender o motivo da omissão legislativa sobre o assunto estudado, compreendendo-se porque faz-se necessário o apoio na jurisprudência e na interpretação extensiva da lei.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é a da vertente jurídico-sociológica, a qual se preocupa com a relação entre o Direito e a sociedade, compreendendo-o como fenômeno parte de um ambiente mais amplo e do qual depende.

Além disso, será empregado o raciocínio dedutivo, o qual parte de premissas exististes como as leis e as decisões jurisprudenciais para analisar o caso concreto, realizando uma investigação de tipo jurídico-descritivo (ou jurídico-compreensivo), o qual se preocupa em decompor os aspectos de um problema jurídico para melhor interpretá-los.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A filiação decorre da consanguinidade ou da afinidade, como visto. Sua conceituação sofreu relevantes alterações desde o Código Civil de 1916, para o qual

> [...], os filhos eram legítimos (havidos sob o casamento civil e dentro dos prazos estabelecidos), legitimados (resultantes do casamento dos pais, após concebidos ou nascidos), ilegítimos (havidos fora do casamento), simplesmente naturais (havidos de pais solteiros ou equiparados), adulterinos (resultantes de adultério de um dos pais ou de ambos) e adotivos (filiação civil, não consangüínea ou socioafetiva). [...] Evoluímos da filiação jurídica ou presumida para a filiação biológica ou comprovada (COSTA, 2008, p. 98).

A classificação pode ser de filiação decorrente de relação registral, biológica ou socioafetiva, atentando-se ao fato de "[...] que a mesma relação paterno-filial pode contar todos os tipos ou apenas um deles, devendo ser analisado cada caso concreto" (LOPES, 2015, p. 44). Há autores que classificam em filiação legal, biológica ou afetiva (GAMA, 2003, p. 481).

Independente da origem, não pode mais haver qualquer descriminação entre filhos, vedando-se inclusive designação ou complementação pejorativa (art. 227, §6º, CF; art. 1.596, CC; art. 20, ECA). Consequentemente, o termo "filho de criação" não deve mais ser utilizado.

A filiação decorrente do registro, também chamada de filiação jurídica, vinculava-se ao valor absoluto do casamento para estabelecimento da filiação, independente de questões biológicas. Desse modo, "ainda que se constatasse a falta de pertinência biológica entre o homem e a criança, a lei impunha a filiação jurídica, somente ressalvando tal vínculo nos casos e prazos limitados" (GAMA, 2003, p. 481), sem considerar os interesses da criança.

A biológica é decorrente da genética ou da consanguinidade, sendo

> a que mais sofreu alteração com o advento da Constituição Federal de 1988, uma vez que teve seu papel relativizado para fins de configuração do estado de filiação. A verdade biológica, que antes era conhecida como "verdade real", sendo esse conceito oriundo de fatores históricos, ideológicos e religiosos perfeitamente condizentes com uma sociedade patriarcalista, deixou de ser o principal fundador para a constatação do real estado de filiação. Atualmente, em decorrência do avanço da sociedade e com a alteração do papel da família para dar prioridade ao indivíduo, constata-se que outros fatores, que não a origem genética, são determinantes para a existência ou não do vinculo paterno filial (LOPES, 2015, p. 45).

Em terceiro lugar, a paternidade socioafetiva decorre da dignidade da pessoa humana, a partir da convivência familiar rotineira e duradoura. Apesar de não constar expressamente na legislação, assim pode ser interpretada pelo art. 1.593 do CC ("o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem") a partir da expressão final "outra origem".

Funda-se no afeto decorrente do vínculo estabelecido entre o pai ou a mãe e a criança, sendo que incialmente se limitava à adoção e a posse ao estado de filho (GAMA, 2003, p. 482). Nesse sentido, o Enunciado nº 256 da III Jornada de Direito Civil dispõe que "a posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil".

Paula Ferreira Lopes defende que a configuração da posse do estado de filho depende de três requisitos: "nome (*nomen*), que o indivíduo carregue o nome do pai,

tratamento (*tractatus*), que respeita à forma como o indivíduo é tratado pela família, e, por fim, a fama (*famulus*), que condiz com a opinião pública de que aquele filho integra a família de seus pais" (2015, p. 48). Alguns autores dispensam o primeiro elemento, bastado os dois seguintes.

A partir do novo entendimento sobre a constituição da família, "[...] a verdadeira paternidade e, consequentemente, filiação – somente é possível em razão *de um ato de vontade ou de um desejo*, podendo ou não decorrer do fator biológico" (GAMA, 2003, p. 483). Por isso, a partir do princípio do melhor interesse da criança e para resguardar os direitos fundamentais dos filhos, como a convivência familiar, a tendência do direito brasileiro é no sentido de fazer prevalecer o critério socioafetivo (GAMA, 2003, p. 483).

As três possibilidades de filiação podem ocorrer nas relações homoafetivas, com uma pequena ressalva quanto à biológica, pois apenas um dos cônjuges ou companheiros conseguirá ter consanguinidade (isso se nenhuma das partes o tiver, sendo ambas situações igualmente normais nas relações heteroafetivas).

A filiação biológica é mais fácil para casal feminino em decorrência das restrições da Resolução nº 2.121/2015 do Conselho Federal de Medicina sobre as mulheres com cessão de útero permitida.

A reprodução assistida pode ser homóloga ou heteróloga e é utilizada tanto por casais homoafetivos quanto pelos heteroafetivos. Para esses últimos, utiliza-se quando ambas ou uma das pessoas interessadas possui dificuldades em conceber filhos naturalmente, sendo desnecessária a comprovação desses problemas.

A reprodução homóloga consiste na manipulação de gametas dos dois interessados e, nesses casos, o CC presume a paternidade no art. 1.597, incisos III e IV. Sobre a fecundação artificial homóloga *post mortem*, a expressão "mesmo que falecido o marido" no inciso III fornece margens a discussão.

Apesar da permissão legislativa, não há autorização legal e muito menos estímulo a pratica. Os gametas congelados não são objeto de herança, portanto, não se pode exigir judicialmente à clínica que os entregue ou que os utilize para fecundação. Pelo princípio da autonomia da vontade, deve haver permissão expressa do falecido consentido com a prática após sua morte. Na ausência de tal autorização, eventuais embriões devem ser eliminados.

Já na reprodução assistida do tipo heteróloga, utiliza-se o material genético de um doador anônimo. O vinculo é estabelecido com a parturiente e, se ela for casada e tiver o consentimento do marido para a inseminação, ele será considerado pai pela presunção legal do art. 1.596, V, CC.

Nesses casos, Maria Berenice Dias faz uma interessante ponderação:

> a manifestação do cônjuge corresponde a uma adoção antenatal, pois revela, sem possibilidade de retratação, o desejo de ser pai. Ao contrário das demais hipóteses, a fecundação heteróloga gera presunção *juris et de jure*, pois não há possibilidade de a filiação ser impugnada. Trata-se de presunção absoluta de paternidade socioafetiva (DIAS, 2015, p. 403. Grifos da autora).

Logo, essa autorização deve ser prévia à inseminação, mesmo que não seja por escrito (DIAS, 2015, p. 402). Em se tratando de casal homoafetivo feminino, no registro da criança constarão duas mães. Quanto ao fornecedor de material genético, ou seja, o pai biológico, a paternidade é afastada, sendo imprescindível que sua identidade seja mantida em sigilo. Apenas informações médicas podem ser fornecidas em situações especiais (item IV, 4, da Resolução nº 2.121/2015, CFM).

Embora possa ser necessária para casais heteroafetivos e homoafetivos femininos, a cessão de úteros é o único meio para os casais heteroafetivos masculinos produzirem descendentes diretos de um dos pais por meio da reprodução assistida heteróloga. Está prevista no item VII da Resolução nº 2.121/2015 do CFM, uma mera diretriz sem força de lei e, consequentemente, sem efeito vinculante. Nessa resolução, há regras rígidas e um rol muito restrito quanto às mulheres que podem fazê-lo. A permissão tange até o quarto grau de parentesco consanguíneo com um dos parceiros, sendo que demais casos necessitam de autorização do Conselho Regional de Medicina. Há vedação pela onerosidade nessa situação, vedando a chamada "barriga de aluguel".

Como a igualdade entre filhos biológicos e socioafetivos é constitucionalmente prevista, assim como no Enunciado Programático nº 6/2013 do IBDFam ("do reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva decorrem todos os direitos e deveres inerentes à autoridade parental"), defende Paula Ferla Lopes ser "[...] totalmente justificável que, tal como nos casos de reconhecimento voluntário de paternidade biológica, seja permitido o reconhecimento da paternidade sociafetiva extrajudicialmente" (2015, p. 51). Alguns pontos a serem reforçados nesses casos de registro, aliados ao fato de que o registro é ato irrevogável, exceto as hipóteses previstas em lei:

> (a) o reconhecimento deve ser espontâneo; (b) é necessária a anuência da genitora nos casos de filho criança ou adolescente e, também, do filho, quando maior de idade; (c) independe de manifestação do Ministério Público ou de decisão judicial; (d) não pode ser requerida se já pleiteado o reconhecimento da paternidade socioafetiva em juízo e, por fim, (e) sua lavratura não obsta a discussão acerca da verdade biológica.

Apesar da permissão normativa (por exemplo, com os Provimentos nº 12, 16 e 26 do CNJ), alguns estados proferiram provimentos próprios, a exemplo de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Amazonas e Santa Catarina, o que implica em diferentes tratamentos jurídicos dependendo do local.

O Provimento nº 52/2016, embora trate especificamente do registro de filhos havidos por reprodução assistida, contraria o sigilo dos doadores previstos na Resolução nº 2.121/2015 do CFM ao elencar no art. 2º, II, a necessidade de o diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que a técnica foi realizada assinar um documento com firma reconhecida no qual consta o nome do doador ou da doadora genética. Por isso, ainda pode ser mais interessante ao casal recorrer ao judiciário para o reconhecimento da filiação (TJDFT, 2017).

Compreendido como se dá a filiação biológica nos casais homoafetivos, passa-se à discussão da forma mais comum pela qual aumentam sua família: a adoção.

A solidariedade familiar está prevista na Constituição Federal nos arts. 226, §3º, 227 e 230, bem como no art. 1.511 do Código Civil. O menor é integralmente protegido pela Constituição (arts. 227, 229 e 230) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, em decorrência dessa proteção, o instituto da adoção sofreu significativas mudanças ao logo da história.

Atualmente os requisitos legais estão previstos no ECA em seu art. 42: maioridade civil do adotante (§1º); em caso de adoção conjunta, casamento civil ou união estável deve-se comprovar a estabilidade familiar (§2º); a diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotando (§3º); adoção por divorciados ou judicialmente separados mediante acordo de guarda e visitas, desde que o casal estivesse junto

no início de período de convivência "[...] e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão" (§4º); no caso anterior, será conferida a guarda compartilhada nos moldes do art. 1.584 do CC se demonstrado o efetivo benefício ao adotando (§5º); pode-se deferir adoção ao adotante que vier a falecer no curso do processo antes de prolatada a sentença caso haja inequívoca manifestação de vontade (§6º).

Interessante ressaltar um marco histórico do ano de 2009, quando o CNJ "[...] mudou o padrão da certidão de nascimento do tradicional 'pai e mãe' para o termo 'filiação', abrindo caminho para o registro de crianças por casais do mesmo sexo e garantindo à criança todos os direitos sucessórios e patrimoniais" (SENADO FEDERAL, 2017).

No ano seguinte, foi proferido o acórdão do STJ no REsp 889.852/RS que deferiu à parceira homossexual a adoção unilateral dos filhos que haviam sido adotados pela companheira, uma vez que haviam planejado adotá-los em conjunto. Depreende-se que inicialmente os casais homoafetivos tinham que adotar como se fossem solteiros, posto que até a época do julgado não havia permissão para a união civil de casais homoafetivos, seja por meio da união estável ou do casamento). Ficava, desse modo, a criança desamparada quanto ao outro membro no caso de separação ou morte de quem o adotou e registrou.

Atualmente, a situação mudou completamente, conforme esse julgado do Informativo nº 567 do STJ:

> É possível a inscrição de pessoa homoafetiva no registro de pessoas interessadas na adoção (art. 50 do ECA), independentemente da idade da criança a ser adotada. A legislação não veda a adoção de crianças por solteiros ou casais homoafetivos, tampouco impõe, nessas hipóteses, qualquer restrição etária. Ademais, sendo a união entre pessoas do mesmo sexo reconhecida como uma unidade familiar, digna de proteção do Estado, não se vislumbra, no contexto do "pluralismo familiar" (REsp 1.183.378-RS, DJe 1º/2/2012), pautado nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, a possibilidade de haver qualquer distinção de direitos ou exigências legais entre as parcelas homoafetiva (ou demais minorias) e heteroafetiva da população brasileira. Além disso, mesmo se se analisar sob o enfoque do menor, não há, em princípio, restrição de qualquer tipo à adoção de crianças por pessoas homoafetivas. Isso porque, segundo a legislação vigente, caberá ao prudente arbítrio do magistrado, sempre sob a ótica do melhor interesse do menor, observar todas as circunstâncias presentes no caso concreto e as perícias e laudos produzidos no decorrer do processo de adoção. Nesse contexto, o bom desempenho e bem-estar da criança estão ligados ao aspecto afetivo e ao vínculo existente na unidade familiar, e não à opção sexual do adotante (REsp 1.540.814-PR, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 18/8/2015, DJe 25/8/2015).

Dados oficiais foram difíceis de serem encontrados, pois o IBGE apenas distingue se os adotantes são unilaterais ou casados/vivem em união estável. A única informação divulgada elencando casais do mesmo sexo diz respeito ao casamento. No ano de 2015, o total foi de 5.614 casamentos (Norte: 230, Nordeste: 1.047, Sudeste: 3.077, Sul: 857, Centro-Oeste: 403). Desse total, 2.986 são casamentos entre cônjuges femininos e 2.628 entre cônjuges masculinos (IBGE, 2015). Assim, não foi possível avaliar a taxa de adoção por casais homoafetivos, bem como pelas preferências registradas na ficha de cadastro, para comparar com os dados de casais heteroafetivos e de adotantes monoparentais.

O reconhecimento da adoção por casais homoafetivos já ocorreu na maioria dos países em que o casamento desses é permitido, as exceções são Malta e alguns estados da Austrália por permitem o primeiro, mas não o segundo. Já em Portugal, ocorre o inverso.

Além do Brasil, outros países que permitem a adoção conjunta por casais homoafetivos são África do Sul, Andorra, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Eslovênia, Estados Unidos (com exceção do estado do Mississippi), França, Irlanda, Islândia, Israel, Luxemburgo, Malta, México, México, Noruega, Nova Zelândia, os quatro membros do Reino Unido, Suécia, Espanha, Uruguai (EBC, 2015).

Há, ainda, o instituto da coadoção quando há a adoção dos filhos biológicos ou adotivos do cônjuge ou companheiro. Está permitida na Alemanha (desde 2005 para os filhos biológicos do cônjuge e desde 2013 para filhos adotados), Austrália no estado de Victoria, Áustria, Croácia, Eslovênia (apenas para os filhos biológicos), Estônia (EBC, 2015).

Retornando ao cenário brasileiro, o último censo foi realizado em 2010, quando já se contabilizavam mais de 60 mil famílias homoafetivas, sendo a maioria dos casais (53,8%) femininos. Todavia, como à época ainda não havia a permissão para união civil entre casais do mesmo sexo, é possível haver "[...] uma subnumeração. As mulheres têm mais facilidade de reportar a condição ao recenseador. Duas mulheres juntas sofrem menos discriminação - afirma Ana Saboia, coordenadora de Indicadores Sociais do IBGE" (LINS, SCRIVANO; ALMEIDA, 2012, p. 17).

Esses números reforçam a importância cada vez maior no reconhecimento e na defesa dos direitos dessas famílias. Vistos os tipos de filiação, pondera-se sobre a preponderância de uma forma sobre outra.

Conforme Dilvanir José da Costa, a tendência atual dos tribunais é de que a filiação socioafetiva predomina no conflito com a biológica (2008, p. 99), obviamente observando-se cada caso concreto em suas peculiaridades. Convém analisar a seguinte ementa proferida pelo STF:

> Ementa: Recurso Extraordinário. Repercussão Geral reconhecida. Direito Civil e Constitucional. Conflito entre paternidades socioafetiva e biológica. Paradigma do casamento. Superação pela Constituição de 1988. Eixo central do Direito de Família: deslocamento para o plano constitucional. Sobreprincípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB). Superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias. Direito à busca da felicidade. Princípio constitucional implícito. Indivíduo como centro do ordenamento jurídico-político. Impossibilidade de redução das realidades familiares a modelos pré-concebidos. Atipicidade constitucional do conceito de entidades familiares. União estável (art. 226, § 3º, CRFB) e família monoparental (art. 226, § 4º, CRFB). Vedação à discriminação e hierarquização entre espécies de filiação (art. 227, § 6º, CRFB). Parentalidade presuntiva, biológica ou afetiva. Necessidade de tutela jurídica ampla. Multiplicidade de vínculos parentais. Reconhecimento concomitante. Possibilidade. Pluriparentalidade. Princípio da paternidade responsável (art. 226, § 7º, CRFB). Recurso a que se nega provimento. Fixação de tese para aplicação a casos semelhantes. [...] 2. A família, à luz dos preceitos constitucionais introduzidos pela Carta de 1988, apartou-se definitivamente da vetusta distinção entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos que informava o sistema do Código Civil de 1916, cujo paradigma em matéria de filiação, por adotar presunção baseada na centralidade do casamento, desconsiderava tanto o critério biológico quanto o afetivo. [...] 4.

> A dignidade humana compreende o ser humano como um ser intelectual e moral, capaz de determinar-se e desenvolver-se em liberdade, de modo que a eleição individual dos próprios objetivos de vida tem preferência absoluta em relação a eventuais formulações legais definidoras de modelos preconcebidos, destinados a resultados eleitos a priori pelo legislador. Jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão (BVerfGE 45, 187). [...] 9. As uniões estáveis homoafetivas, consideradas pela jurisprudência desta Corte como entidade familiar, conduziram à imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil (ADI nº. 4277, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011). [...] 13. A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos. (Tribunal Pleno do STF, RE 898060/SC, Rel. Min. Luiz Fux, j. 21/09/2016).

O mencionado princípio da paternidade responsável "impõe que, tanto vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto aqueles originados da ascendência biológica, devem ser acolhidos pela legislação. Segundo ele, não há impedimento do reconhecimento simultâneo " (STF, 2016) se assim estiver em acordo com o interesse dos filhos.

Ante o exposto, conclui-se que a filiação socioafetiva e a biológica não são mutuamente exclusivas, posto que a presença de uma não impede o reconhecimento da outra. Apesar da tendência em privilegiar a primeira, a segunda pode ser reconhecida a depender do caso concreto levando em consideração os princípios do melhor interesse da criança, da felicidade, da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável. Afinal, havendo um bom relacionamento entre os pais, os filhos serão altamente beneficiados pelo ambiente agradável para se desenvolver, além de ter reconhecido todos os direitos decorrentes da filiação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filiação é um dos elementos essenciais na formação da identidade e na definição da personalidade humana. As formas de constituição de família foram sendo alteradas com o tempo, sendo reconhecidas atualmente nove modalidades. Apesar de não mais dependerem do casamento, a ligação entre esses institutos ainda é muito forte.

Por isso, antes do estudo sobre a filiação em si, comentou-se acerca das alterações sobre as uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, seja casamento ou união estável. A possibilidade foi garantida em 2011 pelo STF, primeiro com a união estável, depois possibilitando sua conversão em casamento até permitir o casamento direto. O CNJ, grande implementador de políticas públicas em prol do cumprimento normativo, atuou para garantir a execução dessa decisão com a Resolução nº 175/2013.

Antigamente, apenas eram reconhecidos como filhos legítimos e dignos de herança os havidos na constância do casamento entre homem e mulher. Hoje, não há mais hierarquia entre filhos biológicos e socioafetivos, sendo, inclusive, vedados a discriminação e o uso de adjetivos pejorativos. Tratando-se de direito subjetivo,

não pode haver retrocessos nesses reconhecimentos.

Os principais modos de filiação são biológico ou socioafetivo. No primeiro caso, entre os casais do mesmo sexo a reprodução assistida é do tipo heteróloga e já se possibilita o reconhecimento direto da filiação, seja por concessão judicial ou em conformidade com os Provimentos do CNJ, especialmente o de nº 52, sem a necessidade de adoção por aquele ou aquela que não doou seu material genético.

A adoção, inclusive, é o meio de filiação socioafetivo mais comum entre os casais homoafetivos. Após a conquista da união civil, esses casais puderam realizar o procedimento de adoção em conjunto, ao invés de apenas uma das partes se inscrever para o procedimento sem que a outra tivesse reconhecido os mesmos direitos decorrentes da paternidade ou da maternidade.

Dentre esses dois tipos de filiação, embora seja mais aconselhável priorizar a socioafetiva em detrimento da biológica, ambas podem ser reconhecidas concomitantemente. Foi reconhecida a grande importância da filiação socioafetiva, pois, mais importante do que a consanguinidade, é o convívio diário e a decisão em cuidar da criança, zelando pelo melhor interesse do menor, pela dignidade da pessoa humana e, acima de tudo, pelo direito em se buscar a felicidade, sem limitações dos modelos preconcebidos legalmente como família.

REFERÊNCIAS

Adoção por casais homossexuais já é possível em cerca de 20 países. **EBC –** Agência Brasil. Publicado em 18 nov 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-11/adocao-por-casais-homossexuais-ja-e-possivel-em-cerca-de-20-paises>. Acessado em: 11 out 2017.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n175-14-05-2013-presidncia.pdf>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Casamentos**. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2015/xls/04casamentos_xls.zip>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Informativo de jurisprudência número 567**, de 21 de agosto a 2 de setembro de 2015, pp.8-9. Disponível em: Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270567%27>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. Senado Federal. A adoção feita por homossexuais: batalhas e vitórias

legais. **Em discussão!**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/relatos-reais-sobre-adocao/-a-adocao-feita-por-homossexuais-batalhas-e-vitorias-legais.aspx>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal (STF). **Paternidade socioafetiva não exime de responsabilidade o pai biológico**. Publicado em 21 set 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325781>. Acessado em: 14 out 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal (STF). **Supremo reconhece união homoafetiva**. Publicado em 05 mai 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acessado em: 10 out 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). **Juíza determina registro com duas mães e sem indicação de doador de sêmen**. Publicado em 05 jun 2017. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/junho/oficial-de-cartorio-e-condenado-a-registrar-nascimento-com-duas-maes-e-sem-indicacao-de-doador-de-semem-1>. Acessado em: 14 out 2017.

COSTA, Dilvanir José da. Filiação jurídica, biológica e socioafetiva. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 180, out/dez 2008, pp. 81-100, Brasília. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176581/000861312.pdf?sequence=3>. Acessado em: 10 out 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**: de acordo com o novo CPC. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação:** o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica:** teoria e prática. 2ª ed. rev., ampl., e atual. pela BBR 14.724 e atual. Pela ABNT 30/12/05. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

JUNIOR, Assis Moreira Silva. Casamento civil homoafetivo e (in)segurança jurídica. In: **Revista Jurídica**, n. 428, junho/2013, pp. 9-32.

LINS, Letícia; SCRIVANO, Roberta; ALMEIDA, Cássia. Vida com dois pais e duas mães. **O Globo**. Publicado em 27 ago 2012. Disponível em: <http://infogbucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/05/25/oglobo2010_3.pdf>. Acessado em: 10 out 2017.

LOPES, Paula Ferla. O reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva e a sua experiência no ordenamento jurídico brasileiro. In: **Revista Jurídica**, n. 457, novembro/2015, pp. 43-56.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. 2010. 347f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Transformação da ADPF 178-1 em ADIN 4.277 – constitucionalidade do art. 1.723 do CC/2002 em face do *caput* e §§ 3.º e 4.º do art. 226 da CF. In: **Revista dos Tribunais**, n. 930, abril de 2013, pp. 89-102.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR PARA CONSTRUÇÃO DE MODELO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

KNOWLEDGE MANAGEMENT: A PRELIMINARY APPROACH FOR MODEL CONSTRUCTION IN A PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

CARVALHO, Andreia M. M. de
Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG
Mestre em Administração de Organizações – FEARP/USP
andreiafearp@gmail.com

Resumo

A gestão do conhecimento é um dos temas mais discutidos atualmente entre acadêmicos, empresários e consultores que se preocupam com o futuro das organizações. Pesquisadores têm feito estudos sobre o desenvolvimento de técnicas, sistemas e modelos a fim de gerenciar o conhecimento e assim melhorar o desempenho e a eficiência organizacional. Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória, introduz conceitos de Gestão de conhecimento, avalia alguns estudos sobre gestão de conhecimento no contexto acadêmico, faz uma análise comparativa entre eles com o objetivo de investigar e propor elementos imprescindíveis para criação de um novo modelo de Gestão de Conhecimento que seja aplicável em Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento, Instituições de ensino superior, modelos.

Abstract

Knowledge management is one of the most discussed issues today among academics, entrepreneurs and consultants who care about the future of organizations. Researchers have done studies on the development of techniques, systems and models in order to manage knowledge and thus improve performance and organizational efficiency. This article is the result of an exploratory research, introduces concepts of Knowledge Management, evaluates some studies about knowledge management in the academic context, makes a comparative analysis between them with the objective of investigating and proposing elements essential for the creation of a new Management model of Knowledge that is applicable in Higher Education Institutions.

Keywords: Knowledge management, Higher education institutions, models.

1 INTRODUÇÃO

É evidente que a Gestão do Conhecimento muito tem sido abordada sob o aspecto do conhecimento explícito e sob seu ângulo tecnológico, devido a uma evolução lógica dos sistemas de informação tradicional geralmente apoiada em substanciais recursos de tecnologia de informação.

Percebe-se, ainda, que da mesma forma, tem sido adotada, sobretudo, por organizações de setores que demandam alta tecnologia e/ou que dependem fortemente de pessoas, quer "fabriquem" produtos ou serviços, que percebem na Gestão de Conhecimento um instrumento para aumentar sua competitividade.

Dessa forma, o presente artigo visa apresentar a visão mais corrente da Gestão do Conhecimento e a viabilidade de sua utilização em instituições de ensino superior (IES), em que os serviços têm alto grau de intangibilidade e cuja qualidade depende fortemente das pessoas encarregadas de prestar o serviço na linha de frente - quais sejam, os professores - e também determinar as bases para um modelo de Gestão do Conhecimento adequado a instituições privadas de ensino superior que almejem adotar esta ferramenta como uma alternativa para aumentar sua competitividade. Vale ressaltar que não são alvo deste estudo os inegáveis benefícios que o modelo pode trazer à qualidade do ensino, sendo abordados apenas marginalmente.

No entanto, o objetivo principal do estudo é estabelecer as principais bases de um modelo de Gestão do Conhecimento adequado a instituições de ensino superior, especialmente focado no compartilhamento de conhecimento (sobretudo, tácito) entre os membros de seu corpo docente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Por que estudar a gestão do conhecimento em instituições de ensino superior?

Pode-se dizer que no âmbito de uma Instituição de Ensino Superior, o conceito de conhecimento está atrelado ao conceito de know-how (ou seja, saber como fazer), o qual pode ser traduzido por: saber como desempenhar o papel de professor. Dessa forma, colocam-se como partes integrantes desse papel vários aspectos do saber como ser professor que estão ligados à questão didática: como conduzir o processo de ensino/ aprendizagem junto a diferentes classes e alunos, como transmitir didaticamente cada tipo de conteúdo, como interagir com as classes (coletivamente) e com os alunos (individualmente), como montar o programa de uma disciplina, como preparar um instrumento de avaliação, como avaliar os alunos por produto (provas, trabalhos, exercícios) e por processo (frequência, participação em classe, contribuição efetiva nos debates), entre outros.

Apontam-se, ainda, algumas funções igualmente importantes para saber como desempenhar o papel de professor: pesquisar, atualizar-se (inclusive tecnologicamente), gerar produção acadêmica (dissertações, teses, artigos, livros), realizar capacitação na área de domínio conceitual e prático e, claramente, ir além.

Corroborando a importância do compartilhamento de know-how para a Gestão do Conhecimento, é possível dizer que o conhecimento pode ser distinguido entre conhecimento do indivíduo e do grupo, da organização e da rede de organizações; o aprendizado entre os indivíduos ocorre através da interação entre

pequenos grupos. A transferência de conhecimento pode ocorrer de forma horizontal, ou seja, dentro da mesma função, onde a diferença na codificação da linguagem dos grupos é mínima. No caso de ocorrência vertical, entre grupos diferentes, a codificação tem um papel central. Para se facilitar os processos, é necessário que se use uma codificação acessível a todos, devendo-se considerar três pontos importantes referentes à natureza intrínseca do conhecimento, os quais são relevantes para a ação estratégica (FLEURY & OLIVEIRA JR., 2001):

a) definição do conhecimento que deve ser desenvolvido pela empresa;

b) como as empresas devem compartilhar o conhecimento que constituirá sua vantagem competitiva;

c) quais as formas pelas quais o conhecimento constitui a vantagem da empresa pode ser protegido e quais as possibilidades estratégicas ligadas à natureza do conhecimento;

O conhecimento pode atingir várias dimensões, desde o indivíduo, o grupo e a organização até uma rede de organizações interagentes.

Nesse sentido, Duguid & Brown (2001, p. 62) argumentam que o conhecimento se fundamenta não apenas no indivíduo, mas também está distribuído pelo grupo de pessoas que trabalham juntas.

A pressuposição é que, mais do que falar, as pessoas são capazes de responder às situações reais, de fazer as coisas acontecerem.

Em seus estudos, Zabot & Silva (2002, p. 14) definem conhecimento como "[...] a capacidade de relacionar informações estruturadas e não estruturadas com regras constantemente modificadas e aplicadas pelas pessoas na empresa". A comprovação do processo de aprendizagem é o conhecimento.

Existem diferentes tipos de conhecimento. O conhecimento pode ser classificado em: conhecimento explícito e conhecimento tácito. Conhecimento explícito é um conhecimento útil, tal como um dado ou uma informação. Este tipo de conhecimento está registrado e pode ser facilmente processado, armazenado e transmitido. O conhecimento explícito pode ser transmitido, por exemplo, por meio de aulas, livros ou manuais de instruções.

Já o conhecimento tácito possui uma qualidade pessoal. É um conhecimento útil para a organização, mas a utilização desse conhecimento depende das experiências, valores, emoções e relacionamentos dos indivíduos. A transmissão do conhecimento tácito "[...]exige comunicação pessoal e interação[...]" (RODRIGUES, 2001, p. 89).

Dessa forma pode-se afirmar que as organizações atuam em um ambiente mutável, no qual há relações de interação entre todos os processos da empresa a fim de alcançar um determinado objetivo. A aprendizagem é fator principal nas organizações atuais que almejam valorizar o Know How dos seus funcionários, as quais valorizam a importância de usar o conhecimento como estratégia organizacional.

2.2. Gestão do conhecimento

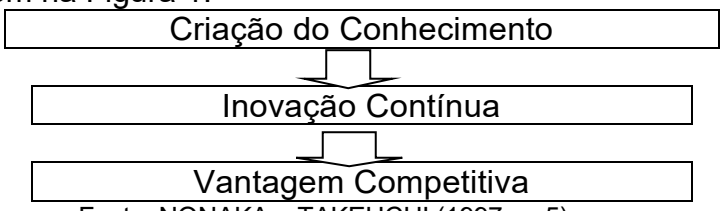
Identificou-se nos estudos pesquisados que há um consenso que a Gestão do Conhecimento trata de disseminar o conhecimento que está implícito nas práticas individuais e coletivas da organização.

De acordo com Nonaka & Takeuchi (1997), a gestão do conhecimento deve tornar explícito o conhecimento que decorre da experiência dos indivíduos.

Segundo Clarke (2000), a Gestão do Conhecimento é uma ferramenta que irá transformar os arquétipos de competição, de forma que os gerentes busquem, cada vez mais, trabalhadores do capital humano. A Gestão do Conhecimento provém de duas áreas da empresa: a tecnologia da informação e a qualidade. Assim, em uma abordagem simples, pode-se afirmar que problemas são solucionados por pessoas ou grupos, por meio de ferramentas tecnológicas aliadas às informações. Já a qualidade refere-se ao desenvolvimento da organização e manutenção de seus processos, cultura, tecnologia e sistemas de mensuração para criação, coleta, organização disseminação e uso do conhecimento, a fim de se obter a vantagem competitiva.

Numa economia em que a única certeza é a incerteza, o conhecimento representa fonte segura de vantagem competitiva (NONAKA, 2000). As empresas são formadas por um conjunto de recursos internos que definem os principais fatores determinantes da competitividade da organização. O conhecimento organizacional deve ser considerado como um ativo intangível para a empresa (FLEURY & OLIVEIRA JR., 2001).

Para Nonaka e Takeuchi (1997), o avanço tecnológico e comercial das empresas japonesas a partir da 2ª metade do século XX adveio da capacidade de inovação contínua; para os autores esta habilidade para inovar, por um lado, é alimentada pelo conhecimento gerado e compartilhado pela empresa (em um ciclo permanente de conhecimento que flui “de fora para dentro” e de “dentro para fora” da empresa) e, por outro, contribui para a construção de vantagens competitivas, conforme resumem na Figura 1.



Fonte: NONAKA e TAKEUCHI (1997, p. 5)
Figura 1 - construção de vantagens competitivas

No presente estudo, a atenção concentra-se na incorporação da Gestão do Conhecimento à cultura da organização; esta incorporação não é estudada como um paradigma universal e nem deve ser vista como tal, seja pelas IES ou por qualquer tipo de corporação. Mas vale ressaltar que a introdução da Gestão do Conhecimento nas empresas reforça seu preparo para seu desenvolvimento e consolidação no mercado, seja este um mercado de produtos de consumo, de bens industriais ou de serviços, inclusive educacionais.

2.3. A Importância Da Gestão Do Conhecimento Em Instituições De Ensino Superior

Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2001) classificam as empresas a partir do setor de atividade; para ele, as instituições de ensino superior privadas constituem um setor econômico específico e compartilham várias características, entre elas:

a) Diferenciação das instituições em termos qualitativos (cursos oferecidos, qualificação do corpo docente) e quantitativos (porte).

b) Interdependência entre instituições situadas na mesma região: o comportamento e o desempenho de uma instituição têm reflexos diretos sobre as demais. Quanto menor for o número de instituições e mais semelhante for seu porte, maior será a

interdependência, com o estabelecimento de padrões para o setor pelos líderes do mercado.
c) Pequena diversidade nas tecnologias educacionais e nos processos utilizados.
d) Competição por novos alunos por meio do lançamento de novos cursos.
e) Os cursos agregam alto conteúdo tecnológico e de conhecimento. Cursos semelhantes em conteúdo: a diferenciação se dá pelo padrão de qualidade e das especificações didático-pedagógicas.

Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2001) também propõe estratégias genéricas para a gestão de pessoas nas IES. Entre elas, destaca-se:
a) Necessidade de criação e manutenção de um Banco de Talentos (os professores), em razão da exigência de mão-de-obra altamente qualificada.
b) Diferenciação no padrão de qualidade das pessoas e dos serviços agregados, como contraponto à homogeneidade dos cursos concorrentes.
c) Melhoria da qualidade acadêmica da instituição, com foco no fortalecimento da base conceitual de cursos, disciplinas e corpo docente.
d) Utilização da tecnologia de informação para apoiar a implantação da Gestão do Conhecimento na instituição.
e) Redução de custos operacionais via informatização de processos operacionais.

Dessa forma, para que as IES evoluam na direção de uma melhor adaptação de seus modelos de gestão às novas características de seus mercados, torna-se relevante uma avaliação estratégica do ambiente competitivo.

2.4. Práticas Em Gestão De Conhecimento

Choo (2005) chama a atenção para o conhecimento cultural constituído pelas estruturas cognitivas e afetivas e, ao dar ênfase a importância do histórico em termos de experiência, normas, políticas e metas da organização, identifica dois tipos de aprendizagem organizacional:
- single-loop, modificando apenas ações organizacionais;
- double-loop, em que são identificadas necessidades de reestruturação das normas organizacionais.

As práticas de Gestão do Conhecimento são bastante particulares e seguem a estrutura e a cultura organizacional existentes. De acordo com a OECD (2003), essas práticas podem ser categorizadas, conforme descrito no quadro a seguir:

Banco de dados, com definição de boas práticas de trabalho, lições aprendidas ou descritas por especialistas. Por meio desses bancos de dados é possível reutilizar o conhecimento existente, contribuindo de maneira efetiva para reduzir custos de aprendizagem e agregar valor aos resultados;	Ter uma política de Gestão de Conhecimento escrita ou estratégica. Esse item envolve a avaliação de qual informação é necessária ao decisor, bem como atribuir o seu valor em termos de contribuição para decisões mais acertadas. A maneira como a informação é disponibilizada ao decisor pode indicar o que é útil ou não. Para ser útil, a informação deve ser compreendida e absorvida. Dessa forma, a etapa de divulgação de informações deve ser sistemática, antecipatória, não devendo se restringir às informações coletadas externamente à empresa, mas também assegurar a transferência de informação entre os principais executivos. A questão da quantidade de informação é um fator importante, priorizando-se sempre informações relevantes para cada usuário (BORGES, 1995);
Memória organizacional, manuais de treinamento, boas práticas, artigos para publicação. A utilização de práticas relacionadas a memória organizacional busca aumentar a competitividade da organização, por meio do gerenciamento do conhecimento. Nesse sentido, a memória organizacional não e apenas um acervo de informações. Ele é também uma ferramenta da organização para o gerenciamento de seus ativos intelectuais. Sua existência deve propiciar maior compartilhamento e reuso do conhecimento corporativo, do conhecimento individual e das lições aprendidas na execução das tarefas da organização.	Ter um sistema de valores ou cultura que promova conhecimento por meio do compartilhamento, sociedades de usos ou alianças estratégicas para adquirir conhecimento;
Programas de treinamento formal e informal, relacionados a pratica de administração de conhecimento. Já é consenso que o trabalho vem aumentando permanentemente seu patamar de educação. Dessa forma, a atividade laboral passa a ter papel central em sua vida. Nesse contexto, cabe as organizações o desenvolvimento de iniciativas que estimulem o treinamento e o desenvolvimento da força de trabalho;	capturar o conhecimento e a aquisição do conhecimento relacionado à organização, além do conhecimento de usos por meio de outras fontes de indústria;
Uso de mentoring formal prática, inclusive, aprendizado. O objetivo do mentoring é ter alguém que seja experiente, orientando e guiando “novatos” por meio do processo de aprendizado. Os melhores mentores têm vários anos de experiência em técnicas e tecnologias, agregando experiência e maturidade, além de apresentarem boas práticas de comunicação;	utilizar conhecimento de usos obtido por meio de instituições públicas de pesquisa;

Encorajamento para que trabalhadores experientes. Trabalhar em conjunto é cada vez mais importante nas organizações, que lidam com problemas complexos e demandam um tempo de resposta cada vez mais rápido. A questão da aprendizagem exige que as organizações proporcionem condições visando favorecer a interação entre os indivíduos, seja por meio de layout que propicie a interação entre as pessoas, ou pela formação de grupos informais para discutir assuntos relacionados aos seus processos de trabalho, entre outros;	dedicar os recursos para obter conhecimento externo;
Encorajamento para que os trabalhadores busquem permanentemente a continuidade de sua educação e qualificação profissional, promovendo o reembolso das taxas;	usar a internet para obter conhecimento externo;
Oferecer local fora do trabalho, com vistas ao treinamento dos trabalhadores para que mantenham as habilidades atuais;	encorajar os trabalhadores a participarem em times de projeto com especialistas externos.
Prover treinamento formal e informal relacionado a praticas de gestão e administração do conhecimento;	

Fonte: OECD, 2003

Quadro1 – Práticas de Gestão do Conhecimento

A partir dessas práticas, vale destacar a distinção entre práticas de Gestão do Conhecimento e sistema de Gestão de Conhecimento, uma vez que as práticas de Gestão de Conhecimento estão voltadas para produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro das organizações, bem como na relação com o mundo exterior.

2.5. Construindo As Bases Do Modelo Para Compartilhamento De Conhecimento

É importante entender antes iniciar a construção de um modelo, o que são modelos, para que servem e quais são suas limitações. De acordo com Fourez (1995), os modelos são representações da realidade, que são, posteriormente, moldados e testados pela ciência. Assim, ele afirma que:

> [...] a ciência surge como uma prática que substitui continuamente por outras as representações que se tinha do mundo. Aliás, começa-se a fazer ciência quando não se aceita mais a visão espontânea como absolutamente necessária, mas como uma interpretação útil em determinado momento. Os nossos modelos partem sempre de uma visão ligada à vida cotidiana, de uma visão espontânea, evidentemente condicionada pela cultura (FOUREZ, 1995, p. 66).

Por serem diretamente ligados à realidade (temporal, cultural, tecnológica, ambiental etc.) – são “construções” feitas para durar apenas “enquanto ‘nos satisfizerem” (FOUREZ, 1995, p. 71). E Fourez ainda acrescenta:

> A decisão de, em determinado momento, conservar ou rejeitar um modelo, não provém diretamente de critérios abstratos e gerais. Na prática, abandona-se um modelo (ou uma lei, ou uma teoria) por razões complexas que não são jamais inteiramente

> racionalizáveis. Há sempre uma decisão mais ou menos "voluntarista" e não necessária. (FOUREZ, 1995, p. 71).

Corroborando com o autor, ao construir um modelo, o pesquisador precisa garantir seu alinhamento com o momento e o ambiente em que estuda o fenômeno, precisa construí-lo de forma a representar fielmente a realidade vigente e deve estar consciente da transitoriedade desse modelo que será, cedo ou tarde, superado ou se tornará inadequado em razão da evolução da ciência e das mudanças na realidade a partir do qual foi concebido.

Vale ressaltar que o estudo de Youssef (2010) contribuiu para o desenvolvimento do estudo pois, teve o mesmo objeto de estudo, portanto utilizou-se as condições, premissas e focos do modelo para o desenvolvimento do presente artigo.

Com relação ao modelo que é objeto deste capítulo, vale ressaltar as condições que orientaram seu desenvolvimento:

1) propõe-se a verificar como grupos de professores podem trabalhar colaborativamente, sem levar em conta questões inerentes ao trabalho individual de seus membros.

2) o modelo está voltado para Pedagogia Libertadora – inspirada na Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (2001) – que fornece uma base adequada para o desenvolvimento de adultos, ao perceber alunos e professores não como produtos ou meios de produção, mas com cidadãos em pleno domínio de sua vida e de sua liberdade.

Assim, apresenta-se abaixo as premissas e os focos do modelo:

a) Premissa básica para a construção do modelo: o conhecimento a ser compartilhado é complexo por ser, eminentemente, conhecimento tácito.

b) Premissas genéricas sobre IES: as IES são, por definição, organizações produtoras e disseminadoras de conhecimento; os serviços educacionais são essencialmente intangíveis, uma vez que se baseiam no processo de ensino-aprendizagem o qual, em um sistema de ensino presencial, só se concretiza em sala de aula, por meio da figura do professor e sua interação com os alunos.

c) Premissas relacionadas ao perfil das IES elegíveis para o uso do modelo: deve ser uma instituição privada de ensino superior; a IES deve dispor, em seu corpo docente, de um número significativo de professores que possui o talento e o conhecimento (sobretudo tácito, mas também explícito) que se deseja compartilhar; todos os professores pertencentes ao corpo docente possuem as competências mínimas necessárias para absorver novos conhecimentos e se tornarem, também, professores talentosos e especiais; boa parte das IES não está disposta, a priori, a fazer investimentos significativos para o desenvolvimento e a implementação de um modelo de compartilhamento de conhecimento enquanto não acreditarem na aplicabilidade do modelo à instituição, nos resultados positivos em potencial e em sua efetiva contribuição para o aumento da competitividade da IES.

Por sua vez, os três focos do modelo são:

a) O modelo concentra-se nos professores e em seu papel como criadores e disseminadores de conhecimento.

b) O modelo possibilita sua implantação por etapas ou limitada, por exemplo, a um determinado departamento e como um projeto-piloto a ser testado e ajustado antes de ser estendido à instituição como um todo.

O quadro 2 sintetiza as bases do modelo e as iniciativas a serem tomadas por uma

IES que deseje aceitar o desafio que é a construção do modelo e sua implantação.

BASES CONCEITUAIS DO MODELO	INICIATIVAS DA IES
O professor como um trabalhador do conhecimento	Assumir esta característica do professor e passar a trata-lo como tal
A aplicação do conceito de conhecimento em instituições de ensino superior	Determinar o conceito de conhecimento na IES
A influência dos valores e da estrutura da instituição de ensino na criação e no compartilhamento do conhecimento	Avaliar até que ponto a IES está disposta a mudar sua cultura e seus valores
A transformação do capital intelectual institucional	Cria meios para estimular o compartilhamento do conhecimento como sistemas de recompensa
A manutenção da qualidade e a atualidade do modelo	Utilizar instrumentos de avaliação para avaliar o momento e renova-lo total ou parcialmente
A preservação do conhecimento tácito	Criar um núcleo e professores “decanos”
As mudanças na estrutura de gestão	Avaliar o tipo de reformulação necessário
A necessidade de avaliação dos resultados do modelo	Criar instrumentos adequados de avaliação de desempenho para o modelo.
O modelo e a tecnologia e	Escolher a melhor alternativa de tecnologia de informação para o modelo de cada IES.

Fonte:adaptado de Youssef (2010)

Quadro 2. Bases para o modelo de compartilhamento de conhecimento

Para Youssef (2010) as bases utilizadas para a construção do modelo de compartilhamento do conhecimento entre os docentes de uma instituição de ensino superior mostraram-se, após as etapas de estudo e pesquisa, coerentes com os trabalhos desenvolvidos por diferentes autores nacionais e internacionais, bem como com as experiências reais e os casos analisados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia usada nesse trabalho foi a pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, visando entender como a Gestão do Conhecimento pode desenvolver um diferencial competitivo dentro das instituições de ensino superior.

De acordo com Vergara (2005, p. 48) uma pesquisa bibliográfica é uma pesquisa baseada em material publicado em livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios, monografias, revistas especializadas, jornais, redes eletrônicas. À proporção em que a pesquisa é desenvolvida são feitas anotações de elementos importantes ao tema escolhido, buscando embasar e referenciar o trabalho acadêmico. Para esse trabalho as áreas pesquisadas foram a Gestão do Conhecimento e Instituições de ensino superior.

Para Cervo (2005, p. 69) estudos exploratórios não elaboram hipóteses, restringe-se em definir objetivos e encontrar mais informações sobre determinados assuntos. Ainda segundo o autor a pesquisa descritiva, embora permeie as diversas fases da pesquisa bibliográfica, apresenta características próprias: observa, registra, analisa e correlaciona fato sou fenômenos sem manipulá-los, orientando para a execução de trabalhos dessa natureza.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capitulo é importante apresentar cada uma das bases conceituais do modelo

BASES CONCEITUAIS DO MODELO	JUSTIFICATIVA
O professor como um trabalhador do conhecimento	os professores são, por definição, trabalhadores do conhecimento, independentemente da época, das metodologias ou das tecnologias utilizadas.
A aplicação do conceito de conhecimento em instituições de ensino superior	em uma IES, o capital intelectual organizacional (seu conhecimento coletivo) será o resultado da sinergia entre as "bagagens de conhecimento" que seu corpo docente aporta quando entra na instituição e passa a exercer seu papel de professor.
A influencia dos valores e da estrutura da instituição de ensino na criação e no compartilhamento do conhecimento	deve-se incluir nos valores da IES, a serem absorvidos e seguidos por seus colaboradores, tanto a necessidade de compartilhar o conhecimento, quanto o fato de que a maior responsável pela criação e pela disseminação do conhecimento sempre será a própria IES
A transformação do capital intelectual institucional	O aprendizado acumulado a partir das pesquisas pode ser resumido de forma objetiva: mesmo na Era da Informática, a TI não aproxima as pessoas que não querem ser aproximadas. Este é, portanto, um grande desafio para as IES: vencer as barreiras de isolamento intelectual e físico entre os membros de seu corpo docente, para conseguir agregar o conhecimento individual às bases de conhecimento coletivo da IES.

A manutenção da qualidade e a atualidade do modelo	Youssef (2010) apud Mezomo (1994) relaciona doze condições básicas para a produção da qualidade em IES, comentadas a seguir, e que são encontradas em diferentes bases do modelo proposto: a) A vontade política dos líderes: inevitavelmente, o movimento em direção à qualidade deve emanar da cúpula da IES, responsável maior por sua filosofia, sobretudo por se tratar de organizações privadas, nas quais a direção decide quanto às prioridades de investimento (quer seja investimento em dinheiro, tempo, pessoas, tecnologia etc.). b) A existência e a definição da missão da organização: sem um propósito determinado e disseminado por todos os níveis hierárquicos da instituição, dificilmente os padrões de qualidade serão atingidos, devido à relevância das pessoas no processo de prestação de serviços educacionais. c) A existência de uma estrutura responsável pela implementação da nova filosofia: para acelerar os passos iniciais em direção a uma política de qualidade, é preciso que se aloque uma equipe específica para o desenvolvimento e a implementação do conceito de qualidade, devidamente adaptado à cultura e aos recursos disponíveis na IES. c) Incentivar a educação de todos na IES, e não apenas dos professores, ou seja, envolver toda a comunidade de colabores nas iniciativas de Gestão do Conhecimento. d) Manter o foco no “cliente”: o receptor dos serviços (qual seja, o aluno) deve ser o foco, o centro das atenções da IES, pois é de sua satisfação no longo prazo que dependerá o sucesso da instituição. e) A criação de indicadores de desempenho (Key Performance Indicators - KPIs): é necessário que se desenvolvam parâmetros a partir dos quais será avaliada a qualidade dos serviços; tais indicadores devem estar alinhados com a missão da IES, seus objetivos e o nível de prestação de serviços que a IES se propôs a oferecer a seu mercado. f) A criação de um processo de monitoramento, qual seja, um sistema para o acompanhamento permanente dos resultados. g) A avaliação dos resultados: deverão ser estabelecidos momentos específicos de avaliação global dos indicadores de desempenho; tipicamente, esses momentos, em uma IES, relacionam-se ao calendário do ano letivo, de forma a permitir ações de correção visando o período letivo seguinte. h) O estabelecimento de novos paradigmas: é importante que a IES passe a encarar os alunos como seu mercado, e a aceitar como natural e estratégica a questão de desenvolver um instrumental de marketing de serviços, ciente de que isso não implicará em abrir mão da qualidade de ensino e, muito menos, na temida “mercantilização do ensino” i) Gerência participativa: uma vez implantado o conceito de qualidade, é preciso que o nível gerêncial garanta a continuidade dos processos de acordo com os parâmetros estabelecidos. j) O estabelecimento de lideranças: uma liderança firme é imprescindível para garantir que a instituição não se desvie de seus novos propósitos. k) A valorização dos recursos humanos: voltando aos preceitos básicos do marketing de serviços, especialmente nas IES, as pessoas fazem, efetivamente, a diferença entre um serviço dentro ou fora dos padrões específicos de qualidade; basta lembrar da figura do professor e de seu papel insubstituível nos resultados do processo de ensino-aprendizagem.

A preservação do conhecimento tácito	Para abranger este aspecto, a sexta base do modelo consiste em criar o Núcleo de Elders, que agregará os professores mais antigos e experientes, mantendo-os na IES exclusivamente para alimentar as iniciativas de Gestão do Conhecimento Este núcleo não tem como objetivo extrair ou roubar o conhecimento dos mais velhos, e sim mantê-los ligados à IES, não mais como linha de frente (aulas presenciais exaustivas, longas horas de correção de prova etc.), mas como geradores de conteúdo, pesquisadores e desenvolvedores de novas metodologias de ensino, entre outras funções de vital importância para a manutenção da qualidade de ensino da instituição.
As mudanças na estrutura de gestão	Claramente, não é viável nem produtivo tentar propor soluções padronizadas quanto à estrutura, uma vez que cada IES tem características únicas. Portanto, aqui se apresenta uma opção de gestão compatível com a flexibilidade e o alto grau de relacionamento entre as pessoas que um verdadeiro sistema de Gestão do Conhecimento exige é a utilização de estruturas matriciais, em que grupos de interesse e comunidades presenciais ou virtuais se formam temporária ou permanentemente em torno de objetivos e interesses comuns, de projetos e de pesquisas específicas.
A necessidade de avaliação dos resultados do modelo	Não é viável esperar que gestores de qualquer organização, seja ela uma IES ou não, invistam em iniciativas que não possam ser avaliadas adequadamente; assim, a oitava base prescreve o estabelecimento de parâmetros para mensurar os resultados do modelo.
O modelo e a tecnologia e	Assim, o que se oferece nesta base são critérios-chave para a escolha da melhor alternativa de TI, considerando desde a compatibilidade com os sistemas disponíveis na IES até a capacidade e a disposição para investimento da IES: a) Capacidade para armazenar, filtrar, priorizar, cruzar e disseminar conhecimento com eficácia, rapidez e simplicidade. b) Estruturalmente, não pode ficar fechada em laboratórios, ser manipulada por áreas políticas ou depender de pessoas específicas. c) Tem que proporcionar interatividade 24 x 7, como “depósito noturno” de ideias e fóruns virtuais on line ou não. d) Tem que permitir a evolução modular e a comunicação com as demais áreas, bancos de dados e sistemas da IES, ou seja, utilizar linguagens tecnológicas compatíveis com os sistemas em operação. e) Deve ser compatível com os valores financeiros disponíveis. f) E, sobretudo, tem que proporcionar alta acessibilidade, tanto de dentro da IES (que deverá disponibilizar um número adequado de pontos internos de acesso) quanto da empresa e da casa dos participantes; na verdade, tem que proporcionar acesso de qualquer lugar do mundo. (Tem que “falar com o mundo”).

Fonte: adaptado de Youssef (2010).

Quadro 3 - bases conceituais do modelo e suas justificativas

Vale ressaltar que as bases aqui expostas para a construção de um modelo de compartilhamento do conhecimento entre os docentes de uma instituição de ensino superior mostram-se coerentes com as pesquisas desenvolvidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentar as bases para a construção de um modelo de compartilhamento do conhecimento entre os docentes de uma instituição de ensino superior mostram-se coerentes com as pesquisas desenvolvidas. Para aumentar as chances de se criar um modelo desta ordem, deve-se seguir uma recomendação adicional a qual seria a de implantá-lo como um projeto-piloto, restrito a um

departamento ou a uma unidade da instituição, dependendo da estrutura da IES.

Essa alternativa pode reduzir as objeções quanto aos investimentos necessários, bem como proporcionar a oportunidade de se corrigir eventuais falhas no modelo antes de implantá-lo.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica.* 5ª Ed. São Paulo,Pearson Prentice Hall, 2005.

CHOO, C. W. (2005). *The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create knowledge, and make decisions* (2a ed.). Oxford: Oxford University Press.

CLARKE, Anthony J. *Implementation Can benefit from quality experience*. In Quality Progress, november, 2000.

DUGUID, P. & BROWN, J. S. *Estrutura e espontaneidade: conhecimento e organização*. In.: FLEURY, M.T.L. & OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M. (Orgs.) Gestão Estratégica do Conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências . São Paulo, Atlas, 2001.

FLEURY, Maria T.L. & OLIVEIRA JR., Moacir de M.(Coord.). *Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências*. São Paulo: Atlas, 2001.

FOUREZ, G. A. *Construção das Ciências introdução à filosofia e à ética das ciências.* São Paulo. Editora UNESP, 1995.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.* São Paulo: Cortez, 2001.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NONAKA, Ikujiro. *A empresa criadora de conhecimento.* In: Gestão do Conhecimento, Harvard Business Review. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 27-49.

OECD. *Mensuring Knowledge Management in the Business Sector.* OECD Publications Service, 2003.

RODRIGUES, S. B. *De fábricas a lojas de conhecimento: as universidades e a desconstrução do conhecimento sem cliente.* In.: FLEURY, M.T.L. & OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M. (Orgs.) Gestão Estratégica do Conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo, Atlas, 2001.

TACHIZAWA, T., FERREIRA, V. C. P.; FORTUNA, A. A. M. *Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios.* Rio de Janeiro: FGV, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.* 6ª Ed.São Paulo. Atlas, 2005.

YOUSSEF, Ahmad Youssef. *Um Modelo de Gestão do Conhecimento em Administração para uma Organização Universitária Interinstitucional,* 2010.

ZABOT, J.B.M. & SILVA, LC.M. *Gestão do conhecimento.* São Paulo, Atlas, 2002.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

GOVERNANÇA DA ÁGUA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PAPEL DO BANCO MUNDIAL E DO PROJETO INTERÁGUAS

WATER GOVERNANCE IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE ROLE OF THE WORLD BANK AND THE INTERÁGUAS PROJECT

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

BIANCHINI, Guilherme Correa
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp – Franca/SP
Graduado em Relações Internacionais e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Unesp – Franca/SP
guilherme_bianchini470@hotmail.com

Resumo

A questão da gestão recursos hídricos é essencial. A indispensabilidade destes recursos para a vida e desenvolvimento socioeconômico sustentável da humanidade tornou a água um dos principais objetos de discussões internacionais sobre o meio ambiente, sendo que sua preservação foi tomada como objetivo primordial na adoção de políticas públicas em escala global. No Brasil, a resposta às tendências internacionais foi a promulgação da lei que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Com esta foram definidas as diretrizes para a gestão integrada e participativa de tais recursos em todo o território nacional, levando em conta as particularidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais de cada região. Porém, é notável um descompasso entre a política e a gestão em si quando se observa certa ineficiência na satisfação das discrepantes necessidades de cada região do país. Frente a esta incapacidade, surge a oportunidade para cooperação internacional na gestão de recursos hídricos e com isto o Banco Mundial se estabelece como parceiro nacional através de financiamentos de programas e projetos de gestão hídrica no país com o intuito de fortalecer todo o aparato relativo ao setor. Desta forma, este estudo visa investigar o papel do Banco Mundial, com o projeto Interáguas, no que convém os investimentos realizados no desenvolvimento de políticas para a gestão do setor das águas no país por meio da análise de documentos fornecidos pelo próprio Banco e pelo governo brasileiro, tendo como referencial teórico produções pertinentes ao tema da governança da água.

Palavras-chave: Recursos hídricos, Cooperação internacional, Políticas públicas.

Abstract

The matter of the management of water resources is essential. The necessity of these resources to the life and sustainable socioeconomic development of mankind

made water one of the main objects of debates about the environment, and its preservation was taken as primary objective in the adoption of public policies on a global scale. In Brazil, the response to international trends was the promulgation of the law that established the National Water Resources Policy. This set the guidelines for the integrated and participatory management of these resources throughout the national territory, taking into account the physical, biotic, demographic, economic, social and cultural particularities of each region. However, there is a notable mismatch between policy and management itself when there is an inefficiency in meeting the divergent needs of each region of the country. In face of this this incapacity, there is an opportunity for international cooperation in the management of water resources, and with this the World Bank establishes itself as national partner through financing of programs and projects of water management in the country in order to strengthen the whole relative apparatus to the sector. In this way, this study aims to investigate the role of the World Bank, with the Interáguas project, in its investments made in the development of policies for the management of the water sector in the country conducted through the analysis of documents provided by the Bank itself and the brazilian government, having as theoretical reference relevant productions about the water governance.

Keywords: Water resources, International cooperation, Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre o ser humano e o meio ambiente nunca foi tão discutida como é atualmente. Essa é uma temática recente na história humana e de extrema relevância para que os Estados e instituições exerçam suas políticas. Sua entrada nas pautas de discussão internacionais é resultado de diversos esforços realizados durante décadas, desde o surgimento do movimento ecológico[1] até as mais recentes conferências.

Dos resultados destes empenhos destaca-se o Relatório de Brundtland elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) e publicado em 1987. Este relatório, intitulado “Nosso Futuro Comum”, apresentou ao mundo a mais conhecida definição do termo Desenvolvimento Sustentável[2], deixando claro naquele momento que o desenvolvimento imprudente da economia industrial perante a finitude dos recursos naturais no planeta resultaria em uma catástrofe em escala global.

A partir disso, o resultado almejado passou a ser um novo modelo, baseado em três conceitos associados, capaz de reduzir os impactos das atividades humanas na natureza, vinculando o bem estar do meio ambiente, da população e o desenvolvimento econômico. Este novo modelo, que almeja o desenvolvimento

[1] Para mais, ver: PORTO GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p 10-17.

[2] O termo foi definido pelo Relatório como “o desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2ª ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991).

econômico e social, sustentável, foi consolidado pela Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente (CIAMA) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ambas ocorridas no ano de 1992.

A primeira foi sediada na cidade de Dublin, na Irlanda, sendo uma reunião entre especialistas em recursos hídricos de diversos países e representantes de organismos internacionais, governamentais e não governamentais. Nesta conferência, foi debatida a criticidade da situação dos recursos hídricos para o fututo e resultou em uma declaração que exigiu comprometimento governamental em todos os seus níveis para o resguardo dos recursos de água doce no planeta.

A CNUMAD foi uma conferência intergovernamental realizada no Brasil e intitulada Rio-92, onde foi aprovado do documento denominado "Agenda 21"[3]. O termo "Agenda" foi utilizado com o intuito de criar um compromisso dos Estados signatários de agirem em escala global, regional e local, articulando suas ações, instituições e políticas para a implementação deste novo paradigma de desenvolvimento. O capítulo dezoito deste documento, dedicado especificamente aos recursos hídricos e intitulado "Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos", apresenta noventa princípios a serem seguidos pela gestão hídrica.

Ao observar o histórico da relação do homem com a natureza, é notável que o desenvolvimento econômico, até então, se pautou na depredação do meio ambiente e na alta exploração e consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis. Diante da finitude dos recursos naturais não renováveis e a pequena capacidade de reposição daqueles que são renováveis, fica evidente a insustentabilidade de tal modelo de desenvolvimento e a exaustão imposta sobre a natureza por esta dinâmica juntamente com a ineficiência das políticas adotadas para gestão e preservação de tais recursos.

Desta forma, com a disponibilidade de água potável sendo um dos principais problemas discutidos dentre as questões ambientais, deve ser abordada a situação das reservas hídricas no planeta. A escassez deste recurso em certas regiões do mundo pode ser relacionada à baixos índices de desenvolvimento por conta de sua indispensabilidade para o cumprimento das necessidades básicas de vida, para o combate à fome e à desigualdade social, provando assim a inevitabilidade de se conceder um tratamento especial a esse recurso levando em conta seu valor estratégico.

Tal valor torna-se um atributo deste recurso fundamental quando se observa sua importância para o desenvolvimento socioeconômico e para a realização das variadas atividades humanas, dentre elas: a agricultura, principal atividade exercida para a produção de alimentos e para a garantia da segurança alimentar; suprimento hídrico potável para abastecimento público e consumo humano, fator fundamental para questões de saúde pública; abastecimento para a indústria, essencial para o desenvolvimento econômico. Percebe-se assim, a real necessidade de inovações em políticas públicas para a manutenção da água em escala global.

Diante disto, este trabalho pretende investigar o desenvolvimento a gestão hídrica no Brasil, a partir das principais legislações que foram criadas no setor das

[3] A **Agenda 21** pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. 2015).

águas analisando os resultados da cooperação internacional entre o país e o Banco Mundial no referido setor à luz de um projeto específico denominado Interáguas. Para tal serão utilizados os textos dos marcos legais, projetos e resultados fornecidos pelo Banco Mundial e pelos órgãos estatais brasileiros.

No Brasil, a necessidade na criação de um diploma legal no que tange as águas surgiu com a demanda por energia elétrica oriunda da industrialização na década de 30, na qual se buscou uma solução política, através da criação de uma lei, para uma questão de desenvolvimento econômico, resultando na publicação do Decreto nº 24.643/34[4]. Porém tal código limitava-se apenas a gestão quantitativa das águas, não levando em conta fatores qualitativos e não integrava usuários, tomadores de decisões, planejadores e órgãos de gestão através da gestão participativa integrada.

Os fatores supramencionados, dos quais careciam o decreto de 1934, foram de fato integrados à gestão hídrica no Brasil com a promulgação da Lei nº. 9.433/97, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH), e posteriormente com a Lei nº. 9.984/2000, que criou o orgão responsável pela implementação, em nível federal, da PNRH – A Agência Nacional das Águas (ANA).

A PNRH busca se encaixar no novo paradigma de gestão hídrica através do conceito de Gestão Integrada de Recursos Hídricos[5] que estabelece que a gerência e preservação dos recursos hídricos deve contar com a participação dos diversos setores sociais envolvidos - tal característica é expressa no art. 1º da Lei nº 9.433[6] e também no Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

> A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos. (RIO 92, 1992).

A Política Nacional de Recursos Hídricos contemplou o Brasil com um diploma legal das águas tendo um caráter inovador e avançado em relação a outros países, devido a sua organização estrutual descentralizadora. A divisão institucional descentralizada se dá em âmbito nacional, regional, municipal em diversos órgãos, entre a Agência Nacional de Águas, Conselhos de Recursos Hídricos dos estados e

[4] O Decreto nº 24.643/34 regulamentou o Cógido das Águas. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm> . Acesso em 20 de set. de 2016.

[5] Segundo a Global Water Partnership, Gestão Integrada de Recursos Hídricos pode ser definida como "um processo que promove a gestão e desenvolvimento coordenado de água, da terra e dos recursos relacionados, a fim de maximizar o bem-estar social e economico de modo equitativo, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas vitais". (GWP e AMCOW, Segurança da Água e Desenvolvimento Resiliente às Alterações Climáticas. 2013).

[6] O Artigo determina, em seu inciso VI que "a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades".

Distrito Federal, Comitês de Bacias Hidrográficas e órgãos de poderes públicos nos diferentes âmbitos.

Com a nova política formulada e implementada, o país se depara com um obstáculo, decorrente do forte caráter sistêmico dos recursos hídricos: a aplicação das diretrizes estabelecidas na lei em um contexto de discrepâncias nas necessidades regionais. Fatores particulares de cada região se tornaram um grande desafio para a adequação da gestão às diversidades regionais, proposta pela própria lei, presentes no art. 3º, inciso II, a saber: "a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversa regiões do país" (Lei 9.433, art. 3º. 1997).

Desta forma, o ordenamento jurídico e a prática das políticas se desenvolvem de maneiras completamente diferentes perante a grande sistematização dos recursos hídricos brasileiros, necessitando ainda muito amadurecimento. Prontamente, a norma difere da prática e a discrepância observada no que se refere à gestão hídrica é grande. As disparidades de indicadores como os fatos de a região amazônica possuir entre 70% da disponibilidade de água do país[7] e a região nordeste sofrer anualmente com a falta deste mesmo recurso torna evidente a necessidade de uma abordagem ecossistêmica e regional, nas bacias hidrográficas mais eficaz.

O meio de implementação dessas políticas ainda carece de maior participação da sociedade civil e de integração entre as instituições nacionais, regionais e locais nas tomadas de decisões, além de uma melhor articulação destas com as atividades governamentais fortalecendo o conceito de democracia participativa no país. Surge assim a necessidade de uma forte harmonização dos meios político e científico para melhor capacitação de todo aparato pertinente à água com estudos que aprofundem a relação entre política e gestão no âmbito de recursos naturais, principalmente os considerados estratégicos – e fundamentais – como os recursos hídricos.

Perante tal problemática das políticas e da prática na gestão de recursos hídricos no Brasil merece destaque o desenvolvimento econômico desigual entre as regiões e a associação de tal desigualdade aos dados relacionados ao acesso à água e sua qualidade. A ideia propagada de um país rico em recursos hídricos leva em conta apenas dados em esfera nacional, generalizantes, e ignora fatores como a escassez de água no semiárido nordestino, o mínimo acesso a água tratada e saneamento na região Norte e problemas como a má conservação e falta de novos mananciais na urbanizada e industrializada região Sudeste.

A vantajosa situação do Brasil em relação à disponibilidade hídrica, mesmo com a distribuição geográfica desigual das águas, coloca o país em uma posição privilegiada. A água é um fator estratégico fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, portanto, o seu resguardo para a sobrevida das futuras gerações é primordial.

O distanciamento das diretrizes atribuídas pela Política Nacional de Recursos Hídricos, seus programas e instituições, com a prática política na gestão dos recursos hídricos perante as disparidades regionais acaba se tornando um fator impeditivo da eficiência na aplicabilidade das mesmas diretrizes. Assim, se torna primordial a articulação do meio político-científico e dos diversos atores das esferas governamental e social para a derrubada dos entraves institucionais do contexto da

[7] OCDE, 2015.

governança dos recursos hídricos para a garantia de uma gestão que garanta justiça social e sustentabilidade.

A divisão estrutural da PNRH, frente aos entraves anteriormente expostos, não se mostra suficiente para suprir as necessidades que se tem no contexto da grande complexidade do cenário dos recursos hídricos brasileiros. Nesta conjuntura das dificuldades internas na administração se tem oportunidades de parcerias e cooperação entre o Brasil e atores internacionais.

Dentre estes atores, se destaca o Banco Mundial e suas atividades que têm como foco os esforços dos países com problemas significativos em relação a escassez de água, alocação das águas, eficiencia na gestão e degradação ambiental. Para isso, ao identificar as áreas de cooperação multilateral, o Banco fornece investimentos, propõe programas, projetos e obras, fornece assistência técnica e troca de experiências a fim de promover reformas políticas e institucionais que melhorem a eficiência na gestão sustentável dos recursos hídricos.

Neste plano se inserem as questões brasileiras no que tange aos conflitos e aos descompassos na gestão hídrica, o que resulta em uma parceria entre o Banco Mundial e o Brasil. Ao propor uma Estratégia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Brasil (EGRHB), tendo como objetivo geral apoiar os país em seus empenhos para redução da pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, o Banco se consolida como parceiro efetivo do país na implementação de uma agenda de gestão das águas.

Para que os desafios brasileiros no setor dos recursos hídricos sejam superados, apesar das reformas legais e políticas que vêm sendo realizadas desde a década de 1990 com o apoio do Banco, há ainda a necessidade de um fortalecimento nas políticas para coordenar as ações institucionais e os investimentos realizados em infraestrutura. Mesmo com o progresso da Agência Nacional das Águas no desenvolvimento de instrumentos e projetos de gestão das águas, as capacidades em níveis estaduais e regionais continuam frágeis e pouco desenvolvidas.

Destarte, tendo em vista os investimentos em infraestrutura do governo brasileiro, durante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a capacidade institucional limitada que atrasa a implementação de muitos investimentos deste Programa, há a proposição de um novo projeto. Este projeto, denominado Interáguas, surge com o objetivo de enfrentar, no complexo cenário brasileiro, os problemas relacionados à coordenação institucional no gerenciamento de recursos hídricos.

O novo projeto nacional, aprovado no ano de 2011 e com previsão de término para o ano de 2018, foi criado com o objetivo de auxiliar o governo brasileiro na melhoria da coordenação e no fortalecimento da capacidade institucional no planejamento integrado da gestão dos setores de recursos hídricos. Este aprimoramento é proposto através de melhorias políticas e normativas, planos de investimento setoriais e intersetoriais e geração de capacidades, sendo elas organizacionais, pessoais e técnicas.

O Interáguas é estruturado por cinco componentes para atingir seus objetivos, sendo estes: a) Gerenciamento de Recursos Hídricos; b) Água, Irrigação e Gestão de Risco e Desastres; c) Abastecimento de Água e Saneamento; d) Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado; e e) Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto.

Os três primeiros foram preparados para apoiar as reformas no setor da água e o fortalecimento institucional, dando continuidade à proposta nacional do Banco Mundial. O primeiro componente tem como objetivo a consolidaçao do sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos, apoiando a união e os entes federados no aprimoramento dos instrumentos de gestão; o segundo visa o fortalecimento institucional dos órgãos de insfraestrutura e defesa civil; o terceiro pretende manter a continuidade do programa de modernização do setor, aumentado a qualidade e a universalização dos serviços.

O quarto e o quinto são inovações e buscam, respectivamente, melhorar o desempenho da implementação e coordenação de políticas em bacias hidrográficas específicas fornecendo apoio ao planejamento integrado, através do desenvolvimento de novas metodologias, conciliando ações de intituições com competências específicas; e funcionar como a ferramenta de ponderação das atividades do projeto, assegurando o cumprimento de metas, cronogramas e objetivos.

2 MÉTODO

Este trabalho tem caráter bibliográfico pela utilização de documentos, artigos e livros, além de outras produções acadêmicas como anais de eventos científicos, levantados por meio de plataformas de pesquisa *online*. Os documentos qualitativos utilizados foram levantados a partir dos *websites* de instituições não governamentais, como o do Banco Mundial, e agências e instituições estatais, como o da Agência Nacional das Águas e de órgãos governamentais como Secretarias Estaduais e Ministérios. Estes documentos foram analisados qualitativamente e, por meio desta análise, foi constatado o pequeno progresso do projeto Interáguas.

O caráter bibliográfico-teórico da pesquisa se qualifica pelo uso de artigos e livros, bem como demais produções acadêmicas, que deram o referencial teórico deste trabaho. Estes foram obtidos através de plataformas de pesquisa que dão acesso à bancos de dados como o da plataforma Scielo e a biblioteca virtual Jstor, assim como o acervo da biblioteca da Unesp. A busca de períodicos onde puderam ser encontrados artigos pertinentes ao tema foi realizada através da Plataforma Sucupira, da plaraforma Scielo e do Google Acadêmico.

3 ANÁLISE

Como resultados parciais deste projeto, o Banco Mundial fornece resultados moderadamente insatisfatórios nos meses de março e setembro de 2016 em sua última classificação do progresso geral implementação do projeto e uma classificação moderadamente satisfatória no progresso para alcançar o objetivo do projeto (PDO) nos mesmos meses. Estas avaliações dos resultados vêm sendo mantidas nos relatórios bianuais desde abril de 2014, sem notáveis mudanças no andamento do projeto. A análise desses documentos deixa em questionamento se há efetividade dos investimentos resultandes desta parceria e se há resultados significantes para o aprimoramento do setor das águas no Brasil.

5 CONCLUSÕES

A eficácia da gestão dos recursos hídricos se mostra essencial para o exercício de qualquer atividade humana, principalmente as que dizem respeito às atividades econômicas necessárias para que se tenha pleno desenvolvimento nacional. A intensificação do uso destes recursos durante a industrialização brasileira da década de 1930 relacionou os setores da economia e da política por incentivar a criação do Código das Águas. Porém, com as tendências mundiais em relação a finitude dos recursos e a importância de seu resguardo para as próximas gerações, surgem novas preocupações para o uso sustentável das águas que levam, no Brasil, à promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

A PNRH surge como um efetivo modelo de gestão hídrica no fim da década de 1990, ao propor uma grande descentralização na gestão, além da aplicação de recursos a partir de ações preventivas, integração entre setores e adaptação às diversidades nacionais, articulando para isso, diversos órgãos de diferentes esferas estatais[8]. Tais propostas, na prática, não se desenvolvem como o pretendido e, com isto, novas alternativas passam a ser procuradas com a cooperação com o Banco Mundial na criação de programas e projetos afim de tornar real a efetividade da gestão hídrica brasileira.

Todavia, decorridos anos do início da cooperação, os resultados desta continuam sendo insuficientes. O Interáguas, atual projeto nacional em parceria com o Banco Mundial, não demonstra avanços signiticativos para fortalecer a gestão hídrica no país, o que tornam questionáveis os meio e os fins da ação conjunta e os gastos realizados pelo governo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANA – Agência Nacional de Águas. **Informações Sobre Recursos Hídricos**. Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/>. Acesso em: 28 de março de 2017.

_____; MMA; PNUMA. **GEO Brasil**: recursos hídricos: resumo executivo. Brasília: MMA; ANA, 2007.

_____. **Interaguas: Programa de desenvolvimento do Setor Água**. Disponível em: <http://interaguas.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 28 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de10 de Julho de 1934**. Decreta o Código das Águas. Coleção das Leis do Brasil – 1934, V. 4, P. 679**.** Rio de Janeiro, 1934.

[8] Lei nº 9.433/97, Art. 3º - I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade; II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo; VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.
Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

_____. **Lei nº 9433, de 8 de Janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Brasília, 1997.

_____. **Lei nº 9984, de 17 de Julho de 2000**. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA. Brasília, 2000.

CASTRO, J. E. Water governance in the twentieth first century. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. V. X, n. 2, 2007, p. 97-118.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2ª ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

GERLAK, A. K. Lesson learning and trans-boundary waters: a look at the Global Environment Facility's international waters programs. **Water Policy**. N. 9, 2007, p. 55-72.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIMARÃES, R; FONTOURA, Y. **Desenvolvimento Sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas.** Cad. EBAPE.BR Vol. 10, no 3. Rio de Janeiro, 2012.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. OECD Publishing. Paris, 2015. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150902_OCDE-governancadosRecursosHidricosnoBrasil.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 21 Global.** Cap 18. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em 27 de set. 2017.

_____. **O Futuro que Queremos.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em < http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf>. Acesso em 19 de set. 2017.

_____. **Rio 92: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em < http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf> . Acesso em 19 de set. 2017.

SCANTIMBURGO, A. L. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável**: os limites impostos pelo capitalismo no gerenciamento e preservação dos recursos hídricos no Brasil. Marília: Aurora, a. V, n. 7. Jan 2011. p. 62-79.

SOUZA, L. C. Águas doces do Brasil no século XXI. *In* **PNMA 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente**. Benjamin, Antonio Herman; LECEY, Eladio; CAPPELLI, Sílvia; IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney (Orgs). Imprensa

Oficial do Estado de São Paulo, 2011. p. 147-161.

TUNDISI, J. G. *et al*. **Recursos Hídricos no Brasil**: Problemas, Desafios e Estratégias para o Futuro. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Recursos Hídricos no Futuro**: Problemas e Soluções. Estudos Avançados, v. 22, n. 63. São Paulo, 2008

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Água para um Mundo Sustentável**. Gabinete do Programa de Avaliação Global da Água – Divisão de Ciências Hídricas. Itália, 2015.

WORLD BANK. **Documento de Avaliação**: Projeto Integrado Federal do Setor Água – Interáguas. 2011.

_____. **Formal and informal Markets for Water**: Institutions, Performance, and Constraints. Pp 99-116. 1999.

_____. Projects and Operations: **Setor de Recursos Hídricos Integrados Federais do Brasil** – Interaguas. Disponível em: <http://projects.worldbank.org/P112073/br-federal-integrated-water-interaguas?lang=pt&tab=overview>. Acesso em: 29 de março de 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

HUMANIZAÇÃO E CULTURA DIGITAL

HUMANIZATION AND DIGITAL CULTURE

Sessão temática: 2.5.

RODRIGUES da Silva, Alessandro
MOURA PIANTINO, Luiz Fernando
FADEL, Bárbara

Resumo

Este artigo tem como finalidade mostrar através de uma pesquisa bibliográfica a importância da cultura digital, abordando diversos assuntos como a humanização digital, cibercultura, ciberespaço mostrar as redes sociais mais utilizadas no Brasil além de aspectos de como a internet pode auxiliar no processo de aprender.

Palavras-chave: Cibercultura, ciberespaço, humanização digital, tic's, redes sociais

Abstract

This article aims to show through a bibliographical research the importance of digital culture, addressing various subjects such as digital humanization, cyberculture, cyberspace, to show the most used social networks in Brazil as well as aspects of how the internet can help in the learning process.

Keywords: Cyberculture, cyberspace, digital humanization, tic's, social networks

1 INTRODUÇÃO

Os avanços da tecnologia vem a cada dia surpreendendo ainda mais as pessoas, coisas que hoje fazem parte do cotidiano das pessoas, a alguns anos atrás seriam inimagináveis, a interconexão entre pessoas e a cultura existente neste meio é algo a ser levando em consideração, para ter uma melhor compreensão deste mundo digital.

Conhecer este ambiente em que está inserido é fundamental para poder tirar o melhor proveito deste conteúdo, trabalhar a parte da humanização que hoje em dia por não existir um contato direto entre as pessoas, muitos acabam utilizando-a de forma prejudicial às outra pessoas e conhecer cada rede social e saber como se portar nela, tentando aproveitar o melhor destas redes para que possa propagar o conhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Humanização

Humanização vem para tornar o acesso hoje, devido a grande interação entre pessoas algo mais dinâmico, antes desta grande popularização o acesso era somente as pessoas com sites estáticos e hoje em dia temos interação entre pessoas e vários outros dispositivos de interação social.

Para que aconteça a humanização, segundo a UNESCO, é de fundamental importância e determinante, a popularização da implementação e do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), devendo também ser facilitada a aquisição de habilidades básicas no uso de computadores para todos.

O conhecimento e a informação têm impacto significativo na vida das pessoas como à conquista da cidadania e o aumento da qualificação. O êxito nesta esfera em constante inovação, para criar indivíduos, comunidades e nações com capacidade para resolver problemas de forma eficiente e adequada, é a obtenção de um conjunto essencial de competências, assim, tornando-os capazes de buscar informação, assim como fazer as próprias avaliações criticas a respeito, estando também capacitado para criar novas informações e conhecimento, como consequência, gerando impacto no mercado de trabalho e para a demanda de indivíduos qualificados e pela qualificação de profissionais.

O compartilhamento e a popularização de conhecimento e informação tem o poder de transformar economias, sociedades, a relação do homem com o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a paz.

Com o processo de democratização, compartilhamento de conhecimento e informação, particularmente por meio das TICs, tem o poder de transformar economias e sociedades para o desenvolvimento sustentável e a paz. A formação do indivíduo está cada vez menos restrita ao espaço escolar, discussões sobre o meio ambiente, valores, segurança e bem-estar não apenas deles mesmos, mas também da sociedade em que vivem, seus direitos e deveres.

As sociedades do conhecimento devem ser construídas sobre quatro pilares: liberdade de expressão; acesso universal à informação e ao conhecimento; respeito às diversidades cultural e linguística; e educação de qualidade para todos.

Outro fator muito importante na humanização, na democratização do conhecimento e da informação é a cultura de solidariedade e de compartilhamento de conteúdos, tecnologias e infraestruturas tecnológicas, com a universalização do acesso a estes, através do governo, que tem uma atribuição muito importante na criação de políticas, da conscientização, e principalmente, promover a capacitação para que possam alcançar as habilidades e conhecimentos necessários para compreender, envolver-se ativamente e explorar plenamente os benefícios, incentivando a cooperação, assim, possibilitando a emancipação e a plena participação de todos, inclusive grupos marginalizados e vulneráveis, os pobres, países subdesenvolvidos e regiões e povos com necessidades especiais, em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade e em todos os processos de tomada de decisão, promovendo o crescimento econômico e sustentável, a justiça social e a paz.

Essa humanização inclui o acesso aberto às informações científicas,

acadêmicas com os recursos educacionais abertos, os softwares livres e de códigos abertos que permitam aos usuários desenvolver soluções que melhor atendam as suas necessidades, as plataformas de treinamento abertas e a aprendizagem aberta e a distância.

2.2 Cultura Digital ou "Cibercultura"

A cultura é algo existente em todo meio, saber e compreender esta cultura é algo extremamente complicado, pois envolve muitos fatores que influenciam a cultura.

Independente do local que você está inserido a cultura digital, tende a não obedecer muito este critério, pois ela é uma cultura própria compartilhada com várias pessoas do globo.

Ainda não existe um significado explícito para o termo, vários autores expressam definições próprias, diferentes de seus pares, porém, a definição mais utilizada é a de Lévi (1999, p.17):

Especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modo de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do "ciberespaço". (LÉVI, 1999, p.17).

Cultura digital é um conjunto de habilidades e competências em desenvolvimento contínuo das atividades relacionadas às tecnologias da informação e comunicação, orientadas por três princípios: interconexão, comunidades virtuais e inteligência coletiva em conjunto com uma maior acessibilidade a equipamentos tecnológicos e a pessoas conectadas à rede mundial de computadores, ou seja, a Internet, acesso a conteúdos, informações e as novas dinâmicas culturais na sociedade.

Esta cultura faz parte de um meio maior, conhecido como ciberespaço.

2.3 Ciberespaço

O meio físico onde toda esta cultura está inserida é conhecido como ciberespaço, e nele não somente está incluído esta cultura digital, mas também todas as aplicações contidas neste ciberespaço, desde um serviço de e-mail, um sites, redes sociais entre muitas outras aplicações.

O "Ciberespaço. Uma alucinação consensual diariamente experimentada por biliões de operadores legítimos, em cada país, por crianças a quem são ensinados conceitos matemáticos... uma representação gráfica de dados extraídos de bancos de cada computador do sistema humano. Complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no não-espaço da mente, clusters e constelações de dados. Como luzes da cidade, afastando-se.." – (Gibson, Neuromancer, 1984). Todo meio digital ligado a uma rede de computador, faz parte do ciberespaço, cada celular, computador ou dispositivo conectado.

"O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. " (LÉVY,2000, p. 17). Esta grande rede de computadores, interligados que se faz este meio digital conhecido como Ciberespaço.

2.3.1 Webs 3.0, 2.0 e 1.0

Este ciberespaço vem evoluindo ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais complexo, em seu início era simplesmente uma rede para descentralização de dados interligando vários pontos militares, conhecida como ARPANET.

Ao longo desta evolução esta rede se evolui para o que conhecemos hoje como internet e hoje em dia ela foi classificadas em 3 tipos de Web:

Web 1.0: Foi o início da internet, onde os sites eram estáticos e não existia nenhum tipo de interação, apenas hiperlinks.

Web 2.0: Foi uma evolução na parte de programação web, os sites passaram a ser interativos e dinâmicos surgem as primeiras redes sociais e começa a existir uma interação entre os usuários da web.

Web 3.0: Os sites passam a interagirem com os usuários de uma forma mais complexa, a ponta de saber suas preferências, mas conhecida também como web semântica.

E com certeza ao que os dispositivos e tecnologias vão evoluindo esta variação da rede tende a se modificar também, como temos visto hoje em dia com a Web 3.0 e as redes sociais.

2.3.2 Redes Sociais

As redes sociais são programas que interligam pessoas, para fazer parte dela inicialmente precisamos de um cadastro e criar um perfil. Cada rede social tem uma funcionalidade, seja ela para compartilhamento de informações, compartilhamento de imagens, artigos científicos, relacionamento e outras muito mais complexas que englobam todos estes conjuntos em um só local. Cada uma destas redes possui sua cultura específica e dentro desta cultura existem outras subculturas e este emaranhado de informações formam as redes sociais, especificar esta cultura é algo extremamente complexo.

“As redes sociais designam normalmente – mas não exclusivamente – os movimentos fracamente institucionalizados, que reúnem indivíduos e grupos numa

associação cujos interesses e papéis dos atores são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. Os elos de uma rede social podem ser indivíduos, grupos ou organizações, mas sua dinâmica está sempre voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades dos seus membros. “ (Regina Maria Marteleto)

“Nas redes sociais, cada indivíduo tem sua função e identidade cultural. Sua relação com outros indivíduos vai formando um todo coeso que representa a rede. ” (Maria Inês Tomaél). Para uma melhor compreensão desta cultura é ideal conhecermos um pouco destas redes sociais.

2.3.3 Algumas Redes Sociais

Facebook: Criado por Mark Zuckerberg em fevereiro de 204 e seu principal intuito era fazer um comparativo entre pessoas de diferentes universidades, “O Facebook transformou-se não só em um ambiente de comunicação e um destino para pessoas interessadas em procurar, partilhar ou aprender sobre determinado assunto. É uma ferramenta popular; fácil de usar; não necessita de desenvolvimento interno ou de aquisição de software; é útil para alunos e professores; permite a integração de diversos recursos; fornece alternativas de acesso a diferentes serviços; permite o controle de privacidade (limitando a disponibilidade de informações que queremos que os outros tenham acesso sobre nós).” (Clelder Luiz Pedro)

Hoje em dia ele não só oferece o serviço de rede social, mas também de divulgação de marcas para diversas empresas, que podem criar uma “Fanpage” e divulgar a cultura de sua empresa entre várias outras coisas.

Instagram: Criado por Kevin Systrom, Mike Krieger em outubro de 2010, inicialmente era um aplicativo para compartilhamento de fotos, que somente funcionava na plataforma IO’s da Apple, depois foi se tornando popular e atingido as demais plataformas de smartpohones “O Instagram nasceu a partir de uma simplificação de outro aplicativo, também desenvolvido pelos dois engenheiros, chamado de Burbn, cuja proposta inicial era a de uma rede social que agruparia

várias funções, onde os usuários poderiam compartilhar a sua localização, imagens, vídeos, planos para o final de semana, etc. Porém, o desenvolvimento deste aplicativo mostrou-se muito complexo, motivando Kevin e Mike a escolher uma das funções que consideram mais atrativa: a fotografia." (Maria Clara Silva Loureiro), Hoje em dia esta empresa foi comprada pelo grupo Facebook.

Tinder: Ela foi criada em setembro de 2012 e "Inicialmente, introduzido em universidades do Vale do Silício, o aplicativo para busca de parceiros funciona com base no cruzamento de informações obtidas no momento em que o usuário realiza o login pelo Facebook como localização, amigos e páginas "curtidas" em comum, bem como interesses pessoais levantados previamente, assim que o indivíduo faz o download do aplicativo." (Carolina Silva de Moura), hoje em dia é uma das ferramentas mais utilizadas para relacionamentos, tornando-se uma febre no Brasil.

2.4. Competência e Habilidade

"Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.). Para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações". (PERRENOUD, 1999, p. 30)

A competência representa a capacidade de utilizar conhecimentos com a finalidade de se enfrentar uma determinada situação como por exemplo a busca de informações na Internet, o deslocamento utilizando aparelhos com GPS ou mesmo mapas.

2.5 Alfabetização Midiática e Informacional

2.5.1 O que é alfabetização informacional?

"A alfabetização informacional é a aprendizagem ao longo da vida. A alfabetização informacional empodera as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar informações de forma efetiva para atingir seus objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. Este é um direito humano fundamental no mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações" (UNESCO, 2016).

Cada vez mais a alfabetização informacional se faz necessária à vida de todos, incorporada a crescente necessidade e ao excesso de informações que estão disponíveis a todo o momento, ela trás também como uma oportunidade de independência. Assim, com as competências desenvolvidas, consegue trabalhar de forma produtiva a informação, buscando de acordo com suas necessidades e utilizando de forma eficaz, fazendo avaliações críticas dessas informações e suas fontes, ampliando sua base de conhecimentos, criando bases solidas para poder avaliar e perceber as questões econômicas, legais e sociais relacionadas a informação e a sua utilização, utilizando de maneira ética e legal.

2.5.2 O que é alfabetização midiática?

"A alfabetização midiática visa a empoderar cidadãos provendo-lhes competências (conhecimento, habilidades e atitude) necessárias para engajar a mídia tradicional com as novas tecnologias"(UNESCO, 2016).

Tradicionalmente distintas, a alfabetização midiática e alfabetização informacional, a UNESCO une estas duas áreas como uma combinação de competências, necessárias para a vida e o trabalho da atualidade, nelas estão inclusas todas as formas de mídia e outros provedores de informação como bibliotecas, arquivos, museus e Internet, independentemente da tecnologia utilizada.

A Alfabetização Midiática e Informacional tem uma função imprescindível na consumação do acesso igualitário à informação, ao conhecimento bem como aos sistemas de mídia e suas diversidades. Ela da plenos poderes na compreensão, avaliação e crítica das informações das mídias e outro provedores, podendo tomar decisões avaliando seus conteúdos, como também criar conteúdos e informações de mídia, preservando os valores fundamentais de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, responsabilidade, justiça e a paz.

Na alfabetização midiática, os professores tem a responsabilidade de desempenhar um papel ativo e, de extrema importância no processo educacional. A alfabetização e o ensino fundamental são fatores estruturais para a formação desse alicerce. Esse processo de aprendizagem é constante, através da educação

continuada, educação de adultos, reciclagem profissional. Deve ser levando em conta o grau de desenvolvimento social e econômico de cada país. É importante proporcionar a elaboração e a acessibilidade a todo o conteúdo educacional, científico, cultural e de lazer.

Neste contexto não pode ficar de fora a liberdade de imprensa e a liberdade de informação, ou seja, a liberdade de buscar, receber, transmitir por meio de mídias tradicionais ou através das TICs, devendo ser respeitado os direitos universais da pessoa humana, as liberdades fundamentais e a privacidade pessoal.

O grande desfio para a implementação da alfabetização midiática, é a alfabetização midiática dos professores, compreender, envolver e comprometer-se com a visão de uma sociedade inclusiva. Acompanhar o progresso, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento.

Todos devem ter as habilidades necessárias para se beneficiar plenamente, ou seja, devem ser incluídas as comunidades locais, especialmente aquelas em áreas rurais, de difícil acesso e carentes.

3 CONCLUSÃO

Todos devem ter as habilidades necessárias para se beneficiar plenamente, ou seja, devem ser incluídas as comunidades locais, especialmente aquelas em áreas rurais, de difícil acesso e carentes.

REFERÊNCIAS

CLELDER, Luiz Pedro. Et al. Aprendizagem Científica no Facebook,Janeiro de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ alexandria/article/viewFile/1982-5153.2015v8n1p3/29329>. Acesso em: 10/07/2016

Do Ministério Da Saúde Sob A Ótica Baumaniana, Novembro de 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1472-1.pdf>. Acesso em: 10/07/2016

GIL, Henrique Teixeira. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e… Web 3.0, Março de 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 10/07/2016

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999;

LOUREIRO, Maria Clara Silva. O USO DE APLICATIVOS DE COMPARTILHAMENTO DE FOTO E VÍDEO NA

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferências da informação, Abril de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 10/07/2016

MOURA, Carolina Silva de. Et al. O Amor Líquido Na Era do Tinder: Uma Análise Da Campanha Publicitária

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIZA, Mariana Vassallo. O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica, Janeiro de 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012_MarianaVassalloPiza.pdf>. Acesso em: 10/07/2016

PROMOÇÃO DA IMAGEM EMPRESARIAL E DO RELACIONAMENTO COM OS

PÚBLICOS ESTRATÉGICOS: APLICAÇÕES NA INDÚSTRIA DA MODA,Janeiro de 2014. Disponível em: <http://grupo-ecausp.com/digicorp/wp-content/uploads/2015/05/Maria-Clara-Silva-Loureiro.pdf>. Acesso em: 10/07/2016

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

IGUALDADE OU IDEOLOGIA? ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O GÊNERO NA ESCOLA

EQUALITY OR IDEOLOGY? DISCURSIVE ANALYSIS ABOUT GENDER IN SCHOOL

Sessão Temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

TEIXEIRA, Laura Pereira
Uni- FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC/CNPq do Uni-FACEF
laura.pteixeira@outlook.com

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Profa. Dra. De Linguística e Língua Portuguesa do Uni-Facef
anafurquim@yahoo.com

Resumo

O presente trabalho visa analisar os discursos vinculados à questão da igualdade de gênero na escola. O tema, cada dia mais atual, ganhou maior repercussão em 2010 ao ser excluído da pauta do Plano Nacional da Educação, o PNE. O fato dividiu opiniões: os defensores do gênero na escola acreditam que debater sobre o assunto ajudará a construir uma educação mais inclusiva e com menos evasões, enquanto os que são contrários ao tema o intitulam “ideologia” de gênero, deixando explícito, por meio do uso da palavra que aqui ganha valor pejorativo, que o consideram como uma ameaça a seus preceitos. Analisaremos tais divergências a partir das perspectivas teóricas do Círculo de Mikhail Bakhtin, refletindo sobre as ideologias presentes nos discursos sobre o tema, assim como as aproximações, conflitos, comparações e confrontos que estão presentes nesses diálogos. Para tanto, levantamos as seguintes indagações: quais são as ideologias presentes nos discursos sobre igualdade de gênero na escola? Como esses discursos refletem e refratam o mundo a partir de diferentes grupos sociais? Quais os recursos estilísticos utilizados para a construção desses discursos e como são estabelecidas as relações interativas entre os sujeitos da comunicação? A fim de esclarecer estas questões, utilizamos como referencial teórico as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre ideologia, dialogismo e gêneros do discurso, assim de alguns de seus comentadores, como Brait (2005), Machado (2005), Miotello (2005), Faraco (2013), Fiorin (2016) e outros estudiosos da linguagem, como Brandão (2004), e da filosofia, como Chauí (2008).

Palavras-chave: Igualdade de Gênero, Ideologia, Signo.

Abstract

The present work will analyse the discourses about gender equality in school. This theme, each day more current, got even more repercussion in 2010 when it was excluded from the Plano Nacional da Educação (National Plan of Education, Brazil) known by the abbreviation PNE. This fact divided opinions: the ones who defend the gender in school believes that debate about this will help to create a more inclusive education, while the ones who are against the theme call it "ideology" of gender, making it clear, through the use of this word that here gets a negative sense, that they consider it as a threat to their precepts. We will analyse these divergences through the theoretical perspectives of the Bakhtin Circle, reflecting on the ideologies inside the speeches about the theme, as reflecting on the approximations, conflicts, comparisons and confrontations inside these dialogues. Therefore, we ask the following questions: which are the ideologies present on the discourses about gender equality in school? How these discourses reflect and refract the world of different social groups? Which are the stylistic resources used to construct these discourses? In order to clarify these questions we will use as theoretical reference the studies of the Bakhtin Circle and some of its commentators as Brait (2005), Machado (2005), Miotello (2005), Faraco (2013), Fiorin (2016) and other language and philosophy scholars as Brandão (2004) and Chauí (2008).

Keywords: Gender equality, Ideology, Ideological Sign.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é, sobretudo, um local diverso. A escola abriga várias crenças, tons de pele, classes econômicas, assim como gêneros distintos que, por vezes, não podem ser definidos apenas pelo binarismo masculino/feminino. Atualmente, questionamentos sobre a igualdade de gêneros se propagam para além das conversas cotidianas, adentrando os portões das escolas ganhando espaço também no cenário legislativo. Vários debates começaram a ser feitos na tentativa de tornar a escola um ambiente mais saudável e igualitário, respeitando o direito de cada aluno expressar sua individualidade.

A partir de 1970, o tema "igualdade de gêneros" ganhou mais visibilidade e a cada dia é mais estudado pelas instituições de pesquisas científicas do Brasil. Em 2014, a exclusão da questão de gêneros do Plano Nacional da Educação (PNE) suscitou polêmicas e conflitos entre os posicionamentos da escola, dos pais e da igreja.

Nesse contexto, visamos analisar os vários discursos veiculados nas mídias, principalmente na internet, realizados tanto por aqueles que defendem a igualdade de gênero como por aqueles que a criticam. Os primeiros defendem que o debate sobre gêneros no ambiente escolar é necessário para que se faça valer, de forma efetiva, os direitos humanos, enquanto os segundos intitulam a questão de gênero como "ideologia de gênero", deixando explícito que consideram a discussão como uma tentativa de doutrinação dos estudantes e uma ameaça à família.

Na tentativa de melhor compreender os discursos sobre a igualdade de gênero na educação, conduzimos nosso trabalho amparados aos estudos do

discurso e de seu funcionamento, a partir das reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre ideologia, dialogismo e gêneros do discurso, assim como de alguns de seus comentadores, entre eles Brait (2005), Machado (2005), Miotello (2005), e Fiorin (2016) e outros estudiosos da linguagem, como Brandão (2004), e da filosofia, como Chauí (2008).

Ressaltamos que o presente trabalho se encontra em andamento e é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq).

2 O DISCURSO SOB O OLHAR TEÓRICO DO CÍRCULO DE MIKHAIL BAKHTIN: ALGUMAS REFLEXÕES

2.1 Ideologia, signo e refração

A igualdade de gênero na escola assume diferentes valores para os diversos grupos que a debatem. É interessante analisar que para aqueles que se posicionam contrários ao projeto, a palavra igualdade é até mesmo descartada. Para traduzir sua posição, adotam o termo “ideologia”, deixando implícita uma série de novas significações e valores. A palavra ganha sentido pejorativo, e é usada com valor semelhante à de doutrinação ou alienação.

Este vocábulo – ideologia – possui diversos significados, que se alteram dependendo do contexto e da intenção com que é utilizada. Faraco (2013, p. 167) afirma que isso ocorre devido à intensa circulação polissêmica dessa palavra “pela teoria política e arredores” e acrescenta que, ao longo de duzentos anos, “ela já agregou [...] pelo menos quinze significados diferentes, alguns até mesmo contraditórios entre si”. É importante que analisemos essas alterações de nomenclatura e, principalmente de sentido, para compreendermos os valores sociais, ideologias e axiologias veiculados pelos discursos. Por sua vez, para o Círculo, a palavra ideologia não possui valor negativo, mas assume “tom descritivo”, significando “referência às representações que os diferentes grupos sociais constroem do mundo” (FARACO, 2013, p.170,173).

Precisamos, a partir desse ponto, pensar no conceito de signo estabelecido pelo Círculo de Mikhail Bakhtin, que defende ser um signo tudo o que é ideológico, ou seja, tudo aquilo que está impregnado de valores, opiniões e crenças. De modo a ilustrar, pensemos no fato de que socialmente restringimos signos como sendo masculinos ou femininos: é comum objetos físicos receberem a denominação “para menino” ou “para menina”, o que acontece também com esportes, roupas, etc. A maneira como tratamos os indivíduos tende a ser pautada no sexo biológico, acarretando a delimitação de determinados signos a apenas dois gêneros. Existem, por exemplo, valores implícitos quando se pensa em uma roupa de bebê na cor azul ou rosa. Isso acontece porque essas cores podem ser entendidas como signos, na medida em que “um instrumento pode ser convertido em signo ideológico” e também porque “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p.32,33).

Assim, a relação tênue entre palavra e ideologia torna-se, para nós, um conceito essencial. Como ideologia, nos apoiaremos na definição do Círculo de

Bakhtin:

> Por ideologia, entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas (VOLOCHÍNOV apud MIOTELLO, 2016, p.169).

Faraco (2009) assinala que, na concepção do Círculo, todo enunciado é sempre ideológico. Por essa perspectiva, entendemos ainda que ideologia é também refração, ou seja, além de refletir a realidade, ela também é uma interpretação do mundo, visto que não somente o descrevemos, mas construímos, historicamente e por meio de experiências concretas, as refrações, as várias "verdades" que nos cercam. Só é possível significar pela refração, sendo esta uma condição imanente ao signo.

No contexto de nossa pesquisa, as discussões em torno da questão de gênero se disseminam entre os grupos que se beneficiam e os que se sentem prejudicados por ela, de maneira a fazer com que esses grupos dialoguem por meio de suas perspectivas, em uma "luta de classes", como definiu Bakhtin ao afirmar que

> O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica [...]. *Em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p.47).

Por vezes, as verdades sociais se confrontam a partir de um mesmo signo, e esse fato ocorre justamente pela característica de pluricidade dos signos. Ao escolher determinada interpretação, por exemplo, para uma palavra, a classe dominante tenta estabelecer no signo uma monovalência, de forma a desconfigurá-lo, evidenciando ainda mais suas concepções ideológicas. Contudo, o signo nunca ficará neutro de marcas ideológicas, já que não pode se manter com um único valor ou sentido.

2.2 Gêneros do Discurso

Ao nos debruçarmos sobre as reflexões dos gêneros do discurso do Círculo de Mikhail Bakhtin, temos as relações interativas entre discursos como ponto de partida. Os estudos sobre gêneros discursivos foram elaborados a partir da prosa, que aborda diversos diálogos sobre os mais variados assuntos.

De acordo com Machado (2016, p.157), Bakhtin não apresentou um circuito em que os papéis do falante e do ouvinte fossem fixados, pois considerou a mobilidade dos discursos no momento de enunciação. O que existe é uma alternância entre sujeitos do discurso, delimitando os enunciados nas mais diversas esferas da atividade humana.

> Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras (BAKHTIN, 2011, p.281).

Ainda segundo Machado (2016, p.157), é a partir do enunciado e do diálogo que pode existir troca entre os sujeitos discursivos, seja em um discurso cotidiano, como também em um discurso mais elaborado. Portanto, todas as vozes que debatem sobre a igualdade de gênero, assim como outros variados temas, estão em posição ativa, contribuindo com o processo de troca discursiva, seja de forma a concordar ou a discordar, pois o discurso é sempre uma resposta.

Devemos pensar sempre no contexto comunicativo de um enunciado, a fim de pensar em trocas discursivas efetivas, que consigam ultrapassar a noção de espaço e tempo. Os gêneros discursivos acolhem as diversas vozes existentes no discurso, que previamente se formaram a partir de outras vozes, fazendo parte de um "elo numa cadeia complexamente organizada" (BAKHTIN apud MACHADO, 2016, p.161). A partir dessa consideração, julgamos necessário explanar sobre o conceito de dialogismo no próximo item, no intuito de conduzirmos nossa pesquisa.

2.3 Dialogismo

Ao pensarmos em dialogismo, deparamo-nos com o enunciado, pois é somente por meio dos enunciados que podemos participar de diálogos, permitir réplicas, dando espaço para outras vozes, outros enunciados, outros discursos – o enunciado não pode ser criado sem essa interferência. Podemos ilustrar esse conceito pensando em uma teia, em que os fios representam as diversas vozes que se entrecruzam e se conectam, recriando ou reafirmando o que já havia sido dito anteriormente.

Segundo Bakhtin (apud FIORIN, 2016, p.21), "a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica". Isso significa que um enunciador levará em consideração o que foi dito, em algum momento, por outro enunciador. Não nos cabe dizer se o enunciador incorpora tais vozes consciente ou inconscientemente, interessa-nos é notar que os discursos começam a se intercalar, tornando-se intrínsecos aos enunciadores.

Ainda que os enunciados sejam carregados de ecos discursivos, cada nova enunciação é vista como um acontecimento único, que não pode ser integralmente repetido porque possui um caráter próprio. Assim sendo, cada vez que um sujeito enuncia uma determinada frase, inserida em um dado contexto sócio-histórico, perde seu caráter puramente linguístico para constituir-se como enunciação e, nessa perspectiva, caracteriza-se como um enunciado já acabado e único, mas na verdade acaba por tornar-se novo porque foi usado com uma intenção distinta, em uma situação dantes não utilizada, e que agora possui o acento de seu novo enunciador.

3 IGUALDADE OU IDEOLOGIA? VALORES DISTINTOS DE UM MESMO SIGNO

Ao analisarmos os discursos sobre os gêneros na escola, partimos do pressuposto de que "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência" (BAKHTIN, 2014, p.36). Para tanto, julgamos necessário mostrar as vozes envolvidas no embate do gênero, por meio de alguns excertos retirados da internet, para posteriormente dialogarmos com a teoria até aqui exposta.

O *site* do jornal *Estadão*, em matéria de 18 de junho de 2015, divulga um manifesto em defesa da igualdade de gêneros realizado pelo portal "De Olho nos

Planos". O documento é assinado por diversas instituições[1] e grupos de pesquisa, e registra

> Enquanto grupos de pesquisas, instituições científicas e de promoção de direitos civis, as instituições abaixo assinadas vêm a público manifestar repúdio à forma deliberadamente distorcida que o conceito de gênero tem sido tratado nas discussões públicas e denunciar a tentativa de grupos conservadores de instaurar um pânico social, banir a noção de "igualdade de gênero" do debate educacional e reificar as desigualdades e violências sofridas por homens e mulheres no espaço escolar (MANIFESTO, 2017, online).

Como podemos observar, o documento contesta os argumentos de cunho religioso, além de relacionar a evasão escolar com a desigualdade de gêneros.

> [...] Embora a Constituição Federal Brasileira de 1988 garanta, em seu Artigo 6º, que a Educação é um direito irrevogável de todas e todos e assegure a igualdade de condições para acesso e permanência escolar, pesquisas mostram que esse direito é constantemente violado a partir das estruturas hierárquicas de gênero. Um exemplo de como a desigualdade de gênero se correlaciona com a educação tem sido visto em pesquisas que identificam o "fracasso" e as altas taxas de evasão escolar dos meninos como consequência dos referenciais de masculinidades difundidos socialmente. Uma identidade masculina baseada na agressividade e na indisciplina tem cada vez mais afastado os meninos dos bancos escolares (37,9% deles segundo dados do IBGE em 2011), negando-lhes seu direito à educação e reproduzindo uma cultura da violência. Professoras são vítimas de agressões em sala de aula, meninas são estupradas por seus colegas de turma e meninos são afastados das escolas neste ciclo de desigualdade perpetuado por noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher. Também são notáveis, por outro lado, as pesquisas que mostram o quanto a discriminação de gênero contra as pessoas que fogem dos padrões socialmente estabelecidos de identidade ou sexualidade tem desencadeado processos institucionalizados de discriminação, agressões e exclusão escolar: as violências contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans excluem essa população do direito constitucional à educação e contribuem para as estatísticas que fazem do Brasil um dos países mais inseguros para pessoas LGBT (conforme demonstra o relatório do Grupo Gay da Bahia de 2012 e o relatório de violência homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República) [...] (MANIFESTO, 2017, online).

Em contrapartida, outro documento que marcou o debate foi a carta divulgada pelo Cardeal Orani João Tempesta, que alerta os fiéis sobre o perigo que a ideologia de gênero representa para a família.

> A "revolucionária" ideologia de gênero vem tentando se implantar no Brasil por meio de grandes esforços do poder reinante ou dominante. Diante desta situação, incumbe-nos, enquanto brasileiros e cristãos, saber o que é essa ideologia muito comentada, mas pouco definida, quais são suas raízes, como ela se impõe, que objetivos têm e qual deve ser a nossa posição frente a ela.
> É ponto de partida desse sistema ideológico o seguinte postulado: nós nascemos com um sexo biológico definido (homem ou mulher), mas, além dele, existiria o sexo psicológico ou o gênero que poderia ser construído

[1] Entre os apoiadores do projeto estão o Instituto C&A e o UNICEF.

> livremente pela sociedade na qual o indivíduo está inserido. Desse modo, em última análise, não existiria uma mulher ou um homem naturais. Ao contrário, o ser humano nasceria sexualmente neutro, do ponto de vista psíquico, e seria constituído socialmente homem ou mulher [...] (TEMPESTA, 2017 online).

A carta também menciona a importância da escola enquanto grande formadora de opinião.

> [...] Outro meio formidável é o sistema educacional formal ou a escola. Por meio dela – em um processo educacional inverso ao que sempre se conheceu, no qual o papel primordial da educação ética e religiosa cabe aos pais – se veiculariam os métodos impostos pelo Estado a ditarem as normas de vida social aos alunos e estes deveriam, em casa, ensinar seus pais ou responsáveis doutrinando-os a fim de que também aceitem as novas concepções totalitárias, incluindo como carro-chefe a revolucionária ideologia de gênero, mãe de todas os outros "libertinismos" sexuais.
> Tudo isso, porém, depende, para ser imposto, de uma ardilosa máquina de propaganda que age especialmente, a partir de três etapas fundamentais: primeiro, usar, desde logo, uma palavra comum, mas com sentido totalmente diferente. Desse modo, falar-se-ia em sexo e gênero, alternadamente, como se fossem meros sinônimos até que as pessoas, de maneira imperceptível, começassem a usá-las sem se questionar, ao menos em alguns ambientes específicos como as escolas, redações de jornais, rádios, igrejas etc [...] (TEMPESTA, 2017, online).

A escola e a igreja estão, nos fragmentos citados, criando réplicas a partir de seus discursos. Tais réplicas possibilitarão diferentes respostas, dando continuidade ao enunciado. Para Bakhtin, essa é uma das características mais marcantes do enunciado, já que sempre haverá uma atitude responsiva.

> Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras (BAKHTIN, 2011, p.281).

Para Fiorin (2016, p.22), "o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu". Ainda que os discursos apresentados sejam antagônicos, sabemos que eles se originam a partir de um mesmo contexto e tentam, por meio da língua, estabelecer uma relação de poder e domínio. A maneira como a escola e a igreja os interpretam é que cria o embate social e ideológico.

O manifesto aponta a questão da igualdade de gênero como positiva, estabelecendo-se como um discurso favorável à manutenção desse debate nos documentos escolares legais e afirmando que a escola, quando não incentiva a reflexão sobre gêneros, tende a "reificar as desigualdades e violências sofridas por homens e mulheres" e ajuda a perpetuar as "noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher". Em confronto com o manifesto, a carta de Orani Tempesta leva o discurso para o patamar religioso, afirmando que homens e mulheres nascem "com um sexo biológico definido", opondo-se ao sexo social, implicitamente

defendido na carta.

A interpretação e a compreensão de mundo que os dois grupos possuem são concebidas de maneira a privilegiar suas ideologias. Tempesta usa na carta os termos “concepções totalitárias”, “revolucionária ideologia de gênero”, “libertinismos sexuais”, entre outros, para destacar que os valores inseridos no conceito da “ideologia” de gênero fogem aos padrões e valores sociais que a igreja preza. Apreendemos com as leituras dos excertos que, para os religiosos, considerar o gênero na escola é um atraso e uma ameaça. Nota-se que uma das definições para a palavra revolucionária “aquele que é partidário de renovações políticas, morais ou sociais” (FERREIRA, 1995, p.572). Enquanto isso, os autores do manifesto entendem que a igualdade de gênero significaria liberdade para a comunidade escolar em geral. Para Bakhtin (2014, p.48), isso justifica-se porque “todo signo ideológico vivo tem [...] duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras”.

Esses discursos nos ajudam a pensar no conceito de refração da realidade. O embate é ideologicamente marcado, sendo que cada grupo possui seu modo de interpretar (refratar) a realidade a partir das ideologias a que estão ancorados. Justificamos essa afirmação com a definição de “luta de classes” feita por Bakhtin, já exposta anteriormente nesse trabalho – os signos ideológicos abrigam índices de valores que se opõem. Esses grupos se posicionam como detentores de uma verdade, que pode ser vista como um signo, e que acaba sendo refratada, sofrendo alterações, o que consequentemente altera a materialização do mundo.

> Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p.48).

Um discurso tenta abafar a legitimidade do outro, apresentando argumentos e impondo sua voz, com o intuito de convencer seus interlocutores ou de que a igualdade de gênero é positiva, ou então que a “ideologia” de gênero deve ser repreendida e temida. A dimensão desses diálogos é fundamental para definir se a questão de gênero será abordada ou não pela escola, se continuará existindo ou não no PNE.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os embates ideológicos entre defensores da igualdade de gênero e religiosos que se posicionam de maneira contrária, encontramos não somente a dualidade entre o masculino e feminino como pauta. Por sua vez, temos nesse cenário o favorável em oposição ao desfavorável, o sexo social estabelecendo um contraponto ao sexo biológico, as concepções de laico confrontando-se com o religioso. As palavras “violência” e “agressão” são elencadas no discurso favorável a fim de construir a ideia de que a igualdade de gênero promoverá a liberdade, o que é distorcido pelo discurso não favorável como uma ideia “totalitária” e “revolucionária”.

Portanto, constatamos que cada grupo tenta infundir sua opinião, por meio de

discursos, sobre o que consideram certo ou errôneo sobre determinado assunto. Esses mesmos grupos visam à aceitação social de seus ideais, e para isso, rebatem outros discursos que não seguem uma mesma linha de pensamento. As reverberações desses discursos são lançadas às esferas de comunicação da sociedade, dividindo opiniões ou fortalecendo-as, progressivamente modificando a realidade.

Em suma, entendemos que trabalhar com o tema de gêneros na escola é relevante para tentar compreender as relações existentes entre os discursos veiculados nas mídias e quais são seus impactos, principalmente no que concerne à educação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.261-306.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, v.3)

FARACO, Carlos Alberto. A ideologia no/do círculo de Bakhtin. In: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin:** pensamento interacional. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p.167-182. (Série Bakhtin Inclassificável, v.3)

_____. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2016.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2016. p.151-166.

MANIFESTO pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2016. p.167-176

TEMPESTA, Orani João. **Reflexões sobre a "ideologia de gênero"**. Disponível em: < http://arqrio.org/formacao/detalhes/386/reflexoes-sobre-a-ideologia-de-genero>. Acesso em: 28 maio 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E LOGÍSTICAS NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA CIDADE DE FRANCA/SP

HISTORICAL, ECONOMIC AND LOGISTIC IMPLICATIONS IN THE TECHNOLOGICAL DEVELOPMENT OF THE CITY OF FRANCA/SP

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local.

BOVO, Daniel Henrique
Uni-Facef
Mestrando do curso de Desenvolvimento Regional do Uni-Facef
danielbovo@msn.com

CARVALHO NETO, Silvio
Doutor em Administração pela USP, Mestre em Administração pelo Uni-FACEF, com graduação em Administração com Habilitação em Comércio Exterior. Coordenador de Pós Graduação lato sensu do Uni-Facef
silvio@facef.br

Resumo

Este artigo refere-se ao projeto de pesquisa para um dissertação ainda em andamento. Foi realizada uma proposta de investigação científica do tipo exploratória, descritiva e qualitativa no que diz respeito aos impactos no desenvolvimento tecnológico da cidade de Franca pela não passagem em seus limites da Rodovia Anhanguera, que liga a cidade de São Paulo ao Triângulo Mineiro.

Palavras-chave: Franca, desenvolvimento regional, desenvolvimento tecnológico.

Abstract

This article refers to the research project for a dissertation still in progress. A scientific research proposal of the exploratory, descriptive and qualitative type with respect to the impacts on the technological development of the city of Franca by not crossing in its limits the Anhanguera Highway, which connects the city of São Paulo with Triângulo Mineiro.

Keywords: Franca/SP, regional development, technological development.

1 INTRODUÇÃO

Com os adventos do controle da inflação e da estabilização monetária nos anos 1990, bem como com a retomada do crescimento econômico a partir de 2005, tem-se revalorizado a construção de políticas públicas de médio e de longo prazo. No âmbito das mesmas, tem assumido relevância a construção de políticas públicas como políticas de Estado, isto é, que não se encontram sujeitas à sazonalidade de governos e que envolvem as diversas áreas que compõem os governos nos níveis municipal, estadual e federal.

Dentre as políticas públicas de Estado tem se destacado aquelas que se referem ao desenvolvimento regional. Embora nos anos 1950 e 1960 a questão do desenvolvimento tenha recebido grande atenção sob a influência da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e da teoria político-econômica desenvolvimentista, ela foi perdendo influência com as crises econômicas dos anos 1980 e 1990 e a consequente predominância de políticas de curto prazo.

Atualmente, a necessidade de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades/vocações, problemas regionais e locais, bem como demandas por ações para as quais convergem aspectos econômicos, sociais, educacionais e ambientais, tendo em vista atuar sobre estes aspectos, impôs uma realidade demasiadamente complexa e carente de respostas. Como consequência, diversos ministérios e organizações subordinadas aos governos federal, estaduais e municipais tem se envolvido com a questão do desenvolvimento (e planejamento) regional/local.[1]

O presente projeto de pesquisa propõe uma investigação no âmbito do desenvolvimento regional/local, mas que também associa diretamente fatores históricos e de gestão política e econômica no que se refere aos processos logísticos e o impacto disto no desenvolvimento de uma área extremamente estratégica como a tecnológica. A perspectiva é que a partir da ocorrência da pesquisa possa se construir conhecimento científico sobre o assunto, e dessa forma, contribuir para a elaboração de novos projetos de ação para o desenvolvimento e expansão da área tecnológica em Franca e sua região administrativa. Assim, simplifica-se o tema naquilo que refere-se as implicações históricas, econômicas e logísticas no desenvolvimento tecnológico da cidade Franca/SP configura o tema proposto, uma vez que supõe-se uma relação direta entre a localização geográfica (não inclusa) da cidade de Franca em relação a Rodovia Anhanguera.

O tema escolhido está relacionado com o que explica Bresser:[2]

> O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida

[1] Ministério da Educação (et. al.). *Projeto de estudo/pesquisa para a inserção dos institutos federais no desenvolvimento regional/local*. Disponível em <http://cefetgo.br/observatorio/images/downloads/projetos/projeto_desenvolvimento_regional.pdf. Acesso em 25.mar.2017.

[2] Bresser, 2006, p. 1.

> em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento.

De maneira sucinta, a proposta de investigação deverá ser delimitada pela relação dos impactos no desenvolvimento tecnológico na cidade de Franca e o fato da mesma não pertencer ao rol de cidades que margem a Rodovia Anhanguera que liga a cidade de São Paulo até o Triângulo Mineira. Problematizando o tema, podemos iniciar com algumas questões:

- Qual área tecnológica necessita do funcionamento de uma malha rodoviária?
- Empresas de tecnologia se instalariam em Franca se a Rodovia Anhanguera passe em seus limites?
- Onde estão os argumentos/dados/pesquisa que demonstram que há um prejuízo no desenvolvimento tecnológico da cidade pela falta do atravessamento da Rodovia Anhanguera (RA)?
- Por que a RA não passa por Franca? E, por que passaria?
- Se esse atravessamento é tão importante, quem se beneficia com o desvio? Ribeirão Preto? Por quê?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento regional aborda o desenvolvimento e as políticas regionais através de um conjunto de matérias que ligam o ensino da teoria do desenvolvimento regional aos problemas práticos da atualidade. Trata ainda, da leitura crítica das teorias econômicas e sociais da dimensão regional, com análise de sua aplicação contrastando a problemática dos países e das regiões subdesenvolvidas com a dos países e regiões que sustentaram as formações dessas teorias. Abrange a territorialidade das políticas públicas em geral. Além disso, diz respeito às políticas públicas dos serviços essenciais como saúde, educação, logística e segurança, tanto como compreende políticas específicas para a transformação de regiões baseadas em projetos agrícolas ou industriais. Contempla ainda a mecânica do turismo na região e as ligações entre a atividade do turismo, a valorização cultural, os impactos socioambientais, seu planejamento e implementação como vetor de desenvolvimento local.[3]

Outro caminho é o estudo da história e teoria das cidades, do planejamento urbano e de seus serviços básicos, assim como do funcionamento e gestão dos serviços de fornecimento de água, de energia, de transporte, de saúde, de assistência social, da coleta de resíduos sólidos ou líquidos e o de segurança social, o que ainda contempla o estudo de cidades e rede de cidades, dos

[3] Silveira, R. L. L.(org.) *Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/ebook_ observando.pdf. Acesso em 25.mar.2017.

processos de transformação e crescimento urbano, suas causas e consequências. Envolve o estudo da violência urbana das diferentes formas de prevenção ou redução, e abarca também o estudo das tecnologias sociais para a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais, além da problemática ambiental urbana e a preservação do meio ambiente.[4]

O desenvolvimento não deve ser pensado somente em sua dimensão econômica, mas ligado a questões sociais, ambientais e culturais, uma vez que o sistema econômico está integrado por um conjunto de relações estruturais que devem ser consideradas como base para formulação de políticas públicas de desenvolvimento. Nessa perspectiva, desenvolvimento implica na reparação das desigualdades, fundamentando-se em mudanças estruturais[5] [6] e requer renovação das *principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos*.[7]

Furtado[8] explica que o processo de colonização resultou em países de mercados pobres, baixa industrialização e tecnologia, ocasionando baixo desenvolvimento, ineficiência econômica e maior concentração de renda. Dessa maneira,[9] *o crescimento rápido impulsionado por empresas modernas não reduzirá por si só a heterogeneidade inicial. Pelo contrário, tende a concentrar a riqueza e a renda nas mãos dos poucos felizardos (...).*

Bauman[10] também entende que as novas elites globais afastaram-se de seus compromissos com a população de baixa renda e que essa é uma tendência separatista social, cultural, política e espacial. E consonância a isso, é possível pensar que o modelo sócio-econômico do paradigma capitalista baseou-se em ações de acumulação e concentração de capital que trouxeram reações sócio-ambientais catastróficas e estenderam-se nos mais graves e complexos problemas estruturais nos âmbitos econômico, social e ambiental da atualidade.

Esse cenário requer um novo paradigma embasado no desenvolvimento global holístico de um sistema vivo e dinâmico e que vise equitativa distribuição de renda, melhores condições de vida, cooperação e solidariedade, reformulação política, equilíbrio ambiental, respeito à cultura local, paz e liberdade. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu e tem evoluído como alternativa a esse novo paradigma, o que corresponde às pretensões da dessa proposta investigativa.

3 JUSTIFICATIVA

Desenvolvimento regional é um desses temas que, em uma sociedade

[4] Idem.

[5] Furtado, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

[6] Sachs, I. Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond/SEBRAE, 2004.

[7] Sen, A. K.; Kliksberg, B.; Ajzemberg, B. *As Pessoas em Primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 18

[8] Furtado, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

[9] Sachs, I. Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond/SEBRAE, 2004, p. 31.

[10] Bauman, Z.; Penchel, M. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

produtora de mercadorias, podem, a qualquer tempo, fazer todo o sentido do mundo, mas, especialmente, em duas situações.

Primeiro, quando há disposição para se entender porque o planeta é tão diferente nos seus quatro cantos. Sabemos que existem aquelas características próprias dos ecossistemas e das culturas, que revelam, a qualquer observador, um quadro de elevadíssima diversidade. Aí se manifesta a riqueza dos territórios e dos povos, que exigem respeito e, a olhos mais sensíveis, até podem suscitar admiração. Contudo, sabemos, também, que existem desigualdades. Estas, longe de brotarem da natureza, são o resultado das relações que os indivíduos, os grupos e as classes sociais contraem no cotidiano da sociedade produtora de mercadorias, como é essa em que vivemos. Aí nos confrontamos, então, com uma realidade perpassada por conflitos que, ao invés de despertar respeito, exige análise crítica.

Segundo, mas não menos relevante, *desenvolvimento regional* pode fazer todo o sentido do mundo quando, em decorrência de um exame cienticamente mais acurado e politicamente mais engajado, o rigor intelectual que desvelou a realidade perpassada por conceitos de diversas ordens puder ser convertido em disposição política para a transformação social.

Essas duas situações, por si só justificam a importância de qualquer proposta de investigação científica no âmbito de desenvolvimento regional, e naquilo que diz respeito a esta específica proposta, o desenvolvimento tecnológico da cidade de Franca e região poderá proporcionar uma ampliação do desenvolvimento de maneira global, incluindo ações políticas de necessidade para como saúde e educação até o estabelecimento de um polo de produção de conhecimento tecnológico científico de importância internacional.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar a relação entre o desenvolvimento tecnológico de Franca e região e o atravessamento da mesma pela Rodovia Anhanguera.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contribuir para a produção de conhecimento na área de Desenvolvimento Regional;
- Estudar os processos de desenvolvimento da área de tecnologia de uma região;
- Compreender a relação entre desenvolvimento e logística;
- Estudar a forma como se dá o planejamento de vias rodoviárias;
- Sugerir medidas de expansão do desenvolvimento tecnológico para a cidade de Franca.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Minayo,[11] pesquisa é uma *atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.* Já para Gil,[12] a pesquisa é *um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de proce dimentos científicos.*

Assim, nesse momento é ainda prematuro definir o percurso metodológico que será eleito para a elaboração da referida pesquisa. Pode-se adiantar, a intenção de uma metodologia qualitativa no tratamento dos dados, da mesma forma que a utilizaçnao das perspectivas exploratória e descritiva parecem adequadas para o a investigação proposta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto tem condições de contribuir significativamente para o desenvolvimento regional e local, uma vez que buscará, além das questões históricas, propor importantes provisões teóricas para o desenvolvimento do campo tecnológico municipal e regional.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z.; PENCHEL, M. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BRANDÃO, C. A. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Unicamp, 2007.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GIDDENS, A.; FIKER, R. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

Ministério da Educação (et. al.). *Projeto de estudo/pesquisa para a inserção dos institutos federais no desenvolvimento regional/local*. Disponível em

[11] Minayo, 1993, p.23
[12] Gil, 1999, p.42

<http://cefetgo.br/observatorio/images/downloads/projetos/projeto_desenvolvimento_regional.pdf> Acesso em 25.mar.17.

SACHS, I. *Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond/SEBRAE, 2004.

SEN, A. K.; KLIKSBERG, B.; AJZEMBERG, B. *As Pessoas em Primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA, R. L. L.(org.) *Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. http://www.unisc.br/ images/upload/com_editora_livro/ebook_ observando.pdf. Acesso em 25.mar.17.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

IMPORTANCE OF THE LIBRARIAN'S PERFORMANCE FOR THE DEVELOPMENT OF PUBLIC HEALTH POLICIES

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

BIAGGI, Camila
Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Camila_biaggi@hotmail.com

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes
Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo, Chefe de Departamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Resumo

O presente trabalho tem como ponto de partida a atuação que o profissional bibliotecário realiza, em beneficio ao desenvolvimento de políticas públicas em saúde, ou seja, a inclusão do bibliotecário atuando junto com equipes de profissionais multidisciplinares, sendo relevante a aplicação de diretrizes direcionadas as funções e atividades exercidas. O campo de atuação do bibliotecário é amplo, assim há a possibilidade de atuar em diferentes contextos, destacando a área da saúde, uma vez que a informação nesse âmbito é essencial para subsidiar as equipes médicas na tomada de decisões, no tratamento e reabilitação dos pacientes. O objetivo desse trabalho consiste em analisar a atuação do bibliotecário na área da saúde, reconhecendo a relevância das políticas públicas em saúde como um processo significativo para o planejamento articulado das informações ao amparo às atividades do cotidiano de uma equipe medica. Como procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa com a seleção, leitura, análise e fichamento sobre a temática abordada. Nessa perspectiva, buscou-se enriquecer as discussões sobre políticas públicas em saúde, mostrando como o profissional bibliotecário pode atuar dentro desse contexto, havendo o interesse em aprofundar estudos voltados a regulação, ordenação, organização e disseminação, buscando

consolidar a perspectiva da saúde como uma das dimensões do desenvolvimento social, regional e local focados na estruturação de diretrizes em saúde que regem o país.

Palavras-Chave: Políticas Públicas em Saúde, Atuação Profissional do Bibliotecário, Competências e Habilidades Profissionais.

Abstract

The present study takes as its starting point the actions that the professional librarian performs, for the benefit of the development of public policies in health, in other words, the inclusion of the librarian working together with teams of professionals multidisciplinary, being relevant to the implementation of guidelines directed the functions and activities performed. The field of activity of the librarian is broad, so there is the possibility to act in different contexts, highlighting the health area, once the information in this context is essential to support the medical staff in decision-making, in the treatment and rehabilitation of patients. The objective of this study is to analyze the role of the librarian in the health area, recognizing the importance of public policies in health as a significant process for the planning of the articulated information to support the activities of the everyday life of a medical team. As methodological procedures, we performed a bibliographic research of a qualitative nature with the selection, Reading, analysing and categorizing on the topic addressed. From this perspective, we sought to enrich the discussions about public policies in health, showing how the professional librarian can act within that context, there is an interest in further studies aimed at regulating, sorting, organizing and disseminating, seeking to consolidate the prospect of health as one of the dimensions of social development, regional and local levels focused on structuring of guidelines in health, which govern the country.

Keywords: Public Policies in Health, Professional Performance, Competence and Professional Skills.

1 INTRODUÇÃO

O volume de informações geradas pelas agências e programas governamentais cresceu em todo o mundo, fator que vem determinando no aumento da responsabilidade do papel do Estado perante a determinação de políticas públicas que administrem os diversos interesses envolvidos na produção, distribuição e na circulação de informação. Dentre as várias áreas destaca-se a da saúde com suas crescentes atualizações e inovações, associada à complexidade do próprio sistema, havendo o interesse em aprofundar estudos voltados a regulação, ordenação, organização e disseminação focados na estruturação das diretrizes das políticas públicas em saúde que regem o país.

Para que as instituições de saúde funcionem adequadamente é necessário que haja uma assistência organizada nos mecanismos de coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação da informação que possam realizar uma estruturação adequada sobre políticas públicas em saúde, destacando efetivamente em uma resposta do papel social de uma organização, sob as condições de saúde dos indivíduos, populações e determinantes, a partir da produção, distribuição, gestão e regulação dos serviços necessários que interessam a saúde humana e o ambiente.

Os serviços públicos de saúde no Brasil algumas décadas atrás, encontravam-se dispersos em estabelecimentos com diversos vínculos: hospitais e laboratórios municipais, estaduais ou federais; serviços especializados de saúde mental, prontos socorros públicos ou privados etc., fato que significava financiamento de fontes diversas, múltiplos gerentes, vários regimes de trabalho, etc. Isso resulta em uma estrutura pública de serviços de saúde sem cooperação, colaboração e sem orientação às necessidades gerais da população, por vezes até competindo pela captação de recursos públicos e privados. Não havia no Brasil sistemas de saúde integrados dirigidos para atender a população e alcançar resultados de saúde sob um único comando em cada nível de governo. A importância dos sistemas integrados encontra-se na sua capacidade superior em resolver problemas e atender às necessidades de saúde da população (GALVÃO; RICARTE, 2012, p.163).

Este trabalho ou pesquisa justifica-se na medida que pode enriquecer as discussões sobre o exercício profissional do bibliotecário, subsidiando o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a área da saúde. A inclusão da atuação do bibliotecário em instituições voltadas a área da saúde, auxiliando as equipes médicas a suprir lacunas encontradas no seu ambiente de trabalho, pelo fato de estarem seguindo diretrizes que podem não estar atendendo suas necessidades informacionais. Dessa maneira, a atuação desse profissional torna-se essencial para identificar que tipo de informação uma instituição precisa para realizar a tomada de decisão, os planejamentos que regem essa instituição, a sua gestão administrativa, financeira e pessoal, coordenação de atividades, regulação, controle, avaliação e prestação de serviços de saúde, sendo que essas ações precisam ser estruturadas através de uma política pública bem organizada e que atendam às necessidades de seu público usuário, levando em consideração também que o bibliotecário precisa estar apto para atuar nessa ambiência e possuir competências e habilidades fundamentais.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a atuação do bibliotecário na área da saúde, reconhecendo a relevância das políticas públicas em saúde, como um processo significativo para o planejamento articulado das informações ao amparo às atividades do cotidiano de uma equipe médica, sendo que,

é relevante a aplicação de diretrizes direcionadas as funções e atividades exercidas dentro desse ambiente. Sob essa perspectiva identifica-se a necessidade de um aprofundamento e entendimento sobre a estruturação que rege essas políticas. Buscou-se apresentar as abordagens históricas das políticas públicas de proteção e desenvolvimento social para expor os caminhos norteadores da saúde pública no Brasil, enriquecendo as discussões sobre a inserção do bibliotecário nesse contexto, expondo como esse profissional pode subsidiar uma equipe multidisciplinar de profissionais da área da saúde.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

No decorrer das décadas, a área da saúde no Brasil vem se estruturando em um seguimento de importante e significativo acumulo de informações. As primeiras políticas públicas de proteção social surgiram no final do século XIX, com o movimento operário grevista em desenvolvimento e também o processo de industrialização. No começo do século XX as campanhas sanitárias na economia agroexportadora atribuíram uma importância no controle dos portos e das estradas de ferro. Como um marco desse século foi criada em 1904 a lei de vacinação obrigatória, houve o incentivo de campanhas contra a varíola, febre amarela e a peste bubônica conhecida também como a peste negra, esses acontecimentos marcaram e reivindicaram medidas de saúde como respostas momentâneas a críticos problemas. As campanhas sanitárias foram marcadas nessa época, bem como os órgãos federais. No ano de 1921, criou-se Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), a partir de um movimento pela mudança na organização sanitária e atenção aos serviços de higiene materno-infantil (SOUZA; BATISTA, 2012)

A lei Eloy Chaves instaurou as Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) no ano de 1923, sendo considerado o marco inicial das Políticas Sociais no Brasil, sendo importante destacar que essa política foi instituída por uma decorrência do movimento operário grevista e não pelo bem estar social que além de assegurar a seguridade social, concedia serviço médico-assistenciais e medicamentos aos segurados. As fábricas, antes de ser criada essa lei, proporcionavam serviços médicos aos trabalhadores, apesar de que parte do custo era financiado pelos próprios trabalhadores com descontos em seus salários. De acordo com Roncalli (2003) as CAPs eram organizadas por empresas com uma administração e financiamento realizados por empresários e trabalhadores com benefícios pecuniários, como serviços de saúde para alguns funcionários de empresas específicas, com uma importância estratégica para a economia. O Brasil nesse período estava passando por diversas transformações em âmbito político e econômico. Sob uma perspectiva histórica, com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas entrava no poder, realizando medidas como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). No seu período de governo provisório (1930-1934) foram criadas políticas sociais, dentre elas o Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em 1933, sendo um modelo previdenciário organizado por categoria profissional e administrado pelo Estado para substituir as antigas CAPs.

Em 1940 houve uma ampliação dos órgãos de saúde dos estados, com uma reestruturação nas medidas tomadas. A coordenação das ações eram centralizadas no governo federal sob a supervisão do MESP. Destaca-se também a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), sendo que na década de 1950 a sua atuação seria relevante no combate à malária em pesquisas de doenças tropicais e

na educação sanitária. Somente em 1953 saúde e educação dividiram-se por meio da criação do Ministério da Saúde, antes vinculados a um único ministério. (PAIM, 2008).

Com a entrada do Regime Militar (1964-1985) os IAPs, criado em 1941 pelo decreto-lei nº 3.347, foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966. Esse período foi marcado pela história da política brasileira, onde os militares assumiram o poder por meio de um golpe de Estado, adotando uma série de medidas antidemocráticas como dissolver o Congresso Nacional e a suspensão das liberdades individuais. O sistema de saúde brasileiro passava por uma crise, apesar de tantos órgãos criados, ainda precisava passar por uma reestruturação e organização, pois estava mal distribuído, descoordenado, insuficiente, inadequado, ineficiente e ineficaz. Para modificar essa realidade, a sociedade de pesquisadores, estudantes e profissionais da saúde pensaram e propuseram uma forma de tentar resolver esses problemas organizando um movimento social com o intuito de democratização da saúde no pais, sendo chamado de Reforma sanitária brasileira (RSB), base para a proposta de criação do Sistema único de saúde (SUS). Com a chegada da Constituição Federal de 1988 garantindo a concretização das políticas públicas de saúde como direito universal e igual para todos, proporcionou uma descentralização da gestão entre seus entes federados (RONCALLI, 2003). Antes de 1988, o modelo de saúde pública no Brasil era restringido a quem podia financiar os serviços privados de saúde, os que tinham direito aos serviços de saúde por serem trabalhadores com carteira assinada e os que estavam excluídos desse processo (MENDES, 2013).

As políticas de saúde no Brasil, no período pós-Constituição vêm passando por uma reformulação, que desempenham mudanças institucionais essenciais, ao mesmo tempo em que surgem áreas novas de interlocução permanente entre Estado e sociedade na gestão pública. Com base no texto constitucional e na Lei Orgânica da Saúde (Leis 8140 e 8142) em 1990, as decisões relacionadas a saúde pública envolvem novos e múltiplos responsáveis, com o papel de desempenhar modificações significativas na formulação das políticas de saúde, com importantes inovações institucionais em termos da estrutura e dinâmica do processo decisório.

Assim, a partir do que foi exposto, uma política pública direcionada a área da saúde está inserida em um contexto que envolve a saúde, assistência social e a previdência que determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, pois a nova percepção do sistema de saúde, descentralizado e administrado democraticamente com participação da sociedade organizada, prevê mudanças significativas nas relações de poder político e na distribuição de responsabilidades entre o Estado e a sociedade, como também nos níveis de governo nacional, estadual e municipal.

3 ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE

Em um mundo cujas as mudanças ocorrem de maneira acelerada, é fundamental que os bibliotecários sejam capazes de reconhecer e considerar seus distintos papeis e oportunidades não tradicionais de atuação. Há a necessidade de disseminar e produzir informação, mas há também que se observar a postura que esse profissional passa a ter perante as novas habilidades exigidas por essa nova Sociedade da Informação, levando em consideração o novo e amplo campo de atuação do bibliotecário.

Sobre esse ponto de vista, destaca-se as políticas públicas em saúde compondo o campo de ação social do Estado orientado para a contínua melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes natural, social e do trabalho fundamentado em organizar as funções públicas governamentais para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos, pensando na coletividade. Por conseguinte, pela atual situação econômica e social ao qual o Brasil vem passando, a informação possui uma dimensão política e estratégica para os processos de tomada de decisões dentro de uma instituição, realizando mecanismos participativos e democráticos. Dessa maneira, é importante que a informação atenda os profissionais em saúde fortalecendo o seu exercício profissional dentro do contexto da sua política de saúde para acompanhar, estimular e avaliar o sistema de informações em saúde no nível municipal, estadual e nacional. Destaca-se a crescente preocupação em relação aos papéis e atribuições que estão compostos nas diretrizes seguidas pelas instituições em saúde, na medida em que pode enriquecer as discussões sobre a atuação profissional do bibliotecário na área de saúde, como também, denotar e expor como este profissional otimiza e gerencia os fluxos informacionais inerentes a esse campo a partir das políticas públicas em saúde.

Pensando sobre essa perspectiva, surgem algumas indagações: será que essas diretrizes tiveram uma estratégia de formulação e implementação? Os seus objetivos atendem toda a sua população? Essas políticas abrange todas as necessidades informacionais dos profissionais que atuam em uma determinada instituição da saúde? São questionamentos relevantes e necessários para uma melhor compreensão sobre como está sendo o desenvolvimento dessas diretrizes e as lacunas implícitas perante a prática profissional de uma equipe multidisciplinar.

Com a inserção do bibliotecário junto a essas equipes médicas, esse profissional pode tornar-se o responsável por desenvolver um conjunto de estratégias informacionais que direcionem a equipe a apropriar, construir e compartilhar informação e conhecimento, bem como estabelecer fluxos formais e informais que assegurem que a informação ‘certa’ seja acessada no ‘tempo’ e ‘formato’ adequados, auxiliando na geração de ideias, na solução de problemas e na tomada de decisão, tendo como instrumento concreto a sua política pública vigente.

Para desenvolver este papel, o bibliotecário precisa ter várias competências e habilidades multidisciplinares, desde conhecer os princípios e conceitos básicos da Medicina, da epidemiologia clínica, da bioestatística, até processar a avaliação crítica da literatura e desenvolver a gestão da informação. Além da base conceitual que é essencial para a sua formação, também precisa ter competências e habilidades para acessar, prospectar, recuperar, sintetizar e avaliar informações médicas, assim como as habilidades para trabalhar em equipe multidisciplinar (DAVIDOFF; FLORENCE, 2000). No entanto, estes autores ressaltam que este profissional altamente qualificado só pode contribuir efetivamente no cuidado com o paciente, se a equipe médica e todo o sistema de saúde reconhecerem sua importância para a área da saúde, entendendo sua função em uma equipe multidisciplinar.

A área da saúde como campo científico não existiria sem o subsídio de informações que abrangem o contexto administrativo hospitalar, a assistência em saúde, o contexto clínico direcionado a equipe de profissionais médicos e as evidências científicas que a equipe clínica possa acessar para diagnosticar e tomar decisões. Segundo Beraquet *et al*. (2006), o campo de atuação do bibliotecário é amplo, porque além de diferentes instituições, ao ingressar no mercado de trabalho

pode atuar em áreas específicas do conhecimento. Nessa perspectiva, o bibliotecário deve criar mecanismos cada vez mais eficientes, de modo a levar a informação e o conhecimento ao usuário de maneira a consolidar sua função social nesse contexto, qual seja: propiciar ambientes informacionais e de conhecimento em saúde, de modo a atender eficientemente os diferentes públicos dessa ambiência [médicos, enfermeiros, assistentes sociais, especialistas e técnicos em diagnósticos etc.] que necessitam desses elementos para sua ação efetiva junto ao paciente, sendo importante salientar que o bibliotecário precisa desenvolver com eficiência suas competências e habilidades, no intuito de proporcionar uma dinâmica informacional que atenda às demandas existentes. Assim, o bibliotecário que atua na área da saúde ao longo dos anos, pode ser chamado de bibliotecário hospitalar, bibliotecário médico, bibliotecário biomédico, bibliotecário clínico ou informacionista. Contudo, independente da denominação que receba, o mais importante é perceber a evolução deste profissional, sendo um parceiro importante para as equipes médicas, em busca do melhor atendimento à saúde da população.

4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO BIBLIOTECÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE

Para ser um profissional competente e obter sucesso no âmbito da atuação, é importante buscar constantemente por conhecimento, enfrentar desafios com segurança e determinação. Para tanto, é necessário que o bibliotecário interaja com toda a equipe de profissionais que compõem as instituições voltadas a área da saúde, pois muitas vezes, há deficiência quanto à comunicação entre equipes, setores ou áreas, assim, o bibliotecário pode atuar no sentido de proporcionar fluxos de informação que promovam maior comunicação.

Os bibliotecários da área da Saúde são “[...] profissionais privilegiados e competentes, uma vez que estão inseridos num ambiente que demanda deles uma gama de competências” (MARTINEZ-SILVEIRA, 2005, p.42).Dessa forma, o bibliotecário pode atuar juntamente com a equipe de profissionais da área da saúde, visto que possui competências para gerenciar informações relevantes, capacidades de classificar, analisar, compreender o fluxo informacional no ambiente organizacional, disseminar a informação certa, na hora certa, para o usuário certo, possuindo conhecimentos/noções básicos sobre Anatomia, Fisiologia (conhecimento clínico), bem como sobre Epidemiologia; conhecimento de termos e descritores médicos; competências voltadas à gestão de projetos; competências voltadas à busca, análise e uso de bases de dados, práticas baseadas em evidências, métodos de pesquisa (SARGEANT; HARRISON, 2004), bem como possuir habilidade de um bom relacionamento de integração e colaboração junto a essas equipes multidisciplinares, para dessa maneira contribuir para que a política dessa instituição seja melhor estabelecida e disseminada aos seus profissionais, de forma que todos tenham consciência da importância de seguir o seu conjunto de orientações.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esse estudo foi realizado uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, que, segundo Oliveira (1999, p.117):

> [...] possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no

> processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Para a revisão bibliográfica, utilizamos os artigos científicos e livros que serviram de base para o desenvolvimento do referencial teórico desse estudo. Sendo dessa maneira indispensável para que o pesquisador possa se apropriar de diversas informações concernentes a investigação que, talvez, não obtivesse na pesquisa de campo, como dados, informações e fatos passados que se encontram dispersos e que só são possíveis de obter a partir de fontes secundárias (GIL, 2009). Para tanto, a construção do corpo teórico a partir de textos tanto no âmbito nacional como no internacional, que serviram de embasamento teórico e conceitual para enriquecer as discussões que contemplando a temática.

Para o processo de busca, coleta e seleção dos materiais consultamos os sites de periódicos, nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES,SCIELO, BRAPCI, LILACS, BIREME, bem como o catálogo bibliográfico Parthenon da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) utilizando as seguintes palavras-chave: Políticas Públicas em Saúde. Atuação Profissional do Bibliotecário. Competências e Habilidades Profissionais. Assim, a partir da busca bibliográfica foi possível realizar a construção do referencial teórico ressaltando a atuação do bibliotecário para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde, por meio da identificação de abordagens, teorias, conceitos, estudos na área, mostrando a importância da prática profissional do bibliotecário dentro desse contexto.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A pesquisa buscou evidenciar informações que apresentam abordagens que enfocam a atuação do bibliotecário na área da saúde, a importância de incluir as políticas públicas como um processo significativo, para o planejamento articulado das informações ao amparo às atividades do cotidiano de uma equipe medica, sendo que, é relevante a aplicação de diretrizes direcionadas as funções e atividades exercidas.

Dessa maneira, a pesquisa visou evidenciar um estudo bibliográfico sobre a importância da atuação do bibliotecário para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde, no sentido de enriquecer as discussões a partir de aportes teóricos e conceituais sobre as transformações e mudanças que ocorreram no decorrer dos anos, analisando como a atuação do bibliotecário pode subsidiar o seu desenvolvimento, sendo bem estruturada e estabelecida, a partir de normas que regem a organização no que diz respeito à missão, visão, objetivo e metas que determinam a importância da segurança desta área, proporcionando às instituições um diferencial competitivo, pois assegura a saúde de seus pacientes e as funções estabelecidas para os profissionais e coordenadores dessa instituição. A organização da informação na nova economia requer um novo perfil profissional que exige qualificação e maior envolvimento emocional e social dos trabalhadores para desenvolver bem as suas tarefas, aumentando a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento entre eles.

As organizações da área da saúde necessitam de melhorias em diversas áreas, inclusive informacional, carecendo de profissional que exerça com competência, destrezas e habilidades as funções, atividades e tarefas informacionais, maximizando

o desempenho do sistema de saúde, proporcionando para toda a população mais qualidade e bem-estar.

No âmbito da saúde e demais ambientes não convencionais de trabalho, os objetivos são distintos e, assim, exigem a provisão de informação especializada e customizada para aqueles que necessitam dela. O bibliotecário deixa de ser apenas o fornecedor de informação para tornar-se parceiro na mediação, gestão, disseminação, uso e geração de novos conhecimentos.

7 CONCLUSÕES

A Ciência da Informação dedica a compreensão dos distintos seguimentos envolvidos na produção, gestão, disseminação e na comunicação da informação em campos do conhecimento, oscilando entre duas tendências: uma baseada em aspectos técnicos e tecnológicos da informação; outra direcionada ao seu âmbito político, econômico e social. Esse trabalho possibilitou denotar a importância que possuem as políticas públicas em saúde, à medida que apresentou um referencial histórico de transformações e conquistas sobre essa temática, buscando evidenciar de que maneira o profissional bibliotecário pode inserir-se nesse ambiente.

Colaboração e integração a equipes multiprofissionais exige do profissional uma capacitação para executar com competência e habilidade os processos e atividades sob sua responsabilidade, consequentemente, sendo um profissional altamente qualificado, bem como uma carga de aprendizagem específica para atuar na área de ciências da saúde, podendo contribuir efetivamente para o cuidado com o paciente, apresentando e mostrando a real importância do seu reconhecimento para a equipe médica e todo o sistema de saúde, compreendendo, entendendo e aceitando a sua função em uma equipe multidisciplinar.

Por esse motivo, é necessário que os bibliotecários comecem a agir proativamente em direção aos novos conceitos e práticas profissionais específicas no campo da saúde, não esperando surgir a demanda por parte dos médicos ou de outros profissionais da saúde. A veracidade dos dados e informações relacionados a área da saúde possui relevância para a equipe, para que possam utilizá-los da melhor maneira possível, sendo que o bibliotecário em sua formação desenvolve competências e habilidades para ajudar a equipe médica nas atividades informacionais e projetos institucionais, revelando para a sociedade que embora seja uma prática profissional não tradicional, ela é fundamental para a área da saúde.

É uma área com enorme potencial de crescimento, levando em consideração as novas tecnologias de informação e comunicação na área da saúde, bem como envolvendo questões sobre as diretrizes políticas, econômicas e sociais, assim, o bibliotecário pode subsidiar e aprimorar o conhecimento das equipes médicas ou clínicas, desde a tomada de decisão sobre o quadro clínico de um paciente, até propiciar conhecimentos sobre novos tratamentos, métodos diagnósticos, entre outras atividades médicas, contribuindo para estudos com resultados de excelência para a medicina brasileira.

REFERÊNCIAS

BERAQUET, V. S. M. *et al.* Bases para o desenvolvimento da biblioteconomia clínica em um hospital da cidade de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA

EM CIENCIA DA INFORMACAO, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Unesp, 2006. 12p. 1 CD-ROM.

BIAGGI, C. **Perspectivas e tendências da atuação do bibliotecário na área da saúde**, 2017. 125p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

BRANCO, M. A. F**. Informação e saúde: uma ciência e suas politicas em uma nova era**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 223p

DAVIDOFF, F.; FLORANCE, V. The informationist: A new health profession? **Annals of Internal Medicine**, v.132, p.996-8, 2000.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Prontuário eletrônico do paciente**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 344p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCCHESE, P. T. R. *et al*. **Políticas públicas em saúde pública**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004. Disponível em: < http://files.bvs.br/upload/M/2004/Lucchese_Politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MEDEIROS, A. M. **Consciência política - Políticas públicas em saúde**. Disponível em: < http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%AAncia-politica/politicas-publicas/saude/>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MENDES, Eugênio Vilaça. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. **Estudos Avançados**, 27 (78), p. 27-34, 2013.

MARTINEZ-SILVEIRA, M. S. **A Informação científica na prática médica**: estudo do comportamento informacional do médico-residente. 2005. 184f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2005.

OLIVEIRA, S. **Tratado de metodologia cientifica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1999. 320p.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

RIGBY, E. *et al*. Clinical librarians: A journey through a clinical question. **Health Information and Libraries Journal**, v.19, n.3, p.158-160, Sep. 2002. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1471-1842.2002.00393.x/full>. Acesso em: 29 ago. 2015.

RONCALLI, Angelo Giuseppe O. desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde. In: Antonio Carlos Pereira (Org.). **Odontologia em Saúde Coletiva**: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre: ARTMED, 2003. Cap. 2. p. 28-49.

SARGEANT, S. J. E.; HARRISON, J. Clinical librarianship in the UK: Temporary trend or permanent profession? Part I: a review of the role of the clinical librarian. **Health Information and Libraries Journal**, v.21, n.3, p.173-181, 2004.

SOUZA, R. C.; BATISTA, F. E. B. Política pública de saúde no Brasil: história e perspectivas do Sistema Único de Saúde – SUS. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7.,2012, Palmas. **Anais Eletrônicos**... Palmas:IFTO, 2012. Disponível em:< http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/2842/1827>. Acesso em: 24 abr. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

INDÚSTRIA E DEMOGRAFIA: MUDANÇAS QUE OCORREM NA INDÚSTRIA CALÇADISTA E NA DEMOGRAFIA DE FRANCA – SP.

INDUSTRY AND DEMOGRAPHY: CHANGES THAT HAPPEN IN THE FOOTWEAR INDUSTRY AND THE DEMOGRAPHY OF FRANCA - SP.

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional – Desenvolvimento Regional e Local

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF
Doutor em Serviço Social pela Unesp
hb@facef.br

ANDRADE, Leonardo H. C.
UNESP
Doutorando em Serviço Social pela Unesp
prof_leoandrade@yahoo.com

Resumo: Em determinadas cidades, a existência de vantagens locacionais pode contribuir para que nelas surjam indústrias especializadas. Estas mesmas indústrias, por sua vez, podem arrastar pelo efeito de encadeamento outras indústrias complementares a ela, contribuindo para que nestas localidades emerjam autênticas aglomerações industriais. Desta forma, a concentração de capitais naquelas localidades, acaba atraindo novos e diferentes capitais e população. O objetivo do artigo é examinar os motivos que levaram a cidade de Franca – SP, a se tornar importante polo industrial especializado na fabricação de calçados e, secundariamente, registrar as mudanças que ocorreram neste mesmo ramo da indústria, como também aquelas que ocorrem e foram projetadas em relação à demografia daquele munícipio. O método adotado foi a pesquisa bibliográfica acompanhada de uma pesquisa baseada em indicadores econômicos, sociais e demográficos. A pesquisa mostrou que a indústria calçadista francana se reestruturou definindo uma nova configuração, ao passo que mudanças significativas ocorreram e foram projetadas em relação à demografia daquela localidade.

Palavras-chave: Munícipio; Indústria; Demografia.

Abstract: In certain localities, the existence of locational vantages can contribute to arise specialized industry. These industries, in turn, can draw for chaining process, other complementary industries, contributing that in these localities emerge authentic industrial agglomerated. In this way, the capital concentration in these localities ends up attracting new and different capitals and population. The objective of the paper is examine the motives that takes the city of Franca – SP to became a important industrial pole, specialized in shoes fabrication and, secondly, record the changes in this same industry, as also the changes that occur and was projected in relation with

the demography in that county. The adopted method was the research based in economic, social and demography indicators. The research shows that shoes industry of Franca, restructured itself defining a new configuration, while significant changes occur and was projected in relation to the demography of that location.

Keywords: County; Industry; Demography

Introdução

O espaço econômico é desigual por uma variedade de motivos, entre os quais, podemos elencar a estrutura da economia, a dotação de fatores produtivos como recursos naturais, a estrutura industrial, a concentração ou a dispersão industrial e até mesmo a presença ou a ausência de grandes empresas.

Ocorre que determinadas localidades não dispõe de recursos naturais, a economia é predominantemente primária, as técnicas de produção são rudimentares ou artesanais, o estoque de conhecimento é limitado, a atividade econômica é constituída por pequenas empresas. Já outras localidades, a estrutura da economia como também da própria indústria, é mais diversificada, além de contar com empresas de maior porte, o fator humano é mais qualificado, as técnicas de produção são mais atualizadas e avançadas.

As cidades cuja economia é mais dinâmica acabam exercendo forte poder de atração, tanto de população como de novo e diferentes capitais, razão pela qual, algumas cidades concentram mais população e capital que outras.

O objetivo do artigo é examinar os motivos que levaram a cidade de Franca a se tornar importante polo industrial especializado na fabricação de calçados e, secundariamente, registrar as mudanças que ocorreram neste mesmo ramo da indústria, como também aquelas que ocorreram e foram projetadas em relação à demografia daquele munícipio.

O referencial teórico adotado baseou-se nas contribuições de autores que julgamos adequadas e pertinentes para explicar o surgimento na cidade de Franca – SP, de uma indústria especializada, cujo crescimento e desenvoltura, atraiu para sua proximidade, outras indústrias correlatas como também população. A abertura comercial da década de 1990, induziu a indústria brasileira, assim como o indústria calçadista francana a se reestruturar, processo este que resultou numa reconfiguração do setor. O intenso fluxo migratório das décadas de 1970 e 1980 para a cidade de Franca, esgotou-se, tornando-se negativo, ao passo que a taxa de crescimento demográfico diminuiu. Assim, a pesquisa procurou contemplar estes dois movimentos, de construção e de reconfiguração da indústria e, de expansão e redução do crescimento demográfico da mencionada urbe.

O artigo foi estruturado em três seções. Primeiramente, foram apresentados os argumentos baseados nas contribuições teóricas de alguns autores, que consideramos relevantes e pertinentes, para explicar o surgimento de indústrias especializadas em determinadas localidades, bem como, sua conversão em polo de crescimento e sua capacidade de atrair população. Na segunda seção, explicamos os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa empírica. Finalmente, na última seção, reservamos espaço para as considerações finais.

Fundamentos teóricos: Contribuições de alguns autores

A divisão social do trabalho desdobra-se na divisão social, isto é, na divisão da economia segundo os seus grandes setores (agropecuária, indústria, comércio e serviços, etc.) e, na divisão técnica do trabalho que engloba todas as habilidades / qualificações requeridas pela divisão social do trabalho, como p. ex. Engenheiros, operadores de máquinas, soldadores, metalúrgicos, vendedores, entre tantas outras.

Por sua vez, a divisão da economia segundo os grandes setores de atividade econômica, corresponde à composição estrutural da economia, caracterizada pela participação de cada grande setor como proporção do produto total da economia, isto é, do PIB.

Enquanto na sociedade moderna o núcleo dinâmico da economia era a indústria, na pós-modernidade, inaugurada com a globalização e a Terceira Revolução Industrial, o núcleo dinâmico passou a ser os serviços. Assim sendo, o dinamismo econômico sob a ótica setorial, fica condicionado ao desempenho, em alguma medida, da indústria e/ou dos serviços.

Entretanto, não é apenas a estrutura da economia que exerce influência na composição do produto total (PIB), a estrutura interna da indústria, juntamente com a dos serviços também.

Convém observar que o crescimento econômico não se difunde de forma homogênea entre os setores de atividade econômica, nem mesmo no espaço econômico, tendo em vista que determinados setores crescem mais que outros, enquanto alguns podem até registrarem estagnação, o mesmo ocorrendo com diferentes localidades e regiões. Além do mais, a indústria não se distribui de forma homogênea no espaço econômico, mesmo porque, a sua localização condiciona-se a vários fatores, tal como a existência de vantagens locacionais.

> São muitas as diversas causas que levaram à localização de indústrias, mas as principais foram condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas e de pedreiras nas proximidades, ou um fácil acesso por terra ou por mar. Assim, as indústrias metalúrgicas situaram-se geralmente perto de minas ou em lugares em que o combustível era barato. [...] Além disso, em todos os estágios do desenvolvimento econômico, exceto nos mais primitivos, uma indústria localizada obtém grande vantagem pelo fato de oferecer um mercado constante para mão-de-obra especializada. (MARSHALL, 1982, p. 232-234).

Diante do exposto, a disponibilidade de matérias-primas, clima e solo favoráveis, disponibilidade de mão-de-obra especializada, são alguns dos fatores que atraem e possibilitam o surgimento de indústrias especializadas em determinadas localidades. Há ainda, um outro fator que pode induzir/atrair a

instalação de indústrias especializadas em certas localidades, denominado por Marshall (1982) de vantagens hereditárias[1].

> Redução de custos resultantes da proximidade física de empresas do mesmo ramo ou de atividades complementares. Por exemplo, uma montadora abastecida por empresas produtoras de peças localizadas em seu entorno reduz custo de transporte. (SANDRONI, 2006, p. 276).

Ademais, acrescentasse o fato de que as economias de aglomeração representam uma particularidade das economias externas, também denominadas externalidades.

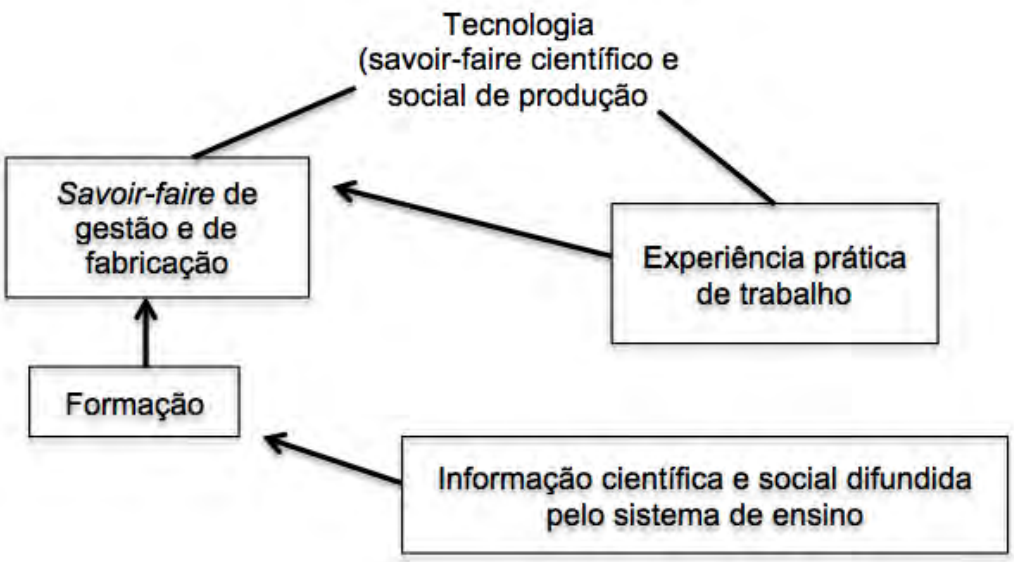
> Benefícios obtidos por empresas que se formam (ou já existentes) em decorrência da implantação de um serviço público (por exemplo, energia elétrica), ou de uma indústria, proporcionando à primeira vantagens antes inexistentes. [...] A existência de economias externas permite em geral uma redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico. (SANDRONI, 2006, p. 276)

Tomando como referência as vantagens marshallianas do tipo hereditárias, é cabível admitir, que uma outra fonte de vantagens locacionais, passível de explicar a instalação/surgimento de empresas especializadas em certas localidades, seja proveniente da formação e da experiência prática de trabalho conforme demonstrara Benko (1999).

> Quando uma empresa fabrica um produto, ela deve, para desenvolver uma tecnologia, reunir além da mão-de-obra e do equipamento a informação necessária à produção do bem ou serviço e saber decodifica-la, combina-la ou mesmo modifica-la. A facilidade com que essas operações se realizam depende do savoir-faire adquirido pelo pessoal no curso da produção e do estado geral dos conhecimentos. (BENKO, 1999, p. 164)

Apesar do esquema elaborado por Benko (1999), denominado “O lugar da tecnologia na produção”, ser específico para a indústria de alta tecnologia, acreditamos que o mesmo – uma vez que adaptado – possa ser empregado em se tratando de indústria de baixa tecnologia como o caso da fabricação de calçados.

[1] Em respeito das vantagens de indústrias localizadas por aptidão hereditária, Marshall oferece a seguinte explicação: São tais vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtém de uma vizinhança próxima, que desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, ai permanece por longo espaço de tempo. Os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização da empresa. Se um lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de outras ideias novas. (MARSHALL, 1982, p. 234).



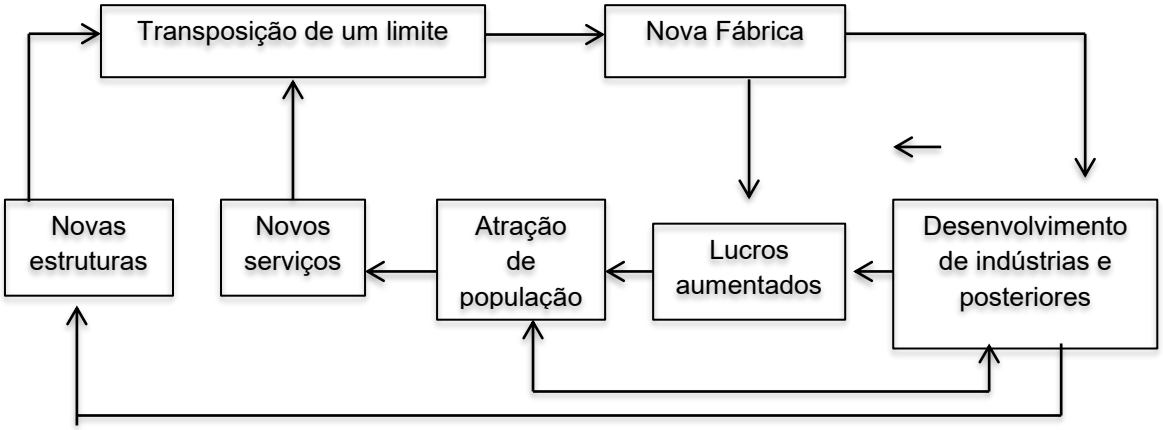
Fonte: Benko (1999), adaptada pelos autores.

Embora a experiência prática de trabalho – fator determinante da tecnologia baseada no saber fazer –, combinada com a formação adquirida sobretudo através de ensino técnico profissionalizante serem capazes de habilitar trabalhadores para a fabricação do produto (no caso calçados), ambas não proporcionam *savoir-faire* de gestão.

Não menos importante, são as observações de Marshall (1982) a respeito das vantagens obtidas por uma grande empresa ou de empresas associadas na compra e venda em relação à pequena empresa.

> [...], existem outras vantagens que uma grande fábrica ou mesmo uma grande empresas de um gênero qualquer, quase sempre leva sobre uma pequena. Uma grande empresa compra em grande quantidade e, por conseguinte mais barato, paga baixos fretes e economiza no transporte de muitas maneiras, particularmente se tem um desvio ferroviário. Ela vende comumente em grandes quantidades, [...], vendendo entretanto a bom preço, [...]. Ela pode gastar grandes somas em propaganda [...], e suas mercadorias fazem propaganda uma das outras. (MARSHALL, 1982, p. 242)

Independentemente dos argumentos até então apresentados a respeito das vantagens locacionais do tipo marshallianas para explicar o surgimento/instalação de indústrias especializadas em determinadas localidades, bem como das economias de aglomeração e das externalidades e, até mesmo da tecnologia baseada no *savoir-faire* apontada por Benko (1999), é importante assinalar que o surgimento de uma indústria qualquer em determinada localidade, acaba desencadeando uma série de efeitos secundários – quer seja numa cidade, quer seja numa região –, os quais, podem ser examinados a partir do modelo simplificado de crescimento cumulativo e circular formulado por Manzagol (1985).



De acordo com o esquema, é cabível supor, que, entre outros fatores, a perspectiva favorável de obtenção de lucros, pode induzir/atrair novas empresas, particularmente quando forem do mesmo gênero, o que pode proporcionar a obtenção de economias de localização – especialização e complementariedade; estabelecer ligações interindustriais; estimular o surgimento de serviços especializados e formar reserva de mão-de-obra –, bem como, proporcionar economias de urbanização como aquelas advindas de infraestrutura (energia, água, esgotamento sanitário), habitações, serviços especializados como bancários, relações públicas, consultorias, entre outros (MANZAGOL, 1985). Além disto, a atração de população acaba estimulando fluxo migratório intra e inter-regional, aumentando a população da localidade, a qual por sua vez, ampliará a demanda local por novos serviços e infraestruturas.

Entretanto, convém observar uma importante advertência feita por Marshall (1982) relacionada à concentração da atividade industrial numa única indústria em determinada localidade e/ou região.

> Uma região que possua exclusivamente uma única indústria, caso diminua a procura dos produtos dessa indústria, ou caso haja uma interrupção no fornecimento da matéria-prima, fica exposta à uma grave crise. Esse mal pode ser remediado, em grande parte, nas grandes cidades ou nas grandes regiões manufatureiras em que se desenvolveram vários tipos de indústria. (MARSHALL, 1982, p. 235)

A exceção dos problemas relacionados à redução da demanda e/ou da interrupção no fornecimento da matéria-prima ou de outros importantes insumos, é oportuno relembrar o que aconteceu na década de 1990, tanto na área metropolitana de São Paulo, mais precisamente na Grande Região do ABCD em decorrência do processo de reestruturação produtiva da indústria automotiva, como também, com a indústria têxtil instalada na cidade de Americana no interior paulista. Em ambos os casos, a causa da principal reestruturação produtiva fora provocada

pela abertura comercial e pelo câmbio sobrevalorizado.

Conforme assinalado anteriormente a respeito da indústria não se distribuir de forma homogênea no espaço econômico, acrescenta-se o fato de que em nem todas as localidades a indústria se faz presente, haja visto que em inúmeros casos a agricultura/pecuária e os serviços, constituem a base da atividade econômica. Já em outras localidades, a atividade industrial pode estar mais distribuída entre diferentes gêneros, como também, em determinadas localidades, além de menos diversificada, pode estar mais concentrada em alguns poucos gêneros, ou até mesmo em um único, configurando elevado grau de especialização[2].

Ademais, a concentração de indústria especializada em determinada localidade – considerando o caso da indústria motriz –, pode em decorrência da demanda intermediária por ela gerada, induzir/atrair outras empresas e, até mesmo indústrias fornecedoras, complementares a ela, na própria localidade, como também em seu entorno mais próximo.

Embora o setor terciário seja por natureza polarizador, do mesmo modo, a indústria também contribui para o surgimento de polos de crescimento, contudo, nem sempre em relação aos polos de desenvolvimento[3]. Outrossim, a atividade primária também exerce função polarizadora, tendo em vista os exemplos mencionados por Andrade (1987) como "[...] a exploração petrolífera na Venezuela, a exploração de cobre em Catanga no Zaire, a produção agrícola de bananas na América Central e produção de chá na Índia." (ANDRADE, 1987, p. 61).

Considerando o fato de que o polo é via de regra uma cidade, o seu surgimento ocorre quando ali se instala uma indústria motriz.

> Em geral, a indústria motriz em sua ação de obtenção de matérias-primas, de ponto de atração para mão-de-obra e de produtora de um ou de uma série de produtos dinamiza a vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração de população que estimulará o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias nas áreas fornecedoras de alimentos e de matérias-primas e desenvolve a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que a cerca, que se instala em sua área de influência. (ANDRADE, 1987, p. 59).

Como se pode verificar, o surgimento de uma indústria motriz numa dada localidade qualquer – que sendo dotada de vantagens locacionais marshallianas – pode proporcionar uma série de efeitos positivos na própria localidade (cidade),

[2] O Coeficiente de especialização compara a estrutura produtiva da região J com a estrutura produtiva nacional. O valor do coeficiente será igual a 0 quando a região tiver uma composição setorial idêntica a da nação. Se o valor do coeficiente for igual à 1, a região J está com elevado grau de especialização em atividades ligadas a um determinado setor, ou está com uma estrutura de emprego totalmente diversa da estrutura de emprego nacional (HADDAD 1989, p. 240).

[3] Distinguindo pólos de crescimento dos pólos de desenvolvimento, Andrade (1987) acredita [...] que os pólos espontâneos, surgidos sem obedecer a uma planificação, podem ser chamados de crescimento quando provocam o crescimento do produto e da renda *per capita* sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais, e se devem chamar de desenvolvimento, quando, ao lado do crescimento do produto, provocam também modificações de estruturas que favorecem à população da região para ele polarizada. (ANDRADE, 1987, p. 60)

como ainda, pode promover mudanças na região. Independente do que pode ocorrer na região, o surgimento de uma indústria motriz numa dada localidade, pode atrair novas indústrias complementares a ela – em virtude da sua capacidade de encadeamento – atrair população de diferentes localidades, promover maior divisão técnica do trabalho, estimular o desenvolvimento e diversificação das atividades terciárias, modificar a estrutura da economia daquela mesma localidade e, ainda, criar demanda para investimentos em infraestrutura como habitação, saneamento básico, energia, transporte urbano, hospitais, escolas, entre outros.

Metodologia

O artigo foi elaborado de uma pesquisa bibliográfica que se baseou nas contribuições de autores (economistas e geógrafos), cujas pesquisas versaram sobre temas relacionados à indústria, à lógica do espaço industrial, como também à economia regional.

Marshall (1982), oferece importante contribuição, para explicar o surgimento de indústrias especializadas em determinadas localidades, em virtude da existência de vantagens locacionais naturais e hereditárias.

A experiência prática de trabalho acrescida da formação, acaba constituindo-se numa tecnologia denominada por Benko (1999) de "*savoir-faire* de gestão e de fabricação", a qual, por sua vez, cremos adaptar-se com propriedade para explicar o surgimento de empresas que atuam no ramo da fabricação de calçados. Assim sendo, admitimos como válidas as contribuições de Marshall e de Benko, posto que, ambas se aplicam no caso daquele mesmo ramo de indústria de transformação.

A constituição de um polo de crescimento decorrente da instalação numa localidade (cidade) de uma indústria motriz (ANDRADE, 1987), complementada pelo esquema proposto por Manzagol (1985), juntamente com Marshall (1982) Benko (1999), permite com plausibilidade, ainda que, não plenamente, constituírem-se de argumentação passível de explicarmos a conversão da cidade de Franca em polo industrial.

Em sequência, foi elaborada uma pesquisa de natureza quantitativa baseada em indicadores demográfico, econômicos e sociais, tendo como fonte primária órgãos oficiais de pesquisa. Através destes indicadores, procurou-se analisar mudanças que ocorreram na economia, na indústria, mais especificamente no ramo de fabricação de calçados, como também na demografia do munícipio de Franca localizado no interior do estado de São Paulo.

Resultados da Pesquisa

Aproveitando-se de algumas vantagens locacionais marshallianas – disponibilidade de mão-de-obra especializada e matéria-prima básica, qual seja, o couro, bem como o seu curtimento e preparação – emergira na segunda metade do

século XX na cidade de Franca, empresas industriais que operavam no subsetor de fabricação de calçados.

Algumas dessas empresas, adquiriram escala de produção convertendo-se em plantas industriais de grande porte, como ainda evoluíram ao ponto de se verticalizarem. Um dos casos mais conhecidos foi a empresa Samello, que possuía curtume, fábrica de artefatos de borracha, uma rede de lojas e, é claro a fábrica de calçados, além de uma empresa de processamento de dados. Outras fábricas alcançaram escala e tornaram-se plantas industriais de grande porte como o HB, Sândalo, Paragon, entre outras.

Progressivamente o ramo industrial de fabricação de calçados que surgiu no município de Franca, atraiu novas empresas, ampliou sua capacidade de produção, criou demanda intermediária suficiente para arrastar outras empresas complementares. Assim sendo, surgiram no mesmo município, empresas produtoras de bens intermediários como a fabricação de máquinas e equipamentos, curtumes, fabricação de formas, fabricação de produtos químicos, artefatos de plástico e de borracha, metalurgia. Por sua vez, a indústria de calçados induziu outras atividades como serviços bancários, serviços de transporte de cargas, agenciamento de exportações, serviços de ensino técnico profissional, serviços jurídicos e de consultoria empresarial, entre outros.

Desta forma, o efeito de encadeamento gerado pela indústria de calçados proporcionou o desenvolvimento de uma autêntica aglomeração industrial, bem como elevou a cidade de Franca à categoria de polo industrial. Ademais, modificações significativas ocorreram na economia da cidade, tendo em vista que a participação da agropecuária no PIB municipal, teria caído de aproximadamente 35,5% em 1949, para reduzidos 1,9% em 1996.

Em sentido oposto, a indústria de transformação gradativamente aumentava sua participação no PIB, passando a responder em porcentagem por 20,2% em 1949, 37,2% em 1959, 54,9% em 1970, alcançando 61,3% em 1985[4].

> Entre os anos 50 e 60, a indústria de calçados – concentrada no município de Franca – assumiu as rédeas da economia da Região. Contudo, mesmo perdendo seu posto de determinante econômico, o café e a pecuária não desapareceram por completo, ao contrário, formaram parceria com a nova atividade, a de calçados. Já a partir da segunda metade da década de 70, através da abertura do mercado brasileiro às exportações, a cidade de Franca consolidou-se como polo industrial produtor de calçados, exportando para vários países como: Estados Unidos, Arábia Saudita, Coréia do Sul, Canadá, Panamá e México. (DUARTE; VIDAL, 2016, p. 47).

[4] Convém advertir que os percentuais de participação da agropecuária e da indústria no PIB do município não são precisos, tanto que a própria fonte, isto é, o IPEADATA, alerta para o fato de que para os dados anteriores a 1999 as estimativas do PIB das atividades em nível municipal não são consistentes.

Com a mudança do núcleo dinâmico da sua economia, ou seja, da agropecuária para a indústria manufatureira, a cidade de Franca passou a atrair população de outras localidades, além do que, converteu-se num polo urbano-industrial.

De acordo com Duarte e Vidal (2016), entre 1970/80, a população urbana da cidade de Franca registrara uma taxa de crescimento médio anual de 5,19%, conquanto em números absolutos a população aumentou de 86.863 em 1970, para 144.117 habitantes em 1980, enquanto, o saldo migratório no mesmo período somara 33.970 pessoas.

Entre 1980 e 1991, novo salto demográfico resultante de um crescimento populacional absoluto de 83.858 novos habitantes, dos quais 40.091 eram migrantes, contribuíram para que a população urbana de Franca atingisse 227.613 habitantes (DUARTE; VIDAL, 1996).

No período compreendido entre 1980/70, o PIB de Franca teria crescido a uma taxa média anual de 11,8%, contra 8,1% da média estadual. A desenvoltura do setor industrial, notadamente com a geração de empregos (diretos e indiretos) ao longo da cadeia produtiva de calçados, produziu uma massa de rendimentos capaz de ampliar a demanda local de modo a diversificar os setores de comércio e de serviços.

Em 1985, conforme as estatísticas do RAIS/MTE, de um total de 48.662 vínculos ativos formais (31/12), a indústria respondia por 32.638 (67,1%), o comércio por 5.293 (10,9%) e, os serviços por 10.731 (22,0%). Todavia, enquanto a década de 1980 fora caracterizada pela instabilidade econômica (inflação crônica e baixo crescimento) e, pela excessiva proteção da indústria nacional, a década de 1990, inaugurou um novo ciclo para a economia da país em virtude da remoção da proteção concedida à indústria via abertura comercial e financeira e da consolidação da estabilidade duradoura.

A abertura comercial colocada em curso, derivada da combinação do binômio câmbio sobrevalorizado e redução das alíquotas de importação, acabou expondo a indústria nacional a uma disputada concorrência com os produtos importados. Por sua vez, dada a situação de estagnação, obsolescência e de deficiências competitivas de vários segmentos da indústria brasileira – como o caso do ramo de fabricação de calçados – a ação conjunta do câmbio e do aumento dos produtos importados, inclusive de calçados, obrigou as empresas a realizarem obtuso processo de reestruturação produtiva.

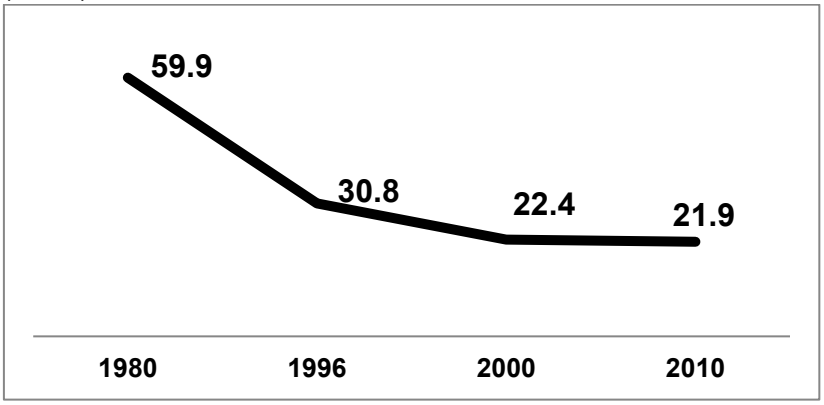
Tabela 1: Franca, indústria de calçados segundo a quantidade de vínculos ativos e de estabelecimentos por classes de tamanho: 1985 e 2015.

Classes de tamanho dos estabelecimentos	Quantidade de Estabelecimentos		Quantidade de Vínculos Ativos	
	1985	2015	1985	2015
de 1 a 19 pessoas	148	1.149	1.106	4.834
de 20 a 99 pessoas	85	161	3.837	6.591
de 100 a 499 pessoas	46	26	11.905	5.005
de 500 a 1000 ou + pessoas	11	2	9.156	1.540
TOTAL	290	1.338	26.004	17.970

Fonte: RAIS/MTE, Elaboração dos autores.

Desta maneira, a reestruturação do setor calçadista francano produziu significativos efeitos sobre a economia e, principalmente sobre a indústria e os empregos no local. Basta verificar que as plantas industriais de médio e de grande porte – referimo-nos aos estabelecimentos de 100 a 499 e de 500 a 1000 ou mais pessoas –, representavam em 1985, o equivalente a 19,6% do total de estabelecimentos e, respondiam em conjunto por 80,9% do total de vínculos ativos. Já em 2015, estas mesmas duas classes de tamanho, passaram a significar apenas 2,1% do total de estabelecimentos e, por 36,4% do total de vínculos, além disto, o total de vínculos ativos reduziu-se em 8.034, comparativamente ao ano de 1985.

Gráfico 1: Franca, participação da indústria (valor adicionado no PIB municipal (em %) – anos diversos.



Fonte: IPEADATA, elaboração dos autores.

Apesar dos dados anteriores a 1999 não serem consistentes conforme advertimos anteriormente, supomos, que a trajetória da indústria em termos de participação no PIB municipal, revela por si só o quanto o processo de reestruturação da indústria de calçados foi prejudicial para a economia do município. Acrescenta-se ainda, que além da redução da quantidade de vínculos ativos formais, ocorreu a extinção de ao menos nove empresas de grande porte pertencentes ao

gênero industrial de fabricação de calçados, resultando desta forma, numa reconfiguração do setor que passou a se concentrar nas empresas de micro e pequeno porte.

Tabela 2: Franca, quantidade de vínculos ativos formais nos grandes setores de atividade econômica: 1985 e 2015

Grandes Setores	Quantidade de vínculos ativos	
	1985	2015
Indústria	32.875	28.631
Construção Civil	645	3.016
Comércio	5.357	23.930
Serviços	10.951	29.438
Agropecuária	187	976
TOTAL	50.015	85.991

Fonte: RAIS/MTE, elaboração dos autores.

Em 1985, a indústria respondia por 65,7% do total de vínculos ativos formais, enquanto o terciário (comércio e serviços), somava 32,6%, entretanto, no ano de 2015, a indústria passou a representar 33,3% contra 62,0% do terciário, já a construção civil, avançou de 1,3% em 1985, para 3,5% em 2015.

Tabela 3: Franca, distribuição dos vínculos ativos da indústria, do comércio e dos serviços por faixa de remuneração média em SM (em %): 1985 e 2015

Faixa de Remuneração Média (SM)*	INDÚSTRIA Vínculos ativos (%)		COMÉRCIO E SERVIÇOS Vínculos ativos (%)	
	1985	2015	1985	2015
de 0,51 a 2,00	58,8	68,2	53,7	62,6
de 2,01 a 4,00	30,9	26,6	31,8	27,3
de4,01 a 7,00	7,5	4,0	8,1	6,6
de 7,01 a 15,00	2,2	1,0	4,7	2,8
de 15,01 a + de 20,00	0,6	0,2	1,7	0,7
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTE, Elaboração dos autores
*SM: Salários Mínimos

Em conjunto, o comércio e os serviços conformaram uma distribuição dos vínculos ativos formais por faixa de remuneração, pouco diferente da indústria, contudo, o que se verifica de fato, é que os três grandes setores em 2015, comparativamente ao ano de 1985, concentraram ainda mais a quantidade de vínculos ativos nas faixas de remuneração de 0,51 a 4,00 salários mínimos (SM). Isto se deve em virtude da proporção de vínculos ativos na faixa de 0,51 a 2,00 SM, ter aumentado bem mais, do que a redução que houve na faixa de 2,01 a 4 SM. Nos mesmos dois anos, ou seja, em 1985 e em 2015, analogamente, constata-se o mesmo sintoma no gênero de fabricação de calçados.

Tabela 4: Franca, indústria de calçados segundo a distribuição dos vínculos ativos por faixa de remuneração média em SM (em %): 1985 e 2015

Faixa de Remuneração Média (SM)*	Indústria de Calçados Vínculos Ativos (em %)	
	1985	2015
de 0,51 a 2,00	61,3	73,0
de 2,01 a 4,00	29,7	23,7
de4,01 a 7,00	6,8	2,9
de 7,01 a 15,00	1,8	0,4
de 15,01 a + de 20,00	0,4	-
TOTAL	100	100

Fonte: RAIS/MTE, Elaboração dos autores
*SM: Salários Mínimos

Ao compararmos a atividade de fabricação de calçados com a indústria (em geral) e com o setor terciário (comércio e serviços), vê-se que a primeira concentra ainda mais a quantidade de vínculos ativos na faixa de remuneração de 0,51 a 2,00 SM.

Considerando a proporção de vínculos ativos nas faixas de remuneração média de 0,51 a 4,00 SM, temos como resultado uma elevada concentração de trabalhadores com remuneração média nominal inferior a R$ 1.500,00 no ano de 2015. Ocorre que na indústria (em geral), 94,8% dos vínculos, teriam recebido em 2015, remuneração média de R$ 1.372,09, no comércio e serviços R$ 1.403,65 e, na indústria de calçados R$1.323,06.

Outra evidência que vem retrata os problemas enfrentados pelos industriais calçadistas francanos, está em boa medida, relacionados ao próprio desempenho da indústria de calçados no Brasil. Basta verificar que a produção brasileira de calçados de 2003 a 2013, praticamente ficou estagnada, enquanto a produção destinada ao mercado externo e o volume físico exportado, experimentaram apreciável queda.

Em 2003, a produção brasileira de calçados somou 897,0 milhões de pares e, em 2013, 900,0 milhões. A produção para o mercado externo reduziu de 189, 0 para 122, 9 milhões de pares, respectivamente[5]. As exportações brasileiras de calçados caíram de 171,3 em 1994 para 113,8 milhões de pares em 2014. Por sua vez, o consumo *per capita* anual (em pares) no mercado doméstico, também estacionou, passando de 4,19 em 2003, para 4,23 pares em 2013[6].

No caso de Franca, a queda das exportações de calçados também foi acentuada, haja visto que em 1993 alcançaram 15,5 milhões de pares, porém em 2016, somaram 3,2 milhões (SINDIFRANCA).

[5] DEPEC – Bradesco – Economia em dia.
[6] Idem.

Entre as décadas de 1950 e 1980, a cidade de Franca tornou-se um dos mais importantes polos industriais especializados na fabricação de calçados masculinos de couro. Empresas genuinamente familiares surgiram, alcançaram escala de produção e converteram-se em plantas industriais de grande porte.

A indústria de calçados conseguiu atrair para sua proximidade outras e diferentes industrias complementares, proporcionando desta forma, a formação na cidade de Franca de uma autêntica aglomeração industrial. Ademais, esta atividade é deveras representativa para a economia local, tendo em vista que o segmento de couros e calçados, somou em 2012, o equivalente a 73,3% do total do valor adicionado fiscal; máquinas e equipamentos 2,27%; artigos de borracha 6,09%; produtos químicos 4,69% e produtos de plástico 0,85%, isto é, este mesmo grupo de atividades perfazia um total de 87,2% daquele indicador.

Com a abertura comercial iniciada no governo Collor de Mello e, aprofundada por FHC, a indústria calçadista francana para se ajustar à nova conjuntura competitiva, passou por intenso processo de reestruturação, do qual, emergiu um novo desenho daquela indústria, a qual, em virtude do encerramento das atividades de grandes empresas do setor, ficou basicamente constituída por micro e pequenas empresas.

Convém, observar que muitas destas micro e pequenas empresas são de propriedade de ex-funcionários, que ao adquirirem algum '*savoir-faire*' de fabricação, acabaram transitando da situação de empregado para a condição de empregador, mesmo que este não tenha adquirido conhecimento adequado de gestão.

Além disto, a quantidade de estabelecimentos fabricantes de calçados (tabela 1), revela tratar-se de uma indústria, que em termos de padrão de competição, enquadra-se na indústria competitiva, cujas características são:

> [...]: 1. não existem barreiras à entrada de pequenos produtores; 2. os produtores com custos mais elevados (as firmas marginais) são firmas pequenas e apresentam uma taxa de lucro nula ou apenas ligeiramente superior a zero; 3. as firmas marginais respondem por uma parcela não negligenciável da produção total da indústria. (GUIMARÃES, 1987, p. 34)

A quantidade de estabelecimentos pertencentes ao ramo de fabricação de calçados, de 1 a 19 pessoas, como proporção do total de estabelecimentos do mesmo ramo, aumentou de 51% em 1985, para 85,8% em 2015, ou seja, a grande maioria das firmas, muito provavelmente, deve se enquadrar segundo as características de firmas marginais.

Admitindo ainda, que estas mesmas firmas, do ponto de vista legal, sejam firmas individuais, "[...] a facilidade da organização, a flexibilidade, o controle pelo proprietário e a independência diante da regulamentação do governo [...]" são as suas principais vantagens (BYRNS; STONE, 1996, p. 148). Contudo, as mesmas, são portadoras de algumas desvantagens.

> Os proprietários individuais, no entanto, sofrem alguns prejuízos maiores. O tamanho é limitado pela riqueza inicial do proprietário, por sua capacidade de

> obter crédito e pelos lucros dos negócios ao longo do tempo. A acumulação de capital tende a ser um processo lento. Os proprietários normalmente realizam a maior parte das funções dos administradores, e essas firmas não são permanentes – elas não podem sobreviver sem seus proprietários. (BYRNS; STONE, 1996, p. 148)

Assim sendo, casos estas constatações se apliquem, ou ainda, sejam válidas para os fabricantes de calçados de Franca, podemos então, admitir que a grande maioria das firmas tem dificuldades de acesso ao crédito, seu ritmo de acumulação de capital é lento, os proprietários destas firmas executam funções administrativas e/ou até mesmo funções operacionais ligadas diretamente à produção, além do que, mormente não conseguem realizar a sucessão para a geração seguinte.

Entre o surgimento da indústria de calçados, sua expansão, seu auge e sua reconfiguração, a população de Franca aumentou, o município se tornou praticamente urbano, o comércio e os serviços cresceram e diversificaram-se, instalou-se na cidade um Shopping Center, a construção de casas, edifícios, escolas, universidades, hospitais e tantos outros objetos espaciais, transformaram a sua paisagem. Entretanto, concomitante às mudanças que ocorreram na economia local, constata-se importantes modificações na demografia da cidade de Franca.

A taxa de crescimento populacional vem gradativamente decrescendo, entre 1980/1991 era de 3,24%, entre 1991/2000 alcançou 2,45%, porém de 2000/2010, atingiu apenas 1,07%, segundo as estatísticas da Fundação SEADE. Além disto, de acordo com as projeções populacionais daquela mesma fonte, de 2017 a 2050, a taxa de crescimento da população urbana terá diminuído para 0,14%, igualmente para a população total.

Tabela 5: Franca, população total e urbana: anos diversos

ANO	POPULAÇAO	
	TOTAL	URBANA
1980	147.962	143.125
1990	222.382	217.189
2000	287.162	281.639
2010	318.369	312.780
2017	335.564	329.673
2030	356.077	349.826
2050	351.168	345.003

Fonte: SEADE, elaboração dos autores.

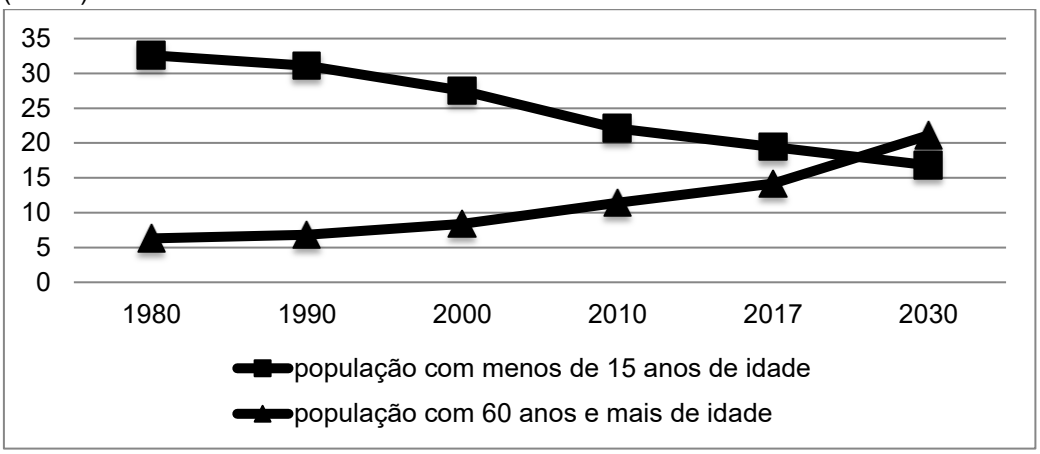
Entre 1980/2010, a população total crescera a uma taxa média de 2,58%, todavia, de 2010/2050 forte desaceleração deverá provocar crescimento em torno de reduzidos 0,24%.

Outro dado importante relaciona-se ao saldo migratório e à taxa anual de migração, tendo em vista que o saldo migratório de 3.645 em 1991, caiu para 2.239

em 2000 e, ficou negativo em -37 no ano de 2010. Quanto à taxa anual de migração (por mil habitantes), de 19,57 diminuiu para 8,64, para se tornar negativa em -0,12, respectivamente, de acordo com as estatísticas da SEADE.

Além do mais, enquanto a população com menos de 15 anos de idade continua decrescendo, em sentido oposto, a população com 60 anos ou mais de idade continua aumentando, ambas em porcentagem da população total.

Gráfico 2: Franca, população com menos de 15 anos de e com 60 anos ou mais de idade (em %): anos diversos



Fonte: SEADE, elaboração dos autores.

Estas mudanças na demografia do município de Franca, as que já estão em curso, bem como, as que foram projetadas, exercem e passarão a exercer impacto significativo sobre a população economicamente ativa (PEA), notadamente sobre o mercado de trabalho, sobre o consumo de bens e serviços, principalmente em relação à saúde para a Terceira Idade, como também aumentará a demanda por equipamentos sociais adequados e serviços públicos para aquela faixa etária da população.

Levando em conta o fato da indústria de calçados em sua nova configuração ser basicamente constituída por empresas de pequeno porte, das exportações de calçados terem diminuído acentuadamente, ao ponto de não alcançarem a escala outrora registrada, do crescimento demográfico a taxas bem mais reduzidas combinado com a perda de atração de população, a soma destes fatores estaria indicando enfraquecimento da capacidade de polarização da cidade de Franca? Poderia através da sua expansão e diversificação o segmento de serviços contribuir para um novo impulso capaz de revitalizar a cidade de Franca?

Considerações Finais

Dotada de determinadas vantagens locacionais, desenvolveu-se na cidade de Franca, interior do estado de São Paulo, a atividade de produção de calçados

masculinos de couro. A quantidade de empresas de porte variado, constituiu uma indústria cuja expansão, criou demanda intermediária suficiente para a formação no local, de um mercado de fatores de produção (mão-de-obra, matérias-primas, máquinas e equipamentos e insumos intermediários), induzindo, desta forma, pelo efeito de encadeamento, a instalação de diferentes indústrias complementares à fabricação de calçados.

Desta forma, a cidade de Franca perdeu o status de capital do café, embora continue produzindo em menor escala o mesmo produto, de qualidade irrefutável, contudo, converteu-se em polo industrial. No auge do setor de fabricação de calçados, Franca atraiu população, cresceu e se transformou numa urbe urbana-industrial. Empresas de grande porte passaram a figurar entre as 500 maiores do país, as exportações de calçados para vários países, internacionalizaram a cidade e a indústria.

Contudo, a partir da década de 1990 em diante, mudanças importantes começaram a promover alteração na estrutura da economia local, assim como, a demografia esboçaria uma nova dinâmica. A participação da indústria de transformação – medida como porcentagem do Valor Adicionado no PIB – reduziu-se, conquanto a dos serviços cresceu, ao ponto de se tornar o setor líder da economia local. As grandes e tradicionais empresas fabricantes de calçados encerraram suas atividades, além do que, as exportações de calçados despencaram.

A taxa de crescimento populacional decresce continuamente, do mesmo modo que acontece com o saldo e o fluxo migratório. A população jovem vem diminuindo progressivamente, enquanto no sentido inverso aumenta a população idosa.

Todas estas mudanças exigirão para sua compreensão um esforço teórico-metodológico menos compartimentado e mais interdisciplinar, ao passo que, em termos operacionais, demandará maior articulação dos atores públicos e privados.

Referências

ANDRADE, M. C. d.. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BENKO, G.. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BYRNS, R. T.; STONE, G. W.. Microeconomia. Tradução de Fernanda Camila R. Carvalheiro. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

DEPEC – Bradesco: Departamento de Pesquisas Econômicas – Calçados – economia em dia: Informações Setoriais, Jun./2017.

DUARTE, P. M.; VIDAL, M. d. S.; BAENINGER, R.. *Região Administrativa Central e Região de Governo de Franca*. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO (Núcleo de Estudos de População;

Textos, NEPO 31, Migração em São Paulo), junho, 2016.

GUIMARÃES, E. A.. Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HADDAD, P. R.. *Economia Regional: teorias e métodos de análise.* Fortaleza: BNB, ETENE, 1989.

IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas / Banco de Dados.

MANZAGOL, C.. *Lógica do espaço industrial*. Tradução de Silvia Selingardi Sampaio. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARSHALL, A.. *Princípios de economia: tratado introdutório*. Tradução de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

RAIS/MTE: Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.

SANDRONI, P.. *Dicionário de Economia do século XXI.* 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2006.

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados / Governo do Estado de São Paulo.

SINDIFRANCA: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, Relatório Mensal – NICC Polo Franca, junho 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

JOVENS FORA DA ESCOLA: UM DESAFIO PARA O ENSINO MÉDIO

YOUNG PEOPLE OUT OF SCHOOL: A CHALLENGE FOR MIDDLE SCHOOL INSTITUTIONS

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Sessão temática: Educação e Desenvolvimento

SILVA, Alexandre Fernando da
Universidade de Franca
Doutorando e Mestre em Ciências
xnandosilva@gmail.com

FONSECA, Dulce Nogueira
Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
Especialização em Andamento em Neuropsicologia
dulcenogueira.psi@gmail.com

VIEIRA, Carlos Alexandre
Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis
Doutor em Ciências
carlosalexvieira@yahoo.com.br

SOUZA, Flávia Danielle Vieira
Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis
Graduanda em Química
flavia.biomedicina@gmail.com

PÁDUA, Gabriel Silva
Universidade de Franca
Especialista em Gestão da Qualidade
gsilvapadua@gmail.com

Resumo

O Ensino Médio é a terceira e última etapa da escolarização básica, que dentre os principais objetivos está a preparação do jovem para o ingresso na vida adulta. Neste sentido, entende-se como preparação a formação intelectual e para a cidadania, através do entendimento de conteúdos sistematizados, construção de conhecimentos, convivência social e estímulo ao pensamento crítico e reflexivo. Além deste papel, o ensino médio de qualidade e universalizado consiste em instrumento de promoção do desenvolvimento social, científico e econômico do país. Apesar da fundamental importância desta etapa de escolarização, há enormes desafios a serem enfrentados,

em especial a evasão. Atualmente há cerca de 1,6 milhão de jovens fora da escola, compreendidos na faixa etária entre 15 e 17 anos. Esse número alarmante persiste, mesmo após a Emenda Constitucional n°59, publicada em 2009, tornar a educação básica gratuita e obrigatória na faixa etária de 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. A nova formatação do ensino médio, instituída pela Lei n. 13.415 de 16/02/2017 tem como uns dos objetivos motivar os jovens a permanecer na escola. No entanto, muitas são as causas para a ausência dos jovens no ambiente escolar. Neste texto, busca-se discutir, a partir do cenário histórico, socioeconômico e de reforma, as causas da evasão escolar no ensino médio. Busca-se ainda, promover o diálogo sobre o tema, no contexto da importância da educação na promoção de equidade social e desenvolvimento econômico e científico do país.

Palavras chave: evasão escolar, ensino médio, jovens

Abstract

High School is the last stage of basic education; it has among the main goals the preparation of the young people to enter into adult life. It is understood as a preparation for intellectual formation and for citizenship, through the understanding of systematized contents, construction of knowledge, social coexistence and stimulus to critical and reflective thinking. In addition to this, the basis of high quality and universalized high school consists of an instrument to promote the development of the country based on social, scientific and economic values. Despite the fundamental importance of this stage of knowledge, there are enormous challenges to be faced, especially school evasion. Currently there are about 1.6 million out-of-school youths in Brazil. These people are between the ages of 15 and 17. This alarming number persists, even after Constitutional Amendment number 59, published in 2009, that makes basic education free and compulsory in the age group from 4 (four) to 17 (seventeen) years. The new idea of high school in Brazil, instituted by Law number 13.415 published in 02/16/2017 has as one of the objectives to motivate young people to stay in school. However, there are many causes for the absence of young people in the school environment. In this text, the idea is to discuss, from a bibliographical survey, this scenario based on the historical and socioeconomic points. It also seeks to promote dialogue on the subject in the context of the importance of education in promoting social equity and economic and scientific development of the country.

Keywords: school evasion, high school, youth

1 INTRODUÇÃO

A etapa de escolarização conhecida como ensino médio/secundário passou por várias formatações durante a história educacional brasileira e enfrentou inúmeros desafios, em sua implementação, inclusão e em relação aos objetivos curriculares propostos. Até a década de 1930, o ensino secundário era privilégio de parte da população e visava o preparo para o ingresso no ensino superior. Durante essa

década, o país passou por intensa industrialização e diante deste novo cenário surgiu a necessidade de incluir mais jovens nessa etapa, com intuito de prepará-los para o mercado de trabalho. Surge nesse período uma dicotomia pedagógica, educação profissionalizante para atender a demanda do mercado de trabalho e educação como base ampla de conhecimentos e preparação para o ensino superior. Claramente essa distinção pedagógica evidenciava uma dualidade social, que apesar das várias reformas e mudanças no ensino médio, perdura até hoje (NOSELLA, 2011).

Na formatação atual, o ensino médio é a terceira etapa da educação básica, com objetivo de integralizar a escolarização para preparo do estudante para os desafios da vida adulta. Segundo a Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), essa etapa de escolarização deve ser regida por alguns princípios, como a preparação do indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho, através do "aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico", além de propiciar ao educando possibilidade de aprofundamento dos conhecimentos recebidos em etapas anteriores de ensino (BRASIL, 1996).

Apesar da importância dessa etapa de escolarização, há enormes desafios para garantir acesso universalizado e a qualidade necessária, para que seus objetivos sejam efetivos. Estes desafios têm origem nas inúmeras mudanças nos contextos socioeconômico e cultural, ocorridas durante a história brasileira, especialmente nas últimas décadas do século XX (KRAWCZYK, 2011) e a dificuldade dos gestores da educação em lidar com essa dinâmica na proposição de políticas públicas.

Em documento publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF – são listados "10 desafios do ensino médio no Brasil", que estão relacionados a fatores diversos como o "contexto socioeconômico dos adolescentes, o trabalho precoce, a gravidez, a violência familiar e no entorno da escola". Além destes fatores, o documento cita ainda questões relacionadas ao espaço escolar, como conteúdos abstratos e desconexos com a realidade dos alunos; falta de diálogo entre a comunidade escolar, alunos, professores e gestores escolares; "a desmotivação e as condições de trabalho dos professores; a violência existente no cotidiano escolar e a infraestrutura precária dos estabelecimentos (VOLPI, *et al*, 2014. p. 55)."

A universalização do acesso a escolarização é um desafio histórico para o Brasil, como sociedade e como nação, especialmente considerando o desenvolvimento social e econômico alcançado no último século. Nas últimas décadas, o Brasil passou por intenso processo de urbanização e industrialização, que elevaram o país a condição de 9ª maior economia do mundo, considerando o tamanho do PIB (Produto Interno Bruto)[1]. Apesar das mudanças no contexto social e a relevância econômica no cenário mundial, esses fatores não refletem na distribuição de renda, na qualidade dos serviços públicos e no acesso a direitos básicos; condições que persistem mesmo com os avanços conquistados nas últimas duas décadas. O sistema educacional é reflexo dessa desigualdade social, especialmente

[1] Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/teses-e-dissertacoes/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp. Acesso em: 03 de out. 2017

na limitação de acesso. Somente entre jovens de 15 a 17 anos, faixa etária considerada ideal para o ensino médio, há 1,6 milhão de jovens longe da escola (VOLPI, *et al*; 2014).

O desafio de universalizar o ensino é persistente, mesmo após atos legais indicarem movimentos dos setores públicos no sentido de corrigir esse cenário. A Constituição Federal de 1988 delimita no Artigo 208, inciso II, a "progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio" (BRASIL, 1988, p. 124), o que levou a ampliação da oferta dessa etapa de escolarização nos anos seguintes. No entanto, somente em 2009, o poder público assumiu esse desafio através da Emenda Constitucional n°59, que torna a educação básica gratuita e obrigatória na faixa etária de 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 2009). Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) o prazo para cumprimento do disposto era o ano de 2016, condição não comprida. Apesar das proposições legais, ainda persiste um cenário aterrador no que tange a evasão escolar, não somente no ensino médio, mas também em todas as etapas da educação básica.

Em paralelo a esse cenário, foi sancionada a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que institui a nova reforma do ensino médio. Essa reforma estabelece mudanças significativas como a flexibilização do currículo, fomento para a gradativa implementação de escolas em tempo integral e a possibilidade de escolha entre a formação profissional e outras áreas de conhecimento (BRASIL, 2017). Essa reforma foi elaborada pelo executivo federal e discutida pelo congresso nacional em tempo curto, dentre as argumentações estava que as mudanças aprovadas promoveriam a motivação e consequente minimização da evasão escolar no ensino médio. No entanto, há pontos divergentes na proposta, em relação a este objetivo.

Nessa perspectiva, o ensino médio de qualidade e universalizado consiste em grande desafio, especialmente como forma de promover desenvolvimento social, científico e econômico do país. Diante desse contexto, de desafios, reformas e altos índices de exclusão, o presente trabalho tem por objetivo discutir a partir de dados estatísticos de órgãos públicos e organizações não governamentais (ONG's), a evasão de jovens nesta etapa da educação básica e as causas que levam a esse cenário. Entende-se que, os debates sobre esta temática são incipientes e o presente texto é oportunidade para diálogo, sob a ótica da importância da educação como forma de promover equidade social e desenvolvimento econômico e científico do país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho utilizou como método o levantamento bibliográfico, com base em de artigos científicos publicados em bases de dados Google Acadêmico e Scielo, e ainda texto publicados em encontros, simpósios e congressos. Fontes complementares de informação, como dados e relatórios de organizações governamentais e não governamentais (ONG's) foram também utilizadas. Como linha de pesquisa foram trilhados trabalhos sobre evasão escolar da educação básica e as causas da mesma.

3 DISCUSSÃO

Na sociedade, a escola cumpre papeis fundamentais na formação de pessoas, através da transmissão de conteúdos sistematizados e pela construção de conhecimentos e valores sociais. As ações educativas são construídas no espaço escolar por seus agentes, professores, alunos, gestores e a interação destes com a comunidade. As interações destes personagens ocorrem através de relações institucionais e interpessoais; sendo a primeira constituída pelo ensino de saberes científicos acumulados, organizados e valorizados pela sociedade; a segunda é fruto da valores e disposições estabelecidas pela convivência na instituição escolar (KLEIN e PÁTARO, 2008; MENIN, 2003). Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, estabelece no artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.123)

A responsabilidade partilhada entre estado, família e sociedade no intuito de garantir educação aos jovens e crianças brasileiras não é, até a atualidade, suficiente para prover a universalidade do acesso aos meios educacionais. A partir de disposto e do efetivo papel da escola na sociedade, aqueles indivíduos excluídos do ambiente escolar são privados de um direito básico, além de limitar o convívio social e a formação moral como cidadão e pessoa.

Nesta perspectiva, atualmente no Brasil, estão privados do acesso à educação básica formal cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 4 e 17 anos. A Figura 01 detalha os dados de evasão por faixa etária e demonstra que do total de crianças e jovens fora da escola, cerca de 1,6 milhão correspondem a etapa do ensino médio, que apesar de representar apenas os três últimos anos da educação básica, concentra o maior contingente de excluídos do sistema educacional (UNICEF, 2017). A evasão nessa etapa permanece elevada, apesar dos avanços nos últimos oitos anos, em que a oferta de vagas no ensino médio cresceu 11,6%. Atualmente estão matriculados 8,1 milhões de jovens, sendo que deste total, 87,5% frequentam instituições públicas (INEP, 2017).

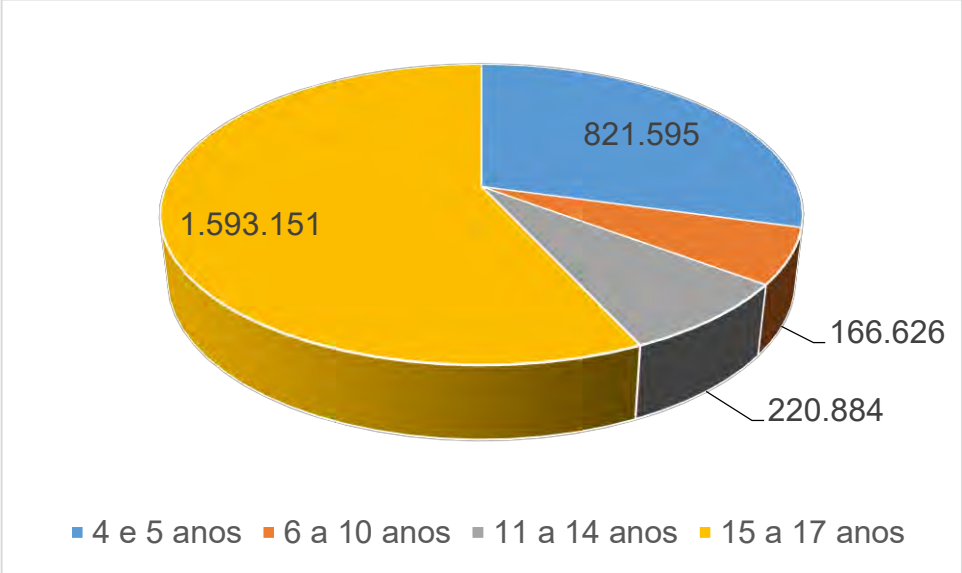


Figura 1: Crianças e adolescentes fora da escola por faixa etária. Fonte: Adaptado de (UNICEF, 2017)

Avaliar friamente as estatísticas, apenas pela perspectiva dos números, pode encobrir realidades que envolvem o contexto socioeconômico e focar as causas apenas em problemas diretamente relacionados a gestão do sistema educacional brasileiro. No entanto, a elevada exclusão de jovens em relação ao ensino formal revela a ineficácia das políticas públicas no âmbito da educação; especialmente em relação ao cumprimento da Emenda Constitucional n°59 e da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), de incluir todas as crianças e jovens na escola (BRASIL, 2009; BRASIL, 2014). Entretanto, as políticas educacionais isoladamente não justificam os índices de evasão. O Estado brasileiro é falho em direitos e serviços públicos básicos, como saúde, segurança e na promoção de equidade social, fatores que podem ser determinantes para a permanência ou abandono escolar.

Envolto aos principais fatores do abandono escolar por parte dos jovens, está a questão socioeconômica, relacionada a histórica segregação da sociedade brasileira. Essa condição fica clara ao avaliar o abandono em seus variados níveis e a relação com a renda familiar. Considerando a média por morador do domicílio, na Figura 02, está demonstrado o maior percentual de jovens fora do ensino médio, que sequer concluíram o ensino fundamental. Nessa classe destituída, estão os jovens com menor renda familiar. Em contraponto, cerca de 19% já concluíram essa etapa de escolarização antes mesmo dos 15 anos, compreendendo os jovens com maior renda familiar, cerca do dobro do primeiro grupo.

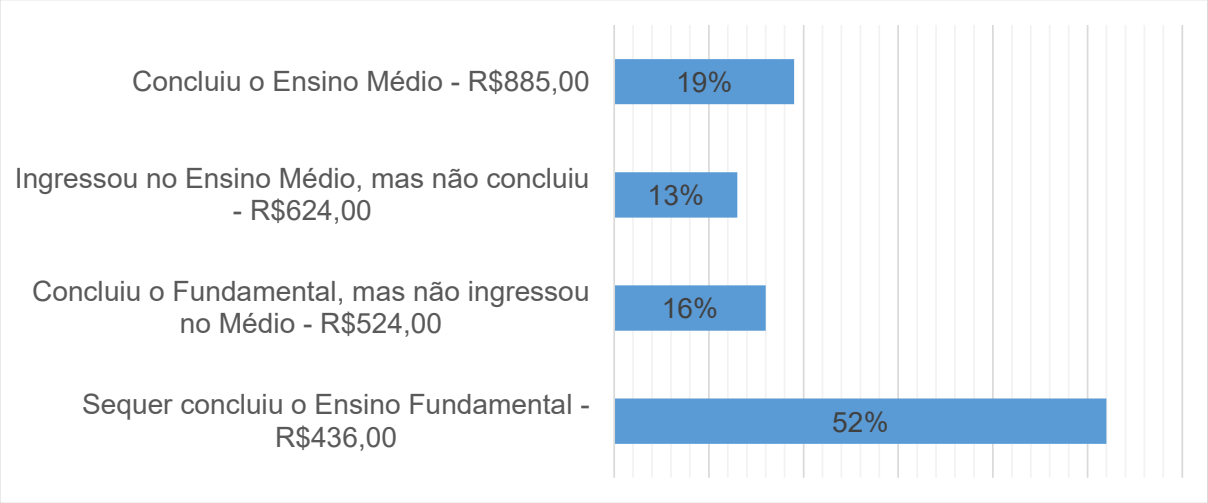


Figura 2. Perfil dos jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Fonte: Adaptado de: (INSTITUTO UNIBANDO, 2017)

No entanto, a condição econômica dificilmente aparece isolada de outros fatores de exclusão, como questões de preconceito racial e de gênero. Entre os jovens que abandonam os estudos precocemente, destaca-se a elevada taxa de gravidez na adolescência. Do total de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, 610 mil são mulheres, sendo que 212 mil já eram mães (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Gestações na adolescência acomete todas as classes sociais, mas os maiores índices são referentes a baixa escolaridade e menor poder econômico (ARAÚJO, *et al*, 2015), fatores que indicam carência de políticas públicas de prevenção e informação de jovens em relação as consequências de uma gravidez, planejada ou não, durante essa fase da vida. A gravidez precoce altera as perspectivas de prioridade das jovens, que passam a ter preocupações mais imediatas, como subsistência e o cuidado com a criança, que podem obrigá-las a desistir de um projeto de vida mais estável. Somado a esse contexto, a realidade patriarcal e sexista da sociedade brasileira impõe as adolescentes grávidas que assumam a maternidade, muitas vezes sem a presença constante do parceiro, condição que sobrecarrega a mulher e pode estabelecer limites ao seu desenvolvimento educacional.

O contexto social brasileiro é historicamente marcado por desigualdades raciais, decorrentes de séculos de economia escravagista, de segregação da cultura afrodescendente e da sobreposição de interesses colonialistas e elitistas, mesmo após abolição da escravatura. A assimetria das relações étnicos raciais que permanecem impregnadas na sociedade brasileira, perpassam para o ambiente escolar. Segundo números de 2014, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre os brasileiros com idade entre 15 e 17 anos, autodeclarados negros ou pardos, cerca de 51% estavam frequentando o ensino médio. Esse número é superior aos 25% do início da década passada, indicando que a desigualdade entre negros e brancos está reduzindo. No entanto, apesar da melhora, há um longo caminho a percorrer para ratificação da igualdade dede acesso, dentre os jovens fora da escola o percentual de negros é de 17%, superando o percentual de brancos, 13% (IBGE, 2015).

Aparentemente o percentual pode parecer não muito significativo, mas claramente há uma limitação do acesso da população negra ao ensino médio. As causas podem ser variadas, mas convergem para a persistência do racismo no Brasil, mesmo que velado. Em trabalho realizado por Castro e Abramovay (2006), em que foram avaliados dados colhidos em dez capitais brasileiras, os autores demonstraram que a escola, como reflexo da sociedade, está permeada por racismo e discriminação. As manifestações de discriminação ocorrem muitas vezes sutilmente, através de tratamento diferenciado entre brancos e negros ou por apelidos de cunho racista vistos como "brincadeira". No entanto, não somente dessa maneira, a própria negação em abordar o tema do preconceito, além de conteúdos e metodologias didáticas que desconsideram a cultura negra podem contribuir para germinar no estudante negro problemas de identidade e autoestima. Apesar de um dos papeis da escola ser o estabelecer um ambiente de igualdade, preconceitos arraigados são, muitas vezes, manifestados também nas relações educacionais e podem culminar na desigualdade observada nas estatísticas escolares e sociais.

A necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho por jovens é outro fator determinante para o abandono dos estudos. Entre os homens, a evasão originada nesta causa é mais comum, dentre aqueles fora da escola, com idades entre 15 e 17 anos, pelo menos dois terços trabalham ou buscam uma colocação profissional (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Trabalho e estudo, geralmente, são paralelos para estudantes provenientes de famílias de baixa renda. Nestes casos, o abandono pode ocorrer pela dificuldade de conciliar os horários de trabalho e aulas, mas também por aqueles alunos que frequentam o período noturno e encontram obstáculo em manter o foco e atenção nas aulas, devido ao cansaço de um dia inteiro de trabalho. Essas condições que culminam em estabelecer uma escala de prioridade entre formação e subsistência, nesse duelo a necessidade de subsistência tem prioridade (CARRANO, 2015). Neste cenário, o abandono do ensino médio, gera uma perpetuação das desigualdades sociais no Brasil. O nível de escolarização tem uma relação importante com a inserção, permanência e condições do mercado de trabalho. A baixa escolaridade pode levar a inserção em atividades informais, sem estabilidade e com baixa remuneração.

Além de fatores socioeconômicos, a escola enfrenta vários desafios, como a estrutura física, currículo, metodologias didáticas e a própria motivação dos estudantes. Fatores como baixo desempenho e reprovação, desinteresse e desmotivação, estão entre os fatores que levam ao abandono. No estudo realizado por Soares, *et al* (2015), que avaliou os fatores associados ao abandono do ensino médio por jovens do estado de Minas Gerais, traçou-se um perfil daqueles mais suscetíveis, que foram enquadrados jovens de

> [...] menores condições econômicas, os do sexo masculino, os que apresentam histórico prévio de reprovação, abandono e baixo desempenho acadêmico, os que apresentam desinteresse e falta de motivação e participação nas atividades escolares, e os que apresentam situações especiais, como a gravidez precoce. Aparentemente, a escola pouco pode fazer quanto à condição socioeconômica dos alunos, mas deve estar atenta aos grupos mais vulneráveis (p. 770).

.

Apesar do estudo tratar do estado de Minas Gerais, esse perfil e realidade estende-se por todo o país. Somado a estes fatores e o perfil dos jovens que deixam de perceber os estudos como caminho de benefícios e prosperidade, encontra-se a ausência de políticas específicas que busquem motivar os jovens a permanecerem no curso do ensino médio até a conclusão. Neste sentido, a nova reforma do ensino médio, que entrou em vigor em fevereiro deste ano, pela Lei n. 13.415 de 16/02/2017 visa combater a evasão pela motivação dos estudantes, mas deixa algumas dúvidas. Dentre as principais propostas, estão a oportunidade do estudante escolher as áreas de estudo, a possibilidade de escolha da formação profissional e implementação de políticas de fomento a escola em tempo integral (BRASIL, 2017).

Mas é preciso questionar a efetividade destas medidas. Ampliar a carga horária, sem preparar a estrutura física da escola e propiciar aos professores melhores condições de trabalho e qualificação, pode ampliar nos estudantes e também nos professores sentimentos de desmotivação. Além disso, a ampliação da estada no ambiente escolar não significa diretamente uma educação integral, é apenas a extensão de carga horária, que na prática, pode surtir efeito contraditório, excluindo àqueles alunos que precisam conciliar escola e trabalho, o que constitui uma política equivocada no seu principal objetivo, a inclusão. A integralidade da educação não é atingida pela mera ampliação jornada escolar, mas pela formação ampla, crítica e reflexiva dos estudantes.

Em relação a flexibilização do currículo, é preciso discutir em que medida essa opção é verdadeira e em que pode motivar o estudante. Em primeiro momento aparenta uma responsabilização aluno, em detrimento do papel do Estado, como gestor da educação, na construção de currículos amplos e motivadores que atendam as demandas dos alunos. Tais medidas não contribuem para equacionar um dos principais problemas do ensino médio, a evasão. Pelo contrário, pode criar um ambiente desmotivador e manterá o cenário atual, de exclusões e segregação "velada" de jovens em acordo sua origem geográfica, etnia e questão socioeconômica. A nova reforma não consiste em medida efetiva, mas uma ação para atendimento de demandas de determinados grupos elitistas da sociedade, assim,

> [...] a leitura cuidadosa da Lei permite compreender que ela não é propriamente uma reforma educacional, mas parte de um processo de desregulamentação, precarização e desagregação do ensino médio e de outros espaços públicos (KRAWCZYK e FERRETTI, 2017, p. 41).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a educação é um direito constitucional, mas além da proposição legal, a educação é um importante instrumento de desenvolvimento social. Lançar o olhar para o sistema educacional brasileiro, partindo destes pressupostos, evidencia enormes falhas e equívocos históricos cometidos pelos gestores públicos, em paralelo a inércia deliberada de determinados grupos da sociedade e o desconhecimento do verdadeiro papel da educação por grande parte da população. Tais equívocos culminam no cenário atual, que revelado pelos números da evasão escolar, especialmente na etapa do ensino médio, demonstram o enorme abismo que separa o direito e a efetividade das políticas públicas para que o acesso seja garantido. Há

muito a ser feito para que a educação assuma o protagonismo necessário no desenvolvimento do país.

Neste contexto, a evasão escolar consiste de um problema educacional que transcende os muros das escolas e permeia toda a sociedade, com consequências graves no futuro de milhares de jovens e para o desenvolvimento social, econômico e científico do país. O enfrentamento desta questão não cabe apenas aos gestores públicos, a sociedade precisa assumir o protagonismo e agir para que o direito a educação seja de fato garantido a todos e a escola seja um espaço de inclusão e equidade social.

O contexto atual e histórico, relativo as questões socioeconômicas, indicam que a evasão escolar é fruto de desigualdades sociais históricas e da negligência do Estado brasileiro na proposição de políticas públicas efetivas e ativas, que muitas vezes consistem em ações unilaterais, formatadas em políticas de governo, transitórias, que não atingem a efetividade necessária no longo prazo. Neste sentido, diante dos dados apresentados, é necessário o enfrentamento do problema da evasão, através de políticas de Estado, em paralelo ao comprometimento da sociedade civil, com objetivo de inclusão social de jovens, inserção e fomento a permanência até a conclusão do ciclo de educação básica.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rayanne Lima Dantas de. *et al.* **Gravidez na adolescência: consequências voltadas para a mulher**. INTESA (Pombal - PB - Brasil) v. 9, n. 1, p. 15-22 Jan. - Jun., 2015

BRASIL. **Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, 23 dezembro; 1996.

BRASIL. **Constituição (1988). Emenda Constitucional N° 59, de 11 de Novembro de 2009.** Diário Oficial da União, 12 novembro; 2009.

BRASIL. Lei N° 13.005 DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 25 outubro; 2014.

BRASIL. **Lei N° 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.**. Diário Oficial da União, 17 fevereiro; 2017.

CASTRO, Mary G., ABRAMOVAY, Miriam. **Relações Raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO. 2006. 370 p.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues, *et al.* **Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1439-1454, dez., 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2015**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.108p

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2016 - Notas estatísticas**, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acesso em: 04 de out. 2017

INSTITUTO UNIBANCO. **Quem são os jovens fora da escola**. Aprendizagem em Foco. N° 5 fev-2016. Disponível em: http://www.institutounibanco.org.br/ aprendizagem-em-foco/5/. Acesso: 04 out. 2017

KRAWCZYK, N. **Reflexão Sobre Alguns Desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje.** Cadernos de Pesquisa. Vol. 41 N° 144 set/dez 2011

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. **Flexibilizar para quê? Meias verdades da "reforma".** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. **A escola frente às novas de mandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania.** Disponível em: http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/1_ escola_ novas_demandas.pdf. Acesso em: 04 de out. 2017

MENIN, Maria Suzana de Stefano**. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal.** Educ. Soc. , Campinas, vol. 24, n. 82, p. 335-339, abril 2003

NOSELLA, Paolo. **Ensino médio: em busca do princípio pedagógico.** Educ. Soc. 2011, vol.32, n.117, p.1051-1066.

SOARES, Tufi Machado. *et al* **Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da exclusão escolar no Brasil. 2017.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/ livros/liv98887.pdf. Acesso em: 04 de out. 2017

VOLPI, Mário; SILVA, Maria de Ssalete; RIBEIRO, Júlia. **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos** – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.

.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

MEDO, MASSA E EXCEÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A BUSCA DEMOCRÁTICA E A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

FEAR, MASS AND EXCEPTION: POSSIBILITIES FOR THE DEMOCRATIC SEARCH AND THE PERFORMANCE OF JUSTICE

Área: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

GONÇALVES, Fábio Marques
FCHS/UNESP – Franca/SP
Mestrando em Direito, bolsista CAPES/DS
fmgfabio@yahoo.com.br

BORGES, Alexandre Walmott
FADIR/UFU – Uberlândia/MG
Pesquisador líder do Laboratório Americano de Estudos Constitucionais Comparados (LAECC), Mestre e Doutor em Direito (UFSC)
walmott@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de relacionar alguns conceitos que têm peculiar relação no desenvolvimento da modernidade. Tratar da *cultura do medo*, da *sociedade de massas* e do *estado de exceção*, faz com que se possibilite a colocação do pano de fundo onde se desenvolvem grandes atrocidades e injustiças atuais. A efetivação da justiça e da democracia são demandas constantes, que adquirem uma possibilidade maior a partir da aproximação a Derrida e suas perspectivas da *democracia por vir* e da *justiça como desconstrução do direito*. O trabalho se desenvolve pela técnica de revisão bibliográfica, e busca construir sua noção metodológica a partir da articulação de um arcabouço conceitual que esteja em diálogo através da historicidade, valendo-se do método de abordagem fenomenológico-hermenêutico.

Palavras-chave: Exceção, Democracia, Justiça.

Abstract

The present work has the objective of relating some concepts that have a peculiar relationship in the development of modernity. Treating the *culture of fear*, *mass society* and the *state of exception*, makes it possible to set the background where great atrocities and injustices today. The realization of justice and democracy are constant demands, which acquire a greater possibility from the approach to Derrida and his perspectives of *democracy to come* and *justice as deconstruction of law*. The

work is developed by the technique of bibliographical revision, and seeks to build its methodological notion based on the articulation of a conceptual framework that is in dialogue through historicity, using the phenomenological-hermeneutical approach method.

Keywords: Exception, Democracy, Justice.

1 INTRODUÇÃO

O que se busca, no presente artigo, são as condições de possibilidade da busca democrática e da realização justiça a partir do quadro conceitual que é construído no trabalho, com a reunião de paradigmas que podem ajudar a compreensão dos sentidos da modernidade (especialmente no século XXI) e de seus monstros e fantasmas – iniciando-se a dúvida se, nesse contexto, seria possível alcançar a democracia.

Em um primeiro momento, o artigo busca articular o conceito de medo e dessa cultura que com ele se instaura, criadora de separações e classificações entre os seres humanos, instauradora dos processos de *vulnerabilização* de grupos sociais – isso é feito a partir de Mia Couto (2011); seguindo pelos discursos do medo, verifica-se uma confluência entre a narrativa de Mia Couto e a promovida por Elias Canetti (2013), em sua análise do fenômeno das *massas* – cujas reflexões são complementadas por Peter Sloterdijk, incluindo-se, aqui, a *comunicação de massas*. Na costura dos referidos textos é possível encontrar algumas pistas para se compreender a cultura, a política, o direito e a (in)justiça, na atualidade.

Em sua segunda etapa, o trabalho promove a aproximação entre o cenário da democracia pós-autoritária – a *democracia delegativa*, de O'Donnell (1991), em que não há o aprofundamento das instituições democráticas, aliado à grande atribuição de poderes para o presidente da república (que não tem limites para agir, tudo é válido para a "salvação" da nação) – e o paradigma do *estado de exceção*, de Giorgio Agamben (2004) – que reitera a constante relação entre direito e violência, já que as condições para a suspensão do direito estão sempre dadas –, passando-se por breve consideração acerca de dois casos emblemáticos que se deram no Brasil. Em seguida, busca-se a reflexão a partir dos conceitos de *democracia por vir* e *justiça como desconstrução do direito*, de Jacques Derrida (2010).

A técnica de pesquisa utilizada é a de revisão bibliográfica, e busca-se a construção metodológica do trabalho a partir da fenomenologia-hermenêutica, com a construção de um arranjo conceitual que se articula através da historicidade.

2 O MEDO E A MASSA: CONSIDERAÇÕES PARA A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Muitas vezes, para se delimitar aquilo a que se quer referir, diante da amplitude da realidade, para que não se corra o risco de errar pelo fechamento às possibilidades, faz-se mais interessante o recurso a uma "descrição negativa", ou seja, falando-se o que aquilo "não é" permite-se a abertura de um amplo caminho para que possam ser buscados os sentidos do que "é".

Assim, para se falar sobre as perspectivas de efetivação da justiça e da

democracia, no Brasil, tratar-se-á da história antidemocrática e de modernização autoritária da sociedade brasileira, levando-se em conta algumas características que conformam a experiência de vida na contemporaneidade, para que possam ser vislumbradas as possibilidades de superação desse cenário.

O que aqui será levantado, portanto, pode ser feito a partir da colocação de um questionamento inicial sobre a relação do medo com a democracia, ou, melhor fazendo, a problematização do medo como essa delimitação negativa da democracia, aquilo que se opõe a ela, entretanto, que vem sendo integrado ao sentido de "democracia" que é forjado pelos *mercados* globais. Talvez se possa dizer que o medo seja um dos grandes paradigmas que devem ser levados em conta para que se possa conjugar mais acertadamente o tempo histórico da presente época.

Mas em que ponto pode ser dito que ocorre o distanciamento e, o que se propõe aqui, de outro lado, até um entrelaçamento da prática "democrática" e do paradigma do medo? Talvez a raiz dessa questão esteja relacionada ao fato de que as democracias contemporâneas tenham de lidar constantemente com a questão da multiculturalidade, da diversidade e da diferença – aí ocorre o distanciamento entre as temáticas, pois o medo não é algo que se possa sustentar em um ambiente em que efetivamente se realize a busca democrática, nesse espaço não é possível sustentar uma fragmentação social, contrária à diversidade, pois esse é o cerne da democracia; da mesma forma, é por meio das diversidades havidas no ambiente social que se insere, como técnica de dominação, o paradigma do medo no espaço em que deveria haver a busca pela democracia.

Não se trata aqui de descrever o medo como "terror", com uma estética agressiva e pronta para o ataque, como se poderia associar a regimes totalitários de outrora – e, é claro, não é de se desconsiderar o "totalitarismo" que subjaz às práticas aqui referidas –, mas de se constatar que há uma naturalização do medo nas mínimas atitudes políticas, nas construções relacionais que se dão no espaço em que deveria haver democracia; há uma poluição dos ares democráticos por uma fumaça que encobre a visão, que não permite a visualização da diferença como algo natural, mas como algo a se corrigir: o que diverge é estranho e causa incômodo, portanto deve ser combatido.

Como tratou Mia Couto (2011), em sua fala nas "Conferências do Estoril", ocorre, desde sempre, a banalização do medo, esse movimento de se construir, permanentemente, a necessidade de temer aquilo que não se reflete no espelho narcísico da individualidade: "O medo foi um dos meus primeiros mestres. Antes de ganhar confiança em celestiais criaturas, aprendi a temer monstros, fantasmas e demônios. Os anjos, quando chegaram, já era para me guardarem". Antes mesmo que se possa compreender o sentido da vida em comunidade, antes de se possibilitar a aproximação daqueles que são chamados "eles" (COUTO, 2011), ensina-se o medo do diferente, o temor do desconhecido.

Essa é a estrutura que está por trás dos processos de criação de grupos vulnerabilizados[1], que excluiu e continua a excluir pessoas da promessa liberal de igualdade. Os donos do poder (FAORO, 2012) selecionam aqueles que podem fazer parte das esferas de cidadania, excluindo delas aqueles que são considerados

[1] "A menção à expressão 'vulnerabilizado' pretende destacar que os indivíduos ou grupos em desvantagem não se encontram nessa condição por uma questão natural, intrínseca ou inexorável, mas em razão de um processo histórico que leva à sua subjugação por meio da confluência de diferentes fatores" (BRAGATO, 2013, p. 83).

inaptos ou inapropriados: mulheres, homossexuais, negros, pobres, não-cristãos, pessoas com deficiência, "comunistas"... O rol das exclusões é infinito. E é contra esses que são preparadas as armadilhas simbólicas do medo: espera-se que o desconhecido seja cada vez mais desconhecido, e que esteja cada vez mais distanciado, mais excluído das possíveis esferas de convivência – é impróprio, inadequado, incômodo.

Claramente, o fenômeno que aqui se aborda não tem sua manifestação exclusiva no presente, não é um fruto da contemporaneidade, mas foi um recurso muito utilizado em toda a história: sempre houve um inimigo contra o qual lutar, práticas que deviam ser combatidas, a qualquer custo. Entretanto, o que aqui interessa é a repercussão disso no lugar de fala no qual se insere o presente trabalho: como é possível e através de qual lógica ainda se sustenta a cultura do medo, a criação de inimigos, em um ambiente em que, supostamente, se pretende estabelecer a busca democrática?

Outra narrativa sobre o medo que, através do presente trabalho, se costura à de Mia Couto é aquela de Canetti (2013, p. 13):

> Não há nada que o homem mais tema do que o contato com o desconhecido. Ele quer ver aquilo que o está tocando; quer ser capaz de conhecê-lo ou, ao menos, de classificá-lo. Por toda parte, o homem evita o contato com o que lhe é estranho. À noite ou no escuro, o pavor ante o contato inesperado pode intensificar-se até o pânico. Nem mesmo as roupas proporcionam segurança suficiente – quão facilmente se pode rasgá-las, quão fácil é avançar até a carne nua, lisa, indefesa da vítima.
> Todas as distâncias que os homens criaram em torno de si foram ditadas por esse temor do contato.

E tais considerações, do autor, são tecidas na tentativa de construção do ambiente para a colocação de suas observações sobre o fenômeno da "massa" – que aqui será sustentado, em íntima relação com o "medo", como um dos paradigmas para que se possa decifrar o criptograma da contemporaneidade. A análise dessa manifestação genuinamente moderna traz importantes informações para a reflexão acerca da política e da produção cultural da atualidade, pois o poder que subjaz a esse grande ajuntamento, a esse amontoado de pessoas, é impensável.

De se consignar que Canetti mergulhou em um período de investigação de quase três décadas, movido pelo terror que lhe fora causado pelo surgimento das primeiras manifestações de apoio ao nazi-fascismo, buscando decifrar esse fenômeno "tão enigmático quanto universal" (2013, p. 14), tão espontâneo quanto poderoso, essa grande aglomeração chamada "massa".

E a referida relação, entre medo e massa, já é denunciada por ele no momento em que há a constatação de que "Somente na *massa* é possível ao homem libertar-se do temor do contato" (CANETTI, 2013, p. 14, grifo no original). O medo está na gênese da massa, ela se constituiu como uma alternativa ao medo do contato, como uma "suspensão" do medo, das distâncias. Mas essa constituição é precária, uma vez que, mesmo que a massa volte a se reunir novamente, ela se desfaz, fazendo com que "todos voltem a arrastar-se sob suas cargas privadas" (CANETTI, 2013, p. 17). Também, persiste o medo daquilo que é alheio à massa, do

que pode atentar contra a sua constituição: persiste o medo do desconhecido, o "sentimento de perseguição" (CANETTI, 2013, p. 21).

Canetti (2013, p. 16) afirma, ainda, que o momento mais importante para a existência desse fenômeno é a "descarga": o movimento de abandono, pelos integrantes da massa, das cargas privadas de suas existências, é quando todos deixam de lado suas singularidades para tornarem-se "massa" – homogênea, fluida, una –; é nesse instante que a massa passa realmente a existir como tal.

Com suas cargas privadas todos criam distâncias, a partir das diferenças:

> Postado em lugar definido e seguro, o homem, com gestos jurídicos eficazes, afasta de si tudo quanto dele se aproxima. Sua postura assemelha-se à de um moinho de vento, expressivo e em movimento em meio a uma enorme planície: nada há até o próximo moinho. A totalidade da vida, conforme ele a conhece, assenta-se em distâncias; a casa na qual ele encerra a si próprio e a suas posses, o cargo que ocupa, a posição pela qual anseia – tudo isso serve para criar, consolidar e ampliar *distâncias* (CANETTI, 2013, p. 16, grifos no original).

Ou seja, a massa é uma reunião de subjetividades descarregadas, confortavelmente dispostas em um contato extremo, *igual*, como não se poderia experienciar a partir do relacionamento ordinário. E, nesse estado de *igualdade*, nessa densa harmonia, nesse "estado gregário de semi-subjetividade confluente e em busca de descarga" (SLOTERDIJK, 2002, p. 28), a massa tem, constantemente, a necessidade de subjetivação, de ver-se como um sujeito, una, em busca de sua meta, seus nobres ideais – mas isso nunca se completa, é sempre uma subjetivação inacabada.

É nessa busca incessante pela impossível subjetivação, pelo ver-se como um "eu" pleno que buscará suas metas, que a massa acaba por fazê-lo na eleição de um líder, um herói, *O Escolhido*. Ele agirá pela massa, tomará as melhores decisões por ela, zelará por sua manutenção e futuro, ele *é* a massa.

O grande emblema histórico de tudo isso, analisado tanto por Canetti (2013) como por Sloterdijk (2002), foi a experiência do Nazismo, por meio da qual é possível verificar todos os desdobramentos da massa, desde seu surgimento, passando-se pela subjetivação no *Führer*, com ele encarnando o espírito da massa, sendo seu sacro e supremo representante – o restante a história conta.

Eis que, aqui, a massa é trazida, para além de sua íntima relação com o medo, por seu desdobramento na sociedade contemporânea – sociedade de massas –, na era da informação: a massa já não mais se reúne em praça pública, ela já não mais se move pelas ruas, onipotente, buscando suas metas, como nos tempos testemunhados por Canetti; a massa agora é difusa, não mais tem a forma física da presença – a não ser em raras ocasiões –, cada um de seus elementos encontra-se em seus habitáculos privados e, ainda em sua implacável empreitada pela subjetivação, ela continua levada ao extremo de parir seu líder, um espelho narcísico para refletir seu "sujeito", e isso é feito na figura (e através) dos meios de comunicação de massas. "Um indivíduo único também pode apresentar o estar-aí *[Dasein]* da massa de forma tão concisa que pode tornar-se cerne do ajuntamento. Num único indivíduo, num tal *Führer,* num astro da mídia, de fato fica tudo preto de gente". (SLOTERDIJK, 2002, pp. 34-35).

Nessa dinâmica, as narrativas do medo são intensificadas, e seu espectro de repercussão é significativamente ampliado, passando a ser construído e sustentado, majoritariamente, pela mídia. Não apenas o medo é amplamente disseminado pelas "imparciais" construções midiáticas, mas um modo-de-ser é veiculado através das programações, a homogeneização da massa adquire, agora, uma arma propagandística – o mundo é lido, diariamente, para os espectadores, tudo está pronto e os heróis à espera.

Dessa maneira, não é possível tratar da questão democrática, na atualidade, sem que se tenha em conta essas considerações, desveladas no contexto em que deveria haver a construção de espaços democráticos de convivência cidadã. Pensar as condições de possibilidade para a busca da democracia deve levar em consideração a forma como circula a informação e como são construídos os sentidos da realidade, pelos meios de comunicação social – dado a seu grande poder, que se relaciona intimamente com a massificação da cultura e com a construção e disseminação das narrativas do medo.

E na perspectiva de se delimitar negativamente a democracia, ou seja, aquilo que não é democrático, para uma reflexão sobre as condições da democracia no Brasil, tem-se que a presença dos citados elementos é um grande impedimento à efetivação e ao aprofundamento das instituições democráticas. As temáticas do medo, das massas e do novo *Führer* contemporâneo – a mídia –, se entrelaçam no movimento de uma democracia impedida, herdeira da mais pura tradição autoritária – uma história de golpes de Estado, violência e de práticas excepcionais –, que a mantém altamente alheia às temáticas das emancipações, do reconhecimento e da inclusão, graças à não superação de seu amargo passado. E ainda permanece um engessamento da esfera política, que faz com que as questões sejam decididas de forma totalmente alheia aos interesses e necessidades da população (NOBRE, 2014), o poder é de seus *donos* – na acepção de um poder que se realiza em um livre mercado de direitos –, exercido por um estamento (FAORO, 2012) que governa por si e para si.

Em todo esse quadro, permanece o encobrimento das verdadeiras estruturas do poder, exercido sempre "sob a égide da democracia", criando sempre justificativas – em sua maioria fundadas na economia – para a negativa e o descumprimento de direitos, apontando quais são os inimigos da República, disseminando a imagem daqueles que impedem o real progresso e o crescimento econômico.

> A Guerra Fria esfriou, mas o maniqueísmo que a sustinha não desarmou, inventando rapidamente outras geografias do medo: a Oriente e a Ocidente e, por que se trata de entidades demoníacas, não bastam os seculares meios de governação. Precisamos de intervenção com legitimidade divina. [...].
> Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas (COUTO, 2011).

E é nessa lógica, do combate aos inimigos, da necessidade de uma "intervenção com legitimidade divina" para a salvação daqueles que são chamados de cidadãos, sujeitos de direito – os *sobreintegrados*, na dicção de Marcelo Neves (2008, pp. 248 e ss.), que "são titulares de direitos, competências, poderes,

prerrogativas, mas não se subordinam regularmente à atividade punitiva do Estado no que se refere aos deveres e responsabilidades" –, que se desnuda outro importante sinal dos tempos, outro paradigma da atualidade, a *exceção* (AGAMBEN, 2004).

3 EXCEÇÃO E AUTORITARISMO: PERSPECTIVAS PARA A DESCONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS DADOS PARA UMA DEMOCRACIA TERMINADA

O período iniciado, no Brasil, com a Constituição de 1988 – a chamada "Constituição Cidadã" –, é digno de grande comemoração, uma vez que, pela primeira vez na história, se inaugurou um espaço em que realmente poderiam ser encontradas as condições de possibilidade para a busca democrática.

Um país que, como já levantado, é herdeiro de uma autêntica tradição autoritária – desde sua colonização até os instantes que antecederam a abertura democrática –, ao formalizar a opção por um "Estado Democrático de Direito" gera uma situação emblemática: o não dito, a questão histórica que subjaz a essa opção, conduz à noção, ainda que a partir de uma formalidade, que a partir daí se instaura um novo período, uma época em que, a partir da *historicidade*, da memória, serão corrigidos e superados os problemas do passado.

Dado esse grande passo, verifica-se que, para além de algumas reformulações institucionais e algumas conquistas pontuais de direitos, pouco ainda, após quase trinta anos do início do mencionado período, se fez para a efetivação desse novo estado de coisas. A democracia ainda está suspensa para efetivação da cidadania e da inclusão; para a maior parte da população resta um destino de *subintegração*, também segundo Marcelo Neves (2008, pp. 248 e ss.), por meio do qual "generalizam-se situações em que não têm acesso aos benefícios do ordenamento jurídico estatal, mas dependem de suas prescrições impositivas". E isso, claramente, se dá pela permanência de um fator hereditário: o autoritarismo.

Guillermo O'Donnell, em muitas de suas obras, se dedicou a desvendar os mistérios das chamadas *democracias pós-autoritárias* – em geral, novas democracias, especialmente as da América Latina, que passaram por longos períodos de autoritarismo e de suspensão da legalidade –, buscando as respostas para a falta de efetividade da lei.

O autor sugere (O'DONNELL, 1991) que a transição de um governo autoritário para um democrático seja muito mais complexa e demorada que a mera instituição do marco inicial democrático. Haveria uma primeira mudança, a formalização da abertura democrática, que deveria ser seguida de uma segunda transição, mais profunda, "Espera-se que essa segunda transição seja de um *governo democraticamente eleito* para um *regime democrático* ou, o que é equivalente, para uma democracia institucionalizada consolidada" (O'DONNELL, 1991, p. 26, grifos no original).

E é nesse ponto, entre primeira e segunda transições, nessa permanência na não-transição-democrática, que surge o que O'Donnell chamou de "um 'novo animal', um subtipo das democracias existentes [...]", a *democracia delegativa* – que, além de outras características profundamente analisadas pelo autor (que conduzem a um esvaziamento da política e da cidadania), diante de crise social e econômica, confere um poder, praticamente ilimitado, ao presidente da república, delegando a ele todas as esperanças do destino da nação, tornando-o o supremo-líder, aquele

que atuará, com sua equipe técnica infalível, com pacotes de reformas, rumo ao sucesso de todos.

Enxerga-se, aqui, uma clara convergência entre a temática tratada por O'Donnell e aquela desvelada por Canetti: na democracia delegativa verifica-se uma tentativa de subjetivação da massa-nação, que se conclui pela escolha do superpresidente, o "salvador da pátria" – e, frise-se, atualmente, todo esse processo, até a eleição, se dá com a constante mediação dos meios de comunicação de massas.

> As eleições em democracias delegativas são um processo muito emocional e que envolve altas apostas: vários candidatos concorrem para saber quem será o ganhador, num jogo absolutamente soma zero, da delegação para governar o país sem quaisquer outras (mas não menos do que com elas, como veremos) restrições a não ser aquelas impostas pelas relações de poder nuas — isto é, não institucionalizadas. Depois da eleição, espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz (O'DONNELL, 1991, p. 31).

Há que se mencionar que esse *neoautoritarismo* se dissimula, constantemente, sob vestes democráticas, busca-se sempre a manutenção da forma, dos procedimentos: os vetustos golpes de Estado se transmudam em processos de *impeachment*; o esvaziamento de direitos sociais se justifica por meio de planos de salvação, pela modernização da nação, pela estabilidade econômica (que trará empregos, e, pelas *leis* do mercado, garantirá a todos a compensação pelos direitos "modernizados"); a outorga autoritária de regramentos é substituída pela figura "democratizada" dos "decretos-lei" ou das "medidas-provisórias" – figuras que se referem à emanação de regras, com *força de lei*, pelo executivo, que decide unilateralmente sobre sua *necessidade* e seus objetivos, tudo "segundo as regras do jogo".

Esse quadro autoritário se harmoniza, perfeitamente, àquilo que Giorgio Agamben (2004, p. 13) denomina de *estado de exceção*, tido como uma zona cinzenta, entre a democracia e o absolutismo:

> O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema politico. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.
> [...] o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Apesar de Agamben reconhecer, no fenômeno do *decretismo* (O'DONNELL, 1991, p. 38), a abertura propiciada, historicamente, para a gradual incorporação da

exceção nas atuais técnicas de governança, esse paradigma já foi plenamente incorporado pelas democracias atuais, em diversos campos, não se restringindo à atuação do superpresidente – arriscando-se dizer que tenha sido "elevado" à categoria de (contra)princípio jurídico, sendo manejado e sustentado, inclusive, pelo judiciário, em sua "guarda da Constituição".

A exceção, como paradigma, passa a estar presente em todos os desdobramentos da vida "democrática", manifestando-se tanto a partir da lei que existe, mas não se aplica, como nas soluções encontradas e aplicadas a partir da inexistência de lei. Suspende-se o direito, uma vez que ele se mostra como um empecilho para o "verdadeiro" desenvolvimento econômico e institucional, colocando-se em seu lugar a "sábia/imparcial/suprema" *decisão* corretiva do soberano, os argumentos políticos, morais e econômicos que garantirão aquilo que se diz ser *melhor para todos*. "O estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito-limite" (AGAMBEN, 2004, p. 15).

No panorama jurídico-político brasileiro é possível verificar inúmeros exemplos dessa suspensão, dessa violência velada, seja pela forma costumeira com que a lei é aplicada de maneiras diversas, a depender da classe social a que pertence aquele que será julgado; seja pela *vulnerabilização* de grupos sociais, clientela preferencial das excepcionalidades estatais – que se manifestam, também, pelo discurso do medo e pela eleição de inimigos; seja pelo esvaziamento de direitos (inclusive tidos como "fundamentais") justificado pela racionalidade econômica.

Assim, é interessante mencionar, a título de exemplo, recentes decisões do judiciário brasileiro, por meio das quais se suspendeu a ordem jurídica – a mais genuína manifestação do autoritarismo e da exceção. São elas as *decisões* proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no Habeas Corpus (HC) n. 126.292/SP e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) n. 43 e n. 44 – que permitiram o encarceramento após condenação de segunda instância, em uma absoluta situação de inconstitucionalidade, pela desconsideração do princípio da presunção de inocência (tendo a corte, inclusive, se valido do "argumento" – dissimulação da violência – de que a nova intepretação do direito seria justamente para se garantir a "intepretação conforme a Constituição"); e a decisão (P.A. CORTE ESPECIAL Nº 0003021-32.2016.4.04.8000/RS) proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em recurso contra o arquivamento, determinado pelo Corregedor-Regional da Justiça Federal da 4ª Região, de representação contra o juiz federal Sérgio Fernando Moro, responsável pelo julgamento de grande parte dos processos da (midiática) "Operação Lava-Jato" – em que se justificou (sem pudor; explicitamente) a *excepcionalidade* da tarefa desempenhada pelos membros da referida *força* de investigação, diante do *ineditismo* das situações ali enfrentadas, mantendo-se o arquivamento da representação realizada contra as ilegalidades cometidas pelo magistrado.

Não é possível se delinear com mais clareza a situação de exceção do que com ela própria posta, assim, diante dos olhos, com chancela institucional, através da *Decisão*. E o judiciário brasileiro é prenhe de casos decididos *por fora da lei*, mas o que se percebe, diante do eloquente silêncio dos juristas e da comunidade política, é uma aparência de que isso não importa muito para os atuais debates "democráticos".

> Vivemos como cidadãos, e como espécie, em permanente situação de emergência. Como em qualquer outro estado de sítio, as liberdades individuais devem ser contidas, a privacidade pode ser invadida e a racionalidade deve ser suspensa. [...]
> A nossa indignação, porém, é bem menor que o medo. Sem darmos conta, fomos convertidos em soldados de um exército sem nome e, como militares sem farda, deixamos de questionar. Deixamos de fazer perguntas e discutir razões. As questões de ética são esquecidas, porque está provada a barbaridade dos outros e, porque estamos em guerra, não temos que fazer prova de coerência, nem de ética, nem de legalidade (COUTO, 2011).

Nessa imagem *absurda* que se mostrou, de autoritarismo e exceção, de uma "democracia" que se exerce apenas verticalmente, por meio de um voto-delegação, com o afastamento de toda esfera política das pautas da população-massa, verifica-se aquela referida "descrição negativa" da democracia; mas a questão que permanece é: como superar essa situação?

Entende-se que, incialmente, é necessário abandonar a concepção de "democracia" como algo acabado, conquistado. O grande empreendimento da democracia é a sua busca, que nunca está acabada, sempre está aberta para o futuro, para aquilo que chegará – e nunca se sabe o que é –, para o novo, para o inesperado, para a alteridade, é a "democracia por vir" (DERRIDA, 1994). O não encerramento da busca democrática em um sacro-conceito, acabado, é algo que se insere em um movimento de *desconstrução* permanente da normalidade democrática, garantindo a sua constante abertura para a surpresa, não se permitindo o seu engessamento e distanciamento da realidade onde se vive a injustiça. A democracia deve se construir na cotidianidade, e sempre.

E, nessa proposta *desconstrutivista*, de Derrida, o Direito é também grande centro de reflexão:

> Na estrutura que assim descrevo, o direito é essencialmente *desconstrutível*, ou porque ele é fundado, isto é, construído sobre camadas textuais interpretáveis e transformáveis (e esta é a história do direito, a possível e necessária transformação, por vezes a melhora do direito), ou porque seu fundamento último, por definição, não é fundado. Que o direito seja desconstrutível, não é uma infelicidade. Pode-se mesmo encontrar nisso a chance política de todo progresso histórico. Mas o paradoxo que eu gostaria de submeter à discussão é o seguinte: é essa estrutura desconstrutível do direito ou, se preferirem, da justiça como direito, que assegura também a possibilidade da desconstrução. A justiça nela mesma, se algo como tal existe, fora ou para além do direito, não é desconstrutível. Assim como a desconstrução ela mesma, se algo como tal existe. A *desconstrução* é a *justiça* (DERRIDA, 2007, pp. 26-27)

Portanto, pensar na possibilidade de *justiça* é, antes de tudo, desconstruir o direito, suas ficções, suas camadas sobrepostas de texto, sua indeterminação, seus rituais, formalidades, togas, hierarquias, reverências e distâncias. Sua possibilidade está na abertura para a *alteridade*.

Nesse *por vir desconstrucionista*, nesse constante desnudamento das entranhas do poder, da violência que nele se vela, das injustiças que ele dissimula, está localizada a chance de se reinventar a política, de se repensar as relações sociais – a partir da pluralidade concreta –, de se garantir a valorização da diversidade e o resgate da sensibilidade do humano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por interesse a articulação de alguns conceitos que se colocam como paradigmas dos tempos presentes, importantes para uma compreensão mais adequada dos fenômenos que se manifestam cotidianamente, para se poder perguntar pelas possibilidades de democracia e justiça, diante de um cenário permanente de violações de direitos.

A cultura do medo que está instalada, desde remotos tempos, no imaginário social, é aquela que impossibilita a convivência harmônica entre as pessoas: há sempre algo a ser temido, o diferente, o distante, o desconhecido – que, na medida de seu distanciamento, de sua não-importância, deve ser combatido, eliminado, neutralizado.

Essa cultura tem convergência com a sociedade de massas, uma vez que se verifica que na origem da massa está o temor do contato, justamente assentado nas distâncias que os seres humanos criam entre si, em suas hierarquias e honrarias. É na tentativa de superar essas distâncias que se dá a massa, a partir da *descarga*, esse pernicioso momento em que todos parecem iguais, uma igualdade forjada no ajuntamento.

A busca das massas contemporâneas, totalmente difusas, pela subjetivação acaba encontrando seu objetivo na projeção da "subjetividade" da massa em um espelho, que reflita a imagem fiel do "ajuntamento", dando-se, isso, no surgimento do novo *Führer*, os meios de comunicação de massas – sempre prontos para a construção dos sentidos da realidade e para a eleição de heróis.

Essa lógica perversa, da liderança da massa, retoma a condição inicial dos sujeitos, antes de se tornarem massa, e, por meio da disseminação do medo, reinventa os inimigos, os desiguais, os que se diferenciam da "densa reunião", cuja não-igualdade pode ser uma grande ameaça para a igualdade *na* massa. Assim são sustentados os processo de vulnerabilização, de criação de marginalizados, inaptos, incapazes.

Essas dinâmicas ocorrem, também, em convergência com os desdobramentos do *estado de exceção* como paradigma de governo, que vê o Direito como uma constante possibilidade de suspensão, o que gera a desestabilização política, a constante criação de barreiras para a busca democrática e a injustiça. E, a isso, se alia a forma como foram conduzidas as transições democráticas na América Latina, com sua carga histórica de autoritarismo e desobediência à lei.

Com esse quadro posto, reinstaura-se a pergunta sobre a possibilidade de sua superação, a possibilidade de buscar a democracia: a resposta vem pelo início de um diálogo com Derrida, no qual surgem as perspectivas da *democracia por vir* e da *justiça* como *desconstrução* do direito – a primeira, relacionada à impossibilidade de construção de um conceito acabado de "democracia", justamente porque ela deve sempre estar aberta, é uma permanente invenção cotidiana, voltada para o

futuro, para os que chegam, não é possível pensá-la estática, a partir de suas instituições e formalidades, fechada, ela é sempre um *por vir*; a segunda, a partir do pensamento da *desconstrução*, delineia o Direito como *desconstrutível*, por ser a sobreposição de camadas de texto que, diante da interpretação, são passíveis de transformação, e, também, pelo fato de o Direito não ser fundado – assim, a *justiça* se apresenta como a *desconstrução* do direito, a quebra de hierarquias, de tradições, da formalidade legal, dos rituais de dissimulação da violência, ela é a abertura para a pluralidade e para o *outro*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Direitos Humanos além da lógica formal do princípio da igualdade: uma leitura a partir do princípio da não discriminação. in STRECK, Lenio Luiz; ROCHA, Leonel Severo; ENGELMANN, Wilson (Orgs.). **Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica**. Anuário do programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS. n. 10. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COUTO, Mia. **Murar o Medo**. Estoril, Portugal, 06 mai. 2011. Pronunciamento em "Conferências do Estoril: Desafios Globais, Respostas Locais", 04-06 mai. 2011.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Espectros de Marx**: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed., São Paulo: Globo, 2012.

NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã**: uma relação difícil. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 31, pp. 25-40, 1991.

SLOTERDIJK, Peter. **O desprezo das massas**: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. Tradução de Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

MORTE E VIDA NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A ANOREXIA

DEATH AND LIFE IN CONTEMPORARITY: PSYCHOANALYTIC CONTRIBUITIONS ON ANOREXIA

Sessão temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

PASQUIM, Jéssica Fernanda Nascimento
Centro Universitário Municipal de Franca
Pós-graduanda em Aprimoramento em Psicoterapia Psicanalítica
jessicapasquim@gmail.com

Resumo

A temática morte e vida na contemporaneidade é um convite a refletir acerca das atividades humanas que a princípio antagonizam estes dois marcos fundamentais. A psicanálise traz sua contribuição para pensar estes marcos. Na linha tênue morte-vida caminha como um equilibrista desarmonioso (ou não?) os transtornos alimentares. Utilizando da imagética do filme produzido pela Netflix “O mínimo para viver” da diretora Marti Noxon, a anorexia será vista pelo viés psicanalítico. A anorexia nervosa desde quando começou a ser descrita há mais de cem anos traz consigo ligação com a histeria. Venosa (2010, p. 465) ressalta que “Os sintomas alimentares e as fantasias desses sujeitos incidem diretamente no corpo, emagrecido até os ossos ou na dicotomia vazio/cheio presente no comer compulsivo/vomitar. Corpos em xeque: recusados, estranhos.”

Palavras-chave: psicanálise, anorexia, O mínimo para viver

Abstract

The theme of death and life in contemporary times is an invitation to reflect on human activities that at first antagonize these two fundamental milestones. Psychoanalysis brings your contribution to thinking about these frameworks. In the tenuous line death-life walks like a disharmonious balancing actress (or not?) Eating disorders. Using the imagery of the film produced by Netflix "The minimum to live" director Marti Noxon, anorexia will be seen by the psychoanalytic bias. Anorexia nervosa since it began to be described more than a hundred years ago brings with it connection with hysteria. Venosa (2010: 465) points out that "The eating symptoms and fantasies of these subjects directly affect the body, emaciated to the bone or the empty / full dichotomy present in compulsive eating / vomiting. Bodies in check: refused, strangers. "

Keywords: psychoanalysis, anorexia, To the bone.

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma rápida busca sobre a produção do filme da Netflix "O mínimo para viver" as sinopses apresentadas traem a complexa trama que se revela pelo olhar da diretora Marti Noxon. Título peculiar, mas ao associar com a temática do filme que desponta as nuances dos transtornos alimentares, e com maior enfoque a anorexia, traz consigo uma gama de interpretações.

800 calorias. É essa a resposta sobre a quantidade mínima de calorias de que o corpo precisa para se manter funcionando. Mas, não sobre o mínimo de calorias vazias para (sobre) viver, é sobre afetos faltantes e lacunas não preenchidas. Utilizando-se da imagética produzida pelo filme de Marti Noxon usando da ideia central da anorexia o tema será exposto pelo viés da Psicanálise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscar compreender o indivíduo nas diversas facetas em que se balizam utilizando-se da psicanálise traz uma discussão muito rica. Os fenômenos morte e vida na contemporaneidade carregam consigo uma gama de possibilidades de observações, discussões e teorias. Por ora, morte e vida não são tão antagônicas quanto possa surgir num primeiro pensamento. São retroalimentada, uma pela outra. Não há vida sem morte. Não há morte sem vida.

E ao ter a possibilidade de pensar sobre os fenômenos morte e vida na contemporaneidade o assunto anorexia toma conta dos meus pensamentos, mostrando como a sensação e iminência de morte é experimentada em vida.

Numa busca de imagética para ilustrar o tema que, embora pareça atual já foi descrito por Freud, utilizo-me de um filme que só por seu nome já oferece infinitas possibilidades: O mínimo para viver. O mínimo para (sobre) viver não é apenas sobre as 800 calorias necessárias para manter o corpo em funcionamento. É o mínimo para viver no campo simbólico em que as sensações estão no lugar das emoções e utilizando o corpo como diário para a inscrição de suas agruras.

A Psicanálise será utilizada como método de pesquisa para compreensão dos transtornos alimentares apresentados no filme "O mínimo para viver" com enfoque na anorexia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Silva (2013, p. 37) elucida em como o método da psicanálise pode ser aplicado para compreensão de produções artísticas e trabalho clínico terapêutico:

> "Quando nos referimos à pesquisa em psicanálise, logo entra em discussão a questão do domínio desse campo do saber, tantas vezes tomado como específico do trabalho clínico terapêutico. Argumento que Freud desenvolveu a psicanálise para além de uma teoria, como um método de pesquisa tantas vezes empregado por ele fora dos limites do *setting* terapêutico, analisando produtos da criação humana como obras de arte, textos, instituições, etc. O objeto da psicanálise é o inconsciente, é a gama de significados emocionais possíveis que se organizam segundo um fio condutor que batizamos de desejo, com tendência a se manifestar à consciência e daí ao ambiente. (...). O método da psicanálise caracteriza-se

por abertura, construção e participação".

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O filme conta a história de Ellen (Lily Collins), uma jovem de 20 anos que sofre de transtorno alimentar (anorexia) e começa a seguir um tratamento não ortodoxo criado pelo Dr. William Beckham (Keanu Reeves). No decorrer do tratamento pode ser visto alguns aspectos da vida familiar de Ellen. Seus pais divorciaram-se. A mãe casou-se com a melhor amiga. O pai constituiu nova família gerando uma irmã desta nova união. Um pai omisso. Outro fato relatado no filme é que Ellen gerenciava uma página em uma rede social (Tumblr) no qual ela desenhava aquilo ela via: a anorexia. Estes desenhos chamaram a atenção em especial de uma jovem, que também enfrentava a anorexia, e, ao cometer autoextermínio endereçou sua carta de suicídio à Ellen. Da nova união do pai, sua madrasta Susan assume a função materna quando Ellen não está mais morando com sua mãe. As "tentativas" de Susan para que Ellen melhore acabam sendo sentidas como intrusivas, uma vez que comer passa a ser uma obrigação, imperativo imposto pelo outro. Fica claramente demonstrado esse desconforto na cena em que Susan "presenteia" sua enteada com um bolo em formato de hambúrguer escrito no imperioso: Coma Ellen!

A cena em que a mãe de Ellen a alimenta utilizando-se de uma mamadeira foi sem dúvidas uma das cenas mais marcantes do filme. A emoção que transcende os limites da tela angustia até o mais leigo (sobre a temática) espectador. A tentativa da mãe de buscar restaurar o que foi rompido com sua filha numa busca pela sua "melhora".

Os familiares que estão envolvidos, ou não levando em consideração a ausência tanto emocional quanto física do pai, pelo sintoma de Ellen, posteriormente Eli, pouco notam que a comida vai além do ingerir alimentos. A comida é a forma de comunicação mais primitiva que o indivíduo possui para se comunicar com o mundo externo.

A elucidação que Ramalho (2007) faz acerca do uso de recursos visuais e escritos (vídeos, desenhos, blogs-diário) é simplesmente fantástica quando ela relaciona a tentativa dessas jovens (em sua maioria meninas) de buscar palavras que denunciem o drama psíquico da sensação de morte em vida. As tentativas de nominar o inominável numa tentativa de buscar produções que de alguma forma deem conta da intensidade emocional que as invade.

Numa rápida busca pelo Google com as palavras "Ana e Mia" traz o avassalador número de 32.400.000 resultados encontrados. Ana e Mia seriam como melhores amigas fazendo referência à Anorexia (Ana) e Bulimia (Mia). Ana e Mia. Anaemia. Anemia. Ausência de um corpo que acompanhe sua alma. O corpo que tanto faz sofrer, e a alma enlevada. Uma alma que é prisioneira de um corpo que adoece, padece. Com tanto desencontro esse corpo grita, lamúria, busca tentar dar conta de o avassalador poder da Ana e Mia. A Ana é sua melhor amiga. A Ana não a deixa desistir. A Ana é o grito de socorro na escuridão. Grito esse vindo do âmago, mas é como uma árvore que cai em uma floresta: ninguém escuta. Pensam que a cura é a comida, comida física, tragada pela boca amarga digerida em um estômago que cada vê mais diminui. Definha, azeda e por fim adormece. Fome que não passa. Fome que não se sacia. Fome de si. Fome de afeto. A gente não quer só comida já

diriam os Titãs.

Já nas obras freudianas continham relatos, mesmo que pouco aprofundados a respeito da anorexia descrita como ausência de apetite. No Rascunho G (Freud, 1897) relata que a anorexia se aproxima da melancolia: "A neurose nutricional paralela à melancolia é a anorexia. A famosa anorexia nervosa das moças jovens, segundo me parece (depois de cuidadosa observação) é uma melancolia em que a sexualidade não se desenvolveu. A paciente afirma que não se alimenta simplesmente porque não tem nenhum apetite, não há qualquer outro motivo. Perda de apetite – em termos sexuais, perda de libido." Freud ainda ressalta que a "repulsa anoréxica por alimentar-se é correlata da anestesia histérica; e ambas estão no espectro melancólico, neste momento relacionadas à anestesia de estímulos sexuais e passividade."

A anorexia nervosa desde quando começou a ser descrita há mais de cem anos traz consigo ligação com a histeria, até pela sua prevalência em mulheres. Foi preciso trilhar um caminho para fazer a diferenciação da anorexia para com o jejum com conotação religiosa para fins de purificação. Ferenczi já apontava para o ego das anoréticas parecerem contraído. Quando se rejeitava os alimentos, cuidados, na tentativa de evitar o que se parece destruidor e persecutório, rejeitando assim a feminilidade.

Fucks *apud* Venosa (2010, p. 465) afirma que:

> "A vontade de ser magra, recorrendo a dietas rigorosamente controladas, assim como a hiperatividade física, procura legitimar-se em valores culturais contemporâneos que associam essa condição e práticas à esbeltes, beleza e saúde. Vistos desde esse Ângulo, os transtornos alimentares podem ser incluídos entre os 'sintomas sociais' característicos da época".

Fazendo correlações com fala de Fucks podemos atribuir peso ao meio social em que os anoréxicos estão inseridos: todo tempo expostos a imagens de corpos humanamente impossíveis de alcançar como passaporte e manutenção de status. Fica demonstrado o peso das redes sociais que trazem o enfoque do 'corpo ideal/perfeito' a todo o momento como pré-requisito básico da felicidades. Valores líquidos de uma sociedade líquida.

Venosa (2010, p. 465) ressalta que "Os sintomas alimentares e as fantasias desses sujeitos incidem diretamente no corpo, emagrecido até os ossos ou na dicotomia vazio/cheio presente no comer compulsivo/vomitar. Corpos em xeque: recusados, estranhos." Fernandes *apud* Venosa (2010, p. 465) em consonância nos traz que os sujeitos procuram manejar e controlar por vias alimentares e/ou purgativas

McDougall *apud* Kelner (2004, p. 36) ressalta que o bebê não distingue dor física da dor afetiva por lhe falta ainda a capacidade de representar simbolicamente suas vivências. Dessa forma ele não poderia pensar o próprio corpo e as sensações que dele emanam, e também não reconhece os próprios sentimentos dolorosos como sendo seus.

Assoun *apud* Kelner (2004, p. 41) traz contribuições acerca da relação (estreita) entre feminilidade e anorexia

> "A anorética apresenta um espetáculo que responde à perplexidade de Freud, já que, em sua pretensão fantasística, ela é aquela que, por excelência sabe o que quer. Porém ela ignora é que esse querer determinado sustenta essa negação do desejo. Desse modo essa estrutura

> neurótica traz um marco de perversão na marca mesma de uma *Verleugnung* (renegação). O querer garante a presunção do saber absoluto, mas esse corpo subjugado constitui uma barreira para algo que não quer se expressar, que é o desejo pelo outro"

Bidau *apud* Kelner (2004, p. 41) também contribui acerca da renegação da sedução "se a história na sua paródia enganadora do convite sexual (...) para submeter os homens, a anorética recusa-se a isso. Como resultado de um deficiente exercício da paternidade, um dos paradigmas do mal estar contemporâneo, na anorexia o par mãe-filha faz uma sólida união, formando como que uma liga, uma cilada narcísica.

Ainda no trabalho de Kelner há um levantamento bibliográfico acerca da anorexia entre os diferentes pensadores psicanalíticos

> "A escola kleiniana aponta o medo paranoide de ser envenenado, algumas vezes ligado com a projeção da mãe sobre a criança de seus próprios desejos ou do medo depressivo de colocar em perigo os bons objetos internos. Boris defende que a razão de ser de uma pessoa anorética é o triunfo onipotente sobre o objeto, dono de si mesmo. Breen revê a anorexia nervosa sob o enfoque do desejo e do medo da paciente em fundir-se com a mãe. Ele descreve alguns sentimentos contra os quais este estado de fusão forma uma defesa, assim como algumas das consequências, em particular a ausência de um espaço transicional e o que isso significa para o desenvolvimento mental. Sugere que a anorexia seria uma tentativa de aniquilar aquilo que constitui a natureza da existência humana: a desigualdade, a progressão do ciclo vital e a morte."

McDougall *apud* Miranda (2007, p. 29) traz sua contribuição para a psicanálise da anorexia do ponto de vista corporal:

> "Para a Psicanálise, o indivíduo apoia seu sentimento de identidade na experiência de que se vive no interior do próprio envelope carnal, numa constante tentativa de manter o corpo e o eu em viva integração. Contudo, essa experiência parece estar ausente em muitos adolescentes e adultos, mais frequentemente do que se possa imaginar e a dissociação severa entre a psique e o soma nos é apresentada a todo instante na clínica da atualidade. A aquisição da capacidade e do sentimento de que habitamos o próprio corpo tem a ver com o luto que deveríamos fazer do corpo da mãe. Neste movimento de separação surge e urge a entrada do pai, a figura dele no mundo simbólico da mãe e, consequentemente, no da criança."

Por fim, a contribuição de Bion *apud* Miranda (2007, p. 29)

> "Atrás da problemática da irrepresentabilidade de que sofrem esses pacientes, com horror ao vazio, aos abismos impenetráveis, às angústias de fragmentação e, ainda, das confusões de lugar, entre dentro e fora, *self* e não *self*, real e imaginário, despende-se muito tempo de tratamento para

> que o processo psicanalítico possa transformar esses "terrores sem nome" em terrores nomináveis e, enfim, narráveis"

Com todas as considerações trazidas pelos teóricas da Psicanálise acerca do tema nota-se que algo é comum em todas as contribuições: a comida não é a comida física, é o alimento da alma. Recursar a comida é recusar algo com que não se tem habilidade em lidar. A recusa é a defesa. Com isso, os corpos definham em vida, quase que num pedido de ajuda silencioso, mas perceptível.

A cena do filme em que mostra Eli com sua alma serena separada de seu corpo esquálido e inapetente fica nítido a sensação de dicotomia entre corpo e alma. Corpo assombroso, nunca bom o suficiente. Corpo que puxa para baixo como uma âncora enquanto a alma brinca com toda sua leveza no alto de uma árvore. Talvez seja esse o paradoxo: alma leve x corpo pesado. Na tentativa de igualar ambos há a diminuição do corpo.

Alimento da alma que foi negado. Alma desnutrida e inapetente. Alma que não é pertencente ao um corpo que mais parece a de um animal que morre em um deserto e por lá fica sobre todas as manhãs com o sol tórrido. Inconcebível compreender e aceitar a integração dessas instâncias em extrema oposição.

A busca pelas palavras que ao menos tentem e denunciem esse drama psíquico. Narrar o inenarrável. Nominar o inominável. Luta ensandecida para reencontrar em si o saber de si mesma e só desta forma ser um ser desejante. A tentativa de aceitar que Luke se aproxime e veja nela uma mulher desejável põe em cheque muitos sentimentos adormecidos e renegados. Aos 20 anos, virgem e com amenorreia, desliga-se da feminilidade.

Este corpo que adoece, com veias estouradas de tantas flexões, este estômago já sem função, as unhas e cabelos que caem. Cada parte contando uma história inaudível. Angústias difusas que ao não encontrarem representação desloca-se para o corpo, que aponta o ego a lugares vazios que não possuem nenhuma significação.

Miranda (2007, p. 29) consegue brilhantemente resumir em uma frase: "o desejo, negado e perdido para estes seres que tiveram seus investimentos libidinais deslocados para o alimento e para o corpo: a memória e o prazer está prejudicada, logo, o desprazer e o desconforto imperam soberanos".

Os ossos esquálidos como uma cerca farpada para fazer um espaço estéril entre ele e o outro para não perder seus próprios limites. Dívida constante, débito que nunca cessa. Buraco que não fecha. Lacuna que não preenche.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a anoréxica reduz a comida a meras calorias vazias vemos a retirada do sentido das palavras. Palavras que nutrem que lhe foram negadas.

As contribuições da Psicanálise acerca do tema anorexia traz muitas possibilidades de interpretações. Descrito há mais de cem anos, mas com uma visibilidade e ocorrência frequentes a uma sociedade exposta a valores líquidos. A busca de corpos perfeitos e vida perfeita excludente aos que não participam dele. Angustiante exposição à corpos quase que elásticos que voltam a forma original

poucos dias após a experiência do parto, narrada em pequenas doses como um veneno que se é consumido aos poucos.

Eli não é só um personagem aleatório. Ana e Mia não surgiram do acaso. Elas aparecem para alguns como doença. Para a Psicanálise como um sintoma. Sintoma de renegar a própria sexualidade. Sintoma de não ter sido nutrida. Sintoma de usar o corpo como diário para inscrição de suas agruras. Deslocamento dos investimentos libidinais para o alimento e para o corpo. Sintoma de uma relação fusional com a mãe. Sintoma da falta, das lacunas e do vazio.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, M. H. (2003). *Corpo (*Coleção Clínica Psicanalítica, dirigid por FERRAZ, F.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

FREUD, S. (1895) Estudos sobre a histeria. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. II

KELNER, Gilda. Transtornos alimentares: um enfoque psicanalítico. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 27, p. 33-44, ago. 2004 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372004000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 set. 2017.

MIRANDA, Marina Ramalho. Em busca das palavras perdidas: corpo-carcereiro da mente nos distúrbios alimentares. **Ide (São Paulo)**, São Paulo , v. 30, n. 45, p. 28-34, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062007000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 set. 2017.

SILVA, Denise Quaresma da. A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 39, p. 37-45, jul. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 set. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

MORTE: CONDIÇÃO HUMANA VIVENCIADA NA CONTEMPORANEIDADE

DEATH: A HUMAN CONDITION EXPERIENCED IN CONTEMPORARY TIMES

Sessão temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

MORAIS, Letícia Franciele
Uni-Facef
Psicóloga. Pós graduanda do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni- Facef
leticiamorais.psico@hotmail.com

PERES, Kenia
Uni-Facef
Professora orientadora da pós graduação do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni-Facef. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP
keniaperes@uol.combr

Resumo

A escrita deste artigo objetivou compreender a questão da complexidade da morte e como esta tem sido vivenciada nos dias atuais. A psicanálise nos ajuda na compreensão destes fenômenos sociais que considera o indivíduo como ser potencial ao desenvolvimento, porém, que se constitui através das relações dentro da complexidade de uma sociedade como um todo, tendo a morte enquanto um fenômeno da condição humana que nos coloca diante de nossas impotências e precariedades, sendo individual a forma com que cada pessoa lida com tais situações. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que consiste na busca de conhecimento em material já publicado a respeito do tema escolhido. A forma como lidamos com as questões da morte e finitude na atualidade é um reflexo das vivencias individuais e sociais, que retratam uma condição muitas vezes insuficiente para lidar de forma saudável com as angústias, desconforto e sofrimentos inerentes à vida humana.

Palavras-chave: morte, perda, pulsão de morte.

Abstract

The writing of this article aimed to understand the complexity of death and how

it has been experienced in the present day. Psychoanalysis helps us to understand these social phenomena that consider the individual as a potential being for development, but which is constituted through the relations within the complexity of a society as a whole, having death as a phenomenon of the human condition that puts us of our impotence and precariousness, being individual the way each person deals with such situations. The methodology used was the bibliographical research that consists in the search of knowledge in already published material regarding the chosen theme. The way we deal with the issues of death and finitude today is a reflection of individual and social experiences, which portray a condition often insufficient to deal in a healthy way with the anguish, discomfort and suffering inherent in human life.

Keywords: death, loss, death drive

1 INTRODUÇÃO

Aceitar que somos seres mortais nunca foi e não parece fácil para a sociedade atual, mesmo que inconscientemente cada qual está convencido de sua imortalidade. Neste sentido, a morte, para cada indivíduo pode ter uma representação única ainda que seja um fenômeno universal, pode trazer a conotação de limite, de conflito, de libertação, de alívio, enfim, de diversas maneiras. A forma como lidamos com esse mistério que é a morte também é variável, porém, tem-se notado o uso da tecnologia, das relações superficiais e imediatas, da somatização, como fuga da dor e do sentimento de impotência diante de questões que são humanas, mas, vem sendo tratadas como ideais, principalmente frente a algum sofrimento ou desconforto causado por algum tipo de perda. Seria o adoecimento da mente pela não aceitação da complexa questão da morte?

A mídia insere diariamente notícias e cenas que retratam a morte, que invade as pessoas sem a mínima possibilidade de elaboração, com base na velocidade das informações. Desta forma, a morte se torna companheira cotidiana e em muitos momentos se instala em meio ao silêncio que nos leva a pensar na condição emocional que as pessoas se encontram, formando um conluio entre a realidade interna e externa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Morte: condição humana vivenciada na contemporaneidade

(...) Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,

de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).
João Cabral de Melo Neto "Morte e Vida Severina"

O poema de João Cabral faz referência a uma das mais remotas questões humanas, a morte, que se dá a todos de modo a não se saber quando e de que forma. O autor retrata nesta obra a morte Severina, num contexto em que não somente a morte concretamente dita, mas, a morte pela falta, pelos excessos, da vivacidade daqueles que apenas existem, se faz cada vez mais presente. Ainda que a morte seja um fenômeno inevitável à condição humana, para a nossa sociedade encarar a finitude tem se tornado cada vez mais intolerável, seria o medo da morte física, ou, das diversas mortes decorrentes do processo de viver? Segundo Barbosa, Francisco e Efken, (2008)

> Parece paradoxal, sermos seres finitos e não aceitarmos a nossa própria condição humana. Talvez, esse sentimento de inconformidade venha atrelado a outras questões, mas, de um modo geral, percebemos que não é o medo da morte propriamente que se tem, mas é do sofrimento físico e emocional decorrente dela: medo de dor, de incapacidade física, de ausência de liberdade, de incompreensão e, principalmente, da solidão. (p. 33)

Afinal, que morte é essa? Nos últimos tempos, o sentido da vida bem como as reflexões a respeito da mesma, são baseadas em questões cada vez mais mercadológicas e menos filosóficas, tendo estabelecido na sociedade atual, a felicidade como regra para se bem viver, deixando de lado todas as possibilidades de sofrimento e desconforto, como se não fossem inerentes à condição humana. Ainda de acordo com os mesmos autores, o modo de encarar a morte, assim como outros aspectos da nossa cultura vêm mudando no decorrer do tempo, a negação da morte, na cultura contemporânea, está tão incorporada aos nossos costumes que dificilmente podemos imaginá-la ou compreendê-la, de modo a nem sequer em muitos momentos ousarmos pronunciar o seu nome.

Para a psicanálise, pensar as questões da morte parte da possibilidade de representação da morte no psiquismo, inconsciente, porém, como representá-la sem ter passado pela experiência da morte? Segundo Campos (2013), "não tendo a experiência da morte, seria, a princípio, impossível ter uma memória dela", por outro lado, ainda de acordo com o mesmo autor, Freud afirma que a pulsão de morte é a pulsão por excelência e está no cerne da constituição do psiquismo, sendo expressada por toda ruptura psíquica, o que evoca sentimentos e emoções decorrentes das experiências de finitude. Apesar de haver um componente de pulsão de morte em jogo, Campos (2013), afirma que a pulsão de morte não é suficiente para compreender a dinâmica de fantasias envolvida no desejo de morrer, também é preciso considerar as identificações que leva o psiquismo a se estruturar

de tal maneira.

De acordo com Green (1988), na nossa sociedade a morte se tornou escandalosa, quando perdemos uma pessoa ou outro ser querido mesmo que em idade avançada, expressamos nosso pesar e até mesmo recriminação pelas pessoas consideradas responsáveis pela vida do ente perdido, isso caracteriza nossa atitude de considerarmos a vida como ilimitada e nos coloca frente a nossa impotência diante da natureza humana. O autor, que se inspirou também nas ideias freudianas, ressalta que o homem não pode saber o que é a morte, nem consciente nem inconscientemente, "no inconsciente as representações de desejos e afetos cuja função é justamente responder às frustrações que a realidade impõe à realização dos nossos anseios", nos possibilita a experiência da falta no qual a morte é a máxima atualização. "Todavia, mesmo se não podemos saber o que é a morte e representá-la, e mesmo se o inconsciente a ignora – no sentido de que não lhe dá nenhum lugar – isto não suprime a consciência que o homem tem de se saber mortal. " (GREEN, 1988, p. 276).

> O trabalho de simbolizar e elaborar a perda, reencontrando novos caminhos para o desejo, leva certo tempo e envolve algum pesar. É por meio desse percurso que esses objetos de amor podem ser desinvestidos e o sujeito passa a encontrar novos substitutos. Evidentemente, esse processo não é tão simples, pois envolve não apenas encontrar um objeto substituto, mas elaborar as fantasias conscientes e inconscientes que são ativadas com a perda de objeto. O processo de luto é, portanto, um redimensionamento das fantasias e defesas do psiquismo, em busca de um novo equilíbrio de forças. (CAMPOS, 2013 p. 15)

Uma possibilidade, é pensarmos na intolerância a este processo de luto, no qual não somente o adoecimento através das patologias melancólicas são observadas, mas, também o que temos presenciado na sociedade contemporânea, como uma outra extremidade, o desejo e atuação para não lidar com situações de perda e frustração. Se antes tínhamos os ideais culturais como um contraponto às pulsões de morte, na sociedade atual seria esta uma questão importante de se discutir. Os padrões sociais, religiosos, morais e outras instituições se encontram numa transitoriedade de valores, evidenciada pela superficialidade das experiências e a explosão de violência, por exemplo. Neste sentido, a psicanálise nos ajuda na compreensão destes fenômenos sociais que considera o indivíduo como ser potencial ao desenvolvimento, porém, que se constitui através das relações dentro da complexidade de uma sociedade como um todo, então, na dinâmica atual, sem ideais culturais, como se constituir enquanto indivíduo?

> A cultura da falta de limites, da violência e da predação do outro remete, portanto, a uma regressão narcísica dos modos de subjetivação contemporâneos. Diferentemente de um narcisismo constitutivo, ponte necessária para a estruturação da personalidade, tem-se um narcisismo reativo, forma de defesa contra o trauma eminente de uma cultura sem amarras sociais. Podemos, portanto, falar de um narcisismo negativo, fruto da explosão da violência no campo social (Costa, 2003 apud CAMPOS, 2013. P. 20).

Diante desta percepção, vale ressaltar que se as amarras sociais representadas pelos ideais culturais garantiam a contenção da pulsão de morte, a configuração atual possibilita uma explosão dessa pulsão em forma de violência, retomando a questão da intolerância e não elaboração de questões individuais atreladas ao social. Campos (2013), ainda afirma que é preciso entender como em uma sociedade tão marcada pela impossibilidade de reconhecimento da falta e da finitude essa mesma finitude não canse de se mostrar e de causar fascínio nas pessoas que cada vez mais tentam na utilização do corpo dizer algo sobre essas vivências, como se esse conflito fosse impossível de ser elaborado simbolicamente. “Testar os limites da própria vida é uma das grandes fantasias de vencer a morte em evidência em nossa cultura contemporânea”. (p. 21)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste artigo foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica, que consiste na busca de conhecimento em material já publicado a respeito do tema escolhido. Segundo Gil (2010), praticamente todos os tipos de pesquisa requerem a pesquisa bibliográfica em algum momento, “com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema” (p. 30). O autor ainda defende que as vantagens desse tipo de pesquisa se dá pela amplitude de informações e fenômenos possíveis de serem pesquisados, inclusive dados históricos, além de se ter acesso às produções de autores que se dedicam estudar e publicar sobre o tema escolhido.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é incomum encontrar nos consultórios de psicologia e outras áreas da saúde, pessoas com o desejo de se libertarem de todas as angústias e mal-estar da vida. Na impossibilidade de elaboração destas emoções que perpassam a condição humana, as atuações destrutivas para com o próprio corpo, com as relações, a superficialidade e imediatismo, a inserção desenfreada dos recursos tecnológicos se faz intensamente presentes, dia após dia, ainda que não sejam notados como tal. Isso quer dizer que o ideal ilusório e narcísico vivenciado pela cultura na atualidade sustenta que a felicidade, a beleza e a perfeição são metas constantes, portanto, não há espaço para a falta e para a incompletude.

Concluindo então, que a forma como lidamos com as questões da morte e finitude na atualidade é um reflexo das vivencias individuais e sociais, que retratam uma condição muitas vezes insuficiente para lidar de forma saudável com as angústias, desconforto e sofrimentos inerentes à vida humana.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, E. B. V. **Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n1/a03.pdf>. Acesso em

08.set.2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GREEN, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte.** São Paulo: Escuta, 1988.

KOVÁCS, M. J. **Educação para a morte.** Universidade de São Paulo: 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a12.pdf>. Acesso em 08.set.2017.

MENEZES, R. A. A Solidão dos Moribundos: Falando Abertamente sobre a Morte**. Revista Saúde Coletiva** – Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a09.pdf>. Acesso em 08.set.2017.

NETO, J. C. de M. **Morte e Vida Severina**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/mortevidaseverina.pdf>. Acesso em 05.set.2017.

RIBEIRO, R. R. **A morte midiatizada: como as redes sociais atualizam a experiência do fim da vida.** Rio de Janeiro: Eduff, 2015.

O ACIRRAMENTO DA INEFETIVIDADE DO DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO DIANTE DAS MUDANÇAS TRABALHISTAS DA LEI N° 13.467/17

THE IMPROVEMENT OF THE INEFFECTIVENESS OF THE RIGHT TO DISCONTINUE WORK IN THE CONTEXT OF LABOR CHANGES IN LAW No. 13467/17

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

MARCONDES, Fernanda Cristina Barros
Bacharela e mestranda em Direito pela FCHS/UNESP.
Advogada.
fernandacbmarcondes@gmail.com

ROCHA, William Albano.
Mestrando em Direito pela FCHS/UNESP, especializando em Direito Constitucional pelo CERS.
Advogado
williamtruce@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho possui o objetivo geral de analisar se com as mudanças trabalhistas trazidas pela lei n° 13.467/2017 há um acirramento ou respeito ao (direito) à desconexão do trabalho. Para isso, o trabalho busca conceituar a desconexão ao trabalho, bem como analisar alguns dos empecilhos para a sua efetivação. O artigo possui uma relevância teórica muito importante, haja vista que o desrespeito à desconexão ao trabalho possui efeitos muito deletérios ao trabalhador. Diante disso, as novas modificações trabalhistas devem estar atentas a esse direito tão importante. O método de levantamento de dados é o bibliográfico, o raciocínio utilizado para se chegar às conclusões é o dedutivo. Algumas das referências utilizadas para o presente estudo são Paul Lafargue, Marilena Chaui, Souto Maior. Dentre alguns dos resultados encontrados, vê-se a exclusão da jornada *in itinere*, o aumento da jornada do contrato parcial, e o acréscimo na CLT de uma nova modalidade de trabalho, o intermitente. Essas modificações acarretam maiores jornadas de trabalho, bem como uma maior preocupação com os aspectos relacionados ao mundo do trabalho. Isto é, essas modificações trazem um tolhimento do direito à desconexão ao trabalho. A situação é ainda mais grave no caso das trabalhadoras mulheres, que além de serem as trabalhadoras predominantes no contrato por tempo parcial, ainda sofrem com a dupla jornada de trabalho, oriunda da divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Direito à Desconexão ao Trabalho, Lei nº 13.467/2017, acirramento do tolhimento da desconexão ao trabalho.

Abstract

The present work has the general objective of analyzing whether the labor changes brought by law n. 13.467 / 2017 there is a deepening or respect to the (right) to the disconnection of work. For this, the work seeks to conceptualize the disconnection to work, as well as to analyze some of the impediments to its effectiveness. The article has a very important theoretical relevance, since the disrespect to the disconnection to work has very deleterious effects to the worker. In view of this, the new labor modifications must be attentive to this important right. The method of data collection is the bibliographic, the reasoning used to reach the conclusions is the deductive. Some of the references used for the present study are Paul Lafargue, Marilena Chaui, Souto Maior. Among some of the results found, we can see the exclusion of the journey in itinere, the increase of the partial contract journey, and the increase in the CLT of a new modality of work, the intermittent one. These modifications lead to longer working hours, as well as greater concern with aspects related to the world of work. That is, these changes bring an end to the right to disconnect from work. The situation is all the more serious in the case of female workers, who, in addition to being the predominant part-time workers, still suffer from the double working day, resulting from the sexual division of labor.

Keywords: Direito à Desconexão ao Trabalho, Lei nº 13.467/2017, acirramento do tolhimento da desconexão ao trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Debater o direito à desconexão ao trabalho é um tema complexo e difícil aos tempos atuais. Isso porque, vive-se um contexto de desemprego estrutural, fazendo que seja mais fácil lutar pelo direito ao emprego. No entanto, falar em desconexão ao trabalho, não significa dizer em não trabalhar, e sim trabalhar em uma quantidade de tempo saudável, bem como que sejam cumpridas as garantias constitucionais e trabalhista de jornada de trabalho.

Ademais, falar em desconexão não consiste em contabilizar apenas as horas diárias trabalhadas, e sim que o trabalhador - mesmo quando não esteja em um horário de trabalho - possa estar desconectado do ambiente do trabalho. Isto é, que ele esteja despreocupado em relação ao mundo do trabalho, e que invista esse tempo livre em atividades pessoais, sociais, espirituais, políticas e etc.

Diante disso, o presente trabalho possui o objetivo de investigar se com as propostas de mudanças trabalhistas, advindas pela lei n° 13.467/2017, há um acirramento ou um incentivo ao direito à desconexão do trabalho. Sendo utilizado alguns dos referenciais para conceituar o direito à desconexão ao trabalho como Souto Maior, Paul Lafargue, Marilena Chaui. Ademais, para analisar as mudanças legislativas, além de CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) comparada, utilizou-se do Dossiê da UNICAMP.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de dados da pesquisa utilizado foi o bibliográfico. Afirmam Lakatos; Marconi (2003, p. 158) que isso constitui no apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados sobre o tema e que fornecem informações

importantes e relevantes para a pesquisa. O método de análise crítica da realidade abordada, então, será feito com a pesquisa bibliográfica amparada em livros, doutrinas, legislação, artigos, bem como qualquer tipo de bibliografia pertinente para o trabalho.

O raciocínio utilizado na pesquisa pauta-se no dedutivo. Isto é, a partir de uma explicação total e contextual geral sobre o conceito de (direito) à desconexão ao trabalho, emprega-se para casos particulares, como os artigos da lei n° 13.467/2017. Isto é, partindo-se do geral, analisa-se o particular.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONCEITO DE (DIREITO) À DESCONEXÃO DO TRABALHO

Desconexão ao trabalho consiste, entre tantos outros conceitos, que se configura em o tempo livre e de qualidade em que o trabalhador possa ter e que não se relaciona com o ambiente de trabalho. Isto é, o tempo em que o trabalhador tem para não trabalhar, não pensar no trabalho e não estar no trabalho. Nesse tempo, o trabalhador poderá utilizar para o seu aprimoramento pessoal e profissional.

Considera-se, sobretudo, desconexão do trabalho o tempo livre para as ações prazerosas que podem ser desde o acesso a arte, literaturas, poesias, passar tempo com a família e com amigos, caminhar, fazer atividade física, refletir, dormir, descansar, participar da política e etc. A desconexão ao trabalho também é o tempo em que o trabalhador e a trabalhadora possuem para se emancipar, para pensar criticamente sobre a sociedade e sobre a sua própria vida, é um tempo de relaxar das pressões do trabalho e da produtividade.

A desconexão do trabalho também pode ser entendida como a hora da preguiça. Sobre isso, Chaui (1999, p. 45) aponta que a preguiça engendra a virtude da vida boa (a boa mesa, a boa casa, as boas roupas, festas, danças, música, sexo, ocupação com as crianças, lazer, descanso) e o tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e da arte.

Souto Maior (2006, p. 93) também faz as suas considerações, dizendo que o não-trabalho não é para ser visto no sentido de não trabalhar completamente, e sim no sentido em trabalhar menos, até o nível necessário à preservação da vida privada e da saúde, considerando-se essencial a preocupação de se desligar concretamente do trabalho, em torno das características deste mundo do trabalho marcado pela evolução da tecnologia, pela deificação do Mercado e pelo atendimento, em primeiro, plano, das exigências do consumo.

A Desconexão do trabalho, então, pode ser resumida ao tempo livre de desconexão, esquecendo que existem atividades laboriosas a serem cumpridas, podendo, assim, poder refletir, se divertir, descansar, questionar, emancipar-se na hora livre de trabalho.

Se, então, à Desconexão do Trabalho pode ter essas acepções, o que significa falar em Direito à Desconexão do Trabalho? Falar em Direito à Desconexão do trabalho não significa falar em apenas na quantidade de horas que um trabalhador labora nos termos da Lei, e sim em todo o significado que aquele trabalho e, principalmente, o tempo livre carrega para a vida dos trabalhadores.

Isto é, no artigo 7º da Constituição Federal destaca-se o inciso XII que aponta que a duração do trabalho normal não é superior a 8 horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, já no inciso XV aponta o direito ao repouso semanal remunerado e o inciso XVII do mesmo artigo aponta sobre o gozo de férias anuais remunerada.

Já a Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT) também possui as suas disposições. Assim, a seção II, do capítulo II, regulamenta sobre a jornada de trabalho, apontando no artigo 58 que a duração da jornada de trabalho não excederá 8 (oito) horas diárias. A seção III, do capítulo II, fala sobre o direito do descanso do empregado, dispondo no artigo 66 que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de descanso de 11h (onze horas); o artigo 67 da mesma seção aponta sobre o direito ao descanso de 24 horas (vinte e quatro horas) semanais consecutivo, que deverá acontecer em grande parte aos domingos; o artigo 70 afirma que é vedado o trabalho em feriados nacionais e religiosos, salvo algumas exceções presentes no artigo 68 e 69 da CLT. No artigo 129 da CLT há a disposição do direito às férias anuais sem prejuízo da remuneração

Assim, falar no Direito à Desconexão ao trabalho não consiste em acreditar que o direito as férias, ao descanso semanal remunerada, o limite da jornada do trabalho e entre todos outros direitos dispostos tanto na CF, quanto na CLT são os únicos fatores que concretizam a realização do Direito à Desconexão do trabalho, pois como já se viu, a desconexão refere-se também a subjetividade do trabalhador diante do tempo livre.

Isto é, mesmo quando um trabalhador possua uma jornada de trabalho e todos os direitos respeitados pelos limites legais dispostos na CF e da CLT, não necessariamente o Direito à Desconexão ao trabalho está sendo efetivada. Pois para esse direito ser de fato efetivado, além do respeito aos direitos do ordenamento jurídico, é necessário que durante o tempo livre o trabalhador não esteja preocupado com problemas relacionados ao trabalho, como produtividade ou realizar cursos de capacitação voltado para o trabalho. Pois mesmo que essas atividades, como o curso de capacitação, não sejam realizadas diretamente no trabalho, estão encaixadas em uma finalidade voltada para o trabalho, e não para o desenvolvimento humano e pessoal.

Assim, falar em desconexão não significa falar apenas na efetivação dos direitos positivados, ainda, que se deva lutar para que os direitos positivados sejam aplicados. Um dos primeiros pontos, então, para se entender o Direito à Desconexão ao Trabalho é não confundir Direito e Lei, pois direito pode ser Lei, como também pode ser contra-lei:

> Se procurarmos a palavra que mais freqüentemente é associada a Direito, veremos aparecer a lei, começando pelo inglês, em que law designa as duas coisas. Mas já deviam servir-nos de advertência, contra esta confusão, as outras línguas, em que Direito e lei são indicados por termos distintos: Ius e lex (latim), Derecho e léy (espanhol), Diritto e legge (italiano), Droit e loí (francês), Recht e gesetz (alemão), Pravo e zakon (russo), Jog e tõrveny (húngaro) e assim por diante. Noutra passagem deste livrinho, teremos de enfrentar a sugestão do grego, em que nomos (lei) também não se identifica, sem mais, com o Direito e Dikaion propõe a questão do Direito justo. (LYRA FILHO, 1982, p.3).

Mas o fato do Direito à Desconexão não significar necessariamente o que está restrito na legislação, ele não deve ser visto somente como uma lubrificação teórica e

filosófica, e sim como um Direito, que juridicamente deve ser efetivado. Por isso, o direito à desconexão do trabalho deve ser considerado como um bem jurídico que possa ser pleiteado em juízo, conforme o apontamento de Souto Maior (2006, p. 91):

> Devo esclarecer que quando se fala em direito a se desconectar do trabalho, que pode ser traduzido como direito de não trabalhar, não se está tratando de uma questão meramente filosófica ou ligada à futurologia, como a que nos propõe *Domenico de Masi*. Não se fala, igualmente, em direito em seu sentido leigo, mas sim numa perspectiva técnico-jurídica, para fins de identificar a existência de um bem de vida, o não-trabalho, cuja preservação possa se dar, em concreto, por uma pretensão que se deduza em juízo.

Ademais, vale-se apontar que apesar do Direito à Desconexão ao trabalho não significar apenas o que está na lei, o respeito ao mínimo codificado deve ser um dos primeiros passos para se alcançar a realização do Direito à Desconexão ao trabalho.

3.2. DESAFIOS PARA A DESCONEXÃO: O STATUS SOCIAL ATRIBUÍDO AO TRABALHO

Um dos primeiros percalços para se conseguir efetivar o direito à desconexão do trabalho, encontra-se na própria ideia de valorização do trabalho em detrimento da preguiça. No entanto, a palavra trabalho nem sempre possuiu uma conotação positiva como possui nos dias de hoje, Cortella (2007, p. 17) aponta que a origem etimológica da palavra trabalho: "tem origem no vocábulo latino '*tripalium*', que era um instrumento de tortura, ou seja, três paus entrecruzados para serem colocados no pescoço de alguém e nele produzir desconforto.".

Assim, não só a palavra latina "*tripalium*" traz uma ideia de castigo, de dor, de tortura, como a própria concepção de trabalho originária das bases das religiões cristãs trazem essa ideia. Segundo Cortella (2007, p. 18), a primeira coisa que Adão e Eva perceberam quando traíram a divindade, segundo o relato religioso hebraico, foi que estavam nus, significando que Adão e Eva se deram conta que possuem um corpo, e já que possuem um corpo, eles deverão sustentar, cuidar, abrigar aquele corpo. Sendo essa, portanto, a ideia originária da religião do ocidente, que o trabalho significa castigo.

Além disso, o trabalho como sofrimento e castigo está presente não só na ideia cristã, mas também está bastante arraigada na formação da sociedade grega-romana. Nessa civilização, havia a ideia de que o trabalho manual era sujo, uma atividade feita só para os escravos. Lafargue (2000, p. 65) profere que os gregos dos tempos áureos também só sentiam desprezo pelo trabalho, executando apenas os exercícios corporais e os jogos da inteligência.

> [...] Aliás, a ideia do trabalho como desonra e degradação não é exclusiva da tradição judaico-cristã. Essa ideia aparece em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja punição será a necessidade de trabalhar para viver. Ela também aparece nas sociedades escravistas antigas, como a grega e a romana, cujos poetas e filósofos não se cansam de proclamar o ócio um valor indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício na nobre atividade da política, para o cultivo do espírito (pelas letras, artes e ciências) e para o cuidado com o vigor e a beleza do corpo (pela ginástica, dança e arte militar), vendo o trabalho como pena que cabe aos escravos e desonra que cai sobre livres e pobres. São

> estes últimos que, na sociedade romana, eram chamados de *humiliores*, os humildes ou inferiores, em contraposição aos *honestiores*, os homens bons porque livres, senhores da terra, da guerra e da política. [...]. (CHAUI, 1999, p. 11).

Cortella (2007, p. 17) aponta que a origem do ocidente é o mundo greco-romano e aponta que em sociedades assim, montadas com base no sistema escravocrata, a própria ideia de trabalho remete à escravidão e, portanto, o trabalho é coisa menor, indecente, imoral ou de gente que está sendo punida.

Assim, embora na origem etimológica, nas próprias bases das religiões cristãs católicas e também da tradição das sociedades gregos-romanas há uma ideia que trabalhar é ruim, que é um castigo, essa concepção de trabalho sofreu uma reviravolta, advindo um outro ideário diante das religiões protestantes luteranas e calvinistas. Cortella (2007, p. 20) afirma que essa concepção do protestantismo luterano e calvinista "(...)no século XVI vai trazer uma outra inflexão. Vai colocar o trabalho, o que nasce junto com o capitalismo, como a continuidade da obra divina. Nesse sentido, o trabalho para a acumulação e guardar será extremamente valorizado (...)."

Ademais, o trabalho posto não só como um meio de dignificação, mas como uma valorização de vida, contribuiu historicamente para que os trabalhadores sempre buscassem a luta pelo trabalho, ao invés do "não-trabalho":

> Doze horas de trabalho por dia, esse era o ideal dos filantropos e moralistas do século XVIII. Como superamos esse *nec plus ultra*! As fábricas modernas tornaram-se casas ideais de correção, onde são encarceradas as massas operárias, onde se condenam a trabalhos forçados de doze a catorze horas não apenas homens, mas também mulheres e crianças! E dizer que os filhos dos heróis do Terror se deixaram degradar pela religião do trabalho a ponto de aceitar, após 1848, como uma conquista revolucionária, a lei que limitava a doze horas o trabalho nas fábricas; eles proclamavam, como sendo um princípio revolucionário, o direito ao trabalho. Envergonhe-se o proletariado francês! Somente escravos seriam capazes de tamanha baixeza. Seriam precisos vinte anos de civilização capitalista para um grego dos tempos heroicos conceber tamanho aviltamento. (LAFARGUE, 2000, p. 71).

Além disso, no século XX nos Estados Unidos houve a criação da expressão do self-made man, significando o "homem que se faz por conta própria", isto é, o homem que enriquece durante a vida. Benjamin Franklin, americano calvinista e uma figura representativa do iluminismo, foi um dos primeiros à utilizar essa expressão, valorizando o trabalho como uma maneira de se elevar financeiramente na vida. A figura do self-made man se popularizou ainda mais no século passado e está bastante presente na sociedade brasileira, pois essa ideia "do homem que se faz por si mesmo" adveio no Brasil através da importação da cultura norte-americana.

Ademais, pode-se dizer que com a propagação da ideia do self-made man também houve a propagação do mito da meritocracia, criando a falsa ilusão de que todos podem chegar aonde quiserem, independente das condições materiais que possuem, desde que se esforcem bastante. A meritocracia acredita que o esforço pessoal de cada indivíduo é central sobre o sucesso ou insucesso das pessoas em relação seus empreendimentos de vida.

Com isso, apesar da palavra trabalho remeter a ideia de castigo, está arraigado na sociedade capitalista atual, a ideia de que o trabalho é um meio dignificador do homem e da mulher. Tal ideia tem influência da herança das religiões protestantes

calvinistas e luteranas e da figura do self-made-man. Souto Maior (2006, p. 94) também aponta o inconformismo com a ideia trazida de que o trabalho dignifica o homem, afirmando que: "(...)conforme reconhecem vários ordenamentos jurídicos, dignifica o homem, mas sob outro ângulo, é o trabalho que retira esta dignidade do homem, impondo-lhe limites enquanto pessoa na medida em que avança sobre a sua intimidade e a sua vida privada."

Ademais, importa falar que não só houve o processo de valorização do trabalho como ideologia de sustentáculo da sociabilidade capitalista, como houve a difusão da ideia de que a preguiça, o ócio é coisa de vagabundo. Sobre isso, destaca-se os elementos novamente trazidos por Chaui (1999, p. 10):

> O laço que ata a preguiça e o pecado é um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo. É assim que aparecem para os brasileiros brancos as figuras do índio preguiçoso e do negro indolente, construídas no final do século XIX, quando o capitalismo exigiu a abolição da escravatura e substituiu a mão-de-obra escrava pela do imigrante europeu, chamado trabalhador livre (curiosa expressão numa sociedade cristã que não desconhece a Bíblia nem ignora que o trabalho foi imposto aos humanos como servidão!). É ainda a mesma imagem que aparece na construção, feita por Monteiro Lobato no início deste século, do Jeca Tatu, o caipira ocioso devorado pelos vermes enquanto a plantação é devorada pelas saúvas. Nesse imaginário, a "preguiça é a mãe de todos os vícios" e nele vêm inscrever-se, hoje, o nordestino preguiçoso, a criança de rua vadia (vadiagem sendo, aliás, o termo empregado para referir-se às prostitutas), o mendigo – "jovem, forte, saudável, que devia estar trabalhando em vez de vadiar". É ela, enfim, que força o trabalhador desempregado a sentir-se humilhado, culpado e um pária social.

Mas além da própria ideologização existente entre a palavra trabalho e a palavra preguiça, há também a ideia que em uma sociedade de capital em que não só o trabalho, mas o tempo libre é tomado pelas mesmas lógicas da sociedade capitalista, que seria impossível ocorrer a efetivação desse direito. Alerta Padilha (2000, p. 17):

> [...] parece improvável que o homem possa transformar o seu tempo livre em momentos que propiciem uma autêntica individualidade, na medida em que está inserido na sociedade capitalista, cuja lógica de valorização do capital privilegia o produtivismo e o consumismo desenfreados, em detrimento das efetivas necessidades humanas e sociais.

No mesmo raciocínio de que um tempo livre emancipador seja impossível na sociedade capitalista, encaminha-se Marilena Chaui:

> Em outras palavras, a sociedade capitalista tira com uma mão o que concede com a outra. A jornada de oito horas, o salário mínimo, o direito a férias e à aposentadoria, o seguro-desemprego, foram conquistados pelos trabalhadores e depois tiveram de ser garantidos pela burguesia. Essa garantia chamou-se de Estado de Bem-Estar. A burguesia, porém, soube perfeitamente como transformar em ganho para si o que lhe aparecera inicialmente como uma perda, inventando o consumo de massa de produtos de baixa qualidade e descartáveis, inventando necessidades fictícias de consumo por meio da indústria da moda, controlando o tempo livre dos trabalhadores com a indústria cultural, a do esporte e a do turismo. Ela nada perdeu e muito ganhou, pois tornou invisível a dominação de classe e a exploração. (CHAUI, 1999, p. 48).

Essas autoras, portanto, questionam a capacidade de se desconectar do trabalho, porque o próprio tempo livre é tomado pelo modo de reprodução do capital e pela ideologia hegemônica. Portanto, se o tempo livre é dominado por um modo de perpetuação de vida, como que será possível o direito à desconexão ao trabalho?

No entanto, embora seja difícil debater tempo livre e de qualidade em uma sociedade em que a indústria cultural, por exemplo, que domina o tempo livre dos trabalhadores seja um produto do capital e reproduz, diariamente, a ideologia da classe dominante, que também faz o indivíduo ficar alheio de si, a privação da desconexão do trabalho através de jornadas extenuantes é só mais uma maneira de intensificar o processo de conexão do trabalho e a consequente intensificação da alienação do trabalhador.

Isto é, embora, atualmente, falar em tempo livre fora do trabalho não signifique falar necessariamente em desconexão do trabalho por conta da indústria cultural e das próprias pressões trabalhistas, tampouco não lutar para que o mínimo seja efetivado – como o respeito ao mínimo de jornadas diárias e semanais ou o direito formal ao descanso semanal remunerado – não conseguirá produzir nunca o efetivo direito à desconexão ao trabalho.

3.3. ANÁLISE DA DESCONEXÃO AO TRABALHO SOB A LEI Nº 13.467/17

A lei, que altera alguns dispostos na CLT, foi aprovada em 13 de julho desse ano, estando em *vacatio legis* durante 120 dias. Isto é, esse período de *vacatio* utiliza-se como tempo necessário para empregados e empregadores se adaptarem as novas regras. Durante esse período também, as regras trabalhistas oriundas da nova lei podem ser revistas e modificadas.

As mudanças trabalhistas, dentre inúmeros contextos, estão inseridas em um período de pós Reestruturação Produtiva da década de 1970, que marcou o período de mudança do modo de produção do taylorismo/fordismo para o toyotismo, ademais foi nesse contexto em que economias mundiais saíram de um Estado de Bem-Estar Social e passaram para um estado neoliberal. As consequências da reestruturação produtiva e do neoliberalismo podem ser vistas no Brasil, a partir da década de 1990, durante o governo Collor, que começou o processo de privatização de inúmeras empresas estatais. Além do que, a lei 13.467/17 é marcada por um período de recessão econômica, oriunda da crise de superprodução de 2008, que até os dias de hoje tem causado consequências nas economias mundiais. No Brasil, é possível observar um contexto de desemprego estrutural. Muitos autores discutem essas questões, como Giovanni Alves, Ricardo Antunes, David Harvey, Edvânia Ângela de Souza Lourenço. O presente artigo não tem o objetivo de focar nesses elementos, mas de pontuar, que as reformas trabalhistas não acontecem em qualquer tipo de período, e sim um período complicado e turbulento.

Ademais, faz-se importante lembrar o momento de turbulência política que essas transformações trabalhistas foram feitas. Isto é, o governo atual não adentrou diretamente no poder através do voto direto em seu programa, e sim através do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Tal turbulência política, é marcada por divergências político e partidárias, que dividem opiniões e lados, que acreditam que esse processo foi um golpe partidária e midiático, e outros que acreditam que apenas foi um impeachment juridicamente legal e justo.

Ademais, essas mudanças não são propostas e realizada em qualquer tipo de Estado, e sim em um País fincado à margem do capitalismo mundial, estando vivenciando relações de dependência em relação aos países periféricos. Muitos autores com Florestas Fernandes, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos debatem o Brasil em um contexto de subjugação econômica em relação aos países centrais. Nessa ótica, portanto, as consequências devastadoras de uma crise econômica, por exemplo, são ainda piores aos países periféricos.

Isto é, o contexto em que essas mudanças são propostas é bastante complexo. Diante disso, o presente artigo não foca nessas questões, no entanto não poderia deixar de pontuar todas essas questões sócio-econômicas que influenciam as mudanças da CLT. O presente artigo, em verdade, preocupa-se demonstrar o acirramento da não efetivação do direito à desconexão do trabalho diante das novas propostas trabalhistas.

3.3.1. A EXCLUSÃO DAS JORNADAS *IN ITINERE*

As horas *in itinere* estavam previstas pelo artigo 58, §2º da CLT, o qual afirma que o tempo despedindo pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno é computado na jornada de trabalho, quando se tratava de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, e a condução fornecida pelo empregador.

No entanto, com a mudança oriunda da nova lei, essa possibilidade foi extinta. Isto é, não existe mais jornada *in itinere* em hipótese alguma. Diante disso, há quem afirme que as mudanças foram boas, haja vista que muitos empregadores estavam deixando de fornecer transporte, a fim de que não precisassem pagar por essas horas.

No entanto, a retirada desse direito configura-se como diminuição dos gastos para os empregadores, bem como um prejuízo para os trabalhadores que tinham o benefício desse dispositivo. Com isso, significa também que os trabalhadores irão trabalhar mais, isto é, porque além do tempo do deslocamento de transporte diário, deverá cumprir a jornada integral sem o desconto do tempo de transporte.

Tal situação acaba sendo um elemento da não desconexão do trabalho, haja vista que muitos desses trabalhadores que tinham a jornada *in itinere*, eram trabalhadores rurais, que precisavam se deslocar em um locam de difícil acesso. Então, em uma situação hipotética, por exemplo, se o trabalhador possui uma jornada regular de 8 horas diárias, e se o deslocamento demora duas horas para ir e duas para voltar, ele irá estar à disposição ao trabalho durante 12 horas, isso é, a metade de um dia.

Tal elemento é muito grave, porque mesmo quando a pessoa não está trabalhando, mesmo que ela esteja apenas se deslocando ao trabalho, ela está fazendo uma atividade em função do trabalho. Com essa mudança, então, há um acirramento do tolhimento do direito à desconexão ao trabalho.

3.3.2. O TRABALHO INTERMITENTE

Com as mudanças trabalhistas, foi acrescentado no artigo 443 da CLT o trabalho intermitente como uma nova forma de prestação de serviço. Isto é, esse tipo de trabalho configura-se como uma nova modalidade de contrato, que surgiu com a lei 13.467/17.

> [...] Quanto ao trabalho intermitente, o trabalhador não tem jornada pré-definida, ficando inteiramente disponível ao contratante que somente lhe deve avisar da atividade laboral com 3 dias de antecedência. É instrumento de

> absoluta subordinação do trabalhador aos desígnios do empregador, sem que possa planejar sua vida pessoal e profissional, aguardando o chamado do empregador. O resultado será um maior fracionamento da remuneração associada ao fatiamento do tempo de trabalho, com verdadeira desorganização da vida social do trabalhador. Ao mesmo tempo, se chamado não comparecer, a proposta onera o empregado com uma multa, o que se constituiu em uma pressão absurda sobre o trabalhador. (DOSSIÊ, 2017, p. 52).

Isto é, na jornada intermitente o empregado só trabalha quando é chamado pelo empregador. Assim, ele poderá ficar durante um mês inteiro sem ser chamado, ou então, poderá coincidir dele ser chamado só em horários em que não estará disponível, dentre outas inúmeras situações que poderão acontecer. Esses tipos de situações podem ensejar no empregado uma preocupação com o trabalho, fazendo que mesmo que a pessoa não seja chamada para trabalhar, ela esteja ligada com o trabalho. Isto é, essa angústia caracteriza o tolhimento do direito à desconexão do trabalho

3.3.3. O CONTRATO POR TEMPO PARCIAL

O contrato por tempo parcial está disposto no artigo 58-A da CLT, apontando que o tempo da duração da jornada semanal não possa exceder à vinte cinco horas semanais. No entanto, com a mudança advinda da nova lei, a jornada parcial passará a não exceder trinta horas semanais, sem possibilidade de horas suplementares, ou, ainda, poderão ser de no máximo vinte e seis horas semanais, sendo permitido em até seis horas o acréscimo de horas suplementares. Isto é, essa mudança trouxe o aumento da jornada de trabalho para o empregado parcial.

Outra inovação sobre essa modalidade de trabalho, refere-se ao §5º do disposto artigo, que afirma que as horas suplementares poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à sua execução. Isso é, havendo a compensação não haverá o pagamento dos acréscimos referentes à essa nova modalidade de trabalho.

> Dados recentes (2015) indicam que a jornada semanal de até 30 horas representa 41,2% dos empregos das mulheres, e 24.7% dos empregos dos homens. O elevado número de mulheres em jornadas parciais diz respeito às jornadas diferenciadas, especialmente nas áreas de educação, saúde e serviços sociais, em que as mulheres predominam. No entanto, em alguns segmentos, como no setor de aeroviários, a prática da jornada parcial para os serviços de atendimento ao público vem se ampliando, da mesma forma em que há registros da adoção dessa modalidade de contratação no emprego doméstico. (DOSSIÊ, 2017, p. 35)

> Os contratos em tempo parcial têm nitidamente um viés de gênero e estimulam a flexibilização de contratos para as mulheres. Os estudos indicam que os contratos parciais e os temporários são as formas de emprego que geram menor proteção social. Os dados para a Europa apontam para um crescimento dessa modalidade desde a crise de 2008, de forma que já representam 22% sobre o emprego total. As pesquisas sugerem que, ao contrário do que se afirma, o tempo parcial não é uma opção oferecida aos trabalhadores, mas sim uma contingência frente a um cenário de falta de alternativas (OIT, 2015). (DOSSIÊ, 2017, p. 36).

Isto é, além da jornada de trabalho para o empregado parcial ter aumentado, as citações acima apontam que esse trabalho possui um viés nitidamente de gênero, sendo uma modalidade de trabalho, praticada, em grande parte, por mulheres.

Ademais, ressalta-se que no trabalho por tempo parcial, os trabalhadores ganham proporcional não ao salário mínimo, e sim em relação ao salário integral de um outro funcionário que trabalhe na mesma empresa.

Com isso, vê-se que a modalidade do trabalho por tempo parcial é mais precarizado do que de um trabalhador por tempo integral. Isso porque, esse trabalhador pode receber uma remuneração menor que o do salário salário mínimo. Ademais, com a mudança trabalhista, esse trabalhador poderá ter jornadas maiores, recebendo de forma proporcional, o que acaba sendo um desvirtuamento dessa jornada de trabalho.

Acrescenta-se com isso, a observância do tolhimento do direito à desconexão do trabalho, que é agravada por essa modalidade de trabalho ser realizada, em grande parte, por mulheres. Isso porque, devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres possuem a responsabilidade com os afazeres domésticos e familiares.

Nogueira (2006, p. 27) aponta que mesmo no novo perfil das mulheres da família contemporânea, encontram-se os papeis hierárquicos, já que muitas mulheres possuem o sentimento de que exercem simultaneamente os papéis de pai e mãe em suas famílias, legitimando, em grande medida, o fato de serem responsáveis pelas tarefas femininas, específicas da mulher e mãe, como também responsáveis pelas tarefas masculinas, como pai e provedor do lar.

Insta ressaltar ainda que das palavras de é possível inferir que a divisão sexual do trabalho se assenta na dupla jornada de trabalho, já que mesmo nos tempos atuais, a mulher não deixa de exercer os afazeres domésticos, mesmo ocupando um emprego no mercado de trabalho:

> Em suma, a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transformou e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte em um determinado período. Assim, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade das mulheres, independentemente de elas terem ou não um emprego no mercado de trabalho. Vale acrescentar que a atividade doméstica não assalariada, realizada na esfera produtiva, é também uma forma evidente de trabalho, apesar de bastante distinta da forma assumida pelo trabalho assalariado no mundo da produção. Nogueira (2006, p. 26, 27).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as conceituações sobre (direito) à desconexão ao trabalho, o presente artigo buscou aplicar esse conceito a casos específicos da nova lei que altera a CLT. Embora, não tenha dado tempo metodológico para se analisar mais dispositivos da lei, foi possível observar que através das propostas de exclusão da jornada *in itinere*, do aumento da jornada de trabalho do contrato parcial, e da criação de um novo tipo de prestação de serviço do trabalho intermitente, que a lei n° 13.467/2017 não possui um compromisso de efetivar o direito à desconexão ao trabalho.

Isso porque, com as modificações exemplificadas no artigo, o trabalhador terá jornadas de trabalho maiores, bem como se preocupará mais com os aspectos relacionados ao trabalho. A situação fica ainda mais grave no caso das trabalhadoras

mulheres, que além de serem as trabalhadoras predominantes no contrato por tempo parcial, ainda sofrem com a dupla jornada de trabalho, oriunda da divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Brasília, DF: Senado Federal

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Brasília, DF: Senado Federal

CHAUI, Marilena de Souza**. Introdução.** In. O Direito à Preguiça. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP. 1999.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Qual é a tua obra: Inquietação propositivas sobre gestão, liderança e ética.** 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2007.

DOSSIÊ REFORMA TRABALHISTA (em construção). Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT): Campinas. Junho/2017.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça.** 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

LYRA FLHO, Roberto: **O que é o Direito.** 11ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado. A Divisão Sexual do Trabalho e na Reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing.** São Paulo: Editora Expressão Popular. 2006.

PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Editora Alínea. 2000.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Do Direito à Desconexão do Trabalho.** Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, São Paulo, v.1, n.1, p.91-115, jan/jun. 2006.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O ATIVISMO JUDICIAL, A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À SAÚDE

JUDICIAL ACTIVISM, JUDICIALIZATION OF PUBLIC POLICIES AND THE RIGHT TO HEALTH

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

VASCONCELOS, Leonardo
Universidade Autónoma de Lisboa
Advogado, professor e doutorando em Direito
LVGadvogado@gmail.com
(repetir conforme a quantidade de autores)

Resumo

O presente artigo científico, abordará a forte tendência interventiva do Poder Judicial ou Judiciário sobre a atuação típica dos demais Poderes, especificamente focado na temática da inaplicabilidade do direito à saúde. Com este escopo, iremos tentar responder a alguns questionamentos relacionados à legitimidade desta atuação judicial atípica, e a possibilidade de transbordamento e violação aos princípios democráticos. Assim, a proposta do presente estudo é entender o mencionado fenômeno jurídico, visualizar situações práticas e tentar balizar a aplicação do instituto com base na doutrina de Ronald Dworkin, de forma a evitar que o Poder Judiciário abuse desta prerrogativa.

Palavras-chave: Ativismo; Judicialização; Políticas Públicas.

Abstract

The present scientific article will address the strong interventionist tendency of the Judicial or Judiciary Power over the typical performance of the other Powers, specifically focused on the issue of inapplicability of the right to health. With this scope, we will try to answer some questions related to the legitimacy of this atypical judicial action, and the possibility of overflowing and violating democratic principles. Thus, the purpose of this study is to understand the aforementioned legal phenomenon, to visualize practical situations and to try to verify the application of the institute based on the doctrine of Ronald Dworkin, in order to avoid that the Judiciary abuse this prerogative.

Keywords: Activism; Judicialization; Public policies.

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a jurisprudência das Cortes constitucionais brasileiras e portuguesas, constatamos uma forte tendência interventiva do Poder Judicial ou Judiciário sobre a atuação típica dos demais Poderes.

Tal intervenção se dá pelo fato dos Poderes Executivo e Legislativo estarem em situação de "enfraquecimento", não havendo o empenho necessário na realização dos seus fins constitucionalmente propostos.

Ou seja, o texto constitucional consagra direitos fundamentais a serem consagrados concretamente pelos políticos e governantes, membros dos Poderes Executivo e Legislativo, mas não ocorre a sua adequada efetivação prática. Diante deste cenário, o Poder Judiciário se agiganta, tomando para si o dever de realizar não somente suas atribuições constitucionalmente típicas, mas também suprimindo as omissões decorrentes da inércia dos demais Poderes. Tal transbordamento é nomeado pela doutrina de ativismo judicial.

Sobre o tema, o professor Luís Roberto Barroso[1] ressalta a importância da análise e estudo do tema, tratando a ideia do ativismo judicial como sendo "associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes."

Diante deste quadro, surgem algumas questões:

Seria o Poder Judiciário legitimado a desempenhar uma função política, dando a última palavra sobre políticas públicas? Não haveria violação à democracia nessa atuação por órgão composto de membros não eleitos pela população?

Assim, a proposta do presente trabalho é entender o mencionado fenômeno jurídico, visualizar situações práticas e tentar balizar a aplicação do instituto com base na doutrina de Ronald Dworkin, de forma a evitar que o Poder Judiciário abuse desta prerrogativa.

2 O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

O princípio da Separação dos Poderes surge historicamente da necessidade da limitação do poder político dos governantes, evitando que os mesmos abusassem do mesmo, cometente arbitrariedades.

A grande questão que pairava sobre os antigos pensadores era: como seria essa forma de limitação, e de que modo seria feita essa separação?

O método clássico de tripartição dos Poderes, com base em aspectos funcionais, é atribuído a Montesquieu, mas deve ser destacada o prévio desenvolvimento do assunto na literatura de Aristóteles e John Locke.

Conforme leciona o professor Alexandre de Moraes[2], "a divisão segundo o critério funcional é a célebre "separação de poderes", que consiste em distinguir três funções estatais, quais sejam, legislação, administração e jurisdição, que devem ser atribuídas a três órgão autônomos entre si, que as exercerão com exclusividade, foi esboçada pela primeira vez por Aristóteles, na obra "Política", detalhada

[1] BARROSO, Luís Roberto - **RETROSPECTIVA 2008 - JUDICIALIZAÇÃO, ATIVISMO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA.** Revista Eletrônica de Direito e de Estado (REDE), Salvador, n. 18, abril/maio/junho 2009.

[2] MORAES, Alexandre de - **Direito Constitucional.** 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 385

posteriormente, por John Locke, no Segundo Tratado de Governo Civil, que também reconheceu três funções distintas, entre elas a executiva, consistente em aplicar a força pública no interno, para assegurar a ordem e o direito, e a federativa, consistente em manter relações com outros Estados, especialmente por meio de alianças. E, finalmente, consagrada na obra de Montesquieu O Espírito das Leis, a quem devemos a divisão e distribuição clássicas, tornando-se princípio fundamental da organização política liberal e transformando-se em dogma pelo art. 16.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e é prevista no art. 2.º de nossa Constituição Federal".

Devemos destacar que, formalmente, os Poderes Executivo e Legislativo possuem prevalência com relação ao Judiciário, em matéria de elaboração e efetivação de políticas públicas, tendo em vista a formação daqueles Poderes por representantes eleitos pelo povo.[3]

No Direito brasileiro, o princípio da Separação dos Poderes foi previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo art. 2.º[4], sendo tal dispositivo complementado com diversas disposições constitucionais que fixam os deveres e as funções de cada um dos Poderes, e os mecanismo de controle entre os mesmos, os chamados "checks and balances".

No Direito português, o tema também possui tratamento claro no corpo da Carta Magna daquele país, ao tratar do Estado de Direito Democrático[5].

Diante deste quadro, foi fixada como função típica do Poder Judiciário a função judicante; do Poder Legislativo a função de criar normas de forma geral e abstrata; e do Poder Executivo a função de executar e dar concretude aos atos legislativos.

Temos então que, caso a Constituição não atribua excepcionalmente e de forma atípica outra competência a determinado Poder, estaremos diante de uma inovação, que deve ser observada com a devida cautela.

3 O ATIVISMO JUDICIAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O agigantamento do papel funcional do Poder Judiciário, dentro do Estado Democrático de Direito, tem origem histórica nas omissões dos Estados diante das atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, relacionadas à violação de direitos humanos, o que fez com que houvesse uma valorização na guarda da Constituição e na tutela dos direitos fundamentais.

E qual seria o fundamento para essa atuação atípica do Poder Judiciário?

Tal expansivismo decorre do Princípio da Supremacia da Constituição, atuando o Judiciário não como um invasor das competências constitucionalmente

[3] CAPPELLETTI, Mauro - **Juízes legisladores?** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999, p. 43.

[4] "**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** Artigo 2.º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

[5] "**Constituição da República Portuguesa:** Artigo 2.º - Estado de direito democrático - A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa."

típicas de outros Poderes, mas como garantidor da plena aplicação do texto constitucional.

Desde então, o Poder Judiciário se apossou de um vácuo de atuação proporcionado pela omissão dos demais Poderes. Ou seja, o Judiciário se aproveitou da crise de legitimidade pela qual passam os demais Poderes da República, quais sejam Executivo e Legislativo, e passou a se imiscuir em temas de cunho político e administrativo, que vão muito além das pretensões jurídicas concretamente levadas aos juízes.

O princípio da isonomia presente nas Constituições brasileira[6] e portuguesa[7] visa garantir a todos um mínimo que deve ser respeitado por qualquer Estado de Direito, visando a dignidade de todos.[8]

Mas é necessário perceber que mesmo todos estando teoricamente livres para buscar os seus direitos, a prática demonstra que nem todos os indivíduos possuem a mesma capacidade de exercer os mesmos, devendo recorrer ao Estado, para que o mesmo garanta uma igualdade de fato e de direito para tanto.

Prima facie, cabe ao Poder Executivo ouvir os pleitos destes cidadãos e efetivar estes direitos e garantias. Mas e se tal Poder quedar-se inerte neste seu poder-dever, a quem pode recorrer o cidadão para reintegrar-se à sociedade e ter a sua dignidade respeitada?

Aqui surge a necessidade de que o cidadão recorra ao Estado-juiz, pleiteando ao mesmo o respeito aos seus direitos fundamentais.

Como forma de respaldar esse posicionamento, no sentido da possibilidade desta atuação positiva por parte do Poder Judiciário, trazemos os ensinamentos do professor Ronald Dworkin, que sobre a celeuma que circunda o tema do ativismo judicial, especificamente no que tange a judicialização de políticas públicas, entende ser legítima tal atuação, não havendo ferimentos à democracia, fundamentando o seu pensamento na tutela das minorias, e na garantia da efetividade da Constituição[9].

Na jurisprudência brasileira, especialmente na ponto da "judicialização de políticas públicas", os exemplos deste ativismo judicial são vultuosos. A situação mais habitualmente verificada nos Tribunais Superior decorre da incapacidade operativa do Executivo, não conseguindo efetivar os direito fundamentais básicos dos cidadãos, obrigando que estes indivíduos batam às portas do Judiciário. Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao ordenar o bloqueio de verbas orçamentárias para o devido fornecimento de medicamentos por parte do Poder Público[10].

---

6 "**Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 5.º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)"

7 "**Constituição da República Portuguesa - Artigo 13.º** Princípio da igualdade - 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

8 NOVAIS, Jorge Reis - **Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa**. Coimbra, 2004, p.103.

9 DWORKIN, Ronald **- Uma questão de princípio**. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 7.

10 "1. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes

Destaque-se que a crítica feita à atuação atípica do Poder Judiciário não adentra na qualidade das decisões proferidas por este, mas sim pela possível aniquilação do princípio da Separação dos Poderes, e pela tomada de decisão por um Poder que não é composto por membros eleitos pelo povo.

E por que a discussão sobre a judicialização das políticas públicas sempre é criticada por violação ao princípio democrático?

Ao pensarmos em democracia, nos Estados Democráticos de Direito atuais, imediatamente nos vem a ideia de decisões políticas tomadas pelos membros do poder público que foram eleitos pelo povo, possuindo legitimidade na tomada dessas decisões, por terem esses maior proximidade à sociedade representada, garantindo estabilidade e isonomia, o que não ocorreria na tomada de decisões por agentes não eleitos, especificamente no tocante a decisões proferidas por membros do Poder Judiciário[11].

Nesse ponto da discussão ficamos em um impasse aparentemente intransponível. Ronald Dworkin tenta quebrar esse paradigma, de que democracia somente existe como representação única e exclusiva da vontade maioria, pois as singularidades de cada indivíduo e suas necessidades seriam desconsideradas, não havendo a consagração da protecção de todos de forma igual, nem mesmo o respeito à liberdade de cada um dos membros da coletividade. Portanto, não basta haver a vontade da maioria, mesmo em detrimento da igualdade e liberdade, pois isso não revela a existência de uma democracia.

O Autor então coloca o seu posicionamento no sentido de que as decisões proferidas pelos Poder Judiciário não ofendem a democracia. Contrariamente ao habitualmente pensado, a atuação judicial na tutela das minorias reforça esta, pois "se os tribunais tomam a proteção dos direitos individuais como uma responsabilidade especial, então as minorias ganham em poder político, na medida em que o acesso aos tribunais é efetivamente possível e na medida em que as decisões dos tribunais sobre seus direitos são efetivamente fundamentadas"[12.]

Assim, o que temos hoje é um Poder Judiciário que supre os fracassos legislativos e a ineficácia executiva, mas devem ser criadas balizas para esta atuação, pois tal fortalecimento sem limites provavelmente acarretará efeitos nefastos ao ordenamento jurídico, tendo em vista a ausência de Poderes equânimes que possam fiscalizá-lo e controlá-lo.

4. O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Neste capítulo, a fim de ilustrarmos e adentrarmos fortemente na discussão e entendimento do tema, escolhemos a temática da omissão estatal no provimento da saúde pelo Estado, e a forma como vem se portando o Poder Judiciário, diante das demandas que são levadas à sua análise.

---

efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação. 2. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 08/2008 do STJ." (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial n. 1.069.810 - RS (2008/0138928-4). Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. DJe, 06.11.2013. Disponível em: http://www.stj.jus.br. Consulta em: 21/02/2014.)

[11] DWORKIN, Ronald **- Uma questão de princípio**. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 32.

[12] Idem – **Op. Cit**.. p. 17.

A temática é colorida pela tese da reserva do possível, relacionando questões orçamentárias e o direito constitucional à saúde[13].

O direito ao acesso à saúde possui vínculo direto com a cidadania e a dignidade das pessoas, sendo instrumento de desenvolvimento social, possuindo previsão expressa nas cartas constitucionais brasileira[14] e portuguesa[15].

Diante das previsões normativas destacadas, podemos observar, e constatar com respaldo doutrinário, a natureza jurídica do direito à saúde é de direito público subjetivo, exigindo prestações materiais por parte do estado. Ou seja, exige uma atuação positiva do Estado, no sentido de implementar políticas públicas no setor, oferecendo um serviço de saúde de boa qualidade a todos os membros da sociedade.

Perante tal situação, não caberia ao Poder Executivo se negar à realização de políticas públicas por questões econômicas, pela alegação de ausência de verbas orçamentárias, pautado na tese da reserva do possível, pois há uma mandamento constitucional, uma norma cogente de observância obrigatória pelos Poderes Públicos, devendo estas serem observadas com primazia dentre diversas atuações estatais.

---

[13] SARLET, Ingo Wolfgang - **A eficácia dos direitos fundamentais.** 3. ed.. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 265.

[14] "Constituição da República Federativa do Brasil:
Artigo 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."
Artigo 196.º. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

[15] "Constituição da República Portuguesa:
Artigo 64.º Saúde
1. Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.
2. O direito à protecção da saúde é realizado:
a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;
b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a protecção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.
3. Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:
a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde;
c) Orientar a sua acção para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos;
d) Disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade;
e) Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico;
f) Estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicodependência.
4. O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada."

Portanto, diante desse mandamento expresso, o papel do Poder Judiciário seria de fiscalizar a real impossibilidade prática de concretização do instituto, sendo nesse sentido o entendimento da Suprema Corte brasileira[16].

Neste aspecto, podemos destacar a posição do professor José Joaquim Gomes Canotilho[17], criticando a teoria da reserva do possível, e ratificando a atuação ativa do Judiciário, afirma que um direito social é um direito, independentemente dos cofres públicos estarem cheios ou não, devendo o Poder Público se organizar nos aspectos executivos e orçamentários para a concretização de tais direitos fundamentais, que garantirão em última instância, o princípio da dignidade da pessoa humana, tutelando o mínimo existencial.

Por fim, devemos destacar que em um Estado Democrático de Direito, especificamente sobre a consagração em concreto do direito fundamental à saúde por meio de atuação direta pelo Poder Judiciário, não vemos qualquer violação aos princípios democráticos, sendo inclusive papel dos juízes efetivar os direitos fundamentais previstos na Constituição, como forma de materializar a equidade, a justiça social, e o princípio da dignidade da pessoa humana.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho constatou que, na presente visão de múltiplos ordenamentos jurídicos, tais como o português e o brasileiro, a postura ativa do Judiciário na defesa dos direitos fundamentais é uma tendência, dando um caráter de preponderância deste Poder, diante dos demais, não como um papel representativo, mas como atuação protectiva da efetividade da Constituição.

Há grandes benefícios nessa atuação positiva, desde que realizada com o temperamento adequado, não se tornando numa violação total e irrestrita a outros princípios fundamentais, como a Separação dos Poderes e a Segurança Jurídica, que restariam em total instabilidade numa atuação sem parâmetros razoáveis por aquele Poder.

Portanto, o papel do Judiciário deverá sempre ser o de proteger a Constituição e lutar pela efetivação de direitos fundamentais não apenas das maiorias, mas também das minorias, mantida sempre a integridade constitucional e o respeito pelas demais funções estatais, não se corrompendo pelos excessos nem visando se tornar um novo Poder Político.

6 BIBLIOGRAFIA

GERAL

BARROSO, Luís Roberto - Interpret**ação e Aplicação da Constituição.** 7a Edição.

[16] "1. O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. 2. É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo. Precedentes. 3. Agravo regimental improvido." (Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento n. 674.764. Relatora Ministra Helen Gracie. DJ. 20/08/2010)

[17] CANOTILHO, José Joaquim Gomes - **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2004, p. 481.

São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
BARROSO, Luís Roberto **- Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: Direito e Política no Brasil contemporâneo**. In: FELLET, André Luiz Fernandes; PAULA, Daniel Giotti de; NOVELINO, Marcelo (orgs.). As novas faces do ativismo judicial. 2a Tiragem. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.
BARROSO, Luís Roberto - **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil).** Revista Eletrônica sobre a Reforma de Estado (RERE), Salvador, n. 9, março/abril/maio 2007.
BARROSO, Luís Roberto - **JUDICIALIZAÇÃO, ATIVISMO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA**. Revista Eletrônica de Direito e de Estado (REDE), Salvador, n. 18, abril/maio/junho 2009.
BARROSO, Luís Roberto - **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira.** 5 ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
CAMBI, Eduardo - **Revisando o princípio da separação dos poderes para tutelar os direitos fundamentais sociais. In: Direitos fundamentais revisitados.** Andrea Bulgakov Klock et al. (orgs.). Curitiba: Juruá, 2008.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes - **Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas.** 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes - **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2004.
DWORKIN, Ronald - **Levando os Direitos a Sério.** Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
DWORKIN, Ronald - **Uma Questão de Princípio. Trad. Luís Carlos Borges.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
DWORKIN, Ronald - **O Império do Direito. Trad. Jefferson Luiz Camargo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
FACHIN, Zulmar - **Funções do Poder Judiciário na Sociedade Contemporânea e a Concretização dos Direitos Fundamentais.** ANIMA : Revista Eletrônica do Curso de Direito da OPET. Publicação trimestral – Ano I – No 1 – Curitiba, 2009.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves - **O papel político do judiciário e suas implicações.** Systemas – Revista de Ciências Jurídicas e Econômicas – Ano 1, n. 2.
LENZA, Pedro - **Direito Constitucional Esquematizado.** 15 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.
PIRES, Alex Sander Xavier - **Súmula Vinculante e Liberdades Fundamentais**. Rio de Janeiro: Pensar a Justiça, 2016.
TOCQUEVILLE, Alexis de - **A democracia na América.** São Paulo: Martins, 2001.
SILVA, José Afonso da - **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
STRECK, Lenio Luiz - **Ulisses e o canto das sereias: sobre ativismos judiciais e os perigos da instauração de um "terceiro turno da constituinte"**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD).
TAVARES, Marco Aurélio Romagnoli - **Ativismo Judicial e políticas públicas: direitos fundamentais.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.
ZENI, Carine - **O poder judiciário como legislador positivo na efetivação dos direitos fundamentais sociais.** Revista Discurso Jurídico Campo Mourão, v. 3, n. 2, p. 129-148, jul./dez 2007.

FONTES NORMATIVAS

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa: Lei Constitucional n.º 01/2005, de 12 de agosto. 2ª ed. reimp. Lisboa: Quid Juris - sociedade editora, 2012. ISBN 978-972-724-586-4

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FONTES JURISPRUDENCIAIS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial n. 1.069.810. Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. DJ, 06.11.2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Recurso Extraordinário n. 384.201. Relator Ministro Marco Aurélio. DJ. 03/08/2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento n. 674.764. Relatora Ministra Helen Gracie. DJ. 20/08/2010.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O Caso 11.289 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Cumprimento pelo Brasil das Exigências Assumidas em Sede de Solução Amigável

The Case of 11.289 Inter-American Court of Human Rights and Compliance by Brazil of The Requirements Taken in Amicable Solution

Sessão temática: 1.4 – Direito, Trabalho e Serviço Social

VALENTIM, Carlos Roberto
Aluno do Programa de Pós Graduação em Direito PPGDIREITO/UNESP/FRANCA, curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP.
Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos - FADISC.
cvalentim10@yahoo.com.br

SANCHES, Caio Afonso Laforga,
Aluno do Programa de Pós Graduação em Direito PPGDIREITO/UNESP/FRANCA, curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Especialização em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damásio. Especialista em Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil pela Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo.
professorlaforga@gmail.com

Resumo

O objeto do presente estudo é promover uma análise acerca do trabalho realizado em condições análogas a de escravo no Brasil a partir do Caso nº 11.289, conhecido como Caso José Pereira que se consubstancia no primeiro em que o País foi apresentado à Corte Americana de Direitos Humanos. A questão ensejou uma solução amistosa onde também pela primeira vez uma Federação admitiu a submissão de trabalhadores a condições análogas a de escravos no seu território, o Brasil assumiu a responsabilidade Internacional no que tange a violação de direitos humanos essenciais, em consequência, assumiu obrigações cujo cumprimento se deu de forma parcial e que será o mote do presente estudo. Como método de procedimento, o estudo se utiliza do levantamento por meio da técnica de pesquisa bibliográfica e da técnica de pesquisa jurisprudencial e, como método de abordagem, o dedutivo.

Palavras-Chave: Trabalho Escravo, Direitos Humanos, Corte Interamericana.

Abstract

The object of this study is to promote an analysis about the work carried out in conditions analogous to those of a slave in Brazil from Case No. 11,289, known as José Pereira which represents the first in which the country was submitted to the American Court of Human Rights. The issue resulted in a settlement where for the first time a Federation admitted submitting workers to conditions analogous to slaves in their territory the Brazil assumed international responsibility with regard to violations of human rights, as a result, assumed obligations whose fulfilment occurred partially and that will be the motto of this study.

Keywords: Slave Labor, Human Rights, Inter-American Court

1 INTRODUÇÃO

Ao se ouvir o termo escravidão, logo vem a tona a impressão de retorno ao passado onde pessoas eram tidas como coisas e eram subjugadas a condição de escravos quando derrotados por inimigos, se viam obrigados a trabalhar para estes com a finalidade de quitar suas dívidas e prover o sustento próprio e de seus senhores. Entretanto, o que se parece com mera pesquisa de cunho histórico, hodiernamente, encontra-se pulsante no Brasil. O odioso e degradante método de exploração de trabalho humano segue a pleno desenvolvimento.

A prática visa saciar a gana financeira dos senhores que para aumentar suas margens de lucro pela redução de encargos, promovendo a submissão de trabalhadores e margeando não somente as regras trabalhistas, mas também direitos essenciais garantidos ao ser humano, tais com a liberdade, o direito a vida e o próprio direito de não ser escravizado.

Atualmente a escravidão ocorre de forma diversa da que se via em épocas pretéritas podendo ser identificada por ardis praticados pelos novos senhores no sentido de tirar proveito da situação precária e das dificuldades do trabalhador advindas da falta de vagas de trabalho em certas regiões, promessas de bons empregos, salários altos e da ignorância do empregado acerca dos direitos que lhes são legalmente garantidos. No intuito de conseguir melhores condições próprias e para seus familiares, ou mesmo pelos parcos conhecimentos que possui o então candidato ao emprego confia nas promessas de ganhos elevados, benefícios e garantias e acaba por aceitar a proposta.

Entretanto, na realidade o empregado se depara com uma seara vertiginosamente diversa daquela prometida, tendo logo na sua chegada a apresentação do seu saldo devedor originado nos custos de viagem, bem como o alto custo dos alimentos e dos parcos materiais de higiene que consome, custos relativos a estadia e sem dizer as precárias e insalubres instalações e o total desrespeito às mais básicas regras de direitos humanos e trabalhistas.

A fim de se prevenir a situação, logo após a Declaração Universal de 1948 foi criado um sistema global ligado à ONU no sentido de compelir os Estados acabar com as desigualdades, preconceitos e violações aos direitos dos cidadãos. Com isso foram criadas normas internacionais, procedimentos e outros mecanismos, tais como Convenções, Tratados, Pactos, Protocolos e Comitês, todos eles oriundos do consenso da Comunidade Internacional, sempre na intenção de reforçar o caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos.

No Brasil em que pese a implantação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, no ano de 2003 e do 2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo em 2008, que visam extirpar a questão, a prática persiste e não são raros os casos de flagrantes de trabalhadores submetidos a condições análogas a de escravidão.

O país é membro da Convenção Americana de Direitos Humanos cuja adesão se efetivou no ano de 1992 e nessa condição obriga-se a assegurar aos cidadãos todo o leque de garantias previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, promovendo medidas para sua efetividade. Referida adesão ensejou à aceitação das regras e a submissão a jurisdição daquele Órgão Internacional que possui um catálogo de garantias ao indivíduo dentre os quais podemos destacar o direito a vida, a liberdade, o de não ser escravizado e outros.

A presente análise tem foco no sistema regionalizado na Corte Interamericana de Direitos Humanos justamente onde o Brasil se encontra atrelado a forma de denúncia de casos ao referido órgão, o trâmite processual e as consequências de sua intervenção nas ocorrências que envolvem o país.

O caso base para o presente estudo é o então denominado caso José Pereira[1], no qual a vítima, na época com dezessete anos de idade, após acreditar em promessas de um futuro melhor, deparou-se com a limitação de seu direito à liberdade ficando impossibilitado de deixar o local a menos que antes pagasse sua dívida originária dos encargos de sua estadia e consumo no local.

Após tentativa de fuga junto com um colega que acabou sendo morto, foi alvo dos tiros de fuzis de capangas do local que, acreditando que ambos já estivessem sem vida, lançaram os corpos em um terreno às margens de uma rodovia.

A vítima conseguiu socorro em uma fazenda nas imediações e com o auxilio da Pastoral da Terra e da CEJIL, denunciar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os fatos que permearam a barbárie.

Admitindo a existência de trabalho em condições análogas a escravidão no seu território, o Brasil assumiu obrigações cujo rol somente restou cumprido de forma parcial.

O presente estudo promoverá, sem a pretensão de esgotar o tema, uma análise do caso José Pereira e do cumprimento parcial do Brasil quanto às obrigações assumidas na solução amigável da questão, bem como uma reflexão acerca do trabalho desenvolvido em condições análogas a escravidão e o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O TRABALHO ESCRAVO NA ATUALIDADE

Ao se pensar em escravidão imediatamente vem a tona a ideia de trabalhos forçados, privação de liberdade e torturas físicas. Visões que remontam a um passado distante onde o escravo era tido com coisa e com isso, desprovido de direitos e garantias.

Hodiernamente em que pese o fim da figura clássica da escravidão, a submissão do empregado a condições de trabalho análogas a de escravo, tornou-se um meio de

[1] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório nº. 95/03. Caso 11.289. Solução Amistosa José Pereira versus Brasil. 24/10/2003

incremento aos interesses econômicos dos empregadores que promovem através de seus atravessadores, conhecidos como “gatos” um verdadeiro aliciamento no sentido de convencer pessoas carentes residentes em regra nos rincões do País, a deixarem suas casas e assumirem trabalhos que, se convertem em bons salários, alojamentos e alimentação de boa qualidade.

Os anúncios em geral são colocados em cartazes nas vendas ou circulam em caminhões pelas ruas do local batendo casa a casa para informar a oportunidade de emprego. Após reunir os interessados e apresentar detalhes do trabalho o gato recolhe as Carteiras de Trabalho e Previdência Social do então candidato para fins de regularização e a promessa de devolução logo que chegarem ao local do trabalho. Na realidade esta apreensão de documento se perfaz em mais um mote para vincular o empregado ao local de trabalho.

Por vezes os candidatos recebem até certo valor a título de adiantamento de salário que tem o condão de cativar a parte à aceitação do emprego e posteriormente somar-se a divida que este terá que quitar para deixar a função.

Ao chegar ao local de trabalho a realidade encontrada pelo empregado é bem diferente das promessas iniciais. Tudo a se iniciar pelas condições de transporte no qual o empregado foi levado à fazenda, sempre realizadas em caminhões velhos, desprovidos de qualquer conforto ou segurança para transporte de pessoas. As acomodações dos empregados são totalmente diversas às então prometidas na contratação e o empregado fica depositado em barracões ou containers sem qualquer cuidado higiênico e desprovido de rede elétrica, onde lhe são oferecidos para dormir, colchões velhos, redes ou caixas de papelão abertas.

Os trabalhadores então começam, a exaustiva rotina de trabalho que perdura muito além das forças do empregado, sem fornecimento de qualquer equipamento de proteção individual ou coletivo, tampouco assistência médica.

Caso sejam do interesse dos trabalhadores, os “gatos” promovem a venda de chapéus, botas e ferramentas de trabalho, cujos valores são acrescidos às dividas dos empregados relativas a viagem, estadia e alimentação, tornando assim seus salários praticamente nulos.

Pretendendo deixar o local de trabalho o empregado se depara com verdadeiro óbice a sua liberdade de locomoção, pois, não existem transportes para saída local e, mesmo que pretenda ir embora a pé, estará sem seus documentos pessoais e será obrigado a pagar seu saldo devedor, entretanto, não tem dinheiro dados os abatimentos ocorridos em seus salários.

A única alternativa é a fuga, sob o risco de ser alvejado pelos capangas do local, como aconteceu no caso objeto de análise do presente trabalho.

A prática descrita é recorrente no Brasil que já foi alvo de denúncias junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como no caso José Pereira que será verificado adiante.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO E A GARANTIA DA DIGNIDADE SOCIAL AO TRABALHADOR

A Consolidação das Leis do Trabalho é o instrumento legal que assegura ao trabalhador a garantia de equilíbrio de sua condição em face do empregador, economicamente superior e detentor do poder disciplinar na relação de emprego. Suas regras são no sentido de promover proteção ao então hipossuficiente garantindo sua integridade física, moral e sua dignidade social.

Nesse mesmo sentido em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 7º, veio a assegurar aos trabalhadores várias situações favoráveis, em especial a possibilidade de melhoria na sua condição social. Em sequência, os artigos 8º, 9º, 10 e 11, legitimam condições mínimas para o exercício de seu trabalho e punições aos empregadores que porventura venham a infringir tais direitos.

Especificamente no que tange ao tema do presente trabalho, atenção deve ser lançada em direção à Emenda Constitucional nº. 81, de 5 de julho de 2014, que ensejou significativa mudança à previsão do artigo 243 da Constituição Federal estendendo a possibilidade de expropriação de imóveis urbanos e rurais quando verificada a ocorrência de submissão de trabalhadores a condição análoga a de escravo. O instituto prevê que as propriedades serão destinadas a reforma agrária e a programas de habitação popular sem qualquer direito a indenização em favor de seu então proprietário. De acordo com o artigo 245:

> Art. 243 – as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturais ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas a reforma agrária e a programa de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado no que couber, o disposto no art. 5º.

A Emenda tem origem na aprovação da PEC – Proposta de Emenda Constitucional 57A/1999, e é considerada uma ferramenta importante no combate ao trabalho escravo, entretanto, ainda carece de norma regulamentadora.

No âmbito penal o artigo 149 do Código Penal que teve sua previsão alterada pela Lei n. 10.803/03 deixa patente o intento de se desenvolver um tipo penal fechado, com quatro formas específicas de se caracterizar a submissão de trabalhadores a condição análoga a de escravo, sendo elas a sujeição a trabalhos forçados, a jornada exaustiva, a condições de degradantes de trabalho e a restrição por qualquer meio, da locomoção em razão de dívidas contraídas face ao empregador ou a seu preposto. Esta atualmente é a regra legal penal que vem a definir o termo condição análoga a de escravo no País.

O artigo em questão reza que:

> Art. 149. Reduzir alguém condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.
>
> Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

O direito do trabalho através da Instrução Normativa nº 91/2011 oriunda da Secretaria de Inspeção do Trabalho, em linhas gerais repete o conteúdo da norma penal, entretanto, a aludida Instrução vai além, no sentido de orientar os Auditores do que se pode considerar, trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho e restrição a locomoção do trabalhador.

Em linhas gerais estes são os precedentes legais que tratam do trabalho em condição análoga a escravidão no Brasil.

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

No dia 10 de dezembro de 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos

Humanos marco do processo de reconstrução iniciado logo após a Segunda Grande Guerra. Este sistema encontra-se em vigor até os dias atuais.
A proposta nasce em um período onde o aviltamento do ser humano imperava tendo em conta o quadro de guerra da época. Nasceu com isso uma série de procedimentos no sentido de valorização da ética e dos direitos humanos, podendo-se destacar entre eles, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Organização Internacional do Trabalho.
A gama de instrumentos internacionais se perfaz deveras obtusa, situação que se torna ainda mais complexa se considerar as diversidades dos Países que a ela se aderem, tais como diferenças econômicas, sociais, culturais, sistemas políticos dentre outras peculiaridades. Surge dai a necessidade de divisão entre sistema global e regional de proteção aos direitos humanos, onde cada um deles apresenta mecanismos jurídicos próprios, onde a Convenção Americana de Direitos Humanos se personifica no principal do Sistema Interamericano de Proteção tendo em conta originar-se dai a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Constitui-se de órgão autônomo e de maior destaque da Organização dos Estados Americanos e suas atribuições encontram-se previstas na Carta da OEA e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
A ideia de criação de uma Corte Interamericana de Direitos Humanos origina-se na aprovação pela OEA da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, em 1948, na cidade de Bogotá – Colômbia. Este instrumento é considerado o primeiro documento internacional sobre direitos humanos da Declaração de Direitos Deveres do Homem.
Com a aprovação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ocorrida em 1969, com entrada em vigor em 1978 e ratificada em 1992, por Argentina, Barbados, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.
Esta Convenção, popularmente denominada Pacto de Jan Jose da Costa Rica estabelece direitos humanos aos quais os Estados acima referidos se comprometem, em âmbito internacional a se submeterem e respeitarem as garantias ali constantes.
O Brasil reconheceu o Pacto através do Decreto legislativo nº 89/98 e por consequência, se submeteu a sua competência obrigatória em casos atinentes a interpretação e aplicação da Convenção para fatos ocorridos a partir do seu reconhecimento.
A Corte está sediada na cidade de San Jose – Costa Rica, entretanto, de acordo com o previsto em seu art. 58, a sede pode ser alterada, bem como alterar a sede em sede de Assembleia Geral e realizar reuniões no território de qualquer Estado-Membro da OAB – Organização dos Estados Americanos que julgue conveniente de acordo com seus membros e o aceite do Estado.
A principal finalidade da Corte consubstancia-se em garantir os direitos humanos promovendo recomendações e relatórios. A Corte exerce ainda sua autoridade através da análise de petições que recebe de entidades não governamentais,

indivíduos e grupos de indivíduos apresentando denúncias de violações aos direitos humanos, tudo de acordo com os artigos 44 a 51 da Convenção.
Para encaminhamento de petições à Corte há que ter havido o esgotamento dos recursos locais para solução da questão e não pode haver pendências de julgamentos sobre a questão em outros órgãos internacionais.
Reconhecendo sua competência para o Caso, nos termo do artigo 46 da Convenção, a Corte Interamericana de Direitos Humanos analisa a denúncia e promove levantamento de informações no local das denúncias para fins de aferir a veracidade das alegações. Este procedimento inclui inclusive procedimento investigatório no País denunciado. Constatada a prática a Comissão iniciará as tratativas para a Solução amistosa do litígio, que em sendo exitosa, ensejará o encaminhamento dos termos para publicação junto a Organização dos Estados Americanos – OEA.
Caso não haja solução amistosa será exarado Relatório minucioso do caso com possíveis recomendações ao Estado envolvido e em três meses sanar o caso ou encaminhá-lo a Corte ou decorrido tal lapso temporal a própria comissão poderá emitir Parecer e conclusões sobre o caso.
Frise-se que o caso ora analisado teve seu encerramento via Solução Amigável, o que inibe um aprofundamento maior no deslinde dos procedimentos na Corte em casos de continuidade tendo em conta a ausência de resolução neste sentido.

O CASO JOSÉ PEREIRA

Em dezembro do ano de 1994 através da *"Peticion"* nº 11.289, a República Federativa do Brasil foi denunciada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pelas organizações não governamentais Américas Watch e o Centro da Justiça e Direito Internacional por ocorrência de prática de trabalho forçado, caracterizando assim a submissão de pessoas à condições análogas a de escravo, violação ao direito à vida e à justiça no Estado do Pará.
De acordo com o arrazoado, o Brasil violou as regras adstritas nos artigos I – direito à vida, à liberdade, à segurança e a integridade pessoal; XIV – direito ao trabalho e a uma justa remuneração; XXV – direito à proteção contra a detenção arbitrária, todos da Declaração Americana sobre Direitos e Obrigações do Homem, bem como os artigos 6 – proibição contra escravidão e servidão; 8 – garantias judiciais e 25 – proteção judicial, combinados com o 1 da Convenção Americana sobre Direito Humanos.

OS FATOS DA DENÚNCIA

Os fatos que permearam a denúncia asseguram que no ano de 1989, José Pereira, à época com dezessete anos de idade foi, juntamente com sessenta outros trabalhadores, por intermédio de falsas promessas contratado por intermediadores, também chamados de "gatos", para trabalhar na Fazenda Espírito Santo, localizada ao Sul do Estado do Pará.
Ao chegar o local de trabalho se depararam com um quadro de condições desumanas e ilegais, além de terem suas liberdades cerceadas e condições características de trabalhos forçados e em condições indignas e degradantes.
Sustentam ainda que a vítima José Pereira e um colega conhecido apenas pelo apelido de "Paraná", inconformados com as condições tentaram fugir a pé da fazenda, mas foram alvejados por tiros de fuzis, disparados por capangas do local.

Acreditando que ambos estivessem sem vida, o que ocorreu com "Paraná", os criminosos colocaram os corpos num carro tipo picape e os dispensaram em um terreno baldio. A vítima fingiu estar morta para tentar sobreviver, entretanto, em consequência dos tiros, perdeu um dos olhos e a mão direita.
José Pereira conseguiu chegar até uma fazenda das imediações clamando por socorro e conseguiu em seguida ir até a uma Delegacia para denunciar os fatos.
A denúncia aduz que os fatos demonstrar falta de proteção e garantias do Brasil, tendo em conta a ausência de respostas imediatas e adequadas sobre as aludidas práticas que relatam serem costumeiras na região, contribuindo, dessa feita, para a perpetração da prática.
Instam a responsabilidade do Brasil tendo em conta que a prática é comum não somente naquela região, mas também em outras no interior do País.
A prática se dá ante o recrutamento de pessoas carentes e sem estudos que se iludem com as promessas dos intermediadores. Ao chegarem ao local de trabalho, em regra muito distante do seu local de origem, os trabalhadores deparam com situações muito diversas daquelas prometidas na contratação, sofrendo violências das mais variadas, dentre elas a retenção de documentos, dívidas financeiras que limitam seus salários e por consequência a permissão para sua saída do local (que não é permitida senão após o pagamento do saldo devedor).
Instam morosidade excessiva nas investigações e na condenação dos responsáveis, bem como conluio entre policiais e donos de fazendas tendo que os primeiros ao invés da busca pela ordem acabam por trabalhar para os fazendeiros devolvendo vítimas que fogem o local, assim como o Ministério do Trabalho e Emprego e a Polícia Federal que se colocam totalmente omissas frente a situação. A Polícia Federal inclusive limitou-se a promover investigações sobre a denúncia, mas, recebe reclamações desde 1987 sobre os casos ocorridos na Fazenda Espírito Santo, mantendo-se inerte, tanto que até a apresentação dos fatos à Comissão, não havia qualquer punição, nem para os responsáveis pelo ocorrido em estudo, tampouco por outros inúmeros casos semelhantes ocorridos na região.
Asseguram que o Brasil se coloca na condição de cúmplice tendo em conta a perpetração da impunidade já que no ano de 1996 – seis anos após a ocorrência do fato - o conjunto probatório do caso já estava se deteriorando sem que houvesse uma conclusão de âmbito penal.
No ano de 1998 o Ministério Público apresentou denúncia do caso ao Juízo em face de cinco acusados, sendo eles, Francisco de Assis Alencar, José Gomes de Melo, Augusto Pereira Alves e Carlos de Tal, por tentativa de homicídio e redução à condição análoga a de escravo e, pelo crime de redução à condição análoga a de escravo em face do réu Arthur Benedito Costa Machado.
Arthur foi condenado a dois anos de reclusão, entretanto, dado o transcurso do tempo, já que a sentença foi prolatada e a demanda foi eivada pelo fenômeno da prescrição, assim a pena, embora pudesse ser vertida em prestações de serviços comunitários não pode ser executada. Os demais indiciados tiveram a demanda encaminhada para a Justiça Federal e ato contínuo, decretada a prisão preventiva que nunca foi executada.
Após uma séria de audiências a Comissão aprovou na data de 24 de fevereiro de 1999, o Relatório sobre a admissibilidade do caso e considerou o Brasil responsável por violações dos ditames da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e da Convenção Americana de Direitos Humanos. O relatório foi

encaminhado ao Brasil em março daquele ano contendo em seu bojo nove Recomendações com prazo de dois meses para serem procedidas.
Dentre as recomendações estava a necessidade de adoção de reprimendas a prática de redução de trabalhadores a condição análoga a de escravos, tais como maior fiscalização e coordenação de procedimentos entre os órgãos federais locais para a reprimenda, assim também foi consignada a necessidade de procedimentos legislativos a fim de determinar consequências civis e penais aos responsáveis.
Em 14 de outubro de 2003 foi realizada uma reunião que desencadeou o encerramento da querela através do Acordo de Solução Amistosa assinado em 18 de setembro de 2003 entre as partes.

A SOLUÇÃO DO CASO E AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

José Pereira e a República Federativa do Brasil, dado o reconhecimento da Federação de responsabilidade pelos fatos ocorridos, entabularam Acordo de Solução Amistosa, onde o Brasil assumiu uma série de responsabilidades.
Esse tipo de solução não é incomum no que se refere aos Países membros da Corte Interamericana de Direitos Humanos, entretanto, o caso passa a ser relevante tendo em conta que foi a primeira vez na qual o Brasil não só reconheceu a existência de trabalho desenvolvido em condições análogas a de escravo em seu território como também a responsabilidade pela ocorrência em âmbito internacional.
Pela impunidade que se observou no caso em tela, em especial pela incapacidade estatal no que tange a prevenção e punição ao expediente de submissão de empregado a condição análoga a de escravo o Brasil assumiu várias responsabilidades, dentre elas: o reconhecimento público da responsabilidade do Estado brasileiro com relação à violação de direitos humanos; julgamento e punição dos responsáveis individuais; continuar com os esforços para o cumprimento dos mandados judiciais de prisão contra os acusados pelos crimes cometidos contra José Pereira; Medidas pecuniárias de reparação a bem efetuar a indenização pelos danos materiais e morais a José Pereira, o Estado brasileiro encaminhou Projeto de Lei ao Congresso Nacional, aprovada em caráter de urgência, determinando o pagamento de R$52.000,00 à vítima; medidas de prevenção; melhorar a Legislação Nacional, que tem como objetivo proibir a prática do trabalho escravo no país, o Estado brasileiro compromete-se a implementar as ações e as propostas de mudanças legislativas contidas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; aprovação legislativa do Projeto de Lei nº 2130-A, de 1996 que inclui, entre as infrações contra a ordem econômica, a utilização de mecanismos “ilegítimos da redução dos custos de produção como o não pagamento dos impostos trabalhistas e sociais, exploração do trabalho infantil, escravo ou semiescravo”; e a modificação do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; o Estado brasileiro compromete-se a defender a determinação da competência federal para o julgamento do crime de redução análoga à de escravo, com o objetivo de evitar a impunidade.
Além disso, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade de promover medidas de fiscalização e repressão do trabalho escravo; fortalecer o Ministério Público do Trabalho; velar pelo cumprimento imediato da legislação existente, por meio de cobranças de multas administrativas e judiciais, da investigação e a apresentação de

denúncias contra os autores da prática de trabalho escravo; fortalecer o Grupo Móvel do MTE; realizar gestões junto ao Poder Judiciário e a suas entidades representativas, no sentido de garantir o castigo dos autores dos crimes de trabalho escravo; a realização de campanha nacional de sensibilização contra a prática do trabalho escravo, prevista para outubro de 2003, e com um enfoque particular no Estado do Pará; realização de seminários sobre a erradicação do trabalho escravo.

CUMPRIMENTO PARCIAL DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

O rol de obrigações apontadas em face da Corte Interamericana de Direitos Humanos é deveras extenso e certamente o país não conseguiu cumprir integralmente com as determinações. Entretanto não se pode perder de vista os esforços e o grande avanço desenvolvido na direção de diminuir as ocorrências de submissão de empregados à condição análoga a de escravo no Brasil.

A respectiva indenização pecuniária assumida para pagamento direto à vitima José Pereira restou devidamente cumprida. Reprise-se que o pagamento acordado foi na monta de R$52.000.00.

Dentre os procedimentos do Brasil se pode constar alterações e criações legislativas tais como: a alteração a previsão do artigo 149 do Código Penal no sentido de ensejar um melhor fechamento do objeto do artigo, bem como acrescentar situações equiparadas ao trabalho em condição análoga a de escravo com o crime, sendo elas a submissão a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes e a restrição de qualquer forma de locomoção do trabalhador por motivo de dívidas em favor de empregadores ou prepostos.

Outra alteração importante foi a inclusão, por intermédio da PEC n. 57A/1999 que acrescentou a possibilidade de expropriação de imóveis urbanos e rurais em locais onde se verificar trabalhadores submetidos em condições análogas a de escravo, sem direito a indenizações por parte do proprietário.

Além das situações apresentadas, o Brasil ainda promoveu procedimentos no intuito de investigar e repelir a prática de submissão de trabalhadores a condições análogas a de escravo no seu território, tais como a criação do CONATRAE – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Forçado, do GERTRAF - Grupo Executivo para Erradicação do Trabalho Forçado e da Subcomissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Não bastassem as iniciativas mencionadas o Brasil ainda promoveu expedientes, tais como o desenvolvimento da Lista Suja do Trabalho Forçado, da Campanha Nacional para Erradicação de Trabalho Forçado, o Plano de Erradicação do Trabalho Forçado, Campanhas para erradicação do trabalho forçado.

Dessa forma verifica-se que o Brasil, embora não tenha conseguido não conseguido efetivar a totalidade das exigências promoveu condutas no sentido de se coagir e reprimir a prática em seu território.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como método de procedimento, será adotado o levantamento por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais publicados (por exemplo, doutrinas, legislação, jurisprudência, artigos científicos, notícias veiculadas em jornais e revistas e sites eletrônicos, entre outros), com o objetivo de revisar a literatura produzida acerca do tema deste estudo, sobretudo no tocante às principais questões atinentes a submissão de trabalhadores à condição análoga a de escravo no Brasil

as práticas preventivas tomadas pelo país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo estudo ora proposto se faz possível a conclusão de que o Brasil cumpriu com a maioria das exigências que assumiu quando da assinatura do Termo e nesse sentido o País desenvolveu importantes procedimentos no sentido de combater a prática de submissão de trabalhadores em condições análogas a escravidão, que em que pese seja promovida por particulares, conta com a morosidade da justiça nacional e o conluio de agentes de entidades que tem o dever de compelir tais fatos para se perpetrar.

O País evoluiu bastante no combate ao crime em tela criando departamentos e expedientes voltados a investigar e reprimir o aliciamento de trabalhadores, em especial considerando-se as alterações legais promovidas no escopo condições análogas a de escravo no seu território.

O caso José Pereira destacou-se por ser o precursor tanto pelo fato do Brasil ter assumido sua responsabilidade pelas omissões na investigação e na repressão da prática, bem como por ter cumprido a maioria das exigências propostas na Solução Amigável, destacando-se assim com um dos Países mais ativos na busca da erradicação do trabalho análogo ao de escravo.

O papel da Comissão Interamericana de Direito Humanos foi essencial na solução da controvérsia e por consequência relevou-se sua importância tendo em conta que sua participação promove visibilidade internacional a questão e desperta o desenvolvimento de políticas públicas no combate a violações de direitos humanos.

Em que pese a submissão de trabalhadores a condições de trabalho análogas a de escravo ainda existir no Brasil, pode se concluir que os procedimentos adotados encaminham o País para a erradicação da prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo ora proposto se faz possível a conclusão de que o Brasil cumpriu com a maioria das exigências que assumiu quando da assinatura do Termo e nesse sentido o País desenvolveu importantes procedimentos no sentido de combater a prática de submissão de trabalhadores em condições análogas a escravidão, que em que pese seja promovida por particulares, conta com a morosidade da justiça nacional e o conluio de agentes de entidades que tem o dever de compelir tais fatos para se perpetrar.

O País evoluiu bastante no combate ao crime em tela criando departamentos e expedientes voltados a investigar e reprimir o aliciamento de trabalhadores, em especial considerando-se as alterações legais promovidas no escopo de evitar a submissão de trabalhadores à condições análogas a de escravo no seu território.

O caso José Pereira destacou-se por ser o precursor tanto pelo fato do Brasil ter assumido sua responsabilidade pelas omissões na investigação e na repressão da prática, bem como por ter cumprido a maioria das exigências propostas na Solução Amigável, destacando-se assim com um dos Países mais ativos na busca da erradicação do trabalho análogo ao de escravo.

O papel da Comissão Interamericana de Direito Humanos foi essencial na solução da controvérsia e por consequência relevou-se sua importância tendo em conta que sua participação promove visibilidade internacional a questão e desperta o desenvolvimento de políticas públicas no combate a violações de direitos humanos.

Em que pese a submissão de trabalhadores a condições de trabalho análogas a de escravo ainda existir no Brasil, pode se concluir que os procedimentos adotados encaminham o País para a erradicação da prática.

REFERÊNCIAS

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Os Tribunais Internacionais Contemporâneos.** FUNAG: Brasília, 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1018-tribunais-internacionais-contemporaneos.pdf

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Os Tribunais Internacionais e a Realização da Justiça.** Renovar. Rio de Janeiro, 2015.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Relatório nº 95/03.** 2003. Disponível em: https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais.** 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Luiz Flavio; PIOVESAN, Flávia. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito Brasileiro.** Revista dos Tribunais, 2000

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Os sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos: uma analise comparativa dos sistemas interamericano, europeu e africano.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

NETO, Vito Paulo. **Conceito Jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo.** Ed. São Paulo, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 7.ed. Saraiva, 2007.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9943.htm. Acesso em 20.10.2016

https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1538.htm

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O CONTEXTO NEOLIBERAL E SEUS REABATIMENTOS NA POLÍTICA DE SAÚDE BRASILERA

THE NEOLIBERAL CONTEXT AND ITS RESTRUCTURING IN BRAZILIAN HEALTH POLICY

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

NASCIMENTO, Daiana Cristina do
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) campus Franca
Assistente Social mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social
daiananascimentto@hotmail.com

GAZETA, Bruna Alves
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) campus Franca
Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social
brunagazeta@hotmail.com

Resumo

O artigo visa tecer reflexões acerca da política de saúde no contexto neoliberal, salientando as recorrentes privatizações e os impactos destas para os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), a destacar seus rebatimentos no cotidiano do exercício profissional dos Assistentes Sociais. Trata-se de um ensaio teórico com ênfase no fortalecimento do compromisso com os preceitos da Reforma Sanitária, vislumbrando a construção da saúde como resultado das condições de vida, das relações de trabalho, para além da relação restritiva patológica, mas inserida na totalidade, tornando-se necessário o fortalecimento das perspectivas interdisciplinares e intersetoriais nessa conjuntura de sucateamento e enfraquecimento dos direitos sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Saúde. Assistente Social.

Abstract

The article aims at reflecting on health policy in the neoliberal context, highlighting the recurrent privatizations and their impact on the workers of the Unified Health System (SUS), highlighting their repercussions in the daily practice of Social Workers. It is a theoretical essay with an emphasis on strengthening commitment to the precepts of Sanitary Reform, looking at the construction of health as a result of living conditions, work relations, beyond the restrictive pathological relationship, but inserted in totality, making the strengthening of interdisciplinary and intersectoral perspectives is necessary in this juncture of scrapping and weakening of social rights.

Keywords: Neoliberalism. Health. Social Worker**.**

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa suscitar breves considerações acerca da política de saúde no contexto neoliberal, bem como das recorrentes privatizações e os impactos destas para os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), a destacar os rebatimentos no cotidiano do exercício profissional dos Assistentes Sociais.

Na contemporaneidade, a política de saúde ocupa um lugar estratégico no desenvolvimento do capitalismo na sua era financeira, via captação do fundo público, o que se materializa como perdas de direitos para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus trabalhadores, em um processo constante de flexibilização do projeto de Reforma Sanitária.

A investida do grande capital no campo da saúde pública não é recente, uma vez que a relação entre o público e o privado é histórica e marca todo o processo de construção da saúde no Brasil. De um lado estão as propostas democráticas e universais oriundas da reforma sanitária, e materializadas através da seguridade social presente na Constituição de 1988, cujos projetos corroboram com a perspectiva do Serviço Social, e de outro lado os interesses neoliberais, de livre mercado, com o movimento privatista da saúde (ANDREAZZI; BRAVO, 2014).

Nesse contexto, o governo brasileiro respaldado pela perspectiva neoliberal tem voltado seus investimentos para a economia, diminuindo cada vez mais as verbas para as políticas sociais, de tal forma que não atendem todas as demandas de modo qualitativo. Com isso posto, tem-se vivenciado a privatização da coisa pública, corroborando para o desmonte dos direitos sociais conquistados, marginalizando o acesso e, consequentemente fortalecendo e ampliando as expressões da questão social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O sistema capitalista atravessa nestas últimas décadas, um período de profundas modificações no que tange seus padrões de acumulação, produção e reprodução social, abarcando em seu bojo infindas desigualdades, denominadas expressões da questão social. A gênese desse sistema encontra-se alocada na exploração do homem pelo homem através da alienação dos meios de trabalho, da força de trabalho e do produto do trabalho, sendo necessária a transformação da mais valia em lucro nesse processo de acumulação do capital (NETTO, 2010).

A organização do modo de produção aludido engendra antagonismos, na medida em que a apropriação das riquezas produzidas é privada, ou seja, com os avanços tecnológicos, com a regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, a manufaturação é constante, mas apenas os detentores do capital enriquecem com a extorsão dos trabalhadores. Não obstante, o mercado não incorpora todos os sujeitos, promovendo a expansão do exército industrial reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala, a flexibilização e terceirização das relações de trabalho inerentes à reestruturação produtiva, o desemprego estrutural e o crescimento da pauperização absoluta e relativa, no qual afeta diretamente as condições de vida dos trabalhadores e sua capacidade de organização e resistência (BEHRING; SANTOS, 2009).

Nesse contexto, alicerçado na ideologia neoliberal do livre mercado, do lucro, do juro, das altas taxas tributárias, o Estado inserido nessas contradições próprias

da sociedade capitalista, acaba tendo suas ações limitadas à função reguladora. É redefinido um novo papel para ele, o chamado "Estado Mínimo", que é mínimo para o social, mas máximo para o capital, como versa José de Paulo Netto em seus estudos.

Esses deletérios segregam a população, reforçando a divisão das classes sociais, intensificando a urgência das mobilizações em oposição a ordem hegemônica. Tudo isso é resquício de séculos de vigência do capitalismo, que acumula riquezas, assim como uma massa de trabalhadores, em situação de pobreza acentuada e generalizada. Em busca da hegemonia social, o Estado cerceia as liberdades individuais, emudece os dissensos e cada vez mais a questão social e suas expressões são naturalizadas.

Iamamoto (2011, p.27) traz em seus excertos, a "questão social aprendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem sua gênese no caráter coletivo da produção", diante disso, falar acerca dessas expressões vai além de uma trajetória unidimensional, trata-se de uma unidade de contradições e ambiguidades conexas com as metamorfoses do modo de produção, cujos traços singulares vão depender das configurações históricas da formação econômica e política de cada território.

Pastorini (2010) ratifica em sua obra, que as multifacetadas refrações da questão social apresentam novas complexidades, de acordo com o tempo histórico que se experencia, corroborando com a prerrogativa que não existe uma nova expressão da questão social como defendem alguns autores, mas ela apenas se transmuda. As demandas renovadas vêm tomando "ares de uma guerra civil não declarada, em um cenário de violência endêmica e de barbárie, que explodem periodicamente em situações coletivas e individuais" (BEHRING; SANTOS, 2009, p.9).

Em contrapartida, o Estado que possui uma direção de classe, utiliza as políticas sociais minimalistas como proteção social para camuflar, focalizar e judicializar as condições objetivas e subjetivas de extremo pauperismo que os não detentores dos meios de produção são acometidos. Assim sendo, as políticas existentes permanecem com abordagens fragmentadas e reparatórias, são concebidas na ideologia do favor, da ajuda, sequela de um governo paternalista, alicerçado em intervenções filantrópicas, permanece um estado opressor, mascarado por um discurso de democracia e participação social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O Estado enseja "políticas de pobres para pobres", reduzindo suas intervenções no campo social, apelando para a solidariedade social, optando por programas residuais, incapazes de "alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais", além do fortalecimento das intervenções do terceiro setor, nas quais legitimam e reforçam as alternativas privatistas para a questão social, esvaziando e descaracterizando os mecanismos da proteção social.

Dessa maneira, o avanço do neoliberalismo traz em seu bojo transfigurações que afetam diretamente as políticas sociais, dentre elas os serviços de saúde pública, que nos anos de 1970/1980 experienciou conversões com o fortalecimento do projeto da Reforma Sanitária cuja gênese se materializou em virtude das extensas insatisfações societárias acerca da conjuntura social, política e econômica engendrada na ditadura militar (*1964-1985).* Nesse contexto, "a saúde era vinculada

ao contrato de trabalho formal, tendo características de seguro e não de direito de cidadania [...] a saúde curativa restrita aos segurados" (MENICUCCI, 2014, p.79).

Profissionais de diversas áreas integravam a Reforma Sanitária, objetivando edificar um modelo de assistência à saúde, de dimensão universal, descentralizado e com participação social. Nesse sentido, aproximadamente quatro mil e quinhentas pessoas, em março de 1986 participaram da 8° Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, espaço no qual possibilitou reflexões e construções coletivas aprofundadas acerca da proposta do modelo aludido.

As discussões foram levadas para o debate da Constituição Federal de 1988, engendrando mutações no que concerne à saúde brasileira. Após a promulgação da referida legislação, a saúde passou a ser um direito de todos e dever do Estado, como versa o Art. 196. Salienta-se que a Reforma Sanitária consolidou-se como um movimento social, sendo um marco histórico em busca da superação do modelo privatista, curativista. A saúde nessa contextura passa a ser compreendida na sua integralidade para além das patologias físicas, mas como resultado das determinantes sociais.

A ofensiva neoliberal no Brasil ganhou forças no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1999), sua gestão teve como prioridade absoluta o econômico em detrimento do social, reforçando o ideário neoliberal, transferindo a responsabilidade do Estado com a proteção social para a sociedade civil. E, concomitantemente estimulando o voluntariado e incitando a transferência dos serviços sociais para a iniciativa privada (PEREIRA, 2012).

No entanto, mesmo havendo disputa entre os dois projetos, a Reforma Sanitária e o Modelo Privatista, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído, conquanto, em consequência da contra reforma do Estado, bem como das mutações das relações de trabalho e da reestruturação produtiva, têm-se vivenciado a mercantilização da saúde e a patologização da vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo configura-se como ensaio teórico, resultado das leituras, discussões e reflexões suscitadas na disciplina intitulada de "Saúde e Serviço Social: a dimensão educativa e interdisciplinar" do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) campus Franca.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As medidas de reestruturação e flexibilização em curso na área da saúde se materializam no processo gradativo de perda de direitos, seja para os trabalhadores da saúde, seja para os usuários dos serviços. Nessa contextura de recessões, estão inseridos os profissionais de saúde, a destacar os Assistentes Sociais, que assumiram o compromisso no seu projeto Ético Político com os princípios da Reforma Sanitária, de acesso democrático aos serviços de saúde através do trabalho interdisciplinar, na qual preconiza intervenções para além do imediato com perspectiva de integralidade.

> A intervenção orientada por esta perspectiva teórico-política pressupõe: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições

> materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e à ampliação dos direitos (PARÂMENTROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE, 2010, p.34-35).

De acordo com Ortiz (2014) uma das estratégias para o fortalecimento das ações na área na saúde, é a interdisciplinaridade que pode ser compreendida como estratégia metodológica, técnica dialética, instrumento de ação, mas se consolida também como uma postura profissional que permite transitar na diferença. Os Assistentes Sociais precisam superar o direcionamento endógeno da profissão e passarem a dialogar e compor com as outras áreas de saberes coletivamente, com vistas a conseguirem responder as demandas do cotidiano permeadas de complexidade.

A interdisciplinaridade não descaracteriza as dimensões privativas de cada profissão, mas reafirma a urgência de construções coletivas e práticas de assistência em saúde renovadas, nas quais suscitem a desconstrução positivista, ampliando e compreendendo as determinações no processo de saúde-doença. Faz-se necessário a interlocução entres as políticas sociais, as ações intersetoriais convergem e corroboram com os preceitos da Reforma Sanitária na medida em que descontroem a saúde apenas como uma política setorial, de enquadre clínico, reafirmando-a como resultado das condições de vida e trabalho.

Os trabalhos de base, de mobilização dos sujeitos precisam ser realizados, objetivando a problematização das expressões da questão social que atravessam seus cotidianos, através da apreensão particular, singular e universal nas suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais na conjuntura contemporânea.

Essa mobilização se materializará com a ocupação dos espaços de discussões e reflexões no trabalho desenvolvido pelos profissionais, de modo peculiar o do Assistente Social, uma vez que a categoria assumiu as expressões supracitadas como seu objeto de trabalho. Salienta-se que a luta pela afirmação de direitos, é uma luta contra o capital, sistema esse, tutelado por um Estado privatizado, clientelista, a favor da cultura da inflação, que adia as possibilidades de reformas democráticas e ampliação de direitos. Quando um sistema não consegue enfrentar manifestações de dissenso e, ao mesmo tempo, é capaz de lidar com as suas causas, surgem nesses períodos da história não só figuras e soluções ilusórias, mas também “realistas” da rejeição repressiva de toda crítica (MÉSZÁROS, 1987, p.61).

Como reposta aos movimentos contra o modelo hegemônico, o capital juntamente com o Estado utiliza seu regime autoritário e repressivo, no entanto, pela primeira vez na história seu oponente são seus próprios problemas que tomaram uma dimensão global, que como salienta Mészáros, não poderão ser “adiados” por muito mais tempo nem, tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem “exportados” como guerra generalizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gênese da política de saúde brasileira encontra-se associada com a constituição da sociedade burguesa, a partir do reconhecimento da questão social e das lutas da classe trabalhadora por algum tipo de proteção. Ou seja, estas estão relacionadas à luta de classes e expressa contradições imanentes ao capitalismo. Por um lado atende a pressão dos trabalhadores por direitos sociais e por outro a necessidade do capital de manter seu controle sobre o proletariado e dividir com o Estado os custos da reprodução da força de trabalho. Sem incorrer em interpretações dicotômicas as políticas sociais são, então, resultado da interação capital-trabalho, mediadas por um Estado que, apesar de absorver os conflitos sociais em curso, reforça a hegemonia do capital (ROS, 2014, p. 23).

A Constituição de 1988 na contextura brasileira consolidou grandes avanços nos direitos sociais, entretanto, diante da precarização do trabalho, da privatização, da focalização das políticas sociais, verifica-se o cotidiano profissional atravessado pelo adoecimento dos trabalhadores frente a tantas complexidades, pelo pessimismo e fatalismo, pela desvalorização dos trabalhadores, pela ausência de qualificação, o que contribui para os julgamentos moralistas alicerçados no senso comum.

> Esse processo desafia e provoca os trabalhadores de saúde a construir, na incerteza e na imprevisibilidade, um novo significado de relação com as históricas atribuições verticalizadas na saúde, para desconstruir as atividades fragmentadas, repetitivas, burocráticas e descoladas do movimento transformador da sociedade (SARRETA, 2012, p.12-13).

Esse é o cenário do exercício profissional dos Assistentes Sociais que através da criação de espaços plurais de discussões e de planejamento coletivo de ações interdisciplinares, intersetoriais, mobilizações de base, bem como efetivação do controle social conseguiram continuar lutando e resistindo em tempos de barbárie, práticas coletivas assim desenvolvidas se configuram como instrumento potente para disparar processos de mudança na construção de um novo modelo de assistência a saúde.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZI, Maria de Fátima; BRAVO, Maria Inês. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro. 2014. v. 12 n. 3, p. 499-518,set./dez. 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.2).

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Morais. **Questão social** e direitos. In: Serviço; Social e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS/CRESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília: 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENICUCCI, T. M. G. **História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde**: mudanças, continuidades e a agenda atual. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1. 2014.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. In: A crise estrutural do capital. São Paulo: Ensaio, 1987.

ORTIZ, Fátima Grave. **Serviço Social e trabalho interdisciplinar**. In: Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000 .Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida.Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. ***Serv. Soc. Soc***, São Paulo. 2012. n. 112, p.729-153, dez. 2012.

ROS, Ana Carolina Pontes. **Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto-SP.** 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. **O trabalho em saúde: desafios da educação permanente em saúde**. In: VIII Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário "O Trabalho em Debate". 2012.Unesp- Franca (SP).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

NETTO, José Paulo. **Economia Política :** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez 2010.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O DIREITO À SAÚDE PÚBLICA DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: JUDICIALIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

THE RIGHT TO HEALTH OF CHIDREN AND ADOLESCENTS: JUDICIALIZATION AND RIGHTS EFFECTIVENESS

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea: Outras áreas temáticas.

NAKAMURA, Fernanda de Castro
Universidade Estadual "Júlio Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Advogada, Mestra em Análise e Planejamento de Políticas Públicas e Doutoranda em Serviço Social
fernandanakamuraadv@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a análise sobre a questão da saúde pública das crianças e dos adolescentes no Brasil, no contexto posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988. Por meio de uma revisão da literatura e da análise documental, vislumbra-se que a Reforma do Estado empreendida na década de 90 pretendeu, dentre outras questões, desresponsabilizar o Estado frente a políticas sociais, resultando na focalização destas e na fragmentação dos serviços, em face da análise da hipossuficiência dos indivíduos, de modo a promover a seletividade em detrimento da universalidade do direito. Esse cenário impactou nos direitos da criança e do adolescente, uma vez que foi de encontro ao princípio da proteção integral descrito na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Neste contexto, a judicialização apresenta-se como alternativa à efetivação de direitos e à garantia do sistema de proteção integral, de modo a consolidar o eixo de proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Saúde, Judicialização, Estatuto da criança e do adolescente.

Abstract

The present study aims to analyze the issue of public health of children and adolescents in Brazil, in the context after the promulgation of the Constitution of 1988. It was performed a literature review and a documentary analysis, which enabled to see that the State Reform undertaken in the 1990s claimed, among other issues, to take off the responsibility of the State in the fullfilment of the social policies, resulting in the targetinf of these and the fragmentation of services, in face of the analysis of the economic lack of sufficiency of the individuals, in order to promote the

selectivity to the detriment of universality of the right. This scenario has impacted on child and adolescent´s rights, since it was against the principle of full protection as described in the Constitution of 1988 and in the Brazil's Statute of the Child and the Adolescent of 1990. In this context, the judicialization presents itself as an alternative to the rights effectiveness and the guarantee of full protection, so as to consolidate the protection of human rights of children and adolescents

Keywords: Health, Judicialization, Statute of the Child and the Adolescent.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de proteção à criança e ao adolescente colocado na Constituição Federal coloca como dever da família, da sociedade e do Estado, a oferta e garantia plena dos direitos fundamentais, com o intuito de se promover o desenvolvimento sadio do ser humano em formação. Após a promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº8.069 de 1990) regulamentou os direitos gerais e específicos da infância e da adolescência, contemplando o princípio da proteção integral e da absoluta prioridade.

Dentro do princípio da proteção integral estão elencados direitos gerais e específicos inerentes às crianças e adolescentes, devido às peculiaridades de sua condição, levando em consideração a formação da sociedade por intermédio dessa população em especial.

Assim, o direito à saúde contemplado como direito social no artigo 6º e universal no artigo 196, ambos da Constituição, aparece no campo da infância e da adolescência como corolário dos demais direitos que devem ser assegurados a essa população específica, como o direito à vida, dignidade, alimentação, lazer, dentre outros. Na esfera normativa, a saúde é vislumbrada em seu sentido completo, que abrange o estado de total bem-estar físico e psicológico, que irá permitir à criança e ao adolescente a total vivência e fruição dos demais direitos que lhe são inerentes.

A garantia desse direito faz parte das promessas constitucionais realizadas pelo Constituinte no que diz respeito à formulação de políticas sociais e econômicas que visem à oferta plena de serviços de saúde. Nesse contexto, a saúde aparece como um dever do Estado, sendo de absoluta prioridade às crianças e aos adolescentes.

Contudo, apesar do reconhecimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente na Constituição de 1988 e no ECA, posteriormente, tem-se que a estruturação das políticas sociais no sistema democrático de direito, sobretudo após a Reforma do Estado na década de 90, contribuiu para a reordenação do conceito universal dos direitos fundamentais do ser humano, colocando no âmbito da proteção estatal o aspecto socioeconômico dos indivíduos.

O redirecionamento das políticas públicas e bens da assistência pública aos mais pobres impactou no sistema de garantia dos direitos do ser humano, de modo a propiciar a seletividade em detrimento da universalização dos direitos do ser humano. No campo da saúde pública, os direitos da criança e do adolescente sofreram com o detrimento do acesso aos serviços de forma integral, não somente no aspecto da noção saúde-doença, mas em todo o conceito que envolve a vida e a dignidade da pessoa humana em formação.

Vislumbrando sobre as consequências no campo das políticas públicas no contexto neoliberal, verifica-se que os direitos sociais, apesar de fazerem parte do princípio da proteção integral, não se integraram como parte da agenda política nos anos que se sucederam à promulgação da Constituição Federal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O DIREITO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

A saúde, em seu sentido comum, deve ser compreendida como um completo estado de bem-estar físico, mental e social, de forma a permitir ao ser humano o gozo pleno de todos os direitos que lhe são inerentes (OMS, 1946).

No campo da infância e da adolescência, a saúde além de abarcar o sentido comum, deve estar inserida em um contexto que permita o reconhecimento da peculiaridade do ser humano em formação e o seu desenvolvimento sadio, através de práticas que envolvam a sua proteção por parte da família, sociedade e Estado.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trata sobre o direito à saúde da criança e do adolescente dentro do conceito do princípio de proteção integral estabelecido pelo seu artigo 227[1]. Esse princípio reconhece a criança e o adolescente como detentores de direitos que lhe são inerentes pela própria condição humana e, de direitos especiais que envolvem as peculiaridades do ser humano em desenvolvimento.

Ainda no âmbito normativo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em 1990, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz como direito das crianças e dos adolescentes a proteção à vida e à saúde "mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência" (ECA, 1990, artigo 7º).

A incorporação desse princípio na norma constitucional e na legislação especial brasileira deveu-se ao reconhecimento da proteção dos direitos fundamentais inscrita na Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, além da referência das normas internacionais, como a Declaração dos Direitos das Crianças em Genebra de 1924, a Declaração dos Direitos das Crianças do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 1959[2], a Convenção sobre os Direitos da Criança da UNICEF de 1989[3], dentre

---

[1] BRASÍLIA, **Constituição Federal**, 1988. Art. 227: *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*.

[2] No princípio II da Declaração é preconizado o direito à especial proteção para o desenvolvimento físico, mental e social da criança: *A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade . Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança*. UNICEF, **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**, 1959. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html. Acesso em setembro de 2017.

diversos instrumentos das Agências Especializadas e das organizações internacionais que tratam sobre o bem estar da criança.

Fuziwara (2013) dispõe que a construção dos direitos humanos é algo recente, assim como o é no campo da infância e da adolescência. As peculiaridades que envolvem a condição especial da criança e do adolescente trazem consigo um histórico de negação e passividade às violações desses direitos. Segundo a autora:

> A literatura especializada tem possibilitado maior divulgação da realidade vivida pela criança e pelo adolescente. Se por um lado isso pode ser um indicador importante sobre o reconhecimento das particularidades dessa fase de desenvolvimento em toda sua complexidade, por outro, devido à cultura existente, ainda termos a passividade da sociedade em relação às violações. As discussões sobre a violação dos direitos da criança muitas vezes deixam de articular as determinações macrossocietárias. Se a literatura científica vem avançando nessa crítica, a mídia mantém a postura de enfocar os "pobres abandonados" e os "infratores", colocando-os na mesma perspectiva justificadora das violações e mantendo a lógica menorista do Código de Menores (FUZIWARA, 2013, p. 533).

O reconhecimento da condição da criança e do adolescente no campo normativo, após a Constituição de 1988, passou a conviver com a lógica permeada pela agenda neoliberal da Reforma do Estado na década de 90. A universalização do direito à saúde, nesse aspecto, é colocada sob a lógica da contenção de gastos e da desresponsabilização Estado frente a programas sociais, colocando ao lado da universalidade, a seletividade dos indivíduos, de modo a construir políticas sociais focalizadas que visem ofertar o mínimo aos mais pobres (NAKAMURA, 2016).

Sob essa perspectiva, Netto (2009) explica que na orientação econômico-social do capitalismo monopolista, o peso das políticas sociais visa ao resguardo desse modelo de desenvolvimento. No campo estritamente político, essas políticas configuram-se como a base da ordem sociopolítica, ofertando "um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como "social", como mediador de interesses conflitantes" (NETTO, 2009, p. 31).

No sistema capitalista, a negação e violação da condição de titulares de direitos conferidos às crianças e adolescentes é algo premente e visível. Fuziwara (2013) ao tratar sobre a luta pelos direitos fundamentais no sistema democrático brasileiro esclarece que:

> [...] há uma tendência de a luta se expressar mais em buscar "conservar" os direitos minimamente consensuais (à vida, à sobrevivência, à alimentação). Tão grave é a realidade de crianças diante dos conflitos gerados pelo capitalismo vigente, que se apresentam os recuos com uma aparente agenda limitada de reivindicações. É esse contexto de barbárie que deve

[3] No preâmbulo da Convenção coloca-se a necessidade de se conferir proteção especial às crianças*: Tendo em conta que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança.* UNICEF, **Convenção sobre os direitos da criança**, 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em setembro de 2017.

> nos alarmar, sendo crucial a adoção de estratégias que se dirijam a outro projeto de sociedade (FUZIWARA, 2013, p. 534).

Nessa conjuntura, há de se colocar que na realização da política de atendimento à criança e ao adolescente, a saúde encontra-se como meio de ofertar ao ser humano em desenvolvimento o pleno acesso aos demais direitos que lhe são inerentes e decorrentes do direito à vida com dignidade. O reconhecimento da diferença existente entre a criança e o adulto, permeia a necessidade de se construir políticas sociais voltadas a esse segmento específico da população.

A esse respeito, Mendonça (2002) ao tratar sobre a proteção social da infância e da adolescência com vistas à equidade, esclarece que:

> A evolução dos direitos sociais coincidiu com o avanço da sociedade de bem-estar que publicizou a educação e a saúde, estabelecendo a universalização e obrigatoriedade da atenção educacional e sanitária aos jovens, como condições mínimas para o desenvolvimento do indivíduo dentro de marcos civilizatórios, além de outras formas de assistência que conferem à família renda e trabalho ou formação para o trabalho, no caso dos jovens. São recentes as leis de proteção à criança e ao adolescente que instituíram a igualdade entre membros legítimos e ilegítimos de uma família, tendo por base o homem, chefe de família, permitindo que todos os filhos tivessem acesso aos bens familiares. O direito, em caso de litígio, de definir quem oferece melhor condição à criança, também é benefício atual na definição da guarda ou tutela familiar.

Sobre os direitos humanos da criança e do adolescente ressalta-se a existência dos eixos de proteção e de promoção dispostos na Resolução nº 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O eixo caracterizado pela proteção foca na efetivação dos direitos via acesso pela justiça, com a atuação de órgãos especializados a esse fim, conforme se verá no tópico a seguir.

2.2 JUDICIALIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

A judicialização se caracteriza pela discussão de questões afetas ao Poder Executivo e Legislativo no âmbito do Poder Judiciário, de forma a destacar o poder coercitivo das decisões judiciais na implementação das leis e efetivação de políticas públicas (NAKAMURA, 2016).

No campo da infância e adolescência, o eixo de proteção dos direitos humanos destacado pela Resolução nº 113 do CONANDA coloca que a via de acesso à justiça, a judicialização, se perfaz em um dos meios de se recorrer aos mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos gerais e especiais, a fim de se assegurar sua impositividade e exgibilidade (artigo 6º da Resolução nº113 do CONANDA).

Para se garantir a efetivação desses direitos, há a disposição de diversos órgãos públicos e judiciais, como as varas especializadas da infância e juventude, as varas criminais, os órgãos públicos ministeriais, defensorias públicas, advocacia geral da união, polícia civil judiciária, polícia militar, conselhos tutelares e ouvidorias (artigo 7º da Resolução nº113 do CONANDA).

Todo o aparato colocado à disposição para a proteção dos direitos básicos da criança e do adolescente encontra-se normatizado no artigo 208 do ECA, que ao

dispor sobre a tutela judicial dos interesses difusos e coletivos, coloca a necessidade de se garantir o acesso às ações e aos serviços de saúde. A esse respeito, Digiácomo et. al. apontam que:

> Caso não satisfeitos, de maneira espontânea, os direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição Federal, Lei nº 8.069/1990 e demais Diplomas Legais, e/ou caso aqueles sejam de qualquer modo ameaçados ou violados, em especial nas hipóteses relacionadas no art. 98, do ECA, abre-se espaço à intervenção do Poder Judiciário, como forma de garantir sua plena *efetivação* (tal qual previsto no art. 4º estatutário), proporcionando, de maneira *concreta*, a *proteção integral* infanto-juvenil, prometida já no art. 1º estatutário. Diante da extrema relevância dos direitos e interesses que estão em jogo, assim como da clareza dos *deveres* impostos fundamentalmente ao Poder Público para com suas crianças e adolescentes e do alcance do *princípio constitucional* da *prioridade absoluta* à criança e ao adolescente, a mencionada intervenção judicial pode ser dar da forma mais ampla possível, através de "*todas as espécies de ações pertinentes*" (cf. art. 212, do ECA), tanto no plano individual quanto coletivo. As ações podem ser manejadas pelos legitimados do art. 210, do ECA, sendo competente a Justiça da Infância e da Juventude do local onde ocorreu ou deveria ocorrer a ação ou omissão (arts. 209 c/c 148, inciso IV, do ECA), e podem gerar a *responsabilidade* dos agentes aos quais se atribui a ação ou omissão lesiva aos interesses infanto-juvenis (arts. 5º e 216, do ECA).

A omissão por parte do Poder Público no campo da saúde pública se perfaz pela ausência de oferta plena das ações e serviços. Nesse âmbito, verifica-se que a não realização de políticas públicas ocasiona a negação e violação de diversos outros direitos que são corolários da saúde, como a vida e dignidade.

Na conjuntura da focalização das políticas sociais, compreendendo-se desde a década de 90 até os dias atuais, vislumbra-se sobre a seletividade dos indivíduos em detrimento à universalidade do direito. Esse fator contribui para a não realização plena das políticas de saúde, resultando em um acesso diferenciado no que diz respeito às crianças e adolescentes em situação de hipossuficiência econômica.

O sistema de proteção integral normatizado pelo ECA traz como vertente fundamental a condição peculiar de desenvolvimento do ser humano em tenra idade, sendo umas das leis mais completas no que tange à proteção da criança e do adolescente. A lei abrange a garantia do direito à saúde desde o ventre materno, protegendo o nascituro, até que este complete a idade considerada dentro da proteção legal do ECA, qual seja a de 18 anos. Dessa forma, em face das disposições normativas relativas à infância e adolescência, é de se destacar que a via de acesso judicial, muitas vezes, configura-se como um meio eficaz de se resguardar direitos, além de representar a concretização de um dos aspectos do eixo de proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do presente trabalho consistiu na realização de uma revisão da literatura sobre o tema dos direitos humanos da criança e do adolescente, e na análise normativa das leis e documentos internacionais em vigor.

A construção teórica argumentativa sobre o tema possibilitou vislumbrar o

cenário da saúde pública das crianças e adolescentes no Brasil, bem como os meios de efetivação postos para a garantia de seus direitos, levando em consideração a peculiaridade do ser humano em desenvolvimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise sobre a garantia do direito à saúde da criança e do adolescente no Brasil, no contexto posterior à Reforma do Estado permite a visualização de um cenário avançado em termos de legislação e instrumentos de garantia e proteção dos direitos humanos, da mesma forma em que deixa clara a existência de falhas relacionadas à efetivação desses direitos.

A focalização das políticas sociais no contexto neoliberal após a promulgação da Constituição de 1988 fez com que a universalidade dos direitos passasse a conviver com a seletividade dos indivíduos, de modo a resultar em um acesso diferenciado aos bens e serviços da saúde pública, uma vez que a análise da hipossuficiência econômica passou a ser requisito para a realização dessas políticas.

Em face da desresponsabilização do Estado e da retração do financiamento na área da saúde, a judicialização passou a ser vista como alternativa à efetivação de direitos, pois a coercibilidade das decisões judiciais permite uma resposta mais eficaz às necessidades da criança e do adolescente, sendo parte importante do eixo de proteção aos direitos humanos colocado pela Resolução nº 113 do CONANDA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde pública faz parte dos direitos inerentes à condição humana, sendo a sua efetivação essencial para o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes. A garantia às ações e serviços de saúde afigura-se como fundamental para população infantojuvenil, que necessita se encontrar em um estado de pleno bem estar físico e psicológico para poder usufruir direitos básicos como educação, alimentação, lazer, cultura, dentre outros.

Entretanto, por vezes esse direito básico é violado por força da omissão estatal em prover políticas de saúde que atendam a esse público em específico, acabando por aprofundar iniquidades e selecionar os indivíduos em detrimento da universalidade conferida ao direito à saúde na Constituição de 1988.

A judicialização surge, assim, como alternativa à efetivação e como aspecto muitas vezes essencial ao sistema de proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente, em face da imposição e coercitividade das decisões judiciais, de modo a contribuir para a garantia do direito à saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº8069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: 1990.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da criança e do adolescente. Curitiba, PR: 2010. Disponível em: www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/.../ECA_comentado.pdf. Acesso em setembro de 2017.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**, 1959. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html. Acesso em setembro de 2017.

_____. **Convenção sobre os direitos da criança**, 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em setembro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006**. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos - CEDECA Interlagos

FUZIWARA, Áurea Satomi. Lutas sociais e direitos humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº115, p. 527-543, jul./set. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração dos direitos humanos**, 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Constituição da Organização Mundial de Saúde**, 1946. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html. Acesso em setembro de 2017.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, nº18 (suplemento), p. 113-220, 2002.

NAKAMURA, Fernanda de Castro. A saúde e o desenvolvimento social: a judicialização e os limites do Estado. **Revista Sociedade em Debate**, volume 22,

número 02, dezembro de 2016, p.278-298. Disponível em: http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1333. Acesso em janeiro de 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O IMPACTO SOCIAL NA FAMÍLIA APÓS A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR: A NECESSIDADE DE SE CUIDAR DE QUEM CUIDA

THE SOCIAL IMPACT ON THE FAMILY AFTER DISEMPOWERMENT OF FAMILY POWER: THE NEED TO TAKE CARE OF WHO

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

NAQUES FALEIROS, Maria Carolina de Pádua Pinto
Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP Franca
Advogada. Assistente Social e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais "- UNESP Franca
E-mail: carolinadepadua@yahoo.com.br

Resumo

A criança e o adolescente têm recebido da sociedade um olhar que se modifica conforme o momento histórico e a local em que estes vivem. As práticas voltadas para o exercício do cuidado também se modificam estando atreladas ao momento histórico das concepções de infância e adolescência. Na atualidade o papel de cuidar é primeiramente da família, que tem por obrigação legal proteger a criança e o adolescente, além de lhe assegurar condições de saúde, educação, nutrição e o proteger de todos os tipos de violência. E quando quem deveria cuidar, não recebe cuidado, e não cuida? Qual é o papel do Estado nessa relação de cuidado? Qual o limite da invasão Estatal na vida privada das famílias? Qual o impacto social na família quando o Estado retira de sua convivência seus filhos? Essas são algumas das questões que nos intrigam e nos levam a refletir sobre as relações sociais de crianças e adolescentes brasileiras e sua relação com a família, sociedade e Poder Público. Nossa pesquisa acontecerá em um CREAS, de uma cidade do interior paulista e tem por objetivo conhecer as intervenções da equipe multidisciplinar do CREAS nos processos de Destituição do Poder Familiar e analisar o papel do Estado no tocante à responsabilização das famílias que tiveram o Poder Familiar destituído. Utilizaremos a abordagem de grupo focal e pesquisa será baseada no método histórico-dialético de Marx, à partir das concepções ontológicas do ser social.
Palavras-chave: Destituição do Poder Familiar, Criança e Adolescente, Políticas Públicas.

Abstract

The child and the adolescent have received from society a view that changes according to the historical moment and the place in which they live. The practices aimed at the exercise of care also change, being linked to the historical moment of conceptions of childhood and adolescence. At present the role of caring is primarily of the family, whose legal obligation is to protect the child and adolescent, as well as to ensure health, education, nutrition and protection from all types of violence. And when who should care, does not receive care? And do not you care? What is the role of the State

in this relationship of care? What is the limit of the State invasion in the private life of families? What is the social impact on the family when the State withdraws its children from their coexistence? These are some of the issues that intrigue us and lead us to reflect on the social relations of Brazilian children and adolescents and their relationship with family, society and Public Power. Our research will take place in a CREAS, a city in the interior of São Paulo, and aims to know the interventions of the multidisciplinary team of CREAS in the processes of Destitution of Family Power and analyze the role of the State with regard to the accountability of families who have had Family Deprived . We will use the focus group approach and research will be based on Marx's historical-dialectical method, based on the ontological conceptions of social being.
Keywords: Destitution of Family Power, Child and Adolescent, Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A concepção de infância e adolescência do passado[1] do presente são muito diferentes, demonstrando claramente que elas vêm se modificando ao longo dos anos conforme o momento histórico, conforme a localidade e ainda conforme a importância que a criança e o adolescente representam para a sociedade e para o Estado.

Na Idade Média[2] não havia o entendimento de que a infância correspondia a uma etapa particular da vida, não havia distinção das crianças e dos adultos. A grande mortandade das crianças em tenra idade levava os pais a não as considerar tão importante. Não existia o sentimento de infância como conhecemos hoje, mas não significa dizer que as crianças fossem desprezadas, somente que a sociedade não as via como indivíduos em desenvolvimento e com particularidades distintas dos adultos. (ARIÈS, 1981)

Essa concepção se estendeu na Europa até o século XVIII, quando o índice de mortalidade ainda era de 90% até 1 ano de vida, a criança era considerada um estorvo para a família, algo que atrapalhava a vida social do casal. (BANDITER, 1985).

A família cumpria a função de transmitir a vida, os bens e os nomes, mas não se preocupavam com os laços afetivos. Conforme descreve Maisons-Laffitte[3], a criança não tinha importância na família "A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade." O mesmo autor chama de "paparicação" os cuidados ou sentimentos destinados às crianças bem pequenas enquanto ela ainda era " uma coisinha engraçadinha". Descreve que:

> As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes

[1] Usamos os termos Criança e Adolescente quando nos referimos aos seres humanos, sujeitos empíricos, que vivenciam suas experiências na sociedade e os termos infância e adolescência para nos referir ao que é construído socialmente em torno da criança e do adolescente e, como denominação de fases da vida.

[2] 2 Consideraremos como ponto histórico mais distante a Idade Medieval, pois é a partir dela que encontramos registros suficientes para traçar um paralelo do modelo de infância de antigamente e dos dias atuais.

[3] sociólogo que escreveu o prefácio da segunda edição do livro História Social da criança e da família, de Phillipe Ariés.

> aconteciam, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

As crianças recém-nascidas eram destinadas incialmente às amas de leite, que viviam em condições precárias de saúde e higiene. Não raro, as crianças que sobreviviam, logo após o desmame iam conviver com outras famílias que não a sua, muito diferente do modelo social que conhecemos hoje. Ainda segundo estudos de Maisons -Laffitte "as trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas portanto fora da família, num "meio" muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos, criados, crianças e velhos, mulheres e homens (...) as famílias conjugais se diluíam nesse meio".

Essa forma de cuidar só começou a se modificar com a intervenção do Estado, que percebeu que a mortalidade infantil e o abandono dos infantes[4] era oneroso para ele, e então o valor econômico do ser humano passou a ter importância.

Com o tempo, o discurso ideológico do amor materno passa a fazer parte do pensamento da época, incutindo na cabeça das mulheres a beleza de ser mãe, de cuidar do filho, de dedicar a sua vida a ele, de amamentá-lo no próprio seio, e associar a figura da mulher ideal como sendo aquela da mãe dedicada, impondo à mulher a obrigação de ser mãe, antes de tudo, o que engendrará o mito do amor materno como instinto intrínseco a qualquer mulher.

Juntamente com o amor materno, a família passa a ter um papel maior na criação dos filhos "a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre os pais e filhos, algo que ela não era antes" (LAFFITTE, 1973) Se antes a família era um deserto em termos de laços de afeto, agora passou a ser terreno fértil de atenção e cuidados para com as crianças.

Na concepção moderna aceitamos a ideia de que a infância é um tempo de vida dedicado à formação e a preparação para a vida adulta, e que este tempo deve ser respeitado e a criança deve receber cuidados necessários para ter garantida sua proteção física, emocional e social.

A atual legislação brasileira é moderna, a Constituição Federal de 1988 reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direitos e aliado ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, desde 1990 assegura muitos direitos e impõe responsabilidades à família, à sociedade e ao Estado.

Porém, com o avanço do capital a família tem encontrado muitas dificuldades para conseguir a efetivação dos direitos afiançados na Constituição Federal, são milhares de pessoas vivendo em condições muito vulneráveis, sem acesso à renda, à trabalho, à moradia digna, à uma nutrição adequada, e por vezes colocando em risco a vida daqueles que tem a obrigação legal de protegerem, seus filhos.

O Estado por sua vez, sem conseguir assegurar os mínimos sociais necessários para que as famílias criem suas crianças com dignidade, cobra das mesmas as responsabilidades legais que ele mesmo impôs a elas e se vê na posição de punir essas famílias vulneráveis, e quem tinha o papel de proteger se torna réu de uma situação que não foi criada por somente por ele.

O ápice do binômio necessidade de proteger x possibilidade de quem protege é a situação extrema de retirada dos filhos de sua família, para serem "protegidos"

[4] O próprio termo *ifant* vem do latim e significa aquele que não fala, fazendo uma alusão à falta de dentes das crianças o que prejudica a forma de falar. (ARIÈS, 1981)

pelo Estado, que se mostra uma situação ambígua e dolorosa, não para o Estado, já que este é desprovido de sentimentos, mas para a família que em tempos de barbárie do capital se vê sem muita alternativa para reverter a situação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO
BREVE HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL

No Brasil vemos uma mescla de períodos de valorização e desvalorização da figura infantil. As crianças indígenas que sobreviveram ao extermínio dos colonizadores foram evangelizadas por meio da conversão pelo temor e pela obediência foi uma prática disseminada pela catequese dos jesuítas.

Além da criança indígena, tivemos a criança europeia que veio residir no Brasil e estava presente nas grandes navegações, de três formas diferentes: as crianças pajens que eram os auxiliares dos marujos (usadas no trabalho físico dos serviços de cais nos navios, como limpeza, manuseio de material e auxílio na cozinha, e ainda serviam para satisfação sexual dos homens da tripulação à bordo), as crianças órfãs, que vinham para livrar a Europa de um problema e se casar no Brasil (também ajudavam a tripulação nos trabalhos físicos, mas eram poupadas sexualmente) e as crianças passageiras (que viajavam acompanhadas de seus pais, em melhor situação que as outras duas).

Todas essas crianças vinham em condições precárias de higiene, alimentação e saúde, sofriam abusos físicos e sexuais e o índice de mortalidade nos navios era alto.

Milhares de órfãos desembarcaram em solo brasileiro, e registros históricos indicam que eles também desempenhavam a função de servirem de intérprete entre os colonizadores e os índios. Ficaram conhecidos como “meninos-língua” e tinham a missão de ajudar na catequização dos índios, missão desenvolvida com afinco e a tudo custo pelos jesuítas. (VILLAS BÔAS, 2009)

Posteriormente, com a escravidão surge no Brasil a criança negra, filhos de escravos, que eram cuidados por velhas negras que já não eram consideradas escravas produtivas, e por outras crianças de cinco à sete anos, pois com sete anos as crianças escravas já eram colocadas para trabalhar e servir seus donos. Essas crianças também eram usadas como animais domésticos, servindo como brinquedos das crianças brancas, uma situação de muita humilhação e sofrimento das crianças negras[5].

Entre meados de 1760 a 1840 ocorre uma mudança no cenário econômico, cultural e social, a Revolução Industrial. Surge a figura do trabalhador operário, a família proletária, onde todos os membros da família são obrigados a trabalhar, pois a miséria e a precariedade de vida a qual estavam expostos impunha-lhes tal atividade.

Com o avanço do capitalismo a criança se transforma em um valor mercantil, torna-se mão de obra em potencial e “deixando de ser um fardo, para emergir como forma de produção, lucro e riqueza para o Estado” (ABREU, 2016). É também nesse

[5] Informações obtidas na aula de pós graduação em Serviço Social no dia 21 de setembro de 2017 com a professora Doutora Cláudia Helena Julião.

período que se inicia a percepção de que a criança é diferente do adulto, necessitando de atenção e cuidados distintos.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTINADAS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM LONGO PERCURSO HISTÓRICO

Os jesuítas ao desembarcarem em solo brasileiro tiveram como primeira missão catequisar as crianças indígenas, desconsiderando totalmente a cultura indígena aqui existente, sendo que já em 1551 é fundada a primeira casa de recolhimento de crianças no Brasil, mantidas pelos jesuítas com o objetivo de catequisar-educar crianças indígenas.

No início do século XVIII, também com a iniciativa da Igreja Católica, começam a surgir abrigos para acolher o alto número de crianças que eram abandonadas pela família.

Alguns desses abrigos continham uma porta denominada “Roda dos expostos”, por onde se colocavam a criança enjeitada para que fosse criada pelo abrigo. A porta se abria a criança era colocada em um dispositivo giratório que ao girar ficava para o lado de dentro da instituição. Dessa forma, o anonimato da família era preservado, bem como a vida da criança enjeitada que agora passaria a viver no abrigo. A iniciativa de se criar a Roda possuía algumas finalidades como: de evitar o aborto e o infanticídio que possuíam altas taxas; como defesa da honra de filhas solteiras que engravidavam; para acolher filhos havidos fora do casamento e como forma de regular o tamanho das famílias.

A primeira Roda no Brasil surgiu em 1726 na Bahia, em 1738 no Rio de Janeiro (que perdurou até 1935), em 1825 em São Paulo (que perdurou até 1948) e em 1831 em Minas Gerais.

Durante todo o período colonial até o império o que se viu no Brasil foi apenas caridade/filantropia oferecida pela Igreja Católica no que concerne aos cuidados com as crianças. Não há registro de políticas públicas nesse período.

Com a abolição da escravatura em 1888 ocorre o êxodo rural e o consequente aumento do abandono das crianças e da miséria nas famílias. Portanto, é somente no início do século XX que devido à urbanização desordenada, as precárias condições de higiene, o fácil alastramento de doenças contagiosas e as altas taxas de mortalidade, que inicia uma preocupação da classe médica com a população, e as primeiras medidas governamentais são no sentido de promover uma higienização da população.

Em 1830 é promulgado o primeiro conjunto de leis penais no Brasil, por Dom Pedro I, o Código Criminal, que trouxe que não são considerados criminosos os menores de 14 anos, porém se ficar comprovados que alguém nessa idade cometeu algum delito, este seria enviado à Casa de correção[6]. O Código também tornou crime a prática do Infanticídio com pena de 3 a 12 anos de prisão, e o aborto com penas de 1 a 5 anos. Nessa época existia no Brasil a pena de morte, e as penas para a prática dos delitos eram bastante elevadas para os padrões das leis de hoje.

[6] Lei de 16 de dezembro de 1830: Art. 13. Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos.

Antes desse Código Criminal não havia lei que distinguisse adultos e crianças, e era o juiz que decidia a liberdade ou a prisão, tendo poder de vida e morte sobre as crianças e famílias. O código de 1830 vigorou até a promulgação do Código Penal em 1890, o primeiro da República, sem destinar atenção especial às crianças. Podemos ressaltar que o infanticídio teve sua pena aumentada para 6 a 24 anos de prisão e foi extinta a pena de morte no Brasil.

Em 1927, um decreto, que ficou conhecido como Código de Menores, veio legislar sobre "o menor" em situação irregular, seu artigo primeiro era categórico " O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo."

Nesse período crianças e adolescentes de rua passaram a ser uma ameaça para a sociedade, e eles eram muitos. Essa situação envergonhava os governantes, e com a promulgação do Código Mello Matos, muitas crianças e adolescentes passaram a ser institucionalizados como forma educativa. A internação era correcional aos "menores delinquentes", com caráter de controle social repressivo.

O Estado passa a ser cobrado por uma gestão mais técnica acerca dos problemas sociais, que vá além da caridade prestada pela igreja. E é nesse contexto que surge o Serviço Social e as primeiras entidades públicas com parceria privada, ainda com caráter filantrópico, como o SAM (Serviço de Assistência aos Menores) 1941, a LBA (Legião Brasileira de Assistência) 1942, SENAC e SENAI em 1943, FUNABEM (Fundação nacional para o Bem Estar do Menor) em 1964 e as FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor).

Em 1979 o Decreto que instituiu o Código de Menores se tornou Lei, mas sem avançar, pois, a criança e o adolescente continuaram a serem tratados como delinquentes, infratores, transviados, é o período da Ditadura Militar e as tensões só aumentam. A política de assistência ainda era inexistente.

Foi somente com uma transição democrática intensa pós ditadura militar, através do Movimento Nacional Constituinte em 1987 e com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que as crianças passaram a ser consideradas sujeitos de direitos no Brasil.

As organizações e mobilizações da sociedade civil tiveram importante papel para assegurar a inclusão, aprovação e manutenção dos dispositivos legais referente às crianças e adolescentes.

A inserção do art. 227 na Constituição Federal de 1988, assegurou à criança e ao adolescente o direito a vida, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Em 2010 a Emenda constitucional nº 65 incluiu aos jovens os direitos já existentes para crianças e adolescentes.

O Brasil está em sua sétima Constituição Federal, e a CF/88 é em si muito moderna, contemplou as minorias, assegurou às mulheres a licença maternidade, criou o crime de racismo, sendo ele inafiançável, garantiu como direito a demarcação de terras aos índios, além de criar o PROCON, o Ministério Público, aprimorar a Previdência Social, e prever o Estatuto da Criança e do Adolescente. É conhecida mundialmente como "Constituição cidadã".

Traz como princípios fundamentais a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, ou seja, todo o ordenamento jurídico composto de normas e regras, deve

estar fundamentado nesse conjunto de valores que sustentam a sociedade brasileira e que estão expressos nos princípios fundamentais sobre os quais se ergue a Constituição.

Em 1989 houve a Declaração dos Direitos da Criança e em 1990 a Lei n. 8.069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, revogou o pavoroso Código de Menores, e trouxe muitos direitos voltados exclusivamente à criança e ao adolescente. Nossa legislação vem sendo atualizada constantemente, inclusive em março de 2016 sofreu uma série de atualizações da Lei 13.527/16 que dispõe sobre as Políticas Públicas para primeira infância, período que vai até do nascimento aos 6 anos de idade.

APLICABILIDADE DA NORMA LEGAL

Apesar da beleza de nossa legislação, ela sozinha não efetiva direitos. O Estado, representado pelos governantes, deve criar os mecanismos para promover a família, entender as expressões da questão social e criar soluções de amparo para que as famílias consigam ter autonomia, mas essa solução vem justamente na contramão dos interesses Estatais.

Os programas governamentais não são suficientes e muitas vezes a impressão que se tem é de que somente quando a família e a sociedade falham, é que o Estado passa a intervir, mas muitas vezes fazendo o papel de opressor.

Uma intervenção importante do Estado é quando ocorre o afastamento da criança ou adolescente de sua família de origem. O Projeto de Diretrizes das Nações Unidas Sobre Empregos e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (2006) estabeleceu que:

> Todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de manter o convívio com a família (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos), a fim de garantir que o afastamento da criança ou do adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica.

A criação do ECA deu à criança e ao adolescente, vários direitos e um deles é o de crescer e viver em família. É o que diz o art. 19:

> Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Quando o texto da Lei traz “no seio da sua família”, está se referindo à família natural, mas nem sempre isso é possível; quando há o desrespeito ao art. 98 do ECA, e a permanência da criança/adolescente no seio de sua família se torna perigosa à sua integridade física, essa criança é retirada, em caráter excepcional, como diz a lei, e encaminhada a uma família substituta, na intenção de preservar sua vida e assegura-la todos os outros direitos.

Esse afastamento da família natural deve se dar somente nos casos excepcionais, pois antes dele ocorrer deve-se recorrer a medidas que preservem o convívio familiar, como viabilizar o acesso aos serviços das diversas políticas públicas,

orientações à essa família, encaminhamentos à serviços, projetos, benefícios e ações, como traz o art. 129, ECA.

Se para a proteção de sua integridade física e psicológica for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem pela autoridade competente, os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Nesse processo ocorre muitas vezes o descrito no inciso X, do art. 129 do ECA, e a família tem o Poder Familiar suspenso ou até mesmo destituído.

As famílias ficam em situação vulnerável quando lhe faltam trabalho, moradia ou possuem envolvimento com drogas. É importante ressaltar que essas são expressões da questão social que se agravam com a destituição do Poder Familiar dos filhos.

A categoria trabalho sempre esteve em debate no âmbito das Ciências Sociais na contemporaneidade. Vários estudiosos têm se dedicado a tratar esse tema e inúmeros são os posicionamentos, porém, uma coisa é certa, o trabalho continua sendo o ponto central na vida das pessoas.

As famílias em situação de vulnerabilidade social raramente possuem condições de estudar, se especializar, se capacitar para garantirem um bom emprego, com todas as garantias trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso faz com que aumente o número de trabalhos informais, sub empregos, trabalhadores terceirizados, *part time* (vínculo de trabalho temporário) e desempregados.

A ausência sistemática de trabalho por longos anos leva as famílias a uma situação de extrema pobreza, são as famílias que vivem à margem da pobreza, são os “mais pobres”, pertencentes à categoria do que (YASBEK, 1996), chama de classe subalterna,

> A subalternidade diz respeito à ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção (Almeida, B, 1990:35). A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política.

Essas pessoas não são só pobres na acepção legal do termo, elas são excluídas da sociedade e formam uma outra categoria de classe, a classe subalterna que na ordem social vigente os desqualifica, e são chamados de “inaptos”, “marginais”, “problematizados”. Essas pessoas não constituem mão de obra desempregada, na verdade, nunca tiveram de fato inseridos na classe trabalhadora.

> As políticas sociais brasileiras, e, nelas, as de assistência social, embora apresentem finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização através da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática estacionária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social. (SPOSATI, 1998)

As pessoas das classes subalternas, sequer tem noção de sua subalternidade e da classe que estão inseridos, pois ainda reinam no Brasil as práticas

assistencialistas e clientelistas de forma a negar ou ocultar as condições da classe subalterna.

Sem trabalho as famílias passam a sofrer outros tipos de privação, sendo um importante a ausência de moradia.

A CF/88 traz como garantia social o direito à moradia, em seu art. 6º e art. 182 que depois o Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001 veio complementar:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.
> Art. 182 A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

O direito social de morar é uma garantia constitucional, o que difere do direito de propriedade que em nossa sociedade hoje é restrito a poucos. Morar é tão necessário quanto comer, mas mesmo assim não são todas as pessoas que conseguem exercer este seu direito constitucional.

Apesar da norma constitucional e da regulamentação através do Estatuto da Cidade, o Estado não conseguiu ainda garantir esse direito à todos. As “favelas” e “comunidades” são um reflexo dessa realidade. São habitações irregulares, com materiais de baixo custo, sem qualquer infraestrutura ou ordenamento, (LOPES DE SÁ, 2005).

A casa é o ambiente necessário para que a família se desenvolva e busque a sua autonomia. Não ter casa é como não ter identidade, não ter proteção, segurança, é um local para vivenciar as emoções. Toda criança e adolescente precisam crescer em um lar que os coloque a salvo de todos os riscos, é a base primordial do cuidado. Não ter onde morar é uma causa ensejadora da retirada e institucionalização dos filhos, uma vez que toda criança e adolescente não podem viver em situação de rua.

Desprovidos de trabalho, vivendo em moradias precárias outras faces da questão social se agravam levando muitas vezes as famílias a terem o Poder Familiar destituídos. A mão pesada do Estado surge para cobrar as responsabilidades das famílias, sem oferecer nada em contrapartida.

O envolvimento com drogas é outra questão a ser estudada na pesquisa. O consumo de drogas é bastante elevado entre os genitores das crianças e adolescentes que são acolhidos, chegando a ser quase a totalidade deles. Esse fato é chocante e merece ser destacado, já que pessoas que consomem drogas colocam seus filhos em situação de negligência e desproteção.

A droga tem se tornado uma epidemia da sociedade moderna, e as formas de se tratar o assunto ainda estão muito “tímidas”, paliativas e sem resultados concretos. É preciso cobrar dos governantes uma postura mais enérgica e que traga resultados mais positivos, tratando os traficantes como criminosos e os usuários como doentes, antes que milhares de novas crianças e adolescentes sejam negligenciados, sem falar na vida desses adultos que vão perdendo cada dia mais a possibilidade de reinserção na sociedade

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NOS MEANDROS DA PESQUISA

Durante a pesquisa faremos uma abordagem realmente crítica (no sentido marxiano, que significa buscar os fundamentos históricos e sociais que deram origem ao fenômeno social, objeto da pesquisa).

Para se realizar uma pesquisa nessa abordagem será necessário se desvencilhar da metodologia científica tradicional moderna que foca na busca do conhecimento do ponto de vista gnosiológico (gnosis, em grego), para abordar sob o ponto de vista ontológico.

Ontologia é o estudo do ser, (TONET, 2016), e toda a presente pesquisa será baseada no método histórico-dialético, à partir das concepções ontológicas, conforme muito bem explicadas na obra "Método Científico" de Ivo Tonet.

Entendemos que é possível estudar cientificamente qualquer objeto sob o ponto de vista ontológico, e isto implica dizer que o sujeito é subordinado ao objeto. Nesse método, é necessário responder "o que é o ser, o que é a realidade?" para só depois responder questões relativas ao modo de como se conhece o ser.

Tentaremos conhecer a origem histórico-social do objeto da pesquisa, antes mesmo de aprofundarmos no objeto em si.

> Esta forma de abordar a problemática do conhecimento nos permitirá, também sustentar que Marx, respondendo às demandas essenciais da classe trabalhadora, lançou os fundamentos de um paradigma científico-filosófico radicalmente novo e que este paradigma é o que melhor permite compreender a realidade social.(TONET, 2016)

A pesquisa acontecerá no CREAS, de uma cidade do interior paulista, que preferimos, por questões éticas, não revelar o nome. Pesquisaremos a equipe interdisciplinar, composta por assistentes sociais e psicólogas, que atendem famílias que estão em acompanhamento em vias de perder e que já perderam o Poder Familiar.

Utilizaremos o grupo focal como forma de coletar as informações das profissionais, na intenção de conhecer como é o trabalho desenvolvido pela equipe do CREAS com as famílias atendidas antes da Destituição do Poder Familiar; como é a relação da equipe do CREAS com a equipe do Judiciário; se os trabalhos são compartilhados; se há diálogo entre as equipes; e como se dá o atendimento das famílias após a Destituição do Poder Familiar.

A abordagem em grupo focal é indicada para participantes que possuem vivência com o tema a ser discutido para que possam trazer contribuições de suas experiências cotidianas, (GATTI, 2012).

> a pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários. (GATTI, 2012)

O grupo focal será realizado na unidade do CREAS, com a presença da equipe interdisciplinar, sendo três assistentes sociais e três psicólogas. Faremos três

encontros com duração de uma hora cada, uma vez por semana. Os encontros serão gravados, após prévia autorização da Secretaria de Ação Social da Cidade.

> O trabalho com grupo focal pode trazer bons esclarecimentos em relação a situações complexas, polêmicas, contraditórias, ou a questões difíceis de serem abordadas em função de autoritarismos, preconceitos, rejeição ou sentimentos de angústia ou medo de retaliações; ajuda a ir além das respostas simplistas ou simplificadas, além das racionalizações tipificantes e dos esquemas explicativos superficiais. (GATTI, 2012)

A realização do grupo, a coleta e interpretação de dados será realizada à partir da concepção ontológica, através do método histórico dialético.

4 CONCLUSÃO E RESULTADOS ESPERADOS

A raiz de todos os problemas é a questão social

> Questão social, apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2005)

Não é tarefa fácil obter essa visão mais ampla do contexto de suas vidas. Olhar além das aparências, além do que está posto à primeira vista, este é um exercício que até mesmo os profissionais da área das Ciências Sociais fazem, em decifrar as novas mediações que se expressam através da questão social, e não seria de se esperar que as famílias vulneráveis o fizessem e conseguissem enxergar além e entender a sua realidade de uma forma crítica, de modo que fosse possível atuar e vislumbrar mudanças.

> Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência pública, etc. (IAMAMOTO, 2005)

Espera-se com a presente pesquisa descobrir qual a relação entre a destituição do Poder familiar com as expressões da questão social, e qual o papel da equipe interdisciplinar do CREAS durante esse processo doloroso.

Trata-se de um assunto pertinente à toda a sociedade, diante do recuo do papel do Estado que não garante para muitas famílias condições mínimas de sobrevivência com dignidade, culpabilizando-as e pesando sobre seus ombros toda a responsabilidade de cuidar sozinhas de suas crianças e adolescentes, numa sociedade exposta à muitas adversidades

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe. História Social da criança e da família. 2ª Edição. São Paulo: LTC, 1985.

BANDITER, Elisabeth. **Um amor conquistado,** o Mito do Amor Materno. 7ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, Constituição**:** República Federativa do Brasil (1988), Brasília: DF, 1998.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. In: CRESS 9ª Região. **Legislação Brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do (a) Assistente Social. São Paulo, 2006

_____. **Código Criminal de 1830.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em 16 out 2017.

_____. **Código Penal de 1890.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em 16 out 2017.

_____. **Código de Menores.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em 16 out 2017.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida Urbana e gestão da pobreza.** São Paulo, Cortez, 1988.

VILLAS BÔAS, Luciana. **Línguas da pregação***: os meninos da terra e as missões jesuíticas no Brasil (1549 – 1555).* Disponível em < https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13739/15557> Acesso em 17 out 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.** 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O LIVRO NA ERA DIGITAL: HIPERTEXTUALIDADES E TECNOLOGIAS DE AUTOMAÇÃO

THE BOOK IN DIGITAL AGE: HYPERTEXT AND AUTOMATION TECHNOLOGIES

Sessão temática: Área 2 - Desenvolvimento e Integração Regional; 2.5 - Tecnologias e Sistemas.

SILVA, Rafaela Carolina da
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP; Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP
rafaelacarolinasilva@gmail.com;

BRITO, Jean Fernandes
Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP; Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina
jjeanfernandes@gmail.com

SANTARÉM, Vinicius
Graduado em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília; Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP
viniviussantarem1@hotmail.com

Resumo

O livro eletrônico é uma tecnologia que permite hipertextualidades digitais, ou seja, o acesso mútuo e instantâneo a diferentes documentos digitais. Desse modo, objetivou-se, neste trabalho, estudar o livro na era digital, enfocando suas novas mídias e formatos. Considera-se que novos meios de leitura são oferecidos por meio do livro digital, aperfeiçoando os dispositivos e programas de leitura disponibilizados para o público leitor. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico a respeito dos temas futuro dos livros impressos e livros digitais, por meio de uma pesquisa bibliográfica-exploratória. São, assim, trabalhados os programas e dispositivos criados para a leitura de livros na tela do computador. Essa convergência de linguagens, juntamente com as diferentes tecnologias e suportes de trabalho, permitem o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e o contato com as linguagens analógicas e virtuais. Sendo assim, a dinamização e a facilidade de acesso ocorrem à medida que há flexibilização dos processos de tratamento e uso da informação – os e-books.

Palavras-chave: E-books, informação e tecnologia, mercado do livro digital.

Abstract

The e-book is a technology that allows digital hipertext, mutual and instant access to different digital documents. Thus, the aim of this work was to study the book in the digital age, focusing on its new media and formats. It is considered that further sensing means is provided through the e-book, improving the reading devices and programs available to the public reader. Hence, a literature was made regarding the future issues of printed books and digital books through a bibliographic and exploratory research. They are thus worked the created programs and devices for reading books on the computer screen. This convergence of languages, together with the different technologies and work supports, allow the use of Information and Communication Technologies and the contact with the analog and virtual languages. Thus, the promotion and the ease of access occur as there is flexibility of treatment processes and use of information - e-books.

Keywords: E-books, information and technology, digital books' market.

1 INTRODUÇÃO

Têm-se, no mundo contemporâneo, dois polos conflitantes: de um lado, a tradição jesuítica, de precisão verbal e alta rigidez gramatical; de outro, um mundo externo hiperestimulado, onde o conhecimento veiculado é fragmentado, obedecendo à lógica de produção da sociedade, a serviço dos meios informacionais e das novas mídias. O englobamento do público de uma instituição, então, deve abranger não somente um público geral, mas também necessidades específicas de públicos diversificados que formam o todo.

Com o surgimento das tecnologias eletrônicas e, consequentemente, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aumenta-se a facilidade de acesso do público às publicações presentes em instituições. Nesse contexto, partindo de diferentes formas de armazenamento (do impresso ao digital), os e-books mostram-se como uma nova perspectiva à disseminação de livros em diferentes suportes, no caso os digitais.

Nesse cenário, objetivou-se, neste trabalho, estudar o livro na era digital, suas novas mídias e formatos. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico a respeito dos temas futuro dos livros impressos, livros digitais, seus formatos, dispositivos e padrões, por meio de uma pesquisa bibliográfica-exploratória. São, assim, investigados os programas criados para a leitura de livros na tela do computador.

A dinamização e a facilidade de acesso aos conteúdos dos documentos são a chave para a o uso de livros digitais. Logo, na medida em que há flexibilização nos processos de tratamento e uso da informação, têm-se também uma mudança nas tecnologias e técnicas a serem utilizadas nesses processos, o que demanda estudos de como essas novas mídias e formatos influenciam no dia a dia dos livros digitais.

2 PADRÕES PARA LIVROS DIGITAIS

Há, para as publicações no contexto digital, conforme é apontado por Bueno (2011), uma infinita gama de formatos para livros digitais, dificultando o acesso e uso e trazendo problemas de compatibilidade com o usuário final. Souza (2009), explica

que é difícil impor um padrão em um campo onde inovações surgem rapidamente, e nas quais as empresas que compõem a comissão de padronizações são concorrentes.

O padrão serve para garantir o intercâmbio (a troca) entre sistemas, com vistas a minimizar o conhecimento prévio do usuário. No livro digital, o padrão refere-se ao formato do arquivo, permitindo que estes trabalhem com uma diversidade de usuários (leitores). Para um bom desenvolvimento de um padrão, deve-se considerar questões de interoperabilidade, aplicabilidade e abertura.

Os padrões podem ser proprietários ou abertos. Para ser considerado um padrão aberto, o sistema deve ser publicado de forma aberta, sem restrições de licenciamento, já para ser caracterizado como um padrão proprietário, o seu responsável deve ser desenvolvido ou ministrado por uma empresa ou um grande setor.

Além dos diversos dispositivos e programas para a leitura, existem diferentes formatos, que facilitam a disseminação do conhecimento nestes suportes digitais: podemos destacar o *Portable Document Format* (PDF), o *Eletronic Publication* (EPUB), *Document* (DOC), *Hypertext Markup Language* (HTML) e o *EXtensible Hypertext Markup Language* (XHTML).

3 FORMATOS

O texto, imagem e/ou som em formato eletrônico, base da constituição de um livro digital, é armazenado digitalmente em algum tipo de arquivo de computador. De acordo com Bueno (2011, p. 38), o arquivo é “[...] um conjunto de registros agrupados sobre uma atividade desenvolvida. Representam qualquer dado como programas, textos, imagens, planilhas, músicas e vídeos”.

Seu formato é o que possibilita o acesso a esses registros por meio de sua identificação, que indica o sistema operacional em que o arquivo foi gerado e em qual poderá ser acessado. No que se refere aos e-books, há diferentes formatos de arquivo, começando pela digitalização de livros impressos até formatos específicos para cada tipo de arquivo: de música, de som, texto simples, impressão, vídeo etc.

Essa variação de formatos é o que, segundo Bueno (2011), dificulta a padronização dos livros digitais. Nesse sentido, têm-se a Gestão de Direitos Autorais (DRM), método avançado advindo da Internet para gerenciar os direitos autorais, trabalhando com a conscientização do leitor, juntamente com tecnologias de criptografia em arquivos.

Seja através da aquisição de e-books em livrarias virtuais ou pelo acesso a esses arquivos em bibliotecas digitais, o DRM trabalha com níveis de segurança em acervos. Essa tecnologia impede a cópia de arquivos ou oferece um número de vezes que o leitor pode copiar o arquivo, restringindo, posteriormente, seu acesso aos dados.

Dentre os formatos de arquivos digitais que um e-book pode ter, estão: Código Nacional Americano de Padrões para Intercâmbio de Informação (ASCII); Arquivo de Texto (TXT); HTML: linguagem de marcas de hipertexto em páginas de Internet; *Compact HyperText Markup Language* (CHTML): métodos auxiliares para a criação de pontos de vista HTML; XHTML: identificação de tags HTML; *EXtensible Markup Language* (XML): linguagem de marcação para necessidades especiais; *Open Packaging Format* (OPF): formato para publicações eletrônicas (EPUB), padrão

específico para e-books; PDF: padrão aberto para troca de documentos eletrônicos; WAP; DOC; Conversor de Documentos PDF em diversos Formatos (*DocPalm*); *Rich Text Format* (RTF): processamento de texto em todos os sistemas operacionais; Extensão de arquivos (EXE): executados em sistema operacional Windows; *Shockwave Flash* (SWF): formato de arquivo de aplicações Web; *Tagged Image File Format* (TIFF): processamento de arquivos gráficos.

Os formatos considerados e-books genuínos são: *eBook Pro*; *Hiebook* (KML); *Libros en Red; Book Reader* (RB); MS *Reader* (Lit); *NetLibrary Reader; MobiPocket Reader* (PDB); *PalmReader* (PRC); *Acrobat eBook Reader* (PDF); *Rocket Edition* (RC); *SoftBook Edition; Reb* 1100 (baseado em RB); TK3 *Reader* (TK3); *WineBook*; *GlassBook Reader* (baseado em PDF). É como se um livro em papel estivesse disponível em diferentes tamanhos e qualidades.

4 PROGRAMAS

Para a leitura de um livro digital é necessário que se tenha, no dispositivo de leitura, programas específicos para a leitura desses arquivos: são os chamados *readers* ou leitores. De acordo com Farbiarz e Nojima (2003), a maioria desses programas estão disponíveis via Internet.

Segundo Procópio (2010), as principais funções de um programa leitor de livros são: marcação de texto e página, busca rápida de marcações, possibilidade de apagar marcações, bloco de anotações, busca por palavras e frases no texto, ajuste no tamanho e tipo de fonte, base giratória de leitura e criação de bibliotecas pessoais. O Adobe Acrobat Reader é o principal programa utilizado para visualização de documentos eletrônicos, juntamente com o formato PDF.

O Adobe Digital Editions foi criado especificamente para a leitura de livros digitais e é executado em sistemas operacionais Windows e Mac. A base de sua leitura pode ocorrer tanto online como off-line, aceitando diferentes formatos de arquivo PDF e EPUB, bem como suportando 50 dispositivos de leitura.

Os leitores pioneiros são o Adobe Acrobat eBook Reader, MobiPocket Reader e Microsoft Reader (BUENO, 2011), possíveis de serem baixados gratuitamente na Internet e ganhando a vantagem de possuir menu na língua portuguesa. No Brasil, a Livraria Saraiva desenvolveu o Saraiva Digital Reader; já a Livraria Cultura um aplicativo específico para o sistema operacional Android.

No que se refere ao formato EPUB, há dois modos de exibição do formato PDF: ícones, que alteram o tamanho e a fonte de exibição. O *MobiPocket Reader* possibilita a leitura em *Personal Digital Assistant* (PDA), *Smartphone* e *PC*.

Esse leitor, atualmente, é o que possui maior número de recursos, destacando-se: gerenciamento de bibliotecas, criação de listas de leitura, busca de livros, sincronização entre dispositivos, marcações, anotações, personalização do texto para leitura, customização do tamanho da fonte, cor de fundo, dicionário, RSS e livrarias virtuais integradas ao programa.

O *Microsoft Reader* dispõe da tecnologia *ClearType*, inovação para a exibição de leitores, leitura de texto em voz alta e atuação em línguas inglesa, espanhola, italiana, francesa e alemã. Tais programas, como outros existentes para essa função proporciona a interação visada pelos e-books entre o leitor e o livro.

5 DISPOSITIVOS

Para se ler um livro digital é necessário ter em mãos dispositivos de leitura como computadores (laptops e desktops), leitores de livros digitais (*e-readers*), computadores de mão, *tablets*, telefones celulares, podendo ser armazenados em *pen drive*, CD e DVD. O principal dispositivo utilizado para a leitura de livros digitais são os leitores de livros digitais ou leitores de livros eletrônicos, dispositivos eletrônicos de leitura, *e-book readers*, *e-readers*, *e-book*.

De acordo com Procópio (2010), os componentes básicos dos leitores digitais são: tela *Liquid Cristal Display* (LCD) sensível ao toque, bateria, sistema operacional interno com programa de leitura, busca, indexação e memória, identificando textos e hipertextos. O LCD é inserido em um estojo plástico, que permite a aparição do texto, controle de luminosidade (possibilidade de leitura no escuro), dicionário que funciona a partir do momento em que se pressiona uma palavra através da tela sensível ao toque, busca por palavras e/ou frases no texto, marcação de texto, ajuste no tamanho da fonte e leitura do texto na vertical ou na horizontal.

O formato do estojo varia de acordo com o seu modelo e, juntamente com a tela LCD, permite que se crie em pouco espaço de memória uma biblioteca pessoal. Com os botões do formato, é possível avançar ou retroceder no texto e a progressão de leitura é indicada por meio de porcentagens, pois, diferentemente da barra de rolagem das páginas web, o leitor apenas desliza seus dedos ou a caneta do aparelho pela tela do dispositivo.

Alguns projetos pioneiros de dispositivos portáteis dedicados à leitura de livros digitais serviram de base para as empresas *Google, Amazon, Apple, Spring Design, Borders e Barnes and Noble. São eles: CyBook; eBookMan; goReader; HieBook; Myfriend; REB 1200; REB 1100; Rocket eBook Pro; SoftBook Reader; e XLibris*.

Nenhum desses pioneiros ganharam notoriedade no mercado, com excessão, do *Rocket eBook*, primeiro leitor de livros que obteve sucesso, dando base aos demais leitores de livros digitais. Atualmente, os principais leitores são: *Kindle, da Amazon; Pandigital Novel eReaders; Nook, da Barnes&Noble; Reader Digital Book, da Sony; Hanvon WISEreader; Kobo; iPad, da Apple e tablets baseados em sistema Android*.

No Brasil, os leitores de livros digitais encontrados são: Positivo, Alfa, Cool-er da Gato Sabido, Elgin ER-7001, *Bookeen CyBook, Irriver Story; Kindle* ainda não é comercializado no Brasil, mas já foi homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), permitindo ser enviado ao país, e o iPad está sendo comercializado no país. (BUENO, 2011).

Percebe-se, assim, que todo e qualquer dispositivo, disponível ou não no mercado, possui em comum a ideia de permitir que o leitor crie ou acesse uma biblioteca virtual, online ou off-line, podendo navegar no local. A escolha do dispositivo de leitura se dá de acordo com os objetivos do leitor, devendo ser observado os formatos de arquivo com que o dispositivo trabalha e seu preço, que varia de acordo com suas funcionalidades, podendo ser maior ou menor dependendo da marca, software ou hardware.

6 DISSEMINAÇÃO DO LIVRO DIGITAL

Em um mundo influenciado pelo avanço da tecnologia, a presença das informações é evidente. Os veículos de comunicação propagaram-se pela divisão do espaço e a mídia digital passou a ter prestígio na comunidade. Com isso houve o

surgimento e o interesse, pelas formas de arquivos digitalizados propagadores de informação, como os períodos e as revistas eletrônicas e os livros virtuais.

Em um livro editado digitalmente, para que sua leitura seja possível em diversos equipamentos eletrônicos, o chamado ebook, é uma alternativa para autores que não possuem vínculos editorais e desejam ingressar no universo da produção literária. É, portanto, um método simples e eficiente de divulgar uma obra à sociedade.

Os livros digitais podem ser encontrados facilmente na rede mundial de computadores, a Internet. Basta uma pesquisa rápida, um site de busca e uma sequência de cliques e logo o arquivo digital será recuperado na rede. A grade discussão no que diz respeito à disseminação do livro digital, é a maneira pela qual é feito o controle sobre os direitos autorais das obras publicadas, a divulgação do material, sendo que a réplica de obras digitais traz à tona a pirataria, já muito disseminada na sociedade brasileira.

> [...] talvez o que precisemos seja algum tipo de princípio unificado e/ou lógico que nos permita harmonizar as várias leis de direito de autor e "copyright, para que possamos ter, mais ou menos, um padrão e que, como parte deste processo, possa nos ajudar a alcançar o equilíbrio entre o controle do detentor do direito de autor e o acesso das pessoas e seus direitos de uso. (RUBIN, 2001, p. 28).

O projeto de Gutemberg foi percursor no instituto da digitalização de documentos: é a mais antiga biblioteca virtual, fundada em 1971 por Michael Hart. Seu acervo conta com obras completas provenientes de domínio público e de obras que tiveram os direitos autorais cedidos pelos autores.

A missão do Projeto Gutemberg, segundo o seu criador, é de encoralar a criação de distribuição de livros eletrônicos. Contudo, há muita cautela ao se verificar o estado dos seus livros de acordo com seu respectivo direito autoral, principalmente nos Estados Unidos da América, país sede do projeto.

O resultado disso repercute no acervo das bibliotecas virtuais, que acabam sendo restringidas a um número relativamente pequeno de obras que podem ser disponibilizadas gratuitamente, podendo enfocar a forma de acesso de uso da informação digitalizada.

7 MERCADO DO LIVRO DIGITAL

O mercado do livro impresso já está consolidado, enquanto que o mercado de livros digitais ainda engatinha e sofre para encontrar um modelo de negócio que seja viável diante das ameaças de pirataria na web. O que encontramos no mercado atual de livros é uma série de empecilhos surgidos a partir das práticas mercadológicas impostas pelas editoras que se lançaram no mercado dos livros digitais e descaracterizam as propriedades de um livro impresso.

Por exemplo, o simples ato de emprestar um livro a um amigo, torna-se uma tarefa pouco difícil de ser realizada quando tratamos de livros digitais. Segundo Proccópio (2010), uma das estratégias utilizadas pelas editoras que lançam livros digitais é aplicação de DRM7, que além de atuar como uma senha de segurança, impossibilitando a cópia ilimitada de um e-book, também faz todo o trabalho de porcentagem para terceiros e de quantificação do número de cópias vendidas.

Essas DRM´s são facilmente “quebradas” por hackers, inclusive nos formatos de e-books que possuem sistemas de DRM mais modernos e seguros, como o Mobi e o EPUB. Os e-books já são populares nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, enquanto que no Brasil este mercado está dando os primeiros passos, pois o mercado brasileiro ainda não oferece uma plataforma eficiente e segura que dê suporte e variedade de livros digitais que atraia os consumidores – como acontece com o Kindle - nos EUA -, além de não possuir no mercado um leitor (e-reader) com boa relação entre custo e benefício.

Como destaca o site TECMUNDO, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) abriu, em 21 de janeiro de 2013, inscrições para as editoras de livros didáticos que desejem incluir livros digitais na grade curricular dos estudantes dos ensinos fundamental e médio. A meta é que até 2015 essa modalidade seja ofertada para os alunos de escolas públicas, como já ocorre em muitas escolas particulares.

8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, do tipo exploratória e se desenvolveu por meio do método de pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram levantadas diversas fontes de informação, quais sejam: livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, trabalhos apresentados em eventos, manuais, relatórios técnicos, dentre outros materiais relevantes.

As palavras chaves que propiciaram o desenvolvimento desse estudo foram: e-books, informação e tecnologia e mercado do livro digital. Seu foco está em determinar o contexto do e-books para o mercado atual, que inclui o papel do profissional da informação. Buscou-se, também, descobrir novas dimensões conceituais do assunto de interesse, destacando as possibilidades e instrumentos utilizados pelos e-books no processo de disseminação da informação.

A sistematização e as etapas de realização da pesquisa, seguidas dos passos metodológicos, foram expostas da seguinte maneira: levantamento bibliográfico de recursos informacionais analógicos e digitais a partir de diferentes modalidades; discussão conceitual baseada em autores que façam interlocução entre profissionais da informação e cadeias produtivas de desenvolvimento de seus serviços; sistematização das ideias obtidas para a escrita do texto.

9 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro eletrônico, batizado de e-book, é uma tecnologia que permite hipertextualidades digitais, ou seja, o acesso mútuo e instantâneo a diferentes documentos digitais. Sua principal inovação é a função de portabilidade, que permite novas formas de uso e leitura e, consequentemente, o acesso à informação de forma mais rápida e barata.

Com o início da Guerra Fria (1945), Vannevar Bush, diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Científico dos Estados Unidos, idealiza o Memex (*Memory Extension*), como um recurso de armazenamento da memória humana em uma máquina parecida aos dispositivos de leitura para livros digitais. Nele, já estavam presentes as ideias de hipertextualidade em servidores interligados, o que era considerado por Bush como a biblioteca universal do futuro.

Em 1971, Michael Hart editou, digitalmente, um livro advindo das tecnologias utilizadas para a digitalização da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, que passou a ser visualizada por computadores (VELASCO, 2010). Tal livro desenvolveu-se e passou a contemplar conteúdos imagéticos, sonoros e textuais, podendo ser acessado através de aparelhos específicos para sua leitura.

Em 1998 surgem o *SoftBook Reader* e o *Rocket eBook*, aparelhos dedicados à leitura de livros digitais. Tais softwares eram portáteis e capazes de armazenar até cinco mil páginas de livros, permitindo ao leitor, também, fazer anotações, mudanças no tamanho das fontes e marcações textuais.

O *Rocket eBook*, da empresa NuvoMedia Inc tornou-se o mais popular, dando base, juntamente com o SoftBook Reader, da empresa SoftBook Press, ao desenvolvimento de diversos aparelhos dedicados à leitura de livros digitais (MELLO JUNIOR, 2006). O livro *Riding the Bullet* (2000), de Stephen King, foi o grande pioneiro dos livros digitais, por ser o livro que obteve maior alcance e conhecimento populacional. Lançado exclusivamente na Internet, foi distribuído pelos sites *Amazon* e Barnes&Noble.

É a partir desse momento que os formatos, meios e canais de distribuição de livros eletrônicos se multiplicam. O desenvolvimento da *Word Wide Web* e dos dispositivos de leitura faz com que os livros passem a ser também vendidos em livrarias virtuais, o que aumenta o crescimento das vendas do comércio livreiro.

Para elevar o nível de interação entre leitores, os softwares de leitura, em conjunto com os hiperlinks e modalidades de leitura (*enhance books*), os livros digitais convergem diferentes hardwares, softwares e conteúdos. Nesse sentido, Bueno (2011, p. 36) descreve as diferenças entre as características dos livros tradicionais e digitais a partir de seu custo de produção, facilidade de atualização, recursos necessários para acesso, acessibilidade, iluminação, matéria prima, direito autoral, domínio de tecnologia, interatividade e barreira geográfica, como mostra a figura 1:

Figura 1 - Diferenças entre as características dos livros tradicionais e digitais

Características	Livros tradicionais	Livros digitais
Custo de produção	• Gasto com gráfica • Distribuição e transporte • Número de exemplares produzidos influencia o valor final de produção	• Pode não haver gasto com gráfica, distribuição física e transporte, pois o próprio autor pode ser seu editor • O número de exemplares não influencia no valor final
Facilidade de atualização	• Necessidade de reimpressão do livro para sua atualização	• Pode ser atualizado a qualquer momento
Recursos necessários para acesso	• Papel	• Dispositivo de leitura para livros digitais: computadores de mão, *tablets* e Internet
Acessibilidade	• Depende das decisões tomadas perante o processo de editoração em relação à diagramação e tipografia	• Diagramação dinâmica, • Possibilidade de aumento e diminuição das fontes • Inclusão de recursos adicionais, como sintetizadores de voz
Iluminação Ambiente	• Requer iluminação externa	• Alguns dispositivos de leitura permitem a leitura no escuro
Matéria prima	• Utilização de árvores para o desenvolvimento do papel	• Energia elétrica
Direito autoral	• Seguro, mas convive com a reprografia ilegal	• Difícil de ser controlado, mesmo com o uso de Gestão de Direitos Autorais (DRM)
Domínio de Tecnologia	• Não é necessário conhecimento de tecnologias eletrônicas e digitais	• Necessário conhecimento prévio das tecnologias eletrônicas e digitais
Interatividade	• Não há interatividade além texto, a menos que se tenha material adicional	• Por meio de tecnologias multimídias pode-se utilizar som, vídeo e *links* no próprio livro
Barreira geográfica	• Acesso limitado à localização geográfica do leitor	• O acesso é permitido em qualquer lugar

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, pode-se dizer que os pontos positivos dos livros digitais são rápida aquisição, disponibilidade 24 horas e a qualquer dia da semana, interatividade com as funções da Internet, rápida atualização, possibilidade de compra e acesso de capítulos individuais, acesso permitido independentemente de questões geográficas, elementos multimídia e a possibilidade de editar o texto sem alterações durante seu uso. Já os pontos negativos estão ligados à dependência do acesso à Internet e de plataformas técnicas, à falta do leitor sentir o livro, à falta de conforto proporcionada pela leitura em tela, à falta de individualidade perante a editoração do livro e ao direito de acesso limitado (muitas vezes não é permitido a utilização simultânea do recurso, outras o número de usuários é limitado ou não há empréstimo entre bibliotecas).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade em que vivemos demanda uma postura proativa na busca constante por novos conhecimentos, no que condiz à interpretação e compreensão do mundo. Nesse cenário, as Tecnologias de Informação e Comunicação e suas possibilidades de armazenamento informacional em suportes tradicionais e digitais, de manipulação e transmissão de conteúdos *on-line*, bem como da convergência de mídias e linguagens, constituem-se em fatores determinantes na constituição de tecnologias digitais.

Essa convergência de linguagens, juntamente com as diferentes tecnologias e suportes de trabalho, permitem o uso das TIC e o contato com as linguagens analógicas e virtuais. Sendo assim, a dinamização e a facilidade de acesso ocorrem à medida que há flexibilização dos processos de tratamento e uso da informação.

Nesse cenário, o livro digital caracteriza-se como uma tecnologia que facilita a disseminação e acesso ao livro, aumentando o contato do leitor para com o autor e vice-versa, o que modifica as formas e padrões de confecção de livros. É, portanto, o livro que possui um texto em formato eletrônico, de conteúdo multimídia ou não, e que necessita de um dispositivo tecnológico para sua leitura.

Seu formato é o que possibilita o acesso a esses registros por meio de sua identificação, que indica o sistema operacional em que o arquivo foi gerado e em qual poderá ser acessado. A interface gráfica e os recursos interativos dos formatos, dispositivos e programas delimitam o maior ou menor uso desses itens.

As bibliotecas vão, gradativamente, juntar, aos seus impressos, arquivos digitais, pois os leitores demandarão telas e aparelhos que distribuem recursos em rede de bibliotecas virtuais. Logo, o ebook é uma tecnologia que permite hipertextualidades digitais.

A principal inovação dos e-books são as funções de portabilidade e interatividade, que permitem novas formas de uso e leitura e, consequentemente, o acesso à informação de forma mais rápida e barata. Para a leitura de um livro digital, é necessário que se tenha um dispositivo de leitura dos livros eletrônicos, programas específicos para a leitura desses arquivos: são os chamados *readers* ou leitores.

Também é preciso ter em mãos dispositivos de leitura como computadores (laptops e desktops), leitores de livros digitais (*e-readers*), computadores de mão PDA, *tablets*, telefones celulares, podendo ser armazenados em *pen drive*, CD e DVD. O

padrão serve para garantir o intercâmbio (a troca) entre sistemas, com vistas a minimizar o conhecimento prévio do usuário.

Dessa forma, o formato de código-fonte aberto possibilita a leitura de qualquer recurso informacional, ampliando o acesso às bibliotecas digitais, o que não acontece, na maioria das vezes, com os padrões de código fechado. As bibliotecas, nessa perspectiva, necessitam de um padrão de compartilhamento de dados, pois a falta desse padrão em livros digitais dificulta o fluxo e a disseminação do conhecimento.

No que se refere ao processo editorial, o mesmo trabalha com conceitos, técnicas e métodos referentes ao tratamento do suporte material em que o texto, imagem e/ou som está inserido. Em relação aos livros digitais, a editoração pode ser conceituada como o processo de gerenciamento de publicações no que se refere à seleção e preparação desses originais a partir de tecnologias e softwares específicos de trabalho.

Os formatos mais usados para compor um livro digital são: AZW, RB, RTF, TK3, TXT, XHTML, XML e, principalmente, o EPUB. No que se refere aos dispositivos, os *tablets*, cada vez mais sofisticados, são as tecnologias do futuro para os ebooks.

Dessa forma, cada vez mais o mercado de e-books presará por softwares e hardwares flexíveis, interativos, portáteis e acessíveis. Nesse sentido, o destino do impresso será, com toda certeza, afetado pela presença do eletrônico, e tanto o mercado do impresso como do eletrônico, de certo, experimentará os efeitos das novas conjecturas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Manual de editoração**. Brasília: Aneel; CEDOC, 2002. Disponível em: <http://www.prh16.unifei.edu.br/downloads/manual_editoracao.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ARAÚJO, E. **A construção do livro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

ARAÚJO, W. J.; ANDRADE, R. de L. de V.; MORAES, F; M. de; SANTOS, J. L. dos. Elementos tecnológicos de edição, manipulação e uso de livros digitais. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 13-25, jan / abr. 2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ies.ufpb.br%2Fojs%2Findex.php%2Fies%2Farticle%2Fdownload%2F12969%2F9260&ei=RXqsVLH2PMuxggSzh4DYCg&usg=AFQjCNHsozvlZ64FjD38HosOKfjSN16ZEQ&bvm=bv.83134100,d.eXY>. Acesso em: 06 jan. 2016.

BLOG DO EDITOR. **Os diversos formatos de arquivos de livros eletrônicos**. Disponível em: <https://ebookpress.wordpress.com/2008/03/01/formatos/>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BUENO, D. A. **Padrões para livro digital**: descrição do formato EPUB. 2011. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COUTINHO, C. P.; Tecnologias web 2.0 na escola portuguesa: estudos e investigações. **Revista Paidéi@,** Santos, v. 1, n. p. 2-24, dez. 2008. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8530/1/coutinhopaideia.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

DIAS, C. A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set./dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a4>. Acesso em: 05 jan. 2016.

FARBIARZ, A.; NOJIMA, V. L. M. S. Um breve olhar sobre a ruptura eletrônica do livro. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Intercom, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/184459480699024953851137441680148488875.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2016.

FERNANDES, P. M. G. S. **O livro e a angústia**: o lugar do impresso na cultura da mediação digital. 2011. 73 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1972 ?mode=full&submit_simple=Mostrar+item+em+ formato+completo>. Acesso em: 06 jan. 2016.

FURTADO, J. A. **O papel e o pixel**. 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/630121/O_papel_eo_pixel>. Acesso em: 02 jan. 2016.

JORENTE, M. J. V. **Tecnologias, mídias, criação e hipertextualidade na transformação da informação em conhecimento interativo**. 2009. 244 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação**: como extensões do homem. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1969.
MELLO JUNIOR, J. **Do códex ao e-book**: metamorfoses do livro na era da Informação. 2006. 424 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/118739247/Do-Codex-ao-E-book-Metamorfoses-do-Livro-na-Era-daInformacao#scribd>. Acesso em: 03 maio 2016.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós,** [S.l.], v. 9, ago. 2007. Disponível em:

<http://www.compos.org.br/files/03ecompos09_AlexPrimo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

PROCÓPIO, E. **O livro na era digital**: o mercado editorial e as mídias digitais. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

RUBIN, A. **Globalização da propriedade intelectual no séc.21**. [s.n.] 2001. Disponível em: <http://www.aneterubin.adv.br/globalizacao.htm>. Acesso em: 19 dez. 2014.

SAWAYA, M. R. **Dicionário de informática e internet**. São Paulo: Nobel, 2002.

SILVA, G. M. S.; BUFREM, L. S. Livro eletrônico: a evolução de uma idéia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4BUFREM.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

TECMUNDO. **Livro digital será realidade em escolas públicas até 2015**. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/e-book/35552-livro-digital-sera-realidade-em-escolas-publicas-ate-2015.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

VELASCO, J. Na “Galáxia da Internet” e-book e e-reader se tornam reais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 12., 2010, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0649-1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

VELASCO, J.; ODDONE, N. O livro eletrônico na prática científica: estratégia metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Salvador. **Anais...** Salvador: Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--069.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

O ORÇAMENTO BASE ZERO COMO UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO NA GESTÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ALFA.

THE BASE ZERO BUDGET AS A TOOL FOR PLANNING THE COST MANAGEMENT: A CASE STUDY IN THE ALPHA COMPANY.

Sessão temática: 2.6 Outras áreas temáticas.

SILVA, Alessandra Pereira da
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP
Graduanda do Curso de Administração
alessandrasilva85@hotmail.com

LOPES, Alice Auxiliadora
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP
Graduanda do Curso de Administração
alice-l@uol.com.br

TIOSSI, Fabiano Martin
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP
Docente de cursos de graduação e pós graduação
fmartintiossi@yahoo.com.br

Resumo

Considera-se a ferramenta Orçamento Base Zero (OBZ) como um instrumento de gerenciamento que se adapta às novas tendências situacionais ou mercadológicas tendo como componentes básicos quatro princípios: planejamento, orçamento, implantação e controle. A ferramenta possibilita aos gestores conhecerem os principais custos gerenciais do negócio para que dessa forma, possam estabelecer de maneira segura onde indicar metas de cortes e priorizar os custos fundamentais para o bom funcionamento da empresa. Seguindo nesta vertente, o objetivo deste estudo é analisar de que forma a ferramenta OBZ pode contribuir na identificação e redução de custos em uma empresa do seguimento industrial. Para sua realização, foi desenvolvido um estudo de caso em uma indústria do setor moveleiro, apoiado ainda por pesquisas bibliográfica e documental. Pelos resultados, foi identificada, dentre outras situações, uma redução significativa dos custos fixos da empresa, o que comprova ser o OBZ uma ferramenta de gestão bastante eficiente. No entanto, para resultados e afirmações mais consistentes, sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas visando mensurar resultados a longo prazo, além da realização de pesquisas comparativas com outras do mesmo segmento.

Palavras-chave: OBZ, Redução de Custos, Planejamento.

Abstract

The Zero Base Budget tool (OBZ) is considered as a management tool that adapts to new situational or market trends, having as its basic components four principles: planning, budgeting, implementation and control. The tool allows the managers to know the main management costs of the business so that, in this way, they can establish in a safe way where to indicate cut goals and prioritize the fundamental costs for the good operation of the company. Following this section, the objective of this study is to analyze how the OBZ tool can contribute to the identification and reduction of costs in an industrial follow-up company. For its accomplishment, a case study was developed in an industry of the furniture sector, supported still by bibliographical and documentary researches. Based on the results, a significant reduction of fixed costs of the company was identified, among other situations, proving that OBZ is a very efficient management tool. However, for more consistent results and affirmations, it is suggested the development of new research aimed at measuring long-term results, as well as conducting comparative research with others from the same segment.

Keywords: ZBB, Cost Reduction, Planning.

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Base Zero (OBZ) consiste em elaborar o orçamento sem referência passada, baseado na reavaliação dos métodos, intenções e recursos. É também um instrumento valioso em todos os níveis de administração, pois ajuda a identificar em quais áreas da empresa há necessidade de adaptação de acordo com os objetivos traçados (LUNKES, 2003). É possível, por meio de um sistema de planejamento financeiro bem estruturado, obter um retorno favorável nos resultados, demandando recursos menores para os gastos das empresas, podendo ser considerado um processo orçamentário onde cada item tem de se justificar para obter aprovação. Para sua efetiva aplicação, é importante que a empresa seja dividida em departamentos-chave, além de classificar suas necessidades por ordem de prioridade. Considera-se que o principal conceito introduzido pelo OBZ é a mudança substancial nos ajustamentos do orçamento à capacidade de recursos da empresa (PADOVEZE; TARANTO, 2009). Sendo assim e com base nos agentes anteriormente apresentados, formulou-se o problema da pesquisa: De que forma a ferramenta OBZ pode contribuir para o planejamento e controle financeiro de uma empresa do segmento industrial? E, a partir deste problema, surgiu o interesse em desenvolver um estudo empírico visando analisar de que forma a ferramenta OBZ pode contribuir na identificação e redução de gastos em uma empresa do seguimento industrial.

Para sua realização, são utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, além de um estudo de caso em uma indústria do setor moveleiro. Pela literatura, fica evidente que um dos fatores de sucesso para o OBZ é a aceitação e contribuição da alta direção no processo, fato este comprovado pela pesquisa. Os resultados apresentam, dentre outros, que a ferramenta OBZ é sem dúvida essencial para o desenvolvimento de um bom controle de seus recursos financeiros, na redução dos gastos gerais e na correta formação do preço de venda de seus produtos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História do Orçamento Base Zero

A terminologia "orçamento base zero" não é recente. Em muitos estudos, considera-se que o OBZ consiste em elaborar o orçamento sem referência passada, baseado na reavaliação dos métodos, intenções e recursos (HERBERT, 1977).
Pattillo (1977) relata que a primeira evidência da utilização do sistema do orçamento base zero, foi à preparação do planejamento do departamento de agricultura dos Estados Unidos em 1964. O autor informa que o secretário de agricultura desenvolveu um grande interesse pelos problemas orçamentários, durante seu período como governador de Minessota, e sugeriu que fossem reconsiderados os recursos básicos para cada setor, justificando-os partindo do zero, na fase orçamentária. A maioria dos autores cita que, formalmente, o OBZ teve sua primeira utilização por volta de 1970, na divisão de Assessoria e Pesquisa da Texas Instruments, onde Peter A. Pyhrr realizou, no mês de novembro, a publicação desse tema na Havard Bussiness Review. No ano 1973, o autor auxiliou no processo de implementação dessa técnica no Estado da Geórgia (LUNKES, 2003)

De acordo com Padoveze e Taranto (2009), no Brasil o OBZ passou a ser utlizado como instrumento de gestão através da implantação na Ambev, e sequencialmente outros grupos passaram a utlizá-lo, como Perdigão e Grupo Pão de Açúcar. Atualmente o OBZ é muito utlizado por empresas multinacionais como uma ferramenta importantíssima na redução de despesas.
O OBZ é um instrumento utilizado por diversos tipos de organizações (LUNKES, *et al*., 2011) como guia que auxilia na gestão e, além disto, é um poderoso sistema de controle.

Segundo Welsch (1996, p. 385), "a escolha de um orçamento é feita pelo resultado das escolhas de técnicas e conceitos apropriados e a adaptação da empresa às características de cada situação. " É relevante que a empresa entenda que a adoção de determinado tipo de conceito de orçamento está totalmente ligada ao modelo de gestão da empresa e à cultura orçamentária desenvolvida internamente. (OLIVEIRA, *et al*, 2015 apud PADOVEZE e TARANTO, 2009).

2.2 Os diferentes tipos de plano orçamentário

Corrêa (2011) afrima que o orçamento revela uma série de previsões ou estimativas do que se espera ocorrer na empresa fundada em dados consistentes . Já Frezzatti (2007) destaca que o orçamento é o plano financeiro para programar a estratégia da empresa para determinado exercício. Não podendo ser somente uma suposição, deve ser baseado no compromisso dos gestores acerca das metas a serem atingidas.

Para elaborar um orçamento empresarial é essencial um plano de trabalho coordenado e controlado com o objetivo de atingir meta econômico-financeiro (TUNG, 1983). E fica a cargo da empresa decidir qual modelo de plano orçamental se encaixa melhor em sua gestão.

2.3 Orçamento Base Zero

Na visão de Schubert (1985), os princípios do Orçamento Base Zero enquadram-se no espírito do orçamento-programa (técnica orçamentária utilizada primeiramente no departamento de defesa dos Estados Unidos da América e

posteriormente introduzida no Brasil na década de 1960). Para um bom desenvolvimento da metodologia do OBZ, é essencial seguir alguns itens, como: requer decisão constante e manifesto apoio das chefias de todos os níveis, até a mais alta autoridade executiva; exige planejamento antes da elaboração orçamentária; requer de cada responsável pelo orçamento, uma justificativa detalhada de todas as solicitações de verbas para o seu setor e põe nele a responsabilidade de comprovar o porquê de cada verba solicitada;

É um sistema no qual cada programa, são organizados e orçados em plano detalhado; embora novo ou já existente, deva ser justificado inteiramente.

Consiste em exigir que todos os setores de uma organização, ao solicitarem às verbas que necessitam para o próximo exercício financeiro, o façam de modo claro, após terem identificado e analisado em minúcia cada um de seus programas, em andamento ou em perspectiva, e seus respectivos custos; caso a OBZ continue no próximo ano, os programas serão revisados desde as suas bases e não meramente em termos das modificações propostas para o ano; as decisões são baseadas em resultados e preocupa-se com os resultados efetivos. (SCHUBERT, 1985; LUNKES, 2003).

Segundo Datar, Foster e Horngren (2004, p. 168), Charles Travis, responsável pelo orçamento do Estado do Texas, nos Estados Unidos, comentou que "... o sistema por si mesmo não economiza dinheiro, mas sim fornece melhores informações aos responsáveis pelas decisões". Além desta vantagem, Travis cita outras duas: planejamento mais cuidadoso antes do próprio orçamento ser elaborado e maior participação de nível hierárquico mais baixo no processo orçamentário.

2.4 Características e benefícios do Orçamento Base Zero

Passarelli e Bomfim (2004) apresentam o OBZ como uma forma de reduzir expressivamente os vícios que contaminam o Planejamento Orçamentário de uma organização, provocando uma disparidade entre o que foi planejado e o que, de fato, foi realizado.

Suas principais características são: analisar custo-benefício de todos os projetos, processos e atividades partindo do "zero", fazer uma avaliação de todas as despesas propostas e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente, cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário devem-se justificar todos os programas e fornecer subsídios intgeligentes para gestão (RAZA, 2010; CARVALHO, 2002).

Os benefícios gerados por essa ferramenta são muitos. Lunkes (2003), afirma que o OBZ cria uma atitude interrogativa em lugar de assumir práticas decorrentes do passado; focaliza atenção na produtividade e não somente na relação de custo; aumenta o envolvimento das pessoas e melhora sensivelmente a motivação e o interesse no trabalho. O autor informa que a ferramenta faz com que os gestores reflitam sobre as operações para a busca de oportunidades de melhoria; fornece informações com detalhes dos recursos necessários para que se alcancem os objetivos almejados; deixa evidente os excessos e duplicidades entre as atividades ou departamentos; evidencia as reais necessidades e não as variações do ano anterior; possibilita melhor acompanhamento do planejado versus realizado.

De acordo com Vieira (2011), tem-se como resultado na implementação do OBZ, benefícios quantitativos e qualitativos, como: Diagnóstico do que realmente

está acontecendo na organização; Condução para uma redução de custos; Alocação de recursos com uma base mais real.

2.5 Elaboração do OBZ

O orçamento pode ser elaborado de várias formas e as desvantagens dos métodos anteriores é a perpetuação das ineficiências do passado; uma alternativa

O grande diferencial do OBZ é o processo de elaboração do orçamento partindo do nível zero, de forma que todas as necessidades sejam justificadas e priorizadas (MAHER, 2001). O OBZ rejeita a visão tradicional do orçamento e, principalmente, a ideia do orçamento incremental, que leva em consideração os dados do ano passado mais um adicional. Em vez disso, o OBZ projeta todas as peças como se estivessem sendo compiladas pela primeira vez (HODLOFSKI, 1992).

Pyhrr (1981) destaca duas etapas para a elaboração do OBZ:

Etapa 1 - Identificar os pacotes de decisão.

Etapa 2 - Priorizar os pacotes de decisão.

O pacote de decisão pode ser entendido como um documento que visa a detalhar e identificar uma atividade específica, de maneira que os responsáveis pela gestão possam avaliá-las e priorizá-las em relação às outras atividades que exigem recursos e decidir a aprovação ou rejeição (PYHRR, 1981).

Para identificar os pacotes de decisões, “eles são elaborados a partir de análises realizadas sobre todos os custos existentes na organização, determinando e descrevendo cada atividade separando os gastos de acordo com sua origem, natureza e semelhança entre si.” (COSTA *et al*, 2007, p 89). Uma vez elencados todos os pacotes, cabe ao gestor responsável organizá-los em função de seu grau de importância, de maneira a priorizar aqueles que são fundamentais para os objetivos da organização e coerentes com os limites dos recursos disponibilizados (PASSARELLI; BOMFIM, 2004).

Pyhrr (1981) destaca que após a identificação dos pacotes, deve-se priorizá-los de acordo com custo benefício ou mesmo avaliação subjetiva. Essa etapa determina quais recursos serão alocados e onde, decisões importantes e que devem estar completamente alinhadas com os objetivos estratégicos da organização.

Segundo Lunkes (2009) o OBZ pode ser dividido em pacote de base zero (PBZ), núcleo base zero (NBZ) e variável base zero (VBZ). O autor exemplifica que o PBZ, pode-se utilizar: Pacotes Aluguel, Materiais e limpeza, Impostos entre outros. As VBZ são unidades menores de acumulação de gastos, como por exemplo, no pacote de Aluguel subdivide o aluguel de imóvel e aluguel de máquinas. E para facilitar mais o processo há outra subdivisão que é a NBZ, que é a junção de várias VBZs agrupadas de acordo com gastos semelhantes, por exemplo, dentro da VBZ aluguel de imóvel tem as contas contábeis aluguel do prédio administrativo, aluguel do armazém/depósito. (LUNKES, 2003).É importante destacar que a base para montar os pacotes é a informação contábil, ou seja, no racional utilizado por Lunkes (2003), os pacotes são construídos a partir das contas contábeis de despesas. Estas contas são detalhadas de acordo com os componentes que fazem parte da mesma.

Para Steven (2007), o OBZ garante que atividades inapropriadas sejam eliminadas, e dá condições para mensuração de atividades existentes em relação às necessidades futuras da empresa. Bevan (2009) vai além, e afirma que o OBZ auxilia na prevenção de fraudes na organização.

Na elaboração da proposta do OBZ, o comitê orçamentário tem o papel de analisar e criticar as informações em nível decisório, referente às atividades projetadas, premissas básicas e fixação dos objetivos e metas, considerando fatores macroeconômicos e aspectos do mercado financeiro, diz Zdanowicz (1989).

2.6 Implantação da ferramenta OBZ

Segundo Phyrr (1981), antes de qualquer elaboração do OBZ, a empresa tem que estabelecer alguns objetivos e metas. Estabelecidos esses pontos, o processo orçamentário obriga os gestores a identificar e analisar o que fazer como um todo, a tomar decisões operacionais necessárias e avaliar as alterações de responsabilidade e de carga do trabalho, não depois do processo orçamentário, mas durante esse processo e como parte integrante dele. O autor ainda afirma que, na crítica do primeiro ano de implantação do OBZ, cada organização deve avaliar se continua ou não com a metodologia.

Grippa (2005) apresenta como possibilidades na implantação do OBZ a utilização do método como instrumento de revisão do orçamento: recomendável para a primeira aplicação na empresa.

Há três requisitos gerais para a implantação bem-sucedida do Orçamento Base Zero ou de qualquer outro sistema: (1) apoio da direção, (2) projeto eficaz do sistema para satisfazer as necessidades das organizações usuárias e (3) administração eficaz do sistema (PYHRR, 1981).

Segundo Pyhrr (1981) esse processo de implantação passa por cinco fases:

Fase 1: Para Santanna, 2010, p.14 apud Santos, *et al* (2008, p. 167): Antes de elaborar as metas das unidades, é necessário definir diretrizes, premissas e padrões gerais, abrangendo a análise da situação atual e uma visão global do negócio, o ambiente e a conjuntura econômica e social, as metas de vendas e marketing, as compras, a produtividade, a política de investimentos, de recursos humanos, de informática, entre outros. De acordo com Lunkes (2009), os objetivos ou os indicadores estratégicos são premissas para as metas orçamentarias, que devem ser comunicados e entendidos pelas demais áreas da empresa.

Fase 2: É através dos dados obtidos nesta fase que se dá início à confecção do orçamento futuro. Segundo Pyhrr (1981), esse passo envolve a análise e a descrição de cada atividade em separado, as atuais e as novas, em um ou mais pacotes de decisão. De acordo com Padoveze e Taranto (2009), os pacotes de decisão permitem uma comparação com outras atividades que orientam a gerência quanto à ordem de prioridade.

Fase 3: Para Pyhrr (1981), tendo identificado e priorizado os pacotes de decisão, a administração pode alocar recursos de acordo com isso, destinando recursos financeiros às atividades mais importantes (ou pacotes de decisão), sejam elas, atuais ou novas. Lunkes (2009) exemplifica o pacote: pacote aluguéis, pacote utilidades, pacote pessoal e pacote fretes, entre outros. Esses pacotes representam incrementos que refletem níveis diferentes de atividade e de consumo do recurso.

Fase 4: Segundo Pyhrr (1981), esse passo envolve a avaliação e o escalonamento destes pacotes por ordem de importância, através de uma análise de custo/benefício ou avaliação subjetiva

Fase 5: Os critérios de seleção dos pacotes devem ser baseados nos objetivos estratégicos; portanto, os gestores devem ordenar de forma decrescente de benefícios para a empresa (SANTOS, *et al*, 2008). Gomes (2000), afirma que o

processo de orçamento do OBZ faz com que todas as funções e atividades da empresa sejam avaliadas detalhadamente, examinando as alternativas de cada processo para atingir a relutância esperada e distingue as opções entre realização parcial ou total das metas estabelecidas e os custos a ela associados.

No decorrer das fases, fica evidente o desenvolvimento das fases conforme os pacotes de decisão.A implantação do OBZ pode ser negativamente afetada caso não haja apoio da direção, pois, primeiramente, são vivenciadas diversas dificuldades e problemas antes de serem percebidos os benefícios (WELSCH, 1973).

2.7 O que considerar na implantação do OBZ

De acordo com Phyrr (1973), o OBZ não é uma metodologia imutável podendo o processo ser modificado para ajustarem-se as necessidades específicas de cada organização. Entretanto, destaca algumas ações básicas que devem ser seguidos para a correta estruturação do programa:

A motivação para implantação do OBZ na organização deve vir da alta direção da empresa. Complementar a isso, deve ser bem planejada por uma equipe capacitada e referendada pelos diretores, que forneça treinamentos e suporte para os vários níveis organizacionais envolvidos no programa.

Zdanowicz (1989) afirma que existem algumas limitações para o uso do orçamento que podem dificultar tanto na fase de elaboração, como na implantação.As principais limitações são: desconhecimento do negócio; má definição da visão ou missão; falta de alinhamento nos níveis de planejamento e controle estratégico; dificuldade em definir os objetivos e metas no período do orçamento; falta de apoio da diretoria ao comitê orçamentário; e informações contábeis desatualizadas e equivocadas para fins de planejamento e controle do orçamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como exploratória, que, segundo Gil (1999, p. 43) este tipo "visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo”. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008).Em relação aos procedimentos, classifica-se como estudo de caso o que, para Yin (2001, p 28) o considera como uma estratégia de pesquisa que possui uma vantagem específica quando “faz-se uma questão tipo ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”, utilizando ainda de questionário e entrevistas não estruturadas para a coleta efetiva dos dados. Este estudo de caso foi realizado no mês de agosto de 2017, em uma empresa do ramo industrial localizada na cidade de Aparecida do Taboado/MS, doravante denominada de Alfa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Apresentação da empresa

A empresa Alfa (nome fictício) iniciou suas atividades em 13 de julho de 2001, com uma filosofia ímpar: Criar produtos que realmente fizessem toda a diferença no dia a dia das pessoas, projetando-se no cenário moveleiro nacional, criando mecanismos articulados para sofás e poltronas, que até então eram fixos e sem articulação.

A partir de 2007 a empresa vislumbra a possibilidade de abranger um mercado maior que era a indústria colchoeira, realizando novos investimentos em máquinas e equipamentos. Com isso, a empresa começou a se destacar na fabricação de molejos para colchões das linhas Bonel, Ensacado e Prolastic com alta tecnologia e qualidade, triplicando seu faturamento no primeiro ano.

No Brasil, a empresa se destaca como única fabricante de grande porte da linha de molejos para colchão com capital 100% nacional, concorrendo de igual para igual com a *Legget and Platt* (maior empresa do mundo no segmento) e também com a *Starsprings* (segunda maior empresa do segmento no mundo).

Tem atuação em todos os Estados da federação, se tornando assim uma referência em seu ramo de atuação. Está localizada em Aparecida do Taboado/MS e conta atualmente com 140 colaboradores, divididos em dois turnos de trabalho.

4.2 Apresentação e análise dos resultados

Conforme citado na metodologia, foram utilizadas duas ferramentas: uma entrevista e um questionário, elaboradas conforme o proposto pela literatura específica. A entrevista buscou identificar como surgiu o interesse em implantar a ferramenta OBZ e como se deu seu processo, dentre outros. O questionário, por sua vez, teve como intuito a coleta de dados sobre a implantação da ferramenta OBZ na empresa Alfa. Os resultados são descritos abaixo. Ambas as ferramentas foram respondidas em conjunto pelo gerente administrativo e pelo consultor externo. Embora tenha sido solicitada a resposta de forma individualizada, ambos optaram pelas respostas em conjunto.

4.3 Da aplicação da entrevista

Seu roteiro se baseou em nove pontos distintos, buscando identificar a sequência da implantação da ferramenta OBZ na empresa. Segundo a gerente administrativo e o consultor, o interesse em implantar o OBZ surgiu da necessidade de ajuste nas contas da Empresa, visando encontrar o equilíbrio e o controle dos gastos e a proposta da sua implantação veio de uma consultoria externa que atuava na empresa. Por já estar no mercado há mais de 10 anos, esta empresa de consultoria participou da implantação do OBZ em diversas outras empresas com variados ramos de atividades (Indústria, Alimentos, Calçados, etc), relatando que todos os casos apresentaram sucesso no processo.

Após a proposta inicial da consultoria e análise prévia de uma possível implantação, a empresa Alfa identificou que poderia obter resultados bastante positivos com a implantação da ferramenta OBZ. Percebendo uma grande necessidade na redução dos gastos, verificou-se que a ferramenta do OBZ contribuiria para um melhor planejamento. Com isso, foi criada uma comissão responsável pelo processo de implantação que, semanalmente se reunia para a montagem dos pacotes de decisões, buscando a melhora nos processos e diminuição dos gastos avaliando cada conta contábil da empresa.

A partir de sua necessidade, a empresa criou pacotes de decisão voltados para diversas estruturas de gastos, Manutenção, Telefonia, Material de Escritório, Serviços, Copa e Cozinha, Despesas de RH, etc. E as aprovações eram feitas com estudo dos processos e análise das contas. As mudanças e ou alterações eram apresentadas nas reuniões ou diretamente com os Supervisores de cada setor.

Com a implantação, a empresa já identificou melhorias realizadas ao longo do

processo de implantação, como melhorias nos processos nas áreas produtivas da empresa, no processo de cotação de compra, criação de novas planilhas de informação, troca do tipo de material utilizado no produto, reutilização de folha de sulfite, avaliações nos processos de manutenção buscando realizar mais manutenções preventivas, evitando manutenções de emergência que podem causar gastos adicionais e paradas na produção, entre outras.

Um dos pontos abordados foi se houve custo adicional na implantação da ferramenta. O gestor respondeu que em alguns casos sim, mas nenhum valor que comprometesse os trabalhos. Para casos de necessidade de alto investimento, antes da decisão eram realizadas análises de viabilidade financeira. Ainda nesta vertente, o gestor citou que em alguns setores ocorreu a redução nos custos de produção, de consumo de material de escritório e telefonia, dentre outros.

4.4 Da aplicação do questionário

O questionário foi elaborado visando mensurar, por meio de uma escala de 1 a 5 (onde 1 representa baixa e 5 alta contribuição), qual o grau de contribuição que a ferramenta OBZ trouxe em pontos específicos. Foram entregues dois questionários: um para a gerente administrativa da empresa e outro para o consultor da consultoria contratada. No entanto no momento de coletar os dados, ambos afirmaram terem respondido juntos um questionário pelo fato de terem desenvolvido o processo em conjunto.

Os resultados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Contribuição do OBZ

	1	2	3	4	5
1- Redução dos custos operacionais					x
2- Redução dos custos administrativos				x	
3- Formação do preço de venda					x
4- Maximização dos lucros				x	
5- Implantação do Fluxo de Caixa				x	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Lunkes e Pyhrr

Na sequência, a partir da mensuração feita pelo gerente administrativo da empresa quanto ao grau de contribuição, foi questionado se era possível mensurar, para cada item, a real contribuição da implantação da ferramenta OBZ e o por quê desta contribuição. O quadro 1 apresenta as justificativas.

Quadro 1: Justificativas às contribuições do OBZ

Pontos considerados	Houve contribuição?	Justificar conforme a nota atribuída na tabela 1
1- Redução dos custos operacionais	Sim	Com o OBZ foram observadas várias melhorias nos processos da fábrica e reduções de custos de manutenção e em algumas despesas fixas.
2- Redução dos custos administrativos	Sim	Nos itens como copa e cozinha, material de escritório, telefonia, dentre outros.

3- Formação do preço de venda	Sim	Foi implementada uma planilha que identifica a melhor Margem de Contribuição para os itens vendáveis da empresa.
4- Maximização dos lucros	Sim	Com a utilização da Planilha pelo setor de formação de preço e novas estratégias utilizadas pelo departamento comercial, desenvolvendo um controle temporal acerca dos valores movimentados.
5- Implantação do Fluxo de Caixa	Sim	O Fluxo de Caixa, inicialmente era montado via planilha em MSExcel. Com o OBZ está sendo substituído pelo Fluxo de Caixa gerado por sistema específico utilizado pela empresa. No momento estão sendo feitas algumas modificações e implementações de novas tabelas visando melhorar essa ferramenta.

Fonte: Elaborado pelos autores

Com a aplicação da pesquisa, nota-se que a implantação do OBZ contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da empresa foco desta pesquisa. Os resultados demonstram, a princípio, um maior controle de seus gastos, o que, consequentemente, acarreta maior rentabilidade. Com isso, confirma-se o exposto por Lacombe (2009, p. 70) quando menciona que “o planejamento é um poderoso instrumento de intervenção na realidade e que, se bem utilizado, constitui ferramenta fundamental para o desenvolvimento das organizações”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar de que forma a ferramenta OBZ contribui no desenvolvimento do planejamento e controle na redução de custos em uma empresa do seguimento industrial, no setor moveleiro. Para tal, além de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizou-se um estudo de caso para identificar deficiências, dificuldades ocorridas, seus desdobramentos e os resultados alcançados com a implantação.

Em uma análise da saúde financeira da empresa, o gerente administrativo e o consultor externo identificaram a necessidade de redução nos gastos. Dessa forma, a ferramenta OBZ seria de grande utilidade para o desenvolvimento deste controle de redução. Para isso, foram criados pacotes de decisões por meio de reuniões semanais com equipes específicas, buscando a melhora nos processos e diminuição dos gastos avaliando cada conta contábil da empresa. Com a implantação da ferramenta OBZ, estes citaram que, em menos de um ano, houve uma otimização dos resultados, tanto nos procedimentos administrativos quanto no processo produtivo.

A formação de preços sofreu o impacto mais nítido, pois com a estruturação e análise de cada conta e a projeção de orçamentos foi possível atingir reduções de custos de matéria prima e reestruturação de produtos que atendam aos anseios do mercado e com um preço competitivo. A consultoria externa cita também que a aceitação e contribuição da alta direção da empresa contribuiu em grande escala para o sucesso da implantação da ferramenta.

Em resposta ao problema de pesquisa proposto neste estudo, evidencia-se que a ferramenta OBZ pode contribuir em diversos aspectos para a empresa. Dentre

eles, podemos citar a redução dos custos, em especial dos fixos, além de ajustar o orçamento à sua capacidade de recursos, alavancando seus resultados financeiros e conduzindo a organização a processos decisórios mais seguros e direcionados.

No entanto, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas futuras para aprofundamentos. Dentre elas, a realização, por exemplo, de um estudo mais detalhado a longo prazo para confirmar se as mudanças ocorridas na empresa Alfa foram sedimentadas, além da aplicação de um estudo comparativo entre outras técnicas orçamentárias implantadas numa mesma empresa, possibilitando a avaliação de em quais aspectos o OBZ pode ser melhorado enquanto técnica de controle orçamentário. Como contribuições, espera-se que este estudo seja útil para orientar novos gestores sobre a importância e ainda sobre as etapas principais para a implantação desta ferramenta.

REFERÊNCIAS

BEVAN, S. Corporate fraud. **Credit Management**. Stanford, Abril de 2009.

CARVALHO, J. R. S. **Orçamento Base Zero na Eletrolux**. São Paulo: IBC-Internacional Business Communications, 2002

CORRÊA, C. C.; **Gestão empresarial com ênfase em pequenas e médias empresas**. Mato Grlosso. 2011

COSTA, A. M.; MORITZ, G. O.;MACHADO, F. M. V. **Contribuições do orçamento base zero (OBZ) no planejamento e controle de resultados em organizações empresariais**. Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis: UFSC, 2007.

DATAR, S. M.; FOSTER, G.; HORNGREN, C. T. **Contabilidade de Custos: uma abordagem gerencial.** v. 1 e 2, 11 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento empresarial, planejamento e controle gerencial**. São Paulo; Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, R. C. V. **O orçamento base-zero como técnica de planejamento financeiro.Taubaté**: UT, 2000.Monografia(MBA), Departamento de Economia,Contabilidade e Administração de empresas da Universidade de Taubaté, 2000.

GRIPPA, D.B**. Proposta de uma sistemática orçamentária para o controle e redução de despesas: o Gerenciamento Sistêmico de Despesas (GESIDE**).Porto Alegre: UFRGS, 2005. Projeto de Trabalho de conclusão do curso submetido ao Departamento de Engenharia de Produção e Transportes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

HERBERT, J.L. (org.). **Eperiences in Zero-Base-Budgeting.** New York: Petrocelli,1977.

HODLOFSKI, C. **Zero-Base Budgeting: A Tool for Cutting Back**. The Bottom Line: Managing Libraries Finance. v. 5, no. 2, p. 13-19, 1992.

LACOMBE, F. **Teoria Geral da Administração**. Saraiva, 2009.

LUNKES, R. J. **Contribuição à melhoria do processo orçamentário empresarial**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. **Manual de Orçamento. São Paulo**: Atlas, 2003.

_____. **Manual de Orçamento.** São Paulo: Atlas, 2003b.

_____. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
LUNKES, R. J.; RIPOLL, V. M.; ROSA, F. S. Pesquisa sobre o orçamento na Espanha: um estudo bibliométrico das publicações em contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n.3, p 112-132, 2011.
MAHER, M. **Contabilidade de Custos: Criando Valor para a Administração**. São Paulo: Atlas, 2001.
OLIVEIRA, C. E. ; RAMOS F. D.; SILVA D. A.; PRADO T.A.; **Um Estudo Acerca do Planejamento Orçamento e Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD) em Empresa Industrial do Ramo Alimentício**. Minas Gerais: UFU: Universidade Federal de Uberaba,p 5; 2015.
PADOVEZE, C. L.; TARANTO, F. C. **Orçamento Empresarial: novos conceitos e técnicas.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
PASSARELLI, J.; BOMFIM, E. de A. **Custos - Análise e Controle**. 3ª. Ed. São Paulo: Thomson IOB, 2004.
PATILLO, J.W. Zero-Base Budgeting**: A planning resource allocation and control tool**. New York: National Association Of Accountants, 1977.
PYHRR, P. A. **Orçamento Base Zero: Um instrumento administrativo prático par avaliação das despesas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1973.
PYHRR, P. A. **Orçamento base zero: um instrumento prático para avaliação das despesas**. Rio de Janeiro: Interciência; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
RAZA, C. **Orçamento Base Zero: Modismo ou Necessidade**. Revista Contábil & Empresarial. Fiscolegis: Aracaju. Abril de 2010.
SANTANNA, L. G. Proposta de Aplicação do Orçamento Base Zero em um departamento financeiro de uma empresa multinacional. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Projeto de Trabalho de conclusão do curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade Ciências Econômico da UFRGS, 2010.
SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; PINHEIRO, Paulo Roberto; MARTINS, Marco Antônio. **Fundamentos de Orçamento Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008.
SCHUBERT, P**. Orçamento empresarial integrado**. Rio de Janeiro: LTC, 1985.
STEVEN, G. Mangement Accounting: Perfomance Evaluation. Financial Management. Londres, 2007. Disponível em: http://findarticles.com/p/articles/mi_qa5386/is_200711/ai_n21299651 Acesso em: 20 de Março de 2017.
TUNG, N.H. **Orçamento Empresarial no Brasil**. São Paulo. Edições. 1983.
VIEIRA, G.F. **Um estudo contributivo às ferramentas de melhoria do resultado econômico com foco no Gerenciamento Matricial de Despesa**s. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação de Mestrado submetido ao Departamento de Engenharia de Produção e Transportes, UFRGS, 2011.
WELSCH, G. A. **Orçamento empresarial.** 4 ed. p. 385, São Paulo: Atlas 1996.
_____.**Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 1973.
YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
ZDANOWICZ, J. E. **Orçamento Operacional**. 3º ed. Porto Alegre: D.C. Luzzato Editores Ltda, 1989.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O SUICÍDIO SOB A ÓTICA PSICANALÍTICA: REVISÃO LITERÁRIA

THE SUICIDE UNDER THE PSYCHOANALYTIC OPTICAL: LITERARY REVIEW

Sessão temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

LUVIZOTO, Katarine
Uni-Facef
Psicóloga. Pós graduanda do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni- Facef
katarineluvizoto@gmail.com

PERES, Kenia
Uni-Facef
Professora orientadora da pós graduação do curso de Aprimoramento Profissional Clínico Institucional em Psicoterapia Psicanalítica pelo Uni-Facef. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP
keniaperes@uol.combr

Resumo

Dialogar a respeito da morte ainda é um tabu em nossa sociedade, especificamente sobre o suicídio, em que o estigma e o tabu são aspectos importantes que permeiam a falta de diálogo sobre o tema. Se trata de um tema, bastante polêmico e instigante, pois traz a luz reflexões pertinente a respeito da vida e da morte. O artigo, tem por objetivo, buscar compreender o que leva uma pessoa a tirar a própria vida, sobre a luz da psicanálise. Portanto, trata-se de um artigo de revisão bibliográfica, mediante levantamento de literatura especializada, por meio da qual pode se fazer uma análise e reflexões acerca do sofrimento, angústia e dor que o sujeito vivencia, através da psicanálise. Conclui-se que a teoria permanece inalterada, utilizando-se conceitos freudiano para se compreender um problema de saúde pública atual. Entretanto, sua visão é muito mais aprofundada, construindo novas elaborações teóricas, que permitem elucidar e compreender o que leva a pessoa a tirar a própria vida.

Palavras-chave: suicídio, angústia, melancolia.

Abstract

Dialogue about death is still a taboo in our society, specifically about suicide, where stigma and taboo are important aspects that permeate the lack of dialogue on the subject. This is a very controversial and provocative subject, as it brings to light pertinent reflections on life and death. The article aims to understand what leads a person to take his own life, in the light of psychoanalysis. Therefore, it is a bibliographical review article, through a survey of specialized literature, through which an analysis and reflections can be made about the suffering, anguish and pain that the subject experiences through psychoanalysis. We conclude that the theory remains unchanged, using freudian concepts to understand a current public health problem. However, his vision is much deeper, building new theoretical elaborations, which allow us to elucidate and understand what leads a person to take his own life.

Keywords: suicide, anguish, melancholy.

1 INTRODUÇÃO

Dialogar a respeito da morte ainda é um tabu em nossa sociedade, especificamente sobre o suicídio, onde o estigma e o tabu são aspectos importantes que permeiam a falta de diálogo sobre o tema. Considerado um importante problema de saúde pública da atualidade, o suicídio vem sendo debatido e trabalhado amplamente em nossa sociedade atual, mas ainda existe o medo e a vergonha em se falar abertamente sobre isso, seja por razões religiosas, morais ou culturais.

A Organização Mundial de Saúde estima-se que um milhão de pessoas morram dessa forma anualmente, sendo uma a cada 40 segundos, equivalendo a 1,4% dos óbitos totais. Mundialmente, o suicídio está entre uma das três causas principais de morte entre a faixa etária 15 – 44 anos, considerada economicamente produtiva, e a segunda principal causa de morte no grupo etário de 15-19 anos. Em muitos países, os idosos também são considerados grupos de alto risco. (Patton et al, 2009 apud OMS, 2012).

É sabido que os comportamentos suicidas, é um processo complexo, que varia de pensamentos suicidas, preparação, tentativas e no pior, o suicídio, sendo influenciado por diversos fatores, como: biológicos, genéticos, psicológicos, sociais, ambientais e situacionais. (Wasserman, 2001 apud OMS, 2012).

Os principais fatores de risco associados ao comportamento suicidas, envolvem doenças mentais (depressão, transtorno bipolar, transtorno mentais relacionados ao uso de álcool e outras substâncias, transtorno de personalidade, esquizofrenia, e comorbidades psiquiátricas); aspectos sociais (idade entre 15 e 30 anos e acima dos 65 anos, sem filhos, moradores de áreas urbanas, desempregados ou aposentados, isolamento social, solteiros, separados ou viúvos, populações especiais: indígenas, adolescentes e moradores de rua); aspectos psicológicos (perdas recentes, pouca resiliência, personalidade impulsiva, agressiva ou de humor instável, ter sofrido abuso físicos ou sexual na infância, desesperança, desespero e desamparo); condições de saúde limitantes (doenças orgânicas incapacitantes, dor crônica, doenças neurológicas: epilepsia, Parkinson, Hungtinton,

trauma medular, tumores malignos, AIDS). (ABP, 2014).

Se trata de um tema bastante polêmico e instigante, pois traz a luz reflexões pertinentes a respeito da vida e da morte. O artigo tem por objetivo buscar refletir sobre o que leva uma pessoa a tirar a própria vida, sobre a luz da Psicanálise.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escritos, sendo que, “a citação das principais conclusões a que outros chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes”. (LAKATOS E MARCONI, 2001, p. 225).

Portanto, trata-se de um artigo de revisão bibliográfica, mediante levantamento de literatura especializada no assunto, por meio da qual pode-se fazer uma análise e reflexões acerca do sofrimento, angústia e dor que o sujeito vivencia, através da psicanálise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O suicídio é um ato inserido na especificidade da psicopatologia, sendo compreendido como resultado de uma intensa dor psíquica, não existindo uma causa única, pois ocorre de culminância de uma série de fatores que se acumulam na vida do sujeito, levando a ser um ato não apenas individual, mas também de caráter social, pois a mesma relação que há do sujeito com a sua família, há com a sociedade em que vive. (Lage, 2013).

A dor psíquica vem acompanhada de estados emocionais negativos e autodestrutivos, como a culpa, vergonha, angústia, solidão, muitas vezes carregada de ideias de morte, com a intenção de dar fim às essas emoções e a dor, não a vida. Dessa forma pode-se fazer a reflexão de que o suicídio teria possibilidade de ser revertido pelo cuidado e a atenção dada a pessoa que tenta suicídio.

O suicídio possui um estado ambivalente, pois o sujeito demonstra estar atrás da morte, mas deseja uma ajuda, um grito de socorro, quando está transmitindo sinais verbais e comportamentais de seus atos e intenções. (Lage, 2013).

Alguns autores da abordagem humanista, observam o ato suicida como uma fuga a um sofrimento intenso e insuportável que o sujeito está sentindo, sendo acometido por uma angústia que o corrói. Acredita-se que a morte é a única saída para aliviar a tensão e descansar. O sujeito não idealiza a morte, como ponto principal, o que realmente deseja é fugir do sofrimento que é tomado. O superego produz sofrimento e tensão tão intensos, que com a perda da autoestima e sem esperanças, o ego se vê desamparado pelo superego e se deixa morrer. (MACEDO, 2007).

> É um ato decorrente de dor excessiva que anula investimentos de vida ao visar, como única “saída”, ao falso alívio da morte. O “tenta (dor)” de suicídio mostra, com seu ato de dar fim à própria vida, a força do traumático que o atordoa. Explicita-se assim a radicalidade de uma situação de dor psíquica. A ruptura de investimentos na vida, frente à força do traumático, encontra seu ponto máximo. A incapacidade de atribuir representação psíquica a esse excesso deixa o ato no domínio

> da cena psíquica. (MACEDO, 2007, p. 186).

Para a Psicanálise, a pulsão de morte prevalece à pulsão de vida, com uma luta constante entre a vida e a morte, prevalecendo a morte. Entretanto, é necessário que exista um equilíbrio entre essas duas pulsões, em que a pulsão de morte estaria atrelada a serviço da vida, atuando paralelamente. (Freud, 1920)

Freud (1917), no texto "Luto e Melancolia" traz a luz a agressão contra o próprio sujeito, sendo as condutas auto agressivas e a tendência à autodestruição do melancólico, o resultado da necessidade de destruir esse objeto amado/odiado que fosse parte do seu ego.

> O melancólico exibe uma diminuição extraordinária de sua autoestima, um empobrecimento de seu ego em grande escala. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio ego. O paciente representa seu ego para nós como sendo desprovido de valor, incapaz de qualquer realização e moralmente desprezível; ele se repreende e se envilece, esperando ser expulso e punido. Degrada-se perante todos, e sente comiseração por seus próprios parentes por estarem ligados a uma pessoa tão desprezível. Não acha que uma mudança se tenha processado nele, mas estende sua autocrítica até o passado, declarando que nunca foi melhor. Esse quadro de um delírio de inferioridade (principalmente moral) é completado pela insônia e pela recusa a se alimentar, e — o que é psicologicamente notável — por uma superação do instinto que compele todo ser vivo a se apegar à vida". (FREUD, 1917, p.).

É notável, nos dizeres de Freud, que o sujeito perdeu seu amor próprio, apontando para uma perda relativa do ego, em que a agressividade realizada contra um objeto amado, é deslocado do objeto para o ego do próprio sujeito, o qual há um desejo de matar o outro, mas essa destrutividade se volta contra ele mesmo, sendo o objeto mais poderoso que o ego, e o ego sendo dominado pelo objeto.

O que se torna um ato suicida, seria a ambivalência afetiva de amor e de ódio, complementada da identificação do objeto perdido e da regressão da libido ao eu, tornando-se possível a busca de vingança contra esse, no caso, vingança dirigida contra si mesmo. (SILVA, 2007)

> Segundo a psicanálise, a natureza humana funciona sob duas tendências essenciais: Eros (pulsão que conduz à vida) e Tanatos (pulsão que conduz à morte). São dois extremos de um continuum, onde o primeiro conduz à vida, ao amadurecimento, ao crescimento, enquanto que o segundo se refere ao inerte, à pulsão de morte, culminando na reversão do tudo ao nada. Quando a pulsão da morte se sobrepõe à pulsão da vida, ocorre o suicídio ou as tentativas desse intento. [...] Na psiquiatria clínica, o suicídio é considerado ato consciente de aniquilação autoinduzida, encarado como enfermidade multidimensional. O suicídio não é um ato aleatório ou sem finalidade, representa a "melhor" solução para uma situação carregada de muita ansiedade e intenso sofrimento. (FICHER, 2000, apud AVANCI et al, 2009, p.).

Como podemos observar, a pulsão de morte, se sobressai e domina a pulsão de vida, pois aniquila o ego, ocorrendo assim os atos suicidas ou suicídio.

Frente ao tempo atual, em que o consumismo impera, os relacionamentos são líquidos e vazios diante do advento das redes sociais, além do tempo passar depressa demais, o suicídio é a maior manifestação autodestrutiva do sujeito, pois necessita buscar uma saída que preencha o sentimento de desamparo, desistindo de viver. (CASSORLA, 1991).

Atualmente o sujeito é impedido de enfrentar a sua dor de existir, em que somente experimenta o gozo, e não a falta e frustração, pois é eliminado pelo medicamento, frente aos avanços da psicofarmacologia ou pelo consumo/abuso de drogas e/ou álcool, utilizados como fuga da angústia e dor.

Com essa geração não há tempo de sofrer, e nem se deve isso, como é percebido nas redes sociais em que vende-se a imagem da felicidade absoluta e perpétua. Além de buscar e substituir rapidamente os laços nos relacionamentos, por serem relacionamentos superficiais, que visam apenas a auto satisfação e quando isso não ocorre o caminho mais rápido e fácil a tomar é a permutação. Assim, como acontece com o suicídio, em que não há prudência e cautela, apenas o impulso.

Dessa forma, os indivíduos acreditam que podem substituir e serem substituídos, buscando felicidade, o que gera um vazio ainda maior, solidão e tédio, aumentando o nível de angústia, além de um sentimento de ansiedade e incompletude. (LAGE, 2013).

> Esse sentimento de desamparo, não seria só da falta do outro, mas também de um ser desprotegido e desamparado, ameaçado por um outro gozador. O suicida fracassa nessa busca do desejo e do prazer que sustenta a era pós-moderna, tornando intolerável esse sentimento de falta, o que acaba levando-o a voltar-se contra si mesmo. No suicida, acontece uma crise de despersonificação, onde o sujeito não se reconhece mais e acaba se identificando com o agressor introjetados". (Lage, 2013, p.).

3 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o ato suicida e o suicídio são decorrentes de uma dor paralisante, angustiante, em que a única possibilidade encontrada por alguns indivíduos é de anestesiá-la através da autodestruição.

É necessário pontuar o quão complexo é entender o ato suicida, entretanto se faz necessário, compreender e aprofundar os sentimentos que vem demonstrando recorrência na clínica psicanalítica, como a melancolia, angústia e desamparo.

Ainda é utilizado a teoria freudiana para elucidar sobre o assunto. Entretanto, sabe-se que o suicídio é um problema de saúde pública e que deve ser visto por uma visão ampla e sistêmica. Assim, infere-se criar políticas públicas que consigam alcançar efetivamente aos que estão em sofrimento psíquico e que campanhas como o "Setembro Amarelo" possam dar voz o ano todo aos indivíduos que são

silenciados pelos preconceitos e estigmas que a sociedade impõe.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio:** Informando para prevenir. Conselho Federal de Medicina (CFM), Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index9/?numero=14#page/2>. Acesso em 05.set.2017.

CASSORLA, R. M. S. (1991**). Considerações sobre o suicídio**, In: R. M. S. Cassorla (coord.), **Do suicídio:** Estudos brasileiros (pp. 17-26). Campinas, SP: Papiros.

FICHER, A.M.F.T. Tentativas de suicídio de adolescentes atendidos no setor de urgências psiquiátricas de um hospital geral. [Tese] - 2000. In: AVANCI, Rita de Cássia et al. **Relação de ajuda enfermeiro-paciente pós-tentativa de suicídio.** SMAD. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), [S.l.], v. 5, n. 1, p. 1-15, fev. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38686>. Acesso em 06.set.2017.

FREUD, S. Luto e Melancolia (1917 [1915]) in **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

LAGE, I. L. **Reflexões psicanalíticas sobre o suicídio**. Psicologado Artigos, 2013. Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/reflexoes-psicanaliticas-sobre-o-suicidio>. Acesso em 25.set.2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2001.

MACEDO, M. M. K.; WERLANG, B. S. G. **Tentativa de suicídi**o: o traumático via ato dor. Psicologia: Teoria e pesquisa, v.23, n.2, pp. 185-194, 2007b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s151614982007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 25.set.2017.

_____. **Trauma, Dor e Ato:** O olhar da psicanálise sobre uma tentativa de suicídio. Rio de Janeiro: Àgora, 2007.

NUNES, L. E. G.; SANTOS, L. A. **Possibilidades da psicanálise frente aos sujeitos que chegam aos hospitais após uma tentativa de suicídio.** Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas. v. 2, n. 4, jul./dez. 2017 – ISSN 2448-0738. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15248>. Acesso em 20.set.2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL SAÚDE (OMS), **Saúde Pública ação para prevenção**

de suicídios: uma estrutura, 2012. Falta a fonte

PARREIRA, V. T. **O suicídio em Freud.** Dissertação (Mestrado), 1988 Fundação Getúlio Vargas, Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais, Centro de Pós Graduação em Psicologia, Rio de Janeiro.

SILVA, L. M. A. A. **Corrente suicidógena de Durkheim e suas manifestações da pulsão de morte na cultura em Freud e Lacan:** um percurso preliminar a um diálogo possível. Dissertação (Mestrado) – 2007. 164f. Pontifícia Universidade Católica de Minas, Gerais, Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Psicologia.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O SUJEITO QUE ACESSA A INFORMAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS DA ARQUIVOLOGIA

THE SUBJECT THAT ACCESS THE INFORMATION/DOCUMENTATION IN DIFERENT CONTEXTS OF THE ARCHIVOLOGY

Sessão temática: 2.6 Outras áreas temáticas.

NASCIMENTO, Natália Marinho do
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, SP, Brasil
Doutoranda em Ciência da Informação da Unesp, Marília
E-mail: natalianascimento_@hotmail.com

FERREIRA, Luan Henrique Giroto
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, SP, Brasil
Mestrando em Ciência da Informação da Unesp, Marília
E-mail: luan.giroto@gmail.com

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, SP, Brasil
Professora Doutora em Ciência da Informação da Unesp, Marília
E-mail: marciapazin@marilia.unesp.br

Resumo

O sujeito que necessita da informação/documentação em Arquivologia nem sempre foi tão pesquisado na área, pelo contrário, somente nos últimos anos os estudos de usuário começam a aparecer e se intensificar, evidenciando que este sujeito possui importância para os arquivos e profissionais desses ambientes. Observa-se também que não há um consenso sobre o termo que deve ser utilizado para designar o sujeito que utiliza os acervos arquivísticos. Diante disso, este estudo tem o objetivo de evidenciar qual o termo utilizado pelos autores para designar o sujeito que busca, acessa, usa e compartilha a informação nos diferentes contextos da área de Arquivologia e Documentação. Como metodologia, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin, sendo de natureza quali-quantitativa do tipo descritiva e explicativa. Percebeu-se que a palavra 'usuário' é a mais citada pelos autores para designar aqueles que utilizam informações em todos os ambientes informacionais, porém existem outros termos mais utilizadas em determinados contextos do que em outros. Acredita-se que os estudos que abordam os sujeitos que acessam os arquivos, centros de documentação e centros de memória são o objetivo principal das instituições e dos arquivistas, assim, compreender quem é esse sujeito e como está sendo designado pelos autores nestes contextos é um algo necessário para os profissionais.

Palavras-chave: Usuário, Estudos de Usuário, Arquivos.

Abstract

The subject who needs the information / documentation in Archivology has not always been so researched in the area, on the contrary, only in the last years the user studies begin to appear and intensify, evidencing that this subject has importance for the files and professionals of these environments. It is also observed that there is no consensus on the term that should be used to designate the subject who uses the archives. Therefore, this study aims to highlight the term used by the authors to designate the subject who seeks, accesses, uses and shares information in the different contexts of the area of Archivology and Documentation. As a methodology, the Bardin content analysis was used, being qualitative-quantitative in nature, descriptive and explanatory. It has been noticed that the word 'user' is the most cited by the authors to designate those who use information in all informational environments, but there are other terms more used in certain contexts than in others. It is believed that the studies that approach the subjects that access the archives, documentation centers and memory centers are the main objective of the institutions and the archivists, thus, to understand who this subject is and how it is being assigned by the authors in these contexts is a something necessary for professionals.

Keywords: User, User Studies, Archives.

1 INTRODUÇÃO

Com as intervenções tecnológicas e o aprimoramento das ferramentas digitais, a necessidade de informação é recorrente para suprir novas demandas da realidade social. Essa afirmação vem moldando novas dimensões teóricas e práticas no campo da Arquivologia, e, consequentemente, seus sujeitos em todo fazer; desde a produção, organização, armazenamento, preservação, transferências e uso da informação. Porém, mediante esta nova conjuntura, o protagonismo social nas unidades informacionais é ainda mais emergencial, pois dita parâmetros para guiar o desenvolvimento de projetos distintos e que visam alcançar novos mercados de atuação. Neste aspecto, abrem-se possibilidades para pensar uma nova realidade, a de que os sujeitos (internos e externos), possam usufruir da dinamicidade do cenário atual.

Entretanto, o campo da Arquivística sofre mutações constantes, tendo em vista que os sujeitos evoluíram e requerem novos olhares para seus desejos e necessidades atuais. Na literatura, percebe-se que são vários os termos utilizados para determinar aquele indivíduo que busca, acessa, usa e compartilha a informação. Porém, seu sentido é modificado mediante a atuação do sujeito em determinado espaço informacional. Ou, podem até não sofrer alterações, mas dependendo do equipamento cultural, lhe é atribuído novos significados. Muitas vezes, na Arquivologia as características do sujeito de acordo com a fase do ciclo de vida documental na qual está inserido. Isto é, no arquivo corrente é atribuído ao sujeito um nome, enquanto que no arquivo permanente, outro. Diante desse fato, sentiu-se a necessidade de verificar quais os termos mais utilizados pelos autores para designar o sujeito em determinada situação informacional (ou em

equipamentos culturais distintos) bem como suas características.

Evidencia-se que os estudos de usuários na Arquivologia são fundamentais para reconhecer o impacto do sujeito sobre os processos fundamentais nos serviços de informação. Estes estudos auxiliam no desenvolvimento das atividades do arquivista em seus distintos ambientes, tendo em vista que o resultado final de seu trabalho buscará sempre atingir um público – específico ou não, para o uso da informação/documentação.

Partindo desse pressuposto, utilizou-se a abordagem metodológica de natureza qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva e explicativa. O método de pesquisa bibliográfica foi utilizado para averiguar os termos propostos por autores para o sujeito no campo da Arquivologia e Documentação. Os termos foram propostos mediante a atuação do conceito de "lugar" de Jardim (1999), onde a informação é encontrada. Desse modo, buscou-se na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI, no período de dezessete anos (2000 – 2017), termos em português e em inglês que determinam o sujeito que busca a informação nos mais distintos cenários.

Depreende-se, assim, que a área da Arquivologia na pós-custodialidade (Ribeiro, 2010) tende a centralizar no sujeito, ou seja, seus objetivos para que seja possível atender às necessidades e desejos do mesmo. Esta mudança de paradigma, traz novos desafios que colocam no plano disciplinar o reconhecimento do indivíduo como parte de um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O usuário em si, nem sempre foi um norteador importante para os processos Arquivísticos, tendo em vista que o arquivo, para as correntes tradicionais, era lugar emblemático de acúmulo de documentação que deveria ser conservada e preservada. Sob a preocupação efetiva com o acesso e o uso da informação, os arquivos emergem como espaços que necessitam do impacto do usuário para o funcionamento da instituição.

Para Bellotto (2012, p.6) "arquivos são instrumentos de uso. Arquivos existem para que as ações administrativas, jurídicas, técnicas, científicas etc., sejam conhecidas, cumpridas se for o caso e, sobretudo, sejam provadas. Documentos de arquivo são provas". Os arquivos, antes pensados como meros depósitos de documentos, têm agora o usuário para conduzir todo o processo da informação em prol de um melhor acesso e uso.

O contexto tradicional do usuário no campo da Arquivologia, o colocava em posição passiva mediante os mecanismos de serviços e produtos da informação. Com a mudança de contexto global, soluções alternativas criaram forças e proporcionaram um redirecionamento da área pensando naqueles que usufruem do sistema.

Para Ferreira (1995), o individuo é um ser com necesidades cognitivas, afetivas e fisiológicas dentro de um sistema sociocultural, político e econômico. Tal necessidade tende a refletir na busca e uso da informação para diversos encargos.

Para melhor compreensão da articulação do sujeito nos afazeres arquivísticos, o profissional da informação tende a reconhecer a necessidade da instituição e de seus serviços.

Os usuários nos arquivos começaram a ser realmente discutidos na década de 1960, porém a temática ganha força na década seguinte com os vários interesses contraditórios, como o direito à liberdade de informação em oposição ao direito à privacidade e confidencialidade e à necessidade de preservação e segurança dos documentos. Em 1974

no VIII Congresso extraordinário promovido pelo Conselho Internacional de Arquivos, em Washington, um dos temas principais foi a "revolução no acesso aos arquivos" e depois de dois anos em Londres este mesmo congresso debateu a utilização e a utilidade dos arquivos. Assim, a temática continuou ainda a ser pouco desenvolvida na área até a sua aproximação posterior pelos autores com a Ciência da Informação e com a Gestão do Conhecimento (ARAUJO, 2013, p.220).

Os arquivos que mudaram seus paradigmas em prol do entendimento de seus sujeitos "como razão fundamental dos serviços de informação" foram levados a perceber a necessidade de "ser estudado dentro dos sistemas social, político, econômico e outros que possam afetá-lo, levando-se em conta seu background, motivação, e orientação profissional" afirma Araújo (1974, p.175). Este diálogo faz com que a instituição e o profissional entendam as referências dos sujeitos para compor, coletar e sistematizar informações úteis que agreguem qualidade a todo trabalho.

Dentre as variadas terminologias existentes, o sujeito que busca, usa, acessa, compartilha a informação é conhecido também por "usuários, públicos, clientes, utente" (ARAÚJO, 2013, p.214). Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.169) o usuário é a "pessoa física ou jurídica que consulta arquivos e também é conhecido como consulente, leitor ou pesquisador", independente de qual a terminologia usada, podem apresentar o mesmo sentido. Entretanto, a ambiência varia para representar diferentes contextos de arquivo. Como exemplo, o termo "pesquisador" pode ser utilizado para determinar um sujeito que usa e utiliza o arquivo em fase permanente. O uso das terminologias será discutido de forma mais aprofundada na "Análise dos Resultados", onde serão aprofundadas as discussões acerca dos resultados encontrados a partir do levantamento de dados.

Dias et al., (2004, p.10) apresenta o estudo de usuário como "uma investigação que objetiva identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação de usuários reais e/ou potenciais de um sistema de informação". Para Villaseñor Rodriguez (2010, p.165), o estudo de usuário consiste em:

> (...) uma atividade que mediante a aplicação de um ou vários métodos busca o conhecimento (identificação e caracterização) de todas as necessidades informativas do ser humano; isto é: o surgimento da necessidade de informação, a manifestação desta por meio do usuário ao buscar essa informação e a satisfação dela".

Para Dias et al. (2004, p.08-09) os estudos de usuários podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Estudantes; professores; pesquisadores; pessoal de produção planejadores, administradores, administradores, políticos; cidadãos; etc.;
- Usuário final; usuário intermediário (documentalistas);
- Não-usuários: incluem usuários que não estão cientes dos serviços, não tem acesso a eles, não sabem como usá-los, não tem confiança neles, ou aqueles que não sabem que precisam de informação;
- Usuários da informação tecno-científica: pesquisadores das ciências básicas; pesquisadores e planejadores das ciências aplicadas; técnicos; professores, estudantes, redatores de relatórios; jornalistas; público em geral; historiadores da ciência, etc.

Com as novas tecnologias, surgem os ambientes e espaços informacionais em contexto digital. Isso requer do profissional uma atenção especial e diferente, uma vez que o público possui suas particularidades e o mercado, novos meios de atuação. Com isso, o Arquivo enquanto instituição de espaço democrático e cidadão tende a destacar os sujeitos que dele se utilizam. Sá (2005, p.69), expõe que para

entender seus usuários, principalmente em contextos informacionais distintos, os arquivistas devem saber responder as seguintes perguntas:

- Quem são os atuais usuários das redes e dos serviços de informação?
- Como, onde, por que e para que estão utilizando os serviços?
- Quais suas características e necessidades?
- E finalmente, como projetar serviços de informação contemporâneos que efetivamente satisfaçam as novas demandas?

Para o arquivista como para qualquer outro profissional que exercite uma atuação próxima ao público, vincula-se uma proposta de coletar e reconhecer as necessidades e desejos dos sujeitos dos acervos. É por meio de métodos, como o estudo de usuário, que se projetam novas fusões, dinamismos e mudanças no repertorio da instituição, bem como em suas características físicas.

Para Sá (2005, p.89),

> Existem várias metodologias de se proceder a um estudo de usuários: questionário, entrevista, técnica de Delfos, observação, análise documentária etc. Deve-se analisar cada uma delas e utilizar o método mais apropriado à sua necessidade, porém não se pode esquecer que todas elas apresentam vantagens e pontos negativos. Para que a pesquisa em estudo de usuários alcance resultados mais concretos e relevantes é necessário que se conheça a variedade de métodos existentes e que se saiba utilizar o mais adequado para solucionar os problemas apresentados.

Para aplicação de qualquer método que permita estudar o usuário - suas necessidades e interesses - deve-se levar em consideração também qual é o tipo de arquivo e os objetivos que o mesmo possui. Além do mais é preciso salientar que a identificação de necessidades momentâneas não produza uma estagnação na busca por melhores resultados constantemente. Com o tempo, novas possibilidades nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais interferem o indivíduo e seu contexto, fazendo com que outras demandas sejam supridas.

A importância do estudo dos usuários para os arquivistas é que:

> - As impressões do usuário sobre o sistema fornecem dados importantes para justificar programas; Os usuários fornecem informações que são valiosas nas operações de avaliação, arranjo e descrição;
> - Os estudos de usuário fornecem informações para os propósitos administrativos, como pessoal, utilização de espaços e localização no depósito;
> - Os estudos de usuário provêm benefícios indiretos como melhor atendimento da pesquisa, que pode envolver o pessoal do arquivo e tornar-se parte de operações futuras. (KURTZ, 1990, p.43)

Evidencia-se que esse processo é permeado de grande complexidade, pois envolve as necesidades e buscas informacionais, isso significa que tende a ser adotado tanto para o uso na instituição quanto para a pesquisa acadêmica. Assim, o estudo de usuário contribui para que os arquivistas possam atingir os objetivos de qualquer unidade de informação e auxiliar no desenvolvimento de suas atividades conforme determina a área.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica do estudo é qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva e explicativa. Além disso, também utilizou-se a pesquisa bibliográfica para averiguar os termos propostos por autores para o sujeito no campo da Arquivologia.

No que tange a pesquisa bibliográfica, foi realizado uma recuperação de Artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI, no período de dezessete anos (2000 – 2017). Entende-se que as duas últimas décadas ofertaram propostas inovadoras de trabalho e atuação no campo da Arquivologia.

Diante do exposto, como foco, utilizou-se as seguintes palavras-chaves para a recuperação de artigos: Centro de Documentação; Arquivo Digital; Arquivo Histórico; Arquivo Público; Arquivo Empresarial; Documentation Center; Digital Archive; Historical Archive; Public Archive; Business Archive. A partir destes termos observaram-se os títulos, resumos e palavras-chave. Buscou-se, contudo, analisar os artigos recuperados mediante as temáticas de Arquivologia e Documentação. Em seguida, para melhor explanar a temática desta pesquisa, o conteúdo dos artigos foi analisado objetivando o resgate de textos que norteassem pesquisas e análises sobre o sujeito nos diferentes contextos. Por fim, estas palavras foram sistematizadas em um quadro para análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos resultados, elaborou-se um quadro para melhor explanar os dados coletados. Os dados são apresentados na tabela da seguinte maneira: primeiro as palavras utilizadas na busca da base de dados (BRAPCI) e, em seguida, o número de ocorrências que foram recuperadas pela visualização do Título, Resumo e Palavras-chave. Na terceira coluna, são expostos os termos recuperados e em seguida, o contexto de atuação. Assim, esses dados são apresentados nos Quadros 1 e 2 a fim de facilitar a visualização dos resultados obtidos.

Quadro 1: Análise dos resultados no contexto internacional.

PALAVRA	NÚMERO DE OCORRENCIA	TERMO	CONTEXTO
Documentation Center 13 publicações	9	Usuário	Arquivo, Centro de Documentação, Ciência da Informação, Instituições que atuam como produtoras e disseminadoras da informação.
	1	Usuário, consulente e pesquisador	Arquivo fotográfico
	1	Usuário e pesquisador	Centro de Documentação e Unidades de Informação
	1	Pesquisador	Arquivo Histórico
	1	Cliente	Centros de Memória e Museu
Digital Archive 23 publicações	21	Usuário	Arquivo, Arquivo Público, Arquivo Digital, Arquivo Sonoro.
	2	Usuário e pesquisador	Arquivo.
Historical Archive 24 publicações	9	Usuário	Arquivo, Arquivo Digital, Arquivo Histórico e Arquivo Público.
	12	Usuário e pesquisador	Arquivo, Arquivo Judicial, Arquivo Público, Arquivo Permanente e Arquivo Histórico.
	2	Pesquisador	Arquivo e Arquivo Histórico.
	1	Usuário e consulente	Arquivo Histórico.

Public Archive 39 publicações	17	Usuário	Arquivo, Arquivo Público, Arquivo Acadêmico e Arquivo Judicial.
	11	Usuário e pesquisador	Arquivo, Arquivo Universitário, Arquivo Público, Arquivo Estadual.
	2	Pesquisador e consulente	Arquivo.
	2	Pesquisador e cliente	Arquivo.
	3	Pesquisador	Arquivo e Arquivo Pessoal.
	1	Usuário, público, cliente e utente	Arquivo
	1	Usuário, pesquisador e consulente	Arquivo
	1	Usuário e consulente	Arquivo
	1	Usuário, pesquisador, consulente e cliente	Arquivo
Business Archive 05 publicações	1	Usuário	Arquivo
	3	Usuário e pesquisador	Arquivo
	1	Usuário, consulente e pesquisador	Arquivo

Fonte: Elaborado pelos Autores.

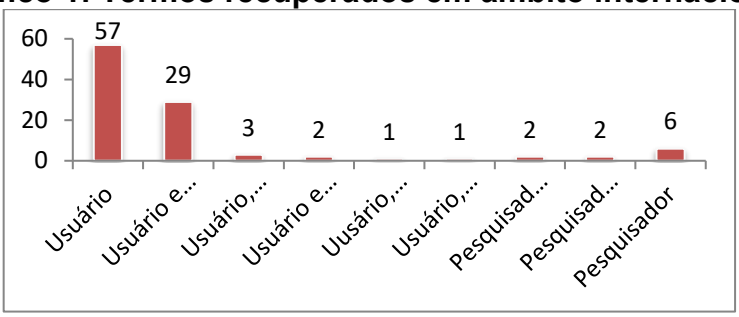
Diante disso, percebeu-se que a análise realizada recuperou um total de 104 textos. A partir do termo 'Documentation center' localizou-se um total de 36 textos sendo que apenas 13 deles abordou em algum momento um dos termos de enfoque deste trabalho. Em relação ao termo 'Digital Archive' encontrou-se 70 textos, deles, apenas 23 utilizaram as palavras-chave propostas pela categorização inicial. No contexto de 'Historical Archive' recuperou-se um total de 51 artigos, onde 24 utilizaram-se das palavras-chave. Para o termo 'Public archive' foram 121 artigos e 39 citavam as palavras-chave. Por fim, com a palavra 'Business Archive' encontraram-se 12 resultados, porém deles cinco artigos utilizou em algum momento uma das palavras-chave.

Observou-se que de um total de 104 textos, 57 supriram as necessidades de abordagem do sujeito que busca, acessa e/ou usa a informação/documentação nos mais distintos contextos da área da Arquivologia (Arquivo, Centro de Documentação, Ciência da Informação, Instituições que atuam como produtoras e disseminadoras da informação, Arquivo Digital, Arquivo Sonoro, Arquivo Público, Arquivo Acadêmico e Arquivo Judicial). Desta quantia, 36 usaram a palavra usuário e outra palavra em paralelo (consulente/pesquisador/público/cliente/utente/cliente para designar o sujeito em Arquivo, Arquivo Judicial, Arquivo Público, Arquivo fotográfico, Arquivo Permanente, Arquivo Histórico, Arquivo Universitário, Arquivo Estadual, Centro de Documentação e Unidades de Informação) em seus textos, ou seja, 89,42% dos autores da área de Arquivologia e documentação trabalham nos mais distintos contextos com a palavra usuário. Os outros 10,58%, isto é, os outros 11 textos

abordam as palavras pesquisador, cliente (para se referir a Arquivo, Arquivo Histórico, Arquivo Pessoal e Centro de Memória).

Para tanto, realizou-se o gráfico 1 para evidenciar os termos utilizados pelos pesquisadores na conjuntura internacional.

Gráfico 1: Termos recuperados em âmbito internacional.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

No que tange ao resgate de artigos no eixo nacional, recuperou-se no total 393 publicações na base de dados. Entretanto, apenas 141 artigos corresponderam ao campo da Arquivologia.

Quadro 2: Análise dos resultados no contexto nacional.

PALAVRA	NÚMERO DE OCORRENCIA	TERMO	EM UM DESTES CONTEXTOS
Centro de documentação 10 publicações	2	Usuário	Centro de documentação e memória.
	3	Pesquisador	Centro de documentação; Arquivo; Arquivo fotográfico.
	1	Individuo	Arquivo fotográfico.
	1	Cliente	Centro de Documentação e memória empresarial.
	1	Leitor	Centro de Documentação.
	1	Público	Centro de Documentação em memória da Universidade.
	1	Artista	Documentação teatral.
Arquivo Digital 50 publicações	41	Usuário	Organização e representação do conhecimento; Acervos digitais; Repositórios Digitais; Patrimônio digital; Websites; Assinatura digital.
	5	Pesquisador	Memória Digital; Gestão documental.
	1	Internauta	Museu e Arquivo.
	1	Sujeito informacional	Arquivo digital.
	1	Ator	Arquivos abertos.
	1	Indivíduo	Memória social digital.
Arquivo Empresarial 6 publicações	4	Usuário	Centro de memória; Arquivo Empresarial.
	2	Cliente	Consultoria profissional; Arquivo empresarial.
Arquivo Público 59 publicações	51	Usuário	Website de Arquivos Públicos Estaduais; Concursos públicos; Produtos e serviços; Patrimônio da informação; Banco de dados; Serviço

			público; Arquivos Municipais.
	1	Ator	Lei de acesso à informação.
	3	Agente	Lei de acesso à informação; Gestão documental.
	3	Público	Mediação cultural; patrimônio arquivístico; Atuação profissional.
Arquivo Histórico 16 publicações	13	Usuário	Arquivo Fotográfico; Arquivo Jurídico; Centro de memória; Vocabulário controlado; Arquivo Histórico.
	2	Agentes	Arquivo Jurídico.
	1	Público	Arquivo Histórico Municipal.

Fonte: Elaborado pelos Autores.

No contexto de busca sobre Centro de Documentação foram recuperados 72 artigos, mas que, apenas dez investigações publicadas correspondiam ao objetivo desta investigação. Neste âmbito, encontraram-se as palavras que determinam o sujeito em: Usuário, Pesquisador, Indivíduo, Cliente, Leitor, Público e Artista. Os Centros de Documentação (CD), no Brasil, apresentam características nas quais "identificam, na reunião e organização de fontes documentais, a possibilidade de trabalhar com a informação retrospectiva e com os estudos históricos de forma a construir a memória de suas respectivas especializações" (CAMARGO, 2003, p.22). Nos últimos 30 anos, essa linha de trabalho tendeu a se expandir e requerer novas possibilidades para organizar e disponibilizar a documentação do patrimônio que custodia. Por isso, são diversificados os acervos correspondentes para a constituição de Centros de Documentação. Logo, a terminologia utilizada para designar os sujeitos, na literatura, varia por corresponder à temática e/ou objetivo da construção do CD.

Para o temo Arquivo Digital, recuperou-se 113 artigos na BRAPCI. Mas, apenas 50 publicações corresponderam o propósito de identificar os sujeitos existentes na Arquivologia. Nesta conjuntura, encontraram-se os termos: Usuário, Pesquisador, Internauta, Sujeito Informacional, Ator e Indivíduo. Ressalta-se que o termo Arquivo Digital foi proposto mediante a citação de Barbedo (2005, p.12) que diz que "o Arquivo Digital é, pois, uma estrutura que compreende tecnologia, recursos humanos e um conjunto de políticas para incorporar, gerir e acessibilizar numa perspectiva continuada objetos digitais de natureza arquivísticas". Dessa maneira, no Arquivo Digital considera-se o termo documento como a representação da informação em bits, além de todo arcabouço de propriedades básicas como integridade, fidedignidade e autenticidade nesse ambiente. Neste caso, foram encontradas ambiências digitais diferenciadas de atuação do documento e do objeto digital como hibridez de Arquivo e Museu, Memória digital, Arquivos abertos, Websites e Representação da informação na Web.

Para o sujeito no contexto do Arquivo Digital, apresentam-se três novas categorias de representação. São elas: Sujeito Informacional, Internauta e Ator. Atribui-se ao sujeito informacional duas dimensões – o Sujeito e a informação. Neste caso, como defende Araújo (2013), é importante conjugar diferentes tradições de pesquisas que abarcam os "Estudos de Usuários", como Abordagem cognitiva, Abordagem Crítica, Abordagem Tradicional e Abordagem sociocultural. Segundo o autor, é importante a quebra de paradigma de "sujeito ativo" ou "passivo" para

compreender as práticas informacionais que envolvam o sujeito em experiências com a informação.

No que tange ao termo Internauta, Kahn e Jorente (2016) estabelecem que o uso da palavra diz respeito ao sujeito capaz de adquirir competências especificas do universo digital. Ainda na circunstância digital, o termo 'Ator' é visualizado por Recuero (2007) como sujeito envolvido nas redes conectadas por nós. Desse modo, a ambiência digital é compreendida por variadas interpretações de sujeitos para o funcionamento da rede colaborativa.

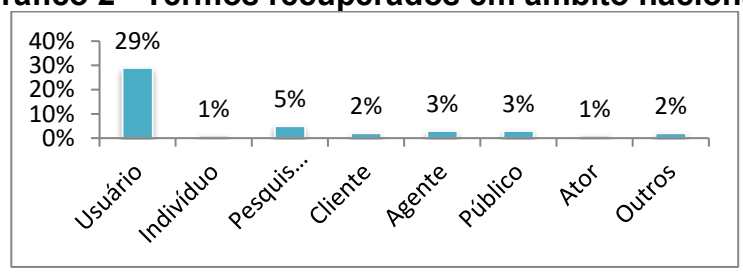
Do termo Arquivo Empresarial, foram recuperados sete artigos. Em sua totalidade, apenas um artigo não correspondeu aos objetivos da pesquisa. Encontraram-se duas terminologias que correspondem ao sujeito neste contexto, são: Usuários e Cliente. O termo cliente, na ciência da informação, remete-se a pessoas que colaboram e usufruem das unidades de informações. Estas, por sua vez, monitoram e prospectam o poder de mercado para satisfazer as necessidades e desejos de seus clientes internos e externos (TARAPANOFF; ARAÚJO JÚNIOR; CORMIER, 2000).

Sob a ótica do cenário dos Arquivos Públicos e Arquivos Históricos, houve concordância de sinônimo para quem acessa e utiliza a informação nas unidades. Enquanto que o Arquivo Público apresentou-se com 109 publicações, sendo 59 artigos efetivamente utilizados, o Arquivo Histórico equivaleu a cerca de 93 resultados, todos utilizados. Ambos os termos resgataram os sujeitos: Usuário, Agente e Público. Por serem instituições que constituem parte significativa do patrimônio documental do país e custodiarem variedades de fundos documentais de importância para a memória social e administrativa, devem centralizar a suprir as necessidades e desejos dos sujeitos. Principalmente, no contexto da Lei de acesso à Informação, que é direito do cidadão. Assim, o usuário é dito como público, pois é ampla sua gama de características e personalidades (REIS, 2015).

O termo Agente é representado no âmbito social por pessoas responsáveis legalmente autorizadas para serviços do Estado. Jardim (2012) ressalta as interações envolvendo o Estado e a Sociedade Civil. E que, por meio de representações pessoais, o Estado segue um modelo de delegação por Agentes públicos que conduz as práticas informacionais.

Neste aspecto, realizou-se o gráfico 2 para melhor compreensão dos termos utilizados pelos pesquisadores na conjuntura nacional.

Gráfico 2 - Termos recuperados em âmbito nacional.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

No quadrante outros, foram inseridos os termos que obtiveram somente uma citação nos resultados. São eles: Leitor, Artista e Internauta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao estudo dos usuários na perspectiva da Arquivologia, é fundamental dirigir o foco para quem acessa, usa e compartilha a informação. Afinal, todo arcabouço teórico e prático no contexto atual é desenvolvido para melhor sistematizar a produção, organização e uso da informação para os sujeitos. Na perspectiva bibliográfica analisada, os sujeitos buscam, utilizam e se apropriam do conteúdo oferecido pelos Arquivos, em diferentes contextos.

É neste sentido, que o desenvolvimento de uma perspectiva que visa melhorar as experiências com o público interno e externo, que o campo da Arquivologia volta-se para o humano, sem que deixe suas premissas básicas no trâmite do documento.

No trabalho, buscou-se alcançar uma melhor pontuação em relação a terminologia do sujeito em âmbito internacional e nacional e em diferentes arquivos para que se identifique, qualifique e melhor trabalhe com características desse sujeito.

No que tange ao teor internacional identificaram-se terminologias diferenciadas em um mesmo texto. É o caso de Usuário, pesquisador e consulente, sendo usados como sinônimos. Acontece, que ao recorrer em sinônimos para uma determinada palavra, o individuo que será representado poderá modificar-se de sentido. Como pesquisador e usuário. Mesmo que ambos estejam se referindo a àquele que acessa e usa a informação, as características são diferenciadas de acordo com a instituição.

Na perspectiva nacional, o termo usuário foi o mais propagado nos artigos verificados. Ressalta-se que na base de dados utilizada nesta pesquisa recupera, em termos diferentes, um mesmo artigo. Mas que, não foi contabilizado artigos repetidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 14, 2013.

_____. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v.19, n.1, p.213-238, jan./jun. 2013.

ARAÚJO, V. M. R. H. de. Usuários: uma visão do problema. **R. Esc. Bibliotecon.**, Belo Horizonte, v.3, n.2, p.175-192, set.1974.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n.51)

BARBEDO, F. Arquivos Digitais: da origem à maturidade. **Cadernos BAD**, v. 2005, n. 2, p. 6-18, 2005.

BELLOTTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **Ágora**, Florianópolis, v.22, n.44, p.5-18, 2012.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 4. ed. Madrid, Fundación Ruipérez, 2001.

DIAS, M. M. K. et al. **Usos e usuários da informação.** São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FERREIRA, S. M. S. P.; PINTO, Soares. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 1-10, 1995.

JARDIM, J. M. A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012.
_____. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Caderno de Textos. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

KAHN, K.; JORENTE, M. J. V. O papel do design da informação na curadoria digital do museu da pessoa. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 2, 201610.11606/issn.2178-2075.v7i2p23-39. DOI:10.11606/issn.2178-2075.v7i2p23-39.

KURTZ, C. M. S. **O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

SÁ, I. P. de. **A face oculta da interface:** serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, F. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 6370, jan./abr. 2010.

VILLASEÑOR RODRÍGUEZ, I. Los estudios de usuarios de información como línea de investigación prioritaria en Bibliotecología y Documentación. In: **Memoria del XXVII Coloquio de Investigación Bibliotecológica y sobre la Información:** la investigación y la educación bibliotecológica en la sociedad del conocimiento. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010, p. 161- 175. Disponível em:< http://iibi.unam.mx/publicaciones/236/xxvii_coloquio_cuib_isabel_villasenor.html> Acesso em 01 mar. 2017.

TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de; CORMIER, P. M. J. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, 2000.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL ATRAVÉS DE SUA PRINCIPAL ÓTICA NORMATIVA

THE CHILD LABOR IN BRAZIL THROUGH ITS PRINCIPAL

Área 1 Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: 1.4 Direito. Trabalho e Serviço Social

BEZERRA, Camila Museti
Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF)
Mestranda do P. P. G. *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF
Advogada
contatocamilaadvocacia@gmail.com

FADEL, Bárbara
Doutora em História Social pela USP
Professora do Programa de Pós-Graduação da Uni-FACEF
Professora do Programa de Ciência da Informação-Unesp
bafadel@facef.br

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Doutora em Psicologia pela USP
Professora do P.P.G. *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
Professora de Psicologia na Graduação do Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho infantil no Brasil passou a ser tema de grande relevância, pois, vivencia-se, em todas as regiões do país, vários casos de descumprimento dos preceitos legais protetivos a este grupo de atores, considerados especiais e por isso dependentes de uma legislação especial. Assim, no presente trabalho, buscar-se-á retratar três grandes blocos normativos, considerados aqui, como os mais importantes sobre a temática, os quais são, a Constituição Federal de 1988, a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Pela análise normativa pretende-se apontar como o trabalho infantil ilícito, retira da criança e/ou do adolescente direitos, principalmente humanos e sociais, bem como apontar que é possível a existência do trabalho infantil digno e lícito, onde estes sujeitos estão protegidos através de uma legislação específica a eles destinada. Com o trabalho infantil dentro dos parâmetros legais, crianças e adolescentes ficam aptos, por exemplo, à conciliar trabalho e estudos, através do programa do menor aprendiz, advindo da Lei da Aprendizagem. A questão do trabalho infantil ilícito necessita do Estado em esforço conjunto com a sociedade e a família, no sentido de criação e efetivação de Políticas Públicas para em sua erradicação, solicitando se

necessário a ajuda de órgãos não estatais e da própria iniciativa privada para o combate eficaz dessa forma perversa de trabalho. Para tanto será usado uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo, referências bibliográficas, mídias áudio-visuais e sites especializados.

Palavras-chave: trabalho; infantil; legislação.

Abstract

Child labor in Brazil became a subject of great relevance, since in all regions of the country there are several cases of non-compliance with the protective legal precepts of this group of actors, considered special and therefore dependent on special legislation. Thus, in the present work, we will seek to portray three major normative blocks, considered here, as the most important on the subject, which are the Federal Constitution of 1988, the Consolidation of Labor Laws and the Statute of the Child and of the Adolescent. The normative analysis aims at pointing out that illicit child labor removes from the child and / or adolescent, mainly human and social rights, as well as pointing out that it is possible to have decent and lawful child labor, where these subjects are protected through specific legislation intended for them. With child labor within the legal parameters, children and adolescents are able, for example, to reconcile work and studies, through the program of the lesser apprentice, coming from the Law of Learning. The issue of illicit child labor requires the State in a joint effort with society and the family, in the sense of creating and carrying out Public Policies for its eradication, requesting the necessary assistance from non-state agencies and from the private initiative itself to combat of this perverse form of work. For this, a qualitative approach will be used, with content analysis, bibliographic references, audio-visual media and specialized websites.

***Keywords**: work; child; legislation.*

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil tornou-se um grande problema no Brasil, em todas as regiões, por ser uma alternativa de mão-de-obra barata e de fácil retirada ou manipulação de direitos.

As crianças representam um grupo de atores considerados vulneráveis e com isso torna-se mais fácil que os seus direitos, principalmente, direitos de cunho humanos e sociais sejam violados. E com essa violação, esse grupo, considerado por especialistas como Flávia Piovesan, inclusos como nos chamados “grupo de minorias” sofrem na sua formação humana e isso haverá uma interferência diretamente no cidadão adulto que esta criança ou adolescente se tornará. (PIOVESAN, 2006)

Vê-se que isso é um problema social gravíssimo, e como problema social necessita da ação do Estado, através da criação de Políticas Públicas específicas para o combate ou erradicação desta forma indigna e perversa de trabalho.

De acordo com art. 227, da CF/88:

> Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.[1]

Assim, diante deste cenário, decidiu-se debater o tema, pesquisar as legislações existentes, as ações afirmativas pertinentes, buscar alternativas que visem melhorar a questão, para que o trabalho infantil não ocorra na ilegalidade mas sim nos moldes ditados pela Lei.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa parte da Lei, ou seja, das principais legislações pátrias específicas para o tema. Neste diapasão, três são os sistemas normativos, que são formados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dialogam entre si, e formam um arcabouço protetivo para crianças e adolescentes ingressarem no mercado de trabalho.

Assim passar-se-á agora à análise específica de cada uma das 3 (três) legislações ora destacadas.

2.1 A Constituição Federal

2.1.1 Evolução Histórica

Como colônia de Portugal o Brasil passou por várias formas de organização política, começando com as formas mais rústicas até chegar aos moldes atuais. Primeiramente houve o surgimento das chamadas feitorias, datadas aproximadamente entre 1501-1532, onde o poder encontrava-se nas mãos dos feitores, que estabeleciam suas espécies de núcleos políticos.

Após este período, passou-se ao sistema de capitanias hereditárias (1532-1549), onde houve a divisão do território brasileiro em doze porções de terras diferentes, concedidas pelo Rei de Portugal, aos seus súditos, ricos que passaram a ser chamados de donatários, possuindo poderes quase que absolutos dentro do seu espaço geográfico.

Posteriormente adotou-se o sistema dos governadores-gerais (1549-1572), tentando constituir uma certa unidade para a organização política no país.

É na fase da monarquia, com a chegada de D.João VI, que se encerra o período colonial e o Brasil é alçado a Reino Unido de Portugal. Em 7 de setembro de 1822, proclama-se a independência do país, consolidando-se o Estado Brasileiro sob a forma de governo imperial, que vai até 15 de novembro de 1889.

---

[1]BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

Com a independência, surge a efetiva necessidade de se montar uma estrutura política no país. Com isso, surge a primeira Constituição do País no ano de 1824.

Sendo a primeira Constituição que o Brasil experimentou, afirma Ferreira Pinto:

> Contudo, em razão das tendências revolucionárias e excessivamente liberais dos seus trabalhos, começaram a surgir divergências entre D. Pedro I, já consagrado Imperador, e a Assembleia Constituinte, provocando o contragolpe conservador de D. Pedro I, que a dissolveu, atribuindo ao Conselho de Estado, que ele mesmo havia criado, a elaboração do novo anteprojeto que se transformou na Constituição do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, outorgada pelo Imperador ao provo brasileiro. (FERREIRA, 1971, p. 108)

Foi uma Constituição com grande influência francesa, que promoveu o início da organização do Estado, organização dos poderes por separação de funções, estabeleceu o governo monárquico hereditário, etc,

Já a Constituição de 1891 oi a primeira Constituição após a instalação a República no país. Após muitas revoltas como as Balaiadas, Cabanadas, Sabinadas, as ideias republicanas e democráticas cada vez mais de difundiam, até que em 15 de novembro de 1889, proclamou-se a República no Brasil, por meio do decreto nº 1 de 15.11.1889.

Instalou-se um governo provisório, sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca e institui-se uma comissão de ilustres republicanos para a elaboração de um projeto de constituição. Em 15 de setembro de 1890 foi eleita a Assembleia-Geral Constituinte, que durou três meses, promulgando a Constituição da República Federativa em 24 de fevereiro de 1891.

Inspirada no constitucionalismo norte-americano instituiu o sistema presidencialista de governo, onde o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República. Finalmente garantiu uma gama de direitos civis e políticos.

A Constituição de 34 é consequência direta da Revolução de 1930. Conforme Explica Dirley da Cunha Junior:

> Em 03 de outubro de 1930, do Rio Grande do Sul, eclode a Revolução Nacional, que pôs abaixo a primeira república, rompendo a ordem constitucional anterior. O presidente da época é deposto em 24 de outubro de 1930, constituindo-se em seguida uma Junta Governativa provisória que, já em 03 de novembro de 1.930, transmitiu o Governo ao candidato de oposição derrotado nas eleições e principal articulador da Revolução vitoriosa, Getúlio Vargas. (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 415)

Um fato importante que antecedeu a Constituição de 34 foi a Revolução Constitucionalista. Ela acabou pressionando o Governo Vargas para a convocação da Assembleia Constitucionalista.

A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e como grande característica, ao lado dos direitos civis e políticos, reconheceu, sob forte influência da Constituição de Weimar (1919), os direitos sociais e econômicos, consagrando um regime de democracia social. Foi a Constituição que reconheceu um Estado preocupado com o bem-estar social.

Após a Constituição de 34 o país vivenciou um retrocesso legislativo. Sobreveio a Constituição de 1937, sendo conhecida como "Polaca", onde Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e a impôs ao país, sendo uma Constituição autoritária, que adveio da instabilidade política e das revoluções comunistas, com o conhecido Plano Cohen.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial intensificou-se no pelo mundo sentimentos de valorização à democracia e reconstrução desses ideais. No Brasil, não foi diferente.

No Governo Dutra, intensificou-se tal ideal até que se convoca uma nova Assembleia Constituinte que tomou por base a Constituição de 1.934. Em 18 de setembro promulgou-se a Constituição de 1946, nitidamente democrática-social.

Porém em 31 de março de 1.964 os militares conseguem derrubar o Presidente João Goulart e se instalam no poder. O país acaba sendo surpreendido por tempos de violência, ditadura, torturas e horror e rompe-se a ordem constitucional em vigor.

Em 1967 tem-se uma nova Constituição consagrada neste cenário ditatorial, uma Constituição outorgada e autoritária. Ainda viu-se a Constituição de 1969, que pretendeu "reformar" a de 67, também de caráter ostensivamente autoritário.

Com o fim do regime militar começa-se uma fase de transição novamente para um novo período democrático. Abre-se eleições para Presidente, com a vitória de Tancredo Neves, que morre antes de chegar a assumir. Seu vice, José Sarney, cumpre sua promessa e convoca uma nova Assembleia-Geral Constituinte e dela nasce a Constituição Federal de 1.988.

2.1.2 A Constituição Federal de 1.988

A Constituição de 88 surge como uma esperança aos cidadãos brasileiros. É uma Constituição considerada como garantista e programática, sendo chamada de "Constituição Cidadã".

Dirley da Cunha Junior afirma que "é esta a Constituição que temos; a melhor que tivemos na história política do país e, certamente, a melhor que teremos" (2015, p. 422).

A Constituição de 1.988 traz em seu bojo os chamados direitos fundamentais e inaugura, pelo menos em tese, a fase de respeito a eles, como base do Estado Democrático de Direito, bem como a garantia de sua efetividade e eficácia imediata. Sob esta ótica alçou o ser humano como um "fim" do Estado, sendo este, considerado um instrumento colocado como forma de alcançar as necessidades do seu ator principal.

Outra inovação foi dar aos direitos sociais um capítulo próprio, colocando-os como verdadeiros direitos fundamentais. Os direitos sociais surgiram para tentar colocar fim a um cenário de profunda desigualdade social experimentada mundo afora após a Segunda Guerra Mundial.

Baseados no Princípio da Solidariedade Humana, os direitos sociais foram "alçados a categoria jurídica concretizadora dos postulados da justiça social". (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 604)

Porém, os direitos sociais são de total dependência das Políticas Públicas para a sua concretude, bem como, para garantir amparo e proteção social necessários aos mais pobres e vulneráveis.

Os direitos sociais são aqueles que dão ao indivíduo o poder de exigir do Estado uma postura ativa, no sentido de que este se coloque à disposição daquele, para que realize prestações de natureza material ou jurídica, consideradas necessárias à implementação das condições fáticas necessárias que permitam o efetivo exercício das liberdades individuais e que possibilitem o alcance da igualdade de situações sociais desiguais, melhorando as condições de vida a estes sujeitos desprovidos dos recursos materiais necessários.

Diz Pedro Lenza em relação aos direitos sociais:

> Trata-se de desdobramento da perspectiva de um Estado Social de Direito, tendo como documentos marcantes a Constituição mexicana de 1917, a de Weimar, na Alemanha, de 1919, e, no Brasil, a de 1934. (LENZA, 2010. p. 837)

Na CF/88, os direitos sociais estão elencados no artigo 6º, que diz:

> Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [2]

Assim, percebe-se que a CF/88, colocou a proteção à infância como um direito social e sendo direito social deve o Estado voltar seus esforços para este sujeito de direitos em questão, tendo uma postura ativa e afirmando através de suas Políticas Públicas, mediante ações afirmativas ou até mesmo negativas, para que a criança e o adolescente possam exercer suas liberdades individuais de modo pleno e saudável bem como ter seus direitos humanos e fundamentais respeitados e afirmados.

2.2 A Consolidação das Leis do Trabalho

2.2.1 Breve Evolução Histórica

Para se pensar no Direito do Trabalho como um ramo jurídico formado por normas destinadas a regerem a relação empregatícia é necessário ter como pressuposto o trabalho livre. Enquanto se tinha uma situação de sujeição pessoal do trabalhador não se poderia vislumbrar o Direito do Trabalho.

O Direito do Trabalho surgiu como um produto do capitalismo em conjunto com a evolução histórica deste sistema.

Maurício Godinho Delgado ensina:

> O Direito do Trabalho não apenas serviu ao sistema econômico deflagrado com a Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra; na verdade, ele fixou controles para esse sistema, conferiu-lhe certa medida de civilidade, inclusive buscando eliminar as formas mais perversas de utilização da força de trabalho pela economia. (GODINHO DELGADO, 2016, p.87)

---

[2]BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

Foi com a Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, com o *boom* da indústria têxtil, que as pessoas migraram do campo para a cidade em busca de trabalho. Este é o grande marco histórico que deu força construtiva ao Direito do Trabalho. Porém este acaba ganhando mais destaque com a Revolução Industrial do século XIX.

Já não havia mais escravidão, o sistema de servidões também já ruíra e com isso o trabalhador já não estava mais em situações de sujeição pessoal. Migrou para a cidade e foi trabalhar na indústria.

Porém as jornadas exaustivas de trabalho, a baixa remuneração, a total falta de uma organização normativa para tal situação, fez com que os trabalhadores passassem a se organizar em grupos para reivindicarem direitos e melhores condições de trabalho.

O Estado começa a "ceder e construir respostas diferenciadas à mobilização e pressão vindas dos trabalhadores organizados". (GODINHO DELGADO, 2016, p.91)

Os seguimentos sociais de trabalhadores perceberam que por meio de ações coletivas seria mais fácil conseguir alcançar os direitos que pleiteavam. Os trabalhadores passaram a agir coletivamente, surgindo no cenário jurídico e político com vontade e forças próprias. Assim, mundialmente, o Direito do Trabalho é uma das principais manifestações da vontade coletiva vinda das categorias de baixo.

O Direito do Trabalho após a luta dos trabalhadores passou a se desenvolver e teve vários marcos fundamentais, como por exemplo: a-) o Manifesto Comunista de Marx e Engels (1848); b-) a Encíclica *Rerum Novarum* de 1981; c-) A formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919; d-) A Constituição de Weimar, na Alemanha (1919 e a Constituição Mexicana de 1917.

No Brasil o Direito do Trabalho não se desenvolveu na mesma velocidade do que na Europa, mas foi por ele e pelas lutas lá realizadas, influenciado. Começou com manifestações incipientes ou esparsas, que se estenderam de 1888 a 1930.

Aqui, o movimento operário não conseguiu ganhar a força coletiva como ocorreu na Europa, não possuindo tamanha capacidade de pressão. Por isso o movimento de sistematização do Direito do Trabalho deu-se de forma esparsa.

O Direito do Trabalho e sua forte institucionalização ocorre durante a Era Vargas, através de intensa atividade administrativa e legislativa do Estado, período que vai de 1930 a 1945. Este, na época, largamente intervencionista, passou voltar suas ações também para as questões sociais, tanto que é neste contexto que promulgou-se a Constituição de 1934.

Em 1943 com o modelo justrabalhista já estruturado, reuniu-se em um único diploma normativo, chamado de Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943).[3]

[3]BRASIL. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. *Consolidação das leis do trabalho*. 47 ed. São Paulo: Ltr, 2017.

2.2.2 A CLT e suas normas acerca do trabalho do menor

A CLT data de antes da Constituição de 1988 e com a promulgação desta teve que se adaptar para que suas normas dialogassem com as novas normas constitucionais e pela nova Constituição fossem recepcionadas.

Dentro da CLT encontra-se o título III, que recebe o nome de "Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho", onde no capítulo IV, estão as normas referentes a proteção do trabalho do menor.

Para o art. 402 da CLT "considera-se menor para os efeitos desta Consolidação, o trabalhador de quatorze até dezoito anos."[4]

O art. 403 da CLT reforça a ideia contida no art. 7º, XXXIII, da CF/88, dizendo que "é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos"[5]

Com a redação destes artigos percebe-se o quanto eles se coadunam com os ditames da CF/88. Esta em seu art. 7º, diz:

> Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> XXXIII: a proibição do trabalho noturno perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quartorze.[6]

Assim o que se pode ver é que CLT e Constituição Federal de 1988 estão unidas normativamente acerca do trabalho do menor e das imposições legais. Deixam claro que o trabalho a menores de 16 (anos) é vedado por Lei, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Portanto, fica claro que tais diplomas normativos criaram uma espécie de baliza protetiva, que parte do critério cronológico (idade), para a frenagem do trabalho infantil.

2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990 surge como uma expressão ampla da consagração do art. 227, da CF/88. O ECA reflete no direito pátrio, os avanços obtidos na ordem internacional em favor das crianças e adolescentes.

O ECA consagra à infância e à juventude uma Doutrina de Proteção Integral, com uma série de instrumentos normativos, advindos da ideia central contida no art. 227, da CF/88, para que se garanta a este grupo de sujeitos especiais, toda uma gama de proteção especial, para que se tornem efetivos sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente exige um tratamento especial, prioritário a estes sujeitos especiais de direito, e, para garanti-lo, obriga em conjunto a política, a economia e a organização social a operar um reordenamento; a revisar prioridades políticas e de investimentos; a colocar em avaliação o modelo de

---

[4]*Idem*
[5]*Idem*
[6]BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

desenvolvimento e o respectivo projeto da sociedade, excludente e perverso, que desconhece, na prática, estes sujeitos: a criança e o adolescente.[7]

O ECA em seu art. 2º, diferencia a criança do adolescente, através do critério das diferenças de idade apresentadas entre um e outro, senão vejamos:

> Art. 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.[8]

Como nos dois diplomas normativos anteriores, o ECA também sinaliza, em seu art. 60, que:

> Art. 60: É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.[9]

O ECA possui uma série de dispositivos que visam à proteção integral desses sujeitos especiais de direitos, estabelecendo uma chamado, Sistema de Garantia de Direitos, presente no art. 86, onde deixa-se claro que para uma política de atendimento dos direitos e interesses das crianças e dos adolescentes é necessário uma atuação conjunta articulada de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.[10]

Assim, com a análise sistemática e teleológica, percebe-se a que o ECA também se encontra em exata correspondência com os demais sistemas normativos tratados, que buscam dar à criança e/ou adolescente um tratamento especial e prioritário, resgatando-os como seres humanos, sujeitos de direitos, em virtude de sua peculiar condição pessoal de desenvolvimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será norteada através da abordagem de pesquisa qualitativa. É um método de abordagem não se satisfaz de teorias ou sistemas estanques, rígidos, mas sim da observação dos fenômenos, da interação dos sujeitos e deste com o espaço e objetos. Parte de observações e pesquisas que consideram a complexidade das relações humanas e de suas variações e dos contextos que interferem em tais relações.

Dentro da pesquisa qualitativa existem diversos métodos a serem utilizados para embasarem os trabalhos para dissertações, teses, artigos científicos, etc. e uma delas é a análise de conteúdo, método este, norteador da pesquisa qualitativa realizada no presente trabalho.

A análise de conteúdo é um instrumento da coleta de dados pautada na análise de documentos. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (visual, oral, gestual) que foi reduzida a texto ou a documento. “A decodificação de um documento pode utilizar-se e diferentes

---

[7]PORTAL EDUCAÇÃO. *A origem do estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-origem-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/43773. Acesso em: 16 de outubro de 2017.
[8]BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado, 1990.
[9]*Idem*
[10]Intrepretação literal e sistemática realizada no art. 86, do ECA.

procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado". (CHIZZOTTI, 2000, p. 98). E tudo dependerá dos objetivos que a pesquisa pretende alcançar.

Com isso serão, explicados os métodos de forma ampla, pretende-se analisar as legislações pertinentes acerca da temática, as referências bibliográficas com autores que escrevem sobre o assunto, a ele correlatos ou de base teórica fundamental, pesquisas em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos, presentes nos grandes suportes de pesquisas ou de biblioteca de Universidades de renome, pesquisas em sites e órgãos especializados, tudo para oferecer o embasamento teórico necessário à dissertação e sua defesa.

5 ANÁLISES E/OU DISCUSSÕES

O trabalho infantil no Brasil já vem por tempos sendo um problema social, na medida em que a legislação pertinente não está sendo cumprida. Tanto que o país é referência no plano internacional no que tange aos esforços para a prevenção e eliminação do trabalho infantil. O Brasil esteve entre os seis primeiros países a receber, em 1992, o Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT e em 2000 ratificou a Convenção 182 da OIT que trata do tema.[11]

O que se vê é o trabalho infantil ilegal por todas as regiões do país, perpetuando-se de acordo com a atividade que prepondera em de cada localidade. O Ministério do Trabalho e Emprego possui uma atuação em todas as regiões fiscalizando e combatendo o trabalho infantil ilegal. Em suas ações de fiscalização e combate ao trabalho infantil no Brasil, sendo 46.984 ao todo, de 2006 a 2015, foram retirados da mão-de-obra infantil 63.846 crianças e adolescentes que não se enquadravam dentro dos padrões permissivos legais.[12]

Por tal cenário descrito, programas como o do menor aprendiz podem representar um caminho eficaz para que se alcance o trabalho infantil dentro dos padrões legais protetivos, sem afronta a direitos humanos e sociais. A Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) alterou alguns dispositivos da CLT, para regular o trabalho do menor aprendiz. Um artigo que merece destaque é o art. 428, da CLT que informa:

> Art. 428: Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.[13]

---

[11]A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO criou ou fomentou diversos programas que tiveram como temática o trabalho infantil no Brasil, sendo que o país ganhou destaque no cenário mundial por conta de tais projetos de prevenção ou tentativa de erradicação. Disponível em: http://www.bsb.ilo.org/simtd/. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

[12]Dados obtidos recentemente, que datam de 12 de junho de 2017, onde o Ministério do Trabalho e Emprego ressalvou a escolha a data do dia 12 como data de compromisso global de afastar as crianças menores de 14 anos do mercado de trabalho.

[13]BRASIL. *Vade mecum saraiva*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

No trabalho infantil como aprendiz, já decidiu o TST, que não deve haver diferenças salariais entre o jovem aprendiz e demais trabalhadores, tendo a decisão, como critério, um dos argumentos, baseados no art. 7º, inciso XXX, que proíbe a diferença de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil, além de contrariar à orientação jurisprudencial (OJ) 26 da SDC (seção de dissídios coletivos), primando-se pelo princípio da isonomia.[14]

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensa-se na verdade que tais considerações, não são, finais, mas sim, mais propícias a serem consideradas como parciais, indicando inicialmente alguns pontos aos quais se pretende trabalhar para que se chegue à defesa da dissertação e ao mesmo tempo encerrando, aqui, o presente trabalho.

Com o caminhar das pesquisas acerca do tema vai chegando-se à conclusão que o trabalho infantil de forma ilícita é um problema que assola o país, pois configura uma mão-de-obra barata, que é advindo de grupo mais vulnerável que o trabalhador comum. É um problema social grave e necessita de Políticas Públicas eficazes para seu combate. É um dever conjunto do Estado, da sociedade e das famílias buscarem soluções para sua erradicação.

Em certas regiões do país o trabalho infantil se dá com maior intensidade e parece estar atrelado ao nível social e econômico da localidade, porém é claro que muitos outros fatores acabam sendo envolvidos. Mas em todas as regiões do país existem dados oficiais de trabalho infantil ilegal, relatados tanto pelo Ministério do Trabalho e Emprego quanto pelo IBGE.

O fomento de ações fiscalizadoras para erradicação do trabalho infantil tornam-se um instrumento de suma importância a favor do Estado para a construção das políticas públicas mais pertinentes e eficazes em relação à temática.

Assim, deve o Estado visar buscar a todo custo erradicar o trabalho infantil ilegal, pois ele retira direitos, principalmente humanos e sociais, das crianças e dos adolescentes e fere o princípio máximo da Constituição Federal de 1988, ou seja, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, além de afronta veementemente o Estado Democrático de Direito.

Portanto, através de políticas públicas eficazes, vindas ou não de órgãos Estatais, que busquem não só a prevenção ou erradicação do trabalho infantil, mas busquem também uma efetiva conscientização da sociedade para tal espécie de trabalho só ocorra dentro dos padrões legais próprios para crianças e adolescentes, é que o trabalho infantil deixará de ser um problema social e passará a ser uma ação social capaz de preparar dignamente os atores ora tratados.

[14]Decisão tomada em julgamento proferido pelo TST onde este usou como base princípios constitucionais, interpretação da Constituição e do sistema normativo em um diálogo de fontes para chegar à construção da decisão tomada. http://www.conjur.com.br/2017-out-04/tst-afasta-norma-fixava-remuneracao-diferenciada-aprendizes. Acesso em: 8 de outubro de 2017.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. *Consolidação das leis do trabalho*. 47 ed. São Paulo: Ltr, 2017.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado, 1990.

_____ *Vade mecum saraiva*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA JUNIOR, Dirley. *Curso de direito constitucional*. 9.ed. Salvador: *Jus*Podvim, 2015.

DELGADO. Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 15.ed. São Paulo: Ltr, 2015.

FERREIRA, Pinto. *Princípios gerais do direito constitucional moderno*. Tomo I. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

http://www.conjur.com.br/2017-out-04/tst-afasta-norma-fixava-remuneracao-diferenciada-aprendizes. Acesso em: 8 de outubro de 2017.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: http://www.bsb.ilo.org/simtd/. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PORTAL EDUCAÇÃO. *A origem do estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-origem-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/43773. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

PORTAL BRASIL. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/06/mais-de-63-mil-criancas-e-adolescentes-foram-retirados-do-trabalho-infantil-no-brasil. Acesso em: 7 de outubro de 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

O USO DOS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NAS AULAS DE INGLÊS

THE USE OF OPEN EDUCATIONAL RESOURCES IN THE ENGLISH CLASSES

Área 1 : Desenvolvimento social e políticas públicas
1.5 Educação e desenvolvimento

SUCCI, Simone Cristina
PUC – SP
Bolsista CNPq
Docente na UniBarretos
simone_succi@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar uma atividade proposta pelo *Recurso Educacional Aberto – Currículo +*, relacionada ao uso do vídeo em aulas de Inglês, na rede pública estadual paulista, focando a viabilidade do processo de ensino-aprendizagem da língua através desse recurso digital. A pesquisa é de cunho bibliográfico e a metodologia utilizada é qualitativa ao analisar o levantamento de dados sobre o uso de um recurso educacional aberto para um grupo específico, no intuito de interpretar a funcionalidade e as vantagens do mesmo para a aprendizagem, não tendo, portanto, o intuito de obter números como resultados e sim a compreensão, muitas vezes imprevisível, que possa indicar caminhos para tomada de decisão sobre a melhor maneira de se aplicar esse recurso a partir de planejamento e de objetivos claros. A fundamentação teórica que sustenta este estudo se apoia em FETTERMANN (2012), LEVY (1999) e PAIVA (2001) sobre os conceitos de recursos abertos para o ensino e estudos sobre a internet como fonte de aprendizagem. Com a análise das atividades, pudemos observar o desenvolvimento das habilidades do ensino de inglês, a interação entre os alunos e o senso crítico em relação aos temas transversais na interdisciplinaridade. Esperamos, com esse trabalho, incentivar o uso desses recursos em sala de aula, a fim de auxiliar no aprendizado de forma significativa.

Palavras - chave: Recursos educacionais abertos, atividade significativa, ensino de língua inglesa.

Abstract

This work aims to present and analyze an activity proposed by the Open Educational Resource - Curriculum +, related to the use of video in English classes, in the public state of São Paulo, focusing on the viability of the teaching-learning process of the language through this digital resource . The research is a bibliographical one and the methodology used is qualitative when analyzing the data collection about the use of an educational resource open to a specific group, in order to interpret the functionality and the advantages of the same for the learning, , the intention of obtaining numbers as results, but rather the often unpredictable understanding that can indicate ways to make decisions about how best to apply this resource from clear planning and goals. The theoretical basis for this study is based on FETTERMANN (2012), LEVY (1999) and PAIVA (2001) on the concepts of open resources for teaching and internet studies as a source of learning. With the analysis of the activities, we were able to observe the development of the English language teaching skills, the interaction between the students and the critical sense in relation to the transversal subjects in the interdisciplinarity. We hope, with this work, to encourage the use of these resources in the classroom, in order to help in learning in a significant way.

Keywords: Open educational resources, meaningful activity, English language teaching.

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais têm modificado as relações sociais, econômicas e comunicacionais da era contemporânea e empoderam o indivíduo deste século para assumir uma postura globalizada e conectada, permitindo e facilitando a comunicação e a colaboração interpessoal por meio de diferentes linguagens.

De forma rápida e progressiva, as inovações na área da tecnologia da informação são presenciadas por todos nós que precisamos aprender novas habilidades digitais, principalmente na internet, para produzir, construir e obter conhecimento. Hoje é comum o uso dos aparelhos digitais como celulares, *smartphones*, *tablets*, computadores, televisões digitais que possibilitam que as pessoas se mantenham conectadas em qualquer lugar do mundo.

No âmbito da educação, a aprendizagem sempre focou o acúmulo de informações e conhecimentos e a aplicação destes pelo indivíduo no mercado de trabalho. Porém, com as mudanças globais nas relações sociais e profissionais, é preciso buscar e garantir espaço para uma aprendizagem que dê lugar ao diálogo e à colaboração, atendendo a um repertório cultural mais amplo e que aposte na investigação crítica, demandando uma postura de participação ativa dos agentes do processo.

As práticas educativas na escola só podem ser efetivas se possibilitam aos alunos a criticidade necessária que os faça enxergar além do imediatismo dos conteúdos transmitidos na escola, de forma que a leitura de fontes variadas os levasse a refletir sobre os aspectos circundantes do cotidiano, associando-os com os conceitos que aprendem na teoria.

Assim, levar o aprendiz a se 'inquietar' diante da falta ou escassez de conhecimento, incitando-o a pesquisar mais, é uma importante finalidade da educação básica. Materiais didáticos variados, metodologias inovadoras, mediações didáticas colaborativas podem potencializar as formas de ensinar e aprender.

Os Recursos Educacionais Abertos (REA) muito podem contribuir para um processo de aprimoramento da aprendizagem. Por ser "aberto", este recurso traz a característica de poder compartilhar os conhecimentos, os materiais, as ideias e as experiências, a fim de enriquecer o acervo cultural dos usuários que a eles têm acesso.

O uso dos REA por professores e alunos nos desperta para uma mudança que ultrapassa as ações separadas e isoladas, encorajando-nos a refletir mais sobre esses recursos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar teoricamente este estudo, apoiamo-nos em FETTERMANN (2012), LEVY (1999) e PAIVA (2001) que mostram que as tecnologias de informação e comunicação têm um papel relevante e deve ser considerado criticamente nas metodologias para o ensino e aprendizagem de línguas. No caso deste estudo, foi possível observar a viabilidade do processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa através do recurso digital aberto – Currículo +, que pode e deve ser usado como ferramenta de apoio e suporte para o processo de ensino e aprendizado na rede pública estadual paulista.

O desafio atual na educação na era digital

Com a chegada da era digital, acompanhada das redes sociais e do arsenal tecnológico dos dias atuais, tornou-se um desafio para a escola e para os professores não contar com as ferramentas digitais para incrementar suas ações pedagógicas, uma vez que a geração de crianças e jovens está imersa no universo digital, onde passam a maior parte de seu tempo. Dessa forma, os espaços virtuais de interação social e suas tecnologias se coadunam ao cenário educacional ao representar um espaço muito familiar ao aluno que certamente mostra maior interesse ao aprender conteúdos que o permitam criar novas possibilidades e ampliem seu ambiente de aprendizagem.

É importante considerar que, embora o uso de ferramentas tecnologicamente mais modernas e sofisticadas indica uma maior fluência dessas tecnologias, elas não garantem seu uso efetivo e tampouco o sucesso da aprendizagem. Em contrapartida, ferramentas tecnologicamente simples podem trazer bons resultados quando atrelados a boas metodologias pedagógicas.

O uso sensato dos meios digitais na educação é, sem dúvidas, um desafio que necessita de cuidados. Segundo Tori (2012, p. 9), "[...] a escola deve se adaptar à cultura qual seu aluno pertença. Portanto, é imprescindível que incorpore a cultura das redes sociais, da interatividade, da permeabilidade virtual-real, das comunidades colaborativas, cultura essa que já é, ou está se tornando, realidade em praticamente todas as camadas sociais".

Corroborando, Caritá, Padovan, Sanches (2011), trazem que diante de tantas informações sobre os mais variados assuntos, é preciso educar os usuários para que possam filtrar o conteúdo recebido, utilizando assim as redes sociais de maneira consciente.

Dessa forma, é evidente que o uso dos conteúdos digitais como ferramenta pedagógica é interessante para se estabelecer um diálogo mais próximo com os alunos, tratando aspectos de sua vida cotidiana como componentes essenciais na aprendizagem.

O ensino por meio das TICs necessita de organização e planejamento no sentido de se integrar tecnologia, interação entre professores e alunos e entre esses e o conteúdo curricular a ser trabalhado. Diante disso, enfatizamos a importância da utilização e da apropriação dos Recursos Educacionais Abertos (REA) para potencializar a prática docente na interação e na atividade colaborativa, vinculadas às tecnologias educacionais

Os recursos educacionais abertos

Para Butcher, Kanwar e Uvalic´-Trumbic´ (2011, p. 05), os REA são "materiais didáticos, vídeos, livros, mapas, simulações, hipertextos, imagens, textos, planos de aula, entre outros materiais, que são criados para utilização no processo ensino-aprendizagem.

O termo *Open Educational Resources* foi inicialmente apresentado no Fórum *on the Impactof Open Course Ware for Higher Education in Developing Countries*, promovido pela UNESCO, em 2002 e trouxe a seguinte definição:

> são recursos de ensino, aprendizagem e pesquisa que estejam em domínio público, ou que tenham sido disponibilizados com uma licença de propriedade intelectual que permita seu uso e adaptação por terceiros.

Segundo Wiley (2000), um de seus iniciadores, os LO são recursos digitais reutilizáveis que oferecem um suporte em situações de aprendizagem. Daí, partindo das noções de movimento do software livre e de código aberto, Wiley (2000), criou o termo “conteúdo aberto” para estabelecer a ideia do uso de conteúdos educacionais abertos em diferentes situações, por diferentes professores e alunos.

Os conteúdos abertos são de acesso gratuito e viabilizados para professores e alunos, o que colabora para a renovação nas práticas metodológicas na educação devido ao compartilhamento das temáticas curriculares, que podem ser utilizados nos formatos impressos, digital, em áudio e visual.

Os REAs são recursos on-line de domínio público que possibilitam a utilização, o aprimoramento, a elaboração e o compartilhamento de conteúdos para material e pesquisa no que tange o ensino mediado pelo suporte digital e pelo professor, gerando um contexto contemporâneo no âmbito da educação mediada.

Em 2011, dois passos importantes foram dados e marcaram o início do desenvolvimento do movimento REA: a fundação da *Creative Commons* e o Consórcio *Open Course Ware*. A primeira propicia aos autores escolherem de quais direitos autorais desejam abrir mão, permitindo que usuários de conteúdos educacionais copiem, adaptem, traduzam e compartilhem tais recursos. A segunda envolve diversas instituições de ensino no mundo inteiro para nutrir o movimento

REA – Recurso educacional aberto - por meio da produção de conteúdos e orientações sobre políticas, promoção e pesquisa. Ou seja, quaisquer outros materiais educacionais disponíveis gratuitamente na Internet que não tenham uma licença aberta para uso não podem ser considerados Recursos educacionais abertos. Assim, o que distingue um Recurso educacional aberto de qualquer outro recurso educacional é a sua licença. Nesse sentido, podemos considerar que as diversas iniciativas de conteúdo digital aberto no Brasil ainda não podem ser consideradas atividades de REA no sentido amplo, ainda que estejam a caminho de licenciar adequadamente seus materiais educacionais.

Os recursos educacionais abertos possibilitam o acesso ao conhecimento por meio do ensino a distância e de maneira informal para que sejam adaptáveis e flexíveis. Litto (2006, p.18) traz que:

> estamos caminhando muito rapidamente em direção a uma sociedade em que o sistema de ensino formal e convencional, ligado a modelos obsoletos de ensino e aprendizagem, será gradualmente substituído por um sistema informal, adaptável e flexível. Este último será destinado àqueles que desejam aprender. Com os REA disponibilizando quase todo o conhecimento moderno essencial, em formatos de texto, vídeo e áudio, o ensino informal tenderá a se tornar mais significativo do que o antigo sistema formal e convencional de ensino. (Litto, 2006)

No Brasil, a oferta e a disponibilidade do uso de recursos educacionais abertos, em maiores proporções, ainda estão caminhando.

As iniciativas para que se invista em recursos educacionais abertos depende essencialmente de políticas públicas educacionais, a fim de potencializar o trabalho docente, a disponibilização de conteúdos e as formas de diversificar os recursos pedagógicos para potencializar o trabalho do professor em sala de aula e dinamizar o processo de aprendizagem dos alunos.

Os Recursos educacionais abertos e o ensino de Inglês

O maior uso do REA é por professores e instituições de ensino educacionais que os utilizam como apoio para a elaboração de seus cursos e, consequentemente, disso os usuários se beneficiaram no que se refere ao acesso a novos conhecimentos e possibilidade de produção, compartilhamento e publicação nesse meio, bem como a possibilidade de realizar downloads de arquivos como episódios de filmes, de fazer leitura com textos multimodais e remixar vídeos.

Todas essas possibilidades de aprendizado cibernético e variado que é acessível ao aluno da geração atual, tendem a alterar os papeis da abordagem tradicional de ensino, passando de uma educação centrada no professor para uma aprendizagem colaborativa, que se define como resultado de uma abordagem em que os conhecimentos são construídos na reciprocidade, ou seja, fruto de uma mediação entre professores e alunos, onde existe a abertura ao diálogo, a interação entre conhecimentos partilhados pelos alunos e o mediador da aprendizagem.(FUKS,2000).

A aprendizagem colaborativa tem sido, assim, valorizada devido a participação mais ativa do aluno no processo, da construção conjunta do conhecimento que emerge da troca entre os atores, das atividades práticas e da

flexibilização dos papeis de professores e aprendizes, a fim de permitir a construção coletiva do conhecimento.

O ensino e o aprendizado de Língua Inglesa vêm se tornando cada vez mais importante no cenário educacional, social e econômico do país. Tendo, por muito tempo, sua importância refutada, a Língua Inglesa começa, aos poucos, recuperar sua merecida importância, reafirmada Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p. 25) que ressaltam que no âmbito da LDB, as Línguas Estrangeiras Modernas recuperam, de alguma forma, a importância que durante muito tempo lhes foi negada.

Os PCNs (2006) versam sobre todos os aspectos importantes do ensino da Língua Estrangeira (LE), citando as contribuições de uma educação voltada aos interesses dos alunos, como: expansão das habilidades comunicativas e ampliação cultural, compreensão das diferentes formas de comunicação e da variabilidade dialetal, adequação linguística de acordo com o ambiente em que está inserido. Nessa perspectiva, vale lembrar que, muito mais do que uma simples aula de regras gramaticais, as aulas de Inglês podem ser extremamente enriquecedoras à medida que abrem espaço para que o aluno possa construir sua bagagem cultural e linguística.

Os PCNs (BRASIL, 2006, p. 91) ressaltam que:

> a disciplina Língua Estrangeira na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos, como, por exemplo, contribuir para a formação de indivíduos como parte de suas preocupações educacionais.

Por outro lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM (2006) - reconhecem que o número limitado das aulas de inglês e a falta de capacitação dos professores são um grande tropeço para a aprendizagem de língua estrangeira:

> No Brasil, embora a legislação da primeira metade deste século já indicasse o caráter prático que deveria possuir o ensino das línguas estrangeiras vivas, nem sempre isso ocorreu. Fatores como, o reduzido número de horas reservado ao estudo das línguas estrangeiras e carência de professores com formação linguística e pedagógica, por exemplo, foram as responsáveis pelas não aplicações efetivas dos textos legais. Assim, em lugar de capacitar o aluno a falar, ler e escrever em um novo idioma, as aulas de Línguas Estrangeiras Modernas nas escolas de nível médio acabaram por assumir uma feição monótona e repetitiva que, muitas vezes, chega a desmotivar professores e alunos, ao mesmo tempo em que deixa de valorizar conteúdos relevantes à formação educacional dos estudantes. (BRASIL, 2006, p. 147)

Devido a esses fatores, ensinar uma língua estrangeira não tem sido tarefa fácil, porém, assumir que as aulas de inglês têm um caráter monótono e repetitivo, não tentando desmistificar as crenças negativas trazidas pelos alunos com relação ao aprendizado de inglês, é como “lavar as mãos” diante de uma situação imposta e sentir-se refém, enquanto professores, de um sistema político que pode nos levar à passividade para agir.

Diante desses percalços, a necessidade de se buscar caminhos diferentes e

inovadores passa a fazer parte da vivência docente a fim de tornar o aprendizado mais interessante, contextualizado e eficaz.

Assim, busca-se, com este trabalho, investigar e trazer respostas para a seguinte questão:

"Como viabilizar o processo de ensino-aprendizagem de Inglês através Currículo +?"

O *Currículo* + é um recurso educacional disponível online, cuja plataforma disponibiliza sugestões de objetos digitais de aprendizagem como vídeos, animações, jogos, simuladores, infográficos e áudios relacionados ao Currículo do Estado de São Paulo, visando estimular e incentivar o uso de novas tecnologias como recurso pedagógico.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha pela pesquisa qualitativa neste trabalho se justifica por este estar relacionado ao levantamento de dados sobre o uso de um recurso educacional específico de um grupo para tentar compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões e expectativas desses indivíduos, não tendo, portanto, o intuito de obter números como resultados e sim a compreensão, muitas vezes imprevisível, que possa indicar o caminho para tomada de decisão sobre uma questão.

Os participantes foram alunos do 9º ano do ensino fundamental da escola pública estadual EE Professora Dalva Lellis Garcia Prado, localizada no município de Guaíra– SP.

O currículo +

O Currículo + é um REA que foi produzido no ano de 2014 que hospeda conteúdos digitais (vídeos, vídeo - aulas, jogos, animações, simuladores e infográficos), relacionados Currículo do Estado de São Paulo, que disponibilizados para fins didáticos.

O Currículo+ visa o incentivo da utilização da tecnologia como recurso pedagógico articulado ao Currículo do Estado de São Paulo para servir de ideias a práticas inovadoras docentes a fim de promover maior interesse e participação dos alunos no processo de aprendizado. Assim, alunos e professores podem ter acesso a esse recurso, dentro e fora da escola, em todas as disciplinas e séries da educação básica.

Os conteúdos do Currículo +, que podem estar em formato interativo ou estático, são construídos por educadores das Diretorias de ensino das diversas regiões do estado de São Paulo, por alunos ou mesmo cedidos por outros órgãos ou instituições de ensino que têm interesse em compartilhar materiais e atividades pedagógicas.

Esses conteúdos disponibilizados na plataforma são avaliados a partir de um processo de seleção e classificação realizado por educadores da Rede Estadual de São Paulo, com base em critérios em uma metodologia estabelecida pela Secretaria que apregoa a integração e construção coletiva dos conhecimentos, uma vez que os principais usuários destes recursos pedagógicos complementares serão professores

e alunos, acredita-se que será exatamente este mecanismo de “co-criação” com a Rede de ensino.

A disciplina Inglês no Currículo + se apresenta separada por nível de ensino (fundamental ou médio) e por temas, como: aspectos culturais da língua, análise linguística, *listening, reading, writing, speaking*, leitura anglófona, tradução e práticas de leitura.

A busca por conteúdos pode ser feita por alguns tipos de mídia, como: áudio, aula digital, infográfico, jogo, livro digital, mapa, vídeos, vídeo-aulas e simulador.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, a atividade escolhida pelo professor foi o vídeo “*Invictus - Making the difference: Nelson Mandela´s life*, sugerido na seção “Aspectos culturais da língua” do REA – *Currículo +*

Os objetivos de se utilizar o referido tema com a sala de 9º ano foi trabalhar algumas questões humanitárias e o seu processo de luta contra a discriminação instaurada pelo *apartheid*, na África do Sul.

A escolha do audiovisual é devido ao fato do mesmo possuir grande capacidade de contribuir para a aula de língua inglesa na medida em que desenvolve as quatro habilidades essenciais da língua (*listening, reading, writing, speaking*), sobretudo o *listening*. Para preparar os alunos para o vídeo, realizamos uma roda de conversa com a turma – mesclando-se língua inglesa e língua materna – em que temas como discriminação, preconceito, luta e algumas políticas públicas foram discutidas. Nessa roda, que teve a duração de duas aulas, pudemos trabalhar vocabulário e um pouco de sintaxe na construção de frase que foram recorrentes na discussão, em um uso autêntico da língua e, no decorrer do debate sobre o tema principal do vídeo, o professor pode definir que o *listening foi priorizado nessa atividade.*

Nessa atividade, porém, os alunos realizaram uma atividade escrita que será descrita nos resultados.

Outro fator determinante para o sucesso ou insucesso da utilização de vídeos em sala de aula é o papel que o professor deve desempenhar. Como afirma Stempleski (2002), ele seleciona o vídeo, relaciona-o com as necessidades dos alunos, promove uma forma ativa de assisti-lo e o integra a outras áreas do currículo da língua. Para isso, o professor precisa estar ciente de alguns fatores fundamentais da influência da utilização de vídeos no processo de ensino-aprendizagem. Haydt (2006, p. 260) aponta alguns critérios convenientes:

- Adequação aos objetivos, ao conteúdo e à clientela. [...] Deve ser adequado também ao grau de desenvolvimento dos alunos (a seu nível de maturidade cognitiva), a seus interesses e necessidades.
- Funcionalidade – o material audiovisual deve ser funcional, isto é, deve possibilitar uma utilização dinâmica, ativando o pensamento reflexivo do aluno.
- Simplicidade – os meios audiovisuais devem, de preferência, ser de baixo custo e fácil manejo, permitindo a manipulação tanto pelo professor como pelo aluno.
- Qualidade e exatidão – os recursos audiovisuais devem transmitir com exatidão a

mensagem que se deseja comunicar. [...] Por outro lado, devem ser atraentes, despertando o interesse dos alunos e incentivando sua participação na aula.

Assim, o planejamento é instrumento fundamental para o sucesso da utilização de um gênero 'vídeo' em sala de aula. Ao adotar os critérios sugeridos acima, evitamos o vídeo como um recurso tecnológico sem finalidade didática específica e descartamos alguns usos comuns em sala de aula, como os listados por Modro (2006): o vídeo como "tapa-buraco", com o objetivo de diversão e substituição de aulas. O autor pontua que o vídeo deve ser utilizado de forma racional, com critérios e nunca como um substituto das aulas do professor ou do conteúdo (MODRO, 2006, p. 12).

A atividade com o trailer do filme "Invictus", que trata do período em que Nelson Mandela (Morgan Freeman) sai da prisão em 1990, torna-se presidente em 1994 e dos anos subsequentes em que, se utiliza da paixão do povo pelo Rugby na tentativa de diminuir a segregação racial na África do Sul.

As atividades relacionadas ao vídeo foram trabalhadas em três estágios: *previewing*, *viewing* ou *postviewing activities* (STEMPLESKI, 2002), nas quais se orienta que os objetivos devam estar estejam claros e bem estabelecidos.

Na fase *previewing activity*, os alunos puderam entrar em contato com o vocabulário por meio da roda de conversa proposta pelo professor bem como com o contexto do vídeo; na *viewing activity*, o professor orientou os alunos pedindo a eles observassem alguns aspectos específicos do vídeo, como enquanto o assistiam e na *post viewing activities,* o professor propôs um debate sobre a opinião dos alunos com relação vídeo, finalizando a atividade com uma encenação produzida pelos mesmos.

Previewing activity
Objetivo: Discutir acerca do tema principal do filme
Habilidade: Listening/ Speaking
Duração: uma aula
Descrição da atividade: Nessa primeira etapa da atividade, o professor incita os alunos, perguntando:
What do you know about Nelson Mandela?
What's apartheid?
What do you know about this theme?
What continent suffered apartheid?

Algumas ocorrências:
*1ª : Apartheid is a kind of ..... of…*preconceito. *(risos)*
2ª : I don´t know explain.
3ª: I know... it is about black people.
4ª: Apartheid is in Africa.

O professor pede aos alunos que se manifestem livremente a fim de se construírem frases e se comunicarem na língua-alvo.

Na primeira ocorrência, o professor escreve a palavra *prejudice*na lousa e pede para que o aluno repita, auxiliando-o na pronúncia. Assim, o aluno profere: *"Apartheid is a kind of prejudice".*

Na segunda ocorrência, o professor diz:
So, let´s try to explain: Apartheid was a segregation policies. Negroes were barred

from participating in the political life of the country.

Nessa atividade pudemos perceber a abordagem comunicativa da LE, na qual o professor é facilitador e gerenciador do conteúdo que está sendo utilizado. Embasando-nos nessa abordagem, podemos verificar a troca de experiências e a construção do discurso significativo na língua-alvo, conforme Souza (2008). Os alunos utilizam o idioma que estão aprendendo para contar acerca de suas experiências, bem como sobre situações de sucesso
ou insucesso que já presenciaram ou vivenciaram na língua estudada.

O professor questiona os alunos, como eles se sentiriam se ele fosse um negro, vivendo na África do Sul, na época do Apartheid, objetivando levar o aluno a refletir sobre o princípio da consciência social e a pensar no sentimento do outro em determinada circunstância.

Viewing activity

Descrição do traller do filme *Invictus*: a história se passa em 1994, ano em que Nelson Mandela (Morgan Freeman) se torna presidente da África do Sul, já dividido pela disputa racial. Enquanto os negros comemoram sua vitória e sonham com uma nação mais justa, os brancos vivem outra realidade e têm como símbolo maior de seu patriotismo o desacreditado time de futebol - Rúgbi. Com a proximidade da Copa do Mundo, em 1995, a disputa racial fica acirrada nos estádios entre os brancos e os negros que torcem para o time da Inglaterra.
A fim de unir seu povo, Mandela usa a linguagem universal do esporte e pede ajuda ao capitão da seleção africana, Francois Pienaar (Matt Damon). O presidente convoca o jovem e quer que juntos transformem o time de Rúgbi em uma seleção competitiva capaz de disputar o título. A união do poderoso líder negro e o jovem esportista branco faz com que a África do Sul consiga uma campanha inacreditável no campeonato, ajudando a dar uma paixão em comum para toda a população do país.

Os alunos assistiram duas vezes ao trailer do filme “Invictus”. Após assistirem, o professor pediu a eles que contassem algumas frases, palavras e números (datas, meses) que puderam compreender.

Os alunos pediram para ouvir mais uma vez e o professor, pediu-lhes que anotassem as palavras que conseguissem entender.

Post viewing activity

Objetivo: Levar os alunos a uma compreensão mais detalhada do assunto e do vocabulário
Habilidades: Listening, Writing
Duração: duas aulas
Descrição da aula: Os alunos assistem ao vídeo duas vezes. O professor entrega uma atividade impressa, relacionada ao vídeo assistido, para que os alunos respondam em duplas. As perguntas abordam o vocabulário e a compreensão de texto relacionada ao tema.

Nesta atividade, o professor permite o uso do dicionário. As questões são as que seguem:

When did Apartheid start?

How did the Apartheid government come to power?

What were the Foundations of Apartheid?

What happened in the 1970s and 1980s?

When did Apartheid end?

Análise: Engajados em um debate, os alunos trabalharam cooperativamente para responder às questões. O vídeo tornou-se uma ferramenta interdisciplinar que permite apreender conteúdo não específico da língua inglesa. A segregação racial, tema presente nos PCNs (BRASIL, 1999), pode ser abordada juntamente com a disciplina de História, utilizando-se o filme como suporte de animação. Além de focalizar o aprendizado linguístico, as propostas de atividades a partir dos vídeos integram habilidades diferentes, abordam temas transversais e a interdisciplinaridade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valendo-nos das palavras de Santos (2013, p.78), “o Brasil precisa explorar mais possibilidades de desenvolvimento das suas experiências atuais com REA e conteúdos digitais abertos”. Partimos dessa visão, nós, como professores da era digital, precisamos nos atentar ao fato de que os conteúdos trazidos e acessados pelos alunos na internet se somam aos conteúdos ministrados pelos professores, pelos livros, pelos recursos não digitais que podem resultar em um processo colaborativo de construção de conhecimentos, de autonomia e de desenvolvimento crítico contribuídos durante as aulas.

O REA Currículo + da SEE (Secretaria de estado da Educação) estimula o uso da tecnologia como recurso pedagógico, encadeando seus conteúdos com o Currículo do Estado de São Paulo para, assim, auxiliar as práticas docentes a fim de promover maior interesse e participação dos alunos no processo de aprendizado.

Neste trabalho, o uso do vídeo *Invictus* teve a finalidade de levar o professor a uma reflexão sobre a importância do vídeo em sala de aula, partindo de planejamento e objetivos pertinentes. Com as atividades deste trabalho, pudemos observar o desenvolvimento de habilidades da língua inglesa, a interação social dos alunos e o desenvolvimento do senso crítico em relação aos temas transversais contemplados nos PCNs. Assim, esperamos contribuir e estimular os professores a utilizarem os REAs de forma significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental. Brasília, 1999. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf >. Acesso em: 25 set. 2015.

BUTCHER, Neil. KANWAR, Asha; UVALIC-TRUMBIC, Stamenka. A Basic Guide to Open Educational Resources (OER) .Edited by Asha Kanwar (COL) and StamenkaUvalic -Trumbic (UNESCO), 2011.

CARITÁ, E. C.; PADOVAN, V. de T.; SANCHES, L. M. P. (2011, setembro). Uso de redes sociais no processo ensino – aprendizagem: avaliação de suas características. Anais do Congresso Internacional de Educação a Distância, Manaus, AM, Brasil, 17.

FETTERMANN, Joyce Vieira. Os entornos da rede social MyEnglish Club e suas intervenções nos ambientes presenciais de aprendizagem da Língua Inglesa. UENF, 2012. 143 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cognição em Linguagem do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

FUKS, 2000. Aprendizagem e trabalho cooperativo no ambiente AulaNEt. Revista Brasileira de Informática na Educação, n.6, p.53-73, 2000.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral /** Regina Célia-8° Ed- São Paulo: Ática, 2006.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LITTO, Fredric Michael. "É preciso mudar de paradigma" O papel da EAD na aprendizagem moderna. In: Avaliação crítica da Educação à distância – Reflexões do seminário realizado pelo SINPRO/SP, São Paulo, 2006, p.15-18. Disponível em <http://www.sinpro.org.br/arquivos/ead> acesso em out/2016.

MODRO, N. R. Cineducação2: usando o cinema na sala de aula. Joinville, SC: Univille, 2006.

PAIVA, Vera L. M. O. A www e o ensino de Inglês. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. v. 1, n1, p. 93-116, 2001.

SANTOS, A. I. O Conceito de Abertura em EAD. In: LITTO, F.M. e FORMIGA, M. (Org.) Educação a Distância – O Estado da Arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008. p. 290-6.

STEMPLESKI, S. Video in the ELT Classroom: the role of the teacher. In: RENANDYA, W. A.; RICHARDS, J. C. (Orgs.) Methodology in language teaching: an anthology of current practice. Cambridge, USA, 2002. p. 364-367.

TORI, R. Prefácio. In: GOMES, A. S. et al. Educar com o Redu. Recife: Redu, Educacional Technology, 2012.

ttp://www.sinpro.org.br/arquivos/ead/folheto_ead_22maio.pdf> Acesso em agosto/2011.

WILEY, D. A. Connecting Learning Objects to Instructional Design Theory: a definition, a metaphor, and a taxonomy. In: Wiley, D.A. (Org.) The Instructional Use of Learning Objects - Online Version. 2000. Disponível em: Acesso em 14 de junho de 2011.

OS BENEFÍCIOS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO NO BRASIL

THE BENEFITS OF THE EFFECTIVENESS OF THE PUBLIC SANITATION POLICY IN BRAZIL

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

RAVAGNANI, Christopher Abreu
Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
Mestre em Direito UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
Professor de Direito na Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
car.advogado@hotmail.com

NEVES, Bruno Humberto
Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
Advogado. Graduado em Direito pela Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP. Presidente da Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil de Ituverava-SP.
bhn.advogado@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho caracteriza e discute os benefícios da política pública de saneamento básico vigente, instituída no Brasil pela Lei n. 11.445 de 2007. Em 2015, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 663 milhões de pessoas ainda continuam sem acesso a uma fonte de água potável no mundo, bem como 2,4 bilhões de pessoas ainda não possuem serviços de saneamento básico. A pesquisa conclui que a extensão dos serviços públicos de saneamento melhoram à saúde da população, reduzem o custo com o sistema público hospitalar, aumentam a produtividade do trabalho e o desempenho escolar dos estudantes, bem como valorizam o setor imobiliário, restando demonstrado, portanto, que os serviços de saneamento são imprescindíveis à sociedade.

Palavras-chave: Políticas públicas, saneamento, saúde.

Abstract

The present study characterizes and discusses the benefits of the current public sanitation policy, instituted in Brazil by Law n. 11,445 of 2007. In 2015, according to the World Health Organization (WHO), 663 million people still do not have access to a drinking water source in the world, as well as 2.4 billion people still do not have basic sanitation services. The research concludes that the extension of

public sanitation services improves the health of the population, reduces the cost with the public hospital system, increases labor productivity and students' school performance, as well as value the real estate sector, which is why services sanitation are essential to society.

Keywords: Public policy, sanitation, health.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de saneamento básico estão definidas na Lei Federal n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Os serviços de saneamento básico envolvem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como a drenagem e manejo de águas pluviais e urbanas.

Em 2015, segundo a Organização Mundial de Saúde, 663 milhões de pessoas ainda continuam sem acesso a uma fonte de água potável, bem como 2,4 bilhões de pessoas ainda não possuem serviços de saneamento básico no mundo. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2013 foram notificadas mais de 340,2 mil internações por infecções gastrintestinais no país; dos 340,2 mil pacientes internados, 2.135 morreram no hospital por causa das infecções. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Desse modo, os serviços de saneamento básico são essenciais para a promoção da saúde pública, constituindo fator de prevenção de doenças. A água com qualidade imprópria para o consumo humano poderá ser causadora de doenças, sendo que o mesmo também ocorre quanto à inexistência ou baixa efetividade dos serviços de esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana. (LISBOA; HELLER; SILVEIRA, 2013).

Neste sentido, a Política Nacional de Saneamento Básico reconheceu o acesso universal aos serviços de saneamento básico como princípio fundamental, ou seja, que os serviços de saneamento devam atender 100% da população.

Neste diapasão, portanto, o objetivo da presente pesquisa é analisar os benefícios econômicos e sociais da política pública de universalização dos serviços de saneamento básico e seus impactos na população.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se do método analítico-dedutivo a partir de referências bibliográficas nacionais e internacionais a respeito do tema.

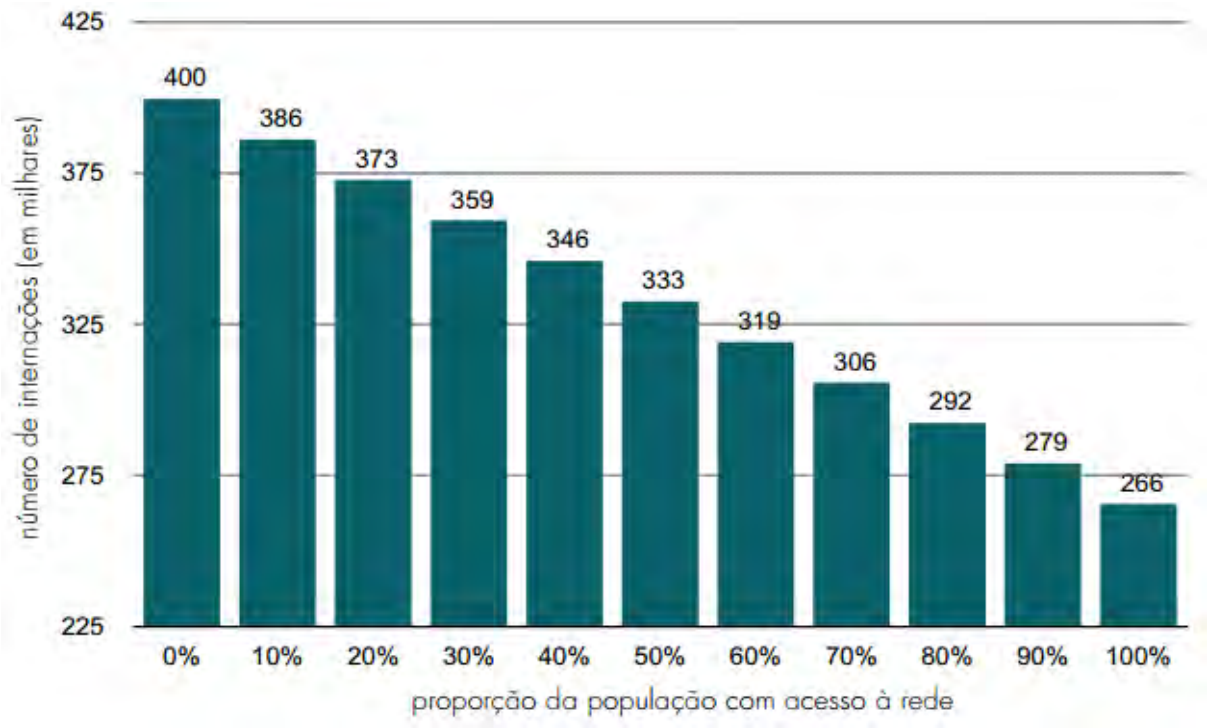
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a OMS, a água contaminada e a ausência dos serviços de saneamento básico estão ligados à transmissão de doenças como cólera, diarreia, hepatite e poliomielite. Este é particularmente o caso em estabelecimentos de saúde onde tanto os doentes, como o pessoal são colocados em risco adicional de infecção e doença, pois globalmente 15% dos pacientes desenvolvem uma infecção durante a internação, com proporção muito maior nos países de baixa renda.

(WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016).

Neste sentido, a Figura 1 demonstra a simulação do Instituto Trata Brasil, baseada nos dados do Sistema Nacional de Informações do Saneamento (SNIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrando a relação das internações por doenças gastrintestinais infecciosas associadas à universalização dos serviços de saneamento básico. Conforme a simulação, caso nenhum brasileiro tivesse acesso à coleta de esgoto, seriam esperadas cerca de 400 mil internações em um ano, em todo o país, contudo, com 100% da população com acesso à coleta de esgoto, esse número cairia para algo em torno de 266 mil internações, razão a qual o saneamento não extinguiria as internações por esses tipos de doença, mas reduziria de forma expressiva sua incidência. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Figura 1 – Simulação do número de internações por doenças infecciosas gastrintestinais (vertical) e simulação da proporção da população com acesso a esgotamento sanitário (horizontal).



Fonte: INSTITUTO TRATA BRASIL.

Ademais, a universalização do saneamento traria efeitos expressivos sobre a mortalidade por infecções gastrintestinais. Conforme simulação do Instituto Trata Brasil, descrita a seguir na Tabela 1, estima-se que das 2.135 mil mortes ocorridas em 2013, poderiam ter sido salvas 329 vidas, caso a população tivesse acesso universal aos serviços de saneamento, o que indicaria uma redução de 15,5% na mortalidade por essa causa.

Tabela 1 - Mortes que poderiam ser evitadas com a universalização do Saneamento

Unidades da Federação	Mortes ocorridas em 2013	Mortes que poderiam ser evitadas	Redução (%)
Norte	**180**	**31**	**-17,2%**
Rondônia	12	3	-26,4%
Acre	11	2	-20,6%
Amazonas	14	7	-53,4%
Roraima	11	1	-9,2%
Pará	98	11	-11,2%
Amapá	15	3	-19,1%
Tocantins	19	3	-16,7%
Nordeste	**1.017**	**121**	**-11,9%**
Maranhão	92	7	-7,6%
Piauí	51	8	-16,0%
Ceará	134	25	-18,4%
Rio Grande do Norte	45	10	-21,3%
Paraíba	67	7	-9,8%
Pernambuco	177	27	-15,2%
Alagoas	97	5	-5,4%
Sergipe	24	7	-28,1%
Bahia	330	26	-7,9%
Sudeste	**525**	**87**	**-16,5%**
Minas Gerais	203	14	-6,7%
Espírito Santo	29	10	-35,5%
Rio de Janeiro	53	33	-62,2%
São Paulo	240	30	-12,5%
Sul	**299**	**61**	**-20,5%**
Paraná	84	18	-20,8%
Santa Catarina	75	15	-20,7%
Rio Grande do Sul	140	28	-20,2%
Centro-Oeste	**114**	**29**	**-25,3%**
Mato Grosso do Sul	32	8	-24,5%
Mato Grosso	22	7	-32,6%
Goiás	52	13	-25,2%
Distrito Federal	8	1	-9,3%
Brasil	**2.135**	**329**	**-15,4%**

Fonte: INSTITUTO TRATA BRASIL.

Os indicadores analisados, portanto, indicam que o saneamento não só evita casos de doenças de veiculação hídrica que requerem internação, mas também reduz a taxa de mortalidade das pessoas internadas, demonstrando que o saneamento, de fato, melhora as condições gerais de saúde da população.

Com efeito, a falta de esgotamento provoca o afastamento das pessoas doentes de suas funções laborais, acarretando custos para sociedade. Os trabalhadores mais suscetíveis a esse tipo de doença, têm um desempenho produtivo menor, o que acaba afetando sua carreira profissional.

Desse modo, o Instituto Trata Brasil estimou o número de dias de afastamento do trabalho em 2012 e o custo que isto acarretou para a sociedade brasileira, a simulação apontou para um total de 849,5 mil dias de trabalho perdidos por afastamento causado por diarreia ou vômito, conforme demonstra a Tabela 2 descrita a seguir. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Tabela 2 – Simulação dos custos e afastamentos do trabalho por falta de saneamento

Unidades da Federação	Dias de afastamento estimados (em duas semanas)	Dias de afastamento que poderiam ser evitados (em duas semanas)	Horas perdidas no ano com afastamentos por diarreia	Salário horário (R$/hora)**	Custo anual com horas não trabalhadas (R$ milhões)**	Economia anual com horas não trabalhadas (R$ milhões)**
Norte	106.783	35.684	14.953.621	7,02	104,95	35,07
Rondônia	4.182	1.421	594.083	7,92	4,71	1,60
Acre	11.965	3.971	1.658.579	7,02	11,64	3,86
Amazonas	15.272	4.734	2.246.804	6,91	15,52	4,81
Roraima	2.609	818	370.959	8,73	3,24	1,02
Pará	63.743	21.940	8.793.292	6,38	56,09	19,31
Amapá	3.481	1.180	510.410	9,76	4,98	1,69
Tocantins	5.531	1.621	779.493	7,70	6,00	1,76
Nordeste	230.381	62.033	31.934.274	6,05	193,23	52,03
Maranhão	48.407	14.502	6.409.762	6,31	40,42	12,11
Piauí	24.556	6.876	3.269.844	4,93	16,11	4,51
Ceará	32.423	9.163	4.526.909	5,48	24,79	7,01
Rio Grande do Norte	15.260	4.823	2.190.173	6,52	14,28	4,51
Paraíba	17.163	4.311	2.391.852	5,85	13,99	3,51
Pernambuco	42.298	10.391	6.142.833	6,46	39,71	9,75
Alagoas	4.852	1.458	680.323	5,81	3,95	1,19
Sergipe	3.339	852	454.743	7,02	3,19	0,81
Bahia	42.083	9.657	5.867.835	6,16	36,17	8,30
Sudeste	314.383	44.856	47.209.946	10,51	495,98	70,77
Minas Gerais	90.921	13.013	13.359.738	8,38	111,96	16,02
Espírito Santo	23.705	4.320	3.542.202	8,70	30,83	5,62
Rio de Janeiro	51.859	7.029	7.818.411	10,83	84,70	11,48
São Paulo	147.897	20.494	22.489.595	11,58	260,43	36,09
Sul	119.064	34.083	17.816.501	9,73	173,32	49,62
Paraná	43.784	11.405	6.519.624	10,18	66,38	17,29
Santa Catarina	35.295	10.356	5.403.793	10,20	55,12	16,17
Rio Grande do Sul	39.985	12.322	5.893.084	9,01	53,12	16,37
Centro-Oeste	78.900	18.861	11.876.496	11,06	131,32	31,39
Mato Grosso do Sul	10.319	2.991	1.551.846	10,15	15,75	4,57
Mato Grosso	25.755	7.317	3.865.669	10,06	38,90	11,05
Goiás	36.271	7.922	5.489.833	9,17	50,32	10,99
Distrito Federal	6.556	630	969.149	17,80	17,25	1,66
Brasil	849.511	195.517	123.790.839	9,07	1.122,43	258,33

Fonte: INSTITUTO TRATA BRASIL

Desse modo, conforme os indicadores da Tabela 2, levando em conta que a jornada média dos trabalhadores brasileiros em 2012 foi de 39,5 horas na semana, a cada afastamento perdeu-se 16,7 horas de trabalho. Desse modo, cada afastamento teve em média um custo de R$ 151,13 que, multiplicado pelo número de empregados afastados por diarreia e vômito, leva a um valor global de R$ 43,2 milhões a cada duas semanas. Assim, estima-se que, em 2012, tenham sido dispendidos R$ 1,112 bilhões em horas pagas, mas não trabalhadas. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Portanto, levando em conta a referida simulação, a universalização dos serviços de saneamento básico possibilitaria uma redução de 23% no número total de dias de afastamento por diarreia, que passariam de 849,5 mil para algo em torno de 654 mil, o que implicaria uma redução de custo de R$ 258 milhões por ano, sendo assim o acesso universal à rede de esgoto e à água tratada teria um impacto bastante considerável nos afastamentos de trabalhadores de suas ocupações. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Com relação ao desempenho escolar, verifica-se que os efeitos do saneamento básico influenciam diretamente o desempenho estudantil. Os estudantes sem acesso à coleta de esgoto, conforme estudo do Instituto Trata Brasil, têm um atraso maior do que aqueles que têm as mesmas condições socioeconômicas, mas moram em locais com coleta de esgoto. A falta de acesso à água tratada, por sua vez, impõe um atraso ainda maior. Nesse sentido, a Tabela 3 demonstra a estimativa de aumento escolar devido à universalização do saneamento básico.

Tabela 3 - Desempenho escolar, saneamento e impactos da universalização

Unidades da Federação	Anos de atraso na educação da população em idade escolar (em anos)	Estimativa de aumento da escolaridade devido à universalização (por habitante)	Efeito potencial na renda média do trabalho (R$ por mês por trabalhador)**	Efeito potencial na massa anual de rendimentos (R$ bilhões)**
Norte	4,87	0,33	23,024	2,259
Rondônia	4,13	0,28	22,820	0,242
Acre	4,86	0,33	23,174	0,109
Amazonas	4,78	0,32	23,826	0,472
Roraima	4,04	0,27	24,633	0,068
Pará	5,18	0,35	22,361	1,028
Amapá	5,17	0,35	36,274	0,132
Tocantins	4,33	0,29	23,080	0,207
Nordeste	4,80	0,32	19,601	6,115
Maranhão	4,79	0,32	19,616	0,747
Piauí	5,01	0,34	16,123	0,332
Ceará	4,00	0,27	14,992	0,759
Rio Grande do Norte	5,29	0,36	24,285	0,454
Paraíba	4,81	0,33	19,245	0,419
Pernambuco	5,02	0,34	23,117	1,086
Alagoas	5,13	0,35	20,511	0,323
Sergipe	4,83	0,33	22,646	0,286
Bahia	4,95	0,34	20,892	1,708

(Continua)

(Continuação)

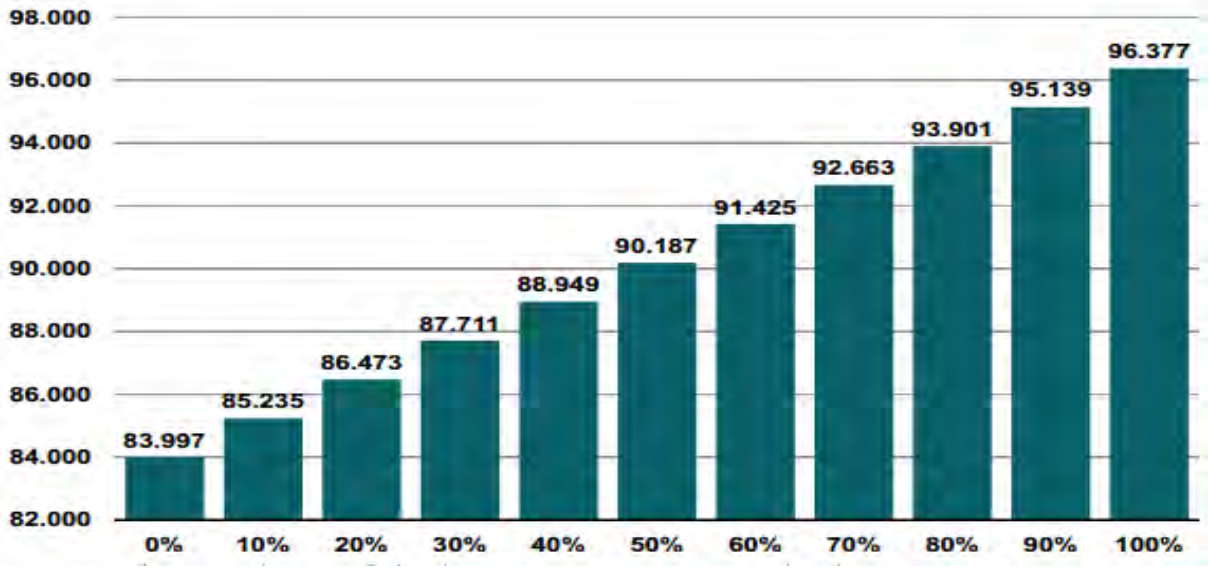
Unidades da Federação	Anos de atraso na educação da população em idade escolar (em anos)	Estimativa de aumento da escolaridade devido à universalização (por habitante)	Efeito potencial na renda média do trabalho (R$ por mês por trabalhador)**	Efeito potencial na massa anual de rendimentos (R$ bilhões)**
Sudeste	3,85	0,26	28,750	15,248
Minas Gerais	4,02	0,27	24,312	3,198
Espírito Santo	4,18	0,28	26,691	0,633
Rio de Janeiro	4,74	0,32	38,018	3,342
São Paulo	3,52	0,24	30,456	8,075
Sul	3,72	0,25	26,428	5,015
Paraná	3,65	0,25	27,169	1,934
Santa Catarina	3,32	0,22	25,411	1,099
Rio Grande do Sul	4,04	0,27	26,350	1,982
Centro-Oeste	3,86	0,26	29,290	2,989
Mato Grosso do Sul	4,27	0,29	31,971	0,552
Mato Grosso	3,76	0,25	27,829	0,567
Goiás	3,81	0,26	25,963	1,054
Distrito Federal	3,71	0,25	47,834	0,817
Brasil	4,25	0,29	26,429	31,626

Fonte: INSTITUTO TRATA BRASIL

Desse modo, portanto, caso seja disponibilizado acesso à coleta de esgoto e à água tratada a um estudante sem esses serviços, espera-se uma redução de 6,8% em seu atraso escolar, possibilitando um incremento de sua escolaridade no mesmo tempo de estudo. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Com efeito, a Figura 2, descrita a seguir, objetiva demonstrar a valorização dos imóveis, levando em conta a proporção da população com acesso aos serviços de saneamento básico.

Figura 2 – Simulação do valor médio dos imóveis (vertical) segundo proporção da população com acesso aos serviços de saneamento (horizontal)



Fonte: INSTITUTO TRATA BRASIL

Desse modo, os impactos econômicos da falta de saneamento básico, além de elevar o custo com o sistema público hospitalar, reduzir a produtividade do trabalho e o desempenho escolar dos estudantes, ainda impactam diretamente um outro setor: o saneamento qualifica o solo urbano. Isso ocorre porque o saneamento valoriza as construções existentes, o que implica aumento do capital imobiliário das cidades. Considerando dois imóveis que diferem apenas em termos de instalações de saneamento, aquele que possui acesso aos serviços saneamento possui um valor 13,6% maior, ao que não está ligado. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014).

Portanto, a universalização do acesso à rede de esgoto traz valorização aos imóveis. Esse efeito é importante, especialmente, para as famílias de menor rendimento, para quem a moradia é quase que exclusivamente o único ativo, melhorando, assim, a distribuição de riqueza na sociedade.

Com efeito, a Política Nacional de Saneamento Básico estabeleceu o controle social, um dos princípios fundamentais da Lei n. 11.445/2007, compreendido como o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Nas lições de Valla (1998, p. 3), de forma geral, o termo participação popular compreende “as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.)”.

Os temas de interesse da população no processo regulatório, conforme Jouralev (2007, p. 21), “não se limitam apenas ao acesso aos serviços de utilidade pública, mas também a qualidade do serviço, como a qualidade da água, a pressão da água, a continuidade do serviço, bem como a sustentabilidade das fontes de abastecimento”.

Neste diapasão, é essencial a intensificação da divulgação dos mecanismos de participação social, sendo a participação desses atores sociais fundamental na prestação dos serviços públicos de saneamento, mormente no que se refere aos serviços de abastecimento de água, haja vista ser esta um recurso esgotável e que não pode ser substituível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa da universalização do saneamento básico de qualidade no Brasil envolve um amplo esforço dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, bem como deve ser prioridade do Estado no campo das políticas públicas e sociais (BORJA, 2014).

O abastecimento de água com qualidade passou a constar com prioridade entre os direitos de todos os cidadãos, sendo que o acesso universal à água potável deve fazer parte, prioritariamente, da pauta de todas as políticas públicas.

Os impactos da política pública de universalização dos serviços de saneamento básico, portanto, melhoram à saúde da população, reduzem o custo com o sistema público hospitalar, aumentam a produtividade do trabalho e o desempenho escolar dos estudantes, valorizam o setor imobiliário e as atividades econômicas que dependem de condições ambientais adequadas para seu exercício,

restando demonstrado o quão imprescindível e fundamental os serviços de saneamento básico são para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 432-447, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000200432&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento**: qualidade de vida; produtividade e educação; valorização ambiental. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/expansao/Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

JOURAVLEV, Andrei. **Participação dos consumidores no processo regulatório**. In: Regulação: Controle social da prestação de serviços de água e esgoto. Fortaleza: ABAR, ARCE, 2007.

LISBOA, Severina Sarah; HELLER, Léo; SILVEIRA, Rogério Braga. Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 342, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/ v18n4/1413-4152-esa-18-04-00341.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, supl. 2, p. 07-18, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000600002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Drinking water**. Geneva, 2016. Disponível em: <http://www.who.int/ mediacentre/factsheets/fs391/en/>. Acesso em: 18 set. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Progress on sanitation and drinking water**: 2015 update and MDG assessment. Geneva, 2015. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/177752/1/ 9789241509145_eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 18 set. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

OS BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DA BORRACHA DO PNEU RADIAL INSERVÍVEL NA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS RENOVÁVEIS

THE BENEFITS OF RADIAL TIRE RUBBER USERELESS IN RENEWABLE ARTIFACTS

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

NASCIMENTO, Wilian P.
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Aluno do Curso de Engenharia de Produção
wiliannascimento@amazonas.com.br

FERNANDES, Fabrício F.
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Professor Mestre em Desenvolvimento Regional
f3design@com4.com.br

Resumo

A geração de resíduos sólidos industriais tem sido uma grande adversidade ambiental com efeito econômico e social. Dentre os resíduos sólidos industriais, os resíduos sólidos gerados pelo pneu inservível tem sido gerado em grande quantidade e em diversos tipos de componentes. Neste contexto**,** o objetivo deste trabalho é apresentar um estudo sobre algumas oportunidades de uso da borracha de pneu radial inservível. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa e análise de conteúdo. Esta abordagem justifica-se pela visibilidade do tema atualmente, assim como a necessidade de se obter uma visão mais ampla e aprofundada com relação ao descarte de pneu.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Resíduo Sólido Industrial, Pneu Radial Inservível.

.

Abstract

The generation of industrial solid waste waste has been a great environmental adversity with economic and social effect. Among the solid industrial waste, the solid waste generated by the useless tire has been generated in large quantity and in several types of components. In this context, the objective of this paper is to present a study on some opportunities of use of the radial useless tire. Therefore, the methodological procedures used are: bibliographic and documentary research with qualitative approach and content analysis. This approach is justified by the visibility of the current theme, as well as the need to obtain a broader and deeper view regarding tire discarding.

Keywords: Sustainability, Industrial Solid Waste, Radial useless tire.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, enfrentam-se adversidades quanto aos resíduos produzidos pelo ser humano, dentre os quais, a complexidade e a diversidade existente na problemática ambiental. O crescimento populacional atingiu a marca de aproximadamente 7 bilhões de seres humanos, e tal crescimento resulta na necessidade de se produzir em maiores quantidades bens e serviços e consequentemente ocorre geração de resíduos (ANDREOLI, 2014).

Em toda história da humanidade os seres humanos nunca foram tão desenvolvidos como atualmente. Tecnologia e desenvolvimento industrial são ramos onde o nível de eficiência, produção e produtividade obtiveram crescimento a cada década rompendo barreiras a nível de produção industrial no século XVIII com a Revolução Industrial (MASTELLA, 2007).

A problemática ocorre quando tais produtos são descartados de forma incorreta sendo prejudiciais ao meio ambiente. Dentre os variados ramos que compõe a indústria nacional brasileira, a indústria de pneumáticos é uma grande geradora de resíduos industriais, sendo que no ano de 2016 foram produzidos 67,9 milhões de pneus (ANIP, 2016).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é realizar um estudo quanto ao pneu radial e seu ciclo de vida e abordar algumas formas de se tratar o resíduo sólido gerado pelo pneu radial inservível.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos tópicos contidos neste item serão abordados os temas relevantes para esta pesquisa: Geração de resíduos sólidos, produção de pneus no Brasil e pneu radial e seu ciclo de vida.

2.1 Geração de Resíduos Sólidos

Observa-se que dentre as grandes adversidades mundiais ocasionadas nos últimos anos, uma delas é a crescente geração demasiada de resíduos de consistência sólida. Tal crescimento se decorre devido ao grande aumento populacional mundial nos últimos 25 anos (GODECKE et al., 2012).

O crescimento da geração de resíduos ultrapassa o crescimento populacional conforme dados de uma pesquisa da ABRELPE realizada em 400 cidades brasileiras de todas as regiões do país, representando uma média superior a 49% da população brasileira conforme censo do IBGE (ABRELPE, 2011).

Segundo a ABNT (2004) conforme a Figura 1, os resíduos são classificados em perigosos (Classe I) e não perigosos (Classe II), sendo que essa última se subdivide em: Classe II A (não inertes) e Classe II B (inertes).

Figura 1 – Classificação dos Resíduos

Fonte: Próprio Autor

Os resíduos sólidos podem ser encontrados em todos os estados conforme a classificação de resíduos da norma. Portanto torna-se necessário conhecer e tratar tais resíduos.

O inciso XVI do artigo 3° da Lei 12.305 de 2010 define resíduos sólidos como:

> Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Os resíduos sólidos são todos os resíduos oriundos das atividades humanas e animais que são normalmente sólidos e são descartados pela inutilidade ou desnecessidade (TCHOBANOGLOUS et al., 1977).

Dentre os variados ramos que compõem a indústria nacional brasileira, a indústria de pneumáticos é uma grande geradora de resíduos sólidos industriais devido a grandiosa produção deste produto. No ano de 2015, a demanda mundial de pneus aumentou para 3,3 bilhões de unidades (FREEDONIA, 2015).

Segundo a resolução CONAMA 416/09, o pneu ou pneumático é um componente de um sistema de rodagem, constituído de elastômeros, produtos têxteis, aço e outros materiais que quando montado em uma roda de veiculo e contendo fluído(s) sob pressão, transmite tração dada a sua aderência ao solo, sustenta elasticamente a carga do veículo e resiste à pressão provocada pela reação do solo.

E segundo a mesma resolução, um pneu ou pneumático inservível é um produto usado que apresenta danos irreparáveis em sua estrutura, não sendo mais útil à rodagem ou à reforma.

2.2 Produção de pneus no Brasil

A indústria de pneu na nação brasileira está centrada em grandes empresas transnacionais, quais sejam: Bridgestone, Pirelli, Michelin, Continental e Goodyear. Juntas, elas possuem 12 unidades, sendo que a maioria localiza-se no estado de São Paulo (GOLDENSTEIN, 2007a).

O cenário produtivo no segmento de pneumáticos assim como variados ramos da indústria nacional apresentaram estado de declínio. A produção atual de pneus no Brasil obteve um fechamento negativo, uma queda de 0,9% no comparativo entre o ano 2016 e 2017. O índice de vendas fechou 1,7% menor que no mesmo período em 2016, porém a indústria nacional de pneus conseguiu manter o superávit favorável em sua balança comercial. Tal cenário representou uma incompatível situação quando se comparado ao cenário de crescimento produtivo dos últimos anos (ANIP, 2017).

Contudo mesmo diante do contexto atual, a indústria de pneus é responsável pelo faturamento e movimentação de milhões de reais e emprego de milhares de brasileiros. Dentre os tipos de pneus produzidos, o pneu radial apresenta grande nível de empregabilidade e será abordado no tópico a seguir.

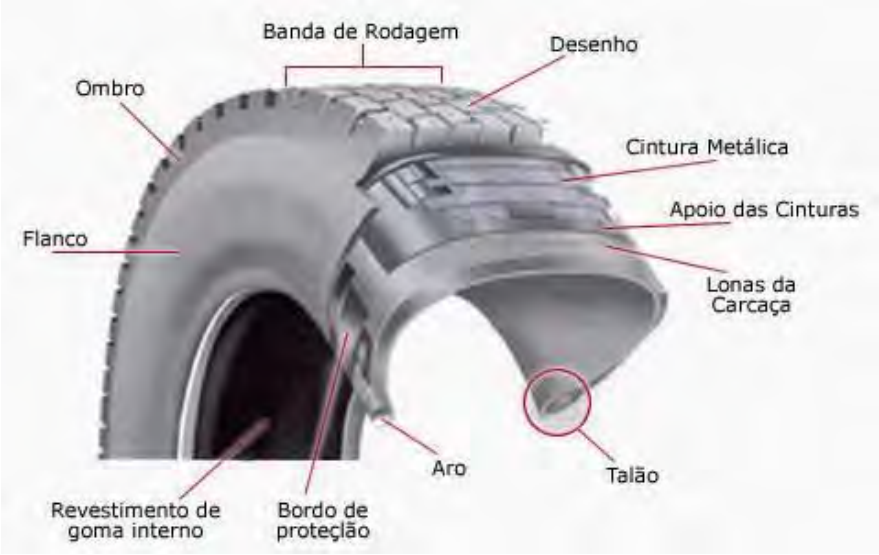
2.3 Pneu Radial e seu Ciclo de Vida

O pneu radial é praticamente todo pneu empregado em veículos de passeio, sejam eles: Pick-ups, SUVs ou Vans. São os melhores e mais modernos pneus, tanto pela eficiência quanto pelo consumo de combustível, como também a resistência ao desgaste, geram maior conforto aos passageiros do veículo, são mais estáveis e resistentes à perfuração. Com relação a sua estrutura, seguem o sentido do raio em volta do pneu (daí a designação "radial"), e na banda de rodagem são utilizadas cintas de metálicas dentre outros materiais (conforme o tipo de pneu). Todo o pneu radial possui a letra "R" em sua medida, antes do aro (exemplo: 195/55R16).

A princípio quando se observa um pneu radial, parece ser nada mais que uma peça em formato redondo que se encaixa em uma roda. Contudo, quando observamos por uma ótica mais técnica concluímos que na realidade são produtos muito complexos.

Na figura 2, verifica-se conforme o corte feito no pneu radial a sua estrutura, bem como suas partes constituintes.

Figura 2 – Estrutura do Pneu Radial



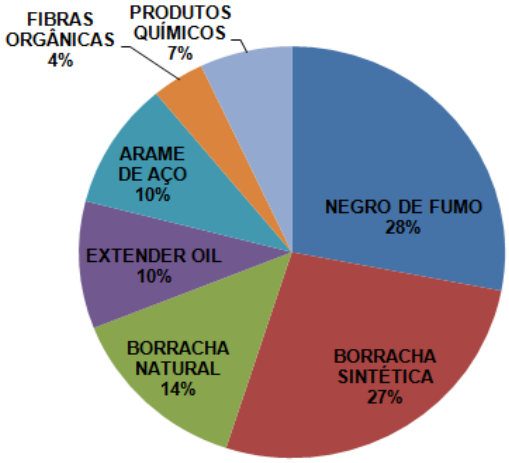
Fonte: HENNING, 2015

Ao observar a composição geral do pneu observamos que possui:

> Estrutura em aço, náilon, fibra de aramide, rayon, fibra de vidro/poliéster; borracha natural e sintética, além de diversos tipos de polímeros; reforçados químicos como carbono preto, sílica e resinas; antidegradantes (ceras de parafina antioxidantes e inibidoras da ação do gás ozônio); promotores de adesão (sais de cobalto, banhos metálicos nos arames e resinas); agentes de cura (aceleradores de cura, ativadores, enxofre) e produtos auxiliares" (ANDRADE,2007,p.34).

Conforme dados levantados através de uma pesquisa publicada pelo BNDES, os percentuais de materiais utilizados na composição de um pneu radial são apresentados abaixo:

Gráfico 1 – Gráfico da composição de pneus radiais para automóveis



Fonte: Adaptado de Andrade(2007 *apud* BNDS, 1998)

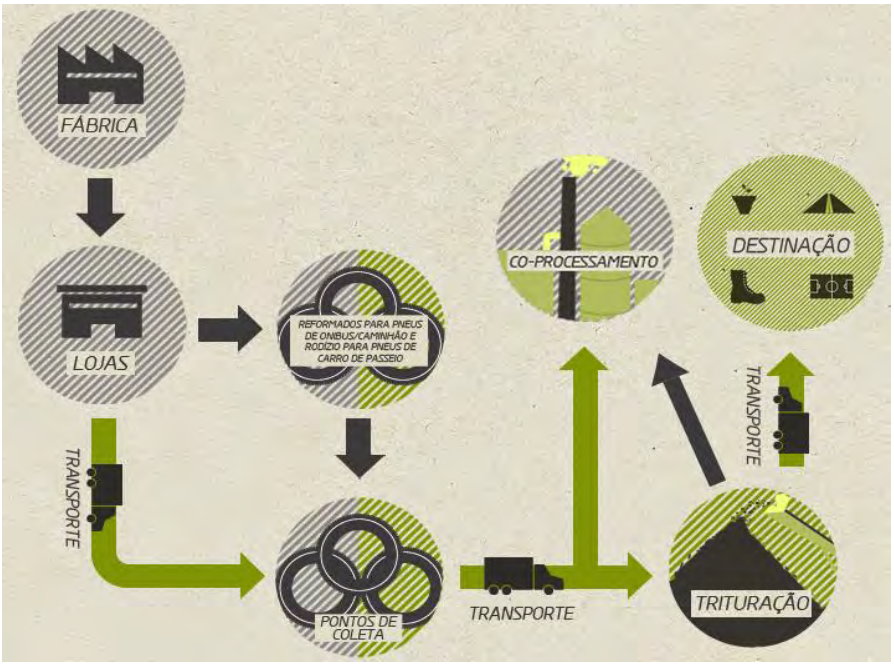
Os pneus radiais tornam-se após sua utilização carcaças que são destinadas ao meio ambiente de forma inadequada, gerando crescimento da proliferação da dengue. Uma vez lançados em rios ou nascentes ocasionam obstrução da passagem d'água, gerando transtorno à população.

Outra problemática é a dificil eliminação gerada pelos resíduos deste produto que não são biodegradáveis e que também quando são queimados liberam substâncias tóxicas e cancerígenas (GOLDENSTEIN, 2007b).

Conforme tal problemática, torna-se necessário dar devida destinação ao pneu radial inservível.

Para se entender as práticas relacionadas à destinação do pneu radial, deve-se entender o ciclo de destinação deste produto, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Ciclo de destinação do Pneu Radial



Fonte: Reciclanip (2017)

Como se pode evidenciar na Figura 3, o pneu radial inicialmente é produzido através de fabricantes nacionais ou importadoras. Em seguida, é distribuído as lojas que revendem os pneus afim de repor os pneus do (s) automóvel (eis) dos consumidores. Tais pneus instalados no (s) veículo (s) do consumidor (es) após a sua utilização, retornam ao fabricante, seja por meio dos estabelecimentos comerciais que revendem os pneus ou através de um ponto de coleta de pneus da Prefeitura Municipal que destina o pneu inservível de forma correta.

A coleta e transporte dos pneus inservíveis das Lojas e Pontos de Coleta até as empresas que realizam a Trituração e o Coprocessamento dos pneus radiais inservíveis são realizados através do Reciclanip. O Reciclanip é uma iniciativa governamental iniciada no ano de 1999 com o programa de destinação de pneus inservíveis implantado pela ANIP.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico será abordado o método utilizado para se demonstrar algumas formas de como se tratar os resíduos gerados pelo pneu radial inservível. Para elaborar a pesquisa foram necessárias pesquisas bibliográficas e documentais com uma abordagem qualitativa e análise de conteúdo.

A pesquisa bibliográfica é realizada mediante materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, revistas, jornais, etc (GIL, 2002). O estudo de caso qualitativo usualmente interpreta fenômenos, ocorre mediante a relação entre a definição de conceitos e a observação, entre o desenvolvimento teórico e a pesquisa empírica (TERENCE 2006 apud BULMER, 1977).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o pneu ser triturado é destinado a confecção de artefatos renováveis possibilitando assim a reutilização da borracha do pneu radial inservível. Alguns processos também utilizam desta borracha em sua forma inteira, serão abordados a seguir.

4.1 Regeneração da Borracha: é o processo de desvulcanização da borracha. Os pneus radiais inservíveis são triturados e transformados em pó de borracha e então são peneirados. O pó é moído até atingir a granulação desejada então, a borracha é tratada com reagentes e óleos aromáticos para que haja uma modificação nas suas propriedades físicas e químicas. Em seguida, a borracha é prensada e submetida a ensaios mecânicos, onde se verificará o provável uso da mesma. No ano de 2015 foram destinados cerca de 262,1 t de pneus inservíveis, equivalente a 0,05% da destinação de pneus inservíveis do país no período (IBAMA, 2016a).

4.2 Processo de Pirólise: Através deste processo obtém-se a geração de óleos, aço e negro de fumo e no ano de 2015 foram destinados 6.599,49 t de pneus inservíveis através deste processo, representando 1,27% dos pneus inservíveis destinados no país (IBAMA, 2016b).

4.3 Laminação: é o processo em que os pneus radiais são cortados em lâminas e são transformados em artefatos de borracha. No ano de 2015 foram destinados 82.807,09 t de pneus inservíveis através deste processo, representando 15,96% dos pneus inservíveis destinados no país (IBAMA, 2016c).

4.4 Reutilização do pneu radial inservível em sua forma inteira: Neste procedimento não se é utilizado o pneu inservível triturado. Para se realizar a reciclagem dos pneu radial inservível não é necessário a separação dos componentes do pneu ou a própria trituração antes de sua utilização. O pneu utilizado contribui para a questão da destinação final deste resíduo. Alguns projetos viáveis serão abordados a seguir:

4.4.1 Construção de casas com pneus inteiros “Earthship”: Este procedimento consiste em construir de forma natural paredes que são assentadas

diretamente ao solo (sem vegetação). Atualmente em alguns países residenciais já são projetadas conforme esta técnica (Figura 4).

Figura 4 – Casa localizada no Colorado no modelo Earthsip

Fonte: www.theodysseyonline.com/hidden-treasures-nm

4.4.2 Móveis e obras de arte feitos com pneu radial : O pneu radial inteiro é usado como material na confecção de móveis e obras de arte (Figura 5).

Figura 5 – Móvel e Obra de arte utilizando pneu radial inservível

Fonte: www.petslady.com/articles/sculptures-re-tired-animals

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra alternativas capazes de viabilizar formas sustentáveis e ambientalmente corretas de se tratar os resíduos sólidos gerados pela produção de pneu radial. Através da metodologia utilizada foi possível atingir os objetivos propostos e mediante o estudo foi possível efetuar o levantamento do conhecimento necessário para solucionar a temática tratada neste trabalho.

Conclui-se que através da utilização da borracha do pneu radial inservível obtém-se ganhos quanto ao reaproveitamento de um material que a princípio era uma problemática devido a seu incorreto descarte, contudo se tornou reaproveitável de forma a transformar-se em uma oportunidade econômica e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no brasil. Brasil: Abrelpe, 2011. 186 p. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ANDRADE, Hered de Souza. PNEUS INSERVÍVEIS: ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE REUTILIZAÇÃO. 2007. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293475.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ANDREOLI, Fabiana de Nadai et al. RESÍDUOS SÓLIDOS: ORIGEM, CLASSIFICAÇÃO E SOLUÇÕES PARA DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA. Coleção Agrinho, Cascavel, n. 1, p.531-552, set. 2014. Mensal. Disponível em: <http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/32_Residuos-solidos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ANIP. RESULTADOS DOS FABRICANTES NACIONAIS DE PNEUS 4º TRIMESTRE DE 2016. 2016. Disponível em: <http://www.anip.com.br/arquivos/infografico_anip_4tri.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT 10004**:** Resíduos Sólidos - Classificação. 2 ed. Rio de Janeiro: RJ, 2004. 71 p.
BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CONSELHO NACIONAL DO MEIO

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. CONAMA N° 416: DESTINAÇÃO FINAL DE FORMA AMBIENTALMENTE ADEQUADA E SEGURA DE PNEUMÁTICOS. Brasília: Mma, 2009.

FREEDONIA (Cleveland). World tires. 2015. Disponível em: <https://www.freedoniagroup.com/industry-study/world-tires-2860.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. -

4 ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GODECKE, Marcos Vinicius et al. O CONSUMISMO E A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL: O CONSUMISMO E A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL. Reget/ufsm, Santa Maria, n. 8, p.1700-1712, set. 2012. Mensal. Disponível em: <http://web-resol.org/textos/6380-33840-2-pb-2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

HENNING, Jorge Alfredo. Carros - Dicas Automotivas: Qual a velocidade máxima do meu pneu? 2015. Disponível em: <http://carrosedicasautomotivas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

IBAMA. Relatório de Pneumáticos: Resolução Conama nº 416/09. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/emissoeseresiduos/residuos/ibama-relatorio-de-pneumaticos-2016.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MASTELLA, Vagner Gonçalves. Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a metalúrgica DS ltda. 2007. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2007. Cap. 1.
PNRS, Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

RECICLANIP. O ciclo sustentável do pneu. Disponível em: <http://www.reciclanip.org.br/v3/pontos/evolucao>. Acesso em: 15 ago. 2017

TCHOBANOGLOUS, George et al. Solid wastes: engineering principles and management issues. New York: Mcgraw-hill Book Company, 1977. 621 p. (McGraw-Hill series in water resources and environmental engineering).

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza. CONGREÇO. Fortaleza: Abepro, 2006. p. 1 - 9. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

OS DIREITOS À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE DO EMPREGADO COMO LIMITES AO PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR

THE RIGHTS OF EMPLOYEE PRIVACY AND INTIMACY AS A LIMIT TO THE EMPLOYER'S DIRECTIVE POWER

Sessão temática: 1.4 – Direito, Trabalho e Serviço Social.

PIRES, Adriano Roque.
Mestrando em Direito pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS/UNESP. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (FESL). Pós-Graduado em Direito Constitucional Aplicado (FDDJ). Graduado em Direito pela FCHS/UNESP. Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa (CNPQ) "Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito, Estado e Modernidade" da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/ Campus de Frutal). E-mail: adriannopires@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho analisa, por meio do método de abordagem dedutivo, com aporte na técnica de pesquisa bibliográfica, o direito de privacidade e intimidade do empregado frente ao poder de controle e fiscalização conferido ao empregador. Este poder diretivo conferido ao empregador não é absoluto, uma vez que todo trabalhador é sujeito dos mencionados direitos, e goza deles mesmo em seu ambiente de trabalho, não podendo o empregador, de forma indiscriminada, fazer uso de práticas que venham a violar tais direitos. Por meio de um estudo dos direitos fundamentais, em especial à privacidade e à intimidade, e da teoria da eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas, demonstra-se que há aplicação daqueles direitos na relação de trabalho, razão pela qual o empregador, ao fazer uso de seu poder de direção, com o fim de proteger sua propriedade e fiscalizar a atividade laboral, deve respeitar os direitos fundamentais de seus empregados, sob pena de ser compelido a reparar possíveis danos que possa cometer, já que os direitos à privacidade e à intimidade acompanham o indivíduo onde quer que ele esteja, em seu local de trabalho inclusive, impondo, assim, limites ao poder de direção da prestação laboral conferido ao empregador.

Palavras-chave: Eficácia Direta e Imediata dos Direitos Fundamentais, Privacidade e Intimidade do Empregado, Limites do Poder Diretivo.

Abstract

The present study analyzes, through the method of deductive approach, with data collection through the technique of literature research, the right of privacy and

intimacy of the employee against the power of control and supervision given to the employer. This power of direction granted to the employer is not absolute, since every worker is subject to the mentioned rights, and enjoys them even in his work environment, and the employer cannot indiscriminately make use of practices that may violate such rights. Through a study of fundamental rights, especially privacy and intimacy, and the theory of the direct and immediate efficiency of fundamental rights in private relations, it is shown that these rights are applied in the employment relationship, which is why the employer, in exercising its power of direction, in order to protect its property and to supervise the work activity, must respect the fundamental rights of its employees, otherwise it will be compelled to repair possible damages that it may commit, since the rights to privacy and intimacy accompany the individual wherever he may be in his workplace, thereby imposing limits on the power of direction of the work performance conferred on the employer.

Keywords: Direct and Immediate Efficiency of Fundamental Rights, Employee Privacy and Intimacy, Limits of Directive Power.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que não há uma linha exata e distinta que estabeleça onde começa e onde termina o poder de direção do empregador e até onde há subordinação por parte do empregado. Diante desta constatação, mostra-se bastante importante a relação entre os poderes do empregador, os direitos que são conferidos a ele de fiscalizar o ambiente de trabalho para garantir o processo produtivo, e os direitos constitucionais à privacidade e à intimidade conferidos a todas as pessoas, portanto, conferidos, também, a todos os trabalhadores.

O empregador, como detentor do direito de propriedade sobre os meios de produção, por meio do poder diretivo, dirige a forma como os empregados devem utilizar os bens empresariais, com o fim de resguardá-los. O direito de propriedade vem previsto no artigo 5º, incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal que, embora garanta tal direito, condiciona-o ao cumprimento de sua função social. Porém, a Carta Magna, no mesmo artigo 5º, mas no inciso X, considera invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelos danos materiais e/ou morais decorrentes de sua violação.

Portanto, por meio de um estudo desses direitos fundamentais, pretende-se demonstrar que o poder diretivo conferido ao empregador possui limites, uma vez que todo trabalhador é sujeito dos mencionados direitos, e goza deles mesmo em seu ambiente de trabalho, não podendo o empregador, de forma indiscriminada, fazer uso de práticas que venham a violar tais direitos.

Por isso, desenvolve-se esta pesquisa, que estuda a teoria da eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas, a fim de demonstrar que os direitos fundamentais, em especial à intimidade e à privacidade, são aplicados nas relações entre os particulares, fenômeno denominado eficácia horizontal dos direitos fundamentais, demonstrando-se que tais direitos fazem frente, também, ao poder diretivo do empregador na relação de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento fundamentado dos objetivos propostos neste artigo, atrelados à eficácia dos direitos fundamentais à privacidade e à intimidade do empregado como limites ao poder diretivo do empregador, faz-se uso de alguns autores que há muito se debruçam reflexivamente sobre o tema, dentre os quais se destacam Ingo Wolfgang Sarlet (1999; 2007), Daniel Sarmento (2006) e Luis Roberto Barroso (2005), Jane Reis Gonçalves Pereira (2006) e André Rufino do Vale (2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, adota-se, como método de procedimento, o levantamento de dados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais publicados (como, por exemplo, livros, legislação, artigos científicos, matérias publicadas em sítios eletrônicos, entre outros) e, como método de abordagem, adota-se o método dedutivo (LAMY, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, muito se tem discutido sobre as influências do Direito Constitucional no Direito Privado, resultando no fenômeno da sua constitucionalização. Dentro dessa nova área de estudos, um dos temas mais abordados é o da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Embora conste do texto da Constituição Federal de 1988 que os direitos fundamentais têm aplicação imediata (artigo 5º, § 1º), é objeto de debate doutrinário e jurisprudencial a amplitude desse comando constitucional.

As normas que consagram direitos fundamentais são normas que afirmam valores, o que as fazem incidir sobre todo o ordenamento jurídico, servindo como parâmetros para elucidar as tarefas dos órgãos judiciários, legislativos e executivos, apresentando, portanto, uma eficácia irradiante sobre toda a ordem jurídica pátria.

Conforme entendimento de Ingo Wolfgang Sarlet (2009, p. 258-260), os direitos fundamentais dividem-se, conforme sua função, em duas categorias: direitos prestacionais e direitos de defesa. Os direitos às prestações subdividem-se em direitos à proteção, direitos à participação na organização e no procedimento e direitos às prestações em sentido estrito. Necessário informar que a aplicabilidade imediata das normas jusfundamentais exige um tratamento específico e demanda questões complexas e de difícil solução no que cabe aos direitos fundamentais prestacionais, encontrando limites na “reserva do possível”.

Compreendidos na esfera dos direitos individuais, os direitos de defesa – ou direitos negativos – consubstanciam-se na tutela de uma esfera individual de liberdade inviolável, primeiramente pelo Estado, para que esse se abstenha de cometer agressões aos bens jurídicos fundamentais. Segundo a teoria da eficácia direta dos direitos fundamentais individuais, também os particulares não podem praticar ações que lesem esses bens jurídicos.

Nesse sentido, segundo os ensinamentos de Jane Reis Gonçalves Pereira

(2006), a elaboração de Constituições construídas em valores que orientam a ordem jurídica estatal e a sociedade determina que as escolhas valorativas imprimidas nos direitos fundamentais devem guiar a ação, não somente do Estado, mas também de toda a sociedade. A partir desse processo, reconhece-se aos direitos fundamentais uma dupla dimensão: uma subjetiva, por meio da qual se asseguram posições dos indivíduos em face do Estado, e ainda uma objetiva, veiculando valores que devem comandar as ações dos poderes públicos e a vida em sociedade.

Com o objetivo de se diferenciar essas dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais, criaram-se os termos eficácia "vertical" e "horizontal" dos direitos fundamentais. De maneira geral, a eficácia de natureza vertical diz respeito à vinculação do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) às normas concernentes a direitos e garantias fundamentais. Essa dimensão dos direitos fundamentais não é objeto de controvérsia, uma vez que é ampla a aceitação de que o Estado deve respeitar e assegurar, de maneira eficaz, esses direitos. Por sua vez, a chamada eficácia horizontal refere-se à aplicabilidade das normas que tutelam direitos fundamentais nas relações jurídicas privadas (entre particulares) (VALE, 2004).

A respeito da eficácia dos direitos fundamentais individuais nas relações privadas, há quatro diferentes correntes acerca do assunto e que serão, agora, objeto de estudo.

Para a doutrina adotada no sistema jurídico norte-americano, chamada de *state action*, os direitos fundamentais somente impõem restrições aos Poderes Públicos, ou seja, não se aplicam às relações entre os particulares. Essa teoria é excepcionada apenas pela chamada *public funtion theory*, que permite a incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas, na qual uma das partes age no exercício de atividades próprias do Estado (PIMENTA, 2007).

Uma segunda corrente, adotada pela Corte Constitucional da Alemanha e por boa parte da doutrina do país, é denominada teoria da eficácia indireta ou mediata dos direitos fundamentais nas relações privadas, e propõe que a Constituição possui valores próprios, que influenciam os princípios e regras de Direito Privado, configurando a incidência dos direitos somente de forma reflexa. Desse modo, os princípios constitucionais servem como auxílio na interpretação das cláusulas gerais e dos conceitos indeterminados, sempre observados os princípios próprios de Direito Privado (SARMENTO, 2006).

Uma terceira corrente doutrinária, adotada pela maior parte da doutrina brasileira, assim também por países como Espanha e Portugal, defende que a obrigação de se respeitar os direitos fundamentais nas relações entre indivíduos provém diretamente do texto constitucional. Assim, as normas de direitos fundamentais presentes na Constituição impõem condutas tanto em relação aos poderes públicos, quanto aos particulares, sem a necessidade da intermediação do legislador ordinário (SARLET, 2009).

Por fim, uma última corrente entende pela teoria dos deveres de proteção, surgida também na Alemanha, e que sustenta que, apesar dos direitos fundamentais serem aplicados diretamente somente em relação ao Estado, esse, ao editar normas e realizar a prestação jurisdicional, deve não somente adotar uma postura negativa, no sentido de não violar esses direitos, como também de protegê-los de ameaças advindas dos particulares.

Como já colocado acima, a doutrina brasileira é majoritariamente favorável à aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas, o

que vem sendo desenvolvido por autores como Daniel Sarmento, Ingo Wolfgang Sarlet e Luís Roberto Barroso. Estes autores ressaltam a necessidade de se efetivar a aplicação imediata dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, por meio da ponderação, através da razoabilidade e proporcionalidade, entre essa espécie de direitos e a autonomia privada.

No entendimento de Luis Roberto Barroso (2005), a ponderação entre os direitos fundamentais e a autonomia privada deve considerar a desigualdade material entre as partes, a razoabilidade, o prestígio dos valores existenciais e a dignidade da pessoa humana.

Para Daniel Sarmento (2006), os princípios fundamentais incidem, inclusive, na hipótese de relações jurídicas em que não se observa a desigualdade entre as partes, tendo em vista a aplicabilidade universal do princípio da dignidade da pessoa humana.

Sarlet (2009, p. 401) explica que a sociedade vem, cada vez mais, participando ativamente do exercício do poder, de modo que "a liberdade individual não apenas carece de proteção contra os poderes públicos, mas também contra os mais fortes", ou seja, os detentores do poder social e econômico no âmbito da própria sociedade, "já que é nesta esfera que as liberdades se encontram particularmente ameaçadas".

É, portanto, nesse contexto, que assume relevância a dimensão objetiva dos direitos fundamentais, "de acordo com a qual estes exprimem valores que o Estado não apenas deve respeitar, mas também promover e zelar pelo seu respeito, mediante uma postura ativa, sendo, portanto, devedor de uma proteção global dos direitos fundamentais." Assim, os direitos fundamentais deixam de ser meros direitos subjetivos do indivíduo perante o Estado, vinculando também os particulares (SARLET, 2009, p. 402).

A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares resulta, então, em uma colisão de direitos, já que todas as partes dessa relação jurídica são destinatárias das garantias constitucionais. Assim, para solucionar o conflito é necessária a utilização de critérios como a ponderação de direitos. Nesse sentido, Sarlet (SARLET, 2009, p. 407) coloca:

> No âmbito da problemática da vinculação dos particulares, as hipóteses de um conflito entre os direitos fundamentais e o princípio da autonomia privada pressupõem sempre uma análise tópico-sistemática, calcada nas circunstâncias específicas do caso concreto, devendo ser tratada de forma similar às hipóteses de colisão entre direitos fundamentais de diversos titulares, isto é, buscando-se uma solução norteada pela ponderação dos valores em pauta, almejando obter um equilíbrio e concordância prática, caracterizada, em última análise, pelo não sacrifício completo de um dos direitos fundamentais, bem como pela preservação, na medida do possível, da essência de cada um.

O sujeito hipossuficiente de uma relação privada possui direitos fundamentais que devem ser preservados em maior ou menor grau, para que se faça observância ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que pode ser de fato limitado ou ameaçado pelo maior poder e pelo abuso do exercício da autonomia privada da parte contrária.

Desse modo, quanto maior a desigualdade fática entre os envolvidos numa relação (privada), maior deverá ser a proteção ao direito fundamental em questão e

menor a tutela da autonomia privada. Nesse contexto, a grande vulnerabilidade de parte da população, em suas relações com outros particulares mais poderosos, como empregadores e fornecedores de bens e serviços, traz a exigência de uma proteção aos direitos fundamentais desses hipossuficientes.

Sarlet (1999) e Sarmento (2006), por fim, defendem que mesmo no caso de relações jurídicas entre particulares, os direitos fundamentais vinculam diretamente os envolvidos, sob pena de se proporcionar uma garantia incompleta e insuficiente à dignidade da pessoa humana. Nesses casos, porém, a proteção à autonomia privada, também assegurada constitucionalmente, deve ser mais acentuada no momento da ponderação dos interesses em conflito, em face dos direitos fundamentais de ambas as partes.

As relações privadas podem envolver um número grande de situações em que há possibilidade de lesões a direitos fundamentais individuais, como, por exemplo, os conflitos entre integridade física, intimidade, imagem, e a autonomia privada contratual; a celebração de contratos de trabalho contendo cláusulas por meio das quais os empregados renunciem a seu direito de exercer atividade partidária ou de sindicalizar-se.

Por conseguinte, a fim de possibilitar uma melhor utilização da teoria da eficácia imediata dos direitos fundamentais individuais nas relações privadas, são necessários parâmetros que possibilitem ao intérprete aplicá-la com base em fundamentos sólidos, o que se dá pela adequada compreensão do caso concreto e pelo domínio da técnica da ponderação de interesses, como mecanismo de solução dos casos de conflito entre princípios constitucionais, que se fazem cada vez mais presentes na seara jurisdicional.

Nesse sentido, as relações privadas, dentre elas as que envolvem o trabalho humano, podem dar causa a diversas situações em que se faz possível a violação de direitos fundamentais. Como exemplo de aplicação da teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas laborais, pode-se mencionar as cláusulas contratuais que proíbem a filiação sindical do trabalhador ou que impedem a gravidez da empregada durante o contrato de trabalho.

A subordinação jurídica a que se sujeita o empregado é inerente ao contrato de trabalho. Entretanto, muitas vezes ocorre abuso por parte do empregador quanto ao seu direito de direção da prestação laboral, podendo configurar ofensa aos direitos fundamentais do trabalhador.

Conforme ensina Barroso (2005), a necessidade de aplicação horizontal dos direitos fundamentais é diretamente proporcional à desigualdade das partes envolvidas no conflito. Quanto maior a disparidade entre os sujeitos, maior deve ser a intervenção estatal em favor da parte considerada hipossuficiente.

Nesse sentido, resta claro que o contrato de trabalho apresenta desigualdade entre as partes, uma vez que o trabalhador necessita vender sua força de trabalho ao empregador, que dirige a prestação pessoal dos serviços, impondo os meios e as condições em que o trabalho será desempenhado.

Devido a essa necessidade do trabalhador, sua autonomia para negociar as cláusulas contratuais acaba se comprometendo. E isso, ao longo do tempo, evidenciou uma sujeição da parte mais fraca nesta relação, no caso, o empregado, razão pela qual o Direito do Trabalho sempre teve por princípio tratar os desiguais de forma desigual, impondo benefícios em favor do empregado, como forma de equilibrar a relação jurídica laboral.

Portanto, o contrato de trabalho, inegavelmente, consubstancia-se em uma relação jurídica privada que tem por característica a desigualdade entre empregado e empregador, na qual se faz necessária a aplicação direta e imediata dos direitos fundamentais, buscando, com isso, igualdade entre as partes, para que o contrato traga vantagens e obrigações para ambos.

Objetivando-se uma análise da colisão entre os direitos à intimidade e à privacidade do empregado e o direito de dirigir a prestação de serviços do empregador, no âmbito de uma relação de emprego, há necessidade de se fazer entender duas compreensões. A primeira se dá com o fato de que as normas principiológicas em estudo devem incidir diretamente nessa relação, que é uma relação privada, ainda que permeada de normas de ordem pública. A segunda compreensão se verifica na necessidade de combinar os interesses do empregado e do empregador nos casos em que se constata a colisão entre as normas principiológicas da privacidade e da intimidade com aquelas que garantem poderes de direção da prestação de trabalho ao empregador.

O jurista Amauri Mascaro Nascimento (2005, p. 269) traz definição, ensinando que a relação de emprego é uma "relação jurídica de natureza contratual tendo como sujeitos o empregado e o empregador e como objeto o trabalho subordinado, continuado e assalariado". Assim, esta relação, em síntese, é aquela, de natureza contratual, estabelecida entre empregado e empregador, sujeitos estes definidos pelos artigos 2° e 3° da CLT. Portanto, pode-se inferir que a relação de emprego se dá quando preenchidos os cinco requisitos caracterizadores desta relação jurídico-laboral, que são: o trabalho prestado por uma pessoa (pessoa física), portanto uma prestação pessoal de serviço (pessoalidade), não eventual (habitualidade), mediante salário (onerosidade) e sob dependência (subordinação), que se trata do principal elemento que distingue esta relação jurídica das demais.

Essa subordinação está diretamente ligada ao direito conferido ao empregador de dirigir o seu empreendimento, o que lhe permite, inclusive, controlar e fiscalizar a prestação de trabalho de seus empregados, uma vez que ele é detentor do poder de direção do seu negócio. Nesse sentido, o empregado está subordinado a estas regras, devendo obedecer às diretrizes que lhes são passadas. Entretanto, é sabido que sempre deve haver limites aos comandos impostos aos empregados, umas vez que estes, como todos os seres humanos, são detentores de direitos, que devem ser respeitados.

Os direitos à intimidade e à privacidade são direitos fundamentais relativos à liberdade de não intromissão e de autonomia, estando previstos, como já mencionado, no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal. Eles representam uma forma de proteção da pessoa humana, pois visam tutelar o conjunto de caracteres e atributos próprios do ser humano, relativos à sua essência e personalidade. São direitos básicos, gerais, pertencentes a todas as pessoas em razão do seu nascimento com vida, extrapatrimoniais (embora sua violação possa originar direito à reparação pecuniária) e absolutos, já que oponíveis *erga omnes*. São intransmissíveis *inter vivos* ou *causa mortis*, embora gozem de proteção mesmo depois da morte do titular; inalienáveis, já que são insuscetíveis de alienação; indisponíveis, pois não podem mudar de sujeito pela vontade do titular; irrenunciáveis; imprescritíveis, porque não se extinguem pelo não-uso ou pela inércia na sua defesa; e impenhoráveis (AMARAL, 2000. p. 246-248).

Tais direitos asseguram a cada indivíduo a faculdade de obstar intromissões

em sua vida íntima e privada, como também de impedir o acesso, o uso e a divulgação de informações pessoais, sobretudo diante das inovações tecnológicas. Estes direitos buscam proteger a liberdade do ser humano e, por isso, constituem-se em uma projeção e uma exigência da dignidade da pessoa humana, princípio e valor esculpido no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

Quanto à aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas de trabalho, Júlio Ricardo de Paula Amaral (2007, p. 80) entende que tais direitos são plenamente cabíveis em conflitos trabalhistas: "a relação de emprego enquanto uma estrutura de poder, mostra-se detentora de diversas faculdades de atuação, razão pela qual possui elevada potencialidade de afrontar os direitos fundamentais dos trabalhadores".

Amauri Mascaro Nascimento (2005, p. 130), complementando este raciocínio, diz que "direitos fundamentais significam também uma relação não entre o cidadão e o Estado, mas entre particulares, como as relações que se estabelecem entre o empregador e o empregado, na defesa deste contra a exacerbação do poder diretivo daquele". Francisco Amaral (2000, p. 93) ressalta, ainda, a importância da aplicação dos direitos fundamentais nas relações de emprego do século XXI:

> No contexto de flexibilização e expansão dos poderes empresariais, devem necessariamente estar inseridos os direitos fundamentais pertencentes aos trabalhadores, tanto aqueles que têm um conteúdo especificamente trabalhista – direitos fundamentais trabalhistas, como aqueles que pertencem ao trabalhador na sua qualidade de pessoa – direitos fundamentais ou laborais específicos – (...) e que podem ser exercitados pelos trabalhadores no âmbito desta relação de trabalho, na qualidade de cidadão.

Desse modo, o contrato de trabalho, por sua própria natureza, envolve o conflito entre a autonomia privada, representada pelo direito de propriedade do empregador, e os direitos fundamentais dos trabalhadores, em especial à privacidade e à intimidade. Os direitos de ambas as partes devem ser ponderados, de forma que se encontre uma solução para o caso concreto em análise. Por esse motivo, a aplicação dos direitos fundamentais nas relações laborais apresenta certo desafio ao interprete e também ao julgador, como por exemplo, saber até que ponto é permitido ao empregador adotar medidas que visam proteger seu patrimônio, como, por exemplo, instalar sistemas de câmeras de vigilância ou implementar revistas pessoais dos empregados.

Os trabalhadores, enquanto seres humanos que são, têm, por certo, direitos à intimidade e à privacidade, no âmbito de sua vida pessoal, mas entende-se que, na vida profissional, no âmbito da relação de emprego, tais direitos fundamentais também incidem, em certa medida. O empregador exerce o seu poder diretivo com o objetivo de otimizar o processo produtivo, controlando a qualidade e a quantidade de trabalho realizado, porém tal poder conferido ao empregador deve ser exercido observando limites, tais como os direitos do empregado previstos na Constituição, na legislação trabalhista e previdenciária, no próprio contrato individual, além dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade e dos direitos fundamentais individuais do trabalhador.

Nesse sentido, uma das finalidades do exercício do poder empregatício é resguardar o patrimônio empresarial, direito tutelado no próprio texto constitucional,

no artigo 5º, inciso XXII. Entretanto, deve-se ressaltar que a Carta de 1988 trouxe certa limitação ao poder de propriedade, uma vez que previu que este direito fundamental deve atender a uma função social (artigo 5º, inciso XXIII), não mais sendo possível, então, o exercício do direito subjetivo de propriedade que não se dirija ao bem-estar coletivo, à realização de interesses e funções socialmente úteis.

A liberdade contratual também se faz presente no contrato de trabalho, uma vez que ambas as partes tem liberdade de decidir o ajuste, determinando o conteúdo do contrato, suas cláusulas, direitos e obrigações que ficarão pactuados, inclusive, neste contrato em específico, a subordinação do empregado ao empregador, assim como o poder de direção do empregador, que irá regulamentar, fiscalizar e disciplinar o ambiente de trabalho. Contudo, é sabido que a vontade livre das partes, neste contrato, é limitada e mitigada por normas de ordem pública, ou seja, ainda que as partes muitas vezes queiram pactuar de certa forma, estas normas exigem que pactuem de forma outra, pois certos direitos, conquistados ao longo das relações interpessoais e por meio de lutas, estariam em risco. Essas normas de ordem pública objetivam uma redução no desequilíbrio que há entre as partes deste contrato.

A relação jurídica de emprego é sim uma relação privada na qual existem dois sujeitos em situações desiguais: o empregador, que é a parte mais forte economicamente e que dirige a prestação pessoal dos serviços dos trabalhadores, e o empregado, que necessita dispor de sua própria força de trabalho para receber o salário como contraprestação. Dessa forma, devido à desigualdade entre ambos os contratantes, a autonomia da vontade da parte mais fraca muitas vezes é subterfúgio para legitimar imposições da parte mais forte.

Nessa relação jurídica em que há desigualdade substancial entre as partes, é necessário que a eficácia direta e imediata dos direitos individuais fundamentais se faça presente, já que uma das partes tem a sua autonomia privada mitigada e, para fazer valer sua vontade, deverá poder exercer os seus direitos fundamentais em face do outro contratante.

Parece uma visão bastante apequenada imaginar que o trabalhador, em suas relações com o Estado, com sua família e amigos, tenha direito a exercer os seus direitos, dentre eles o à privacidade e à intimidade, e no âmbito específico da relação de emprego esses direitos simplesmente não se façam presentes, deixando claro que eles, como direitos fundamentais individuais que são, possuem eficácia direta e imediata na relação de emprego.

A dignidade do empregado, enquanto ser humano, deve ser preservada a todo o momento, razão pela qual ela não pode ser lesada em face de uma ingerência indevida do empregador, pois, mesmo quando o empregado está num patamar de igualdade mais próximo do empregador, não pode usar de sua própria liberdade contratual e de sua autonomia da vontade para violar ou aceitar a violação de sua própria dignidade.

Caso haja ameaça desses direitos, ou sua efetiva lesão, por parte do empregador, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, assegura o direito à indenização pelos danos materiais e/ou morais decorrentes da violação. Poderá ser pleiteada na Justiça do Trabalho, que é o órgão competente para processar e julgar essas ações de danos decorrentes de relações de trabalho, a tutela ressarcitória dos danos morais e materiais gerados ao titular do direito, bem como sua tutela preventiva para impedir as lesões antes da sua ocorrência, conforme disposto no

artigo 12 do Código Civil Brasileiro de 2002, ou seja, há previsão que confirma a tesa aqui defendida (SARMENTO, 2006).

Alice Monteiro de Barros (1997, p. 32), que também entende pela aplicação imediata dos direitos fundamentais às relações privadas, nestes casos laborais, esclarece que:

> [...] embora o Direito do Trabalho não faça menção aos direitos à intimidade e à privacidade, por constituírem espécie dos direitos da personalidade, consagradas na Constituição, são oponíveis contra o empregador, devendo ser respeitados, independentemente de encontrar-se o titular desses direitos dentro do estabelecimento empresarial. É que a inserção do obreiro no processo produtivo não lhe retira os direitos da personalidade, cujo exercício pressupõe liberdades civis.

Explica, ainda, a autora, que a mesma Constituição assegura o direito de propriedade, o que faz com que no ambiente de trabalho o direito à intimidade do trabalhador sofra limitações, as quais, entretanto, não poderão ferir a dignidade da pessoa humana. O fato do empregado encontrar-se subordinado ao empregador, ou deste último deter o poder diretivo, não poderá legitimar a ineficácia da tutela à intimidade no local do trabalho, sob pena de criar-se um estado de sujeição ilimitado do empregado, entregado aos mandos e desmandos do empregador (BARROS, 1997).

O contrato de trabalho não pode legitimar violações ao exercício dos direitos fundamentais individuais, dentre os quais os direitos à intimidade e privacidade, constitucionalmente assegurados ao empregado, enquanto ser humano. Assim, no ambiente de trabalho, admite-se apenas brandas limitações ao exercício desses direitos, e desde que justificadas pela ponderação de tais interesses, quando em conflito com outros direitos fundamentais. Toda e qualquer ameaça à privacidade e à intimidade do trabalhador deve ser rechaçada pelo Poder Judiciário, pois é necessário proteger integralmente a pessoa humana. Por certo, no caso concreto, deve-se analisar qual o âmbito de direitos do indivíduo está sob objeto de proteção e, em caso de violação, qual deverá ser a sanção aplicada, levando-se em conta que, quanto mais íntimo for o interesse protegido, maior deve ser a reparação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores em geral têm direitos que visam proteger o conjunto de caracteres e atributos inerentes à sua condição humana. Esses direitos são oponíveis *erga omnes*, intransmissíveis, indisponíveis, inalienáveis, irrenunciáveis, impenhoráveis e imprescritíveis. Os direitos fundamentais à intimidade e à privacidade são direitos com matriz constitucional (artigo 5º, inciso X) e conferem ao indivíduo a faculdade de obstar a intromissão de estranhos na sua vida íntima e privada, como também de impedir o acesso, uso e a divulgação de informações privadas, inclusive em face das inovações tecnológicas. Consubstanciam-se em uma projeção e exigência da dignidade da pessoa humana, princípio e valor resguardado no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, pois visam proteger a liberdade do ser humano.

Tais direitos, entretanto, bem como o poder diretivo do empregador, não são

absolutos. Assim, tentou-se demonstrar, neste artigo, que o poder diretivo do empregador encontra seus limites nos direitos fundamentais do empregado, pois atrelados à máxima do ordenamento jurídico: a dignidade da pessoa humana. A teoria da eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas (e a relação de emprego é um exemplo delas) ensina que são aplicados tais direitos sempre se objetivando obstar qualquer tipo de violação que eles possam sofrer, salientando-se que os direitos à privacidade e à intimidade do empregado impõem sim limites ao poder diretivo do empregador, uma vez pautados na dignidade daquele enquanto pessoa.

Portanto, os empregados têm inegavelmente direitos à privacidade e à intimidade, tanto no âmbito de sua vida pessoal quanto no âmbito de sua vida profissional. O fato dos indivíduos trabalharem não lhes retira a personalidade e os direitos que visam protegê-la. Esses direitos, então, incidem direta e imediatamente na relação de emprego, que se caracteriza por ser uma relação jurídica assimétrica.

Assim, o empregado, no seu ambiente de trabalho, possui direito à preservação de sua intimidade e de sua privacidade, ainda que elas sofram parciais reduções decorrentes do exercício do direito fundamental de propriedade e dos princípios da liberdade contratual e da livre iniciativa do empregador. Caso haja conflitos que deságuem no Poder Judiciário, caberá, ao interprete e aplicador do Direito, a tarefa de ponderar, por meio da razoabilidade e proporcionalidade, os direitos que estão em conflito diante de cada caso concreto, a fim de solucionar a colisão entre os princípios por meio de uma harmonização entre eles, prevalecendo um em maior grau do que o outro, mas de maneira que ambos se mantenham válidos, pois o modo como se dá a aplicação dos direitos fundamentais às relações jurídicas entre os particulares não é uniforme, comportando soluções diferenciadas para cada caso real.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

AMARAL, Júlio Ricardo de Paula. **Eficácia dos direitos fundamentais nas relações trabalhistas.** São Paulo: LTr, 2007. p. 80.

BARROS, Alice Monteiro de. **Proteção à intimidade do empregado.** São Paulo: LTr, 1997.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 240, abr/jun 2005. p.30.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Decreto-Lei nº. 5452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Planalto**, Brasília, DF, 1º maio 1943. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Planalto**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica:** técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho.** 31. ed. São Paulo: LTr, 2005.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. Apontamentos para a aplicação das normas de direito fundamental nas relações jurídicas entre particulares. In: BARROSO, Luís Roberto (org.). **A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 149-151.

PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros. **A eficácia imediata dos direitos fundamentais individuais nas relações privadas e a ponderação de interesses.** In: CONGRESSO NACIONAL DO COPENDI, 16., 2007, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 2790-2809. Disponível em: < http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/jose_roberto_freire_pimenta.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

SARLET, Ingo Wofgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2007.

_____. Direitos Fundamentais e Direito Privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais. In: ____. **A Constituição concretizada.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 1999. p. 152.

SARMENTO, Daniel**. Direitos fundamentais e relações privadas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

VALE, André Rufino do**. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

OS ENTRAVES DA CORRUPÇÃO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

The barriers of corruption to national development: an analysis from the Brazilian legislation

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: outras áreas temáticas

OLIVEIRA, Lívia Freitas G.
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO – USP
Mestranda em Direito
liviafreitas88@usp.br

Resumo

A análise da corrupção tem, progressivamente, conquistado espaço junto a pesquisadores de diversas áreas, fato este significativamente benéfico à sociedade brasileira, uma vez que a atenção a essa temática é imperativa e urgente, diante do quadro de desigualdade e exclusão social observado no Brasil, além das notícias diárias sobre casos de improbidade administrativa e má gestão da "res pública". O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise dos efeitos nocivos da corrupção para o desenvolvimento de um país, partindo do exame do princípio constitucional da moralidade e do dever de probidade administrativa dos gestores públicos. Para isso, é imprescindível passar pelas Leis de nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa) e de nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a fim de observar se o problema da corrupção no Brasil trata-se de falta de aparato legal ou tem raízes muito mais profundas e amplas que estão fora da seara jurídica e legislativa. A metodologia aqui utilizada é da pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é discutir e compreender a revisão da literatura sobre o tema proposto. Para a fundamentação teórica do artigo, fez-se uso, sobretudo, de obras relacionadas ao Direito Administrativo e à probidade na Administração Pública (escritas pelos autores Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Carlos Frederico Brito dos Santos, Wallace Paiva Martins Júnior, entre outros), bem como textos que trazem reflexões sobre as leis nacionais relativas ao assunto e sítios eletrônicos oficiais (nacionais e estrangeiros), com o objetivo de trazer dados atualizados à pesquisa.

Palavras-chave: corrupção, entraves, desenvolvimento.

Abstract

The analysis of corruption has progressively gained space with researchers in several areas and this fact is significantly beneficial to brazilian society, since the attention to this issue is imperative and urgent, given the context of inequality and social exclusion observed in Brazil, in addition to the daily news reports on cases of administrative impropriety and mismanagement of the public domain. The objective of this article is to make a brief analysis of the harmful effects of corruption for the development of a country, starting from the examination of the constitutional principle

of morality and the duty of administrative probity of public managers. For this, it is imperative to pass laws nº 8.429 / 1992 (Administrative Improbability Act) and nº 12.846 / 2013 (Anti-Corruption Law), in order to observe whether the problem of corruption in Brazil is a lack of legal or has much deeper and broader roots that lie outside the legal and legislative sphere. The methodology used here is the bibliographical research, whose objective is to discuss and understand the literature review on the proposed theme. For the theoretical basis of the article, it was used, above all, works related to Administrative Law and Probity in Public Administration (written by the authors Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Carlos Frederico Brito dos Santos, Wallace Paiva Martins Júnior, among others), as well as texts that bring reflections on the national laws related to the subject and official electronic sites (national and foreign), in order to bring updated data to the research.
Keywords: corrupcion, obstaclos, development

1 INTRODUÇÃO

Direito e moral são conceitos integrantes da noção de justiça, levando em consideração que toda ação estatal é dirigida à satisfação do interesse coletivo inserido no Estado Democrático, que se destina a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, nos exatos termos do preâmbulo da Constituição Federal. Dessa forma, o administrador, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. O ato administrativo produzido não poderá se contentar com a mera obediência à lei jurídica, exigirá também a superação das dicotomias morais e a estrita correspondência aos padrões éticos internos da própria instituição. Atualmente, a moralidade administrativa constitui-se em um pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública. A moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum.[1]

Estreitamente correlacionado ao princípio da moralidade e ao dever de probidade administrativa, está o crime de corrupção na administração pública. A corrupção é um problema mundial, sendo o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social de várias nações. A cada ano, estima-se que US$ 1 trilhão são gastos em subornos, enquanto cerda de US$ 2, 6 trilhões são desviados pela corrupção – uma soma equivalente a mais de 5% do PIB mundial. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estima que nos denominados “países em desenvolvimento” a quantia de fundos desviados de seus destinos pela corrupção é 10 vezes superior ao destinado à assistência oficial ao desenvolvimento. Contudo, a corrupção não se limita apenas a roubar fundos das áreas em que eles mais são necessários – ela também leva a um governo fraco que pode, por sua vez, estimular redes de crime organizado e promover crimes como o tráfico de pessoas e de armas, o contrabando de imigrantes, além da falsificação e do comércio de espécies ameaçadas de

[1] LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. *Ética e Administração Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 81.

extinção.[2] A corrupção é, portanto, um complexo fenômeno global devido a sua natureza multidisciplinar.

Vale fazer a ressalva de que os conceitos de "improbidade administrativa" e "corrupção", embora intimamente relacionados, não se confundem. Os atos que importam em improbidade administrativa estão previstos na Lei n. 8.429/1992. Já o termo "corrupção", previsto no Código Penal, geralmente é utilizado para designar o mau uso da função pública com o objetivo de obter uma vantagem. Os tipos mais comuns de corrupção são a corrupção ativa, a corrupção passiva e a corrupção ativa e passiva.[3] A corrupção tratada nesse artigo diz respeito à corrupção na administração pública, que, invariavelmente, envolve administradores e particulares interessados na obtenção de vantagens ilícitas, as quais acarretam danos à máquina pública.

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise dos efeitos nocivos da corrupção para o desenvolvimento de um país, partindo do exame do princípio constitucional da moralidade e do dever de probidade administrativa dos gestores públicos. Para isso, é imprescindível passar pelas Leis de nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa) e de nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a fim de observar se o problema da corrupção no Brasil trata-se de falta de aparato legal ou tem raízes muito mais profundas e amplas que estão fora da seara jurídica e legislativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aqui adotado é a obra da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro sobre a Administração Pública.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aqui utilizada é da pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é discutir e compreender a revisão da literatura sobre o tema proposto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue a pesquisa realizada para elaborar o artigo.

4.1 O princípio da moralidade na Constituição de 1988 e a Lei nº 8.429/1992

No ordenamento jurídico brasileiro, a CF/88 alçou à categoria de norma constitucional o princípio da moralidade administrativa – que deve presidir as atividades da administração pública direta, indireta e fundacional – em seu artigo 37 caput.[4] A inclusão do princípio da moralidade administrativa na Constituição foi um reflexo da preocupação com a ética na Administração Pública e com o combate à

[2] CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Disponível em < http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Campanha-2013/CORRUPCAO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf > Acesso em 15 de outubro de 2017.

[3] ENTENDA OS CONCEITOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CORRUPÇÃO. Disponível em < http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62434-entenda-os-conceitos-de-improbidade-administrativa-crimes-contra-a-administracao-publica-e-corrupcao > Acesso em 15 de outubro de 2017.

[4] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).

corrupção e à impunidade no setor público.[5] A Constituição quando mencionou o princípio falou em "moralidade", mas quando se referiu a lesão à moralidade administrativa, falou em "improbidade" (artigo 37, § 4º).[6] A distinção entre moralidade administrativa e improbidade administrativa não é bem definida, sendo que, a rigor, pode-se dizer que significam a mesma coisa e ambas estão relacionadas à ideia de *honestidade na gestão da coisa pública*. Ao se exigir probidade ou moralidade administrativa, significa que não basta a legalidade formal e restrita da atuação administrativa, é preciso também a observância de princípio éticos de lealdade, de boa fé, de regras que assegurem a boa administração e a disciplina interna da Administração Pública.[7]

Merece menção o artigo 15, inciso V da CF/88[8] que inclui entre as hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos a de improbidade administrativa. O artigo 5º, inciso LXXIII, ampliou os caos de cabimento de ação popular para incluir, entre outros, os que impliquem ofensa à moralidade administrativa. Vale lembrar que antes da Constituição, a Lei nº 4.717/1965[9], que rege a ação popular, consagrou a tese que coloca o desvio de poder como uma das hipóteses de ato administrativo ilegal, ao defini-lo em seu artigo 2º, § único, alínea e, como aquele que se verifica "quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência".[10]

O artigo 37, §4º CF/88 prevê lei que estabeleça a forma e gradação das medidas previstas no dispositivo, não exigindo lei federal. Em 02 de junho de 1992 foi decretada e sancionada a Lei 8.429/92, a qual "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências."

Em junho de 1992 é decretada a Lei 8.429, conhecida como a "lei da improbidade administrativa". Os atos de improbidade definidos nessa lei são de amplitude muito maior do que as hipóteses de enriquecimento ilícito previstas em outras leis e mesmo e nas outras Constituições que vigoraram no país. Nessa lei, o enriquecimento ilícito constitui apenas uma das hipóteses de atos de improbidade, em conjunto aos atos que causam prejuízo ao erário e dos que atentam contra os princípios da Administração Pública. Embora a Constituição tenha sido promulgada em 1988 já prevendo as sanções para os atos de improbidade, o art. 37, §4º não era autoaplicável, não podendo a Lei 8.429/92 ser aplicada com efeito retroativo – as

---

[5] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 817.

[6] Art. 37, §4º: Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

[7] DI PIETRO, *Direito Administrativo... cit.*, p. 816.

[8] Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

[9] Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas: e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

[10] DI PIETRO, *Direito Administrativo... cit.*, p. 77.

sanções previstas no dispositivo constitucional, portanto, só puderam ser aplicadas aos atos de improbidade administrativa após a entrada em vigor da lei de improbidade administrativa.[11] Vale mencionar que essa lei não revogou a Lei Federal nº 8.112/1990 (dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), nem as leis estaduais e municipais, no que se refere às faltas funcionais e suas sanções, processo administrativo e competência no exercício do poder disciplinar – são esferas distintas e independentes de repressão.[12]

O ato de improbidade administrativa para acarretar a aplicação das medidas sancionatórias previstas no artigo 37, §4º da CF/88 exige a presença de quatro elementos: sujeito passivo, sendo uma das entidades mencionadas no artigo 1º da lei[13]; sujeito ativo, que é o agente público ou terceiro que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta; ocorrência de ato danoso descrito na lei, causador de enriquecimento ilícito para o sujeito ativo, prejuízo para o erário ou atentado contra os princípios da Administração Pública, o enquadramento do ato pode dar-se isoladamente, em uma das três hipóteses, ou, cumulativamente, em duas ou nas três; elemento subjetivo que pode ser dolo ou culpa.[14]

Sobre as sanções previstas para o ato de improbidade administrativa a primeira observação a ser feita é que o ato de improbidade pode ou não ser um ilícito penal – será um ilícito penalmente culpável se puder ser enquadrado em um crime previsto no Código Penal ou na legislação penal complementar. A natureza das medidas previstas nesse dispositivo indica que a improbidade administrativa caracteriza um ilícito de natureza civil e política, porque pode implicar a suspensão dos direito políticos, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento dos danos causados ao erário.[15] Em relação à lei 8.429/92 as sanções típicas da improbidade administrativa configuram reparações por danos materiais e morais, consubstanciadas em provimentos condenatórios, desconstitutivos e restritivos de direitos. A lei oferece em seu artigo 12[16] reprimendas específicas para cada espécie ou modalidade de improbidade administrativa, variando conforme a gravidade do ato.[17]

---

[11] DI PIETRO, *Direito Administrativo... cit.,* p. 821.
[12] MARTINS, *Probidade Administrativa... cit.*, p. 204.
[13] Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer ente da federação, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
[14] DI PIETRO, *Direito Administrativo... cit.*, p. 826.
[15] DI PIETRO, *Direito Administrativo... cit.*, p. 826.
[16] Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9°, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos; II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual

Para tornar a punição dos atos de improbidade mais efetiva e rigorosa, a cumulação de sanções é a única solução que se impõe perante a falta de previsão legal e a ausência de diferenciação entre maior ou menor potencialidade do ato de improbidade, além da taxatividade do artigo 17, §1º[18], que veda expressamente transação ou conciliação.[19] Por fim, é certo afirmar que a luta contra a improbidade administrativa abrange a corrupção em grandes e pequenas esferas, sendo necessário não apenas um aparato legal para coibir e punir os atos de improbidade na gestão pública, mas também uma mudança da cultura nacional sobre a percepção dos danos que a corrupção pode acarretar não só à máquina estatal, mas ao desenvolvimento do país como um todo.

4.2. A corrupção no Brasil

A existência do Estado está relacionada à noção de um aparelho organizador das relações sociais para satisfação das necessidades públicas, realizando-as por meio de serviços públicos atribuídos a pessoas jurídicas por ele criadas através das atividades executadas pelas pessoas físicas investidas em funções públicas pelas mais variadas formas de investidura ou vínculo. Contudo, existe um hiato entre o que se pode chama de "Estado Ideal" e "Estado Real". O direito, tendo ciência dessa distância entre esses dois, fornece meios para a responsabilização do agente público pelo mau uso do poder que o povo lhe confere.

A corrupção no Brasil tem raízes profundas e históricas que estão atreladas à nossa formação. O modelo de Estado e sociedade que se desenvolveu no Brasil era semelhante à cultura política lusitana, sendo a nossa herança rural e patriarcal baseada no personalismo. Esses elementos produziram a dificuldade de separar o público do privado e de criar regras impessoais de sociabilidade. No Brasil, a coisa pública costumeiramente é tratada como "coisa nossa" e existe notório problema de convivência social a partir de normas impessoais. É nesse contexto que está a raiz da corrupção. Várias são as causas que acabaram por contribuir para esse cenário no país, e essas causas vão desde comportamentos imorais socialmente aceitáveis até o fato de o Estado brasileiro ser excessivamente tutelar, demasiadamente burocrático e radical interveniente das relações sociais. Essa cultura da improbidade foi fomentada não só com o incentivo passivo da própria população espoliada como também da confortável impunidade dos atores dos atos de corrupção.

Na essência, a cultura da improbidade e a tolerância à corrupção atribuíram ao patrimônio público, isto é, aos bens, direitos, interesses e valores materiais e morais da sociedade, uma absurda condição de "coisa de ninguém", sem dono, quando deveria ser tratado como "coisa comum de todos". Essa má estrutura da gestão

---

seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

[17] MARTINS, *Probidade Administrativa ... cit.*, p. 329.

[18] Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar. § 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o *caput*.

[19] MARTINS, *Probidade Administrativa... cit.*, p. 339.

pública brasileira guilhotina as bases fundamentais do Estado Democrático de Direito. Por tudo isso, faz- se necessária a adoção de meios eficientes para a prevenção e punição exemplar daqueles que praticam corrupção nas mais variadas instâncias, criando, dessa forma, uma base mais sólida para a efetivação da democracia no país e a restauração da credibilidade de nossas instituições, remodelando a sociedade brasileira de forma que passe a respeitar a coisa pública.

Visando combater a corrupção, o Brasil, a exemplo dos demais países, ratificou a Convenção das Nações Unidas contra corrupção (ONU), a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (CICC) e a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Desses diplomas internacionais vale a análise da CICC já que se trata da primeira convenção internacional de combate à corrupção e que teve reflexos diretos no Brasil.[20]

As medidas preventivas, tratadas no artigo III da Convenção, objetivam fazer com que os Estados considerem a aplicação, em seus próprios sistemas institucionais, de medidas destinadas a criar, manter e fortalecer normas de conduta para o correto, honrado e adequado cumprimento das funções públicas, isto é, orientadas a prevenir conflitos de interesse e a assegurar a guarda e o uso adequado dos recursos públicos. Para a repressão das práticas corruptas, os Estados Partes da CICC contemplaram uma série de figuras penais que os membros se comprometeram a incorporar em seus respectivos ordenamentos jurídicos com a finalidade de reprimir penalmente a corrupção.[21]

No Brasil, a Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 152, de 25 de junho de 2002, e promulgada pelo Decreto Presidencial nº 4.410, de 7 de outubro de 2002 e foram adotadas no país medidas para se adequar a Convenção. Em relação às medidas preventivas, foram criadas, dentre outras, as Páginas e o Portal da Transparência, no intuito de aumentar a transparência governamental, e o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, com ações de fomento ao controle social. No âmbito legislativo merece destaque a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) que entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. O escopo dessa lei é que todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas – o que significa que a publicidade é a regra e o sigilo é a exceção.

Apesar de farta participação do Brasil no cenário internacional no que diz respeito ao combate à corrupção, o país não desvinculou internacionalmente sua imagem de nação com governos invariavelmente corruptos. Segundo dados de dezembro de 2014 pela organização “Transparência Internacional” o Brasil ficou em 69º lugar entre os 175 países avaliados pelo Índice de Percepção da Corrupção, sendo que em 2013 tinha ficado na 72º posição entre 177 países avaliados. A nota

[20] NOTARI, Marcio Bonini. As Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil no combate à corrupção. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**. Vol 1, nº 1, jan-jun 2017, p. 60-77. Disponível em < https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/viewFile/32771/22625 > Acesso em 15 de outubro de 2017.
[21] Ibid.

do Brasil foi 43 e nenhum país atingiu a nota máxima, sendo que a Dinamarca ficou em primeiro lugar com nota 92. O relatório, elaborado desde 1995, é baseado em dados e pesquisas sobre corrupção, fornecidos por diferentes instituições e analisados por especialistas.[22]

Em julho de 2013 foi promulgada a "Lei Anticorrupção". Esse diploma legal tem por escopo a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. Dentre as inovações trazidas por essa lei estão a responsabilidade objetiva de pessoas jurídicas, o *compliance*, o acordo de leniência, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, além de maior rigidez das sanções. Essa lei surge como um instrumento político utilizado pelo Governo Federal em resposta às manifestações populares de meados de 2013 e, em que pese o seu caráter imediatista, a lei busca atender a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a CICC e, em especial, a "Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em transações comerciais internacionais", da OCDE - Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, concluída em Paris no ano de 1997.

O ponto mais polêmico dessa lei tem sido justamente a responsabilidade objetiva das empresas. Muitas entidades empresariais têm entendido que se a empresa adotou todos os mecanismos de prevenção e de combate à corrupção, e se após a devida apuração, foi constatado que o ato danoso à Administração foi consequência de uma atitude isolada de um funcionário, a empresa deveria estar isenta de qualquer responsabilidade. No entanto, a lei anticorrupção considerou essa hipótese apenas como uma circunstância atenuante (art. 7°) para a definição da sanção a ser aplicada à pessoa jurídica. Isso significa que, na dosimetria da pena, irá ser aplicada uma sanção menos gravosa em razão das políticas de governança coorporativa implementadas internamente pela empresa – políticas de *compliance*. Há na lei, ainda, a hipótese de a pessoa jurídica celebrar o denominado "Acordo de Leniência" com a autoridade máxima de cada órgão. Por meio desse acordo, a empresa que praticou ato lesivo colabora com as investigações no processo administrativo e, consequentemente, permite a identificação dos demais envolvidos na infração, o que permite maior rapidez na obtenção de informações e documentos para apuração do ato lesivo. Como resultado do acordo, a empresa se isenta das sanções de "publicação extraordinária na mídia" e de "proibição de receber empréstimos, incentivos, subvenções e doações do Poder Público", podendo se beneficiar da redução da multa em até 2/3 (dois terços). Também, há a possibilidade de atenuação ou até mesmo isenção das sanções previstas na lei de licitações e contratos administrativos (lei 8.666/93). Por fim, o legislador prevê a criação do CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), dando publicidade às sanções aplicadas às empresas pelos órgãos federais, estaduais e municipais.[23]

A nova lei anticorrupção vem, portanto, preencher uma lacuna na legislação brasileira relativa à responsabilização das pessoas jurídicas por atos lesivos à Administração Pública, e passa a coexistir com as demais normas correlatas, das

[22] TRANSPARENCY INTERNACIONAL. Disponível em < https://www.transparency.org/ > Acesso em 15 de outubro de 2017.

[23] A NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO. Disponível em < http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI202081,21048-A+nova+lei+anticorrupcao> Acesso em 15 de outubro de 2017.

quais podemos destacar a lei de improbidade administrativa, a nova "lei do CADE", a lei de licitações e contratos administrativos e a legislação penal.

4.3. A corrupção e os entraves ao desenvolvimento

O conceito do que é o desenvolvimento de uma nação durante muito tempo esteve relacionado diretamente ao desenvolvimento econômico de um país. Essa abordagem, no entanto, cai por terra quando analisamos países que tem grandes economias, mas os quais não conseguem garantir prosperidade a sua população, apresentando elevada taxa de concentração de renda e níveis não satisfatórios em setores básicos como saúde, segurança e educação. São países como Índia, China e Brasil que, apesar de estarem entre as dez economias do mundo[24], apresentam um abismo entre o dinamismo econômico e a qualidade de vida da população. O conceito de desenvolvimento, portanto, deve partir do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de um povo é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Considerando, então, as características capazes de contribuir para o desenvolvimento de um país, invariavelmente nos deparamos com o amplo acesso à educação e saúde de qualidade, segurança pública, regime democrático, garantias de direitos individuais e sociais, transparência governamental, imprensa livre e independente e, claro, os baixos índices de corrupção.

Segundo Daniel Kaufmann, presidente do *Natural Resource Governance Institute* e ex-diretor do Banco Mundial, o “fim” da corrupção poderia resultar no fato de os países conseguirem triplicar o seu rendimento per capita e aumentar drasticamente os níveis de satisfação de necessidades básicas, como a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da escolaridade e da expectativa de vida, bem como a redução das desigualdades sociais.[25] Um governo efetivo e transparente, operando dentro de estrutura de liberdades civis e boa gestão, é fundamental para ganhos de bem-estar social e diminuição da pobreza.

Sobre os malefícios da corrupção ao desenvolvimento, o primeiro destaque a ser feito é no que diz respeito a como a corrupção afeta a democracia e a garantia dos direitos humanos. O combate à corrupção, além de integrar a transição de regimes autoritários para democráticos, faz parte do processo de consolidação das democracias globais. Não restam dúvidas de que a democracia é o regime mais compatível para a garantia dos direitos humanos. No entanto, a corrupção interfere de forma negativa nessa proteção. Nos países sob o regime democrático, os reflexos indiretos da corrupção pública sobre os direitos humanos são bastante evidentes nos casos de desvios de recursos públicos. Nessa linha de pensamento, Luiz Regis Prado afirma que o fenômeno da “corrupção *lato sensu*” é uma forte ameaça ao Estado de Direito e à sociedade, justamente por atingir a representação popular e os direitos humanos:[26]

---

[24] THE WORLS BANK. Disponível em < http://search.worldbank.org/ > Acesso em 15 de outubro de 2017.
[25] Ibid.
[26] PRADO, Luiz Regis. *Los delitos de cohecho y de tráfico de influencias em las transacciones comerciales internacionales conforme al código penal brasileño*. Disponível em < http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:DerechoPenalyCriminologia-2009-1-30280/PDF >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

> O fenômeno da corrupção lato sensu representa, assim, uma ameaça para o Estado de Direito e a sociedade democrática, seja porque atinge a representação popular, que subentende a separação dos Poderes, seja porque atinge os direitos fundamentais. Neste último aspecto, a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, menciona em seu Preâmbulo uma relação de causa e efeito entre a ignorância, o esquecimento e o desprezo dos direitos do homem, e a corrupção dos governos. A corrupção atinge direitos econômicos e sociais, dá lugar a tratamento discriminador e desigual e é fonte de apropriação indevida de bens e do surgimento de monopólios que suprimem ou enfraquecem a liberdade empresarial ou comercial.

É importante destacar, ainda, que os direitos políticos – eleições democráticas, legislatura, partidos opostos – e as liberdades civis, as quais englobam direitos à mídia independente e livre, liberdade de reunião e discurso, são negativamente correlatas com a corrupção. As liberdades civis e uma imprensa livre podem ajudar a controlar a corrupção e a relação entre esses fatores é clara: quanto maior a garantia de liberdades políticas e civis, somadas a uma imprensa livre, maior a fiscalização social sobre atos da administração pública, exigindo a transparência administrativa e a boa gestão governamental.[27] Também relacionada ao combate à corrupção está a questão cultural de um povo. Ao tratar do tema sobre desenvolvimento e o que estaria relacionado a ele, Amartya Sen afirma "os valores prevalecentes e os costumes sociais também respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel da confiança nas relações econômicas, sociais ou políticas"[28]. Isso quer dizer que os fatores culturais de uma nação influenciam de maneira direta os índices de corrupção em um país e é inegável afirmar que quanto maior a permissividade de um povo com a corrupção, menores são as chances de desenvolvimento, já que se cria um cenário de desconfiança nas relações que permeiam a sociedade.

A corrupção, portanto, está intimamente relacionada com os entraves que uma nação encontra para seu desenvolvimento. Ela tem um caráter multifacetado: prejudica o meio ambiente; prejudica a livre concorrência e os consumidores; prejudica as finanças públicas e prejudica a própria Democracia e República, pois torna a Administração do Estado refém de interesses privados e minoritários, serviente apenas de grupos detentores de grande poder econômico, desviando os agentes públicos de sua função essencial de atendimento dos interesses coletivos.[29]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moralidade administrativa impõe o efetivo respeito e cumprimento do interesse público ou da coletividade, de maneira que devem todos que estão na gestão da coisa pública seguir certa disciplina interna da Administração ou também chamada de moral interna desta, ou seja, conduzir segundo a constelação de princípios e regras reveladas pelo sistema jurídico na condução do interesse público[30].

---

[27] THOMAS, Vinod, et al. *A qualidade do crescimento.* São Paulo: Editora UNESP, 2002. TRANSPARENCY INTERNACIONAL <https://www.transparency.org/cpi2014/results >. Acesso em 15 de outubro de 2017, p. 157.
[28] SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 24.
[29] SANTOS, COSTÓDIO, BERTONCINI, *Improbidade Administrativa... cit*., p. 21.
[30] MARRARA, *Princípios de Direito Administrativo... cit.,* p. 194.

Como demonstrado, o Brasil não é um país carente de respaldo legal para o combate à corrupção. A verdade é que a corrupção em nosso país encontra raízes culturais e difíceis de serem combatidas apenas pelo aparato legal. O combate à corrupção no Brasil e em várias outras nações exige uma profunda reengenharia do Estado, promovendo a redução da excessiva burocracia sem maltratar certos procedimentos vigilantes do interesse público, mas de forma a tornar mais arejada a Administração Pública. Instrumentos para tanto são visíveis no incentivo à participação da comunidade nos atos decisórios por meio de audiências públicas ou conselhos temáticos institucionais, bem como na instituição do procedimento administrativo uniforme – enfim, na atribuição de um maior grau de transparência na Administração Pública.[31]

No mais, a luta contra a corrupção deve superar as fronteiras geográficas, pois atinge milhões de dólares por ano a cifra de negócios de organizações criminosas do mundo inteiro, que necessitam da lavagem de dinheiro e, consequentemente, estimulam a corrupção[32]. Os malefícios que a corrupção traz ao desenvolvimento de uma nação são inúmeros e enormes: freia o crescimento econômico, fere o Estado de Direito e desperdiça talentos e recursos preciosos. Quando a corrupção predomina, as empresas hesitam em investir face ao custo nitidamente mais elevado da atividade econômica. Nos países corruptos com recursos naturais abundantes, a população raramente se beneficia dessas riquezas.

A corrupção impede que as populações, os países e as empresas realizem seu potencial. Seu viés mais grave é que ela coloca em perigo a democracia, a governança e os direitos humanos, enfraquecendo as instituições públicas sobre as quais são fundadas sociedades justas e igualitárias.[33] Quando a corrupção prevalece, a democracia, que é um pré-requisito do desenvolvimento, é ameaçada, minando as chances de uma nação se tornar próspera.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flavia Cristina Moura de, Lucas dos Santos Pavione. *Improbidade Administrativa*: Lei n° 8.429/1992. Salvador: Podivm, 2010.

BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. *Princípios de Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____ . *Ato de improbidade Administrativa*: 15 anos da Lei 8.429/1992. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BIASON, Rita de Cássia (org.). *Temas de Corrupção Política*. São Paulo: Balão Editorial, 2012.

CAMMAROSANO, Márcio. *O princípio Constitucional da moralidade e o exercício da função administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA < http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62434-entenda-os-conceitos-de-improbidade-administrativa-crimes-contra-a-administracao-publica-e-corrupcao >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

[31] MARTINS, *Probidade Administrativa... cit*., p. 10.
[32] MARTINS, *Probidade Administrativa... cit*., p. 206.
[33] CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Disponível em < http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Campanha-2013/CORRUPCAO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf > Acesso em 15 de outubro de 2017.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO < http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorrupcao >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, Daniel. *Teoria Geral da Infração Administrativa a partir da Constituição Federal de 1998*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Marcelo. *Probidade Administrativa*: comentário à Lei 8.429/92 e legislação complementar. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira; Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto. *Comentários à Lei de Improbidade Administrativa*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LIMBERGER, Têmis. *Atos da Administração Lesivos ao Patrimônio Público*: os princípios constitucionais da legalidade e moralidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. *Ética e Administração Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MARRARA, Thiago (org.). *Princípios de Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. *Probidade Administrativa*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; Inocêncio Mártires Coelho; Paulo Gustavo Gonet Branco. *Curso de Direito Administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORE, Marco. *Corrupção mostra a sua cara*: personagens que fizeram história no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. *Lei de Improbidade Administrativa Comentada*: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas, 2002.

PRADO, Luiz Regis. Los delitos de cohecho y de tráfico de influencias em las transacciones comerciales internacionales conforme al código penal brasileño. Disponível em < http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:DerechoPenalyCriminologia-2009-1-30280/PDF >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

SANTOS, Carlos Frederico Brito dos. *Improbidade Administrativa*: reflexões sobre a Lei nº 8.429/92. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SANTOS, José Anacleto Abduch, Mateus Bertoncini e Ubirajara Costódio Filho. *Comentários à Lei 12.846/2013*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOBRANE, Sérgio Turra. *Improbidade Administrativa*: aspectos materiais, dimensão difusa e coisa julgada. São Paulo: Atlas, 2010.

SPITZCOVSKY, Celso. *Improbidade Administrativa*. São Paulo: Método, 2009.

THE WORLD BANK < http://search.worldbank.org >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

THOMAS, Vinod, et al. A qualidade do crescimento. São Paulo: Editora UNESP, 2002. TRANSPARENCY INTERNACIONAL <https://www.transparency.org/cpi2014/results >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

_____.<http://archive.transparency.org/regional_page/americas/convenciones/conven coes_ anticorrupcao_nas_americas/oea >. Acesso em 15 de outubro de 2017.
TRANSPARENCY INTERNACIONAL. Disponível em < https://www.transparency.org/ > Acesso em 15 de outubro de 2017.
TREVISAN, Antoninho Marmo Trevisan, Antonio Chizzotti, João Alberto Ianhez, José Chizzotti e Josmas Verillo. *O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil*. 4ª ed. Ateliê Editorial. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.
UNODC < http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/CampanhA 2013/CORRUPCAO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf >. Acesso em 15 de outubro de 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 1980

THE SOCIAL MOVIMENTS IN BRAZIL FROM 1980

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MIRANDA, Vitoria
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho" UNESP Franca
Cursando o 2º semestre de Serviço Social na
Universidade Estadual Paulista
UNESP Franca
Mirandavitoria1998@gmail.com

Resumo

Pretende-se nesse artigo abordar aspectos históricos e sociais que norteiam a os movimentos sociais no Brasil na década de 1980, além de promover o entendimento, da importância desse marco na história brasileira e os resultados na contemporaneidade. No ano de 1964 durante o período ditatorial no Brasil, cidadãos brasileiros ousaram ir contra um sistema ardiloso e hostil que matava inocentes e feria moralmente a liberdade e a democracia, entre esses cidadãos estavam inúmeros universitários, jornalistas, operários, alguns profissionais e estudantes do Serviço Social. Em meio as diferenças, duas características comuns uniam essas classes: o desejo da queda de um Estado abusivo e a luta pela democracia. Nesse sentido histórico o artigo propõe entender o contexto histórico que culminou os movimentos sociais, a primeira parte explica o que foi a Ditadura Militar, como se sucedeu esse regime, as formas da tomada de poder e opressão, e a segunda trata-se dos cidadãos que militaram contra esse período, cada luta e manifestação de expressão, foi importante para o fim desse período sangrento no ano de 1985.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Brasil, Origem.

Abstract

This article intends to address historical and social aspects that guide social movements in Brazil in the 1980s, as well as to promote understanding, the importance of this milestone in Brazilian history, and the results in contemporary times. In the year 1964 during the dictatorship period in Brazil, Brazilian citizens dared to go against a cunning and hostile system that killed innocent people and morally violated freedom and democracy, among these citizens were many university students, journalists, workers, some professionals and students of the Service Social. Amid differences, two common characteristics united these classes: the desire for the fall of an abusive state and the struggle for democracy. In this historical sense the article proposes to understand the historical context that culminated the social movements, the first part explains what was the Military Dictatorship, as it happened this regime, the forms of the taking of power and oppression, and the second one is the citizens which militated

against this period, every struggle and manifestation of expression, was important for the end of that bloody period in 1985.

Keywords: *Social Movements. Brazil, Origin.*

1 INTRODUÇÃO

Movimento Social é a ação coletiva de um grupo que visa obter mudanças sociais por meio da resistência política de uma determinada sociedade e de um contexto específico. São integrantes dos movimentos sociais, os movimentos populares (Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS) movimento em defesa dos negros, índios e das mulheres), sindicais a as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

O ano de 1980 foi marcante para a trajetória dos movimentos sociais no Brasil. A conjuntura sociopolítica do final da década de 70, era de forte repressão devido ao regime ditatorial, isto contribuiu para o início de inúmeros movimentos, formas organizativas populares e publicação de estudos científicos que serviram de subsídios às análises da realidade urbana.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é um país marcado por lutas, nossa história é constituída por grandes atos de brasileiros indignados com a situação da sociedade em épocas distintas. Com o decorrer dos anos as lutas ganham novos motivos, ou persistem através do tempo, como é o caso na Questão Social no Brasil. Segundo Josiane Soares Santos (2012, p. 26) os componentes da Questão Social são os reprodutores das diversas formas de expressão da desigualdade social que estão longe de se reduzir à pobreza, foram essas expressões que impulsionaram os movimentos sociais no Brasil. De acordo com Maria Lúcia Duriguetto e Carlos Montaño (2011,p.117) refletir sobre o Estado, as classes sociais e o movimento social em tempos difíceis representa um desafio que mobiliza a classe profissional e politicamente contra a ordem do capital é por isso que entender a história dos movimentos sociais no Brasil inclusive no período da Ditadura Militar, é conhecer a importância da resistência e os seus resultados nos fenômenos contemporâneos, Bernardo Kucinski (2001, p.73) enfatiza que é imprescindível entender o período da Ditadura Militar para a compreensão dos aspectos políticos e econômicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sob a perspectiva crítica dialética de Marx.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1961 quando Jânio Quadros renunciou a presidência e seu vice João Goulart assumiu o seu lugar, o Brasil vivia uma grave crise política. O governo de João Goulart foi marcado pela abertura às organizações sociais, surgia uma nova forma de

ação, através de organizações populares, estudantes e trabalhadores, questionavam e exigiam mudanças nas plataformas sociais e econômicas.

A população tinha como objetivo: a inclusão social dos cidadãos pobres e trabalhadores. Esse ganho de espaço e consciência política preocupava a classe conservadora, composta pela Igreja Católica, empresários, militares, banqueiros e classe média. Este grupo temia que o Brasil se tornasse socialista, é válido enfatizar que durante esse período, o mundo vivia o ápice da Guerra Fria.

Os partidos de oposição Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN) incriminavam João Goulart ser o agente responsável pelo aumento do preço e escassez de determinados produtos e de estar arquitetando um golpe de esquerda.

No dia 13 de março de 1964, Jango realizou um comício no Rio de Janeiro, em que defendeu as Reformas de Base e prometeu grandes mudanças na estrutura: educacional agrária e econômica nacional. Bastou isto para que seis dias depois os conservadores organizassem uma manifestação contra essas mudanças, a chamada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" reuniu milhares de pessoas no centro da cidade de São Paulo.

O clima de tensão política agrava-se de modo preocupante, as tropas de São Paulo e Minas Gerais saem as ruas e para evitar uma guerra civil, João Goulart refugia-se no Uruguai. Assim os militares tomam o poder.

Em 1964 quando foi instaurado o golpe militar no Brasil, ele foi conceituado "movimento fadado a ser de curta duração e de alcance limitado" (CARONE, 1982, p. 3). Entretanto o período durou 21 anos e a caracterização de intervenção corretiva que visava proteger os valores democráticos era uma farsa.

O regime ditatorial no Brasil foi marcado pela violência e o terror como forma de controle. A repressão intensa e o fim da liberdade democrática selavam a imagem da política do Estado e entre esses severos componentes de controle social estava os "17 Atos Institucionais", o mais polêmico e violento é o AI-5, que vetou o princípio de habeas corpus e instituiu, de maneira objetiva, a agressão física e a tortura contra os opositores do regime.

A ditadura não foi decorrência do acaso, ela foi estruturada em decorrência do aumento da participação política da população e de sua criticidade, porém mesmo com os métodos hostis e forte aparato da repressão sustentadas por Atos Inconstitucionais e pela Lei da Segurança Nacional, os movimentos sociais e políticos criaram uma rede de protesto e de resistência que colocavam em xeque as medidas adotadas pelos militares.

Conter a resistência da esquerda e dos movimentos sociais foi a maior afronta para os militares. O primeiro movimento que se articulou contra a ditadura militar foi liderado pelo Ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Araújo, que tinha o apoio de Leonel Brizola, uma tropa de 30 homens partiu em março de 1965 do Uruguai e invadiu o Estado do Rio Grande do Sul. A tentativa do coronel era provocar uma revolução pelo Sul do país e derrubar o regime vigente. A guerrilha participou de cerca de 4 ações nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porém quando estava prestes a entrar no Paraná, os militantes foram presos e o seu líder foi enviado para Curitiba, onde foi condenado.

Apesar do fracasso dessa guerrilha, essa tentativa impulsionou vários outros movimentos, a luta contra a ditadura acontecia na cidade também, vários outros movimentos lutavam de armas nas mãos. Como é o caso das organizações de

esquerda: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cujo comando estava a cargo do jornalista e intelectual, Mário Alves; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, a Política Operária (Polop); O Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8); e, depois, a Ação Libertadora Nacional (ALN) que se destacou devido as melhores estratégias de luta armada na cidade, liderada pelo militante comunista, intelectual, possuídor de experiência organizativa e entendedor de movimentos sociais, Carlos Marighela.

O militante Carlos Marighela, criou a ALN após participar da assembleia da Organização Latino-americana (OLAS) em Havana, durante o evento foi pensado um ambicioso plano de luta que tinha como principal objetivo suscitar ações revolucionárias em toda América Latina.

A Aliança Nacional Libertadora tencionava a guerrilha urbana, tendo em vista conseguir recursos para elaborar uma organização desenvolvida e posteriormente, provocar a guerrilha rural. Entretanto, Marighela não pôde levar o seu plano adiante, no dia 4 de setembro de 1969 o líder da ANL foi assassinado pela ditadura militar, após cair em uma emboscada criada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Apesar das ações das organizações da luta armada terem colocado em risco a ditadura militar, a preocupação dos militares, eram as grandes mobilizações de massas. Uma vez que os militares agiam de maneira agressiva com os guerrilheiros, e alegavam essa ação com o discurso de que os militantes eram “terroristas”, contra os princípios da família e da liberdade, eles expunham a verdadeira face da ditadura despida de seu falso moralismo patriota quando usavam da extrema violência em manifestações pacíficas.

Os jovens estavam inconformados com o autoritarismo e movidos pela vontade de mudança, eles lutavam por um mundo melhor e mais justo, se destacaram na luta contra as forças repressoras, que massacrava jovens idealistas e simpatizantes de ideias contestadoras. E assim tentavam combater os militares, na tentativa de defender a liberdade, os direitos humanos, e tornar os sonhos revolucionários uma realidade.

O movimento estudantil, foi um porta-voz da sociedade contra o regime militar, um dos principais agentes de oposição foi a União Nacional dos Estudantes (UNE), que realizou passeatas, manifestações e atos públicos, organizou debates, congressos e jornais clandestinos, além de promover a conscientização política através da cultura, música, poesia e teatro. A pauta específica da UNE era a reforma universitária no país, os estudantes queriam direito a voz e voto.

No dia 1º de abril de 1964, no dia do golpe militar, a sede do movimento estudantil “União Nacional dos Estudantes” foi fortemente atacada. A sede localizada na Praia do Flamengo, foi criminosamente incendiada por grupos de extrema direita. Os militares queriam prejudicar a UNE, para isso eles editaram a Lei Suplicy de Lacerda, que definia o movimento como ilegal, junto com as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), porém a resistência dos jovens continuou e eles começaram a agir na clandestinidade.

A polícia massacrou e reprimiu brutalmente os militantes, muitos foram feridos, presos, torturados e mortos, enquanto outros líderes de movimentos estudantis foram obrigados a se exilar.

O ano de 1968 foi particularmente marcado no Brasil por grandes manifestações de rua organizadas pelo movimento estudantil contra a ditadura, que

se tornava cada vez mais tirana na repressão aos estudantes e a sociedade. O ano foi de intensa ebulição social, liderada por esse movimento.

O fato que revoltou o país em 28 de março daquele ano, foi a morte de Edson Luís. O jovem secundarista de apenas 18 anos, foi assassinado pela Polícia Militar, durante uma passeata contra o fechamento do Calabouço, um restaurante estudantil que se localizava no centro do Rio de Janeiro. O corpo do jovem ensanguentado, foi levado por seus companheiros de luta até a Assembleia Legislativa, onde ficou exposto, eles temiam que os Policiais Militares iam desaparecer com o corpo, e não permitiram que fosse levado ao Instituto Médico Legal (IML). A cena foi chocante e causou comoção na maioria dos brasileiros.

A cidade do Rio de Janeiro se enfureceu. O velório de Edson Luís reuniu cerca de 50 mil pessoas indignadas, passeatas se difundiram e a revolta tomou conta do Brasil. Em São Paulo, quatro mil estudantes fizeram uma manifestação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), no período que se entendeu do velório até a missa da Igreja da Candelária, ocorreram protestos em todo país, mas foi na missa de sétimo dia, quando a Polícia Militar se abateu sobre as pessoas que a população aderiu as passeatas e aos confrontos com a polícia e foi o momento crucial onde as manifestações de massa ganharam outra magnitude.

Em junho do mesmo ano os estudantes voltaram às ruas na Guanabara, novamente houve repressão violenta da Polícia Militar e novamente a parte da sociedade ficou escandalizada e o centro da cidade assistiu um confronto chamado “Sexta Feira Sangrenta”, cinco dias depois a população retornou às ruas para realizar a maior manifestação de massas do período, a “Passeata dos Cem Mil”, em apoio aos estudantes e contra a repressão.

Na área intelectual também eram visíveis as manifestações contra o governo. A arte cumpriu seu papel na militância. No meio musical destacam-se as músicas de protesto de Chico Buarque, Taiguara, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam, Torquato Neto, entre outros, porém foi a voz de uma mulher que imortalizou a canção de João Bosco e Aldir Blanco, ”O bêbado e o equilibrista”, consagrada como o hino da anistia aos banidos e exilados políticos do país.

Elis Regina era expressiva e cantava os versos de Aldir Blanco sobre assassinatos nos porões da ditadura, de maridos pranteados por “Marias e Clarices” e sobre a luta pela anistia aos desaparecidos, presos e exilados políticos, ao pedir a volta do “irmão do Henfi l e tanta gente que partiu num rabo de Foguete”.

Edson Luís foi inspiração para a música “Coração de Estudante” de Milton Nascimento e Wagner Tiso, a letra que parecia dizer sobre a planta típica do Estado de Minas Gerais foi uma homenagem para o estudante Edson Luís, sempre nas entrelinhas para não ser barrada pela censura as músicas deixavam suas mensagens de esperança e militância.

“A folha da juventude
É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto

Pra que a vida nos dê
Flor, flor e fruto
Coração de estudante”

Compositores:
Milton Silva Campos Do Nascimento
Wagner Tiso Veiga
Letra de Coração de Estudante ©
EMI Music Publishing

No cinema destacaram-se alguns cineastas que fizeram produções engajadas e de resistência. Filme como Os fuzis, de Rui Guerra, Deus e o diabo na Terra do Sol, de Glauber Rocha (REIS FILHO, 2001), ou mesmo produções que tiveram maior alcance popular, como “O Rei da Noite”, “Xica da Silva” procuravam fazer o cidadão brasileiro refletir sobre a triste realidade.

O período da Ditadura Militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro, enquanto a profissão se expandiu no mercado de trabalho, a vertente profissional crítica foi reprimida pela censura pelo debate na categoria referente questões relacionadas ao método do Serviço Social. Após o golpe de 1º de abril de 1964, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, e as agências de formação sofreram intimidação.

Poucos assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no ápice da ditadura, muitos foram vítimas de perseguição. É nítido que a maior parte da categoria profissional seguiu esses anos sem lutar. “é fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugir nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática” (Netto, 2009: 29). Logo, destaca-se durante esse período da história da profissão a neutralidade de fóruns representativos da categoria, evidenciando a alienação diante do quadro político.

A participação das mulheres contra a ditadura militar, foi construída desde o mundo estritamente privado, quando o chefe da família, era preso, assassinado, perdia o emprego ou tornava-se ‘desaparecido’ político, até as atuações de defesa da dignidade nacional, tradições e valores públicos. As mulheres foram capazes de provar que tinham criticidade, entendiam de política ao lutarem contra a desagregação moral da unidade familiar impostas pelos regimes autoritários que tentavam desmoralizar os sentimentos mais profundos das mulheres como mães, esposas, irmãs e filhas. O autoritarismo e a repressão despertaram a inteligência, criatividade nas mulheres, a resistência mostrou-se assídua e pertinente. Elas resistiram ao autoritarismo não somente em casa, ou descobrindo novas maneiras de enfrentar a clandestinidade quando os partidos progressistas foram proibidos, mas também no exílio, pois milhares de mulheres tiveram que deixar seu país para continuarem vivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura foi um período de repressão e violência, que pregava a política de bons costumes e preocupação com a família tradicional brasileira, quando na verdade o objetivo era silenciar e privar que os cidadãos tivessem o direito democrático,

liberdade de expressão e criticidade. Movidos pela revolta dessa realidade de subordinação, surge os Movimentos Sociais no Brasil na década de 1980, através da indignação e desejo de mudanças nacionais os brasileiros se uniram contra o controle dos militares no Estado.

O grupo de maior parte na luta contra a Ditadura eram os estudantes que moverem o país inteiro, os movimentos estudantis representavam jovens idealistas que eram contra o ensino elitista e a repressão dos militares. A União Nacional dos Estudantes era um dos grupos estudantis com maior número de seguidores, buscava proporcionar através da cultura o pensamento político brasileiro.

Neste momento de efervescência política as minorias, sempre tão esquecidas pela sociedade elitista, se uniram e mostraram que tinha capacidade de ir contra o poder vigente e indagar a realidade da época. Mulheres, operários, estudantes e alguns profissionais da categoria do Serviço Social que mesmo sabendo do aumento de assistentes sociais no mercado de trabalho na época, não se renderam as regalias dos militares, foram perseguidos, torturados, mortos ou “desaparecidos políticos”, é o caso do estudante Edson Luís que foi morto por militares em uma passeata.

Houve melhorias políticas na sociedade através dos movimentos sociais, pessoas com as mesmas necessidades e indignações, que juntas mudaram a realidade nacional do país. Os movimentos em geral, não eram considerados manifestações saudáveis, quem tinha o poder da Ditadura sabia da força que a população tinha, por isso muitas vezes os grupos precisavam divulgar as ideias opositoras ao sistema na clandestinidade.

As marcas dessas lutas estão presentes no Brasil, os movimentos aderiram novas causas a partir das problemáticas que foram surgindo e puderam chamar a atenção e mudar a perspectiva de muitas pessoas através deles. Como é o caso dos movimentos negros, feministas, rurais, urbanos, etc.

REFERÊNCIAS

GOHN, M.G.; BRENO, M. Movimentos sociais na era global. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2.Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

KUCINSKI, B. O fim da ditadura militar. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROUJAS, B. O direito e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?. 4 ed. Petrópolis/SP: Cortez, 2014.

SANTOS, J.S Questão social: particularidades no Brasil. 1.Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OS TCLEs ASSINADOS POR PACIENTES, DE FORMA GENÉRICA, SUPREM OU NÃO FUTURAS PESQUISAS FEITAS A PARTIR DE PRONTUÁRIOS-ELETRÔNICOS OU BIOBANCOS?

THE ICD SIGNED BY PATIENTS, GENERALLY, AUTHORIZE OR NO FUTURE RESEARCHES MADE FROM THE MEDICAL RECORDS OR BIO-BANKS?

Desenvolvimento e Integração Regional: Tecnologia e Sistemas.

BORGES, Donaldo
BORGES, Leandro
BORGES, Lívia
Uni-FACEF, FDF
donaldo@facef.br
leandro.borges@facef.br
livia.candido@me.com

Resumo

O objetivo desse artigo é entender se os Termos de Consentimento Livre, assinados por participantes de pesquisas anteriores, particularmente em prontuários eletrônicos e biobancos, podem ou não ser utilizados para que outros pesquisadores realizem novas pesquisas sem que um novo TCLE seja assinado. O trabalho utilizou-se da metodologia bibliográfica exploratória, onde foram consultados artigos nacionais e internacionais relacionados a este problema de pesquisa. Embora muitos biobancos possuam prévia autorização para novos pesquisadores o mesmo cenário não foi encontrado para prontuários eletrônicos. Entendemos que prontuários compartilhados entre instituições de saúde podem se tornar um risco de exposição indevida de informações, tendo em vista que, muitas vezes, o TCLE se restringe aos dados do paciente na instituição pesquisada, e o prontuário multi-institucional não possui tal barreira.

Palavras-chave: Termo de Consentimento Livre, Biobancos, Prontuários Eletrônicos.

Abstract

The purpose of this article is to understand whether the ICF signed by previous research participants, particularly in electronic medical records and biobanks, can be used if other researchers could conduct new research without a new ICF being signed. The work was based on the exploratory bibliographical methodology, the research is based in national and international articles related to this research problem. Although many biobanks have prior authorization for new investigators the

same scenario was not found for electronic medical records. We understand that shared medical records among health institutions may become a risk of undue exposure of information, since, often, the ICF is restricted to the patient's data in the researched institution, and the multi-institutional medical record does not have a barrier between these institutions.

Keywords: Informed Consent Document, Biobank, Medical Records.

1 INTRODUÇÃO

Os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos são pautados por acordos e normas internacionais que visam preservar o direito do cidadão. Em 1947, o Código de Nuremberg foi escrito, em decorrência da constatação de inúmeras experiências cruéis e muitas vezes letais executadas em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1964, outro tratado internacional foi escrito em Helsinki, na Finlândia, visando melhorar e aumentar a amplitude do Código de Nuremberg. A Declaração de Helsinki foi revisada ao longo de décadas, sofrendo acréscimos e mudanças em seus princípios de forma a torná-la atualizada. No Brasil, o sistema CEP-CONEP foi instituído em 1996 a fim de proceder a análise ética de pesquisas desenvolvidas com seres humanos no Brasil. As pesquisas que têm como objeto de análise seres humanos, devem passar pelo crivo de um CEP (Comitê de Ética e Pesquisa), sendo necessário a obtenção de um documento denominado TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) que tem como principal objetivo informar e assegurar os direitos dos participantes da pesquisa. Entretanto, existem casos em que o TCLE pode ser dispensado. Estes casos são o objeto de estudo do presente artigo, particularmente o trabalho tem por objetivo entender o processo de autorização do pesquisador em casos onde uma pré-aceitação para outras pesquisas já tenham sido concedidas, particularmente em prontuários eletrônicos e biobancos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro conjunto de princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos foi o Código de Nuremberg, uma das consequências dos Processos do Tribunal de Nuremberg, instalado após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 20 de agosto de 1974, o Tribunal Internacional de Medicina, em Nuremberg, na Alemanha, emitiu o veredicto no julgamento dos acusados de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, condenando os participantes por seus papéis em crimes cruéis e experimentos médicos letais executados em campos de concentração. O tribunal articulou um conjunto de dez regras para condução de experimentos humanos. Este conjunto de regras passou a ser conhecido como Código de Nuremberg. Para fins dessa pesquisa, destaca-se que, este código, dentre seus requisitos exigia um “consentimento voluntário”, bem como uma avaliação de riscos, benefícios e garantias aos investigados. Desde então o código de Nuremberg tem sido um marco na história da ética da pesquisa biomédica. (The Nuremberg Code 70 Years Later -

http://jama.jamanetwork.com/ on 08/17/2017).

O Código de Nuremberg é constituído por dez tópicos, sendo eles:

1. O consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial. Isso significa que as pessoas que serão submetidas ao experimento devem ser legalmente capazes de dar consentimento; essas pessoas devem exercer o livre direito de escolha sem qualquer intervenção de elementos de força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição posterior; devem ter conhecimento suficiente do assunto em estudo para tomar uma decisão. Esse último aspecto exige que sejam explicados às pessoas a natureza, a duração e o propósito do experimento; os métodos segundo os quais será conduzido; as inconveniências e os riscos esperados; os efeitos sobre a saúde ou sobre a pessoa do participante que eventualmente possam ocorrer devido à participação no experimento. O dever e a responsabilidade de garantir a qualidade do consentimento repousam sobre o pesquisador que inicia ou dirige um experimento ou se compromete nele. São deveres e responsabilidades pessoais que não podem ser delegados a outrem impunemente;
2. O experimento deve ser tal que produza resultados vantajosos para a sociedade, que não possam ser buscados por outros métodos de estudo, mas não podem ser feitos de maneira casuística ou desnecessariamente;
3. O experimento deve ser baseado em resultados de experimentação em animais e no conhecimento da evolução da doença ou outros problemas em estudo; dessa maneira, os resultados já conhecidos justificam a condição do experimento;
4. O experimento deve ser conduzido de maneira a evitar todo sofrimento e danos desnecessários, quer físico, quer materiais;
5. Não deve ser conduzido qualquer experimento quando existirem razões para acreditar que pode ocorrer morte ou invalidez permanente; exceto, talvez, quando o próprio médico pesquisador se submeter ao experimento;
6. O grau de risco aceitável deve ser limitado pela importância do problema que o pesquisador se propõe a resolver;
7. Devem ser tomados cuidados especiais para proteger o participante do experimento de qualquer possibilidade de dano, invalidez ou morte, mesmo que remota;
8. O experimento deve ser conduzido apenas por pessoas cientificamente qualificadas;
9. O participante do experimento deve ter a liberdade de se retirar no decorrer do experimento;
10. O pesquisador deve estar preparado para suspender os procedimentos experimentais em qualquer estágio, se ele tiver motivos razoáveis para acreditar que a continuação do experimento provavelmente causará dano, invalidez ou morte para os participantes (Código de Nuremberg, 1949).

No âmbito desse trabalho, destaca-se especialmente o primeiro dos dez tópicos do Código de Nuremberg, este ressalta a importância do consentimento do pesquisado. Não somente o Código de Nuremberg aborda boas práticas éticas para pesquisas biomédicas, podemos citar também a Declaração de Helsinki que descreve os princípios básicos para pesquisas biomédicas a fim de aumentar o

conhecimento científico e amenizar o sofrimento da humanidade. Veremos na sequência que o item 3ª da declaração de Helsinki também diz respeito ao consentimento do pesquisado. Na Declaração de Helsinki (1964) há cinco Princípios Básicos para a pesquisa biomédica envolvendo seres humanos:

1. A pesquisa clínica deve adaptar-se aos princípios morais e científicos que justificam a pesquisa médica e deve ser baseada em experiências de laboratório e com animais ou em outros fatos cientificamente determinados;
2. A pesquisa clínica deve ser conduzida somente por pessoas cientificamente qualificadas e sob a supervisão de alguém medicamente qualificado;
3. A pesquisa não pode ser legitimamente desenvolvida, a menos que a importância do objetivo seja proporcional ao risco inerente à pessoa exposta;
4. Todo projeto de pesquisa clínica deve ser precedido de cuidadosa avaliação dos riscos inerentes, em comparação aos benefícios previsíveis para a pessoa exposta ou para outros;
5. Precaução especial deve ser tomada pelo médico ao realizar a pesquisa clínica na qual a personalidade da pessoa exposta é passível de ser alterada pelas drogas ou pelo procedimento experimental.

Ainda pela Declaração de Helsinki (1964) Na Pesquisa Biomédica Não-Terapêutica Envolvendo Seres Humanos, o pesquisador deve:

1. Na aplicação puramente científica da pesquisa clínica, desenvolvida num ser humano, é dever do médico tornar-se protetor da vida e da saúde do paciente objeto da pesquisa;
2. A natureza, o propósito e o risco da pesquisa clínica devem ser explicados pelo médico ao paciente;

3a. A pesquisa clínica em um ser humano não pode ser empreendida sem seu livre consentimento, depois de totalmente esclarecido; se legalmente incapaz, deve ser obtido o consentimento do responsável legal;

3b. O paciente da pesquisa clínica deve estar em estado mental, físico e legal que o habilite a exercer plenamente seu poder de decisão;

3c. O consentimento, como é norma, deve ser dado por escrito. Entretanto, a responsabilidade da pesquisa clínica é sempre do pesquisador; nunca recai sobre o paciente, mesmo depois de ter sido obtido seu consentimento;

4a. O investigador deve respeitar o direito de cada indivíduo de resguardar sua integridade pessoal, especialmente se o paciente está em relação de dependência do investigador;

4b. Em qualquer momento, no decorrer da pesquisa clínica, o paciente ou seu responsável serão livres para cancelar a autorização de prosseguimento da pesquisa. O investigador ou a equipe da investigação devem interromper a pesquisa quando, em julgamento pessoal ou de equipe, seja a mesma prejudicial ao indivíduo.

Esta declaração é uma referência ética extremamente importante para a regulamentação de pesquisas médicas que envolvem seres humanos. Sendo referência para quaisquer Comitês de Pesquisa onde é definida como uma base ética mínima necessária para realização das pesquisas e dos testes médicos. Essa declaração, ao longo de décadas, veio sofrendo mudanças e acréscimos em seus princípios, porém nenhuma delas abalou a sua originalidade de defesa e proteção

aos direitos humanos das pessoas envolvidas em pesquisas clínicas. Dentre essas mudanças, ocorreu a primeira em 1975, na Finlândia;1983; 1989; 1996; 2000; 2002; 2004 e a mais recente aconteceu em 2008 na 59ª Assembléia Geral da AMM realizada em Seul, Coréia (DINIZ; CORRÊA, 2001).

No Brasil, o sistema CEP-CONEP foi instituído em 1996 para proceder à análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. O sistema CEP/CONEP é formado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) - grupo composto por especialistas de várias áreas e representantes da população que acompanham de perto a realização de todos os estudos - e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), responsável pelo controle nacional. O sistema é de alta capilaridade e grande parte das avaliações - cerca de 98% - são feitas por CEPs locais e por meio de uma plataforma eletrônica chamada Plataforma Brasil (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2017)

A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas) (INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2017)

Como apresentado anteriormente, tanto o Código de Nuremberg, quanto o Tratado de Helsinki preconizam a necessidade de um termo de consentimento que deve ser entregue ao pesquisado. No Brasil este termo é denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Segundo o Manual de orientação: pendências frequentes em pesquisa clínica, publicado pelo Conselho Nacional de Saúde

> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é o documento que, além de explicar os detalhes da pesquisa (justificativa, objetivos, procedimentos, desconfortos, riscos, benefícios, grupos de alocação, entre outros aspectos), também deve informar e assegurar os direitos dos participantes. O TCLE é o motivo mais frequente de pendências emitidas pela Conep, principalmente por redação inadequada do documento, informações insuficientes ou falha em assegurar os direitos dos participantes da pesquisa. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS, p.5).

Em alguns casos especiais a obtenção do TCLE é inviável ou impossível, sendo assim a Resolução 466/2012 reconhece algumas situações especiais (IV.7 e IV.8) em que o TCLE pode ser dispensado, devendo o pesquisador (a) apresentar justificativa com as causas da impossibilidade de obtê-lo. Essa justificativa deve ser apresentada em documento anexo ao projeto de pesquisa e o CEP julgará sua pertinência. Na sequência serão apresentados os dois parágrafos onde são justificadas a dispensa do TCLE pelos CEPs.

IV.7 - Na pesquisa que dependa de restrição de informações aos seus participantes, tal fato deverá ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP. Os dados obtidos a partir dos

participantes da pesquisa não poderão ser usados para outros fins além dos previstos no protocolo e/ou no consentimento livre e esclarecido.

IV.8 - Nos casos em que seja inviável a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou que esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP, para apreciação, sem prejuízo do posterior processo de esclarecimento (Resolução n° 466, 2012).

A dispensa do TCLE somente é aceita em alguns casos especiais. Um deles corresponde às pesquisas com dados históricos de prontuários de pacientes ou em bases de dados como fonte de informações. Nesses casos, os pesquisadores devem assinar um "Termo de Compromisso para Uso de Dados em Arquivo", com as seguintes garantias:

1. preservar a privacidade dos pacientes cujos dados serão coletados;
2. que as informações serão utilizadas exclusivamente para a execução do projeto em questão;
3. as informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima, não sendo permitido o uso de iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa (ETICA REVISTA, 2005)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tomou como base a taxonomia desenvolvida por Vergara (2000), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, esta pesquisa é exploratória, porque procurou ampliar o conhecimento sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos. Quanto aos meios, esta pesquisa é bibliográfica uma vez que foram realizados estudos sistematizados, desenvolvidos com base em materiais publicados: livros, revistas, jornais, internet, enfim, material acessível ao público em geral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, foi possível evidenciar que o Código de Nuremberg e o Tratado de Helsinki preconizam a utilização do TCLE para quaisquer pesquisas envolvendo seres humanos e esta orientação é seguida no Brasil pelo CEP e CONEP. Vimos também que existem dois casos especiais em que existe a possibilidade de que o CEP aceite a pesquisa, com dispensa do TCLE. Verificamos que pesquisas históricas, em prontuários ou em biobancos podem ser dispensadas da utilização do TCLE, desde que algumas premissas sejam rigorosamente seguidas. Ainda hoje, existe certa indefinição sobre os preceitos éticos dessas pesquisas, ou seja, onde o objeto de pesquisa é o ser humano, sem que haja um TCLE assinado pelo pesquisado, dando anuência a pesquisa. Entretanto ainda não existe uma definição ou regra formal que defina taxativamente a utilização ou não do

TCLE nestes casos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, portanto, que pesquisas em prontuários eletrônicos e biobanco em sua grande maioria podem ser dispensados da utilização do TCLE, desde que as premissas de anonimizacão sejam devidamente respeitadas, além é claro de que os dados coletados nessas fontes primárias de informação sejam utilizadas somente dentro do âmbito da pesquisa. Estas e outras regras para pesquisas realizadas sem que os pesquisados assinem o TCLE são assegurados pela assinatura do pesquisador em um termo de compromisso que o compromete a seguir estas regras para o acesso às informações. No Brasil, ainda estão em pauta a regulamentação ao acesso às informações históricas de pacientes e a biobancos, entretanto a forma mais usual é a dispensa do TCLE para estes casos, desde que sejam respeitadas as premissas supracitadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elaine. **Ética revista**: Termo de consentimento livre e esclarecido. São Paulo, v. , n. 2, 2 mar. 2005.

Código de Nuremberg. 1947. Disponível em: http://www.gtp.org.br/new/documentos/nuremberg.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

Conselho Nacional de Saúde. Disponível em http://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/index.html acessado em 17 de out. de 2017.

Declaração de Helsinki I. 1964. Disponível em: http://www.ufrgs.br/bioetica/helsin1.htm. Acesso em: 15 out. 2017.

Declaração de Helsinki IV. 2002. Disponível em: http://www.ufrgs.br/bioetica/helsin6.htm. Acesso em: 15 out. 2017.

DINIZ, D.; CORRÊA, M. **Declaração de Helsinki**: relativismo e vulnerabilidade. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2001.

Informações ao participante da pesquisa. Disponível em: http://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/centralSuporteNova/informacoesParticipantePesquisa/informacoesParticipantePesquisa.jsfAcessado em 17.de out. de 2017.

Resolução n° 466, 2012. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 13 jun. 2013.

Manual de orientação: pendências frequentes em pesquisa clínica. p. 5. Disponível em:http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/documentos/MANUAL_ORIENTACAO_PENDENCIAS_FREQUENTES_PROTOCOLOS_PESQUISA_CLINICA_V1.pdf Acessado em: 30.set.2017.

The revision of the Declaration of Helsinki: past, present and future - British Journal of Clinical Pharmacology - Robert V. Carlson, Kenneth M. Boyd[1] & David J. Webb *DOI:10.1111/j.1365-2125.2004.02103.x*

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: AUSÊNCIA DE MORALIDADE ADMINISTRATIVA NA CONCESSÃO DAS PENITENCIÁRIAS PRIVATIZADAS E CAPITAL LUCRATIVO EXACERBADO

PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS: ABSENCE OF ADMINISTRATIVE MORALITY IN THE CONCESSION OF PRIVATIZED PENITENTIARIES AND EXACERBATED PROFIT CAPITAL

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

MOREIRA, Júlia Barella
Universidade do Estado de Minas Gerais
Discente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Passos/MG.
E-mail: juliabarella@outlook.com.

HERINGER, Helimara Moreira Lamounier
Universidade do Estado de Minas Gerais
Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Passos/MG. Mestranda em Direito Coletivo e Cidadania na Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Ribeirão Preto/SP. Docente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Passos/MG.
E-mail: helimarah@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo científico tem por escopo dissertar acerca da problemática da imoralidade administrativa decorrente da instauração de presídios privados no Brasil. É notório depreender, ao decorrer da leitura, que o histórico da evolução do sistema penitenciário foi e ainda é conturbado, haja vista o déficit do governo na reeducação e ressocialização do condenado, conjugado ao descaso social e estatal ao preso e à ineficiência do sistema público como um todo uno, incluindo também o acesso à saúde fornecido aos detentos. As penitenciárias de parceria público-privadas surgiram recentemente como um provável método de infalibilidade, não obstante, três anos após a inauguração da primeira do Brasil, já encontram-se inúmeras falhas e evidências de favorecimento político. O método empregado na promoção do artigo foi a pesquisa teórico-bibliográfica, normativa, legislativa, temática, interpretativa e comparativa, de modo a viabilizar a reflexão científica do tema ora posto em debate.

Palavras-chave: Imoralidade Administrativa, Mistanásia, Penitenciária Privatizada.

Abstract

The purpose of this scientific article is to discuss the problem of administrative immorality due to the establishment of private prisons in Brazil. It is notorious to understand, as a result of the reading, that it is a history of the development of the penitentiary system and is still troubled, given the government's deficit in the reeducation and resocialization of the condemned, combined with social and state neglect of the prisoner and the inefficiency of the public system as a whole, including access to health care provided to detainees. Public-private partnership penitentiaries have recently emerged as a likely method, three years after the first country's inauguration, there are already numerous flaws and evidence of political favoritism. The method used in the promotion of the article was the theoretical-bibliographic research, normative, legislative, thematic, interpretative and comparative, in order to enable a scientific reflection on the topic or put in debate.

Keywords: Administrative Immorality. Mistanásia. Privatized Penitentiary.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do tema primado inicia-se com a explanação do contexto histórico de evolução da pena, entendida nos primórdios como vingança ao condenado.

Por conseguinte, são abordadas as inúmeras turbulências decorrentes da reclusão em penitenciárias públicas, com ênfase na mistanásia que o preso se faz sujeito e vítima.

A análise da questão supracitada, somada à necessidade de um novo sistema prisional que cumpra sua diligência de fato, fizeram com que o Projeto de Lei 513 ganhasse visibilidade perante o Senado Federal.

O cerne do problema encontra-se no fato de que, por trás da intenção benéfica de ressocializar o preso e fornecer melhores condições de cárcere, há exacerbada corrupção advinda da ausência de princípios morais no que diz respeito ao âmbito administrativo da gestão do presídio.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo foi promovido pautado sob a ótica analítica dos elementos constitutivos da temática e o respectivo nexo entre as partes e a ideologia central, através de revisão bibliográfica. Consoante a classificação metódica-estruturante do professor Canotilho, Ralf Dreir e Robert Alexy assinalam o método analítico-dogmático como responsável por promover conceituações operacionais sob a perspectiva dedutiva-epistemológica, adotada nesta pesquisa.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1 O ADVENTO DA PENA E SUA EVOLUÇÃO: ESCOLAS HISTÓRICAS DO DIREITO PENAL

Em uma análise histórica contundente, é notório depreender que os grupos inseridos no mesmo meio social impunham regras a seus membros a fim de que houvesse uma boa convivência entre todos, de modo a vislumbrarem seus objetivos intrínsecos à sobrevivência. O descumprimento desses preceitos implicava na punibilidade do agente.

A designação *pena* é precipuamente latina, e confere o significado de um sofrimento promovido pela humanidade que incorre ao autor do delito (PESSINA, 1913, p. 589-590).

Os historiadores, juristas e doutrinadores destacam três fases distintas que remetem ao entendimento do contexto hodierno da punição: vingança privada, vingança divina e vingança pública. Urge ressaltar que, embora constituam uma sequência, as modalidades não são desvinculadas entre si, havendo períodos em que fizeram-se presentes concomitantemente na sociedade (NORONHA, 2004, p. 20).

A primeira categoria da pena visava tão somente a retribuição a alguém pelo mal praticado a outrem, e a sanção poderia ser exercida pela vítima, por seus parentes e também pelo seu próprio grupo social. A vingança privada foi norteada pela Lei de Talião, que consistia na proporcionalidade da punição em detrimento ao mal causado.

> Se produzia uma identificação delito-pecado, ideia que informará durante anos de forma decisiva toda a fisionomia penal. Nesta evolução, o *talião* supôs um tímido intento a fim de superar a absoluta arbitrariedade com que se aplicava a pena anteriormente (FALCÓN Y TELLA, 2005, p. 97).

A denominada vingança divina existiu em um momento de acentuado misticismo e crenças sobrenaturais instaurados na sociedade, de modo que o direito era aplicado pelos sacerdotes e a pena tinha por escopo purificar a alma do criminoso através de incessante crueldade, justificando-a pela equiparação à grandeza do deus ofendido (NORONHA, 2004, p. 21).

Paulatinamente, a vingança divina cede visibilidade à existência da vingança pública, já prescindida de uma sociedade constituída de poder central e politicamente organizada. Sugere finalidade intimidatória através da ininterrupção dos requintes de barbárie, de modo a promover a proteção e segurança do Estado (MESTIERE, 1999, p. 26).

Consoante o entendimento de Beccaria (2012, p. 11), apenas a necessidade de proteção constrange o ser humano a ceder parcela de sua liberdade para a instauração da soberania da nação:

> O conjunto de todas essas pequenas porções de liberdade é o fundamento do direito de punir. Todo exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça; é um poder de fato e não de direito; é uma usurpação e não mais um poder legítimo. As penas que ultrapassam a necessidade de conservar o depósito da salvação pública são injustas por sua natureza; e tanto mais justas serão quanto mais sagrada e inviolável for a segurança e maior a liberdade que o soberano conservar aos súditos.

Michel Foucault (1999, p. 14) disserta acerca da primazia das penitenciárias, no instante em que o homem depara-se com a desnecessidade de aplicar suplícios degradantes à integridade física, abstendo-se, portanto, de promover um espetáculo orientado pelo sofrimento da penalização:

> O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sanções insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos.

Foucault (1999, p. 63-64) também preleciona quanto a predileção pela sanção restritiva de liberdade nas masmorras, a fim da humanização das penas:

> Esta necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua "humanidade". Chegará o dia, no século XIX, em que esse "homem", descoberto no criminoso, se tornará alvo da intervenção penal, objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas – "penitenciárias", "criminológicas". Mas, nessa época das Luzes, não é como tema de um saber positivo que o homem é posto como objeção contra a barbárie dos suplícios, mas como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir.

3.2 PENITENCIÁRIAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: FINALIDADE E INEFICIÊNCIA

É cediço que as penitenciárias públicas brasileiras, geridas pela administração estatal, apresentam intenso déficit ao que diz respeito à finalidade precípua: reinserção ao meio social, garantia de não reincidência de delitos e promoção de qualificação técnica ao encarcerado.

O Código Penal Brasileiro delimita, em seu artigo 59, caput, a finalidade da aplicação da pena no nosso Ordenamento Jurídico, *in verbis*:

> Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime (BRASIL, 1940).

Aduz-se, portanto, que a teoria adotada no Código Penal é a unificadora ou mista da pena, inferindo sê-la capaz de retribuir o mal praticado – consoante definido na teoria absoluta – e prevenir a eventual ocorrência de novos delitos – defendido pela teoria relativa. Bitencourt (2014, p. 155) preleciona:

> As teorias unificadoras partem da crítica às soluções monistas, ou seja, às teses sustentadas pelas teorias absolutas ou relativas da pena. Sustentam que essa ‘unidimensionalidade, em um ou outro sentido, mostra-se formalista e incapaz de abranger a complexidade dos fenômenos sociais que interessam ao Direito Penal, com consequências graves para a segurança e os direitos fundamentais do Homem’. Este é um dos argumentos básicos que ressaltam a necessidade de adotar uma teoria que abranja a pluralidade funcional desta.

O escopo admitido para a penalização no Brasil remete às penitenciárias, que salvaguardam o cumprimento da sanção imposta. Urge considerar, ainda, que o cárcere sustenta-se como *última rátio*: é admitido em medida excepcional, viável exclusivamente quando configurar único meio de zelar pela ordem social.

O Brasil é o quarto país com a maior população carcerária do mundo, e o terceiro maior em número absoluto de presos, ao abranger também as prisões domiciliares[1], fato que influi diretamente na condição precária das penitenciárias brasileiras, haja vista a sugestiva crise de superlotação no sistema prisional, aliada à má administração dos recursos e ausência de fornecimento de atividades laborais e escolares para os detentos.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, ajuizada em 2015 pelo Partido Socialista e Liberdade (PSOL), ambicionou conceder visibilidade ao massacre de direitos fundamentais que ocorre incessantemente no contexto hodierno das penitenciárias do país, além de fazer com que o Judiciário determine medidas que induzam os entes federativos a adotarem providências a fim de vislumbrar da extinção das condições de cárcere extremamente precárias[2].

O Ministro Marco Aurélio, relator da ADPF, declama:

> A maior parte desses detentos está sujeita a condições como superlotação, torturas, homicídios, violência sexual, celas imundas e insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida imprestável, falta de água potável, de produtos higiênicos básicos, de acesso à assistência judiciária, à educação, à saúde e ao trabalho, bem como amplo domínio dos cárceres por organizações criminosas, insuficiência do controle quanto ao cumprimento das penas, discriminação social, racial, de gênero e de orientação sexual.[3]

O estereótipo majoritário do preso é claro: pessoas à mercê da sociedade de consumo, “fora do jogo”, consoante ideologia de Zygmunt Bauman (1998):

> Os jogadores incapazes e indolentes devem ser mantidos fora do jogo. Eles são o refugo do jogo, mas um produto que o jogo não pode parar de sedimentar sem emperrar. Além disso, há uma outra razão por que o jogo não se beneficiará em deter a produção de refugo: é necessário mostrar aos que permanecem no jogo as horripilantes cenas (como se lhes diz) da outra única alternativa – a fim de que estejam aptos e dispostos a suportar as agruras e tensões geradas pela vida vivida como jogo.

O processo do encarceramento fortaleceu-se concomitantemente ao advento da sociedade capitalista de forma significante, em meados do século XIX, e incumbiu-se da realização de duas operações: garantir a mão de obra e impedir a cessação do trabalho (BATISTA, 1990, p. 35).

---

[1] Dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>. Acesso em: 13/09/2017.

[2] Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 18/09/2017.

[3] Disponível em: <http://m.stf.gov.br/portal/noticia/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298600>. Acesso em: 13/09/2017

Embora seja cediço o infrutífero desempenho da obrigação precipuamente estatal, haja vista a análise de reincidência criminal no Brasil deter-se na média de 40%[4], a indústria do encarceramento se mantém exercendo atividade ininterrupta ainda no século XXI.

A fim de explanar possível solução ao empasse, o Código Penal Brasileiro elenca três espécies de cumprimento de pena em seu artigo 32:

> Art. 32 - As penas são: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
> I - privativas de liberdade;
> II - restritivas de direitos;
> III - de multa.

A autoridade judiciária é responsável por determinar a pena a ser executada pelo delinquente, fundamentada no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, a fim de viabilizar a extinção da superlotação nas penitenciárias, incumbida por desencadear inúmeros outros problemas.

3.3 MISTANÁSIA: DESCASO ESTATAL E SOCIAL INERENTE À CONDIÇÃO DE DETENTO

O conceito de mistanásia foi empregado pela primeira vez pelo bioeticista brasileiro Márcio Fabri dos Anjos, no ano de 1989, e se correlaciona com a abstenção ou exiguidade da perspectiva de bioética social, integrativa, crítica e cotidiana. Sucintamente, traduz-se à morte miserável, evitável, fora e antes da hora, consoante preleciona Maria Helena Diniz (2006, p. 398), oriunda do intenso descaso estatal.

A bioética é, em suma, compreendida como a resposta ética aos novos casos originados da ciência no campo da saúde (LEPAGNEUR, 1996, p. 138), e anseia salvaguardar os princípios e os valores morais intrínsecos aos homens, tutelados pelo âmbito jurídico, tais como beneficência, respeito à pessoa, defesa pela vida física, igualdade, inviolabilidade à vida e proteção à saúde.

A bioética pode adquirir classificação conforme a temática a ela atribuída, e a adotada à análise mistanásica deriva-se da “bioética das situações persistentes”: ocupa-se de proposições cotidianas, inerentes à existência humana, tratando temas associados à exclusão social e discriminação (GARRAFA, 2009, 7:14).

A exorbitante desigualdade social presente de forma acentuada e significativa no Brasil contribui ativamente com a manutenção da existência de uma população extremamente vulnerável e em situação de risco. Nesta delimitação é que encontram-se também os encarcerados, sob pena privativa de liberdade.

É mister corroborar que a mistanásia passiva, por vezes associada à cacotanásia – morte com dor e angústia –, é ocorrência inerente a países em desenvolvimento, nos casos em que uma grande massa de presidiários expostos às doenças provindas da precariedade de saneamento básico e ausência de mínima higiene não consegue ingressar no sistema de atendimento médico de qualidade, que se faz insuficiente, negligente ou imprudente.

---

[4] Dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/07/572bba385357003379ffeb4c9aa1f0d9.pdf>. Acesso em: 14/09/2017.

Também ocorre eutanásia social quando pacientes, incluindo os detentos sujeitos às inúmeras doenças infecto contagiosas no ambiente insalubre em que cumprem pena, são vítimas da má prática por motivos econômicos, científicos ou sociopolíticos, e o médico apropria-se dos enfermos intencionalmente de modo a violar os direitos humanos (DINIZ, 2006, p. 138).

Urge considerar que a correlação com as penitenciárias, neste caso, se dá com o preconceito enraizado na sociedade contra a classe marginalizada, considerando que hodiernamente a sociedade mais conservadora não reputa punição apenas a restrição de liberdade, e defende que a repreensão deve estar intimamente ligada à perda de outros direitos, consoante apontado no documentário "A 13ª Emenda" e defendido pelo jurista mineiro Rogério Greco (2014, p. 226):

> A causa do preso, definitivamente, não angaria a simpatia dos governantes que, mesmo veladamente, no fundo, a aceitam como forma de punição para aquele que praticou a infração penal. Na verdade, o comportamento dos governantes é um reflexo daquilo que a sociedade pensa sobre o tratamento que deve ser dirigido aos presos.

Aduz-se, entrementes, que o sofrimento em virtude do vilipêndio estatal mata os detentos socialmente muito antes de fazerem-lhes encontrar a versão física do óbito, haja vista que estamos inseridos em um meio social que preconiza o descarte às pessoas vulneráveis – bem como discorre o sociólogo polonês Zygmunt Bauman acerca da sociedade líquida (2001), além de obrigar o agente de algum crime a sofrer as consequências mesmo depois de já cessar seu débito com a justiça, através do preconceito, discriminação, dificuldade imposta para conseguir emprego, aluguel para moradia, contratação de seguro de vida, entre outros[5].

Portanto, depreende-se que, nas penas privativas de liberdade, em que reside o cerne da problemática em questão, encontra-se um instituto que intitula-se passível de solução à superlotação, ausência de assistência médica, social, jurídica e ineficácia na prevenção geral e especial, qual seja, punibilidade e reinserção e ressocialização dos internos das penitenciárias estatais: a privatização carcerária advinda da parceria público-privada (MIRABETE, 2001, p. 266).

3.4 PENITENCIÁRIAS PRIVATIZADAS: UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

A privatização das penitenciárias constitui um mecanismo de parceria público-privada e subsidiário à execução da pena do condenado. A justificativa de sua existência é pautada sob dois aspectos essenciais: ausência de disponibilidade de recursos financeiros e suposta eficiência de gestão do setor privado (NÓBREGA, 2011, p. 60), a fim de que se concretize o atendimento às novas demandas da sociedade.

A Lei 11.079, de 2004, "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", conforme explicita a rubrica do texto legislativo. Seu artigo 4° especifica as diretrizes funcionais:

[5] Itens elencados a partir de dados fornecidos no documentário a 13ª Emenda.

> Art. 4º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:
> I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;
> II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;
> III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;
> IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;
> V – transparência dos procedimentos e das decisões;
> VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;
> VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

No Brasil, a proposta é baseada na gestão mista: administração pública conjugada à iniciativa privada. De modo a considerar que a execução da pena é, de acordo com o artigo 10 da Lei 7.210 de 1984 – Lei de Execução Penal –, responsabilidade indelegável do governo, Barros Vidal assevera (p. 60-61):

> Quando a atividade empresarial se assenhora de toda ou parcela da execução da pena, evidentemente objetiva o lucro. O preso deixa pois de ser sujeito – agente social (em recuperação) e torna-se objeto da empresa. Já aqui evidencia-se a distância que há entre a participação da comunidade e a gestão empresarial dos presídios. São conceitos tão distintos que o elemento sujeito da primeira torna-se objeto na segunda. Nada há pois de comum entre as duas espécies de intervenção analisadas, de modo que uma não justifica a outra. Eis mais uma falácia privatista. Na medida em que o preso, no sistema privatista, deixa de ser sujeito em processo de ressocialização e torna-se objeto da empresa, resta privado de qualquer dignidade.

A Constituição da República Federativa do Brasil também estabelece que, indubitavelmente, a segurança e aplicação da justiça são funções incumbidas somente ao Estado. O jurista Pedro Armando Egydio de Carvalho (1994, p. 116), pautado à luz dos artigos 2° e 144 da Lei Maior, assegura:

> [...] a execução de uma pena restritiva de liberdade é assunto judicial que interessa à segurança da comunidade. Portanto, os estabelecimentos penais, onde se dá tal execução não podem ser privatizados.

O juiz Marcus Vinícius Parente Rebouças (2007), da 3ª Vara Federal, discorre de modo a discordar da concessão de unidades prisionais à iniciativa privada, ao suspender contratos terceirizados de presídios no Ceará:

> Imiscui-se, ontologicamente, no rol das funções típicas do Estado, de forma que o seu exercício deve ser incumbido a órgãos ou entidades públicos, sendo indelegável ou intransferível a particulares, à semelhança das atribuições legislativas, jurisdicionais, diplomáticas, policiais, etc.[6]

Entretanto, embora os dispositivos supracitados configurem óbice que impossibilitam a transmissibilidade da função estatal, em janeiro de 2013 houve a inauguração da primeira penitenciária privada após a licitação, localizada em Ribeirão

[6] Disponível em: <https://www.jfce.jus.br/todas-noticias/535-justica-federal-suspende-contratos-terceirizados-em-presidios-do-ceara>. Acesso em: 18/09/2017.

das Neves – região metropolitana de Belo Horizonte – contando com a parceria público-privada. (SACCHETTA, 2014).

O doutrinador Luiz Flávio D'Urso (1999, p.1) defende o sistema francês de privatização, em que o Estado e a iniciativa privada gerirão a penitenciária. Entretanto, este modelo pontuado por ele trataria de uma terceirização de atividade meio da prisão, e não privatização:

> É o Estado que, detendo a função jurisdicional – indelegável – continua a determinar quando um homem vai preso, quanto tempo permanece segregado e quando será libertado. Trata-se de uma verdadeira terceirização, a qual seria interessante para nosso País. [...] Acredito que as unidades prisionais privadas poderão preservar a dignidade do preso, de modo especial se estivermos tratando do preso provisório, aquele que ainda não foi julgado e que poderá ainda ser absolvido.

As características basilares do modelo federal de privatização das penitenciárias são: o sistema carcerário abarcaria servidores estatais; a iniciativa privada edificaria a prisão dentro dos critérios elencados pela Administração e gerenciaria o centro penal; exploraria o trabalho remunerado dos presos, os quais contribuiriam com a manutenção do estabelecimento prisional; os lucros obtidos com investimentos seriam coletados pela empresa privada; os contratos seriam limitados ao período de 10 anos; os terrenos seriam cedidos pelo Governo Federal e as construções e benfeitorias poderiam ser incorporadas ao patrimônio da empresa privada (PAULA, 2010, p. 1147).

Não obstante, apesar da similitude da proposta com o modelo federal, o Projeto de Lei do Senado n° 513, de 2011[7], ainda em tramitação no Senado, disserta que os funcionários do sistema carcerário pertenceriam à empresa privada, a fim de reduzir investimentos públicos no setor.

O supracitado Projeto de Lei 513/2011 resgata um debate inaugurado pelo Parlamento em 1999, o Projeto de Lei 2.146, apresentado pelo deputado federal Luís Barbosa de modo a sugerir a autorização do Poder Executivo estadual a privatizar o complexo carcerário. Os motivos que viabilizaram a rejeição da proposta basearam-se na declaração de inconstitucionalidade emanada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) acerca do Projeto (GALVEZ, 2016, p.14).

3.5 A QUESTÃO DA IMORALIDADE ADMINISTRATIVA NOS CÁRCERES PRIVATIZADOS

É mister elencar os inúmeros malefícios que advirão da instauração de penitenciárias de cunho privado, tais como imoralidade administrativa na fiscalização do cumprimento da pena e do dinheiro; danos corporais; possibilidade concreta de trabalho forçado análogo à escravidão; retribuição de favores políticos; além da questão constitucional supracitada anteriormente (PAULA, 2010, p. 1149).

Outros argumentos contrários à privatização das penitenciárias respaldam-se no fato de que esta é temerária, isto é, há chances das concessões serem designadas a empresas com vinculação ao crime organizado, haja vista que não há interesse em mitigar a quantidade de encarcerados, a qual é diretamente proporcional ao lucro

[7] Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101752>. Acesso em: 18/09/2017.

gozado pela iniciativa privada. Além disso, critica-se o possível despreparo de profissional contratado para atender as mais diversas necessidades do sistema, considerando que o baixo salário – e, consequentemente, reduzida qualificação – dos funcionários também é fonte de lucro aos empresários.

A imoralidade oriunda da instauração desses complexos penitenciários reside, sobretudo, no fato de que a iniciativa privada almeja lucro, provindo, dentre outros meios, da verba financiada pelo Estado para custear cada preso, demasiadamente hiperbólica em cotejamento ao gasto máximo com o preso nas penitenciárias de ordem pública[8]. Especialistas garantem que o lucro do consórcio de empresas ganhadoras da licitação incorre também, incontestavelmente, do corte de gastos nas unidades penitenciárias, gerando piores condições de subsistência aos encarcerados (SACCHETTA, 2014).

O defensor público do estado de São Paulo, Bruno Shimizu, alega serem questionáveis as proposições favoráveis à privatização do sistema penitenciário, na medida em que aponta inúmeras divergências oriundas do que realmente foi contratado em contraposição ao que apresenta-se na prática, somente um ano após a inauguração da primeira penitenciária de parceria público-privada, em Ribeirão das Neves: “Presos dormindo no chão, racionamento severo de água, educação prisional não implementada. Ou seja, nada de diferente das unidades públicas”[9].

Outro caso bastante comum nas penitenciárias de gestão teoricamente mista é a advocacia terceirizada da própria empresa ser oferecida aos detentos, ao invés de defensores públicos (DRUMMOND, 2017). Isso sugere que, quando houver lide entre detento e estabelecimento prisional que está inserido, o atendimento jurídico é prestado pelo causídico contratado pelo consórcio, violando, assim, os artigos 15 e 16 da Lei 7.210 de 1984.

O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais aponta: “cadeia é um negócio, e dos lucrativos, o que talvez explique o interesse em se continuar a encarcerar por acontecimentos muitas vezes irrelevantes”. Esta declaração preconiza o fato de que as autoridades pouco farão para manterem a justiça em primeiro plano na execução da pena do condenado – corroborando abstenção de moralidade na administração do instituto –, e a veracidade da explanação se comprova ao analisar que cerca de 50% dos encarcerados têm direitos a benefícios legais, e não o exercem em virtude de insuficiente, precário e por vezes ausente atendimento jurídico (DRUMMOND, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pena privativa de liberdade configura indubitavelmente uma das sanções mais justas da pós modernidade, haja vista que o meio de suplício deixou de ser o próprio corpo e tornou-se o desgaste emocional advindo da limitação do direito de ir e vir.

---

[8] Em 2014, um preso custava, para o Estado, entre R$ 1.300,00 e R$ 1.700,00 mensais. Na penitenciária de Ribeirão das Neves, o consórcio recebe do Estado a quantia de R$ 2.700,00 por mês relativa a cada preso, além de ter garantida a concessão do presídio pelos próximos 27 anos a contar de sua inauguração.

[9] Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/privatizacao-de-presidios/@@images/arquivo_pdf/>. Acesso em: 19/09/2017.

A situação que se encontram os presídios públicos brasileiros sugere significante violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, destarte, aduz-se que há vilipêndio por parte do Estado à população brasileira encarcerada, acarretando em consequências ponderosas que repercutem no âmbito do desenvolvimento humanitário, reincidência, violência e instauração de facções criminosas.

A imoralidade administrativa provinda da parceria público-privada é um grave fenômeno de gestão que enfrenta-se hodiernamente no Brasil, de modo a representar um sólido contraponto aos Princípios Constitucionais e um afronto direto à norma positivada na Lei de Execução Penal, afinal, a empresa visa o lucro e isso concede margem à possibilidade de consagração de trabalho análogo à escravidão nos presídios, uma vez que a iniciativa privada é autorizada a explorar o fruto do trabalho do condenado.

REFERÊNCIAS

BARROS VIDAL, L. F. C. de. **Privatização de presídios.** In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 2, s.d., p. 60-61.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 7. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13/09/2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 17/09/2017.

BRASIL. **Lei n. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 17/09/2017.

BRASIL. **Lei 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 18/09/17.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 3ª ed. 7 Coimbra: Almedina,1999.

CARVALHO, Pedro Armando Egydio de. **É conveniente privatizar os presídios?** Revista Brasileira de Ciências Criminais, Revista dos Tribunais, ano 2, n. 7, p. 133-116, jul.-set. 1994.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
DRUMMOND, Carlos. **Nos presídios, a tragédia terceirizada**. Revista Online Carta Capital. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/936/tragedia-terceirizada>. Acesso em: 19/09/17.
D'URSO, Luiz Flávio Borges. **A privatização dos presídios**. In Folha do Paraná, Caderno Direito e Justiça, 21 de fev. de 1999, p. 01.
FALCÓN Y TELLA, Maria José. FALCÓN Y TELLA, Fernando. **Fundamento y finalidad de la sanción: ¿un derecho a castigar?** Madrid: Marcial Pons, 2005.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
GALVEZ, Virginia Malheiros. **Privatização de presídios: as implicações de mudar um sistema**. Revista Em Discussão: os principais debates do Senado Federal, Brasília, ano 7, n. 29, p. 8-23, set. 2016.
GARRAFA, Volnei. **Reflexões bioéticas sobre ciência, saúde e cidadania**. Editora Bioética, 2009.
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
GRECO, Rogério. **Sistema Prisional – Colapso Atual e Soluções Alternativas**. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.
LEPARNEUR, Hubert. **Força e fraqueza dos princípios da bioética**. Bioética - v. 4 n° 2, Brasília, Conselho Federal de Medicina, 1996.
MESTIERI, João. **Manual de Direito Penal – parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 1999. v.1.
MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
NÓBREGA, Marcos. **Direito de infraestrutura**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito penal: parte geral**. 38. ed. rev. e atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. São Paulo: Saraiva, 2004. v.1.
PAULA, Roberto de. **Privatização dos presídios e trabalho do preso: mão-de-obra encarcerada**. In: Encontro Nacional do CONPEDI, edição XIX, 2010. Anais. Fortaleza: CONPEDI, 2010.
PESSINA, Enrique. **Elementos de derecho penal**. 2. ed. Madrid: Hijos de Reus, editores, 1913.
PINTO, Sâmia de Rezende. **Aspectos da privatização de presídios**: Origem, previsão legal, modelos, experiência brasileira e internacional. Revista Atena, Itapetininga, n. 01, p. 101-119, set. 2006.
RICHE, Marcelle Raschik. **Uma análise jurídica sobre o sistema penitenciário brasileiro: medidas para reduzir os danos**. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
SACCHETTA, Paula. **Quanto mais presos, maior o lucro**. Revista Online Carta Capital. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quanto-mais-presos-maior-o-lucro-3403.html>. Acesso em: 19/09/17.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

PAUSA PARA PENSAR: UM ESTUDO DE CASO DE ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR

PAUSE TO THINK: A CASE STUDY IN HOSPITAL PSYCHOLOGY

Sessão temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

COSTA, Daiane Franciele
FAP- Tupã
Graduanda, Faculdade da Alta Paulista
daianefcosta2@gmail.com
VERÍSSIMO, Daniela Maria Maia
FAP- Tupã
Mestre,docente Faculdade da Alta Paulista
dmaiaverissimo@gmail.com
SILVA, Estela Parrilha Casemiro da
FAP-Tupã
Graduanda, Faculdade da Alta Paulista
estelaparilha@gmail.com
FERREIRA, Jaqueline Bezerra
FAP- Tupã
Graduanda, Faculdade da Alta Paulista
jaquelineferreirab@hotmail.com
SILVA, Luana Dias da
FAP- Tupã
Graduanda, Faculdade da Alta Paulista
luanadiaas13@gmail.com
GOMES, Maria Gabriela Lima
FAP- Tupã
Graduanda, Faculdade da Alta Paulista
mariagabilg@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre as possibilidades do atendimento psicanalítico no contexto hospitalar, para tanto, utiliza como estratégia metodológica, um estudo de caso construído a partir de um atendimento realizado no estágio de Formação em Psicologia denominado Psicologia Hospitalar e desenvolvido em uma Instituição Hospitalar em Tupã, interior de São Paulo. O caso torna clara a existência de conflitos latentes às enfermidades atendidas em um hospital e porque nele prevalece a potência da Psicanálise no atendimento de psicologia hospitalar e os benefícios dele advindos. A escuta da angústia de Ana - nome fictício - que buscou o Pronto-Socorro por labirintite, nos possibilita compreender o pedido de ajuda diante do desamparo vivenciado pela paciente, que só pode ser expresso através de uma estratégia defensiva do corpo: a somatização. Se para a equipe hospitalar Ana é apenas um diagnóstico de labirintite, na escuta analítica, Ana traça para si outros contornos desenhados com o apoio terapêutico da estagiária que identifica nas expressões consciente e inconscientes da paciente a

elaboração de luto pela perda eminente do marido com câncer e sinaliza para a paciente que é necessário parar seja para sustentar a si mesma diante do sofrimento seja para entender e poder cuidar do marido. O texto traz breves considerações psicanalíticas que fundamentam a compreensão do atendimento como: relação transferencial, contratransferencial e corte terapêutico, bem como tece considerações sobre a importância do adoecimento como o início da construção de uma demanda psíquica com urgência de elaboração.
Palavras-chave: psicologia hospitalar, psicanálise, escuta analítica

Abstract

This article aims to develop a reflection on the possibilities of psychoanalytic care in the hospital context, using as a methodological strategy a case study constructed from a service performed in the Psychology Training stage denominated Hospital Psychology and developed in a Hospital Institution in Tupã, in the interior of São Paulo. The case makes clear the existence of latent conflicts to the diseases attended in a hospital and because in it prevails the power of Psychoanalysis in the attendance of hospital psychology and the benefits derived from it. Listening to Ana's anguish - a fictitious name - that sought out the emergency room for labyrinthitis, enables us to understand the request for help in the face of the patient's helplessness, which can only be expressed through a defensive strategy of the body: somatization. If for the Ana hospital team it is only a diagnosis of labyrinthitis, in analytic listening, Ana draws to herself other contours designed with the therapeutic support of the trainee who identifies in the conscious and unconscious expressions of the patient the elaboration of mourning for the eminent loss of the husband with cancer and signals to the patient that it is necessary to stop either to support herself in the face of suffering or to understand and be able to take care of her husband. The text brings brief psychoanalytic considerations that support the understanding of care as: transference, countertransferential relationship and therapeutic cut, as well as weaves considerations about the importance of illness as the beginning of the construction of a psychic demand with urgency to elaborate
Keywords: hospital psychology, psychoanalisis, analytical listening.

1 INTRODUÇÃO

O campo de cuidados em saúde mental é bastante amplo e heterogêneo, são diversas referências teórico-práticas, realizadas em inúmeros espaços de atuação na rede pública de saúde; dentre estes espaços e práticas, a escolha do presente texto é pela instituição pública hospitalar tendo como referência base a psicanálise.

A motivação para a escrita surgiu do desenvolvimento de ações no estágio de Psicologia Hospitalar, exigência para a formação das estudantes - e autoras do artigo - de Psicologia. O estágio integra o currículo do último ano de Psicologia da Faculdade da Alta Paulista (FAP) de Tupã, interior de São Paulo e acontece na Santa Casa de Misericórdia do município que abriga a FAP.

Elencou-se uma experiência de atendimento a ser discutida, não sem antes tecer breves considerações teóricas sobre a prática da Psicologia no contexto hospitalar, bem como, da articulação teórica em Psicanálise que fundamenta o

atendimento aqui descrito, bem como a discussão que será realizada e é composta de fundamentos da Psicologia da Saúde, Psicanálise e Medicina.

A estratégia de atuação do psicólogo na área da saúde hospitalar se potencializa após o advento do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, que preconizou a saúde como direito de todos e dever do Estado, além da exigência de trabalho humanizado e integral do sistema, que tem como máxima que diversos fatores: biológico, sociais, psicológicos são influentes na condição de saúde (CASTRO, 2017). Sendo assim, o atendimento preconizado pelo SUS, se beneficia da presença do profissional psicólogo.

A atuação *psi* enquanto profissional dentro da área da saúde se baseia em ações de avaliação e acompanhamento psicológico de pacientes hospitalizados, familiares e equipe hospitalar, visando ofertar um espaço que possibilite a expressão dos sujeitos e uma escuta particular e objetiva que permite intervenções e apontamentos sobre o conteúdo obtido, que pode se referir a questões do estado de saúde, doenças psíquicas, mas em especial, versa sobre a vida dos pacientes em suas potncialidades e dificuldades em vivê-la.

Com a escuta, cria-se um espaço de expressão ao paciente hospitalizado, não possibilitado pela equipe de saúde que o atende no tratamento das questões biológicas e patológicas, sem possuir instrumentos para a escuta e o manejo de questões de ordem subjetiva de pacientes e acompanhantes; é o psicólogo que contribui nessas questões, desenvolvendo um acolhimento importante e proporcionando suporte adequado.

Na escuta dos sujeito hospitalizados, considera-se que o processo de hospitalização enquadra a pessoa hospitalizada em uma nova performance existencial, o paciente sofre um processo de despersonalização, sua identidade passa a ter o signo de seu diagnóstico, sua subjetividade muitas vezes é ignorada em função dos pressupostos do tratamento e assim o adoecimento exige uma reformulação de valores, conceitos e relações interpessoais. (ANGERAMI-CAMON, 2002)

A existência da doença, a necessidade de hospitalização e as mudanças ocasionadas por este processo, colocam os pacientes hospitalares em uma condição de sofrimento diante da percepção de que seu corpo não é mais o mesmo e que necessita de cuidados.

Assim a Psicologia Hospitalar tem como objetivo de intervenção minimizar o sofrimento provocado pela hospitalização, investigando e atuando sobre os conteúdos emocionais advindos desta. O autoconhecimento, a busca pelo crescimento pessoal e compreensão de cura de determinados sintomas objetivos próprios da psicoterapia clínica também são característicos a intervenção. Através da escuta e do acolhimento torna-se possível ressignificar o processo de internação e a condição de adoecimento utilizando mecanismos de defesa, contra a angústia motivada por essa situação, que sejam mais adaptativos, bem como, apoiar o paciente em suas reflexões de maneira mais diretiva dentro de um espaço que guarda semelhanças e profundas diferenças em relação ao espaço clínico.

A diferença em relação ao atendimento clínico está primeiramente no local dos atendimentos aos pacientes, realizados nos leitos e muitas vezes interrompidos pela necessidade de ação de outros profissionais que atuam no tratamento, para realizarem administração de medicamentos, aferir condições do paciente, realizar assepsia, bem como, interferência de familiares, acompanhantes e outros pacientes.

Um local cheio de pessoas, sons e cheiros abrigam terapeuta e paciente em um ambiente mais heterogêneo que o *setting* clínico. (ANGERAMI-CAMON, 2002)

Tal condição solicitou que ao entrar no hospital a psicolologia revisse "[...] seus próprios postulados adquirindo conceitos e questionamentos que fizeram dela um novo escoramento na busca da compreensão da existência humana." (ANGERAMI-CAMON, 2002, p. 15)

Quanto às semelhanças, o atendimento psicológico em hospitais mantém consigo características que resistem à transformação operada pelo contexto, e mesmo que adaptada a um novo ambiente, a Psicologia e a Psicanálise, mantém o signo psicanalítico em sua dimensão eurística e na manutenção de seus conceitos teóricos-práticos.

Ressalta-se aqui a necessidade de perceber, que as questões próprias da hospitalização tornam-se uma cena ensurdecedora como referido por Soares (1996) no texto de Torezan e Costa-Rosa (2003) pois esta impede a escuta diferenciada, quase impedida pelo ruído. A oferta de escuta convoca o sujeito de desejo em meio a esses ruídos, a uma condição passiva que é o adoecimento e a submissão a procedimentos hospitalares; onde percebe-se conclusivamente que a angústia vivenciada pelo sujeito hospitalizado nada mais é que a angústia de castração o que viabiliza - com apoio do terapeuta - a construção de uma demanda de análise, possibilitando a clínica do inconsciente, através do desejo do analista e do manejo transferencial.

2 REREFENCIAL TEÓRICO

O atendimento baseado na teoria psicanalítica é sustentado por uma trama teórico conceitual que orienta as operações do psicólogo e isso não muda quando ocorre em contexto hospitalar. O atendimento ocorre com pessoas que face a face iniciam uma narrativa onde as falas do sujeito atendido predominam. A escuta analítica, se dá a partir da solicitação de que o paciente abandone sua condição de passividade e fale, sobre as ideias que lhe vêm a mente, ainda que não pareçam ter nexo. A fala contínua permite o verbalizar de conteúdos na chamada associação livre, evidenciando os efeitos do inconsciente.

O setting caracterizado por elementos concretos como horários e espaço e também elementos sensíveis como postura e atitude pessoal do analista e seus constructos teóricos, possibilitam a realização do atendimento.

Podemos pontuar ainda, a existência da transferência, premissa básica à a existência da terapêutica, pois ela é o processo que ocorre na relação entre o analista e o paciente, onde a insatisfação da necessidade do amor ocorrida na infância, investe sua a energia libidinal em um novo objeto, que neste caso é o analista.

O analista é apenas um dos representantes psíquicos, destino de uma pulsão parcial específica. Segundo Freud “[...] toda uma série de experiências psíquicas prévia é revivida, não como algo passado, mas como um vínculo atual com a pessoa do médico.”, em que o “[...] analisando alucina e vive a relação transferencial com o mesmo sentimento de realidade que temos quando sonhamos, isto é, quando alucinamos, pois sonho é uma alucinação” (NASIO,1999, p. 72).

A transferência ou o processo de transferência pode assumir três formas: a transferência negativa, quando há sentimentos hostis, podendo representar uma

resistência do analisando; transferência positiva; os sentimentos de simpatia e afetividade estão presentes na relação analista e paciente; e a transferência erótica, quando na relação com o analista há os sentimentos de amor, que podem favorecer a resistência ao processo de análise, quando não notada e interpretada para seu paciente, a transferência atua como resistência e torna-se um forte obstáculo para a análise.

Outros obstáculos à análise seriam a resistência, que por si só, possui amplos sentidos, seja no enquadre científico ou do senso comum. Dentro do conceito psicanalítico a resistência é o que mais se ressalta, pelo fato dos conflitos intrapsiquicos, entendidos como atuação dos mecanismos de defesa.

A resistência engloba qualquer atitude que o paciente não quer se lembrar, ser questionado, desvia o assunto que esta sendo abordado;

> Quando anunciamos a regra fundamental da psicanálise a um paciente com vida de cheia de acontecimentos e uma longa história de doença, e então lhe pedimos para dizer-nos o que lhe vem a mente, esperamos que ele despeje um dilúvio de informações; mas, com freqüência, a primeira coisa que acontece é ele nada ter a dizer. Fica silencioso e declara que nada lhe ocorre. Isto, naturalmente, é simplesmente a repetição de uma atitude[...], que se evidencia como uma resistência contra recordar alguma coisa[...]. FREUD,[1914]/1996,p. 166)

Fica nítido que a resistência é um grande obstáculo nos atendimentos. Essa resistência se entrelaça junto á transferência, onde se repete comportamentos mals resolvidos de sua infância " o que nos interessa acima de tudo, é, naturalmente, a relação desta compulsão a repetição com a transferência e com a resistência" (FREUD, [1914]/ 199, p.166). As justificativas ou desculpas tem a função de proteger contra o sofrimento e a dor. Caso a resistência ocorra com freqüência o terapeuta deverá ser cauteloso para não regredir ao invés de progredir.

O fato é que sempre haverá resistência, independente do assunto abordado, pois qualquer assunto o faz lembrar de vários fatores que envolvem algo que já estava reprimido em seu inconsciente, onde estão as lembranças e os fazem sofrer. O comportamento do paciente se altera quando o terapeuta está trabalhando a resistência sendo demonstradas quando o paciente, desconversa sobre os assuntos abordados, faz negações para si mesmo, por este motivo a necessidade do terapeuta ser cauteloso com o paciente.

Outra forma de resistência pode ser o silêncio, mas é preciso ressaltar que dentro do processo analítico existem dois tipos de silencio que precisam ser considerados, o silencio do analista e o do analisando.

O silêncio do analista atua relançando os conteúdos inconscientes do paciente para o mesmo, sem qualquer significação, pois deixa que o vazio funcione como uma espécie de reflexão, para que assim o inconsciente possa se revelar adquirindo significado.

"O silêncio do analista encontra aqui sua pertinência por seu próprio poder de relançar outra vez o desejo e os significantes do analisando, sem jamais fixar qualquer significação" (NASIO, 2010, p. 122).

Dentro da análise podemos considerar que nunca haverá uma fala sem resposta, pois mesmo que o resposta seja o silencio, é possível que o paciente reflita sobre si mesmo e a cerca de suas palavras.

Quanto ao silêncio do analisando, devemos considerar que o inconsciente se

manifesta de várias maneiras dentro de uma análise, e uma delas é através do silêncio já que o inconsciente é uma estrutura muda. Dentro do processo analítico o silêncio do analisando deve ser ouvido e interpretado assim como os conteúdos que são verbalizados.

No silêncio do analista, age seu pensamento, que busca um estado denominado atenção flutuante, sobre os conteúdos, negligenciando algumas verbalizações, atendo-se a outras e especialmente a outro constructo: a contratransferência.

Esse tema se torna relevante para análise de Freud quando se volta à formação do analista, sobre a contratransferência Freud (1912) afirma que interrompeu sua auto-análise porque necessita de auxílio do conhecimento de um analista, a quem denomina observador externo, com quem se estabelecerá uma relação terapêutica permeada por sensações e sentimentos de analisando e analista, dentre os sentimentos do analista, encontramos a contratransferência.

A contratransferência, na psicanálise freudiana, é compreendida como o "conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisando e, mais particularmente, à transferência deste" (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p. 102), que, segundo Freud, seria um obstáculo à analise que deveria ser neutralizado e superado.

No entanto com o desenvolvimento do conceito de contratransferência e com a compreensão do inconsciente do analisando, a reação ou atitude contratransferencial deixou de ser considerada como um simples obstáculo, e a sua natureza terapêutica passou a ser reconhecida e valorizada. (ANDRADE, 1983)

Outro ponto a ser reconhecido no exercício terapêutico são as defesas psíquicas, denominadas estratégias inconscientes para lidar com a angústia vivenciada pelo sujeito. Para elucidação do caso aqui estudado elencamos duas defesas básicas: negação e deslocamento.

A negação é um mecanismo de defesa do ego que ao se deparar com algo que lhe cause desprazer, angústias, sofrimentos, o nega, não há recalcamento mas uma recusa consciente daquela realidade que lhe causa dor, assim como descrito abaixo.

> Provavelmente é o mais simples e direto mecanismo, consiste simplesmente na recusa do sujeito a aceitar a existência de uma situação penosa demais para ser tolerada, ou seja, o indivíduo dá como inexistente um pensamento ou sentimento que, caso ele admitisse, causaria grande angústia. Este mecanismo é precessor de diversos outros mecanismos de defesa a projeção. (SILVA; 2011, p. 2)

O outro mecanismo de defesa do ego é o deslocamento. "É o mecanismo psicológico de defesa onde a pessoa substitui a finalidade inicial de uma pulsão por outra diferente e socialmente mais aceita". (SILVA; 2011, p.5). Diante ao fracasso do recalcamento de algo que lhe é incômodo ao sujeito, o deslocamento se torna uma saída, uma fuga que facilita ao sujeito fugir daquela situação que lhe causa sofrimento. Acontece de maneira que Seu foco se volta para outro objeto podendo assim não ser confrontado por esta representação que foi deslocada.

E a função básica do uso dessa trama conceitual no processo analítico é o objetivo máximo deste, o alcance do *insight* pelo paciente e consequentemente sua elaboração psíquica.

O *insight* caracteriza-se por sua eficiência em análise, que através de suas elaborações pode proporcionar mudanças psíquicas no sujeito diante a análise. Processada lentamente no inconsciente do sujeito, quando atravessa a barreira do consciente, funciona como uma espécie de iluminação mental, assim como o próprio significado da palavra que o denomina.

Segundo Zimerman (2004), o *insight* é diferenciado em quatro tipos; o *insight* intelectivo, *insight* cognitivo, *insight* afetivo e *insight* reflexivo.

O *insight* intelectivo talvez não seja adequado para um insight é inócuo, racional. O cognitivo é uma tomada de consciência, conhecimento do paciente, de atitudes que até então lhes eram desconhecidas; estas lhe provocam uma egodistonia, um estranhamento que o coloca em movimento a prosseguir. O afetivo dá inicio ao insight propriamente dito, a cognição traz consigo componentes afetivos, atuais e evocativos, facilitando entre elas uma reciprocidade.

O reflexivo, é o *insight* se dá a partir de inquietações, estranhamentos causados pelos componentes afetivos trazidos no insight afetivo, fazendo o sujeito refletir, este insight é de natureza binocular. Considera-se um insight completo, aquele que é composto pelos insights cognitivo, afetivo e reflexivo.

Posterior ao *insight*, o processo de elaboração psíquica funciona de maneira que o indivíduo utilize seus *insights* adquiridos em análise de maneira que trabalhe na integração destes. Essa elaboração pode ser de primeiro momento prazeroso, pois traz consigo sensações de descoberta, alívio, porém ao elabora-los mudanças acontecem condição psíquica da pessoa que, que frequentemente vêm acompanhado de algum sofrimento psíquico.

Assim, a psicologia hospitalar traz latente essa trama conceitual com o cuidado de em suas intervenções favorecer que o sujeito atendido possa lidar com o simbólico muitas vezes perdido em meio ao sofrimento gerado pelo adoecimento e internação, bem como, possibilite desvenda enigmas sobre aspectos relacionais e institucionais que permeiam a hospitalização.

Desta maneira, as linhas escritas a seguir versam sobre a experiência dessa forma particular de atendimentos psicológicos de orientação psicanalítica dentro do contexto hospitalar e vivenciada semanalmente pelas autoras, nos atendimentos realizados e seguido de supervisões para discussão de casos e relação entre teoria e prática, em meio a muitos casos atendidos e discutidos escolheu-se para essa discussão um caso onde prevalece a potência da Psicanálise no atendimento de psicologia hospitalar e os benefícios deles advindos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo utiliza da metodologia qualitativa para apresentar um estudo de caso atendido por alunas do quinto ano do curso de Psicologia, da Faculdade da Alta Paulista - FAP em Tupã município do estado de São Paulo. O atendimento foi realizado durante o estágio de Psicologia Hospitalar e como estratégia para mantê-lo em sigilo foi criado um nome fictício para a paciente além da transcrição cuidadosa do caso baseado em reminescências da estagiária que o atendeu, sem modificar o contexto do atendimento. Desta forma, buscamos desenvolver uma reflexão sobre as possibilidades do atendimento psicanalítico no contexto hospitalar, para que através do estudo deste caso único, possamos reafirmar a potência da

Psicanálise para este e outros atendimentos de psicologia hospitalar, bem como os benefícios deles advindos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os atendimentos realizados no pronto-socorro da instituição hospitalar foi atendida uma paciente aqui identificada como Ana, para preservar sua real identidade.

Ana tem 60 anos e ao interrogar o motivo de sua busca pelo hospital, se referiu a um resfriado e disse que sentia tonturas, pois sofria com problemas de labirintite, mas demonstrava estar angustiada e entristecida por algo que não estava conseguindo expressar/verbalizar. Por este motivo, nos deslocamos para uma sala vazia do pronto-socorro, mais confortável para a paciente poder se expressar.

Ao iniciar o atendimento na sala, Ana, chorou por vários minutos, não dizia nada, apenas chorava compulsivamente. Somente após o choro, foi possível que nos apresentássemos e em seguida explico sobre o sigilo como posicionamento ético do terapeuta frente aos conteúdos trabalhados em um atendimento e continuamos nosso diálogo.

Ao ser questionada sobre seu choro, a paciente refere os problemas de saúde de seu esposo diagnosticado com câncer no reto e após um tempo alastrando para o pulmão, apontando ainda que deveria estar preparada para qualquer noticia, após este relato: nova crise de choro.

Ao se acalmar, Ana disse que estava se sentindo culpada, porque ela precisava estar em sua casa para cuidar de seu esposo, já que naquele dia ele também estava com febre devido a uma gripe, transmitida por ela e "motivo" - ao menos consciente - de sua busca pelo atendimento na Santa Casa. O conteúdo verbalizado foi seguido de outra crise de choro.

Acalmando-se novamente depois de um tempo, alegou que precisava ser forte, para continuar a cuidar de seu esposo. Além das pausas que fazia ao chorar, a fala de Ana, apresentavam muitas pausas, silêncios, resistências, bloqueios, que a impediam/protegiam de entrar em contato com a motivação de seu problema, fora as suas angústias ou até mesmo o luto antecipatório que a levaram ao hospital, mesmo que indiretamente.

Para além da motivação inconsciente descrita, o atendimento parecia não acontecer, parecia estar entrecortado, por silêncios e dificuldade de verbalização. Ana parecia precisar de atendimento, mas não se permitir ser atendida. Apenas chorava - catarticamente - verbalizava ideias e silenciava, como se não pensasse sobre o que dizia, sentia ou se impunha. Embora estivesse em profundo desamparo se posicionava como se não precisasse de apoio, precisava apenas ser apoio para o outro.

Ao perceber que a dificuldade em falar se sobrepunha e impedia o atendimento, e pela sensação de que este também impedia sua atuação, a terapeuta-estagiária em modo de tentativa/estratégia terapêutica se despede da paciente, realização um corte terapêutico, ou seja uma finalização pontual do atendimento, em uma tentativa de demonstrar a Ana que era necessário que a mesma se posicionasse de maneira a romper com a resistência que a impedia de

vivenciar aquele importante momento em que ela poderia ser acolhida, e que seria um momento único para que pudesse refletir sobre o contexto que estava vivendo naquele momento.

O posicionamento da estagiária/terapeuta deu início a uma nova crise de choro, seguida da alegação de Ana de que rocha forte também pode se lascar com o passar do tempo. A partir desta frase da paciente foi possível, trabalhar questões como a necessidade apoio que ela trazia, o desamparo diante da condição do marido, a importância de se compreender como humana e dotada de limitações, necessidades e desejos, e inclusive elaborar que não era preciso ser forte o tempo todo, além de ser fundamental que percebesse que precisa e pedisse ajuda e colo de outras pessoas.

A intervenção da estagiária/terapeuta, também traz em sua concepção teórica psicanalítica, uma referência ao tempo, para Lacan o tempo, não é simplesmente o tempo cronológico, mas o tempo lógico - o tempo do inconsciente - e o corte visa precipitar no paciente, uma afirmação categórica subjetiva, na urgência por uma conclusão. No anúncio da finitude do atendimento e do tempo para o sujeito, há uma convocação para que ele assuma uma posição (GONDAR, 2006), o que no caso deste atendimento foi a compreensão da paciente de que com o tempo até a rocha - ela mesma - se fragiliza em duas defesas.

Consideramos que o caso que aqui discutimos constitui um testemunho de uma prática permeada de muitos questionamentos, a psicanálise em hospitais, e os limites e possibilidades desta.

O atendimento psicológico em hospitais é possível em suas variadas abordagens, inclusive a psicanalítica, abordagem utilizada para o atendimento deste caso.

Este tipo de atendimento/ambiente caracteriza-se por uma série de dificuldades, dificuldades essas que muitas vezes atrapalham o atendimento de deslanchar de uma simples escuta para uma psicoterapia mais estruturada, em conceitos psicanalíticos por ex.

> É verdade que um atendimento no leito está sujeito às mais diversas interrupções desde o vizinho do leito até exames, curativos ou medicações. Atendimento atravessado ainda por vários complicadores: enfermarias lotadas, falta de privacidade, interrupções, exames, altas, etc. permeados ainda por falta de vagas até cancelamento de exames após longa espera em jejum ou mesmo cirurgias; ou seja, questões outras que não se relacionam diretamente com seu estado clínico e que vão ser vivenciadas de maneira singular pelo paciente. (ELIAS, 2008, p.90)

Porém, apesar de todos as dificuldades ambientais que o atendimento no hospital traz é totalmente possível um atendimento psicanalítico neste contexto assim como foi realizado com o presente caso.

> A hospitalização caracteriza-se também como um momento de contato mais próximo com o sofrimento ou a dor e, por isso, favorece uma situação propícia para a implicação do sujeito com a sua subjetividade, possibilitando uma abertura para a escuta do inconsciente se o profissional se colocar na posição de desejar escutar, ainda que a busca principal seja da cura da enfermidade inscrita no corpo biológico. (ELIAS, 2008, p.90)

Ana chegou ao hospital com queixa de uma crise de labirintite. As causas da labirintite ainda são pouco conhecidas pelos médicos, e vem sendo motivos de

estudo, porém sabe se que inflamações e infecções são fatores relevantes para doença como: resfriados, alergias, uso de medicamentos fortes e otites podem gerar crises. Nessas crises de vertigem, há uma alteração de mecanismos que responsáveis pelo equilíbrio corporal (GANANÇA et al, 1994)

Segundo Ganança e outros autores (1994) a labirintite também pode ter um fundo emocional, impactos emocionais e nervosismo extremo podem estar relacionados com a mesma, assim como: falta de controle, sentimento de solidão, dificuldade de se expressar e sensação de desamparo, podem ser causas emocionais para crises de labirintite.

Outra característica da labirintite é a falta de controle que esta proporciona ao sujeito, o tornando vulnerável a angústias e sofrimentos que possam estar recalcados, como é o caso de Ana que em seu relato demonstra preocupação, nervosismo e sensação de desamparo, devido a doença que o marido estava enfrentando.

As crises de labirintite podem ser resultado de uma somatização. As somatizações podem ser entendidas como mecanismos de defesa. "Através delas o conflito passa a ser descarregado em um órgão do corpo e, com isso, a angústia patológica gerada pela exclusão do material conflitado fica também depositada no órgão. Através desta defesa o indivíduo passa a não sentir nem o conflito nem a angústia sentindo apenas os sintomas físicos produzidos pela somatização" (AUGUSTO, 2009, p. 3).

É possível que as emoções presentes na vida de Ana tenham contribuído para o aparecimento da labirintite. “O adoecimento seria decorrente de uma falha na representação das tensões psíquicas, descarregando diretamente no corpo as excitações não elaboradas” (LISBOA, CARNEIRO, 2008).

As intercorrências narradas e presenciadas no atendimento, como choro e dificuldade em verbalizar o acontecido e que fogem do relato constante, nos são especiais, pois conforme Bleger (2003) é através destes signos não-verbais e da atitude que o sujeito configura o atendimento conforme suas características de personalidade. Assim, o psiquismo de Ana naquele momento era feito de uma imensa angústia, choro incontrolável, dificuldade em lidar com o vivido, silêncios e lacunas que testemunhavam a dificuldade em elaborar aquele momento.

Ana em seus relatos reafirmava a importância de se manter como uma figura “forte” para os familiares, principalmente para o marido a qual está enfermo. Direcionava todas as responsabilidades da família para si, se privando e negando o direito de possuir uma fragilidade ou até mesmo estar enferma mesmo que a labirintite lhe configure isto.

Assim o corpo se impõe, forçando através de uma enfermidade a possibilidade de parar, sendo talvez a única saída para que então pudesse abrir mão do controle das coisas, ainda que se sentisse parcialmente culpa por isso, como demonstra nos relatos. Mas com as vertigens e como devido a elas não possui controle sobre nada, nem sobre o próprio equilíbrio é possível emitir uma pedido de socorro.

> O estigma do câncer compromete as relações familiares, dificultando a fala sobre a doença, o que é progressivamente maior, frente ao avanço da doença. Constatar a existência da doença traz sofrimento para todos os familiares, não raro, formando-se "ilhas de comunicação" - daqueles que são potencialmente mais fortes e podem saber do diagnóstico e outros que

> são mais frágeis e devem ser poupados, dentre estes se incluem os enfermos. (CARVALHO; 2008, p.99).

Com o surgimento de um adoecimento dentro de uma relação conjugal é perceptível sintomas de somatização em ambos, "[...] postula-se que essa condição implica numa introjeção de traços de um objeto doente ou a incorporação propriamente dita de um objeto morto ou doente, e que é projetada ou sepultada no outro." (LISBOA, CARNEIRO, 2008, p.87).

A hospitalização, justificada pela labirintite, permite a pausa inconsciente do que está vivendo e através da intervenção da terapeuta-estagiária foi possível sinalizar a importância dessa pausa para a elaboração das ocorrências das quais Ana se queixava e principalmente para considerar a necessidade de que ela consiga existir em meio a tanta angústia. E essa elaboração é um ato pessoal, intransferível e solitário que pode ser estimulado no atendimento, mas não realizado pela terapeuta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim entendemos que a psicanálise no hospital mesmo com seus impasses diante de um modelo de *setting* incomum, possibilita ao terapeuta através da escuta, delimitando alcances e possibilidades, tratar os sofrimentos ocultos sob o signo do diagnóstico médico.

É importante que o terapeuta possa captar as possibilidades de um sujeito em terapia e que através disso possua desenvoltura para manter o núcleo mais importante da psicanálise: a dimensão eurística e manter o *setting* mesmo que o espaço físico de atuação seja distinto ao modelo clinico, através da manutenção dos princípios da psicanálise, como relação e manejo transferencial e contratransferencial, estabelecida entre analisando e analista.

A escuta da angústia de Ana que buscou o Pronto-Socorro queixando-se de labirintite, possibilita compreender o pedido de ajuda diante do desamparo vivenciado pela paciente, que só pode ser expresso através de uma estratégia defensiva do corpo: a somatização. Se para a equipe hospitalar Ana é apenas um diagnóstico de labirintite, na escuta analítica, Ana traça para si outros contornos desenhados com o apoio terapêutico da estagiária que identifica nas expressões consciente e inconscientes da paciente a elaboração de luto pela eminente pela do marido com câncer e sinaliza para a paciente que é necessário parar seja para sustentar a si mesma diante do sofrimento seja para entender e poder cuidar do marido.

A partir da transferência é possível que os pacientes transfiram para o analista questões inconscientes, permitindo a nomeação de não ditos, desejos e angústias, tornando o atendimento psicológico no hospital um espaço potente ao terapêutico. Desde que o terapeuta vá além do sentimentos de doença/morte, desde que trabalhe com o sujeito para além de sua patologia, utilizando a transferência para converter o adoecimento no início da construção de uma demanda análise com urgente de elaboração e o início de um momento se superação.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org). Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática. 1. ed. São Paulo: Piorneira Thomson Learnign, 2002

AUGUSTO, C. A.. As defesas de somatização na visão da análise psicodramática. Monografia (Especialização em Psicodrama), Escola Paulista de Psicodrama, 2009.

BLEGER, J. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985

CARVALHO, C.S.U. A necessária atenção à família do paciente oncológico. Rev. Bras.Cancerol., v.54, n.1, p.87-96, 2008.

ELIAS, Valéria de Araújo. Psicanálise no hospital: algumas considerações a partir de Freud. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 1, p. 87-100, jun. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582008000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 set. 2017.

FREUD, S. A dinâmica da Transferência (1912). In: **_____. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. XII.

GANANÇA, M. M.; CAOVILLA, H. H.; MUNHOZ, M. S. L. ; SILVA, M. L. G.; GANANÇA, F. F.; GANANÇA, C. F. A vertigem explicada. **Rbm Caderno da Vertigem**, v.56: p.2-20, 1999.

GONDAR, Jô. Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 1, p. 103-117, June 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Set. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000100008

LISBOA, A. V.; FÉRES-CARNEIRO, T.. ... Até que a doença nos separe? A conjugalidade e o adoecer somático. Psico, Porto Alegre, v. 39, n. 1, pp. 83-90, jan./mar. 2008.

NALI, Maria Cristiane. A sutileza da transferência no contexto hospitalar. Estilos clin., São Paulo , v. 7, n. 13, p. 32-41, 2002 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282002000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 set. 2017.

NASIO, J.-D. A natureza da transferência. In:_____. **Como trabalha um psicanalista**?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 56- 72.

SILVA, E. B. T. Mecanismos de defesa do Ego.O Portal dos Psicologos, 2011.

TOREZAN, Z. C. F.; COSTA-ROSA, A. Escuta analítica no hospital geral: : implicações com o desejo do analista. Psicologia: Ciência e Profissão. Conselho Federal de Psicologia, v. 23, n. 2, p. 84-91, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/30428>.

ZIMERMAN, D. E. *Manual de Técnica Psicanalítica.* Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 177 – 214.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica** – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.291-299.

PEDAGOGO ESCOLAR: UM VELHO DESAFIO FRENTE A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

SCHOOL PEDAGOGO: OLD CHALLENGE AGAINST LEARNING RECOVERYO

Sessão temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

MESSIAS, Rosilene de F. Rocioli
Especialista em Educação, Pedagoga da SME Franca
rosilenerocioli@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende averiguar o cargo de Pedagogo que atua nas escolas de um município do interior Paulista, sob uma nova (velha) perspectiva do profissional, que auxilia na gestão das unidades escolares e na promoção da recuperação de aprendizagem escolar dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem no processo de escolarização, por meio do Atendimento Pedagógico. Objetiva-se ainda examinar a efetividade desta política pública no ano de 2016, cuja a ambientação foi uma Escola Municipal de Educação Básica na área leste da cidade. A relevância deste trabalho está em demonstrar a importância de se acompanhar e avaliar as políticas públicas educacionais sistematicamente para garantir a sua eficácia. Os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa ação foram analisados à luz dos arcabouços teóricos de autores sócios construtivistas interacionistas e da análise qualitativa, por meio dos principais documentos do Pedagogo. Por fim, espera-se contribuir para as discussões acerca de ações e políticas públicas para a recuperação de aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Pedagogo, Políticas Públicas, recuperação de aprendizagem.

Abstract

This work intends to understand the position of Pedagogues who work in the schools of a municipality of interior Paulista under a new (old) perspective of the professional that assists in the management of school units and in promoting the recovery of school learning of students who present learning difficulties in the through the Pedagogical. It is also intended to investigate the effectiveness of this public policy in the year 2016, whose setting was a Municipal School of Basic Education in the eastern area of the city. The relevance of this work is to demonstrate the importance of systematically monitoring and evaluating educational public policies to ensure their effectiveness. The data obtained through bibliographical research and action research were analyzed in light of the theoretical frameworks of authors constructivist interactionist partners and the qualitative analysis through the main documents of the Pedagogo. Finally, it is hoped to contribute to the discussions about actions and public policies for the recovery of school learning.

Keywords: Pedagogo, Public Policies, learning recovery.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco central averiguar, compreender e analisar qual é o papel desempenhado pelo Pedagogo Escolar de um município do interior Paulista sob uma nova (velha) perspectiva profissional, no que tange à recuperação e ao acesso à aprendizagem dos alunos com dificuldade de aprendizagem escolar, valendo-se da autorregulação, como meio estratégico de promoção do conhecimento. Entende-se autorregulação em concordância com Marini (2012, p.8), "como sendo todo ato intencional que favorece a reorganização do aprender por meio das funções executivas superiores, da metacognição e da motivação". E ainda na prespectiva de Vigotsky (2007), afirma que todos os indivíduos podem aprender desde que submetidos a experiências educacionais adequadas e significativas. Além disso, o trabalho também pretende averiguar se esse profissional tem conseguido assegurar o que lhe compete o cargo, enquanto política pública. Vale lembrar que o cargo responde por segmentos diferentes, a saber: Pedagogo de creches, Pedagogo das escolas de Ensino Fundamental, Pedagogo da Educação Infantil e Pedagogo da sala de recursos. Neste trabalho está evidenciado o Pedagogo que atua nas escolas (Emeb).

O cargo de Pedagogo neste formato de atendimento individual e coletivo a crianças com defasagem curriculares e/ou dificuldades de aprendizagem iniciou-se em 2006, sofrendo modificações durante a lógica do poder público vigente. Contudo, esse cargo sempre se pautou em duas vertentes de trabalho que seriam: a primeira os atendimentos pedagógicos, que se trata de receber o aluno encaminhado pelo professor, duas vezes por semana, com hora marcada e no contraturno do horário escolar, para o aluno ser avaliado e por meio dessa avaliação, o perfil pedagógico, observar as dificuldades e as potencialidades a fim de maximizar os recursos de aprendizagem dos discentes, promovendo o desenvolvimento das suas habilidades, ao mesmo tempo em que tenta sanar dificuldades de aprendizagem instaladas; a orientação aos pais desses alunos, e na oportunidade, caso necessário, os pedagogos escolares emitem encaminhamentos aos profissionais da saúde e às instâncias sociais, com a finalidade de solicitar uma investigação mais apurada dos problemas de aprendizagem para além das questões pedagógicas. Na visão de Libâneo (2006,p.22) "A presença do Pedagogo Escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista a melhorar a qualidade da oferta de ensino a população".

Vale ressaltar que o Pedagogo, nas Escolas Municipais de Educação Básica, também faz parte da equipe gestora, e essa é a segunda vertente do trabalho, corroborando o bom funcionamento da escola. Ressalta-se também que o pedagogo escolar orienta professores sobre as dificuldades de aprendizagem de seus alunos auxiliando no aprimoramento de suas práticas, e ainda, assessora na elaboração dos documentos oficiais da unidade escolar, entre outras funções solicitadas pela chefia imediata. E dessa forma, pode-se compreender quais são as atribuições do Pedagogo na unidade escolar e o que realiza em sua rotina.

Por fim, ainda neste artigo, pretende-se averiguar se esta política pública enquanto meio para recuperar a aprendizagem escolar tem cumprido com a sua determinação, como "a análise de política pública é, por definição, estudar o governo

em ação" (Souza, 2003.p.7) assim, elucidar se esta ação está a contento ou não.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Foram utilizados como referenciais teóricos Libâneo(2006), afim de compreender a necessidade deste profissional nas escolas. Vigotsky (2007) para embasar o estudo no que tange em como se processo o ensino e a aprendizagem. Marini (2012) a fim de elucidar a importância dos indivíduos ter autorregulação para estarem aptos a desenvolverem-se plenamente e, por fim, Souza (2003) para contextualizar a necessidade de se compreender as políticas públicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A princípio, procurou-se na literatura o que é ser Pedagogo e a sua importância por meio dos autores que embasam este trabalho. Após, observou-se com atenção como foi implementada esta política pública de atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem nas Emeb´s que fora representada por uma unidade escolar da zona leste da cidade, onde se pôde perceber, por meio dos documentos utilizados pelo Pedagogo Escolar, que durante toda o histórico desde os últimos dez anos de existência nas escolas municipais, o Pedagogo esteve envolvido com a formação das pessoas e com a educação daqueles que nem sempre conseguem adquiri-la de forma tranquila. Ainda, observou-se que o trabalho realizado por esse profissional tem uma variedade de ações dependendo da visão administrativa e das políticas de cada tempo e cultura com determinação específicas.

Esta arguição teve como suporte também, os princípios norteadores da pesquisa bibliográfica e da pesquisa ação. Define Thiollent (1988)

> A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

As duas formas de pesquisas foram utilizadas a fim de compreender o papel do Pedagogo, com suas contradições e desafios no contexto do município em questão, apoiado nas ideias de autores sócio construtivista interacionistas *in loco.*

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando contribuir para as discussões acerca das Políticas Públicas de Recuperação de Aprendizagem idealizadas pelo município em questão, ao cargo de Pedagogo, podemos observar por meio da descrição supracitada que esse profissional tem duas vertentes distantes. A primeira dispõe de assegurar a aprendizagem escolar dos discentes, valendo-se de atendimentos pedagógicos em

que não estão inclusos os conteúdos e/ou saberes escolares, mas sim, atendimentos mais voltados às funções executivas superiores e à metacognição. E a segunda vertente é aquela que o coloca como gestor, fazendo parte de uma equipe e, como tal, deve auxiliar na gestão de processos e de pessoas. Resta saber se, com tamanha disparidade de funções, é possível executá-las com êxito.

Ao observar os documentos de Atribuição do Cargo de Pedagogo, pode-se notar a variedade de funções e atribuições, ao ponto de um dia de trabalho não conseguir contemplar um terço do que está descrito, embora seja um funcionário que trabalhe por 40 horas semanais. No documento Perfil Pedagógico do aluno, conseguiu-se perceber que é por meio deste que os profissionais podem observar as dificuldades e potencialidades dos alunos e, assim, elaborar o outro documento intitulado Plano de Ação, que tem como foco o planejamento quinzenal ou semanal das atividades e/ou intervenções que serão realizadas com as crianças. Ainda são utilizadas algumas avaliações e testes aplicados nos alunos.

Considera-se que, fazendo um paralelo com a queixa inicial da professora, que encaminhou o aluno, com a avaliação da criança e as atividades que são realizadas, que na sua maioria por meio de jogos, não fica evidente e nem tão pouco passível de se ter visibilidade o quanto foram efetivas ou não tais ações e ou atividades. Já no Mapeamento, é perceptível o quanto esse profissional investe tempo em atender as famílias para a orientações e a quantidade de crianças que foram encaminhadas para profissionais da Saúde e da Assistência. No documento Orientação e Devolutiva para professores, observa-se que os docentes são orientados, porém, não é possível saber se o que foi orientado foi aplicado em sala de aula.

Vale ressaltar que o resultado da pesquisa apontou ainda, por meio dos documentos não oficiais já analisados, que o profissional ainda não tem clareza do seu papel na escola, instrumentalizando-se de visões distintas entre a Pedagógica e a Psicopedagógica. Ele é aquele profissional que “cura”, que previne ou que intervém para que se recupere os conteúdos escolares? Existe um distanciamento entre o que é proposto nos documentos e o que de fato é realizado na prática. Considera-se ainda que a inexistência de políticas públicas claras de Estado, que favoreçam as ações para recuperação da aprendizagem do aluno por meio de Atendimentos Pedagógicos seja um agravante, pois a cada mudança de formador e/ou prefeito o trabalho se modifica. Por outro lado, por ser um profissional que tem um olhar diferenciado para com os alunos com dificuldades variadas de aprendizagem, acreditando no desenvolvimento e na potencialização humana, ele pode favorecer a aprendizagem por meio das intervenções que realiza que amplia e ajusta as funções executivas superiores, pois a intenção educativa e planejada realizada a fim de recuperar a motivação em aprender e de regular a autoestima, acabam por estimular e mediar situações significativas de aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tais reflexões, pôde-se identificar como são as ações realizadas pelo município em atender o discente em suas dificuldades de aprendizagem e na

prevenção da dificuldade de aprendizagem. No entanto, ao não nomear esse profissional, como sendo parte do processo e responsável pela recuperação da aprendizagem, cria-se um problema de identidade, já que o próprio profissional se vê confuso diante de sua função. Outro fator que agrega como complicador nesta atuação é o pertencer à equipe gestora da escola. Pois, muitas vezes o que ocorre é que diante do fato de atuar dentro de uma equipe que já tem outros profissionais como Diretor, Coordenador Pedagógico, O Orientador Educacional e o Professor com a mesma formação acadêmica do Pedagogo, este vê-se em crise em como atuar assertivamente frente a recuperação de aprendizagem escolar sem poder ir além dos aspectos pedagógicos legais, sentindo-se o cumpridor da complicada responsabilidade de prevenir, quando deveria recuperar, o que para muitos o desejo soa como dever de "curar'. Entretanto, só há cura para doenças e a dificuldade de aprendizagem escolar não é uma doença; assim como a febre também não é, ela é um sinal de que algo está errado, podendo ser questões que envolvam as metodologias sociais, econômicas, psicológicas e físicas.

Mediante todo o exposto, é possível pensar que esta política pública tem cumprido o seu papel de maneira tímida ainda longe da eficácia.

Por fim, resta ao profissional desdobrar-se na observação diária da vida escolar a fim de estabelecer as tramas pedagógicas peculiares ao ambiente da sala de aula, levando em conta sua cultura local, visando a constituição de uma malha do saber que acoberte os discentes, amoldando-os em uma isonomia da aprendizagem que possibilite não só a construção do conhecimento mas um pleno desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

FRANCA, Secretaria de Educação. **Documentos do Pedagogo**. Franca, 2016 . Disponível em: ead3.franca.sp.gov.br/educacao/course/index.php?categoryid=5

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21º edição. São Paulo: Cortez, 2006.

MARINI, Janete A. Silva. **Aprendizagem autorregulada de estudantes de Pedagogia**: suas estratégias de aprendizagem e inteligencia. Campinas: Rditora da Unicamp,2012.

SOUZA, Celina. E**stado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fev. 2003. São Paulo: ANPOCS, EDUSC, p. 15-20.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia de pesquisa-ação.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIGOTSKY, L.S. **A Formação social da mente humana**. 6. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2007.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

PERSPECTIVAS DA METODOLOGIA DA DISCIPLINA: ANÁLISE DAS ABORDAGENS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

PERSPECTIVES OF THE DISCIPLINE METHODOLOGY: ANALYSIS OF THE APPROACHES IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

Sessão temática: Área 1 Desenvolvimento Social e Políticas públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Faculdade Campos Elíseos
Mestre em Saúde e Educação
gustavonatacao@yahoo.com.br

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes
Uni-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

Resumo

As abordagens pedagógicas para Educação Física escolar têm por finalidade desenvolver um aprender a fazer, mas incluem uma intervenção planejada do educador quanto ao conhecimento que explique o que está por trás do fazer. O estudo se justifica porque os métodos escolares têm um caráter histórico e vão sendo elaborados conforme as necessidades de cada época e dos interesses sociais vigentes, ou seja, em constantes modificações e transformações. Ao passo que, o tema proposto inicia-se com o estudo da evolução histórica da Educação Física que é importante para a compreensão do quadro atual por qual a mesma atravessa. Por sua vez, após a explanação teórica das seguintes abordagens: construtivista, crítico-emancipatória, crítico-superadora, cultural, desenvolvimentista, parâmetros curriculares nacionais, psicomotora, saúde renovada e sistêmica, foi analisado elas diante da metodologia da Educação Física escolar. O objetivo do trabalho é analisar as abordagens na Educação Física escolar como perspectiva da metodologia da disciplina. Como metodologia realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de fontes secundárias. Dessa forma, as abordagens apresentadas são importantes para avanços em relação à perspectiva tradicional da Educação Física escolar, visto que proporcionam uma ampliação da visão da área – quanto à natureza e aos pressupostos metodológicos e pedagógicos de ensino-aprendizagem. Contudo, as abordagens propõem algo para melhorar o ser humano no mundo, isso quer dizer que todas têm como origem das proposições o indivíduo que no caso deste estudo, analisaram elas como sugestões de organização na metodologia da Educação Física escolar.

Palavras-chave: Educação, Educação Física Escolar, Metodologia.

Abstract

Pedagogical approaches to school physical education aim to develop a learning to do, but include a planned intervention of the educator as to the knowledge that explains what is behind the doing. The study is justified because school methods have a historical character and are being elaborated according to the needs of each age and the current social interests, that is, in constant changes and transformations. However, the proposed theme begins with the study of the historical evolution of Physical Education that is important for understanding the current framework through which it crosses. In turn, after the theoretical explanation of the following approaches: constructivist, critical-emancipatory, critical-overcoming, cultural, developmental, national curricular parameters, psychomotor, renewed and systemic health, were analyzed before the methodology of Physical School Education. The objective of this work is to analyze the approaches in School Physical Education as a perspective of the methodology of the discipline. As a methodology a bibliographic research was carried out through secondary sources. Thus, the approaches presented are important for advances in relation to the traditional perspective of Physical School Education, since they provide an amplification of the vision of the area - as to the nature and the methodological and pedagogical assumptions of teaching-learning. However, the approaches propose something to improve the human being in the world, that is to say that all have as origin of the propositions the individual that in the case of this study, analyzed them as suggestions of organization in the methodology of the Physical School education.

Keywords: Education, Physical School Education, Methodology.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar é uma disciplina que trabalha e insere o educando na cultura corporal, formando um cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. Trata-se de localizar em cada uma destas práticas corporais produzidas pela cultura os benefícios humanos e suas possibilidades na organização da disciplina no contexto atual escolar (BETTI, 2001).

Para iniciar a discussão sobre métodos na Educação Física escolar se faz necessário esclarecer o seu conceito, uma vez que este termo é tão utilizado quanto mal compreendido. Coll *et al.* (2000), citado por Darido 2001 definem o método como uma seleção de formas ou saberes culturais, conceitos, explicações, raciocínios, habilidades, linguagens, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, modelos de conduta, etc; cuja assimilação é considerada essencial para que se produza um desenvolvimento e uma socialização adequada ao educando. É importante ressaltar que nem todos os saberes e formas culturais são suscetíveis de constarem como métodos, o que exige uma seleção rigorosa do educador e da escola, conforme o projeto político pedagógico.

O estudo se justifica porque os métodos escolares têm um caráter histórico e vão sendo elaborados conforme as necessidades de cada época e dos interesses sociais vigentes, ou seja, em constantes modificações e transformações (DARIDO,

2001).

Ao passo que, o tema proposto inicia-se com o estudo da evolução histórica da Educação Física que é importante para a compreensão do quadro atual por qual a mesma atravessa. Sendo que entrar em contato com as abordagens pedagógicas, faz com que o educador de Educação Física questione sua atuação profissional, a posição da escola, da política educacional e porque não as propostas contidas nessas abordagens, não as aceitando como verdades absolutas e nem as rejeitando, mas sim analisando seus pontos positivos e negativos, utilizando-as como matérias-primas diante dos métodos das aulas e até mesmo para construção de novas abordagens.

Por sua vez, após a explanação teórica das seguintes abordagens: construtivista, crítico-emancipatória, crítico-superadora, cultural, desenvolvimentista, parâmetros curriculares nacionais, psicomotora, saúde renovada e sistêmica, foi analisado elas diante da metodologia da Educação Física escolar.

O objetivo do trabalho é analisar as abordagens na Educação Física escolar como perspectiva da metodologia da disciplina.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 O processo histórico da Educação Física

O primeiro registro sobre a aplicação da Educação Física no Brasil é que chegaram às escolas em 1851 com a reforma Couto Ferraz, tendo como conteúdo específico o Método de Ginástica Alemão. Porém a consolidação da educação física, na escola se dá a partir de Rui Barbosa, com a reforma de 1882, instituindo o método de ginástica sueco, fazendo com que o mesmo fosse obrigatório para ambos os sexos e que fosse oferecido às escolas normais (DARIDO, 2003).

Em 1920 passa a ganhar espaço na escola o método francês de ginástica, que a partir de 1930 a concepção dominante é a higienista, cuja preocupação central é com a valorização dos hábitos de higiene, o desenvolvimento dos aspectos físicos e morais, por meio do exercício; passa a ser usado como meio para a política Getulista, onde se pretendia um homem forte para a produção da indústria brasileira. Em 1950, a educação física se encontra no modelo desportivo e generalizado, com princípios tecnicista, num modelo piramidal (VALDANHA NETTO, 2006).

No ano de 1951, a Educação Física foi oficialmente incluída na escola. Em 1984, após uma reforma no ensino primário e secundário, a ginástica torna-se obrigatória no primário e a dança no secundário (DARIDO, 2001).

Outra concepção predominante na Educação Física, vigente principalmente no século XIX, mas com influências significativas no século XX foi o militarismo. Neste modelo, os objetivos da Educação Física escolar eram vinculados à formação de uma geração capaz de suportar a luta, o combate, para atuar na guerra. Neste sentido, era importante a seleção de indivíduos “perfeitos” fisicamente e a exclusão dos incapacitados. Esta concepção advém dos Métodos Ginásticos, ainda no século XIX (DARIDO, 2001).

As concepções higienista e militarista consideravam a Educação Física uma disciplina essencialmente prática, sem a necessidade de fundamentação teórica, o que não a diferenciavam da instrução física militar.

Em seguida, Betti (1991) afirma que a Educação Física brasileira sofreu forte

influência do Método Desportivo Generalizado, que procurava atenuar o caráter formal da ginástica incluindo o conteúdo esportivo, com ênfase no aspecto lúdico. Para tal finalidade, o jogo esportivo foi percebido como um meio privilegiado, porque através do jogo o educando descobre suas aptidões e gostos adquirem conhecimento de si próprio, trabalha cooperativa e coletivamente e prepara-se, assim, para a vida.

A partir da década de 80 o modelo esportivista foi criticado a respeito do modelo educacional que não estava voltado para formação do cidadão consciente e sobre a produção que estava atrelada à força de trabalho humano, por isso secularizou a construção do modelo corpo produtivo que ainda se faz presente na atualidade de forma hegemônica. Essas considerações se culminaram com o lançamento de diversos livros e artigos que buscavam além de criticar as características reinantes da área, elaborar propostas, pressupostos e a enfatizar conteúdos que viessem a tornar a Educação Física mais próxima da realidade e da função escolar (DARIDO, 2001).

Como resultados destes movimentos surgiram algumas abordagens que tiveram maior impacto como: construtivista, crítico-emancipatória, crítico-superadora, cultural, desenvolvimentista, parâmetros curriculares nacionais, psicomotora, saúde renovada e sistêmica.

Todavia, é preciso ressaltar que a discussão e o surgimento destas abordagens não significaram o abandono de práticas vinculadas ao modelo esportivo, biológico, higienista ou ainda ao recreacionista e militarista que podem ser considerados os mais frequentes na prática do educador de Educação Física escolar ainda na atualidade.

Percebe-se claramente que estas discussões passaram a serem constantes, os que culminaram numa grande “crise” da Educação Física que ainda prevalece, que pode ser benéfica no sentido de gerar novas propostas pedagógicas para a área.

2.1.2 As abordagens como meios metodológicos para a Educação Física escolar

Bracht (1999) descreve que as abordagens pedagógicas para Educação Física escolar têm por finalidade desenvolver um aprender a fazer, mas incluem uma intervenção planejada do educador quanto ao conhecimento que explique o que está por trás do fazer. Assim, ora são abordagens críticas, ora são mais desenvolvimentistas no sentido motor, mas sempre validando valores e atitudes envolvidos na prática da cultura corporal do movimento.

Com vistas a compreender a Educação Física escolar, a seguir, serão apresentadas as suas abordagens pedagógicas, no intuito de abrir caminho para uma análise aprofundada sobre a proposta metodológica da disciplina em questão.

2.2.1 Abordagem Construtivista

Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem parte da perspectiva construtivista da Educação. A intenção de construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, e para cada criança a construção desse conhecimento exige elaboração, ou uma ação sobre o mundo, a aquisição do conhecimento é um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida, não

estando pronto ao nascer nem sendo adquirido passivamente de acordo com as pressões do meio (BRASIL, 1998).

A abordagem construtivista de Freire (1989), fala que corpo e mente são indissociáveis, utilizando para esse fim a valorização do desenvolvimento cognitivo. Esse autor acredita que a educação física deve estimular o desenvolvimento das habilidades motoras das crianças e adolescentes a partir de jogos e brinquedos.

Em suma, os educandos são sujeitos que devem construir seus conhecimentos a partir da experimentação e esses saberes são elaborados e recriados pela sociedade e não apenas por uma pessoa isolada. O objetivo de qualquer disciplina deve ser o de ensinar a viver em sociedade, pensando como sociedade, agindo como sociedade. As oportunidades de agir individualmente não devem deixar de existir e de ser valorizadas, mas não podem ser exclusivas (FREIRE; SCAGLIA, 2004).

2.2.2 Abordagem Crítico-emancipatória

Segundo Kunz (1994), idealizador desta abordagem, o foco da Educação Física deve ser o movimento humano. Para tanto, critica a visão que o concebe apenas como fenômeno físico que pode ser reconhecido e esclarecido de forma muito simples e objetiva, independente do próprio ser humano que o realiza. Segundo ele, essas análises que tratam o movimento como acontecimento espaço-temporal não dão conta da complexidade que envolve o ser humano em movimento, sendo necessária uma análise integral.

Com isso, Kunz (1991) dá foco no movimento como uma ação em que um sujeito, pelo seu “se-movimentar”, se introduz no mundo de forma dinâmica e através desta ação percebe e realiza os sentidos/significados em e para o seu meio.

Segundo Daólio (2004), a crítico-emancipatória criada por Kunz dá enfoque em estratégias de ensino na busca pela transcendência de limites, em que o educando é confrontado com a realidade do ensino e seu conteúdo especial, a partir de graus de dificuldades como, por exemplo, a forma direta de transcender limites, no sentido da manipulação direta da realidade pelo simples explorar e experimentar possibilidades e propriedades dos objetos, além das próprias possibilidades e capacidades e a vivência de possibilidades comunicativas, descobrir e experimentar relações culturais e emocionais novas.

Esta é uma abordagem em educação mais emancipadora, voltada para a formação da cidadania dos educandos, a partir das manifestações da cultura do movimento, ilidindo a mera instrumentalização técnica para o trabalho escolar, pressupondo o envolvimento do homem como sujeito da ação sempre na sua intencionalidade, constituindo o sentido/significado do seu “se-movimentar”. (DAOLIO, 2004).

2.2.3 Abordagem Crítico-Superadora

É uma abordagem que se embasa no discurso da justiça social, no contexto da prática social e cultural. É uma abordagem que levanta questões de poder, interesse e contestação na sociedade, fazendo uma leitura dos dados da realidade diante da crítica social dos conteúdos, pois nela a Educação Física é vista como conteúdo ou disciplina de jogo, ginástica, esporte, competição ou aprofundamento

do conhecimento da cultura corporal de movimento e busca entender com profundidade o ensinar, que não significa apenas transferir ou repetir conhecimentos, mas criar possibilidades de sua produção crítica, sobre a assimilação destes conhecimentos, valorizando a questão da contextualização dos fatos e do resgate histórico (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Ademais, o referencial teórico complementa que a crítico-superadora propõe um ensino-aprendizagem baseado na transformação social, priorizando a reflexão para ter uma sociedade menos desigual, a sua formação e capacidade crítica e tem como propósito a cultura corporal. Assim, parte do materialismo dialético de Marx e Engels. Para tanto, assume a expressão corporal como linguagem.

Portanto, é uma abordagem que defende a Educação Física escolar na escola como uma proposta clara de conteúdos do ponto de vista da classe trabalhadora, conteúdo este que viabilize a leitura da realidade estabelecendo laços concretos com projetos políticos de mudanças sociais.

2.2.4 Abordagem Cultural

Numa crítica à perspectiva biológica da Educação Física, surge à abordagem cultural proposta por Daólio, cuja obra mais expoente intitula-se “Da cultura do corpo”, publicado em 1993. O autor baseia-se numa ideia de que a vantagem não é a exclusão da dimensão biológica, mas a sua discussão vinculada ao surgimento da cultura ao longo da evolução dos primatas até culminar com o aparecimento do homo sapiens. A Educação Física lida com conteúdos culturais, ou seja, atua com o ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento. Considera-se a cultura como patrimônio da sociedade e a técnica corporal é uma técnica cultural (DARIDO, 2003).

Conforme Darido (2001), após o período formal de aulas, os educandos deveriam ter condições de manterem uma prática regular de atividade física e compreenderem os sentidos e os significados da cultura corporal. Este objetivo é facilitado se os educandos vivenciarem as diferentes práticas da cultura corporal e se compreenderem o seu papel na sociedade.

No entanto, tomando uma definição da abordagem cultural pode-se dizer que nela estão englobadas todas as virtudes presentes nas diversidades das abordagens, com o diferencial de pensamento, onde as experiências do educador e do educando são levadas em consideração (VALDANHA NETTO, 2006).

2.2.5 Abordagem Desenvolvimentista

Segundo Darido (2003), esta abordagem surgiu em 1988 com Go Tani na USP. É uma abordagem que prioriza as habilidades motoras, o desenvolvimento humano e a aptidão física. Contudo, deixa de lado a questão da influência do meio social e sua contribuição para a construção da sua cultura e de outras pessoas.

É uma abordagem que prioriza as habilidades motoras como suporte para a aquisição de um acervo motor e resolução de problemas motores no cotidiano. Assim, tem o objetivo de servir de base para o esporte, dança, lutas e outras manifestações. Em suma, é uma abordagem da base motora (BRACHT, 1995).

Esta abordagem visa um modelo de atividades motoras que parte da ideia de que as crianças sofrem mudanças motoras observáveis visualmente. Assim, a partir

do desenvolvimento humano, podem-se eleger atividades para cada etapa de desenvolvimento motor desta, atividades que vão enriquecer o acervo motor e melhor a aptidão física (BETTI, 1995).

2.2.6 Abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1998) da Educação Física se constituem num referencial teórico que busca a reflexão sobre os conteúdos curriculares a nível nacional, estadual e municipal e trazem uma proposta de democratização, humanização e diversidade à prática pedagógica da área, buscando ampliar uma visão que não seja apenas biológica, mas que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas, sociais e culturais dos educandos.

Segundo Darido (2003), os PCN's da Educação Física na escola é responsável pela formação de educandos que sejam capazes de participar de atividades corporais, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade; conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura corporal; reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis e relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de melhoria da saúde coletiva; conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho existentes nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos.

> Dentro desse universo de produções da cultura corporal de movimento, algumas foram incorporadas pela Educação Física como objetos de ação e reflexão, e, assim, os conteúdos são justamente produções que compõem a proposta do documento, sendo, os esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas e conhecimentos sobre o corpo (BRASIL, 1998, p. 28).

Já no que diz respeito à cultura corporal, faz-se necessário que se tenha conhecimento primeiramente de seu conceito e os PCN's (BRASIL, 1998) apresentam a cultura corporal como sendo os conhecimentos e representações que se transformaram ao longo do tempo. Ressignificadas, suas intencionalidades, formas de expressão e sistematização. Assim, entende-se que a cultura corporal tem sua relação com a Educação Física.

Contudo. percebe-se que os PCN's tem função de orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade de ensino, nortear a prática pedagógica da Educação Física e buscar uma educação num contexto histórico-social proporcionando ao indivíduo condições para exercer sua cidadania (DARIDO, 2003).

2.2.7 Abordagem Psicomotora

A psicomotricidade é o primeiro movimento mais articulado que surge a partir da década de 80. Nela o envolvimento da Educação Física é com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores, ou seja, buscava garantir a formação integral do educando. Na verdade, esta concepção inaugura uma nova fase de preocupações para o educador

de Educação Física que extrapola os limites biológicos e de rendimento corporal, passando a incluir e a valorizar o conhecimento de origem psicológica (SOARES, 1996).

O autor que mais influenciou o pensamento psicomotricista no país foi o francês Jean Le Bouch, através da publicação de seus livros, da sua presença no Brasil e de seus seguidores, presentes em várias partes do mundo. Para a construção das suas ideias Le Bouch inspirou-se em autores que já tinham certa penetração, senão na Educação Física, em outros campos de estudos. Entre eles, podem ser citados os trabalhos de J. Ajuriaguerra, Jean Piaget, P. Vayer, H. Wallon, e Winnicott (DARIDO, 2001).

Para Le Bouch (1986) esta abordagem advoga por uma ação educativa que deva ocorrer a partir dos movimentos espontâneos da criança e das atitudes corporais, favorecendo a gênese da imagem do corpo, núcleo central da personalidade. A educação psicomotora refere-se à formação de base indispensável a toda criança, seja ela normal ou com dificuldades (comprometimentos). Assegurar-se o desenvolvimento funcional tendo em conta possibilidades da criança ajudar sua afetividade a expandir-se e a equilibrar-se através do intercâmbio com o ambiente humano.

Como Darido (2003) esclarece que esta abordagem é muito rica quando trata das valências psicomotoras, levando os educandos a um amplo desenvolvimento psicomotor quando estes se encontram na fase de desenvolvimento de habilidades fundamentais. Por outro lado, ela sofre inúmeras críticas quando faz da Educação Física uma subdisciplina para o aprendizado das disciplinas, como: Matemática e Português.

A abordagem psicomotora utiliza-se da atividade lúdica como impulsionadora dos processos de desenvolvimento e ensino-aprendizagem. Refere-se das aprendizagens significativas, espontâneas e exploratórias da criança e de suas relações interpessoais. Focaliza-se na criança pré-escolar, destacando sua pré-história como fator de adoção de estratégias pedagógicas e de planejamento. Busca analisar e interpretar o jogo infantil e seus significados. Têm na psicomotricidade seus objetivos funcionais, onde os mecanismos de regulação entre o sujeito e seu meio permitem o jogo da adaptação que implica nos processos de: assimilação e acomodação (LE BOULCH, 1992).

2.2.8 Abordagem Saúde Renovada

Nahas (1997) e Guedes e Guedes (1996), só para citar alguns, passam a advogar à favor de uma Educação Física escolar dentro da matriz biológica, embora não tenham se afastado das temáticas da saúde e da qualidade de vida. É importante ressaltar que ao longo do século XX, foram muitos os autores que defenderam a Educação Física numa perspectiva biológica. No entanto, as considerações destes autores representaram uma nova proposta, sobretudo a partir de meados da década de 90, pois propõem novas formas de compreensão destas relações, com novos argumentos.

Guedes e Guedes (1996), por exemplo, ressaltam que uma das principais preocupações da comunidade científica nas áreas da Educação Física e da saúde pública é levantar alternativas que possam auxiliar na tentativa de reverter à elevada incidência de distúrbios orgânicos associados à falta de atividade física. Os autores,

baseados em diferentes trabalhos americanos, entenderam que as práticas de atividade física vivenciadas na infância e adolescência se caracterizaram como importantes atributos no desenvolvimento de atitudes, habilidades e hábitos que podem auxiliar na adoção de um estilo de vida ativo fisicamente na idade adulta.

Em síntese, Guedes e Gudes (1993) falam que nesta abordagem busca a conscientização sobre tudo da população escolar para as pesquisas que mostram os benefícios da atividade física. Considera importante a adoção pedagógica dos educadores de assumirem um novo papel frente à estrutura educacional, procurando adotar em suas aulas, não mais uma visão de exclusividade a prática desportiva, mas fundamentalmente, alcançarem metas em termos de promoção da saúde, através da seleção, organização e desenvolvimento de experiências que possam propiciar aos educandos, não apenas situações que os tornem crianças e jovens mais ativos fisicamente, mas, sobretudo, que os conduzam a optarem por um estilo de vida ativo também quando adultos.

2.2.9 Abordagem Sistêmica

Para Betti (1991) a abordagem sistêmica, caracteriza-se pela sua capacidade de olhar para o humano como um ser capaz de influenciar e de ser influenciado pela sociedade, adaptando sua estrutura e reequilibrando-se num nível mais elevado de complexidade à medida que a sociedade se transforma.

Na abordagem pedagógica sistêmica estes componentes se interagem produzindo diferentes objetivos educacionais, o processo ensino-aprendizagem é considerado como tomada de decisões por parte do educador e do educando, pois os mesmos são vistos como seres compostos de significados sociais e como ser social, o educador toma suas decisões com base na sua formação cultural, nas concepções filosóficas e pedagógicas e por esta razão é importante que tenha esta consciência e, consiga dirigir e induzir um estilo particular dentro de sua prática pedagógica (DAOLIO, 2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de fontes secundárias. Em outros termos, a pesquisa bibliográfica parte de fontes secundárias, ou seja, de um levantamento de material empírico já publicado em forma de: livros, periódicos (online ou não), publicações avulsas, teses, imprensa escrita (revistas ou anais). Portanto, é útil para colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi produzido a respeito de uma determinada temática. Isso gera o manuseio de informações e a comparação entre dados coletados na pesquisa de campo e o que já foi produzido em relação ao tema de estudo, ou seja, as abordagens da Educação Física escolar (GIL, 2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Analisando sobre as abordagens da Educação Física escolar

A Educação Física escolar, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio era e ainda em algumas situações se presencia metodologicamente sendo

analisada e avaliada através da participação, que é determinada a um prêmio ou castigo, ou seja, se os educandos não têm um comportamento adequado, determinado pelas tarefas sugeridas, eles são excluídos de algumas atividades nas aulas.

Com isso, não podemos ter a visão de uma Educação Física quanto aos aspectos políticos, sociais, econômicos e espontaneidade, contudo acabada; mas como um processo de reformulação, construção e reinterpretação constante (CASTELLANI FILHO, 1994).

Darido (2001) explica que dentro do contexto do encaminhamento dos problemas a serem levantados a respeito dos conteúdos e métodos escolares disciplinares, entende-se que deveria haver esforços no sentido de investigar as possibilidades, o que poderia ocorrer a partir de pesquisa ação/participante, da construção do conhecimento sobre a sistematização e organização, mesmo considerando que não deverá haver uma padronização para todas as escolas ou educandos, uma vez que o contexto deverá definir vários aspectos, como interesses, motivações, conhecimento prévio dos educandos, condições materiais e físicas da escola e, sobretudo, a proposta pedagógica da própria escola. No entanto, princípios gerais, a partir de diferentes experiências com o trato da cultura corporal precisam ser levantadas e explicitadas como sugerem as abordagens.

Todavia, trata-se de uma estratégia, estrutura e planejamento da aplicação das abordagens pedagógicas, além de uma boa aplicação nas aulas e atividades a fim de atingir com maior qualidade, eficiência e competência os objetivos propostos para determinado grupo que até pode “funcionar”, uma vez que a disciplina é bastante apreciada e aguardada pelos educandos, do ponto de vista pedagógico (DARIDO, 2003).

A especificidade pedagógica da Educação Física gera enormes discussões, de maneira intensiva, há pelo menos três décadas. Diferentes respostas têm sido formuladas para tentar encontrar o "caminho" que deve seguir uma prática pedagógica que atenda todas as necessidades da Educação Física em sua intervenção na sociedade, bem como as margens de seu conteúdo. Esses "caminhos" têm sido chamados de abordagens, e se apresentam de maneiras distintas quando se refere ao conteúdo e à identidade da Educação Física, principalmente a aplicada no ambiente escolar (VALDANHA NETTO, 2006).

Diante disto, a aplicabilidade das abordagens depende do profissionalismo do educador físico no contexto escolar atual, adequando a realidade ou o ambiente a que está inserido, utilizando a diversidade das formas de se trabalhar para uma melhoria na metodologia das aulas de Educação Física.

Então, a caracterização destas abordagens interfere nos conteúdos e métodos da Educação Física escolar propondo alternativas heterogêneas; utilizando a criação, a expressão e a comunicação diversificada, dependendo da abordagem a ser aplicada conforme a meta a ser atingida com os educandos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Efetivamente, em relação às abordagens, deve-se ter o cuidado para que a discussão das mesmas não fique só a nível teórico e filosófico, mas também para que haja propostas de implementação, pois há uma grande distância separando os objetivos propostos para a Educação Física, do que ocorre na prática.

Nessa perspectiva, a metodologia da Educação Física vai além do ensinar esporte, ginástica, dança, jogos e lutas; atividades rítmicas e expressivas; e conhecimento sobre o próprio corpo, para todos em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, as atitudes que os educandos devem ter nas atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, na busca em garantir o direito do educando de saber porque ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais os conceitos que estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual), por isso as abordagens da Educação Física são caminhos para organização da metodologia enquanto disciplina curricular.

As análises das abordagens como meios metodológicos para a Educação Física escolar discutidas ao longo deste trabalho indicaram que elas enfatizaram diferentes conteúdos nas suas construções teóricas, o que inclui o esporte de rendimento, as brincadeiras populares, as habilidades motoras, o exercício físico, o jogo cooperativo, as origens históricas das práticas da cultura corporal e outros.

Neste ponto, as abordagens apresentadas são importantes para avanços em relação à perspectiva tradicional da Educação Física escolar, visto que proporcionam uma ampliação da visão da área – quanto à natureza e aos pressupostos metodológicos e pedagógicos de ensino-aprendizagem.

Contudo, as abordagens propõem algo para melhorar o ser humano no mundo, isso quer dizer que todas têm como origem das proposições o indivíduo que no caso deste estudo, analisaram elas como sugestões de organização na metodologia da Educação Física escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; MASETTO, M. **O professor universitário em aula.** 8 ed. São Paulo: MG. Associados, 1990.

BETTI, M. **Educação física e sociedade.** São Paulo, Movimento, 1991.

_____. O que ensinar: a perspectiva discente. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 1, n. 1, supl., p. 26-27, jan. 1995.

_____. Mídias: aliadas ou inimigas da educação física escolar. **Motriz**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 125-129, jul./dez. 2001.

BRACHT, V. Mas. Afinal, o que estamos perguntando com a pergunta “o que é Educação Física”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 2, n.2, p. 1, jun. 1995.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedes**, ano XIX, n. 48, ago. 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (5ª a 8ª Série): Educação Física. v. 7, Brasília, 1998.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo, Cortez, 1992.

COLL, C. *et al.* **Os conteúdos na reforma.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

DARIDO, S. Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. **Perspectivas em Educação Física Escolar**, Niterói, v. 2, n. 1 (suplemento), p. 01-19, jan. 2001.

_____. **Educação Física na escola**, 1 ed. Guanabara Koogan S. A., 2003.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FREIRE, J. **Educação de corpo inteiro:** teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, J.; SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal.** São Paulo: Scipione, 2004.

GIL, A. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, D.; GUEDES, J. Associação entre variáveis do aspecto morfológico e desempenho motor em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 2, n. 10, p. 99-112, jan. 1996.

KUNZ, E. **Educação física:** ensino & mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991.

_____. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí: Unijuí, 1994.

LE BOUCH, J. **O desenvolvimento psicomotor:** do nascimento até 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

NAHAS, M. Educação Física no ensino médio: educação para um estilo de vida ativo no terceiro milênio. In: **Seminário de Educação Física escolar/escola de educação física e esporte**, IV Anais... 1997. p. 17-20.

SOARES, C. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 1, n. 2, supl., p. 6-12, jan. 1996.

VALDANHA NETTO, A. Abordagens pedagógicas em educação física: corpo como objeto e abordagem cultural como conteúdo. **EF DEPORTES.** Buenos Aires, ano 11, v. 1, n. 95, p. 1, abr. 2006.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

PERSPECTIVAS DO MÉTODO QUALITATIVO NA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Revisão narrativa

PERSPECTIVES OF THE QUALITATIVE METHOD IN RESEARCH IN SOCIAL DEVELOPMENT: Narrative review

Sessão temática: Área 1: Desenvolvimento social e políticas públicas. 1.6 Outras áreas temáticas.

FIGUEIREDO, Maria Paula Simões Lima
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Graduada em Medicina, Pós Graduada em Medicina do Trabalho e em Gestão Integrada de Qualidade, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, Médica Residente em Ginecologia e Obstetrícia e Mestranda em Desenvolvimento Regional.
mariapaulasimoes@hotmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir os aspectos da pesquisa qualitativa para aplicação oportuna no contexto do desenvolvimento social e humano, por meio de uma revisão narrativa. Observa-se que o método qualitativo apresenta-se importante na exploração do contexto social e cultural dos indivíduos, a partir de uma compreensão fenomenológica ampliada, permitindo sua aplicação a um cenário complexo e com uma abordagem aprofundada, congruente ao desenvolvimento social e humano. Este, por sua vez, completamente multidisciplinar e envolto por múltiplas conexões.

Palavras-chave: Pesquisa Qualitativa, Desenvolvimento social, Revisão Narrativa.

Abstract

This article aims to discuss aspects of qualitative research for timely application in the context of social and human development, through a narrative review. It is observed that the qualitative method is important in the exploration of the social and cultural context of the individuals, from an extended phenomenological

understanding, allowing its application to a complex scenario and with an in-depth approach, congruent to social and human development. This, in turn, is completely multidisciplinary and surrounded by multiple connections.

Keywords: Qualitative Research, Social Development, Narrative Review.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social e humano é um conceito complexo e como tal, possui interface multidisciplinar. Entende-se, de forma elementar, como sendo aquele centrado nos indivíduos e nas interrelações destes para atender as necessidades dos afetados pela privação humana, tendo como meta futura o bem estar social (RIBEIRO, 2011). De forma mais abrangente, frente a múltiplas e rápidas transformações do mundo globalizado e conectado digitalmente, o desenvolvimento social e humano passa a ser *condição* e, ao mesmo tempo, *demanda* para o exercício da cidadania (ESPIRITO SANTO, 2008).

Assim, por ser um tema amplo, complexo e multidimensional, nota-se a dificuldade metodológica de abordagem, por parte dos estudantes, nos estudos científicos.

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo discutir os aspectos da pesquisa qualitativa para aplicação oportuna no contexto do desenvolvimento social e humano, tendo em vista ser um método capaz de captar os meandros dos acontecimentos, as sutilezas do objeto de estudo e portanto, ser complexo por excelência.

2 MÉTODO

Para elaboração do artigo foi realizada uma revisão narrativa, entendida como sendo:

> aquela que não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores (UNESP, 2015).

Foram feitas buscas na base de dados da Scielo, bem como no material disponibilizado pela disciplina Métodos de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

> As ciências exatas representam uma forma monológica do conhecimento: o intelecto contempla a coisa e se expressa sobre ela. Aqui somente existe um sujeito, o cognoscitivo (contemplativo) e falante (enunciador). O que se lhe opõe é tão-somente uma coisa sem voz. Qualquer objeto do conhecimento (inclusive o homem) pode ser percebido e compreendido como coisa. Porém um sujeito como tal não pode ser percebido nem estudado como coisa, uma vez que sendo sujeito não pode, se continua sendo-o, permanecer sem voz; portanto seu conhecimento só pode ter caráter dialógico (Bakhtin,1985).

A perspectiva sócio-histórica, como a de Vygotsky e Bakhtin, objetiva superar os reducionismos das concepções empiristas, idealistas e positivistas. Vygotsky (1896-1934) procura um modo para refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence, fundamentando a pesquisa qualitativa (FREITAS, 2002). Assim, ele busca integrar as partes do homem com o seu todo, trazendo o biológico e o social, o corpo e a mente. Percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de idéias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela (FREITAS, 1996).

Bakhtin (1895-1975), enfrentando as teorias do fenômeno linguístico, critica também as posições empíricas e idealistas do que denomina de objetivismo abstrato e subjetivismo idealista e propõe, em sua perspectiva dialógica, o estudo da língua em sua natureza viva e articulada com o social pela interação verbal. Para ele é impossível compreender o homem e seu meio sem ser por meio dos textos criados (FREITAS, 2002).

Com esse pano de fundo, a pesquisa qualitativa apresenta-se importante na exploração do contexto social e cultural dos indivíduos, para que a compreensão fenomenológica seja ampliada, pois permite a exploração de valores, crenças, dinâmica social e suas relações, assim não se presta a estudar incidência, prevalência, por exemplo, mas sim a entender significados, sentidos e relações (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007; GUSSO, 2012), tornando-se apropriada, portanto, ao contexto do desenvolvimento social e humano, mas não se restringindo a este tipo de desenvolvimento. Apesar da comparação entre a pesquisa quantitativa e qualitativa não ser tão apropriada, pois cada uma tem suas fragilidades e fortalezas e nem sempre são complementares, pode-se usar a metáfora de que a quantitativa é como o esqueleto de um corpo e a qualitativa como os músculos que o preenchem. Para ilustrar-se a parcial inadequação da comparação, pode-se apontar a pesquisa nas ciências exatas com as humanas. Na primeira, o pesquisador encontra-se diante de um objeto mudo que precisa ser contemplado para ser conhecido, e o pesquisador, ao estudá-lo fala sobre ele ou dele, de uma forma monológica. Já nas ciências humanas, seu objeto de estudo é o homem, “ser vivo”, com o qual deve-se estabelecer um diálogo, contrapondo a forma monológica com a perspectiva dialógica (FREITAS, 2002). Dessa forma, dependendo do objetivo que se quer alcançar, a escolha penderá para uma abordagem quantitativa ou qualitativa ou mesmo para um misto delas.

Ainda hoje, nas ciências biomédicas, prevalece o entendimento de que a pesquisa qualitativa possui menos rigor metodológico. Tal se dá devido à persistência do pensamento positivista, o qual busca atingir a neutralidade e a objetividade, na tentativa que os resultados não sejam influenciados pelo pesquisador (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007; GUSSO, 2012). Todavia, ao se assumir um referencial metodológico e a posição do pesquisador dentro da pesquisa qualitativa, de certa forma, controla-se a subjetividade da análise, produzindo-se interpretações da realidade em um dado momento histórico e cultural (GUSSO, 2012). Mas apesar da resistência, o crescimento de pesquisas com esse enfoque é crescente na área da saúde e deve-se entender que esse tipo de abordagem fundamenta-se na interdependência entre sujeito e objeto e na

indissociabilidade entre o mundo objetivo e o sujeito subjetivo (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007). Entende-se que:

> um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa. (Bogdan e Biklen, 1994, p.11)

Ao contrário do positivismo, a fenomenologia integra práticas, linguagem e acontecimentos e acredita que o conhecimento é intrinsecamente subjetivo, já que é o homem que o constrói. Além disso, submete-se à ética e a moral, não sendo isenta de valores e temporalidade (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007).

O número de sujeitos desse tipo de abordagem e sua representatividade são tópicos largamente discutidos no meio acadêmico, entretanto, deve-se compreender que os sujeitos são tomados não por suas características individuais, mas sim por sua representatividade social, analisando-se aquilo que é compartilhado com um grupo social, em um determinado contexto sócio-político-cultural (GUSSO, 2012).

O número de participantes é estabelecido inicialmente delimitando quais aspectos são importantes conter na amostra que será estudada, o que é sugerido por meio de pesquisas na literatura sobre o objeto de estudo. Ou seja, deve haver a avaliação da relevância ou representatividade social das pessoas, sendo isto de total responsabilidade do pesquisador (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007). Posteriormente, analisa-se a heterogeneidade contida no objeto de estudo, pois, obviamente, quanto mais heterogêneo, maior o número de pessoas que devem ser contempladas na amostra, a qual, no geral, é intencional. Por fim, usa-se a saturação, ou seja, quando novas entrevistas, grupos ou observações não acrescentam mais dados novos (GUSSO, 2012). Cabe a lembrança que a amostra é proposital e busca-se a singularidade, o aprofundamento e a abrangência da compreensão do fenômeno estudado (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007).

Várias são as técnicas de coleta de informações, tais como observação participante, entrevistas e grupos focais, cada uma contendo método específico a ser seguido. A grande dificuldade da pesquisa qualitativa, independente do método empregado, encontra-se na sistematização das informações, pois apesar de um número, em geral, pequeno de participantes, quando comparada à quantitativa, apresenta um volume imenso de informações, observações, registros ou transcrições. Estes requerem do pesquisador habilidade e embasamento teórico para uma análise bem feita e adequada cientificamente (GUSSO, 2012).

Os registros são separados em categorias teóricas e/ou empíricas decodificando-se o significado dos termos empregados pelos participantes, bem como os seus princípios e valores contidos nas falas. Não busca-se somente aquilo que é semelhante, busca-se também, e com o mesmo afinco, divergências e contradições. Posteriormente, faz-se uma visão mais global, associando categorias, variáveis sociodemográficas, percursos de vida, etc (GUSSO, 2012). Dessa maneira, o homem não é visto apenas como objeto de explicação, mas sim como sujeito que carece de compreensão e portanto, de interação com o pesquisador (FREITAS, 2002).

Algumas inadequações podem prejudicar a qualidade do estudo qualitativo, como tomar as falas da pessoas como realidade, apenas transcrever as falas como se sozinhas tivessem significado, secundarizar o contexto no qual elas foram proferidas e apresentar informações quantitativas como se qualitativas fossem (GUSSO, 2012). Para que isso não ocorra é pertinente que se adote referencial teórico robusto, para que as informações sejam passíveis de explicação e que se relacione a conjuntura biopsicossocial do indivíduo, não considerando apenas o que aparentemente aquelas palavras significam.

No momento da análise, pode-se adotar uma Análise de Discurso ou Análise de Conteúdo. A primeira dedica-se mais à análise daquilo que não foi manifestado, tratando, portanto, do implícito, do contexto, da interpretação. Assim, uma mesma frase se dita por Hitler ou Dalai Lama poderia ter análises completamente diferentes, incorporando ao texto sua condição de criação (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007; GUSSO, 2012). Já a Análise de Conteúdo foca mais no dito, no explícito, nas palavras do discurso. As principais técnicas de Análise de Conteúdo na área da saúde, por exemplo, são análise temática e análise de enunciação (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007). Tão importante quanto o tipo de análise, é o referencial teórico que será adotado para construção da interpretação, bem como os aspectos operacionais que envolvem questões conceituais. Esta é uma fase que exige grande reflexão e conhecimento por parte do pesquisador, bem como criatividade e poder de articulação (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007; GUSSO, 2012). É muito frequente a análise parcial dos dados, a qual possibilita correção do percurso metodológico (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007). Isso não quer dizer que se pode mudar a forma de coleta ao bel prazer, mas sim que é possível adaptação ao longo da pesquisa, conforme necessário.

Pelo exposto, ao realizar-se uma pesquisa qualitativa deve-se, necessariamente, estabelecer qual postura epistemológica será adotada pelo pesquisador, pois isso norteará os percursos metodológicos e as técnicas de análise (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007).

Outro ponto que cabe ressaltar é que na pesquisa qualitativa o pesquisador possui papel ativo, com produção de intersubjetividade entre pesquisador e pesquisado, fato essencial para apreensão dos significados almejados. O pesquisador ressignifica-se em campo e não busca apenas conhecimento, mas sim profundidade de penetração e participação ativa. Nesse processo, o pesquisado também se ressiginifica, pois também não se constitui como mero objeto (FREITAS, 2002). Com essa perspectiva, tanto Bakhtin quanto Vygotsky tornam a pesquisa uma forma de desenvolvimento.

Não obstante, a abordagem qualitativa parte do particular e específico, almejando a compreensão dos significados e relações, analisando a complexidade dos fenômenos, por meio de amostras propositais, com uma relação dialética entre pesquisador e pesquisado, aprofundando em intensidade em detrimento da extensão (DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA et al, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método qualitativo aplica-se apropriadamente a pesquisas relacionadas ao desenvolvimento social e humano, pois consegue abordar o objeto de estudo em amplitude e, principalmente, em profundidade, fazendo com que o pesquisador

imprima sua característica de sujeito, transformando-se e transformando o objeto pesquisado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Estética de la creación verbal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores,1985.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

DA NOBREGA TOMAZ-MOREIRA, S. et al . Fundamentos da abordagem qualitativa para a pesquisa em saúde sexual e reprodutiva. **Rev Colomb Obstet Ginecol**, Bogotá , v. 58, n. 1, p. 27-37, Mar. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-74342007000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 Ago. 2016.

ESPIRITO-SANTO, P.S.M.S.; OLIVEIRA, P.T.; RIBEIRO, D.F. O conceito de desenvolvimento social sob a ótica do pensamento complexo. Congresso Brasileiro de sistemas, 4º, 2008. Franca.

FREITAS, M. T. A. Bakhtin e a psicologia. In: FARACO, C.A. et al. Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p. 165-187.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 116, p. 21-39, Jul 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 Ago. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002.

GUSSO G.; LOPES J. M. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre, Artmed, 2012.

RIBEIRO, D. F. Desenvolvimento Social e Humano: Perspectivas contemporâneas. Seminário de Pesquisa, 3º, 2011. Franca.

UNESP, Campus Botucatu. Tipos de revisão de literatura. 2015. Disponível em <http:// http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. acesso em 14 Out. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS COM FOCO NO MERCADO EXTERNO: um estudo de caso

STRATEGIC PLANNING FOR SMALL AND MEDIUM-SIZED COMPANIES WITH A FOCUS ON THE EXTERNAL MARKET: A Case Study

Área 2: Desenvolvimento e Integração Regional: 2.6 Outras áreas temáticas

FERREIRA, Gabriela Santana
Uni - Facef Centro universitário de Franca
Graduando Engenharia de Produção
gabrielasantanaf@outlook.com

COSTA, Flávio Henrique de Oliveira
Prof. Ms. em Engenharia de Produção
flaviohenrique@facef.br

RESUMO

O planejamento estratégico é uma ferramenta eficaz, capaz de auxiliar as organizações e determinar e atingir seus objetivos. Com a sua utilização as empresas conseguem executar, monitorar, ajustar e verificar se os planos determinados estão sendo atingidos com sucesso. Neste sentido, o presente trabalho tem como o objetivo apresentar um estudo sobre os conceitos fundamentais do planejamento estratégico, ressaltando a importância obtida por meio das pequenas e medias empresas no território brasileiro. Sendo utilizado como metodologia um levantamento bibliográfico e um estudo de caso realizado em uma empresa de fabricação de máquinas, equipamentos e ferramentas para indústrias, localizada da na cidade de Franca – SP, sendo possível mostrar que o planejamento estratégico é de grande auxilio para pequenas e médias empresas que querem exportar.
Palavras – chave: Comportamento, Empresa, Gestão.

ABSTRACT

Strategic planning is an effective tool that can help organizations and determine and achieve their goals. With their use, companies can execute, monitor, adjust and verify that the determined plans are being successfully achieved. In this sense, the present work has the objective of presenting a study on the fundamental concepts of strategic planning, highlighting the importance obtained through small and medium enterprises in the Brazilian territory. A bibliographical survey and a case study carried out in a manufacturing company of machines, equipment and tools for industries, located in the city of Franca - SP, being possible, shows that strategic planning is a great help for small and Companies that want to export.
Key words: Behavior, Company, Management.

1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, as pequenas e médias empresas contribuem para o fortalecimento da economia brasileira, desse modo, o planejamento estratégico tornou-se uma ferramenta indispensável para as empresas, as quais buscam uma gestão com eficiência. O principal objetivo do planejamento estratégico é criar estratégias que irão direcionar a organização, para otimizar seu desempenho e melhorar seus resultados. Por isso o número de empresas que busca por essa ferramenta é cada vez maior (FERREIRA, 2005).

Desse modo, o planejamento estratégico envolve toda a organização, seus objetivos e metas, sendo possível analisar tanto o ambiente interno como o externo, permitindo criar um plano para alcançar um determinado objetivo. Por isso muitas organizações utilizam o planejamento estratégico para conseguir atingir seus objetivos no futuro.

O problema de pesquisa é elucidar a função do planejamento estratégico para as instituições e principalmente sua implantação adequada. O objetivo desse trabalho é apresentar um estudo sobre os conceitos fundamentais do planejamento estratégico, ressaltando a importância obtida por meio das pequenas e medias empresas no território brasileiro que atuam no mercado externo. Justifica-se que a relevância das instituições na participação no mercado externo e a criação de estratégias por meio do planejamento para direcionar e otimizar seus resultados.

A metodologia utilizada no trabalho foi um levantamento bibliográfico realizado por meio de livros, publicações acadêmicas em revistas eletrônicas e *sites* direcionados ao tema proposto e a realização de um estudo de caso que contribuiu na fundamentação desse Trabalho de Conclusão de Curso.

A revisão de literatura foi organizada e dividida em dois capítulos para uma melhor compreensão do tema norteador desse trabalho. Desse modo, o primeiro capítulo apresenta uma análise do contexto histórico e a definição de planejamento estratégico, ressaltando o processo de elaboração de uma matriz *SWOT.* Já, o segundo capitulo faz uma apresentação das pequenas e medias empresas e sua participação no mercado financeiro, ressaltando suas vantagens e desvantagens. E no terceiro capitulo está situado o estudo de caso que foi desenvolvido por meio de um questionário em uma empresa do município de Franca-SP, o quarto capítulo apresenta os resultados e discussões, e por fim, a conclusão.

2 DEFINIÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Compreende-se que existem diversas definições para planejamento estratégico, as quais são bastante parecidas e englobam com maior ou menor amplitude suas indispensáveis características. O planejamento estratégico é um procedimento de elaborações de estratégias organizacionais em que se buscam a inclusão da organização e de sua missão no ambiente no qual atua (CHIAVENATO & SAPIRO, 2003).

O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial que as organizações utilizam para ganhar vantagens entre seus concorrentes, assim, tornando-se capazes de identificarem oportunidades e ameaças em seu ambiente operacional (RASMUSSENS, 1990). Sendo considerado um método pelo qual os acontecimentos futuros serão antecipados para desenvolver ações e assim

atingirem os objetivos da organização, desse modo, um planejamento bem implantado ajudará a entidade a alcançar sua visão, corrigir rumos e a deparar com oportunidades (SERRA *apud* SERRA F., 2008).

Compreende-se que é um processo continuo para tomada de decisões empresariais presentes, regularmente, e tendo um maior conhecimento capaz do futuro. Com uma melhor organização e execução dessas decisões e analisando com comparação das expectativas, isso é possível realizando por meio de *feedbaack* organizados (DRUCKER *apud* LOPES, 1976).

2.1 Breve contexto histórico sobre o planejamento estratégico

O desenvolvimento do planejamento estratégico teve início no século XVIII durante Revolução Industrial da Alemanha e da Inglaterra, por meio dos pensadores econômicos das teorias clássicas, entre eles James Stuart Mills, Adam Smith, Parson Malthus, David Ricardo, Karl Marx e Friedrich Engels. E pelos neo-clássicos de ThorstenVeblen, Otto Bauer, Von Hayek, JoesephSchumpeter, Jonh Maynard Keynes, Paul A. Samuelson e Milton Friedman (RASMUSSENS, 1990).

Compreende-se que foi no século XX que diversos pesquisadorniciaram a elaboração das bases do planejamento estratégico, o qual foi direcionado as empresas. Assim, surge a escola do pensamento estratégico que foi constituída por Max Weber, Frederick Taylor e Henry Fayol. Com isso as bases do planejamento estratégico iniciaram-se na década de 30, estratégias utilizadas pelos militares na Segunda Guerra Mundial resultaram nos conhecimentos empresariais, isto é, no planejamento estratégico (COUTO ,2017). Chiavenato & Sapiro (2003) afirmam que o planejamento estratégico formal e tradicional foi passado da área militar para o mundo empresarial.

Em 1950, institui uma nova fase denominada como uma projeção do planejamento estratégico a longo prazo, que era realizada para avaliar a situação da empresa para 5 a 10 anos, no entanto, os administradores não acreditavam em mudanças no cenário econômico e isso era considerado um fator de risco, pois esse planejamento não assegurava as empresas para uma fase de transição (COUTO, 2017).

Ao longo dos anos os administradores tiveram resistência para implantar o planejamento estratégico, esse era mal compreendido, pois seus resultados demoravam a aparecer. Com isso os mesmo preferiam evitar ou até mesmo sabotá-lo (ANSOFF, 1993). Portanto, o atual planejamento estratégico sofreu diversas adaptações ao longo da história, possibilitando seu reconhecimento como uma ferramenta indispensável nas empresas.

2.2 Aplicação do planejamento estratégico

O ambiente econômico, social e político estão submetidos a alterações constantes, visto que a tecnologia e a inovação vêm modificando os produtos/serviços. Com isso é necessário que as oportunidades e ameaças sejam percebidas com antecipação. O planejamento estratégico sem dúvida se tornou uma ferramenta com a qual pode buscar essas oportunidades e melhorar consideravelmente os lucros (RASMUSSENS 1990).

A gestão de uma empresa é denominada em duas zonas de tempo, isto é, o presente em que todos os deveres relacionados ao cotidiano deverão ser cumpridos no futuro por meio de um prazo estabelecido como curto, médio e longo. Vale

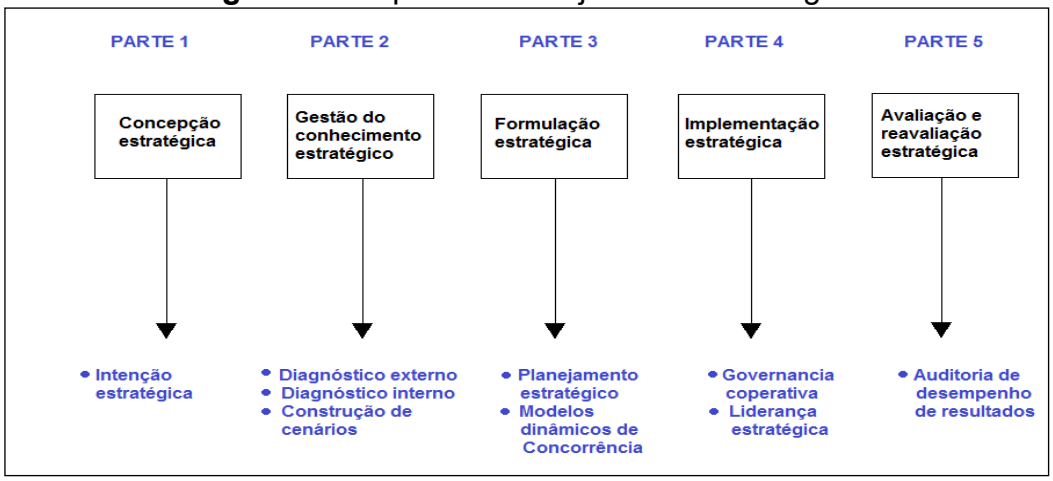
mencionar que esse processo é continuo permitindo mudanças e a compreensão dos gestores sobre o planejamento estratégico (RASMUSSESNS, 1990).

Portanto:

> *A estratégia precisa ser planejada. O planejamento estratégico é a maneira pela qual a estratégia é articulada e preparada. Contudo, ele não é algo que se faz uma vez a cada ano. Ele não é descontínuo. Quanto maior for à mudança ambiental, mais deverá ser feito e refeito de maneira contínua o planejamento estratégico (CHIAVENATO & SAPIRO, 2003, p. 38).*

Para Chiavenato e Sapiro (2003) existe cinco etapas essenciais para o processo de planejamento e gestão estratégica. Com isso pode dizer que a estratégica aponta qual o caminho e o planejamento estratégico mostra como andar nele. A finalidade do planejamento estratégico é a definição do plano estratégico. Em seguida, segue a implantação estratégica, onde será construído as ações nas quais a empresa alcançara a consecução de sua visão de negócios, missão e objetivos. A realização da estratégia é feita pela aplicação de plano tático e operacionais. Como retrata a Figura 1

Figura 1 : Etapas do Planejamento Estratégico



Fonte: Adaptado de Chiavenato e Sapiro 2003, p.45.

Compreende-se que as etapas de planejamento consistem em cinco partes, na parte 1 está a concepção estratégica que permite uma intenção estratégica, na parte 2 a gestão de conhecimento estratégico resulta em um diagnóstico externo, interno e a construção de cenários. A parte 3, apresenta a formulação estratégica, isto é, o planejamento estratégico e seus modelos dinâmicos de concorrência, a parte 4 encontra-se a implementação estratégica ressaltando sua governança cooperativa e sua liderança estratégica, e por fim, a parte 5 que é avaliação e reavaliação estratégica composta por sua auditoria de desempenho de resultados.

2.2.1 Análise do ambiente

Na análise externa é capaz de identificar as ameaças e oportunidades. As oportunidades são fatores que se forem bem aproveitadas às organizações conseguem ter vantagens competitivas. Já as ameaças são fatores que podem atrapalhar as organizações no seu funcionamento. O gestor deve analisar todas as oportunidades e ameaças encontradas e verificar quais oportunidades devem ser realmente aproveitas e quais ameaças têm um maior grau de preocupação para a organização (FERREIRA, 2005).

Essa análise é considerada umas das etapas mais importantes do

planejamento estratégico, porque é nesta etapa que as organizações são levadas a conseguir a eficácia por ter descoberto as oportunidades e ameaças, que são os primordiais condicionantes da eficácia, ou seja, para que a entidade consiga alcançar o sucesso é necessário aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças (ALMEIDA, 2003)

Já análise interna tem como finalidade colocar em destaque as qualidades e as limitações da empresa, ou seja, pontos fortes e francos da organização. Os pontos fortes são características internas da organização, atuais que auxiliam a mesma na realização de seus objetivos e missão. Os pontos francos são as falhas internas, atuais que prejudicam e complica ao longo do tempo a entidade alcançar seus objetivos estratégicos (MARCELINO apud FUSCALDI, 2008).

Sabe-se que essa análise visualiza o presente e a organização deve tomar ações que só dependem dela, já a análise externa visualiza o futuro e a organização deve ter medidas e estratégias para se preparar para esse futuro (ALMEIDA, 2003).

2.2.2 Matriz *SWOT*

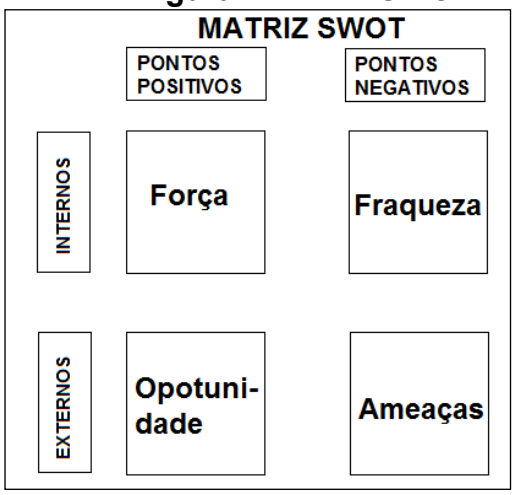
Os docentes da *Harvard Business*: Kenneth Andrews e Roland Christensen foram os criadores da matriz *SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats)* traduzindo e*m* pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. É uma ferramenta de grande utilidade no planejamento estratégico, pois relaciona as situações externas e internas da organização (FUSCALDI, 2008).

A análise SWOT é representada em forma de matriz, sendo capaz de mostrar a situação da empresa em um determinado momento, o que permite que a organização consiga corrigir suas falhas. É essencial que seja revista regularmente, conforme a velocidades que os fatores mudam (CLEMENTE, 2004).

Muitas organizações utilizam essa ferramenta para a elaboração do planejamento estratégico, pois ela ajuda a fazer o cruzamento do conjunto dos pontos fortes com as oportunidades e ameaças, também faz o cruzamento do conjunto dos pontos francos com as oportunidades e ameaças. Quando as entidades analisam esses cruzamentos conseguem tem a noção do nível de preparação para enfrentar no futuro (FERNANDES, 2012).

A matriz *SWOT* analisa os pontos fortes da entidade, que são divididos em dois grupos, um que associa com as oportunidades e outro com as ameaças. Com os pontos francos deve fazer o mesmo. A Figura 2, apresenta a matriz *SWOT* (CLEMENTE, 2004).

Figura 2: Matriz *SWOT*



Fonte: Clemente, 2004, p. 38

De acordo com a Figura 2, a matriz *SWOT* é constituída por fatores internos que são determinados por pontos positivos e externos que são as oportunidades, e seus pontos negativos que estão relacionados aos fatores internos que é a fraqueza e externos que são as ameaças.

3 CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS NO BRASIL

A expansão da economia brasileira está relacionada com o crescimento das empresas de pequeno e médio porte, com tudo essas instituições contribuem para o fortalecimento econômico, geração de empregos e investimentos tecnológicos para se manterem atuantes e competitivas no mercado financeiro.

Desse modo, no Brasil não se utiliza apenas um único tipo classificação do porte de uma organização. Segundo a lei geral das micros e pequenas empresas (Lei Complementar no 123/2006), para a empresa ser considerada microempresa deve ter um faturamento anual no máximo US$ 150 MIL já as de pequeno porte de US$ 1,5 milhão (SARFATI, 2013).

Já o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) classifica as empresas de acordo com a quantidade de funcionários. Para uma empresa ser considerada micro deve ter até 19 funcionários, a pequena no mínimo 20 até 99 funcionários, média de 100 até 499 já a empresa de grande porte deve ter acima de 500 funcionários (SEBRAE, 2013).

As pequenas e médias empresas são muito importantes para a economia brasileira, pois representa 27% do PIB, 52% dos empregos com carteira, essas empresas ajuda no desenvolvimento do Brasil (SEBRAE, 2014).

3.1 Mercado Externo

A exportação está sendo vista pelas entidades como uma maneira de se manter competitivas e sobreviver no mercado, por esses motivos varias empresas brasileiras entrou para esse novo mercado, com isso conseguiram aumentar suas vendar e consequentemente seus lucros cresceram (KLOTZLE & THOMÉ, 2006).

De acordo com Lopes (2011, p.40), é necessário uma adaptação ao comercio exterior:

> *Sabe-se que diversos produtos fracassaram em mercados estrangeiros por não atenderem o gosto e padrões locais. A distância cultural, hábitos de*

> *consumo ou práticas mercadológicas são barreiras a serem vencidas. No entanto, resta ao exportador um recurso: adaptar o produto ao mercado-alvo. Essa decisão pode implicar desde o completo remodelamento do design até as modificações substanciais na embalagem.*

Portanto a organização que decide entrar para o mercado internacional necessita conhecer como funciona, pois esse ambiente é diferente do que ela esta acostumada a atuar, sendo assim é necessário se adaptar nesse novo ambiente, para não ter problemas no futuro e conseguir ter sucesso (CADOGAN & DIAMANTOPOULOS *apud* GARRIDO et. al, 2006).

É necessário que as organizações criem e avaliam estratégias para esse mercado, sendo possível analisar qual é melhor estratégia e qual a melhor maneira para trabalhar no mercado internacional (OSLAND *apud* GARRIDO et. al, 2006). Essas estratégias iram a ajudar a empresa analisar com antecipação as ameaças e oportunidades que irá encontrar trabalhando no mercado externo.

As micros e pequenas empresas são as que mais se arrisca a entrar no mercado internacional, porém o número dessas empresas que desiste também é muito alto, pois têm muitas dificuldades de entrar nesse mercado, como varias burocracias, falta de planejamento e de infraestrutura (VEIGA *apud* KLOTZLE & THOMÉ, 2006).

As dificuldades encontradas por essas empresas são confirmadas pelos números do total de exportação feita pelas empresas brasileiras, que é de 2,4%. Esse número se dá em razão que muitas empresas desconhecem os instrumentos de apoio para programas de exportação, e investir de maneira adequada no desenvolvimento do produto para atender um determinado mercado alvo, as mesmas devem conhecer seus consumidores o que desejam e necessitam se as entidades utilizassem esses programas e investir de maneira adequada as chances de se manterem competitivas e aumentar seus lucros é muito maior (DIAS JUNIOR *apud* ESTEVES & NOHARA, 2011).

O governo brasileiro tem criados programas, que tem como objetivo aumentar todos os dias mais os números de pequenas e médias empresas que exportam como o órgão Agência de Promoção de Exportação- Apex- Brasil, tendo como finalidade apoiar essas empresas na entrada e permanência neste comércio, pois a preparação para entrar no mercado internacional necessita de elevados investimentos, como viagens, participação de feiras, preparo de embalagens para exportação entre outros. Quando uma empresa possui um planejamento e conhece bem o mercado em que vai atuar, as possibilidades de obter o sucesso é maior (DIAS JUNIOR *apud* ESTEVES & NOHARA, 2011).

4 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar e compreender o planejamento estratégico nas empresas foi desenvolvido um estudo de caso documental e descritivo que permitiu ressaltar questões e opiniões fundamentais sobre o tema em questão.

Este estudo tem como objetivo principal mostrar que o planejamento estratégico pode ser útil para pequenas e médias empresas que querem entrar no mercado externo. Sendo possível responder o problema da pesquisa: Como o planejamento pode ajudar as pequenas e medias empresas que pretendem entrar para o mercado externo.

Segundo Miguel (2012, p.131):

> *"o estudo de caso é um trabalho de caráter empírico que investiga um dado*

> *fenômeno dentro de um contexto real contemporâneo por meio de análise aprofundada de um ou mais objetos de análise".*

O estudo de caso possibilita uma maior integração entre o pesquisador e objeto de pesquisa, pois utiliza-se de diversos instrumentos de coleta de dados, como entrevistas e visitas onde são feitas observações que podem ajudar na pesquisa, sendo assim é possível que o pesquisador consiga se aprofundar mais nas análises, esse pode ser uns dos motivos que esse método seja amplamente utilizado (MIGUEL, 2012).

Por ser um estudo de caso a abordagem a ser adotada será qualitativa, pois para análise e coletadas dos dados foi feito uma entrevista em Julho de 2017 em forma de questionário, ressaltado a realização de visitas técnicas para obtenção de maior quantidade de dados para a pesquisa.

A pesquisa qualitativa é um guarda-chuva que abriga uma série de técnicas de interpretação que procuram descrever, decodificar, traduzir, e qualquer outro termo relacionado com o entendimento e não com a frequência de ocorrência das variáveis de determinado fenômeno (MAANEN *apud* MIGUEL, 2012).

Para a elaboração do referencial teórico, foi utilizado uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida através de matérias publicadas em livros e redes eletrônicas, são matérias que estão disponíveis para todo o público e consequentemente a aplicação do questionário.

5 DISCUSSÕES E ANÁLISE DO CASO

5.1 Apresentação da empresa

A empresa atua no setor de elaboração de projetos e desenvolvimento da fabricação de máquinas, equipamentos e ferramentas no município de Franca- SP. Empresa X está classificada como microempresa, a qual foi fundada em 1970, com novas adaptações em 1993 surge a empresa com 6 funcionários que se destacou na área de engenharia, design, controle de qualidade e planejamento de engenharia de produção. Vale mencionar que a empresa não possui organograma e nem funções especificas de cargos. É importante destacar que a empresa tem uma participação externa no mercado, a qual realizou sua primeira exportação para a República Tcheca, obtendo benefícios próprios e sua expansão no mercado externo.

5.2 Discussão dos processos

É importante mencionar que a empresa não tem experiência com fluxograma de exportação, SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), linhas de financiamento, mecanismo de proteção e programas governamentais de auxílio à exportação e não disponibiliza pesquisas de satisfação ao cliente.

Já, em relação ao seu planejamento estratégico e indicadores de desempenho a empresa não possui um modelo formalizado, no entanto, na sua visão administrativa sua ferramenta gerencial estabelece uma definição parcial e com metas de curto prazo, procurando soluções rápidas e eficientes, as quais respeitam o meio ambiente e proporcionam satisfação e credibilidade aos clientes.

Sua análise é realizada por meio de planilhas que são compostas por índices e métodos de cálculos, permitindo uma avaliação de sua situação econômica e seus índices financeiros. Vale mencionar que a empresa disponibiliza um controle de contas a pagar e receber, balancete de gastos, despesas e custos, assim, essas ferramentas são fundamentais para sua sobrevivência, também por meio de

planilhas. E utiliza redes sociais para expandir seu marketing e a divulgação de seus produtos, ressaltando suas ações sustentáveis.

É importante mencionar que a elaboração da matriz SWOT só foi possível sua construção com o auxílio de um funcionário, o qual forneceu dados importantes durante o seu processo de elaboração. Na Figura 3, encontra-se a matriz SWOT da empresa X.

Figura 3: Matriz *SWOT*

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	**FORÇA** Gestão Ambiental Treinamento de Funcionários A empresa exerce sua missão Preço competitivo Processo de Exportação Processo de Manufatura Qualidade do Produto Gestão de Inovação	**FRAQUEZAS** Pesquisa Organizacional Falta de Indicadores Marketing Plano de Exportação Administração Financeira Ausência de Comunicação organizacional
Fatores Externos	**OPORTUNIDADES** Programa do Governo de auxílio a Exportação Novas Tecnologias que possibilita redução dos custos Aumento com a preocupação social Saída de um concorrente	**AMEAÇAS** Alta e baixa do dolar Problemas políticos internacionais Variação do preço da matéria-prima

Fonte: Autores, 2017.

Entre seus pontos fortes e fracos a administração estratégica possui diversos resultados positivos, entre elas sua missão, visão, objetivos, metas, descrição de normas, procedimentos operacionais, entretanto, é necessário a implantação e a realização de planejamento estratégico, desenvolvimento do fluxograma e estabelecer índice de satisfação com os clientes. A empresa possui um acompanhamento dos preços em relação ao mercado, sendo assim consegue ter um preço competitivo com os seus concorrentes. Já, em relação às desvantagens se encontram a ausência de indicadores financeiros, quantificação de ociosidade e análise da planilha de estrutura de formação do custo do produto.

A participação de vendas e marketing é de suma importância buscando vantagens em vendas eletrônicas e divulgação de seus produtos em feiras, entretanto, não explora todo o seu potencial de mercado, visto a ausência de indicadores de satisfação dos clientes.

Em relação ao comércio exterior, a empresa se destaca por efetuar exportações, oferecendo preço competitivo para se manter no mercado externo, vale mencionar que ela precisa melhorar no aspecto de elaboração de um plano de exportação, linhas de financiamentos e programas de auxílio à exportação, capacidade exportadora, realização de fluxograma de exportação e a identificação de regiões para potencial de abertura de mercado. Em seus produtos e manufatura, a empresa apresenta vantagens, pois possui marcas e patentes, fichas técnicas dos produtos, investimentos em design do produto e embalagem. Ações sustentáveis como o descarte adequado de resíduos e todas as licenças adequadas para seu

funcionamento, entretanto, suas desvantagens estão no pouco investimento em *layout* de produção, controle de estoque e analise de tempo médio de desenvolvimento do produto. É evidente que o objetivo da empresa é investir em tecnologia em seus produtos com uma visão de sustentabilidade.

Por meio da análise do questionário obtido foi possível verificar que Empresa X, busca consolidar seu mercado perante suas concorrentes, oferecendo qualidade na sua prestação de serviço e com um diferencial aos seus clientes que é a sustentabilidade. Apesar da ausência de um modelo de planejamento estratégico e indicadores de desempenho, a empresa possui uma visão administrativa que contribui em sua organização financeira, disponibilizando recursos para seus investimentos. Assim, garantindo sua participação no comércio exterior, ocasionando o fortalecimento de sua competividade por oferecer produtos com preço competitivos.

Vale mencionar que a possibilidade de inserção de novas propostas tais como o treinamento em realização de planejamento estratégico, definição de metas de curto, médio e longos prazos, desenvolvimento de planilhas de indicadores de desempenho e de satisfação do cliente e a descrição do fluxograma de atividades, serão essências para seu crescimento.

Apesar de sua contribuição no comércio exterior, torna-se necessário avaliar sua capacidade exportadora, desenvolvimento sobre o fluxo de exportação e documentação necessária, treinamentos necessários em plano de exportação e a identificação de países compradores, e para aumentar sua produtividade é fundamental uma análise do tempo do desenvolvimento do produto, melhoria em seu controle de estoque, investimentos no layout de produção e a criação de indicadores estatísticos de qualidade.

Com tudo, a empresa busca melhorias e verifica-se a necessidade da implantação e execução de aprimoramentos para que desenvolva seu potencial administrativo, ressaltando que apresenta vantagem competitiva no comércio exterior perante seu pequeno porte, assim, conseguindo a obtenção de vantagens e investimentos em seus produtos, garantindo eficiência em sua gestão e área de atuação.

CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa bibliográfica o planejamento estratégico é necessário para uma análise atual do cenário econômico, quais as metas e objetivos propostos e quais as estratégias e recursos para a obtenção de seus resultados. Ressaltando que o planejamento estratégico tem um grande poder de ação na empresa, pois ele permite uma análise em curto, médio ou longo prazo, desse modo a clareza no planejamento é fundamental para a atuação da organização perante o cenário econômico.

Vale ressaltar que a participação das pequenas e medias empresas possibilitou o desenvolvimento econômico, de forma simplificada a legalidade dessas instituições representa a importância social, econômica e a geração de empregos. E apesar do pouco capital conseguem atravessar obstáculos gerando renda e emprego e com todas as dificuldades no processo de exportação as empresas estão conquistando seu espaço no mercado externo.

Compreende-se que o desenvolvimento do estudo de caso contribui em uma análise real de uma pequena empresa sem um modelo concreto de planejamento

estratégico, que se encontra atuante no mercado externo, a qual apresenta uma visão administrativa inovadora. Ressaltando que o estudo de caso foi limitado por ser em uma única empresa e contribuindo para as oportunidades de pesquisas futuras em diversos segmentos, para uma análise quantitativa.

Portanto, ao analisar todos os pontos fortes e fracos apresentados pela empresa é possível afirmar que o planejamento estratégico é uma ferramenta fundamental para administrar por meio da integração de todos os setores e recursos disponíveis com grande eficiência, permitindo sua expansão e consolidação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Martinho I. Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 156 p.

ANSOFF, H. Igor; McDONNELL, Edward J. **Implantação da administração estratégica.** Tradução de Antonio Zorrato Sanvicente, Guilherme Ary Plonky. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993. 590 p.

CLEMETE, Arnido (org). **Planejamento do negócio :como transformar ideias em realizações.** Rio de Janeiro: Lucerna, Brasília, DF.SEBRAE, 2004.144 p.

COUTO, Ana Carolina Barreto da Silva. **Considerações sobre planejamento estratégico municipal com estudo de caso sobre a cidade de Macaé/RJ**. [Projeto de Graduação Rio de Janeiro, RJ, 2017.Disponivel em : <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10019961.pdf.>Acesso em : 10 de junho de 2017.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Elservier, 2003. 415 p.

ESTEVES, Guilhemes; NOHARA, Jouliana Jordan. Fatores críticos à estabilidade das alianças estratégicas das micros e pequenas empresas. **Revista** de Administração e Inovação, São Paulo, v.8, n.3, p.182-204, Jul./Set. 2011. FERREIRA, Angélica D. et al. A importância do planejamento estratégico para o crescimento das empresas. **Revista** de Ciências Empresariais, Maringa Management, v.2, n.1, p. 34-39, jan/jun. 2005.

FERNANDES, Djair Roberto. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. **Revista** Ciências Jurídicas e Empresariais, Londrina, v.13, n.2, p.57-68, Set. 2012.

FUSCALDI, Kelliane da Consolação; MARCELINO, Gileno Fernandes. **ANÁLISE SWOT: O CASO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, Jul. 2008.

GARRIDO, Ivan Lapuente; LARENTIS, Fabiano; ROSSI, Alberto Vargas. Orientação para o mercado externo, estratégias de entrada em mercados internacionais e performance internacional: proposições para um modelo conceitual. **Revista** de Administração e Contabilidade da Unisinos, Rio de Janeiro p. 63-73, Jan/Abril 2006.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações.**2ed.Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO ,2012.

LOPES, Carlos Tomás Guimarães. **Planejamento e estratégia empresarial.** São Paulo: Saraiva,1976. 194 p.

LOPES, José Manoel Cortiñas; GAMA, Marilza. **Comércio Exterior Competitivo**.4 ed. São Paulo. Aduaneiras, 2011.

RASMUSSEN, U.W. **Manual da metodologia do planejamento estratégico**. São Paulo: Aduaneiras, 1990. 256 p.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista** administração Pública, Rio de Janeiro p. 25-48, Jan./ Fev. 2013.

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 2013. Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf >. Acesso em 19 Jul. 2017.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 19 Jul. 2017.

SERRA, Fernando A. Ribeiro. Semântica. In: ANGELONI, Maria Terezinha; MUSSI, Clarissa Carneiro (Org.). **Estratégias: formulação, implantação e avaliação: o desafio das organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p.

KLOTZLE, Marcelo Cabus; THOMÉ, Cristiane Caires. Fatores associados ao desempenho exportador de micros, pequenas e medas empresas brasileiras. **Revista** Administração, São Paulo, v.41, n.3, p. 339-346, Jul./ Ago./ Set. 2006.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

POLÍTICA PÚBLICA DE DROGAS DIRECIONADA AO ENSINO

PUBLIC POLICY ON DRUGS DIRECTED TO EDUCATION

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

RAVAGNANI, Christopher Abreu
Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
Mestre em Direito UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
Professor de Direito na Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
car.advogado@hotmail.com

NEVES, Bruno Humberto
Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
Advogado. Graduado em Direito pela Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP. Presidente da Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil de Ituverava-SP.
bhn.advogado@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa caracteriza e discute os fatores de risco e proteção ao uso indevido de drogas por crianças e adolescentes. Os resultados demonstram que é de fundamental importância a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido de drogas, bem como a responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, destacando-se o papel da escola na promoção da construção e socialização do conhecimento sobre drogas no país. Neste sentido, os fatores escolares de proteção apresentam-se como instrumento a tornar o indivíduo menos propenso a assumir comportamentos de risco ligados às drogas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Drogas, Educação.

Abstract

This research characterizes and discusses the risk and protection factors for drug misuse by children and adolescents. The results demonstrate that it is of fundamental importance to adopt a multidisciplinary approach that recognizes the interdependence and complementary nature of drug abuse prevention activities, as well as the shared responsibility between State and Society, highlighting the role of the school in promoting construction and socialization of drug knowledge in the country. In this sense, the school protection factors are presented as an instrument to make the individual less likely to assume drug-related risk behaviors.

Keywords: Public policy, drugs, education.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é um momento de grande impacto no desenvolvimento humano, consiste em um processo de emancipação afetado por diversos fatores nos quais atitudes, hábitos e comportamentos se encontram em transformação, sendo um período crucial no que tange ao uso de drogas, de modo que os primeiros contatos com o álcool e outras drogas ocorrem, geralmente, durante esse período, no qual as estruturas cerebrais responsáveis pela percepção temporal e pelo controle de impulsos ainda em amadurecimento. Tal fato, somado às transformações físicas e psíquicas e aos conflitos com o meio familiar e social, acaba por aprofundar a vulnerabilidade inerente a essa população específica. (BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015).

A estratégia de minorar o uso indevido de drogas ganhou evidência a partir da década de 70 do século XX. Naquele período, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) passou a salientar o papel da escola como espaço para a realização de uma abordagem preventiva ao abuso de drogas, sendo, portanto, altamente relevante o papel da escola como local privilegiado para trabalhar prevenção às drogas pela possibilidade de acesso aos jovens e por seu lugar socialmente legitimado como instituição formadora de crianças e adolescentes. (BARROS; COLAÇO, 2015).

Neste sentido, a estruturação de uma dinâmica de implantação em prevenção ao abuso de drogas nas escolas, apresenta-se como elemento importante de se chegar com a mensagem antidrogas ao jovem, municipalizando as ações de prevenção contra as drogas. As estratégias de municipalização possibilitam incrementar medidas estruturadas em plano, programa e projeto que tornam a prevenção mais próxima às instituições escolares. (FONSECA, 2006).

Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é analisar e discutir os fatores de risco e proteção ao uso indevido de drogas por crianças e adolescentes, com enfoque voltado ao ensino.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se do método analítico-dedutivo e do estudo de diversos artigos e teorias nacionais a respeito do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Antidrogas em seu Título III Capítulo I ao tratar da prevenção ao uso indevido de drogas dispõe em seu artigo 18, in verbis.

> Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Desse modo, conforme o artigo ora comentado, a nova política de prevenção está sedimentada em quatro pilares: (a) redução dos fatores de vulnerabilidade; (b) redução dos fatores de risco; (c) promoção dos fatores de proteção; (d)

fortalecimento dos fatores de proteção. Assim, a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco ganham a mesma importância que a promoção e fortalecimento dos fatores de proteção, devendo ser executados de forma harmônica.

Conforme o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2009) ligado à Presidência da República, entende-se por vulnerabilidade a pouca ou nenhuma capacidade do indivíduo ou grupo social de decidir sobre sua situação de risco. A vulnerabilidade está diretamente associada aos fatores culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos.

Os fatores de risco são aqueles que tornam a pessoa mais vulnerável a assumir comportamentos associados às drogas. Já os fatores de proteção são os que tornam a pessoa menos propensa a assumir comportamentos ligados às drogas.

Assim, nos dizeres de Bianchini (2006, p.42):

> No lugar de buscar a imunização do sujeito às drogas, por obstáculo ou castigo, a Lei elege como um dos objetivos de prevenção torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco, numa demonstração de maior consciência acerca dos aspectos que envolvem o tema.

Neste sentido, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2009), discorrendo sobre os fatores de risco e proteção ligados ao indivíduo dispõe:

Quadro 1 - Fatores do próprio indivíduo

De proteção	De risco
Habilidades sociais	Insegurança
Cooperação	Insatisfação com a vida
Habilidades para resolver problemas	Sintomas depressivos
Vínculos positivos com pessoas, instituições e valores	Curiosidade
Autonomia	Busca de prazer
Auto-estima desenvolvida	

Fonte: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

Assim, nota-se que a pessoa com baixa autoestima que não consegue se destacar, seja nos esportes ou mesmo nos relacionamentos sociais, pode visualizar nas drogas sua identidade. Do mesmo modo, sintomas depressivos, crises de angústia, curiosidades e busca de emoções presentes principalmente na adolescência são fatores que propiciam comportamentos relacionados às drogas.

Os fatores de risco e proteção ligados à família conforme o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2009), são os seguintes:

Quadro 2 - Fatores familiares

De proteção	De risco
Pais que acompanham as atividades dos filhos	Pais fazem uso abusivo de drogas
Estabelecimento de regras de conduta claras	Pais sofrem doenças mentais
Envolvimento afetivo com a vida dos filhos	Pais excessivamente autoritários ou muito exigentes
Respeito aos ritos familiares	Famílias que mantêm uma “cultura aditiva”.
Estabelecimento claro da hierarquia familiar	

Fonte: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

A família, portanto, pode ser um fator de risco ou de proteção no que se refere às drogas. Os fatores de risco e proteção também podem ser observados em relação aos fatores de natureza social, conforme demonstra o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2009):

Quadro 3 - Fatores sociais

De proteção	De risco
Respeito às leis sociais	Violência
Credibilidade da mídia	Desvalorização das autoridades sociais
Oportunidades de trabalho e lazer	Descrença nas instituições
Informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos	Falta de recursos para prevenção e atendimento.
Clima comunitário afetivo	Falta de oportunidades de trabalho e lazer.
Consciência comunitária e mobilização social	

Fonte: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

Estes fatores de natureza social demonstram uma responsabilidade não apenas do Estado, mas também da sociedade que tem um papel muito importante no controle das drogas. Neste sentido, a política criminal sobre drogas através da Lei Antidrogas traz como um de seus princípios a responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade em seu artigo 4º, V, *in ver bis*.

> Art. 4º São princípios do Sisnad:
> [...]
> V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;

Do mesmo modo, o princípio da responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade aparece em vários momentos na Política Nacional sobre

Drogas, elaborada pelo Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, em sua (Resolução n. 3, de 27 de outubro de 2005), *in ver bis*.

> PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS
> [...]
> - Fundamentar, no princípio da responsabilidade compartilhada, a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do governo e da sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das conseqüências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas.
>
> 1. PREVENÇÃO
> 1.1 Orientação geral
> 1.1.1 A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da "Responsabilidade Compartilhada", com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.
>
> 1.2 Diretrizes
> [...]
> 1.2.1 Garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros estaduais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da "responsabilidade compartilhada".
> 1.2.8 Priorizar ações interdisciplinares e contínuas, de caráter preventivo e educativo na elaboração de programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, oportunizando a prevenção do uso indevido de drogas no ambiente de trabalho em todos os turnos, visando à melhoria da qualidade de vida, baseadas no processo da "responsabilidade compartilhada", tanto do empregado como do empregador.
>
> 2. TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL
> [...]
> 2.1.5 No Orçamento Geral da União devem ser previstas dotações orçamentárias, em todos os ministérios responsáveis pelas ações da Política Nacional sobre Drogas, que serão distribuídas de forma descentralizada, com base em avaliação das necessidades específicas para a área de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, estimulando o controle social e a "responsabilidade compartilhada" entre governo e sociedade.

Tratando, ainda, dos fatores de risco e proteção previstos no artigo 18 já citado, só que agora destinados aos fatores escolares, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2009) aduz:

Quadro 4 - Fatores escolares

De proteção	De risco
Bom desempenho escolar	Baixo desempenho escolar
Boa inserção e adaptação no ambiente escolar	Falta de regras claras
Ligações fortes com a escola	Baixas expectativas em relação às crianças
Oportunidades de participação e decisão	Exclusão social
Vínculos afetivos com professores e colegas	Falta de vínculos com as pessoas ou com a aprendizagem
Realização pessoal	
Possibilidades de desafios e expansão da mente	
Descoberta de possibilidades (e "talentos") pessoais	
Prazer em aprender	
Descoberta e construção de projeto de vida	

Fonte: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

Nota-se, então, que os fatores escolares são de fundamental importância para prevenção do uso de drogas, dessa forma, se forem bem observados, fortalecem e promovem os fatores de proteção contribuindo, consequentemente, para redução dos fatores de vulnerabilidade e risco.

Assim, a escola tem um importante papel na prevenção ao uso indevido de drogas, e de tão importante que este papel é, foi abarcado pela Lei Antidrogas em seu artigo 19, incisos X e XI, *in ver bis*.

> Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:
> [...]
> X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;
> XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;

No mesmo sentido, a Política Nacional sobre Drogas, elaborada pelo Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, em sua (Resolução nº3, de 27 de outubro de 2005) dispõe:

> 1. PREVENÇÃO
> 1.1 Orientação geral
> [...]
> 1.1.4 As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos
> bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do

> protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações.
>
> 3. REDUÇÃO DOS DANOS SOCIAIS E À SAÚDE
> [...]
> 3.2.8. Incluir a redução de danos na abordagem da promoção da saúde e prevenção, no ensino formal (fundamental, médio e superior).

Desse modo, vê-se que a Política Nacional sobre Drogas e também a Lei Antidrogas preocuparam em destinar medidas preventivas ao uso de drogas também às escolas, especialmente pelo fato de principalmente os jovens passarem a maior parte de seu tempo nestes locais.

Assim, ao tratar das orientações gerais para prevenir o uso abusivo de drogas, tal política reafirma o papel primordial da escola, de modo a multiplicar ações que incentivem a socialização de conhecimentos sobre drogas, o protagonismo juvenil e a produção de saúde. Neste sentido, faz-se mister a capacitação continuada de educadores e a inclusão de conteúdos referentes ao uso indevido de drogas, não apenas no ensino fundamental e médio, como também no ensino superior. (BARROS; COLAÇO, 2015).

Portanto, é obrigação legal da escola atuar na fase preventiva ao uso de drogas. Conforme lições de Bianchini (2006, p.47), a Lei Antidrogas distingue a prevenção em três momentos distintos:

> **Prevenção primária:** tem por finalidade impedir o primeiro contato do indivíduo com a droga, ou de retardá-lo. Muito válidas, neste caso, as estratégias ligadas ao esclarecimento dos efeitos e consequências do uso indevido de drogas. A nova Lei preocupa-se com tal momento ao estabelecer uma série de medidas preventivas, como, exemplificativamente, "o estabelecimento de políticas de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino" (art. 19, X).
> **Prevenção secundária:** busca evitar que aqueles que façam uso moderado de drogas passem a usá-las de forma mais frequente e prejudicial. A eficácia das medidas voltadas à prevenção secundária encontra-se diretamente atrelada a um diagnóstico precoce acerca da análise dos fatores de risco e de proteção associados ao indivíduo. Um diagnóstico precoce e uma pronta intervenção nos casos de existência de fatores de risco são fundamentais para estancar eventual processo de evolução do uso de drogas.
> **Prevenção terciária:** incide quando ocorrem problemas com o uso ou a dependência de drogas, sendo que fazem parte deste momento todas as ações voltadas para a recuperação do dependente. Na presente Lei, pode ser mencionado, dentre outros, o dispositivo contido no art. 47, o qual prevê que "na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação que ateste a necessidade de encaminhamento do agente para tratamento, realizada por profissional de saúde com competência específica na forma da lei, determinará que a tal se proceda. (BIANCHINI 2006, p. 47-48, grifo nosso)

Verifica-se, portanto, que a escola é um poderoso agente de socialização da criança e do adolescente, por juntar em seu interior a comunidade de pares e por ter fortes instrumentos de promoção da autoestima e do autodesenvolvimento em suas mãos, o ambiente escolar pode ser um fator fundamental na potencialização de resiliência dos adolescentes. (SCHENKER; MINAYO, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso precoce de drogas pode vir a ser fator limitante do desenvolvimento saudável, tanto no âmbito físico quanto psicossocial, expondo-o ao risco de evoluir do uso experimental para a dependência, bem como antecipar consequências e prejuízos associados, como problemas de saúde, sanções legais, conflitos familiares e sociais, abandono da escola e sentimento de culpa ou ansiedade, aprofundando a condição de vulnerabilidade inerente. (BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015).

Neste sentido, a escola encontra-se diante de um grande desafio de auxiliar o jovem na prevenção ao uso indevido de drogas, bem como prestar auxílio ajudando na recuperação e reintegração dos estudantes que já são consumidores de drogas.

A escola atuará, portanto, na prevenção primária que, tem por finalidade evitar o contato do indivíduo com a droga ou retardá-lo, desse modo, são muito válidas as estratégias ligadas aos esclarecimentos dos efeitos e consequências do uso de drogas.

Porém, para que as escolas implantem projetos pedagógicos de prevenção ao uso indevido de drogas, faz-se mister que estes estejam em harmonia com as diretrizes nacionais da educação.

Portanto, os fatores escolares de proteção são de fundamental importância, conforme o quadro do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, se forem bem observados pelas escolas tornarão o indivíduo menos propenso a assumir comportamentos de risco ligados às drogas.

REFERÊNCIAS

BARROS, João Paulo Pereira; COLACO, Veriana de Fátima Rodrigues. Drogas na Escola: análise das vozes sociais em jogo. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 253-273, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100253&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2017.

BIANCHINI, A. In: GOMES, L.F. (ORG) **Nova lei de drogas comentada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BITTENCOURT, Ana Luiza Portela; FRANCA, Lucas Garcia; GOLDIM, José Roberto. Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas. **Rev. Bioét**. Brasília, v. 23, n. 2, p. 311-319, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000200311&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 agosto. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2005.

FONSECA, Marília Saldanha da. Como prevenir o abuso de drogas nas escolas?. **Psicol. Esc. Educ**. Campinas, v. 10, n. 2, p. 339-341, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2017.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Prevenção**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#Regiao>. Acesso em: 20 ago.2017 as
16:05h.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-717, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300027&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

POLÍTICA PÚBLICA DE RECURSOS HÍDRICOS NO CBH-SMG

PUBLIC POLICY OF WATER RESOURCES AT CBH-SMG

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

RAVAGNANI, Christopher Abreu
Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
Mestre em Direito UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
Professor de Direito na Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
car.advogado@hotmail.com

NEVES, Bruno Humberto
Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP
Advogado. Graduado em Direito pela Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava-SP. Presidente da Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil de Ituverava-SP.
bhn.advogado@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva verificar a situação dos recursos hídricos no Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim/Grande (CBH-SMG). Para tanto, realizou-se estudo de caso no CBH-SMG. Os resultados demonstram que o cenário é de estabilidade, estando a Unidade Geográfica da Bacia do Sapucaí-Mirim/Grande – UGRHI-08 entre as melhores do Estado e do país, sendo que o Município de Franca, que corresponde aproximadamente à metade da população da Bacia é o líder atualmente do ranking do Saneamento Básico no Brasil.

Palavras-chave: Política públicas, recursos hídricos, cidadania

Abstract

The present study aims to verify the water resources situation in the Hydrographic Basin Committee of the Sapucaí-Mirim/Grande Rivers (CBH-SMG). Therefore, a case study was carried out in the CBH-SMG. The results show that the scenario is one of stability, with the Geographic Unit of the Sapucaí-Mirim / Grande Basin - UGRHI-08 being among the best in the State and in the country. The Municipality of Franca, which corresponds to approximately half the population of the Basin, is currently the leader in the ranking of Basic Sanitation in Brazil.

Keywords: Public policy, water resources, citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Em 8 de janeiro de 1997 entra em vigor a Lei Federal nº 9.433 a qual ficou conhecida como Lei das Águas, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentando o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, caracterizador da nova mudança de paradigmas no gerenciamento hídrico no Brasil.

Dentre seus fundamentos, a Política Nacional de Recursos Hídricos adota a água como um bem de domínio público dotado de valor econômico, estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como determina que a gestão dos recursos hídricos deva ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Outrossim, constitui objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, bem como a prevenção e a defesa contra eventos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Com efeito, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica no âmbito de sua área de atuação promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas e por fim estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados.

Neste sentido, o presente trabalho objetiva verificar a situação dos recursos hídricos no Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim/Grande (CBH-SMG), mediante estudo de caso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se do método analítico-dedutivo, a partir do estudo de caso realizado no Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim/Grande, bem como referências bibliográficas a respeito da temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande (CBH-SMG) foi fundado em 26/05/1996, sendo atualmente regido por seu estatuto de 7 de dezembro de 2016, o qual foi aprovado através da Deliberação CBH-SMG n° 254/2016. O CBH-SMG é um fórum de discussões sobre recursos hídricos e dentre suas atribuições visa apontar soluções democráticas aos desafios que aparecem na gestão das águas, especialmente com o fito de garantir a qualidade e quantidade dos recursos hídricos e a universalização dos serviços de saneamento na Bacia.

A lógica do colegiado permite que os atores envolvidos atuem, em princípio,

tendo um referencial sobre seu rol, responsabilidades e atribuições no intuito de minimizar práticas predatórias orientadas pelo interesse econômico ou político. A dinâmica do colegiado facilita uma interação mais transparente no relacionamento entre os diferentes atores envolvidos, o que limita as chances de abuso do poder, entretanto não necessariamente da manipulação de interesses pelo executivo, o qual dependerá principalmente da capacidade de organização dos segmentos da sociedade civil. (JACOBI, 2003).

O Comitê, portanto, previne e reduz riscos de que o aparato público seja apropriado por interesses imediatistas, orientando as políticas públicas e formulando planos de desenvolvimento integrado. (MACHADO, 2003). Assim sendo, os comitês representam nessa direção uma engenharia institucional que, embora ainda pouco visível aos olhos da grande maioria da população, busca garantir espaços participativos transparentes e pluralistas, na perspectiva de sustentabilidade e justiça social. (JACOBI; BARBI, 2007).

Com efeito, o CBH-SMG é composto pelo seu Plenário, o qual se reúne ao menos duas vezes por ano e pela Secretaria Executiva localizada na cidade de Franca-SP à Av. Dr. Flávio Rocha, 4551, onde também funcionam as Câmaras Técnicas de: Águas Subterrâneas (CT-AS), Educação Ambiental (CT-EA), Outorgas e Licenças (CT-OL) e Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI). As Câmaras Técnicas, do mesmo modo que o próprio Comitê, possuem composição tripartite, sendo que a coordenação geral das Câmaras Técnicas fica por conta do gerente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) de Franca-SP.

A composição atual da Secretaria Executiva é de uma Secretária Executiva e um Secretário Executivo Adjunto. Entre os membros do segmento Sociedade Civil, destaca-se a presença de três instituições de ensino superior, Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF), Fundação Educacional de Ituverava (FAFRAM) e a Universidade de Franca (UNIFRAN).

No tocante a cobrança efetiva pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual paulista, o CBH-SMG ainda não iniciou a cobrança efetiva. A Diretoria prevê para o fim de 2017 o início conjunto da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nos cursos d"água de domínio paulista para os CBHs do Mogi Guaçu, Pardo, Baixo Pardo e Sapucaí-Mirim/Grande. Com efeito, ressalta-se que no território da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim e Grande, também não há cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos nos cursos d"água de domínio estadual mineiro, nem de domínio da União, razão a qual em virtude de ainda não efetivar a cobrança, o CBH-SMG não conta com uma Agência de Bacia, tampouco com entidade delegatária das funções de Agência de Bacia. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

A Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande foi determinada como a Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI-08), sendo definida principalmente pela bacia do rio Sapucaí Mirim e seus afluentes, além de áreas drenadas diretamente para o rio Grande, estabelecida em uma área de 9.166,86 km², dos quais fazem parte vinte e dois municípios. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

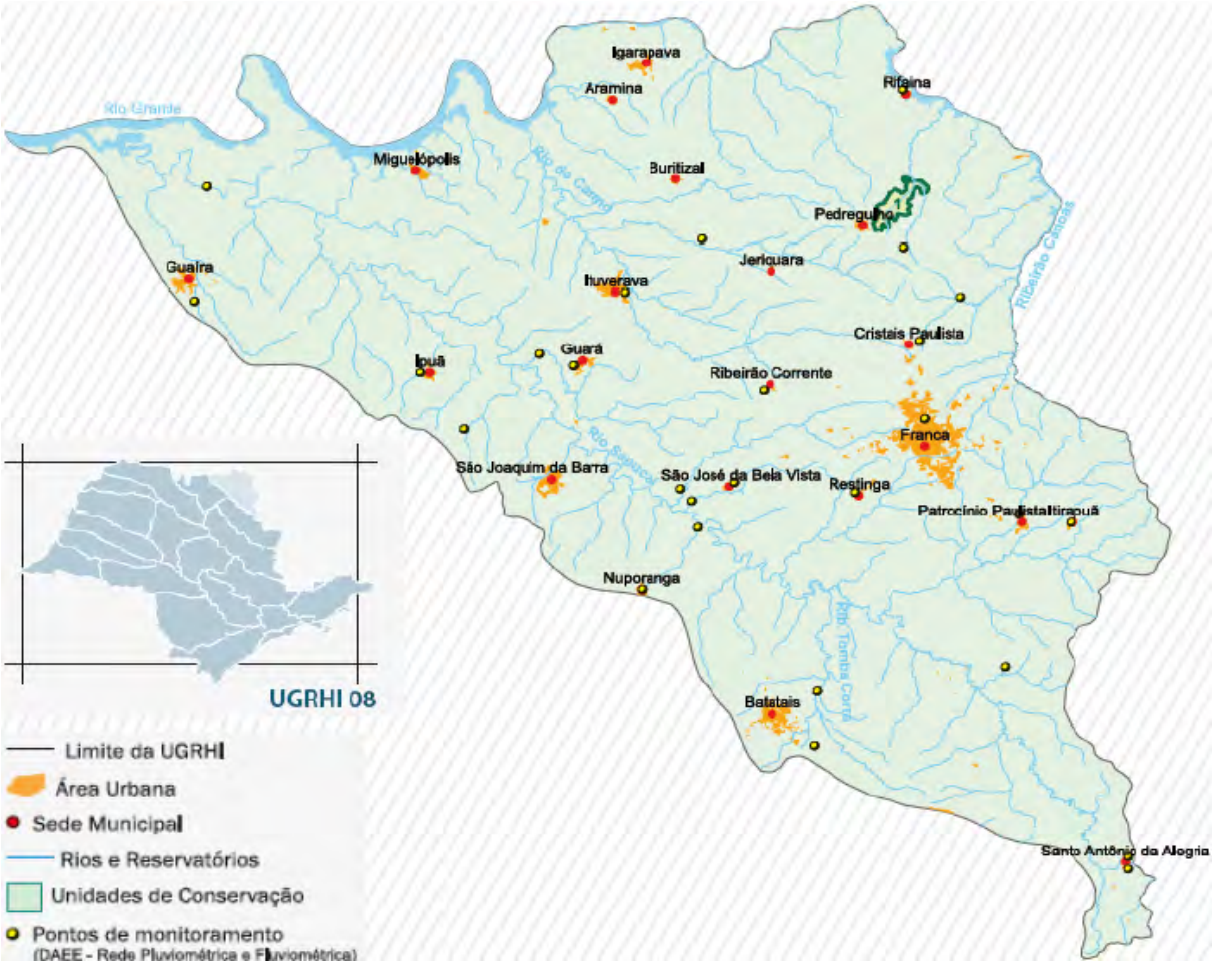
A UGRHI-08 localiza-se a nordeste do Estado de São Paulo e tem como limítrofes as UGRHIs 04 (Pardo) ao sul-sudeste e 12 (Baixo Pardo/Grande) a oeste. A leste e ao norte, a UGRHI-08 limita-se com o Estado de Minas Gerais. A

localização da UGRHI-08 no Estado de São Paulo, é descrita na Figura 1.

Desse modo, como existem fronteiras com o Estado de Minas Gerais através do rio Grande, a UGRHI-08 é considerada interestadual. Assim, a UGRHI-08 recebe contribuição de importantes afluentes, como: ribeirões Rifaina, da Ponte Alta e Buriti. No Rio Grande estão localizados quatro reservatórios importantes: Estreito, Jaguará, Igarapava e Volta Grande, além das cabeceiras do rio Sapucaí-Mirim, assim como alguns tributários do rio Canoas que nascem no Estado de Minas Gerais.

Portanto, levando em conta todas as bacias que contribuem para a formação da UGRHI-08, direta (rios Sapucaí Mirim e Canoas) ou indiretamente (tributários do rio Grande), a Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande resulta em uma área de 5.787,62 km². (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

Figura 1 - Localização da UGRHI-08 no Estado de São Paulo.



Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE.

A UGRHI-08 abrange geograficamente 24 municípios no estado de São Paulo, sendo que 16 dos municípios tem sua área totalmente contida na bacia, 6 tem parte da sua área na bacia, 20 tem toda sua área urbana localizada na área de

drenagem e 2 municípios têm sua sede fora da UGRHI-08.

Neste sentido, fazem parte da UGRHI-08 os seguintes municípios: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

A população total da UGRHI-08, 694.839 habitantes, corresponde a 1,61% em relação à população do Estado de São Paulo. Nos últimos anos 7 anos, a taxa média de crescimento tem sido de 0,75% a.a. A partir de 2010, a população urbana tem aumentado em média 5.171 hab/ ano, já na área rural ocorre um decréscimo de 202 hab./ano, em média. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

Com efeito, no tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é um conjunto de indicadores cuja finalidade é medir o desenvolvimento humano da população. Para a realização do cálculo, o indicador considera três dimensões do desenvolvimento humano, que são: educação, longevidade (sintetiza as condições de saúde e salubridade do município) e renda (expressa à renda per capta municipal). (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

Conforme os parâmetros utilizados para se avaliar o IDH-M dos municípios, constata-se que a educação foi o indicador que mais cresceu e alavancou o IDH-M para a classificação Alto Desenvolvimento Humano (IDH-M entre 0,700 - 0,799), sendo que dentre os 22 municípios avaliados, o destaque no âmbito deste indicador é Ituverava, que desde a década anterior estava classificado como Médio Desenvolvimento Humano. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016). Neste sentido, o Quadro 1, a seguir, apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios da UGRHI-08, no ano de 2010, último período de avaliação.

Quadro 1 – IDH-M dos Municípios do CBH-SMG, em 2010.

Município	**IDH-M**
Aramina	0,740
Batatais	0,761
Buritizal	0,735
Cristais Paulista	0,734
Franca	0,780
Guaíra	0,753
Guará	0,718
Igarapava	0,768
Ipuã	0,749

Itirapuã	0,707
Ituverava	0,765
Jeriquara	0,703
Miguelópolis	0,741
Nuporanga	0,746
Patrocínio Paulista	0,730
Pedregulho	0,715
Restinga	0,705
Ribeirão Corrente	0,711
Rifaina	0,740
Santo Antônio da Alegria	0,702
São Joaquim da Barra	0,762
São José da Bela Vista	0,693

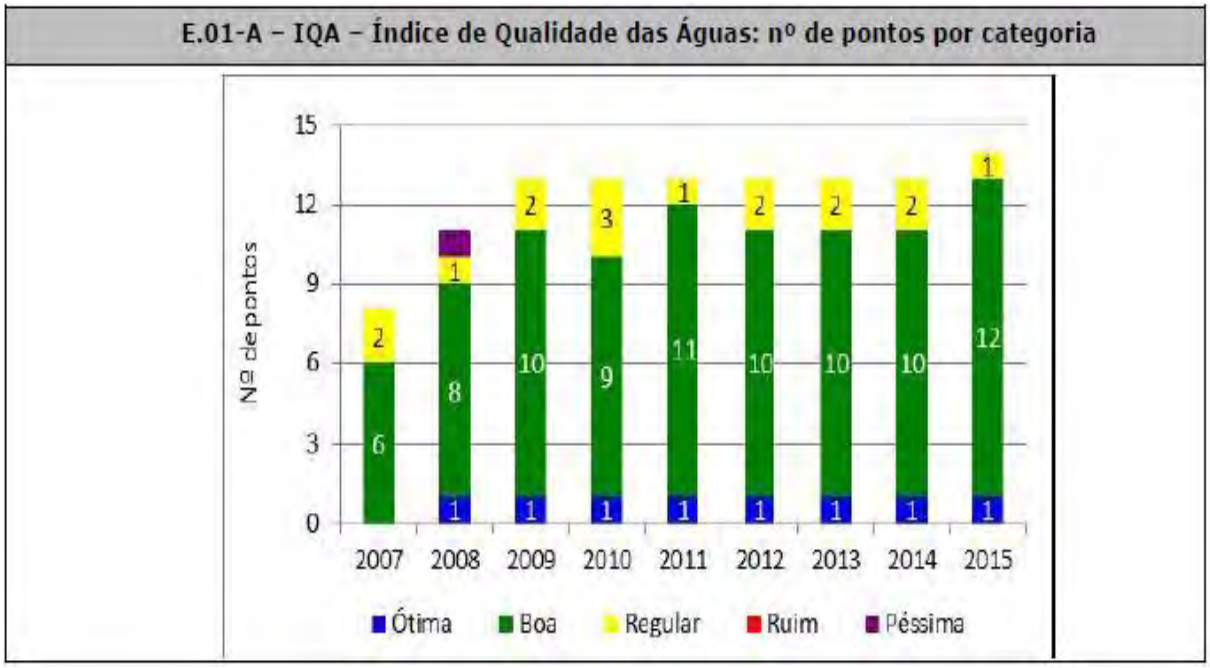
Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE.

Os municípios com os maiores IDH-M foram Franca (0,780) e Ituverava (0,765), os municípios com menores IDH-M foram São José da Bela Vista (0,693) e Santo Antônio da Alegria (0,702), sendo que o Município de São José da Bela Vista apresenta o pior resultado da Bacia. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

No que se refere a qualidade das águas superficiais e subterrâneas dos municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande, no Estado de São Paulo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), criada pela Lei Estadual n. 118/73, é a agência com atribuições de manter um sistema de informação, divulgando dados de interesse da engenharia sanitária e da poluição das águas, executar o monitoramento ambiental, em especial da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Os pontos de monitoramento da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande têm sido avaliados desde 2007. Em 2015, foi adicionado um novo ponto no Rio Sapucaizinho pela CETESB, constituindo, portanto, 7 pontos no Rio Sapucaí, 4 no Rio Ribeirão dos Bagres, 1 no Rio do Carmo e 1 no Rio Grande. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

Neste sentido, a Figura 2 objetiva demonstrar a qualidade das águas da UGRHI-08, por número de pontos monitorados. Vale ressaltar que o ponto classificado como “ÓTIMO”, desde 2008 até o ano de 2015, localiza-se no Rio Grande e o ponto classificado como "REGULAR" localiza-se no Ribeirão dos Bagres. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

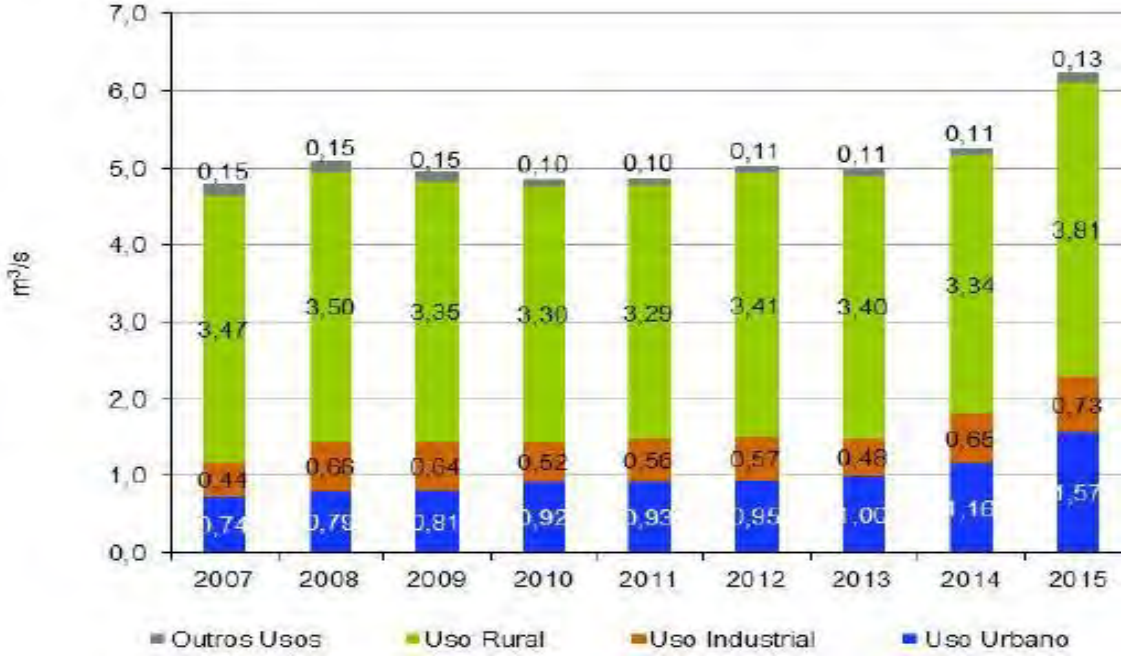
Figura 2 - Índice de qualidade das águas: nº de pontos por categoria, 2016.



Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE.

Na sequência, o objetivo da Figura 3 é demonstrar os indicadores discriminados por tipo de uso dos recursos hídricos na UGRHI-08, entre os respectivos setores: rural, industrial e urbano.

Figura 3 - Indicadores por tipo de uso de água na UGRHI-08.



Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE.

Conforme demonstra a Figura 3, o setor rural continua sendo o que exige a maior demanda hídrica, seguido do uso urbano e industrial. Contudo, comparando a evolução dos dados de 2007 até o ano de 2015, verifica-se que a demanda urbana 112,1% foi a que mais cresceu, seguida do setor industrial 65,9% e a demanda rural 9,8%.

Com efeito, quanto ao índice de atendimento de água da população, a Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande possui índice percentual de atendimento de 95,9%, superior à média estadual de 95,7%, sendo classificada como a sexta melhor unidade do Estado de São Paulo. Neste sentido, o Quadro 2 apresenta os resultados do índice de atendimento da água na UGRHI-08.

Figura 4 - Índice de Atendimento de Água na UGRHI-08.

Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE.

Neste indicador, merece destaque os municípios de Franca, Guaíra, Ituverava e Santo Antônio da Alegria com atendimento de água 100%, portanto, já alcançaram a meta de 100% da população com atendimento de água potável, ressaltando que o Município de Franca é o líder do ranking do Saneamento Básico no Brasil. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que aumentam os efeitos da degradação ambiental sobre a disponibilidade de recursos hídricos, a gestão de bacias hidrográficas assume crescente importância no Brasil, contando com a participação direta da população no gerenciamento dos recursos hídricos.

Definitivamente, não seria exagero proclamar que o país acumula significativo déficit de democracia nas políticas públicas, possuindo como desafio superar o modelo centralizador característico de seus primórdios e de sua evolução ao longo de largos períodos históricos, muito dos quais em que a democracia não era a

marca dominante. (HELLER; REZENDE; HELLER, 2007). Nesse contexto, a cidadania ambiental passa ser parte estruturante da governança das águas, de modo que a decisão tomada por um ente colegiado como um Comitê de Bacia Hidrográfica limita o grau de exercício discricionário do poder por parte do executivo.

No tocante a situação dos Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Sapucaí-Mirim/Grande, os indicadores mostram que o cenário da UGRHI-08 é de estabilidade, o setor rural continua sendo o que exige a maior demanda hídrica, seguido do uso urbano e industrial, embora a demanda urbana foi a que mais cresceu nos últimos anos, sendo que o Município de Franca é atualmente o líder do ranking do Saneamento Básico, estando a UFRHI-08 entre as melhores do Brasil e do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE. Relatório I: informações básicas. Franca, 2016.

HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Pedro Gasparini Barbosa. Participação e controle social em saneamento básico: aspectos teóricos-conceituais. In: GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro; XIMENES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira. **Regulação**: controle social da prestação de serviços de água e esgoto. Fortaleza: ABAR, ARCE, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 18, n. 1-2, p. 331, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/ pdf/se/v18n1-2/v18n1a14.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a12v10n2>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACHADO, Carlos José Saldanha. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites,

alternativas e desafios. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 127, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ asoc/v6n2/a08v06n2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

Public Health Policy in Brazil: Challenges for the Construction of the Unified Health System - SUS

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas : 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

SILVA, Edileusa
Universidade Federal de Uberlândia UFU
Doutora em Serviço Social
edileusa@ufu.br

SUGAHARA, Rafael Silva
Albert Einstein Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa.
Graduação e Licenciatura em Educação Física e especializando em Atividade Física para prevenção, tratamento de doenças e promoção da saúde.
sugahararafael@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar de forma crítica a trajetória da política pública de saúde no Brasil. Trata-se de uma revisão da literatura favorecendo o resgate teórico da política pública de saúde no Brasil. O surgimento do sistema Único de Saúde, os desafios para sua efetivação e ainda aborda o papel e responsabilidade do Estado na efetivação da política. Traz uma discussão e contextualização desde a década de 1930 na era Vargas quando surgem as primeiras medidas de proteção social, passando pela Constituição de 1988 em que a política pública de saúde passa a ser considerada direito não mais como favor, caridade ou benesse e forma assim o tripé da seguridade social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. O Sistema Único de Saúde – SUS é implantado baseado nos princípios: da universalidade, equidade, descentralização, integralidade e participação popular. Entretanto, a partir da década de 1990 o Brasil adota uma política econômica de cunho neoliberal, o que trará rebatimentos na efetivação do SUS. Numa perspectiva neoliberal o Estado afasta-se das suas atribuições na área social e transfere esta responsabilidade à sociedade.

Palavras-chave: Saúde, SUS, Políticas Públicas

Abstract

This article aims to critically address the trajectory of public health policy in Brazil. 'It is a review of the literature favoring the theoretical rescue of public health policy in Brazil. The emergence of the Unified Health System, the challenges to its effectiveness and still addresses the role and responsibility of the State in the implementation of the policy. It brings a discussion and contextualization from the 1930s in the Vargas era when the first measures of social protection appeared, going through the Constitution of 1988 in which public health policy is now considered as a right no longer as favor, charity or blessing and thus the tripod of social security: Health, Social Assistance and Social Security. The Unified Health System - SUS is implemented based on the principles of universality, equity, decentralization, integrality and popular participation. However, from the 1990s on, Brazil adopts an economic policy of a neoliberal nature, which will bring rebuttals in the implementation of the SUS. From a neoliberal perspective, the State moves away from its attributions in the social area and transfers this responsibility to society.

Keywords: Health, SUS, Public policy

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras medidas de proteção social surgem, no contexto econômico e político dos anos de 1930, em decorrência da industrialização e do acirramento entre capital e trabalho, cujas expressões da questão social são advindas desse novo modelo de produzir e reproduzir-se da sociedade capitalista.

Para Pereira (2002), no rastro da revolução industrial no acirramento dos conflitos entre capital e trabalho, evidencia-se a questão social na metade do século XIX, deixando explícito que a mesma não pode mais ser tratada como caso de polícia e por meio de repressão, “questão social, constituída em torno do pauperismo e da miséria das massas, representou o fim de uma concepção idealista de que a sociedade por si só ou, quando muito acossada pela polícia, pudesse encontrar soluções para os problemas sociais” (PEREIRA, 2002, p. 31).

As políticas sociais são mediadoras das relações do Estado com a sociedade do ponto de vista econômico, social, cultural e de acesso à infraestrutura. “Em geral, reconhece-se que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo de produzir e reproduzir-se”. (BEHRING, 2000, p.21). A autora salienta que nem sempre foi essa compreensão, mas a partir do momento em que a questão social é reconhecida como fruto dessas relações sociais e também no modo de produção capitalista e na maior organização dos trabalhadores é que começam a reivindicar seus direitos.

O cenário nacional começa a mudar o País; inicia-se o movimento rumo à industrialização, deixando sua tradição de país agrário. [...] “A burguesia industrial precisava vencer a agrícola, redefinir as relações do País com o capital externo e

medir-se com um proletariado que se convertia em força política e decisiva" [...] (NOGUEIRA, 1998, p.35).

Para Nogueira (1998), os anos de 1930 são importantes na história do Brasil, pois, ocorre a industrialização do país; este processo desencadeou-se não em decorrência de uma sociedade civil organizada, ou de conflitos urbanos, mas devido à regulação estatal e aos impactos de uma nova situação econômica mundial.

> [...] Será de fato o Estado – alargado, adequadamente aparelhado e imbuído de novas funções – que aproveitará a conjuntura aberta com a crise de 29 para dirigir a modernização e organizar a sociedade civil, bloqueando sua livre manifestação e apropriando-se do que havia de mais dinâmico nela; um Estado não apenas garantidor da ordem capitalista, mas ativo e empreendedor, posto que partícipe direto do próprio sistema de produção e acumulação [...] (NOGUEIRA, 1998, p.35 – 36).

Na vigência do Estado Novo (1937 – 1945) as políticas sociais desenvolvem-se, na busca de dar resposta a forte industrialização desenvolvida no País, somando esforços para que o Estado brasileiro garantisse alguns direitos aos trabalhadores, na perspectiva de conter o movimento operário brasileiro que, neste período, realizou greve geral.

Anterior ao período da era Vargas, especificamente em 1923, já haviam sido criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), conhecidas como "Lei Elói Chaves" (BRAVO, 2007, p.90). Era uma previdência social para os ferroviários, pois estes tinham um papel importante na exportação de café, carro-chefe da economia brasileira neste período, em 1926 as CAPs se estende aos marítimos e portuários.

Na década de 1930, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões – (IAPs), na perspectiva de proteger a velhice, morte, invalidez e doenças que impossibilitassem o trabalho. Segundo Behring e Boschetti (2008), o primeiro IAP foi criado em 1933, sendo denominado de Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos – (IAPM). Os IAPs absorveram as CAPs.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial. Na saúde, o Estado só começa a intervir de maneira mais efetiva a partir dos anos de 1930, baseando-se em dois eixos: a saúde pública e a medicina previdenciária. "A saúde pública era conduzida por meio de campanhas sanitárias coordenadas pelo Departamento Nacional de Saúde, criado em 1937". (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p.107).

Faleiros (200) afirma que "Getúlio Vargas, através de sua política trabalhista, buscava, ao mesmo tempo, controlar as greves e os movimentos operários e estabelecer um sistema de seguro social." (FALEIROS, 2000, p.45). Eram medidas isoladas e, para algumas categorias de trabalhadores, dentre eles os marítimos, estivadores, bancários, era uma política injusta e desigual, que não contemplava todos os brasileiros.

Em 1960, tem-se a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS)

que vai unificar todos os institutos. De acordo com Faleiros (2000), a LOPS incorporou ao sistema da previdência social os autônomos e estabeleceu período mínimo de contribuição para aposentadoria, bem como idade mínima de 60 anos para as mulheres e 65 para os homens. “O modelo de previdência se baseava no regime de repartição simples, com contribuições dos trabalhadores (8%), patronais (repassadas aos consumidores) e do Estado” (FALEIROS, 2000, p.46).

Em 1963, foi aprovada a previdência rural, isso se deu em decorrência das muitas lutas e reivindicações das pessoas que viviam do trabalho no campo, mas não foi implementada pelo Estado, o que acabou por não beneficiar aqueles que precisavam dessa proteção social. Em 1966, Os IAPs foram unificados pelo governo e formou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), retiraram a participação dos trabalhadores da direção e das decisões, ações que eles detinham nos Institutos.

Segundo Faleiros (2000), os atendimentos de saúde, destinados às pessoas que tinham poder aquisitivo para pagar pelos procedimentos necessários eram realizados na esfera privada por serviços particulares; os planos de saúde para um grupo seleto de assalariados e classe média; os serviços públicos para os pagantes da previdência social e para os pobres considerados indigentes a caridade. Os serviços prestados a este segmento da população que não contribuíam para a previdência, não tinham recursos para convênios era, portanto, realizado por entidades municipais ou filantrópicas com apoio estatal. Nos prontuários médicos dessas pessoas era escrito categoria “indigente”.

Os programas de saúde e de educação desenvolveram-se com base no privilegio dado ao setor privado, reproduzindo, nas políticas sociais, as tendências da nova política econômica implantada. A medicalização da vida social foi imposta, tanto na Saúde Pública quanto na Previdência Social. O setor da saúde seguiu a lógica privatista do capitalismo, com incorporação das modificações tecnológicas ocorridas no exterior. A medicina pública teve, nesse período, um declínio e a medicina previdenciária cresceu principalmente após a reestruturação do setor.

É importante ressaltar que o acesso à saúde só se efetiva, enquanto política legalmente pública e universal a todos os brasileiros, após a constituição de 1988. Até então, o seu acesso era destinado aos que tinham carteira assinada, os demais, que não tinham condições de pagar por este atendimento, ficavam a mercê da caridade, realizada, na maioria das vezes, pelas Santas Casas de Misericórdia; eram considerados como indigentes, sem nenhum direito garantido que lhes facultasse um atendimento na área da saúde.

A década de 1980 compreende o período da história do Brasil em que estava dando por encerrada a fase de vinte e um anos (1964 – 1985) da Ditadura Militar que deixou marcas indeléveis para o País, bem como na vida dos cidadãos brasileiros. Apontada por muitos autores como década perdida na perspectiva econômica, mas de grande efervescência da organização social da população, dos movimentos sociais. Destacam-se neste período os movimentos na área da saúde

que vinham atraindo a participação de vários sujeitos sociais que reivindicavam uma nova maneira de se fazer saúde, o que possibilitou um amplo debate que se expandiu para a sociedade civil.

Nesta busca por patamares aceitáveis de saúde, emergem no Brasil vários participantes dos movimentos sociais, trabalhadores da saúde, que lutaram por uma saúde pública universal e de qualidade, sendo assim ficou conhecido como Movimento da Reforma Sanitária que tinha como objetivo defender atendimento para todos com a devida qualidade, e deveria, portanto ser gerida e promovida pelo Estado. De acordo com Bravo, "As principais propostas debatidas por esses sujeitos coletivos foram à universalização do acesso; a concepção de saúde como direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde [...]" (BRAVO, 2007, p.96). Portanto, a saúde entendida na perspectiva de várias causalidades não se efetiva a não ser mediante políticas sociais e econômicas que possam melhorar suas condições no sentido amplo, e que proporcione vida digna para todos. O Sistema Único de Saúde – SUS é implantado baseado nos princípios: da universalidade, equidade, descentralização, integralidade e participação popular.

Portanto, legalmente há a garantia da saúde via constitucional e que seu acesso tem de ser público e gratuito a qualquer cidadão, sem distinção de raça, etnia, gênero ou classe social. É o reconhecimento de que todos têm direito de usufruir dos atendimentos, bem como, dos avanços tecnológicos para diagnósticos e tratamentos com tecnologia de ponta construída por esta sociedade.

A saúde precisa ser um bem que esteja acessível para todos. Mas, após aprovação na Constituição de 1988, o Brasil na década de 1990 adota uma política econômica de cunho neoliberal e assim o Estado que por meio das políticas públicas deveria manter o bem-estar da sociedade, numa perspectiva neoliberal, afasta-se das suas atribuições sociais e transfere esta responsabilidade à sociedade, em especial à família e esta por sua vez, em geral transfere às mulheres que têm assumido de forma sistemática os cuidados dos seus familiares adoecidos ou em situação de vulnerabilidade.

Os desafios para a Construção do Sistema Único de Saúde - SUS

Destacam-se neste período os movimentos na área da saúde que vinham atraindo a participação de vários sujeitos sociais que reivindicavam uma nova maneira de se fazer saúde, o que possibilitou um amplo debate que se expandiu para a sociedade civil. Nesta busca por patamares aceitáveis de saúde, emergem no Brasil participantes dos movimentos sociais, trabalhadores da saúde, conhecidos como Movimento Reforma Sanitária[1] que tinha como objetivo defender atendimento

[1] O movimento sanitário consiste na organização dos setores progressistas de profissionais de saúde pública, que colocou em debate a relação da prática em saúde com a estrutura de classes da sociedade. (BRAVO e MATOS, 2004, p.32). Questionou-se o modo como se fazia a saúde, a administração, os investimentos, as prioridades para a área, bem como a falta de controle social.

para todos com a devida qualidade, e deveria, portanto ser gerida e promovida pelo Estado.

De acordo com Bravo, “As principais propostas debatidas por esses sujeitos coletivos foram à universalização do acesso; a concepção de saúde como direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde [...]” (BRAVO, 2007, p.96).

A constituição de 1988 traz em seu bojo, pela primeira vez no Brasil, o termo de Seguridade Social composto pelo tripé: saúde, assistência social e previdência social.

O capítulo dos direitos sociais elencou: educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (art.6º). O artigo 196 considera a saúde não mais numa perspectiva de favor ou caridade, mas sim como direito de todos os cidadãos brasileiros, independente da sua situação financeira, se residente na área urbana ou rural, do seu culto religioso, de sua orientação sexual, enfim, um direito que contempla a todos.

> Art. 196 – Saúde direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998).

Portanto, a saúde entendida na perspectiva de várias causalidades não se efetiva a não ser mediante políticas sociais e econômicas que possam melhorar suas condições no sentido amplo, e que proporcione vida digna para todos.

O SUS é implantado baseado nos seguintes princípios: da universalidade, equidade, descentralização, integralidade e participação popular. Portanto, legalmente há a garantia da saúde via constitucional e que seu acesso tem de ser público e gratuito a qualquer cidadão, sem distinção de raça, etnia, gênero ou classe social. É o reconhecimento de que todos têm direito de usufruir dos atendimentos, bem como dos avanços tecnológicos para diagnósticos e tratamentos com tecnologia de ponta, construídas por esta sociedade. A saúde precisa ser um bem que esteja acessível para todos.

As ações e serviços públicos de saúde são definidos como de relevância pública, devendo integrar uma rede regionalizada e hierarquizada e constituindo o Sistema Único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: “descentralização, com direção única em cada esfera do governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade” (BRASIL, 1998, p.105).

Para que o SUS se efetive, o financiamento do Sistema é realizado com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, significando recursos arrecadados através de impostos e contribuições sociais pagos pela população (BRASIL, 1998).

Ficou estabelecido que o Governo Federal deve disponibilizar o que foi investido no ano anterior acrescido da variação do Produto Interno Bruto – PIB, o Estado 12% e os municípios 15%.

Ao analisar a política de saúde, refletem os avanços e as mudanças significativas após a implantação do SUS. Destaca-se que o SUS tem como competências diversas atribuições voltadas para o controle, fiscalização, execução de ações de saúde, formação de recursos humanos, proteção do meio ambiente e do trabalho, entre outras; e como objetivos, identificar os fatores condicionantes e determinantes da saúde e formular políticas para erradicar as desigualdades sociais que interferem na saúde. Passou-se a ter uma nova compreensão da saúde assim definido:

> Art. 3º - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social (BRASIL, 1998, p. 20).

A saúde, compreendida até então como a ausência de doenças ou como um completo bem-estar biopsicosocial, passa a ter um conceito ampliado em seus diversos fatores determinantes e condicionantes das condições de vida da população, com a intenção de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde. Portanto, a política de saúde em questão isolada não resolverá as questões inerentes, pois devido sua amplitude precisa ter interface com a política de habitação, de educação, da assistência social dentre outras.

O tripé de sustentação – integralidade da assistência, descentralização e participação da comunidade – compõe o modelo e a base de sustentação do SUS. Devido às disputas no setor saúde, foi necessário duas leis no mesmo ano para regulamentar o funcionamento do SUS, sendo–a Lei 8080 e outra que garante participação popular, foi a lei nº. 8.142/90, que dispõe sobre a criação de espaços com poder de decisão no setor, por meio dos Conselhos e Conferências nas três instâncias: municipal, estadual e federal. Essa Lei regulamenta as diretrizes para o funcionamento dos órgãos representativos e define a maneira como a população participará, bem como acompanhará e fiscalizará as políticas de saúde. A ideia de controle social e de cogestão se apresenta como inovadora e democrática.

O SUS: na contramão do projeto neoliberal?

São inegáveis os avanços conquistados e garantidos em lei para a área social, consolidando esforços na busca da garantia desses direitos inerentes a todos os cidadãos brasileiros. Mas, muito do que foi elencado como direitos sociais na Constituição não conseguiu se efetivar em sua plenitude. Uma das dificuldades

assinaladas para se colocar em prática esses direitos é que eles ocorreram na contramão do projeto neoliberal que estava sendo implantado no País, já que previa uma atuação mínima para o Estado na área social. Compreende-se esse período da história do País a década de 1990 em que se estruturaram tardiamente as orientações de cunho neoliberal trazendo em seu bojo o retrocesso de direitos garantidos na década anterior.

De acordo com Campos (2006), o SUS atende setenta por cento da população que depende exclusivamente deste atendimento para suas necessidades no que tange às questões referentes à sua saúde. A partir dos dados do IBGE, do ano de 2005, o autor demonstra que trinta por cento dos brasileiros ou têm planos de saúde ou recursos financeiros para custear seus atendimentos.

Portanto, observa-se que os números do SUS impressionam num primeiro olhar, mas guardada as devidas proporções se tornam ínfimos se comparados com outros Países da América Latina como é o caso da Argentina citado por Campos (2006) que tem um Produto interno Bruto PIB bem aquém do Brasileiro e um investimento bem maior na área da saúde. Evidencia-se, também, que em relação ao próprio mercado de planos e convênios de saúde, do País que tem uma demanda três vezes menor que a do SUS. Portanto, os gastos com saúde estão abaixo das necessidades da população, que precisam enfrentar filas, conviver com demora e baixa resolutividade nos atendimentos, o que gera constantes reclamações.

Muitas das propostas e princípios do SUS não conseguiram se efetivar, existindo um vácuo entre a lei e a realidade, mas, ainda assim, pode se afirmar que é uma das políticas sociais mais avançadas do país. “O Sistema Único de Saúde, mesmo que não tenha sido implantado na sua plenitude como garante ainda, a Constituição de 1988, guarda ganhos para a classe trabalhadora brasileira” [2] (VASCONCELOS, MASSON, MENEZES ET AL, 2004, p.49).

Para Menicucci (2006), não existe um sistema único de Saúde e sim um sistema dual, pois a assistência à saúde se dá por dois segmentos: o público e o privado.

> [...] O primeiro deles é o público – estatal, no qual o acesso é universal, gratuito e igualitário, a partir de uma concepção de direito à saúde consagrada constitucionalmente. O outro é o segmento privado, no qual o acesso se dá a partir do poder de compra ou da inserção privilegiada no mercado de trabalho, caso em que o acesso à assistência é intermediado e financiado, total ou parcialmente pelo empregador [...] (MENICUCCI, 2006, p.60).

Ainda segundo as concepções de Menicucci, esse mix público/privado não é estabelecido por regras claras e determinadas, as especificidades de atuação do mercado e do Estado não deixam explícitas as competências de cada um.

[2] Considera-se integrantes da classe trabalhadora brasileira todos aqueles que não sejam donos ou gerentes do capital. De acordo com Ricardo Antunes, 2008.

A implantação da política de orientação econômica na perspectiva neoliberal reflete nas políticas sociais que vão ser implantadas de forma pontual, fragmentada, ofertando o mínimo necessário para a população, sem grandes transformações na estrutura, pois assim seria necessário mudar o modelo de acumulação de riqueza adequado à forma capitalista.

Crescem as desigualdades e o contingente de destruídos de direitos civis, políticos e sociais, potenciados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias. (IAMAMOTO, 2008, p.21).

De acordo com Iamamoto (2008), é fato que a mundialização financeira tem suas refrações no País, o"[...] Estado e a sociedade civil redimensionam as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão dos direitos sociais e políticas públicas correspondentes [...]" (IAMAMOTO, 2008, p.21). Intensifica-se uma valorização da solidariedade, dos trabalhos voluntários, busca-se assim substituir direitos garantidos na Constituição por ações desempenhadas pela sociedade civil, pois, desobriga o Estado da efetivação das Políticas Públicas; ações essas que não se efetivam na perspectiva do direito e podem ser retiradas conforme os interesses clientelistas daqueles que as implantam.

Para Netto (2004), mesmo no governo Lula houve uma nítida transferência para a sociedade a responsabilidade pelo enfrentamento da questão social, retirando do Estado a centralidade de intervir [...] "pois, compreende-se como o governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva (e nisto também não difere daquele que o antecedeu, senão talvez em termos quantitativos) é tão simpático a certo onguismo" (NETTO, 2004, p.20).

De acordo com Bravo (2007), a Saúde vem sendo vinculada ao mercado, marcando o descumprimento por parte do Estado do que foi elencado como princípios do SUS, pois a sociedade civil vem paulatinamente assumindo as responsabilidades em se fazer saúde. "A refilantropização é uma das suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizarem atividades de profissionais, com o objetivo de reduzir custos" (BRAVO, 2007, p.100).

Bravo (2007) reitera a focalização nos programas de saúde: "A ênfase das ações está em programas focais. As grandes questões do SUS não estão sendo enfrentadas como a universalização das ações, o financiamento efetivo, a política de recursos humanos e a política nacional de medicamentos" (BRAVO, 2007, p.106).

Os atendimentos na área da saúde têm sido realizados com alto grau de seletividade, deixando um enorme vácuo entre a proposta governamental e sua efetivação na prática, traduzindo ainda em perdas para os cidadãos brasileiros que ficam desamparados mediante políticas tão excludentes.

Para Behring (2008), as políticas sociais estruturadas no ideário neoliberal

estão sendo conduzidas no tripé: “privatização, descentralização e focalização”.

Vieira (2007), ao analisar o porquê que essas políticas e programas governamentais não funcionam e não se efetivam, deixa explícito a sua compreensão dessa questão: “Quase sempre não se concretizam, apenas se transformam em programas e diretrizes para serem exibidos à sociedade, sem intervenção nela, porque não tem função de intervir” (VIERA 2007, p.104).

Corrobora com esse debate as reflexões de Faleiros (2000) que ao fazer a análise do Estado de orientação econômica neoliberal também reforça os argumentos de que na vigência desse modelo de Estado há uma clara transferência de suas responsabilidades para a sociedade. Os serviços que deveriam ser implantados na busca de solucionar as necessidades sociais apresentadas pela população são transferidos para a sociedade civil, espera-se que se viabilizam através do mercado, pois o “Estado neoliberal prevê que cada indivíduo vele por si mesmo ao invés do Estado de direito”. (FALEIROS, 2000, p.54).

O Estado que por meio das políticas públicas deveria manter o bem- estar da sociedade, numa perspectiva neoliberal, afasta-se das suas atribuições sociais e transfere esta responsabilidade à sociedade, em especial à família e esta por sua vez, em geral transfere às mulheres que têm assumido de forma sistemática os cuidados dos seus familiares adoecidos ou em situação de vulnerabilidade.

As famílias frequentadoras dos serviços de saúde em geral são parte da classe que vive do trabalho, estão empobrecidas e diante de situações de fragilidade em decorrência de: desemprego, baixos salários, piores condições de trabalho e ausência de acesso às políticas públicas de qualidade e por isso acabam por incorporar a identidade atribuída de ser a única provedora de “bem - estar social” dos seus membros e não o Estado. Além de sobrecarregar a família, há a redução das despesas com os investimentos sociais, mantendo as políticas sociais frágeis, fragmentadas e parciais.

Na concepção de BEHRING (2006), a política social atende tanto às necessidades dos trabalhadores quanto às do capital. Desse modo, deve-se considerar a correlação de forças sociais, políticas e econômicas frente a determinação do Estado regular ou não a política pública de saúde. É preciso buscar além das informações plasmadas em leis e políticas públicas e se atentar para os movimentos que levaram a sua instituição.

A diminuição das responsabilidades do Estado na vigência das orientações neoliberais que primam por privatizações, focalizações dos serviços públicos, aumentou o trabalho doméstico e de cuidados no que diz respeito aos aspectos referentes à saúde das famílias, tendo estas que arcarem com responsabilidades dos serviços públicos relativos à saúde.

Estes ataques aos direitos sociais ficaram agudizados com a aprovação da PEC nº 241/2016, apresentada pelo atual presidente Michel Temer em junho de 2016, a qual impõe congelamento de 20 anos dos gastos do Estado e limita as despesas ao equivalente aplicado no ano anterior, corrigidos apenas pela inflação,

este projeto de emenda constitucional (PEC) deu origem a emenda constitucional n° 95 de 2016 que alterou a constituição de 1998 para instituir um novo regime fiscal (BRASIL, 2016).

Estes exemplos citados de subtração de garantias, constituem uma astúcia austeridade (neo)liberal pois a redução de gastos do Estado torna as relações sociais cada vez mais distantes de garantias dignas de bem-estar da classe menos favorecida pela distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, sabe-se que esta nova contrarreforma nos gastos sociais, influenciam nas condições de produzir e reproduzir daqueles menos favorecidos pelo capital, tornado-os conforme mencionado por meio de ultrafocalização das políticas, vulneráveis ao mínimo possível de prestação de serviço na área da saúde.

As implicações sociais destes processos de contrarreformas mediante austeridade, atentam articular desenvolvimento econômico ao capital privado contribuindo para perenizar dependência e reproduzir desigualdade social sendo seus principais contribuintes os detentores dos meios de produção, frente a esta desigualdade gestada pela acumulação desigual de riqueza socialmente produzida cabe ao profissional de Serviço social independentemente da área que atue, desenvolver acesso digno e coerente com os princípios de universalidade e igualdade, acarretando quando nesta perspectiva astúcia de redução de gastos sérios rebatimentos em suas ações garantidoras de acesso às políticas públicas de proteção social.

Considerações Finais

A política pública de saúde no Brasil se torna direito muito tardiamente, somente no texto da Constituição Federal de 1988 é que ela se configura como tal, considerada um grande avanço pois a saúde passa a ser preconizada como universal, garantida a todos os cidadãos brasileiros e sem necessidade de contribuição, independente sua classe social, etnia, raça ou gênero.

Para regularizar o texto constitucional em 1990 é criada a Lei 8080 que cria o SUS com todos os seus princípios para colocar em prática a efetivação da política de saúde.

Entretanto, no rastro de economia de orientação neoliberal o estado se afasta da área social e não investe o necessário para que o que está escrito na lei se torne realidade de fato para todos os cidadãos brasileiros.

O que se vive na atualidade é uma regressão de direitos sociais garantidos com muitos esforços e luta do povo brasileiro.

As famílias que já vivem sobrecarregadas e muitas em situação de vulnerabilidades se veem obrigadas a arcar com os custos de saúde de sua família.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. **Fundamentos de Política Social**. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S.; UCHOA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M.

(Orgs.). S**erviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS/ OMS/Ministério da Saúde, 2006.

_____; BOSCHETTI, Ivonetti. **Brasil em Contra** – **Reforma desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** Princípios e Diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

BRAVO, M. I. S. **Política de Saúde no Brasil**. IN: MOTA, Ana Elizabete ET AL (Org). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. 2.ed. São Paulo: POAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

_____; MATOS, M. C. **Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate**. In: BRAVO, M. I. S. (Org.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004. P. 25-47.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano XXVI, n.87, setembro de 2006.

FALEIROS, V. P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). **Capacitação em serviço social e política social**- Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 2000. v. 3. p. 41-56.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Política de Saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano XXV, n.87, set de 2006.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

Netto, José Paulo. A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano XXV, n. 79, Setembro de 2004.
(p.5 – 26)

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da Política Ideias para a Reforma Democrática do Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PEREIRA. P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.).

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRINCÍPIOS ÉTICOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: uma reflexão necessária

Josiane Cristina Bontadini[1]
Fernanda de Oliveira Sarreta[2]

Resumo

Este artigo possui como finalidade, refletir sobre os princípios éticos juntamente com a prática do Serviço Social na área da saúde, procurando elencar os desafios que a atual conjuntura social apresenta para os profissionais e estudiosos desta área. Para tanto objetiva-se apresentar um debate do projeto ético político na dimensão social, tornando-se necessário a exploração dos conhecimentos que transcorrem da realidade profissional, assim procura-se apreender a concepção sobre a ética profissional no Serviço Social, especificamente no campo da saúde. Visando o fortalecimento do projeto ético- político profissional na dimensão da prática profissional, identificando a materialização do Código de Ética de 1993 a partir do processo de trabalho dos assistentes sociais na política de saúde.

Palavras- chaves: Ética profissional, Serviço Social, Projeto Ético Político, Saúde.

INTRODUÇÃO

> "Toda pessoa tem a liberdade de não reconhecer nenhum valor moral. Mas […], isso não a ajuda a ser livre. Hegel tinha razão quando distinguiu entre liberdade e arbítrio. A liberdade é sempre liberdade para algo, e não apenas liberdade de algo. Se interpretamos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramo-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo... O próprio conceito de liberdade contém o conceito de dever, o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são". A. Heller

Esta reflexão teórica é fruto de estudos e discussões acerca dos fundamentos éticos do Serviço Social trabalhados na disciplina: A Ética Profissional, Práxis e o Projeto Ético- Político Profissional, ofertada pela o curso de pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista "Dr.Júlio de Mesquita Filho" Campus de Franca-SP. Ele tem como finalidade apresentar algumas questões aprofundadas sobre o tema, sua construção se deu através de levantamentos de bibliografias, realizada ao longo da participação na disciplina. Objetiva-se, neste trabalho, evidenciar a fundamental e necessária

[1] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP Franca/SP, Brasil e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Qualidade de Vida e Relações de Trabalho - Grupo QUAVISSS josibontadini@gmail.com.

[2] Docente do Programa de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP Franca/SP, Brasil e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Qualidade de Vida e Relações de Trabalho - Grupo QUAVISSS fersarreta2009@yahoo.com.br.

utilização dos princípios éticos do Serviço Social no exercício profissional do assistente social na área da saúde.

Vale a pena destacar, antes de seguir com a discussão a ser desenvolvida a seguir, o fato de que a temática ética, de modo geral, restrito a filosofia, está embasando outras áreas do conhecimento e dentre elas a do Serviço Social. Portanto, a discussão que se pretende realizar deseja superar o seu víeis conservador e também moralista, incentivada pela disseminação do senso comum, que impede o conhecimento da real proposta do significado de ética perseverando sobre valores demasiadamente preconceituosos, contribuindo assim para o aumente da discriminação e a desigualdade entre as classes sociais. A intenção é promover a construção de uma discussão que contemple a universidade e a totalidade que esta temática abrange levando em conta o gênero humano e suas subjetividades como um sujeito ativo, capaz de construir e reconstruir a história, o presente e o futuro.

> É impossível negar que vivemos numa sociedade culturalmente pluralista, cheia de contradições e entrecortada por interesses de classes sociais, às vezes antagônicas entre si. Nesse contexto, as pessoas usam a mesma linguagem mas com acepções discrepantes, e até antagônicas, muitas vezes sem consciência e clareza. (SILVEIRA, 1999, p. 95).

Refletindo acerca de possíveis descompassos no processo de construção da relação entre a teoria e prática, necessários questionamentos múltiplos sobre a ação profissional do assistente social e diante da dinâmica constitutiva da sociedade brasileira capitalista que se exerce na dicotomia entre o pensar e logo após ação, teoria e prática.

> Existem limites na relação entre teoria e prática, pelas características em que cada uma delas possui e na sociedade capitalista estes limites aumentam, pois os sujeitos sociais se deparam com a mistificação das relações sociais, na qual, a minoria dos homens detém o conhecimento, e a maioria trabalha, pratica ações, á mercê do processo de alienação e coisificação do homem. (VÁSQUEZ, 1977 apud DUARTE, 2010, p.132).

Acredita-se que a construção da relação teoria e prática se faz presente no dia-a-dia e na ação profissional no qual o assistente social encontra-se inserido. Uma prática cheia de obstáculos gerados por inúmeras burocracias, relações de forças institucionais e a distância que há entre os assistentes sociais que atuação diretamente nos serviços ofertados pelas políticas sociais e aqueles que se dedicam a academia da não coerência de teoria versus prática.

> A apreensão histórica e crítica da realidade pode desvelar as formas de ser ético-morais, os modos fetichizados da moral e da ética, rompendo com visões preconceituosas, mecanicistas, unilaterais, ampliando as possibilidades de enriquecimento das exigências éticas. (BARROCO, 2008, p. 216).

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

O assistente social exerce a profissão a luz da lei de regulamentação da profissão nº 8662, da resolução do CFESS nº 273/93 que instituiu o Código de Ética Profissional e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. E na área da saúde especificamente a profissão possui legislações que a respaldam nas suas atribuições dentro deste campo de atuação. A resolução nº 218, de 06 de março de 1986 proferidas pelo Conselho Nacional de Saúde – considerando conquistas após a 8º Conferência Nacional de Saúde, reconhecendo a relevância do trabalho interdisciplinar na área da saúde, reconhece o profissional do Serviço Social como

um dos profissionais de saúde. Há ainda a resolução do CFESS nº 383, de 29 de março de 199, que dita que o Serviço Social não é exclusivo da saúde, mas, sim nas diferentes dimensões da questão social no âmbito das políticas de saúde, entre elas a saúde.

Em março de 2009, o CFESS instrumentaliza os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, considerado uma importante conquista da categoria profissional, que tem como finalidade:

> "[...] referenciar a intervenção dos profissionais de Serviço Social na área da saúde", mas "[...] não se pretendeu abordar todas as atribuições e competências, pois considera-se que estas estão em permanente construção, sendo um desafio ao assistentes sócias que atuam na saúde".

O trabalho do assistente social na área da saúde possui suas particularidades como qualquer outra e encontra-se inserido numa dinâmica de cooperação dos serviços de saúde. (COSTA, 2000). E a autora ainda salienta:

> Que devemos considerar que as condições subjetivas da atividade profissional, perpassam pelo processo histórico da saúde pública no país. O Movimento da Reforma Sanitária, as mudanças constitucionais, também propostas por este movimento, a constituição do Sistema Único de Saúde, entre outros exigiram mudanças de ordens tecnológicas, organizacional e política [...] "da saúde pública, que de certa forma influenciou a atividade profissional". (COSTA, 2003, p.41).

Retrato da crise estrutural que se revela na realidade desses sujeitos. A economia contemporânea aponta para uma agudização das facetas do capitalismo, onde o país apresenta altas taxas de juros, aumento da inflação e das taxas de desemprego, o que provoca rebatimento nos sujeitos, nas condições objetivas e subjetivas de vida.

> É importante reconhecer a saúde como resultante das condições de vida, a obtenção de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais passa a fazer parte do conjunto dos procedimentos necessários à identificação e análise dos fatores que intervêm no processo de saúde/doença, (COSTA, 2000, p.35).

Diante desta realidade, destacamos a relevância da interface do Serviço Social junto à Política de Saúde no Brasil. A profissão emerge no país, concomitante ao desenvolvimento industrial e com ele suas implicações estruturais. Na gênese do trabalho profissional a perspectiva de atuação trazia como direção social a organização e controle das massas, essa perspectiva de atuação estava presente em todas as áreas de atuação, incluindo aqui a saúde. As ações voltadas a atenção à saúde estiveram presentes no processo de formação e trabalho das assistentes sociais desse contexto histórico, primeira década no Brasil.

> Nos serviços de saúde, a inserção dos assistentes sociais no conjunto dos processos de trabalho destinados a produzir serviços para a população é mediatizada pelo reconhecimento social da profissão e por um conjunto de necessidades que se definem e redefinem a partir das condições históricas sob as quais a saúde pública se desenvolveu no Brasil. (COSTA, 2000, p. 41)

O assistente social tem um papel importante neste processo de democratização do SUS. Costa (2000) elucida o compromisso ético-político profissional do assistente social, diante sua competência técnica-operativa e teórico-metodológica, em dar respostas aos impasses para a efetivação da saúde pública. Tais impasses são reflexos da desigualdade social, da distribuição descomedida dos bens e serviços construídos historicamente pelos sujeitos coletivos.

As transformações que ocorreram na profissão foram condizentes às novas exigências econômicas, políticas e sociais do país. O Serviço Social, enquanto produto dessa sociedade capitalista, sempre respondeu às exigências do Estado, assim como se fez partícipe dos enfrentamentos aos denodos do capitalismo e sua esfera reprodutiva de coisas. Diante a realidade, contraditória e complexa, mas repleta de possibilidades, é que estão os assistentes sociais atuantes nos diversos espaços de trabalho e de legitimação do direito e da coisa pública. Nessa direção estão os profissionais, trabalhadores da saúde, que no cotidiano criam estratégias para a superação da contradição entre aquilo que está disposto na lei e o não acesso aos serviços de saúde.

O SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE E A RELEVÂNCIA DO PROJETO ÉTICO PÓLITICO

As demandas advindas da chamada questão sociais transformaram-se em objeto de trabalho e estudo do Serviço Social, questões estas oriundas do embate constante entre capital e trabalho. Na atual conjuntura social, a questão social vem ganhando novas “exterioridades” provenientes das caracterizações das relações que constantemente surgem entre o capital e o trabalho regadas de novas e devotadas técnicas e tecnologias que cada vez mais reprime o mercado de trabalho.

As formas como o poder se materializa e consolida na sociedade conduz à negativa das objetivações do ser do humano livre, o que provoca na cotidianidade o desafio de avançar, ultrapassar as condições dadas. (CARVALHO NETO, 2003).

Silveira reforça em sua fala:

> [...] porque estamos diante de desvelamento do que está encoberto pelo costume, pelo convencional, pelo poder. Descobrir a verdade é ter a coragem de enfrentar as formas estagnadas do poder que tentam manter o status que, é aceitar o desafio da mudança. Saber para transformar. (SILVEIRA, 1999, p. 98).

Entretanto, GUERRA (2005) aponta determinações recorrentes da prática profissional, reconhecendo que o Serviço Social sofre relevantes cargas de influências do cotidiano, dentre outras palavras, recebe variadas demandas de caráter imediato, gerando assim as intervenções focalizadas. Devendo se considerar as complexidades presentes nessas relações sociais em uma sociedade capitalista e extremamente individualista, estando cientes que estas demandas sociais não acabarão através e após de intervenções imediatas.

A referida autora ainda ressalta que “a ação profissional do Assistente Social deve ser respaldada em conhecimentos sobra à totalidade social, fundamentos da profissão, sobre os fenômenos sociais, o homem como ser social, entre outros.” Neste sentido podemos considerar que tais conhecimentos devem contribuir para o desenvolvimento das dimensões Técnico- instrumental, Teórico-intelectual, Investigativa, Ético-político e a dimensão formativa esta por sua vez, vêm sendo deixada cada vez mais de lado pela categoria.

Com ênfase na dimensão ético-político, segundo Manfroi:

> [...] o projeto ético-político do Serviço Social delineou-se a partir de um processo de reflexão e amadurecimento profissional, de um processo de avaliação da atuação profissional, bem como na inserção nas lutas sociais contemporâneas, lutas estas de ampliação de direitos, de democracia, de participação social e no processo coletivo do trabalho. (MANFROI, 2003, p. 10).

O projeto Ético Político do Serviço Social teve seu marco no código de 1986, embora tenha sido consolidado, na década de 1990, caracterizou-se como um marco pela ruptura da categoria com suas antigas e persistentes perspectivas tradicionalistas como o neotomismo e o funcionalismo, uma ruptura que consolidou o apoio do projeto profissional do Serviço Social á defesa do emergente projeto societário da classe trabalhadora. O assistente social, neste contexto, se reconfigurou como um profissional crítico, observador das expressões da questão social advindas do modo de produção capitalista, agregando relevante dimensão e potencial político. (PAIVA, SALES, 2003).

Paiva e Sales citam que: “uma vez que sua reflexão nos possibilita vislumbrar a perspectiva do compromisso e também da necessidade de controle da sociedade as práticas profissionais liberais”, (PAIVA; SALES, 2003, p. 177). E ainda salientam que o vigente código de ética aborda um debate de vinculação da normatização da prática, o assistente social mesmo sendo um profissional considerado liberal deve-se seguir princípios e deveres construídos e efetivados coletivamente para sua atual nas mazelas da sociedade.

> O código de ética, como todos os códigos, deve ser interpretado com uma norma não contraditória, por sua natureza. É um sistema que unifica e converge valores. Esta concepção é fundamental, em qualquer formação social, pois se for contraditório não exerce sua instrumentalidade. (SIMÕES, 2007, p. 471).

Desse modo, o atual contexto social exige para atuação do assistente social a orientação e socialização de saberes e busca efetiva por direitos, para tais ações é requisitado um profissional atualizado, crítico e propositivo que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. O exercício profissional e suas ações no cotidiano pressupõe do assistente social uma intimidade com o Código de Ética Profissional de 1993. Neste sentido, podemos afirmar que para o Serviço Social, a ética profissional está imbricada na sua práxis, o que pressupõe uma ação consciente, reflexiva e propositiva, direcionada a garantia de direitos.

Para tal entendimento é relevante destacamos o artigo 5º do Código de Ética Profissional que trata da relação profissional com o usuário e que instiga o exercício do repensar a ação profissional:

> Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:
> a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
> b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
> c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;

> d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
> e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
> f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
> g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
> h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

O assistente social deve atentar-se aos princípios éticos, combatendo e resistindo a certos tipos de comportamentos com a característica maior de perseguir qualquer pessoa e/ou suas diferenças, sejam elas de qual origem for. Para tanto o fortalecimento e efetivação destes princípios dependerá não somente de uma categoria profissional articulada em prol aos interesses da população usuária de determinado serviço, mas também recai sobre relevância da formação acadêmica para o futuro desempenho profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social é uma profissão que se encontra inserida na divisão sociotécnica do trabalho, podendo desenvolver seu trabalho nas diversas áreas do campo social. Seu objeto de intervenção são as expressões da questão social, fruto das desigualdades sociais, geradas e agravadas pelas contradições sociais existentes na sociedade capitalista, que afetam condições de vida da população.
Tratando-se da inserção da profissão no campo da saúde:

> No campo da saúde pública, a ação do profissional do Serviço Social incide no processo saúde-doença da população, no qual se expressam múltiplas formas de expressões da questão social, por meio das diferentes doenças que acometem a população e que, associadas ás necessidades socioeconômicas do usuário, interferem no tratamento e na prevenção de agravos á saúde. (SANTOS, 2006, p.8)

Independentemente de sua área de atual, o assistente social possui como dever de sempre estar em aprimoramento em relação aos seus conhecimentos teóricos metodológicos e ético-político, conforme o décimo princípio do código de ética que faz se refere “ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional.” (CFESS, 1993). A atuação diante dessa perspectiva, nos afronta a um difícil, mas não impossível desafio de se efetivar cada vez, a qualidade dos serviços prestados á população. Estando cientes e respeitando nosso compromisso ético na efetivação dos serviços e no trato com a população em sua grande maioria fragilizada e marginalizada.

A estratificação social causada pelo contexto social advinda do sistema capitalista, conferindo aos indivíduos posições sociais distintas, as quais por sua vez

provocam diferenças em sua maioria alarmantes de saúde, agravando suas condições de vida e de trabalho.

Essa alienação ao sistema afeta a condição social e de saúde dos sujeitos, fortalece as práticas neoliberais não contribuindo para o exercício de cidadania que por sua vez caracteriza como um importe e eficaz instrumento de controle e efetividade dos serviços de saúde ofertados para a continuidade ao tratamento.

Na área da Saúde o Serviço Social, encontra-se inserido em um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, o trabalho articulado com as demais categorias profissionais detém seu caráter de relevância para um trabalho que busque a promoção da saúde e um atendimento de qualidade.

A garantia do pluralismo na atuação dos profissionais da equipe em saúde trata-se de um fator que deve ser priorizado, devendo-se respeitar as diferentes concepções teórica e políticas- ideológicas, coforme evidência o sétimo princípio do código de ética: “Garantia do pluralismo, através do respeito ás correntes profissionais existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993).

As atribuições no desenvolvimento do trabalho em equipe devem estar claramente especificadas. Cada um dos profissionais deve contribuir na busca do enriquecimento do trabalho em equipe e posteriormente possuindo um resultado satisfatório.

Trabalho intersetorial é um importante elemento facilitador da promoção da saúde, a prevenção da doença e de seus agravos. Este trabalho em âmbito nacional deve ser integrado pelo o Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de saúde, possibilitando a coordenação de políticas públicas de saúde nos diversos níveis.

A atuação da equipe multiprofissional e interdisciplinar intervém diretamente nos resultantes das iniquidades em saúde. O trabalho de cada profissional detém importante papel na promoção e recuperação da saúde do sujeito por eles atendido. A interação de toda a equipe contribui para que se resulte na diminuição dos agravos decorrentes que afetam a saúde da população

Grande parte das demandas sociais está sofrendo permanentes configurações e reconfigurações estabelecidas por determinações sociais, econômicas, políticas e culturais fatores esses que envolvem os processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Tratando-se do processo de reconfiguração das demandas surgem novas necessidades sociais e novas ou já existentes exigências ao trabalho assistente social, possibilitando o repensar de antigas e novas estratégias de intervenção profissional, no que tange o campo da saúde pública, associadas aos aspectos de adoecimento da população.

Neste sentido e direcionando para a atuação do assistente social e equipe no âmbito da saúde, enfatiza-se que muitas vezes o profissional do Serviço Social embora se sustente no projeto ético político, nas documentações legais e nos parâmetros de atuação do Assistente Social na saúde construídos pela categoria, ele não dispõe de meios necessários e nem do apoio dos demais profissionais para garantir uma intervenção de qualidade.

Para a efetividade na promoção da saúde, muitos estudos apontam que o trabalho em equipe proporciona aos pacientes maiores chances de recuperação, visto que esta enfermidade provoca o agravamento de outras doenças e certamente, várias áreas do saber num trabalho interprofissional possibilitam ações mais qualificadas.

Faz-se importante salientar que o trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional e/ou intersetorial, não ofusca a atuação profissional do assistente social. O mesmo está comprometido com o usuário, e a partir das possibilidades oferecidas, possui a capacidade de traçar estratégias frente ás demandas que afligem o paciente, e que venha a interferir na sua adesão ao tratamento.

Porém, alguns serviços de saúde são precários e acabam por contribuir com as limitações do trabalho a ser desenvolvido pelos assistentes sociais, e demais profissionais. Um dos maiores dificultadores ainda se dá pela exclusão social desses indivíduos, somado as outras diversas demandas a serem trabalhadas pelo Serviço Social em distintas áreas dentro no campo saúde, requerendo intervenções a serem realizadas com competência teórica, ética e política.

Pensar o sujeito em sua totalidade contribui para que estratégias focalistas não sejam executadas tendo como intuito apenas amenizar alguma situação especifica. O combate e a redução de ações focalistas apenas passam o problema adiante, deixando a população a mercê de políticas e serviços públicos que não oferecem retorno algum diante das demandas apresentadas. Intervir nesta realidade, tendo com objetivo promover a equidade em saúde, aonde todos de forma igualitária possam se beneficiar de serviços de saúde de qualidade caracteriza-se como alguns dos relevantes e árduos desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social.

Sabemos que assegurar o direito a saúde a todos se configurou em grande desafio, mas não é algo impossível. Com os diálogos e a disseminação do conhecimento e leis, juntamente com a participação da população e o empenho por parte do Estado em proporcionar mecanismos para a efetivação de políticas públicas em saúde, já seria um grande e significativo avanço rumo a equidade em saúde.

Enfim, o assistente social necessita compreender e investigar o movimento da realidade social. Para tal, carece de um profissional engajado no fortalecimento de uma postura crítica, diante dos inúmeros desafios afrontados por ele diariamente, devendo usar a competência teórico-metodológica, ético-político e técnico–operativa com a finalidade de contribuir para consolidação de um projeto societário mais justo.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais.
In: **Serviço Social & Sociedade**. ed. Cortez: São Paulo. N° 62, ano XXI, 2000, pág. 35 – 71.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986.** Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde (versão preliminar)**. Grupo de trabalho Serviço Social na saúde.
Brasília, 2009.

_____. Resolução CFESS nº 383, de 29 de março de 1999**. Caracteriza o assistente social
como profissional de saúde.**

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

CFESS. Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 março 1993. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.** Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

_____. **Código de Ética do/a assistente social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão.** rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2011.

GUERRA, Y. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: **elementos para o
debate**. Katálysis. Florianópolis, V. 8, N° 2, p. 147-154. 2005.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, v. 91, p. 5-33, set. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 10. ed . São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: **capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MANFROI, V. M. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Conexão. Montes Carlos – MG, V. 1, 2003, pág. 9- 15.

PAIVA, Beatriz Augusto; SALES, Mine Apolinário. **A nova ética profissional: práxis e princípios.** In: BONETTI, Dilsea Adeodata (Org.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, R. M; **O Serviço Social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/Aids:** demandas e desafios nos hospitais públicos**.** Ver. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 85, 2006, p. 7-25.

SILVEIRA, Ubaldo. A ética profissional na virada do século. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 8, n.2, p. 89-101, 1999.

SIMÕES, Carlos. **A ética das profissões**. In: BONETTI, Dilsea Adeodata. (Org.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, v. 3, 2007. – (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 3).

VASCONCELOS, A. M. A prática do Serviço Social – Cotidiano, formação e alternativas na
área da saúde. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VÁSQUEZ, A. S. O que é Práxis & Unidade entre teoria e prática. In: Filosofia da Práxis. 4.
ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

PROCESSO DE INOVAÇÃO EM PEQUENOS EMPREENDIMENTOS FAMILIARES COMO FORMA DE ESTRATÉGIA COMPETITIVA: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA J. CAMAR UVAS FINAS DE MESA DE SANTA RITA D'OESTE/SP[1]

INNOVATION PROCESS IN SMALL FAMILY ENTREPRENEURS AS A FORM OF COMPETITIVE STRATEGY: A CASE STUDY IN THE J. CAMAR FINE GRAPES OF TABLE ENTERPRISE OF SANTA RITA D'OESTE / SP

Daniela Oliveira ROSA[2]
Juliane da Silveira HIDALGO[3]
Ane Kelly Aparecida dos SANTOS[4]

Resumo

A ampla variedade de um mesmo produto e serviços evidenciaram para as organizações a necessidade de inovar para se sobressair frente aos concorrentes. Deste modo, diante das inovações e variedades de produtos e serviços mercadológicos que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) vêm desenvolvendo na economia, tornando-as potencialmente mais ágeis em proporcionar a satisfação dos clientes, identificou-se a necessidade de pesquisar e avaliar o processo de inovação atribuído como estratégia competitiva no pequeno empreendimento familiar J. Camar Uvas Finas de Mesas, localizado em um município do interior do estado de São Paulo. O estudo tem como objetivo geral analisar a criação e desenvolvimento do projeto, constatando assim, os resultados obtidos pela implantação do processo inovador no empreendimento familiar. Assim, utilizou-se como metodologia da pesquisa a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo aplicada ao estudo de caso, visando compreender a gestão do negócio através da coleta dos dados, com a aplicação de questionários estruturados aos clientes e familiares responsáveis pela administração do negócio. Este levantamento permite identificar as vantagens do empreendimento familiar em desenvolver o processo de inovação, tornando a produção mais qualificada em função do desenvolvimento do turismo rural, colocando em evidência a importância dessa estratégia competitiva conforme aplicada no projeto J. Camar. Portanto, o novo modelo de gestão proporciona maior valor agregado ao produto utilizando de serviços diferenciados e inovadores, além de provocar uma expressiva vantagem competitiva, mostrando que o empreendedorismo gera um crescimento vantajoso quando comparado à essência desenvolvida no sistema de vendas comum.

Palavras-chave: Inovação. Gestão. Empreendimento Familiar.

Abstract

The wide variety of the same product and services made it clear to organizations that they need to innovate in order to stand out from their competitors. In this way, given the innovations and varieties of products and services that Micro and Small Companies (SMEs) have been developing in the economy, making them potentially more agile in providing customer satisfaction, the need to research and evaluate the a process of

innovation attributed as a competitive strategy in the small family enterprise J. Camar Fine Table Grapes, located in a municipality in the interior of the state of São Paulo. The study has as general objective to analyze the creation and development of the project, thus verifying the results obtained by the implantation of the innovative process in the family enterprise. Thus, the research methodology used was the literature review and the field research applied to the case study, aiming to understand business management through data collection, with the application of structured questionnaires to clients and family members responsible for managing the business. This survey allows us to identify the advantages of the family enterprise in developing the innovation process, making the production more qualified due to the development of rural tourism, highlighting the importance of this competitive strategy as applied in the J. Camar project. Therefore, the new management model provides greater added value to the product using differentiated and innovative services, as well as provoking a significant competitive advantage, showing that entrepreneurship generates an advantageous growth when compared to the essence developed in the common sales system.

Keywords: Innovation. Management. Family Business.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que se desenvolvem no país tem sido considerado acelerado quando comparado ao número do surgimento de grandes empresas. Por este fato, pode-se considerar que as MPEs vêm adquirindo uma importância significativa para a economia nacional, com geração de novos empregos, distribuição de renda e criação de valores (LEMES JUNIOR; PISA, 2010).

Os métodos de produção de bens e serviços realizados nas empresas de grande porte diferem dos utilizados nas empresas de micro e pequeno porte, sendo constante a tendência de que os pequenos negócios consigam ser mais ágeis em oferecer um produto inovador. Esta característica de agilidade em oferecer produtos e serviços com inovação que as MPEs desenvolveram, tornou-se de grande importância para que a sociedade compreenda o valor que organizações de portes menores possuem. “Empresas pequenas estão potencialmente em condições melhores de atingir a satisfação do cliente do que as grandes” (LONGENECKER, *et al*., 2004, p. 66).

“Na verdade, a capacidade de inovar se tornou um dos fatores mais relevantes na determinação da competitividade das empresas e da economia em geral” (GURGEL, 2006, p.1). Empresas que se dedicam a aplicar à sua gestão este tipo de estratégia apresentam condições propícias para atingir de maneira mais satisfatória os desejos dos clientes, já que agregam valor ao produto, oferecendo além do esperado para este consumidor. Tais técnicas empreendedoras e criativas podem ser potenciais geradores de diferenciais competitivos e crescimento econômico para o negócio.

A ampla variedade de um mesmo produto e serviços evidenciaram para as organizações a necessidade de inovar para se sobressair frente aos concorrentes. Diante deste cenário, o processo de gestão empreendedora e inovadora adotado pelo

pequeno negócio familiar J. Camar Uvas Finas de Mesa pode definir uma vantagem competitiva e econômica para o empreendimento.

Partindo deste conceito, a pesquisa apresenta como objetivo primário analisar a criação e o desenvolvimento do projeto J. Camar Uvas Finas de Mesa, observando as vantagens obtidas pela aplicação do processo inovador na empresa familiar. Para isso, deverão ser constatadas as ferramentas aplicadas na gestão, assim como identificar se as características de um negócio familiar podem ser mais vantajosas para a implantação de um processo inovador no ambiente organizacional.

O presente trabalho desenvolve-se através da pesquisa de campo e da revisão bibliográfica que se aplique ao estudo de caso do empreendimento familiar J. Camar Uvas Finas de Mesa, da cidade de Santa Rita D'Oeste.

Em um primeiro estágio utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que trouxe o embasamento para fundamentar o estudo, sendo que a mesma "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p.44).

A partir disso, a coleta dos dados é desenvolvida através da exploração do estudo de caso e da pesquisa de campo, com a aplicação de questionários estruturados aos clientes e familiares responsáveis pela gestão do empreendimento. Isto permite levantar as principais questões que cercam o tema proposto com o intuito de interrogar e obter dados qualitativos e indicadores referenciais.

A partir do estudo de caso realizado no projeto J. Camar Uvas Finas de Mesa será possível analisar se as estratégias do processo de gestão utilizadas é realmente benéfica para o negócio, averiguando a eficiência do modelo de inovação implantado. Desta forma busca-se compreender a importância desse exemplo de gestão em um empreendimento no qual se agrega valor ao produto utilizando de serviços diferenciados e inovadores.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Pequenos negócios na economia brasileira

As micro e pequenas empresas ocupam papel de suma importância frente à economia brasileira. Essa afirmação se dá devido à vasta gama de benefícios e vantagens que as mesmas proporcionam ao giro econômico do país, visto que representam a grande maioria das empresas formais, responsáveis por grande parte do faturamento do produto interno bruto (PIB) nacional e por mais da metade de carteiras assinadas em todo o território brasileiro.

De acordo com o SEBRAE (2014), as MPEs correspondem a cerca de 9 milhões de empresas formais abertas no Brasil e juntas representam 27% do PIB nacional, um aumento de aproximadamente 4% em relação a 2011. Além disso, são responsáveis por 52% das carteiras de trabalho assinadas, tornando-se possível identificar a partir desses dados quantitativos, que essas empresas podem ser caracterizadas como pilares de sustentação da economia brasileira, já que possuem uma alta capacidade de gerar empregos e um significativo número de estabelecimentos difusos pelo território nacional.

A contribuição que as MPEs aderem ao crescimento econômico, além do aumento do nível de escolaridade e o aumento do mercado consumidor reflete no incentivo para com esses menores empreendimentos, como a criação do Simples

Nacional que reduziu os impostos e unificou os oito tributos recolhidos pela organização (SEBRAE, 2014).

Além desse incentivo fiscal, a Lei Complementar n°123/2006, também conhecida como lei geral das MPEs, apresenta outros incentivos que contribuem significativamente no desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas no Brasil. Dentre esses, destaca-se o processo licitatório no qual os pequenos negócios correspondem à exclusividade para aquelas licitações estipuladas até o valor de R$ 80 mil por item.

Segundo dados do Portal Brasil (2015), a participação das Micro e Pequenas Empresas no primeiro semestre de 2015 nas compras públicas totalizaram um montante de R$10,78 bilhões, o que representa 37,2% do total gasto pelo Governo Federal naquele ano.

Ainda nesse contexto, Cristiano Heckert, secretário de Logística e Tecnologia da Informação do MP aponta:

> Historicamente, desde 2008, a participação dessas empresas no volume contratado pelo governo gira em torno de 25% a 30% a cada ano. Este aumento deve ser comemorado porque nós sabemos da relevância das micro e pequenas empresas, tanto na participação do PIB quanto na geração de emprego (PORTAL BRASIL, 2015).

A força que as MPEs aplicam ao cenário socioeconômico brasileiro é inegavelmente importante. Elas respondem diretamente ao aquecimento comercial do país, e assim, mantêm positivamente seu fundamental papel nas estatísticas econômicas do Brasil. Isso faz com que a necessidade de inovar frente a milhares de empreendedores dispostos a se sobressair e ganhar mercado mantenha os índices estatísticos em alta.

2.2 O processo de inovação como estratégia competitiva

O cenário econômico é o grande propulsor ao desenvolvimento de inovações no ambiente organizacional. Inovar tem se tornado um dos fatores mais relevantes dentro do mercado competitivo, garantindo para as empresas detentoras dessa ferramenta, maior vantagem em relação aos seus concorrentes.

O crescente número de empreendimentos que não consegue se manter frente às dificuldades econômicas, implica que as organizações busquem implantar estratégias para que não sejam prejudicadas e não coloquem em risco o seu negócio. De acordo com Motta (2003, p. 239), “a inovação organizacional se origina da necessidade de sobrepor-se ou adaptar-se aos obstáculos ambientais e da necessidade de lutar pela sobrevivência.”

Criar estratégias inovadoras e, consequentemente, tornar-se diferenciada no mercado, é imprescindível para as empresas que vivenciam os desafios atuais. A rotina da maior parte das organizações geralmente baseia-se nos modos de pensar tradicionais, o que pode ser considerado equivalente a enxergar os desafios sempre com as mesmas lentes (BERNARDI, 2011).

Enquanto muitas empresas permanecem estáveis e não se posicionam quanto às novas mudanças no ambiente organizacional, os empreendedores estão sempre propensos a correr riscos calculados e enxergar na mudança uma nova oportunidade. Para tornar o negócio inovador é necessário implantar uma mudança, a partir da qual

se adquire oportunidades através de novas experiências, ampliando seu horizonte e visão de futuro.

Motta (2003, p. 239) descreve que: "[...] a inovação resulta tanto da motivação para gerar e implantar ideias novas quanto da decisão gerencial de superar obstáculos, melhorar o desempenho e mobilizar recursos para conduzir a mudança aos objetivos desejados [...]". Este deve ser um processo contínuo, pelo qual os envolvidos com o negócio devem se comprometer e ter o espírito de olhar sempre para frente, aventurar-se, atentar-se a novas mudanças e procurar conhecer o diferente, o não descoberto.

Para os pequenos negócios, garantir a competitividade e a longevidade está fortemente ligado à capacidade de inovar-se. A criatividade e inovação agregam valor ao produto ou serviço, tornando-os progressivamente mais úteis e compensatórios para a organização. Essa criatividade está ligada à inovação, a partir da perspectiva de que a criatividade é a capacidade de resolver problemas ou criar produtos determinados importantes para um mercado (GURGEL, 2006).

O processo de inovação vai muito além de uma criação ou recriação de um produto/serviço, é uma técnica que influencia em todo o contexto organizacional, desde seu processo de criação até sua colocação e tempo de vida no mercado. Quando se fala em inovar é preciso que se leve o significado ao pé da letra, necessitando de criação, avaliação, pesquisa, recriação e, algumas vezes, mudar as técnicas de gestão da empresa, visando sempre o sucesso do produto/serviço.

2.3 Características de empreendimentos familiares

A empresa familiar, assim como qualquer outro empreendimento, representa um negócio que obteve sua criação objetivando o sucesso econômico frente ao meio empresarial. Para isso, são realizados procedimentos e atividades que direcionam a gestão realizada por membros de uma mesma família, ressaltando que essa gestão deve ter sido sucedida por pelo menos duas gerações para que o negócio seja realmente caracterizado familiar.

Longenecker, *et al*. (2011, p. 82) define "[...] empresa familiar como uma empresa na qual dois ou mais membros de uma mesma família são proprietários e operam em conjunto ou por sucessão. [...]" Este fato de operarem em conjunto evidencia que o conhecimento específico sobre a empresa se deu de maneira compartilhada, tornando a gestão do negócio mais segura quanto ao seu histórico de formação e desenvolvimento.

Esse modelo empresarial possui os membros da família empenhados em ver a ascensão do negócio e, por conseguinte do nome da família. Por obterem maior ligação quando comparada a uma empresa não familiar, observa-se que a administração da mesma é realizada de maneira motivada, visando alcançar o sucesso do empreendimento e realização familiar.

A relação familiar dentro da organização gera um benefício básico muito satisfatório, que se caracteriza pela união dos membros. Uma empresa que apresenta um profissional que não contém parentesco com os proprietários está muito mais propícia a ser "abandonada" em um caso de queda no êxito dos negócios, do que aquela que apresenta no seio de sua gestão pessoas de um mesmo grau de parentesco. A necessidade de manter o nome da família, o próprio bem-estar e a

ascensão da empresa faz com que todos não meçam esforços para as dificuldades que vierem (LONGENECKER, *et al*., 2004).

Empresas familiares buscam a preservação não só da reputação dos negócios, como também da própria família, o que garante maior confiabilidade sobre os produtos e serviços oferecidos, ou seja, provavelmente fornecerão realmente qualidade e valor ao cliente, caso contrário, estariam denegrindo a imagem do negócio e da família. Essa cautela que empreendimentos familiares detêm para com ambas as reputações, aliada à impressão que a palavra família representa, garante maior confiabilidade também nos meios de promoção dos produtos e serviços. Torna-se benéfico promovê-los aliados ao componente família, já que muitos clientes podem se sentir mais confiantes com a compra justamente pela representação do termo.

Embora a gestão familiar também apresente conflitos, assim como em qualquer outra empresa, as características que a definem evidenciam que esse modelo pode ser considerado bastante competitivo, aderindo maior vantagem frente às organizações que estabelecem o modelo tradicional de administração.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 Breve histórico da empresa

O surgimento do projeto J. Camar Uvas Finas de Mesa se deu em meados do mês de julho de 2016, a partir da participação do pequeno negócio familiar no programa de capacitação contínua do Instituto Biosistêmico (IBS), que se caracteriza por uma instituição brasileira de consultoria, assistência técnica e extensão rural. Segundo a família empresária, a ideia do negócio eclodiu durante a realização do programa, o qual contribuiu no conhecimento e desenvolvimento do projeto de maneira inovadora e sustentável. Os técnicos do Instituto visitaram a propriedade algumas vezes, e com uma ação conjunta da família foi elaborado o plano de negócio que forneceu o suporte para a execução do projeto.

Inicialmente a ideia era apresentar para os consumidores de uvas da região um negócio inovador voltado para o turismo rural, e a partir de então os familiares se envolveram em colocá-la em prática. A nomeação do projeto como J. Camar Uvas Finas de mesa foi intencional, visando a criação de um nome que ficasse fácil de gravar na mente do consumidor, além de homenagear aos progênies (pai e mãe) da família.

De início utilizaram da criação de uma página do *facebook*, que segundo os familiares, estrategicamente esta seria uma ferramenta gratuita muito eficaz para a realização da divulgação do negócio. Ambos esclareceram que essa estratégia foi uma boa escolha, pois a aceitação da página pelos consumidores foi motivo de avaliar que antes mesmo da data prevista para visita, as pessoas já se interessavam pelo empreendimento inovador. Passado o tempo, as curtidas na *fanpage* foram aumentando e o negócio ganhando proporção.

A J. Camar é denominada como um empreendimento familiar, visto que os colaboradores do projeto tratam-se dos pais, filhos, genros e cunhados(as), no qual todos mantêm um bom relacionamento entre si, transmitindo essa interação aos clientes e fazendo com que se sintam acolhidos em um ambiente simples e familiar.

A implantação de um processo inovador agregou valor ao negócio, visto que anteriormente suas vendas eram estritamente para o atacado, enfrentando longos

prazos de pagamento, vendas a preço baixo com muito foco na produção em grande escala e pouco foco na qualidade dos produtos. Com seu novo modelo de gestão, a J. Camar valorizou seu produto, melhorou seu preço com a eliminação dos atravessadores, agregou valor a ele, aumentou o foco na qualidade, no atendimento ao público e no amor ao agronegócio.

O principal diferencial da empresa é oferecer a seus clientes um produto de qualidade, deixando-os a vontade para colher entre as variedades disponíveis de uvas frescas diretamente do pé, em um aconchegante e acolhedor ambiente norteado pelo clima familiar de atendimento e a simplicidade do campo.

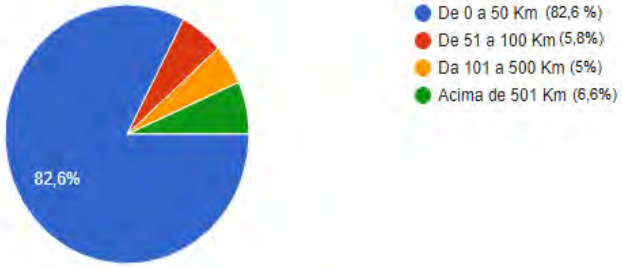
Para o ano de 2017, os familiares investiram em novas mudanças no empreendimento, atribuindo ao negócio a venda de bebidas como água e refrigerantes, picolés e doces, que são produzidos com as próprias uvas cultivadas no local. Além disso, foi construída uma nova estrutura para receber o público que chega para visita, trazendo para os visitantes maior comodidade. A condição de pagamento que era estritamente à vista, passou a ser também com cartões, pois os gestores buscaram acrescentar novas alternativas e melhorar ainda mais para seus clientes.

O projeto J. Camar, pioneiro e exclusivo no ano de 2016 no segmento de viticultura voltada ao turismo rural, possui em seu segundo ano de atuação (2017) um concorrente direto, localizado no município de Urânia, há aproximadamente 40 km de distância. Os demais concorrentes são indiretos, como supermercados e feiras, que se tornam estímulo para que a melhora de seus produtos e atendimentos sejam frequentes, já que seu preço de mercado é competitivo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

O presente capítulo trata da descrição dos dados e da discussão dos resultados coletados a partir da aplicação do questionário a uma amostragem de 120 clientes que frequentaram o empreendimento no mês de agosto de 2017.

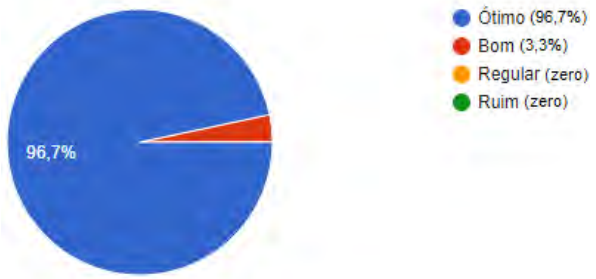
Gráfico 1 – Distância do empreendimento às cidades em que residem os visitantes.



Fonte: Autores

A demonstração gráfica acima permite observar que predominantemente 82,6% dos entrevistados residem em um raio de distância de até 50 km do local do empreendimento, seguido pelos visitantes de municípios que distanciam-se acima de 501 km. Os residentes em municípios de 51 a 100 km e de 101 a 500 km mantiveram-se na mesma proporção. Este percentual demonstra que a maioria dos visitantes são de cidades mais próximas ao projeto J. Camar Uvas Finas de Mesa

Gráfico 2 – Classificação quanto a opinião do cliente frente ao projeto.

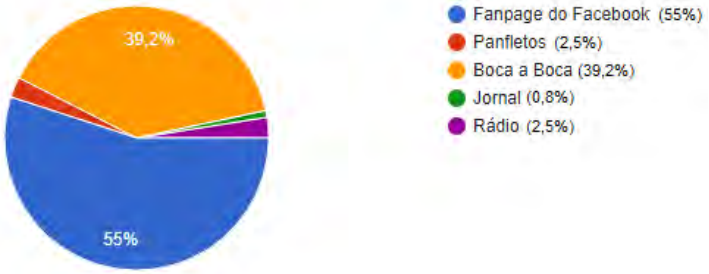


Fonte: Autores

O resultado quanto a opinião dos clientes frente ao projeto J. Camar Uvas Finas atesta que 96,7%dos entrevistados classificam o empreendimento como ótimo, seguido apenas de 3,3% de classificação como bom. Isto evidencia que o negócio familiar desenvolvido no âmbito do turismo rural obtém um positivo índice de aceitação, o que garante aprovação daqueles que visitam o projeto.

O percentual de recomendações do empreendimento foi de total aprovação dos clientes, constatando-se que o empreendimento agrada o consumidor a ponto de indicar aos amigos e familiares que visitem o projeto.

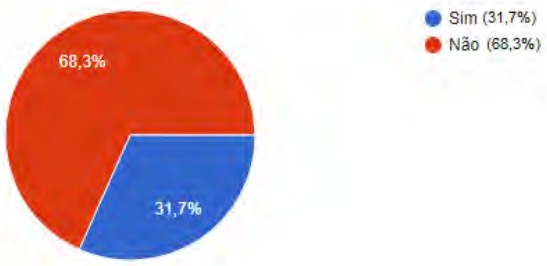
Gráfico 3 – Meio de veiculação em que o cliente tomou conhecimento da existência do empreendimento.



Fonte: Autores

Nota-se que o meio de veiculação que atinge maior público neste tipo de negócio é o Facebook, devido à abrangência de pessoas que são usuárias da rede social e a facilidade de acesso que a mesma representa, seguido do boca a boca, no qual os próprios clientes divulgam o projeto para seus familiares, amigos e conhecidos. Ambas as técnicas de divulgação são benéficas para o empreendimento, pois não agregam custo para o negócio e permitem um excelente retorno. Os panfletos, jornal e rádio são opções que obtêm menor retorno quanto ao investimento inserido para ambas as realizações. Portanto, torna-se mais vantajoso que a gestão do negócio continue incentivando e alimentando a página do Facebook, já que proporciona um retorno significativo.

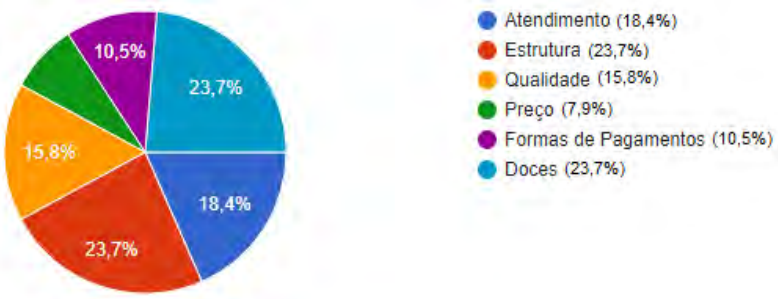
Gráfico 4 – Clientes que realizaram a visita no ano de 2016.



Fonte: Autores

O gráfico acima permite observar que 31,7% dos entrevistados estiveram presentes no empreendimento no ano de 2016, retornando suas visitas no ano de 2017. Este retorno demonstra que o cliente sentiu-se satisfeito com o projeto a ponto de realizar novamente uma visita no ano sequente. Além disso, a porcentagem restante de 68,3% representa os clientes que não realizaram a visita no ano de 2016, caracterizando um crescimento benéfico quanto ao conhecimento do negócio, o que evidencia um número positivo de novos visitantes.

Gráfico 5 – Quais mudanças implantadas no ano de 2017 que mais agradam ao cliente.



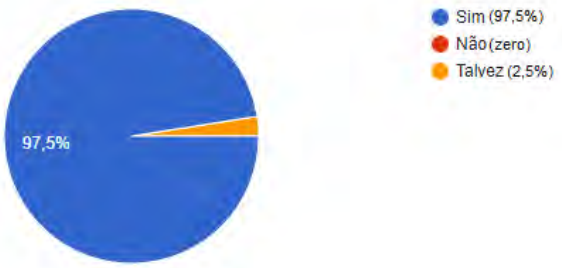
Fonte: Autores

Observa-se no gráfico anterior que, de acordo com os visitantes presentes no projeto no ano de 2016 e 2017, houve grande diversidade nas opiniões sobre as mudanças realizadas em relação ao ano anterior, entretanto manteve-se na frente com 23,7% a melhoria da estrutura implantada na J. Camar, que proporciona melhor comodidade a seus clientes. Com a mesma porcentagem de 23,7%, a implantação do comércio de doces produzidos com as uvas que são cultivadas na J. Camar também obteve grande aceitação dos consumidores, o que indica uma inovação positiva para o projeto.

A qualidade do atendimento obteve um percentual de 18,4%, valor significativo para identificar que o atendimento representa um ponto forte do empreendimento familiar. Em sequência, 15,8% dos clientes julgaram a qualidade como a mudança que mais lhe agradou, comprovando que o cultivo das uvas seguiu um bom padrão de qualidade. Além desses, 10,5% optam pela melhoria na forma de pagamento, o que caracteriza como bom benefício ao empreendimento a implantação do

recebimento de cartões, seguido por fim com 7.9% dos clientes que se sentem satisfeitos com a manutenção do preço dos produtos oferecidos.

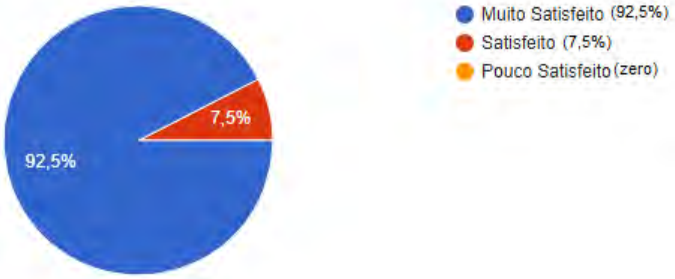
Gráfico 6 – Clientes que pretendem visitar o projeto novamente no ano de 2018.



Fonte: Autores

O índice de 97,5% de aceitação quanto à possível realização de visita no ano de 2018 representa um resultado positivo para o negócio, pois indica que os clientes que visitaram neste ano de 2017 apreciaram o empreendimento e pretendem voltar no ano sequente.

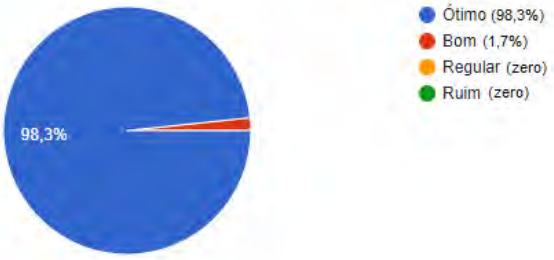
Gráfico 7 – Satisfação com o atendimento recebido no empreendimento.



Fonte: Autores

Constata-se que o nível de satisfação do público quanto ao atendimento recebido é significativamente benéfico para o negócio, uma vez que demonstra que não há clientes pouco satisfeitos com o mesmo, além do valor relevante de 92,5% dos clientes que estão muito satisfeitos.

Gráfico 8 – Qualidade dos produtos oferecidos.



Fonte: Autores

Avaliando a qualidade dos produtos oferecidos pelo empreendimento J. Camar, 98,3% dos clientes do projeto consideram-no como ótimo e 1,7% julgam o projeto como bom, não havendo avaliação regular ou ruim. Dessa forma, evidencia-se a satisfação dos clientes frente à qualidade dos produtos oferecidos.

Gráfico 9 – Clientes que consideram a ideia do empreendimento inovadora.

Fonte: Autores

O gráfico explicita que de forma unânime, ou seja, 100% dos clientes consideram o projeto uma ideia inovadora. Este resultado comprova que a gestão implantada pelos familiares que desenvolvem o negócio tem trazido o retorno esperado, já que os próprios clientes consideram o projeto como inovador.

Além disso, o levantamento de sugestões obtido na pesquisa permite acrescentar que a maioria do público se mostra totalmente satisfeito com o empreendimento e não apresenta propostas de melhorias. Entretanto, destacam-se algumas opiniões relevantes para serem aplicadas ao projeto, assim como o aumento do número de cadeiras disponíveis aos visitantes, maior variedade de produtos derivados da uva como por exemplo suco, geleia, vinho, licor etc., e acessibilidade aos visitantes portadores de deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade analisar a criação e o desenvolvimento do projeto J. Camar Uvas Finas de Mesa, constatando assim, os resultados obtidos pela aplicação do processo inovador na empresa familiar. Desta forma, possibilita-se a produção de uma análise estratégica do processo de gestão utilizado e das ferramentas empregadas no empreendimento familiar. Conforme demonstrado nos resultados da pesquisa realizada, a implantação de um processo inovador atribui benefícios aos empreendedores desenvolvedores do projeto e também aos clientes e visitantes.

Num contexto geral, conclui-se que há uma evolução no empreendedorismo de acordo com as necessidades de sua época, e que a gestão da inovação é altamente eficaz e proporciona maior eficiência ao negócio, ficando isto muito notório diante da repercussão transparecida pelos entrevistados. Esta estratégia permite maior valorização comercial do produto e, consequentemente, do trabalho desenvolvido pelos familiares criadores do projeto, garantindo, assim, maior motivação para expansão da atividade rural.

A formação do empreendimento por integrantes de uma mesma família possibilita maior união e foco na execução das tarefas em prol ao crescimento do projeto, visto que o interesse de obtenção do sucesso é coletivo. A partir disso, nota-

se que a força de um negócio familiar auxilia significativamente na superação das expectativas, agregando diferença na vida de todos os envolvidos na idealização dessa ação.

É indiscutível que a gestão empreendedora sempre está associada a correr riscos calculados, a enxergar oportunidades, a enfrentar desafios, dentre outras características comuns do perfil empreendedor. Porém para garantir o sucesso neste ambiente, é necessário além de acompanhar as mudanças do mercado, implantar estratégias diferentes e além do esperado; a inovação é o ingrediente preciso para superar as expectativas do consumidor.

Portanto, o novo modelo de gestão proporciona maior valor agregado ao produto, além de provocar uma expressiva vantagem competitiva, mostrando que o empreendedorismo gera um crescimento vantajoso quando comparado à essência desenvolvida no sistema de vendas comum que, por vezes, é carente de visão e ação empreendedora.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, LUIZ ANTONIO.**Manual de Plano de Negócios: Fundamentos, Processos e Estruturação**.São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GURGEL, M.F. **Criatividade & Inovação:** Uma proposta de gestão da criatividade para o desenvolvimento da inovação. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEMES JUNIOR; A.B;PISA, B.J. **Administrando Micro e Pequenas Empresas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LONGENECKER, J. G. *et al*. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Pearson, 2004.

_____. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOTTA, P. R. **A ciência e a arte de ser dirigente**. 14.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PISA, B.J; LEMES JUNIOR, A.B. **Administrando Micro e Pequenas Empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

PORTAL BRASIL. **Agronegócio deve ter crescimento de 2% em 2017**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/agronegocio-deve-ter-crescimento-de-2-em-2017>. Acesso em: 02. Mar. 2017.

_____. **Micro e pequenas empresas movimentam R$ 10,78 bi nas compras públicas de 2015.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/micro-e-pequenas-empresas-movimentam-r-10-78-bi-nas-compras-publicas-de-2015>. Acesso em: 18. Mar. 2017.

_____. **ONU reforça a importância da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 01. Abr. 2017.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Disponível em:<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-peqquenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 03. Mar. 2017.

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DOS SISTEMAS DE INOVAÇÃO E DA CULTURA ORGANIZACIONAL PARA A GERAÇÃO DE INOVAÇÃO ENFOCANDO O DESENVOLVIMENTO GLOBAL, NACIONAL E REGIONAL

REFLECTIONS ON THE ROLE OF INNOVATION SYSTEMS AND ORGANIZATIONAL CULTURE FOR INNOVATION GENERATION FOCUSING GLOBAL, NATIONAL AND REGIONAL DEVELOPMENT

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional

SILVA, Elaine da
Doutoranda - Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutoranda – Universidade de Salamanca (USAL)
elainesilva@marilia.unesp.br

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Professora Doutora - Universidade Estadual Paulista (UNESP)
valentim@marilia.unesp.br

Resumo

A inovação assumiu um importante papel na sociedade como elemento propiciador de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico e cultural em âmbitos regional, nacional e global. Nessa perspectiva é destacada a abordagem sistêmica da inovação que enfoca o compartilhamento de informação e conhecimento entre diferentes agentes de Sistemas Nacionais de Inovação. Para tanto, ressalta-se a necessidade de desenvolver uma cultura organizacional votada à inovação, e por consequência a à atuação integrada entre os diferentes agentes de sistemas de inovação. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo promover a reflexão acerca da importância do compartilhamento de informação e conhecimento na abordagem sistêmica da inovação e da necessidade de construir uma cultura organizacional voltada à inovação para o desenvolvimento das organizações e, por consequência, das nações em que estão inseridas. Para tanto realizou-se uma análise de literatura selecionada, visando apresentar aspectos conceituais da inovação no contexto dos sistemas de produção e analisar a contribuição de sistemas de inovação, bem como o papel da cultura organizacional voltada à inovação. Como resultado, se apresenta a reflexão acerca da geração de inovação a partir do enfoque sistêmico, baseado na interação de diferentes agentes compartilhando informação e conhecimento. A abordagem se revela fundamental na atual conjuntura, marcada pela agilidade das transformações em contextos social, econômico, político, tecnológico e cultural.

Palavras-chave: Sistemas de Inovação; Cultura Organizacional; Compartilhamento de Informação e Conhecimento.

Abstract

Innovation assuming an important role in society as a promoter element of social, economic, political, technological and cultural development at regional, national and global levels. From this perspective, the systemic approach to innovation that focuses on the sharing of information and knowledge among different agents of National Innovation Systems is highlighted. In order to do so, it is necessary to develop an organizational culture that is oriented to innovation and, consequently, to the integrated action between the different agents of innovation systems. In this context, the present research aims to promote reflection on the importance of sharing information and knowledge in the systemic approach to innovation and the need to build an organizational culture focused on innovation for the development of organizations and, consequently, of the nations in which are Inserted. For this purpose, an analysis of selected literature was carried out, aiming to present conceptual aspects of innovation in the context of production systems and to analyze the contribution of innovation systems, as well as the role of organizational culture focused on innovation. As a result, the reflection about generation of innovation based on the systemic approach, based on the interaction among different agents sharing information and knowledge is presented. The approach is fundamental in the current conjuncture, marked by the agility of the transformations in social, economic, political, technological and cultural contexts.

Keywords: Innovation Systems; Organizational Culture; information and Knowledge Sharing.

1 INTRODUÇÃO

Questões relacionadas à inovação passaram a ocupar papel central em contextos acadêmicos e organizacionais a partir da Década de 1980. É também nesse período que ganha força a abordagem sistêmica da inovação, que entende que inovar não consiste em um processo isolado de determinada empresa, porquanto é decorrente da atuação integrada entre diferentes agentes, tais como universidades, institutos de pesquisa, órgãos de regulamentação, agências de fomento, empresas e fornecedores entre outros, que juntos formam os Sistemas de Inovação (SI).

A atuação integrada dos agentes do SI deve resultar no compartilhamento de informação e conhecimento que potencializará e dinamizará as oportunidades de inovação entre os respectivos agentes. Contexto que exige a existência de uma cultura organizacional voltada à inovação e ao compartilhamento.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo promover a reflexão acerca da importância do compartilhamento de informação e conhecimento na abordagem sistêmica da inovação e da necessidade de buscar a construção de uma cultura organizacional voltada à inovação para o desenvolvimento das organizações e, por consequência, das nações em que estão inseridas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido com base em análise de bibliografia

selecionada em periódicos, teses e dissertações acerca dos temas centrais do presente artigo, quais sejam: inovação, sistemas de inovação, cultura organizacional, e compartilhamento de informação e conhecimento. A pesquisa bibliográfica se mostra uma estratégia pertinente pois "[...] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (MARCONI, LAKATOS, 2006, p.71).

Dessa maneira, a partir de uma perspectiva exploratória, com a finalidade de propiciar familiaridade com os temas que integraram a pesquisa bibliográfica, foi possível reunir elementos para promover uma reflexão consistente acerca da inter-relação entre sistemas de inovação e cultura organizacional.

3 INOVAÇÃO EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL

É possível afirmar que, na sociedade atual, definida na literatura pelos termos Sociedade da Informação e ou Sociedade do Conhecimento (Quéau, 1998; Castells, 1999; Werthein, 2000; Matellart, 2002), o grande diferencial de uma organização não mais está em seu parque fabril ou em seus recursos imobilizados (máquinas e equipamentos), mas em recursos intangíveis, como a inteligência competitiva e a capacidade inovativa, recursos estes dependentes em grande escala do conhecimento individual e organizacional.

Nesta nova sociedade, em que as relações econômicas são baseadas em conhecimento, os conceitos de centro e periferia na economia mundial também mudam: pode-se afirmar que, atualmente, o núcleo econômico mundial é composto por países que detêm conhecimento e tecnologia. Logo, a periferia dos mercados econômicos reside em países que seguem produzindo com pouco valor agregado e baixa complexidade.

Um exemplo desse novo posicionamento dos países na economia baseada em conhecimento, característica da Sociedade da Informação e do Conhecimento, pode ser observado na Coréia do Sul que, após investimentos maciços em educação, passou de país periférico à condição de país desenvolvido.

Segundo Komninos (2002), estudos demostram que entre os fatores que levam ao desenvolvimento dos países, tais como qualificação profissional, investimentos, infraestrutura e competitividade, a inovação tem papel fundamental na inclusão periférica ou central das nações na nova configuração global da economia, sendo o fator capaz de proporcionar melhoria na produtividade e riqueza, tanto no setor de produção quanto no de serviços.

Os modelos econômicos e sua conformação geopolítica contemporânea impõem o acirramento da competição, de modo que a aplicação em processos produtivos ganha importância e essencialidade, consolidando assim ambientes inovadores, no intuito de estimular a geração de riquezas e a promoção do bem-estar social, através do crescimento da produção de bens e serviços com qualidade (Berton, & Mattos, 2007).

Nesse contexto, "[...] devido a vantagens em tecnologias e maiores fluxos de informação, o conhecimento é cada vez mais percebido como um condutor central do crescimento econômico e da inovação" (Manual...,1997, p.15).

> A inovação é uma questão de conhecimento – criar novas possibilidades por meio da combinação de diferentes conjuntos de

> conhecimentos. Estes podem vir na forma de conhecimento sobre o que é tecnicamente possível ou de que configuração pode responder a uma necessidade articulada ou latente. Tal conhecimento pode já existir em nossa experiência, baseado em algo que já vimos ou experimentamos antes ou pode resultar de um processo de busca – busca por tecnologias, mercados, ações da concorrência etc. Também pode ser explícito em sua forma, codificado de modo que outros possam acessá-lo, discuti-lo, transferi-lo etc. – ou pode existir de modo tácito: conhecido, mas sem formulação (Tidd; Bessant; Pavitt, 2008, p.35).

Toda inovação, independente da natureza, do tipo ou abrangência existe porque um conhecimento foi gerado e, em decorrência disso, um produto ou processo foi criado ou significativamente melhorado. Segundo Albagli (2004) isso reflete um conceito mais amplo sobre inovação, não enfocando apenas o aspecto tecnológico, pois valoriza o conhecimento em suas múltiplas formas, oriundo de práticas econômicas e socioculturais e, assim, destacando o papel dos indivíduos nesse processo.

A inovação não é, portanto, resultado do conhecimento tecnológico isoladamente, mas fruto da interação e compartilhamento de conhecimentos explícitos e tácitos em diferentes ambiências.

Compreender o surgimento da inovação no contexto dos sistemas de produção e seu respectivo papel para o desenvolvimento da sociedade se revela de extrema importância para as organizações que desejam atuar enfocando a geração e a gestão de inovação. Nessa perspectiva, são temas das próximas seções as abordagens fundamentais sobre da atividade inovativa.

4 ABORDAGEM SHUMPETERIANA DA INOVAÇÃO

O conceito de inovação em ambientes organizacionais surge na Sociedade Industrial, quando Schumpeter no início do Século XX, em seu livro Teoria do Desenvolvimento Econômico, ao descrever o sistema de produção como um processo que se dá pela combinação de materiais e forças (de trabalho) para atender a uma necessidade, considera a possibilidade do surgimento de 'novas combinações', que representam o que atualmente se denomina inovação. O autor afirma ainda que as inovações podem ser demandadas pelo mercado ou disponibilizadas pelos produtores no intuito de criar um novo mercado, atualmente conhecidos como "sistema puxado", do original em inglês '*pull system*' e "sistema de produção empurrada", também do termo inglês '*push system*'.

> Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance [...]. Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com métodos diferentes, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as novas combinações podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo, mediante pequenas etapas, há certamente a mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuadamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento [...]. O desenvolvimento, no sentido que lhe damos,

> é definido então pela realização de novas combinações (Schumpeter, 1982, p.48).

Ao definir os tipos de 'novas combinações' possíveis, Schumpeter (1982), descreve cinco categorias que, de certa forma, descrevem ainda hoje, os tipos de inovação conhecidamente possíveis:

- Introdução de um novo bem ou uma nova qualidade do bem;
- Introdução de um novo método de produção;
- Abertura de um novo mercado;
- Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou bens semimanufaturados;
- Estabelecimento de uma nova organização.

O autor esclarece que as novas combinações, também chamadas de empreendimentos, podem ser realizadas pela organização responsável por uma 'combinação anterior', no entanto, é mais comum que se originem em novas empresas. Ressalta-se que não é seguro supor que a realização de novas combinações será exitosa simplesmente por contemplarem algo até então inexistente. Segundo ele, "[...] o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não" (Schumpeter, 1982, p.50).

Observa-se que a atividade inovativa é no início do Século XX, ainda concebida e conceituada de maneira experimental, e sujeita a oscilações como, por exemplo, não ser aceita no mercado e na época em que se apresenta, ou o desenvolvimento pode não ser exitoso por não ter sido baseado em dados confiáveis.

Diante disso, é interessante notar o destaque dado por Schumpeter à importância do conhecimento no mundo dos negócios, sugerindo que as organizações precisam buscar constantemente a melhoria e, para tanto, considerar o contexto, as condições sociais e o conhecimento de cada grupo e de cada indivíduo. As sugestões de Schumpeter eram bastante inovadoras para a Década de 1920, quando poucos se arriscavam a sair da rotina e pensar em novas combinações; à época, os poucos empresários que propunham inovações, assumiam o risco de tomar decisões desprovidas de dados, pautados tão somente em experiência e intuição.

A partir da Década de 1980, com o advento das tecnologias, inicialmente em transportes e, posteriormente, em TIC, as relações econômicas, de produção e de consumo se transformam significativamente. Os mercados deixam de ser locais, os concorrentes e fornecedores podem estar em qualquer parte do planeta, e os consumidores, agora diante da possibilidade de consumir um bem ou serviço oferecidos globalmente, assumem um perfil mais exigente e consciente. Todo esse panorama faz com que 'novas combinações', isto é, inovações, sejam exigidas com uma velocidade alarmante.

Algumas correntes da literatura econômica de inspiração neo-schumpeteriana, chamada corrente evolucionária da economia, evidenciaram a passagem para um novo paradigma técnico-econômico capitaneado e dinamizado pelas TIC. Ainda no seio do pensamento neo-schumpeteriano, se difunde a noção de 'Economia do Conhecimento e do Aprendizado' (Lundvall, 1992, Foray, & Lundvall, 1996), revelando o papel central da inovação em relação à competitividade

e ao desenvolvimento, em suas dimensões individual, organizacional e territorial, entendendo-se por inovação a introdução de novo produto, processo ou formato organizacional (Albagli, 2009).

Essa corrente de autores, entre os quais se destacam Lundvall (1992) e Nelson (1993), passa a considerar a inovação como um processo colaborativo, que deve envolver diferentes *stakeholders*[1]. Surge o conceito de inovação como sistema, incorporando de maneira ampla a participação de instituições diversas, no compartilhamento de ideias, experiências, informações e conhecimentos.

O conceito encontra sustentação e se difunde a partir da publicação do Manual de Oslo, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1997. Fruto de discussões promovidas pela OCDE o documento destaca que a abordagem evolucionista entende a inovação como um sistema, no qual a geração de conhecimento e tecnologia é promovida pela interação de vários atores e fatores, e é capaz de influenciar significativamente a economia, na medida em que direciona quais produtos podem ser desenvolvidos e quais tecnologias são bem-sucedidas para um determinado contexto.

5 ABORDAGEM SISTÊMICA DA INOVAÇÃO

O conceito de Sistema de Inovação (SI) é introduzido na literatura econômica a partir Década de 1990. Ao considerar a concepção do SI em amplitude nacional Lundvall (1992) introduz o conceito de Sistema Nacional de Inovação (SNI), definido como a ação conjunta de diferentes agentes e suas respectivas relações, que propiciam a produção, difusão e uso do novo – e economicamente útil – conhecimento. Johnson (1992) define um SNI como a inter-relação de todos os fatores institucionais e estruturais de um país que, geram, selecionam e difundem inovação.

Nelson (1993) define SNI como um conjunto de instituições que determinam, por meio de suas interações, o desempenho inovativo das empresas. Edquist (1997) define SNI como todos os fatores econômicos, sociais, políticos, organizacionais e outros que influenciam o desenvolvimento, a difusão e o uso de inovações.

Porcaro (2005) explica que um SNI necessita desenvolver uma performance que congregue regiões ou países e, por outro lado, depende de distintas organizações e da interação realizada por elas, no que tange a geração de conhecimento, bem como de sua disseminação, uma vez que inovação e conhecimento são processos tanto interativos, quanto cumulativos, dependentes de arranjos institucionais.

Embora a literatura explore com mais ênfase os sistemas inovativos em sua amplitude nacional, é importante ressaltar a viabilidade de implantação de SI também em âmbitos regional e setorial. Caracterizados por polos geograficamente organizados, que reúnem instituições de pesquisa, universidades, agentes financeiros, empresas produtoras, empresas prestadoras de serviço e empresas fornecedoras mediante a vocação produtiva da região.

Os sistemas regionais de inovação podem desenvolver-se

[1] Termo em inglês que significa 'partes interessadas'. Utilizado em especial pela área de Administração para indicar diferentes agentes e ou organizações atuando com um objetivo em comum.

> paralelamente aos sistemas nacionais de inovação. A presença, por exemplo, de instituições locais de pesquisa pública, grandes empresas dinâmicas, aglomerações de indústrias, capital de risco e um forte ambiente empresarial pode influenciar o desempenho inovador das regiões. Isso gera um potencial para contratos com fornecedores, consumidores, competidores e instituições públicas de pesquisa (Manual..., 1997, p.48).

Um SI, de acordo com Lundvall (2002), têm como função promover o desenvolvimento econômico, para isso devem ser formados por agentes públicos e privados, em busca de soluções coletivas e compartilhadas. Esses agentes, de acordo com Fischer (2000 *apud* Porcaro, 2005), podem ser reunidos em quatro blocos:

- **Setor manufatureiro**: composto pelas indústrias, atores centrais nos sistemas de inovação, em especial seus laboratórios de P&D, como desenvolvedores de pesquisas e desenvolvimento tecnológico;
- **Setor científico**: fundamental à inovação tecnológica, é composto pelas universidades e centros de pesquisa, instituições de educação e treinamento organizacional. São fundamentais, tanto por serem responsáveis pelo suprimento de cientistas, engenheiros, técnicos, e demais profissionais qualificados, quanto por serem responsáveis pela geração e compartilhamento do conhecimento;
- **Setor de serviços**: organizações ou departamentos de consultoria financeira, técnica, tecnológica, de marketing e treinamento, que assistem o setor industrial no desenvolvimento ou introdução de um novo produto ou processo;
- **Setor institucional**: composto por diferentes tipos de instituições, formais e informais que regulam as relações entre os atores do sistema, reforçando as suas capacidades de inovar, de gerenciar conflitos e de cooperar. São exemplos desse setor, associações de empregados, convenções e normas de comportamento e expectativas.

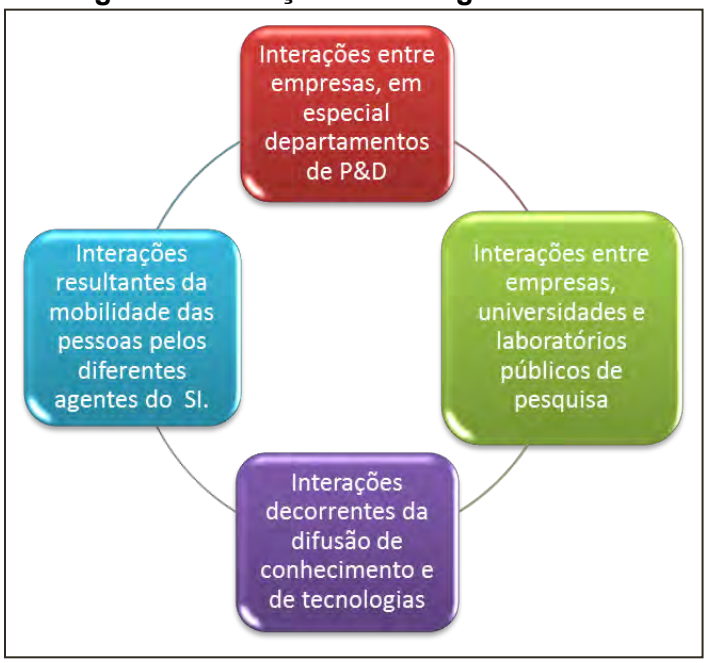
Porcaro (2005) destaca que a geração de inovação não ocorre de maneira isolada, por essa razão é extremamente importante o papel das redes, no que tange ao estabelecimento de relações diretas e/ou indiretas entre distintas instituições, sejam públicas e/ou privadas, sejam nacionais e/ou internacionais.

Lundvall (1992), entre outros autores, considera que o resultado mais importante da interação entre os agentes de um SI que, consequentemente promoverá a inovação, é o compartilhamento do conhecimento de cada um dos agentes, destaca que o conhecimento não está aprisionado nos setores/áreas de P&D, mas em toda a organização, inclusive nas atividades rotineiras de produção, distribuição e consumo. O autor explica que, assim como o conhecimento é o recurso mais importante para a inovação, é a aprendizagem um processo fundamental para os sistemas de inovação.

As formas importantes de aprendizagem decorrem da aprendizagem interativa, ou seja, do envolvimento dos agentes componentes do SI, caracterizados por empresas (produtoras, parceiras, concorrentes, fornecedoras, clientes), centros de pesquisa, laboratórios, universidades, instituições de financiamento, entre outros, que por meio de interações entre si, promovem o compartilhamento de conhecimentos explícitos e tácitos, ampliando a base de conhecimento e, por

consequência, geram novos conhecimentos e criam ambientes propícios à inovação. A interação ocorre em diferentes perspectivas e ambiências do SI. Porcaro (2005) destaca quatro diferentes tipos de interação entre os agentes de um SI (Figura 1).

Figura 1: Interações entre Agentes de SI.



Fonte: Elaboração própria, baseada em Porcaro – 2005.

Partindo do postulado de que o conhecimento é o recurso mais importante de um SI, e a aprendizagem interativa é o processo capaz de elevar a geração de conhecimento. Entende-se que dois subsistemas devem receber atenção especial nos sistemas de inovação: o primeiro está relacionado ao desenvolvimento das pessoas nas organizações, em todos os níveis dos sistemas de inovação (manufatura, científico, serviços e institucionais), pois são elas, as pessoas, que geram, compartilham e aplicam o conhecimento para o desenvolvimento de atividades inovativas. O segundo congrega os integrantes do setor científico, os centros de pesquisa e tecnologia, que possuem papel fundamental no intercâmbio de inovação, porquanto permite que a inovação e os respectivos conhecimentos demandados e gerados sejam compartilhados além dos muros da empresa de origem. Além disso, ao regular as atividades de controle, registro e disseminação de propriedade intelectual e industrial, reduzem os custos de possíveis duplicações de esforços em pesquisas e estabilizam as condições competitivas, uma vez que as empresas podem concentrar esforços em seus desenvolvimentos propriamente ditos (Lundvall, 2002).

Lundvall (2002) ainda ressalta que o elemento mais importante do processo de inovação são as pessoas e, por essa razão, há uma relação direta entre a inovação e a aprendizagem dos indivíduos e, estas por sua vez, influem nas organizações e nas regiões, provocando situações duais de cooperação e competição, em especial no que tange a produção, compartilhamento e disseminação de conhecimento.

O SI é, portanto, um produto da economia baseada em conhecimento que,

por sua vez, existe e se desenvolve mediante a interatividade entre os agentes do SI, exigindo uma postura de aprendizagem ativa e constante, em âmbito individual e organizacional, contexto no qual é imprescindível atentar para questões relacionadas à cultura organizacional.

6 CULTURA ORGANIZACIONAL VOLTADA À INOVAÇÃO

De acordo com Takeuchi e Nonaka, (2008), a geração e o compartilhamento do conhecimento só existem pela ação das pessoas, apenas as pessoas podem gerar um novo conhecimento que será compartilhado e usado para a geração da inovação que, por sua vez, exige interação social interna e externa à organização. Segundo Marchiori (2008), todo o comportamento das pessoas na organização é influenciado e influencia a cultura organizacional. A assertiva é ratificada por Srour (1998) e por Garcia e Fadel (2010) ao afirmarem que a cultura está impregnada nas organizações.

> Basta entrar em qualquer grande organização para logo ser assaltado por uma presença informe. Paira no ar um mistério que faz as vezes de esfinge e que sugere, no silêncio de sua carranca, a famosa frase: “decifra-me ou te devoro”. A arquitetura, do ambiente, os móveis e os quadros embutem algo que os gestos desenham. As cores, os movimentos do pessoal e os equipamentos evocam o que as palavras celebram. E, de forma curiosa, os agentes individuais habitualmente tão diversos entre si, assemelham-se nos ritmos e jeitos. O ar parece vibrar, impregnado por sutis reverências e por conteúdos furtivos, por mil cumplicidades que códigos e jargões disfarçam (SROUR, 1998, p.167).

Embora Srour (1998) apresente traços metafóricos e uma dose de humor, retrata de maneira interessante a cultura organizacional que, segundo Fadel (2009), congrega elementos como crenças, histórias, mitos, heróis, tabus, normas e rituais. Schein (2007) postula que a cultura organizacional é formada por:

- Artefatos como padrões arquitetônicos, leiaute físico, estilo de trabalho e comportamento dos funcionários;
- Valores que fundamentam práticas formais e informais, geralmente expressados em estratégias, objetivos, valores e filosofias;
- Certezas fundamentais, que compreendem crenças, percepções pensamentos e sentimentos, geralmente inconscientes.

De acordo com (SCHEIN, 2007, p.28),

> A cultura é importante porque é um poderoso e muitas vezes ignorado conjunto de forças latentes que determinam o comportamento, a maneira como se percebem as coisas, o modo de pensar e os valores tanto individuais como coletivos. A cultura organizacional em particular importa porque os elementos culturais determinam a estratégia, os objetivos e o modo de operação da empresa. Os valores e o modo de pensar de líderes e de gerentes seniores são parcialmente determinados pela herança cultural de cada um e pelas experiências que compartilham.

A cultura é, portanto, produto natural das interações sociais, logo, dificilmente

pode ser planejada e presumível afirma Marchiori (2008). No entanto, questões culturais não levadas em conta pela organização podem causar impactos negativos ou mesmo impedir o desenvolvimento de estratégias propostas. Além disso, a cultura, no nível mais profundo, "[...] pode ser vista como os modelos mentais compartilhados que os membros de uma organização adotaram e admitiram como corretos" (Schein, 2007, p.36). Por esta razão alterar padrões culturais requer tempo e atenção. No entanto, embora estável, a cultura organizacional não é estática e, as organizações precisam perceber "[...] a cultura organizacional como uma interpretação coletiva da realidade" (Fadel, 2009, p.4).

Nessa perspectiva, promover uma cultura organizacional voltada à inovação e ao compartilhamento do conhecimento tácito faz-se necessário para todas as organizações que pretendem evoluir ou simplesmente sobreviver na sociedade atual.

Fadel (2009) explica que a Sociedade da Informação gera caminhos para o desenvolvimento e estabelece novas maneiras de agir e reagir às mudanças sociais. Assim, os processos de transformação exigem o planejamento de ações que propiciem a produção e a disseminação de conteúdos que atendam aos interesses sociais e culturais de um determinado país, desde que respeite sua história, cultura e identidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suscitar reflexões relacionadas a questões voltadas à geração e a gestão da inovação é de fundamental importância na atual Sociedade da Informação e do Conhecimento, especialmente nos âmbitos organizacional e acadêmico, compostos por organizações integrantes de sistemas inovativos. Nessa perspectiva, ratifica-se que a inovação não deve ser compreendida como uma atividade isolada de uma organização.

Pensar a inovação a partir do enfoque sistêmico, baseado na interação dos diferentes agentes competentes, para influenciar e contribuir para a geração de inovação, se revela fundamental na atual conjuntura, marcada pela agilidade das transformações em contextos social, econômico, político e tecnológico.

Dessa maneira, desenvolver estratégias de ação no sentido de proporcionar uma cultura organizacional voltada à inovação pode oferecer um contributo importante no que tange ao desenvolvimento, manutenção e sucesso dos sistemas inovativos, sejam eles setoriais, regionais, nacionais ou globais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. A nova centralidade do imaterial e o desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série, v.5, n.1, p.104-116, jan./abr. 2009.

ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. Ciência da Informação, Brasília, v.33, n.3, p.9-16, set./dez. 2004.

BERTON, M. A. M. A.; MATTOS, F. A. M. Geração e aplicação do conhecimento para a inovação: visões sobre a mudança do paradigma de produção. ETD - Educação Temática Digital, v.9, n.1, p.49-68, dez. 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

EDQUIST, C. Systems of innovation approaches: Their emergence and characteristics. In: EDQUIST, C. (Ed.). Systems of innovation: Technologies, institutions and organizations. London; Washington: Pinter; 1997.

FADEL, B. Identidad cultural y gestión de la información y del conocimiento en las organizaciones en cambio. Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación, Zaragoza, v.3, p.1-8, 2009. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3723/3484>. Acesso em: 10 out. 2016.

FISCHER, M. M. Innovation, knowledge creation and systems of innovation. In: EUROPEAN CONGRESS OF THE REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION, 40., 2000, Barcelona. The Annals of Regional Science 2000. Disponível em: http://www-sre.wu-wien.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa00/pdf-ersa/pdf/43.pdf. Acesso em: 21 maio 2012.

FORAY, D.; LUNDVALL, B. From Economics of knowledge to the learning economy. In: Employment and growth in the knowledge-based economy. Paris: OECD, 1996.

GARCIA, R.; FADEL, B. Cultura organizacional e as interferências nos fluxos informacionais. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. <Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalhe.asp?ctl_id=115>. Acesso em: 10 maio 2012.

JOHNSON, B. Institutional Learning. In: LUNDVALL, B. A. (Ed.). National systems of innovation: Towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, 1992.

KOMNINOS, N. Intelligent cities: Innovation, knowledge systems, and digital spaces. London: Spon Presso, Taylor & Francis, 2002.

LUNDVALL, B. A. (Ed.). National systems of innovation: Towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, 1992.

LUNDVALL, B. A; et.al. National systems of production, innovation and competence building. Research Policy, v.31, n.2, p.213 -231, fev. 2002.

MANUAL de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3.ed. [S.L.]: OECD; FINEP, 1997. 184p.

MARCHIORI, M. Cultura e comunicação organizacional: Um olhar estratégico sobre a organização. 2.ed. São Caetano, SP: Difusão, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MATTELART, A. Historia da sociedade da informação. São Paulo: Loyola, 2002. 196p.

NELSON, R. National innovation systems. Oxford: Oxford UP, 1993.

PORCARO, R. M. Indicadores da sociedade atual: informação, conhecimento, inovação e aprendizado intensivos. A perspectiva da OECD. DataGramaZero, Rio de Janeiro, v.6, n.4, ago. 2005.

QUÉAU, P. A revolução da informação: em busca do bem comum. Ciência da Informação, Brasília, v.27, n.2, p.198-205, maio/ago. 1998.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHEIN, E. H. Guia de sobrevivência da cultura corporativa. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SROUR, R. R. Poder, cultura e ética nas organizações. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. Gestão da Inovação. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. Ciência da Informação, Brasília, v.29, n.2, p.71-77, maio/ago. 2000.

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MEDICAL CIVIL LIABILITY AND INFORMED CONSENT FORM

Sessão temática: 2.6 Outras áreas temáticas

MOTTA, Maiara
Mestranda em Direito Civil e Bacharel em Direito pela UNESP. Advogada.
maiara.motta@live.com

CANELA, Kelly Cristina
Doutora pela USP, Mestra pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata,
Professora da Pós-Graduação e da Graduação da UNESP.
kellyccanela@gmail.com

Resumo

O consentimento informado diz respeito ao direito de o paciente compreender a situação de sua saúde, os procedimentos propostos, os benefícios, os riscos e a que possíveis consequências pode se submeter antes da realização dos mais variados procedimentos médicos disponíveis. Esse ato é fundamental em prol da autonomia do paciente, além de comprovar a boa-fé do médico, pautado nos princípios éticos. O estudo avaliará os parâmetros de feitura desse termo por escrito e em que medida sua utilização auxilia o médico durante a apuração de sua responsabilidade civil. Desse modo, busca-se estudar os elementos do consentimento informado, do instituto da responsabilidade civil no Brasil para, enfim, compreender-se os termos da responsabilidade civil do médico, elementos cujo conhecimento é indispensável para a prática médica. Para isso, serão utilizados como referenciais teóricos o autor Orlando Gomes e as resoluções administrativas do Conselho Federal de Medicina (CFM). Quanto à metodologia, utiliza-se a vertente jurídico-teórica com raciocínio dedutivo para realizar essa investigação de tipo jurídico-descritivo.

Palavras-chave: bioética, termo de consentimento livre e esclarecido, responsabilidade civil médica.

Abstract

Informed consent is the right that the patient has to understand his health situation, the proposed procedures, the benefits and the risks, as well as to which consequences he may have to go through before he is submitted to one of the many available medical procedures. This action is essential to guarantee the patient's

autonomy, in addition to prove the physician's bona fide, guided by ethical principles. The study will analyze the guidelines to fabric such forms and how their use can help in establishing the doctor's civil liability. Therefore, this work aims to study informed consent elements and the Brazilian institute of civil liability in order to, finally, understand the terms of medical civil liability in Brazil, elements which knowledge is indispensible to medical procedures. In order to do so, there will be used as theoretical frame of reference the author Orlando Gomes and CFM's administrative resolutions. Concerning the methodology, it will be used legal-theoretical theory along with deductive reasoning to conduct this legal-descriptive investigation.

Keywords: bioethics, informed consent form, medical civil liability.

1 INTRODUÇÃO

A bioética é uma ciência multidisciplinar e aplicável a várias situações cotidianas, especialmente nas relações médico-paciente, e é pautada por cinco princípios. O primeiro é autonomia, possibilitando aos indivíduos capazes ou a seus representantes legais o direito de escolha e de respeito a essa decisão. O segundo, não-maleficência, significa evitar causar males ou danos ou, não sendo possível, atenuá-los. O terceiro, beneficência, implica em agir para o benefício do outro ao maximizar as vantagens e minimizar as desvantagens, interagindo, assim, com o princípio anterior. Por fim, justiça e equidade se complementam por meio da distribuição igualitária dos recursos comuns, tratando cada indivíduo de modo adequado e imparcial.

A medicina e seus agentes lidam com bens jurídicos preciosos e constitucionalmente tutelados como vida (art. 5º, *caput*, CF), dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), saúde (art. 6º, caput, CF), autonomia da vontade, integridade física e moral. Com o avanço da sociedade e das técnicas disponíveis, a legislação também se molda para regulamentar as necessidades que surgem.

Trata-se de uma ciência complexa com pouquíssimo conhecimento do público leigo. Por isso, após o diagnóstico a informação é imprescindível para que o paciente e seus familiares tenham conhecimento sobre o verdadeiro estado de saúde, quais os tratamentos indicados, abarcando as vantagens e as desvantagens, técnicas alternativas disponíveis, bem como estimativas de tempo e do custo total.

A decisão deve ser feita de modo livre, sem interferência dos médicos, e proferida por pessoa capaz, na pessoa do próprio paciente ou, na impossibilidade, de seu representante legal. Além disso, o esclarecimento é essencial, sanando todas as dúvidas para possibilitar maior autonomia da escolha, a qual deve ser respeitada pelo médico.

Quando há uma vida em risco, nem sempre existe a possibilidade de devidamente informar e esclarecer sobre todas as etapas a serem seguidas, os benefícios, os efeitos colaterais e eventuais tratamentos. Nesses casos, o médico é dispensado de obter o consentimento para agir, bastando o dever que possui de salvar seu paciente, sob pena de responder administrativa, civil e criminalmente.

Todavia, na maioria dos casos o tempo não resultará em prejuízo à saúde, propiciando a chance de o médico conversar calmamente com o paciente para elucidar todas as questões sobre sua situação. Nesse caso, após esgotar as explicações necessárias, a expressão da vontade por pessoa capaz e de modo livre,

completará o consentimento livre e esclarecido.

Embora o ato escrito seja o indicado, é possível ser realizado de modo oral, pois não há previsão legal sobre a forma. O Código de Nuremberg somente exige a redação do termo na realização de pesquisa com seres humanos, todavia, a prática deve ser incentivada. Assim, em decorrência da parca difusão no cotidiano e da inexigibilidade, a regulamentação se dá apenas por meio de Resoluções e Recomendações do Conselho Federal de Medicina, sem força impositiva.

Há cada vez mais processos envolvendo a atuação médica, priorizando-se nesse trabalho o estudo sobre a responsabilidade no âmbito cível e a importância do consentimento informado tanto para a informação do paciente quanto para resguardar a atuação dos médicos. O assunto é de grande importância para os operadores do Direito e para os médicos. A cidade de Franca já conta com tradição no curso de Direito e, após o início do curso de Medicina em 2012, o tema deve difundido para os formados e formando das duas áreas, além da comunidade em geral para melhor compreensão de suas garantias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, será utilizado o doutrinador Orlando Gomes para definição das características contratuais. Quanto ao regramento médico específico, serão utilizados como base as definições constantes nas Resoluções e Recomendações do Conselho Federal de Medicina, pois, apesar da falta de impositividade, são os regramentos que devem ser utilizados como parâmetros em decorrência da omissão legislativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser utilizada é a da vertente jurídico-teórica por se utilizar dos aspectos conceituais e doutrinários do campo a ser investigado, sem se restringir aos limites do ordenamento jurídico como na vertente dogmática, pois serão utilizados regramentos administrativos, sem os rigores da lei positivada e de observação facultativa tanto por parte dos operadores do Direito como dos médicos.

Para isso, o raciocínio dedutivo, o qual parte de premissas exististe como as leis para análise do caso concreto, será empregado para realizar essa investigação de tipo jurídico-descritivo (ou jurídico-compreensivo), o qual decompõe os aspectos de um problema jurídico para melhor interpretá-los.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo de consentimento livre e esclarecido é um contrato realizado entre o médico e o paciente e, por isso, faz-se necessário estudar os elementos contratuais. A doutrina os subdivide em elementos extrínsecos (ou pressupostos) e elementos intrínsecos (também chamados de requisitos).

Conforme as lições de Orlando Gomes, "*pressupostos* são as condições sob as quais se desenvolve e pode desenvolver-se o contrato" (GOMES, 2001, p. 45, grifos do autor) e englobam três categorias referentes ao sujeito (capacidade jurídica de contratar), à idoneidade do objeto e quanto à situação dos sujeitos em relação ao objeto (a legitimidade para firmarem o contrato em questão). Consideram-se

extrínsecos, pois esses elementos devem estar presentes durante a vigência do contrato (GOMES, 2001, p. 45).

A inobservância da capacidade pode resultar em contrato nulo, quando realizado por pessoa absolutamente incapaz (arts. 3º e 166, I, CC) sem o seu representante legal, ou anulável quando a pessoa relativamente incapaz (arts. 4º e 171, I, CC) não for assistida. Capacidade é um elemento da própria pessoa que permite ou não realizar atos da vida civil. Não se confunde com legitimação, uma impossibilidade de agir circunstancial em decorrência do objeto do negócio jurídico ou dependendo da categoria do negócio jurídico (GOMES, 2001).

A legitimação pode, ainda, ser direta ou ordinária quando diz respeito ao próprio direito, ou indireta ou extraordinária se houver a pessoa investir alguém de poderes suficiente. "Os interesses de uma pessoa, nesse caso, são dispostos por outra, que adquire legitimidade para agir, porque lhe é delegada pela lei ou pelo próprio interessado" (GOMES, 2001, p. 48).

Para o contrato cumprir sua função social, devem ser considerados os elementos intrínsecos. São quatro: consentimento (vontade livre correspondente ao contrato em vista), causa (a razão que move as partes a contratarem com relação ao resultado jurídico esperado), objeto (o conjunto de atos a serem praticados) e forma (quando prevista em lei sua necessidade) (GOMES, 2001).

Analisados alguns tópicos essenciais da teoria geral dos contratos, passa-se para a discussão acerca do contrato específico objeto desse trabalho, o termo de consentimento livre e esclarecido.

O Capítulo V do Código de Ética Médica dispõe sobre a relação com pacientes e familiares. O médico possui o dever de informar (art. 34) e o paciente tem o direito de informação do modo mais completo dentro dos parâmetros razoáveis, estando ciente não só das consequências, dos riscos e dos medicamentos utilizados, como também sobre outras técnicas e tratamentos disponíveis. Além disso, é possível buscar uma segunda opinião (art. 39, CEM).

O consentimento deve ser obtido do paciente capaz ou de seu representante legal. No caso do paciente relativamente incapaz (art. 4º, CC), trata-se de assentimento livre e esclarecido para que este o exerça, sempre que possível, em conjunto com seu representante o direito à informação e de manifestação de modo livre e autônomo, nos limites de sua compreensão sobre o procedimento proposto.

Após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência, Lei nº 13.146/2015), houve a inclusão do art. 1.783-A ao Código Civil, dispondo sobre a tomada de decisão apoiada, instituto pelo qual a pessoa elege ao menos duas pessoas idôneas de sua confiança com quem mantenha vínculos para lhe apoiarem na tomada de decisão, fornecendo dados e informações necessárias para que elas possam desempenhar essa função.

A pessoa a ser apoiada indicará expressamente quem considera apto para desempenhar tal papel (art. 1783-A, §2º, CC), sendo que o seu pedido será avaliado pelo juiz com o auxílio de equipe multidisciplinar e por parecer do Ministério Público (art. 1783-A, §3º, CC). No termo constarão os limites do apoio, o compromisso dos apoiadores, o prazo de vigência e o reforço de "[...] e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar (art. 1783-A,§1º, CC).

O acordo pode ser encerrado a qualquer momento pela pessoa apoiada (art. 1783-A, §9º, CC) ou pelo apoiador mediante solicitação judicial (art. 1783-A, §10, CC). Caso o apoiador aja com negligência, qualquer pessoa pode apresentar

denúncia ao juiz ou ao Ministério Público (art. 1783-A, §7º, CC), e, se esta for julgada procedente, haverá destituição e a nova nomeação ocorrerá nos moldes do §8º do art. 1783-A, CC.

É vedado ao médico desrespeitar a decisão do paciente ou de seu representante legal (art. 31, CEM, vedando explicitamente o antigo paternalismo médico), deixar utilizar todos os métodos disponíveis para diagnóstico e tratamento (art. 32, CEM), não informar e esclarecer o paciente ou seu representante legal do modo mais completo possível (art. 34, CEM), prescrever tratamentos sem examinar o paciente (art. 37, CEM), opor-se à consulta de segunda opinião ou à formação de junta médica (art. 39, CEM), abreviar a vida do paciente mesmo que a requerimento deste ou de seu representante (art. 41, CEM, prevendo nos casos de doenças terminais a utilização de cuidados paliativos) e não respeitar decisão do paciente sobre métodos contraceptivos (art. 42, CEM).

As exceções para justificarem a ausência do consentimento livre e esclarecido residem nas situações elencadas na Recomendação nº 1/2016 do CFM, quais sejam: “emergências, possibilidade de danos psicológicos graves, recusa do paciente de receber informação, tratamento compulsório, riscos para a saúde pública e pessoas com transtornos mentais”.

Convém diferenciar os casos de urgência e de emergência. O art. 1º da Resolução nº 1.451/1995 do CFM define como urgência a ocorrência lesiva à saúde que necessite de imediata assistência médica, sem necessariamente representar risco à vida do paciente. Considera-se emergência a ocorrência que exija tratamento médico imediato por implicar risco iminente de vida ou de sofrimento intenso.

Via de regra, o consentimento não é presumido e, nas situações não emergenciais cujos resultados sejam desastrosos ou anormais, o médico responde “[...] pela omissão, por constituir, esse seu proceder, ainda que possa ter concluído a sua tarefa dentro das técnicas recomendáveis, infração contratual (não informar adequadamente) suscetível de obrigar a reparar os danos” (ZULIANI, 2009, p. 164).

Todavia, nas exceções anteriormente mencionadas, o médico se encontra dispensado do dever de informar, de esclarecer e de obter a autorização do paciente ou de seu representante legal em virtude da gravidade da situação. Deverá este atuar com base nos princípios éticos da beneficência, adotando o procedimento mais adequado, da não-maleficência para evitar danos desnecessários e da autonomia da vontade, caso existam e estejam disponíveis as diretivas antecipadas das vontades do paciente, nos moldes da Resolução nº 1.995/2012, CFM, combinada com a lição do art. 15, CC (“ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica”). Os princípios da justiça e da equidade devem igualmente serem observados para não haver distinção nem tratamentos desiguais para com os pacientes.

Dispensa-se, ainda, o termo de consentimento livre e esclarecido quando o verdadeiro conhecimento sobre o quadro clínico puder causar graves prejuízos psicológicos (item 10.2 da Recomendação nº 1/2016 do CFM). Deve-se usar o Protocolo Spikes ou semelhante para evitar traumas, sendo que a limitação de informação se limitará ao período necessário. Caso haja um representante legal indicado, este deve ser comunicado da decisão.

O protocolo Spikes consiste em seis etapas para transmissão de más notícias: 1) Setting up: preparação do médico e do espaço físico; 2) Perception: avaliar a consciente do paciente sobre seu estado; 3) Invitation: saber quando o

paciente deseja saber sobre a doença; 4) Knowledge: transmissão da informação, cuidando da linguagem para indicar que serão mais notícias e evitando termos técnicos desnecessários; 5) Emotions: resposta empática à reação do paciente; 6) Strategy and Summary: diminuir a ansiedade do paciente explicando o tratamento a ser realizado (LINO, 2011, p. 53).

Quando há recusa do paciente em receber informação ou para decidir, o médico não consegue obter o consentimento esclarecido. Porém, não há necessariamente falta de consentimento por parte do paciente, pois este pode demonstrar sua vontade no sentido de o médico decidir os procedimentos necessários com base nos princípios éticos.

No caso de enfermidades transmissíveis que podem ocasionar grandes riscos à saúde pública, especialmente a menores, se após esgotadas as possibilidades de convencimento o paciente ainda se negar a consentir, é possível determinar o tratamento compulsório. A medida excepcional depende de consulta a outros médicos, anotação da justificativa no prontuário, e, eventualmente, comunicação à autoridade competente (item 10.4 da Recomendação nº 1/2016 do CFM).

Por fim, quanto aos pacientes com transtornos mentais graves, a internação compulsória sem consentimento livre e esclarecido do paciente constitui situação excepcional, "quando as condições clínicas não permitirem sua obtenção ou em situações de emergência, caracterizadas e justificadas em prontuário, para evitar danos imediatos ou iminentes ao paciente ou a terceiro" (art. 14, Resolução CFM nº 2.057/2013).

Quando houver indicação médica, sem que o paciente esteja apto para consentir ou sem um representante legal que o faça em seu lugar, a decisão deve ser comunicada ao Ministério Público estadual no prazo de 72h, conforme o art. 8, §1º, da Lei nº 10.216/2001.

Entretanto, apesar do respeito à autonomia e à liberdade do paciente, se este se recusar a realizar procedimento médico em decorrência de crença religiosa em situação de iminente perigo de vida, deve o médico agir contrariando sua vontade. Assim o faz em conformidade com o art. 31 do Código de Ética Médica e com o art.135, CP, que criminaliza a omissão de socorro.

A Resolução nº 1.021/1980 foi editada especificamente com as diretrizes para lidar com os adeptos da religião Testemunha de Jeová, os quais não aceitam se submeter à transfusão de sangue. No conflito dos princípios direito à vida *versus* inviolabilidade de consciência e de crença, o enunciado nº 403, proferido na V Jornada de Direito Civil dispõe que esta somente se sobreporá àquela após observar "a) capacidade civil plena, excluído o suprimento pelo representante ou assistente; b) manifestação de vontade livre, consciente e informada; e c) oposição que diga respeito exclusivamente à própria pessoa do declarante".

Extrai-se, portanto, duas situações distintas. Primeira, quando o paciente for capaz e decidir sobre seu próprio corpo, é possível negar a transfusão de sangue mesmo em caso de risco à vida. Segundo, sendo os pais adeptos da religião, não podem na condição de representante legal impor essa decisão ao filho menor, o qual deverá receber a transfusão de sangue se necessário para manter sua saúde.

O cumprimento do dever médico nessas situações excepcionais é respaldado pelo Código Penal ao não se configurar como crime de constrangimento ilegal "a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida" (art. 146, §3º, I, CP).

Incidindo alguma dessas hipóteses, a orientação da Recomendação CFM nº 1/2016, em seu item 9, é no sentido de o médico, “obrigatoriamente, descrever e justificar o fato, por escrito, preferencialmente no prontuário do paciente, ou em documento apartado, cujo original deverá ser anexado ao prontuário”.

Por falta de exigência legal, o consentimento esclarecido pode ser oral ou escrito (art. 107, CC), sendo este último preferencial. Não se trata de contrato de adesão em que não se discutem as cláusulas (art. 54, CDC). Afinal, se assim o fosse, a única autonomia existente seria no tocante à concordância e consequente realização dos atos médicos ou, havendo discordância, não haveria a prestação do serviço. Do mesmo modo, não existe um modelo pronto inflexível, sugerindo-se ser único para cada paciente (item 9.1.4, Resolução nº 1/2016, CFM).

Após a informação e os esclarecimentos do médico, o consentimento livre e esclarecido consiste na decisão sem vícios de consentimento do paciente ou de seu representante legal sobre os procedimentos, medicamentos, tratamentos, alternativas, riscos e benefícios oferecidos pelo médico após seu diagnóstico.

A explicação ao paciente deve ser clara, verídica e de fácil compreensão para o contratante, sem excesso de termos técnicos, “cabendo ao médico também apresentar um balanço entre os benefícios e riscos e indicar o grau de eficácia. Considera-se, ainda, que deve apresentar o percentual de sucesso do tratamento e seu custo total” (OLIVEIRA; PIMENTEL; VIEIRA, 2010, p. 708). Desse modo, “o paciente deve ter condições de confrontar as informações e os esclarecimentos recebidos com seus valores, projetos, crenças e experiências, para poder decidir e comunicar essa decisão, de maneira coerente e justificada” (item 4 da Recomendação nº 1/2016 do CFM).

Importante salientar que o paciente ou seu representante legal têm o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer consequência – a não ser que já tenha sido iniciado o procedimento médico previamente autorizado e essa nova decisão possa causar dano, risco ou quaisquer outros prejuízos ao paciente.

São três as fases ou os elementos do consentimento livre e esclarecido, conforme Recomendação nº 1/2016 do CFM: 1) elementos iniciais, as condições prévias para o paciente ou seu representante legal compreenderem e decidirem de modo voluntário, tornando o consentimento efetivamente livre; 2) elementos informativos, explicando de forma clara o quadro clínico, o diagnóstico, terapias e tratamentos disponíveis, outras técnicas disponíveis, os riscos e os benefícios, tempo e custo do atendimento, propiciando todos os elementos necessários para tomada de decisão com autonomia; 3) compreensão das informações oferecidas, dependendo da boa aplicação das duas etapas anteriores. É nesse terceiro momento em que haverá a decisão sobre a opção a ser efetivamente escolhida

Na forma escrita, a Recomendação nº 1/2016 do CFM sugere clareza tanto na linguagem utilizada na redação do termo quanto da fonte escolhida para redigi-lo. Deve-se optar preferencialmente com Arial, Times New Roman ou fontes similares de tamanho 12 ou superior, apresentando espaços em brancos passíveis de preenchimentos pelo contratante para comprovar sua participação no termo.

No conteúdo, devem constar: identificação do paciente (e do responsável, quando for o caso), descrição técnica e leiga do diagnóstico e dos procedimentos disponíveis, possíveis sequelas e complicações, descrição da anestesia a ser utilizada, eventuais alterações da conduta no decorrer do procedimento, declaração de que as informações foram esclarecidas e compreendidas, assinatura da

autorização e, se possível, assinatura de testemunhas.

A responsabilidade civil é definida no art. 186 do CC ao dispor que "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". As exceções estão previstas no art. 188, CC, e ocorrem nos casos de legítima defesa ou exercício regular de direito reconhecido, além de remoção de perigo iminente sobre lesão a pessoa ou deterioração de coisa alheia. Todavia, o excesso no exercício regular do direito também constitui ilícito civil (art. 187, CC).

O ato ilícito pode ocorrer por comissão, quando se realiza ação com resultado rejeitado pela lei, ou por omissão, quando tinha o direito de agir, porém não atuou para evitar o dano. Para que se configure como tal, há quatro requisitos. O primeiro é a conduta do agente, por comissão ou omissão, que acarrete um resultado exterior. O segundo é a violação ao ordenamento jurídico. O terceiro depende da imputabilidade ao agente do resultado antijurídico. O quarto, por fim, depende que se cause dano à esfera jurídica alheia, pois, sem prejuízo, não há sanção.

A obrigação de reparar os danos decorrentes de ato ilícito é prevista no art. 927, CC, caracterizando a responsabilidade civil. A *priori*, a reparação do dano deveria ser feita restituindo o bem. Todavia, na maioria das vezes essa tarefa é impossível (caso muito comum nas ocorrências médicas, posto que podem haver lesões permanentes ao paciente ou, mesmo, a morte) ou importaria em onerosidade excessiva ao agente. Desse modo, a responsabilidade civil geralmente se resolve por meio de indenização, seja por meio de danos materiais ou morais, sem prejuízo dos lucros cessantes (arts. 402 a 405, CC).

Sendo assim, a caracterização depende de três elementos: ato ilícito, dano e nexo causal entre o ato de ação ou omissão e o resultado lesivo (dano). A reponsabilidade civil pode ser objetiva ou subjetiva. A primeira se funda no risco e é prevista expressamente em lei, enquanto a segunda se pauta na culpa. A regra geral do ordenamento jurídico brasileiro estabelece a responsabilidade de modo subjetivo.

A culpa civil também se subdivide em objetiva ou subjetiva. No primeiro caso, funda-se no fato de que não há como a vítima se defender, cabendo à vítima comprovar o dano, o nexo causal e que não agiu com culpa própria.

Já a modalidade de culpa civil *lato sensu* decorre da relação direta entre agente e vítima ou da presunção quando o agente for terceiro (SEBASTIÃO, 1998, p. 22) e ocorre porque se agiu com negligência (falta dos cuidados necessários para evitar o dano), imprudência (sem observar as cautelas necessárias) ou imperícia (falta de habilidade técnica).

A culpa civil denomina-se culpa *strictu sensu* na situação em que o agente pretendia realizar o ato, porém não esperava o resultado obtido. Assim, não havia intenção de causar danos. Por outro lado, caracteriza-se o dolo quando há a vontade consciente e a intenção de realizar o ato para produzir o resultado ilícito.

A culpa subjetiva pode ser indireta (ou presumida) se decorrer de vínculo jurídico ou de relação de dependência entre o agente e o responsável, incidindo responsabilidade solidária perante a vítima (SEBASTIÃO, 1998, p. 22).

Já a culpa objetiva se funda no fato de que não há como a vítima se defender, devendo esta comprovar o dano, o nexo causal e que não agiu com culpa própria. A distinção entre o resultado danoso ou culposo (com ou sem a intenção de causar dano) interessa principalmente ao direito penal para fins de tipificação do crime.

Ainda sobre as relações entre as esferas criminal e cível no âmbito das

indenizações, dispõe o art. 935, CC, que “a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”. A execução de indenização no juízo cível é ainda prevista nos arts. 63 e 64 do CPP.

Apesar dessa independência, a sentença criminal pode influir na decisão cível em algumas circunstâncias. A absolvição criminal impede a apuração no âmbito cível quando a sentença for proferida em razão da absolvição do réu por inexistência do fato (art. 66, CPP), por expressa falta de autoria do fato criminoso ou nos casos de excludente de ilicitude (ressalvados os casos dos arts. 929 e 930 do CC).

Por outro lado, será cabível ajuizamento de ações cíveis quando decorrerem de sentenças de absolvição por falta de provas categóricas da inexistência do fato, quando o fato imputado ao autor não constituir crime (art. 67, III, CPP), se não restar comprovada categoricamente a falta de autoria ou por falta de provas suficientes para a condenação (art. 386, VII). Além disso, “o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação” não obsta a propositura da ação cível (art. 67, I, CPP).

Compreendido o instituto da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, estuda-se especificamente como se aplica às questões médicas.

Seguindo a concepção clássica do jurista francês René Demogue, as obrigações contratadas podem ser de resultado ou de meio. Na primeira situação, a execução do contrato ocorre com o resultado esperado, sendo sua essência o cumprimento desse objetivo. Em caso de não se atingir o fim almejado, incide o dever de indenizar.

Na segunda, o prometido é a própria atividade a ser realizada, sem promessas quanto ao resultado final. Assim, a inexecução decorre desvio na conduta ou omissão quanto aos procedimentos corretos e necessários. Nesses casos, cabe ao contratado “[...] o ônus de comprovar ter agido diligentemente, respeitando todas as normas que regem sua arte ou ofício, a fim de evitar o dano ocorrido” (CASTILHO, 2011, p. 67).

O contrato realizado entre o médico e o paciente abarca obrigação de meio, e não de resultado, conforme entendimento do STJ (REsp 1.097.955-MG**,** Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 27/9/2011). As exceções residem no caso de cirurgias plásticas. Quando estas forem meramente estéticas e feitas voluntariamente, a obrigação será considerada mista – de meio e de resultado. Entretanto, em se tratando de cirurgia plástica reparadora, a obrigação será considerada de meio (SEBASTIÃO, 1998, p. 29).

A relação médico-paciente, além do Código Civil, funda-se no Código de Defesa do Consumidor. Afinal, o paciente é considerado consumidor nos termos do art. 2º da referida lei, bem como o médico e o hospital em que ele realiza o atendimento são caracterizados fornecedores de serviços (art. 3º, 2º, CDC).

O médico é um profissional liberal. Nos moldes do art. art. 14, §4º, CDC, “a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa”. Conclui-se, assim, diante das classificações anteriormente estudadas que a responsabilidade civil médica é subjetiva. No caso do hospital, aplica-se a Súmula 341 do STF, a qual dispõe que “é presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto”.

Mesmo se o médico agir sem culpa, a ausência de prova do consentimento livre e informado pode ensejar sua responsabilidade (AREsp 617.4367-RJ**,** Rel. Min.

Marco Aurélio Bellizze, julgado em 02/12/2014), comprovando a importância da redação do termo. Do mesmo modo, "[...] o eventual exercício gratuito da Medicina em nada diminui a responsabilidade médica" (SEBASTIÃO, 1998, p. 31). Além disso, os médicos respondem pelos danos causados por seus auxiliares e subordinados em decorrência da culpa *in elegendo* (má escolha da equipe médica) ou da culpa *in vigilando* (falha na sua fiscalização).

Comprovado o ato lesivo, o dano, o nexo causal entre a ação ou omissão e o resultado ao paciente, além da culpa do médico, a indenização cível pode ser na modalidade material ou moral, que não são mutuamente exclusivas.

O valor da indenização material depende de comprovação, englobando a reposição de gastos efetuados e dos lucros cessantes. O Código Civil especificamente aborda alguns danos médicos e as consequentes indenizações nos arts. 948 (havendo homicídio) e 949 (lesão ou ofensa à saúde). O prazo para ajuizamento da ação prescreve em cinco anos a partir da constatação do dano pelo paciente (art. 27, CDC), sendo promovida pela vítima ou por quem vier a sucedê-la.

A indenização moral é pautada nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, possuindo a dupla finalidade de atribuir um valor econômico a um sofrimento ao mesmo tempo em que constitui uma punição ao causador do dano para que não mais realize a conduta reprovada. É prevista em lei no art. 950, CC, "se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se tratar de relação de consumo (arts. 2º, 3º, 14, §4º, CDC), a relação médico-paciente possui um valor especial por lidar com os bens da vida, da integridade física, da autonomia da vontade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Desse modo, a atuação do médico deve ser pautada pelos princípios da bioética (autonomia, não-maleficência, beneficência, justiça e equidade) e pelo Código de Ética Médica.

A prática médica nem sempre dispõe de tempo para realizar seus atos, a exemplo dos casos de urgência e de emergência, em que a vida do paciente pode estar em risco iminente. Nesses casos e quando houver possibilidade de danos psicológicos graves, recusa do paciente de receber informação, necessidade de tratamento compulsório, riscos para a saúde pública e, dependendo dos transtornos mentais apresentados pelo paciente, o médico é desincumbido da necessidade da autorização do paciente ou de seus representantes legais para realizar os procedimentos necessários para manutenção da vida. É, inclusive, amparado e previsto pelo Código Penal o comprometimento de atuar nesse sentido.

Todavia, nas situações normais, o médico tem o dever de informar o paciente e este tem o direito de esclarecimentos. Logo, apesar de pouco praticado pela ausência de imposição legal, acredita-se ser extremamente necessário e interessante que se dê o devido valor ao consentimento livre e esclarecido.

Seja de modo oral (com registro posterior em prontuário, gravação do ato ou comprovado por meio de testemunhas) ou, preferencialmente, por escrito, defende-se a utilização rotineira do consentimento livre e esclarecido para oferecer parâmetros que auxilie na tomada de decisão e prepare o paciente e seus familiares para as etapas necessárias de tratamento.

Para isso, ressalta-se a importância da explicação clara e verídica elucidando o paciente sobre o diagnóstico, as técnicas disponíveis, as terapias e os tratamentos indicados, os riscos e os benefícios existentes, possíveis sequelas, o processo de recuperação, o tempo e o custo final dos procedimentos para que o paciente ou seu representante legal possuam verdadeira autonomia para realizarem uma escolha de modo consciente e esclarecido.

Fornecendo esses elementos, a decisão será autônoma, livre e consciente. A assinatura deve ser feita pelo paciente capaz ou por seu representante legal e a deliberação deve ser respeitada, afastando-se o antigo paternalismo médico. Em se tratando de paciente relativamente incapaz (art. 3º, CC), há o instituto do assentimento livre e esclarecido. Quando for o caso e dentro dos limites da compreensão sobre as informações, deve este paciente exercer seu direito juntamente a seu representante legal.

O termo de consentimento livre e esclarecido auxilia o paciente, seu representante legal, quando for o caso, e sua família a compreender quais serão as próximas ações, participando do processo de tratamento e evitando surpresas desagradáveis que, de modo contrário, não haveria como saber de antemão por falta de conhecimentos técnicos.

Compreendido o instituto da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, averiguou-se tratar de obrigação de meio, e não de resultado, pautada na responsabilidade subjetiva do agente. Deste modo, o termo de consentimento livre e esclarecido não exime o médico de responder pelos danos causados por ele ou pela equipe da qual é responsável nos casos de negligência, imprudência ou imperícia. A Súmula 341 do STF permite, ainda, acionar o hospital.

Podem ser requeridas indenizações por danos materiais, para fins de ressarcimento ou de lucros cessantes, ou morais, indenizando pelo sofrimento do paciente e sancionando o profissional para que não mais realize a conduta reprovada.

A falta do termo de consentimento livre e informado não implica, de modo algum, presunção de má-fé por parte do médico. Todavia, no caso de eventual ação judicial, comprova o dever de informar o paciente, sua atitude ética, pautada na boa-fé e na função social do trabalho. Nos casos não emergenciais com resultados anormais ou desastrosos, a ausência pode prejudicá-lo, ainda que utilizadas as técnicas recomendáveis e diante da não constatação de culpa do médico.

Convém ressaltar, por fim, que embora este trabalho se concentre na responsabilidade civil em decorrência dos erros médicos (conduta culposa involuntária, derivada de negligência, imprudência ou imperícia), a má atuação do médico pode, ainda, ocasionar processos e punições de cunho administrativo, a serem aplicados pelo Conselho Regional, com referendo do Conselho Federal caso seu registro seja cassado, e criminal, se incorrer na prática de crime ou de contravenção penal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Oliveiros Guanais de. Médicos, código de defesa do consumidor e consentimento esclarecido por escrito. In: **Revista Bioética**, v.12, nº 1. Brasília, Conselho Federal de Medicina, 2004. p. 103-108.

BARBIERI, José Eduardo. **A responsabilidade civil do médico sob a ótica da**

bioética. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – UNESP, Franca. 2006.
BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Recomendação nº 1/2016**. Dispõe sobre o processo de obtenção de consentimento livre e esclarecido na assistência médica. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/Recomendacoes/1_2016.pdf>. Acessado em: 18 jul. 2017.
_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.451/1995**. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1995/1451_1995.htm>. Acessado em: 18 jul. 2017.
_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.057/2013**. Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria e reitera os princípios universais de proteção ao ser humano, à defesa do ato médico privativo de psiquiatras e aos critérios mínimos de segurança para os estabelecimentos hospitalares ou de assistência psiquiátrica de quaisquer naturezas, definindo também o modelo de anamnese e roteiro pericial em psiquiatria. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2057_2013.pdf>. Acessado em: 07 ago. 2017.
_____. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo de jurisprudência nº 484, 26 de setembro a 7 de outubro de 2011**. Brasília: Secretaria de Jurisprudência do STJ, 2011. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270484%27>. Acessado em: 07 ago. 2017.
CASTILHO, Taarik de Freitas. **Distinção entre obrigações de meios e obrigações de resultado**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-10092012-155344/publico/Distincao_entre_obrigacoes_de_meio_e_de_resultado_tese_TAARIK_DE_FREITAS_CASTILHO.pdf>. Acessado em: 07 ago. 2017.
COUTINHO, Léo Meyer. **Responsabilidade ética – penal e civil do médico**. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1997.
GODINHO, Adriano Marteleto; LANZIOTTI, Lívia Hallack; MORAIS, Bruno Salome de. Termo de consentimento informado: a visão dos advogados e tribunais. In: **Revista Brasileira Anestesiol**, 2010, n.60-2, p.207-214.
GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
KFOURI NETO, Miguel. **Responsabilidade civil do médico**. 3ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.
LINO, Carolina Arcanjo et al . Uso do protocolo Spikes no ensino de habilidades em transmissão de más notícias. In: **Revista brasileira de educação médica**, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, p.52-57, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 07 ago. 2017.
OLIVEIRA, Vitor Lisboa; PIMENTEL, Déborah; VIEIRA, Maria Jésia. O uso do termo de consentimento livre e esclarecido na prática médica. In: **Revista Bioética**, v. 18, n. 3. Brasília, Conselho Federal de Medicina, 2010. p. 705-724.
SEBASTIÃO, Jurandir. **Responsabilidade médica civil, criminal e ética:** legislação positiva aplicável. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
ZULIANI, Ênio Santarelli. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da (Org.). **Responsabilidade civil:** responsabilidade civil na área da saúde. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p.150-178.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTES DO TRABALHO E DANOSIDADE SISTÊMICA

EMPLOYER'S CIVIL LIABILITY FOR WORK ACCIDENTS AND SYSTEMIC DAMAGE

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

ALVES DE PAULA, Ana Cristina
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestranda em Direito pelo Pós-graduação em Direito da Unesp – campus de Franca/SP
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

GIOVANI ROMERO, Thiago
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestranda em Direito pelo Pós-graduação em Direito da Unesp – campus de Franca/SP
E-mail: thiago.romero@live.com

Resumo

O presente artigo tem como objeto de análise demonstrar a necessidade de um ambiente laboral sadio, que assegure condições mínimas para o devido exercício da função, garantindo ao trabalhador qualidade de vida. A questão protecionista que gira em torno desse tema, trazida pela Lei n° 8.213/1991, que dispõe sobre as normas de acidentes do trabalho, estabelecendo seu conceito, bem como as diferenças entre as doenças profissionais e as doenças do trabalho e as outras circunstâncias equiparadas a acidente do trabalho. O objetivo principal deste estudo é fazer uma breve apresentação do acidente trabalhista com vistas à análise das doutrinas que abordam a Responsabilidade Civil do Empregador, investigando e focalizando o Acidente do Trabalho e tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica. Como tal tema é de grande importância na atualidade, dado que as relações de trabalho são uma das mais corriqueiras nos dias atuais, não poderia deixar de haver controvérsias acerca das indenizações no tocante aos acidentes laborais de tal atividade, cabendo esclarecer as cearas indenizatórias, culminando assim a responsabilização do empregador, seja ela objetiva ou subjetiva. Concluir-se-á que quando o empregador incorrer em culpa ou dolo de qualquer grau, ou então, quando oferecer atividade de risco, caberá indenização à vítima de acidente do trabalho.

Palavras-chave: Responsabilidade civil do empregador, Acidente do trabalho, Danosidade sistêmica.

Abstract

The purpose of this article is to demonstrate the need for a healthy work environment, which ensures minimum conditions for the proper exercise of the function, guaranteeing the worker quality of life. The protectionist issue that revolves around this theme, brought by Law n° 8.213/1991, which deals with the rules of occupational accidents, establishing their concept, as well as the differences between occupational diseases and occupational diseases and other circumstances equivalent to an accident at work. The main objective of this study is to make a brief presentation of the labor accident with a view to analyzing the doctrines that address the Employer's Civil Liability, investigating and focusing on the Work Accident and having as a methodology the bibliographic research. As this issue is of great importance nowadays, given that labor relations are one of the most common today, there could be no controversies about indemnities regarding labor accidents of such activity. It's necessary to clarify the indemnities, culminating to the employer's accountability, whether objective or subjective. It will be concluded that when the employer is guilty or guilty of any degree, or when it offers risky activity, a compensation will be paid to the victim of an accident at work.

Keywords: Civil liability of the employer, Work accident, Systemic damage.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto a relação da proteção ao meio ambiente do trabalho ligado a dignidade da pessoa humana, pautado nas legislações pertinentes ao assunto. O trabalhador, sendo a parte hipossuficiente, necessita de uma proteção caso venha ocorrer algum infortúnio no ambiente laboral. Tal proteção se condensa na responsabilidade civil do empregador nos casos de acidentes do trabalho.

A evolução das teorias sobre os reflexos jurídicos decorrentes do acidente do trabalho é uma das grandes questões da atualidade, notadamente num país como o Brasil, no qual os índices desses acidentes assumem proporções cada vez mais preocupantes e que exigem uma postura mais enérgica do ordenamento jurídico.

Com a Constituição Federal de 1988, o ressarcimento dos danos decorrentes do acidente do trabalho pode se situar nos dois campos da responsabilidade civil – na reparação de direito comum, quando houver dolo ou culpa do empregador na ocorrência da infortunística, hipótese em que será subjetiva, sem fronteiras secundárias, e na obrigação de reparar independentemente de qualquer ideia de culpa, quando o fundamento da reparação é o risco profissional, caso em que será objetiva e coberta pelo seguro social a cargo da Previdência Social.

O núcleo da pesquisa concentrou-se em demonstrar que os acidentes do trabalho apresentam um número significativo de infortúnios laborais. São várias as justificativas para tais ocorrências, sendo que algumas estão ligadas diretamente ou indiretamente com a atividade exercida no trabalho.

Nesse contexto, objetivo fundamental da exposição foi abordar as diversas formas de responsabilidade civil e verificar os pressupostos indispensáveis para a sua configuração, investigando a questão da cumulação indenizatória dos danos sofridos pelo empregado no âmbito laboral, à luz do novo Código Civil e da Constituição

Federal. Se para os danos causados ao meio ambiente, nele incluído o do trabalho (CF, art. 200, inciso VII), a responsabilidade civil é objetiva, diferentemente ocorre em relação aos danos à saúde do trabalhador, imperando, ainda, nesse particular a responsabilidade subjetiva, baseada na culpa do agente.

A pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica, de natureza jurídica, com abordagem nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Civil e Direito Ambiental, elaborada a partir de material já publicado, principalmente em livros, artigos de periódicos e em material disponibilizado na Internet em sites científicos.

2 CONCEITO DE ACIDENTE DO TRABALHO

Quando se fala em acidente do trabalho, está-se diante do gênero que abrange acidente-tipo, doenças ocupacionais, acidente por equiparação legal, acidente por concausa, acidente de trajeto e acidentes fora da empresa, regulados pelos arts. 19, 20 e 21 da Lei n° 8.213/91. Todas essas espécies de acidente, uma vez tipificadas, produzem os mesmos efeitos para fins de liberação de benefícios previdenciários.

É considerado acidente de trabalho toda lesão corporal ou perturbação da capacidade funcional que, no exercício do trabalho, ou por motivo dele, resultar de causa externa, súbita, imprevista ou fortuita, que cause a morte ou a incapacidade para o trabalho, total ou parcial, permanente ou temporária.

Oportuna a transcrição do conceito legal de acidente do trabalho previsto na Lei n° 8.213/91:

> Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

A responsabilidade por verificar o acidente de trabalho recai sob o perito, cujo trabalho, de modo bastante conciso, é estabelecer uma relação entre o acidente e a lesão. É o médico perito quem dá a última palavra sobre o retorno do indivíduo ao exercício de sua função ou se este deverá ser afastado permanente ou temporariamente do emprego.

Não obstante a existência de todo esse arcabouço jurídico protetivo, é muito preocupante a situação brasileira em termos de proteção ambiental no trabalho e de defesa da saúde dos trabalhadores, haja vista os altos índices de acidentes de trabalho registrados pela Previdência Social, com grandes prejuízos para a economia brasileira e para a sociedade.

O Brasil, lamentavelmente, figura no 10º lugar no ranking mundial dos recordistas de acidentes de trabalho, de acordo com a estatística oficial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), perdendo, tão-somente, para a Indonésia, Turquia, África do Sul, Burundi, Coréia do Sul, Guatemala, Zimbábue, Costa Rica e Índia (ROBINSON, *web*). Essa posição, no entanto, conforme esclarece Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região (Campinas), não condiz com a realidade, que é ainda mais severa, pois nas estatísticas oficiais apenas constam os trabalhadores formais, sem computar mais de 50% dos brasileiros que não têm carteira de trabalho assinada e atuam na informalidade, cujos infortúnios não chegam ao conhecimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (MELO, *web*). Além disso, muitos dos acidentes atípicos sequer

são comunicados ao instituto pelos empregadores, ou, quando comunicados, aqueles relutam em reconhecê-los como tal, não obstante a legislação previdenciária seja absolutamente clara ao equipará-los ao acidente do trabalho típico, para todo e qualquer efeito.

De acordo com Raimundo Simão de Melo, os acidentes de trabalho representam grave problema para a economia brasileira, acarretando um gasto anual de cerca de 6 milhões de dólares, suportado pela Previdência Social e pelas próprias empresas, e, via reflexa, por toda a sociedade. Além disso, conforme o autor, acarretam, para os trabalhadores e respectivos familiares, irreparáveis prejuízos pelas milhares de mutilações, incapacidades e mortes, atingindo, muitas vezes, seu patrimônio material e moral (MELO, *web*).

Considerando esses fatos, o Tribunal Superior do Trabalho lançou, no ano de 2011, uma campanha de prevenção de acidentes de trabalho que tem propiciado a discussão sobre o tema envolvendo vários parceiros públicos e privados e despertado a opinião pública para a grave questão dos acidentes de trabalho e as nefastas consequências jurídicas, humanas, sociais e econômicas decorrentes (MELO, *web*).

3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTES DO TRABALHO À LUZ DO NOVO CÓDIGO CIVIL E DA CF/88

O empregador é civilmente responsável pela segurança daqueles que compõem a sua força de trabalho. Tal responsabilidade decorre do dever de zelo que o empregador possui face aos seus empregados, posto que a manutenção constante do ambiente do trabalho é obrigação inerente ao contrato de trabalho firmado entre os polos financeiro e profissional.

Com o advento do novo Código Civil, o tema da responsabilidade civil foi enfocado de forma interessante. Isso porque o art. 186 dita que "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito", sendo que no art. 927 consta que "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo", e com o seguinte parágrafo único: "haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem". Trata-se esse dispositivo, portanto, da introdução no direito brasileiro de uma cláusula geral de responsabilidade civil objetiva.

Fazendo uma análise acerca da atividade que crie grande risco aos seus empregados, cumpre primeiramente trazer um conceito do que seria esta atividade, na qual segundo Brandão (2007, p. 239) “atividade de risco consiste na situação em que há probabilidades mais ou menos previsíveis de perigo; envolve toda a atividade humana que exponha alguém a perigo, ainda que exercida normalmente”.

Existem duas correntes entre os doutrinadores em relação à responsabilidade civil objetiva. A primeira, que é majoritária, entende que, desde que a atividade do empregador por si só crie grande risco aos seus empregados, a responsabilidade deste será objetiva, ou seja, independerá de prova de culpa. Neste trabalho, coaduna-se com este posicionamento, sendo que para todos os casos que possam ser considerados evento danoso ocorrido em sede de desempenho de atividade de risco ou perigosa, deverá ser aplicada a cláusula geral de responsabilidade objetiva prevista no novo Código Civil, que se consubstancia em exceção ao sistema de

responsabilidade civil (responsabilidade subjetiva como regra geral) previsto nessa codificação.

Um dos doutrinadores que defende ser perfeitamente aplicável nos acidentes de trabalho a teoria da responsabilidade objetiva no Brasil é Sebastião Geraldo de Oliveira, que analisa o parágrafo único do art. 927 e colabora com o seguinte apontamento:

> A previsão do parágrafo único do art. 927 do Código Civil representa a consolidação da teoria da responsabilidade objetiva no Brasil, que passa a conviver no mesmo patamar de importância e generalidade da teoria da responsabilidade civil subjetiva. Desse modo, não se pode mais dizer que no Brasil a responsabilidade objetiva tenha caráter residual ou de exceção (OLIVEIRA, 2006).

Em face do alarmante aumento de acidentes, principalmente no meio ambiente do trabalho, tornando muitas vezes irreparável o dano pela insuficiência de meios probatórios da culpa do agente, vinculada à hipossuficiência de quem sofreu o prejuízo, a responsabilidade objetiva aplicável ao acidente de trabalho deixou de ter caráter excepcional para se afirmar como a regra norteadora das decisões judiciais. Cláudio Mascarenhas Brandão afirma:

> O trabalhador possui um direito de proteção à saúde, elevado ao patamar de norma constitucional com natureza jurídica de direito fundamental e que o empregador possui a responsabilidade objetiva pelos danos a ele causados, em virtude de acidentes do trabalho ocorridos no desenvolvimento de atividade de risco acentuado, o que representa a consagração, no plano interno, da tendência internacional de priorizar o homem como centro da proteção dos sistemas jurídicos, inserindo o Brasil, pelo menos no que tange ao modelo teórico, entre os países com regras avançadas referentes à reparação civil (BRANDÃO, p. 23).

De fato, os pressupostos da imputação objetiva são os que guardam maior sintonia e coerência com o comando legal do art. 170 da Constituição Federal, no qual a ordem econômica deve estar fundada na valorização do trabalho e a propriedade deve ter uma função social.

Sobre a regra contida no Código Civil, Cairo Júnior explica que é uma norma mais favorável para o trabalhador, que é a parte mais fragilizada da relação de emprego, e ainda diz que:

> Tratando-se de uma norma mais favorável para o trabalhador, posto que exclui o elemento subjetivo da responsabilidade civil, a regra contida no Código Civil teria preferência na aplicação ao caso concreto, em detrimento da norma constitucional que exige a culpa ou dolo para reconhecer a responsabilidade civil do empregador em caso de acidente de trabalho (CAIRO JÚNIOR, p. 112).

De acordo com o enunciado retro, entende ser perfeitamente aplicável a teoria da responsabilidade objetiva na reparação civil por acidente de trabalho, e que o tempo e a força criativa da doutrina e da jurisprudência poderão apontar o entendimento que deverá prevalecer (OLIVEIRA, 2006).

Tem-se, portanto, que poderá ser adotada a teoria da responsabilidade objetiva, quando em se tratando de atividade de risco, o trabalhador sofre um acidente pelas condições a que está exposto, e não pela culpa ou dolo do empregador. Seria

um tanto quanto injusto que o acidentado arque com o risco da atividade, uma vez que dela retira seu sustento.

Entende-se hoje, que apesar do novo Código Civil ter aumentado as possibilidades de responsabilidade objetiva com a redação do art. 927, a regra geral ainda continua sendo a da responsabilidade subjetiva, conforme o art. 186 do Código Civil de 2002 e, mais propriamente, por aplicação direta do art. 7º, inc. XXVIII, da Constituição de 1988, cabendo tão somente a objetiva para os casos expressamente determinados em lei, ou que a jurisprudência assim determinar cabíveis por aplicação do art. 927, parágrafo único, do novo Código.

No entanto, Sebastião Geraldo de Oliveira expõe em seu livro uma série de doutrinadores que defendem a teoria da responsabilidade objetiva e conclui que:

> Por tudo que foi exposto e considerando o centro de gravidade das lições dos doutrinadores mencionados, é possível concluir que a implementação da responsabilidade civil objetiva ou teoria do risco, na questão do acidente de trabalho, é mera questão de tempo.

A responsabilidade do empregador nos acidentes de trabalho deve ser analisada caso a caso, seja pela aplicação da teoria subjetiva ou objetiva, para se buscar a efetivação da justiça. Sendo o risco inevitável, se não existe maneira totalmente segura de excluí-lo por completo, nada mais justo que o empregador arque com esse dano, uma vez que é ele quem aufere os lucros da atividade.

O cúmulo ou acumulação das indenizações acidentárias e de responsabilidade civil pressupõe a coincidência de ambos os sistemas de compensação de danos sobre o mesmo acidente. Como já salientado anteriormente, a Constituição Federal, dissipou as dúvidas a respeito da possibilidade de cumulação de ambas as formas de reparação, prevendo o direito do empregado ao seguro contra acidente do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII), sem qualificar a natureza desta culpa. Verifica-se, enfim, o cúmulo na medida em que o trabalhador acidentado recebe, de forma independente, o benefício pago pelo seguro contra acidentes do trabalho e a indenização por força de condenação do empregador em ação de responsabilidade civil. Na dúvida, a atenção do julgador deve voltar-se para a vítima ainda que se corra o risco de que, por um excesso, o ofensor indenize mais do que era devido. O risco inverso de a vítima receber menos do que seria de direito é que não pode ser admitido.

As excludentes da responsabilidade do empregador ocorrem quando, apesar de existir um acidente de trabalho, não autorizam a imputação da responsabilidade civil do empregador. A doutrina diz que se enquadram nestes casos os acidentes causados por culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro e caso fortuito ou força maior.

Antes de tudo, cumpre ressaltar que mesmo verificada a excludente de responsabilidade, a vítima terá direito a todos os benefícios previdenciários.

Destaca Sebastião Geraldo Oliveira que se caracteriza a culpa exclusiva da vítima quando a única causa do acidente de trabalho tiver sido a sua conduta. É oportuno observar que em havendo culpa concorrente, isto é, culpa da vítima e do empregador, cada uma delas deve ser avaliada pelo juiz com o fim de possibilitar a definição do valor do ressarcimento, sendo que em regra geral, havendo culpa concorrente, temos a divisão da indenização pela metade (OLIVEIRA, 2006).

A excludente de responsabilidade por fato de terceiro, por sua vez, diz respeito, segundo Brandão, “[...] ao ato de terceiro que seja causa única e exclusiva do evento gerador do dano [...]” (BRANDÃO, p. 24). O ato de terceiro pode excluir a responsabilidade já que não há participação do empregador para a ocorrência do evento danoso.

Em relação ao caso fortuito ou força maior, tem-se o conceito no art. 501 da CLT: “Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente”. O caso fortuito ou força maior também é considerado uma excludente, tendo em vista que escapam de qualquer controle ou diligência do empregador, mesmo tendo ocorrido no local e horário do trabalho (OLIVEIRA, 2006).

4 MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E DANOSIDADE SISTÊMICA

4.1 Proteção legal do Meio Ambiente

Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Lei nº 6.938/81, art. 3º, inc. I). Essa definição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente é ampla, devendo-se observar que o legislador optou por trazer um conceito jurídico aberto, a fim de criar um espaço positivo de incidência da norma legal, o qual está em plena harmonia com a Constituição Federal de 1988, que, no *caput* do art. 225, buscou tutelar todos os aspectos do meio ambiente (natural, artificial, cultural e do trabalho), afirmando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público (§ 1º) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (inciso VI), sendo que as condutas e atividades consideradas lesivas a ele sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (§ 3º).

Assim, dois são os objetos de tutela ambiental constantes da definição legal, acolhidos pela Constituição Federal: um imediato – a qualidade do meio ambiente em todos os seus aspectos – e outro mediato – a saúde, a segurança e o bem-estar do cidadão, expresso nos conceitos vida em todas as suas formas (Lei nº 6.938/81, art. 3º, inc. I) e qualidade de vida (art. 225, *caput*, CF).

O meio ambiente é regido por princípios, diretrizes e objetivos específicos, como decorre da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo seu objeto maior a tutela da vida em todas as suas formas e, especialmente, a vida humana, como valor fundamental. Embora seja unitário o conceito de meio ambiente, a doutrina o tem classificado em quatro aspectos: natural, artificial, cultural e do trabalho. Portanto, o direito ambiental tem como objeto tutelar a vida saudável.

Doutrinariamente, o meio ambiente do trabalho aparece ao lado do meio ambiente natural (constituído pelos elementos físicos e biológicos nativos do entorno: solo, água, ar atmosférico, flora, fauna e suas interações entre si e com o meio); do meio ambiente artificial (constituído pelo espaço urbano construído, que compreende

o conjunto de edificações — espaço urbano fechado — e o dos equipamentos públicos — espaço urbano aberto; alguns autores referem, ainda, o meio ambiente rural, relativo ao espaço rural construído); e do meio ambiente cultural (constituído pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e turístico, que agregou valor especial pela inspiração de identidade junto aos povos), sendo todos manifestações particulares da entidade meio ambiente (FELICIANO, 2013).

Segundo Raimundo Simão de Melo, meio ambiente do trabalho é "o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseada na salubridade e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independentemente de condição que ostentem" (MELO, 2008).

Guilherme Guimarães Feliciano prefere conceituar o meio ambiente do trabalho (partindo da descrição legal do art. 3º, inc. I, da Lei n 6.938/81) como o conjunto (= sistema) de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e psicológica que incidem sobre o homem em sua atividade laboral, esteja ou não submetido ao poder hierárquico de outrem (FELICIANO, 2013).

O meio ambiente de trabalho é formado pelo conjunto de máquina-trabalho; de edificações, do estabelecimento, de equipamentos de proteção individual, iluminação, conforto térmico, instalações elétricas, condições de salubridade ou insalubridade, de periculosidade ou não, meios de prevenção à fadiga e outras medidas de proteção ao trabalhador, de jornadas de trabalho e horas extras, intervalos, descansos, férias, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais dentre outros (NASCIMENTO).

A proteção do meio ambiente do trabalho está vinculada diretamente à saúde do trabalhador enquanto pessoa humana, razão pela qual se trata de um direito de todos, a ser instrumentalizado pelas normas gerais que aludem à proteção dos interesses difusos e coletivos. O bem ambiental a ser protegido envolve a vida do trabalhador como pessoa humana integrante da sociedade, devendo ser preservado por meio da implementação de adequadas condições de trabalho, higiene e medicina.

A Constituição Federal de 1988 priorizou e incentivou a prevenção dos riscos nos ambientes do trabalho e dos consequentes riscos de acidentes de trabalho, dizendo (art. 7º, inc. XXII) que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

O objetivo maior é obrigar o empregador e o tomador de serviços a cumprirem as normas de segurança e higiene e prevenir, efetivamente, o meio ambiente do trabalho dos riscos para a saúde dos trabalhadores. Nessa ótica, prioriza-se a prevenção em detrimento das reparações de caráter individual que, por mais vantajosas que sejam, jamais ressarcirão os prejuízos decorrentes dos acidentes de trabalho que, inexoravelmente, atingem os trabalhadores nos aspectos humanos, sociais e econômicos; atingem as empresas financeiramente e o próprio Estado, que responde, finalmente, pelas mazelas sociais decorrentes.

Se essa prevenção não ocorrer ou não atingir os seus desejados efeitos, existe o sistema reparatório, que deve ser usado com a finalidade de compensar a vítima e punir exemplarmente o agente do dano, para que a lição sirva como incentivo ao cumprimento das normas legais sobre segurança, higiene e medicina do trabalho na busca do respeito aos direitos da pessoa humana nos ambientes de trabalho. Quer dizer, a responsabilidade civil passa a ter função reparatória e preventiva.

4.2 Danosidade sistêmica

É certo que o meio ambiente de trabalho é onde o trabalhador passa parte de seu dia e onde ocorre o desenvolvimento intelectual ou físico de cada sujeito, dependendo da atividade exercida. A partir dessa indagação, faz-se necessário disponibilizar segurança ao indivíduo e adequar o local de trabalho a um ambiente saudável e salubre. O Direito, nessa perspectiva, determina as condições mínimas a serem observadas pelo empregador sob pena de sanções no caso de seu descumprimento, conforme segmento determinado como segurança e medicina do trabalho.

Dentre os deveres considerados anexos de conduta, existe o dever de proteção ao patrimônio físico, psicológico e moral do trabalhador. No entendimento de José Cairo Júnior, "tal dever impõe ao empregador o dever de proporcionar segurança, higiene e saúde para os seus empregados, também denominada obrigação de custódia, dever de segurança ou cláusula de incolumidade" (CAIRO JÚNIOR, p. 69).

O dever geral de cautela subdivide-se em prevenção e precaução. O dever de prevenção tem força normativa, pois encontra-se expresso na NR 01.7, do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe: "Cabe ao empregador: I – prevenir atos inseguros no desempenho do trabalho". Quanto ao dever de precaução, encontra-se consolidado e erigido no Princípio 15 da Declaração do Rio de Janeiro (ECO-RIO 1992), da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, além de ser amplamente aceito no âmbito científico, devendo ser aplicado aos empregadores em relação ao meio ambiente de trabalho, máxime pela exegese do art. 225 da CF/88 que assegura a todo cidadão o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, aqui incluído o meio ambiente do trabalho, referência ao art. 200, inc. VIII, da Constituição Federal.

Ocorre que, mesmo com um avançado sistema jurídico de proteção ao meio ambiente e à saúde do trabalhador, o Brasil não atingiu ainda nível suficiente de conscientização capaz de prevenir e eliminar efetivamente os riscos ambientais do trabalho e à saúde do trabalhador, ostentando preocupantes índices acidentários, como visto antes. Por isso, de um lado, são necessárias campanhas preventivas e educativas com a participação conjunta do Estado, das empresas e dos trabalhadores, como a lançada pelo TST; de outro, precisam ser usados adequadamente os instrumentos de tutela desse novo ramo do direito (direito ambiental), porquanto as consequências advindas dos acidentes de trabalho, que são de ordem econômica, social e humana, incidem sobre as empresas, os trabalhadores e a sociedade que, finalmente, responde pelas mazelas sociais.

Enquanto a prevenção não alcança os almejados fins, é necessário aplicar o instituto da responsabilização com a finalidade não só de compensar as vítimas pelos danos sofridos no meio ambiente de trabalho, mas também com intuitos punitivo, preventivo e pedagógico. Como sabido, a alusão a um ambiente de trabalho degradado se faz devido à falta de conhecimento ou de vontade do empregador em empregar os meios adequados para que os empregados possam realizar suas atividades com qualidade. A ignorância decorre da necessidade do empresário em desprender menos dinheiro na empresa, possuir a mão de obra necessária e os maquinários para produção e com isso gerar cada vez mais lucros. Desconhece, portanto, que o resultado pode ser contrário ao seu planejamento além de colocar a vida de um ser humano em risco.

O instituto da responsabilidade civil, em sentido geral, é a razão propulsora do direito, sendo, por excelência, o mecanismo adequado para obrigar todo aquele que causa dano a outrem a arcar com os prejuízos decorrentes (CF, art. 5º, incs. V e X, e CC, arts. 186 e 927).

A Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) estabeleceu no art. 14, § 1º, que "Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade". Essa Lei foi pioneira sobre o tema, criando a responsabilidade civil objetiva para os danos ao meio ambiente e também para os terceiros afetados, numa coerência lógica, pois se para o dano ao meio ambiente a responsabilidade é objetiva, não teria sentido se perquirir da culpa em relação às consequências para as pessoas prejudicadas por esse dano, porque, em primeiro lugar, no centro das atenções, está a proteção da pessoa humana e da sua dignidade (CF, arts. 1º e 170).

Quanto ao sistema de responsabilidade civil ambiental, o § 3º do art. 225 marcou a sua objetividade, estabelecendo que "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados." A responsabilidade civil ambiental é, pois, objetiva e se baseia na teoria do risco integral, pela qual o agente responde pelos danos decorrentes da sua atividade, independentemente de ser ela lícita ou ilícita, autorizada ou não pelos Poderes Públicos, ou seja, quem causar dano ao meio ambiente responde, sempre, objetivamente, porque o bem protegido é a vida ou a sadia qualidade de vida (CF, art. 225, e Lei nº 6.938/81, art. 3º), como reconhecem com tranquilidade a doutrina e a jurisprudência.

A responsabilidade civil calcada na teoria do risco integral (objetiva) traz algumas consequências, tais como: a) irrelevância da existência de culpa: a responsabilidade objetiva tem como principal característica o afastamento da discussão e investigação da culpa, porquanto a obrigação de indenizar decorre da comprovação do evento danoso e do nexo causal; b) inaplicação das excludentes da responsabilidade: a teoria do risco integral pressupõe que o poluidor assume os riscos da atividade, desse modo as excludentes de responsabilidade (caso fortuito, força maior, culpa exclusiva da vítima e o dolo de terceiro) não são aplicáveis, pois caso fosse admitida tais figuras, grande parte dos danos ambientais ficariam sem reparação, sendo que o lesante somente poderá excluir a responsabilidade se demonstrar a negação da atividade poluidora ou a inexistência de dano.

Nesse espeque corrobora o entendimento de Édis Milaré:

> [...] o poluidor deve assumir integralmente todos os riscos que advêm de sua atividade. O interesse público, que é a base do Direito Ambiental, encontra na responsabilidade civil objetiva uma forma de convivência com a atividade particular voltada, normalmente, para o lucro [...] a utilidade dos particulares não pode prejudicar a utilidade comum (MILARÉ, 2001).

Deste modo, com a adoção da teoria do risco integral, a responsabilização do agente só é exonerada quando o risco não foi criado, o dano não existiu ou quando o dano não guarda relação de causalidade com aquele que criou o risco. Por todo exposto, demonstra-se que a adoção da teoria do risco integral é a mais adequada em se tratando de dano ambiental, sendo sua principal consequência a

inaplicabilidade das excludentes e a irrelevância de culpa, havendo, todavia, posição mitigadora dessa teoria, principalmente no campo dos danos causados a saúde do trabalhador em decorrência de dano ambiental.

Após pormenorizada análise da aplicação da teoria do risco integral ao dano ambiental, conclui Raimundo Simão de Melo que

> se tais palavras foram consideradas em face do meio ambiente em geral, e, em especial, do meio ambiente natural, maior é a sua razão quando se fala em degradação do meio ambiente do trabalho, cujas consequências, como temos insistido, atingem diretamente a pessoa humana do trabalhador (MELO, p. 221).

Nessa perspectiva, a responsabilidade civil objetiva passa a ser aplicada no âmbito trabalhista, visando desestimular a conduta do empregador para que este forneça segurança a seus empregados no ambiente laboral ao mesmo tempo que compensa de alguma forma a dor do empregado enfermo e o tranquiliza ao sancionar o empregador pelo ocorrido.

Assim, quanto aos danos ao meio ambiente de trabalho (danosidade sistêmica), conclui-se, com apoio na lei (CF, art. 225, § 3º, e Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1º), que a responsabilidade do empregador e dos tomadores de serviços é objetiva e solidária. É dizer, a falta de adequação do meio ambiente do trabalho ficará cara para os empregadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é notório hodiernamente, a relação trabalhista é uma das mais importantes e de maior incidência na moderna sociedade, sendo imprescindível para o bem estar social, pois é por meio desta atividade que são gerados impostos e tributações direcionados ao custeio dos serviços prestados pelo Estado a toda a população, e por essa importância, o agente passivo, ou seja, o trabalhador, necessita de um resguardo, uma garantia, uma segurança para com a sua saúde e consequentemente à sua subsistência, sendo assistido pela indenização decorrente de possíveis acidentes laborais.

No ordenamento interno a Lei n° 8.213/91 conceitua o acidente do trabalho como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, causando a morte, a perda ou a redução – permanente ou temporária – da capacidade para o trabalho. Nesta esteira, o acidente do trabalho é o gênero do qual são espécies o acidente-tipo e as doenças ocupacionais, sendo que estas consistem nas doenças do trabalho e nas doenças profissionais.

A referida legislação também equipara a acidente do trabalho certas circunstâncias, tais como os acidentes *in itinere*, unicamente para fins de concessão de benefícios previdenciários, salvo quando ocorrerem por culpa do empregador, caso em que este será responsabilizado nos moldes da responsabilidade civil.

Após a apresentação dos argumentos propostos defende-se que o acidente do trabalho gera consequências de ordem material e moral para o trabalhador. Assim, o empregado vítima de acidente do trabalho está protegido sob dois aspectos: o da Previdência Social e o da responsabilidade civil do empregador, sempre que este agir com culpa ou que o acidente decorrer do risco normal da atividade.

Especificamente em se tratando de responsabilidade civil do empregador pelo acidente de trabalho, tem-se atualmente que prevalece a responsabilidade subjetiva da empresa, isto é, aquela onde deve ser demonstrada a culpa, para haver a responsabilidade de indenizar. Contudo, nos casos onde o trabalho é exercido em situações de risco, é razoável que se considere a teoria da responsabilidade objetiva para uma possível indenização ao trabalhador, sendo que cada acidente deverá ser analisado caso a caso, sendo cabível para alguns a indenização com base na teoria subjetiva, e para outros a indenização com base na teoria objetiva. É importante esclarecer que a responsabilidade objetiva não exige a prova de culpa do agente, não importando se houve dolo ou culpa. Já na responsabilidade subjetiva é de suma importância a existência de um ato ilícito através da culpa ou dolo do agente causador.

Observa-se que tanto a precaução quanto a prevenção de infortúnios no trabalho, encerram valor jurídico muito maior que a mera reparação pecuniária do dano, considerando que o respeito à dignidade do trabalhador pressupõe a preservação de sua saúde física, mental e emocional.

O tema, conforme se depreende destas breves linhas iniciais, comporta vastas reflexões e demanda análise aprofundada, para que se possa melhor conhecer o instituto da reparação dos danos resultantes do acidente do trabalho e dos danos ao meio ambiente de trabalho, tido como um sistema de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e psicológica que incidem sobre o homem em sua atividade laboral, esteja ou não submetido ao poder hierárquico de outrem. Conclui-se que a organização do ambiente laboral, bem como o acesso aos meios de proteção e prevenção de acidentes deverão ser observados por ambas as partes, sendo do empregador a responsabilidade por danos ao meio ambiente de trabalho, quando não observadas às determinações legais para a garantia de um meio ambiente do trabalho seguro e sadio.

A pesquisa em tela, enfim, anseia contribuir com a comunidade jurídica, para elucidar algumas das dúvidas existentes, identificar as dissensões e suscitar o debate construtivo e a reflexão ponderada, instrumentos sem os quais não se alcançam o equilíbrio e a justiça.

REFERÊNCIAS

BOSKOVIC, Alessandra Barichello. **Acidente do trabalho: conceito e espécies.** Disponível em: <http://www.dallegrave.com.br/artigos1.asp?id=30>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BRANDÃO, Cláudio. **Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador**. São Paulo: LTr, 2006. p. 137-138.

CAIRO JUNIOR, José. **O acidente de trabalho e a responsabilidade civil do empregador**.

CAPUTO BASTOS, Guilherme Augusto. **O dano moral no direito do trabalho**. São Paulo: LTr,, 2003.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira; MOTA, Letícia Costa. **Dano moral indireto e a legitimidade processual em caso de morte do trabalhador decorrente de acidente de trabalho**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_23915089_DANO_MORAL_INDIRETO_E_A_LEGI

TIMIDADE_PROCESSUAL_EM_CASO_DE_MORTE_DO_TRABALHADOR_DECORRENTE_DE_ACIDENTE_DE_TRABALHO.asp>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CAVALIERI FILHO. Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, Hertz J. **Acidentes do trabalho na atualidade**. Porto Alegre: Síntese, 2003. p. 74.

DALLEGRAVE NETO, José Afonso. A indenização do dano acidentário na Justiça do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1a Região**.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil**: responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 51.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João (coord). **Direito ambiental do trabalho**: apontamentos para uma teoria geral – saúde, ambiente e trabalho: novos rumos da regulamentação jurídica do trabalho. São Paulo: LTr, 2013. v. 1.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalhado e a saúde do trabalhador**. 3. ed. São Paulo: Ltr, 2008. p.25

_____. **Indenizações material e moral decorrentes de acidentes do trabalho**: competência para apreciá-las. Artigo publicado eletronicamente no Portal do Ministério Público do Trabalho.

_____. **Responsabilidade civil nas relações de trabalho:** danos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_25429225_RESPONSABILIDADE_CIVIL_NAS_RELACOES_DE_TRABALHO_DANOS_AO_MEIO_AMBIENTE_E_A_SAUDE_DO_TRABALHADOR.aspx>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. ***Responsabilidade objetiva e inversão da prova nos acidentes de trabalho***. Revista LTr, v.70, n.01, jan. 2006.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 2. ed. rev. e ampl. SãoPaulo: RT, 2001.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsói, 1958. Tomo XXII. p. 208.

MOLINA, André Araújo. **A prescrição das ações de responsabilidade civil na justiça do trabalho**. Fascículo O Trabalho 125 – julho/2007

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do**. A defesa processual do meio ambiente do trabalho**. Revista LTr, 63/584.

OLIVEIRA, José de. **Acidentes do trabalho**: teoria, prática, jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 02.

OLIVEIRA. Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007. p. 46.

ORTIZ, Edilson; BIROLLI, Silvio Luís. O acidente do trabalho e as responsabilidades do empregador. **Revista Interfaces**. ano 1, nº 1, 2009.

PEDREIRA DA SILVA, Luiz de Pinho. **A reparação do dano moral no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2004.

REALE, Miguel. **O projeto do novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 199

ROBINSON, Carlos Alberto. Danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho: alteração do prazo prescricional em prejuízo da vítima. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6579&revista_caderno=25>. Acesso em: 21 jun. 2016.

RODRIGUES, Sílvio. **Direto civil**. São Paulo: Saraiva, 1981. v. 4, p.4.

RUSSOMANO, Mozart Victor. ***Comentários à consolidação das leis da previdência social***. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1997, p.395

SILVA, Otávio Pinto e. **Responsabilidade civil do empregador por acidente do trabalho**.

SILVA, Marco Junio Gonçalves da. Responsabilidade civil do empregador – acidente de trabalho. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11518>. Acesso em jun 2016.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES ECONÔMICOS

CORPORATE CRIMINAL LIABILITY IN ECONOMIC CRIMES

Sessão temática: 1.6 Outras áreas temáticas

MOTTA, Maiara
Mestranda em Direito Civil e Aperfeiçoamento em Licitações pela UNESP.
maiara.motta@live.com

AGUIAR, Gabriel Moura.
Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura.
Bacharel em Direito pela UNESP/Franca. Advogado.
gabrielmoura.aguiar@yahoo.com.br

Resumo

A responsabilidade penal da pessoa jurídica ainda se restringe às hipóteses de crimes ambientais e de crimes contra a ordem econômico-financeira. Assim, o presente trabalho visa analisar os efeitos da inserção da responsabilidade penal da pessoa jurídica na parte geral do novo código penal com relação aos crimes de caráter econômico. Para isso, distinguem-se os delitos do direito penal clássico e do secundário, explicando o ramo do direito penal econômico. Após breve histórico da responsabilidade da pessoa jurídica e da diferenciação entre administrativização do direito penal e o direito administrativo sancionador, discute-se a opção do legislador no novo código e quais as vantagens esperadas. Para isso, o principal referencial teórico é Winfried Hassemer e serão utilizadas as metodologias jurídico-teórica e jurídica-sociológica para melhor compreensão do fenômeno jurídico e como este interage com a sociedade. Alia-se, ainda, ao raciocínio dedutivo para elaboração de uma investigação do tipo jurídico-descritivo.

Palavras-chave: responsabilidade penal da pessoa jurídica, crimes econômicos, anteprojeto do novo código penal.

Abstract

Corporate criminal liability is still only applicable to both environmental crimes law and to crimes against economic and financial order. Thereby, the present work aims to analyze the effects towards the insertion of corporate criminal liability in the general part of the new criminal code regarding economic crimes. In order to do so, it's necessary to distinguish the called classic criminal law from the secondary, explaining the field of criminal economic law. After a brief history of corporate criminal

liability and the distinction between administrative treatment to criminal law and a punitive administrative law, it's discussed the option made by the legislator of the new code and what advantages are expected. In order to do so, the theoretical frame of reference is Winfried Hassemer and there will be used both juridical-theoretical and juridical-sociological methodologies for a better comprehend the juridical phenomenon and how it interacts with society. Alongside, it will be used deductive reasoning to elaborate a juridical-descriptive investigation.

Keywords: corporate criminal liability, economic crimes, new criminal code preliminary drafts.

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução da sociedade, as condutas humanas moldam uma nova realidade, culminando na ocorrência de diferentes crimes. As mudanças legislativas correspondem às expectativas de quais valores devem ser tutelados penalmente, e, assim, quais condutas serão tipificadas pelo legislador e com qual intensidade.

Ainda assim, no Brasil, o direito penal é costumeiramente relacionado a penas privativas de liberdade, com punição de agentes que cometem crimes de fácil percepção material. Com a globalização e a difusão de novas tecnologias, as formas de criminalidade também sofreram avanços, não se limitando mais ao plano nacional e, além disso, com atos ilícitos difíceis de serem detectados e que atingem a coletividade como um todo, sendo difícil detectar quais as efetivas vítimas.

Outra importante mudança consiste na utilização de pessoas jurídicas para que dirigentes, diretores e empregados da empresa realizem o ato ilícito. Nisso, surge um novo problema aos operadores do direito: quem seria o efetivo autor do delito, se a pessoa jurídica poderia ser responsabilizada pelos atos cometidos em seu favor por pessoas físicas e se o processamento daquela seria dependente do indiciamento destas.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica é controversa, sendo que na legislação pátria se aplica apenas aos crimes ambientais e crimes contra a ordem econômico-financeira. Nos demais casos, a responsabilidade se limita às esferas cível e administrativa. Assim, faz-se necessária a discussão presente neste trabalho diante da mudança proposta pelo legislador no anteprojeto de código penal, inserindo a responsabilidade penal das pessoas jurídicas para os crimes econômicos.

Para melhor compreensão do tema, e sem a pretensão de esgotá-lo, aproveita-se para explicar a evolução do direito penal por meio dos crimes de justiça e do direito penal secundário até o chamado direito penal econômico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho utilizará alguns conceitos importantes trazidos por Hassemer, quais sejam, da utilização do direito penal como o primeiro, senão único meio escolhido para resolver os problemas sociais bem como a importante ponderação entre administrativização do direito penal e o direito administrativo sancionador.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser utilizada é a das vertente jurídico-teórica e jurídica-sociológica. A primeira se justifica por conter elementos conceituais, ideológicos e doutrinários, enquanto que a segunda compreende o fenômeno jurídico de modo mais amplo, inserindo-o no contexto social, do qual depende e recebe influência.

Além isso, será utilizado o raciocínio dedutivo, o qual parte de premissas exististe como as leis e as doutrinas para análise do caso concreto. A investigação será, ainda, do tipo jurídico-descritivo (ou jurídico-compreensivo), o qual decompõe os aspectos de um problema jurídico a fim de melhor interpretá-los.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, faz-se necessária a discussão sobre crimes de justiça e direito penal secundário. O direito penal clássico, produto do iluminismo, decorre da separação entre o direito e a moral, delimitando princípios aos direitos material e processual para a intervenção estatal no poder de punir. Prioriza os bens individuais, com lesão a bens subjetivos cujos resultados são de fácil identificação.

> O Direito Penal Moderno, por sua vez, concebido a partir da percepção do Estado, em meados dos anos setenta, de que determinados comportamentos, antes descriminalizados, estavam afetando bens jurídicos coletivos (saúde, economia e meio ambiente), tem como características principais a responsabilidade penal objetiva, a proteção de bens jurídicos supra-individuais, a antecipação da tutela penal a esferas anteriores ao dano, criando inúmeros tipos de perigo abstrato e normas penais em branco e a responsabilização penal, desmedida, das pessoas jurídicas (RESENDE, 2001, p. 28).

A globalização e o avanço tecnológico ocasionaram a sensação da chamada sociedade de risco, na qual é possível lesionar bens coletivos, de titulares indeterminados, com resultados difíceis de serem verificados.

> Essa dita “criminalidade moderna” tem uma dinâmica estrutural e uma capacidade de produção de efeitos incomensuráveis, que o Direito Penal clássico não consegue atingir, diante da dificuldade de definir bens jurídicos, de individualizar culpabilidade e pena, de apurar a responsabilidade individual ou mesmo de admitir a presunção de inocência e o *in dubio pro reo* (BITENCOURT, 2007, p. 15).

Isso forçou o pensamento de novos critérios de imputação, além do uso de tipos penais de perigo abstrato e das normas penais em branco com maior frequência. Tais características são atribuídas ao que se conhece por expansão do direito penal, inflando o campo de ação do direito penal “com a implementação de tipos penais de conteúdo econômico, social, tributário, financeiro e de proteção do meio ambiente” (ALMEIDA, 2012a).

> A expansão do Direito Penal nos termos acima considerados tem apresentado, dentre outros, os seguintes obstáculos ao pleno exercício das garantias constitucionais de que é detentor qualquer indivíduo envolvido numa investigação criminal ou na persecução penal: a) mitigação do princípio da legalidade, devido a criação de tipos penais abertos em demasia (por exemplo: o crime de gestão fraudulenta); b) o uso excessivo das chamadas normas penais em branco, com especial gravidade quando o legislador penal confere a administração pública a possibilidade de complementar o núcleo do tipo penal, por meio da edição de normas e regulamentos infra-legais ou administrativos; d) criação de crimes de perigo abstrato, sem que seja levada em consideração a relevância penal do fato

> em concreto, ou a efetiva lesividade ou danosidade do fato praticado, editando o legislador penal verdadeiros crimes de mera presunção de lesão ao bem jurídico que se busca tutelar; e) desconsideração, em situações de fato, no curso da persecução penal, do princípio da culpabilidade, notadamente quando as supostas ações delituosas são praticadas no âmbito e no interesse de pessoas jurídicas (ALMEIDA, 2012a).

Conforme Hassemer, outra importante característica é a substituição do direito penal de *ultima ratio* como *sola ratio*, pois "[...] a resposta penal surge para as pessoas responsáveis por estas áreas cada vez mais frequentemente como a primeira, senão a única saída para controlar os problemas" (HASSEMER, 1993, p. 48). Desse modo, a prioridade deixa de ser a punição, observada no direito penal clássica, em prol da prevenção.

Em uma classificação diferente, defendida por Silva Sánchez, haveriam duas velocidades no direito penal. Concorda que atualmente há a expansão e a flexibilização enquanto o direto penal se moderniza. Porém, defende que nunca houve o direito penal clássico por serem as regras garantistas em tal situação "[...] apenas um contrapeso ao autoritarismo e ao extraordinário rigor das sanções impostas, de modo que não eram verdadeiramente voltados à exclusiva proteção de bens altamente pessoais" (MACHADO; GIACOMO, 2009, p. 43).

> Assim, Direito Penal de primeira velocidade é aquele setor do ordenamento em que se impõem penas privativas de liberdade e no qual devem manter-se de modo estrito os princípios político-criminais, as regras de imputação e os princípios processuais clássicos. A segunda velocidade destina-se àquelas infrações cominadas com penas pecuniárias e restritivas de direito, tratando-se, portanto, de figuras delitivas de cunho novo, onde então caberia flexibilizar de modo promocional esses princípios e regras clássicos (MACHADO; GIACOMO, 2009, p. 43).

Atualmente, já são quatro as velocidades defendidas por Silva Sánchez: a terceira velocidade seria o direito penal máximo, assemelhando-se ao direito penal do inimigo de Günther Jakobs, com amplas sanções (em especial penas privativas de liberdade), flexibilizando regras de imputação e garantias de direitos material e processual penais. Já a quarta velocidade, neopunitivista (termo cunhado pelo professor argentino Daniel R. Pastor), versaria sobre violações a tratados contra direitos humanos e cometimento de crimes contra a humanidade, geralmente por parte de chefes de Estado. Nessa quarta velocidade, ressalta-se a competência do Tribunal Penal Internacional (GERLACK NETO, 2014).

Nesse contexto de expansionismo do direito penal, destaca-se o ramo do direito penal econômico, protegendo a integridade da ordem econômica

> (...) contra os abusos e excessos do mercado, violadores da livre iniciativa e da livre concorrência, incorporando também em seu rol de proteção outros valores do sistema econômico que lhe são correlatos, tais como a tutela do meio ambiente, contra atividades econômicas predatórias que possam de algum modo colocar em risco a sustentabilidade de seu uso e a existência digna da humanidade, valores estes todos elevados à categoria de direito fundamental de todos os indivíduos e, portanto, com características de interesse coletivo e difuso, assegurados pela Constituição Federal (artigos 170, 192 e 225).
> [...]
> É de se destacar, outrossim, como extensão também do objeto e finalidade do Direito Penal Econômico, a tutela das finanças públicas, da higidez dos mecanismos de arrecadação do Estado, que por certo, colocados em risco, terão grave reflexo nessa mesma ordem econômica que se busca tutelar mediante a intervenção do Direito Penal (artigo 163, da Constituição Federal) (ALMEIDA, 2012b).

Diferente da criminalidade que ocorre com as camadas sociais mais baixas, nessa criminalidade coletiva ressalta-se a utilização de pessoas jurídicas para realização de atos encomendados pelos dirigentes e sócios. Geralmente são crimes sem violência, visando ganhos financeiros, que envolvem transações complexas para dificultar investigações.

Sutherland foi um dos primeiros estudiosos a respeito de tais infrações, em 1939, ao falar sobre os crimes de colarinho branco (w*hite collar crime*) cometidos por profissionais de alto escalão – advindo, então, a associação a crime dos poderosos – e, como consequência, rodeados de impunidade apesar da danosidade social envolvida. Depreende-se de seus estudos que

> os crimes das classes baixas são perseguidos pelos policiais, promotores, juízes, punidos com prisões. Já os crimes praticados por membros de classes superiores não resultam em ações oficiais, ou se restringem a reparações de danos em juízos civis, ou ainda, são sancionados na esfera administrativa com advertências, perda de licenças e em alguns casos com multas. Portanto, os criminosos do *white collar* são tratados de forma distinta dos criminosos comuns, e consequentemente não são considerados criminosos por eles próprios, pela sociedade em geral e pelos criminólogos. A diferença na implementação da lei penal se deve principalmente à posição social dos dois tipos de criminosos (VERAS, 2006, p. 39).

Os crimes de colarinho branco estariam englobados no direito penal econômico que, consoante Boullanger, “reúne as violações à ordem pública econômica e a delinquência cometida no âmbito da empresa” (SANTOS apud BOULLANGER, 2011). Pela definição de Fragoso, no crime econômico a “objetividade jurídica reside na ordem econômica, ou seja, em bem-interesse supra-individual, que se expressa no funcionamento regular do processo econômico de produção, circulação e consumo de riqueza” (SANTOS, 2011).

Assim, essa nova categoria de delitos não mais se adequa à estrutura clássica do direito penal, necessitando de alterações nos instrumentos e nas imputações. Importante tendência é a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a qual se explica a seguir.

Dentre os princípios do direito penal clássico, encontra-se a culpabilidade. O crime, praticado por um indivíduo, deveria somente a ele ser imputado sem extrapolar à sua pessoa e a culpabilidade possuía três papeis: o primeiro, como requisito de aplicação da pena; o segundo, como limite desta pena e o terceiro como “conceito contrário à responsabilidade objetiva” (BITENCOURT, 2012b, p. 62).

Como primeiro requisito, elencam-se subcategorias, a exemplo de capacidade de culpabilidade, consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. Já os parâmetros de determinação e de limite da pena "[...] devem ser proporcionais à gravidade do fato realizado, aliado, é claro, a determinados critérios de política criminal, relacionados com a finalidade da pena" (BITENCOURT, 2012b, p. 62). No último caso, não se previa a responsabilidade penal objetiva, vigendo à época o entendimento de que ninguém responderia "[...] por um resultado absolutamente imprevisível se não houver obrado, pelo menos, com dolo ou culpa" (BITENCOURT, 2012b, p. 62).

Por isso, compreende-se a resistência à tendência atual da responsabilidade do ente coletivo. Pela herança do direito romano, a qual pregava a máxima *societas delinquere non potest*, às pessoas jurídicas cabiam apenas punições civis e administrativas.

No mesmo sentido, a teoria do final do século XVIII de Feuerbach e Savigny defendia que "a pessoa jurídica é pura ficção jurídica e como tal não pode ser objeto de autêntica responsabilidade penal, que somente pode recair sobre os reais responsáveis do delito, que são os homens que estão por trás das pessoas jurídicas" (SMANIO, 2001, p. 163). Igualmente, grandes autores da Alemanha, como Jescheck e Roxin, além do italiano Pagliaro, defendiam que a sanção penal era cabível apenas aos agentes humanos. Apesar de tal posição, Roxin já previa a importância da responsabilidade da pessoa jurídica ao afirmar que

> Porém, as sanções a pessoas jurídicas desempenharão um grande papel no futuro. Afinal, as formas mais socialmente lesivas da criminalidade econômica e ambiental têm sua origem nas grandes e poderosas empresas; também a venda dos mais diversos produtos lesivos à saúde será um problema cada vez maior para o direito penal. Quando, nestes casos, se realiza um tipo penal, é frequentemente difícil, senão mesmo impossível, descobrir os responsáveis na empresa, pois a responsabilidade distribui-se por várias pessoas, e a culpabilidade de uma delas dificilmente pode ser provada (ROXIN, 2006, p. 27).

Embora menos difundida, há uma teoria intermediária entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal, por meio da adoção de medidas preventivas especiais. Conforme Hassemer, trata-se de meio termo entre o Direito Penal e o Direito Administrativo, para "[...] que não aplique às pessoas sanções de Direito Penal, especialmente a pena privativa de liberdade, mas que seja eficaz e possa ter, ao mesmo tempo, garantias menores que as do Direito Penal tradicional, para combater a criminalidade coletiva" (SMANIO apud HASSEMER, 2001, p. 165).

Até o início do século XVIII, vigia a ideia de que "as empresas não possuíam corpos para serem punidos, nem almas a serem condenadas, e, por isso, eram incapazes de serem consideradas 'culpadas'" (THE ECONOMIST, 2014, tradução livre).

Esse entendimento foi sendo alterado conforme o tempo. Tamanha sua importância que em julho de 1979, na cidade Nova York, a Organização das Nações Unidas realizou o VI Congresso para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes, no qual recomendou a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sem prejuízo das sanções individuais dos diretores.

Desse modo, um novo sistema dogmático foi elaborado, considerando os conflitos supra-individuais e a realidade social. Apesar de viger por um curto período na Idade Média e na Idade Moderna, a responsabilidade penal da pessoa jurídica

caiu em desuso, retornando com a teoria da realidade de Gierke em oposição à teoria da ficção. De acordo com essa teoria,

> a pessoa jurídica é um autêntico organismo, realmente existente, ainda que de natureza distinta do organismo humano. A vontade da pessoa jurídica é distinta da vontade de seus membros, que pode não coincidir com a vontade da pessoa jurídica. Assim, a pessoa jurídica deve responder criminalmente pelos seus atos, uma vez que é o verdadeiro sujeito do delito (SMANIO, 2004).

A pessoa jurídica passa a ser vista como um sujeito penalmente responsável, posto que os crimes realizados em seu benefício são uma ação própria, diferente dos atos realizados pelos diretores, administradores e sócios. Por isso mesmo a responsabilização de um não obsta a do outro, o que já ocorre em outros ramos do Direito, mas ainda está se solidificando no âmbito criminal.

A diferença consiste no afastamento de conceitos clássicos da imputação, como dolo/culpa e tipicidade. Em divisão baseada por Baigún, são três elementos essenciais: a) decisão institucional (produto normativo com responsabilidades definidas pela lei e por estatutos), b) organização (sistema de controle interno, englobando as pessoas físicas envolvidas na empresa), c) interesse econômico (elemento essencial à maioria das empesas, que visam lucro nas atividades econômicos, abarcando a interação dos elementos anteriores na produção da empresa) (SMANIO, 2004).

Quanto às sanções, defende Roxin que estas

> se acoplem a uma falha da organização (indepentemente de quem, individualmente, seja o culpado), podem ter intensos efeitos preventivos. Elas devem abranger desde consideráveis pagamentos em dinheiro até o fechamento da empresa. [...] sanções a pessoas jurídicas, paralelas à punição dos autores individuais, desempenharão um grande papel no futuro, no combate à criminalidade de empresas (ROXIN, 2006, p. 28).

No Brasil, a responsabilidade penal da pessoa jurídica é cabível apenas nas hipóteses de crimes ambientais (artigo 225, §3º, CF) e de crimes contra a ordem econômico-financeira (artigo 173, §5º, CF). Nas legislações já positivadas nacionalmente, as sanções previstas são pecuniárias, restritivas de direito, prestação de serviço à comunidade e, como consequência mais grave, dissolução compulsória.

Ampla doutrina ainda critica a falta de capacidade da ação e culpabilidade, somado com o princípio da personalidade das penas, para a defesa de que apenas as pessoas físicas seriam destinatárias das normas penais.

Apesar da previsão expressa de responsabilização civil e administrativa das empresas na Lei Anticorrupção de 2013, estuda-se a opção, o cabimento e a ampliação da responsabilidade penal da pessoa jurídica, ainda mais com a previsão a ser inserida na parte geral do anteprojeto do novo código penal.

Desse modo, faz-se oportuna a diferenciação entre as consequências da opção legislativa de qual ramo do direito tutelará a responsabilização da pessoa jurídica.

Discutem-se as diferenças sobre a escolha do legislador entre a administrativização do direito penal e o uso do direito administrativo sancionador, caso da Lei Anticorrupção. Nas lições de Hungria,

> a punição de certos ilícitos na esfera do Direito Administrativo, ao invés de o ser na órbita do direito penal comum, não obedece senão a razões de conveniência política: para o direito penal comum é transportado apenas o ilícito administrativo de maior gravidade objetiva ou que afeta mais

> diretamente o interesse público, passando, assim, a ilícito penal. O ilícito administrativo de menor entidade não reclama a severidade da pena criminal, nem o vexatório *strepitus judicii* (HUNGRIA, 19--, p. 27).

A expressão latina *strepitus judicii* significa o escândalo do processo. Também chamado de *strepitus judicii* ou *strepitus fori*, diz respeito à repercussão diante do caráter público da ação, o que pode causar mais prejuízos a vitima expondo sua intimidade do que a própria persecução penal do autor.

Apesar de os atos ilícitos serem os mesmos para Hungria, variando apenas a gravidade do ato, muitos autores optam por discernir ainda mais as duas vertentes. A partir das diferenças funcionais, possuem como critérios de distinção

> (a) as sanções aplicáveis em cada um deles, bem como seu potencial simbólico; (b) especialização de seus agentes; (c) os critérios de imputação de responsabilidade em cada um destes ramos; (d) os procedimentos próprios de cada esfera (incluindo-se, aqui, seus respectivos instrumentos de produção de prova); (e) as garantias disponíveis aos acusados em cada um destes procedimentos (LUZ, 2011, p. 10).

O procedimento do processo e a investigação são outros pontos importantes que os distinguem. No âmbito do direito administrativo, além da base comum de garantia do contraditório e da ampla defesa, vigem princípios específicos, por exemplo, “a legalidade, a finalidade, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade, a moralidade, a ampla defesa, o contraditório, a segurança jurídica, o interesse público e a eficiência” (LUZ, 2011, p. 16).

Alguns desses princípios findam por permitir maior flexibilização do processo, diferente do processo penal – embora Silva Sánchez defenda que

> a exigência de garantias mais rígidas no Direito Penal estaria ligada à gravidade da pena de prisão. Ou seja, a rigidez das garantias formais desse modelo não corresponderia a uma inspiração ontológica do sistema, mas sim a um contrapeso historicamente consolidado frente ao sensível rigor das penas privativas de liberdade (LUZ, 2011, p. 16).

Quanto à instrução probatória, as possibilidades de investigação devem ser ressaltadas ao se analisar os limites de

> instrumentos de produção de prova. Alguns instrumentos importantes (como escutas telefônicas e ambientais) são atualmente restritos ao Direito Penal e, dependendo da constelação de casos que se tenha em mãos e o *modus operandi* mais frequente das condutas implicadas, tais instrumentos podem ser fundamentais à Administração na elucidação dos casos. O Direito Administrativo, por sua vez, também teria suas *armas* para investigar casos – por exemplo, o acordo de leniência no âmbito do Cade, bem como a possibilidade de sancionar aqueles que não contribuem com a investigação (LUZ, 2011, p. 18).

Logo, o legislador deve se atentar às particularidades de cada área e sopesar qual a melhor opção – o direito administrativo sancionador que permite maior flexibilidade processual, apesar da restrição probatória, ou a escolha pelo direito penal administrador com maiores rigidez e garantias processuais em troca de farto meio probatório, além da força de aplicação, mesmo que simbólica, de sanções criminais. O PLS 236/2012, o anteprojeto do novo código penal, que aguarda designação, optou pela administrativização do direito penal, pois,

> se considerarmos que a pessoa jurídica não está sujeita à privação de liberdade, não parece haver qualquer distinção em termos de possibilidade de pena aplicável entre as sanções disponíveis na esfera penal e administrativa. A distinção entre essas duas áreas, em termos de sanção, estaria no que muitos autores indicam como efeito simbólico superior da sanção penal (LUZ, 2011, p. 17).

Na parte geral do anteprojeto, no artigo 41, está prevista a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sem prejuízo de pessoas físicas autoras ou coautoras,

> pelos atos praticados contra a administração pública, a ordem econômica, o sistema financeiro e o meio ambiente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Desse modo, aplicam-se as lições de Cepeda, a qual defende que "sempre que possível, deve-se imputar o ato delitivo aos indivíduos que, amparadas pela pessoa jurídica, cometem tais ilícitos" (2012, p. 106, tradução livre).

Os artigos 42 a 44 do anteprojeto do novo código penal preveem as penas específicas, posto a necessidade de adaptação da prevalência das penas restritivas de liberdade no Código Penal. O rol do artigo 42 dispõe como substituição à pena de prisão pelas seguintes, de modo cumulado ou alternado: multa, penas restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade e perda de bens e valores, podendo culminar na liquidação forçada.

Já o artigo 43 dispõe sobre as penas restritivas de direito, cujo rol inclui suspensão parcial ou total das atividades da empresa; interdição temporária; proibição de licitar e de contratar com a Administração Pública; proibição de subsídios públicos pelo período de um a cinco anos; e, pelo mesmo prazo, proibição de parcelar tributos. A prestação de serviços à comunidade, prevista no artigo 44, consiste em:

> I – custeio de programas sociais e de projetos ambientais;
> II – execução de obras de recuperação de áreas degradadas;
> III – manutenção de espaços públicos; ou
> IV – contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas, bem como a relacionadas à defesa da ordem socioeconômica.

A punição da pessoa jurídica, sem prejuízo das pessoas físicas, já se encontra em consonância com a prescrição legal e a jurisprudência, a exemplo do respaldo em decisões do Supremo Tribunal Federal. Embora antes, no julgamento de crimes contra o meio ambiente, os Ministros exigissem a imputação do ente coletivo com ao menos uma pessoa física, o entendimento foi alterado entre 2013 e 2014.

Em 2013, o STF permitiu o processamento penal contra uma pessoa jurídica sem que houvesse uma ação penal tramitando contra uma pessoa física (BRASIL, 2013). Já no RE 548.181, publicado em 30 de outubro de 2014, inovou com a exclusão do polo passivo de pessoas físicas por ausência de comprovação de conduta delitiva, apesar do poder de gerência na empresa. Desse modo, somente serão denunciadas as pessoas físicas com provas suficientes de autoria e materialidade delitiva, sem que se impeça o devido processamento da pessoa jurídica (AZEVEDO, 2015).

Pondera-se a decisão considerada acertada dos nobres Ministros no cumprimento da lei penal, pois somente devem responder penalmente os indivíduos com dúvida provável, com justa causa e suporte de farta dilação probatória. Ao possibilitar sanar a sensação de impunidade que paira sobre a sociedade brasileira, a responsabilidade penal da pessoa jurídica parece cada vez mais medida acertada do legislador.

Afinal, em linhas gerais, as duas principais finalidades da pena são punição (repressão) e prevenção (para que não se delinqua novamente). No primeiro caso, na qual se insere a teoria absoluta, a sanção era associada à retribuição e à

reparação do mal reparado, ainda associando a criminalidade com preceitos ético-religiosos.

Já no segundo caso, inserido na teoria relativa da pena, o foco consiste na prevenção para evitar a pratica de novos delitos. Divide-se em prevenção geral e prevenção especial, as quais se subdividem em positiva e negativa.

A prevenção geral consiste na ameaça de punição no plano abstrato (normativo) para que não se realizem os fatos típicos e se sofram as consequentes sanções, desestimulando, assim, a atividade criminosa. Na modalidade negativa,

> [...] ou intimidatória, que assume a função de dissuadir os possíveis delinquentes da prática de delitos futuros através da ameaça da pena, ou predicando com o exemplo de castigo eficaz; e, de outro lado, a *prevenção geral positiva* que assume a função de reforçar a fidelidade dos cidadãos à ordem social a que pertencem (BITENCOURT, 2012b, p. 140).

A prevenção especial consiste no cumprimento de tal ameaça e a interação da pena não mais com a sociedade como um todo, mas com um indivíduo em especial.

> A teoria da prevenção especial geral dirige-se exclusivamente ao delinquente em particular, objetivando que este não volte a delinquir. De acordo com a classificação sugerida por Ferrajoli, as teorias da prevenção especial podem ser formalmente divididas em teorias da prevenção especial positiva, dirigidas à reeducação do delinquente, e teorias da prevenção especial negativa, voltadas à eliminação ou neutralização do delinquente perigoso. Vale ressaltar que essas vertentes da prevenção especial não foram apresentadas de forma contraposta, nem se excluem entre si, podendo concorrer mutuamente para o alcance do fim preventivo, de acordo com a personalidade corrigível ou incorrigível daquele que delinque (BITENCOURT, 2012b, p. 140).

Nos delitos de cunho econômico, especialmente pela prática envolvendo pessoas jurídicas, o direito penal deve se posicionar de modo diverso ao entendimento que por tanto tempo perdurou.

Afinal, não há como se impor penas privativas de liberdade, muito menos provocar a sensação de culpa por parte do apenado. Todavia, as esferas de punição e prevenção são possíveis com as estudadas penas pecuniárias, restritivas de direito e prestação de serviços à comunidade, bem como o caráter preventivo desestimulado o abuso da personalidade jurídica para a prática de ilícitos.

Ponderando-se acerca da retribuição da pena, uma sanção restritiva de liberdade não possui o condão de compensar à vítima o ato ilícito que foi cometido. Entretanto, as penas previstas para as pessoas jurídicas, apesar de igualmente pós-violatórias, podem ser revertidas em prol das vítimas, buscando-se tanto quanto possível a situação anterior ao crime.

Afinal, de modo geral, os crimes econômicos envolvem bens fungíveis – dinheiro. Mais ainda: com as sanções de serviços à comunidade espera-se não apenas o retorno à situação pré-crime, dentro dos limites aceitáveis, como também a melhoria das condições das vítimas diretas e indiretas da prática delinquente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem grandes novidades quanto às penas, a inserção legislativa da responsabilidade penal da pessoa jurídica gera grandes discussões. Afinal, sua implementação depende da superação de teorias e modos de imputação que por tantos séculos vigeram.

Importante alteração reside também na sociedade brasileira, a qual associa exclusivamente o direito penal a penas privativas de liberdade. Considerando os objetivos esperados com as sanções criminais, a responsabilidade penal da pessoa jurídica se mostra muito mais interessante do que penas privativas de liberdade às pessoas físicas envolvidas no delito.

Afinal, em se tratando em crimes financeiros, faz-se de suma importância a devolução de ganhos ilegais, além da prestação de serviços à comunidade, o que implica em melhorias para a população que em um primeiro momento foi vítima dos crimes empresarias. A imposição de multa e as penas restritivas de direito igualmente suprem o caráter sancionatório aliado ao desestímulo da prática de novos crimes, para que a empresa opte pelas vias legais para não ter suas atividades nem sua imagem prejudicadas.

Cabe ainda a indagação acerca da opção pela administrativização do direito penal ao invés do direito administrativo sancionador. Como pelo ponto de vista sancionatório não há diferenças, espera-se que o fato de a característica de *ultima ratio* ser desconsiderada possa ser refletida nas garantias processuais próprias em prol dos acusados, em conjunto com a maior gama de meios probatórios.

Não sendo possível esgotar o tema escolhido, o presente trabalho visa fomentar a discussão sobre uma das mudanças no direito penal para superar o preconceito concernente à responsabilidade penal da pessoa jurídica. Embora o direito penal não seja o procedimento mais célere e apesar do estigma que o envolve, espera-se pelo avanço do anteprojeto para que, ao entrar em vigor, as expectativas reflitam em resultados positivos.

Desse modo, busca-se por um lado afastar a sensação de impunidade que paira sobre a sociedade (a qual anseia por penas de prisão, por mais que não resolvam problema algum concernente ao dano causado, e para que perceba o efetivo combate à criminalidade corporativa), aplicação de pena ao ente beneficiado pelo crime, mesmo que conte com pessoas físicas para realizar os ilícitos, além de medidas sancionatórias que não só reparem efetivamente os danos causados como beneficie a população por meio da prestação de serviços à comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. **Síntese de direito penal econômico:** a criminalidade econômica e a expansão do direito penal. Publicado em: 11 fev. 2012. Disponível em: <http://arnaldoquirino.com/tag/direito-penal-secundario/>. Acesso em: 06 set. 2017.

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. **Síntese de direito penal econômico:** conceito, objeto e características da criminalidade econômica. Publicado em: 09 jan. 2012. Disponível em: <https://arnaldoquirino.com/2012/01/09/sintese-de-direito-penal-economico-conceito-objeto-e-caracteristicas-do-direito-penal-economico/>. Acesso em: 06 set. 2017.

AZEVEDO, Carlos Henrique. **STF reconhece a responsabilidade penal isolada da pessoa jurídica em crimes ambientais**. Publicado em: 24 fev. 2015. Disponível em: <http://www.azevedosette.com.br/sustentabilidade-ambiental/artigos/exibir/5662>. Acesso em: 06 set. 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Erro de tipo e erro de proibição:** uma análise

comparativa. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, volume 2**: parte especial – dos crimes contra a pessoa. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 17ª edição revista, ampliada e atualizada de acordo com a Lei nº 12.550, de 2011. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de lei do senado nº236, de 2012:** anteprojeto de código penal. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Primeira Turma admite abertura de ação penal contra Petrobras**. Publicado em: 06 ago. 2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=244969>. Acesso em: 06 set. 2017.

CEPEDA, Ana Isabel Pérez. Criminalidad de empresa: problemas de autoría y participación. In: **Revista Penal**, nº 9. Espanha: 2012. Disponível em: <http://www.uhu.es/revistapenal/index.php/penal/article/view/131/126>. Acesso em 30 jan. 2017.

GERLACK NETO, Martinho Otto. O Direito Penal das Velocidades. **Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito FAEF**. 6 ed., jul. 2014. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/9QAl6cjrm4CBnEH_2014-12-15-19-0-56.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica:** teoria e prática. 2ª ed. rev., ampl., e atual. pela BBR 14.724 e atual. Pela ABNT 30/12/05. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HASSEMER, Winfried. **Três temas de direito penal**. Porto Alegre: Publicações Fundação Escola Superior do Ministério Público, 1993.

HUNGRIA, Nélson. **Ilícito administrativo e ilícito penal**. [s.l.],[19--]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/8302/7076>. Acesso em: 26 nov. 2014.

LUZ, Yuri Corrê da. O combate à corrupção entre direito penal e direito administrativo sancionador. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 89, mar-abr, 2011, p.429-470. Doutrinas Essenciais de Direito Penal Econômico e da Empresa, vol. 4, julho, 2011.

MACHADO, Fábio Guedes de Paula; GIACOMO, Roberta Catarina. Novas teses dogmáticas jurídico-penais para a proteção do bem jurídico ecológico na sociedade do risco. **Revista Liberdades**, nº 2, setembro-dezembro de 2009. Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

PEREIRA, Vania Samira Doro. A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes contra a ordem econômico-financeira. In: **Revista Liberdades**, Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, n° 09, pp. 80-102, janeiro - abril de 2012.

RESENDE, Henrique Barbosa. **A medida da intervenção penal no estado democrático de direito**. 70fl. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2001.

RODRÍGUEZ, V. G. O. **Fundamentos de direito penal brasileiro** - lei penal e teoria geral do crime. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROXIN, Claus. **Estudos de direito penal**. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SANTOS, Juliana Pinheiro Damasceno e. Questão conceitual: Crimes de colarinho-branco ou crimes econômicos?. In: **Âmbito Jurídico**, v. Nº 85, 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9179>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. A responsabilidade penal da pessoa jurídica. In: **Caderno jurídico** – novas formas de criminalidade. Ano I, nº3, outubro de 2001. Imprensa Oficial SP.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. A responsabilidade penal da pessoa jurídica. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 443, 23 set. 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/5713>. Acesso em 10/08/2015.

THE ECONOMIST. **The criminalisation of American business**. Publicado em: 28 ago. 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21614138-companies-must-bepunished-when-they-do-wrong-legal-system-has-become-extortion>. Acesso em 30 jan. 2017.

VERAS, Ryanna Pala. **Os crimes do colarinho branco na perspectiva da sociologia criminal**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

RESPONSABILLIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO INCREMENTO, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

UNIVERSITY SOCIAL RESPONSABILITY IN THE DEVELOPMENT AND IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. 1.5 Educação e desenvolvimento

FIGUEIREDO, Maria Paula Simões Lima
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Graduada em Medicina, Pós-graduada em Medicina do Trabalho e em Gestão Integrada de Qualidade, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, Médica Residente em Ginecologia e Obstetrícia e Mestranda em Desenvolvimento Regional.
mariapaulasimoes@hotmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Doutora em Promoção da Saúde, Mestre em Medicina e Saúde,
Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Uni-FACEF
Preceptora PIESF/Faculdade de Medicina/UNIFRAN
Preceptora IESC/Faculdade de Medicina/Uni-FACEF
raquelrangelcesario@gmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Doutor em Psicologia, Mestre em Direito, Docente do Uni-FACEF,
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Resumo

O presente artigo objetiva a criação de um projeto de extensão vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, com enfoque na diminuição do hiato entre a universidade e a população, promovendo intercâmbio de saberes, melhorias reais no processo de planejamento, criação, implementação e avaliação de políticas públicas junto aos vereadores do município de Franca/SP e geração de autonomia, protagonismo e independência dos envolvidos. Seria composto por uma etapa investigativa, com um levantamento quali-quantitativo da expertise do vereador sobre sua função, função da Câmara Municipal e sobre políticas públicas por meio de entrevistas e questionários aplicados pelos mestrandos do Programa de Pós-Graduação do Uni-FACEF ingressantes em 2018 e por uma etapa cooperativa, com interação universidade –

Câmara Municipal, construindo governos locais, com potencialização da capacidade de transformação da realidade local.

Palavras-chave: Relações Comunidade-Instituição, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Regional.

Abstract

The present article aims to create an extension project linked to the Postgraduate Program in Regional Development of the Uni-FACEF, focusing on reducing the gap between the university and the population, promoting the exchange of knowledge and real improvements in the planning process, creation, implementation and evaluation of public policies together with the councilmen of the municipality of Franca/SP, generation of autonomy, protagonism and independence of those involved. It would be composed of an investigative stage, with a qualitative-quantitative survey of the councilor's expertise on its function, function of the City Hall and on public policies through interviews and questionnaires applied by the students of the Uni-FACEF Postgraduate Program entrants in 2018 and of a cooperative stage, with interaction between university and city council, building local governments, with the potential of transforming the local reality.

Keywords: Community-Institutional Relations, Social Responsibility, Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária objetiva a justiça social, a democracia e a solidariedade, para tanto deve caracterizar-se como instrumento efetivo de mudança da universidade e da sociedade. Uma universidade sem caráter extensionista real pode enclausurar-se, desprendendo-se do papel de agente de transformação social e de gerador de desenvolvimento sustentável.

Para que os avanços na extensão ocorram, é necessário que haja uma institucionalização dela dentro da universidade, recebendo valorização semelhante ao Ensino e à Pesquisa, já que é um preceito constitucional a indissociabilidade desses 3 pilares. Apesar disso, são notórias as restrições de financiamento, o conservadorismo, a vinculação frágil com o ensino e pesquisa e a desqualificação dos produtos e serviços desse pilar, em favor ao tecnicismo e conteudismo, representando um papel marginal na formação do estudante nas instituições de ensino superior (FORPROEX, 2012; ORTIZ-RIAGA, MORALES-RUBIANO, 2011).

Pode-se encontrar quatro modelos de extensão, sendo eles o altruísta, o divulgativo, o conscientizador e o vinculado ao mundo empresarial. O presente trabalho aproximar-se-á do modelo conscientizador, o qual enfoca o desenvolvimento de uma análise crítica e reflexiva, com potencial transformador e participação política ativa, em detrimento do altruísta, que posiciona-se de maneira voluntária aos marginalizados; do divulgativo, que aproxima a população aos avanços técnicos e culturais, sem consulta às necessidades dos setores vulneráveis;

e do vinculado ao mundo empresarial, no qual a universidade está direcionada a satisfazer o mercado (SERNA, 2004; ORTIZ-RIAGA, MORALES-RUBIANO, 2011).

Pelas práticas encontradas na América Latina, pode-se definir adicionalmente mais 3 modelos de extensão, que em parte apresentam confluência com os acima: o tradicional, no qual a universidade é entendida como detentora dos saberes e práticas e os compartilhará com quem não os detém, com enfoque paternalista e assistencialista; o economicista, pela qual a universidade é entendida como uma empresa que possui atuação no mercado com suporte científico e técnico; e o de desenvolvimento integral, pelo qual há democratização do saber, com função de melhoria da qualidade de vida da população e empoderamento, sendo o último o adotado por este projeto (GONZALEZ e GONZÁLEZ, 2003; ORTIZ-RIAGA, MORALES-RUBIANO, 2011), já que pelo FORPROEX a extensão universitária é conceituada sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Entendida assim, possui função integradora e pedagógica, com resgate dos saberes populares e construção conjunta de uma identidade nacional, já que desde 1972, pela II Conferência Latino-americana de Extensão e Difusão Cultural, a educação é entendida como um subsistema social com autonomia para influenciar e modificar a sociedade (ORTIZ-RIAGA, MORALES-RUBIANO, 2011), o que deve ocorrer por meio de esforços interdisciplinares frente à complexidade das demandas sociais, como, por exemplo, erradicação da fome, violência, deterioração da saúde, etc.

Nessa perspectiva, a extensão universitária ganha um papel mais que pedagógico, alcançando um papel político e de construção de cidadania, tão carente na sociedade brasileira, consolidando-se como um pilar insubstituível e relevante. Portanto, espera-se do estudante de qualquer nível do ensino superior o conhecimento técnico-científico, mas também a contextualização social da construção e aplicabilidade desse conhecimento, a partir da interação dialógica com a realidade social (SEVERINO, 2009).

Existem diretrizes para que a extensão atinja esses papéis com qualidade e efetividade, sendo eles: a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o impacto na formação do estudante, o impacto e transformação social e a interação dialógica entre Universidade e Sociedade (FORPROEX, 2012).

Para que essas diretrizes sejam cumpridas faz-se mister o compromisso da Universidade e assim questiona-se: “Quem se compromete?”. Conclui-se: O homem e os grupos sociais conscientes de pertencer a espécie humana e capazes de criar laços, mesmo nos tempos da modernidade líquida e no auge da descartabilidade das relações. Compromissos sociais duradouros são mantidos com o resgate da identidade pessoal e da humanidade do homem.

Sendo o âmbito social o único em que o homem pode desenvolver suas potencialidades, é necessário que a Universidade forme profissionais competentes e acima de tudo cultos, com uma cabeça organizada e não somente com uma enciclopédia, permitindo o posicionamento de seus conhecimentos de forma articulada e contextualizada, em prol de sua formação, educação e não apenas de sua informação ou instrução. Faz-se necessário menos analfabetos mentais e

sociais e mais profissionais atores sociais e de desenvolvimento (MONTEJANO, 2007).

Assim, objetiva-se a criação de um projeto de extensão vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, com enfoque na diminuição do hiato entre a universidade e a população, promovendo intercâmbio de saberes e melhorias reais no processo de planejamento, criação, implementação e avaliação de políticas públicas junto aos vereadores do município de Franca/SP e geração de autonomia, protagonismo e independência dos envolvidos.

2 PROJETO DE EXTENSÃO: PANORAMA GERAL

O sistema político do Brasil é dividido em três poderes, os quais exercem suas funções em âmbito Federal, Estadual e Municipal que são representados esquematicamente pela Figura 1.

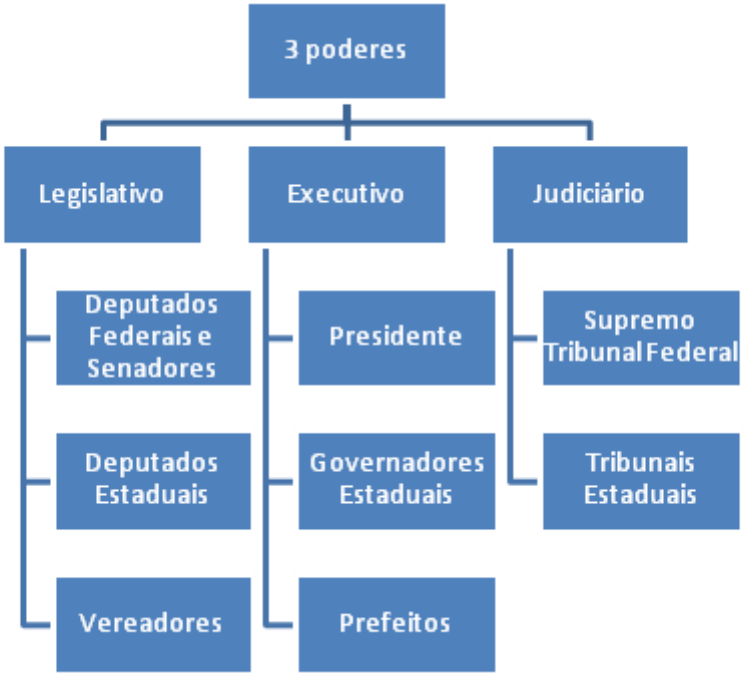


Figura 1: Representação esquemática do sistema político brasileiro, em poderes e esferas governamentais.

O presente projeto visa intervir na esfera municipal e, em particular, qualificar as atividades políticas dos vereadores, os quais possuem 4 funções básicas (TRE-AP, 2012):

- **Função Legislativa:** consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis, buscando organizar a vida da comunidade;
- **Função Fiscalizadora:** o Vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do

orçamento. Também fiscaliza através do pedido de informações;

- **Função de Assessoramento ao Executivo:** esta função é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas);
- **Função Julgadora:** a Câmara tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do Prefeito e dos Vereadores.

Segundo o inciso IV da Emenda Constitucional nº 58, de 2009, há um número máximo de vereadores para cada município, de acordo com o número de habitantes. Franca possui, pelos dados do IBGE de 2015, uma população de 342,1 mil habitantes e sendo assim, deve ter no máximo 23 vereadores, entretanto possuirá, de 2017 a 2020, quinze.

A redução desse número se dá em decorrência da Lei Orgânica Municipal a qual menciona em seu Art. 12 que a cidade terá nove vereadores para o grupo dos primeiros 47.619 habitantes, acrescentando-se mais uma vaga para cada grupo de 47.619 habitantes, ou fração, até o limite de vinte e um vereadores, quando a população do Município atingir a 1.000.000 de habitantes. Essa definição ocorre no ano que antecede as eleições (FRANCA, 1990).

Assim, os 15 eleitos para o mandato 2017-2020 possuem idade entre 37 e 63 anos, com média de 48,7 anos. Dentre eles há apenas uma representante do sexo feminino e um solteiro.

Em relação à escolaridade dos vereadores eleitos para o mandato de 2017 a 2020 em Franca, temos a proporção apresentada na Tabela 1 (Eleições e Política, 2016):

Tabela 1. Escolaridade dos vereadores eleitos para o mandato de 2017-2020, Franca/SP.

Escolaridade	N	(%)
Ensino Superior completo	3	20%
Ensino Superior Incompleto:	2	13,3%
Ensino Médio Completo	7	46,6%
Ensino Médio Incompleto	1	6,00%
Ensino Fundamental Completo	2	13,3%

Fonte: Eleições e Política, 2016.

Já em relação à ocupação dos mesmos vereados, temos o apresentado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2. Ocupação dos vereadores eleitos para o mandato de 2017-2020, Franca/SP.

Ocupação	N	(%)
Comerciante	1	6,6%
Locutor e comentarista	1	6,6%
Jornalista e redator	1	6,6%
Vereador	1	6,6%
Auxiliar de escritório	1	6,6%
Servidor Público Municipal	3	20%
Empresário	3	20%
Outros	4	26,6%

Fonte: Eleições e Política, 2016.

O projeto com esses indivíduos passará por 2 etapas iniciais, sendo uma investigativa e a outra cooperativa, podendo se expandir no futuro.

Na Etapa Investigativa, ocorrerá um levantamento quali-quantitativo da expertise do vereador sobre sua função, função da Câmara Municipal e sobre políticas públicas por meio de entrevistas e questionários aplicados pelos mestrandos do Programa de Pós-Graduação do Uni-FACEF ingressantes em 2018. O objetivo da etapa investigativa é identificar possíveis lacunas a serem trabalhadas durante a Etapa Cooperativa, além de traçar um perfil mais detalhado dos vereadores do município. Essa etapa ocorrerá nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2018 e a análise dos dados em Março, sendo de responsabilidade dos mestrandos ingressantes a apresentação final das conclusões em um dos seminários especiais de 2018.

A Etapa Cooperativa será constituída de uma parceria do Programa de Pós-Graduação do Uni-FACEF e a Câmara dos Vereadores. Esse momento será subdividido em 2 blocos:

- Qualificação da Câmara Municipal: Neste bloco, estudantes do programa irão à Câmara dos Vereadores e promoverão discussões sobre políticas públicas, com enfoque interdisciplinar, objetivando o incremento do conhecimento específico dos vereadores que desejarem aderir ao projeto, a partir das demandas identificadas na Etapa Investigativa. Essa aproximação propiciará ao mestrando contato com a realidade do poder legislativo do município, além de aplicação prática dos aprendizados acadêmicos, permitindo o entendimento dos pontos de fragilidade e potencialidade na elaboração de políticas públicas.

As discussões sobre políticas públicas junto aos vereadores deverão (AKERMAN, 2005):

1. Contribuir para mobilizar a criatividade e a inovação;
2. Despertar o espírito empreendedor individual e coletivo;
3. Estimular a cooperação e o protagonismo policêntrico (Ou múltiplas diferenças);
4. Propiciar a captação e a multiplicação de recursos endógenos para solucionar problemas locais;
5. Horizontalizar as relações entre grupos, pessoas e organizações;
6. Estimular o surgimento e o funcionamento de redes e atores sociais;
7. Inaugurar novas institucionalidades e novos processos participativos;
8. Democratizar decisões e procedimentos;
9. Incluir novos atores na esfera pública e ampliar tal esfera;
10. Empoderar a população e estimular a inteligência coletiva das comunidades.

- Vereadores na Academia: Neste bloco, os vereadores que aceitarem participar do projeto trarão suas propostas de leis ou projetos para comunidade, para serem discutidos com os mestrandos e docentes do Programa, com possibilidade de participação da comunidade com a finalidade de melhoria dos mesmos, com enfoque no desenvolvimento local. Esse momento seria aberto também a participantes não pertencentes ao Programa de Pós-Graduação.

Ao final dessas etapas e com a consolidação do projeto almeja-se o desenvolvimento local, considerando local como relativo ao Município de Franca/SP, obviamente não isolado de suas inter-relações regionais, nacionais e globais.

Já que no âmbito local concretizam-se as relações de cooperação e de poder (AKERMAN, 2005), vislumbra-se a efetivação da atuação dos atores sociais durante a interação universidade, sociedade e políticas públicas, sendo estas últimas personificadas pelos vereadores.

Neste contexto, caracteriza-se por desenvolvimento local a articulação de lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado local que favoreça a cidadania e melhore as condições de vida da população de determinado espaço geográfico socialmente definido, indo o projeto ao encontro da formulação de políticas descentralizadas, integradas e convergentes, baseadas em diagnósticos de carências e potencialidades, que proporcionem capacidades permanentes e que tenham mecanismos de controle social pelos cidadãos, bem como monitoramento e avaliação (AKERMAN, 2005).

Ao partir-se da ideia que o cooperar com o desenvolvimento local é contribuir para a construção de governos locais, o projeto revela potencialidades tanto em relação aos vereadores quanto em relação à comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito acadêmico discute-se sobre políticas públicas, responsabilidade social, interdisciplinaridade e desenvolvimento regional, entretanto, muitas vezes isso não alcança grande parcela da população e não gera um potencial transformador da realidade local perceptível. Tendo em vista que a Universidade deve ser pautada em Ensino, Pesquisa e Extensão, propõe-se a criação de um projeto de Extensão em Responsabilidade Social, vinculado ao programa pós

graduação do Uni-Facef, que além dos preceitos da extensão, poderá ser campo de pesquisa e investigação, podendo-se estender, no futuro, para os alunos da graduação de diversas áreas.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2005

Eleições e Política [S.I.]: 2016. Disponível em: <https://eleicoesepolitica.net/vereador2016/eleitos/franca-sp/>

FÓRUM DE PRÓ REITORES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. Política nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acessado em: Out 2017.

FRANCA. Lei Orgânica do Município de Franca, de 05 de abril de 1990. Disponível em: http://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio-de-franca Acessado em 10 Ago 2017.

GONZÁLEZ, G. R. & GONZÁLEZ, M. Extensión universitaria: principales tendencias en su evolución y desarrollo. Revista Cubana de Educación Superior, 2003.

MONTEJANO, B. La universidad y su compromisso social. La Universidad: ayerm hoy y mañana. México, 2007.

ORTIZ-RIAGA, M. C.; MORALES-RUBIANO, M. Eugenia. La extensión universitaria en América Latina: concepciones y tendencias. **educ.educ.**, Chia , v. 14, n. 2, p. 349-366, Ago. 2011.

SERNA, G. Modelos de extensión universitaria en México. Revista de la Educación Superior, 2004.

SERNA, G. Misión social y modelos de extensión universitaria: del entusiasmo al desdén. Revista Iberoamericana de Educación, 2007.

SEVERINO, A. J. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 14, n. 2, p. 253-266, Jul 2009.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ - TRE-AP. Conheça as atribuições do vereador. [S.I.]:2012. Disponível em: <http://www.tre-ap.jus.br/imprensa/noticias-tre-ap/2012/Novembro/conheca-as-atribuicoes-do-vereador>

RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO CIVIL EM FACE DO ABANDONO AFETIVO FILIAL E A PROBLEMÁTICA DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

RESPONSABILITY AND CIVIL REPARATION IN FACE OF CHILDREN´S AFFECTIVE ABANDONMENT AND THE PROBLEM OF QUANTIFYING THE INDEMNITY

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

RODRIGUES, Edwirges Elaine.
Mestra em Direito, FCHS/UNESP; especialista em Direito Processual Civil, FCHS/UNESP; professora de Direito Civil, Faculdade Barretos; membro de grupo de pesquisa, CNPq, "O Direito de Família contemporâneo e as relações sociais"; membro do IBDFAM.
edwirges_elaine@yahoo.com.br.

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira.
Doutora em Direito pela FCHS/UNESP; mestre em Direito também pela FCHS/UNESP; Chefe do Departamento de Direito Privado da FCHS/UNESP; docente de Direito Civil FCHS/UNESP; docente do Programa de Pós Graduação em Direito da FCHS/UNESP; líder de grupos de pesquisas, CNPq e avaliadora dos Cursos pelo MEC.
draamaliaalvarenga@yahoo.com.br.

Resumo

É pacífico na doutrina e jurisprudência, que o descumprimento da obrigação material dos pais em relação aos filhos menores e não emancipados, é passível de sanção, inclusive de prisão civil. Contudo, a grande controvérsia envolvendo o abandono imaterial ou afetivo é saber se os genitores que procedem de tal maneira podem ser responsabilizados e condenados por danos morais sofrido pelo filho abandonado. As sociedades contemporâneas enfrentam grandes transformações, particularmente no que diz respeito às Famílias e ao Direito, a partir destas mudanças o afeto passou a ser considerado valor jurídico, exigindo dos pais o dever de criar e educar os filhos sem lhes omitir o carinho necessário para a formação plena de sua personalidade, como atribuição do exercício da autoridade parental. Além disso, a própria Constituição Federal também imputa aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. Assim, a negativa pela responsabilização dos genitores ou de um deles pelo abandono moral da prole, é incompatível com o pleno desenvolvimento psíquico, ético-existencial e social das crianças, jovens e adolescentes. Através pesquisa bibliográfica, desenvolvida pelo método dedutivo, buscou-se abordar o

embate proporcionado pelas decisões que concedem a responsabilização civil pelo abandono afetivo filial, bem como demonstrar a dificuldade de mensuração de tal indenização.

Palavras-chave: abandono afetivo, afeto como valor jurídico, dano moral.

Abstract: It is settled in doctrine and jurisprudence that non-compliance with the parents' material obligation to minor and non-emancipated children is liable to punishment, including civil imprisonment. However, the great controversy surrounding the immaterial or affective abandonment is whether the parents who do so can be held liable and convicted for moral damages suffered by the abandoned child. Contemporary societies are undergoing major transformations, particularly in relation to families and the law. From these changes, affection has come to be considered as legal value, requiring parents to create and educate their children without neglecting the affection necessary for full developt of his personality, as attribution of the exercise of parental authority. In addition, the Federal Constitution itself also imputes to parents the duty to assist, raise and educate the minor children. Thus, the denial of the responsibility of the parents or of one of them for the moral abandonment of offspring is incompatible with the full psychic, ethical, existential and social development of children, young people and adolescents. Through bibliographical research, developed by the deductive method, it was sought to approach the conflict provided by the decisions that grant the civil responsibility for the affective abandonment filial, as well as to demonstrate the difficulty of measuring such indemnification.

Keywords: affective abandonment, affection as legal value, moral damage

1 INTRODUÇÃO

É pacífico na doutrina e jurisprudência, que o descumprimento da obrigação material dos pais em relação aos filhos menores, é passível de sanção, inclusive de prisão civil, conforme os ditames da Constituição Federal de 1988. Porém, o descumprimento dos deveres imateriais derivados da autoridade parental, não recebem tratamento igualitário por parte do judiciário brasileiro. Habitualmente resume-se toda a discussão, à ideia de afeto. Assim, os tribunais pátrios não concedem provimento ao pleito, sob a alegação de que sentimento, é algo alheio ao Direito, impossível de ser imposto. Mas, quais os deveres inerentes da autoridade parental? Toda a prestação imaterial, decorrente da parentalidade responsável, confina-se apenas na afetividade? Ou o Estado pode impor condutas externas próprias aos pais? A Constituição Federal, dispõe como ápice axiológico, a dignidade da pessoa humana. Esta como centro da tutela jurídica. Assim, ratifica a importância da efetividade do princípio da parentalidade responsável e do melhor interesse da criança e adolescente, neste contexto analisado.

A família, núcleo social primário, deve estar a serviço da formação e bem-estar de seus integrantes. Destaque merece as crianças, jovens e adolescentes, seres humanos em desenvolvimento psíquico, ético-existencial e social. Assim, não pode o Estado requerer de uma relação paterno-materno-filial, apenas os aspectos materiais. Carece de imposição, alguns aspectos imateriais, tais como: convivência familiar, acompanhamento escolar, momentos lúdicos na companhia dos pais e cuidados em

geral. Não cabe ao Estado dirigir a afetividade, mas impor condutas próprias da parentalidade.

Para responder os questionamentos acima, partir-se-á da premissa de que as obrigações imateriais têm igualdade axiológica às obrigações materiais, decorrentes da autoridade parental. Que a negativa pela responsabilização dos genitores ou de um deles pelo abandono moral da prole, é incompatível com o pleno desenvolvimento psíquico, ético-existencial e social das crianças, jovens e adolescentes. Com ênfase na função humanizante, o descumprimento das funções próprias dos pais, deverão ser melhor analisada pelo poder judiciário brasileiro, impondo sanções ao descumprimento das obrigações imateriais decorrentes da autoridade parental. Na perspectiva de reparar o dano decorrente deste descumprimento, aplicar-se-á, preenchidos os pressupostos da responsabilidade civil, a devida compensação.

2 ABANDONO AFETIVO, MORAL OU PSICOLÓGICO

Dentre as várias significações que o verbo abandonar pode ter, notadamente ele se relaciona com a ideia de desamparar, renunciar, deixar entregue, abrir mão. Embora no mundo fático o abandono seja, muitas vezes, concretizado com uma única atitude omissiva, no mundo jurídico existem alguns tipos de abandono que, dependendo de sua caracterização, terão diferentes consequências.

Assim, existem, por exemplo, algumas figuras já previstas, especialmente no Código Penal, como o abandono intelectual, que é o deixar de educar e o abandono material, que é o deixar de prover o sustento.

Mas, decorrente do maior respeito aos direitos da personalidade, surge um novo tipo de abandono que cada vez mais toma espaço nas discussões em diversas searas, dentre as quais a jurídica, que é o abandono afetivo, também chamado de abandono moral ou pscicológico. Este abandono surge e se caracteriza quando os pais, sejam ambos ou algum deles, ou ainda alguém que lhes faça as vezes, deixa de prover a devida atenção ao filho, não cuidando de seu aspecto, primordialmente, psicológico, moral, afetivo, que possui especial importância sobre a criança/adolescente em desenvolvimento, deixando o infante abandonado em seu aspecto de educação na parte afetiva.

Tem-se, assim, que o abandono afetivo se configura quando há o descumprimento do dever de convivência imposto moral e legalmente, que acaba por causar danos imensos na psique dos filhos menores. Todavia, a obrigação de convivência não deve ser entendida como prestação de alimentos ou registro na certidão de nascimento. Este dever pressupõe uma paternidade ou maternidade responsável, não se reduzindo a termos meramente econômicos, mas, sobretudo, a termos afetivos, de sadia educação, fazendo com que os laços de parentesco não se resumam apenas ao sangue, mas efetivamente à afetividade.

O ser humano, para se estruturar como sujeito e ter um desenvolvimento saudável, necessita de alimentos para o corpo e para a alma. Enquanto os alimentos materiais são indispensáveis para a manutenção do corpo, o afeto e o amor são os alimentos imprescindíveis para a alma.[1]

Na esfera jurídica, a afetividade vai além do sentimento, é considerado uma ação, uma conduta, e está intimamente atrelada à responsabilidade e ao cuidado.

[1] PEREIRA, Rodrigo da Cunha. O alimento imprescindível para a alma é o amor, o afeto. In: **Revista Instituto Brasileiro de Direito de Família** - IBDFAM. Entrevista. 26. ed. abril/maio, 2016. p. 7.

Deste modo, através dos princípios da afetividade e da parentalidade responsável, o afeto pode se tornar uma obrigação jurídica e ser passível de responsabilidade civil, pois, como não há meios para obrigar ou condenar ninguém a amar ninguém, certo é que a relação parental exige compromisso e responsabilidade.[2]

O Direito não é uma ciência parada, estática, indiferente aos avanços sociais. É um instrumento para a harmonização da vida em sociedade e para a pacificação social, por isso, feito pela e para a sociedade, com ela deve acompanhar sua evolução e galgar novos desafios e problemas que em tempos pretéritos não existiam.

O caso deste estudo é emblemático. O dano afetivo, como se verá, não é discussão antiga no mundo jurídico. O dano moral já o é. O dano afetivo decorrente do abandono moral é apenas uma nova faceta que vem tomando espaço nas discussões jurídicas.

3 RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO CIVIL

Assim, é necessário que os instrumentos e institutos se adequem aos novos questionamentos e se adaptem de modo a abranger as novas questões. Portanto, para o entendimento da responsabilidade civil dos pais pelo abandono afetivo há que se verificar uma atualização no instituto da responsabilidade civil. Neste sentido, a obra de Anderson Schreiber, cuja origem está na tese de doutorado apresentada pelo autor junto à Universidade de Molise, na Itália, é ampla, precisa e clara sobre o assunto:

> É evidente que, como resultado direito da erosão dos filtros tradicionais da reparação – ou, em outras palavras, da relativa perda da importância da culpa e do nexo causal como óbices ao ressarcimento dos danos sofridos -, um maior número de pretensões indenizatórias passou, gradativamente, a ser acolhido pelo Poder Judiciário. Cortes que, em outros tempos, fechavam suas portas a ações judiciais promovidas sem demonstração da culpa ou do nexo causal, deixando a vítima sem qualquer forma de compensação, hoje emitem, muitas vezes, provimentos jurisdicionais favoráveis em virtude de uma manipulação mais flexível – ou, como visto nos capítulos anteriores, até de uma presunção dou desconsideração – dos pressupostos tradicionais da responsabilidade civil.[3]

Esta nova percepção exposta por Schreiber traz à tona o novo rumo tomado pela responsabilidade civil que, visando ampla proteção às vítimas, tende a dar maior ênfase no objeto e na razão da reparação, que é o dano, cada vez mais prestigiado na análise jurisprudencial. A expansão do dano reparável também é abordada pelo autor, trazendo exemplos da doutrina italiana, para afirmar que este rumo novo alcança vários sistemas jurídicos, notadamente no mundo ocidental:

> A expansão do dano ressarcível começa a ser, deste modo, noticiada por toda parte. Na Itália, afirma-se que "a função ressarcitória vem, por assim dizer, exaltada pelo incremento dos danos que é um corolário típico da sociedade moderna". Na França destaca-se "a aparição e multiplicação de danos completamente novos, seja pela sua origem, seja pela sua amplitude [...] No Brasil, registra-se que "seja pelo significativo desenvolvimento dos direitos da

[2] Ibidem. p. 6.
[3] SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 81.

> personalidade, seja pelas vicissitudes inerentes a um instituto que só recentemente tem recebido aplicação mais intensa, a doutrina vem apontando uma extensa ampliação do rol de hipótese de dano moral reconhecidas jurisprudencialmente".[4]

A expansão da análise do objeto do prejuízo traz tanto um aumento na quantidade dos danos pleiteados como na qualidade destes mesmos males, na medida em que novos interesses, sobretudo de natureza existencial e coletiva, passam a ser considerados pelo tribunais como merecedores de tutela, afastando a mentalidade puramente materialista e trazendo um novo exame crítico ao instituto da responsabilidade civilista, causando autêntica revolução.

Neste contexto surgem os chamados "novos danos" trazidos pelo autor, como exemplo da subsunção da teoria à nova realidade, donde se percebe a necessidade da flexibilização da responsabilidade para poder se adequar às novas necessidades de reparação dos mais diversos tipos de novos danos, multiplicados com o desenvolvimento cientifico, econômico, intelectual e dos meios de comunicação e transporte.

O dano moral por abandono afetivo, por tudo o que se estudou, integra o rol destes novos danos. Para sua aferição, seguindo a diretriz de Anderson Schreiber, é a de que cumpre ao Juiz investigar se o genitor acusado de abandono afetivo cumpriu ou não o disposto no art. 22, do Estatuto da Criança e do Adolescente e, especificamente, os encargos dos arts. 1.634, I e 1.634, II, do Código Civil, que regulam o dever de dirigir a educação, de sustento e de tê-los em sua companhia e guarda. Essas circunstâncias são objetivas, de modo que a partir da constatação de que esses deveres foram negligenciados, caberá ao Magistrado valorar a questão da culpabilidade (razões de tais violações) e, por fim, a repercussão da desídia parental nas relações afetivas, valorando se a rejeição discriminatória e ofensiva é realmente digna de ser reprovada. O pai/mãe que cumpre, mesmo em famílias com membros desunidos, essas funções fundamentais, não poderá ser obrigado a indenizar o infortúnio da separação/divórcio.[5]

Ainda, se verifica que o pedido ressarcitório com base no abandono afetivo é juridicamente possível, merecendo amparo do órgão judicante. As questões sobre o amor dedicado, ou não, pelo pai ao filho, são questões de mérito, que serão analisadas com base nos deveres legais e na análise dos fatos, quando o juiz sopesará, na balança da Justiça, a liberdade do pai e o interesse do filho lesado. Neste sentido:

> O interesse por trás da demanda de abandono afetivo, portanto, não é, como muitas vezes se diz equivocadamente, um interesse construído sobre a violação do dever de amar ou de dar afeto, mas um interesse fundado no dever normativo expresso dos pais de educarem e criarem seus filhos. E, neste sentido, pode-se concluir pelo seu merecimento de tutela, em abstrato.
> De outro lado, porém, deve-se observar a conduta alegadamente lesiva. Cumpre verificar se também é ela merecedora de tutela, abstratamente. Aqui, em nível muito geral, poder-se-ia falar em um interesse de liberdade do pai. O legislador, todavia, ao impor sobre o pai deveres de comportamento em face dos filhos, já estabeleceu a relação de prevalência entre tal liberdade e o interesse do menor à adequada formação de sua personalidade,

[4] Ibidem. p. 81-82.
[5] SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 178-180.

> determinando, em síntese, que este último interesse prevalece em relação ao "sustento, guarda e educação dos filhos menores" – não já, note-se, ao amor, afeto, ao carinho, sentimentos pessoais subjetivos com relação aos quais a liberdade de autodeterminação do pai mantém-se prevalente à luz do tecido constitucional.
> [...]
> Constatando-se, ao revés, que o pai violou os deveres de sustento, guarda, companhia, educação ou criação dos filhos menores, sua conduta não será merecedora de tutela. Prevalecerá o interesse do lesado em toda sua abstrata esfera de proteção. Isto não exclui o dever do autor de demonstrar que tal interesse foi efetivamente afetado, ou seja, que a ausência de sustento, guarda, companhia, criação ou educação afetaram concretamente a formação de sua personalidade.
> Verificado, entretanto, o dano efetivo, este será ressarcível na presença dos demais elementos de responsabilização.[6]

Vê-se, portanto, que a flexibilização dos pressupostos e da forma como se enxerga a responsabilidade civil não exclui o ônus probatório do autor, vítima do dano, em provar que sofreu realmente o citado prejuízo moral ou ainda eventual prejuízo material que derive do mesmo fato, e que também pode ser pleiteado cumulativamente.

É certo que a relação afetiva configura obrigações e fixa padrões de comportamentos que não observados, ou cumpridos com abuso, podem acarretar danos, alguns deles passíveis de indenização e específicos da relação familiar, podendo assim, dar ensejo à responsabilidade civil decorrente do afeto-responsabilidade.[7]

Embora a questão da indenização por abandono afetivo encontre resistência no meio jurídico, o descumprimento do dever de cuidar é amplamente aceito. A repulsa pela tese defendida pioneiramente por Rodrigo da Cunha Perereira, presidente do IBDFAM, que prevê a indenização, é decorrente da confusão entre o princípio da afetividade, e o afeto enquanto sentimento.

O dano afetivo, como subespécie do dano moral, se sujeita às mesmas regras de verificação, não podendo ser afastado com o simples argumento de que os pais não são obrigados a amar os filhos, pois, como já dito, tal alegação tem relação com o mérito da demanda e não com sua admissibilidade, sendo o abandono afetivo nova realidade que deve ser enfrentada pelos Tribunais, com uma análise condizente com sua contemporaneidade.

Em 2012, o Superior Tribunal de Justiça proferiu emblemático acórdão, favorável à exigibilidade de dano moral decorrente de abandono afetivo, momento no qual a Ministra Nancy Andrighi asseverou que amar é faculdade, cuidar é dever!

> Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isto porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade

[6] SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 179-180.

[7] LIRA, Wlademir Paes de. Afeto como valor jurídico. In: **Revista Instituto Brasileiro de Direito de Família** - IBDFAM. Artigo. 26. ed. abril/maio, 2016. p. 8.

> de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social.[8]

4 A PROBLEMÁTICA DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO

O *quantum* indenizatório é uma das questões mais polêmicas e controvertidas da responsabilidade civil, revestindo de alguns problemas que podem, contudo ser resumidos no questionamento sobre a função pedagógica, punitiva e satisfativa da indenização.

A função satisfativa da indenização se percebe quando se volta a atenção para a vítima. Visa a sanção civil dar alguma satisfação à vítima pelo dano a si causado, proporcionando o ganho de um bem em troca de outro, que foi lesado pelo agente causador da lesão.

Quando acontece um dano moral, entretanto, a questão não é tão fácil, pois os bens morais da vítima não são mensuráveis. De fato, a dor é inestimável e incomensurável em dinheiro, além de ser impossível ser avaliada por outra pessoa que não o lesado. Este problema, todavia, não pode servir de desculpa para o não arbitramento de indenizações e compensações, tampouco para o excessivo montante dado.

O dano moral não é passível de ser ressarcido *in natura*. Quando ocorre um dano material, como, por exemplo, a destruição de um veículo, a reparação se dá com a entrega, pelo causador do dano, de outro veículo nas mesmas condições, ou o equivalente em dinheiro, para que a vítima possa, *per si,* adquirir outro bem semelhante. O mesmo não acontece com a dor moral, por não ser tão facilmente medida, já que não é palpável, visível, exterior, tampouco fungível.

Entretanto, tal fato não merece ser guarida para o argumento de que a dor moral não é indenizável. A expressão indenização deriva da palavra *indene,* que significa trazer ao estado anterior das coisas. Todavia, quando um bem moral atingido, a agressão feita não é reparável por nenhum meio. A função satisfativa da indenização, assim, visa satisfazer a vítima pelo dano sofrido, tentando compensar uma dor com uma alegria, que seria o percebimento de outro bem, ainda que não moral, mas pecuniário, com o que a vítima poderá aferir outra satisfações, alegrias, contentamentos.

Assim, por ser a indenização nos casos de danos morais de natureza satisfativa, afastam-se os argumentos de sua não indenização. Não há dúvida de que a moral e os seus valores estejam acima dos bens materiais apreciáveis em dinheiro ou equivalentes. Daí a indenizabilidade prevista no Direito não possuir uma contrapartida ou um conteúdo realístico, de natureza e valor correspondentes à natureza do dano sofrido, mas um caráter apenas fictício. A idéia de reparação do dano moral é apenas análoga, o esforço do Direito para entender o seu princípio de restaurar ou recompor o

[8] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. REsp. 1.159.242, Rel. Min. Nancy Andrighi, julg, em 24.04.2012. Disponível em: < http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=ABANDONO+AFETIVO&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true >. Acesso em: nov. 2016.

patrimônio injustamente lesado aos danos de natureza moral. É uma forma indireta de restituição ou compensação. Evita-se assim o iníquo silêncio do Direito ante a perda sofrida e a irresponsabilidade do autor do ilícito ou do seu representante em relação à vítima. Trata-se ainda da manifestação da natureza retributiva do Direito (dar a cada um o que é seu). Não se paga a dor sofrida por ela ser insuscetível de aferição econômica, pois a prestação pecuniária teria uma função meramente compensatória, procurando, tão-somente, suavizar certos males, não por sua natureza, mas pelas vantagens que o dinheiro poderá proporcionar, compensando até certo ponto o dano que foi injustamente causado.[9] Neste mesmo sentido, seguem os ensinamentos de Maria Helena Diniz:

> Fácil é denotar que o dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter, concomitantemente, satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante, sob perspectiva funcional. No ressarcimento do dano moral, às vezes ante a impossibilidade de reparação natural, na *restitutio in integrum,* procura-se atingir uma situação material correspondente.[10]

O sistema jurídico brasileiro adota o sistema do livre arbitramento, pelo juiz, das indenizações. Isto significa que o arbitramento, será feito por critérios subjetivos do julgador que, atentando para as condições do caso, para a capacidade econômica das partes, utilizado de critérios de bom- senso, igualdade e justiça definirá o valor da reparação.

A partir da experiência e da prática forense o juiz poderá se valer de experiências comuns na fixação do *quantum.* Assim, por exemplo, a experiência diz que os danos morais causados pela indevida negativação do nome nos serviços de proteção ao crédito serão menores do que aqueles causados com o assassinato de um filho ou cônjuge.

Apesar da abertura dada ao magistrado para determinação da reparação, decorrente do princípio do livre convencimento do juiz, algumas regras, presentes no Código Civil, norteiam a fixação do *quantum*, senão vejamos:

> Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano. Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.
> Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, eqüitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso. [11]

Estes artigos, quando combinados, em sua interpretação, com o artigo 4º da Lei

[9] ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Franca, ano 2, n. 2. 1999. p. 123.
[10] DINIZ, Maria Helena. A responsabilidade civil por dano moral. **Revista Literária de Direito**, ano 2, n. 9, p. 8-9, 1996. p.8.
[11] BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o novo Código Civil. **Diário Oficial da União.** Brasília. DF. 10 de jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: jun. 2016.

de Introdução ao Código Civil[12] , direcionam a decisão judicial.

A fixação do *quantum* competirá ao prudente arbítrio do magistrado de acordo com o estabelecido em Lei, e nos casos de dano moral não contemplado legalmente, a reparação correspondente será fixada por arbitramento. É da competência jurisdicional o estabelecimento do modo como o lesante deve reparar o dano moral, baseado em critérios subjetivos (posição social ou política do ofendido, intensidade do ânimo de ofender: culpa ou dolo) ou objetivos (situação econômica do ofensor, risco criado, gravidade e repercussão da ofensa). Na avaliação do dano moral, o órgão judicante deverá estabelecer uma reparação equitativa, baseada na culpa do agente, na extensão do prejuízo causado e na capacidade econômica do responsável.

Na reparação do dano moral, o juiz determina, por equidade, levando em conta as circunstâncias de cada caso, o *quantum* da indenização devida, que deverá corresponder à lesão e não ser equivalente, por ser impossível tal equivalência. A reparação pecuniária do dano moral é um misto de pena e satisfação compensatória.[13]

Sérgio Cavalieri Filho, com muita propriedade, resume sua opinião em pequeno trecho de sua obra, trazendo também certa crítica sobre o tema:

> Estou convencido, todavia, de que não há mais nenhum limite legal prefixado, nenhuma tabela ou tarifa a ser observada pelo juiz, mormente aos a constituição de 1988[...] Mas estou igualmente convencido de que, se o juiz não fixar com prudência e bom senso o dano moral, vamos torná-lo injusto e insuportável, o que, de resto, já vem acontecendo em alguns países, comprometendo a imagem da Justiça.[14]

Realmente, como se nota do comentário acima, este sistema de arbitramento de danos sofre algumas críticas de parte da doutrina. As críticas refletem o equilíbrio entre a necessidade de segurança jurídica nas decisões e dos princípios da independência e do livre arbítrio do juiz.

Os defensores da segurança jurídica buscam critérios para previamente arbitrar o *quantum,* "tabelando" os montantes indenizatórios. Todavia, obedecendo-se ao livre critério dos magistrados, tem-se que cada caso será analisado individualmente, o que permitirá maior justiça nas decisões, pois que únicas e não "tabeladas". Embora a livre decisão do juiz possa trazer algumas distorções, uma pré-fixação poderia gerar muitas outras mais, pois seria muito injusto instituir a *pretium doloris.*

Parece, então, que o atual sistema, dando ampla liberdade para a aferição e quantificação do dano, ainda é o melhor, pois ainda que haja algumas distorções, com indenizações vultuosas ou insignificantes, poderá ser corrigido com a utilização do duplo grau de jurisdição, como é comumente feito.

Importante é que o juiz, ao mesmo tempo, respeite o princípio de que a ninguém é lícito enriquecer injustamente, bem como o da reparabilidade plena dos

---

[12] Artigo 4º do Decreto-Lei nº 4.657: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito." Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de introdução ao Código Civil brasileiro. **Diário Oficial da União,** Poder Executivo, Rio de Janeiro, 9 set. 1942. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: nov. 2016.

[13] ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Franca, ano 2, n. 2. 1999. p. 123.

[14] CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil.** 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 96.

danos morais, sendo que do resultado desta análise deve prevalecer o justo.

5 CONCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988 trouxe como epicentro, a Dignidade da pessoa humana, ampliou o leque de entidades familiares, ultrapassando o estigma unitário das famílias matrimonializadas, trouxe o a repersonalização e despatrimonialização das relações familiares.

Consequentemente, a constitucionalização do Direito civil veio relembrar que a eficácia dos direitos fundamentais tem aplicação tanto no Direito Público, como no Direito Privado, seja nas relações verticais, como nas relações horizontais.

O Caráter eudemonista que destaca a primazia dos seres humanos, nas relações jurídicas, não coaduna com a tese defendida, que só haverá responsabilidade civil, quando houver ilícito absoluto, ou seja, previsto no art. 186 c/c o art. 927 do Código Civil. Nem tão pouco, que dever imaterial derivado do poder familiar, seja apenas a afetividade.

A autoridade parental é hoje concebida como um poder-dever, um múnus dos pais, perante os filhos menores. A cada dever dos pais, haverá um direito dos filhos correlacionado. As parcelas deste encargo, pode ser abstraída do artigo 227 da Constituição Federal, assim, é dever da família assegurar à criança, jovem e ao adolescente: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, o respeito, a convivência familiar e outros. Para a concretização de tais parcelas, o Estado deve exigir condutas próprias do exercício da parentalidade responsável.

A negligência e/ou omissão parental, nas obrigações imateriais, pode gerar danos morais à prole. Conforme já mencionado, é notória e imprescindível a presença materna e paterna na vida da criança/adolescente, pois a ausência daqueles, pode comprometer a adequada estruturação e desenvolevimento da personalidade destes.

O divórcio põe fim à conjugalidade, nada interferindo na relação filial, que se mantêm indissolúvel. A proteção, cuidado, convivência familiar e outras condutas de ordem imaterial, são imposições inerentes da parentalidade responsável. Pressuposto para o sadio e equilibrado crescimento psíquico, social e ético- existencial dos filhos.

Ponderando os interesses contrapostos, ou seja, de um lado o princípio da liberdade de um pai/mãe em participar ou não, na construção da personalidade e socialização de um filho e do outro, o princípio do melhor interesse da criança e adolescente e a parentalidade responsável, não pode haver dúvida por parte da doutrina e do judiciário brasileiro. É incabível valorizar a liberdade dos pais, em detrimento da integridade psíquica dos filhos.

Conforme preconiza a nossa Carta Constitucional, os direitos fundamentais são direitos que devem ter sua eficácia em qualquer ambiente, seja no campo público ou privado, nas relações horizontais ou verticais. A responsabilidade civil na relação paterno-materno-filial deve ser exercida coadunando com a prerrogativa constitucional.

Assim,havendo pressupostos inerentes a responsabilidade civil, tal instituto deve ser aplicado. Não se pode contentar que a responsabilidade parental restringe-se apenas ao pagamento de pensão alimentícia. Tal fundamento, traz de volta o pensamento patriarcal, onde a figura paterna era o provedor da família, alheio a todas as questões domésticas, incluindo, é lógico, os cuidados com os filhos, que era

tarefa exclusiva das mães.

A igualdade entre homens e mulheres, a dignidade da pessoa humana, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e a constitucionalização do Direito das Famílias são fundamentos inquestionáveis para a plicação da responsabilidade civil nas relações familiares. Não trata-se de estimular a indústria do dano moral, mas de dar efetividade aos preceitos constitucionais, lembrando aos genitores que a responsabilidade paterna e materna, não se esgota na contribuição material, nos aproximando assim, de um ideal de justiça, conforme convém a uma sociedade justa, solidária e ética.

No entanto, a responsabilização deve ser imputada de maneira cautelosa, a fim de não banalizar ou monetarizar as relações de afeto e o convívio paterno-materno-filial. Pois de modo contrário, correrá o risco de se transformar em um altar de vanglória e vingança, ou a busca de lucro fácil. Deste modo, deve-se entender por abandono afetivo a omissão dos pais, ou de um deles, com relação ao cumprimento de deveres constitucionais como os deveres de sustento, de guarda, de edução e, principalmente, o dever de convivência, previstos nos art. 227 e 229, CF. Assim, esta deverá ser a fundamentanção jurídica para que o pleito seja apreciado pelo Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Franca, ano 2, n. 2 p. 123-126, 1999.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União.** Brasília. DF. 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de introdução ao Código Civil brasileiro. **Diário Oficial da União,** Poder Executivo, Rio de Janeiro, 9 set. 1942. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: nov. 2016.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União.** Brasília. DF. 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o novo Código Civil. **Diário Oficial da União.** Brasília. DF. 10 de jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. REsp. 1.159.242, Rel. Min. Nancy Andrighi, julg, em 24.04.2012. Disponível em: < http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=ABANDONO+AFETIVO&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true >. Acesso em: nov. 2016.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil.** 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

DINIZ, Maria Helena. A responsabilidade civil por dano moral. **Revista Literária de Direito**, ano 2, n. 9, p. 8-9, 1996.

LIRA, Wlademir Paes de. Afeto como valor jurídico. In: **Revista Instituto Brasileiro de Direito de Família** - IBDFAM. Artigo. 26. ed. abril/maio, 2016.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A responsabilidade e a reparação civil no direito de família. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org). **Tratado de direito das famílias.** Belo Horizonte, IBDFAM, 2015.

_____. Deveres parentais e responsabilidade civil. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, n.31, p. 39-66, ago./set.2005.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. O alimento imprescindível para a alma é o amor, o afeto. In: **Revista Instituto Brasileiro de Direito de Família** - IBDFAM. Entrevista. 26. ed. abril/maio, 2016.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**. : da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Américo Luís Martins da. **O dano moral e a sua reparação civil**. São Paulo: Ed. RT, 1999.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

SINCRONICIDADE E CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO: UM MODELO MULTIFATORIAL PARA O SETOR DE CALÇADOS NA B3

SINCRONICITY AND COST OF CAPITAL: A MULTIFACTORY MODEL FOR THE FOOTWEAR SECTOR IN B3

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional: Outras Temáticas

FOCOSI, Julia Furlani
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Rib Preto - FEA-RP/USP
Programa de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo
GRT- Finance: Group for Research and Teaching in Finance
julia.focosi@gmail.com

LIMA, Fabiano Guasti
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Rib Preto - FEA-RP/USP
Livre Docente, Programa Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade
GRT- Finance: Group for Research and Teaching in Finance
fgl@usp.br

FIGLIOLI, Bruno
Doutor, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Rib Preto - FEA-RP/USP
GRT- Finance: Group for Research and Teaching in Finance
brunofig@ymail.com

SILVA FILHO, Antônio Carlos
Doutor, Centro Universitário Municipal de Franca
GRT- Finance: Group for Research and Teaching in Finance
acdasf@uol.com.br

Resumo

O cálculo do custo de capital próprio de uma empresa é um desafio diante de cenários incertos e de fatores de riscos que podem expor a empresa a condições de riscos que influenciam os seus resultados. Para essa finalidade é amplamente empregado o modelo unifatorial do *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), conforme elaborado por ModiglianI e Miller (1958) e utilizado nos países emergentes com adaptações relativas à economia local, conforme encontrado em Assaf Neto, Lima e Araujo (2008). Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo identificar se outros fatores de riscos, além do risco de mercado, são capazes de melhor descrever o desempenho dos retornos das empresas, e se esses fatores são mais estáveis ao longo do tempo quando comparados com o modelo CAPM. Para tanto, usou-se modelos quantitativos de regressão com dados em painel com *bootstrap* para a estimação dos coeficientes em um modelo de efeitos aleatórios. O setor escolhido neste trabalho foi o setor de calçados. Os resultados encontrados apontam que o modelo multifatorial é capaz de encontrar variáveis explicativas indicativas de fatores de riscos. Entretanto, foram encontradas evidências que as estimações obtidas por

meio do modelo multifatorial não são mais estáveis quando comparadas com as obtidas pelo modelo CAPM.
Palavras-chave: custo de capital próprio, CAPM, modelo multifatorial

Abstract

The calculation of the cost of equity of a company is a challenge in the face of uncertain scenarios and risk factors that may expose the company to the conditions of risks that influence its results. For this purpose is broadly employed the Capital Asset Pricing Model (CAPM), as elaborated by Modigliani and Miller (1958) and used in emerging countries with adaptations to the local economy as found in Assaf Neto, Lima and Araujo (2008). In view of the above, this research aims to identify if other risk factors, besides market risk, are capable of better describing the performance of the companies' returns, and if these factors are more stable over time when compared to the CAPM model. For that, we used quantitative regression models with panel data with bootstrap for the estimation of the coefficients in a random effects model. The sector chosen in this work was the footwear sector. The results show that the multifactor model is able to find explanatory variables indicative of risk. However, we found evidence that the estimates obtained through the multifactorial model are not more stable when compared to those obtained by the CAPM model.
Keywords: cost of equity, CAPM, multifactorial model

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem sido intensa a movimentação de empresas que abrem e fecham o capital no mercado de ações por diversos fatores. Crises, recessão econômica, dificuldade de manutenção do modelo de negócios, volatilidade dos mercados, entre outros. E neste processo, a avaliação do negócio para fusão, aquisição, abertura ou fechamento do capital passa pela exigência e pela necessidade de se ter um laudo de avaliação para apuração do *fair value* dos ativos da empresa.

Nesse sentido, a premissa chave se encontra na determinação da taxa de desconto dos fluxos de caixa para apuração deste *fair value* (FERNANDEZ, 2016). Na moderna teoria de finanças, a determinação do custo total de capital, usado na avaliação pelo método do fluxo de caixa descontado da empresa, o conhecimento do custo de capital próprio é, em essência, a parte mais complexa do processo. Segundo Gao (2010, p.14), “[...] para a determinação do custo de oportunidade do capital próprio, existem diversos modelos possíveis de serem aplicados na literatura [...]”.

O modelo seminal para essa finalidade é o modelo do *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), conforme elaborado por Modigliani e Miller (1958) e já totalmente difundido na literatura.

As maiores dificuldades da adoção plena do modelo CAPM estão expostas na identificação das variáveis utilizadas em suas formulações conforme já apontadas em estudos internacionais como Harris (2004) e nacionais como Sanvicente (2012).

Essas dificuldades exigidas não somente pelas premissas dos modelos como pelos pressupostos assumidos pelos modelos são inerentes a todos os setores econômicos conforme já vistos em Copeland, Koller e Murrin (1994).

Na tentativa de buscas para amenizar os problemas de estimação por meio do CAPM tradicional, pesquisas apontam que uma alternativa são os modelos multifatoriais, que se preocupam, em essência, na identificação de outros fatores relevantes para descrever o desempenho das ações das empresas (ROSS, 1976).

Pesquisas recentes têm encontrados modelos multifatoriais tanto para setores da economia brasileira como internacional, conforme pode ser visto em Lorenzen, Assaf Neto e Lima (2010), que já desenvolveram um modelo multifatorial para o setor de aviação comercial brasileira. Contudo, tratando-se de empresas brasileiras, há uma carência na literatura de outros trabalhos que investiguem os efeitos de outros componentes de risco nos custos de oportunidade do capital próprio como um todo.

Diante do exposto, essa carência de estudos em outros setores foi a motivação deste trabalho no sentido de se identificar em diversos setores produtivos do mercado de capitais brasileiro, as variáveis que afetam um setor específico e seus consequentes impactos na determinação do custo de capital próprio.

O setor escolhido neste trabalho foi o setor de calçados por estar em destaque nas projeções feitas em março de 2017, com expectativa de crescimento de 22,7%, segundo dados da IEMI – Inteligência de Mercado (2017). Do ponto de vista acadêmico é um setor pouco explorado em pesquisas.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo identificar se outros fatores de riscos são capazes de melhor descrever o desempenho dos retornos das empresas do setor calçadista e consequentemente do custo de capital próprio, sendo mais estável quando comparado com o modelo do CAPM proposto na literatura. Para tanto, usou-se modelos de regressão com dados em painel com *bootstrap* para a estimação dos coeficientes em um modelo de efeitos aleatórios.

Os resultados encontrados apontam que o modelo multifatorial é capaz de encontrar variáveis explicativas indicativas de fatores de riscos para o setor de calçados. Entretanto, o modelo não é mais estável em comparação com o cálculo tradicional usado na prática da teoria de finanças (modelo CAPM).

Portanto, acredita-se que os resultados encontrados complementam a literatura por mostrar que o setor de calçados está exposto a diferentes fatores de risco principalmente relacionados ao setor externo da economia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo seminal de Modigliani e Miller (1958, p. 263) define que o custo total de capital de uma empresa "[...] representa as expectativas mínimas de remuneração das diversas fontes de financiamento, sejam próprias ou de financiamentos com terceiros [...]". A importância do custo de capital se deve ao fato de poder ser empregado como uma medida de avaliação da atratividade econômica de um investimento e da definição de uma estrutura ótima de capital.

A mensuração do custo total de capital se dá, geralmente, por meio da média ponderada entre as fontes de recursos que financiam as operações da empresa pelos respectivos custos de oportunidade de cada uma dessas fontes, conforme já definido por Sharpe (1964). Dentre esses custos, o que se destaca é o custo de capital próprio, comumente apurado pelo CAPM conforme proposto por Modigliani e Miller (1958), sendo este custo o objeto desta pesquisa.

O CAPM tradicional descreve uma relação entre o retorno esperado de um determinado ativo *i*, denotado por $E(r_i)$, com o retorno oferecido pela taxa livre de risco da economia (R_F), o retorno oferecido pelo portfólio de mercado (R_M) e uma medida de risco do ativo em questão, conhecida como coeficiente beta (β).

Um dos aspectos cruciais do modelo é o retorno do portfólio de mercado, denotado aqui por R_M, definido como um portfólio que contém investimentos em todos os ativos financeiros, com proporções que correspondem ao valor de mercado de

cada ativo considerado. Este portfólio, que consiste no conjunto eficiente de ativos na linguagem de Markowitz (1952), é uma abstração teórica que, no mundo real, é aproximada por um índice contendo os ativos mais representantes do mercado.

A questão da determinação deste custo de capital próprio ganhou novos contornos de pesquisa com as críticas desenvolvidas nos estudos subsequentes por encontrarem discrepâncias empíricas nas estimações do CAPM tradicional: beta negativo, taxas livres de riscos e retornos de mercados com desvios-padrão estatisticamente não significantes, entre outros (LINTNER, 1965).

Dessa forma, a literatura passa a buscar novas generalizações para o CAPM. Banz (1981) e Bhandari (1988) apresentam, por exemplo, duas discrepâncias empíricas do CAPM relacionadas, respectivamente, ao tamanho das companhias e à relação entre alavancagem e o retorno de ações.

Ao longo dessa evolução histórica desde o surgimento do CAPM até as generalizações encontradas na recente literatura de pesquisa, os trabalhos de MacKinley (1995) e Schrimpf, Schroder e Stehle (2007), introduziram as propostas de obtenção do custo de capital próprio a partir de modelos multifatoriais. A justificativa dos autores advém das características próprias de cada mercado financeiro e as especificidades econômicas de cada país e dos ciclos dos negócios.

O primeiro modelo multifatorial tradicional encontrado na literatura é o de Ross (1976), conhecido como *Arbitrage Pricing Theory* (APT). Neste modelo, no entanto, o número de fatores adicionais a serem levados em conta é deixado em aberto tornando-o bastante geral, mas também um tanto ambíguo.

Santos e Fontes (2010) ressaltam que o modelo multifatorial para o CAPM é o que representa melhor a realidade de mercados emergentes, e mercados que não são totalmente integrados, nem totalmente segmentados.

Entretanto, Damodaran (2007) alerta que embora os multifatoriais possam ser mais estáveis do que o CAPM, a utilização de diversos fatores requer estimação precisa. E como estes fatores são voláteis, o erro de estimativa pode eliminar os benefícios advindos destes modelos.

No Brasil, Lorenzen, Assaf Neto e Lima (2010) realizaram um estudo em que foram utilizados fatores como taxa *prime* de juros, PIB, variação real do dólar e petróleo como variáveis explicativas do modelo de quatro fatores versus o modelo de um fator explicado pelo Ibovespa na estimação do custo de capital próprio. Os resultados encontrados para o cenário brasileiro estão em consonância com os resultados atestados pela literatura.

Dessa forma, as variáveis que podem afetar o custo de capital possuem impactos maiores em alguns setores e menores em outros. A principal dificuldade associada aos modelos multifatoriais está na escolha destes fatores (variáveis) explicativos adicionais.

É interessante notar que, embora os estudos acadêmicos apontem que as generalizações do CAPM tenham se iniciado em pesquisas baseadas em economias desenvolvidas, como a economia norte-americana, a necessidade de extensões do CAPM é ainda mais urgente em economias emergentes, como o caso brasileiro.

Dessa forma, há ainda um vasto campo a ser explorado dentro da inclusão de novas variáveis de risco ao CAPM, distintas para setores específicos conforme proposto pelos modelos multifatoriais, que pode ajudar a solucionar alguns dos problemas associados à subestimação do risco em economias emergentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa quantitativa. As informações utilizadas neste estudo referem-se ao período de 2001 a 2016 e foram coletadas por meio dos Sistemas de Informações Economatica e *Thompson Reuters* e pelos *sites* eletrônicos do Banco Mundial, Banco Central (BACEN) e *Indexmundi*. Os dados foram analisados mediante o emprego de regressões com dados em painel.

A amostra foi composta por cinco empresas do setor de calçados listadas na B3 (Alpargatas, Arezzo, Cambuci, Grendene e Vulcabras). As informações empregadas no presente estudo totalizaram 80 observações.

A variável dependente estudada foi o prêmio pelo retorno da ação, calculada pela diferença entre o retorno e a taxa livre de risco. O retorno contínuo foi apurado no mercado acionário a partir das cotações de fechamento das empresas no final de cada exercício social, ajustadas para dividendos e juros sobre o capital próprio.

Como taxa livre de risco (R_f) adotou-se o CDI anual colhido junto ao BACEN. Para empresas com ações ordinárias e preferenciais, foram utilizadas apenas as ações mais líquidas de cada empresa. Assim a variável dependente adotada será o prêmio pelo retorno do ativo, ou seja, $R_t - R_f$.

As variáveis (Fatores de Risco) independentes a serem utilizadas no modelo multifatorial são apresentadas a seguir:

- Sincronicidade (SINCR): denomina-se sincronicidade a magnitude em que as informações de mercado e as específicas das empresas estão refletidas nos preços das ações (MORK et al., 2000). Isso significa que quanto mais os preços das ações refletirem informações de mercado (maior sincronididade), pior tende a ser a qualidade informacional de tais preços;

Para o desenvolvimento do construto de sincronicidade (SINCR) foram obtidos os coeficientes de determinação (R^2) a partir da seguinte regressão linear (dados semanais):

$$R_{it} = \alpha + \beta(MKT_t) + \varepsilon_t \qquad (1)$$

onde: R_{it} representa o retorno da ação i no período t, e *MKT* o retorno da carteira de mercado no período t. Foram utilizados os retornos do índice Ibovespa como representativo dos retornos da carteira de mercado, e ε_t o termo de erro.

Posteriormente, os R^2 das regressões lineares, obtidos pelo modelo anterior, são usados para obter a medida de sincronicidade por meio da seguinte expressão:

$$SINCR_{it} = ln\left(\frac{R_{it}^2}{1 - R_{it}^2}\right) \qquad (2)$$

onde: $SINCR_{it}$ representa a sincronicidade do preço da ação i para o período t. A sigla ln representa o logaritmo neperiano e R^2 o coeficiente de determinação.

- Dólar (DOL): a cotação da moeda foi considerada a cotação PTA. O dólar Ptax é um valor médio da cotação do dólar comercial determinado pelo Banco Central do Brasil para fins de transações financeiras;
- Inflação do Brasil (IPCA): adotou-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, obtido junto ao IBGE. A pertinência da inflação deve-se ao fato da mesma medir o desempenho dos preços no mercado interno e possível de impactar nos custos das empresas e consequentemente no custo de capital;
- PIB do Brasil (PIB_BR): foi apurado a variação do Produto Interno Bruto do Brasil em cada ano, por representar as condições da economia local e diretamente impactante nos resultados das empresas calçadistas;

- Couro (COURO): variação da cotação do couro no mercado internacional em dólares. Apurada pela variação de um ano para outro. Foi utilizada por ser o principal insumo do calçado e diretamente ligado aos custos de produção;
- PIB da China (PIB_CH): variação do produto interno bruto da China. Foi empregada no modelo pelo fato da China ser além de concorrente do setor ser um dos principais mercados consumidores;
- Taxa *Prime* (PRIME): Taxa de juros básica utilizada por bancos comerciais em empréstimos a clientes preferenciais. Acesso via BACEN;
- PIB dos Estados Unidos (PIB_US): variação do produto interno bruto dos Estados Unidos. Foi empregada no modelo pelo fato de ser a maior economia e um dos principais mercados consumidores;
- Borracha (BORR): variação do preço da borracha no mercado internacional. Foi empregada também por estar presente entre os insumos utilizados no setor;
- Petróleo (PETRO): variação da cotação do petróleo *BRENT*, principalmente *benchmark* para cotação desta medida.

A tabela a seguir, resume as variáveis, a relação esperada com o prêmio pelo risco do ativo e as referências adotadas.

Tabela 1- Resumo das variáveis independentes

Variável	Siglas	Relação Esperada	Referência
Retorno de Mercado	*RM - R_r*	+	Sharpe (1964)
Sincronicidade	SINCR	-	Mork et al. (2000)
Dólar	DOL	+	Lorenzen et al. (2010)
Inflação Brasil	IPCA	+	Lorenzen et al. (2010)
PIB Brasil	PIB_BR	-	Lorenzen et al. (2010)
Couro	Couro	+	Proposto neste trabalho
PIB China	PIB_CH	-	Proposto neste trabalho
PIB Estados Unidos	PIB_US	-	Roberts et al. (2012)
Taxa *Prime* de Juros	PRIME	+	Lorenzen et al. (2010)
Borracha	BORR	-	Proposto neste trabalho
Petróleo	PETRO	+	Lorenzen et al. (2010)

Para investigar a adequação da determinação do custo de capital próprio a partir de modelos uni e multifatoriais foi regredido em função da variável dependente e as variáveis independentes os seguintes modelos:

Modelo Base: $Ke_{it} = R_{f_t} + \beta_{L_t}\left(R_t - R_{f_t}\right) + Risco_{BRA_t} + INFL_{BRA_t} - INFL_{US_t}$. Este é o modelo tradicionalmente aceito conhecido por *benchmark*. Neste modelo, considerou-se para cada ano, o beta desalavancado (website: Damoraran) e realavancado para cada empresa com a respectiva estrutura de capital (Dívida/Patrimônio Líquido a valores de mercado), obtendo o coeficiente beta β_{L_t}. Os valores de $R_{f_t} e \left(R_{it} - R_{f_t}\right)$ também foram obtidos para cada empresa. Os valores do risco Brasil se referem ao Índice EMBI+ do JP Morgam. Foi empregado adicionalmente o diferencial de inflação entre Brasil e Estados Unidos (economia de referência para apuração do beta).

Modelo 1: $Ke_{it} = R_{it} - R_{f_t} = \alpha + \beta_1 \left(RM_t - R_{f_t}\right) + \varepsilon_{it}$, modelo CAPM tradicional a partir dos dados do Brasil. A medida do R_{f_i} foi o CDI, e do RM_t o retorno do Ibovespa.

Modelo 2: $Ke_{it} = R_{it} - R_{f_t} = \alpha + \beta_1 \left(RM_t - R_{f_t}\right) + \beta_2 . SINCR_t + \varepsilon_{it}$, modelo tradicional do CAPM com o efeito da sincronicidade. As demais variáveis definidas como nos modelos anteriores.

Modelo 3: $Ke_{it} = R_{it} - R_{f_t} = \alpha + \beta_1 \left(RM_t - R_{f_t}\right) + \beta_2 . SINCR_t + +\beta_3 . DOL_t + \beta_4 . IPCA_t + \beta_5 . PIB_BR_t + \beta_6 . COURO_t \varepsilon + \beta_7 . PIB_BR_t + +\beta_8 . PIB_US_t + +\beta_9 . PRIME_t + \beta_{10} . BORR_t + +\beta_{11} . PETRO_t + \epsilon_{it}$, modelo multifatorial que integra todas as variáveis propostas no presente estudo.

A partir do Ke estimado para cada empresa e em cada ano, calculou-se o Ke do setor considerando a média ponderada dos respectivos valores de mercados das empresas nos respectivos anos.

Os modelos foram estimados a partir de regressão em painel com efeitos aleatórios por *bootstrap* para analisar qual combinação de fatores otimiza a explicação dos retornos. A aplicação desse método consistiu em selecionar os retornos criados por meio de reamostragem com reposição, e sob cada uma delas, estimaram-se os modelos, calculando, portanto, os coeficientes de cada regressão. A partir da obtenção dos interceptos das regressões, aplicou-se o *Average F-test*. A aplicação desse teste se fez necessária, pois a simulação dos dados gera dependência linear entre eles, tornando impossível a inversão da matriz de covariância dos resíduos das regressões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o modelo base (*benchmarking*) tem-se as seguintes informações relativas aos betas alavancados médios do setor de calçados dos Estados Unidos (país de referência).

Tabela 2- Variáveis empregadas para o cálculo do custo de capital próprio

Anos (valor médio ponderado)	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Beta Desalavancado[1] (β_U)	0,77	0,77	0,91	0,79	0,94	0,98	1,05	1,48
Beta realavancado (β_L)[3]	1,17	1,37	1,18	0,85	0,99	1,03	1,16	1,89
Dívidas/Capital Próprio[2] (P/PL)	559%	658%	44%	85%	9%	7%	42%	150%
Anos	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Beta Desalavancado[1] (β_U)	1,22	1,30	1,30	1,23	1,24	0,78	0,95	0,83
Beta realavancado (β_L)[3]	1,35	1,43	1,44	1,33	1,34	0,86	1,06	0,90
Dívidas/Capital Próprio[2] (P/PL)	41%	26%	66%	110%	78%	122%	127%	170%

Fontes: [1]www.damodaran.com – valor médio ponderado pelo valor do PL das empresas, [2] Economática – média das empresas, [3] $\beta_L = \beta_U \times \left[1 + \frac{P}{PL} \times (1 - IR)\right]$- beta alavancado na estrutura P/PL e alíquota de IR de 34%.

A análise inicial das variáveis tem as seguintes estatísticas descritivas:

Tabela 3- Estatísticas descritivas: variáveis empregadas nos modelos multifatoriais

Ano	PETR	DOL	Ibov	R_F	Prime	PIB _BR	Risco _BR	INF _BR	Couro	BORR	PIB _CH	PIB_ USA
2001	-13,8	18,7	-11,0	17,2	4,8	1,3	8,8	1,6	5,5	-13,9	8,3	0,98
2002	2,4	43,5	-17,0	19,0	4,3	2,7	12,7	2,4	-4,6	33,0	9,1	1,79
2003	15,4	-20,6	97,3	23,1	4,00	1,1	8,0	1,9	-15,4	41,6	10,0	2,81
2004	32,7	-2,8	17,8	16,1	5,25	5,7	5,3	3,3	-1,7	20,5	10,1	3,79
2005	42,1	-11,8	27,7	19,0	7,25	3,2	4,0	3,4	-2,2	15,1	11,3	3,35
2006	20,1	-8,7	32,9	25,0	8,25	4,0	2,3	2,5	5,0	40,3	12,7	2,67
2007	11,2	-17,2	43,7	11,7	7,25	6,1	1,8	4,1	4,7	8,7	14,2	1,78
2008	34,3	31,9	-41,2	12,3	3,25	5,1	2,8	0,1	-11,1	14,1	9,6	-0,29
2009	-36,7	-25,5	82,7	9,9	3,3	-0,6	3,0	2,7	-30,0	-26,5	9,2	-2,78
2010	28,7	-4,3	1,0	9,8	3,3	7,5	2,0	1,5	60,4	90,1	10,4	2,53
2011	39,3	13,2	-18,1	10,6	3,3	2,7	1,9	3,0	14,0	31,9	9,3	1,60
2012	0,9	8,9	7,4	8,4	3,3	0,9	1,8	1,7	1,4	-29,9	7,8	2,32
2013	-2,8	14,6	-15,5	8,1	3,3	2,3	2,0	1,5	13,9	-17,3	7,8	2,22
2014	-9,1	13,4	-2,9	10,8	3,3	0,1	2,3	0,8	16,4	-30,0	7,4	2,39
2015	-47,0	47,0	-13,3	13,2	3,5	-3,8	3,4	0,7	-20,4	-20,3	6,9	2,60
2016	-15,9	-16,5	38,9	14,0	3,8	-3,6	3,8	2,1	-15,5	5,3	6,7	1,60
Média	6,4	5,2	14,4	10,6	3,6	2,2	4,1	2,1	1,3	10,2	9,4	1,83
DP	26,6	22,4	37,9	2,1	0,5	3,2	3,1	1,1	20,5	32,9	2,1	1,55

Fontes: *Thompson Reuters, Web Site Indexmundi*, Dados da B3; BACEN e JP Morgan.

Os dados demonstram grande oscilação das variáveis IBOV, PETRO, DOL, COURO e BORR no período analisado. No caso das *commodities* demonstra uma forte oscilação dos preços dos respectivos ativos no período. Para o IBOV essa oscilação demonstra a inviabilidade da aplicação do IBOV como retorno da carteira de mercado uma vez que em alguns períodos ocorreria prêmio pelo risco de mercado negativo.

Dessa forma, optou-se, para o Modelo 1, usar os critérios de *benchmark* como sugere Hamada (1968) e adaptado para o mercado brasileiro conforme Assaf Neto, Lima e Araujo (2008), com taxa livre de risco média de 2001 a 2016 de 5,18% e prêmio pelo risco de mercado, para o mesmo período, de 6,14%.

Para os demais modelos usou-se o *software* STATA para realizar as regressões com dados em painel, conforme já descrito anteriormente. A partir das regressões estimadas tem-se os seguintes coeficientes dos modelos:

Tabela 4- Resultados da estimação dos modelos em dados em painel

	Modelo 1		**Modelo 2**		**Modelo 3**	
	Coef.	**p-valor**	**Coef.**	**p-valor**	**Coef.**	**p-valor**
Constante	0,1135	0,211	-0,095	0,449	1,635**	0,000
$RM - R_f$	1,557*	0,032	1,098**	0,009	3,253**	0,000
SINCR			- 0,067*	0,045	-0,052	0,628
DOL					4,107**	0,001
IPCA					36,004**	0,000
PIB_BR					- 4,923	0,399

Continua...

Conclusão

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Coef.	**p-valor**	**Coef.**	**p-valor**	**Coef.**	**p-valor**
Couro					0,735	0,298
PIB_CH					- 64,765**	0,000
PIB_US					-17,90**	0,008
PRIME					86,563**	0,000
BORR					- 0,321**	0,001
PETRO					3,720**	0,000
N		59		36		36
R^2		20,07%		11,16%		55,71%
Teste de Wald		10,33		12,20		12,11
Prob>Chi2		0,0325		0,0022		0,0032

Nota: * significante ao nível de 5%; ** significante ao nível de 1%.

Na tabela 4 foram encontradas variáveis estatisticamente significativas nos três modelos propostos. No Modelo 1, apenas o prêmio pelo risco de mercado teve significância demonstrando que a regressão é capaz de encontrar um coeficiente beta com os dados da economia brasileira no período analisado. Resultado este contrário ao que se esperava das informações brasileiras conforme Assat Neto, Lima e Araujo (2008), o que pode ser indicativo de que para períodos específicos seja possível usar o CAPM tradicional como o caso do setor calçadista.

Para o Modelo 2 a sincronicidade foi significativa a 5% indicando ser capaz de reduzir o custo de capital na hipótese da sincronicidade ser positiva e, caso seja negativa, esse acréscimo tenderá a aumentar o custo de capital, sendo dessa forma prejudicial à empresa.

Já o modelo multifatorial apresenta um beta do prêmio pelo risco extremamente alto. Talvez justificado pelo período em que as demais variáveis demonstraram grandes oscilações conforme já analisado anteriormente. Outra análise é que a sincronicidade não permanece significativa no modelo multifatorial, embora esteja com mesmo sinal do Modelo 1. O modelo aponta ainda a não significância do PIB brasileiro no modelo e também da variável Couro. Não havendo assim, no período analisado e nessas bases, relações que poderiam apontar que aumentos nos custos do couro poderia impactar o custo de capital. E ainda não ser possível estabelecer relações com o mercado interno brasileiro. Embora, para outros períodos possam ser possíveis relações desta natureza.

Os resultados apontam ainda uma dependência significativa da economia de países como China e Estados unidos, com relações inversas. Ou seja, melhora na economia destes países refletem na redução do custo de oportunidade que em consequência melhoraria o desempenho econômica da empresa.

A inflação brasileira foi significativa e positiva com o custo de capital, o que sugere que o aumento da inflação expõe a empresa a aumentos de custo de capital demonstrando piora no seu valor econômico. Comportamento idêntico a taxa *PRIME* o que dificulta acessos da empresa ao mercado de crédito. A *commoditie* borracha foi significativa e inversa, indicando possíveis reduções no custo de capital quando de queda no seu preço.

Já o Petróleo foi positivo e estatisticamente significante indicando que o seu desempenho é capaz de atrapalhar os investimentos da empresa quando seu preço

sobe no mercado internacional, prejudicando o custo de capital próprio da empresa. As relações expostas estão de acordo com o esperado na literatura revista.

Dessa forma, os custos de capital próprio gerados pelos modelos acima e ponderados pelos respectivos valores de mercado das empresas do setor calçadista em cada um dos anos da amostra tem-se:

Tabela 5- Custo de capital próprio anual

ANO	Modelo Base	CAPM Trad	CAPM_SINCR	Multifatorial
2001	27,41%	29,82%	30,14%	32,22%
2002	36,58%	37,74%	37,76%	42,50%
2003	27,98%	30,35%	31,12%	39,55%
2004	20,14%	24,57%	12,26%	27,06%
2005	17,61%	21,12%	11,91%	27,81%
2006	14,52%	17,83%	10,68%	29,61%
2007	14,59%	17,09%	8,99%	14,56%
2008	25,60%	23,54%	12,02%	20,15%
2009	18,16%	19,44%	15,55%	14,33%
2010	20,51%	21,32%	17,86%	14,57%
2011	19,61%	20,33%	16,23%	16,30%
2012	19,36%	20,80%	17,44%	14,30%
2013	19,97%	21,31%	19,09%	13,77%
2014	18,49%	22,83%	20,07%	18,03%
2015	25,09%	28,22%	28,92%	25,87%
2016	18,80%	22,93%	23,68%	22,57%
Média	21,5%	23,7%	19,6%	23,3%
DP	5,7%	5,4%	8,5%	9,3%
CV	0,26	0,23	0,43	0,40

A tabela 5 mostra que os custos de capital próprio estimados pelos modelos apresentaram médias relativamente próximas nos anos pesquisados. Analisando as informações, percebe-se que o modelo multifatorial é mais volátil do que o modelo base (*benchmarking*).

Os resultados apontam que, embora o modelo multifatorial seja capaz de captar outros fatores de riscos associados aos retornos das empresas e ao custo de capital próprio, o modelo como um todo apresenta maiores coeficientes de variação, indicando maior desvio padrão dos valores em relação à média quando comparado com o modelo tradicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo unifatorial do CAPM tem o coeficiente beta (Rm – Rf) como a única fonte de risco. Nessa pesquisa são propostos, como forma de suprir as limitações do modelo, outras variáveis de risco em sua formulação, como forma de melhorar o desempenho do modelo tradicional. O objetivo desta pesquisa foi buscar novos fatores de riscos, sugeridos na literatura, para que se permita melhorar a eficiência do custo de capital próprio.

Cada setor da economia possui maior ou menor suscetibilidade com alguns fatores de riscos, sendo esses fatores diferentes para cada setor que poderia explicar os riscos sistemáticos associados ao desempenho das ações no mercado.

O setor de calçados escolhido neste trabalho possui características específicas ligadas ao desempenho externo ao mercado local como dependência de exportações, crescimento da economia e custos associados à *commodities* no mercado como couro e borracha. A busca destes fatores contribui para a literatura e para o desenvolvimento econômico da empresa quando busca nos modelos os fatores de riscos que melhor se ajustam aos fundamentos da empresa. O modelo CAPM contribui com apenas o fator relativo ao prêmio pelo risco de mercado (Rm – Rf). Porém, outros fatores também são sugeridos de forma a construir modelos de precificação mais explicativos.

Os modelos não são perfeitos, não são capazes de identificar muitas vezes plenamente todos os riscos, e estão sujeitos à dinâmica do mercado. Os pressupostos dos modelos aqui propostos são, ainda, simplistas e podem ser melhorados, mas em essência, trazem importantes contribuições para se entender a formação de preços dos ativos no mercado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G.; ARAUJO, A. M. P. Uma proposta metodológica para o cálculo de custo de capital no Brasil. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo,** v. 43, n. 1, p. 72-83, 2008.

BANZ, R. W. The relationship between return and market value of common stocks. **Journal of Financial Economics**, v. 9, n. 1, p. 3-18, 1981.

BHANDARI, L. C. Debt/Equity ratio and expected common stock returns: empirical evidence. **The Journal of Finance**, v. 43, n. 2, p. 507-528, 1988.

COPELAND, T.; KOLLER, T.; MURRIN, J. **Valuation**: Mensuring and Managing the Value of Companies. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1994.

DAMODARAN, A. **Avaliação de Empresas**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2007.

FERNANDEZ, P. **Are Calculated Betas Good for Anything?** Disponível em < http://ssrn.com/abstract=504565> Acesso em: 12 mar. 2016.

GAO, P**.** Disclousure Quality, Cost of Capital, and Investor Welfare. **The Accounting Review**. V. 85, n.1, p. 1-29, jan. 2010.

HAMADA, R. Portfolio analysis, market equilibrium, and corporate finance. **The Journal of Finance**, v. 24, n. 1, p. 13-31, 1969.

HARRIS, R. **Applying the capital asset pricing model**. Note UVA-F-1456. Charlottesville: Darden Business, University of Virginia, 2004

IEMI. Relatório de Mercado. Disponível em < http://www.iemi.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LINTNER, J. The valuation of risk assets and the selection of risky investments in stock portfolios and capital budgets. **Review of Economics and Statistics**, v. 47, n. 1, p. 13-37, 1965.

LORENZEN, F.; ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Modelo Multifatorial Aplicado ao setor de Aviação Comercial: uma aplicação prática para estimação do custo de capital próprio para o Brasil**. ENANPAD, 2010. Rio de Janeiro.

MACKINLEY, C. A. Multifactor models do not explain deviations from CAPM. **Journal of Financial Economics,** v. 38, n.1, p. 3-28, 1995.

MARKOWITZ, HARRY. Portfolio Selection. **The Journal of Finance**, v. 7, n. 1, p. 77-91, 1952.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The cost of capital, corporation finance, and the theory of investment. **American Economic Review**, v. 48, n. 3, p. 261-297, june 1958.

MORK, R.; YEUNG, B.; YU, W. The information content of stock markets: why do emerging markets have synchronous stock price moviments? **Journal of Financial Economics,** v. 58, p. 215-260, 2000.

ROBERTS, M. J.; XU, D. Y.; FAN, X.; SHENGXING, Z. A structural model of demand, cost, and export market selection for Chinese footwear producers. **NBER Working paper**, 17725, 2012.

ROSS, S. The Arbitrage theory of capital asset pricing. **Journal of Economic Theory**, v. 13, p. 341-360, 1976.

SANTOS, J. O.; FONTES, R. J. S. Análise da relação entre o Coeficiente Beta, Índice de Alavancagem D/E e a Taxa de Retorno de Ações Ordinárias de uma Amostra de Empresas listadas no Ibovespa, **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade,** 2010.

SANVINCENTE, A. Z. Problemas de estimação do custo de capital de empresas concessionárias no Brasil: uma aplicação à regulamentação de concessões rodoviárias. **R. Adm**., v. 47, n. 1, p. 81-95, jan./fev./mar. 2012.

SCHRIMP, A.; SCHRODER, M.; STEHLE, R. Cross-sectional tests of conditional asset pricing models: evidence from the German stock market. **European Financial Management**, v. 13, n. 5, p. 880-907, 2007.

SHARPE, W. F. Capital asset prices: a theory of market equilibrium under conditions of risk. **The Journal of Finance**, v. 19, n. 3, p. 425-442, 1964.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

TERCEIRO SETOR NA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA – UM ESTUDO SOBRE O INSTITUTO DEMOCRATA

THIRD SECTOR IN THE FOOTWEAR INDUSTRY OF FRANCA – A STUDY ABOUT THE DEMOCRAT INSTITUTE

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional
Subárea: Desenvolvimento Regional e Local

GOMES, Israel Dener Narciso
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
israelgomesrh@gmail.com

NETO, Alfredo José Machado
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
alfredo@facef.br

Resumo

Este artigo analisa o impacto social gerado pela criação de uma Instituição do Terceiro Setor fomentado por uma empresa de calçados localizada no Distrito Industrial da cidade de Franca/SP. Para embasar e fundamentar o contexto teórico do estudo foram levantadas referências bibliográficas para apresentar o aspecto histórico e a importância que o terceiro setor representa para a sociedade civil como um todo. Para fundamentar o conteúdo prático da pesquisa, foi utilizada como fonte de informação a pesquisa de campo semiestruturada, realizada com a Assistente Social e Coordenadora da Instituição. Seus relatos mostram que os resultados obtidos através da criação do Instituto são os melhores possíveis, pois evidenciam as grandes mudanças sociais alcançadas pela criação do Instituto Democrata, como a melhoria na saúde e bem-estar das crianças que participam do projeto e os impactos sociais e financeiros gerados nas famílias que moram nos bairros próximos ao Distrito Industrial advindos da melhoria na qualidade de vida destas crianças. Diante deste cenário, esta pesquisa vem ratificar a importância do investimento social realizado por esta empresa, além de mostrar, para a sociedade de Franca, o quão importante e o quão realizador são os resultados obtidos através do investimento em ações no terceiro setor, principalmente aquelas que alcançam os filhos de famílias carentes da cidade.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Indústria Calçadista, Instituto Democrata.

Abstract

This article analyzes the social impact generated by the creation of a Third Sector Institution promoted by a shoe company located in the Industrial District of the city of Franca / SP. To base and to base the theoretical context of the study, bibliographical references were presented to present the historical aspect and the importance that the third sector represents for the civil society as a whole. In order to base the practical content of the research, a semistructured field research was used as a source of information, carried out with the Social Worker and Coordinator of the Institution. Their reports show that the results obtained through the creation of the Institute are the best possible, as they show the great social changes achieved by the creation of the Democratic Institute, such as the improvement in the health and well-being of the children participating in the project and the social and financial resources generated in families living in neighborhoods near the Industrial District resulting from the improvement in the quality of life of these children. Given this scenario, this research ratifies the importance of the social investment carried out by this company, as well as showing, for Franca society, how important and how successful are the results obtained through investment in actions in the third sector, especially those which reach the children of poor families of the city.

Keywords: Third Sector, Footwear Industry, Democratic Institute.

1 INTRODUÇÃO

Há estudos demonstrando que as ações sociais nas empresas já existem há vários anos, não de uma forma profissionalizada, mas como ações de empreendedores com cunho social, ligados a questões religiosas e ideológicas.

Estas ações não eram muito divulgadas, pois estes empreendedores justificavam que seus trabalhos sociais eram mais ligados a vida pessoal e não como uma ação empresarial efetiva. Assim, não havia uma ligação destas ações com a imagem publica da empresa.

No Brasil, segundo Austin (2006) a década de 90 foi marcada como um período de grandes transformações, como a abertura do mercado para o capital estrangeiro, grandes privatizações, adoção de uma política mais liberal. Este cenário impactou diretamente no contexto econômico do Estado.

Dentro desta perspectiva de mudanças no cenário político e econômico do país, começam a aparecer ações mais fortes de responsabilidade social por parte de algumas empresas.

Neste caminho de mudanças, a intensidade pelo interesse no Terceiro Setor, pode ser atribuída segundo Fischer (2011) a três fatores:

- Os chamados “problemas sociais” tornam se barreiras para a modernização dos sistemas produtivos, que necessitam superá-los para atingir padrões mais elevados de competitividade.
- O contexto social contemporâneo impõe as organizações um relacionamento equilibrado com múltiplos “stakeholders”, que exigem informações transparentes, valores e princípios efetivamente assumidos pelas organizações e seus dirigentes.
- De forma intencional ou não, as pessoas e organizações responsáveis estão dando mais visibilidade pública às ações sociais que realizam. FISCHER, 2011, p. 153

O trabalho social no Brasil teve como um de seus maiores incentivadores, o sociólogo Herbert de Souza, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), idealizador do Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, além de ser um dos precursores sobre publicação do Balanço Social no Brasil, o qual embasou ao projeto de Lei nº. 3.116, que visa estabelecer a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social.

A constituição de uma entidade do Terceiro Setor é carregada de grandes desafios, pois, muitas vezes, nascem de uma forma amadora, sem a devida profissionalização, mais pela vontade de seus fundadores em fazer algo diferente para a sociedade.

Os problemas começam logo pela definição, pela dificuldade de se entender se a instituição é uma ONG, uma Associação ou mesmo uma Fundação. Superada esta fase, em seguida, há também muita confusão sobre questões jurídicas, fiscais, trabalhistas, além da parte operacional, que, muitas vezes, fica a cargo dos fundadores.

O Instituto Ethos (2017) de Empresas e Responsabilidade Social é uma associação sem fins lucrativos, que tem como finalidade mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerenciarem seus negócios de forma socialmente responsável, fazendo com que elas se tornem parceiras na formação de uma sociedade mais próspera e justa.

O conceito de responsabilidade social segundo o Instituto Ethos se define da seguinte forma

> (...) a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, e não apenas dos acionistas ou proprietários. ETHOS, 2017

Mesmo com tantas dificuldades, cada vez mais, grandes empresas estão entendendo seu papel de instigadoras ou mesmo fomentadoras de trabalhos sociais que supram as falhas deixadas pelo Estado.

Neste sentido, esta pesquisa tem o interesse de levantar quais foram os motivos que levaram a empresa Calçados Democrata, na figura de seus Diretores, a investirem e disponibilizarem um local onde as famílias que moram na região do

Distrito Industrial pudessem deixar seus filhos, bem como os impactos sociais gerados pela criação do Instituto Democrata nas famílias que moram ao redor da instituição, com melhorias alcançadas, principalmente até onde a instituição consegue atuar como fomentadora de novas ações sociais dentro da cidade de Franca/SP.

O Objetivo Geral deste artigo é estudar e analisar a responsabilidade social de uma Empresa de Calçados situada em Franca/SP.

Para que seja possível atingir o objetivo geral deste artigo foram colocados como objetivos específicos os seguintes tópicos:

- Levantar, na literatura especializada, as origens e conceitos do Terceiro Setor;
- Descrever as informações obtidas por meio de entrevista semiestruturada, de maneira a demonstrar como são desenvolvidas as estratégias da instituição ligada ao do Terceiro Setor.
- Pesquisar os aspectos legais relativos ao Terceiro Setor.

A metodologia usada neste estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica exploratório-descritiva da literatura acerca do tema Responsabilidade Social, além de uma pesquisa de campo com o intuito de levantar o trabalho realizado por uma Instituição do Terceiro Setor em Franca/SP.

2. TERCEIRO SETOR

Para a fundamentação deste artigo, buscou-se, através de teorias relacionadas ao estudo do Terceiro Setor, várias informações acerca do trabalho exercido por estas instituições no campo da responsabilidade social.

Dutra (2007) explica que as organizações do Terceiro Setor não pertencem nem ao Estado e nem ao mercado, atuam no domínio público, mas são idealizadas e sustentadas por interesse privado. Complementa explicando que essa classificação abrange uma série de entidades conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONGs), incluindo associações beneficentes, sindicatos, ligas, igrejas, hospitais e instituições educacionais não públicas.

Dentre as várias definições acerca do Terceiro Setor, uma merece destaque, pois engloba todos os aspectos estruturais e operacionais de uma instituição do Terceiro Setor.

Este conceito foi compartilhado por Salamon e Anheir (1997), segundo os quais as organizações do terceiro setor possuem cinco atributos operacionais ou estruturais que as diferenciam das demais instituições. São elas:

1) Formalmente constituídas sob alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo;
2) Estrutura básica não governamental enquadrando-se como privadas ou

seja, não são ligadas institucionalmente a governos;
3) Gestão própria, pois realizam a sua própria gestão, não sendo controladas externamente;
4) Sem fins lucrativos, na qual a geração de lucros ou os excedentes financeiros devem ser reinvestidos integralmente na instituição. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes;
5) Trabalho voluntário, possuindo algum grau de mão de obra voluntária, ou seja, não remunerada, ou o uso voluntário de equipamentos, como a computação voluntária. SALAMON E ANHEIR, 1997, p. 89-112

As organizações sem fins lucrativos, segundo Drucker (1998), exercem um papel relevante no processo de transformação da sociedade. Com seu trabalho social contribuem para um equilíbrio econômico e social das nações, pois oferecem acesso a bens e serviços àqueles que não têm condições ou recursos e não são assistidos pelo Estado. Por outro lado, há a necessidade que as mesmas sejam eficientes na contribuição com a melhoria na vida das pessoas e sejam capazes de propor e efetivar ações para os problemas sociais, de forma competente e responsável.

Fazendo uma reflexão sobre o primeiro, segundo e terceiro setor, temos as seguintes diferenciações:

O primeiro setor é representado pelas organizações governamentais, como a administração pública, empresas públicas, autarquias e estatais. Há um destaque especial para as Estatais, uma vez que ocupam um espaço importante no cenário econômico e financeiro, preenchendo espaços que o setor privado não teria como ocupar isoladamente.

No segundo setor, estão as organizações privadas que surgiram da necessidade de comércio entre as pessoas. Estas organizações atuam em benefício próprio e, pela sua capacidade de criação de bens e valores, também são conhecidas como setor produtivo.

Segundo Fernandes (1997) O terceiro setor foi criado neste cenário, ou seja, basicamente pela falta de atuação do Estado, pela ausência de serviços básicos e de uma maior responsabilidade perante aquela população menos favorecida e que tem menos acesso às políticas públicas. Podem ter focos diversificados, como: educação; saúde; cultura; comunidade; apoio à criança e ao adolescente; voluntariado; meio ambiente; etc...

No entendimento de Tachizawa (2010), as Organizações Não Governamentais (ONGs) são entidades de natureza privada (não públicas), sem fins lucrativos, que, que segundo a lei, tem como característica principal ser uma associações ou fundações. Neste mesmo formato de organizações, enquadram-se, também, as organizações da sociedade civil - OSC, as organizações sociais – OS e as organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP.

Para corroborar com a explicação sobre terceiro setor, foi pesquisado a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que fundamenta o trabalho das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Segundo a Lei 9.790/99, as OSCIPs podem receber recursos públicos a partir do momento que a finalidade principal da mesma visa os seguintes focos:

> - promoção da assistência social;
> - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico;
> - promoção gratuita da educação;
> - promoção gratuita da saúde;
> - promoção da segurança alimentar e nutricional;
> - defesa, preservação e conservação do meio ambiente;
> - promoção do voluntariado;
> - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
> - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos;
> - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos;
> - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos;
> - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas;
> - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. LEI 9.790/99, Art. 4º.

O terceiro setor cresceu de forma significativa nas últimas décadas e tem atuado de forma efetiva em setores com grandes problemas sociais, principalmente naqueles onde o Estado não atua de forma adequada e também onde as empresas privadas, pelo seu ramo de negócio, conseguem realizar o trabalho social às comunidades onde atuam.

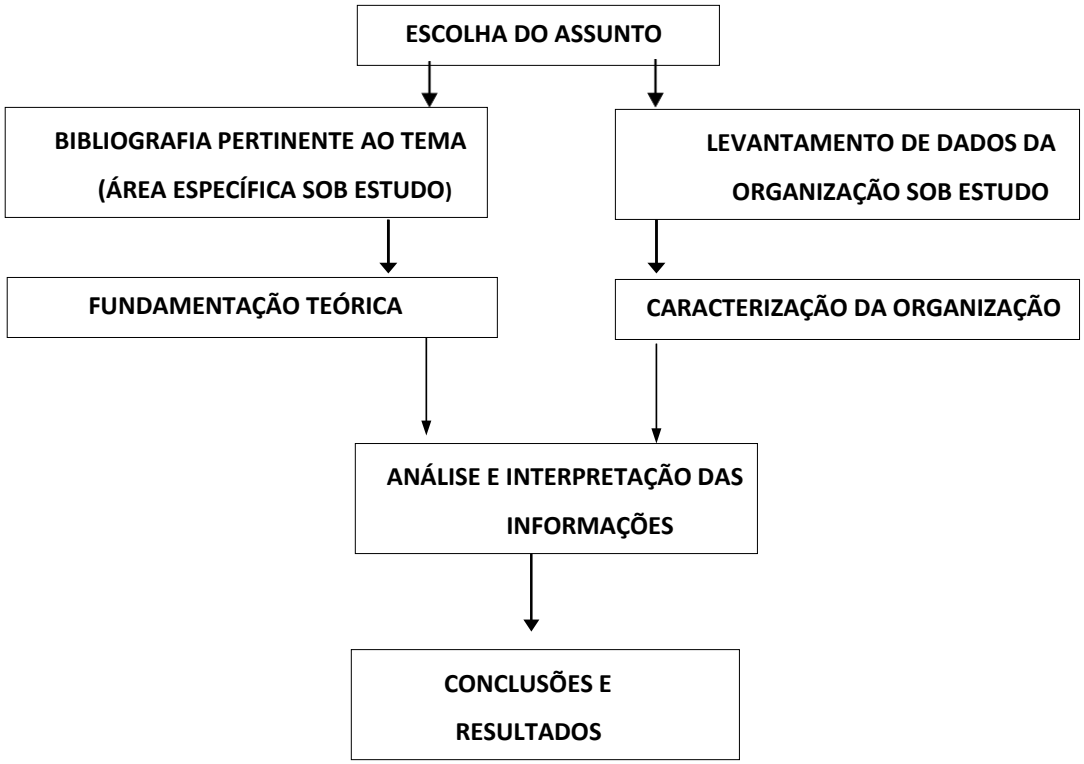
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste artigo foi o estudo de caso. Segundo Yin (2005), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

Esta metodologia pode incluir tanto estudos de caso únicos quanto múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa**.**

Com o intuito de responder aos questionamentos iniciais e atingir os objetivos apresentados neste estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva semiestruturada com a Assistente Social e Coordenadora da Instituição, Sra. Regina Célia Gasparelli Ferreira para a coleta de dados, visando descrever as características e percepções da mesma em relação à instituição. Com isto, a informante passa a fazer parte do processo de pesquisa, no que tange às informações prestadas e às variáveis adicionadas nesta pesquisa.

Figura 1 - Modelo Metodológico adotado



Fonte: Tachizawa (2010)

4 O ESTUDO DE CASO

A escolha da instituição para análise se deu de forma intencional, visto a importância desta, em Franca/SP, principalmente na região do Distrito Industrial, polo de maior concentração de empresas calçadistas na cidade de Franca. Além da importância da empresa mantenedora e o fato de ser uma empresa muito conceituada no cenário empresarial na cidade de Franca, há, também, o fato de seu Diretor Presidente ser uma pessoa muito atuante, como agente de mudança social em uma comunidade muito carente na cidade, o Jardim Aeroporto.

4.1. DADOS GERAIS DO INSTITUTO EM ESTUDO

Segundo entrevista realizada com a Assistente Social e Coordenadora do Núcleo de Educação Infantil Casal Tomas e Aparecida Novelino (NEI Novelino), o Instituto Democrata Responsabilidade Social e Cidadania é uma Instituição sem fins lucrativos. Foi fundada em 19 de abril de 2008 e está localizada na cidade de Franca, no Estado de São Paulo.

A história da Instituição se mistura com a história de seu fundador e Presidente da Calçados Democrata, que há muitos anos se dedica a trabalhos

sociais

Foi com esta ideologia que o Diretores da empresa decidiram fundar uma creche e com isto poder ajudar as famílias que moram e trabalham na região próxima ao Distrito Industrial, polo de maior concentração de empresas de calçados na cidade de Franca, a deixarem seus filhos em uma instituição séria, com pessoas treinadas e capacitadas, de maneira que pudessem cuidar da melhor forma possível destas crianças e, com isto, poderem se dedicar efetivamente ao trabalho diário.

O NEI Novelino, atualmente, recebe 216 crianças da cidade de Franca, que moram na região Oeste da cidade, ou de pais que trabalham na Indústria de Calçados de Franca, principalmente na região do Distrito Industrial.

Durante o dia, são servidas 05 refeições, sendo café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, preparadas seguindo toda a base alimentar necessária.

O corpo de funcionários do NEI Novelino conta hoje com 29 colaboradores, todos registrados conforme determina a Lei, nas seguintes funções:

- 01 Assistente Social
- 01 Secretária
- 02 Cozinheiras
- 02 Serviços Gerais
- 14 Educadoras formadas em Pedagogia
- 04 Estagiárias em Pedagogia
- 02 Auxiliares de Sala Infantil
- 01 Jardineiro
- 01 Psicóloga
- 01 Pedagoga

O NEI Novelino, recebe crianças que estão na faixa etária de 04 meses a 06 anos e 11 meses de idade, que permanecem o dia todo na instituição, entrando às 06h10 e saindo às 17h15, recebendo todos os cuidados que uma criança nesta idade precisa. Para além, todas as despesas na manutenção destas crianças são rateadas entre o Município de Franca e investimento do Instituto Democrata.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela realização desta pesquisa surgiu da constatação da dificuldade de famílias que possuem filhos, principalmente até a faixa etária de 06 anos de idade, em encontrar locais adequados para deixarem suas crianças e conseguirem exercer suas funções nas Indústrias de Calçados, localizadas, em especial, no Distrito Industrial de Franca/SP.

Em um país onde as condições de vida da população são precárias, os trabalhos prestados pelas entidades do terceiro setor são, em sua maioria, de grande impacto social, pois trazem melhoria na qualidade de vida de pessoas que não conseguem o devido acesso aos serviços públicos aos quais têm direito.

Os resultados encontrados com a pesquisa deste artigo foram os seguintes:

Dentro do primeiro objetivo específico que era pesquisar as origens do Terceiro Setor, constatou-se que as organizações do Terceiro Setor não pertencem nem ao Estado e nem ao mercado, atuam no domínio público, mas são idealizadas e sustentadas por interesse privado. Elas exercem um papel relevante no processo de transformação da sociedade, pois seu trabalho social contribui para um equilíbrio econômico e social das localidades onde estão instaladas.

Quanto ao segundo objetivo proposto, de descrever as informações obtidas em uma entidade do terceiro setor, constatou-se que a Instituição Núcleo de Educação Infantil Casal Tomas e Aparecida Novelino (NEI Novelino) atingiu resultados expressivos, visto que conseguiram ajudar as mais de 200 famílias que moram e trabalham na região próxima ao Distrito Industrial, oferecendo um local digno, com excelente estrutura e com profissionais capacitados a cuidar das crianças que ali passam o dia.

Dentro do terceiro objetivo específico deste trabalho, que era pesquisar os aspectos legais relativos ao Terceiro Setor, constatou-se que a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, que fundamenta o trabalho das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), traz uma série de artigos que deixam bem claro quais serviços as entidades podem realizar e se enquadrarem no conceito de Terceiro Setor.

Dentro do estudo da Lei 9.790/99, a instituição pesquisada se enquadra perfeitamente por estar ligada a “promoção da assistência social”.

Assim, com base no levantamento dos estudos bibliográficos, além dos resultados obtidos através da pesquisa de campo e, principalmente, pela relevância do tema da responsabilidade social, verifica-se que é importante avançar nos estudos sobre a aplicabilidade das práticas sociais e sobre os investimentos das empresas privadas no terceiro setor, pois este será um dos caminhos para o Brasil melhorar seu *déficit* social com a população, que merece e necessita.

Os resultados positivos da pesquisa de campo comprovam a valorização do trabalho social resultante do investimento na criação do Instituto Democrata na região do Distrito Industrial na cidade de Franca/SP, tendo em vista a quantidade e a qualidade dos serviços oferecidos a mais de 200 crianças e o impacto social gerado nas famílias assistidas por esta Instituição.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. **Parcerias sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES: UAB, 2009. 78p.

DUTRA, Ivan de Melo. **Terceiro Setor e Voluntariado: a busca por um desenvolvimento local, integrado e sustentável na Pastoral da Criança, em Curitiba**. R, 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – Centro Universitário Franciscano do Paraná - UniFAE, Curitiba, 2007.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** São Paulo: Thonson Learning, 1998.

FERNANDES, Rubem César. **O que é terceiro setor?** In: IOSCHPE, E. B. et al. (Orgs.) Terceiro setor: desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 25-35

Instituto Ethos de Responsabilidade Social. **Apresenta informações e artigos sobre Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: Out. 2017.

FISCHER, Rosa Maria – **Novas Dimensões da Responsabilidade Social: A Responsabilidade pelo Desenvolvimento**. São Paulo, 2011, p. 153

SALAMON, Léster. **Estratégias para Fortalecimento do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Coord.). Terceiro Setor e Desenvolvimento Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: GIFE, 1997. p. 89 a 112.

TACHIZAWA, T. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

UM ESTUDO ACERCA DA MEDIAÇÃO MANDATÓRIA COM O ADVENTO DO (NOVO)CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

A STUDY ON MANDATORY MEDIATION WITH THE ADVENT OF THE (NEW) CIVIL PROCEDURE CODE OF 2015.

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

ROCHA, William Albano.
Mestrando em Direito pela FCHS/UNESP, especializando em Direito Constitucional pelo CERS.
Advogado
williamtruce@hotmail.com

MARCONDES, Fernanda Cristina Barros
Bacharela e mestranda em Direito pela FCHS/UNESP.
Advogada.
fernandacbmarcondes@gmail.com

Resumo

O trabalho apresentará um estudo sobre a obrigatoriedade da mediação incidental como mecanismo de solução de conflitos. Nota-se que a mediação atualmente demonstra-se uma das principais medidas alternativas para a solução/resolução de conflitos, onde as partes envolvidas podem analisar suas atitudes e de uma forma colaborativa possam chegar a solução do litigio. Posteriormente será realizada uma breve diferenciação acerca da mediação e conciliação, através da definição posta pelo novo código de processo civil. É de suma importância o estudo que será realizado sobre o processo da mediação, bem como a interação do instituto com o processo judicial, a fim de observar as influências negativas e/ou positivas que se deram após o advento do novo código de processo civil, enfatizando, ainda, a obrigatoriedade da mediação com base no artigo 334 do NCPC. Algumas das referências utilizadas para o presente estudo são Fernanda Tartuce, Carlos Alberto de Salles, André Gomma de Azevedo. Desse modo, o método de levantamento de dados é o bibliográfico, o raciocínio utilizado para se chegar às conclusões é o dedutivo. O material demonstrará que a obrigatoriedade da mediação fere requisitos primordiais de tal instituto, violando princípios básicos, o que ocasiona uma contrariedade na verdadeira função desse processo de autocomposição.

Palavras-chave: mediação, obrigatoriedade, conflitos.

Abstract

The paper will present a study on the obligation of incidental mediation as a mechanism of conflict resolution. It is noted that mediation currently demonstrates one of the main alternative measures for conflict resolution / resolution, where the parties involved can analyze their attitudes and in a collaborative way can reach the solution of the litigation. Subsequently a brief differentiation will be made about mediation and conciliation, through the definition set by the new civil process code. Of great importance is the study that will be carried out on the process of mediation, as well as the interaction of the institute with the judicial process in order to observe the negative and / or positive influences that occurred after the advent of the new civil process code, emphasizing, the obligation of mediation based on article 334 of the NCPC. Some of the references used for the present study are Fernanda Tartuce, Carlos Alberto de Salles, André Gomma de Azevedo. Thus, the method of data collection is the bibliographic, the reasoning used to reach the conclusions is the deductive. The material will demonstrate that the compulsion of mediation violates the basic requirements of such an institute, violating basic principles, which causes a contradiction in the true function of this process of self-composition.

Keywords: mediation, compulsion, conflicts.

1 INTRODUÇÃO

O campo de resolução de disputas tem suas raízes multidisciplinares e variadas. A teoria da resolução de conflitos preocupa-se com a ampliação de conceitos, princípios e proposições para a resolução de conflitos e a melhoria da qualidade das relações humanas.

A mediação apresenta-se como um dos principais processos de autocomposição, pois as partes podem buscar a melhor solução para o conflito, através de um meio mais célere e eficaz.

Será analisado algumas das inquietações no que concerne a mediação incidental: Será que esta mediação mandatória funciona apenas como requisito para que se cumpra o devido processo legal? A confidencialidade está sendo garantida? É respeitado o princípio da celeridade e voluntariedade nesses casos?

O novo código de processo civil traz a regulamentação da mediação judicial colocando-a como uma etapa do processo. Far-se-á uma crítica acerca de tal mediação, apresentando que tal instituto, quando aplicado de forma impositiva afasta a voluntariedade, criando uma nova fase processual, contrariando o princípio da celeridade processual.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de dados da pesquisa utilizado foi o bibliográfico. O método de análise crítica da realidade abordada, então, será feito com a pesquisa bibliográfica amparada em livros, doutrinas, legislação, artigos, bem como qualquer tipo de bibliografia pertinente para o trabalho. O raciocínio utilizado na pesquisa pauta-se no dedutivo. Isto é, partindo-se do geral, analisa-se o particular.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 MEDIAÇÃO COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O conceito de conflito está interligado a todas as pessoas como algo negativo, diretamente ligado a ameaça de nos fazer perder o equilíbrio entre nossas forças. Para André Gomma de Azevedo (2013, p. 39), “o conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis”. Porém o conflito pode ocasionar mudanças e resultados que sejam positivos. Ainda ressalta o autor (2013, p.41) que “a possibilidade de se perceber o conflito de forma positiva consiste em uma das principais alterações da chamada moderna teoria do conflito”.

Segundo Coser (1956, p.154) o conflito pode se estruturar de forma coletiva ou individual, no qual indica que:

> Em grupos estruturados sobre laços frouxos e em sociedades abertas, o conflito, que busca a resolução de uma tensão antagonistas, provavelmente tem funções integradoras e estabilizantes para o relacionamento. Por permitir uma expressão direta e imediata de reclamações rivais, tais sistemas sociais conseguem reajustar suas estruturas eliminando as fontes de insatisfação. Os inúmeros conflitos experimentados podem servir para eliminar as causas de dissociação e restabelecer a unidade. Esses sistemas fazem uso, por meio da tolerância e da institucionalização do conflito, de um importante mecanismo estabilizante.

A mediação atualmente demonstra-se um dos principais meios alternativos de solução de conflitos, onde as partes envolvidas podem analisar seus problemas e de uma forma colaborativa chegarem a solução do litigio.

Mediação de conflitos, não se trata apenas em colocar as partes para conversarem, deve-se fazer o exercício da empatia, ouvindo a versão que outro tem sobre o conflito, a fim de se chegar a compreensão e disposição interna que seja positiva para ambas as partes.

A diferença que existe entre o processo e a mediação, é que o primeiro possui a lógica ganhador/perdedor, enquanto a mediação se propõem a restabelecer a comunicação entre os conflitantes, onde se trabalha com a lógica do ganhador/ganhador.

Tal como Warat (1998, p.5) relata “a mediação pode ser considerada como a forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal”.

Partindo da afirmação de que a mediação restabelece a comunicação entre os conflitantes e as reflexões sobre o determinado conflito, o que garante a cidadania através da busca alternativa da resolução de conflitos, Gozaíni (1995, p.71) afirma que:

> Mediar es interceder o rogar por alguien; también significa interponerse entre dos o más que riñen, procurando reconciliarlos y unirlos em amistad. Esta base superficial tomada de um dato etimológico nos permite ingresar em el modismo prometido por el instituto de la mediación. Em efecto, ya observamos de qué manera la figura se aproxima a la conciliación, y la causa por la cual se suelen confundir ambos sistemas de resolución de disputas.

Bacellar (1999, p.130) acredita que a justiça verdadeira pode apenas ser alcançada quando:

> Os casos se solucionam mediante consenso que resolva não só a parte do problema em discussão, mas também todas as questões que envolvam o relacionamento entre os interessados. Com a implementação de um “modelo mediacional” de resolução dos conflitos, o Estado estará mais próximo da conquista da pacificação social e da harmonia entre as pessoas.

Frisa-se que a mediação é um instrumento que não possui adversários, onde um terceiro que denomina-se mediador, em tese capacitado, diligente, imparcial, auxilia as partes a entenderem os conflitos existentes. Salienta-se que o mediador nada decide sobre o conteúdo deste problema, ele apenas viabilizará e estimulará a comunicação entre os conflitantes, buscando facilitar, colaborando para que haja um acordo mutuamente benéfico para ambas as partes.

Cabe aqui ressaltar que o código de ética elaborado pelo CONIMA (Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem), entre outras questões trata do papel do mediador no que tange ao processo, onde estabelece que o mediador deverá:

> **I** - Descrever o processo da mediação para as partes;
> **II-** Definir, com os mediados todos os procedimentos pertinentes ao processo;
> **III-** Esclarecer quanto ao sigilo;
> **IV-** Assegurar a qualidade do processo, utilizando todas as técnicas disponíveis e capazes de levar a bom termo os objetivos da mediação;
> **V-** Zelar pelo sigilo dos procedimentos, inclusive no concernente aos cuidados a serem tomados pela equipe técnica no manuseio e arquivamento dos dados;
> **VI –** Sugerir a busca e/ou a participação de especialistas na medida em que suas presenças se façam necessárias a esclarecimentos para a manutenção da equanimidade;

VII – Interromper o processo frente a qualquer impedimento ético ou legal;
VIII- Suspender ou finalizar a mediação quando concluir que sua continuação possa prejudicar qualquer dos mediados ou quando houver solicitação das partes;
IX- Fornecer às partes, por escrito, as concussões da mediação, quando por elas solicitado.

O mediador deve sempre buscar o equilíbrio para que as partes possam procurar uma solução que seja boa para ambas, devendo o mediador ser ético, imparcial, sigiloso. O mediador deve sempre informar aos conflitantes, no início da mediação, sobre as possibilidades e os recursos que as partes possuem no âmbito judicial, afim de compreenderem que estão fazendo uma opção da mediação, pois através dessa "adesão" o mediador têm a legitimidade necessária para conduzir o processo e não de buscar uma solução para os conflitantes.

A mediação passa por algumas fases, normalmente ajustadas pelas partes em conjunto com o mediador. Para Adolfo Braga e Lia Regina (2007, p.66-67), o processo da mediação se dá em sete fases "**Pré-mediação; início da mediação; investigação; agenda; criação de opções; avaliação das opções e escolha das opções".**

3.1.1 DIFERENÇA ENTRE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

O Novo Código de Processo Civil expressa positivamente os termos a fim de distinguir tais institutos. Fernanda Tartuce (2016. p.9), em consonância com o artigo 166, §3º e §4º do NCPC relata que "o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não tiver havido vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litigio, sendo vedado que se valha de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem".

Ainda prossegue a autora (2016. p.9) quanto a mediação "o mediador atuará preferencialmente nos casos em que tiver havido vinculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito[...]".

Ressalta-se que mesmo havendo essas diferenças apontadas pela doutrina, sobre a distinção dos mecanismos, tais diferenças ainda não são unanimes.

3.2 A OBRIGATORIEDADE DA MEDIAÇÃO INCIDENTAL

Após a criação do Novo Código de Processo Civil, houve muitas inclusões sobre a questão da mediação, o novo código, exige que o autor indique na petição inicial se deseja ou não encaminhar o conflito à mediação ou conciliação.

Contudo se tal decisão não estiver presente/expressa, o juiz, então, determinará que o autor a emende ou a complete no prazo de 15 dias (artigo 319 c/c 321 do NCPC). Ainda, o §5º do artigo 334 fixa que o réu deverá manifestar o seu desinteresse em participar da audiência de mediação, em petição escrita, ao menos 10 dias antes do dia designado para a audiência.

O artigo 334, §4º, incisos I e II do novo código de processo civil, deixa bem claro que apenas não será designada a audiência, caso ambas as partes manifestem – expressamente - o desinteresse ou se a natureza da causa inadmitir a autocomposição.

Para Karime Silva Siviero (2015, p. 5):

> Isso significa que embora a norma processual inclua a autonomia da vontade no rol de princípios informadores da mediação, o que ela faz em seguida é esvaziar- lhe o sentido. A primeira impressão transmitida pela leitura do artigo 334 é a de que a mediação foi pensada para servir como obstáculo ao exercício legítimo do direito de ação, atendendo aos propósitos de celeridade do Judiciário – beneficiado com o filtro de admissibilidade das demandas recém-instituído – e aos litigantes de má-fé interessados na procrastinação do julgamento da lide.

É inquestionável que o referido artigo apresenta um obrigatoriedade disfarçada de anuência pelas partes. Segundo Siviero (2015, p.6) "a verdade é que o Código introduziu no sistema jurídico uma espécie de obrigatoriedade mitigada para o processo de mediação, *i.e.,* uma obrigatoriedade presumida e que somente pode ser elidida por meio da anuência concreta dos litigantes".

Indaga-se sobre a obrigatoriedade da mediação no que concerne à constitucionalidade dos dispositivos que impõe a restrição ao acesso ao Poder Judiciário, pois caso não seja comprovado à tentativa de conciliação entre as partes, haveria uma violação ao direito de ação previsto constitucionalmente, bem como violaria o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário.

Sobre o processo de instauração da mediação incidental obrigatória além de afastar a voluntariedade do instituto, cria-se uma nova fase processual, o que claramente contraria o princípio da celeridade processual, um dos pontos mais importantes na utilização de meios alternativos de solução de conflitos, uma vez que suspenderia o processo para a realização da mediação e, posteriormente finalizada a mediação, o processo tem seu prosseguimento.

Isso claramente contradiz com a função jurisdicional em promover a justiça de maneira célere, além de ir em sentido contrário no que concerne a voluntariedade das partes em optar ou não pelo uso do instituto.

Os defensores da teoria pura da mediação tem um posicionamento muito crítico em relação a mediação obrigatória, pois alegam que os princípios como o da voluntariedade, autonomia das partes, bem como a confidencialidade são distorcidas com tal modalidade, além de frisarem que os tribunais poderão ter acesso às informações adquiridas por alguns mediadores, o que contrária veemente o princípio da confidencialidade.

No Brasil uma das grandes dificuldades sobre a mediação obrigatória é a inafastabilidade da jurisdição, expressamente resguardada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, XXXV. Gabbay (2011, p.85/86) ressalta que:

> [...] Analisando a hipótese de a mediação ou conciliação serem obrigatórias, como um pré-requisito para o acesso ao Judiciário, este autor traz à tona os requisitos que hoje já existem para o exercício do direito processual de ação: os pressupostos processuais e as condições da ação. Considera que estes

> requisitos não seriam ontologicamente diferentes daqueles que poderiam ser estabelecidos em relação aos meios alternativos de solução de controvérsias, condicionando o acesso ao Judiciário à prévia realização de mediação, mas em todo caso está em jogo matéria política a ser definida pelo legislador *(apud SALLES, CARLOS ALBERTO de, p. 779-780/782-783)*.

Fátima Nancy Andrighi, baseou-se em experiências de outros países que adotam como modelo a mediação obrigatória, e relata que pode haver uma "mutação constitucional para que se possa superar a questão da inafastabilidade de apreciação pelo Poder Judiciário", seu posicionamento faz uma reflexão no sentido de adotar a mediação obrigatória, mesmo que seja um passo longo, no que tange aos desafios constitucionais, vez que tal mecanismo poderia resgatar a dignidade do Poder Judiciário. (ANDRIGHI, apud TARTUCE, 2008, p. 245)

De acordo com a autora, por mais que no início haja uma resistência entre as partes em aceitarem e adotarem o procedimento, com o passar dos anos as mesmas irão adotar a essa nova técnica consensual.

Porém, nos países em que se tem respeitado a voluntariedade das partes, os números de acordos acabam sendo bem maiores, pois visam de maneira diferenciada a resolução dos conflitos pela via consensual.

Cabe relatar a experiência de outros países que priorizam a vontade das partes em consentir a mediação, destaca-se a experiência canadense:

> Em Quebec, no Canadá, foi instituído um serviço de pré-mediação obrigatório na apreciação dos conflitos familiares. Por meio de uma palestra, que dura menos de uma hora, a atividade de pré-mediação provê aos interessados informações sobre tal técnica conciliatória e seu respectivo procedimento. Após certo prazo, as partes optam se utilizarão ou não tal mecanismo. (VEZZULLA, Juan Carlos. apud TARTUCE, Fernanda. 2008, p. 244)

A obrigatoriedade da mediação, não condiz com os objetivos e o direcionamento do método consensual de solução de conflitos. Para Juan Carlos Vezzulla:

> […] A voluntariedade é nota essencial da mediação, dado que está só pode ser realizada se houver aceitação expressa dos participantes; estes devem escolher o caminho, o início e as interrupções do processo de mediação. Assim, mesmo nos sistemas jurídicos no quais se exige passar por uma sessão de mediação (ou pré-mediação), como requisito para a apreciação da demanda, a obrigatoriedade não ultrapassa a primeira sessão: nesta, as partes podem manifestar sua negativa em iniciar a mediação ou optar por interrompê-la sempre que desejarem (apud TARTUCE, Fernanda. 2008, p. 242-243).

A autonomia, bem como a liberdade são requisitos primordiais para a mediação. Não se pode atuar com uma "lógica de julgamento formal" onde há imposição de resultado pela autoridade estatal. Como bem lembra Fernanda Tartuce (2016, p.8), "a lógica conciliatória demanda o reconhecimento da dignidade e da inclusão de todos,

rechaçando condutas autoritárias por força do respeito recíproco que deve pautar a atuação dos participantes".

Infelizmente alguns magistrados ainda não possuem esse entendimento acerca do instituto, buscando descartá-los e fazendo prognósticos ameaçadores. O que gera uma desconfiança e uma negatividade tanto do poder judiciário quanto das vantagens dos meios alternativos consensuais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação atualmente demonstra-se como um dos principais meios alternativos para solução de conflitos. O instituto está ganhando espaço e viabilizando soluções amigáveis entre as partes, sem que haja um conflito que se estenda no judiciário por anos, o que geraria sofrimentos e mal-estares.

O novo Código de processo civil traz, expressamente, em seu artigo 166, nos parágrafos 3º e 4º, as principais diferenciações acerca da mediação e conciliação, contudo mesmo com as diferenças apontadas, estas ainda não são unânimes.

Após uma grande espera o Novo Código de Processo Civil trata do instituto em diferentes dispositivos, trazendo a mediação no âmbito judicial - o que intriga e gera a análise deste artigo - pois a obrigatoriedade da mediação em determinados casos, contrariam requisitos fundamentais do instituto, como a autonomia das partes em optarem ou não pelo uso da mediação, a celeridade dos processos, por exemplo.

Claro que essa visibilidade dada pelo novo código, promove o instituto e o insere deveras no processo judicial, a fim de contribuir para "desafogar" o andamento de milhares de processos. Contudo deve-se atentar aos princípios e respeitá-los, vez que a mediação não deve ser utilizada como mera técnica judicial e sim, como um processo de harmonização, compreensão, onde as partes devam decidir qual o melhor caminho a ser seguido.

Ainda há muitas inquietações quanto a incorporação do Poder Judiciário. A obrigatoriedade da mediação, bem como a exigência da imparcialidade do mediador, por exemplo, comprometem a credibilidade da mediação a ser realizada no judiciário.

Cabe - se notar que o estimulo da mediação necessitará ser bem criterioso e que as partes devem ser esclarecidas acerca dos ganhos por meio do instituto da mediação, mas não devem sofrer, em nenhuma circunstância, imposição do judiciário a fim de participarem do processo alternativo de solução de conflitos.

Como bem Lembra Tartuce (2016, p.16):

> Espera-se que, com o advento do novo Código, a atenção dos operadores e dos gestores da Justiça seja focada na gestão dos conflitos com qualidade; a mediação tem tudo para, nesse contexto, ser uma valiosa ferramenta para dar voz e vez a protagonistas de conflitos dispostos a investir produtivamente em um novo roteiro para suas histórias.

Ainda há muito o que se percorrer para que todos entendam a relevância da construção de consensos para a pacificação social, porém por mais que ainda há uma

dificuldade nos “ajustes” de tal instituto no âmbito judicial, frisa-se que a justiça brasileira já começou a aderir ao uso do instituto a fim de sair do campo meramente técnico, permitindo novos olhares acerca das meios alternativos de solução de conflitos, em destaque: a mediação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Gomma de (org.). **Manual de Mediação Judicial**. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Brasília/DF: 2013.

AZEVEDO, André Gomma de. **Autocomposição e processos construtivos: uma breve análise de projetos piloto de mediação forense e alguns de seus resultados**. In: AZEVEDO, André Gomma de (org). Estudos *em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2004. v. 3.

BACCELLAR, Roberto Portugal. **A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos.** Revista de processo, São Paulo, v. 24, n. 95, p. 122-134, jul. / set.1999.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

COSER, L. **The function of social conflict**. Glencoe, Ill: Free Press. 1956.

DEUTSCH, Morton. **The resolution of conflict: constructive and destructive processes**. New Haven and London: Yale University Press, 1973. Pp. 1-32; 349-400. Traduzido por Arth ur Coimbra de Oliveira e revisado por Francisco Schertel Mendes, ambos membros do Grupo de Pesquisa e Trabalho em Mediação, Negociação e Arbitragem.

GABBAY, Daniela. Mediação e Judiciário: **Condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos**. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde.../Daniela_Monteiro_Gabbay.pdf > *Acesso em: 12 out. de 2017.*

GOZAÍNI, Osvaldo A. **Formas Alternativas para la resolución de conflitos**. Buenos Aires: Delpalma, 1995.

SALLES, Carlos Alberto de. **Mecanismos Alternativos de Solução de Controvérsias e Acesso à Justiça: a inafastabilidade da tutela jurisdicional recolocada**. In: FUX, Luiz; NERY JR, Nelson, WAMBIER, Teresa (Org). Processo e Constituição: Estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: RT, 2006.

SIVIERO, Karime Silva. **Aspectos Polêmicos da Mediação Judicial Brasileira: uma análise à luz do novo código de processo civil e da lei de mediação**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação. Rio Grande do Sul.2015.

TARTUCE, Fernanda. ***Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos***. In Novas Tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. Org.: Freire, Alexandre; Medina, José Miguel Garcia; Didier Jr, Fredie; Dantas, Bruno; Nunes, Dierle; Miranda de Oliveira, Pedro. Disponível em <www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora> Acesso em 14 out. de 2017.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2008.

VEZZULLA, Juan Carlos, ***A Mediação. O Mediador. A Justiça e Outros Conceitos***, In OLIVEIRA, Ângela (coord.), *Mediação: métodos de resolução de controvérsias,* nº 1, São Paulo: Ltr, 1999.

WARAT, Luis Alberto. **Em nome do acordo a mediação no direito**. Santa Catarina:1998.

YARN, Douglas H**. Dictionary os Conflict Resolution**. São Francisco: Ed Jossey Bass, 1999.

.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

UM ESTUDO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DO PRESENCIAL: UMA ANÁLISE PARA A ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

A STUDY OF DISTANCE AND PRESENCE EDUCATION STUDENTS: AN ANALYSIS FOR THE AREA OF ADMINISTRATION

Sessão temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. 1. 5: Educação e Desenvolvimento

MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Mestre em Economia
fernandinafernandes@yahoo.com.br

Resumo

Neste trabalho pretendeu-se analisar o desempenho dos alunos no curso de graduação em Administração, nas modalidades de Educação a Distância e Educação Presencial, usando os dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Ao utilizar dados do ENADE e do Censo da Educação Superior, juntou-se os dois bancos de dados obtendo as variáveis relevantes para o estudo. A nota geral do desempenho dos estudantes, bem como modalidade de ensino que esses estudantes cursaram a graduação de Administração, nortearam todo o estudo. Os resultados mostraram que quem cursou o ensino presencial teve uma nota final melhor do que o estudante da modalidade a distância. Essa diferença na nota se alterou conforme incluía-se mais variáveis explicativas nos modelos. Para o curso de Administração a diferença entre as notas finais foram maiores do que 5%, quando comparado o ensino a distância e presencial.

Palavras-chave: Educação presencial, Educação a distância, Desempenho.

Abstract

In this work we intend to analyze the performance of students in the undergraduate program in Administration, in the modalities of Distance Education and Presential Education, using data from the Higher Education Census and the National Student Performance Examination. When using data from the ENADE and the Census of Higher Education, the two databases were joined, obtaining the relevant variables for the study. The general note of the students' performance, as well as the modality of teaching that these students attended the graduation of Administration, guided the whole study.The results showed that those who attended the face-to-face teaching had a better final grade than the distance-learning student.

This difference in the grade changed as more explanatory variables were included in the models. For the Administration course, the difference between the final grades was greater than 5%, when compared to distance and face-to-face teaching.

Keywords: Face-to-face education, Distance education, Performance.

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância, modalidade de ensino que cresce com muita rapidez, impulsionada pelos avanços tecnológicos da comunicação, está ganhando cada vez mais espaço no cenário atual.

Conforme dados do Ministério da Educação (MEC), das 3,3 milhões de matrículas no ensino superior, entre os anos de 2003 e 2013, aproximadamente um terço representava os cursos a distância, sendo a maior parte na rede privada de ensino. Em 2003 o total de alunos na EaD era de 49.911 e o número pulou para 1.153.572 em 2013. Já em 2014, conforme dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), o total de matriculados excedia 3,8 milhões.

O aumento da oferta de cursos utilizando a modalidade EaD, demonstra que essa modalidade de ensino se adapta as diferentes realidades dos alunos que buscam uma modalidade diferente da presencial, formando um público específico na EaD. Tendo em vista a qualidade do processo de educação à distância, decretos, leis e portarias, são constantemente criados, avaliados e atualizados.

O estudo sobre a legislação da EaD no Brasil é fundamental para conhecer aspectos legais dessa modalidade de ensino, ao longo da história brasileira. Conforme apontado por Martins (2005, p.55), “ao longo das décadas de 1970 e 1980, o Governo Federal criou várias comissões ou grupos de trabalho para discutir a questão do Ensino a Distância no Brasil”.

No governo Sarney, um grupo de trabalho elaborou um documento implantando alguns critérios da EaD, como por exemplo, a necessidade de fazer um levantamento da demanda real de necessidades, a ser atendida pela EaD (Martins, 2005).

O decreto nº. 5.622, de 20 de dezembro de 2005, regulamentou o Art. 80 da LDB de 1996, que caracteriza a EaD e apresenta a seguinte definição para a modalidade:

> Art. 1º (...) caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) proporcionou uma base legal à Educação a Distância. Foi sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996 por meio da Lei Federal nº. 9.394 e agregou melhorias para a modalidade no artigo de nº. 80:

> O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.
> §1º - A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

> §2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas relativos a cursos de educação a distância.
> §3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para a sua implantação, caberão aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (...)

A EaD vem crescendo quase que instantaneamente no decorrer dos últimos anos, e, com ela, as expectativas e necessidades dos alunos que utilizam essa modalidade de ensino, uma vez que a maioria faz parte do universo da tecnologia, por serem nativos ou imigrantes digitais.

O modelo EaD que predomina atualmente, caracterizado pelo uso das TIC's, como também o crescimento dessa modalidade no contexto brasileiro, são os aspectos que delinearão a questão dessa pesquisa, explorando os indicadores pertinentes. Ou seja, será que os alunos da EaD têm desempenho diferente dos alunos pertencentes a modalidade presencial? Essa discussão é importante para a análise do desempenho dos estudantes que concluem o nível superior, mas precisamente os alunos do curso de Administração.

A justificativa desse trabalho norteia o fato de que Educação a Distância, é um tema cada vez mais analisado em estudos empíricos internacionais, mas que ainda necessita de pesquisas no Brasil, principalmente na análise das características individuais dos estudantes, localização geográfica das instituições de ensino e as notas finais nos exames que medem o desempenho dos estudantes.

O objetivo geral da pesquisa será analisar o desempenho dos alunos no curso de graduação em Administração nas modalidades de Educação a Distância e Educação Presencial, usando os dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

O artigo está dividido em mais cinco seções além desta introdução. A segunda seção descreve a revisão da literatura. A terceira seção discute os dados utilizados no exercício empírico. A quarta seção discute a metodologia empregada. A quinta seção mostra os resultados obtidos. E, por fim, a sexta seção tece os comentários finais.

2 Revisão Bibliográfica

No Brasil o assunto Educação a Distância é pouco explorado, principalmente a análise do desempenho dos alunos dessa modalidade. Na literatura, existem vários estudos comparativos que analisam se o desempenho do aluno de educação a distância é melhor ou pior do que na educação presencial. Algumas análises concluíram que os cursos de educação a distância são tão efetivos quanto os cursos presenciais.

O trabalho de Russell (1999), é um estudo muito citado na literatura sobre educação a distância. O autor coletou 355 estudos, aplicados entre 1928 a 1998, que comparavam desempenho acadêmico de alunos em cursos oferecidos a distância ou não, e abrangeram todos os níveis acadêmicos. O pesquisador compilou os estudos e concluiu que 90% dos estudos não mostraram diferenças significativas entre educação a distância e educação presencial no desempenho dos alunos. O autor concluiu também que não existia nada específico à modalidade ou à tecnologia utilizada que explanasse efeitos de melhorias ou prejuízo para o desempenho nos cursos EaD.

O estudo realizado por Shachar e Neumann (2010), consistiu em um estudo de meta análise que estimou e comparou as diferenças entre o desempenho acadêmico de estudantes matriculados em cursos de educação a distância, em relação aos inscritos na educação presencial. O objetivo do trabalho foi verificar o desempenho dos alunos no curso a distância era melhor do que o ensino tradicional presencial.

Os autores utilizaram as notas obtidas no final do curso entre os anos de 1990 a 2009. O estudo foi dividido em 4 subperíodos distintos: período I: 1991 a 1998, período II: 1999-2000, período III: 2001 a 2002 e períodos IV: 2003 a 2009. Foi analisado um total de 125 estudos abrangendo cerca de 20.800 alunos, sendo 11.500 do ensino presencial e 9.300 do ensino a distância. Os estudantes analisados foram divididos em três diferentes níveis de educação, sendo bacharelado, licenciatura e pós-graduação, com uma porcentagem maior de estudantes do bacharelado.

Entre os resultados encontrados pelos autores, o que merece maior destaque é que em 70% dos casos analisados, os alunos que frequentaram os cursos na modalidade a distância apresentaram um desempenho melhor do que os alunos que cursaram o ensino presencial tradicional. As descobertas desse estudo enfatizam que a probabilidade de alcançar melhores resultados de aprendizagem é maior no ambiente on line no que no ambiente presencial.

Nesta mesma linha, outro trabalho na literatura internacional relevante foi escrito por Phipps e Merisotis (1999). O estudo teve como objetivo examinar detalhadamente a eficácia do ensino a distância. Os autores queriam mostrar que os alunos de ensino a distância apresentavam notas semelhantes ou iguais aos alunos do ensino presencial. Para tanto, utilizaram uma amostra com 40 estudos compostos por artigos, ensaios e outras atividades.

Após a aplicação dos testes com a amostra selecionada pelos autores, eles concluíram que, independentemente da tecnologia utilizada, os cursos da modalidade a distância se comparam favoravelmente com o ensino presencial e a satisfação dos alunos é maior nessa modalidade. [1]

Os estudos de Bernard et al. (2004) e Zhao et al., (2004), mostraram uma tendência à resultados mais positivos para os alunos de educação a distância do que os alunos da modalidade presencial, na medida que o tempo vai passando e ocorre a expansão da EaD.

Bernard et al. (2004) revisaram a literatura de estudos empíricos entre 1985 e 2002 para investigar a eficácia da educação a distância com a educação da sala de aula. Para isso, eles analisaram 232 estudos em todos as etapas de ensino, incluindo métodos de avaliação e medidas de resultados. Os autores encontraram um efeito pequeno, mas significativo, favorecendo a educação a distância nos resultados gerais da realização da pesquisa.

A literatura também traz autores que discordam da semelhança de aprendizagem entre os alunos da EaD e alunos do presencial. O trabalho de Morrison et al. (2010) encontrou diversas restrições na educação a distância. Por

[1] Essas análises podem ser vistas em Allen, Bourihis, Burrell e Mabry (2002); Cavanaugh (2001); Machtmes e Asher (2000) e Mayzer e Dejong (2003). Todos esses estudos mostraram que a aprendizagem dos alunos da educação a distância é praticamente igual ao conhecimento assimilado no ensino presencial.

exemplo, a educação a distância necessita de muitos recursos tecnológicos, como áudio e vídeos, e esses recursos causam certa distração nos alunos.

Outra restrição encontrada é a limitação do ambiente de aprendizagem, que não avança como na sala de aula presencial. Durante as interações entre o aluno e o professor virtual, os interesses de aprendizagem podem diminuir. Da mesma forma, o custo dos recursos e equipamentos fundamentais na EaD, não é acessível para algumas escolas ou alunos. Por fim, outro resultado encontrado foi que a taxa de abandono escolar dos alunos da EaD é maior do que a educação presencial.

Medir a eficácia da educação a distância em apenas um estudo não é fácil, pois existem diversas tentativas de resumir a pesquisa desse assunto apenas apontando problemas, como o antagonismo dos pesquisadores e a subjetividade de resolver problemas pontuais que essa modalidade poderá apresentar.

Machado (2014) apresentou um trabalho que teve como objetivo relacionar a satisfação do estudante com a modalidade de ensino a distância, e o seu desempenho acadêmico nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, para o ano de 2012, usando dados do ENADE. O autor fez uso de um aparato econométrico para analisar as variáveis que atendessem o seu objetivo. A hipótese inicial do estudo era de encontrar uma relação positiva da satisfação do aluno da EaD com o seu desempenho acadêmico.

O resultado do trabalho de Machado (2014) mostrou que os alunos da modalidade a distância estavam interessados em buscar um ensino de qualidade, e, ao mesmo tempo, não ficar dentro de uma sala de aula por um período determinado. O autor encontrou uma relação positiva dos alunos da educação a distância e o desempenho acadêmico obtido por eles.

Os estudos apresentados fizeram uma análise comparativa da educação a distância com a educação presencial, mas deixaram uma lacuna a ser preenchida. As diferenças individuais dos alunos podem influenciar os resultados dessas comparações.

As características individuais são, por exemplo, gênero, idade, fatores socioeconômicos e localização geográfica. Os estudos referentes ao EaD poderiam avançar mais em pesquisas sobre essas diferenças individuais e como interpretá-las com êxito.

Sendo assim, esse estudo se propõe a verificar algumas características individuais e socioeconômicas, que possibilitam um melhor entendimento da comparação das notas dos alunos da modalidade presencial e EaD.

3 DADOS

3.1 Dados da Pesquisa

As informações utilizadas neste trabalho provêm do ENADE e do Censo da Educação Superior do ano de 2015.

A partir dos dados obtidos no ENADE e no Censo da Educação Superior, será possível obter as informações sobre o desempenho dos indivíduos medido por meio das notas do ENADE. Também é possível obter informações sobre a idade dos indivíduos, a escolaridade dos pais, a renda familiar, a região da Instituição de Ensino e a categoria administrativa da Instituição de Ensino para identificar se é Pública ou Privada.

3.2 Variáveis utilizadas

As variáveis usadas para as estimações dos modelos para os dois cursos podem ser visualizadas a seguir:

Variável Dependente	
Nota bruta da prova – média ponderada da formação geral (25%) e componente específico (75%) (0 a 100) - ENADE	nt_ger
Variáveis Explicativas	
Indica se o curso é presencial ou a distância (Censo da Educação Superior)	co_modalidade 1= distância e 0 = presencial
Código da IES (ENADE)	co_ies
Idade do inscrito na prova do ENADE	nu_idade
Dummy para identificar se o inscrito é homem ou mulher (ENADE)	masculino e feminino
Região do funcionamento do curso (ENADE)	1 norte; 2 nordeste; 3 sudeste; 4 sul e 5 centro oeste
Escolaridade do pai: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior (ENADE)	EFpai, EMpai e ESpai
Escolaridade da mãe: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior (ENADE)	EFmae, EMmar e ESmae
Renda Total da família dos estudantes, incluindo o rendimento do estudante (ENADE)	Renda 1, renda 2, renda 3, renda 4, renda 5, renda 6 e renda 7[2]
Categoria Administrativa da Instituição de Ensino (Censo da Educação Superior)	publico e privado

Conforme a disposição das variáveis, nota-se que é possível identificar se o curso é oferecido na modalidade a distância ou na forma presencial por meio da variável contida no banco do Censo da Educação Superior. Já a variável dependente nt_ger, e as variáveis explicativas, exceto a variável categoria administrativa da instituição de ensino, pertencem ao banco do ENADE. Dessa maneira, para unir os dois bancos de dados foi necessário realizar um *merge*[3] usando a variável co_curso, que é comum nos dois bancos.

O banco de dados mestre é composto pelos microdados do ENADE e o banco de dados secundário são os dados do Censo da Educação Superior. Antes de executar o *merge* manteve-se no banco secundário apenas o curso de Administração, uma vez que os demais cursos não são de interesse desse estudo.

Os resultados do *merge* para o curso de Administração estão dispostos na tabela 1:

Tabela 1: Resultado do *merge* usando a variável co_curso

	Administração - 2015
From máster ==1	399.884
From using ==2	345
Matched ==3	149.603

[2] Os valores correspondents a cada estrato de renda: a) renda 1- até 1,5 salário mínino; b) renda 2 – de 1,5 a 3 salários mínimos; c) renda 3 – de 3 a 4,5 salários mínimos; d) renda 4 – de 4,5 a 6 salários mínimos; e) renda 5 – de 6 a 10 salários mínimos; f) renda 6 – de 10 a 30 salários mínimos; g) renda 7 – acima de 30 salários mínimos.

[3] A variável "_merge" é criada automaticamente pelo Stata e pode assumir os seguintes resultados:
_merge=1observações somente do banco de dados mestre (*master data*)
_merge=2observações somente do banco de dados secundário (*using data*)
_merge=3observações dos dois bancos (*master* e *using*)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do ENADE e do Censo da Educação Superior no ano de 2015

O valor encontrado no resultado *from máster* corresponde aos dados pertencentes ao banco do ENADE. O resultado *from using* é a quantidade de observações que estavam no banco do Censo da Educação Superior mas que não encontrou uma combinação com os dados do banco mestre. O valor encontrado na variável *matched* mostra que existe uma correspondência entre os dois bancos de dados, e essa combinação exibe o total de observações que foram mantidas para a estimação dos modelos do estudo.

4 METODOLOGIA

Tal como discutido na introdução, o objetivo do artigo é analisar o desempenho dos alunos no curso de graduação em Administração, nas modalidades de Educação a Distância e Educação Presencial. Especificamente, busca-se investigar as diferenças de desempenho dos alunos nas duas modalidades de ensino.

As estimativas do artigo concentram-se nas variáveis já apresentadas na seção variáveis utilizadas. Antes da apresentação dos procedimentos estatísticos, é importante que se discuta a estratégia de identificação adotada.

4.1 Estratégia de Identificação

A estratégia de identificação utilizada no artigo consiste em comparar as notas dos alunos que cursaram educação a distância com as notas dos alunos que fizeram o curso presencial.

O cenário ideal para se verificar o impacto de um tratamento sobre um indivíduo seria a possibilidade de observar esse mesmo indivíduo na ocasião de não ter sido submetido a tal tratamento, e assim comparar o resultado de interesse entre as duas situações. Nesse estudo, o tratamento seria o aluno fazer o curso a distância, mas, não é possível observar um resultado de interesse para o mesmo indivíduo caso ele tivesse cursado o ensino presencial.

Na literatura de avaliação de políticas é mostrado a importância de um grupo de controle adequado para estabelecer o contra factual do grupo de tratamento. Em geral, é discutível se grupos de controle e de tratamento responderiam de maneira igual na ausência da intervenção. É necessário então eleger um grupo de controle que represente os alunos que cursaram a EaD na ausência de tratamento, e esse grupo de controle será composto por alunos que fizeram o ensino presencial.

Geralmente a Instituição de Ensino que oferece os cursos na modalidade presencial, tendem a oferecer os mesmos cursos a distância. Partindo desse pressuposto, esse trabalho investigou as Instituições de Ensino que ofertaram vagas no curso de Administração na modalidade presencial e a distância ao mesmo tempo, ou seja, a Instituição de Ensino assumiu um efeito fixo nos modelos estimados.

Nesse estudo considerou-se a hipótese que a qualidade da instituição é a mesma para as duas modalidades e que os professores ou tutores são os mesmos. Dessa forma, é possível isolar a qualidade da instituição e a qualidade dos professores do resultado do desempenho dos alunos.

Assim fica evidente que o elemento que separa essas duas modalidades de ensino é a tecnologia utilizada em cada uma delas, pois os alunos, tanto na modalidade a distância quanto do presencial, têm os mesmos professores e estão

na mesma instituição de ensino.

O ambiente inovador da EaD torna-se um agente de mudanças e transformações das práticas pedagógicas, onde o aluno é orientado para investir em sua formação, apropriando-se de conhecimentos, formando uma rede colaborativa, em que os aspectos da interatividade são reforçados e a autonomia valorizada consideravelmente.

4.2 Exercícios Econométricos

Não será desenvolvido um modelo teórico nesse estudo, e sim uma equação na forma reduzida que mostre o desempenho dos alunos que fizeram EaD comparado com o desempenho dos alunos que cursaram a educação presencial.

A análise incide em uma metodologia de avaliação econômica e o grupo denominado de grupo de tratamento são os alunos que fizeram o ensino superior na modalidade a distância. Nesse trabalho foram realizados seis exercícios econométricos.

No primeiro exercício estimou-se um modelo sem as variáveis explicativas, consistindo um teste de média para verificar a diferença de média entre os alunos que cursaram EaD e os alunos do ensino presencial. Nessa regressão utilizou-se a variável dependente com a variável co_modalidade, identificando a relação entre as notas dos estudantes conforme a modalidade cursada.

No segundo exercício a regressão é feita utilizando o modelo de efeitos fixos. Esse modelo consiste basicamente na estimação de mínimos quadrados ordinários. Nessa etapa, para captar os efeitos de cada indivíduo dentro da mesma instituição, foi necessário criar uma variável id que identificou cada estudante no banco de dados.

Conforme já exposto, a mesma Instituição de Ensino oferece o curso de Administração nas modalidades presencial e a distância, e considerou-se a hipótese que a qualidade da instituição é a mesma para as duas modalidades e que os professores ou tutores são os mesmos. Para tanto, nesse modelo a variável co_ies terá o efeito fixo, ou seja, a comparação é feita entre os alunos da mesma instituição.

No terceiro exercício econométrico, a estrutura do modelo regressão é a mesma do exercício anterior, mas agora com a inserção de controles para as características individuais dos estudantes. Essas características incluem as variáveis nu_idade e feminino.

Já no quarto exercício, a estrutura do modelo de regressão é a mesma do exercício anterior, mas com a inclusão de características socioeconômicas: escolaridade do pai e da mãe e a renda familiar.

A variável da região de funcionamento do curso, é relevante para o estudo para conhecer a distribuição da oferta de cursos em cada região do país.

No entanto, no modelo de efeitos fixos ao inserir todas as regiões ao mesmo tempo na regressão, o resultado não seria consistente, pois as regiões apresentariam um efeito fixo com relação a localização que as Instituições de Ensino estão localizadas.

Dessa forma, o quinto exercício consistiu em utilizar o modelo do quarto exercício e inserir filtros para cada região do país, totalizando cinco modelos. Adotando esse método os resultados foram consistentes para as regiões.

Por último, o sexto exercício utilizou o modelo do quarto exercício, inserindo a

categoria administrativa da Instituição de Ensino, identificando se é uma Instituição pública ou privada, bem como a análise dos desempenhos dos estudantes nessas duas categorias.

5. RESULTADOS

Os principais resultados para o primeiro, segundo e terceiro exercício podem ser visualizados na Tabela 2.

Tabela 2: Coeficientes dos exercícios 1 e 2

Variáveis	Exercício 1		Exercício 2		Exercício 3	
	coeficiente	p>(t)	coeficiente	p>(t)	coeficiente	p>(t)
co_modalidade	-5,2062 (0,0872)	0,000	-3,9974 (0,0476)	0,000	-3,4799 (0,1852)	0,000

Valores entre parênteses representam o erro padrão.

É válido ressaltar que para o exercício a variável co_modalidade assume 1 quando o curso é a distância e 0 quando o curso é presencial, assim como mostrado na descrição das variáveis. O resultado encontrado no exercício 1 mostra que existe diferença entre as notas dos alunos das duas modalidades de ensino. Nesse caso o desempenho do aluno do ensino a distância é 12% menor do que o estudante do ensino presencial.

Os resultados do exercício 2, incluindo o efeito fixo com a variável co_ies, e comparando os alunos da mesma instituição de ensino que oferece as duas modalidades, a diferença foi menor daquela encontrada no exercício 1. O desempenho do aluno da EaD é 9,38 % menor do que o aluno presencial.

No exercício 3, com a inserção de variáveis explicativas com as características dos indivíduos, o resultado foi diferente dos exercícios anteriores. A diferença entre as duas modalidades diminuiu. O desempenho do estudante que cursou a graduação a distância foi 7,6% a menos comparado com o aluno que cursou na forma presencial.

A Tabela 3 apresenta os resultados do exercício 4, que contempla o exercício 3 mais as variáveis explicativas da escolaridade dos pais e da renda familiar.

Tabela 3: Coeficientes do exercício 4

Variáveis	Coeficiente	p>(t)
co_modalidade	-3,1637 (0,1851)	0,000
nu_idade	-0,4693 (0,3166)	0,000
feminino	-1,5797 (0,0660)	0,000
Emmae	0,0757 (0,0762)	0,000
Esmãe	0,1429 (0,1115)	0,200
Empai	-0,1098 (0,0775)	0,156
Espai	-0,2063 (0,1121)	0,066
renda 1	-3,0558 (0,1276)	0,000

renda 2	-1,9211 (0,0977)	0,000
renda 3	-1,1304 (0,0977)	0,000
renda 4	-0,7923 (0,1075)	0,000

Valores entre parênteses representam o erro padrão.

Com a inserção de variáveis socioeconômicas o coeficiente da variável co_modalidade diminuiu com relação ao exercício 3. O resultado negativo indica que o desempenho do estudante do EaD é menor do que o presencial, a diferença é de 5,95% com relação a nota de desempenho médio.

A variável nu_idade, que representa a idade dos estudantes, mostra que a nota dos alunos aumenta juntamente com a idade deles. Quanto mais velhos melhores os resultados na nota.

As variáveis que captam a escolaridade das mães, mostram que filhos com mães que possuem o ensino médio e superior, tem notas maiores do que os estudantes com as mães apenas com o ensino fundamental. É válido ressaltar que a comparação aqui é com a escolaridade da mãe que tem ensino fundamental. Essa variável ficou fora da regressão para efeito de comparação com as outras.

Com relação ao pai, não teve efeito algum a escolaridade, diferente do resultado encontrado das mães. A possível explicação para isso é que, as variáveis de escolaridade dos pais, estão com algum atrito com relação a escolaridade das mães e com as variáveis socioeconômicas, indicando esse não efeito.

As variáveis que captam a renda familiar apresentaram resultado negativo. Esse resultado indica que, os estudantes com renda familiar baixa tem uma nota final menor, ou seja, quanto mais baixa é a renda menor o desempenho dos estudantes na nota geral.

A Tabela 4 mostra os resultados do exercício 5 que apresenta a distribuição dos estudantes do curso de Administração em cada Região Brasileira.

Tabela 4: Coeficientes do exercício 5

Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
co_modalidade	3,8312 (1,7561)	-0,9975 (0,5883)	-3,8187 (0,2531)	-3,2849 (0,3664)	-2,2092 (0,6289)
p>(t)	0,02	0,000	0,000	0,000	0,000

Valores entre parênteses representam o erro padrão.

O resultado encontrado para a região norte, considerando apenas os estudantes que estudam nessa região, indicou que o desempenho dos alunos nas duas modalidades não apresentou diferença significativa.

Já o resultado da região nordeste foi diferente, a diferença encontrada sugere a existência de diferença no desempenho dos alunos da modalidade a distância e presencial. Os alunos da modalidade presencial tem desempenho melhor.

Os resultados das regiões sudeste, sul e centro oeste, ficaram distantes da região nordeste. A diferença de desempenho é maior, ou seja, os alunos do presencial tem notas maiores do que os alunos do ensino a distância nessas regiões. Por fim, a última Tabela apresenta o resultado quando inserido a categoria administrativa da Instituição de Ensino, ou seja, se é pública ou privada.

Tabela 5: Coeficiente do exercício 6

Variável	coeficiente	p>(t)
co_modalidade	-0,3453 (0,8946)	0,700

Valor entre parênteses representa o erro padrão.

A análise é uma comparação dos resultados das instituições que são públicas ou privadas. É possível dizer que as notas dos estudantes que concluíram a graduação no ensino púbico, são maiores do que o ensino privado, independentemente se for EaD ou presencial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi de analisar o desempenho dos alunos no curso de graduação em Administração, nas modalidades de Educação a Distância e Educação Presencial, usando os dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Os resultados obtidos apontaram a existência de uma diferença no desempenho dos alunos nas duas modalidades, atendendo o objetivo geral.

Possivelmente, o resultado encontrado sugere a preferência dos estudantes pelo ensino presencial, e escolhem o ensino a distância quando não conseguem frequentar o ensino regular dentro da sala de aula.

Outro ponto a ser salientado é que o ensino a distância exige do aluno muita disciplina e conhecimento satisfatório de ferramentas de tecnologia da informação. Esses quesitos podem levar o estudante a obter um desempenho menor.

Esse assunto não se esgota aqui. Outros estudos, controlado por mais variáveis explicativas podem fornecer estimadores parecidos ou diferentes para as duas modalidades de ensino.

REFERÊNCIAS

ALLEN, M., BOURIHIS, J., BURRELL, N. MABRY, E. **Comparing student satisfaction with distance education to traditional classrooms in higher education**: A meta-analysis. The American Journal of Distance Education, 83-97.Disponível em: < http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/S15389286AJDE1602_3>. Acesso em 03 ago. 2017.

BERNARD, R. M., Y. LOU, P. C. Abramil, L. WOZNEY, E. Borokhovski, P. WALLET, A. Wade. **How does distance education compare with classroom instruction**? A meta-analysis of the empirical literature. Review of Educational Research, 2004. Disponível em:< http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/00346543074003379>. Acesso em 2 ago. 2017.

CAVANAUGH, C. S. **The effectiveness of interactive distance education technologies in K-12 learning**: A meta-analysis. International Journal of Educational Telecommunications, 2001. Disponível em: < http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED430547.pdf>. Acesso em 29 jul. 2017.

LESSA, S. C. F.. **Os reflexos de educação a distância no Brasil**. Disponível em:

http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_02.pdf_____. Acesso em 12 mar. de 2016.

MACHADO, E. A. **Desempenho acadêmico e satisfação dos estudantes na modalidade de EAD**: um estudo comparativo entre os concluintes dos cursos de Ciências Contábeis e Administração. São Paulo, 2014. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24092014-153834/pt-br.php>. Acesso em 16 abri. 2017.

MACHTMES, K. ASHER, J. W. **A meta-analysis of the effectiveness of telecourses in distance education**. American Journal of Distance Education, 2000. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08923640009527043>. Acesso em 04 ago. 2017.

MAYZER, R. DEJONG, C. **Student satisfaction with distance education in a criminal justice graduate course**. Journal of Criminal Justice Education, 2003. Disponível em: < http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10511250300085641 ?journalCode=rcje20>. Acesso em 06 ago. 2017.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Distance education**: a systems view. Belmont: Wadsworth Publishing Co.,1996.

MORRISON, G.R. ROSS, S. M. KEMP, J. E. KALMAN, H. **Designing effective instruction**. Disponível em: < https://learning.colostate.edu/files/classes/42/File_38586845-C93A-A912-EA3B16E10F909794.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

NEUHAUSER, C. **Learning Style and Effectiveness of Online and Face-to-Face Instruction**. The American Journal of Distance Education, 2002.

PHIPPS, R.; MERISOTIS, J. **What's the difference**? A review of contemporary research on the effectiveness of distance learning in higher education. Washington, DC. Disponível em: <http://www.ihep.org/research/publications/whats-difference-review-contemporary-research-effectiveness-distance-learning>. Acesso 22/07/2017

RUSSELL, T. L. **The no significant difference phenomenon**. Chapel Hill: Office of Instructional Telecommunications, University of North Carolina, 1999. Disponível em: < http://ifets.info/journals/2_3/russell_book_review.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SHACHAR M. NEUMAN, Y. **Twenty Years of Research on the Academic Performance Differences Between Traditional and Distance Learning**: Summative MetaAnalysis and Trend Examination, MERLOT Journal of Online Learning and Teaching, Vol. 6, No. 2, 2010. Disponível em <http://jolt.merlot.org/vol6no2/shachar_0610.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

ZHAO, Y., Lei, J., YAN, B. TAN, S. **What makes the difference**? A practical analysis of research on the effectiveness of distance education, 2004. Disponível em: < http://ott.educ.msu.edu/literature/report.pdf>. Acesso em 12 ago. 2017.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

UM OLHAR SOBRE O IMPACTO SUBJETIVO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM

A LOOK AT THE SUBJECTIVE IMPACT OF THE WORK ORGANIZATION IN NURSING PROFESSIONALS

Sessão temática : Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

VERISSIMO, Daniela Maria Maia
UNESP/Assis - FAP- Tupã
Doutoranda (UNESP), docente (FAP-Tupã)
dmaiaverissimo@gmail.com

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira
UNESP/Assis
Livre-docente (UNESP), professor adjunto (UNESP)
jlfabrao@gmail.com

SANTOS, Rosilaine Aparecida dos
FAP-Tupã
Graduanda em psicologia
onlyroselaine@gmail.com

SILVA, Evaldo Ferreira da
FAP - Tupã
Graduado em psicologia
scsegtrabalho@unisite.com.br

Resumo

O presente estudo tem objetiva estudar a dialética prazer/sofrimento em profissionais de enfermagem apresentando como a organização do trabalho impacta a subjetividade desses profissionais no cotidiano. Utilizando como base a experiência de estágio de formação em Psicologia Hospitalar ocorrido no interior do estado de São Paulo foi possível identificar diversas questões relativas a organização do processo de trabalho que impactam subjetivamente os trabalhadores. Como metodologia, utilizamos vinhetas extraídas de transcrições de relato dos trabalhadores atendidos pela estagiária/autora em psicologia hospitalar, que fornecem subsídios reais à problematização pretendida, e contribuem para o aprofundamento da discussão. Parte-se de revisão bibliográfica incluindo textos freudianos sobre escolha do trabalho e seu sentido psíquico e textos relacionados a Psicodinâmica do Trabalho dejouriana; para posterior discussão do material das vinhetas, onde observamos que o estudo desenvolvido nos aponta que a função do enfermeiro vai muito além do cuidar; indicando a organização do trabalho, a maneira como as tarefas são distribuídas e executadas, somadas às demandas que surgem na rotina dos profissionais no exercício de suas atribuições como fatores que

causam um impacto subjetivo como prazer e/ou sofrimento no exercício profissional. Conclui-se que as tarefas de enfermagem exigem uma resistência criativa, no sentido dejouriano dessa expressão, para lidar com o confronto entre o trabalho ideal e prescrito e o trabalho real desenvolvido em uma instituição que, como qualquer outra, encontra dificuldades no estabelecimento de seus processos de trabalho, e que se faz urgente que as instituições criem estratégias de apoio para os profissionais da enfermagem.

Palavras-chave: subjetividade e trabalho; organização do trabalho; saúde mental

Abstract

The present study aims to study the pleasure / suffering dialectic in nursing professionals presenting how the work organization impacts the subjectivity of these professionals in daily life. Based on the experience of a training course in Hospital Psychology in the interior of the state of São Paulo, it was possible to identify several issues related to the organization of the work process that subjectively affect workers. As a methodology, we use vignettes extracted from transcripts of the reports of the workers attended by the trainee / author in hospital psychology, who provide real subsidies to the intended problem, and contribute to the deepening of the discussion. It starts from a bibliographical revision including Freudian texts on the choice of the work and its psychic sense and texts related to the Psychodynamics of the Work of the state; for later discussion of the material of the vignettes, where we observe that the study developed shows us that the nurse's role goes far beyond caring; indicating the organization of the work, the way the tasks are distributed and executed, together with the demands that arise in the routine of professionals in the exercise of their duties as factors that cause a subjective impact as pleasure and / or suffering in the professional exercise. It is concluded that the nursing tasks require a creative resistance, in the sense of the French of this expression, to deal with the confrontation between ideal and prescribed work and the real work developed in an institution that, like any other, finds difficulties in establishing its processes, and that it is imperative that institutions create support strategies for nursing professionals.

Keywords: subjectivity and work; organization of work; mental health

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da humanidade, o trabalho aparece como atividade fundamental para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Diferente dos animais irracionais, que se adaptam ao meio, o homem atua sobre ele ativamente, obtendo os recursos com o seu trabalho. Para Marx(1932) a primeira atitude histórica dos indivíduos , em relação aos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzirem seus meios de sobrevivência.

A palavra trabalho deriva do Latim “Tripalium”, um objeto de três paus aguçado e utilizado na agricultura e também como instrumento de tortura, ou seja, na origem do termo trabalho, temos a sobreposição de significados de ação,

exercício e submissão. Além disso, a ação rotineira e o exercício de agir repetitivamente sobre a natureza que dá ao trabalho a sua conotação de *Labor*, de cansaço, agindo também como aquele que tira a liberdade, que consome quem pratica. Há olhares mais positivos para o trabalho, pensando-o como elo de ligação entre o homem e o meio, entre o homem e a natureza, entre o homem e a sociedade.

O trabalho está presente desde o início da humanidade, mas as questões subjetivas vivenciadas por aqueles que realizam o trabalho há séculos, se mantiveram invisíveis por muito tempo. Conforme Sznelwar, Uchida e Lancman (2011) sempre nos preocupamos com a capacidade laboral, mas os afetos despertados no desempenho produtivo raramente são considerados relevantes.

Este artigo busca contribuir com os demais estudos voltados à visibilidade dos efeitos do impacto subjetivo na experiência profissional enfermagem em uma instituição hospitalar. A concepção deste trabalho surgiu a partir da vivência dos autores no com o estágio em Psicologia Hospitalar, que integra a ênfase de Psicologia e Saúde exigência à formação de psicólogos do quinto ano de Psicologia da Faculdade da Alta Paulista de Tupã, interior de São Paulo.

Para isso, foi feita uma breve revisão bibliográfica a cerca da escolha profissional, textos freudianos sobre escolha do trabalho e seu sentido psíquico, e textos relacionados a saúde do trabalhador considerando os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho dejouriana; em seguida são apresentadas duas vinhetas com transcrição de falas obtidas em atendimentos psicoterápicos à profissionais da equipe de saúde da instituição hospitalar que abriga o estágio de Psicologia Hospitalar, que é discutido sob o olhar de análise institucional e saúde do trabalhador, para concluir propondo estratégias de enfrentamento da situação identificada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A profissão escolhida é a representação do sujeito em sociedade, situando-o no universo social, a profissão é a extensão do sujeito, participando de sua constituição com o indivíduo, em seu psiquismo e de seu contexto social.

O investimento de tempo, dinheiro, energia e afeto dedicado a formação e ao exercício do trabalho, levam o sujeito a ter a profissão como um sobrenome escolhido e acrescido ao seu nome: "sou fulana de tal, enfermeira", por exemplo. (PAIM, 2015) Geralmente os profissionais da saúde ingressam nessa carreira por opção, motivação pessoal e desejo de cuidar do outro, mas diversos componentes do processo de trabalho podem tornar o ambiente de trabalho espaço de experiências favoráveis ou dolorosas impactando (ou não) o funcionamento psíquico do trabalhador. O trabalho pode se configurar como uma fonte de prazer exercendo a profissão no cuidado com o outro ou sofrimento que muitas vezes são expressos por meio de sintomas específicos relacionados ao contexto profissional e a assistência aos pacientes hospitalizados. Dentre os sintomas, é possível citar a fadiga física e mental diante das confrontações com o sofrimento, dor e morte e a inversão de ritmos biológicos devido a alternância de turnos. A escolha de uma profissão está ligada a desejos, esperanças e projetos individuais, que se encontram com uma organização do trabalho que as ignora. Portanto em algumas condições ou situações de trabalho emerge um sofrimento relacionado as

frustrações cotidianas no ambiente de trabalho, e a parcela de prazer no trabalho se encontra na satisfação de uma descarga de energia psíquica que a tarefa autoriza.

> A maneira como os indivíduos trabalham e o que eles produzem tem impacto sobre o que pensam e na maneira como percebem sua liberdade e sua independência. O processo de trabalho, assim como seu fruto, ajuda o indivíduo a descobrir e formar sua identidade. Acontece que a organização do trabalho em si mesma conta muito: é importante que a organização das tarefas e das atividades torne-se favorável à eficiência e que os objetivos visados, assim como os resultados esperados, sejam claros e significativos para as pessoas que o realizam. (MORINI, p. 16, 2001)

Pode-se dizer que sendo o trabalho como parte do mundo externo ao sujeito desencadeia uma fonte de prazer ou sofrimento dependendo das condições externas, ou seja, se estas atendam ou não a satisfação dos desejos inconscientes. (MENDES, 1995).

Para Freud (1974) como caminho de satisfação e produção de felicidade, o trabalho não é estimado pelos homens, não há empenho em relação a ele como o fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A maioria dos trabalhadores exercem a atividade laborativa sob pressão da necessidade, e toda e qualquer pressão traz desconforto aos homens, provocando no organismo e no psiquismo desprazer, pois para Freud (1913) o prazer/satisfação acontece em estados mais próximos da ausência de tensão, assim a aversão humana ao trabalho suscita problemas individuais, sociais e coletivos.

> A dialética do prazer no trabalho e a fuga do desprazer constituem um desejo permanente para o trabalhador em face das exigências contidas no processo, nas relações e na organização do trabalho, que muitas vezes, só oferece condições contrárias a este propósito, gerando desprazer, expresso numa vivência de sofrimento, com sintomas específicos, transformando o trabalho em necessidade de sobrevivência, no lugar de fonte sublimatória de prazer. (MENDES, p. 35, 1995).

O trabalho pode significar para o trabalhador um meio de sobrevivência , mas muitos outros significados, valores, crenças, desejos e grau de importância são atribuídos ao exercício laboral. Estes significados são dados pelo que ele - o trabalho - representa para o indivíduo, e esta combinação promove diversos direcionamentos de ações, assim como sua (in)satisfação na execução destas. (MORIN, 2001).

E como encontrar prazer no trabalho diante de um cenário cotidiano de dor e sofrimento?

Sofrimento, dor e morte são constantes dentro de um hospital e os agentes mais próximos destes aspectos são os trabalhadores de enfermagem, que são os primeiros receptores da angústia e desamparo de quem está sobre o leito e da família que acompanha o enfermo. É neste cenário que a escolha pela profissão de

enfermeiro ganha sentido subjetivo, demonstrando que o cuidado dispensado pelo profissional deixa de ser um mero receptor de procedimentos e técnicas e assume uma posição de sujeito-ator, com capacidade de continência, para pensar, decidir ,agir e transformar. A possibilidade de ser continente e oferecer um bom atendimento ao paciente não depende somente de conhecimentos teóricos adquiridos, mas também, ser um profissional preparado para lidar emocionalmente com toda a descarga emocional de que é depositário durante os atendimentos que realiza. (TELLES; HASHIMOTO, 2008).

O caráter profissional do exercício da enfermagem não afasta deste trabalhador as possibilidades e estabelecimento de vínculo afetivo, colocando-os próximos da–fragilidade humana do doente e da impotência humana do trabalhador, fatores que suscitam nos trabalhadores sentimentos diversos, incluindo compaixão enquanto presenciam e atuam neste processo, acrescido a isso questões institucionais -atravessam a relação trabalhador-paciente.

Questões dessa natureza foram abordadas por diversas estratégias de estudos do trabalho, especialmente pela Psicodinâmica do Trabalho, que pode ser definida como a análise psicodinâmica de conteúdos intersubjetivos que o trabalho mobiliza nos trabalhadores que o executam, tendo como objeto principal de investigação os conflitos surgidos no encontro, por exemplo, das enfermeiras que são portadoras de uma história pré-existente, única e singular e a condição de trabalho, que possui características físicas e independem do sujeito (MOLINIER, 2006 apud SZNELWAR *et al*, 2011).

Assim, no contato com o trabalho real - aquele mais complexo e que vai além do prescrito em manuais, preconizado em teorias apresentadas na formação profissional - se faz reconhecer desde o início da prática laboral e na frustração, irritação, sensação de ter perdido as referências e o controle que julgava que poderia ter sobre a condição de trabalho que o trabalhador percebe o quanto o real se impõem, diante do ideal que tinha a respeito da tarefa que iria exercer. Assim, trabalhar envolve razão e ação, mas também envolve a subjetividade nos sentimentos, desejos, afetos e emoções despertados pelo trabalho idealizado e o trabalho real, cabendo ao trabalhador a negociação entre a tarefa que lhe é determinada (trabalho prescrito) e o trabalho possível de ser realizado (o trabalho real), e nos custos dessa negociação pessoal (DEJOURS, 2005 apud SZNELWAR *et al*, 2011).

O sofrimento no trabalho é considerado quando a negociação entre ideal e real não é possível ao sujeito, não há como transformar criativamente a experiência de desgaste do trabalho em prazer. Para Molinier e Dejours, o sofrimento criativo possibilita o trabalhador a enfrentar as condições de trabalho, transformando-o em uma experiência prazerosa e estruturante em sua subjetividade, ao esgotar os recursos criativos na rigidez dos processos de trabalho engessados, o trabalhador vivencia um sofrimento patológico que influencia sua saúde mental e física

(SZNELWAR *et al*, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estágio em Psicologia Hospitalar foi espaço potente para a construção do presente trabalho, a frequencia semanal, a permanência por cinco horas no campo de estágio neste último de ano de formação em Psicologia aliaram o desenvolvimento da sensibilidade analítica e os atendimentos psicoterápicos realizados, em larga escala, à pacientes, acompanhantes e profissionais da instituição. Essa imersão cria um lugar profícuo a observação das relações sociais ali tecidas e que regem o espaço e atendimento hospitalar.

Assim, com base na observação participante artificial (Lakatos, 2001) foi possível vislumbrar o exercício da enfermagem na ordem do real e como se dá a relação entre o trabalho ideal e prescrito e a dimensão realística deste.

Este contato dos autores com a realidade causou-nos a inquietação necessária à elaboração de fragmentos vivenciados na execução do estágio e na presente reflexão. Os fragmentos serão narrados em primeira pessoa, pois são fruto das reminiscências e registros de um dois dos autores do texto, utilizando-nos para isso da definição de Minayo (2007) de pesquisa qualitativa, que compreende valores, significados e relações profundas ocorridas nos fenômenos sociais.

Para preservar os usuários atendidos, não foram citados nomes ou iniciais utilizou-se a narração dos próprios alunos envolvidos sobre os fragmentos seguido neste artigo pela interpretação dos dados cm base na teoria *freudiana*, *dejouriana* e da análise institucional, de modo que também fossem traçadas estratégias de enfrentamento do sofrimento da equipe de enfermagem no ambiente institucional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguem os fragmentos - que denominamos vinhetas - contendo a transcrição de conteúdos dos atendimentos realizados com trabalhadores de enfermagem da instituição hospitalar,

Vinheta 1

Uma das queixas recorrentes via Ouvidoria é sobre as campainhas dos quartos para a necessidade de os pacientes chamarem por alguém da equipe de *enfermagem.*

"Em vários quartos a campainha fica longe do alcance do paciente, de modo que dependendo da sua enfermidade, não tem como acioná-la e, portanto, não consegue pedir por auxílio, o que é bastante grave se no caso se tratar de uma emergência, um pedido de socorro. Diante da recorrência e urgência de resolução a coordenação de enfermagem foi procurada pela equipe de segurança do trabalho para juntos pensar nas possibilidades de resolução do problema. Porém, antes

mesmo que o problema fosse detalhado, bem como, a proposta de solução, foi interrompido, diante da alegação de que a solução seria responsabilidade de outro setor, bem como, de outros trabalhadores.

Profissionais da enfermagem "enxergam" como problema da Manutenção, por ter que quebrar, instalar, reformar, mas antes disso, tem que haver a compra e isso é com a Administração, esta tem que conseguir junto à Diretoria, autorização para a reforma, e uma vez autorizada, exige delegar, fazer acordos com as equipes de enfermagem, limpeza e outras, bem como solucionar o problema de alocar os pacientes em outros locais."

Vinheta 2

A quantidade reduzida de enfermeiros por ala sobrecarrega os profissionais, que na maioria das vezes precisam dar conta das demandas que surgem além da função do cuidar.

"Na maternidade não atendemos somente a mãe, é a mãe e o bebê, e quando o bebê nasce com algum problema de saúde, é preciso muita atenção, ficar bem atentos a prescrição médica, porque tudo tem sua dosagem certa, e isso exige esforço mental, é preciso muita atenção na hora de fracionar as medicações. O bebê é como um passarinho, é tudo de pouquinho e com muito cuidado, qualquer erro pode ser fatal. E diante de tudo isso, a equipe ainda precisa ficar dando explicações do que está sendo feito para a mãe e na maioria das vezes para toda a família, como se o trabalho tivesse sendo questionado o tempo todo, e isso causa um certo cansaço e desgaste emocional e físico, porque diante dessas situações ainda existe a sobrecarga, porque fica somente duas enfermeiras neste setor. Então é preciso dar conta de todas estas demandas que surgem, além do cuidado com a mãe e o bebê, é preciso acolher e sempre estar explicando e orientado algumas questões a família também. Sendo assim, são tantas as tarefas que extrapolam o cuidar que às vezes nem dá tempo para talvez ir ao banheiro o que pode causar problemas a saúde do trabalhador também."

DISCUSSÃO

As vinhetas nos permitem um contato com a realidade de trabalho da enfermagem contribuindo para o aprofundamento da discussão pretendida neste artigo.

Na primeira vinheta, observa-se uma dificuldade de compreender que a estrutura do trabalho é fundamental para o desenvolvimento do mesmo, e a segunda evidencia o que também pode ser a motivação do posicionamento verbalizado na primeira: a sobrecarga de trabalho atormenta a equipe de enfermagem de forma que o exercício do prescrito torna-se difícil e a ampliação do olhar para pensar mudanças que possam colaborar com o atendimento dos pacientes, na adequação das campainhas, também não é interessante porque pode inicialmente sobrecarregar

ainda mais os profissionais com as demandas de cuidado dos sujeitos internados.

Analisando mais profundamente as vinhetas, a relação que a coordenadora de enfermagem estabelece com suas atividades profissionais é uma relação de peso, pois como grupo o sujeito, tem que estar em harmonia com a organização, o que por vezes não acontece na instituição.

> Os enfermeiros como sujeitos sociais, atuantes nas instituições de saúde, por vezes inocentes ou culpados, buscam autonomia no desenvolvimento de suas ações profissionais, através de relações de poder inerentes aos cargos administrativos, que às vezes envolvem sentimentos desejáveis e indesejáveis, e no exercício da autoridade do conhecimento, do saber.(CHRISTOVAM, SANTOS, p. 67. 2004.).

A quantidade reduzida de profissionais não permite que dentro da organização do trabalho entrem questões relacionadas a estrutura, o que deveria ser garantido a equipe , a prioridade principal da profissão é estar atentos ao cuidado e assistência ao paciente, ainda que questão das campainhas implique também no cuidar.

Devido a questões instituídas no hospital, é comum nos trabalhadores, sentimentos de persecutoriedade, bem como de incapacidade, impotência, entre outros.

Questões institucionais, erros ou falta de comunicação e trabalho em equipe causam desgaste intenso da saúde do trabalhador no hospital, o que se deve principalmente à sua impotência diante da estrutura hierárquica e centralizadora, ou ao oposto disso, indefinição de papeis e delegações de tarefas. Seja qual for a maneira de organização de trabalho da instituição hospitalar é fundamental a comunicação. Apesar do ideal de trabalho em equipe o processo de trabalho no hospital é analisado como produtor de individualismo.

Em uma instituição hospitalar, as atribuições são individuais e coletivas. Em qualquer organização é pregado a filosofia do trabalho em equipe, mas também existe e é necessário uma hierarquia, porém a hierarquia sem comunicação gera conflitos e contribuem para a desmotivação do trabalhador.

Portanto, embora o objetivo do trabalhador em um hospital seja curar, diante de questões institucionais e políticas que limitam o desempenho adequado das atribuições destes, fica visível a impotência para ultrapassar algumas situações o que acaba gerando um desgaste que soma a exposição direta ao sofrimento alheio, do usuário do sistema, leva os trabalhadores da cura a adoecerem.

A organização do trabalho, a divisão da atividade laborativa, bem como o conteúdo destas atividades, a hierarquia, o comando e a responsabilidade por estas, evocam o sentido e o interesse de trabalho para o sujeito, e a divisão de homens, o trabalho em equipe, as relações interpessoais sadias, mobilizam os investimentos afetivos, a solidariedade e a confiança. (MENDES, 1995).

Segundo Silva (1998) desde a criação do hospital moderno (Foucault,1977 apud Silva 1998) instalou-se a hegemonia médica e movimentos de resistência a esta hegemonia, com a instalação de corporativismos vários. O hospital se organiza em serviços ou departamentos que preservam as identidades, aprisionam os profissionais em modelos e salas que acabam por serem verdadeiros mausoléus. O

processo de trabalho hospitalar, parcelado, reproduz as características da organização do trabalho industrial, e produz trabalhadores ora compromissados, ora desesperançados. [...] O processo de trabalho, naturalizado como único possível, frequentemente repete a lógica do trabalho *taylorizado*, por vezes ocultada pelo discurso valorativo do "trabalho em equipe". O corporativismo - expresso na competição entre as diversas profissões presentes - e o individualismo constituem-se em obstáculos importantes à invenção de novos caminhos (Silva,1994 apud Silva, 1998). Sabemos que, na organização taylorizada, não está em cena apenas a ação mecânica dos trabalhadores, sua atividade mental e inventividade é dificultada mas necessária à própria execução para que se possa chegar ao resultado pretendido.

Considerando SZNELWAR *et al* (2011), o que se vê nas vinhetas é que há uma estratégia implícita nos posicionamentos referidos, diante do sofrimento vivenciado no trabalho ainda é possível negar a responsabilidade pela manutenção das campainhas, ou há a via da queixa para falar sobre o excesso de demandas advindas dos pacientes da maternidade. Ainda há uma resistência criativa atuante, o que é um indicativo salutar no ambiente diante, mas é indelével a marca do sofrimento relacionado ao trabalho nos relatos dos trabalhadores a respeito de seus experiências profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é importante que a instituição proporcione espaços, encontros, que possibilite análises e reflexões acerca da rotina e vivência cotidiana dos problemas, conflitos e das mais variadas situações que afetam o funcionamento da organização como um todo, bem como, o que reflete na saúde de seus trabalhadores. São muitas as situações relacionais onde os funcionários não sabem como agir por não terem consciência reflexiva de como significarem tais situações e quais as intenções dos outros, bem como as suas. Diante disso, tendem a agir ou reagir ao problema de forma a potencializa-lo agravando a situação para as partes a respectiva vivência.

> Em muitas situações de trabalho, são os afetos, tais como o medo, o desejo, a agressividade, a expectativa, entre tantos outros, que determinaram o comportamento da pessoa. As frustrações e as carências dos trabalhadores, independentemente da sua origem, podem se expressar por meio do desinteresse pelo trabalho, da insatisfação ou da baixa produtividade. (BANOV, p. 40)

Entender a dinâmica grupal, as relações interpessoais é de extrema importância ao analisar conflitos e problemas na dinâmica relacional e organizacional da instituição, pois é imprescindível levar em conta a singularidade e os processos de subjetivação dos sujeitos envolvidos - o que podemos chamar de sociabilidade sincrética - ou seja, é o conhecimento dos processos psíquicos não só dos participantes do grupo, mas também do seu grupo de pertença. A respeito disso, Bleger (1998) diz:

> A existência ou a identidade de uma pessoa ou de um grupo são dadas na ordem do cotidiano e manifestadas pela estrutura e integração que alcança o ego individual e grupal em cada caso; considerando como ego grupal o grau de organização, amplitude e integração do conjunto daquelas manifestações incluídas no que chamamos verbalização, motricidade, ação, juízo, raciocínio, pensamento, etc. (p. 102)

Este conceito é importante para compreender os aspectos psíquicos de um conjunto de pessoas, segundo Bleger (1998) a identidade grupal é formada pela identidade proporcionada por trabalhar em comum, e que o fim é estabelecer interação e comportamentos institucionalizados, já a outra identidade é dada pela integração e interação entre as pessoas. Todavia outra identidade, que é particular é a identidade grupal sincrética, que não é dada pela integração ou interação, mas pela socialização e atitude colaborativa no exercício laboral.

É fundamental o trabalho em equipe, o apoio mútuo, a troca de conhecimentos e informações entre os profissionais de enfermagem na organização do trabalho, pois isso também contribui para um suporte emocional e para o fortalecimento do cuidador(trabalhador) frente as necessidades de quem precisa ser cuidado(paciente); Telles e Hashimoto (2008) denominam como “rede de suportes” esta situação de apoio que é tecida entre os funcionários, pois a capacidade de ser continente esta frequentemente associada a certeza de poder contar um com o outro, ou com algo que se possa apoiar, e sobre o qual se sustenta a atuação profissional. Este suporte pode ser encontrado na pessoa de uma enfermeira ou em um colega de trabalho de outra profissão, ou ainda, em uma equipe de trabalho que pode se apoiar mutuamente. O suporte pode vir inclusive do reconhecimento por parte dos pacientes mas é fundamental

REFERÊNCIAS

BETIOL S. I. M. **Psicodinâmica do Trabalho - Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho.** São Paulo: Atlas. 2015.

BLEGER, J. **O grupo como instituição e o grupo nas instituições**. In: _____Temas de Psicologia, entrevista e grupos. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pag. 101- 122.

BANOV, M. R. **Psicanálise: as emoções nas Organizações.** In:_____ Psicologia no
Gerenciamento de Pessoas. Cap. 4. p. 40 – 55.

CHRISTOVAM, B. P. SANTOS. I. **Os desafios da gerencia do enfermeiro no nível central de saúde.** R. Enferm. UERJ. 2004. p. 66 – 70. Disponível em: http://www.facenf.uerj.br/v12n1/v12n1a11.pdf. Acesso em: 11/09/2017.

FREUD, S (1913 [1912-13]) **Totem e tabu.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MENDES, A. M. B. **Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours**. Psicol. cienc. prof. 1995, vol.15, n.1-3, pp.34-38. ISSN 1414-9893. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931995000100009.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORIN, E. M**. Os sentidos do Trabalho.** Revista de administração de empresas. V.41, n.3, p. 8 – 19, jul./set. 2001.

SILVA, C. O. **Trabalho e subjetividade no hospital geral**. Psicol. cienc**.** prof., Brasília , v. 18, n. 2, p. 26-33, 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Sept. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931998000200005.

SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A subjetividade no trabalho em questão . **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 11-30, jan. 2011. ISSN 1809-4554. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12650>. Acesso em: 09 sept. 2017. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100002.

TELLES, A. K. K. P. HASHIMOTO. **A Saúde Mental do Enfermeiro: Um olhar Psicanalítico sobre o cuidador.** BATISTA, Roberto Leme (org). **ANAIS VI SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO**. 1ª Ed. Marília: ED. Grafica Massoni, 2008 Disponivel em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/franciscohashimotoekarinkristinapradotellesabrao.pdf. Acesso em: 10/09/2017

UMA ANÁLISE DA POLITICA PÚBLICA EDUCACIONAL: FAMÍLIA NA ESCOLA NA VISÃO DO DISCENTE

AN ANALYSIS OF PUBLIC POLICY: FAMILY IN THE SCHOOL BETWEEN THE IDEAL AND THE REAL

Sessão temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

MESSIAS, Rosilene de F. Rocioli
Especialista em Educação, Pedagoga da SME Franca
rosilenerocioli@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar e analisar como o projeto Família na Escola de uma unidade escolar pública municipal, da área sul de uma cidade do interior Paulista, tem contribuído ou não para estabelecer parcerias entre as duas instituições, a família e a escola. Para tanto, valeu-se da pesquisa bibliográfica a Constituição Federal (1988), da LDBEN (9394/96) e das contribuições de Aranha (1989), Silva (2013) e Nogueria (2006 e 2011) que vem abordando o tema. E ainda, a pesquisa ação onde foram ouvidas trezentas e noventa e oito crianças de uma mesma escola com indagações com relação a participação ou não dos pais no Projeto Família na escola. E ainda se gostaram da experiência ou não, averiguando se este fato representava para o discente da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, algo de importância e de notória validade. Espera-se, ao término deste, poder contribuir para reflexões acerca da validade desta política pública para os discentes questionados.

Palavras-chave: Família na escola, Políticas públicas, Discentes.

Abstract

This study aims to investigate and analyze how the Family in School project of a municipal public school unit in the southern area of a city in the interior of the state of São Paulo has contributed to establishing partnerships between the two institutions, the family and the school. In order to do so, the Federal Constitution (1988), the LDBEN (9394/96) and the contributions of Aranha (1989), Silva (2003) and Nogueria (2006 and 2011) the theme. Also, the action research where four hundred children of the same school were interviewed with questions regarding the

participation or not of the parents in the Family project at school. And, if they liked the experience or not, finding out if this fact represented for the student of Early Childhood Education to the 5th year of elementary school, something of importance and of notorious validity**.** At the end of this one, we hope to contribute to reflections about the validity of this public policy for the students questioned.

Keywords: Family at school, Public policies, Students

1 INTRODUÇÃO

Nestas últimas décadas, a importância da parceria entre família e escola tem ganhado visibilidade, dado a importância destas pesquisas na área da educação no mundo ocidental (NOGUEIRA, 2011;SILVA,2003). Pesquisadores tem se debruçado em estudos buscando compreender esta relação e propor meios para conseguir um estreitamento dos laços entre as duas instituições, seja por meio da didática, dos conceitos e concepções, da gestão democrática ou ainda, das políticas públicas, ressaltando a importância da participação efetiva e ativa da família na escola.

No Brasil, a mesma escola que em outrora não aceitava a participação dos pais os afastando da mesma, vê-se com a necessidade de tê-los como parceiros por não dar conta da demanda educacional exigida nestes tempos. Neste sentido o Ministério de Educação (MEC), em 24 de abril 2001, institui o “Dia Nacional da Família na Escola” buscando assim mobilizar as duas instituições para envolvê-las como colaborativas e cúmplices uma com a outra para promover a educação adequada a todos os discentes.

Ao considerar a própria Constituição Federal (1988), observa-se a declaração, ainda que não explícita, da importância de uma educação com a integração e com a interação da família e da escola, estabelecendo que é dever de ambas promoverem a educação de qualidade a todos os discentes. Entendendo a educação de qualidade como aquela que consegue ensinar e a desenvolver a todos. No artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania...” (Constituição Federal, 1988).

Observa-se também que o Estado, conforme referenciado no artigo citado acima, tem forte ligação com a escola, que acaba por representá-lo no que concerne à Educação escolar. Ao observar-se mais atentamente, já na disposição do artigo fica evidente que é dever da escola, da família e da comunidade educar plenamente o indivíduo, demonstrando que nem uma ou outra conseguiria possibilitar esta educação sozinha, até porquê o indivíduo precisa de todas as instâncias para educar-se. Já na LDBEN 9394/96, não é diferente, traz em seu bojo as mesmas considerações que na Constituição Federal sobre as duas instituições.

Perrenoud afirma que “família e escola, são duas instituições condenadas a cooperar numa sociedade escolarizada” (Perrenoud,2001.p.30). Onde estaria o equilíbrio ou o meio para que se possa garantir a participação desta família, por prazer e não apenas pelo dever, e, em contrapartida, como poderia a escola promover esta cooperação sem grandes desgastes e demandas?

Posto isto, e por fim, mediante a importância da relação das duas vertentes, a

família e a escola, como meio para promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, no trabalho em tela busca averiguar se este Projeto Família na escola tem alcançado o objetivo de afinar e refinar as relações entre as duas instituições a ponto de auxiliar no ensino e na aprendizagem dos discentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo caracteriza-se por uma abordagem voltada a ideias de gestão democrática e emancipação e a ações propostas nas políticas públicas educacionais que buscam evidenciar a necessidade da parceria entre família e escola de forma efetiva nos princípios de cooperação, solidariedade e parceria com o intuito de melhoria na educação dos discentes. A constituição Federal (1988), a LDBEN (9394/96) e as contribuições de pesquisadores, como Silva (2010) e Nogueria (2006 e 2011) vem demonstrando a importância desta temática para as políticas públicas educacionais que promovem a qualidade na educação

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fora utilizado como meio para investigação neste trabalho, a pesquisa bibliográfica com a leitura de autores que tratam do tema que fundamentou teoricamente todas as ações e reflexões para organizar o evento e avaliá-lo enquanto política pública. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

> "[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]".

E a pesquisa ação onde o pesquisador participou efetivamente desde a elaboração da ação até as reflexões realizadas após o evento a fim de compreender a validade de se promover o evento Família na escola. Thiollent (2007, p.16) define pesquisa-ação como:

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com a ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

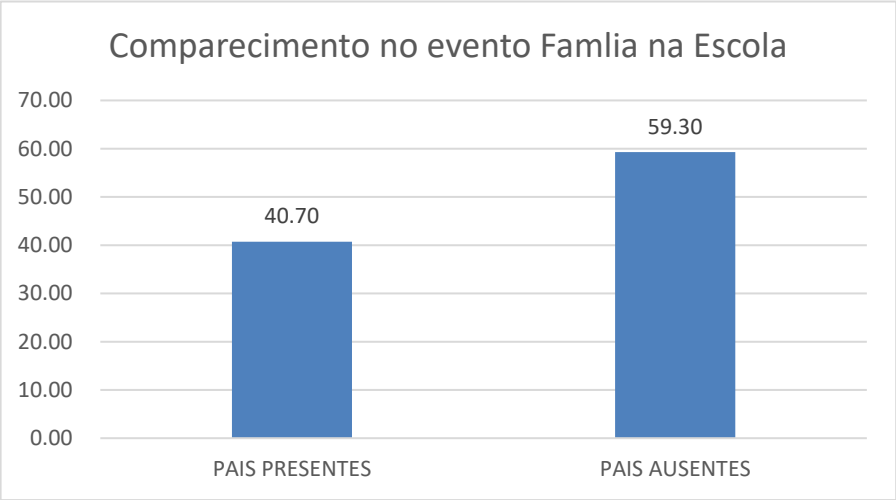
Para a obtenção e coleta de dados, foram ouvidas cerca de 398 alunos, na escola, com a finalidade de averiguar quais os pais estiveram presentes e o porquê alguns não participaram efetivamente do evento em questão. Vale considerar que, segundo a escola no início do ano, os pais autorizam a mesma a tirar fotos, passear e a realizar este tipo de pesquisa com os alunos a fim de aprimorar os trabalhos pedagógicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em tela permitiu averiguar que, dos quatrocentos alunos regularmente matriculados, e que destes, trezentos e noventa e oito alunos foram ouvidos dos quais foram feitas três perguntas aos mesmos, a saber: 1) No dia da Família na escola alguém da sua família compareceu? 2) Se sim, gostaram do evento? 3) Se a afirmativa fora negativa, foi perguntado aos alunos o por quê os pais não compareceram ao evento e se eles se sentiram tristes com esta situação.

Obteve –se os seguintes dados:

Gráfico 1 - Comparecimento de pais



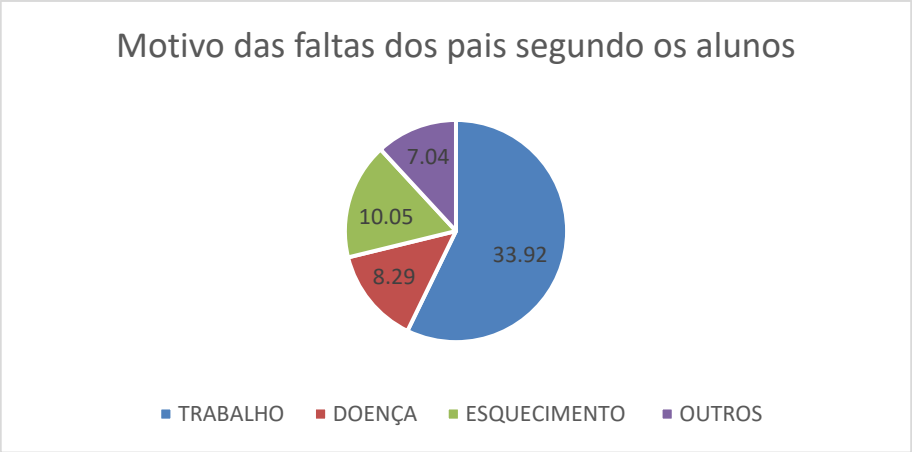
Fonte: Lista de presença do evento Família na escola de cada ano/série 2017

Cerca de cento e sessenta e dois pais estiveram presentes, em contrapartida, duzentos e trinta e seis não compareceram. Perguntado para as crianças se os pais gostaram de vivenciar uma atividade pedagógica nos moldes que ela realiza todos os dias, responderam afirmativamente. Todas as crianças, cujos os pais participaram relataram que os mesmos gostaram.

Em relação aos pais que não compareceram, foram perguntados o motivo da ausência e, segundo os discentes, os motivos que levaram os pais a não participação do evento foram: Trabalho, doença, esquecimento e outros.

Após terem sido ouvidas as crianças e suas respostas registradas, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 2 - Motivo das faltas dos pais no evento Família na escola



Fonte: Respostas dos alunos de cada ano /série- 2017

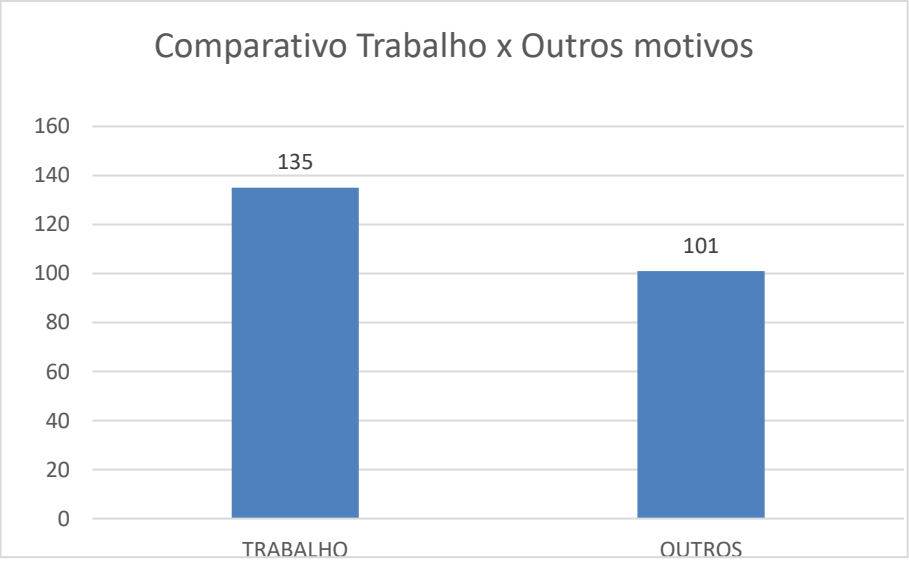
Um montante de 33,92% (135 pais) dos pais não compareceram no evento por motivo de estarem trabalhando, na visão do discente. Ainda 8% (33 pais), não compareceram por estarem doentes e/ou por alguém da família. Considera-se ainda que 10,05% (40 pais) esqueceram do evento e não compareceram e por fim, 7,04% (28 pais) deram outras justificativas, como por exemplo: cuidar de irmãos menores.

Segundo a respostas dos discentes, eles compreenderam perfeitamente bem não verbalizando e/ou esboçando qualquer sentimento negativo pela não presença dos pais no evento. Relataram que gostariam da presença, porém, entendem a não possiblidade.

Se, se os alunos não vê com grande relevância a participação dos pais nestes eventos compreendendo a suas ausências e consequentemente não cobrando dos mesmos a participação efetiva, logo não haveria motivo para se ter um grande esforço em comparecer a tais eventos. Teria para o pai uma significância equivalente ao da escola, estes eventos realizados nos âmbitos escolares em horários comerciais?

Ao compararmos o número de pais que não vieram ao evento por motivo de trabalho aos que não compareceram por outros motivos, observa-se que o trabalho não é a grande problemática. Entretanto, se a escola deseja realmente uma participação mais efetiva da família, precisa ouvi-la em seus anseios em tempos disponíveis para bem frequentar tais eventos, ao contrário, seria apenas uma pró-forma ou ainda como o dito popular descreve “considera-se feito”. É preciso ouvi-la e atende-la em suas necessidades. Como em toda a relação de cooperatividade, não basta apenas um dos lados ceder e estar disposto a adequar-se, assim sendo, cabe a família animar-se em participar, sugerindo ações e medidas a favor da sua possibilidade de participação com maior empenho nos eventos da escola, bem como em seus colegiados, colocando-se à disposição para discutir, colaborar e cobrar da escola no que lhe é peculiar, ao mesmo tempo, que se deixa ser cobrado naquilo que lhe cabe enquanto instituição parceira a fim de promover uma educação efetiva e integral de todos e de cada um.

Grafico 3- Comparativos das faltas dos pais



Fonte: Respostas dos alunos de cada ano /série - 2017

É sem dúvida um grande desafio para a escola trazer a família para participar ativamente e efetivamente da mesma, pois a inexistência de uma cultura que viabilize a ação, somado ao trabalho e as outras obrigações diárias, afasta a família da escola e a coloca como segundo plano.

Este comportamento sugere que há um distanciamento significativo entre as duas instituições, portanto não se sentem corresponsáveis uma com a outra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho com a noção de coletividade se faz necessário para conseguir uma maior parceria entre pais, alunos e escola. Pois, vindo o aluno de uma comunidade em que a família é a primeira e mais importante, é de suma importância que tal instituição esteja presente em todas as etapas da aprendizagem, do conhecimento e do desenvolvimento de seus filhos, cooperando assiduamente para a formação escolar e humana do alunato.

Não obstante, para os discentes, a presença de seus familiares em seu ambiente escolar, como pôde-se perceber nas respostas obtidas, é absorvida como um sentimento de amor, que proporciona segurança, vontade e dedicação pelos estudos, pois à luz do pensamento freudiano (...): “Como fica forte uma pessoa que está segura de ser amada”. Entretanto, as crianças lidam com a não presença dos pais com tranquilidade demonstrando compreender os seus impedimentos. Este comportamento revela um discernimento ou uma resignação.

Por fim, conclui-se que ainda é singela a participação dos pais nestes eventos escolares, cabe a escola adaptar-se para melhor servir a comunidade a qual está inserida e promover ações para cada vez mais haja a cooperação colaborativa entre as duas instituições com o mesmo fim, educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988. Disponível em:http://ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 17 out. 2015.

_____. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso. 23 março. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia cientifica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NOGUEIRA, M. A. A categoria "família" na pesquisa em sociologia da educação: notas preliminares sobre o processo de desenvolvimento. Inter-legere (UFRN), n. 9, p. 156-166, 2011. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/pdf/09es09.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2016.

_____, M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. Educação e Realidade, v.31,n.2, p.155-169, 2006.

SILVA, M.L.C.Q. Famílias e escolas: agentes solidários ou solitários na construção da educação de qualidade para as novas gerações? 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de janeiro, 2013.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia de pesquisa-ação.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UMA ANÁLISE DO ARTIGO 73 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À LUZ DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

AN ANALYSIS OF ARTICLE 73 OF CONSUMER PROTECTION CODE IN THE LIGHT OF THE THEORY OF OBJECTIVE IMPUTATION

Sessão temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

ALVES DE PAULA, Ana Cristina
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestranda em Direito pelo Pós-graduação em Direito da Unesp – campus de Franca/SP
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

MOTTA, Maiara
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Mestranda em Direito pelo Pós-graduação em Direito da Unesp – campus de Franca/SP
E-mail: maiara.motta@live.com

Resumo

Com a revolução da indústria e da economia, os consumidores se tornaram mais vulneráveis aos abusos nas relações de consumo. Atento a esta perspectiva, o Poder Legislativo se viu compelido a criar leis para garantir certo equilíbrio na relação entre consumidor e fornecedor, procedendo à elaboração do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que não se esquivou de proteger o consumidor nem mesmo na esfera penal. O presente trabalho trouxe algumas acepções acerca do amparo penal que o mencionado Código traz, destacadamente no art. 73, analisando as vertentes da teoria da imputação objetiva elaboradas por Claus Roxin e Günther Jakobs sob a perspectiva da sociedade de riscos. O estudo se orientou pelo método dedutivo, pelo qual se buscou adentrar numa investigação mais aprofundada do bem jurídico do crime contra as relações de consumo à luz da dogmática penal, defendendo a atribuição de uma responsabilidade penal que se coadune com as modernas relações sociais.

Palavras-chave: Teoria da Imputação Objetiva, Crimes contra as Relações de Consumo, Art. 73 do CDC.

Abstract

With the revolution of industry and economy, the consumers have become more vulnerable to abuse in consumer relations. Attentive to this perspective, the Legislative

Power found himself compelled to create laws to ensure some balance in the relationship between consumer and supplier, proceeding to the preparation of the Consumer Protection Code (Law n° 8.078 / 90), which did not flinch to protect consumers even in criminal cases. This work brought some meanings about the criminal protection that brings the mentioned Code, notably in art. 73, analyzing the aspects of the theory of objective imputation elaborated by Claus Roxin and Günther Jakobs from the perspective of risk society. The study was guided by the deductive method, by which it sought to enter in a further investigation of the legal good of the crime against consumer relations in the light of criminal dogmatic, defending the attribution of criminal responsibility that is consistent with modern social relations.

Keywords: Theory of Objective Imputation, Crimes against the Consumer Relations, Article 73 of CDC.

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o mundo deparou-se com um avassalador processo de globalização e integração supranacional, proporcionado pelos avanços tecnológicos trazidos pela industrialização. Todavia, ao lado desse avanço e evolução tecnológica, vieram também novos riscos e preocupações sociais, anteriormente inexistentes. Nesse sentido, o Estado passou a manejar o Direito Penal como um instrumento de combate a esses “macroproblemas”, a fim de tutelar bens e valores de natureza coletiva, difusa, supra-individual, e não apenas os direitos e garantias individuais. A esse “novo” Direito Penal alcunhou-se a terminologia “Direito Penal moderno” ou “Direito Penal da globalização” ou, ainda, “Direito Penal econômico”, dentro do qual está indissociavelmente mergulhado o Direito Penal das relações de consumo.

O presente artigo tem por objetivo o estudo da teoria da imputação objetiva e da criminalidade difusa, propondo a modificação do prisma sob o qual se apura a responsabilidade penal, principalmente em se tratando de interesses metaindividuais. O direito penal clássico não dispõe de instrumentos aptos a lidar com a nova realidade. Em decorrência disto, há a necessidade de uma evolução. O funcionalismo lidera uma vanguarda do pensamento penal ao atribuir importância à política criminal e aos fins do direito penal como elementos para a correta criminalização. No que tange à atribuição da responsabilidade penal, utiliza-se a teoria da imputação objetiva, que tem no risco um de seus elementos fulcrais, como fruto de uma evolução do estudo do nexo de causalidade criminal. Há diversas vertentes da imputação objetiva, destacando-se as concepções de Claus Roxin e Günther Jakobs. A primeira, em linhas gerais, baseia-se na teoria do incremento do risco, enquanto a última fundamenta-se no dever de revalidação da norma pelo sistema.

A criminalidade moderna apresenta novas formas de atuação, colocando em risco bens jurídicos difusos, como nos crimes contra as relações de consumo. Nesse contexto, a seguinte pergunta se impõe: conseguiu a Ciência Penal dispensar às relações de consumo a devida e necessária tutela jurídica, mantendo, para tanto, a sintonia com os ditames constitucionais, especialmente com o princípio da legalidade? O trabalho em epígrafe terá por escopo precípuo realizar uma breve análise dos crimes contra as relações de consumo previstos, especificamente, no Código de Defesa do Consumidor, partindo da conceituação enquanto bem jurídico

supraindividual e a ausência de efetividade no plano da concretude, vez que, em virtude do seu caráter genérico e abstrato, a proteção aos direitos da coletividade se torna inadequada ou insuficiente sob a perspectiva do Direito Penal.

Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e documental. Por fim, cabe ressaltar que relegar-se-á a uma próxima oportunidade o estudo dos outros diplomas jurídico-penais que, igualmente, tutelam a figura do consumidor.

2 ASPECTOS GERAIS DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

A teoria da imputação objetiva, conforme Michel François Drizul Havrenne, nasce com o propósito de suprir as deficiências das teorias até então existentes, que não conseguem explicar apropriadamente a criminalidade numa sociedade em constante transformação, partindo de uma crítica à teoria da equivalência das condições e da verificação da sua inadequação ao contexto social. (HAVRENNE, *web*). De acordo com Elias Augusto de Lima Filho, ela despontou como uma evolução das teorias causais, muito embora o princípio fundamental sobre o qual recai tenha sido formulado por Hegel no começo do século XIX, segundo quem a imputação consiste em atribuir a alguém uma determinada conduta. (LIMA FILHO, 2003). Somente é possível dizer que uma pessoa é responsável quando ela tiver o domínio da ação, sendo inconcebível a aplicação sistemática e irracional de fórmulas fechadas para se averiguar responsabilidades, sem que se verifiquem as peculiaridades de cada uma destas relações.

Michel François Drizul Havrenne explica que a teoria da equivalência dos antecedentes (teoria da *conditio sine qua non*) não conseguiu responder corretamente a este problema por gerar instabilidade no sistema penal. Como crítica a ela, nasceu a teoria da causalidade adequada, pela qual somente é imputável a alguém uma conduta quando decorrente de um curso causal adequado. A causalidade adequada, entretanto, não logrou o êxito esperado, pois os seus critérios de aplicação não soavam claros – pelo contrário, eram exageradamente vagos. Posteriormente, surgiram as teorias individualizadoras, com o propósito específico de separar as causas das condições. Todavia, elas não alcançaram satisfatoriamente o seu intento. (HAVRENNE, *web*).

As teorias foram se sucedendo, tendo se implantado o finalismo e, posteriormente, as teorias sociais. É nesse momento que se revigoram as formulações da teoria da imputação objetiva. Partindo da verificação de que a sociedade está numa transformação constante e da complexidade das relações sociais modernas, a teoria da imputação objetiva se propôs a analisar cada fato dentro do ambiente em que se insere. Isto permite apurar a responsabilidade de forma mais precisa, dado ser imprescindível o estudo da situação específica e do repertório valorativo das pessoas. (ROXIN apud HAVRENNE, *web*).

As relações lineares nas quais se estabelecia simplificadamente causa e consequência não foram capazes de explicar as complexas relações humanas. A imputação objetiva, por sua vez, aumentou o rol de garantias postas à disposição dos homens na medida em que aprofundou a discussão acerca da atribuição da responsabilidade penal.

A reflexão da dogmática penal na modernidade não é completa sem a análise do risco. E a sociedade de riscos é o pano de fundo da mencionada teoria. O fim da imputação objetiva está na forma de atribuição da responsabilidade penal, que incorpora aspectos normativos, além de levar em conta a verificação de um resultado penalmente relevante.

3 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO DE IMPUTAÇÃO OBJETIVA PARA CLAUS ROXIN E GÜNTHER JAKOBS

A teoria da imputação objetiva não é una. Há diversos expoentes do direito penal que propugnam pela sua aplicação, mas sem unidade de pensamento. Dentre os principais doutrinadores, em termos mundiais, encontram-se Claus Roxin e Günther Jakobs.

A ideia central de Claus Roxin se fundamenta na análise do risco, o qual se vincula a uma atividade humana. A imputação só se viabilizará na medida em que se puder atribuir a alguém o incremento do risco juridicamente desaprovado e o domínio causal sobre a situação. O agente, para ser responsabilizado, deve ter meios de guiar a sua vontade para a concretização do resultado delituoso. Para Roxin, portanto, a possibilidade objetiva de originar um processo causal danoso depende da conduta do agente criar, ou não, um risco juridicamente relevante de lesão típica de um bem jurídico. (ROXIN apud HAVRENNE, *web*).

Segundo Michel François Drizul Havrenne, o foco da teoria de Claus Roxin está no incremento do risco relevante não permitido, muito embora existam algumas situações em que, apesar de haver uma conduta delituosa, o agente não gera um risco proibido. Desta forma, não haveria porque responsabilizá-lo. Dentre as hipóteses citadas por ele, têm-se as seguintes (ROXIN apud HAVRENNE, *web*):

a) Diminuição do risco;
b) Criação ou não de um risco juridicamente relevante;
c) Aumento do risco permitido;
d) Esfera de proteção da norma.

C. Roxin estabeleceu alguns critérios para a aplicação da imputação objetiva. Consoante Michel François Drizul Havrenne, deve-se buscar no resultado a criação de um risco não permitido guiado pela vontade humana – assim, a relação fundamental a ser analisada é a de se o agente é capaz ou não de dirigir a sua vontade criando ou incrementando um risco não permitido pelo sistema jurídico penal; aplicar a imputação objetiva nos casos em que a pessoa age contrariamente ao risco permitido, não importando se houve acréscimo deste risco por parte de outrem; e comprovar a impossibilidade de alegação de que, caso não tivesse causado o risco não permitido, outra pessoa teria criado. (ROXIN apud HAVRENNE, *web*).

Por outro lado, segundo o supracitado autor, existem alguns casos em que não se poderá imputar objetivamente uma conduta a uma pessoa, tais quais (ROXIN apud HAVRENNE, *web*):

a) Já estiver estabelecido o risco relevante e uma pessoa (que não foi responsável pela criação do risco relevante) o modificar, diminuindo este risco;
b) Inexistência de risco jurídico relevante criado pelo agente, tendo este se verificado *a posteriori* por fato não atribuível ao agente;

c) Produção de riscos permitidos, isto é, aqueles nos quais não há reprovação pelo nosso ordenamento jurídico;
d) Análise material do risco permitido a partir da norma jurídica, não se podendo imputar objetivamente nada se houver uma mera falta do dever de cuidado, desde que não extrapole o risco permitido.

Michel François Drizul Havrenne acrescenta que a teoria da imputação objetiva não se contenta com a verificação do nexo causal, havendo a necessidade de um *plus*:

a) Previsibilidade do resultado;
b) Possibilidade de direção de uma ação pelo agente;
c) Criação ou incremento de um risco não permitido; e
d) Atuação da vítima.

Verifica-se que o risco permitido e o não permitido são elementos essenciais para a aplicação da teoria da imputação objetiva. Também é importante que o agente tenha a possibilidade de guiar a ação pela sua vontade para um resultado previsível, isto é, ter o domínio causal da ação. Em suma, quando se puder verificar que um determinado resultado se deveu a uma ação, que se conduziu segundo a previsibilidade e a possibilidade de domínio pelo autor, ocorrendo um risco não permitido, estar-se-á defronte a uma situação condenável. Assim, um resultado poderá ser atribuível a alguém conforme este tenha ou não a possibilidade de guiá-lo para um fim previsto que contrarie norma do sistema jurídico.

Günther Jakobs, por sua vez, apresentou uma visão diferente acerca da função do direito penal. Para ele, mantém-se o ordenamento jurídico na medida em que haja punição das condutas criminosas. A pena assume um caráter fundamental, já que sua aplicação revalida a própria norma. Somente dessa forma é que o sistema se mostrará vigente e eficaz.

Nos dizeres de Michel François Drizul Havrenne, o modelo elaborado por Jakobs se baseia na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann: a compreensão do subsistema do direito penal leva em conta os aspectos gerais da sociologia e da inter-relação entre os diversos campos do saber, estabelecendo que o delito deve ser entendido dentro de um contexto comunicativo. (JAKOBS apud HAVRENNE, *web*). É a falha na relação de comunicação gera o delito, sendo a pena responsável pela manutenção do sistema de identidade social.

Conceito fulcral é o da prevenção geral positiva. Michel François Drizul Havrenne explica que a teoria da prevenção geral positiva possui uma feição não-intimidatória, sendo confirmada a existência do ordenamento pela aplicação de suas normas. A infidelidade ao ordenamento, assim, seria a causa de aplicação da pena, que revela três funções: a) confirmar a confiança na vigência das normas; b) buscar o exercício da finalidade do direito; c) fazer a conexão entre a conduta lesiva e a aplicação da sanção. (JAKOBS apud HAVRENNE, *web*).

Para se imputar objetivamente a responsabilidade a uma pessoa, é necessária a averiguação do comportamento da vítima, do agente e do contexto em que a conduta se insere. A explicação para os danos deve partir da sua análise em conjunto com o elemento risco; por conseguinte, só os comportamentos que gerem riscos não permitidos e que possam ter os seus resultados evitáveis de maneira previsível é que devem ser criminalizados.

G. Jakobs também defende a responsabilização penal em caso de violação de papéis, no sentido de enquadrar a conduta de uma pessoa num contexto social.

Assim, para se imputar objetivamente a alguém um crime, é necessário verificar se a conduta violou o que é socialmente adequado. Não basta considerar ilícita ou não uma conduta, levando em consideração um indivíduo ou norma isolados. (JAKOBS apud HAVRENNE, *web*).

Quatro proposições estruturam a teoria da imputação objetiva no sistema jakobsiano (JAKOBS apud HAVRENNE, *web*):

a) A igualdade entre as pessoas, que fundamenta o risco permitido: a lesão ao ordenamento ocorre no instante em que o agente ultrapassa o âmbito do permitido. De acordo com Michel François Drizul Havrenne, Jakobs dá importância excessiva a norma em si mesma e, a partir dela, é que se ilumina a fronteira entre o campo do permitido e o do proibido. O risco não permitido é o criado ou incrementado pelo agente, configurando uma infração ao dever de cuidado. Se, ao contrário, o risco se mantiver dentro do campo do permitido, terá ocorrido mero infortúnio.
b) A existência de pessoas responsáveis, que se vincula ao princípio da confiança: este princípio se baseia na presunção de que deve haver uma cooperação das pessoas para evitar cursos danosos.
c) A proibição de regresso: a proibição de regresso é a impossibilidade de estender a conduta lesiva de uma pessoa àquele que, sem vínculo nenhum com o criminoso, agiu primeiro. O problema se refere às situações em que diversas pessoas criam ou incrementam um risco comum. Os limites entre a participação e a proibição de regresso se dão na medida em que se verifica a atuação do agente dentro do socialmente tolerável. Aquele que pratica uma conduta de forma razoável, não extrapolando o que é adequado, não responde pelo comportamento lesivo do outro.
d) O campo de atuação da vítima: há situações em que a própria vítima se coloca numa posição de risco ou consente com ele. Dessa forma, é imprescindível investigar até que ponto a situação de risco foi gerada pela vítima.

Por fim, cumpre destacar que são quatro os elementos que excluem a imputação objetiva: a) a conduta mantém-se dentro do risco permitido; b) a ação é inofensiva e foi desviada por outra pessoa para a produção de um resultado lesivo; c) a conduta perigosa foi obra de terceiro; d) a consequência danosa é fruto da própria ação da vítima que tem de arcar com ela. (JAKOBS apud HAVRENNE, *web*).

4 TIPOS PENAIS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

A edição de tipos penais no CDC tem por base o direito penal do consumidor, que é um ramo do Direito Penal econômico e devendo nesse ter sua fundamentação principiológica. Antonio Herman Benjamin conceitua o Direito Penal do consumidor afirmando ser esse um “ramo do direito penal econômico que, ao sancionar certas condutas praticadas no mercado, visa garantir o respeito aos direitos e deveres decorrentes do regramento civil e administrativo que orienta as relações entre fornecedores e consumidores”. (BENJAMIN apud ALEIXO; FONSECA, 2015). A partir da classificação desses crimes, é possível realizar uma correlação com outros meios mais eficazes de tutela do bem jurídico oriundo das relações de consumo, a exemplo da sanção administrativa e imposição de multa, além da reparação civil.

A tutela penal das relações de consumo é vista como um meio de restabelecer o equilíbrio e a lisura das transações comerciais entre consumidor e fornecedor, com

o fim último de proteger um bem jurídico imaterial e supraindividual que é a própria relação de consumo, como expressamente indicam o artigo 61 do CDC e o art. 7º, *caput*, da Lei nº 8.137/90. A preocupação do legislador ao tratar dos crimes contra as relações de consumo na referia legislação foi primordialmente no sentido de não arranhar a legislação penal tanto a codificada como a extravagante, e, o que é mais importante, tipificar condutas ainda não contempladas nos casos em testilha.

Os crimes arrolados no Código de Defesa do Consumidor têm, como sujeito ativo, o fornecedor; como sujeito passivo, o consumidor; e, como objeto especial, o produto ou o serviço. O titular do bem jurídico é o sujeito passivo, e a doutrina chega à conclusão de que, na forma codificada, as relações de consumo têm uma titularidade híbrida, ou seja, pertencem a um só tempo, ao consumidor individual e a coletividade de consumidores. (BRAVO, 2012). Assim, o sujeito passivo primário é sempre o consumidor e secundariamente a coletividade, notadamente no sentido da proteção à vida e à saúde.

Ademais, em regra, os crimes contra as relações de consumo são crimes de perigo abstrato, nos quais se presume *juris et de jure* o perigo para o bem jurídico, que emerge da simples realização da conduta, não estando a sua consumação condicionada a um resultado naturalístico. Considerada a vulnerabilidade do consumidor, este perigo é perceptível aos olhos do intérprete da norma e do aplicador da lei.

Há muito se fala da necessidade de adequação do direito penal ao atual modelo constitucional. Por isso, ganhou espaço e maior aprofundamento o chamado modelo garantista, modelo de direito penal moderno que passou a se pautar com característica eminentemente objetiva e fundada na proteção de bens jurídicos fundamentais. Ou seja, somente se pode incriminar condutas quando o bem jurídico a ser protegido estiver presente entre as garantias e direitos fundamentais insculpidos na Constituição.

Seguindo essa linha de argumentação, tem-se que, no sentir de muitos juristas (Luiz Flávio Gomes, Damásio Evangelista de Jesus, Luigi Ferrajoli, Silva Sánchez, Hassemer, Zaffaroni, dentre outros) os crimes de perigo abstrato estão sendo utilizados pelo Direito Penal contemporâneo de forma exagerada e violam os princípios basilares do Direito Penal tais como os da ofensividade, legalidade, taxatividade, presunção da inocência, isonomia, proporcionalidade, dentre outros.

O princípio da lesividade ou ofensividade estaria violado nos crimes de perigo abstrato haja vista que tais delitos podem ser perpetrados sem a ocorrência de um resultado lesivo e/ou uma ameaça concreta de lesão a um determinado bem jurídico. Dispensa-se a prova do nexo causal entre ação e resultado lesivo ou potencialmente lesivo, para punir, tão somente, o descumprimento de um preceito normativo formalmente erigido à categoria de norma criminal. Outrossim, o princípio da taxatividade também estaria violado, ante o elevado grau de abstração de que são dotados os delitos de perigo abstrato, sempre repletos de “conceitos jurídicos indeterminados”, que demandam, não raras vezes, uma valoração extrajurídica para definição de seus contornos e limites, dando assim ao magistrado e ao acusador um amplo espectro de atuação. (ROCHA, *web*).

No mesmo passo, Diego Romero elucida que da mesma forma os princípios da presunção da inocência e da igualdade estariam violados nos delitos em comento:

> Violam também, os delitos de perigo abstrato, o princípio da presunção

> da inocência, visto que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória, não se podendo presumir a culpabilidade de alguém sem a necessária comprovação através do devido processo legal, no qual o cidadão acusado possa fazer a contraprova da imputação, bem como, ainda, violam o princípio da igualdade, pelo simples fato de o cidadão ter menos acesso à busca de meios absolutórios para a conduta abstratamente considerada criminosa. (ROMERO apud ROCHA, *web*).

Ao lume de todo o exposto, conclui-se que os crimes de perigo abstrato violam, frontalmente, os princípios basilares do Direito Penal e padecem do vício de inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio da reserva legal.

O sistema jurídico-penal do Estado constitui o mais rigoroso instrumento de controle social, pois impõe as mais graves sanções jurídicas – as penas e, em alguns casos, medidas de segurança. O delito constitui, por sua vez, ao menos em tese, a mais grave forma de transgressão de normas. Assim, incriminam-se comportamentos a fim de proteger determinados bens e interesses considerados de grande valor para a vida social. Pretende-se, através da incriminação, da imposição de uma sanção e de sua efetiva execução, evitar que esses comportamentos se realizem. Saber quais bens jurídicos devem ser protegidos sob a ameaça de pena, ou seja, os critérios para criminalizar comportamentos, é uma questão fundamental em um Estado Democrático de Direito. O certo é que devem ser protegidos penalmente os bens de maior valor e significado social.

O princípio da intervenção penal mínima ocupa uma função importante para assegurar as garantias individuais previstas na Constituição, pois, como afirma Fernando Galvão, "é a expressão do axioma da *nulla lex* (*poenalis*) *sine necessitate*, que determina não ser possível a incriminação legal sem que haja a necessidade de uma intervenção tão gravosa quanto a promovida pelo Direito Penal. (ROCHA, 2004). Em outras palavras, significa limitar os mecanismos de punição do Estado, utilizando-os somente quando estritamente necessários para a proteção dos indivíduos. (TELLES, 2010).

Segundo Luiz Regis Prado, o princípio da intervenção mínima limita o *jus puniendi*, no sentido de que pressupõe que a tutela penal só deve tratar daqueles bens jurídicos fundamentais da sociedade e caso não existam outros métodos eficientes "para assegurar as condições de vida, o desenvolvimento e a paz social, tendo em vista o postulado maior da liberdade e da dignidade da pessoa humana". (PRADO, 1997).

De acordo com Claus Roxin, a teoria dos fins da pena de Liszt já estabelecia que, para castigar um comportamento, deve haver necessidade, ou seja, somente devem ser previstas penas criminais no caso de não existirem outras medidas suficientes para a proteção do bem jurídico afetado. Ressalta o ilustre autor, ainda, que também é preciso que a pena seja idônea. Assim, esta não deve ser aplicada, mesmo se não existirem formas menos gravosas de defesa, quando não for eficaz ou se for prejudicial, sob o aspecto político-criminal. (ROXIN, 1998).

Em relação à subsidiariedade do sistema penal pela sua conexão com os demais ramos de Direito, C. Roxin afirma que

> A proteção de bens jurídicos não se realiza só mediante o Direito Penal, senão que nessa missão cooperam todo o instrumental do ordenamento jurídico. O Direito Penal é, inclusive, a última dentre todas as medidas

> protetoras que devem ser consideradas, quer dizer que somente se pode intervir quando falhem outros meios de solução social do problema - como a ação civil, os regulamentos de polícia, as sanções não penais, etc. Por isso se denomina a pena como a '*ultima ratio* da política social' e se define sua missão como proteção subsidiária de bens jurídicos. (ROXIN, 1998).

Se para o restabelecimento da ordem jurídica violada forem suficientes medidas civis ou administrativas, são estas que devem ser empregadas e não as penais. Embora o bem tutelado seja importante, caso outros ramos do direito forem eficientes e capazes de o protegerem, não há a necessidade da intervenção excessiva do direito penal. Não é um movimento de despenalização, mas sim de adequação do sistema penal à sociedade contemporânea. Por isso, o Direito Penal deve ser a *ultima ratio*, isto é, deve atuar somente quando os demais ramos do Direito se revelarem incapazes de conferir a tutela devida a bens relevantes da vida.

5 Art. 73 do CDC – crime de omissão na correção de dados incorretos

Muito se discute nos dias de hoje a descriminalização de alguns tipos penais que, de fato, não afrontam concretamente bens jurídicos tutelados de forte relevância. A maior parte dos doutrinadores admite que tais infrações menos relevantes devem ficar a cargo dos outros ramos do Direito, como o direito civil e administrativo, defendendo então a subsidiariedade do direito penal. (TELLES, 2010). Ocorre que, apesar das considerações feitas acima, para o Poder Legislativo nem a esfera cível nem a administrativa seriam suficientes para proteger o consumidor e, em um Estado Democrático de Direito em que tanto se prega o direito penal mínimo e o garantismo penal, entendeu o legislador, tanto no Código de Defesa do Consumidor quanto na Lei n° 8.137/94, por bem inserir crimes contra as relações de consumo.

A infração penal tipificada no art. 73 tem por objetivo proteger as relações de consumo e a dignidade do consumidor diante da proteção ao crédito. Nessa perspectiva, trata-se de crime omissivo próprio ou puro (não admitindo assim a modalidade tentada), visto que o sujeito ativo não realiza uma conduta positivamente imposta, e que possui natureza difusa já que as possíveis vítimas podem ser qualquer consumidor que esteja interessado na correção de informações inexatas a seu respeito.

> Art. 73. Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata.
> Pena - Detenção de um a seis meses ou multa.

O tipo objetivo consiste em deixar (não atuar, abster-se, omitir-se) de corrigir (retificar, dar a forma correta) imediatamente quaisquer informações de consumidor contidas em arquivos de consumo que sabe ou deveria saber serem inexatas. Nessa perspectiva, trata-se de crime omissivo próprio ou puro, visto que o sujeito ativo não realiza uma conduta positivamente imposta. O núcleo do tipo em questão é expresso pelo verbo *deixar* (comportamento omissivo) de corrigir dados inexatos a respeito de qualquer consumidor em bancos de dados, tratando-se, por conseguinte, de delito formal e de natureza instantânea com efeito permanente. Isto é, sua consumação se protrai no tempo até que cesse a permanência nos registros, arquivos, fitas gravadas ou qualquer outro meio de armazenamento de informações.

O sujeito ativo desse crime é a pessoa física encarregada de corrigir as informações relativas ao consumidor no cadastro, banco de dados, fichas e registros. Portanto, é um delito especial próprio, posto que somente pode ser praticado pelo agente que tem o dever de proceder as retificações. Já o sujeito passivo, em primeiro plano, é a coletividade de consumidores. Em segundo, o consumidor individualmente considerado que pretende a correção dos seus dados.

Há dois tipos de elemento subjetivo no presente crime. Na primeira parte, têm-se o dolo direto, no qual o agente sabe da incorreção e mesmo assim não promove a retificação imediata das informações. Já na segunda parte, há dolo eventual, retratado pela locução verbal deveria saber. Trata-se de delito de perigo, porquanto, independendo de qualquer resultado danoso, ou seja, consuma-se pela simples constatação de que aquele não fora corrigido no prazo assinalado.

No tocante à consumação, esta se verifica quando a informação acerca do consumidor constante nos arquivos de consumo não é corrigida imediatamente, embora a mesma sequer tenha sido utilizada pelo arquivista. É inadmissível a tentativa, por se tratar de crime omissivo próprio. Quanto ao resultado, é delito de mera conduta, cuja importância reside na constatação de que as informações não foram corrigidas imediatamente, pouco importando se sobreveio resultado danoso ao consumidor. Claro que, ocorrendo dano, seja patrimonial ou moral, é cabível a propositura de uma ação cível, como previsto no artigo 6º, inc. VI do Código de Defesa do Consumidor. Também é crime de menor potencial ofensivo e a ação penal é pública incondicionada.

Neste artigo o legislador abarcou os §§ 3º, 4º e 5º do supracitado art. 43, que rezam o disposto a seguir:

> § 3° O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
> § 4° Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
> § 5° Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

Como o art. 43, § 3°, fala em cinco dias úteis para que o responsável pelo banco de dados comunique a alteração aos interessados, postula-se que se haverá de interpretar o prazo para a efetiva correção como sendo também de cinco dias úteis por uma questão de coerência (contados do pagamento efetivo da dívida – as quitações realizadas mediante cheque, boleto bancário, transferência interbancária ou outro meio sujeito a confirmação dependerão do efetivo ingresso do numerário na esfera de disponibilidade do credor). O limite de tempo que o banco de dados poderá manter um registro sobre o consumidor é de cinco anos (art. 43, § 1º), após o que deverá retirar o registro, independente de solução sobre o débito que gerou a inscrição. O Código de Defesa do Consumidor estabelece ainda o dever de comunicação prévia ao consumidor sobre a abertura de cadastro de dados pessoais sobre ele, sem o que a inscrição não será lícita (art. 43, § 2º). O objetivo desta norma é o de evitar os lamentáveis constrangimentos para os consumidores ao terem o seu

crédito negado em transações comercias. Destaque-se que o art. 73 é complementar ao dispositivo constitucional previsto pelo art. 5°, inc. LXXII, da Constituição Federal de 1988, ao cuidar do *habeas data*.

> Art.5º, CF.
> (...)
> Inc. LXXII. Conceder-se-á habeas data:
> a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
> b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.

Caso se revele inócuo o remédio constitucional e não haja a correção de dado que ainda mantenha como pendente dívida já prescrita, caracteriza-se o delito. Não se pretende aqui negar que são notórios o dissabor e as grandes restrições e constrangimentos para qualquer consumidor que venha a ter seu nome incluído nos cadastros de restrição ao crédito, porquanto automaticamente todas as portas de crediários se lhe fecharão. Afinal, é direito do credor negativar seus clientes inadimplentes, mas informações levadas ao serviço de proteção ao crédito devem estar corretas. No entanto, se redimido, não é justo que o nome do outrora mau pagador ou do bom pagador fique constando dos cadastros sem negativação e, o que é pior, não possa saber o que realmente dali conste contra si para a devida correção mediante a providência administrativa ou judicial competente.

Contudo, vale registrar que o legislador ordinário, ao utilizar o advérbio *imediatamente*, não respeitou o princípio da legalidade – no aspecto da taxatividade ou determinação –, haja vista o seu conteúdo ser extremamente vago e impreciso, permitindo uma análise subjetiva do intérprete e do aplicador da lei. Cumpre ressaltar certa incoerência que traz o dispositivo legal. Enquanto o *caput* do artigo fala na correção 'imediata' dos dados incorretos, o art. 43, § 3°, prescreve o prazo de 'cinco dias úteis' para que o responsável pelo banco de dados comunique a incorreção aos interessados. Assim se deve entender que o prazo para a correção dos dados deve se dar no prazo de cinco dias, e não 'imediatamente', expressão vaga e imprecisa.

Ademais, sugere-se aqui que, diante da inscrição do seu nome em órgão de restrição ao crédito, quando injustificada ou feita sem o requisito da comunicação prévia, o consumidor ingresse com *habeas data* e/ou com ação requerendo indenização por danos morais, sendo até desnecessária a prova do dano, ao invés de ajuizar ação penal. Afinal, a reparação do dano deve ser realizada preferencialmente em âmbito cível e administrativo. Não sendo possível, a teoria da imputação objetiva deve ser chamada, pois inegável é a sua adequação para dirimir grande parcela das controvérsias e choques de interesses individuais e coletivos derivados do novo modelo social, especialmente nas oportunidades em que venham a causar danos a terceiros determinados ou à coletividade e seus interesses tutelados juridicamente.

É imprescindível à sociedade de riscos enfrentar os conflitos ensejados por suas características peculiares. Mas a utilização desenfreada do Direito Penal acaba por desvirtuá-lo e enfraquecê-lo, especialmente no que se refere ao seu caráter subsidiário. Sendo assim, na seara consumerista, é a imputação objetiva que munirá a dogmática penal de instrumentos suficientes para o afastamento fundamentado da tipicidade e da responsabilização criminal prevista no art. 73 do Código de Defesa do Consumidor, jamais prescindindo dos elementos subjetivos que a complementam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão dos abusos cometidos por alguns fornecedores contra os consumidores, o Código de Defesa do Consumidor surgiu com o objetivo de proteger o patrimônio e a integridade dos consumidores individualmente ou coletivamente. Neste contexto, o legislador procurou inserir tipos penais no Código, punindo severamente aqueles que atentassem contra as normas estabelecidas, não apenas civilmente ou administrativamente. No entanto, ele o fez valendo-se de crimes de perigo (a maioria de perigo abstrato) e de normas penais em branco. Por isso é que se identificam no CDC tipos penais abertos e imprecisos, cujos complementos são igualmente inexatos e vazios, quando não ausentes, em franca contraposição aos princípios da legalidade, taxatividade, presunção da inocência e igualdade, entre outros, e consequentemente, à ordem constitucional vigente. Conclui-se, portanto, pela inconstitucionalidade dos crimes contra as relações de consumo previstos no CDC, especialmente do art. 73, acima analisado.

Cabe às entidades credoras que fazem uso dos serviços de cadastro de proteção ao crédito mantê-los atualizados, de sorte que uma vez recebido o pagamento da dívida, devem providenciar, em breve espaço de tempo, o cancelamento do registro negativo do devedor, sob pena de gerarem, por omissão, lesão moral passível de indenização, e nunca uma pena privativa de liberdade. A busca de soluções para a proteção do consumidor na Lei n° 8.078/90 enfraquece o direito penal e demonstra que as teorias penalistas amplamente difundidas (do direito penal mínimo e do garantismo penal) não são aplicadas.

A sociedade brasileira tem muito o que evoluir até alcançar o entendimento de que a solução para os problemas sociais que envolvem os consumidores não está no direito penal, mas sim na edição de políticas públicas conscientizatórias e fiscalizatórias por parte do Poder Público. Num Estado Democrático de Direito, o operador do direito deve, antes de se utilizar de sanções penais, valer-se de outros ramos do Direito, como o Direito Civil ou o Direito Administrativo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Túlio Augusto Tayano. **Crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Direito_Politico_e_Economico/Cadernos_Direito/Volume_4/06.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ALEIXO, Klelia Canabrava; FONSECA, Pedro Henrique Carneiro da. **Do bem jurídico nos crimes de lavagem de dinheiro:** uma abordagem dogmática. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/393xa7s7/c7IK7I3nVx0ao195.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ANDRADE, André Lozano**. Os problemas do direito penal simbólico em face dos princípios da intervenção mínima e da lesividade**. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/214-Artigos>. Acesso em: 30 nov. 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Teoria geral do delito**. São Paulo: RT, 1997.

BONACCORSI, Daniela Villani **A ofensa aos princípios constitucionais garantidores nos crimes econômicos de perigo**. Disponível em: <http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/1_2009/Docentes/A%20ofensa%20aos%20principios%20constit.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. Princípios norteadores da Política Nacional das Relações de Consumo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8435>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.

BRAVO, Maria Joelma Leite. **Direito do consumidor e seus aspectos penais**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/3088/2850>. Acesso em: 30 nov. 2015.

DALMAS, Samir Bahlis. Globalização e criminalidade organizada. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 02 ago. 2014. Disponivel em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49231&seo=1>. Acesso em: 25 mar. 2016.

GALVANI, Jéssica; SANTOS, Diego Prezzi. **Crimes contra as relações de consumo e as excludentes de ilicitude em prol do fornecedor**. Disponível em: <http://www.faculdadecatuai.com.br/wp-content/uploads/Crimes-contra-as-relacoes-de-consumo-Jessica-Galvani-prof.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

GOMES, Gustavo Henrique Comparim. **Princípios penais constitucionais e o princípio da insignificância aplicado.** Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=1055.35397&seo=1>. Acesso em: 01 fev. 2016.

HAVRENNE, Michel François Drizul. **Direito penal, sociedade de riscos e teoria da imputação objetiva**. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/1437969>. Acesso em: 30 jan. 2016.

LIMA FILHO, Elias Augusto de. **A contribuição da teoria da imputação objetiva nos delitos de resultado**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/127/130>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MARTINS, Cleriston da Silva. **Minimalismo e garantismo penal e os crimes de mera conduta e de perigo abstrato**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/minimalismo-e-garantismo-penal-e-os-crimes-de-mera-conduta-e-de-perigo-abstrato/93597/#ixzz3yvcOlVZf >. Acesso em: 31 jan. 2016.

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p.56-60.

REIS, Ângelo Maciel Santos; SILVA, Felipe Carneiro Pedreira da. **A (in)eficácia dos tipos penais do código de defesa do consumidor**. Disponível em:

<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/i9jl1a02/s8cPrpM8EpR383sa.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2016.

ROCHA, Kelly Azevedo Teixeira da. **Da (in) constitucionalidade dos crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_dezembro2006/.../dis4.do...>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ROXIN, Claus. **Problemas fundamentais de direito penal**. Trad. Ana Paula dos Santos Luis Natscheradetz et al. 3. ed. Lisboa: Vega Universidade, 1998, p. 57-58.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor:** Lei n. 8.078, de 11.9.90. São Paulo: LTr, 1999, p. 519.

Santiago, Mir Puig. **Direito penal:** fundamentos e teoria do delito. Trad. Claudia Viana Gacia, José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: RT, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin; SONCIN, Juliano Miqueletti. O endividamento do consumidor brasileiro e a ofensa ao princípio da dignidade humana. In: **Revista de Estudos Jurídicos** (Faculdade Maringá), n. 25, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.actiorevista.com.br/index.php/Actio/article/view/20>. Acesso em: 08 nov. 2015.

TELLES, Juliana Maria Martins. **Direito penal mínimo:** a influência da tutela penal mínima no combate à criminalidade. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/esmp/biblioteca/monografias/d.penal-d.proc.penal/direito.penal.do.minimo.a.influencia.da.tutela.penal.minima.no.combate.a.criminalidade%5B2010%5D.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

TEPEDINO, Gustavo. **As relações de consumo e a nova teoria contratual**. Disponível em: <www.tepedino.adv.br/wp/wp-content/uploads/2012/09/biblioteca6.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

XVIII ENCONTRO de PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE OPORTUNIDADES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VISTA SOB O ENFOQUE DO DIREITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

DOMESTIC VIOLENCE SEEN UNDER THE RIGHT APPROACH AND ITS PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES

Sessão temática: Psicologia do Desenvolvimento e Saude

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves
Uni-FACEF
Doutoranda da Faculdade Filosofia Ciencias e Letras de Ribeirão Preto- USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

PALUMBO, Livia Peli
IMESB
Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino -Bauru

Resumo

O estudo analisa as conseqüências psíquicas trazidas à mulher vítima de violência doméstica, bem como os fatores que a predispõem. A importância do presente se dá em razão do drama da violência contra a mulher ser recorrente, o que abala a autonomia e destrói a autoestima, gerando uma diminuição da qualidade de vida da mulher e dos filhos. O estudo tem por escopo analisar as consequências psicológicas causadas com o ato da violência doméstica, demonstrar sinteticamente os tipos de violência e a aplicação da lei Maria da Penha e das entidades de atendimento multidisciplinar. Pois a vivência nesse tipo de relação, acarreta danos à saúde mental da mulher, traduzidos, principalmente, por constantes estados de tristeza, ansiedade e medo. A Para serem atingidos esses resultados, a pesquisa fará uma abordagem bibliográfica mediante uma metodologia analítica, utilizando-se de livros, artigos e doutrinas para melhor compreensão do tema.

Palavras-chave: Gênero. Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Conseqüências psicológicas.

Abstract

The study analyzes the psychic consequences brought to the woman victim of domestic violence, as well as the predisposing factors. The importance of the present occurs because the drama of violence against women is recurrent, which undermines autonomy and destroys self-esteem, generating a decrease in the quality of life of women and children. The purpose of this study is to analyze the psychological consequences of the act of domestic violence, to demonstrate synthetically the types of violence and the application of the Maria da Penha law and the multidisciplinary care entities. For the experience in this type of relationship, causes damage to the mental health of the woman, translated, mainly, by constant states of sadness, anxiety and fear. The methodology for the accomplishment of the article was given through bibliographical research, which sought to compose a theoretical framework necessary for the analysis of the subject.

Keywords: Gender. Domestic violence. Maria da Penha Law. Psychological consequences.

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo o intuito de conhecer as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e as consequências psíquicas geradas à mulher, vítima de violência doméstica.

A violência doméstica contra a mulher recebe esta denominação por ocorrer em razão de relação de afeto entre vítima e agressor, a lei foi criada para a relação em âmbito doméstico, o que j´se vem sendo ampliado pelos tribunais. A questão da violência doméstica é que o agressor é, geralmente, alguém que já manteve, ou ainda mantém, uma relação íntima com a vítima. Pode se caracterizar de diversos modos, desde marcas visíveis no corpo, caracterizando a violência física, até formas mais sutis, porém não menos importantes, como a violência psicológica, que traz danos significativos à estrutura emocional da mulher.

Uma pesquisa divulgada no site do Senado (2013) apresenta que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão, sendo que 19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor, sendo 14% ainda sofrem algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira1, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões A violência doméstica independe de *status* social, grau de escolaridade ou etnia, mas apresenta uma questão da cultura machista.

O estudo acerca deste tema é de grande relevância no cenário atual, tendo em vista a ocorrência dessa violência em número expressivo, mesmo após a promulgação da lei Maria da Penha, que apresentou políticas públicas e medidas de proteção para essa vítima.

É notório o crescente aumento deste fenômeno entre a população mundial, evidenciando-se um problema social e de saúde pública, que afeta a integridade física e psíquica da mulher, além de constituir uma flagrante violação aos direitos humanos. Logo, a psicologia busca compreender esta problemática, em face da magnitude de sua repercussão, tanto no âmbito social quanto no que tange à saúde das mulheres vitimadas. Considerando a importante relevância social deste tema, acredita-se que seja necessário um olhar mais cuidadoso e atento das autoridades governamentais, através da criação e desenvolvimento de políticas públicas visando combater este fenômeno, bem como proporcionar assistência mais adequada às vítimas desta violência, além de uma maior implicação dos pesquisadores no que tange ao estudo e discussão em torno desta problemática, almejando identificar o que ocorre com as mulheres vítimas de tal violência e porquê permenecem nessa situação.

Pretende-se investigar as principais conseqüências psicológicas trazidas às mulheres vítimas de violência doméstica, sob este prisma, desdobrou-se objetivos específicos, tais como, uma abordagem dos fatores históricos e sociais que a predispõem, a identificação do surgimento de novas formas de atuação perante tal realidade e, sobretudo, a distinção de suas diferentes manifestações e, finalmente, as prováveis razões que favorecem a permanência da vítima neste tipo de relacionamento. Para isto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica.

2. A REALIDADE BRASILEIRA: VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Alves e Pitanguy (1985) descrevem em sua obra que o movimento Feminista combate todas as formas de opressão exercidas sobre o sexo feminino e pela

igualdade entre os gêneros, o feminismo também pode ser visto como uma corrente sociológica, que atinge diferentes áreas do conhecimento, gerando uma historiografia feminista e historicamente o modelo político democrático, para as mulheres, semelhante ao dos escravos, pois eram excluídas das esferas públicas, proibidas de participar das decisões políticas e confinadas à vida privada e seus afazeres domésticos e a maternidade com o pensamento dominante que ligava a figura e o corpo da mulher ao pecado. (ALVES; PITANGUY, 1985)

Segundo Alves e Pitanguy às revoluções conseguem instituir a igualdade formal dos homens no nível das leis e da política, no entanto esse direito não alcança ao sexo feminino, ainda que tivessem participado das lutas por sua conquista. Surgindo os primeiros movimentos organizados de mulheres, para não ficarem restritos aos homens, elas buscam os direitos conquistados, mas a conquista do direito ao voto se deu muito posteriormente em países com maior desenvolvimento cultural, social e econômico, envolveu varias gerações de lutas até que o direito ao voto da mulher se realizasse. (ALVES; PITANGUY, 1985)

3 A LEI MARIA DA PENHA E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA

A Lei tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos, possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher, prevê medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como a ausência do agressor sendo afastado do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos. Representada como uma grande conquista dos movimentos feministas em busca da erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher é a Lei Maria da Penha, ela é o resultado de muitas batalhas para que as mulheres podem utilizar-se de um meio legal próprio que assegurasse seus direitos e para o Estado brasileiro dar mais atenção a violência doméstica e familiar contra a mulher. (SPM, LEI MARIA DA PENHA (LEI N°.11.340/2006)

A SPM descreve que o espaço familiar foi historicamente interpretado como restrito e privado, gerando uma alta impunidade dos sujeitos que causaram violência no ambiente familiar, à naturalidade com que a violência contra a mulher tem sido tratada, socialmente, embaça a visibilidade do problema. O fato de que a violência doméstica servir de base para outras formas de violência, ela faz experiências de brutalidade na infância e adolescência que terminam por levar a condutas violentas e desvios psíquicos graves também nesse público. A Lei incorpora o avanço legislativo internacional e se transforma no principal meio legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Brasil, tornando o dispositivo constitucional, artigo. 226, § 8º, da Constituição Federal, efetivo que impõe ao Estado assegurar, "[...] assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações". (BRASIL, 2012).

A Lei Maria da Penha prevê séries de medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo, e definiu as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, tais como: a implementação de redes de serviços interinstitucionais, a promoção de estudos e estatísticas, a avaliação dos resultados, a implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas e casas abrigo; e a realização de campanhas educativas, capacitação permanente dos integrantes

dos órgãos envolvidos na questão, celebração de convênios e parcerias, e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

A lei Maria da Penha foi criada em 7 de agosto de 2006 (lei 11.340/06) e seu objetivo é punir homens praticam violência doméstica contra mulheres. Seu nome é uma homenagem a uma mulher que foi violentada pelo próprio marido durante seis anos. Maria o denunciou quando este lhe deu um tiro que a deixou paraplégica. Esse caso chamou a atenção da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos que responsabilizou o Brasil por ficar omisso diante de tal fatalidade e exigiu que o país tomasse medidas para punir quem praticasse tais atos.

A partir do art. 1º desta lei entende-se que ela foi criada para combater qualquer tipo de violência contra a mulher seja ela moral, sexual, física, psicológica, etc. Sua finalidade é punir aquele que pratique o ato de violência doméstica contra mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, conforme art. 2º da lei.

Conforme descrito neste artigo, a lei garante igualdade entre as mulheres pelo fato de não distingui-las por suas crenças e origens. Garante também uma igualdade de gênero entre o homem e a mulher, pois a mulher perdeu aquele título de “Reprodutora” e “Dona do Lar” e conquistou seu espaço na sociedade. Portanto elas precisavam de um ente que intervisse na situação para garantir seus direitos e sua proteção; esta instituição é o Estado, conforme disposto no art. 8º.

É notório que a função do Estado é evitar a violência doméstica, para isso, deve desvendar os motivos que levam o agressor à prática da violência contra sua parceira, descobrir o motivo de tantas mulheres se manterem em silêncio diante das agressões, e principalmente verificar as consequências causadas à mulher. A partir destes dados pode-se desenvolver campanhas para evitar a violência doméstica e propagar a lei para a sociedade.

Para regulamentar sobre a punição do agressor, a lei utiliza-se dos princípios do Código Penal e do Código Civil, conforme art. 13 da lei 11.340. Com relação ao cumprimento de pena a lei estabelece conforme art. 17 (2012), que o agressor não pode se recusar de cumprir pena com o pagamento de multa, doação de cestas básicas ou prestação de serviços comunitários, que deveria ser aplicada no julgamento de ouros crimes a fim de evitar a impunidade dos criminosos.

Porém, mesmo havendo vários meios de a mulher denunciar uma agressão cometida por seu parceiro, muitas delas preferem o silencio perante esse assunto por acharem que o parceiro mudará, ou mesmo por dependerem financeiramente deles. Para colaborar com essa ideia, podemos citar um exemplo de julgado no TJSC, no qual a mulher entrou com um processo contra seu parceiro por ter sido agredida física e moralmente, mas depois acabou se reconciliando com seu agressor.

Mesmo havendo meios para as mulheres denunciarem uma agressão cometida pelo parceiro, muitas preferem o silencia perante esse assunto por acharem que o parceiro mudará, ou mesmo por dependerem financeiramente deles e acabam se reconciliando com seu agressor.

O artigo 7º da Lei Maria da Penha, constitui o núcleo conceitual e estruturante da Lei, porque justifica sua existência e finalidades, delimitando o objetivo de sua aplicação.

Artigo 7.º, inc. I, Lei Maria da Penha "in verbis": "a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal". (BRASIL, 2012)

Segundo Dias (2007) violência física é uma das formas mais frequentes de violência intrafamiliar, pois se origina de várias formas, através de punições e disciplinamento, costume que foi introduzido no Brasil pelos jesuítas, que puniam quem ousasse faltar à escola jesuítica com palmadas e o tronco. A disciplina e a punição não são os motivos legitimadores da violência, mas sim uma forma de alívio de tensões e frustrações dos seus agentes. Esse tipo de violência também está relacionado com o fator psicopatológico. (DIAS, 2007)

Segundo Porto (2012), a violência física é a ofensa à vida, à saúde e integridade física, tratando-se da violência propriamente dita, sendo caracterizada normalmente por hematomas, equimoses, queimaduras e fraturas. (PORTO, 2012)

O artigo 7º, inc. II, da Lei Maria da Penha traz a definição legal de violência psicológica. Segundo Veronese e Costa (2006), a violência psicológica é a ameaça, o constrangimento e a humilhação pessoal. Este tipo de violência está inserto em todas as outras formas de violência e é muito difícil de identificar, pois não deixa marcas aparentes, apenas um sentimento de rejeição e desvalia nas vítimas. A violência psicológica pode ser definida também, como aquilo que causa ferida mortal à alma. (VERONESE; COSTA, 2006)

Segundo Dias (2007) a violência psicológica é a mais frequente e a menos denunciada, as vítimas não se dão conta de que estão sendo violentadas psicologicamente, por estarem acostumadas, pode ocorrer devido á sociedade moderna, existir muito preconceito e discriminação de gênero, ou ainda, as famílias em que se criaram tratarem uns aos outros habitualmente de forma violenta, usando xingamentos e palavrões, o que faz com que a criança cresça com aquele costume, gerando um problema futuro. (DIAS, 2007)

A violência sexual, segundo Dias (2007), é definida como uma transgressão dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, principalmente ao atentado de direito físico e ao controle de sua capacidade sexual e reprodutiva. Esta forma de violência sempre foi muito confundida, pois a tendência é confundir a sexualidade como um dos deveres do casamento, e seria legítima a insistência do homem, como se ele estivesse a exercer um direito. Por isso, houve certa resistência da doutrina e da jurisprudência em admitir a possibilidade da ocorrência da violência sexual nos vínculos familiares, especialmente entre marido e mulher. (DIAS, 2007)

Pode-se afirmar que a violência sexual é uma questão de gênero; que ela se dá por causa do papel do homem e da mulher por razões sociais e culturais em que o homem é o dominador. É um tipo de violência que envolve relações sexuais não consentidas e pode ser praticada tanto por conhecido ou familiar ou por um estranho.

A violência sexual, prevista no inc. III do art. 7º da Lei, é um problema encontrado em todos os países e dependendo da cultura de cada país, tornando mais frequente e violento, pois se sabe que para o homem (gênero masculino) é uma questão de poder e controle e que atinge as mulheres (gênero feminino) de todos os tipos e lugares.

A violência patrimonial é tratada pela Lei Maria da Penha em seu art.7º, inc. IV, e édefinisa por Porto (2012): um crime de violência patrimonial a retenção, a

subtração e a destruição de instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. (PORTO, 2012)

Para Dias (2007), outra peculiaridade importante da violência patrimonial, refere-se à obrigação alimentar quando o agente deixa de atender à obrigação, com plenas condições econômicas, além de violência doméstica, pratica o crime de abandono material, não sendo necessário que este encargo esteja fixado judicialmente.

O artigo 7º, inc. V, define o que seja violência moral: “a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. O crime é praticado contra a honra da mulher e, de um modo geral, é concomitante à violência psicológica. Contudo o agente que infringir o art. 7º, inc. V, da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), está sujeito às penalidades dos crimes de calúnia, difamação e injúria, descritos nos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal Brasileiro, respectivamente.

Segundo Porto (2012), é possível que todos os tipos de violência mencionados: Calúnia, Difamação e Injúria, ocorram no âmbito familiar, doméstico ou em uma relação íntima de afeto. Não ocorrendo nesses âmbitos, não se caracteriza como violência doméstica.

3 CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

Vivemos uma realidade nos dias atuais em maioria absoluta que os crimes de violência domesticas não são denunciados, pois, o agressor convive sob o mesmo teto com a vítima, onde essa vítima sobre ameaças que se a mesma denunciá-lo o mesmo irá agredir novamente a vítima, e com isso forma uma barreira psicológica na vítima onde a mesma fica dominada pelas palavras do agressor e também medo de consequências futuras.

As mulheres vítimas de violência domesticas vivem o esse drama de maneira recorrente e aprisionante, abalando a autonomia, destruindo a autoestima e diminuindo a Qualidade de Vida, trazendo consequências à estruturação pessoal, familiar e social. As agressões são ameaçadoras e estão, geralmente, associadas a problemas sociais preocupantes, como desemprego, marginalização, desigualdades sociais, uso de álcool e drogas, trazendo impacto à morbimortalidade dessa população. Contribui para a perda da Qualidade de Vida, aumentando os custos com cuidados à saúde, e o absenteísmo na escola e no trabalho, além de consistir numa das mais significativas formas de desestruturação pessoal, familiar e social.

Uma pesquisa realizada com vítimas de violência doméstica, mostra que grande parcela das entrevistadas, entretanto, alegou que tal situação acarretou-lhes danos, tanto à saúde física quanto psíquica. Em face de tais implicações na vida da mulher, considera-se que a Psicologia não pode ficar alheia a esta realidade, fazendo-se necessário compreender as especificidades que a permeiam em toda sua amplitude. Sobretudo estando atenta às diferentes formas de manifestação de tal fenômeno, entendendo sua articulação com elementos sociais, econômicos e políticos, garantindo uma intervenção que promova um efetivo auxílio ao processo de autodescoberta, fortalecendo a autonomia, a autoestima e o poder de decisão da mulher, propiciando o surgimento de novas alternativas para lidar com esta situação (FONSECA E LUCAS, 2009).

Com relação aos sintomas psicológicos apresentados pelas vítimas são frequentemente encontrados em vítimas de violência doméstica são: insónia,

pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de sérios problemas mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, stress pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio (AZEVEDO, 2001).

Destaca-se os pontos que ter que ser levado em conta pelos profissionais envolvidos neste tipo de denúncia: direcionar um olhar atento que possibilite à pessoa se identificar como vítima ou ter condições de perceber a violência ainda em estágio inicial. Isto é, quando a violência doméstica psicológica ainda não evoluiu para a violência física sendo, portanto, mais fácil de frear sua evolução; que o profissional esteja de posse dos conhecimentos da violência sob a perspectiva dos Direitos Humanos e crimes contra a pessoa e possibilite à vítima e às demais pessoas de suas relações a compreensão dos mesmos, favorecendo a busca de soluções por meio de mecanismos legais e do exercício da cidadania; prestar um atendimento respeitoso, de modo a contribuir para que a vítima possa se expressar livremente, o que propiciará a clara exposição dos fatos, tendo como conseqüência o entendimento da dinâmica da violência e a maior chance de solução da situação; devido ao aniquilamento da auto-estima pela qual passa a vítima, o profissional tem condições de propiciar o resgate da mesma, uma vez que oportuniza um espaço de escuta e de valorização da pessoa como um todo; reconhecer as conseqüências da violência pregressa nas vítimas que estão sendo revitimizadas, ou nos perpetradores da violência, pode subsidiar o profissional a encontrar (mais) saídas para as dificuldades da vítima e por fim, fortalecer a mulher agredida (SILVA, COELHO E CAPONI, 2012).

Interessante destacar que são muitas as consequências psicológicas causadas por esse tipo de violência e que seria importante campanhas de prevenção, além de um acompanhando a longo prazo a essas vítimas e oara Verardo (2004), perceber que está vivendo uma situação de violência pode ser difícil para algumas mulheres. Muitas acabam se enganando e fingindo que aquela violência toda não está realmente acontecendo. Faz parte da própria situação de violência que a mulher interiorize opiniões do companheiro sobre si reforçando, ainda mais, sua baixa auto-estima, agravando a situação. Outras não só interiorizam as opiniões do companheiro, como absorvem desejos e vontades que a ele pertencem, anulando os seus. Quando chega nesse ponto, ela e o companheiro são um só.

4 EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Segundo a Cartilha da PNPM de (2013-2015), a s políticas para as mulheres têm avançado sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há muito tempo na sociedade Brasileira. A batalha feminina pela ampliação de sua cidadania esteve presente na sociedade desvendando novos temas, para o exercício da cidadania e orientando diversos ramos do conhecimento, este movimento social consolidou novas forças políticas e, ao questionar velhos estereótipos sobre o papel feminino, abriu novas possibilidades e oportunidades na sociedade para que as mulheres pudessem exercer atividades fora do espaço doméstico. (PNPM, 2015)

A cartilha da PNPM explica que a educação é de extrema importância para consolidar o exercício de direitos e para construção da autonomia individual e coletiva, bem como para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno.

É um meio importante para desmontar as desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais. Constatando o que está contemplada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, que têm como uma de suas metas a eliminação das disparidades entre os sexos em todos os níveis de ensino. O movimento de mulheres, desde seus primórdios, priorizou o processo educacional para explicar como são produzidas as desigualdades entre mulheres e homens no âmbito educacional, entendendo-o também como importante veículo de mudança da sociedade e reivindicando acesso igualitário para todas as pessoas. (PNPM, 2015)

A Cartilha da PNPM descreve em seu Capítulo 4, de forma objetiva e sucinta sobre a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) foi um importante avanço no sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conceituando os seguintes tipos de violência que podem existir: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Em 09 de fevereiro de 2012, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou, por unanimidade, a constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha, que afastou a aplicação do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 quanto aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, tornando impossível a aplicação dos institutos ausência de pena nela previstos, como a suspensão condicional do processo. Na mesma sessão, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4424) ajuizada pela Procuradoria-Geral da República, que defendeu ser a violência contra mulheres não uma questão privada, mas sim merecedora de ação penal pública, afastando a aplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais (9.099/95) aos crimes cometidos no âmbito da Lei Maria da Penha, bem como para determinar que o crime de lesão corporal de natureza leve cometido contra mulher seja processado mediante ação penal pública incondicionada. (PNPM, 2015)

O Plano nacional de políticas para as mulheres, merece destaque com relação a Central de Atendimento à Mulher, (Ligue/disque 180) que já atingiu quase 3 milhões atendimentos desde a sua criação. Uma de suas ações foi a ampliação de suas atividades para o nível internacional, de forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência. Outro avanço que vem sendo construído, e agora colaborando pela decisão do Supremo Tribunal Federal, implementando a antiga demanda de aumentar o escopo do (Ligue/disque 180) e transformá-lo em uma Central de Denúncias. Essas ações são respostas do governo federal à violência contra as mulheres, que se configura como um fenômeno multidimensional que não escolhe lugar, classe social, raça, etnia, faixa etária, entre outros e, consequentemente, deve contemplar ações nas diversas esferas da vida social. Portanto, enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres é um dever do Estado e uma demanda da sociedade. Coibir, erradicar e punir todas as formas de violência, são normas fundamentais de um país que preze por uma realidade justa e igualitária entre mulheres e homens. (PNPM, 2015)

O escopo geral do Plano nacional de políticas para as mulheres (PNPM), sobre o Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres é a redução dos índices de todas as formas de violência contra as mulheres.

Segundo o Plano nacional de políticas para as mulheres (PNPM), sobre suas metas é de aumentar o número de serviços especializados em atendimento à mulher em situação de violência. Estimular os municípios que tenham algum tipo de serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência, contemplando os

municípios polos, territórios da cidadania e fronteiras secas. Aumentar e aperfeiçoar o (Ligue 180) para que se torne um Disque Denúncia, ampliando seu atendimento para mulheres brasileiras. Providenciar nas Unidades da Federação, a existência de estabelecimentos penais femininos de acordo com os padrões físicos e funcionais que garantam a saúde e dignidade das mulheres em situação de prisão. Assegurar nos municípios brasileiros, a existência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). (PNPM, 2015)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de uma forma de conscientizar o agressor de que seus atos não são corriqueiros nem normais e, que precisa ser punido nos casos de sua ocorrência. Muito mais difícil do que agredir, é ser vítima, tendo que admitir e constatar que o ambiente familiar não constitui mais um lugar tranquilo e seguro. A tolerância à violência praticada contra as mulheres nas relações íntimas é uma das formas mais contundentes da negação dos direitos à liberdade, à integridade, à saúde e à dignidade feminina.

Com o surgimento da Lei Maria da Penha, como uma ação afirmativa do Estado, destinada a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais: aquela que parece estar associada a determinadas características biológicas (como raça e sexo) ou sociológicas (como etnia e religião), que marcam a identidade de certos grupos na sociedade, como neste caso, a violência de gênero.

A Lei estimulou o avanço em mecanismos e punição da violência doméstica, fazendo valer os direitos da mulher, desconsiderando o homem como símbolo do poder familiar, que exigia respeito e submissão. Baseando-se na boa fé das vítimas, as medidas de proteção ser-lhe-ão concedidas de imediato, após o registro da ocorrência do meio policial. Assim, ante a facilidade de sua concessão, muitas mulheres usam a Lei Maria da Penha como meio de vingança ou mesmo ameaça contra o homem, razão pela qual sua imagem possa vir a ser deturpada por essa minoria, acabando por prejudicar, desta forma, as mulheres que realmente necessitam de amparo legal.

A Lei Maria da Penha tornou viável o que anteriormente parecia impossível, ou seja, veio ao combate efetivo contra a violência doméstica, por meio de seus agentes ativos, que atualmente possuem a exata noção de que serão sim punidos, em caso de agressões de qualquer espécie contra a mulher, em âmbito doméstico e familiar.

O estudo buscou reflexões sobre tudo o que se tem feito para combater a violência contra mulher, já que essa passou humilhações ao longo do tempo, preconceito, discriminação e outras formas de violência dentro de uma sociedade culturalmente machista. A violência doméstica independe de status social, grau de escolaridade ou etnia, podendo acontecer com qualquer mulher.

Acredito que as mulheres são capazes de lutar pelos seus direitos, assim como capazes de buscar mais conquistas, com poder e no esforço do sexo feminino, que as mulheres se mostram fortes e lutadoras, mas que na verdade possuem o dom de cuidar, do amor, do carinho, da delicadeza, por isso a tendência é o aumento de seus direitos e seu espaço buscando a igualdade de gênero.

Com relação aos danos psicológicos esses são prejudicais e refletem a longo prazo e precisam de atenção não só das pessoas que estão em volta como também

do estado, seria desejável, também, que os organismos financiadores do Estado incentivassem a produção científica no campo da violência doméstica psicológica, tendo em vista a parca produção encontrada na área. Importante destacar que as mulheres na sua maioria não denunciam e sofrem caladas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Editora. Abril Cultural e Brasiliense, 1985.

ANDO, Daniela de Araújo; ANDO, Nilson Massakazu. **Crianças e adolescentes em situação de violência: traços inquietantes da contemporaneidade.** Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, São Paulo, Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/92.htm>. Acesso em: 23 de Agosto de 2016.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Editora: Cortez,1985.

BRASIL. **Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

CAMPOS, Amini Haddad e CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. **Direitos Humanos das Mulheres.** 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) Comentada artigo por artigo. São Paulo: RT, 2013.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DUBY, Georges; ZUBER, Christiane Klapisch. **História das Mulheres no Ocidente: a Idade Média.** Porto: Afrontamento, 1993.

GANTHERET, F. apud COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.

HERMANN, Leda Maria. **Maria da Penha:** lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar, considerações à lei n. 11.340-2006, Campinas: Servanda, 2007.

JESUS, Damásio. Lei 11.340/2006: renúncia à representação. Carta Forense, n. 42, São Paulo, 2006.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo, Editora: Ática. 1989.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. v. 1. 8. ed., 2014.

ONU. **Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres.** Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

ONU MULHERES. **Fim da Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 16 out. 2017.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise crítica e sistêmica / Pedro Rui da Fontoura Porto. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SENADO FEDERAL. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. mar. 2013. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

TORRES, Tania M.L. **Misoginia**. São Paulo: Unaspress, 2012.

TELES, Maria Amélia e MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Morais: **Violência doméstica: Quando a vítima é criança ou adolescente**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

Apoio

Santander UNIVERSIDADES

ABRUEM

Realização

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca